UNIV. OF GEORGIA LIBRARIES

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

HISTORIA
DE
PORTUGAL

Digitized by Google

Digitized by Google

MANUEL PINHEIRO CHAGAS

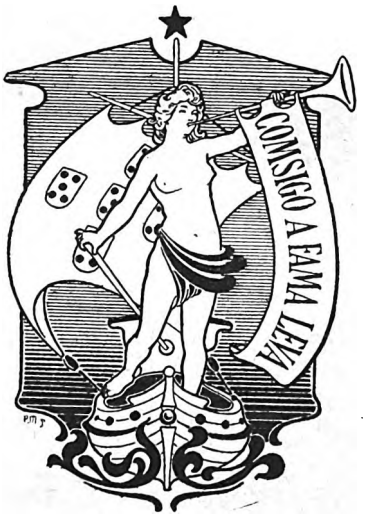
HISTORIA

DE

PORTUGAL

POPULAR E ILLUSTRADA

TERCEIRA EDIÇÃO



QUARTO VOLUME

LISBOA
EMPREZA DA HISTORIA DE PORTUGAL
SOCIEDADE EDITORA
LIVRARIA MODERNA — *95, Rua Augusta, 95*
TYPOGRAPHIA — *35, Rua Ivens, 37*
MDCCCC

Digitized by Google

Folio
DP
538
.P6
1899
v.14

2-509-896 GASH

Digitized by Google

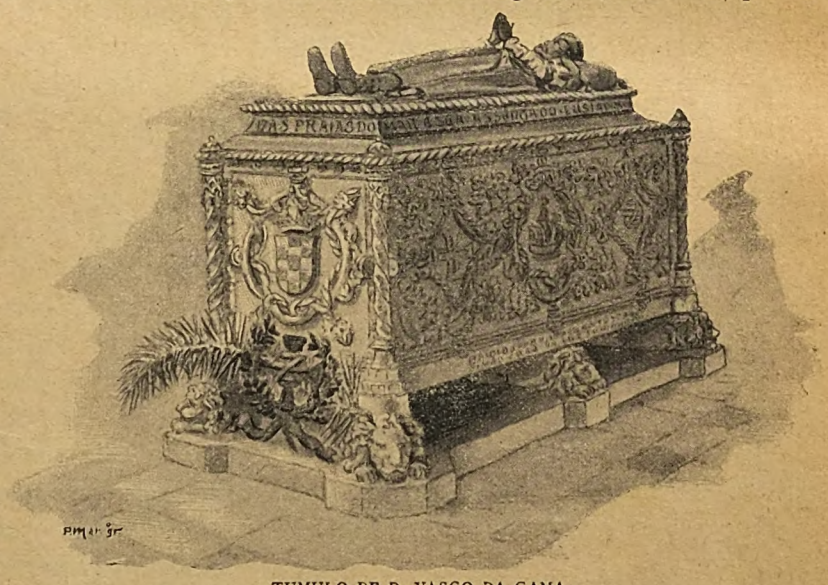
HISTORIA DE PORTUGAL

VOLUME QUARTO

CAPITULO I

Morte de D. Garcia de Noronha

APEZAR das pazes, os Guzarates continuaram a fazer guerra a Baçaim, sendo necessario que o vice-rei mandasse lá Tristão d'Athayde a soccorrer o capitão da fortaleza Ruy Lourenço de Tavora, e ambos juntos deram uma licção severa aos inimigos. Mas nem por isso deixaram de ser constantemente inquiteados por Khodja-Safar, que não podia consolar-se do desastre de Diu, e que desprezava bastante o vice-rei para não temer que este o punisse, como o puniria Nuno da Cunha, d'esta audaciosa quebra das pazes.



TUMULO DE D. VASCO DA GAMA

O vice-rei era effectivamente desprezivel: nem D. Duarte de Menezes mostrára uma tão desregrada cubiça como este soffrego velho. Começou, como vimos, por ter questões de dinheiro com o seu predecessor Nuno da Cunha; na viagem para Diu, se os Portuguezes se não defendessem tão heroicamente, a fortaleza podia ter-se perdido, porque elle em todos os pontos se demorou a tractar dos seus negocios; em Diu, por dinheiro, vendeu a Khodja-Safar uma paz vergonhosa; por dinheiro ainda teve em Baçaim questões com Ruy Lourenço de Tavora, a quem não queria deixar o ne-

Digitized by Google

cessario para o pagamento da guarnição, e é maravilhoso como deixou em Diu paga para dois annos á guarnição, ficando para capitão da fortaleza Diogo Lopes de Sousa, porque Antonio da Silveira, acabado o seu tempo, voltava ao reino a gozar da sua gloria.

Mas se o vice-rei não merecia senão o despreso de todos, naturaes e estrangeiros, os Portuguezes é que haviam readquirido, com a defeza de Diu, um formidavel prestigio. O desalento apoderara-se de todos os régulos da India, que tinham sonhado recuperar a liberdade com auxilio dos Rumes, e que se viam pelo contrario, ainda mais manietados, mais apertado no pulso o grilhão que lhes lançáramos. Um dos rajahs da ilha de Ceylão, que fôra bastante previsto para perceber que não soára ainda a hora da quéda dos Portuguezes, e que por isso se apressára em enviar a D. Garcia de Noronha uma somma de tres mil portuguezes de ouro para despezas da armada com que elle tencionava descercar Diu, aproveitando-se d'isso, mandou pedir ao vice-rei soccorro contra um seu irmão, que o tinha quasi expulso do throno. Enviou-lhe o vice-rei o auxilio pedido, commandado por Miguel Ferreira, que não tardou a destroçar o rebelde, e a reduzil-o a tal extremidade, que o desgraçado, para conseguir paz, teve de acceder ás mais humilhantes condições que Miguel Ferreira lhe quiz impôr, e entre as quaes figurava a de enviar ao acampamento portuguez a cabeça do seu alliado Patemarcar, aquelle célebre corsario, tão notavel pela sua astucia e valor, e que tanto déra que fazer ao nosso heroico Martim Affonso de Sousa.

Viu o Samori que não podia luctar com a fortuna portugueza, e resignou-se tambem a pedir paz, que lhe foi concedida, assignando-se o tractado no mez de janeiro de 1540.

Nada mais teve de notavel o governo de D. Garcia de Noronha. A India estava pacificada, com excepção de Baçaim, onde os Guzarates inquietos procuravam, sem o conseguirem, vingar-se dos desastres de Diu. Entretanto o vice-rei adoeceu gravemente, e de fórma que não pôde occupar-se dos negocios do governo. Perguntou-lhe o védor da fazenda quem determinava elle que exercesse interinamente o seu logar. D. Garcia de Noronha, não esquecendo nem n'aquelle momento as preoccupações de familia, que sempre haviam dominado no seu espirito os interesses da patria e de el-rei, quiz que fosse governador interino seu filho D. Alvaro. Mas os fidalgos é que não quizeram, e separaram-se deixando correr as cousas á revelia; mas, como a doença se prolongasse, estavam já determinados a eleger um governador por votos, apezar dos protestos de D. Garcia de Noronha, que mesmo da cama lhes mandava dizer que, se tal fizessem, os declararia a todos traidores ao rei, quando, felizmente para a India, no dia 4 de abril de 1540, falleceu D. Garcia de Noronha. A nova foi recebida na cidade, senão com jubilo, pelo menos sem grande sentimento. Celebradas as exequias pelo bispo D. João d'Albuquerque, de nação castelhano, (e foi durante o vice-reinado de D. Garcia de Noronha que se erigiu em Gôa uma diocese, e que teve pela primeira vez bispo, conegos, etc.) celebradas pois as exequias, tractou-se logo de abrir a primeira successão, e encontrou-se o nome de Martim Affonso de Sousa, com a clausula expressa de que, se elle não estivesse em Gôa, se não abrisse a segunda successão, mas ficasse governando interinamente o védor da fazenda Fernão Rodrigues de Castello Branco, isto para evitar as vergonhosas discordias que se tinham seguido á morte de D. Henrique de Menezes.

Mas ainda assim não se cumpriu a in-

Digitized by Google

tenção d'el-rei, porque Martim Affonso de Sousa partira para o reino, e, entendendo os fidalgos que este caso não fôra previsto na ordem régia, abriram a segunda successão e encontraram o nome de D. Estevam da Gama, que estava então em Gôa, porque voltára, havia pouco tempo, da sua capitania de Malabar. Acclamaram-n'o governador com todas as cerimonias usadas, e agouraram bem do governo que havia de fazer, porque mostrou querer seguir exactamente o inverso das tradições de D. Garcia de Noronha, dando logo vinte mil pardáos do seu bolsinho para provimento dos arsenaes. E' verdade que isto provava tambem que elle soubéra enriquecer em Malaca, e não faltaram más linguas que dissesem que essa generosa dadiva não era mais que uma pequena restituição.

Paremos um instante: havemos narrado tanta gloria, mas ao mesmo tempo tanta miseria, é de tal modo mesquinha a figura de D. Garcia de Noronha, de tal modo insignificante o vulto d'este terceiro vice-rei da India, que, para nos consolarmos de nos termos visto obrigados a desenhal-o, vamos enfeixar n'um grupo algumas figuras d'heroes da India. Ah! podêmos dizer ao menos que se a nossa historia apresenta figuras repugnantes, como as que Suetonio desenha nos seus quadros de Roma imperial, os vultos que, de vez em quando, surgem entre esses grupos torpes, são grandes e luminosos como as creações de Homero.

CAPITULO II

Os heroes da India.—Heitor da Silveira —Antonio Galvão —Os successos das Molucas

De um modo estranho engana-se Ferdinand Denis, affirmando que Heitor da Silveira se tornára principalmente celebre durante o vice-reinado de D. Garcia de Noronha, quando é incontestavel que Heitor da Silveira morreu no assalto dado á ilha de Beth, quando Nuno da Cunha emprehendeu contra Diu a sua primeira e infructuosa expedição.

Desde o tempo da conquista houve sempre na India um ou mais Portuguezes cuja coragem sobr'humana, cuja intrepidez serena lhes davam um tal prestigio sobre os Indios, que não estavam estes longe de os considerar como semideuses, ou como novas encarnações de Brahma. Um d'esses, o primeiro, foi Duarte Pacheco; depois, D. Francisco d'Almeida e seu filho D. Lourenço conquistaram na India o admirativo respeito dos indigenas; o vulto de Affonso d'Albuquerque era por tal fórma grandioso, que esse sumiu na vasta sombra que projectava todos os seus logar-tenentes. Mas, quando os governadores da India não são já da sua estatura descommunal, começam a figurar no primeiro plano vultos de subalternos que sustentam na altura a que o levantava D. Francisco de Almeida, Affonso d'Albuquerque e Duarte Pacheco Pereira, o renome de Portugal.

Durante o governo de Lopo Soares d'Albergaria e de Diogo Lopes de Se-

Digitized by Google

queira foi Antonio Correia, o vencedor de Bahrein e de Chaul, o heroe do Oriente, o vulto prestigioso que deslumbrou os Indios. Vimos como esse heroe, filho de Ayres Corrêa, o feitor de Calicut, morto pelos Indios e Mouros, escapára, graças á dedicação d'um marinheiro, aos gol-

LOPO SOARES DE ALBERGARIA

pes dos inimigos. Era uma creança de doze annos. A morte do pae vingou-a elle amplamente, e o seu nome foi repetido com terror por todos os eccos da India.

Heitor da Silveira foi o heroe, cuja fama encheu os governos de D. Duarte de Menezes, D. Vasco da Gama, D. Henrique de Menezes e Lopo Vaz de Sampaio. Era bem moço ainda quando, de passagem por Aden, impôz ao scheick d'essa cidade a suzerania de Portugal. Capitão de Cananor durante o governo de D. Henrique de Menezes, á sua generosidade, á sua intrepidez inabalavel deveu D. João de Lima em grande parte a conservação da sua fortaleza de Calicut, cercada pelo Samori. O prestigio, que elle já adquirira tanto entre os Indigenas, como entre os seus proprios compatriotas, fizera-o respeitado bastante para que, nas dissensões de Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio, cada um dos dois contendores desejasse tel-o a seu lado, e temesse muito a sua influencia. Era ella tamanha que os fidalgos de Gôa estiveram para prender, á sua voz, Lopo Vaz de Sampaio, e, se Pero Mascarenhas desenvolve n'essa discordia civil a energia que mostrara contra os Malaios de Bintam, outra solução haveria tido decerto essa vergonhosa lucta.

Quando Lopo Vaz de Sampaio, depois de seguro no governo, combateu no rio de Tana a frota de Cambaya, impedido pelos fidalgos descontentes de pelejar como desejava, consentiu que Heitor da Silveira tomasse a seu cargo, com pouquissimos catures, a empreza de derrotar a armada inimiga. Nunca maior temeridade foi coroada de mais feliz exito. Ouçâmos o que diz Francisco d'Andrade:

«As nossas fustas e catures traziam á tôa as fustas dos Mouros, e detraz de todos Heitor da Silveira no seu catur, o que vendo de longe o governador com os olhos arrasados em lagrimas de contentamento disse em voz alta: «Vêdes o que foi fazer o doido de Heitor da Silveira. O que agora mais sinto é não lhe poder dar a paga que merece por este

Digitized by Google

D. FRANCISCO DE ALMEIDA RECEBENDO A BORDO A NOTICIA DA MORTE DE SEU FILHO

Digitized by Google

tão bom serviço que fez a Deus e a el-rei»; e, chegando elle n'este tempo ao galeão, o foi receber ao bordo com muitos abraços, e não se pôde ter que o não beijasse na face; e, sentando-se com elle na tolda perante muitos fidalgos que n'ella estavam, com muitas palavras de muitos louvores, lhe agradeceu o que fizéra, de que confessava que lhe tinha muita inveja, a que elle deu a resposta que convinha com a discrição que sabia ter em tudo; nem se descuidou então o governador dos fidalgos que acompanharam Heitor da Silveira, porque a todos recebeu tambem com muitas honras e com os devidos louvores, onde a inveja (ainda que era entre gente nobre e de grandes espiritos) não deixou de fazer seu officio, que é (como diz Plutarcho na vida de Pelopidas o Thebano) trabalharem os invejosos por desfazer n'aquelles com quem não podem competir nos louvores e por dar a entender que são peiores que os outros, porque não faltou n'aquelle honrado consistorio quem dissesse que aquelle feito de Heitor da Silveira não fôra outra cousa senão uma doidice com bom successo[1].»

Veiu o governo de Nuno da Cunha, e com elle as emprezas de Diu. Antes de tomar parte na primeira dirigida contra essa cidade, ainda Heitor da Silveira foi espalhar o terror no Mar Roxo e subjugar de novo Aden; depois, como vimos, no assalto á ilha de Beth, cahiu pelejando, segundo o seu costume, na vanguarda, no mais acceso da briga, e, mais feliz do que o seu homonymo troyano, exhalou o ultimo suspiro entre os hymnos da victoria.

Durante o governo de Nuno da Cunha, o homem celebre, o vulto mais respeitado pelos Indios, foi o de Martim Affonso de Sousa. Vimol-o requestado pelo sultão Bahdur para combater em sua defeza contra os Mogoes; vimol-o no mar infligir aos corsarios as mais severas licções, renovar em terra as façanhas prodigiosas de Duarte Pacheco. Tudo isso o narrámos bastante recentemente para que não sahisse ainda da memoria dos leitores; depois chama-nos um outro vulto, que nos captiva mais ainda pela grandeza moral (que faltava a Martim Affonso) do que pelo brilhantismo do valor. Referimo-nos a Antonio Galvão. Attrahe-nos elle ás Moluças, e teremos ensejo de narrar a deploravel historia do que se passava n'essas ilhas, onde a ambição infrene, a desregrada cubiça dos Portuguezes se manifestavam com a maxima intensidade.

Se na historia da India propriamente dita nos vimos obrigados a criminar a cubiça de Lopo Vaz de Sampaio, a crueldade de Nuno da Cunha, a soffrega e villã ambição de D. Garcia de Noronha, vimos comtudo que actos brilhantes de justiça, de desinteresse e de dedicação á patria resgatavam esses vicios que se iam tornando cada vez mais vulgares; mas nas ilhas Molucas, separadas do resto da India, e onde os governadores estavam isentos, se assim nos podemos exprimir, da fiscalização da opinião publica, devemos confessar que os Portuguezes se mostravam verdadeiros piratas, e que os fiibusteiros das Antilhas, que não eram senão a escuma das sociedades europêas, não praticaram actos mais repugnantes do que os Portuguezes residentes em Ternate.

Vimos que Antonio de Brito, o fundador da fortaleza, quando fôra rendido por D. Garcia Henriques, não quizera por muito tempo entregar-lhe o commando, e afinal partira deixando a cidadella desprevenida de gente e de munições. Ninguem na India pensára em o punir. Vimos a que escandalosissimas dissensões déra logar a substituição de D. Garcia Henriques por Jorge de Me-

[1] *Chronica de D. João III*, parte II, cap. 43, fl. 62.

Digitized by Google

nezes; vimos que D. Garcia, seguindo o exemplo da seu antecessor, levára comsigo a melhor parte da guarnição, e que tambem não fôra castigado. Esta impunidade, que se explica facilmente pelas grandes riquezas que os capitães sabiam sempre accumular n'essas ilhas opulentissimas, ainda contribuia para incitar os Portuguezes a practicarem os maximos excessos.

Foi em 1527 que D. Jorge de Menezes tomou o commando da fortaleza. N'esse mesmo anno era governador de Malaca Jorge Cabral, a quem D. Garcia Henriques mandára, por Martim Correia, pedir soccorro contra os Castelhanos de Tidor. Enviou-lhe Jorge Cabral munições, mantimentos, e quatro navios pequenos commandados por Gonçalo Gomes d'Azevedo. Quando este chegou ás ilhas de Banda, achou lá D. Garcia Henriques, vindo já de volta, e não tardou que alli apparecesse tambem Vicente da Fonseca, enviado por D. Jorge de Menezes a pedir soccorro a Malaca, e a transmittir ao governador as suas queixas contra D. Garcia Henriques. O encontro fortuito d'estes Portuguezes todos deu logar a vergonhosas scenas. Vicente da Fonseca informou Gonçalo Gomes do que D. Garcia fizera, e rogou-lhe que o prendesse. D. Garcia percebeu o que se tramava, e d'aqui nasceu uma longa rêde de intrigas e traições, que fazia com que os Portuguezes andassem desconfiados uns dos outros, dando um espectaculo estranho aos naturaes da terra, espectaculo que attingiu as ultimas raias do opprobrio, quando esses pagãos poderam ver os navios portuguezes trocarem bombardadas entre si, e D. Garcia, que queria tomar um barco a Gonçalo Gomes, repellido por elle a tiros, voltar a terra com uns poucos de homens feridos e mortos. Gonçalo Gomes, apezar de se mostrar, n'esta occasião, um stricto defensor da legalidade, tambem não era de melhor tempera que D. Garcia, porque, assim que chegou á fortaleza onde ia exercer o logar de alcaide-mór e capitão-mór do mar, deu aso a que D. Jorge de Menezes se queixasse amargamente d'elle por attender mais aos seus interesses do que ao serviço d'el-rei.

Real, de D. João I

Tudo isto diminuia por tal fórma o prestigio dos Portuguezes nas Molucas, que os indigenas tractavam-n'os com um certo desdem, e a não serem os de Ternate, que a fortaleza conservava em respeito, os das outras ilhas, favorecidos de mais a mais pelos Castelhanos de Fernão de La Torre, estabelecidos em Tidor, faziam-nos todo o mal que podiam. O proprio sultão de Ternate, e um homem que, em seu nome, exercia o poder, a quem os nossos chronistas chamam Calchildarois[1], já tinham em não muita conta D. Jorge de Menezes, porque sabiam que D. Garcia Henriques não fôra punido em Malaca, e viam a fortaleza desamparada de soccorro da India em homens e em dinheiro. Entendeu, pois, em 1529, D. Jorge de Menezes que devia recuperar com a espada o prestigio que perdêra, e, apezar da má vontade dos seus soldados, que recusavam acompanhal-o, seguindo as tradições de indisciplina que se ia enraizando nas Molucas, marchou para Tidor contra os indigenas e os Castelhanos. Ainda no combate foi necessario que D. Jorge

[1] Confessâmos desistir frequentemente do improbo trabalho de reconstruir os nomes aos indigenas, adulterados pelos nossos chronistas. E' o que fazemos com este Calchildarois e todos os outros *Cachis* das Molucas.

Digitized by Google

de Menezes se arrojasse como um louco ao inimigo, para que os seus soldados se envergonhassem de o desampararem e derrotassem os Castelhanos, que foram forçados a capitular, partindo de Tidor para uma pequena ilha do archipelago, e compromettendo-se a nada tentarem contra os Portuguezes.

Mas, se D. Jorge se mostrava assim um heroe no campo da batalha, era um verdadeiro chefe de piratas na fortaleza. Os soldados em vez de comprarem os mantimentos, tomavam-n'os á força, e, quando os indigenas se sublevavam contra essas violencias, D. Jorge mandava prender os principaes e castigava-os, açulando contra elles uns cães que tinha industriados para esse fim, e que os devoravam depois d'uma perseguição féra e horrenda, que lembrava os espectaculos atrozes dos circos romanos, onde eram os Christãos martyrizados pelos pagãos como aqui os gentios pelos Catholicos! [1]

Como andavam de rixa sempre os Portuguezes e os indigenas, D. Jorge de Menezes um dia entendeu que fôra para o insultarem que lhe tinham matado um porco da China, que elle estimava muito; e, por causa da morte d'este animal, não duvidou mandar prender e affrontar um dos personagens mais importantes da terra. O proprio Calchildarois, suspeito de conspiração pelos Portuguezes, foi enforcado á porta da fortaleza. Estas sevicias espalharam tal indignação e terror, que a mãe do sultão de Ternate fugiu da ilha. Os Portuguezes tinham como captivo no castello o soberano seu filho!

Em 1530 chegou ás Molucas, para capitão da fortaleza, Gonçalo Pereira, cuja viagem fôra assignalada por um d'aquelles factos que, infelizmente, se repetiam todos os dias. A viagem protrahia-se, foi necessario reduzirem-se as rações: pois o piloto e outros marinheiros fugiram para andarem ás presas na costa do Pegú! Não se sujeitavam já os nossos ás minimas privações, e preferiam a pirataria á disciplina e ao serviço da patria.

Chegando Gonçalo Pereira, não teve primeiro com D. Jorge de Menezes as contendas que sempre até ahi houvera, quando um governador era substituido por outro. Mas tantas foram as queixas articuladas contra D. Jorge pelos indigenas, e especialmente pela mãe do sultão de Ternate, que Gonçalo Pereira viu-se obrigado a mandar tirar devassa do seu procedimento. Andou ainda n'isso com as maximas contemplações; mas, infelizmente, Gonçalo Pereira trazia comsigo, de Cochim, instrucções que iam sublevar contra elle todos os espiritos. O grande commercio das Molucas era o do cravo, e n'esse trato enriqueciam os Portuguezes que para lá iam; ora, Gonçalo Pereira trazia ordem de não consentir que ninguem mais comprasse cravo senão o feitor d'el-rei. Isto irritou os animos d'um modo incrivel; todos se julgavam lesados por similhante ordem, e d'ahi provieram, como veremos, immensas desgraças. O primeiro resultado foi introduzir-se a sizania entre os dois governadores, porque os descontentes incitavam D. Jorge a retomar o commando da fortaleza, e Gonçalo Pereira viu-se obrigado a pôl-o a ferros e a remettel-o para a India, d'onde partiu para o reino, impune como succedia sempre.

Não se acalmou assim o descontentamento dos Portuguezes, e, como era a cubiça o pensamento predominante nos seus animos, não podiam de modo algum resignar-se a que lhe fossem cerceados os proventos que estavam habituados a ter, e por isso, vendo Gonçalo Pereira resolvido a cumprir a ordem que trazia, no que o ajudava com todo o rigor o feitor

[1] Walter Scott no seu romonce *Quintino Durward*, para desenhar bem viva a ferocidade de Luiz XI, pinta-o açulando cães contra um arauto de Guilherme de la Marck. Os Portuguezes das Molucas venciam em crueldade o proprio sombrio tyranno de Plessis-les-Tours.

Digitized by Google

Luiz d'Andrade, resolveram matal-o, e não recuaram deante do pensamento de se alliarem para esse fim com os indigenas. O joven sultão de Ternate continuava a estar preso na fortaleza, porque entendiam os capitães que assim estavam mais seguros, não vendo que pelo contrario tinham sempre acceso o odio dos naturaes. Com effeito a mãe do sultão, passando pela rua da mesquita, viu muitos Mouros armados, estranhou a circumstancia, approximou-se, os Mouros quizeram matal-o, fugiu elle defendendo-se valentemente; uma escrava do capitão, vendo d'uma janella o succedido, começou em altos brados. Accordou Gonçalo Pereira, que estava dormindo a sésta, pôz a fortaleza álerta, mas o que

RESTOS DO CONVENTO E EGREJA DOS CAPUCHOS, EM CAPARICA

não se podendo resignar ao captiveiro de seu filho, quiz aproveitar esta revolta dos Portuguezes para os matar a todos e tomar a fortaleza. Estava combinado pelos traidores que dez Mouros entrariam no castello e matariam o capitão; esperava a astuciosa mulher que, logo que se désse pelo fallecimento de Gonçalo Pereira, tocando o sino a rebate, como era natural, os Portuguezes dispersos pela cidade correriam ao castello, e seriam assassinados nas ruas pelos indigenas prevenidos. Este plano foi mallogrado pelo acaso, porque um Portuguez, não pôde foi esquivar-se aos golpes dos Mouros conjurados, que, impellidos por um Vicente da Fonseca, chefe dos descontentes, cairam sobre elle e assassinaram-n'o. Accudiu o feitor Luiz d'Andrade, pegou em armas a guarnição, os Mouros pagaram com a vida o crime, e os outros que estavam fóra, e que tinham sido surprehendidos pelos acontecimentos, antes do toque de rebate, que devia ser para os Portuguezes nas Molucas o que fôra o das Vesperas para os Francezes em Palermo, não poderam levar a cabo o seu plano.

Digitized by Google

Entretanto os revoltados acclamavam tumultuariamente para seu capitão Vicente da Fonseca, e celebravam a sua victoria n'uma orgia, cujas canções bacchicas se confundiam com as preces funebres do padre que acompanhava á misera sepultura o corpo do assassinado capitão. Luiz d'Andrade e outros que ainda conservavam no fundo do peito um lampejo do sentimento do dever, depois de protestarem debalde contra eleição tão illegal, partiram para a India, mas nada poderam obter. O governador da India e o governo de Portugal sanccionaram com o seu tacito consentimento a eleição de Vicente da Fonseca, e tão revoltantes scenas obtiveram assim um verdadeiro bill de indemnidade. Apezar d'isso nem a fortaleza nem o capitão ficaram tranquillos: quem satisfaz as suas ambições á custa d'um crime, mata o proprio somno, como o sombrio Machbeth de Shakspeare. Não é só o remorso a pungil-o, é tambem a desconfiança que lhe inspira uma auctoridade mal adquirida. Vicente da Fonseca andava sempre armado, não socegava nem de dia nem de noite, sonhando com assassinios e conspirações. Não o deixava tranquillo principalmente a existencia na fortaleza de um Braz Pereira, parente do capitão assassinado, e a quem os conjurados tinham querido primeiro dar o commando de Ternate. D'essas suspeitas constantes nasceram frequentes discordias, até que Braz Pereira, mettendo-se a bordo d'uma galeota, procurou incitar os soldados a revoltarem-se contra Vicente da Fonseca. Os indigenas estupefactos puderam vêr então uma galeota portugueza fazer fogo com os seus canhões contra as janellas do governador, e a artilheria do castello procurar metter no fundo a galeota de Braz Pereira. Este afinal foi preso, mettido a ferros n'um bergantim e remettido para a India.

Isto fazia com que os indigenas nos desprezassem moralmente, e que os ambiciosos de peiores instinctos se quizessem servir da nossa superioridade militar para conseguirem os seus fins. Os portuguezes de Ternate já não eram os representantes d'uma nação civilizada fazendo guerras e allianças, segundo a politica seguida para com elles pelos differentes régulos: eram flibusteiros, que serviam a quem mais pagava, sem respeito algum pelos tractados e pelas leis da gratidão. Um tal Patecarange, resolvido a revoltar-se contra o sultão de Ternate, Ayalo, e a pôr no seu logar um seu irmão bastardo, que tinha apenas treze annos e que se chamava Tarija, não teve grande difficuldade em pôr Vicente da Fonseca do seu lado, e o sultão de Ternate, que tantos serviços prestára aos Portuguezes, apezar de dever conservar contra elles um resentimento legitimo, porque o tinham conservado longo tempo como refens na fortaleza, foi expulso do seu reino pelos seus hospedes ingratos. Vicente da Fonseca, pondo ao serviço da sua cubiça a intrepidez dos seus soldados, perseguiu Ayalo até Tidor, onde se refugiára, e cujo sultão foi derrubado juntamente com o exul de Ternate. Isto deu logar a que um dos partidarios d'Ayalo, que estava preso na fortaleza, exacerbado pela noticia dos tormentos de seu amo, resolvesse matar o bastardo Tarija que na fortaleza vivia. Cego de raiva, poude conseguir quebrar os grilhões, mas, no impeto da sua furia selvagem, tomou uma creança por outra, e em vez de matar o pequeno sultão intruso, matou um filhinho de Vicente da Fonseca. Juizo secreto de Deus, diziam na fortaleza que fôra este acaso; impiedade manifesta, porque Deus não póde vingar-se dos culpados sobre os innocentes.

Em 1533 chegou a Ternate o novo commandante da fortaleza, que foi Tristão d'Athayde, o qual mandou Vicente

Digitized by Google

da Fonseca preso em ferros, para a India. Os governadores das Molucas nunca chegavam a Gôa senão assim; o que vale é que o ouro que traziam era lima segura, com que os grilhões, despedaçados n'um momento, lhes cahiam dos pulsos. Vicente da Fonseca não teve o mais leve castigo.

Apezar do modo austero como Tristão d'Athayde entrou em scena, não se imagine que deixou elle de seguir as tradições do seu antecessor. O seu primeiro acto, depois de ajudar os Castelhanos que ainda nas Molucas estavam a passar para a Europa, porque o imperador Carlos V, a troco de grossa quantia paga por D. João III, desistira afinal das suas pretensões, o seu primeiro acto foi, segundo dizemos, consentir, por bom dinheiro, que um ambicioso em Geilolo fizesse ao sultão d'essa ilha o mesmo que Patecarange fizera ao de Ternate.

Isto era um prenuncio, que se não desmentiu. No governo de Tristão d'Athayde os Portuguezes foram mais piratas, do que durante o governo tumultuario de Vicente da Fonseca. Um navio da ilha de Celebes, ainda então desconhecida aos Portuguezes, veiu commerciar a Ternate. Soube-se que trazia a bordo muito ouro, e Tristão d'Athayde não se envergonhou de mandar um escaler saltear o navio e roubal-o, atirando ao mar com os tripulantes! Isto produziu um verdadeiro escandalo em Ternate, porque ficava altamente prejudicado o commercio da ilha logo que em toda a parte se soubesse que havia alli uma fortaleza que era um ninho de ladrões, um asylo de piratas, um covil de flibusteiros. Sabendo o rumor que ia na cidade, receiou Tristão d'Athayde que o sultão se sublevasse, achou por conseguinte que era melhor substituil-o; descobriu outro bastardo, creança de doze annos, chamado Aeyro, que pôz em logar de Tarija, e logo, como sempre, appareceram ambiciosos para governarem a ilha durante a menor-edade d'el-rei.

Tristão d'Athayde participou o que fizéra aos sultões de Geilolo, Bascham, e Tidor, qne lhe responderam que andára muito bem, já que os governadores de Ternate podiam fazer e desfazer reis,

Real de 3 1/2 libras, de D. João I

sem que o governador da India por isso os punisse. Mas o de Bascham, que fôra sempre nosso alliado, não podendo supportar as exacções que Tristão de Athayde fazia no commercio do cravo, para mais depressa enriquecer, que era todo o seu fito, queixou-se, e foi punido das queixas por duas saltadas dos Portuguezes nas suas terras. Indignado armou-se contra elles, e foi batido, pois que a céga fortuna continuava a estar do nosso lado, protegendo a iniquidade; e viu a sua capital arrazada, os ossos de seus paes dispersos ao vento, porque os Portuguezes não achando na cidade grandes riquezas, violaram as sepulturas régias, e arrancaram de lá as ossadas dos antigos reis, esperando obter por ellas um resgate avultado!! «Que a grande cubiça, accrescenta singelamente um dos nossos chronistas, tudo tenta e nada perdoa!» O pobre monarcha, depois de assim vexado e humilhado, ainda teve de comprar a paz, dando ao insaciavel Tristão de Athayde duzentos bahares de cravo.

Tantas demasias fizeram com que emfim se conjurassem contra nós todos os chefes das Molucas, e, como o novo sultão de Ternate, Cachil Aeyro, não ousou entrar na conspiração, os seus subditos declararam que o não reconheciam soberano, pois que o fizéra tal o odiado

Digitized by Google

Tristão de Athayde, e, descobrindo o seu antigo rei Cachil Ayalo, que fugira quando Vicente da Fonseca fizéra rei Tarija, que Tristão de Athayde remettera preso para a India, acclamaram-n'o legitimo sultão. Antes porém que tudo isto se descobrisse tivéra um dos principaes indi-

COIMBRA — PIA BAPTISMAL EM S. JOÃO DE ALMEDINA (SECULO XV)

genas artes bastantes para fazer com que Tristão de Athayde desguarnecesse a fortaleza, mandando expedições a differentes ilhas d'aquelles mares, a Mindanáo, a Celebes, a Macassar. Bastou-lhe para isso dizer que eram essas ilhas abundantes em ouro. Accesa a natural cubiça dos Portuguezes, e principalmente dos Portuguezes das Molucas, partiram logo navios, e em Mindanáo o commandante da expedição, João Caminha, violando impiamente a fé jurada, e profanando a franca hospitalidade que recebera, practicou verdadeiras piratarias. Entretanto a conjuração rebentava nas Molucas, e a fortaleza, bloqueada estreitamente, começou a sentir falta de viveres, ao passo que os Portuguezes, destacados em differentes pontos do archipélago, eram assassinados sem piedade. Succedeu isto em 1535.

Tristão de Athayde desprezava estes inimigos, a quem estava costumado a vencer facilmente; mas não pensava elle que o desespero, a que os reduzira com as suas exacções e violencias, os transformára em leões, porque estavam já resolvidos, como diziam e faziam, a desamparar a ilha, se não podessem vencer os Portuguezes, arrancando primeiro todas as arvores de fructa e de cravo, de preferencia a supportar-lhes o despotismo.

Quando um povo chega a nutrir estes sentimentos, não ha bravura que o vença. E comtudo ainda os Portuguezes, depois de reforçados por um soccorro de 60 homens, que receberam de Malaca, puderam em algumas sortidas derrotar os indigenas, e abastecer-se de mantimentos. Mas n'outras occasiões não foram egualmente felizes, e no mar soffreram os nossos alguns desastres serios, com que os sitiantes se animaram, e que affrouxaram um pouco o prestigio militar dos Portuguezes.

Para o restabelecer pelo terror, não houve crueldade que os nossos não pra-

Digitized by Google

CERCO DE CANANOR

Digitized by Google

cticassem. Estremecemos de horrorizados quando lemos nos nossos chronistas a narração do que os Portuguezes fizeram n'uma sortida para buscar mantimentos, quando escassearam os viveres a tal ponto na fortaleza que nem já cães nem gatos se encontravam, manjares extremos a que os nossos estavam reduzidos. Transcreveremos litteralmente d'um dos nossos historiadores da India a narração, que não ousariamos fazer nós mesmos, temendo que nos accusassem de exaggerados. «Apercebendo-se todos o melhor que poderam, sahiram por terra demandar algumas povoações, que por mar não se atreveram por não terem polvora, e os Mouros andarem n'elle muito poderosos, e entrando muito pela ilha da outra banda, mataram alguma gente e aos que captivavam tornavam a soltar, depois de fazer n'elles varios gèneros de crueldade, porque a uns cortavam as mãos, *a outros esfolavam as cabeças até lhe descobrirem os cascos*, e lhe quebravam um olho, a outros quebravam as canas dos braços, a outros deixavam meios assados, e a outros com páus como espetos atravessados pelos braços e pernas[1].»

Não é um escriptor estrangeiro desejoso de nos desconceituar, não é um escriptor da escola philosophica do seculo passado, como Raynal, não somos nós emfim, que, tendo só em vista a imparcialidade, não hesitamos em narrar os feitos que nos deslustram como aquelles que nos honram, que escrevemos as linhas acima mencionadas; é Francisco de Andrade, o chronista de D. João III, quasi contemporaneo das scenas que narrava, que obedecia aos mesmos preconceitos que os seus compatriotas, e que ainda assim se horrorizava ao mostrar como era fertil em inventar torturas sem nome o engenho dos Portuguezes das Molucas.

Se na terra comtudo podiam os Portuguezes perpetrar impunemente estas barbaridades, no mar estavam sendo infelizes: um bergantim nosso foi tomado pelos navios de Geilolo, e uma pequena frota, commandada por Tristão d'Athayde em pessoa, só deveu a sua salvação ao vigor dos remeiros, que fizeram voar os barcos sobre o Oceano, e a um tiro feliz, que, despedaçando a capitania dos inimigos, affrouxou a perseguição. Era tempo que Antonio Galvão apparecesse.

Em outubro de 1536 appareceu effectivamente o heroico Portuguez á vista de Ternate, e logo os sitiados recobraram animo, e a intriga tambem começou a armar os seus laços, porque suppozeram que Antonio Galvão, segundo o costume, principiaria o governo pondo a ferros o seu antecessor, que na realidade o merecia, pelos muitos crimes que commettera. Mas a divisa do novo commandante da fortaleza era a moderação, e entendia elle que não devia suscitar discordias quando a união era tão necessaria. Foi o mesmo principio que o guiou, quando mandou propor paz aos reis colligados; mas estes, que julgaram vêr n'isso um symptoma de fraqueza, recusaram. De mais a mais já se não fiavam nas bondades dos nossos governadores, elles que tão illudidos tinham sido; mas d'esta vez enganaram-se. Antonio Galvão não era fraco nem pirata. A primeira cousa que fez foi sujeitar a regras severas a policia e administração da fortaleza, que tinham até ahi corrido perfeitamente á revelia.

Vendo que não podia pacificar as revoltas Molucas senão com a espada, Antonio Galvão preparou-se para fazer resplender de novo com todo o seu brilho n'esse canto do mundo, tão manchado pelos nossos vicios, o nome de Portugal. Os seus soldados estavam pa-

[1] *Chronica de D. João III*, 3.ª p., cap. 31, fl. 42.

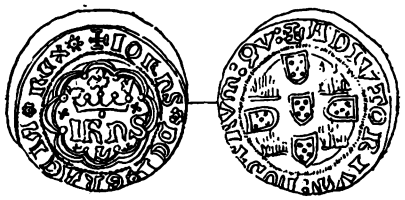
Digitized by Google

ra com os dos inimigos na proporção de um contra duzentos; não hesitou comtudo Antonio Galvão a ir procural-os a Tidor, onde se achavam concentrados. Atravessando impavidamente a esquadra inimiga, composta de mais de duzentas vellas, Galvão foi fundear junto de Tidor, e atacando logo em seguida a fortaleza e a cidade, tomou-as e reduziu-as a cinzas, depois d'um bravo combate em que o novo capitão desenvolveu tanto valor como pericia, e em que se mostrou tão bravo soldado como severo mantenedor da disciplina, o que não concorreu pouco para a victoria, porque os Portuguezes costumavam desmandar-se no saque, e Antonio Galvão soube reprimir essa tendencia de flibusteiros.

Envergonhados da derrota, quizeram os cinco sultões tomar a sua fortaleza, e prepararam-se para virem a Ternate combater a fortaleza; mas Antonio Galvão antecipou-se-lhes, e, tomando a iniciativa, derrotou-os de novo, ficando o sultão de Ternate morto, sendo o de Tidor obrigado a fazer pazes, e fugindo os outros tres, que não tardaram tambem a pedir misericordia. Estavam pois emfim pacificadas as Molucas.

Tristão de Athayde, que, da mesma forma que os indigenas, tomára a moderação do seu successor por fraqueza, quiz abusar d'ella, e não lhe faltaram partidarios entre esses piratas que alli existiam e que viam em Antonio Galvão um homem muito disposto a não lhes consentir os abusos e os roubos a que estavam costumados. Antonio Galvão, sem practicar violencias, soube cohibir as demasias de Tristão de Athayde, que afinal fugiu para a India, levando comsigo muitos dos Portuguezes, e deixando, como já era costume entre os governadores, a fortaleza quasi desguarnecida.

Mas a melhor defeza de Ternate estava na probidade e boa administração do governador, que por tal modo soube conciliar o respeito e o affecto dos indigenas, que, não querendo obedecer a Cachil Aeyro, o rei de Tristão d'Athayde, como lhe chamavam, quizeram elegel-o a elle, Antonio Galvão, para soberano. Era uma honra tanto mais apre-



Real de 3 1/8 libras, de D. João I

ciavel quanto os Portuguezes até ahi não tinham conquistado senão o odio e o desprezo dos naturaes. Antonio Galvão regeitou singelamente essa corôa que lhe offereciam, empenhou toda a sua influencia para que os de Ternate reconhecessem Cachil Aeyro como seu rei legitimo, e conservou simplesmente o commando da fortaleza, ao passo que todos os soldados lhe fugiam, porque não se davam bem com a nobre integridade, com a indole proba e disciplinadora do seu chefe.

E' por todos os modos notavel este vulto de Antonio Galvão. Soldado valente e capitão experimentado, salvou as Molucas, que se podiam considerar perdidas para a corôa de D. João III, se elle não vem restabelecer o prestigio das armas portuguezas; nobre caracter, homem desinteressado e probo, soube tambem restaurar a honra de Portugal, manchada por todos esses actos de infame pirataria, que tornam a historia das Molucas a pagina mais vergonhosa dos annaes das nossas conquistas. Depois das violencias, dos roubos, das perfidias, das atrocidades commettidas por Antonio de Brito, por D. Garcia Henriques, por D. Jorge de Menezes, por Vicente da Fonseca, por Tristão d'Athayde, consolamo-nos e alegramo-nos ao vêrmos Antonio Galvão practicar actos de tal ordem que levam os indi-

Digitized by Google

genas, reconhecidos, a offerecerem-lhe espontaneamente a corôa, e, o que ainda é mais notavel, ao vêrmos o illustre Portuguez recusar modestamente essa preciosa offerta. Pois não é só por tudo isso que o nome de Antonio Galvão se torna recommendavel: a sua mão, quando depôz a espada, pegou na penna, e consagrou os seus ocios, como consagrára a sua vida inteira de trabalho e de abnegação, ao engrandecimento e gloria da sua patria. E' elle o auctor do precioso livro *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, onde se acham recopilados todos os serviços prestados pelo reino de Portugal á geographia e á civilização, desde o tempo do infante D. Henrique até ao tempo do auctor.

Não é para aqui avaliarmos o merecimento do livro, que, entre muito altas qualidades, pecca, devemos confessal-o, por nimia credulidade; mas não podemos deixar de mencionar um facto altamente honroso para Antonio Galvão, e, por conseguinte, para Portugal, que póde reclamar a gloria da iniciativa em mais uma das grandes emprezas, cujo acabamento deve honrar o seculo XIX.

A abertura do isthmo de Suez fez com que a attenção dos homens da sciencia se voltasse para essas emprezas herculeas do rompimento dos isthmos, emprezas que podem abreviar as communicações, ligando entre si os mares, que esses tratos de terreno hoje ainda dividem. O rompimento do isthmo de Panamá, que liga a America septemtrional á America do sul, e separa do Atlantico o Pacifico, é uma idéa que tem occorrido a todos os espiritos illustrados, pois que, levada a effeito, evita o longo rodeio que os navios têem de dar, indo procurar o sul da America para atravessarem o estreito de Magalhães, ou dobrarem o cabo Horn afim de navegarem para o Oriente. Hoje que as discordias civis, que até agora têem retalhado as republicas da America Central, se acalmaram um pouco, hoje que, graças ao impulso d'alguns presidentes illustrados, os espiritos se voltam n'esses paizes para as grandes questões de desenvolvimento material e de civilização, a abertura do isthmo de Panamá é um facto resolvido.

Pois bem! houve um Portuguez illustre que primeiro no seculo XVI aventou essa idéa, e esse homem foi Antonio Galvão. E não se limitou a propôl-a, indicou tambem os meios mais proprios para ella se realizar, o sitio exacto (que é o de Darien) onde mais facilmente se podia rasgar o canal[1]. A sciencia moderna tem hesitado, tem procurado, e vê-se afinal obrigada a voltar, como a unica logica e possivel, á solução apresentada no seculo XVI por Antonio Galvão.

Esta gloria é-nos reconhecida pelos proprios estrangeiros, e Ferdinand Denis consagra um capitulo especial intitulado *Secção do isthmo de Panamá, proposta desde o seculo XVI* a reivindicar para Antonio Galvão a gloria d'esta iniciativa.

Pois bem, o homem que n'esse canto do Oriente deu novo lustre ás armas portuguezas, que fez respeitado o nome de Portugal que os seus antecessores haviam aviltado, que á gloria da patria consagrou a sua penna, que fez com que, n'esta epocha de esquecimento para nós, tivesse de se pronunciar o nome de Portugal quando se tractasse de uma empreza importante, o homem que regeitou uma corôa para conservar a prerogativa de cidadão portuguez, esse homem morreu pobre, esquecido e obscuro. O heroe das Molucas teve a sorte do heroe de Cochim. Antonio Galvão, como Duarte Pa-

---

[1] Antonio Galvão indica propriamente quatro sitios, onde se podia abrir um canal: ou do golfo de S. Miguel a Uraba, ou de Panamá a Nombre de Dios, ou pelo rio de Nicaragua, ou finalmente de Tagante (é o nome que elle dá a Darien) ao rio de Vera-Cruz. N'esta ultima proposta é que elle principalmente insiste,—*Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, pag. 75 e 76.

Digitized by Google

checo, sumiu-se no olvido. O homem que podia cingir a corôa do esplendido reino de Ternate, confundiu-se em Portugal na turba dos desprezados.

Era justo. Quando D. Jorge de Menezes, Vicente da Fonseca e Tristão de Athayde não recebiam o castigo devido ás suas malfeitorias, como havia de receber Antonio Galvão o premio da sua honestidade e do seu valor? Onde o crime é absolvido, a virtude deve esconder-se, onde as recompensas são para os ociosos da côrte, os homens que valem e que trabalham devem gloriar-se de não serem orvalhados por essa aguabenta da côrte, que só inunda os inuteis. Bem o sabia o grande observador Gil Vicente, quando pôz na bocca do seu *Clerigo da Beira* a conceituosa quadra:

Medraria este rapaz
Na côrte mais que ninguem,
Porque lá não fazem bem
Senão a quem menos faz.

CAPITULO III

Governo de D. Estevam da Gama.—Relações de Portugal com a Abyssinia no seculo XVI.—Expedição de D. Christovam da Gama

Por morte do vice-rei D. Garcia de Noronha, foi pois reconhecido, como dissémos, por governador da India D. Estevam da Gama, filho do grande Vasco da Gama, e capitão que fôra de Malaca, onde muito se distinguira, succedendo a seu irmão D. Paulo da Gama, que fôra morto n'uma batalha que perdêra contra o sultão de Ugentana.

Este sultão de Ugentana, que, juntamente com o de Achem na ilha de Sumatra, era o mais cruel inimigo da nossa fortaleza, vinha a ser soberano do reino, conhecido anteriormente pelo nome de Bintam, a que Pedro Mascarenhas infligira tão severa derrota. O grande e infeliz general portuguez destruira completamente e arrazára a cidade de Bintam que dava o nome ao reino, mas o sultão, transportando para Ugentana os seus arruinados lares alli se estabelecêra, e, depois de recobrado do longo terror que no seu animo tinham produzido as victorias de Pedro Mascarenhas, continuára a fazer guerra a Malaca, poden-

LEÃO X

Digitized by Google

do algumas vezes vingar-se dos nossos, mas recebendo outras vezes licções tão formidaveis, como as que lhe deu D. Estevam da Gama. Tambem duas vezes o digno filho do grande almirante mallográra as tentativas feitas pelo sultão de Achem para se apoderar de Malaca, e o fizera voltar á sua ilha de Sumatra, com o seu exercito destroçado e a sua frota anniquilada.

Vejâmos agora rapidamente o que fez D. Estevam da Gama na India durante o seu curto governo.

D. Estevam da Gama, sem occupar na historia da India um logar muito notavel, é, comtudo, uma figura sympathica. Perfeito gentil-homem, se não tinha a energia necessaria para reprimir os excessos a que os Portuguezes se entregavam no Oriente, pelo menos tinha a senhoril altivez que infunde um certo respeito e acorda nos animos o adormecido sentimento da honra. Ora, D. Estevam tinha intenções rectas e reformadoras, e, ainda que não ousasse empregar outras armas que não fossem a persuasão e o exemplo, alguma cousa conseguiu comtudo. Assim as casas dos fidalgos em Gôa eram uns verdadeiros coutos de malfeitores. D. Estevam da Gama admoestou-os para que não dessem o escandalo de se oppôrem ao andamento da justiça. «Nenhum houve n'aquelle ajuntamento, diz Francisco d'Andrade, que replicasse ao governador, porque na verdade a proposta foi tal que não havia n'ella réplica, antes louvando-lhe muito a determinação e os bons termos de que n'ella usava, o acompanhavam melhor d'ahi por deante em todas as partes», etc.[1]

Alguma influencia exerciam pois n'aquelles espiritos corrompidos a nobreza do caracter e a fidalguia das maneiras. Essas qualidades possuiam-n'as em alto gráu os dois filhos de Vasco da Gama, tanto D. Estevam, como D. Christovam, que, encarregado por seu irmão de castigar o arel de Porká, por causa d'um insulto feito aos Portuguezes, viu os fidalgos disputarem entre si a honra de o acompanharem, tanto estimavam a sua lhaneza de maneiras, e tanto sympathizavam com o seu generoso e verdadeiramente fidalgo espirito.

O acontecimento mais notavel do governo de D. Estevam da Gama foi a sua expedição ao Mar-Roxo, para onde partiu no principio de 1541 afim de destruir no seu germen a nova esquadra que diziam estar o pachá do Egypto preparando em Suez. Deixando os navios grossos da armada na costa da Abyssinia em Massuah, D. Estevam da Gama com os navios ligeiros chegou até Suez, espalhou o terror na costa, e, vendo que effectivamente o pachá estava armando galés, que elle não podia destruir por estarem bem defendidas, e dispôr unicamente dos vasos ligeiros, regressou a Massuah, de onde enviou ao *Négus* da Abyssinia um soccorro que este lhe mandára pedir contra o scheick de Zeilah que lhe fazia uma guerra cruel.

E' tempo agora de darmos conta das relações que tivemos com a Abyssinia no seculo XVI, quando ainda para os outros povos da Europa esse paiz e o seu legendario soberano eram apenas um vago sonho de navegadores. Essas relações deixaram ahi tão profundos vestigios, que ainda hoje os encontram os viajantes europeus que percorrem esse paiz mysterioso. «Os monumentos que os Portuguezes aqui deixaram, parecem construidos com cimento romano», dizia Guilherme Lejean, que foi consul de França junto do celebre Theodoro II, que attrahiu por algum tempo a attenção da Europa.

É curioso vêr a expedição portugueza commandada por D. Christovam da Gama, marchando em 1541 pelos mesmos

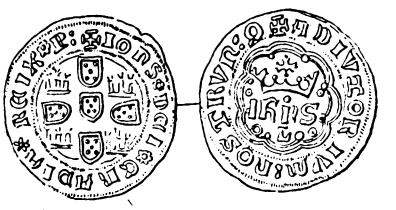
[1] *Chronica de D. João III*, 3.º parte, cap. 74, fl. 100.

Digitized by Google

sitios que percorreu em 1868 a expedição de sir Roberto Napier, vencendo as mesmas difficuldades, mas com recursos infinitamente menores do que os de que dispunha o general das forças inglezas. O exercito, que D. Estevam da Gama enviou em soccorro do négus contra o scheick de Zeilah, constava de quatrocentos homens, escolhidos entre os melhores soldados da armada, cento e cincoenta debaixo do commando directo de D. Christovam da Gama, irmão do governador, e general em chefe, os restantes duzentos e cincoenta divididos em cinco companhias de que eram commandantes Manuel da Cunha, João da Fonseca, Francisco d'Abreu, Onofre d'Abreu e Francisco Velho. A artilharia compunha-se de oito peças, dois berços e seis meios-berços; levavam os nossos seis mosquetes encarretados, muita polvora, muitas munições de guerra, e armas de sobrecellente. Escolhêra D. Estevam da Gama entre os melhores bombardeiros da armada os dez mais peritos para os entregar a seu irmão. Um *dedjaz*, ou grande do reino, enviado pelo *negus*, forneceu camellos, bois, mulas e todos os outros meios de transporte. João Bermudes, nomeado pelo Papa patriarcha da Abyssinia, acompanhava a expedição, que se pôz em marcha definitivamente no dia 5 de junho de 1541.

Vejâmos agora qual era a força do exercito inglez, que em fevereiro de 1868 seguiu as pisadas dos quatrocentos Portuguezes do seculo XVI. Iremos buscar as nossas informações a um artigo publicado na *Revista dos Dois Mundos*, por um official francez que acompanhou a expedição ingleza:

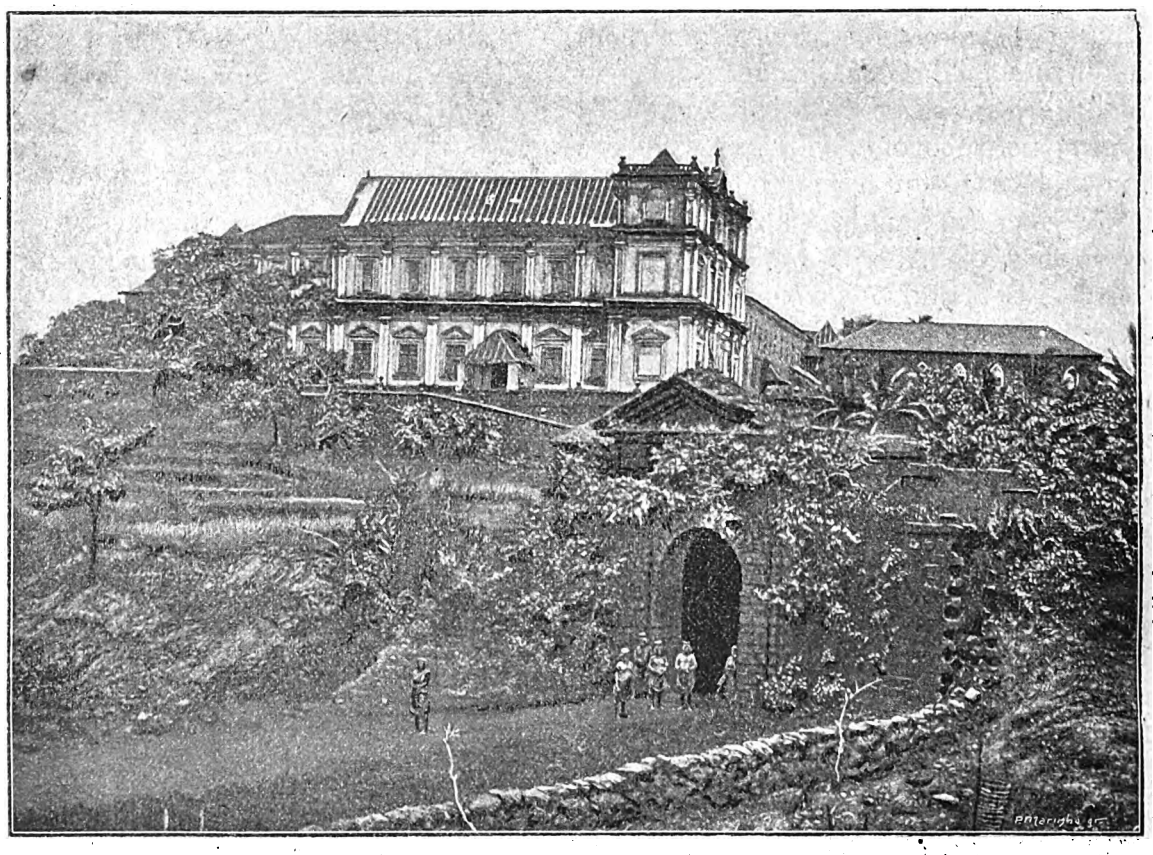
«O corpo expedicionario organizava-se em Bombaim. O governo da rainha decretára a sua força e a sua composição em conformidade das propostas de sir Roberto Napier. O exercito devia comprehender quatro regimentos de infanteria europêa e dez de infanteria indigena, dois esquadrões de dragões inglezes, quatro regimentos de cavallaria da India, cinco baterias de artilheria, uma companhia d'engenheiros europeus, nove companhias de sapadores da India, serviços administrativos em proporção consideravel, emfim um numeroso pessoal de creados, e animaes de transporte de toda a especie. O effectivo dos combatentes consistia em quinhentos officiaes de todos os postos, quatro mil e quinhentos soldados europeus e nove mil e quinhentos indigenas; o numero das pessoas que seguiam o exercito attingia o algarismo de vinte e sete mil; o numero dos animaes comprehendia perto de dois mil e quinhentos cavallos de sella ou de tiro para cavallaria e artilharia, dezeseis mil machos, mil e seiscentos cavallos de carga, seis mil camellos, mil e oitocentos burros, sete mil bois de tiro ou de carga, e quarenta e quatro elephantes destinados ao transporte da artilharia de campanha nas regiões montanhosas. Basta um algarismo para dar uma idéa exacta do que era o effectivo d'esse corpo expedicionario, é a somma geral dos homens embarcados em Zoulla depois da expedição; esse algarismo é: quarenta e dois mil seiscentos e noventa e nove. Póde-se achar esta força fóra de proporção com o fim a que se pretendia attingir; mas, se reflectirmos em todas as difficuldades que devia prevêr um commandante em chefe empenhado em tão aventurosa empreza, e nos lembrarmos das predicções de uma campanha de muitos annos, predicções que seria imprudente classificar então de chimericas,



Real de 3 ¹/₄ libras, de D. João I

Digitized by Google

concordaremos que com os seus quatorze mil combatentes o exercito inglez estava realmente em medida de fazer face a todas as eventualidades que podia temer a prudencia do governo britannico. Emquanto aos vinte e sete mil serventes, e ao numero exorbitante dos animaes de transporte, é bom lembrarmos que os habitos do exercito da India tovam da Gama ia pelo contrario soccorrel-o. Isto em nada diminuia as difficuldades que os Portuguezes tinham de vencer, porque o scheick de Zeilah, contra o qual a expedição se dirigia, senhor pela conquista de quasi toda a Abyssinia, podia, como effectivamente fez, salteal-o na marcha, emquanto sir Roberto Napier caminhava seguro por en-



SEMINARIO DE RACHOL E PORTA DA ANTIGA PRAÇA DE RACHOL, NA INDIA

não se parecem em nada com os dos exercitos da Europa. As privações extremas que teve de se impôr o corpo expedicionario da Abyssinia pareciam de resto provar que estes algarismos nada tinham de excessivo»[1].

Dir-nos-hão que sir Robert Napier ia desthronar o négus, emquanto D. Christre os vassallos descendentes de Theodoro.

As duas expedições partiram quasi do mesmo ponto, pois que D. Christovam da Gama desembarcou em Massuah, e sir Robert Napier na bahia d'Annesley, apenas algumas leguas ao sul. Ambos tiveram que atravessar as invias montanhas que separam a beira-mar da vasta planura que propriamente constitue a Abyssinia; ambos tiveram que luctar com as difficuldades quasi insuperaveis dos desfiladeiros terriveis, dos abysmos ver-

[1] Louis d'Hendecourt. «L'expédition d'Abyssinie en 1868. Souvenirs et impressions d'un officier français attaché à l'état major de sir Robert Napier,» art. publicado na *Revue des deux mondes*, t. 80, pag. 532 (1.º d'abril de 1869).

Digitized by Google

tiginosos, da aridez do paiz, que não offerece recursos de qualidade alguma. Os Inglezes porém tinham todos os recursos da civilização do seculo XIX. Cinco mezes esteve a engenharia preparando tudo o necessario para facilitar a marcha do exercito: construiu-se um caminho de ferro ligando com o mar o sopé das montanhas; fazendo saltar rochedos com o auxilio da polvora, trabalhando com ardor, construiram os sapadores inglezes entre Sénafé e Zoula uma estrada, propria para carros, de uns poucos de kilometros de comprimento; pela Hespanha, pela Syria, pelo Egypto andavam officiaes inglezes, comprando mulas que servissem para o transporte da artilharia nas montanhas; havia apparelhos distillatorios para transformar em agua potavel a pessima agua que os poços forneciam, e tinham-se tomado todas as precauções, tinham-se feito todos os contractos para que não faltassem os viveres ao exercito expedicionario; e, apezar de tudo isto, considerou-se a campanha da Abyssinia como altamente gloriosa para o exercito inglez, e sir Roberto Napier dizia com orgulho aos seus soldados n'uma ordem do dia: «Soldados da Abyssinia, a rainha e o povo da Inglaterra confiaram-vos uma expedição penosissima... Percorrestes debaixo de um sol tropical ou debaixo de torrentes de chuva 400 milhas de um paiz montanhoso; atravessastes muitas cordilheiras de uma elevação de mais de 10:000 pés, por veredas onde as vossas provisões vos não podiam seguir...» [1]

Quereis agora ouvir, para contrastar com a descripção d'esses immensos preparativos, uma descripção bem singela?

E' a que se encerra no periodo consagrado pelo chronista Francisco d'Andrade aos trabalhos da expedição de D. Christovam da Gama: «D'aqui (da beira-mar) foram os nossos caminhando alguns dias com assaz de trabalho da quentura do sol, e da falta d'agua por umas serranias tão fragosas e intractaveis, que em alguns logares foi necessario descarregarem-se os camellos e mulas que levavam a artilharia, munições e todo o mais meneio do exercito, e passaram tudo isto os soldados ás cos-

FR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

[1] H. Blerzy, «La Guerre d'Abyssinie—L'Expédition anglaise et la chute de Théodore II.» artigo publicado na *Revue des deux mondes*, t. 76, pag. 450 (15 de julho de 1868).

Digitized by Google

tas, porque os caminhos não consentiam outra cousa» [1].

Note-se que, de mais a mais, D. Christovam da Gama caminhava por um paiz desconhecido, emquanto sir Roberto Napier, além de conhecer as relações dos viajantes, levava comsigo, como guia, o major Grant, o célebre explorador das fontes do Nilo. Além d'isso Napier sabia quanto é perigosa na Abyssinia a estação chuvosa, e dispoz as cousas de maneira que tinha a campanha terminada antes que as chuvas começassem, pois que retirava em maio, tendo aberto a campanha em fevereiro. D. Christovam punha-se em marcha em pleno mez de julho na occasião mais critica.

Tiveram os nossos 400 Portuguezes que sustentar bastantes combates com differentes destacamentos das tropas do scheick de Zeilah, em que sahiram sempre victoriosos, até que, afinal, o proprio scheick, auxiliado por mil Turcos, que mandára pedir ao pachá de Zebid, atacou as tropas portuguezas, que, reduzidas á sua propria força, sem serem apoiadas nem por um só soldado do nègus, ou Prestes João, como ainda diziam, depois de fazerem prodigios de valor, foram destroçados, cahindo D. Christovam da Gama no poder do inimigo, que o torturou e insultou por todos os modos, até lhe dar a morte. Escaparam á derrota apenas cento e trinta Portuguezes, que se juntaram ao exercito que o nègus podéra reunir, mas que ainda assim souberam sustentar a gloria da patria, porque á sua pericia, á sua intrepidez, á sua energica iniciativa foi que o nègus deveu a victoria, e com a victoria o throno. Seria suspeito o nosso chronista que attribue á «ordem e grande esforço dos Portuguezes» o triumpho obtido pelo nègus; mas não é de certo o escriptor francez Guilherme Lejean, que foi consul na Abyssinia, que poude estudar a historia d'esse paiz nos chronistas indigenas, e que escreve, comtudo, esta phrase significativa:

«Os Portuguezes salvaram, no seculo XVI, a dynastia abyssinia.»

Estes cento e trinta Portuguezes nunca mais voltaram á sua patria, porque o nègus os recompensou largamente, dando-lhes terras e riquezas no seu paiz. Exerceram por muito tempo os nossos grande influencia na Abyssinia, espalhando os beneficios da civilização n'esse paiz inculto; entraram tambem alli os Jesuitas, e, segundo os seu habitos insinuantes, conseguiram dominar de tal fórma o espirito dos soberanos, que não eram estes senão uma especie de *rois fainéants,* subjugados por uns *maires du palais* de roupeta negra. Os espiritos revoltaram-se afinal contra este jugo, e os Jesuitas foram expulsos, com os Jesuitas os Portuguezes, e aos Europeus, até aos fins do seculo XVIII, ficou de novo cerrado o ingresso d'esse paiz.

Então os viajantes inglezes e francezes á porfia tractaram de percorrer, de explorar, e de estudar a Abyssinia, mas, assim como sir Roberto Napier fôra precedido por D. Christovam da Gama, assim Bruce, Lefebvre, Lejean, etc., encontraram Portuguezes como predecessores. Pero da Covilhã nada escrevêra, Duarte Galvão morrêra no Mar Roxo, sem chegar a entrar na Abyssinia, o primeiro livro que dá noticias desenvolvidas ácerca d'esse paiz mysterioso é o que foi escripto pelo padre Francisco Alvares, companheiro do embaixador D. Rodrigo de Lima.

O que um recente viajante francez, Lefebvre, diz ácerca da Abyssinia, prova exuberantemente que ao padre Francisco Alvares pertence a gloria de ter dado á Europa as primeiras informações ácerca do reino do supposto Prestes-João: «A

[1] Francisco d'Andrade. *Chronica d'el-rei D. João III*, 3.ª parte, cap. LXXX, fl. 107, verso.

Digitized by Google

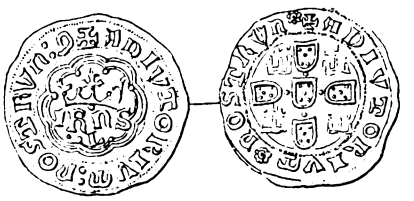
Abyssinia, escreve elle, não teve progresso algum intellectual; isso resulta principalmente da sua posição isolada e da ausencia completa de communicações com paizes que lhe fossem eguaes em civilização; porque não havia povo algum dos que a rodeavam que de facto a não sequestrasse do resto do mundo, a ponto que *antes de Alvares e dos Portuguezes* debalde se procuraria o minimo vestigio de relação directa da Abyssinia com algum dos paizes europeus!»

Ouçâmos agora o que Ferdinand Denis escreve ácerca do livro do padre portuguez:

«Depois de ter percorrido corajosamente paizes desconhecidos, mas no meio dos quaes pelo menos não cessava de se achar no seio de populações christãs, Francisco Alvares quiz por uma relação sincera apagar os sonhos que ainda velavam aos olhos de muita gente o imperio do Prestes-João. Para que nada faltasse materialmente á sua obra, foi a Paris procurar letras gravadas, caracteres, e mesmo operarios, que julgou, talvez com alguma prevenção, superiores aos de Galhardo, o diligente impressor de Lisboa. A primeira edição do seu livro appareceu em 1540, e entre outros esclarecimentos preciosos teve-se emfim um retrato desenhado *de visu* do famoso Prestes-João, que até essa epocha debalde se procurara. No tempo de Alvares era um bonito rapaz, nem muito negro, nem muito queimado, tirando para a côr dourada «de maçã bayoneza nam muito parda, e em sua côr bem gentil-homem». A obra do zeloso capellão foi traduzida immediatamente em hespanhol, e, no anno seguinte *L'Historiale description de L'Éthiopie contenant la vraye relation des terres et pays du grand Roy et Empereur Preste-Jan* apparecia em Antuerpia em casa de Plantin; a traducção italiana só viu a luz em 1563.»

O titulo original d'este velho livro, hoje rarissimo, é o seguinte:

«*Preste Joam das Indias. Verdadera informaçam das terras do Preste Joam segundo vio et escreveo ho padre Francisco Alvares capellam d'El-Rey nosso senhor. Agora novamente impresso por*



Real de 3 ½ libras de D. João I

mandado do dito senhor em casa de Luis Rodrigues livreiro de sua alteza. (Lisboa) MXDL.»

Depois de Francisco Alvares, o patriarcha da Abyssinia, João Bermudes, que, segundo vimos, acompanhou D. Christovam da Gama, e que residiu na côrte do négus até 1556, escreveu tambem uma relação da sua viagem, em que miudamente conta os successos da expedição de D. Christovam da Gama. Este livro curioso sahiu ultimamente dos prélos da Academia Real das Sciencias de Lisboa, precedido de um prologo devido á penna do laborioso e incansavel erudito Rodrigo Felner[1].

Deixaremos de parte a relação escripta por Damião de Goes, á vista principalmente do livro de Francisco Alvares, e o que o padre Balthazar Telles conta na sua *Chronica da Companhia de Jesus* ácerca da estada dos Jesuitas n'esse paiz, para reivindicarmos mais uma gloria que nos pertence, mais uma descoberta importante em que fomos nós que tomámos a iniciativa, e que o mundo attribue porém a dois Inglezes nossos contemporaneos. Devemos dizer comtudo, em honra da illustrada Inglaterra, que foi tambem um dos seus filhos que nos res-

[1] Este prologo sahiu posthumo. O livro publicou-se depois da morte de Felner, que dirigira a edição.

Digitized by Google

tituiu esse brazão, sem que o cegasse o preconceito nacional, e entendendo que devia antepôr a verdade a todas as considerações que lhe poderia suggerir o amor-proprio britannico.

Transcreveremos as proprias palavras do sr. Ricardo Henrique Major, auctor da *Vida do Infante D. Henrique*, tantas vezes citada n'estas paginas com o elogio que merece e o reconhecimento que todos os Portuguezes lhe devemos.

Depois de ter narrado o descobrimento do Congo, continua assim o illustre historiador:

«Um seculo depois, estando os Portuguezes bem estabelecidos no Congo, achamos um dos seus compatriotas, Duarte Lopes, indo em missão do rei do Congo ao Papa Sixto V e a Philippe II rei de Hespanha e Portugal, a fim de representar o deploravel estado da Christandade n'esse paiz e n'esse tempo, e pedir missionarios. Lopes relatou então a Philippe Pigafetta o resultado das suas observações emquanto esteve em Africa durante os annos de 1578 a 1587: e esta narrativa, debaixo do titulo de «Relatione del reame di Congo» foi publicada por Pigafetta em Roma, em 1591, 4.° Esta obra rara é acompanhada por dois mappas, de um dos quaes dou uma reducção annexa, e tanto d'elle, como da noticia que passo a extractar do texto, se verá que os dois grandes lagos equatoriaes, Victoria Nyanza e Albert Nyanza, com o seu provavel alimentador meridional, lago Tanganyika, de cuja positiva existencia só nos deram conhecimento em annos recentes os nossos nobres exploradores, Barton e Speke e sir Samuel Baker, foram então desenhados e descriptos em conformidade das informações colhidas na Africa por um Portuguez ha trezentos annos. Mas, posto que assim apresentados e descriptos, esses tres grandes factos, de tão vital importancia para a questão do descobrimento das fontes do Nilo, dormiram e ficaram sem serem repetidos pelos geographos, durante aquelles seculos todos, até que os nossos valentes aventureiros descobriram a verdade absolutamente por informação pessoal.

«O simples facto do mappa exhibindo, como nenhum dos seus predecessores ou successores fizera, esses tres importantes lagos tão recentemente descobertos, seria sufficiente para justificar a esperança que tenho de esclarecer pontos que não foram ainda estabelecidos por satisfactoria observação moderna. Mas, posto que a sua delineação pareça vaga e estranha a olhos costumados a cartographia mais clara e mais systematica, este mappa contém varios outros *items* de informação que eu posso apontar como faltando em mappas subsequentes, até se tornarem factos positivos, graças a explorações modernas.

«Para principiarmos pelo norte, não é pouco provavel que no lago Chinanda devâmos reconhecer o lago Chad de Clapperton, posto que muito ao norte de sua verdadeira posição, e o Lago de Nubia pode perfeitamente ser o Liba Lak, mas d'este falo eu com muita hesitação. Posso com muito maior confiança chamar a attenção para o facto de que pela primeira vez n'este mappa é apresentado o grande imperio de Monomuezi ou Uniamuezi, occupando d'um modo notavelmente accentuado uma posição entre o mais oriental dos dois lagos equatoriaes e outro lago vasto para o sudoeste, correspondendo exactamente á verdadeira posição d'aquelle paiz entre o Victoria Nyanza e o lago Tanganyika. Ao nordeste está o lago Barcena correspondendo ao Lago Dembes, com um affluente do Nilo Branco sahindo d'elle — facto de modo nenhum indigno de noticia, mesmo apezar do vago da delineacão nos deixar em duvida se é ao Atbara ou ao Bar-el-Azreh que o mappa se refere: além d'isso o nome de Barcena ainda sobrevive n'um affluente

Digitized by Google

do Nilo Branco. Nem é sem significação que para o noroeste do Lago Colue, que corresponde ao Victoria Nyanza, occorra a palavra Barimboa proximamente exprimindo Baringo, sendo assim effectivamente designadas as aguas que ficam ao noroeste do grande lago.

«Se caminhâmos para o sul, achâmos proximos d'outros dois os nomes de Matemba e Quimbebe suggerindo a ideia d'uma informação indistincta ácerca de Kabebe, a côrte do grande soberano de Matiamvo, de quem era tributario o rei de Casembe. Ainda mais para o sul, no tropico de Capricornio, achâmos a palavra Butua representando na sua verdadeira posição o paiz dos Bechuanas. Temos aqui uma somma sufficiente de informações proximamente correctas, taes como foram estabelecidas por explorações recentes, para nos justificar de inquirirmos que mais nos póde dizer o auctor do mappa com referencia ao importante assumpto de que se tracta. Infelizmente não encontrâmos alli a mais leve noticia de *dois* grandes lagos para o sul d'estes do Equador. Só d'um se fala, mas eu quero mostrar que os dois grandes lagos de Tanganyika e o Nyassa de Levingstone foram confundidos n'um só, sem duvida por se haver colhido informações de varias fontes. O seguinte é o que nos diz a obra, que o mappa a que nos referimos, illustra:

VIANNA DO CASTELLO — EGREJA DE SANTA CRUZ (S. DOMINGOS)

«O Nilo não nasce no paiz de Bel «Gian *i. e.* Prestes João (o imperador «da Abyssinia) nem nas montanhas da «lua, como Ptolemeu escreve, de dois «lagos jazendo a leste e oeste um do «outro, com perto de quatrocentas e «cincoenta milhas de intervallo. Porque «na latitude em que elle colloca estes «dois lagos está o reino do Congo e «Angola ao occidente, e a leste o impe«rio do Monomotapa e o reino de Sofa«la, sendo a distancia de mar a mar de

Digitized by Google

«mil e duzentas milhas. N'esta região «affirmou Lopes que havia só um lago, «nos confins d'Angola e do Monomota- «pa. Tem cento e noventa e cinco mi- «lhas de diametro, como lh'o disseram «os povos d'Angola, a occidente, e os «do Monomotapa a leste, e ao passo «que nos dão d'este plena noticia, não «mencionam outros lagos, d'onde pode- «mos concluir que não ha outro n'esta «latitude. E' verdade que ha dois lagos, «porém jazendo, não a leste e a oeste, «mas a norte e sul um do outro, e com «perto de quatrocentas milhas de inter- «vallo. Alguns dos indigenas pensam que «o Nilo, sahindo do primeiro lago, corre «por baixo da terra e depois apparece; «mas Lopes nega isso. O primeiro lago «está a doze milhas de latitude sul, e é «similhante a uma concha, e rodeado «por altissimas montanhas onde se en- «contra salitre e prata. O Nilo corre d'alli «duzentas e vinte milhas para o norte, e «entra n'um outro grandissimo lago, a «que os indigenas dão o nome de mar. «E' maior do que o primeiro, porque «tem duzentas e vinte milhas de diame- «tro, e fica debaixo da linha equinoxial. «A'cerca d'este lago dão informação cer- «tissima os Anzichi, proximo do Congo. «Dizem que ha a bordo d'este lago po- «vos que viajam em grandes navios, e «que escrevem, e que teem pesos e me- «didas como não ha no Congo. As suas «casas são construidas de pedra e cal, «similhantes ás dos Portuguezes, de «onde se póde deduzir que não fica «longe o Prestes João. Sahindo d'esta «segunda lagôa corre o Nilo setecentas «milhas até á ilha de Meroé, e recebe «outros rios, dos quaes o principal é o «rio Colues, assim chamado porque sahe «d'um lago d'esse nome na fronteira de «Melinde, e, quando o Nilo chega a Me- «roe, divide-se em dois braços, e abrange «uma terra alta, chamada Meroé, a cuja «direita, a leste, fica um rio chamado «Abagni, que nasce no lago Bracino e «atravessa o imperio de Prestes João até «chegar áquella ilha.»

«Agora, se algum valor ha n'esta noticia, coincidindo como coincide com grande exactidão com o que nós sabemos ácerca da posição relativa dos dois lagos equatoriaes e do Tanganyika, é impossivel evitar identificar o ultimo lago com o que alli está descripto como a fonte do Nilo, que confirma a suggestão recentemente apresentada pelo nosso distincto geographo, Mr. Findlay, que as aguas do lago Tanganyika trasbordam para o Albert Nyanza. (Vidé *Transacções da Real Sociedade Geographica,* sessão de 3 de junho de 1867.) Ao mesmo tempo, a latitude de 12° S, e o collocar o lago descripto nos confins d'Angola e Monomotapa, claramente indicam o lago Nyassa de Levingstone; mas é muito possivel que de se haver colhido dos indigenas uma certa somma de noticias ácerca d'estes dois lagos, e de não serem essas informações completas, facilmente houvesse nascido a confusão[1].»

Temos pois, tanto na sciencia como na conquista, os Portuguezes antecipando-se aqui, assim como em toda a parte, aos outros povos europeus. Sir Roberto Napier, sulcando com as suas valentes cohortes as áridas solidões das montanhas da Abyssinia, em cujas fragas inhospitas parecia não ter podido nunca pousar um pé humano, não fazia mais do que seguir os vestigios, apagados pelo decorrer dos seculos, da aventurosa marcha dos quatrocentos bravos de D. Christovam da Gama, e o écco d'essas cumiadas altissimas, ao repetir o estrondo dos canhões Leicester, e das carabinas Snider, lembrava-se vagamente de ter repetido o troar dos berços e dos mosquetes encarretados da milicia portugueza de 1541.

[1] Major, *Life of prince Henry*, pag. 334.

Digitized by Google

Na sciencia tambem o que os Inglezes nos apresentam hoje como novo, já os Portuguezes o sabiam desde 1587. As fontes do Nilo que Bruce debalde procurava, que Burton, Speke, Grant, Baker pensavam descortinar nos celebres lagos Victoria e Alberto Nyanza, já Duarte Lopes as sondára tambem, e, se a sua sombra pairasse nos logares que elle percorreu em vida, um sorriso lhe havia de desfranzir a face espectral quando Grant soltou um grito d'enthusiasmo e d'orgulho, ao vêr o Nilo brotar espumante do lago a cujas margens julgava o Inglez ser o primeiro europeu que chegára, mas devia de novo franzir-se irritado, quando o insolente Levingstone, dando, como *descobridor*, o nome de lago Nyassa áquelle que Duarte Lopes demarcára já desde o seculo XVI com o nome de lago Aqueluna, aproveitasse o ensejo para soltar contra a nação gloriosa, que em tudo precedeu a sua, um brado calumnioso de despreso e de sarcasmo... Não tornêmos comtudo responsavel pelas demasias d'um dos seus mais vaidosos filhos a nobre Inglaterra, pois que foi alli tambem que encontrámos um strenuo campeão, um reivindicador incansavel das glorias portuguezas, o illustre e sapiente geographo Henry Major.

CAPITULO IV

Martim Affonso de Souza

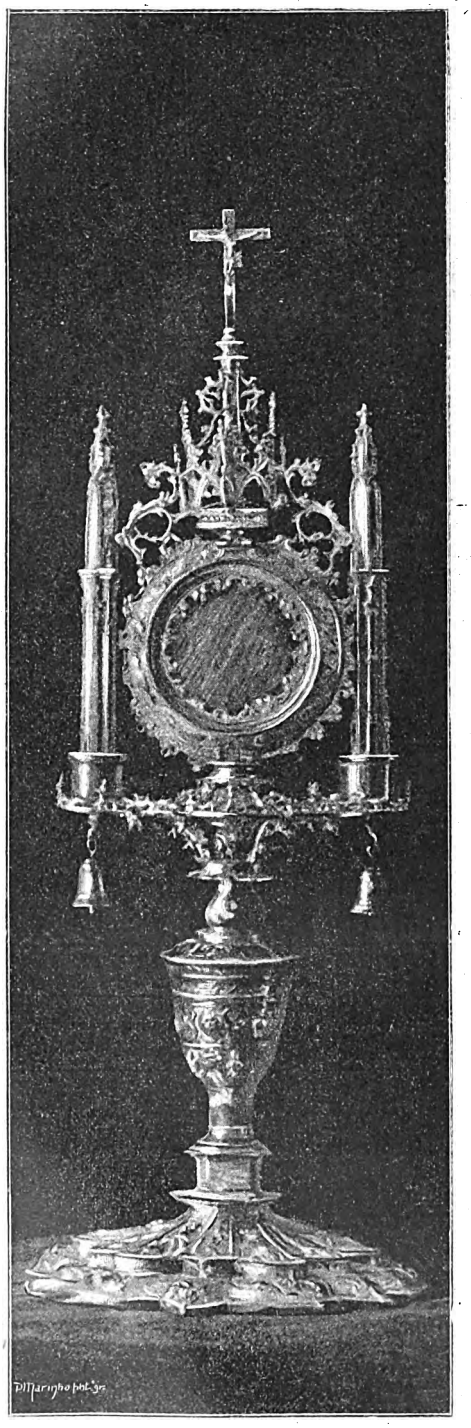
Um dos mais soffregos governadores que teve a India Portugueza foi sem duvida Martim Affonso de Sousa; a sua sêde insaciavel de ouro e de riquezas obrigou-o a practicar actos que o deshonravam a elle e deshonravam o nome de Portugal, mas não deixava por isso de ser não só um dos mais valentes, mas tambem um dos nossos mais illustrados capitães, verdadeiro homem de sciencia, occupando-se nas suas viagem de observações mathematicas e astronomicas, como qualquer dos modernos viajantes.

Esse amor pela sciencia associava-se, n'aquelle singular espirito, a um fervente amor pelo ganho e pela riqueza. Por isso tem duas faces, uma luminosa, outra sombria, o vulto de Martim Affonso de Sousa, um dos typos mais acabados do seculo XVI, da raça d'esses homens que tanto figuravam na Italia d'esse tempo como *condottieri* ou como principes, valentes, illustrados, sabios mesmo, prodigos, generosos, ambiciosos de ouro, arrojando-o ás mãos cheias, e não recuando deante das punhaladas para encher os cofres, homens como Cesar Borgia na politica, Benvenuto Cellini nas artes, homens em cujo organismo se manifestam com mais viva exuberancia as qualidades e os defeitos do animal humano. Martim Affonso de Sousa era entre nós o perfeito representante d'essa geração potente e violenta que fez a Renascença e que practicou as grandes obras e os grandes crimes da historia.

Filho de Lopo de Sousa, senhor do Prado, de Pavia e de Baltar, e de D. Brites de Albuquerque, Martim Affonso de Sousa nasceu em Villa Viçosa, foi depois viver em Bragança, onde teve a honra insigne de conhecer o grão-capitão Gonçalo Fernandes de Cordova que fôra visitar seu pae. Conta-se até que dando-lhe Gonçalo Fernandes de Cordova uma

Digitized by Google

joia de ouro, a creança preferiu a espada. Barbosa Machado vê n'isto o claro indicio de que o pequeno tinha de ser



CUSTODIA DA SARDOURA

heroe. Não ha n'esse caso senão heroes no mundo, porque todos sabemos que, entre um objecto precioso e uma espada, não ha creança que deixe de escolher a espada. É certo porém que Martim Affonso de Sousa não tardou a manifestar-se homem de incontestavel bravura, e de grande resolução, além de ser um erudito, principalmente nas cousas que diziam respeito ás sciencias essenciaes aos navegadores, porque foi como D. João de Castro discipulo do famoso Pedro Nunes, e um dos seus discipulos predilectos. Recebendo de D. João III uma capitania no Brazil, partiu para a America, e entrando na bahia de Nictheroy no dia 1 de janeiro de 1532, tomou-a por um rio, e por isso lhe deu o nome de Rio de Janeiro. Nas suas navegações ia sempre estudando as questões astronomicas, communicando a Pedro Nunes o resultado das suas observações, tanto que a algumas duvidas que elle lhe communicou respondeu o illustre mathematico em dois tractados que andam juntos com o tractado da Esphera[1]. Explorando o resto da costa, fundou uma villa, a que chamou de S. Vicente, na ilha Engua-Guassú, fez alliança com muitos chefes indios, e rapidamente elevou a colonia a uma grande prosperidade, que provava a solidez dos seus talentos administrativos[2].

Na India já vimos qual fôra o seu papel antes de receber a nomeação de governador; fôra elle que lançára a primeira pedra da fortaleza de Diu, cuja construcção se devêra tanto aos esforços de Nuno da Cunha como á habilidade de Martim Affonso de Sousa, a quem o pobre Bahdur se afeiçoára muito, e a quem devia altos favores, porque fôra elle que o salvára dos Mogoes.

Batendo os exercitos e as frotas do Samori, como já contámos, Martim Affonso

---

[1] Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, t. III, pag. 607 (Lisboa, 1752).

[2] *Diccionario Geographico do imperio do Brazil, de Milliet de Saint-Adolphe, traduzido e annotado por Caetano Lopes de Moura*, t. II, pag. 598 (Paris, 1845).

Digitized by Google

A EMBAIXADA DE D. MANUEL AO PAPA

Digitized by Google

de Sousa continuou a grangear a reputação de um dos mais intrepidos capitães. Voltando ao reino, não tardou a ser nomeado governador das nossas possessões orientaes, e partiu para Gôa, afim de render D. Estevam da Gama, e levando comsigo o famoso apostolo S. Francisco Xavier.

O seu governo, porém, revelou o vicio radical que destruia todas as altas qualidades de espirito de Martim Affonso de Sousa. Ninguem podia administrar melhor a India, ninguem a podia defender melhor. Não fez senão saquear pagodes. Seria curioso comtudo conhecer os actos do seu governo contados por elle mesmo, e sabe-se que escreveu um *Epitome da sua vida,* que o conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, viu ainda manuscripto na livraria do conde de Vimieiro, mas que se perdeu como tantos outros manuscriptos importantes, cuja perda deixou ficar mergulhada em trevas a historia intima de Portugal e dos Portuguezes. A impressão que a leitura critica das chronicas deixa no nosso espirito ácerca do caracter de Martim Affonso de Sousa é altamente desfavoravel [1].

Martim Affonso de Sousa é um heroe cynico. Valente como poucos, habil general, sagaz administrador, politico intelligente, não aproveitava todas estas qualidades senão para satisfazer o seu amor immoderado da rapina, a sua insaciavel cubiça. De nada aproveitaram os seus dotes ao Estado da India, porque, durante os tres annos que governou, não pensou senão em grangear dinheiro por todos os modos, ou pelas armas, ou pela venalidade, ou pelo peculato.

Conhecedor de todos os mysterios de iniquidade da India, assim que soube que era governador, o que logo temeu foi que D. Estevam da Gama lhe não quizesse entregar o governo. Avaliava o filho de D. Vasco da Gama pela sua bitola, e não julgava que elle desamparasse voluntariamente um logar tão rendoso. Por isso tomou todas as precauções para o apanhar de surpresa, e já estava em Gôa aquartellado em casa d'um amigo seu, quando D. Estevam da Gama soube da sua chegada.

Esta desconfiança de Martim Affonso de Sousa não inspirou a D. Estevam da Gama senão um movimento de indignação, logo seguido por um despreso profundo. Entregou-lhe o governo sem mais tardar, e sem trocar com elle muitos cumprimentos; depois partiu para Pangim, esperando occasião de voltar ao reino, sem que durante esse tempo de espera houvesse, entre os dois governadores, outras relações que não fossem simples visitas de cortezia, e essas muito espaçadas.

Martim Affonso de Sousa percebeu perfeitamente o altivo desdem do seu antecessor, mas acceitou-o com o sorriso cynico a voltear-lhe nos labios. O energico militar, verdadeiro capitão de piratas, sem escrupulos, sem consciencia, mas activo e intrepido, ria-se do pundonoroso gentil-homem, que reunia á bravura proverbial nos fidalgos portuguezes d'esse tempo uma delicadeza de sentimentos, menos vulgar, principalmente no Oriente.

Guiados por Martim Affonso de Sousa, os Portuguezes transformaram-se então em verdadeiros piratas. A India estava pacificada, os Turcos estavam resolvidos a não vir esse anno renovar a partida que haviam perdido em Diu. Martim Affonso poude empregar as forças da India nas suas emprezas mais queridas. Se se lhe offerecesse ensejo para desembainhar ao sol dos honrosos combates a sua espada verdadeiramente gloriosa, sem duvida os tres annos do seu governo haviam de se distinguir por brilhantes feitos d'armas.

[1] Barbosa Machado *Bibliotheça Lusitana.*

Digitized by Google

Como não succedeu assim, só os assignalam verdadeiras piratarias, e tanto se resume n'isso o governo de Martim Affonso, que reservâmos a narração dos seus actos para o capitulo seguinte, em que vamos entregar-nos á tristissima tarefa de mostrarmos em repugnante panorama as torpezas que practicavamos na India, e que eram o signal da nossa irremediavel decadencia, o prenuncio certissimo da perda das nossas conquistas. Para que possâmos respirar depois d'isso, teremos de narrar a epocha pura e gloriosa do governo de D. João de Castro. Resignemo-nos pois a enfeixar as sombras, para que possa destacar, com mais relevo, a luminosa e notavel, posto que um pouco emphatica, figura, d'esse heroe de Plutarcho transviado no seculo XVI da éra christã.

CAPITULO V

Situação moral das Indias antes da chegada de D. João de Castro

Já por mais de uma vez temos notado que irremediaveis germens de decadencia se haviam inoculado na India portugueza, e como as más paixões, accesas no espirito dos conquistadores, não tendo já homens notaveis que as soubessem reprimir, iam preparando a quéda do imperio fundado por Affonso d'Albuquerque.

A victoria, protegendo constantemente as armas portuguezas, havia-nos inspirado um despreso profundo pelos indigenas, e tractavamos os soberanos do Malabar com uma altivez, que tornava permanente o odio no espirito das raças vencidas. Homens que em Portugal consideravam o rei como um Deus, e que viam no Oriente os mais poderosos soberanos a supplicar-lhes a protecção, não sabiam reprimir o seu orgulho brutal, e tractavam esses reis orientaes, tão venerados pelos seus povos, como verdadeiros escravos. Assim, vemos nas Molucas D. Jorge de Menezes guardar preso na fortaleza o joven sultão de Ternate; Vicente da Fonseca por sua conta substituiu este por outro; a seu turno Tristão d'Athayde fez tambem um rei da sua mão e enviou o antecedente preso para Cochim. Em Ormuz o capitão da fortaleza D. Pedro Castello-Branco dava por doido o rei da terra e mandava-o preso tambem para Gôa.

Depois, as crueldades practicadas em muitos pontos pelos Portuguezes tornavam-nos um verdadeiro objecto de horror. Nuno da Cunha, como vimos, tomava a ilha de Beth á força viva, e asphyxiava os defensores dentro da mesquita, mandando passar ao fio da espada os que tentavam esquivar-se a essa morte horrivel. D. Jorge de Menezes tinha dois cães adextrados a devorarem os prisioneiros. Tristão d'Athayde, cercado em Ternate, não poupava nas sortidas nem edade nem sexo, e os seus soldados practicavam barbaridades inauditas. Viu-se então, como dissemos, os civilizados Portuguezes arrancar aos desgraçados Malaios a pelle do craneo, como faziam os selvagens Indios da America do Norte aos seus inimigos; queimar outros a fogo lento, e deixal-os, o que ainda era mais horrivel, com um resto de vida sufficiente para sentirem a dôr immensa d'essa tortura infernal; empalar prisioneiros, commetter emfim,

Digitized by Google

atrocidades taes que se nos arripiam as carnes de as contarmos, e que se nos ruboriza a face ao pensarmos, que eram nossos antepassados esses algozes.

A cubiça, a implacavel sêde do ouro é que distinguia principalmente esses conquistadores. Raros capitães estão isemptos da nodoa do peculato, principalmente os commandantes de fortalezas separadas da India; todos os governadores de Malaca alli enriqueciam, e o proprio D. Estevam da Gama, que pintámos como um dos mais integros e pundonorosos governadores que teve o Oriente, não partiu pobre do seu governo de Malaca. E' natural que houvesse adquirido licitamente essas riquezas, em terra onde bastava o commercio legal para opulentar um homem; estava-se comtudo tão habituado a vêr-se os governadores practicarem exacções, entre os proconsules portuguezes eram tão vulgares os Verres, que ninguem attribuia ás riquezas de D. Estevam da Gama a origem irreprehensivel, que nós do seu procedimento posterior deduzimos que teria effectivamente.

Os governadores das Molucas faziam o mesmo, e o ouro que levavam para a India servia-lhes para evitar que se procedesse contra elles. Quasi todos partiam das Molucas carregados de ferros, na India logo os governadores os soltavam. O motivo d'isso é facil de se adivinhar.

O mesmo succedia em Ormuz. D. Pedro de Castello-Branco, governador d'essa possessão, foi chamado á India para se justificar de malversações de que era accusado: justificou-se plenamente, e os seus melhores advogados foram as riquezas que essas malversações lhe haviam adquirido.

De todos os modos procuravam os Portuguezes saciar-se d'ouro, ou recebendo peitas, ou roubando como verdadeiros piratas. Nas Molucas, Tristão d'Athayde, a troco de dinheiro, dava o seu apoio a todos os ambiciosos, como vimos; na India D. Garcia de Noronha, a peso de ouro, concedia ao rei de Cambaya uma paz tão favoravel, como se em vez de ter sido repellido de Diu pela heroicidade d'Antonio da Silveira, houvesse conquistado a fortaleza, e passado a guarnição a fio de espada. Martim Affonso de Sousa levou essa venalidade a vergonhosos extremos. O soberano de Bidjapur, o antigo possuidor de Gôa, tinha um competidor ao throno, seu irmão, que os nossos chronistas denominam Meale. Protegia-o Aced-Khan, e quiz acarear-lhe a protecção dos Portuguezes. A protecção foi concedida a troco de dinheiro: o Idal-Khan, receioso, mandou embaixadores a Gôa: passou-se então uma scena, que só o cynismo de Martim Affonso de Sousa podia preparar. O pobre Meale foi posto em leilão, e jogado em hasta publica o seu destino. Aced-Khan e Hidal-Khan fizeram os seus lanços; quem cobriu a parada foi Hidal-Kan, e por conseguinte Meale, que viéra a Gôa fiado na palavra do governador, foi preso a bom recado. N'este negocio lucrou Martim Affonso de Sousa (que todos soubessem) mais de trezentos mil pardáos de ouro, fóra o que receberia ás occultas. A' corôa de Portugal cedeu Hidal-Kan as terras de Bardez e Salsete, cessão que foi posteriormente muito contestada, como a seu tempo se verá.

Houve n'isto não só um roubo, mas tambem um acto de perfidia. Infelizmente na India a perfidia dos Portuguezes era proverbial: vimos o sultão Bahdur assassinado ao voltar de uma entrevista com o governador Nuno da Cunha; vimos Antonio de Miranda em Aden embolsar o resgate d'uns prisioneiros mouros e recusar-se depois a entregal-os; Gonçalo Pereira nas Molucas jurou á mãe do sultão de Ternate que

Digitized by Google

lhe entregaria seu filho, e apezar d'isso não o quiz nunca fazer.

Comtudo parece-nos que nos temos mostrado bastante severos com os nossos compatriotas para que possamos, sem sermos accusados de parcialidade, rehabilitar a memoria d'um Portuguez. Conta o abbade Raynal na sua *Historia dos estabelecimentos europeus da India* que João Correia, fazendo um tractado com o rei de Pegú, emquanto o Indio jurava sobre os livros da sua religião, jurava elle sobre um *Cancioneiro* de Rezende. Apresenta o abbade francez este caso como um exemplo de restricção mental, digno da mais severa censura. O facto é verdadeiro, mas a intenção é irreprehensivel, e tem um certo sabor de ingenuidade que não deixa de ser curioso. Quando se tractou de jurar o tractado, procurou-se um livro religioso a bordo, e encontraram-se apenas umas *Horas canonicas* em muito mau estado; em troca havia um *Cancioneiro* de Garcia de Rezende com uma formosa encadernação. João Correia não quiz que o rei de Pegú ficasse formando má ideia do Christianismo pela pobreza do livro que n'essa occasião o devia representar, e por isso substituiu-lhe o *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, mas affirmava elle depois que o juramento o prestára com tanta sinceridade e fervor, como se o *Cancioneiro* fosse o Evangelho, e a prova que isso assim fôra é ter sido o volume conservado preciosamente em memoria do uso sagrado para que servira.

Roubos com violencia isso practicavam os Portuguezes em todas as partes da India. Não os vimos nas Molucas saltear os navios mercantes de Celebes para os despojarem do ouro, roubarem inclusivamente os ossos dos antigos sultões aos seus tumulos para obterem por elles algum resgate avultado? Martim Affonso de Sousa, como em tudo o mais, levou ao extremo a pirataria: preparou muito em segredo uma expedição para saquear o pagode de Tremele; como lhe constou que os brahmanes, prevenidos e auxiliados pela fanatica multidão que alli concorria por occasião d'uma grande festa, se preparavam para se defenderem intrepidamente, percorreu a costa do Malabar, destruindo e saqueando os pagodes que encontrava, e guardando, como sempre, para si a maior parte da presa, do que os soldados muito murmuravam.

AFFONSO DE ALBUQUERQUE «O GRANDE»

Era a primeira vez que um governador da India ousava preparar uma expedição com o fim declarado de saquear. Fôra necessario que subisse ao poder o

Digitized by Google

cynico Martim Affonso de Sousa para que tal succedesse. E nem ao menos se córava com um pretexto qualquer essa empreza de piratas, a não ser que Martim Affonso, que muito pouco se importava com a religião, entendesse que el-rei, que acabava de estabelecer o Santo Officio em Portugal, não o reprehenderia, antes ficaria lisongeado, vendo que Martim Affonso zelava tanto o Catholicismo que ia com mão armada destruir os templos dos gentios. Mas o que é certo é que a essa nova oppressão não houve allianças, não houve amizades que resistissem. Feridos no sentimento religioso, que é, para assim dizermos, o elemento essencial da sua vida, os Indios nunca mais poderam vêr com bons olhos os seus conquistadores, e um odio acerrimo, tenaz, implacavel, começou a arder no peito dos vencidos, odio comprimido pelas nossas continuadas victorias, mas que rebentava com furia renovada quando se offerecia para isso favoravel ensejo.

O fanatismo vinha pois juntar-se a tantas outras paixões ruins que accendiam o animo dos Portuguezes. Na expedição de Martim Affonso fôra apenas um pretexto, mas a noticia do estabelecimento da Inquisição em Portugal não tardaria a encher de emulação o peito do bispo de Gôa, que tambem quiz ter a gloria de accender uma fogueira em honra da fé. Um medico portuguez, christão-novo, accusado de judaízar, foi queimado em Gôa depois d'um processo muito summario; ao mesmo tempo fez-se publica na capital da India Portugueza a lei que ordenava a todos os bons-christãos que denunciassem os judaizantes, e que lhes indicava tambem quaes eram os symptomas d'esse crime contra a fé. Não tardaria a propria Inquisição a vir estabelecer em Gôa uma succursal do seu tribunal infamissimo. Esta primeira fogueira, almenára do fanatismo, ia accender milhares de outras, que attestariam atravez dos seculos a estupida crueldade dos descendentes de D. Francisco d'Ameida, e de Affonso de Albuquerque.

As discordias entre os Portuguezes continuavam a ser tambem um escandalo para a India: a indisciplina, consequencia natural de todos os vicios que temos indicado, lavrava nas nossas fileiras. Vimos o que succedia nas Molucas; vimos os capitães prenderem-se uns aos outros, atraiçoarem-se, desampararem-se em presença do inimigo, favorecerem a deserção dos soldados; vimos uma guarnição revoltada assassinar um commandante, e nomear outro por seu motu proprio; vimos alli Portuguezes trocarem entre si tiros d'artilharia e dilacerarem-se na presença dos indigenas estupefactos. Tudo ficava impune, e por conseguinte affrouxava cada vez mais os laços da disciplina.

Durante o governo de Martim Affonso de Sousa, a tomada de Baticalá offerece em pequeno quadro o resumo de todos os excessos a que os Portuguezes na India se tinham deixado arrastar. Como acção militar nada vale: os indigenas desampararam a cidade, deixando-a entregue ao furor dos Portuguezes, que logo tractaram de a saquear. Era tal a cubiça dos soldados que não só roubavam as casas dos Indios, mas tambem algumas de Portuguezes e a propria feitoria d'el-rei! No roubo do palacio do rajah d'Onor, a quem pertencia a cidade, tal foi a soffrega cubiça dos assaltantes, que se travou entre elles um combate mortal, que Martim Affonso, com toda a sua bravura, não poude extinguir, nem mettendo-se entre elles a distribuir cutiladas indistinctamente, e que só acabou quando a presa cubiçada, constando principalmente de sedas, roupas, etc., foi feita em farrapos no calor da briga. N'isto voltaram os Indios, e co-

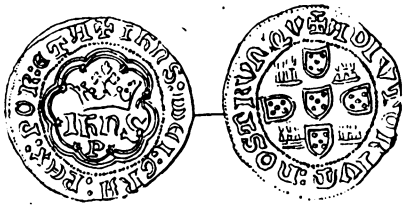
Digitized by Google

meçaram a crivar de frechas os vis roubadores: ordenou Martim Affonso que fossem os espingardeiros desalojal-os, estes desobedeceram dizendo, insolentemente, que fossem lá os fidalgos e os capitães, já que recebiam boas mercês. Finalmente, quando os Indios, animados pela desordem dos nossos, voltaram á cidade, os Portuguezes fugiram vergonhosamente! Fugiram deante de um punhado de Indios, os mesmos que destroçavam as bellicas phalanges dos Janizaros! Mas um saque d'esse genero reduzíra-os á condição de ladrões, que só desejam salvar a sua presa, e pouco se importam com a disciplina e com a honra militar.

Felizmente, os Indios não ousavam acreditar no que viam, e apressaram-se em assignar a paz com todas as condições que a Martim Affonso aprouve impôr-lhes.

Devia estar muito arraigada a indisciplina para que Martim Affonso de Sousa, com toda a energia que possuia incontestavelmente, não pudesse domal-a. Mas uma causa tambem contribuia para isso, e essa toda da culpa do governo da metropole. A sua administração da fazenda publica onerava o orçamento com um *deficit* espantoso, e, segundo o costume ainda hoje adoptado, as economias, aconselhadas para remediar esse estado de cousas, consistiam principalmente em cercear as recompensas áquelles que as mereciam. Os soldados da India quasi que não recebiam uma mealha da côrte. O governo portuguez bem claramente lhes dizia: «Roubem, sejam piratas, se não querem morrer de fome».

Já no tempo de D. Estevam da Gama viera ordem para que os homens d'armas não vencessem soldo senão quando chegassem á India; outros deviam servir seis mezes, e outros um anno de graça. No tempo de Martim Affonso ainda as economias foram mais adeante. Os militares portuguezes recebiam até ahi soldo e mantimentos. Martim Affonso ordenou que os mantimentos só fossem pagos durante os seis mezes de inverno. Tudo isto excitava altamente a indignação dos soldados: era um tacito consentimento de todos os roubos, de todas as



Real de 3 1/8 libras de D. João I

piratarias que elles quizessem practicar, e um fermento constante de indisciplina.

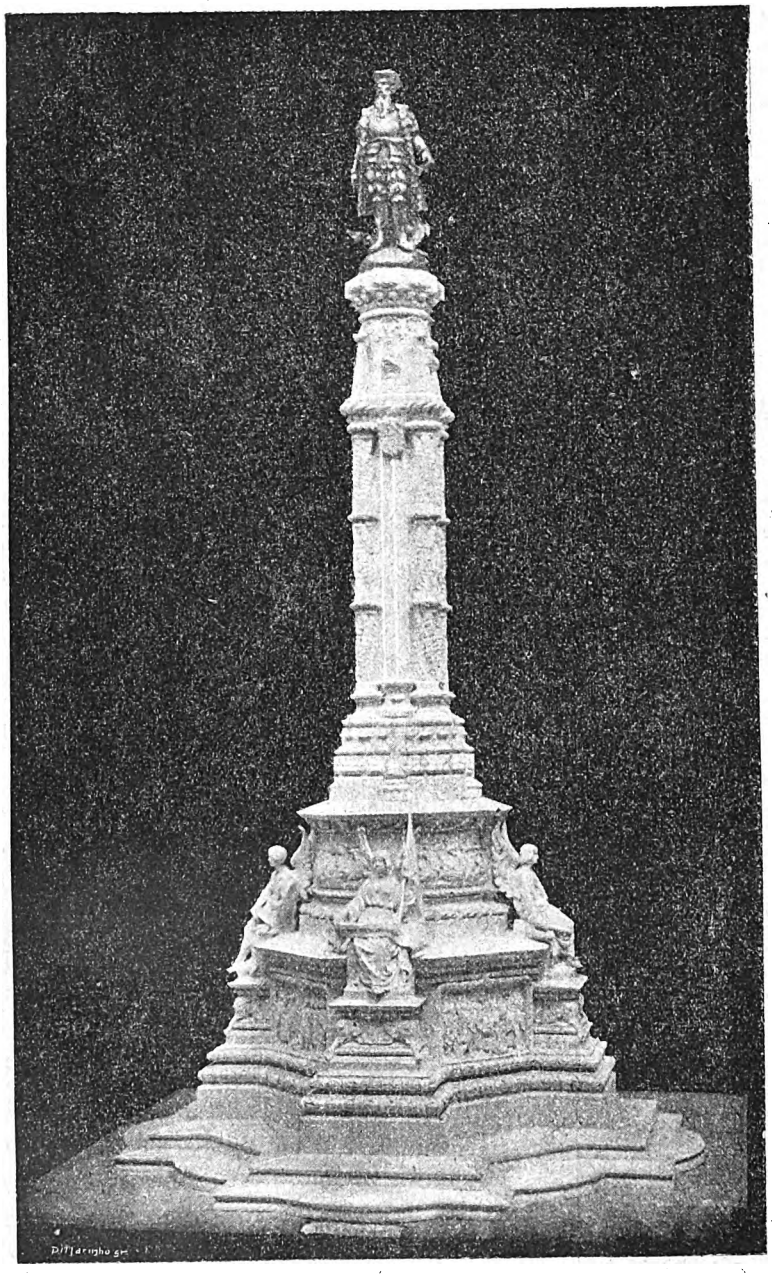
Eis o motivo por que era difficil já encontrar voluntarios para as expedições urgentes. D. Garcia de Noronha, para descercar Diu, e reunir as tropas necessarias, viu-se obrigado a publicar um perdão geral para todos os criminosos que se apresentassem e quizessem ir na armada!

Era esta a deploravel situação moral da India. Depois, o reino era pequeno, pouco populoso; estas guerras continuadas consumiam muitos homens, e no reino começavam a escassear soldados. A armada em que foi para a India o vice-rei D. Garcia de Noronha levava a bordo dois mil homens; d'este numero mil e duzentos eram, segundo a phrase de um dos nossos chronistas, «gente de pouco soldo, mal vestida e reparada, e em que havia muitos moços sem barba».

A fazenda publica tambem, apezar de todas as *economias* que mencionámos, mal administrada, ou antes roubada por delapidadores como Martim Affonso de Sousa, não podia com as despezas das expedições, e os pagamentos nem mesmo cerceados se faziam. Martim Affonso alterou d'um modo pasmoso o valor do dinheiro, fazendo correr os bazarucos, moeda de cobre, com um valor representativo muito superior ao seu va-

Digitized by Google

lor intrinseco. Póde-se imaginar que profundo abalo similhante medida produziria. No meio de tantas riquezas a miseria apoderava-se dos soldados, que ou



MONUMENTO A AFFONSO DE ALBUQUERQUE EM BELEM

desertavam para o inimigo, o que era muito frequente, como se vê da grande quantidade de renegados que serviam os principes do Malabar, ou faziam-se piratas, o que tambem succedia por qualquer motivo. Os marinheiros de Gonçalo Pereira, na viagem para as Molucas, foram obrigados a estar a meia ração por causa do mau tempo: fugiram e foram piratear nas chalupas. Diogo Soares de Mello tivéra a audacia de ir matar um seu inimigo nas proprias casas do governador D. Estevam da Gama: homisiou-se, o governador irritado não lhe quiz perdoar, Diogo Soares partiu para Moçambique, fez-se pirata, e ahi o encontrou Martim Affonso de Sousa, que lhe perdoou e o trouxe comsigo para a India. Isto renovava-se a cada momento, e devia dar uma alta idéa aos indigenas da nossa moralidade!

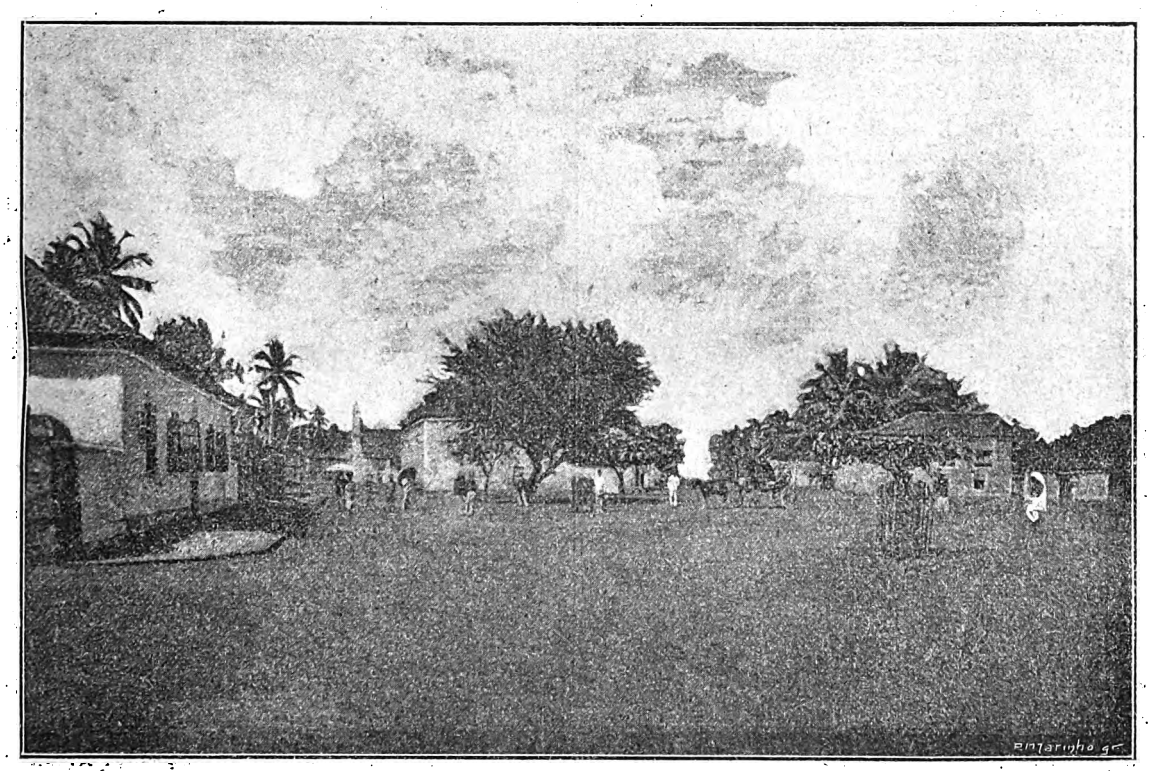
Vergando ao peso de tantos crimes e iniquidades, o imperio portuguez na India começava a pender para a sua irremediavel ruina. Os alicerces eram fracos, Affonso d'Albuquerque podera apenas lançal-os quasi á flôr do solo. Amparado ainda pelas valentes espadas dos soldados portuguezes, o edificio não desabava, D. João de Castro pôde por um momento restituir-lhe o equilibrio; mas, quando o seu vulto desappareceu recomeçou a oscillação, e as quadrellas, um momento sobrepostas, desmoronaram-se ao primeiro sopro do Aquilão da desgraça que, desencadeiando-se em Alcacer Kibir, varreu para o tumulo a gloria e a prosperidade de Portugal.

Digitized by Google

CAPITULO VI

D. João de Castro, decimo quarto governador da India [1]

Que, percorrendo as paginas magnificas dos nossos velhos chronistas, as épicas narrações de João de Barros, os capitulos energicos e soldadescos de Diogo do Couto, ou as austeras e graves historias de Castanheda, quizer formar um juizo seguro sobre a diversa indole dos grandes vultos das nossas guerras indianas, sobre o seu merecimento comparado, as qualidades que os distinguiram, a feição especial do espirito de cada um, vê-se n'um serio embaraço, e não consegue talvez representar bem na imaginação essa galeria de heroes, com a diversidade inevitavel dos typos, com a variedade das paixões, com as peculiariedades caracteristicas, emfim, que só podem dar vida ás figuras e imprimir movimento e realidade humana aos vultos que esses eloquentissimos historiadores collocaram, quasi invariavelmente, sobre rhetoricos



RUA AFFONSO DE ALBUQUERQUE, EM PANGIM

[1] Ou decimo-terceiro, se não se considerar como governador D. Pedro Mascarenhas. A série dos governadores da India até D. João de Castro é a seguinte: 1.º D. Francisco d'Almeida (1.º vice-rei), 2.º Affonso d'Albuquerque, 3.º Lopo Soares d'Albergaria, 4.º Diogo Lopes de Sequeira, 5.º D. Duarte de Menezes, 6.º D. Vasco da Gama (2.º vice-rei), 7.º D. Henrique de Menezes, 8.º D. Pedro Mascarenhas, 9.º Lopo Vaz de Sampaio, 10.º Nuno da Cunha, 11.º D. Garcia de Noronha (3.º vice-rei), 12.º D. Estevam da Gama, 13.º Martim Affonso de Sousa, 14.º D. João de Castro (4.º vice-rei, honra que lhe foi outorgada quando estava proximo a findar o governo).

Digitized by Google

pedestaes, na rigida immobilidade, na uniformidade olympica de estatuas de semideuses.

A historia narrativa procurava então approximar-se, quanto possivel, da esculptura; attendia á correcção das roupagens, á serenidade das feições, á nobreza da attitude; hoje as narrações historicas procuram antes por ideal a pintura; querem as grandes massas de luz e de sombra, as figuras a moverem-se na tela, as expressões differentes a translusirem nas physionomias, os mais leves cambiantes do pensamento a revelarem-se melhor; a vida, emfim, a manifestar-se nas suas multiplas transformações. Nos seus quadros cada vulto apparece com a sua indole diversa, e as figuras distribuem-se em differentes planos, conforme a gradação justa dos merecimentos, que obtiveram para ellas a attenção da posteridade.

O futuro historiador do dominio portuguez nas Indias Orientaes ha de por força embeber-se profundamente no estudo dos documentos, e na interpretação das chronicas para restituir a tantos vultos notaveis, que na Asia resplenderam, as suas physionomias verdadeiras, sobre as quaes os nossos velhos historiadores espraiaram uma camada de tinta brilhante mas uniforme. Então essa galeria magnifica tomará um aspecto menos esculptural, mas infinitamente mais pittoresco; então entraremos mais de perto na intimidade d'esses grandes homens, que hoje envolvemos n'um sentimento de banal admiração, não distinguindo Affonso d'Albuquerque de Duarte Pacheco, D. Francisco d'Almeida de D. João de Castro.

Os panegyricos do seculo XVII vieram completar a confusão. Mais attento a pôr em relevo as suas imagens, aliás brilhantes, do que a indole do seu heroe, Jacintho Freire antes nos deixa adivinhar do que nos revela o caracter verdadeiro de D. João de Castro, que melhor se entrevê nos prologos dos seus roteiros ou em algumas das suas cartas authenticas. Ahi é que o homem nos apparece na simplicidade do seu nobre caracter, e na sua severidade d'erudito, desacompanhado das metaphoras pomposas, que tantas vezes se interpõem ao vulto do heroe e á imaginação do seu turgido biographo.

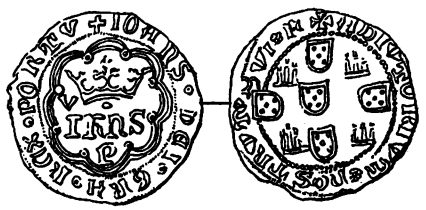
Sem ter as grandiosas proporções dos vultos d'Almeida ou d'Albuquerque, a figura de D. João de Castro apparece-nos no meio da decadencia da nação como uma reminiscencia dos antigos tempos, como um ou outro d'esses generaes e imperadores romanos, que surgiam, com austeridade quasi republicana, entre a devassidão de Byzancio e o aviltamento do imperio. Se vivesse no tempo de Nero, seria amigo de Thraséas; se vivesse no tempo dos Antoninos, seria favorito de Marco Aurelio. A grandeza theatral com que o seu vulto apparece aos olhos da posteridade é em grande parte consequencia do tempo em que surgiu. Ao lado d'Almeida, ao lado d'Albuquerque, seria mais uma espada robusta, mais um animo desinteressado, mais um espirito justiceiro. O seu genio desmaiaria junto das grandiosas concepções d'Albuquerque e do profundo senso governativo do primeiro vice-rei. Não tem D. João de Castro as proporções, nem d'um fundador de imperios, nem d'um reformador glorioso: na politica segue apenas as inspirações do seu animo recto e justiceiro, na administração as da sua probidade inabalavel, na guerra as da sua incontestavel bravura e da sua serena constancia. Pois essas qualidades, que não bastam para fazer nem um grande politico, nem um grande administrador, nem um grande general, eram n'essa epocha as mais essenciaes na India portugueza, as que podiam tornar notavel o governo d'um vice-rei, as que deviam assegurar ao homem que as possuisse uma influencia salutar nos seus contemporaneos, uma

Digitized by Google

gloria immortal perante as gerações vindouras.

Não tinha D. João de Castro nem o genio do conquistador, nem a imaginação bastante vasta para conceber largos planos de colonização; porém no seu tempo extender as conquistas era já para o reino não só inutil, mas prejudicial tambem: a metropole mal podia abranger com os braços, ainda que herculeos, o imperio immenso por onde se dilatava a sombra da sua bandeira. Renovar o plano d'Albuquerque, da fundação d'um imperio oriental, ou mesmo o plano mais moderno de D. Francisco d'Almeida, da simples fundação de feitorias amparadas por esquadras, era n'esse tempo d'uma impossibilidade absoluta. As prepotencias, a crueldade, a tyrannia dos Portuguezes, tinham cavado um tão largo abysmo entre conquistadores e conquistados, que a fusão devaneiada por Albuquerque estava sendo uma perfeita chimera; o dominio portuguez era tão odiado, anciavam tanto os rajahs indianos, apenas comprimidos pelo prestigio das nossas armas, por sacudir o nosso jugo, que o desamparo d'um palmo de terra seria o signal d'uma sublevação unanime; e o proprio D. Francisco de Almeida não quereria em taes circumstancias executar o seu plano. A politica habil era n'esse tempo a simples, a que o nobre coração de D. João de Castro naturalmente lhe dictava: suspender a torrente da corrupção com o exemplo d'uma virtude austera; combater o odio dos indigenas com a novidade da justiça; retemperar os brios portuguezes nas tradições cavalheirescas, representadas no seu vulto, verdadeiro espelho de lealdade e de valor, de quem se podia dizer, como do vulto de Bayard, que era o de um cavalheiro *sans peur et sans reproche.*

O exemplo, só o exemplo, emanado de tão alto, bastou para resuscitar na India os bellos tempos dos primeiros dias de conquista; o nivel dos espiritos insensivelmente levantou-se quando appareceu á testa do governo um typo tão perfeito de rigidez, de justiça e de probidade. Como se a Providencia quizesse mostrar ao mundo asiatico um exemplo



Real de 3 ½ libras, de D. João I

derradeiro de virtude elevadissima, tanto no temporal como no espiritual, concordou com o governo de D. João de Castro uma parte do apostolado de S. Francisco Xavier. Foi nos braços do meigo evangelizador que o nobre vice-rei exhalou, ao expirar, a sua grande alma. Quando as fogueiras da Inquisição avermelhavam o horizonte, quando a corrupção desbragada dos nossos soldados ia enervar os animos e provocar as iras do Omnipotente, o espirito banha-se com delicias na doce luz da auréola do santo, retempera-se na chamma pura e ardente que inflamma o coração do integerrimo vice-rei. O imperio indiano suspende-se na decadencia em que vae resvalando, a gloria das nossas armas resplende de novo immaculada aos olhos deslumbrados de amigos e de adversarios, a historia intercalla uma pagina d'ouro nas paginas negras consagradas a essa epocha do nosso dominio, e a corrupção de Martim Affonso de Sousa, as prepotencias de Lopo Vaz de Sampaio servem para dar novo realce á justiça e á probidade de D. João de Castro, como as devassidões de Tiberio e as cruezas de Nero avivam, aos olhos da posteridade, o esplendor da pureza e da clemencia de Trajano.

Correremos rapidamente os ponto

Digitized by Google

capitaes da vida de D. João de Castro, porque está ella exarada em linguagem vernacula n'um dos poucos livros classicos que andam por todas as mãos. O formoso volume de Jacintho Freire é para nós um amigo de infancia; foi elle que primeiro nos enlevou com a narração d'aquelles *grands coups d'épée* de que mad. de Sévigné tanto gostava. As escabrosidades da analyse grammatical e os terrores da syntaxe não nos impediram de apreciar aquelles romanticos episodios, e D. João de Castro, já em si de um caracter tão romano, participa tambem, como os heroes da antiga Roma, do privilegio de encher com a sua estatura descommunal os sonhos da nossa imaginação infantil. Difficil seria a lucta com tão popular narrador; está, como podem suppôr, bem longe do nosso pensamento. Indispensavel é comtudo avivarmos na memoria dos leitores os factos principaes da vida de D. João de Castro até que o chamou el-rei ao posto de governador da India.

Filho segundo de D. Alvaro de Castro, membro, por conseguinte, de uma familia illustre que descendia dos reis de Navarra, e que entre os seus vultos celebres contava essa graciosa figura feminina, cujo tragico destino inspirou tantas vezes poetas de todos os paizes, a malfadada Ignez, D. João de Castro nasceu em Lisboa a 27 de fevereiro de 1500. Applicando-se ao estudo das mathematicas, debaixo da direcção do sapientissimo Pedro Nunes, teve por collega o infante D. Luiz, filho d'el-rei D. Manuel. Foi D. João de Castro um dos discipulos, que deram maior honra ao mestre, como o provam os tres roteiros que nos deixou, o do Mar Roxo, o da viagem de Lisboa a Gôa, e o de Gôa a Diu. Como todos os fidalgos que seguiam a carreira das armas, foi passar o seu noviciado militar na rude escola das guerras africanas, sendo em Tanger armado cavalleiro pelo heroico D. Duarte de Menezes. Quando o imperador Carlos V determinou destruir os corsarios tunesinos no seu proprio ninho, d'onde sahiam como aves de rapina a infestar o Mediterraneo, pediu a seu cunhado o rei de Portugal D. João III alguns navios portuguezes, entre outros o celebre galeão *Botafogo*, que tinha uma reputação europêa, e que era verdadeiramente, se o avaliarmos pelas relações contemporaneas, um colosso nautico, um *Great-Eastern* armado em guerra. Accedeu ao pedido o rei de Portugal, e, com os fidalgos que foram capitaneando os navios auxiliares, lá ia o nosso heroe, que soube adquirir, entre a gloria de tantos, uma especial distincção. Pouco depois partiu para a India na armada de D. Garcia de Noronha, commandando um dos navios, como elle proprio o diz, e não com praça de soldado, como o seu Plutarcho, Jacintho Freire, o assevera, mais curioso de encontrar na biographia do seu heroe factos que lhe proporcionem ensejo para ditos conceituosos, do que de manter a verdade historica em toda a sua severidade.

Na India militou com distincção, ainda que não houvesse, durante o tempo que por lá andou como subordinado, acções dignas de memoria. A de mais importancia foi a expedição ao Mar Roxo, commandada por D. Estevam da Gama e em que D. João de Castro tomou parte; e ainda assim esteve durante essa viagem menos ocioso o astrolabio do mathematico do que o gladio do soldado [1]. Voltando ao reino, já com muitos creditos de homem proprio para altas emprezas, recebeu missão de ir destroçar um d'es-

[1] No *Roteiro do Mar Roxo*, redigido por D. João de Castro, pela primeira vez foi scientificamente explicado o motivo por que teem as aguas n'esse mar uma côr arroxada, que é a presença de innumeraveis pequenas algas (*trychodesmia* d'Ehrenberh). D'antes suppunha-se que a côr era propria das aguas. Veja-se Ed. Grinard, «Les Algues—Revue des deux mondes», 1.º d'abril de 1868, pag. 868, n.º 1.

Digitized by Google

ses corsarios normandos ou bretões que andavam pairando constantemente á roda dos nossos portos, espiando as náus desamparadas e salteando as que vinham sem escolta, levando comtudo severas lições quando os apanhavam em flagrante ou Duarte Pacheco, ou D. João de Castro. Subindo sempre na confiança do soberano, apezar, ou talvez por causa, da modestia com que se arredava da côrte nas suas horas d'ocio, para ir desaffogadamente lêr os seus classicos latinos, ou folhear Ptolemeu e Strabão á sombra das arvores copadas de Penha Verde em Cintra, foi D. João de Castro nomeado para o commando de uma esquadra, que de parceria com outra esquadra hespanhola, commandada por D. Alvaro de Bazan, devia offerecer batalha aos navios do celebre Hayraddin, então senhor d'Alger, d'onde continuava a assoberbar o Mediterraneo, a despeito do poder de Carlos V e da fama do Genovez André Doria. Ou aviso, ou acaso, a armada de Hayraddin recolheu-se aos portos africanos, e a esquadra portugueza voltou para Lisboa.

MONUMENTO A AFFONSO DE ALBUQUERQUE EM PANGIM

Estava n'essa occasião a findar o tempo de Martim Affonso de Sousa, que governava a India. Procurava D. João III quem o substituisse. Fiel á antiga amizade que os unia, indigitou o infante D. Luiz o seu erudito condiscipulo. Era já grande a reputação do solitario de Cintra. D. João III accedeu á proposta do infante, e fez a nomeação. A 17 de março de 1545, contando de edade 45 annos, partiu D. João de Castro a governar a India.

Os tres annos de governo de D. João de Castro não se assignalam, repetimol-o, nem por novas conquistas, nem por importantes reformas. Não vém reis subjugados humilhar-se aos pés do governador portuguez, como outr'ora aos pés dos proconsules romanos, nem a bandeira portugueza tremúla em novas fortalezas. Se algumas expedições de conquista emprehende, não consegue leval-as a cabo. Se envia seu filho D. Alvaro, a pedido dos moradores de Aden, para os proteger contra os Turcos do Egypto, e assenhorear-se d'essa importante cidade, encontram-n'a os Portuguezes já em poder do inimigo, e não ousam investil-a. Se manda Antonio Moniz Barreto a Cey-

Digitized by Google

lão para acceitar a vassallagem que um dos régulos da ilha offerece afim de obter o auxilio dos Portuguezes, encontra Antonio Moniz as disposições do regulo mudadas, e tem de fazer uma retirada pouco menos de desastrosa. Não parece tambem que elle houvesse concebido um plano de governo e um systema de reforma. Não brilha a sua administração por uma fecunda iniciativa, brilha por uma constancia a toda a prova nos negocios de guerra, por um sentimento vivissimo da honra da bandeira, por uma lisura quasi sem precedentes, por uma integridade austera e nobre, e pelo cumprimento inalteravel das regras da mais imparcial justiça. Os seus antecessores faziam gemer a India com as prepotencias sem nome, com que aviltavam os chefes dos estados, enviando-os a cada instante a Gôa, com algemas nos pulsos, como criminosos vis. Estava em Gôa preso, quando D. João de Castro chegou do reino, o sultão de uma das Molucas: logo o sensato governador o restituiu ao throno com todas as honras da sua gerarchia, punindo o capitão que tão brutalmente procedera contra o soberano de um paiz amigo ou mesmo vassallo. Costumavam os seus antecessores vender a peso de ouro a sua protecção, e abandonar tambem os protegidos quando a perfidia lhes rendia maior somma. Offerecia o soberano das terras circumvisinhas a Gôa avultadas quantias para que lhe fosse entregue um seu competidor ao throno, que se asylara junto dos Portuguezes, chamado por elles e na sua protecção fiado. Martim Affonso de Sousa pendia a entregal-o. Tudo mudou com a chegada do novo governador; Meale poude estar seguro em Gôa, e D. João de Castro preferiu ter uma guerra com Hidal-Khan a enxovalhar com tão negra traição o estandarte hospitaleiro das quinas.

A delapidação das rendas do estado, mal reprimida pelos governadores que n'ella eram participantes, diminuiu consideravelmente apenas tomou as redeas do governo homem a quem a sua immaculada probidade dava o incontestavel direito de ser severissimo fiscal. Soldados e generaes mercadejavam á porfia, e, apagado pelo desejo do lucro o sentimento do pundonor militar, lavrava nas nossas fileiras a deserção para o inimigo, assim que de lá promettiam avantajados soldos e grandes recompensas. Na praça de Diu, n'essa praça, cuja defeza heroica ia assombrar o mundo, tomara a deserção taes proporções, que de seiscentos homens estava D. João de Mascarenhas reduzido a duzentos e cincoenta. Provinha esse mal tambem da pouca pontualidade com que eram pagos os soldados, preferindo os governadores que as tropas se pagassem pelas suas mãos nos saques das cidades inimigas, costumando-os assim a transformarem-se de militares briosos em piratas sem honra e sem lei. D. João de Castro restabelecendo a disciplina, cuidando primeiro em pagar aos soldados do que em pagar os seus proprios honorarios, conseguiu reprimir essa vergonha suprema do nome portuguez.

Com este exemplo austero, com esta inflexibilidade de espirito, moderada pela brandura do coração, soube D. João de Castro retemperar a indole portugueza effeminada e corrompida, grangear a estima dos Indios, e insufflar nos soldados os velhos e olvidados brios que transformaram em heroes os defensores de Diu.

Digitized by Google

CAPITULO VII

Segundo cerco de Diu

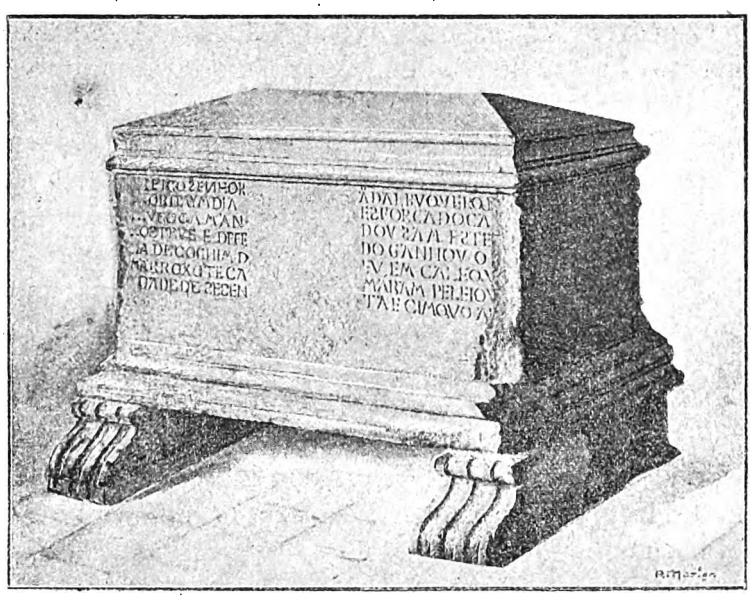
De todas as façanhas practicadas pelos Portuguezes na India, nenhuma ha que tanto nos captive a imaginação como esta grande empreza de que foi sustentador D. João de Mascarenhas, e a que D. João de Castro deu glorioso remate. Concorre talvez para a revestir d'esse encanto dramatico o estylo colorido e pittoresco do seu facundo chronista, Jacintho Freire d'Andrade, estylo bastantes vezes recamado das falsas joias do gongorismo contemporaneo, mas tambem bastantes vezes illuminado pelos clarões da artilheria, altiloquo e sonoro, emphatico e declamatorio; mas a emphase e a declamação, insupportaveis no discurso familiar, não deixam de ser bem cabidas n'esta chronica de feitos quasi fabulosos; dão-lhes como que uma côr oriental, fazem lembrar o poeta arabe, tambem sentencioso e turgido, a contar á noite, no meio da amplidão dos ermos, á caravana agrupada em silencio, as façanhas d'Antar, o aventuroso filho do deserto; essas paginas em que o pacifico abbade de Santa Maria procura afinar a sua prosa pelos versos de Lucano, tomam o épico sopro que as anima, não dos prodigios da arte, mas da grandeza do assumpto; a rhetorica involuntariamente encontra os masculos accentos da eloquencia guerreira, e Jacintho Freire, á força de se guindar, attinge á pompa ingenua dos narradores asiaticos a relatarem, sentados nos troncados fustes de Palmyra, as façanhas maravilhosas de Bonaparte, o sultão de fogo, como elles lhe chamam, cuja passagem rapida tão profundos vestigios deixou na imaginação d'esses povos facilimos de se inflammarem.

Lendo nas paginas tão animadas da *Vida de D. João de Castro* a historia do assedio, parece que estamos folheando um romance de cavallaria, assistindo á representação d'um drama abundante de effeitos scenicos, percorrendo uma galeria de quadros militares, onde a belleza marcial dos retratos alterna com o vivo colorido dos tempestuosos panoramas das pelejas. Desde que se abre o cêrco até que se fecha triumphalmente com a victoriosa sortida dirigida por D. João de Castro, o interesse não affroixa um momento, e os episodios succedem-se com incrivel variedade na trama, que parecia dever ser monotona, dos assaltos incessantes e sempre repellidos, das minas sempre fataes, e sempre incapazes, apezar dos estragos que semeiam, de abaterem a coragem indomavel dos defensores da fortaleza. O philosopho esquece as barbaridades, as injustiças, a corrupção dos Portuguezes n'essa epocha já de decadencia, para contemplar admirado esse como que entr'acto de abnegação e de heroismo, em que se escuta apenas a voz da honra militar, em que só se cubiça o posto de mais perigo, em que só se disputa sobre quem ha de primeiro ir arriscar a vida. E que magnificos typos alli se agrupam! D. João de Mascarenhas, o capitão prudente e intrepido, providenciando a tudo, tudo vigiando; D. Fernando de Castro, o moço de dezenove annos, morrendo victima do exagerado pundonor, porque um louco temerario appellida de covarde quem desampara o baluarte, que, instantes depois, ha de voar pelos ares com o rebentar das minas do inimigo!

E o vigario José Coelho, que se affoita, quasi só, a ir n'uma caravella avisar

Digitized by Google

o governador da India dos perigos da fortaleza! E Diogo d'Anaya, o valente folgasão e descuidoso, que, depois d'uma sortida feliz, volta sósinho ao campo, para ir buscar o capacete que lhe cahiu, na presença de todo o exercito inimigo, fazendo assim realidade o que depois os leitores de romance haviam de acolher como inverosimilhança, quando Alexandre Dumas attribuisse façanha similhante ao Athos dos *Mosqueteiros!* E a velha



TUMULO DE AFFONSO DE ALBUQUERQUE

de Diu, a denodada Izabel Fernandes! E D. Alvaro de Castro, o severo mantenedor da disciplina! E todos emfim, os heroes cujas bellas physionomias Jacintho Freire encheu de luz ao dar-lhe um logar no seu vivido quadro.

A chronica do segundo cêrco de Diu é, repitâmol-o, um verdadeiro romance, cujas peripecias seguimos ainda hoje com anciedade febril. Vêmos a fortaleza, a pobre e desmantelada fortaleza, com os seus baluartes vacillantes e as suas mal reparadas cortinas, que, em vez de serem amparo aos defensores, parece que nos seus peitos heroicos unicamente se esteiam! E o inverno a cerrar o horizonte! e os mares verdes e tempestuosos a tolherem toda a esperança de soccorro! e as sentinellas a contemplarem dos eirados as vagas rugidoras, em cuja livida amplidão nem uma vela branqueja! Depois, lá apparece, luctando com as ondas, ora submergida, ora topetando com as estrellas, uma caravella aventureira! Alviçaras! É D. Alvaro que chega! Não! esse correio traz a noticia d'uma nova arribada da esquadra! A nebrina invernal tolda constantemente o céu, a monção é adversa, e os vendavaes ás soltas fizeram alliança com o inimigo! Que importa! São mais alguns dias de provações. Festeja-se entretanto a chegada dos novos companheiros de perigos, d'esses cavalheirescos navegantes que tudo arrostaram para virem agrupar-se em torno do roto pendão das quinas, e que tremúla, ovante, sempre na haste escalavrada, sobre os semiderrocados baluartes.

Depois, os assaltos continuados a repellir de dia, e os estragos a reparar de noite. Uma vez os inimigos, sem serem presentidos, escalam uma porção da cortina, cujos defensores combatem em postos de mais perigo. É entrada a fortaleza; uma mulher corre offegante a avisar o governador. Este, sem espalhar a noticia e conservando inalteravel sangue frio, chama n'este baluarte um soldado, outro soldado além, fórma assim uma pequena escolta sem desguarnecer muito as muralhas, investe os inimigos já fortificados na egreja, desaloja-os, precipita-os, e a fortaleza é salva sem que a maior parte da guarnição tivesse conhecimento do perigo.

Depois é a mina dos inimigos que faz

Digitized by Google

voar pelos ares o baluarte que D. Fernando de Castro defendia. Apenas expira o estrondo da explosão, arrojam-se os de Cambaya á cratéra fumegante, já cantando victoria, e encontrando nas ruinas do baluarte, que fôra para a defesa debil anteparo, optimo auxilio para a investida. Mas, em vez do muro tão facilmente esboroado, encontram mais solida muralha de peitos portuguezes. Eram talvez quinhentos os assaltantes, cinco apenas os defensores. Tantos bastam para suster o impeto, mais com o prestigio da audacia do que com a efficacia da resistencia. Um contra cem! Os Portuguezes de 1546 tinham jurado não deixar ficar por mentirosos nem os mais audazes inventores de patranhas de cavallaria!

Allí, n'aquelle cêrco portentoso, até a desobediencia é admiravel, até a indisciplina é heroica. O numero dos soldados quasi que chega apenas para revezarem as atalayas nocturnas, e querem ir affrontar o poder immenso de Cambaya em rasa planicie, constrangem D. João de Mascarenhas a commandal-os. D. Alvaro de Castro a seguil-os. Combatem como leões, como leões retiram a encerrar-se de novo nas ensanguentadas ruinas da fortaleza. Licção que apenas serve para lhes moderar os impetos, não para lhes affroixar a constancia.

N'essa hora solemne do nosso dominio oriental, n'esse momento em que o nosso imperio indiano, que já resvalava no pendor da decadencia, pareceu tomar novas raizes, e em que os nossos soldados ampararam no gume das espadas as ruinas incipientes, como os defensores de Diu amparavam com os peitos as abaladas muralhas, o heroismo d'esse punhado de bravos foi, para assim dizermos, contagioso; a sua abnegação inspirou abnegação egual aos soldados mercadores espalhados pelas feitorias do malabar, o seu pundonor cavalheiresco despertou cavalheirescos brios no animo d'esses heroes, que já consideravam o

FERNÃO DE MAGALHÃES

aço das espadas apenas como a barata mercadoria que lhes grangeava em commercio de piratas o ouro e os diamantes cubiçados. Estas grandes crises teem isso de bom: levantam subitamente o nivel dos espiritos, retemperam os braços enervados, accordam com o sentimento do perigo a pundonorosa indole do guerreiro.

Presenciamos então em toda a India feitos dignos dos bons tempos do Mestre de Aviz. Aqui é a caravella desarvo-

Digitized by Google

rada que affronta mares e tempos para levar a Diu tres espadas robustas: é Miguel d'Arnide que se lança a nado para não ser esquecido em terra; além são dois fidalgos, que, travando-se de razões entre si, fazem reverter a sua rivalidade em beneficio da patria, desafiando-se a quem ha de entrar no mais basto das fileiras inimigas; nas altas regiões da governança são as disputas que mudam de feição, luctando entre si. D. João de Mascarenhas e D. Alvaro de Castro, não a quem ha de mandar, mas a quem ha de obedecer. Entre os moradores pacificos, são as damas a offerecerem as joias e os filhos, os mercadores a fazenda, os operarios os braços. E presidindo a toda esta heroica resurreição dos velhos brios portuguezes, essa figura um pouco theatral, mas nobre, austera e elevada, do pundonoroso D. João de Castro.

O segundo cêrco de Diu demonstrou aos régulos asiaticos quanto era perigoso accordar o leão que dormia; provou-lhes que á força aberta não conseguiriam arrancar da India o poder portuguez. Havia o sultão de Cambaya reunido todos os seus recursos e os recursos dos seus alliados; pozéra á frente dos seus exercitos não algum naire ignorante, mas um renegado albanez perito na arte da guerra, conhecedor do modo de combater das milicias européas, sabedor da engenheria d'então, e capaz de investir a praça, como o demonstrou, com todos os inventos da arte dos assedios; muniu-se da artilheria colossal que então se julgava superior a todas, e que infundia terror se não produzia estragos, artilheria de que ainda hoje conservamos um glorioso trophéo; tomou por auxiliares algumas d'essas phalanges de janizaros que se tinham havia pouco assenhoreado do Egypto, e que, guiadas á victoria pelo grande Solimão, haviam derrotado Luiz da Hungria e feito estremecer Vienna e empallidecer Carlos V; empregára emfim o nosso adversario todos os meios de seduzir a victoria, e esses immensos preparativos tinham vindo naufragar miseravelmente deante de duas muralhas rotas e d'um punhado de Portuguezes. Foi immenso o alcance do nosso triumpho, estabeleceu o nosso prestigio em bases inabalaveis, e os régulos indianos não ousaram mais sublevar-se sériamente, senão quando os pendões hollandezes e inglezes, assomando no horizonte, lhes sorriram promessas de liberdade e de emancipação, cujo primeiro jubilo os Indios amarguraram curvando a cabeça a um jugo mil vezes mais pesado do que o nosso.

Se ha feito digno de ser cantado pela musa épica dos tempos modernos, é decerto o que Jacintho Freire nos transmittiu, narrado em tão brilhantes paginas que ainda hoje conservam esplendor, depois de lhes arrancarmos as lantejoilas, que aqui e além as illuminam com falsa luz. A moderna epopéa, que já não póde ser a epopéa regrada e combinada com o maravilhoso dos tempos classicos, mas sim apenas um agrupamento de quadros bellicos e de aventurosos episodios, uma galeria de estatuas immortaes, a que deve presidir como unidade apenas o interesse historico, a epopéa moderna, de que julgamos um modelo optimo o poema de Barthélemy e Méry, que se intitula *Napoléon en Egypte*, devia tomar para assumpto esse episodio sublime das nossas guerras indianas, devia despertar a memoria brilhante d'essas homericas façanhas, devia assegurar a immortalidade da poesia a esses obscuros heroes, de quem Jacintho Freire diz na sua linguagem, apezar de todos os defeitos, grave e conceituosa:

«Foram enterrados juntos pela estreiteza do logar e de tempo, faltando fune-

Digitized by Google

bres honras e piedosas lagrimas a tão honradas cinzas, porém, dormem com saudade maior da patria em humilde jazigo, que aquelles que em urnas de alabastro deixaram de uma vida sem nome ociosa memoria.»

CAPITULO VIII

Indole de D. João de Castro.—O seu triumpho —Anecdotas historicas

is o que foi a India no tempo de D. João de Castro. E o segundo cêrco de Diu mostra-nos bem o que podiam no animo dos nossos antepassados os austeros exemplos e a branda intimativa da virtude. Porque no cêrco de Diu não se revelou só o heroismo dos Portuguezes, a sua bravura nunca affrouxára; mas resuscitaram (o que mais vale) os antigos brios, as questões de pundonor, os rasgos de desinteresse e a cavalheiresca abnegação! No espirito do soldado, por mais que o tenham corrompido os gosos da riqueza e a cubiça infrene, ha sempre estas fibras adormecidas, que despertam quando mão generosa as sabe fazer vibrar. Os piratas que practicam grandes feitos, teem por força no fundo do coração sentimentos superiores aos actos repugnantes que as más paixões os incitam a commetter. O exemplo é tudo para elles, hyenas ou leões, conforme o espirito que os dirige é baixo ou nobre.

Dissemos no capitulo antecedente que o vulto de D. João de Castro era um pouco theatral. Concorrem para o fazer parecer assim as predilecções bombasticamente oratorias do seu biographo Jacintho Freire. Comtudo, ainda fazendo o devido desconto ás exaggerações do estylo, não acceitando como ponto de fé o caso das calças de D. Alvaro, cortadas pelo pae com tesoura romana, para dar ao filho e ao alfayate uma licção de catonica austeridade, desculpando ao caso do penhor das barbas o que tem de affectação theatral, em attenção aos elevados sentimentos que n'elle se traduzem; suppondo que o seu dedicado biographo foi quem imaginou que era rasgo de desinteresse o arrancar o vice-rei as arvores de fructa da Penha-Verde para as substituir por arvores de sombra, quando não foi talvez senão uma prova de bom gosto do scismador solitario, que preferia para docel dos seus meditativos passeios a frondosa copa dos carvalhos á pallida folhagem das oliveiras ou á verdura monotona das macieiras; dando tambem a Jacintho Freire a responsabilidade do discurso do vice-rei á hora da morte, em que elle diz aos fidalgos que não tem em casa dinheiro para comprar uma gallinha: ainda fica o nosso heroe com a responsabilidade completa d'aquelle triumpho romano, que enlevava Jacintho Freire, mas que hoje nos faz sorrir.

Confessêmol-o. A virtude de D. João de Castro não era das que se escondem voluntariamente na sombra. A feição romana do seu caracter é um pouco modelada pelos desenhos de Plutarcho. Manifesta-se com ostentação o seu incontestavel desinteresse. A sua austeridade gosta de produzir effeito. Innocente vaidade que, ainda assim, era n'esse tempo util! porque os vicios dos Portuguezes deram brado na India, e para destruirem

Digitized by Google

essa funesta impressão necessario era que as suas virtudes dessem brado. A luz serena, que emanava do palacio do governador, não devia simplesmente allumiar, mas deslumbrar tambem. A imaginação indiana devia ser fascinada por aquelles esplendores do triumpho e por aquella virtude que se affirmava em rasgos tão theatraes, como o de empenhar as barbas, desculpando-se de não dar por penhor o cadaver de seu filho D. Fernando, porque o não permittia a corrupção da sepultura.

Não querendo por fórma alguma diminuir as proporções do grande vulto de D. João de Castro, e desejando apenas comprovar o que dissemos, de que tinha o seu espirito uma certa feição theatral, relemos a carta authentica escripta por D. João de Castro aos vereadores de Gôa, depois de levantado o cerco de Diu, a pedir-lhes trinta mil pardáos emprestados para reedificar a fortaleza d'esta ultima cidade, e encontrámos n'ella o seguinte periodo:

«Mas para que tenhaes por mais certo o vosso pagamento, e não pareça a algumas pessoas, que por alguma maneira podem ficar sem elle, como outras vezes aconteceu, vos mando aqui uma provisão para o thesoureiro de Gôa para que dos rendimentos dos cavallos vos vá pagando, entregando toda a quantia que forem rendendo até serdes pagos[1].»

Ora, claro está que onde havia um penhor tão seguro e tão solido, as barbas não vinham a ser mais do que uma bonita amplificação rhetorica; mas essa amplificação produziu um magnifico effeito. Os vereadores, enternecidos, devolveram as barbas e a provisão, e enviaram o dinheiro, que depois lhes foi pago integralmente; as damas de Gôa mandaram as joias, que D. João de Castro não acceitou, e na India toda emfim a impressão foi immensa e altamente salutar.

Devemos por isso suppor que D. João de Castro era um fanfarrão de virtude, *posant*, como os Francezes dizem, deante da posteridade? Não; a virtude era n'elle natural, o desinteresse era n'elle instinctivo. Sempre o fôra desde que em Tunis recusára uma gratificação de Carlos V, quando a acceitavam todos os outros fidalgos seus companheiros. Mas D. João era erudito e muito erudito; fôra educado no meio do enthusiasmo da *renascença* pela antiguidade pagã, no meio d'essa esplendida mascarada em que tudo se vestia á romana, pensamentos e phrases; em que o ideal antigo era a suprema aspiração d'esses pagãos do christianismo, em que uns se namoravam de Cicero, como o cardeal Bembo, e não proferiam uma palavra que não viesse nas obras do grande orador; em que outros se namoravam de Virgilio, como o poeta Vida, e cantavam a paixão de Christo como o vate latino a morte de Priamo; em que outros, finalmente, se namoravam de Plutarcho e pautavam as suas acções e as suas palavras pelo pomposo modelo do *De Viris Illustris*.

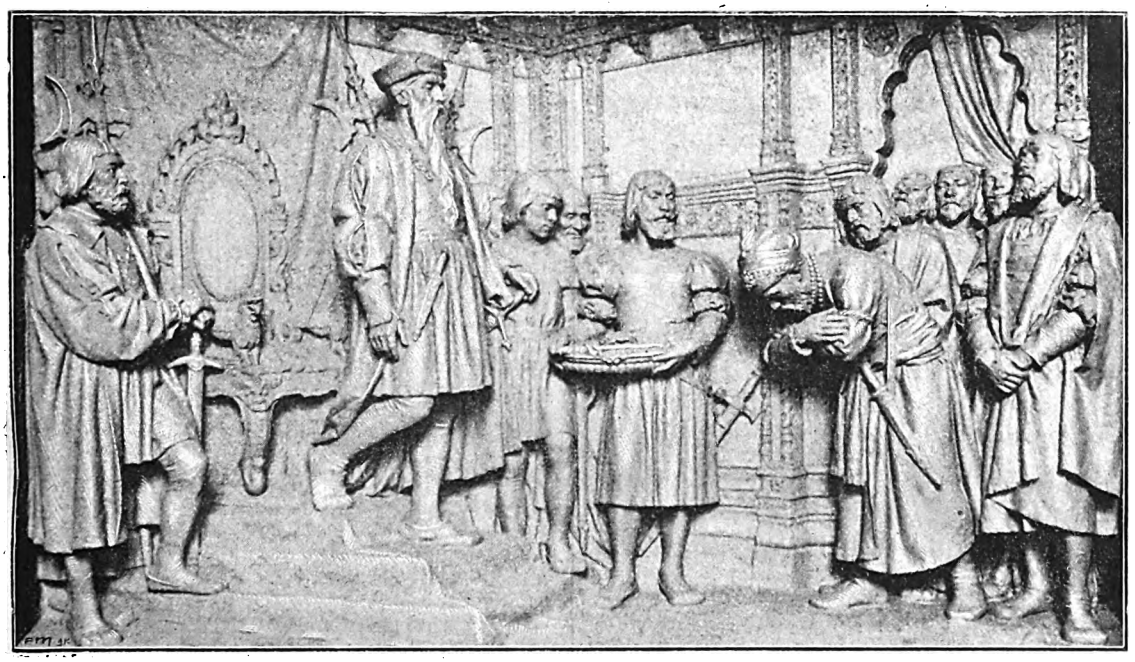
D. João de Castro tambem de Plutarcho se namorára. Versado nas lettras classicas, como o demonstra nos *Roteiros*, onde, a par do merecimento scientifico, se revela tambem a mais profunda erudição litteraria, as suas reminiscencias de estudioso intervinham habilmente nos actos do governador. Até isso lhe foi util. Nas epochas de decadencia, em que reina o vicio desenfreado, tem a virtude de ser ostentosa.

É este um dos poucos vultos da historia d'esse tempo, ácerca do qual não temos de mencionar a ingratidão dos reis. Tambem lhe valeu por esse lado o

[1] *Archivo Pittoresco*, vol. VI. pag. 317. Cartas authentica, de D. João de Castro.

Digitized by Google

estrondo de que se rodeavam, em resultado d'esta indole apparatosa que notamos, as suas virtudes e os seus triumphos. Na India e no reino commentavam-se as suas minimas palavras, referiam-se com applauso todos os seus actos, a fama das suas victorias percorria todo o Oriente, e chegava a Portugal repercutida por milhares d'echos lisongeiros. A intriga, que se compraz na sombra e no murmurio, recuava deante



BAIXO RELEVO DO MONUMENTO A AFFONSO DE ALBUQUERQUE EM BELEM
Affonso de Albuquerque recebe um embaixador do Rei de Bisnagá

d'esse esplendor e d'esta sonoridade.

Além d'isso o infante D. Luiz não cessava de o favorecer; sua propria esposa D. Leonor Coutinho, valída da rainha D. Catharina, servia-o acaloradamente. Contribuia tudo para que fosse a recompensa proporcionada aos serviços. A prorogação do seu governo por mais tres annos, o titulo de vice-rei outorgado, titulo que depois de D. Francisco de Almeida só haviam logrado obter D. Vasco da Gama e D. Garcia de Noronha, uma ajuda de custo annual de dez mil cruzados, e a nomeação de general do mar, conferida a seu filho D. Alvaro de Castro, taes foram os premios inauditos com que se recompensou o merecimento. Era a primeira vez que similhante cousa succedia! Pela primeira vez a virtude era favorita da realeza!

Folgamos com isso, mas não deixamos de notar com amargura que D. Francisco d'Almeida teve sempre que luctar com as intrigas cortezãs; que Affonso d'Albuquerque baixou ao tumulo, cortado por infinitos desgostos; que Duarte Pacheco entregou as suas mãos d'Achilles ás algemas aviltantes; que Nuno da Cunha, se não morresse no caminho, acharia nos Açores, á volta da India, os grilhões que D. João III lhe enviava ao encontro. Sempre é bom antecipar um pouco por si o juizo da posteridade. A virtude unicamente modesta, a que não se affirma com estrondo, expõe-se a que a intriga a abafe.

É esta a feição menos louvavel talvez do caracter de D. João de Castro.

Não nos queixemos d'isso. A corôa ovante devia pousar bem na sua fronte

Digitized by Google

nobre, e a mão victoriosa e sem macula podia sem desdouro empunhar a palma triumphal.

A posteridade ratificou solemnemente o juizo dos contemporaneos, e o vulto de D. João de Castro é ainda por nós reverenciado como a viva personalização dos brios portuguezes, da lealdade cavalheiresca e da escrupulosa integridade. No meio da corrupção geral da India portugueza n'essa era de decadencia, o quarto vice-rei surge-nos deante dos olhos como a estatua severa de Bruto ou de Catão nos triclinios voluptuosos onde tripudiava ebria e devassa a impudica orgia de Roma imperial.

Não fizemos nos capitulos antecedentes senão apreciar a indole do governo de D. João de Castro, o que nos pareceu mais util do que historiar miudamente os successo d'elle, pois que essa épocha foi tão notavel pelo contraste que fez com os tempos que a precederam, e tambem com os que se lhe seguiram; mas, para não quebrarmos o fio da narração, resumirem-os rapidamente os actos d'esse governo, de cujo caracter e influencia benefica démos já larga conta.

Chegou D. João de Castro no primeiro de setembro de 1545, e foi recebido com toda a cortezia por Martim Affonso de Sousa, que lhe entregou sem hesitação o governo, partindo logo para o reino. Tractando dos negocios da administração, a primeira cousa que D. João de Castro fez foi remediar o mal produzido pela alteração do valor dos bazarucos; depois significou positivamente a Hidal-Khan, que lhe não entregaria Meale como Martim Affonso de Sousa estava resolvido a fazer. Seguiu-se de aqui uma guerra promovida por Hidal-Khan; sahiu D. João de Castro pessoalmente de Gôa, e a duas leguas da cidade derrotou o inimigo; depois enviou correr a costa com seis navios seu filho D. Alvaro de Castro, que tomou e arrasou a cidade de Cambre, obrigando assim Hidal-Khan a pedir a paz, que lhe foi concedida.

Foi no principio de 1546 que rebentou a guerra em Diu. Julgou Khodja-Safar que com a partida de Martim Affonso de Sousa, o terror da India, podia seguramente vingar-se da passada derrota. D. João de Mascarenhas, governador da fortaleza, avisou logo D. João de Castro, que lhe enviou duzentos soldados de reforço.

Ao mesmo tempo nas Molucas os Castelhanos procuravam fazer vigorar de novo as velhas pretenções. Enviou D. João de Castro contra elles Fernão de Sousa, que os fez partir para a Europa, e n'esta mesma occasião restituia o governador da India a corôa de Ternate a Cachil Aeyro, que Jordão de Freitas, o capitão que succedera a Antonio Galvão nas Molucas, mandára preso para a India.

Com oito mil soldados e sessenta peças de artilheria começou Khodja-Safar o cerco de Diu; entre esses contavam-se mil Turcos. Não tardou a receber um reforço de dois mil homens, commandados por dois chefes mogoes, pois que contra esta fortaleza se reuniram então os povos mais guerreiros do Oriente. A sua artilheria bateu a nossa fortaleza, produzindo estragos, e por mar foi uma nau inflammada arrojada ao castello sem produzir effeito, porque audaciosamente Jacome Leite a foi desbaratar e destruir.

Já faltava polvora na fortaleza, quando chegou soccorro de Gôa, commandado por D. Fernando de Castro, moço de dezenove annos e filho mais novo do governador. O inimigo recebia ao mesmo tempo um reforço de mais de dez mil homens.

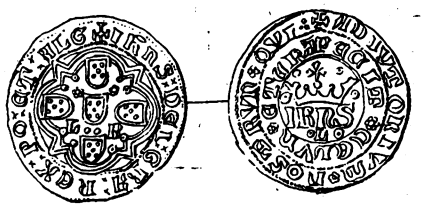
A artilheria inimiga batia incessante a fortaleza, e a nossa respondia-lhe com alguma fortuna, porque uma bala matou Khodja-Safar; mas essa morte não fez

Digitized by Google

senão dar o commando do exercito assaltante ao filho do fallecido, conhecido pelo nome de Rume-Khan, e talvez mais habil e mais perseverante general do que seu pae. Logo os assaltos se repetiram com furia, sempre repellidos, mas causando aos nossos graves perdas. Levantaram os Indios torres superiores á fortaleza, que os nossos destruiram, mas em sortidas d'onde não voltavam incolumes, e ao passo que a victoria ia assim enfraquecendo os victoriosos, recebiam os inimigos um reforço de treze mil homens, commandados por Djezzar-Khan, reforço que suppria perfeitamente os desfalques, e habilitava o general em chefe a renovar as suas tentativas.

Empregaram então os inimigos o systema das minas, que lhes surtia effeito, porque o rebentar de uma destruiu um baluarte, onde morreu D. Fernando de Castro; porém nas ruinas da fortaleza continuavam os nossos valentes a aparar, a peito descoberto, o embate dos inimigos.

Mas os assaltos multiplicavam-se; não havia descanso para os nossos, cujo numero rareava a cada instante. Felizmente appareceram em Diu tres navios commandados por Luiz de Mello, D. Jorge e D. Duarte de Menezes, que annunciaram como proxima a chegada da esquadra de D. Alvaro de Castro, que vinha em soccorro da fortaleza. Logo em seguida entraram D. Antonio de Athayde e Francisco Guilherme, depois Ruy Freire, e finalmente D. Alvaro de Castro com quarenta navios. Os assaltos haviam sempre continuado, tinham sempre jogado as minas, e a guarnição da fortaleza estava por tal modo reduzida, que a chegada d'este poderoso reforço não fez mais do que eleval-a ao numero de seiscentos homens, o que ainda assim por tal fórma encheu de confiança os Portuguezes, que não descansaram emquanto não fizeram uma sortida, contra vontade dos seus chefes, sortida infeliz em que morreram trinta e cinco homens e ficaram feridos mais de cem. Quizeram os inimigos aproveitar a victoria, tomando n'um impeto a fortaleza, mas foram repellidos como até ahi o tinham sido. Ufano comtudo com o exito feliz,



Real de 10 soldos, de D. João I

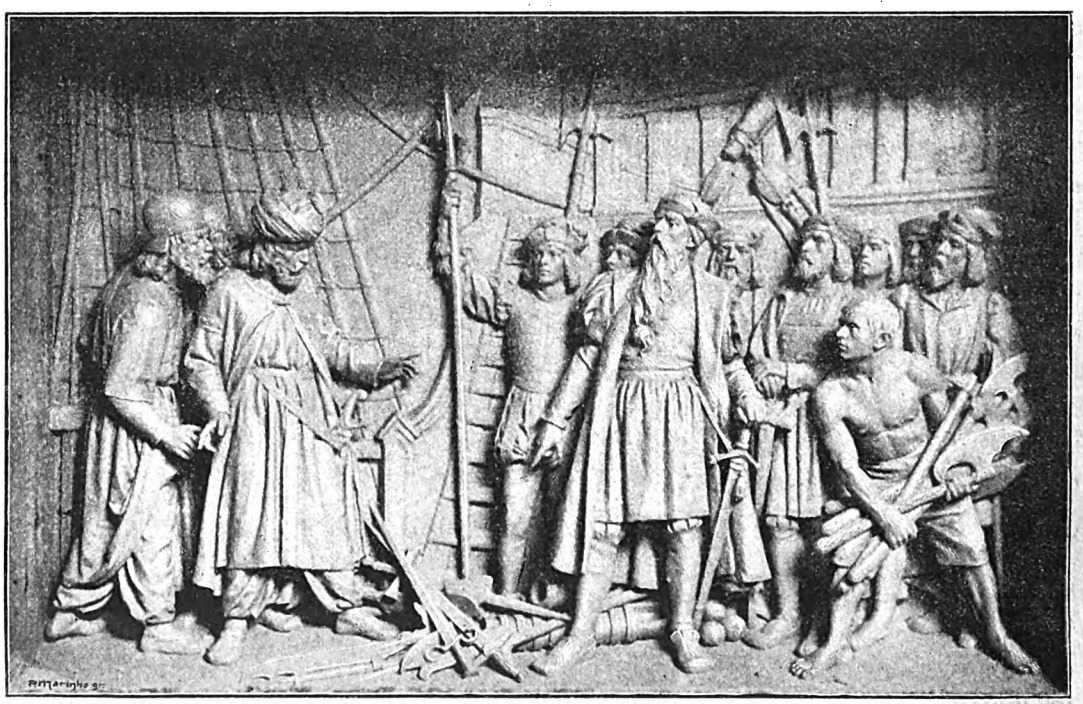
Rume-Khan até construiu uma nova cidade, como fizera Fernando e Izabel a Catholica deante de Granada, construindo Santa-Fé. O resultado foi bem differente.

A noticia d'esta derrota dos nossos espalhou-se por toda a India e foi animar os inimigos e assustar D. João de Castro. Empregando todos os recursos do Estado e uma pasmosa actividade, conseguiu o governador enviar a Diu um soccorro de vinte e duas caravellas, commandadas por Vasco da Cunha. Eram já tantos os navios em Diu que os nossos de novo senhoreavam os mares, e que D. Alvaro de Castro poude destacar alguns vasos que foram tomar as náus de Méca, e que voltaram a Diu trazendo triumphalmente os navios aprisionados.

Entretanto preparava D. João de Castro o soccorro decisivo que elle proprio devia commandar, e a 17 de outubro de 1546 partiu de Gôa com uma esquadra composta de doze galeões, sessenta navios de remo e quinze fustas, e outros navios pequenos. A 6 de novembro chegou a Diu, sendo recebido com estrondosas salvas, e, depois de entrado na fortaleza, fixou o dia 11 para fazer uma sortida geral, e travar a batalha decisiva em que obrigaria o inimigo a levantar o cerço.

Digitized by Google

A guarnição da fortaleza junta com o exercito de D. João de Castro perfazia a somma de pouco mais de tres mil e quatrocentos homens, dos quaes só dois mil e trezentos eram Portuguezes. Não duvidaram comtudo ir affrontar em rasa campina os quarenta mil homens de Rume-Khan, e a victoria favoreceu-lhes o impeto, porque o inimigo teve de levantar o cêrco, morrendo o general em chefe, sendo prisioneiro Djezzar-Khan mandante D. João de Mascarenhas. Entretanto D. Manuel de Lima percorria a costa de Cambaya espalhando por toda a parte o estrago, e finalmente em abril de 1547 partiu D. João de Castro para Gôa, onde o esperava o celebre triumpho, em que já falámos, reminiscencia de erudito, ostentação vaidosa que maravilhou os Indios, que nos faz sorrir a nós, e que já no seu tempo fazia com que a rainha D. Catharina dissesse que D. João



BAIXO RELEVO DO MONUMENTO A AFFONSO DE ALBUQUERQUE, EM BELEM
É esta a moeda com que Portugal paga aos soberanos estrangeiros ós tributos dos seus vassallos

com mais seiscentos soldados. Todas as riquezas da cidade improvisada cairam em nosso poder, e entre ellas quarenta peças d'artilheria grossa, uma das quaes é a celebre *peça de Diu*, tropheu glorioso que no tempo de Jacintho Freire de Andrade estava na torre de S. Julião, e que hoje podemos admirar no edificio do Arsenal do Exercito.

Foi depois de levantado o assedio que D. João de Castro enviou aos vereadores de Gôa a celebre carta em que lhes pedia um emprestimo para reedificar a fortaleza, de que ficou ainda por com-

de Castro «vencera como christão e triumphára como pagão».

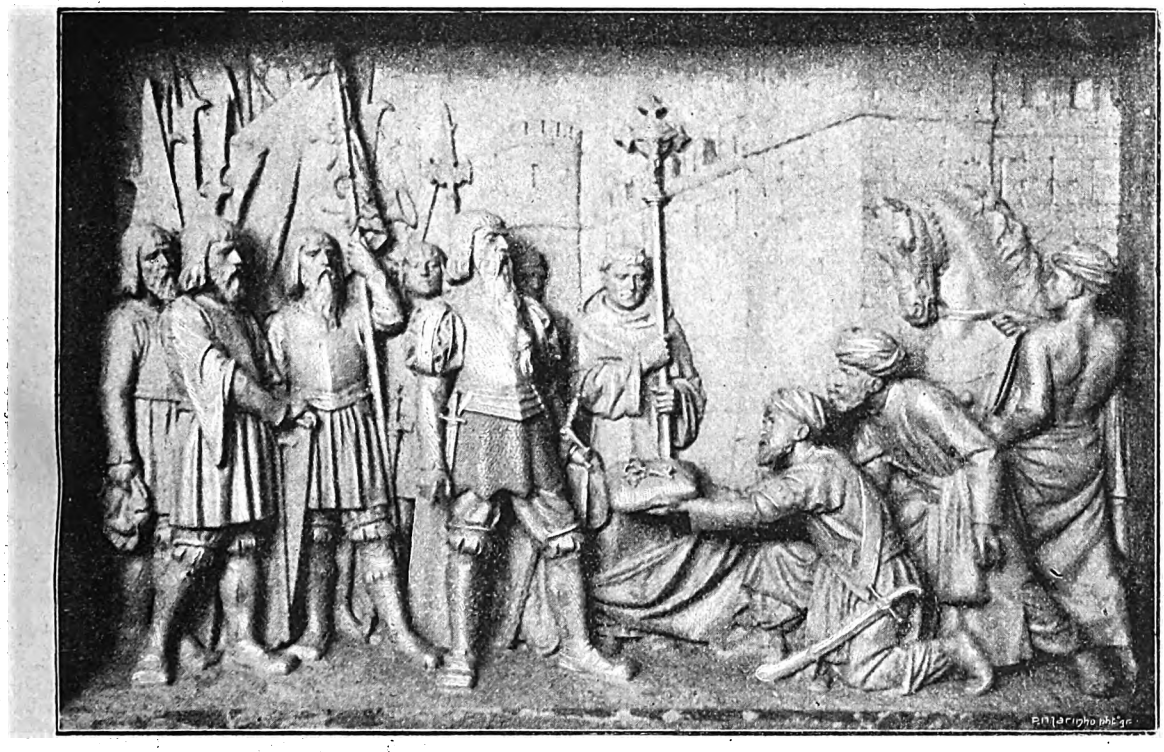
Transcreveremos de Jacintho Freire as paginas em que o illustre escriptor narra essa ceremonia, unica em todo o tempo do nosso dominio na India:

«Embarcou-se o governador para Gôa, onde o esperava o applauso universal das gentes como echos articulados da victoria. Chegou a tomar porto em breves dias, onde vieram a visital-o ao mar o bispo, capitão-mór e regentes, pedindo-lhe se detivesse em Pangim, emquanto a cidade dispunha o triumpho com que o

Digitized by Google

queria receber, por que não reputasse o mundo aquelle povo por barbaro ou ingrato; que triumpho tão merecido não era ambição da pessoa, mas gloria do Estado; que das victorias levavam os reis o fructo, os vassallos a fama; que bem podia despresar o premio sem engeitar a memoria.

«Deixou-se o governador vencer d'este agrado do povo, como quem não podia despresar as honras do triumpho, sem mostravam as pedras humildes ou gratas. Era a tapeçaria das muralhas de custosos brocados. A grandeza não podia subir a mais; o gosto não se contentava com menos. Em partes era o adorno de diversos veludos, para que o ouro servisse á magestade, as côres ao deleite. Na portada se viam dois leões dourados, sustentando em uma e outra tarja as ruellas dos Castros, sempre illustres, agora triumphantes. Junto ao caes corria um dila-



BAIXO RELEVO DO MONUMENTO A AFFONSO DE ALBUQUERQUE EM BELLM
Entrega das chaves da cidade de Gôa

injuria dos que lhe ajudaram a merecer; nem pôr limites ás alegrias populares em odio da prosperidade de todos de cujas demonstrações festivas tinham na fortuna desculpa, nos Cesares exemplo. Para os quinze d'abril de quarenta e sete se destinou o dia do triumpho, primeiro e ultimo que viram nossas armas costumadas a lograr fama sem gloria. Fabricou a cidade no bazar de Santa Catharina um espaçoso caes, cujo material cobriam varias alcatifas. Rasgou-se a porta da cidade até o alto do muro, como que se tado bosque d'arvoredo, que com interrompidas sombras mitigava o calor, sem occultar o dia. Via-se o mar coberto de náus e galeões, de fustas e almadías, que das ilhas visinhas concorreram, todas embandeiradas e alegres. Estava no terreiro do Paço uma fortaleza desenhada pela planta de Diu, e dentro algumas bombardas carregadas sem balla, e outros instrumentos de fogo, com que figuravam uma representação alegre dos passados horrores. Na mesma fortaleza se escondiam curiosas danças, que com acorda-

Digitized by Google

das vozes cantavam ao governador louvores a numeros atados, deleitando o ouvido na harmonia, o juizo na lettra. O concerto das ruas, como para dar a conhecer a opulencia do Oriente; as tellas de lavores, por usuaes, se olhavam com desprezo. As gallas dos moradores taes e tantas que parecia que triumphava o povo. Nem seria menos dos animos o applauso se os corações se viram, pois eram demonstrações voluntarias de naturaes affectos.

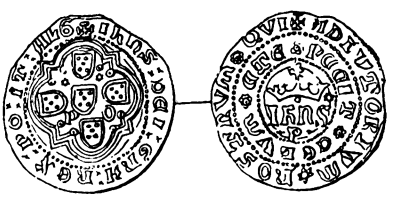
«Abalou o governador de Pangim em uma galeota, cujo adorno a fazia differente das outras. Levava comsigo os fidalgos velhos, que o acompanharam na jornada, egualmente parciaes na gloria e no perigo. Iam deante os galeões da armada, a quem seguiam as embarcações de remo com as velas içadas nos palancos, e todos, navegando assombrados com o verdor de differentes ramos, pareciam da terra um bosque tremulo, uma cidade erratica. Logo que avistaram a fortaleza, lhe deram uma tão temerosa salva, que a guerra parecia real mais que apparente. Como contraposta lhe respondeu a artilheria de terra, com tal horror, que os sentidos não conheciam differença da batalha ao triumpho. Para dar passo á galeota do governador, se abriu a armada toda. Vinha custosamente trajado, dando o que era seu ao tempo, vestindo não menos airosamente as galas do que vestia as armas. Trazia uma roupa franceza de setim carmezim com torçaes de ouro, que lhe tomavam os golpes, e, como quem não queria perder memorias de soldado, vestia uma coura de laminas assentada em brocado com seus tachões de prata, gorra com plumas, mostravam ouro as guarnições da espada. No caes o esperavam os cabos da milicia, nobreza, e regimento da cidade com os quaes entrou a primeira porta, onde um vereador na lingua latina lhe orou discretamente, discorrendo, como por beneficio de seu valor tinhamos humilhado o mais soberbo sceptro do Oriente, cujas ruinas seriam de sua fama os elogios maiores; que agora tinha Portugal seguro o Estado, em seus braços, segunda vez nascido, cujas armas serviam tanto á fé como ao imperio, obrando que em tão remotas partes se ouvissem os brados do Evangelho; que agora os Mouros e Gentios creriam que não podia deixar de ser Deus grande, o Deus de tantas victorias; que ainda depois de edades largas no Oriente mostrariam com o dedo os navegantes o logar da batalha, ficando por tradição o estrago de Cambaya de nação a nação, de reino a reino; que os paes o contariam aos filhos, ainda sobresaltados na memoria dos perigos passados, que já nossas bandeiras gloriosamente enroladas poderiam descançar no templo da paz, aberto o da victoria. Sobre os accidentes do seu governo discorreu largamente, parecendo ao povo que antes abreviava que encarecia suas virtudes, maiores na consideração dos estranhos do que em nossos elogios. Rematou a oração na suavidade de musicos instrumentos, differentes e accordes. Logo se dispararam algumas peças, cujas balas eram doces diversos, que, cahindo em pequena distancia, foram á gentalha do povo convite, inda que arrebatado, alegre. Os vereadores da cidade receberam ao governador com pallio, e logo um cidadão de auctoridade, inclinado e reverente, lhe tirou o gorro da cabeça, pondo-lhe n'ella uma corôa triumphal e na mão uma palma. Deante caminhava o Custodio dos Religiosos Franciscanos com o crucifixo, que levou na batalha e o braço desencravado e pendente (signal com que já de tão longe aquella magestade divina nos, n'esta e n'aquella edade, assegura os reinos e as victorias). Seguia-se a bandeira real de nossas quinas, olhadas com admiração nova de Mouros e Gentios. Logo os estandartes de Cambaya arrastados á vista

Digitized by Google

de Juzarcão, e outros capitães manietados, que representavam a tragedia de sua fortuna, a elles lastimosa, a nós alegre. Viam-se seiscentos prisioneiros arrastando cadeias; traz elles as peças de campanha com varias e numerosas armas. As damas das janellas banhavam ao triumphador em aguas distilladas de aromas differentes. Os officiaes, que tractavam o ouro, ou preciosas drogas, lhe vinham a offerecer voluntarios tributos, sendo a egualdade dos animos outra cousa maior que o triumpho. Os templos, adornados e abertos, se mostravam benevolos e gratos. N'esta fórma chegou a visitar a cathedral metropole do Oriente, onde o bispo e clero o receberam com o hymno: *Te-Deum Laudamus*. Entrado na sé, reconheceu com piedosas offertas ao auctor das victorias, e por ser já tarde com abreviadas ceremonias se recolheu aos Paços, não cabendo a magestade do triumpho nas horas de um só dia [1]».

Eis o que foi, descripta no pomposo estylo de Jacintho Freire, essa vaidosa solemnidade.

Emquanto D. João de Castro triumphava em Goa, D. Jorge de Menezes, correndo a costa de Cambaya, arrazava Bhuroch, e Antonio Moniz Barreto, enviado a Ceylão, como dissemos, via-se obrigado a uma retirada quasi desastrosa. Em Malaca, Simão de Mello, capitão da fortaleza, ameaçado por uma conjuração dos visinhos sultões, enviava contra elles uma armada que os destroçava, e em Goa, Hidal-Khan, descontente de vêr o seu competidor Meale seguro e livre, invadia as tão contestadas terras de Bardez e Salsete. Addiou o governador para depois o repellil-o, porque lhe chegavam de Diu novas assustadoras. Era em agosto de 1547. Entendeu D. João de Castro que devia apparecer de novo deante dos muros da fortaleza; mas antes de partir julgou melhor combater Hidal-Khan, para que este, aproveitando a sua ausencia, não inquietasse Gôa. Sahiu pois contra elle com um exercito de tres mil Portuguezes e alguns indigenas, derrotou-o, tomou posse de Bardez e Salsete, e, mais confiado, partiu



Real de 10 soldos, de D João I

para Diu com uma esquadra de cento e sessenta fustas. Vendo Mahmud, sultão de Cambaya, que estavam os nossos prevenidos, desistiu da sua empreza, e D. João de Castro, depois de assolar a costa, de substituir por Luiz Falcão D. João de Mascarenhas, que desejava regressar ao reino, voltou a Goa, onde teve que repellir nova guerra do Hidal-Khan. Senhor do Mar, D. João de Castro destruiu-lhe todos os portos e assim o puniu cruelmente da sua constante inquietação. Seguiu-se depois a infructuosa expedição de D. Alvaro a Aden. Entretanto chegava a Lisboa a noticia das victorias de D. João de Castro, e el-rei recompensava o governador dando-lhe o titulo de vice-rei, prorogando-lhe o governo por mais tres annos, dando-lhe uma ajuda de custo de dez mil cruzados, e concedendo a seu filho D. Alvaro o posto de capitão-mór do mar da India. De nenhuma d'estas mercês se poude gozar o illustre Portuguez, porque morreu no dia 6 de junho de 1548, poucos dias depois de ter recebido do reino essas agradaveis noticias.

Assim falleceu, de edade de quarenta e oito annos, depois de tres de governo, que foram como um relampago de pura gloria que sulcou as trevas que princípiavam, esse homem de quem disse com razão o seu conceituoso biographo «va-

[1] Jacintho Freire. *Vida de D. João de Castro*, l. 3.º pag. 339. (Edição de Paris.)

Digitized by Google

rão que foi maior que seu nome, maior que suas victorias, cujas noticias são hoje no Oriente, de paes a filhos, um livro successivo, conservando-se a fama de suas obras sempre viva:» esse homem emfim que o grande Luiz de Camões achou que podia emparelhar com Albuquerque nos dois celebrados versos:

Albuquerque terribil, *Castro forte*,
E outros em quem poder não teve a morte.

CAPITULO IX

A India até á morte de D. João III.—Os successores de D. João de Castro

PENAS morreu o quarto vice-rei da India, abriu-se a primeira das cinco successões que estavam então fechadas em Goa, e encontrou-se o nome de D. João de Mascarenhas. Como este illustre capitão voltára já ao reino, abriu-se a segunda successão e viu-se que estava nomeado Garcia de Sá, o qual foi logo reconhecido como governador. Pouco tempo exerceu este cargo, porque o surprehendeu a morte no dia 6 de julho de 1549; mas o seu governo assignalou-se por um grande zelo pelo bom pagamento e tractamento dos soldados da India, e pelo despacho mais rapido das pretenções. O flagello da *bureaucracia* invadira effectivamente Goa, a ponto de que um escriptor portuguez, Barreto de Rezende, no seu *Breve tractado ou Epilogo dos viso-reis da India*, obra manuscripta existente n'uma bibliotheca de Paris, e que Ferdinand Denis frequentemente cita, escreve as seguintes palavras: «E parece a cidade de Goa mais cidade de litigantes que escola de armas» tal era o numero dos escrivães e dos *bureaucratas* de toda a especie que fervilhavam no Oriente portuguez.

Garcia de Sá não conseguiu extinguir a praga, mas, dando elle mesmo o exemplo do prompto despacho, instigou os seus subordinados, os desembargadores da relação, os ouvidores, a não demorarem, como faziam, tempo infinito os processos que andavam de mão em mão. Os soldos tambem foram pagos por elle com a possivel pontualidade, chegando até a infringir as ordens reaes ácerca de economia. Tudo isto o tornou altamente sympathico aos povos, que o viram com dôr expirar depois de um anno de governo, durante o qual os actos da sua politica se resumiram apenas em concluir a paz com Hidal-Khan II, se assim podemos denominar o soberano então reinante em Bidjapur.

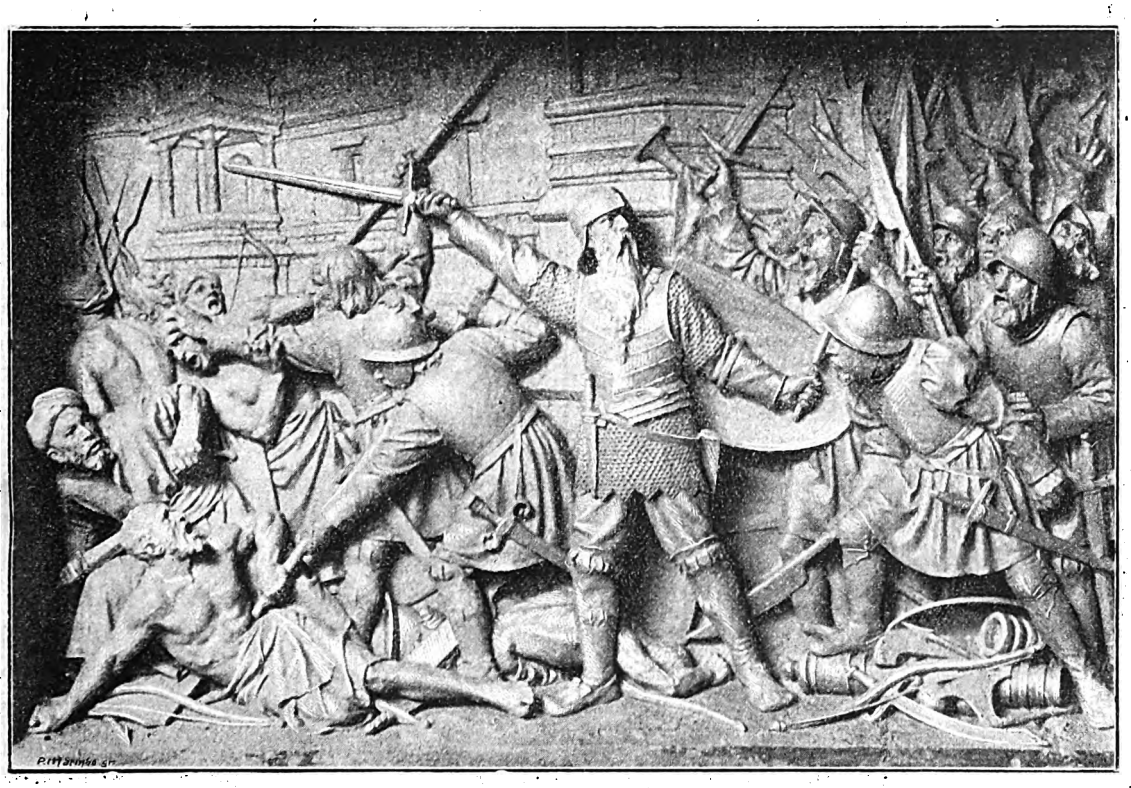
Aberta a terceira successão, encontrou-se o nome de Jorge Tello de Menezes, que viera para o reino; abriu-se a quarta successão, e achou-se nomeado para governador Jorge Cabral, capitão de Baçaim, que logo foi avisado da honra que lhe cabia e que partiu immediatamente para Gôa a tomar posse do governo.

Jorge Cabral tambem não regeu por muito tempo a India, e a sua administração não se tornou notavel senão porque durante ella começaram de novo os Portuguezes a practicar os actos de pirataria de que se tinham cohibido durante o governo de Garcia de Sá, como que mantidos ainda em respeito pela vir-

Digitized by Google

tuosa sombra de D. João de Castro. Francisco da Silva, capitão de Cochim, senão por ordem do governador, pelo menos com o seu tacito consentimento, foi saquear um pagode, esperando lá encontrar grandes thesouros, que não encontrou afinal, achando apenas Indios exasperados pela premeditada profanação, que lhe mataram alguns soldados e lhe feriram outros. D'ahi a pouco espessoa assolou a costa de Calicut, arrazou Torah, Coulet, Panane, e reduziria o Samoudri-rajah á ultima extremidade, se não tivesse de entregar a D. Affonso de Noronha, que vinha de Lisboa com o titulo de vice-rei, as rédeas do governo.

Foi no dia 6 de novembro de 1550 que o quinto vice-rei da India substituiu Jorge Cabral. Celebre capitão das nossas guerras africanas, grande vali-



BAIXO RELLEVO DO MONUMENTO A AFFONSO DE ALBUQUERQUE EM BELEM
Tomada de Malaca

tavam contra nós colligados uns poucos de reis da costa de Malabar: o rajah de Calicut, o de Tanor e o de Cambé. Na guerra não fomos infelizes, posto que Francisco da Silva fosse morto n'um combate, em que practicára actos de bravura e de ferocidade, e que terminou por uma retirada que se podia parecer com uma fuga. Mas Manuel de Sousa de Sepulveda (o heroe do celebrado poema de Corte Real, *Naufragio de Sepulveda*, obrigou o rajah de Tanor a uma paz onerosa. Jorge Cabral, em

do d'el-rei, que lhe fez por esta occasião innumeras mercês, D. Affonso de Noronha trazia de Lisboa dilatadas instrucções para reformar os muitos abusos que havia na India, instrucções que provam quanto fôra ephemera a influencia moral do austero D. João de Castro. Não era D. Affonso de Noronha capaz de levantar o nivel dos espiritos; mas, ainda que o fosse, as multiplicadas guerras que occuparam todo o seu vice-reinado não lhe dariam occasião para executar as reformas de que ia incumbido. A In-

Digitized by Google

dia estava toda em fogo; o jugo portuguez, cada vez mais oppressor, agora exacerbado pela perseguição religiosa que D. João III não cessava de recommendar e que se traduzia pela destruição dos pagodes, e por toda a casta de insultos ás crenças dos naturaes, sublevara os espiritos no Oriente, e durante o governo de D. Affonso de Noronha em todos os pontos do nosso dominio ardeu a guerra: em Malaca, nas Molucas, em Ceylão, no Malabar, e em Ormuz.

A primeira cousa que fez o vice-rei foi mandar Luiz Figueira ao Mar Roxo saber se no Egypto se preparava nova esquadra que ameaçasse a India. Cinco fustas iam debaixo das ordens d'este capitão, que se encontraram com cinco galeotas turcas, de que era commandante Safar, valente general do pachá do Egypto. A desproporção das forças era grande, porque, apezar do numero dos navios ser egual, a sua lotação é que era muito differente, e ainda se tornou maior essa desproporção, porque, pouco antes da batalha, mandára Luiz Figueira uma das fustas a fazer aguada. Restabeleceu-se comtudo na occasião do combate um tal ou qual equilibrio, porque Safar destacou uma das galeotas para vir cortar aos nossos a retirada. A batalha porém foi mais rapida do que elle pensava; com a sua costumada audacia, os Portuguezes investiram as galeotas, e Luiz de Figueira atracou destemidamente o navio de Safar; mas depois d'um combate furioso, foi morto, aprisionada a sua fusta, e as outras tres fugiram. Entretanto Onofre do Soveral, commandante da fusta que fôra fazer aguada, ouvindo o troar da artilheria, accudiu ao combate e encontrou-se com a galeota que Safar destacára; travou-se entre os dois navios uma lucta furiosa, mas indecisa, ficando ambos egualmente destroçados. O commandante d'uma das quatro fustas portuguezas, Gaspar Nunes, envergonhado de não ter accudido ao seu capitão-mór, não ousou voltar á India, fundeou em Massuah, desembarcou a tripulação, e foi offerecer os seus serviços ao *négus* da Abyssinia. É notavel que, entre a corrupção immensa dos Portuguezes, entre esse formidavel naufragio de todos os sentimentos de honra, de justiça, de humanidade, sobrevivia, no animo d'estes valentes, o pundonor militar levado a taes extremos.

Eram agora mais do que nunca poderosos os Turcos, e ameaçadores no Oriente. As suas armas victoriosas, que por um lado tinham subjugado o Egypto, por outro lado tinham chegado á embocadura do Euphrates, e tomado posse de Bassora, que fica na foz d'esse rio celebre. Estavam por conseguinte em intimo contacto essas duas potencias inimigas, Portugal e a Turquia. Um tal contacto para Portugal é que era mais aterrador, pois que a Turquia tinha por alliados naturaes todos os principes musulmanos, da India, emquanto Portugal sublevára contra si todas as resistencias. Entendeu por conseguinte com razão o vice-rei que devia pôr obstaculo a estas invasões dos Turcos, e, sabendo que depois de haverem desapossado da sua cidade principal o rei de Bassora, se tinham tambem apoderado de Katif, cidade situada nas margens do Golfo Persico, e celebre pela pescaria das perolas, a que os seus habitantes se entregam, resolveu enviar contra elles uma esquadra. Compôl-a de sete navios d'alto bordo, e doze de remo; embarcou dentro d'ella mil e duzentos soldados; deu o commando a seu sobrinho D. Antão de Noronha, e em março de 1552 enviou-a para Ormuz.

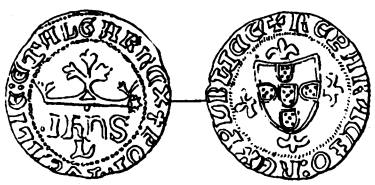
O capitão da fortaleza pôz ás ordens do commandante da esquadra as suas tropas disponiveis, o rei d'Ormuz deu-

Digitized by Google

lhe tambem tres mil soldados, e D. Antão de Noronha partiu para Katif. Depois do ter batido a cidade com a sua artilheria, D. Antão preparava-se para dar um assalto, quando os soldados perceberam que estava desamparada a cidade. A guarnição fugira secretamente. Os nossos tomaram posse da fortaleza, quasi que sem terem soffrido perdas, mas, quando se tractou de demolir o castello para evitar novos conflictos com os Turcos, as minas jogaram tão desastradamente que mais de quarenta Portuguezes ficaram sepultados debaixo das suas ruinas.

Quizéra tambem D. Antão de Noronha ir expulsar os Turcos de Bassora, e livrar assim Ormuz de tão poderosos inimigos; mas Ali-Pacha, governador da cidade ameaçada, teve artes de lhe fazer suspeitar que era trahido pelos seus alliados, os naturaes de Bassora, e D. Antão, receioso d'algum desastre, não ousou ir accommettel-os. Mas, assim como Bassora era para Portugal uma constante ameaça, tambem Ormuz era para os Turcos um obstaculo constante. As duas raças, as duas religiões, as duas civilizações oppostas, a de Portugal e a da Turquia, tinham avançado por dois caminhos diversos, um por mar, outro por terra, a tomarem posse do Oriente. Encontraram-se emfim, e a lucta agora só podia terminar com a morte d'um dos contendores. Acabou d'um modo ainda mais inesperado, que foi com a morte d'ambos. Mas, se os personagens desappareceram da scena politica, a lucta lá continua a travar-se, o mesmo épico drama lá se repete com outros actores. Portugal é substituido pela Inglaterra, a Turquia pela Russia. Esta foi invadindo o Oriente por terra, caminhando pela Asia Central como a Turquia o invadira outr'ora descendo a Mesopotamia; a Inglaterra, como Portugal, fôra procural-o sulcando as aguas do Cabo da Boa Esperança; hoje encontraram-se, ou estão proximos a encontrar-se, e tudo presagia uma lucta séria entre o colosso moscovita e o colosso dos mares.

Mas, no tempo de que nos occupamos, a Inglaterra toda se dilacerava em discordias civis e religiosas; a Russia, mer-



Meio cruzado, de D. João I

gulhada na mais ignobil barbaria, tremia deante dos Polacos e nem ousava affrontar os Turcos de Solimão, o Magnifico; era a Portugal que o mythologico Neptuno entregara o tridente, sceptro do liquido imperio; era Constantinopla que dictava a lei ao Oriente europeu.

Bassora era pois, como dissemos, uma ameaça para Ormuz, Ormuz um obstaculo a Bassora; as duas irreconciliaveis potencias achavam-se alli frente a frente. D. Antão de Noronha fôra por ordem do vice-rei atacar Bassora: logo em julho do mesmo anno de 1552, veiu por ordem do pachá do Egypto, Epir-bey, á testa de vinte e cinco galés, sitiar Ormuz.

Já em maio o commandante d'esta fortaleza, D. Alvaro de Noronha, fôra avisado da projectada expedição, e mandara algumas fustas ao Estreito para trazerem observações mais positivas. Essas fustas encontraram umas cinco galés commandadas pelo filho d'Epir bey, e que formavam a guarda avançada da sua esquadra. Escapando á perseguição do inimigo, vieram dando a noticia da approximação dos Turcos por Mascate, onde havia um forte portuguez mandado recentemente construir pelo vice-rei D. Affonso de Noronha e ainda incompleto, Curiate e Calayate, onde havia simples feitorias. O feitor de Calayate, chamado Estevam Gomes, metteu-se lo-

Digitized by Google

go n'um fragil batel, e ousou atravessar o Golfo Persico e o Mar das Indias para levar a noticia da esquadra turca ao vice-

IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO RESTELLO

rei em Gôa. O commandante do forte de Mascate, João de Lisboa, decidido, segundo parecia, a defender-se até á morte, metteu-se com os seus vinte homens dentro do pequeno e incompleto entrincheiramento, e as mulheres da guarnição, nas quaes entrava a sua, mandou-as para Ormuz debaixo da guarda de dois velhos. Não persistiu comtudo muito tempo n'esta heroica resolução, porque, logo que se reuniu com a esquadrilha de seu filho a esquadra d'Epir-bey, e que este poz cerco á fortaleza, João de Lisboa rendeu-se. Já o baixel, em que elle mandara para Ormuz, como dissemos, as mulheres da guarnição, cahira tambem em poder do inimigo.

Ufano com esta facil victoria, dirigiu-se Epir-bey para Ormuz com as suas vinte e cinco galés. Felizmente D. Alvaro de Noronha tinha uma forte guarnição de novecentos homens, graças a uma nau que voltava ao reino e que arribara a Ormuz. Recolhendo na fortaleza o aterrado rei da cidade com todas as suas riquezas e os principaes subditos, fazendo passar para a ilha de Kischmisch e d'ahi para a visinha provincia persa de Magostan os que não ousavam esperar as consequencias do assedio, D. Alvaro de Noronha preparou-se para resistir energicamente, dividindo as estancias pelos seus subalternos, e dispondo nas muralhas a artilheria, confiada á direcção d'um habilissimo condestavel, que soube por tal forma aproveitar o tiro que encravou muitas peças ao inimigo, derrubou-lhe os entrincheiramentos, e lhe fez muito maior damno do que do seu bombardeamento recebia a fortaleza.

Os Portuguezes, indisciplinados como já o tinham sido no segundo cerco de Diu, aliás tão digno de ser cantado pela musa épica, os Portuguezes, pois, queriam por força fazer uma sortida, arriscando-se, por louca temeridade, contra o numeroso exercito, que nem sequer os assaltos ainda tinham dizimado. Conteve-os porém D. Alvaro de Noronha a muito custo; mas felizmente Epir-bey, vendo que os seus canhões pouco mal

Digitized by Google

faziam, e que os nossos pelo contrario lhe faziam muito a elle, determinou emfim levantar o cerco.

Antes de se afastar, quiz vêr Epir-bey se tirava algum proveito dos prisioneiros que fizera em Mascate, e mandou propôr a D. Alvaro de Noronha o resgatal-os; este, porém, respondeu-lhe que não resgatava Portuguezes bastante covardes para preferirem render-se a ficarem sepultados debaixo das ruinas do fórte, cuja defeza lhes estava confiada.

Deante d'esta resolução, Epir-bey furioso resolveu partir, tendo primeiro saqueado Ormuz e a ilha de Kischmisch.

Entretanto o vice-rei que fôra avisado do cerco, primeiro pelo feitor de Calayate, Estevam Gomes, depois por duas caravellas que D. Alvaro de Noronha lhe enviára, preparava-se para ir com todo o poder da India em defeza d'Ormuz. Todas as cidades portuguezas do Malabar, conscias do perigo que correriam se os Turcos chegassem a estabelecer-se definitivamente em Ormuz, apromptaram soccorros em homens e dinheiro, e alguns Portuguezes, mais impacientes de gloria, partiram ainda antes de estar prompta a armada do vice-rei. Tornou-se notavel, entre esses voluntarios, Antonio de Sá, por alcunha o Rume, que se metteu n'um catur com vinte soldados «e que (citamos as palavras d'um chronista) no mar ferrolhou todos os marinheiros com cadeias, que para isso levava em segredo, porque determinava de passar por entre as galés dos Turcos e não queria que com medo se lhe lançassem ao mar [1].»

D. JOÃO III

Como se vê, se já escasseavam, e muito, os heroes da virtude, não faltavam os heroes da intrepidez temeraria.

Quando porém a armada do vice-rei, composta de mais de oitenta navios, partiu em soccorro d'Ormuz, encontrou, ao

[1] F. d'Andrade, *Chronica de D. João III*, p. 4.ª, cap. 94, fol. 110.

Digitized by Google

chegar a Diu, a noticia de que o cerco se levantára; mandou então D. Affonso seu sobrinho D. Antão de Noronha com uma forte esquadra, composta de doze navios d'alto bordo e de vinte de remo, para cruzar no Golfo Persico, ao passo que elle voltava a occupar-se dos negocios do Malabar.

Esta esquadra ia aprisionando o proprio Epir-bey, que sahira de Bassora com tres galés para voltar ao Egypto; escaparam-lhe comtudo, e D. Antão de Noronha em maio de 1553 recolheu-se a Ormuz, onde tomou o commando da fortaleza, deixando a esquadra entregue a D. Diogo de Noronha.

O sultão de Constantinopla, irritado por Epir-bey não ter cumprido as ordens que levava e não ter tomado Ormuz, mandou-lhe cortar a cabeça, castigo habitual com que n'esse paiz, governado pelo mais ferreo despotismo, se punia tanto a infelicidade como a impericia ou a traição. Reinava então na Turquia, chegado ao auge do seu esplendor, o grande Solimão, cujo longo reinado de 48 annos marcou o ponto culminante da prosperidade do imperio dos Osmanlïs, o soberano que tomou Belgrado, que expulsou de Rhodes os cavalleiros de S. João de Jerusalem, que invadiu a Persia, e juntou ao territorio turco o Chirwan, que teve Francisco I por alliado submisso, e que foi o sonho perturbador da gloria de Carlos V, que em Mohacz destruiu o poder da Hungria, que ousou com 250:000 homens sitiar Vienna d'Austria, que levou emfim as suas conquistas no Oriente por um lado até Bassora, pelo outro até Aden; a quem os seus subditos deram o nome d'El-Khanouti (*o legislador*), porque foi elle quem compilou o codigo de leis, que regeu por largos seculos a Turquia; a quem os seus contemporaneos chamaram o *Magnifico*, epitheto que elle justificou de muitos modos, mas principalmente ornando Constantinopla de formosos edificios; a quem a posteridade, maravilhada dos seus feitos, chamou emfim o *Grande;* o soberano que, nas cartas que dirigia a Francisco I de França, seu alliado, enumerava assim os seus titulos, com toda a pompa do estylo oriental:

«Eu que sou o sultão dos sultões, o rei dos reis, o distribuidor das corôas aos principes do mundo, a sombra de Deus na terra, o imperador e senhor soberano do Mar Branco e do Mar Negro, da Rumelia e da Anatolia, da Caramania, do paiz de Roum *(alta Armenia)*, da provincia de Zulkadnia, do Diarbekir, do Kurdistan, do Azerbaidjan *(Media)*, do Adgim *(Persia)*, de Champ *(Syria)*, d'Alepo, do Egypto, de Mekka, de Medina e de Jerusalem, de todas as regiões da Arabia e do Yemen, e além d'isto de muitas outras provincias que teem sido conquistadas pelo poder victorioso de meus gloriosos predecessores e augustos antepassados (que Deus cerque de luz a manifestação da sua fé) assim como tambem de muitos outros paizes, que minha gloriosa magestade tem submettido ao meu alfange flammejante, á minha espada triumphante; eu, filho do sultão Selim, filho do sultão Bajazet, Schah-Sultão-Solimão-Khan

a ti, Francisco
que és rei do reino de França.»

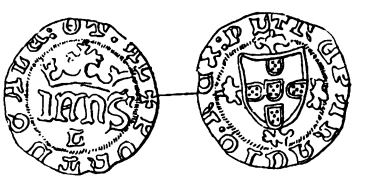
Era pois contra este poderosissimo soberano que travámos no Oriente essa lucta mortal.

A decapitação d'Epir-bey não desanimára os seus rivaes, que esperavam sahir-se melhor da tentativa que lhe falhára, e em agosto de 1553 appareceu outro general, Murad-bey, á testa de quinze galés, nas aguas do Golfo Persico. Teve noticia da sua chegada D. Diogo de Noronha, e foi-lhe ao encontro; mas uma terrivel calmaria inutilizou-lhe os navios d'alto bordo, que eram só movidos a vela, e quiz o acaso que um

Digitized by Google

dos galeões, tripulado por cento e vinte homens, e commandado por Gonçalo Pereira Marramaque, ficasse completamente separado do resto da esquadra e exposto desamparadamente aos ataques combinados das quinze galés, que, movendo-se indifferentemente á vela e a remo, o cercavam por todos os lados, fatigando-o e acabrunhando-o com a superioridade do seu numero. Debalde D. Diogo de Noronha, testemunha forçadamente immovel d'esse combate desproporcionado, esbravejava e tentava accudir-lhe, procurando ver se os escaleres lhe levariam á toa o galeão; a impossibilidade era manifesta, e só o podiam soccorrer os navios de remos, que esses eram facilmente repellidos pelas galés, muito mais alterosas e munidas de boa artilheria. Mas Gonçalo Pereira Marramaque era da grande raça dos Duartes Pachecos, dos Sanchos Henriques, dos Heitores da Silveira, etc. Não pensou um momento só em render-se. A tolda estava empachada de cadaveres e de feridos, não havia um pedaço de madeira no seu navio que as ballas não houvessem lascado, e comtudo a sua artilheria troava incessante, as galés eram repellidas a cada abordagem que tentavam. Durou um dia inteiro este combate heroico! Levantou-se finalmente um ligeiro sopro de brisa, que logo os outros galeões aproveitaram desfraldando todo o panno, e Murad-bey fugiu immediatamente, porque percebeu que, se um galeão só lhe déra tanto trabalho, a esquadara toda devoral-o-hia n'um momento. D. Diogo de Noronha, homem que tinha a rudeza benevola d'um *grognard,* abraçava a um por um os soldados de Gonçalo Pereira, dizendo simplesmente ao valente capitão: que o não louvava, porque nunca esperára d'elle outra cousa. Mais um feito heroico ficava escripto em letras d'ouro nas paginas brilhantes da historia das nossas conquistas.

Apezar de todas as suas promessas pomposas, Murad-bey ficou escarmentado com esta simples licção, e nada mais intentou; mas D. Affonso de Noronha é que percebeu que eram necessarias grandes precauções para o lado d'Ormuz, e em fevereiro de 1554 enviou seu filho



Meio real cruzado de D. João I

D. Fernando de Menezes ao Mar Rôxo com uma poderosa esquadra de mais de quarenta e dois navios, em que iam mil e duzentos soldados, e depois, quando mandou tomar posse da fortaleza d'Ormuz Bernardim de Sousa, provido n'essa capitania, deu-lhe tambem quinhentos soldados de reforço.

Não tardou effectivamente um novo capitão, Ali-Schebuly, a vir tentar fortuna com outras quinze galés, que deviam ir a Bassora unir-se com as de Murad-bey; mas D. Fernando de Menezes, que fazia um cruzeiro vigilante, houve vista d'ellas e perseguiu-as com toda a armada. Era isto em agosto de 1554. As galés fizeram força de vela e de remo, porque a sua intenção não era pelejarem, e coseram-se com a terra, esperando não poder ser perseguidas, porque os nossos galeões demandavam muita agua, mas as caravellas lá foram, e travaram combate com tão prospera fortuna, que das quinze galés, seis cahiam em nosso poder, e Ali-Schebuly com as outras nove fugia para Cambaya, não ousando reapparecer vencido na côrte de Solimão.

Mas o que valiam essas victorias dos nossos, se era necessario multiplical-as, se, ao passo que Ormuz, no extremo occidente da Asia portugueza, era sitiada pelos navios do governador do Egypto, Malaca se via obrigada a sustentar

Digitized by Google

o assedio que lhe era posto por todos os sultões colligados do extremo da Indo-China, e pelos de Sumatra e de Java?

Era o antigo sultão de Bintam, agora sultão d'Ugentana ou de Viantana, que d'um e d'outro modo escrevem os nossos chronistas, o mais acerrimo inimigo de Malaca.

Depois que D. Estevam da Gama o derrotára, sahira elle d'Ugentana e passára para Tangor; mas pudéra recuperar a sua anterior capital, e, recobrado das suas perdas, travára uma alliança com varios sultões seus visinhos, e com um de Java; reunindo-se todos n'uma formidavel esquadra, marcharam contra Malaca em junho de 1551. Tentaram primeiro disfarçar o fim da sua marcha; mas D. Pedro da Silva[1], irmão de D. Estevam da Gama, e então commandante da fortaleza, logo foi avisado do verdadeiro fim dos seus preparativos.

Tinha D. Pedro da Silva poucos navios no porto, e apenas quatrocentos soldados na fortaleza; mas os habitantes de Malaca eram em grande parte affectos ao dominio portuguez, que lhes dava interesse, chamando alli todo o commercio do Oriente e do Occidente, ainda que por outro lado fosse vexatorio, e os alliados, que, depois de terem queimado duas náus portuguezas, atacaram os arrabaldes da cidade para alli se estabelecerem, viram-se repellidos pelos habitantes. Entretanto D. Pedro da Silva mandava um navio ligeiro correr todas as enseadas das costas proximas, e reclamar, em nome da salvação do Estado, os navios portuguezes que encontrasse.

Não tardou a apparecer deante de Malaca uma caravella commandada por D. Garcia de Menezes, que o vice-rei nomeára governador das Molucas. Vendo a poderosa armada inimiga que cercava a cidade, D. Garcia não se assustou, antes, pelo contrario, embandeirando a caravella como para uma festiva entrada, atravessou a esquadra disparando constantemente a artilheria para um e para outro lado com tanta audacia e tão prospera fortuna, que estava D. Pedro da Silva do alto das muralhas espantado de tão desproporcionada lucta. Foi receber á praia esse valente auxiliar, que fizera muito damno aos inimigos. Infelizmente, D. Garcia viveu pouco tempo, porque, n'uma sortida que dirigiu, foi, com mais trinta homens, morto pela chusma d'inimigos que accudiu a repellil-o.

Estava já a fortaleza reduzida a grandes apertos de fome, quando começaram a apparecer, vindos de Pegú, d'Arakan, de Singapura, os navios portuguezes chamados pelas reclamações de D. Pedro da Silva. Ao mesmo tempo os prisioneiros, que os nossos tomavam em audaciosas sortidas, deram-lhes noticia de que os inimigos iam tentar um assalto geral. A fortaleza era sitiada d'um lado pelos Malaios, do outro pelos Jáos. O assalto deu-se a 12 d'agosto; mas D. Pedro da Silva serviu-se d'um estratagema que desconcertou o inimigo. Mandou com muito segredo dispôr junto das muralhas os mastros que tirou ás náus inuteis no porto, e, quando os Malaios levantavam as escadas, e estas começavam a encher-se de gente, os nossos despenharam de alto dos parapeitos essas formidaveis traves, que foram, rolando, esmagar escadas e assaltantes. Ao mesmo tempo os Jáos assaltavam por outro lado a fortaleza: salvou-a, como em Diu, uma mulher, que preveniu D. Pedro da Silva d'esta diver-

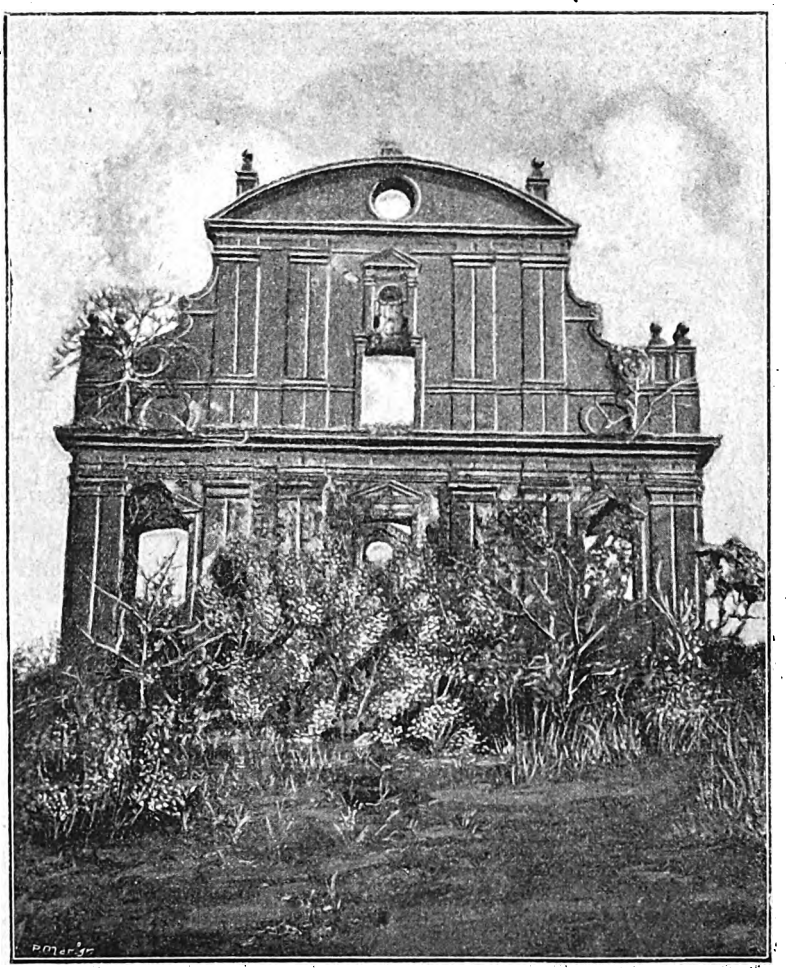
[1] N'essa época os irmãos parece que escolhiam á vontade entre os differentes appellidos das suas familias. Assim, dos cinco filhos do grande Vasco da Gama conhecidos na historia da India, só usaram o mesmo appellido: D. Paulo da Gama, que morreu capitão de Malaca; D. Estevam da Gama, que foi 12.º governador da India; D. Christovam da Gama, que morreu na expedição da Abyssinia; os outros dois foram *D. Pedro da Silva*, em quem se fala no texto e *D. Alvaro d'Athayde*, que succedeu a seu irmão na capitania de Malaca. Assim vemos tambem um filho do vice-rei D. Affonso de Noronha chamar-se D. Fernando de Menezes.

Digitized by Google

são inesperada, a tempo d'elle poder repellir, com grande perda, esses inimigos tão valentes como os Malaios, mas ainda mais obstinados do que elles.

D'essa obstinação deram bem cedo uma prova manifesta, porque, resolvendo os alliados reduzir Malaca pela fome, D. Pedro da Silva, que via escassearem effectivamente os mantimentos, ainda os mais repugnantes, d'um modo aterrador, lembrou-se de um estratagema audaciosissimo, porque, se não fosse causa da salvação da fortaleza, podia sel-o da sua perda. Este estratagema consistiu em enviar alguns navios saltear as terras dos réis alliados, practicando as maximas devastações. Se os Malaios percebessem que, destruindo a fortaleza, salvavam melhor e mais seguramente as suas terras, Malaca estava irremediavelmente perdida, porque essa diversão desguarnecera quasi completamente a fortaleza. Mas não succedeu assim. Os alliados, apenas souberam das devastações practicadas pelos navios portuguezes, correram logo a defender os seus reinos. Os Jáos é que não quizeram afastar-se, e obstinadamente permaneceram emtorno de Malaca. Mas Gil Nunes de Carvalho, que fôra o encarregado de dirigir essa diversão que tão feliz resultado déra, voltando a Malaca, pediu ao governador para o deixar fazer uma sortida; foi tão venturoso que, á testa de duzentos homens, penetrou nas estancias dos Jáos, queimou-as, dispersou os inimigos, forçou-os a embarcarem, e, como n'essa noite uma tormenta arrojou muitos dos seus juncos á costa, alli se perderam muitos d'elles, de fórma que fracas reliquias voltaram a Java do grande exercito que de lá partira.

Estava pois Malaca desassombrada nos fins de 1551 do mais terrivel assedio que nunca soffrera, mas os Jáos tinham deixado atraz de si uma terrivel vingança, no genero das que elles costumavam commetter, que eram as fontes envenenadas.



EGREJA DOS CARMELITAS, EM GOA

Antes que isto se descobrisse, muita gente morreu, attribuindo-se-lhe a morte a uma epidemia de desconhecida origem.

Pouco tempo depois foi D. Pedro da Silva substituido na capitania de Malaca

Digitized by Google

por seu irmão D. Alvaro d'Athayde, e, apezar dos laços de parentesco tão intimos que os uniam, houve entre elles discordias terriveis, devidas á indole despotica de D. Alvaro e ao genio, tambem pouco brando, de D. Pedro. Estes dois irmãos tinham ambos herdado a rijeza de condição de seu pae, o grande Vasco da Gama.

Nas Molucas é que não cessavam as disputas, as exacções, as guerras injustas e as atrocidades. Jordão de Freitas mandára, como vimos, preso para Gôa o rei de Ternate, Cachil Aeyro; Bernardim de Sousa soltou-o por ordem expressa de D. João de Castro. Este Bernardim de Sousa era um homem violento e obstinado, e, ainda que não immaculado em questões de probidade, pelo menos capaz de sacrificar os seus interesses ao seu capricho, e mais zeloso do seu pundonor do que das riquezas, que aliás não desdenhava. Depois de completar o seu tempo, entregára pacificamente a fortaleza ao seu successor Christovam de Sá, quando chegou da India uma esquadra de cinco navios, debaixo do commando de D. Rodrigo de Menezes, nos quaes vinha ordem do novo vice-rei D. Affonso de Noronha, para que Bernardim de Sousa retomasse o commando da fortaleza, se houvesse novas de que se dirigia ás Molucas alguma esquadra castelhana. Taes novas não havia, mas Bernardim de Sousa aproveitou o ensejo de reclamar outra vez o governo. Protestou Christovam de Sá contra tão lata interpretação das ordens do vice-rei, Bernardim de Sousa enfureceu-se, jurou ir ás do cabo, e, como Christovam de Sá formava com elle o mais perfeito contraste, sendo tão amigo do socego quanto o outro das alterações, preferiu Christovam de Sá ceder a provocar discordias.

O primeiro uso que fez Bernardim de Sousa do governo rehavido foi declarar guerra ao sultão de Geilolo, a pretexto de que este mandara construir uma fortaleza nas suas terras, o que era, dizia elle, uma prova de desconfiança contra os Portuguezes. A esta guerra levou arrastado o pobre sultão de Ternate, que tinha mais medo d'elle do que do proprio Jordão de Freitas, que o prendera.

Depois de cercado Geilolo, muitas vezes lhe pedia Aeyro que desistisse do cêrco, muitas vezes os seus proprios soldados instaram para que elle desamparasse uma empreza que se prolongava e que não podia dar bons resultados, Bernardim cada vez se obstinava mais. O rei de Geilolo armou um ardil destinado a fazer-lhe acreditar que tinha modos de lhe queimar um navio carregado das suas riquezas pessoaes; Bernardim declarou que tinha em mais conta o serviço d'el-rei de Portugal do que os seus proprios haveres. O sultão de Tidore andou pairando com uma esquadra em torno de Geilolo, irresoluto se defenderia a ilha ou se iria atacal-a: Bernardim de Sousa mandou-lhe dizer que, se quizesse metter-se na fortaleza, não fizesse ceremonia, que elle teria muito gosto em o tomar prisioneiro juntamente com os outros. O sultão de Tidore, atordoado com este recado, metteu-se na sua ilha, e não tornou de lá a sahir. Os Ternates combatiam de má vontade, ou antes quasi não combatiam, nem faziam o serviço do assedio: os proprios Portuguezes mostravam alguma reluctancia: Bernardim de Sousa curvou todas as resistencias, e a final tomou a fortaleza, capitulando o sultão de Geilolo, com a condição de abdicar o titulo real, pagar um tributo pesado, mas conservar o reino. A capitulação não foi respeitada, os Portuguezes saquearam a cidade, mataram os indefezos moradores, e o pobre sultão, louco de dôr e de colera, fugiu para os mattos, de onde nunca mais quiz sahir, por maiores que fossem as instan-

Digitized by Google

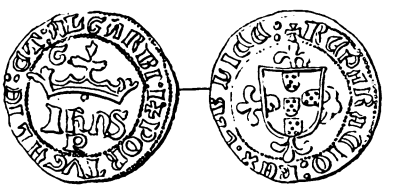
cias de Bernardim de Sousa, vivendo lá vida erradia e selvagem, protesto formidavel da fraqueza opprimida contra uma tyrannia atroz e insupportavel.

Quão profundamente devia calar no animo dos habitantes das Molucas, silenciosos porque os continha o medo das nossas armas, o espectaculo d'aquello misero rei, privado da corôa, vagabundo e semi-louco, e bradando, com o sangue das suas feridas sempre abertas, contra a perfidia, a crueldade e o despotismo dos Portuguezes!

Bernardim de Sousa arrazou completamente a fortaleza, e, depois da morte do rei fugitivo, restituiu o reino, mas sem o titulo regio, a um dos filhos que elle deixára.

Obstinado no pensamento de não querer que os reis das Molucas tivessem fortalezas nas suas terras, ordenou Bernardim de Sousa ao sultão de Tidore que mandasse desfazer uma que ultimamente construira. O terror, produzido pelo que succedera em Geilolo fôra bastante para que o sultão de Tidore, depois de algumas negociações, se resignasse ao que d'elle exigia o despotico Bernardim de Sousa. Despotico era este, e vingativo tambem, porque, tendo umas discordias com D. Rodrigo de Menezes, desterrou-o para as ilhas do Banda, e houve fortes suspeitas de que lá o mandara envenenar. Por isso e por outras cousas lhe foi instaurado processo na India; mas o saque de Geilolo e as exacções de Ternate e de Tidore não o tinham deixado pobre e foi por conseguinte absolvido, sendo até nomeado para a capitania de Ormuz, que aliás exerceu com a bravura que o distinguia.

Emquanto assim nas Molucas os odios se exacerbavam contra os Portuguezes, a ilha de Ceylão ia ser testemunha das mais vergonhosas depredações praticadas pelo vice-rei em pessoa, e nos espiritos dos indigenas se ia accender por conseguinte um odio tão figadal contra os nossos como o que já inflammava quasi todos os Indios. Ardiam n'aquella ilha grandes guerras entre dois reis, o de Ceitava e o de Cota, nosso alliado. No tempo de Jorge Cabral fôra D. Jorge de Castro com seiscentos Portuguezes auxiliar



Meio real cruzado, de D. João I

o rei de Cota e destroçára completamente o seu adversario tomando-lhe a cidade. N'isto morreu o nosso alliado, e ficando em menor edade o seu herdeiro, tomou a regencia o seu parente Tribuly-Pandar, que, ainda auxiliado pelos Portuguezes, de novo derrotou o rei de Ceitava. Era já então vice-rei D. Affonso de Noronha, e julgou o ensejo propicio para colher algum proveito solido. Dirigiu-se pois elle mesmo a Ceylão em setembro de 1551 com uma esquadra poderosa, e a primeira cousa que fez foi metter a tormento os creados da casa do fallecido monarcha, para que lhe descobrissem onde era o thesouro dos antigos reis. Como não lh'o declarassem (talvez mesmo porque similhante thesouro não existisse) saqueou o palacio, e a Tribuly-Pandar, que estava em campanha contra o rajah de Ceitava, só quiz dar o seu auxilio a troco de duzentos mil pardáos d'ouro, pagos em duas prestações. Recebeu logo oitenta mil, que foi tudo quanto o regente pôde achar no seu exgotado thesouro, cumpriu a promessa que fizéra, porque tomou Ceitava, obrigando o rajah d'este reino a refugiar-se nas montanhas; mas a presa que fez guardou-a toda para si, apezar de ter promettido ao seu alliado dar-lhe metade, e, apezar d'isto tudo, abandonou-o ás suas proprias forças no resto da campanha, porque elle lhe não pôde apresen-

Digitized by Google

tar os vinte mil pardáos que restavam para completar a primeira prestação!

Antes de partir porém, para o continente, quiz o vice-rei prender Tribuly para obrigar este a dar-lhe a somma; Tribuly, avisado, fugiu; D. Affonso de Noronha então prendeu um valido do rei. O pobre soberano infantil, vendendo algumas joias, pôde reunir cinco mil pardáos que mandou a D. Affonso, juntamente com um escripto seu em que se obrigava a pagar-lhe brevemente os restantes quinze mil. Estas exacções, juntas com o saque de um pagode (que era a maior offensa que se podia commetter contra os Indios) eis tudo o que foi fazer a Ceylão o primeiro vice-rei que teve a India depois do honesto e integro D. João de Castro!

Com este exemplo dado pelo vice-rei não teve limites o desvergonhamento dos capitães de Colombo. D. João Henriques, que alli deixou D. Affonso de Noronha, ainda se limitou a fazer a guerra a Madune, rajah de Ceitava, sem tractar de prender Tilbury, como D. Affonso de Noronha lhe recommendára; mas, morrendo pouco depois, e succedendo-lhe Diogo de Mello Coutinho, este armou uma traição, em que, attrahindo Tribuly ao palacio do rei de Cota, alli mesmo o foi prender. Chegou n'este meio tempo a Colombo D. Duarte d'Eça, como capitão nomeado pelo vice-rei. Procurou o rajah de Cota, a quem tantas obrigações deviamos e que tão mal tractavamos, conseguir de D. Duarte que libertasse Tribuly; mas não pôde obter similhante cousa. Tribuly, porém, fugiu da prisão, e como era de esperar moveu aos Portuguezes uma guerra furiosa; afinal reconciliaram-se e combinaram marchar contra o rajah de Ceitava, que lucrava com estas discordias. D. Duarte prometteu, jurou até sobre o missal, ir elle em pessoa com cincoenta Portuguezes, e por pagamento recebeu logo mil cruzados. Quando chegou o momento de marcha, declarou porém que os Portuguezes não iam se não recebessem maior paga. O pobre rei mandou-lhe mais quinhentos cruzados, e D. Duarte em troca enviou-lhe vinte homens commandados por João Coelho, e, apezar de tudo isso, ainda teve intelligencias secretas com o inimigo, e recebeu d'elle dinheiro, do que sendo avisado o rajah de Cota, mandou á pressa retirar as suas tropas, com medo d'alguma traição dos vinte auxiliares Portuguezes. Isto é incrivel!

Succedeu a D. Duarte d'Eça, Fernão Carvalho,—que seguiu os tramites de seu antecessor. Prometteu um auxilio de cincoenta homens e recebeu uma paga de quinhentos cruzados; depois, com diversos pretextos, nunca mandou as tropas. O rajah de Cota, descoroçoado, e vendo que não podia contar com similhantes alliados. resignou-se a fazer com o rajah de Ceitava a paz menos desastrosa que pôde.

Estas coisas de Colombo tinham sido por tal fórma escandalosas, que havia chegado ao reino o éco de tantas vergonhas, e que o governo da metropole entendera que devia ordenar ao vice-rei que entregasse ao rajah de Cota quanto lhe roubára. Essa entrega fez-se, mas com que demora e de que modo!

Assim, apesar das constantes victorias dos Portuguezes, victorias que assignalaram principalmente o vice-reinado de D. Affonso de Noronha, o prestigio portuguez em toda a parte diminuia. Ormuz era ameaçada pelo poder terrivel do Turco; os sultões visinhos de Malaca já punham de parte os seus odios civis para se alliarem contra o estrangeiro iniquo e oppressor: nas Malucas não havia um só dos soberanos d'essas ilhas que não nutrisse contra os Portuguezes um odio occulto e immenso; em Ceylão, por tanto tempo pacifica, as perfidias e as

Digitized by Google

MORTE DE D. FERNANDO COUTINHO

Digitized by Google

exacções dos governadores de Colombo, alienando-nos o affecto de quem fôra por largos annos nosso alliado fiel, preparavam tambem o fermento d'uma hostilidade constante. Vamos vêr que no Malabar as antigas inimizades não se sopitavam, antes pelo contrario se reaccendiam cada vez mais crueis.

O rajah de Chambé estava sempre em guerras com os nossos; voltando de Ceylão marchou contra elle D. Affonso de Noronha á testa d'uma poderosa esquadra e derrotou-o completamente; pouco tempo depois o Samori, sempre nosso inimigo, preparou uma frota, que, dando em Ponicale, onde havia uma feitoria portugueza, governada por Manuel Rodrigues Coutinho, tomou-a e saqueou-a, depois d'uma brava resistencia dos nossos. Chegou noticia d'isto a Cochim, onde não havia recursos, porque era necessario accudir a muitas partes. Felizmente appareceu alli Gil Fernandes de Carvalho, o heroe de Malaca, o homem que ousára em uma sortida, apenas com duzentos soldados, fazer com que os teimosos Jáos desamparassem o cerco, e esse contentou-se com uma esquadra de cinco navios para ir destroçar os Malabares. Cumpriu o que promettera, porque derrotou a armada do Samori, que constava de quatorze navios de alto bordo, tomou-lhe a preza que elles tinham feito em Ponicale, perdendo apenas um navio que se separára da esquadrilha, e que a esquadra inimiga conseguiu rodear e queimar.

Em 1553 renovou-se a guerra com o rei de Chambé, e de novo D. Affonso de Noronha ganhou contra elle uma boa victoria, em que muito se distinguiram Bernardim de Sousa, que viera havia pouco tempo das Molucas e que não partira ainda para Ormuz, Francisco Barreto, que foi depois governador da India, e João da Fonseca, capitão de Cochim, em cuja visinhança ficava situado o reino de Chambé.

Ao mesmo tempo, em Diu, com a morte de Mahmud, sultão de Cambaya, começavam de novo a surgir signaes de guerra. Os Mouros principiavam a insultar os Portuguezes e a negar-lhes os rendimentos da alfandega. Felizmente estes prenuncios de revolta foram cohibidos por D. Diogo d'Almeida, governador da fortaleza, e pelo seu successor D. Diogo de Noronha, que ambos deram na cidade com violencia, e expulsaram d'ella os Mouros, não sem que esta sortida tomasse as proporções d'uma verdadeira e formidavel batalha. Vendo porém que os Portuguezes ainda eram os mesmos leões que tinham sustentado os dois celebrados cercos, os governadores do reino depois da morte do sultão entenderam que era melhor socegarem os seus subditos e darem aos Portuguezes todas as satisfacções que elles pediram.

Estava a findar o governo de D. Affonso de Noronha, durante o qual se manifestou bem claramente a impossibilidade de se manterem por muito tempo os Portuguezes na India, apezar das victorias assignaladas que honravam por toda a parte as nossas armas. Um abysmo, cada vez mais profundo, se rasgava entre os conquistadores e os conquistados. O odio religioso juntava-se ao odio inspirado pela oppressão e pelas exacções. Ao mesmo tempo a Turquia, senhora do Egypto e dominadora na Arabia e nas boccas do Euphrates, ameaçava seriamente o nosso poder; por outro lado e durante o proprio vice-reinado de D. Affonso de Noronha, um outro poder formidavel se levantava na mesma India. Era o imperio Mogol. N'essa época subiu ao throno de Dehli o grande Akhkar, que fundou a prosperidade immensa d'esse imperio, que só havia d'empallidecer deante da fortuna da Inglaterra. D. Affonso de Noronha, se, como general, era homem proprio para affrontar todos esses perigos, não o era nem como admi-

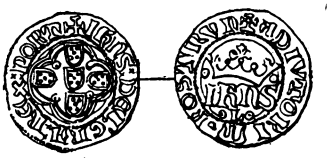
Digitized by Google

nistrador, nem como politico. Em vez de operar as reformas que na metropole lhe recommendavam, não fez senão dar o exemplo das extorsões e das rapinas. A desmoralisação, um momento suspensa pelo prestigio de D. João de Castro, recomeçava cada vez mais imprudente e desbragada.

O successor de D. Affonso de Noronha, que chegou á India em 1554, era homem bem proprio para reformar os costumes e para governar sagazmente, pois que vinha a ser D. Pedro Mascarenhas, aquelle habilissimo diplomata que vimos embaixador em Roma, e cuja alta intelligencia, e austeridade de caracter, junta ao seu despreso profundo dos homens que elle via agitarem-se em torno de si todos devassos e corrompidos, lhe constituem uma physionamia original, que impressionou Alexandre Herculano, e fez com que elle consagrasse a este homem notavel algumas das bellas paginas (paginas que transcrevemos) da sua *Historia da Inquisição*. D. Pedro Mascarenhas vinha com o elevado titulo de vice-rei. Decimo-oitavo na lista dos governadores da India, era o sexto na lista mais restricta dos vice-reis.

Infelizmente, D. Pedro Mascarenhas acceitára muito contra vontade esse elevado cargo, porque se sentia velho e doente, e com effeito pouco tempo lhe durou a vida e o governo.

A sua administração, apenas de nove mezes, não teve por conseguinte nada de notavel. Durante esse tempo D. Diogo de Noronha, capitão da fortaleza de Diu, expulsou da cidade uns Mouros, que ainda se mostravam inquietos e meio resolvidos a sonegarem ao thesouro portuguez os rendimentos da alfandega; Fernão Martins Freire foi a Surate destruir umas galés turcas d'Ali-Schebuly, que lá se tinham refugiado, depois da derrota que D. Fernando de Menezes infligira a esse capitão do pachá do Egypto; e finalmente alguns senhores descontentes do Hidal-Khan vieram a Gôa pedir que se lhes désse Meale para o levantarem ao throno, compromettendo-se a cederem á corôa de Portugal as terras de Khon-Khan. D. Pedro Mascarenhas accedeu promptamente ao seu pedido, pensando, com razão, que seria Meale um alliado seguro, e, sem querer intervir na revolta que se ia accender em seu favor, acompanhou-o até á fronteira com muitas honras e uma escolta de tres mil Portuguezes; ainda tomou a fortaleza de Pondá, cujo commandante não queria reconhecer Meale, mas, voltando a Gôa já doente, ahi falleceu a 6 de junho de 1555.



Meio real cruzado, de D. João I

Durante este curto governo podéra-se prever que seria elle o homem de indole muito differente dos seus antecessores: politico sagaz e administrador honrado. Assim que chegou, apresentou logo, como a principal maxima da sua politica, a benevolencia para com os indigenas, e, como o rajah de Chambé pedia paz, concedeu-lh'a, não humilhante, mas por isso mesmo mais solida.

Qual seria o caracter da sua administração póde-se avaliar pela seguinte anecdota:

Um creado d'um dos valídos mais influentes na côrte pediu um emprego; D. Pedro negou-lh'o: «V. S.ª recusa-me isso a mim! accudiu o homem, espantado de que se negasse alguma cousa a tão importante personagem. — E por que não? tornou severamente o vice-rei. — Eu tenho tres annos de serviço, replicou o pretendente já balbuciante. — Eu ando agora despachando, accudiu D. Pedro, impassivel, os que teem quinze e vinte annos de serviço; quando chegar aos que tiverem tres, falae, e sereis empregado.

Digitized by Google

Sente-se n'esta resposta aquelle sarcastico observador que vimos em Roma avaliando, com tão fino espirito e um chiste verdadeiramente mephistophelico, as figuras curiosas da côrte de Paulo III.

Aberta, por morte de D. Pedro Mascarenhas, a primeira successão, encontrou-se o nome de Francisco Barreto, que foi logo proclamado governador. Era o decimo-nono.

O nome de Francisco Barreto é tristemente celebre, porque os vicios do seu governo os estygmatizou Camões n'uma satyra immortal: *Os disparates da India;* em paga exilou-o de Gôa Francisco Barreto, mas essa mesquinha vingança não fez senão ligar á memoria d'este governador o eterno opprobrio que mancha os perseguidores do genio.

E comtudo, o governo de Francisco Barreto, sem ser de modo algum notavel, não deixou de se assignalar comtudo por gloriosos feitos.

Era Francisco Barreto capitão de Baçaim desde 1547; quando morreu D. Pedro Mascarenhas foi elle encarregado do governo da India. Continuou a sustentar a candidatura de Meale ao throno de Bidjapur, e effectivamente conseguiu fazer cingir a corôa, depois dos Portuguezes terem occupado as terras de Khon-Khan e de ter sido derrotado um dos generaes do Hidal-Khan. Meale, porém, não poude sustentar-se; os seus proprios partidarios o abandonaram e o entregaram a Hidal-Khan, e este, alliando-se com o rei de Narsinga, não tardou a suffocar de todo o partido descontente que havia em Bidjapur, que auxiliára as pretensões de Meale, e que facilitára as conquistas dos Portuguezes. A consequencia d'esta pacificação foi termos immediatamente de abandonar Pondá e o Khon-Khan.

Prolonga-se então com varia fortuna a guerra do Hidal-Khan. Miguel Rodrigues, denominado o Fios-seccos[1], devasta-lhe os Estados, toma-lhe um navio carregado de mercadorias, e derrota repetidas vezes as suas tropas; Nazer Melek em 1557 invade Bardez e Salsete, mas é batido por Francisco Barreto nas campinas da India; finalmente a chegada de Luiz Fernandes de Vasconcellos a Gôa com cinco navios obriga o soberano de Bidjapur, que vê assim reforçados os seus vencedores, e pedir a paz.

O mesmo tinha de fazer o Samori, depois de Alvaro da Silveira lhe ter devastado as costas do seu reino, tomando-lhe navios, queimando-lhe povoações, e saqueando-lhe emfim Mangalor.

Este mesmo Alvaro da Silveira é enviado em soccorro do scheick de Bassorá, que vê os seus estados em perigo eminente de cahir nas mãos dos Turcos, mas os vendavaes desarvoraram a esquadra de Alvaro da Silveira, e obrigaram-n'o a retirar á pressa. Mais feliz, Pedro Barreto, mandado em soccorro do rei de Sindh contra um seu visinho, quando chega á cidade de Tata, capital do reino de Sindh, sabe que já está assignada a paz entre os dois belligerantes. Pede uma indemnização; o soberano de Sindh recusa dal-a; então Pedro Barreto apodera-se da cidade, saqueia-a e arruina-a, acodem em defeza de Tata as

[1] Este Miguel Rodrigues, um dos mais intrepidos officiaes da India, auctor de uma *Carta a D. João III sobre os successos do cerco de Diu* (Innocencio, *Diccionario Bibliographico*, T. VI, pag. 247) é o mesmo que teve a desgraça de ser crédor de Luiz de Camões, e de teimar em querer receber o seu dinheiro em moeda sonante. Foi isso o que o immortalizou, porque Luiz de Camões, pedindo a D. Constantino de Bragança que o livrasse d'este crédor implacavel, escreveu a seguinte oitava, que bastou para que ninguem mais ignorasse o nome de Miguel Rodrigues:

Que demonio ha tão damnado
Que não tema a cutilada
Dos *fios seccos* da espada
Do fero Miguel armado?
Pois, se tanto um golpe seu
Sôa na infernal cadeia,
Do que o démo se arreceia
Como não tremerei eu?

Digitized by Google

povoações bellicosas das margens do Indo, mas Pedro Barreto com os seus Portuguezes repelle essas tropas valentes mas desordenadas, e volta tranquillamente para Gôa carregado de riquezas.

Se o habito do saque e do lucro apagára muito no espirito dos Portuguezes as ideas de pundonor e brio, em compensação desenvolvia por tal fórma os seus habitos militares, que estavam sendo talvez ainda mais terriveis no principio, quando tinham em prespectiva alguma boa preza. Eram uns piratas, mas formidaveis, eram uns *condottieri* do Oriente, mas não menos heroicos do que os *condottieri* de Italia. Durante o governo de Francisco Barreto, em 1556, João Peixoto saiu de Gôa com duas galeotas, dirigiu-se á ilha de Surakim no Mar Vermelho, tomou-a, saqueou-a, apezar de ser defendida não por Indios fracos e molles, mas por Arabes intrepidos e bellicosos, e trouxe para Gôa abundantes riquezas.

Emquanto Francisco Barreto, indo ao norte de Baçaim visitar as praças que para esse lado possuiamos, tomava no caminho as fortalezas de Asselim e de Manora, nas Molucas D. Duarte d'Eça de tal modo se portou, que obrigou os habitantes de Tidor e de Ternate a sublevarem-se contra elle; derrotou-os facilmente n'um combate naval, mas, afinal, tendo tambem descontentado vivamente os proprios Portuguezes, estes sublevaram-se tambem, prenderam-n'o, e preso o mandaram para a India, escolhendo para os governar interinamente Antonio Pereira Brandão.

Como se vê, nas Molucas não se perdiam as antigas tradições. Este D. Duarte d'Eça é o mesmo que vimos governador em Ceylão practicando as maximas perfidias.

FR. LUIZ DE GRANADA

N'este meio tempo falleceu em Portugal el-rei D. João III.

Durante o seu reinado quatorze governadores tinham regido os Estados da India, cinco dos quaes haviam tido o elevado titulo de vice-rei. Vamos resumir agora o breve quadro das suas diversas indoles e da sua administração.

El-rei D. Manuel legára a seu filho o

Digitized by Google

imperio portuguez da India, tal como o edificára a mão potente de Affonso d'Albuquerque. Já a avareza de Lopo Soares d'Albergaria e o froixo governo de Diogo Lopes de Sequeira haviam abalado as bases d'esse edificio, que não fôra afinal senão o sonho ephemero de um homem de genio.

A bandeira portugueza tremulava comtudo em dez fortalezas: Gôa, Ormuz, Malaca, Chaul, Cochim, Calicut, Cananor, Coulam, Pacem e Colombo; a costa do Malabar e da Arabia, a da Persia, a do Coromandel e a do Indo-China estavam crivadas de feitorias; as nossas esquadras dominavam todos os mares; pertencia-nos quasi exclusivamente o commercio oriental. O nome portuguez era respeitado, e, se as nossas violencias começavam a exacerbar os animos, ainda nenhum governador merecera pelo seu procedimento o despreso dos naturaes. D. Duarte de Menezes soube conciliar esse desprezo; a paz e a guerra obtinha-se d'elle a troco de dinheiro; tomou taes proporções o seu peculato que a metropole entendeu dever proceder contra elle. Durante o seu governo arrazou-se a fortaleza de Pacem em Sumatra, mas Antonio de Brito fundou outra em Ternate, e os Portuguezes apoderaram-se definitivamente do commercio dos archipelagos da Malasia, que os Castelhanos, guiados por Fernão de Magalhães, lhe vieram sem exito disputar.

A D. Duarte de Menezes seguiu-se o conde da Vidigueira, D. Vasco da Gama, que passou rapido como um meteoro, mas cuja indole disciplinadora e severa restabeleceu o prestigio do nome portuguez. Seguiu-se-lhe D. Henrique de Menezes, moço rispido e integerrimo, que peccou pelo excesso d'essa virtude, e que, para não inspirar despreso aos soberanos indigenas, como fizera D. Duarte, semeou muitas vezes implacaveis resentimentos. Durante o seu governo, D. João de Lima defendeu briosamente Calicut, que o governador descercou, arrazando depois a fortaleza. Seguiu-se-lhe Pedro Mascarenhas, que não governou effectivamente, mas que assignalou o tempo em que deveria ter governado, e em que esteve continuando a exercer o governo de Malaca, ao passo que Lopo Vaz de Sampaio regia interinamente a India, infligindo ao sultão de Bintam as mais terriveis derrotas.

O governo de Lopo Vaz de Sampaio torna-se celebre pelas intrigas vergonhosas, que dão em resultado não menos vergonhosas discordias, e que produzem um fermento de indisciplina, que nunca mais se ha de apagar na India, e que esterilizam as brilhantes qualidades militares e administrativas de Lopo Vaz de Sampaio, maculando o seu governo com o peccado original de uma ambição desregrada. Comtudo, Cambaya sente o pezo do seu braço, e as fortalezas reparadas, a esquadra portugueza augmentada dão testemunho dos seus predicados governamentaes.

Succede-lhe Nuno da Cunha, homem integro e energico, mas cruel e sem escrupulos. No seu governo fundam-se as fortalezas de Chale, Baçaim e Diu; o sultão Bahdur, de Cambaya, é morto á traição, e começa o primeiro cerco de Diu, que Antonio da Silveira defende.

D. Garcia de Noronha, que lhe succede, é um velho cubiçoso e immoral, que repete em mais larga escala as vergonhosas venalidades de D. Duarte de Menezes. O que faz a gloria do seu curto governo é o levantamento do cerco de Diu.

D. Estevam da Gama, que lhe succede, digno filho de D. Vasco, posto que não muito energico, assignala a sua passagem no poder, apertando as relações de Portugal com a Abyssinia e enviando em auxilio do *négus* uma força commandada por seu irmão D. Christovam.

Digitized by Google

Succedeu-lhe o heroico, mas cynico Martim Affonso de Sousa, cujo governo é apenas uma longa série de corrupções, de perfidias e de atrocidades. Os pagodes derrubados e saqueados, o auxilio portuguez vendido a quem mais offerece, a hospitalidade trahida a peso de ouro, eis o que marca os tres annos de governo de Martim Affonso de Sousa.

Vem, como reacção, depois, o governo profundamente moral de D. João de Castro, assignalado militarmente pelo segundo cêrco de Diu. Esta reacção mantem-se ainda, para assim dizermos, pela velocidade adquirida, durante o governo de Garcia de Sá. Mas a corrupção volta mais desenfreada ainda quando Jorge Cabral toma as redeas do Estado.

D. Garcia de Noronha, vindo de Portugal com intenções reformadoras, dá pelo contrario o exemplo da mais desbragada immoralidade. D. Pedro Mascarenhas procura refreal-o, mas para isso é demasiado curta a sua administração. Francisco Barreto não póde, ou não quer continuar a obra apenas encetada pelo seu predecessor, e a musa indignada de Camões revela-nos, n'uma satyra fremente, o estado a que chegára esse imperio, cimentado por Albuquerque, e de que D. Francisco d'Almeida dizia com um instincto prophetico: Eu com a verdade hei de ganhar a India, que só com a mentira se perderá.

Gôa, com as terras annexas de Bardez e Salsete, senhoreadas pela fortaleza de Rachol; Diu, Baçaim, Chaul, Cananor, Chale, Cochim, Coulam, Colombo na ilha de Ceylão, Malaca, Ternate nas Molucas, Ormuz no Golfo Persico, eram as cidades que arvoravam a bandeira portugueza, além das muitas feitorias que por toda a parte serviam para o largo commercio de Portugal com o Oriente; mas essa dilatação de dominio não o tornava mais solido, porque as pedras de todas as fortalezas estavam cimentadas com o sangue, com o perjurio e com a traição.

Real de 10 soldos, de D. João I

A cubiça, a violencia e o fanatismo tinham cavado um abysmo profundo entre os Portuguezes e os indigenas, a guerra perpetuava-se, exgotava-se o reino em expedições continuas; os Indios entretanto já sabiam alliar-se entre si para nos resistirem; os Turcos, os quaes primeiro só de longe a longe appareciam no Oriente, eram agora uns visinhos incommodos, cujas constantes incursões reclamavam dos governadores a mais séria attenção. Vergado ao peso de tão dilatados e longinquos dominios, oscillava já o pequeno Portugal: desabaria na irreparavel ruina, logo que os braços de seus filhos, enervados por tantos vicios, não tivessem força para aparar no gume da espada as trémulas quadrellas das fortalezas sujeitas ao embate de tantos inimigos.

Digitized by Google

CAPITULO X

Goa

CHEGADOS ao fim da historia da India Portugueza durante o reinado de D. João III, e antes de principiarmos a historia da sua decadencia precipitada, devemos procurar dar aos nossos leitores uma idéa tão approximada quanto nos seja possivel do que era a India, do que era o Oriente emfim, onde dominavam os Portuguezes.

CALICE DE D. DULCE

Chama primeiro que tudo a nossa attenção a gloriosa cidade que era n'esse tempo e é ainda hoje capital dos dominios portuguezes no Oriente, mas que então prospera, grandiosa e rica, é hoje apenas o misero espectro de si mesma.

Gôa, cujo nome primitivo era Gopac-Pur, Goae, Goaen ou Goen, foi nos tempos mais remotos da sua historia, séde de um Estado tão poderoso, que um dos seus soberanos conquistou Ceylão. Umas laminas antigas que se encontraram n'umas excavações, e que, no entender do padre Leonardo Paes[1], tem inscripções em lingua sanskrita, dão a serie dos antigos reis de Gôa, entre os quaes se distinguem Ghoold, que parece ter sido quem deu o nome á Gôa, Zest I, o conquistador de Ceylão, e Zest II, o heroe do Khon-Kan.

Em 1469 este reino desappareceu, conquistado pelos Musulmanos, que então dominavam o Dekkan, e desappareceu tambem a velha cidade, a velha Goa (*Orlem Goem*), que estava situada nas margens do rio Juary, que communicava com o mar pela barra de Mormugão, cujas ruinas hoje miserandas se encontram ainda n'uma aldeia chamada Ellá, que pertence á freguezia da Sé.

A Gôa, que os soberanos do Dekkan edificaram, era construida nas margens do Mandovy e tinha o porto da Aguada. Abul-Mozfor-Idal-schah, que governava todo o Bidjapur, revoltou-se e proclamou-se independente. Foi n'essa occasião que os Portuguezes chegaram á India, e que Affonso d'Albuquerque tomou pela primeira vez a cidade. Morria entretanto Abul-Mozfor, e seu filho Ismael Idal-schah ou Idal-khan, vinha sobre Gôa com forças tão consideraveis, que obrigava Affonso d'Albuquerque a reembarcar, até que em 25 de novembro de 1510, dia de Santa

[1] *Promptuario das definições indicas*, trat. II, capitulo III, citado pelo sr. Teixeira de Aragão, na *Descripção geral e historica das moedas, etc.*, tomo III, pag. 27 (Lisboa, 1880). A traducção d'essas inscripções foi apresentada por Filippe Nery Xavier no *Gabinete Litterario das Fontainhas*, pag. 16.

Digitized by Google

ASSASSÍNIO DE BAS-AHMED

Digitized by Google

Catharina, que ficou sendo por isso a padroeira de Gôa, reconquistaram os Portuguezes a cidade, de que ficaram sendo definitivamente senhores.

Affonso d'Albuquerque tivera primeiro a idéa de mudar o nome da nova cidade e de lhe chamar *Manuel;* desistiu porém d'essa idéa, e conservou-lhe o antigo nome, concedendo-lhe grandes privilegios e os fóros de realenga, todos confirmados por el-rei D. Manuel a 1 de março de 1518, por carta regia, em que diz «queremos que para sempre seja realenga e que nunca seja apartada da corôa de nossos reinos, mas que sempre n'ella ande, sem por nós e pelos reis que depois de nós vierem ser dada em senhorio a nenhuma pessoa de qualquer estado e condição que seja [1].»

Centro de todo o commercio da India, que para alli o obrigou a affluir o predominio dos Portuguezes, a cidade de Gôa cresceu rapidamente, chegando a ter duzentos mil habitantes, repartidos por cinco freguezias, dentro de muralhas que abrangiam uma circumferencia de sete milhas.

Foi D. Antão de Noronha quem cingiu de muralhas a capital da India portugueza, em 1567, e assim pôde D. Luiz de Athayde sustentar com felicidade o cerco que os indigenas lhe puzeram.

A cidade comtudo era defendida naturalmente pela sua propria posição; havia, porém, um canal, conhecido pelo nome de passo de Gondeli, por onde os Mouros poderiam penetrar na cidade, se, no dizer dos nossos chronistas, não fosse por tal forma infestado de corcodilos, que nenhum Mouro alli se atreveria a passar a vau.

«A ilha de Gôa, diz Barreto de Rezende, metropole e capital do Estado que sua magestade possue nas Indias Orientaes, está situada a 15°, 30′ de lat. N. e tem duas leguas de comprimento sobre seis leguas de circumferencia e uma de largura, com mais alguma extensão em alguns sitios. Está ligada com a terra firme pelo isthmo de Balagate, é muito abundante de aguas, que são excellentes, e cheia de numerosos jardins e palmares.» Accrescenta Barreto de Rezende que no seu tempo havia em Gôa tres mil e quinhentos fogos fóra os conventos, sendo apenas oitocentos os fogos portuguezes. Pedro Barreto de Rezende, que partiu para a India em 1629, e falleceu em 1651 [1], escrevia quando Gôa estava já em decadencia e muito despovoada, pela insalubridade que principiara a manifestar-se, lembrando-se os governadores de mudarem a séde da cidade de Gôa para Mormugão, como depois a mudaram para Pangim.

Nos primeiros tempos da conquista apresentava de certo Gôa um aspecto maravilhoso, quando, ao lado dos edificios construidos pelos Portuguezes com todos os brincados lavores do estylo da Renascença manuelina, se elevavam ainda os pagodes indianos com a efflorescencia estranha da sua architectura oriental, e as mesquitas mahometanas com os seus elegantissimos minaretes; mas o fanatismo que principiou a predominar no espirito dos Portuguezes não tardou a arrancar á magnifica cidade esta pittoresca belleza, resultante da miscellanea dos diversos estylos architectonicos, porque jesuitas e dominicanos tractavam á porfia, animados e incitados n'esta odiosa tarefa pelas ordens do governo de D. João III, de destruir pagodes e mesquitas, a ponto de fazerem desapparecer completamente todos os templos que não eram catholicos.

O fanatismo de D. João III não con-

[1] Vem publicado no *Archivo portuguez-oriental* de Cunha Rivara, fasc. 2.°, pag. 12.

[1] Barbosa Machado, *Bibliotheca Luzitana*, t. III, pag. 563 (Lisboa, 1752.)

Digitized by Google

seguiu simplesmente destruir ou transformar completamente a belleza architectonica de Gôa, introduziu tambem n'essa cidade um elemento completamente destruidor, e que devia concorrer tanto pelo menos como a insalubridade do clima para a despovoação de Gôa. Esse elemento foi o Santo Officio. N'estas grandes cidades do Oriente a tolerancia religiosa é um elemento essencial de prosperidade; é necessario que possam viver tranquillamente ao lado dos sectarios do velho brahmanismo os budhistas mais fanaticos, ao lado dos Parsis adoradores do fogo os musulmanos veneradores de Mahomet, e ao lado de uns e outros os christãos das differentes seitas para que a cidade floresça e se desenvolva. Fôra esse até certo ponto o pensamento de Affonso d'Albuquerque, era esse pensamento o que se ia perder completamente com a introducção do Santo Officio.

Já havia muito que a intolerancia religiosa começára a produzir na India os seus terriveis effeitos. Desde que D. João III pensou em enviar frades á India afim de prégarem a fé christã, logo o fanatismo, de que elles davam por toda a parte provas, fanatismo que era demais a mais atiçado pelas incessantes recommendações d'el-rei, principiou a indispôr os Indios, a feril-os na parte mais sensivel da sua alma, a offender os seus principios religiosos. Affonso d'Albuquerque, segundo vimos, apezar de ser fervente catholico, sempre cohibira um pouco a mania propagandista e o zêlo do proselytismo, que a tão alto ponto caracterisam a religião catholica romana, e que, para dizermos a verdade, constituem a sua principal força. Mas, profundo conhecedor do caracter dos Indios, Affonso d'Albuquerque bem percebia que todo o seu plano politico seria destruido por este zêlo intempestivo e ardente, que os frades, querendo conquistar o mais depressa possivel grande numero d'almas, nem consolidariam a religião nem o imperio luso-indiano. Infelizmente ninguem percebeu a sensatez do seu projecto, que iria, por uma lenta fusão, derrubando as barreiras que dividiam entre si as duas raças conquistadora e conquistada. E comtudo, o pouco d'esse plano que se executou foi o que deu verdadeiramente resultados beneficos; se hoje ainda, no meio da conquista protestante, em Bombaim, em Ceylão, em Malaca persevera um resto do catholicismo portuguez, deve-se isso ás ligações dos nossos com os indigenas, ligações tão aconselhadas, tão provocadas, tão favorecidas por Affonso d'Albuquerque.

Real de 6 dinheiros, de D. João I

Glorificavam-se os frades bastantes vezes de rapidas e prodigiosas conversões; mas o tempo não tardava a mostrar o que essas conversões tinham de ficticio. No tempo do governador Jorge Cabral o rajah de Tanor pediu para ser baptisado em Gôa; fez-se grande bulha com este facto, Balthazar de Faria, o embaixador portuguez em Roma, o agente que terminára a larga negociação relativa ao estabelecimento do Santo Officio, foi encarregado de communicar officialmente ao Papa este facto tão honroso para a fé; celebrou-se com a maior pompa a solemnidade do baptismo; afinal, o rajah de Tanor que precisava dos Portuguezes, apenas se viu servido, voltou á religião de seus paes, e os Portuguezes tiveram de combater á força aberta este neophyto que os lográra.

Depois, augmentando sempre entre os nossos a febre da cathechização, que se conciliava, d'um modo que só elles entendiam, com a mais desbragada pirataria, começavam a roubar, demolir e incendiar pagodes. Isto principiou no tempo

Digitized by Google

de Martim Affonso de Sousa, que dirigiu contra os pagodes da costa do Malabar a vergonhosa expedição que mencionámos. D. João III aconselhava-o e incitava-o a isso, e, o que é mais triste, é que nem S. Francisco Xavier, esse vulto evangelico, esse homem notavel que a Egreja canonizou e que a posteridade venera, nem S. Francisco Xavier se eximiu a essa deploravel exaggeração do zêlo religioso. São os seus panegyristas que o dizem, referindo o facto como altamente estimavel e cantando, a proposito d'esse vandalismo, os louvores do piedoso santo. «Mandou construir em cada villa, escreve um dos seus biographos, uma egreja em honra do verdadeiro Deus, em logar dos templos abominaveis que elles chamavam *pagodes*, onde eram adorados os falsos deuses. Emfim, exterminou inteiramente o paganismo, e mandou queimar todos os simulacros, a que por tanto tempo se prestara um culto publico[1].»

Era a destruição dos pagodes, a destruição dos idolos, muitas vezes specimens maravilhosos da arte oriental, que D. João III aconselhava, ordenava até ao seu representante D. João de Castro, n'uma celebre carta que Jacintho Freire nos transmitte, que sem piedade destruisse. Governador amigo, dizia o fanatico monarcha em phrase que Freire alindou e perfumou, mas que, por debaixo dos aromas do culteranismo ainda trescalla a sangue: «o muito que importa olharem os principes christãos pelas cousas da fé, e na conservação d'ella empregar suas forças, me obriga a avisar-vos do grande sentimento que tenho, de que não só por muitas partes da India a nós sujeitas, mas ainda dentro da nossa cidade de Gôa, sejam os idolos venerados, logares em que mais fôra rasão que a fé florescera, e porque tambem somos informados da muita liberdade com que celebram festas gentilicas, vos mandamos que, descobrindo todos os idolos por ministros diligentes, os extinguaes, façaes em pedaços em qualquer logar onde forem achados, publicando rigorosas penas contra quaesquer pessoas que se atreverem a lavrar, fundir, esculpir, debuxar, pintar ou tirar á luz qualquer figura de idolo em metal, bronze, madeira, barro ou outra qualquer materia, ou trazel-os de outras partes, e contra os que celebrarem publica ou privadamente alguns jogos que tenham qualquer cheiro gentilico, ou ajudarem e occultarem os Brahmanes, pestilenciaes inimigos do nome christão. A qualquer de todos os sobreditos, que incorrerem em similhantes crimes, é nossa vontade que os castigueis com a severidade que dispõe a pragmatica, ou bando, sem admittir appellação, nem dispensar em cousa alguma, e os gentios se sujeitem ao jugo evangelico não só convencidos com a pureza da fé e alentados com a esperança da vida eterna, senão tambem ajudados com alguns favores temporaes que amansam muito os corações dos subditos; procurareis com muitas véras que os novos christãos d'aqui adeante consigam e gozem todas as isempções e liberdades dos tributos, gosando dos privilegios e officios honrados que até aqui costumavam gosar os gentios... e porque sobre tudo grandemente desejamos que n'esse Estado seja o nome do Senhor Deus conhecido e reverenciado, a sua santa fé recebida, queremos e é nossa vontade que em todas as terras de Salsete e Bardez sejam de raiz arrancados todos os idolos, e o culto infernal que n'elles ainda se lhes faz[1].»

[1] Abbé Paul Guérin, *Les Petits Bollandistes. Vies des saints d'après les Bollandistes, Surius, Ribadeneira, le P. Giry, les hagiologies et les propres de chaque diocese et les travaux hagiographiques les plus recents.* 6.ª edição, tom. XII, pag., 48 (Paris 1869.)

[1] J. F. d'Andrade, *Vida de D. João de Castro*, l. 1.º, pag. 74 e seg., 84 e seg.

Digitized by Google

As ordens d'el-rei foram fielmente executadas, e, se D. João de Castro para as cumprir derrubava os pagodes, não tardou que viesse quem os destruisse e saqueasse para satisfazer os seus proprios instinctos de rapina: foi o que Jorge Cabral, ou antes, os seus delegados fizeram em Cochim e o que D. Affonso de Noronha fez em Ceylão.

Como corôa d'este systema de propagandismo furioso veiu o tribunal do Santo-Officio estabelecer-se em Gôa. Antes que elle se estabelecesse, e durante o governo de D. Martim Affonso de Sousa, já fôra queimado na capital da India portugueza um christão-novo medico.

O terreno estava por conseguinte preparado para a Inquisição.

«Um viajante moderno, Kinsey, escreve Ferdinand Dinis, faz notar com razão que esse terrivel tribunal, estabelecendo-se na India portugueza, teve ao mesmo tempo um fim religioso e politico: não só os terriveis rigores com que se armou deviam, segundo se diz, preservar os christãos-velhos da corrupção produzida pelo luxo da Asia, mas deviam assustar os estrangeiros aventurosos que houvessem sentido o desejo de partilhar os immensos beneficios offerecidos pelo commercio d'estes paizes. Effectivamente, durante o primeiro periodo do estabelecimento dos Portuguezes na India, os individuos ennodoados com a mais leve suspeita de heresia eram mergulhados nos carceres do Santo-Officio debaixo do pretexto mais frivolo. O inquisidor-mór de Gôa, rodeado de um luxo severo, que não cedia comtudo em magnificencia real ao de alguns principes da Asia, via submettidos ao seu poder não só o arcebispo, mas o vice-rei tambem. A Inquisição propriamente dita não foi estabelecida nas Indias senão no anno de 1560, mas o seu poder sobreviveu ao poder dos Portuguezes, e ainda a vêmos no seculo XVII armada com todos os seus rigores. Muitos viajantes pintaram com grande energia os tormentos que a Inquisição de Gôa fazia soffrer aos seus presos; mas o mais minucioso sem duvida, e o mais moderado debaixo de muitos pontos de vista, é um medico francez, chamado Dellon, que deu um tractado especial ácerca d'esse tribunal de que foi uma das ultimas victimas. Alli pelo anno de 1806 M. Buchanan ainda foi admittido a visital-o; mas não poude

D. CATHARINA, MULHER DE D. JOÃO III

Digitized by Google

penetrar no fundo dos carceres. Pode-se vêr, graças ao quadro historico de Cottineau de Kloguen, em que estado de decadencia se acha hoje esse palacio terrivel, d'onde os christãos, do mesmo modo que os Orientaes, não ousavam outr'ora sem terror approximar-se. Demais, em 1812, quando vieram ordens do Rio de Janeiro para que os quatro inquisidores, ficados em Gôa, voltassem á Europa, essa terrivel instituição pouco a pouco se despojára de toda a acção religiosa ou politica, e não havia um só preso nas suas masmorras. Se devemos acreditar uma auctoridade já citada, haviam até decorrido já oitenta annos desde que o ultimo auto de fé déra á cidade o seu atterrador espectaculo. No tempo de D. Gaspar de Leão Pereira, primeiro arcebispo da metropole das Indias, os rigores accrescentaram-se; e quando, em menos de cinco annos, por exemplo, todos os habitantes de Salsete são obrigados a converter-se, sente-se qual é a mão terrivel que levanta para elles novas fogueiras. Ficam sujeitos á jurisdicção do terrivel tribunal ao mesmo tempo que recebem o titulo de christãos.»

A horrorosa fama do Santo-Officio de Gôa extender-se-hia bastante para que um dos mais célebres romancistas inglezes não se dedignasse servir-se d'essa instituição como um dos elementos das peripecias de uma novella sua. No celebre romance maritimo-phantastico do capitão Marryatt, *The Phanton-Ship*, é a inquisição de Gôa que condemna á morte a gentil hollandeza Amina, a esposa de Philippe Van-der-decken, a heroina d'esse incontestavelmente bello romance.

Ah! teem razão decerto os homens de coração e de intelligencia de nos lançarem em rosto o fanatismo implacavel, a corrupção, os vicios todos, emfim, que tanto deshonram a historia portugueza, e estampam uma profunda mácula n'essa brilhantissima epopêa das nossas guerras indianas. Somos nós os primeiros a criminar os nossos antepassados, a cravar-lhes na fronte o estygma que elles merecem, mas é notavel que os estrangeiros, que tão pouco se occupam das nossas glorias tanto se occupem das nossas vergonhas, que o capitão Marryatt, auctor de tantos romances maritimos, não aproveitasse para base do enredo de um d'elles nem uma só tradição nossa, nem uma só das nossas expedições gloriosas, e que, logo n'um livro que tem por assumpto uma lenda maritima hollandeza, venha o nome de Portugal, mas só para ser estygmatizado o dos Portuguezes, mas só para se recordar o seu fanatismo sanguinario, o de Gôa, mas só para se mostrar a negra e hedionda muralha do palacio da Inquisição. Ah! fomos implacaveis e ferozes! mas quão cruelmente nos fazem expiar os estrangeiros os erros dos nossos maiores. Segundo as leis de uma justiça distributiva, que elles de proposito fabricaram, reservam para a nossa gloria,—o olvido; para os nossos crimes—o opprobrio.

Mas vejamos emfim o que era ainda no principio do seculo XVII essa esplendida Gôa.

Ao desembarcar encontrava-se logo a Ribeira das náus onde se construiam esses magnificos galeões de teca, que affrontavam intrepidamente os mares verdes da India, onde tinham o seu palacio os védores da fazenda, para mais a seu commodo tractarem do negocio mais importante que estava confiado á sua vigilancia — o abastecimento das náus do reino. Logo ás portas da cidade se encontrava o palacio do vice-rei, chamado o palacio da Fortaleza, com as suas duas salas esplendidas, n'uma das quaes se via o desenho de todos os navios portuguezes que tinham vindo á India desde a

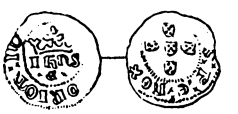
Digitized by Google

conquista de Gôa, e na outra os retratos, de tamanho natural, de todos os governadores, com os seus numerosos commodos para a residencia dos governadores e para funccionamento de differentes tribunaes, com a sua formosissima praça, e os seus vastissimos armazens. Perto encontrava-se a porta monumental da cidade ou arco dos viso-reis, onde D. Francisco da Gama, vice-rei dos fins do seculo XVI, mandára collocar n'um nicho a estatua do seu avô Vasco da Gama, estatua que foi arrancada pelo povo e substituida pela de Santa Catharina, voltando emfim a estatua do grande descobridor a figurar no seu nicho, e passando para outro nicho superior a da padroeira da cidade. Junto do palacio tambem estava a cadeia denominada Tronco.

No palacio dos vice-reis começava a famosa rua Direita, que ia terminar na egreja da Misericordia. Era n'essa rua, de que João Linschott nos dá uma grosseira gravura [1], que estavam as opulentas lojas da cidade, era ahi que se faziam os leilões, era ahi, emfim, que circulava todo o movimento d'essa opulenta cidade. Entristecia-a porém o palacio da Inquisição, que fôra antigamente palacio do soberano de Gôa, e residencia até 1554 dos governadores portuguezes. Defronte erguia-se o palacio da camara ou do senado de Gôa, como então se dizia.

A's portas da cidade levantava-se um magnifico hospital, e muito de proposito fôra levantado n'esse sitio para que os doentes que vinham nas armadas podessem logo desembarcar e entrar para a casa onde se lhes ia fazer o tratamento. O que abundava porém em Gôa de um modo prodigioso eram as egrejas e os conventos: aqui se levantava a sé primacial, magnifico edificio que levou sessenta annos a fazer, que se levantou junto da primeira sé, e primeira parochia de Gôa que foi erigida n'um antigo pagode. A nova cathedral, começada em 1559, erguia-se junto do esplendido palacio archiepiscopal.

A primeira parochia foi, pois, como dizemos, n'um pagode convertido em egreja christã com o orago de Santa Catharina; no tempo de Martim Affonso de Sousa, sendo já a cidade de Gôa demasiadamente povoada, crearam-se mais tres parochias, a de Santa Cruz, Nossa Senhora do Rosario e Nossa Senhora da Luz. Emfim no governo de D. Aleixo de Menezes crearam-se ainda mais tres: Santissima Trindade, S. Thomé e Santo Aleixo.



Real de 10 soldos, de D. João I

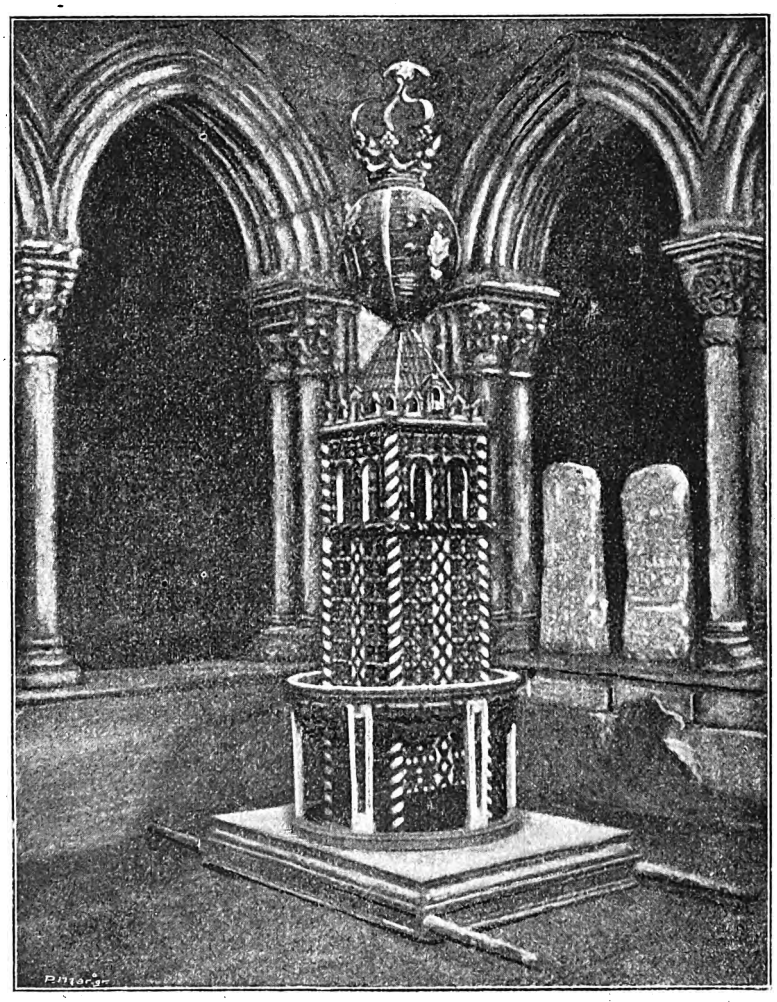
Além das egrejas parochiaes viam-se porém em Gôa a egreja e o convento de S. Francisco fundados em 1517, o de S. Domingos em 1548, a egreja, convento, collegio e noviciado de Santo Agostinho em 1572, e egreja e convento de freiras de Santa Maria em 1606, a egreja e convento dos carmelitas no principio do seculo XVII, a egreja de Santa Cruz dos Milagres e hospicio de S. Philippe Nery, pertencentes aos congregados, a egreja e convento de S. Caetano da Divina Providencia pertencentes aos theatinos, o convento e egreja de S. João de Deus, o convento e egreja da Madre de Deus pertencentes aos reformados de S. Francisco, o collegio e egreja de S. Thomaz de Aquino pertencentes aos dominicanos, o convento e egreja de Nossa Senhora do Cabo de franciscanos reformados, o convento e egreja do Pilar dos capuchos da Madre de Deus, o convento e egreja do Chimbel dos Carmelitas, o convento e egreja de Santa Barbara dos dominicanos, e o seminario da Santa Fé, e o collegio de S. Paulo, e a casa professa de S. Roque, e a egreja e casa professa do Bom Jesus tudo isto

[1] Reproduzida em *fac-simile* pelo sr. Teixeira de Aragão a pag. 36 do 3.º volume da sua *Descripção e historia das moedas*, etc.

Digitized by Google

dos jesuitas, e o collegio de S. Boaventura dos franciscanos, e o recolhimento de Nossa Senhora da Serra para as orphãs nobres, e o de Santa Maria Magdalena para as arrependidas, e as capellas de Santa Catharina de Alexandria e a de Nossa Senhora da Serra, e a de Santo Antonio de Padua, e a de Santa Maria do Monte, e a de Nossa Senhora da Conceição, e a egreja e casa da Misericordia, e as de muitos outros edificios religiosos, egrejas, capellas, conventos que se multiplicavam por fórma tal que, no meiado do seculo XVII já os governadores clamavam contra a creação de novos mosteiros, contra o desenvolvimento da população monachal e sacerdotal que era tal que escasseavam os soldados para a defeza n'uma cidade extremamente populosa.

Muitas d'estas egrejas eram extremamente sumptuosas e notaveis, ou pela belleza da sua architectura, ou pela riqueza da sua ornamentação. Assim admirava-se na cathedral a sua magestosa fachada voltada para o nascente e que todas as manhãs doiravam os primeiros raios do sol oriental; na egreja da Misericordia, que era, por assim dizermos, toda de ouro por dentro, o excellente trabalho de talha dourada; na egreja de S. Francisco o precioso portal enriquecido com todos os lavores da nossa architectura manuelina; na de S. Domingos as suas grandes columnas de pedra preta; na de Santo Agostinho a magestade e solidez da construcção, devida a um architecto italiano; na do Bom Jesus a esplendida fachada de granito preto, os magnificos armarios e quadros de sacristia, o tumulo de bronze dourado de D. Jeronymo de Mascarenhas, e o tumulo maravilhoso de S. Francisco Xavier; na linda egreja de S. Caetano, o seu elegante zimborio, etc., etc.



ANDOR DAS CANDEIAS E UM TRECHO DE CLAUSTRO DE S. DOMINGOS DE GUIMARÃES

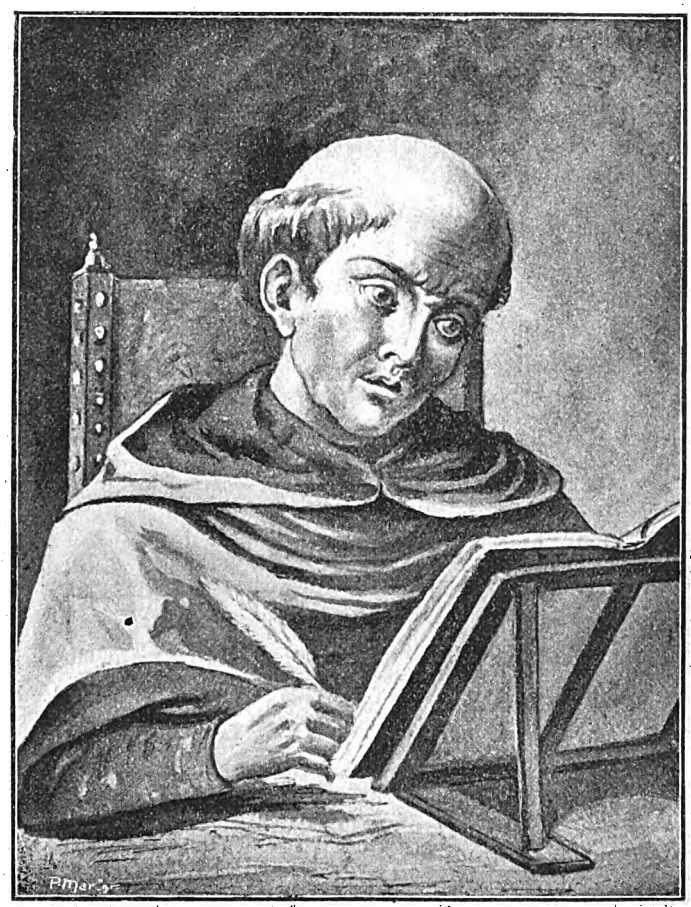
Eram numerosas e bem cuidadas as praças e ruas de Gôa, com as suas largas pedras lisas e limpas. O *Terreiro*, onde se levantava o edificio da Alfandega, tinha um cáes onde vinham aportar todos os navios indianos; na praça

Digitized by Google

do *Bazar grande* fazia-se o principal mercado da cidade; no *Terreiro do Paço*, onde se erguia defronte da porta do palacio do vice-rei o palacio da Relação, costumavam passeiar a pé, a cavallo, e em palanquins os fidalgos de Gôa, como em Lisboa se fazia no Terreiro dos Paços da Ribeira; no largo de S. Francisco estava o convento magnifico dos franciscanos, em cujo claustro se via pintado a ouro e azul a vida toda de S. Francisco; no terreiro dos Gallos havia o combate de gallos que foram usados na India e um pequeno bazar; no largo do Pelourinho velho havia mercado tambem, e estavam o açougue e as casas de justiça ordinaria e policia de Gôa; na praça de S. Lazaro estava o hospital de S. Lazaro e um lago cheio de aves aquaticas, que muito o embellezava. Alli se faziam cavalhadas, e se passavam as revistas militares. Fóra da cidade erguia-se o Matadouro.

As casas feitas de pedra e cal com as suas largas escadarias, pintadas de branco e de vermelho, quasi todas com os seus jardins, os palacios dos mais opulentos com as suas columnas de pedra de Baçaim, tudo concorria para dar um aspecto verdadeiramente deslumbrante á grande cidade portugueza. Os Baneanes e os Malabares tinham os seus bairros apartados, os homens de officio estavam arruados, como se vê dos nomes das antigas ruas dos Baneanes, dos Guzarates, dos Judeus, dos Ourives, dos Chapeleiros, que era uma das mais bonitas, dos Pannos, dos Surradores, havendo ainda as ruas do Bazarinho, dos Carregados, do Crucifixo, das Galés, da Ilha do Fogo, da Mão Cortada, do Pelourinho, da Ribeira d'El-rei, das Tres Boticas, os beccos de D. Nuno da Cunha, do Bacharel, etc., etc.

Em todas estas ruas, em todas as praças tumultuava a multidão, circulavam os fidalgos e os frades, resguardados do ardor do sol pelas umbellas que os escravos levavam ao seu lado, ou transportados nos seus palanquins, as mulheres indianas semi-nuas, carregando alguns fardos, e os nobres do Oriente com os seus pomposos sequitos; mas sobretudo devia ser magnificentissimo o espectaculo nos dias ou das grandes festas religiosas, ou da chegada do vice-rei, ou da chegada mesmo de qualquer armada do reino, quando desfilavam por deante d'esses bellos edificios, e d'essas ruas assombreadas pelas arvores de largas



FR. BALTHAZAR LIMPO

Digitized by Google

folhas do Oriente, as longas procissões de frades, de freiras e de noviços, com os seus habitos negros e brancos, quando passavam montados nos seus cavallos, vestidos com toda a riqueza e esplendor das modas da Renascença e do luxo oriental adoptado pelos conquistadores, centenares de fidalgos, que de Gôa se espalhavam por todo esse Oriente, uns para irem governar as Molucas, outros para irem cruzar no Mar Vermelho, estes para irem commandar as companhias da guarnição de Ormuz, aquelles para receberem a guarda dos baluartes de Diu, de Chaul, de Baçaim, outros para governarem em Ceylão, outros para dominarem Malaca, outros para regerem Cochim, Coulam, Cananor, Calicut. Devia de ser maravilhosa a pompa d'esses espectaculos, no meio da pittoresca e opulenta cidade, banhada por todo o immenso esplendor do sol do Oriente.

E tudo isso passou, veiu a decadencia primeiro, veiu a ruina completa depois. Mudou-se a séde do governo para Pangim; essas ruas encheram-se de herva, esses monumentos cahiram todos em ruinas, e de alguns d'elles nem vestigio resta, e o poeta, que, como o sr. Thomaz Ribeiro, contempla essa enorme ruina nos proprios sitios onde ha menos de dois seculos se erguia uma cidade maravilhosa, sente a melancholia profunda, que lhe segreda as suas mais sublimes inspirações. Algumas estrophes da poesia *Velha Gôa*, do sr. Thomaz Ribeiro, dão-nos a sensação perfeita d'esse espectaculo profundamente desolador.

Eis a cidade morta, a solitaria Gôa!
Seis templos alvejando entre um palmar enorme!
Eis o Mandovy Tejo! a oriental Lisboa,
onde em jazigo regio immensa gloria dorme.
....
Que fazes tu de pé, arco das grandes eras?
Que te sustem no ar, abobada que scismas?
Passaram para nós as floreaes primaveras,
as musicas da gloria, a luz dos aureos prismas.

Portico arrendilhado, orgulho da espessura,
tão nobre, velho e nú! . Cobri-o, trepadeiras!
Deixae-vos affundar no Oceano de verduras,
que sobe e cresce e abysma as grimpas derradeiras.

Jaz em tristeza immersa a tetrica cidade!
o turbilhão doirado, o estrondear da festa...
envolve-os em seu crepe a mystica saudade
e abysma-os no mysterio a pavida floresta!

Gentio triste e nú, que paras e que pasmas
de vir pisar sem bulha as virides alfombras,
a gala na soidão é brilho de phantasmas,
a festa n'um deserto é volteiar de sombras.[1]

CAPITULO XI

Primeiro estabelecimento dos Portuguezes na China.—Fundação de Macau.—As outras cidades da India

Em geral, escreve Ferdinand Denis, não ha senão documentos muito vagos e muito incompletos ácerca dos primeiros estabelecimentos formados na China pelos Portuguezes. O aventuroso Fernão Pinto é quasi o unico que dá pormenores exactos ácerca da sua chegada a essas regiões; a colonia de Macau teve isto de particular, é que foi fundada sem a metropole, para assim dizermos, o saber, e que veiu ella mesma pedir á mãe-patria as instituições que a deviam reger. Vamos estabelecer estes factos guiando-nos por um docu-

[1] *Jornadas*, c. I, pag. 400 (Coimbra 1873).

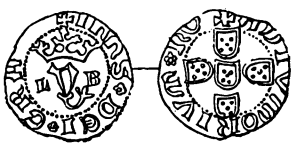
Digitized by Google

mento de incontestavel valor, pois que o extrahimos das representações dirigidas ás côrtes pelos cidadãos de Macau.

«Os primeiros estabelecimentos fundados pelos negociantes portuguezes nas costas da China estiveram longe de ter um feliz resultado; e devemos sobretudo applicar esta reflexão á cidade tão rica e tão florescente de Liam-pó ou Ning-pó, que foi reduzida a cinzas em menos de tres horas, e onde morreram muitos centenares de Portuguezes (1542). Este sinistro foi devido á rapacidade de um magistrado, cujo nome é ainda hoje maldito pelos seus compatriotas. Algum tempo depois d'esta horrivel catastrophe, os Portuguezes foram de novo tentar fortuna para o lado das ilhas que orlam as costas, e obtiveram emfim do governo chinez licença para se estabelecerem no rochedo onde foi fundada Macau. Desde 1557 que se principiaram a construir algumas pobres habitações, ou, para melhor dizer, algumas cabanas a que succederam em breve casas, decentes egrejas e alguns edificios. O rochedo concedido pelos Chinezes vira elevar-se pouco a pouco uma cidade importante, quando em 1565 os habitantes resolveram reclamar para a colonia os privilegios pertencentes ás outras cidades do reino, assim como ás dos Estados da India. Por conseguinte elegeram entre si um procurador e vereadores, e offereceram ao soberano a cidade novamente edificada, pedindo para ella a D. Duarte de Menezes, que era então vice-rei das Indias, o titulo e os direitos de municipio. Segundo as expressões formaes de Menezes, esses privilegios foram concedidos ao novo estabelecimento, em consideração d'elle se ter fundado com os seus proprios recursos; tractaram-n'o como a Cochim, que então gozava de privilegios analogos aos de Evora[1].

[1] «Macau foi erigida em sé episcopal desde o seculo XVI. O primeiro prelado que alli residiu foi um Jesuita chamado Belchior Carneiro. O segundo bispo da China chamava-se D. Leonardo de Sá, e foi sagrado em 1577. Tinha tambem o encargo espiritual do Japão. Cardoso gaba a sua sciencia e as suas virtudes.»

«Entre os incidentes historicos, que se ligam a Macáu, em França conhece-se apenas a poetica tradição que fez d'essa cidade a residencia de Camões[1]. É justo lembrar comtudo que os habitantes d'esta cidade portaram-se mais de uma vez com rara energia, e, se nos fosse dado seguir os estabelecimentos coloniaes portuguezes nas suas phases diversas, diriamos que, cercada em 1622 por dezenove navios de guerra hollandezes, a que devemos juntar forças consideraveis pelo lado de terra, esta cidade soube conservar a sua independencia.»



Real de 10 soldos, de D. João I

São perfeitamente exactas as noticias extrahidas minuciosamente, como de costume, por Ferdinand Denis do documento portuguez que teve presente. Vamos porém desenvolvel-as, afim de que os nossos leitores tenham amplo conhecimento do modo como se fundou essa remota colonia, que, isolada lá no extremo Oriente, soube comtudo conservar-se intacta no meio da ruina de todo o nosso imperio ultramarino.

Quando Affonso d'Albuquerque tomou Malaca, principiou logo a cuidar do modo de travar relações com a China, e encontrando no porto de Malaca uns juncos chinezes, tractou bem os tripulantes, e preparou tudo para mandar uma embaixada á China, projecto que foi realizado pelo seu successor Lopo Soares de Albergaria, que mandou como embaixador o boticario Thomé Pires, a

[1] «Veja-se a *Aurora Macaense* impressa em Macáu em 1844. Apontaremos tambem aos curiosos uma obra intitulada *Memorias ácerca de Macáu* pelo sr José Joaquim de Aquino Guimarães e Freitas. Veja-se egualmente a obra do sr. Loureiro.»

Digitized by Google

bordo de uma esquadra commandada por Fernão Peres de Andrade.

Thomé Pires chegou a Pekim, e foi bem accolhido, mas o irmão de Fernão Peres, Simão Peres de Andrade, taes atrocidades e roubos practicou, que o governo chinez não consentiu mais ao pobre Thomé Pires que saisse do seu territorio, em vingança do procedimento d'esse pirata que andava nos mares da China deshonrando o nome portuguez.

Apezar d'isso, os Portuguezes conseguiram ir-se estabelecendo em varios pontos da China, como por exemplo em Ning-Pó ou Liam-Pó, como os nossos chronistas dizem, onde fundámos um estabelecimento importante, pois no tempo em que Fernão Mendes Pinto a visitou tinha tres mil visinhos, sendo mil e duzentos portuguezes.

«N'esta povoação, diz o sr. visconde de Paço d'Arcos, n'um artigo que mais desenvolvidamente citamos em nota, havia capitão que residia na terra, afóra os particulares que vinham nas naus da carreira, que iam e vinham; havia ouvidor, juizes, vereadores, provedor-mór dos orphãos, almotacés, escrivães da camara, quadrilheiros e todos os mais officiaes da republica e quatro tabelliães das notas, e seis do judicial, por cada um dos quaes officiaes se dava de compra tres mil cruzados, e outros ainda de maior preço. Havia aqui trezentos casados com mulheres portuguezas e mestiças; havia dois hospitaes e casa de Misericordia em que se dispendiam cada anno mais de trinta mil cruzados e a camara tinha seis mil de renda.

«De maneira que se dizia geralmente que era a mais rica, nobre e abastada povoação de quantas havia em toda a India, e do seu tamanho em toda a Asia; e quando os escrivães passavam alguma precatoria para Malaca, ou os tabelliães faziam algumas escripturas, diziam: *N'esta muito nobre e sempre leal cidade de Liampo, por el-rei nosso senhor*[1].»

Effectivamente, como refere muito por alto Ferdinand Denis, as exacções e crimes d'um ouvidor de Ning-Pó por tal fórma irritaram os Chins, que em 1542 um exercito de 30 ou 40:000 homens tomou de surpreza a cidade, e matou ou expulsou quantos Portuguezes alli havia.

«Quem escreve estas linhas, continúa o sr. visconde de Paço d'Arcos, viu ainda em 1854, na actual povoação do *Chi-nai*, um pouco acima da foz do rio de Ning-Pó, restos de grossas muralhas d'um circuito abaluartado e boccados de paredes de um edificio que parecia ter sido um templo, que todos os Chins da localidade apontavam como de origem portugueza, dizendo que affirmava a tradição ter havido n'aquelle ponto uma cidade portugueza.»

Pois apezar das tristes recordações de Simão de Andrade, cujo exemplo não deixára de ser imitado pelos outros capitães portuguezes, apezar do procedimento odioso do ouvidor de Ning-Pó, procedimento que tão tristes consequencias tivera, os Portuguezes continuaram a fundar estabelecimentos n'aquellas ilhas da costa chineza, havendo povoações portuguezas em Ta-maú, Lan-táu, Lampa-cáu, e San-chuan, onde morreu S. Francisco Xavier.

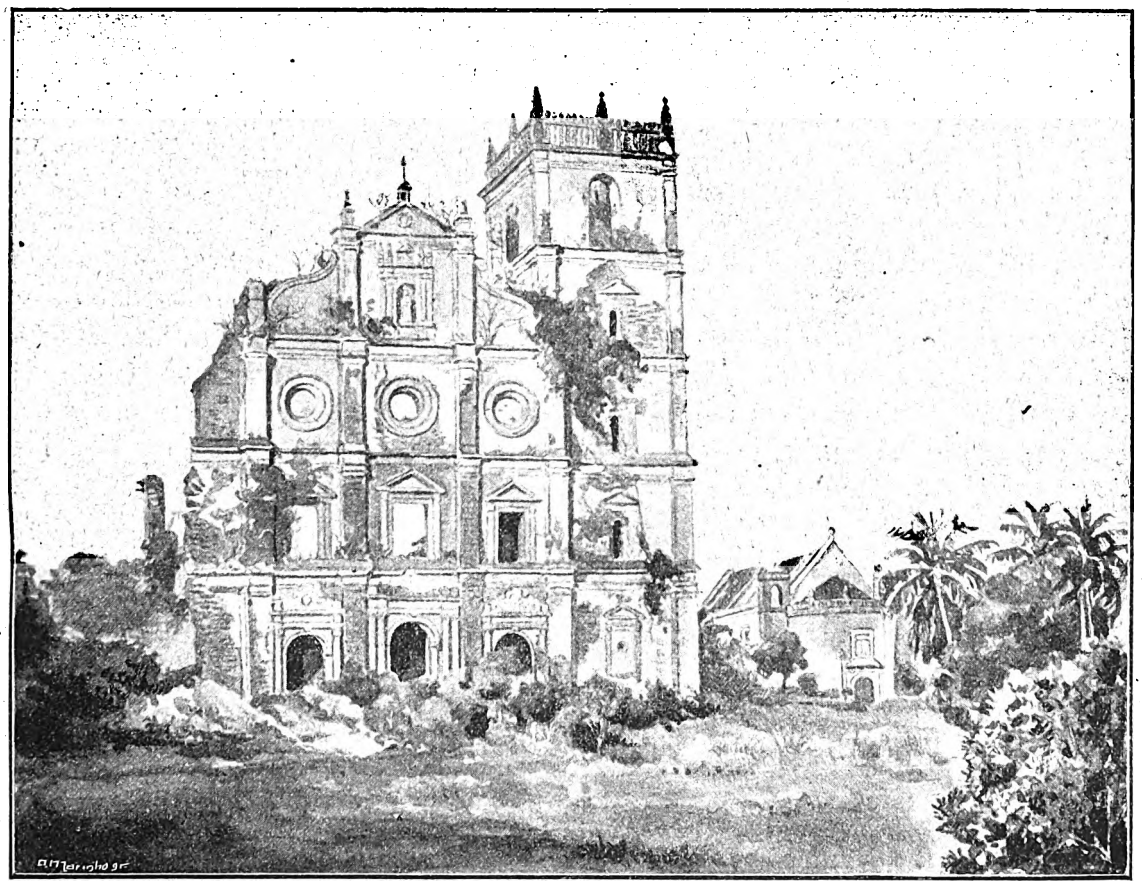
Nenhum d'esses estabelecimentos porém tinha bom porto, e por isso os Portuguezes ambicionaram estabelecer-se na peninsula de Macau, o que conseguiram quando, tendo destruido um pirata,

---

[1] *Diccionario Popular*, tomo VIII, pag. 343, art. *Macau* (Lisboa, 1880). Este magnifico artigo *Macau*, de que extrahimos o trecho acima citado, e ao qual iremos buscar muitas das informações que daremos n'este capitulo, é devido á penna do sr. Carlos Eugenio Correia da Silva, visconde de Paço d'Arcos, que o escreveu quando acabava de chegar do governo de Macau, que exercera por tres annos, e onde podera estudar, á luz dos documentos, a historia e o modo de ser da colonia que governava.

Digitized by Google

receberam a concessão desejada do Santoc de Cantão, que a communicou, segundo tradição constante, ao imperador Che-Touang, que logo a confirmou. Note-se que nunca houve separação alguma que isolasse os Portuguezes na sua peninsula de Macau do norte de Yansong ou ilha de Ançam, como os nossos aos de Evora; em 1596 foi erigida em cidade com o nome de cidade do Santo nome de Deus de Macau. «No que toca ao governo do estabelecimento nos seus primeiros annos, diz uma interessante memoria, sabe-se que o capitão da viagem do Japão, emquanto se demorava em Macau, era quem governava como



RUINAS DE SANTO AGOSTINHO E CAPELLA DE SANTO ANTONIO EM VELHA GOA

diziam; mas em 1573, tendo havido uma revolta dos escravos dos Portuguezes, que se organizaram em quadrilhas, os Chins, para se resguardarem do perigo, levantaram uma porta sempre guarnecida de tropas, que os Portuguezes chamavam *Porta do cerco* e os Chins Kan-Chap ou porta do limite.

Foi em 1557 que os Portuguezes fundaram Macau; em 1583 recebeu, a pedido dos habitantes, foros similhantes entendia, e que, quando se retirava, ficava regendo um habitante eleito pelos outros, e que chamavam «capitão de terra» e conjunctamente com um ouvidor, cujo cargo foi creado, ainda antes de Macau ser elevada á categoria de cidade e ter camara, dando-se-lhe regimento em Madrid, aos 16 de fevereiro de 1587, emquanto que as despezas do estabelecimento eram pagas pelo producto dos impostos voluntarios estabe-

Digitized by Google

lecidos cada anno em conselho dos principaes moradores» [1].

N'um livro publicado em 1835 por José Ignacio d'Andrade, o erudito auctor das *Cartas da India e da China*, livro que se intitula *Memoria dos feitos macaenses* particulariza-se mais a victoria alcançada pelos Portuguezes sobre os piratas chins, victoria que nos valeu, como testemunho de reconhecimento do «Filho do Sol», a dadiva de Macau. O pirata anniquilado pelas armas portuguezas chamava-se Chang-Siláo.

Era de Malaca que partiam essas expedições commerciaes para o lado da China; os navios que sahiam d'esse emporio do extremo Oriente iam mostrar a bandeira portugueza ás mais remotas partes da Asia. No fim do reinado de D. João III já o Japão estava, como a China, aberto ao commercio portuguez; já Fernão Mendes Pinto aproára para esse imperio considerado semi-fabuloso; já S. Francisco Xavier alli aportára.

Assim, a florescente colonia de Macau fundou-se, não com a violencia e a perfidia, mas com o grato assentimento dos senhores do territorio em que ella se levantava; parece que a bemfadaram esses prosperos auspicios, porque entre as ruinas do nosso imperio foi ella sempre florescendo e desenvolvendo-se. Tem atravessado épochas calamitosas, n'este seculo principalmente viu-se exposta por mais d'uma vez aos perfidos ataques dos Chins, foi alvo das ambições dos Inglezes; mas, sobrevivendo a todas essas ameaças, resistindo até aos pessimos influxos da nossa administração colonial, é hoje a mais formosa reliquia do nosso derrocado imperio ultramarino.

[1] «Parecer que ácerca da organisação do governo de Macau apresentou ao governo de Sua Magestade o socio d'esta associação, o sr. José Maximo de Castro Leite e Vasconcellos». Annaes da Associação Maritima e Colonial, n.º 10 de 1841, pag. 440.

As outras cidades do Kanara e do Bidjapur, e do Guzarate, sujeitas então aos Portuguezes, estão hoje quasi todas em plena decadencia. Calicut foi victima da nossa hostilidade. Encontrára-a Vasco da Gama nos fins do seculo XV prospera, florescente e rica, em 1509 já estava por tal fórma humilhada e perdida, que até a dynastia indigena perdera a corôa, que fôra cahir nas mãos dos Musulmanos, sem que estes comtudo lograssem restabelecer o antigo poderio da grande cidade indostanica. Effectivamente o commercio que affluia dividira-se em duas partes: uma, a que obedecia ao impulso dos Portuguezes, procurava Cochim e Gôa; outra, a que lhe escapara, ia procurar sitios que estivessem o mais longe possivel da acção das nossas esquadras.

Calicut decaíra por tal fórma, que em 1514 o seu rajah, musulmano, como dissemos, Hadji-Hussein-Rakem escrevia a D. Manuel queixando-se de se achar em tal miseria que chegava a passar fome [1].

Cochim ou Kutchin tambem não lucrára muito com a alliança portugueza. Emquanto essa cidade foi o centro principal da administração portugueza, prosperou incontestavelmente, mas a pouco e pouco os governadores foram-se habituando ás delicias de Gôa, e Cochim, abandonada, decaiu rapidamente, tanto nas nossas mãos como nas mãos dos Inglezes. Coulam ou Quilon é que ainda conserva uma certa prosperidade relativa.

No Guzarate a importancia que outr'ora cabia a Kambayah passou hoje para Ahmedabah. Dio, mais propriamente *Dyval* ou *Dywal*, tendo-se conservado no nosso poder, acompanhou o resto da India portugueza na sua lamentavel decadencia.

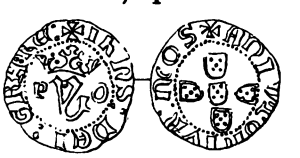
[1] Fr. João de Sousa. «Documentos arabicos para a historia portugueza, copiados dos originaes da Torre do Tombo, com permissão de Sua Magestade e vertidos em portuguez, por ordem da Academia Real das Sciencias,» pag. 44. (Lisboa, 1790.)

Digitized by Google

Hoje para esses lados, onde outr'ora se ostentavam Baçaim, Chaul, concentra-se todo o movimento na opulenta Bombaim. Da mesma fórma Ormuz perdeu tambem completamente a sua antiga opulencia.

Em Ceylão é que a antiga Colombo continúa a ser o centro da administração e da prosperidade da ilha, mas nas Molucas, Ternate, o foco do dominio portuguez, é hoje uma ilha secundaria, Malaca, na Aurea Chersoneso, a cidade mais opulenta da Indo-China, viu fugir-lhe o commercio, a riqueza, a população, que attrahiram para Singapura os Inglezes, e entre as ruinas da velha cidade de Albuquerque vêem-se á noite ao luar, segundo o testemunho de um viajante francez, o sr. Edmond Du Hailly, os descendentes dos Portuguezes a descantarem, ao som da guitarra, as suas trovas peninsulares; porque, esquecidos pela patria, completamente isolados na sua mansão de ruinas, conservam ainda esses pobres descendentes dos conquistadores da India a tradição, a memoria e os caracteristicos do povo a que pertencem.

Assim as tres cidades, que foram os tres vertices do glorioso triangulo imaginado por Affonso d'Albuquerque, as tres cidades que foram no seculo XVI os tres grandes emporios da riqueza oriental, cairam, como o imperio que sustentaram nos seus baluartes. Ormuz é uma cidade humilde e pobre, onde o Persa contempla melancholicamente as aguas que banham as ruinas da fortaleza d'Albuquerque; Malaca é um aggregado de casas pobres entre ruinas mutiladas; onde os descendentes dos Portuguezes cantam ao luar na sua guitarra plangente as tristezas da nossa decadencia, e Gôa emfim, a velha Gôa, sepultando as paredes cahidas dos seus conventos e dos seus palacios, a curva graciosa e audaz do seu arco dos vice-reis n'um verdadeiro mar de verdura, que invade a cada instante a velha capital da India como a floresta de um dos contos de Alphonse Daudet invadia implacavelmente Woodtown a cidade americana, ostenta no meio das suas proprias ruinas e das ruinas do imperio de que foi cabeça, a sua cathedral melancholica, onde vibra no campanario o sino grave e profundo que parece no silencio d'essas ruinas tocar o hymno funebre da decadencia da patria. É o *sino d'ouro da Sé*, esse sino d'ouro que o sr. Thomaz Ribeiro ouviu, quando pousava no palacio de S. Caetano, no meio da decrepita e silenciosa Velha-Gôa, o sino d'ouro, cuja vibração dolorosa lhe inspirou a admiravel poesia, onde se lê esta quadra, que é o condigno fecho d'este capitulo como o epitaphio das grandezas que n'elle temos rememorado:



Real de 10 soldos, de D. João I

> Vim assistir ao desabar da gloria!
> Ter de mostrar ás tribus estrangeiras
> por todos os tropheus da nossa historia
> só ruinas, desertos e caveiras![1]

[1] Thomaz Ribeiro *Jornadas*, t. II, pag. 231 (Coimbra 1874).

Digitized by Google

CAPITULO XII

Missão das Indias Portuguézas —S. Francisco Xavier

TRAVEMOS agora os olhos n'uma figura doce, meiga, e verdadeiramente christã. Assim como, depois de pintarmos a situação moral da India, podémos repousar descrevendo o governo reformador e puro de D. João de Castro, assim agora, depois de apresentarmos aos leitores a Inquisição, practi-

RECANTO DE ABOBADA NO CONVENTO DOS JERONYMOS EM BELEM

cando em Gôa os seus horridos flagicios, descansaremos illuminando as nossas paginas com a luz serena que emana da auréola de S. Francisco Xavier.

Antes, porém, de falarmos n'esse santo, entre todos illustre, n'esse modelo dos missionarios, vejamos o que F. Denis escreve ácêrca das missões portuguezas, e d'essa celebre seita a que os Portuguezes chamavam christãos de S. Thomé.

«Até aqui, diz o escriptor francez, não falámos senão nas conquistas da espada: são as unicas em geral que impressionaram os espiritos e que se encontram citadas nos historiadores. Ha outras, comtudo, que principiaram com o seculo dezeseis e que exerceram, dentro em pouco, uma immensa influencia[1]. Desde 1530 que vêmos o padre Miguel Vaz, nomeado vigario geral de Gôa, espantar os conquistadores com o ardor do seu zêlo; vem á testa de muitos missionarios, de que o proprio Cardoso nos não conservou os nomes. Se derruba os templos brahmanicos, funda o collegio de Gôa, e vae morrer a Chaul em 1548. Entre os ecclesiasticos que o auxiliam nomeia-se Diogo da Barba, que chega ás Indias em 1538; Simão Vaz, que soffre o martyrio em 1535; e, emfim, esse Francisco Alvares, que, depois de haver escapado a numerosas feridas, chega a Ternate, e vae até á Abyssinia levar ao Prestes João as palavras de paz d'el-rei D. Manuel. Gaspar Coelho, que devemos incluir no numero d'esses primeiros apostolos, foi-se fixar em Meliapor, e ahi o encontrou,

[1] Os primeiros que principiaram esta missão pertenciam á ordem dos Capuchinhos. No anno de 1500, sete frades, seguindo a regra de S. Francisco, embarcaram para as regiões novamente descobertas, mas a historia só conservou o nome do primeiro de todos elles, o veneravel fr. Henrique de Coimbra. Tres d'esses religiosos morreram em Calicut no dia 16 de outubro, trinta e tres dias depois da sua chegada; os outros quatro tiveram a mesma sorte no dia 3 d'abril de 1502. Veja-se Cardoso, *Agiologio Lusitano.*

Digitized by Google

ASSASSINIO DE FIRME-FÉ

Digitized by Google

em 1548, S. Francisco Xavier. Foi, sem duvida, na fonte das tradições que fr. Gaspar se iniciou completamente no schisma d'esses sectarios ignorados que pertenciam ao nestorianismo. Se nos fosse dado espraiar-nos n'esses pontos curiosos, folgariamos de lembrar as crenças poeticas d'esses povos, as lendas que conservavam preciosamente, os dramas devotos mesmo que representaram deante dos Portuguezes e que davam testemunho das suas ingenuas recordações. Todos esses pormenores nos arrastariam para fóra do quadro que nos impozemos.»

É em nota que o illustre escriptor accrescenta ácerca dos christãos de S. Thomé estas noticias curiosissimas:

«Os christãos de S. Thomé, que os Portuguezes encontraram estabelecidos na costa do Malabar, eram designados pelo nome de *Thomistas*. Pertenciam á seita dos chaldeus-nestorianos. Suppõe-se que podiam formar ao todo uma população de vinte mil almas. Condemnavam as imagens e tinham horror pela confissão auricular. Diziam dever os seus principios religiosos ao apostolo de cujo nome se originava a denominação por elles adoptada. A lenda referida por Camões fôra transmittida pela tradição. Fr. Aleixo de Menezes, filho do celebre vice-rei, deu a historia d'estes sectarios; foi traduzida em francez por João Baptista de Glen, em 1609, com o titulo de *Messe des anciens chrestiens dicts de Saint-Thomas, en l'évéché d'Angamal, és Indes orientales*. A lenda relativa a S. Thomé está espalhadissima e liga-se essencialmente ao mytho do Prestes João, como se póde vêr na nossa obra intitulada: *O Mundo encantado*. Contentar-nos-hemos em dizer aqui algumas palavras ácerca da residencia do apostolo nas Indias. Quando Francisco Xavier percorria esses paizes, havia mais de mil e quinhentos annos que o apostolo S. Thomé viéra prégar a fé nova na antiga cidade de *Calamina;* era o nome que tinha então *Meliapor*, cuja denominação moderna significa, segundo diz João de Lucena, cidade similhante ao pavão, e o motivo d'isso, accrescenta o velho escriptor, é que, assim como esse volatil é o mais bello dos passaros, assim esta cidade vencia todas as do Oriente em prosperidade e formosura. O apostolo converteu Sagano, senhor d'esses paizes, e o seu primeiro milagre consistiu em arrastar do mar á praia uma trave de tão desmesurada grossura, que nenhum elephante nem machina alguma conseguiria fazel-a mover; o segundo foi a resurreição d'uma creancinha que um brahmane parricida matára.»

E agora, falemos do illustre missionario ácerca do qual Ferdinand Denis escreve o seguinte:

«O verdadeiro apostolo das Indias, aquelle que Roma revestiu d'esse titulo, foi Francisco Xavier, o austero religioso da Navarra. Esse traçára para si um quinhão immenso na escolha dos imperios, e comtudo a sua vida foi toda de abnegação.»

S. Francisco Xavier nasceu em Navarra, no Castello de Xavier, a vinte leguas de Pamplona, em abril de 1506, a acreditarmos o que dizem o *Flos sanctorum*, o abbade Guérin e os Bollandistas; em 1497, se nos conformarmos com a opinião do seu eloquente biographo, João de Lucena, um dos nossos mais estimados classicos. Tambem, segundo Lucena, o seu nome no seculo era Francisco de Lasso y Xavier, seu pae, ouvidor do conselho geral de Navarra, chamava-se Juan de Lasso, era sua mãe D. Maria d'Azpilcueta y Xavier.

«Aprendeu, diz uma das suas biographias, os primeiros elementos da lingua latina na casa paterna, e bebeu no seio de uma familia virtuosa grandes sentimentos de piedade; era, desde a infancia, d'um genio meigo, alegre, condescen-

Digitized by Google

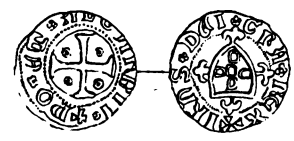
dente, o que fazia com que todos lhe fossem affeiçoados. Descobriu-se n'elle um genio raro e uma penetração singular. Ávido de aprender, applicou-se ao estudo com ardor. Quando chegou aos dezoito annos, seus paes mandaram-n'o á universidade de Paris, que era considerada como a primeira eschola do mundo [1].»

Muitas vezes depois, no meio da sua existencia errante e gloriosa, o heroico missionario voltou os olhos com tristeza para essa quadra tranquilla da sua vida, e se recordou com saudade do quarto solitario, onde lhe haviam corrido em paz tantos dias estudiosos.

Mas foi breve esse tempo. Ignacio de Loyola estava em Paris, relacionou-se com Francisco Xavier, devorado já pelo mystico ardor, que se apoderára d'elle depois d'um ferimento grave, que o transformára de brilhante official em fervoroso asceta; procurou chamar Francisco Xavier, cuja intelligencia conhecia e respeitava, aos seus projectos; primeiro encontrou na ambição do moço hespanhol um obstaculo quasi invencivel, mas a eloquencia do fundador da Companhia de Jesus superou todas as barreiras, inflammou o espirito de Francisco, e dentro em pouco o mais rebelde dos discipulos de Ignacio tornou-se o mais enthusiasta dos seus discipulos.

Reunidos na egreja de Montmartre, no dia 16 d'agosto de 1534, juraram Ignacio e os seus companheiros ir-se pôr á disposição do Papa, a fim de servirem a fé catholica nos sitios para onde elle os enviasse. Dezoito mezes depois, partiram todos para Veneza, onde Francisco Xavier nos hospitaes principiou a dar provas d'aquella caridade intrepida que ha de sempre justificar a sua canonização, e que além d'isso lhe grangeou, como missionario, tão esplendidas victorias.

De Veneza passou a Roma, a fim de se apresentar ao papa Paulo III, e de receber a sua benção antes de partir para a Terra Santa, aonde primeiro haviam resolvido dirigir-se, elle e os seus companheiros. Voltando a Veneza fez voto de pobreza e castidade nas mãos de Jeronymo Veralli, nuncio do Papa. Não poderam comtudo emprehender a viagem premeditada, porque rebentara a guerra entre os Venezianos e os Turcos, e estava interceptado o caminho da Palestina. Em Veneza, em Vicencia, onde foi ordenado sacerdote, em Padua, em Bolonha, continuou a exercer os deveres da caridade, visitando os hospitaes, soccorrendo os doentes, ensinando a doutrina ás creanças, e practicando ao mesmo tempo sobre o seu corpo as mortificações que não são mais do que as aberrações absurdas do sentimento religioso, mas que n'essa epocha se consideravam, ainda mais do que os actos bemdictos da caridade, provas de virtude excelsa.



Real de 10 soldos, de D. João I

Foi por esta occasião que, chegando a D. João III de Portugal a noticia de quanto era illustre em virtudes e lettras a Companhia de Jesus fundada por Ignacio de Loyola, mandou pedir ao Papa pelo embaixador, D. Pedro Mascarenhas, que lhe estava pedindo a Inquisição, seis Jesuitas para irem missionar nas remotas regiões do Oriente. Respondeu o Papa recommendando a Ignacio de Loyola o pedido d'el-rei de Portugal, mas Loyola declarou a D. Pedro de Mascarenhas que, sendo elles dez apenas, não podiam destacar seis dos seus membros para a Asia, quando a Europa, cor-

[1] *Vies des saints nouvellement écrites par une raunion d'ecclésiastiques et d'écrivains catholiques sous les auspices de NN. SS. les archevêques et évêques— 3 décembre, Saint-François Xavier.—Apôtre des Indes et du Japon.* (Paris, 1854.)

Digitized by Google

roída pelo vicio e pela heresia, precisava tanto dos seus soccorros espirituaes. D. Pedro de Mascarenhas contentou-se por censeguinte com os dois que Ignacio de Loyola lhe offereceu, e que foram Simão Rodrigues e Francisco Xavier. Voltando de Roma, trouxe-os comsigo para Lisboa, onde foram acolhidos com o enthusiasmo que sabemos.

Vimos como, impellido por esse enthusiasmo, já não queria el-rei que os Jesuitas partissem para a India, preferindo conserval-os junto a si; vimos tambem como se conciliaram os oppostos pareceres do rei e do seu conselho, ausentando-se Francisco Xavier para a India, ficando Simão Rodrigues em Portugal. Já dissemos o que este em Lisboa fizera; como, debaixo dos seus auspicios, a companhia se desenvolveu rapidamente, invadindo as escolas e o Paço, dominando no ensino e no confissionario; depois, veremos como Simão Rodrigues organizou as missões da America: vamos a seguir agora o mais glorioso dos membros da nova ordem na sua viagem triumphante atravez do Oriente.

Partiu Francisco Xavier para a India em companhia do governador Martim Affonso de Sousa, e é notavel que o homem de mais pura virtude que figurou na India portugueza partisse na esquadra do governador mais cynico que a mesma India teve. Não tardaria porém Martim Affonso de Sousa a ser substituido por D. João de Castro, e o probo vicerei e o santo missionario poderam, como vimos, conhecer-se e estimar-se n'esse Oriente que haviam de encher com a fama das suas virtudes.

Foi no dia 7 de abril de 1541 que Francisco Xavier partiu para a India, e nos tres mezes que durou a viagem, porque a frota de Martim Affonso invernou em Moçambique, deu Francisco Xavier provas relevantes do seu zêlo evangelico e da sua caridade. Era no navio o pregador, o consolador, o enfermeiro da tripulação; em Moçambique, em Melinde, em Socotorá, essa caridade, extendendo-se aos indigenas, encheu-os de espanto, a elles que estavam costumados a verem nos Europeus apenas os seus tyrannos e os seus algozes. A 6 de maio de 1542 chegou Francisco Xavier a Gôa, e deu alli uma prova de humildade e cordura, como na viagem dera tantas de caridade, porque, indo revestido pelo Papa, quer dizer, pelo chefe supremo da Egreja, do titulo de nuncio apostolico, apresentou-se comtudo ao bispo de Gôa, D. João d'Albuquerque, declarando-lhe que só exerceria o seu cargo se elle lh'o consentisse. Era um exemplo de moderação, que elle dava a todos esses ávidos e indisciplinados capitães, que não cediam o poder uns aos outros, senão depois de largas e vergonhosas contendas.

Em Gôa empregou Francisco Xavier o maior zêlo em espalhar a instrucção christã e a moralidade entre uma população corrompida. Depois, passando á costa da Pescaria, comprehendida entre o cabo Comorin e a ilha de Manar, prégou o Christianismo com um successo que justificavam não só o seu zêlo, a mansidão das suas doutrinas, a suavidade do seu ensino, mas tambem os actos de caridade com que elle acompanhava as piedosas prédicas, fortificando com a santidade do exemplo a santidade das theorias.

Ora na costa da Pescaria, ora em Travancor e em Meliapor, convertendo e prégando, ora em Gôa onde veiu fundar um seminario para jovens Indianos, passou Francisco Xavier os tres annos do governo de Martim Affonso de Sousa, sanando com o balsamo da sua palavra e da sua caridade o triste effeito que produziam no animo dos Indios as piratarias do governador.

Quando D. João de Castro aportou a Gôa, partia Francisco Xavier para Ma-

Digitized by Google

laca, e ahi e nas Molucas não foram poucas as conversões que operou, nem foi pouco proficuo o seu exemplo para cohibir as demasias e a immoralidade dos Portuguezes.

E era necessario que a sua virtude fosse effectivamente grande, a sua caridade esplendente para que pudesse grangear neophytos em sitios assignalados por tamanhas crueldades dos Portuguezes, elle que os indigenas como Portuguez consideravam, e que o era effectivamente por adopção, senão por nascimento. Voltou a Gôa a tempo de receber o ultimo suspiro de D. João de Castro. Precedia-o alli uma reputação immensa de santidade, um prestigio a que ninguem se eximia.

Sahindo de Gôa, levou Francisco Xavier a palavra evangelica a Ceylão, á costa da Pescaria, a Meliapor, chamando ao santo convivio do christianismo as raças desprezadas dos parias.

No collegio de S. Paulo, edificado perto de Gôa, reuniam-se catechumenos de todas as partes do Oriente. Mas Francisco Xavier não queria que um só dos paizes idolatras da Asia alli deixasse de ser representado. Por isso partiu para Malaca, para as Molucas, d'onde devia seguir para os ultimos confins do mundo conhecido. Nas Molucas bem claramente se manifestou o prestigio enorme de que entre os proprios Portuguezes gozava. Bastou que D. Francisco d'Eça dissesse aos seus soldados que Francisco Xavier estava rezando por elles para que sentissem uma nova força animal-os, e para que se arrojassem como leões ás tropas do soberano de Achem, a essas tropas que, no nosso tempo, umas poucas de vezes infligiram os mais severos desastres ás brigadas hollandezas, bem disciplinadas, bem commandadas, e armadas com os mais poderosos engenhos da moderna sciencia da guerra europêa. Foi depois d'essa batalha, que os Portuguezes ganharam em 1546, que S. Francisco Xavier deu começo a essas gloriosas missões do Japão, honra eterna do seu nome.

DIOGO LOPES DE SEQUEIRA

Effectivamente, Francisco Xavier, levado da Santa ambição de ir ensinar a fé e o nome de Christo ás mais remotas regiões, já se não contentava com esse vasto paiz onde tremulava dominadora a bandeira portugueza: percorrêra a costa do Malabar e a costa de Bengala, visitára os resplandecentes archipelagos da Malasia, fundára o seminario de S.

Digitized by Google

Paulo em Gôa, onde Portuguezes e indigenas, que inflammára com o ardor do seu enthusiasmo, formavam uma sagrada milicia, disposta a seguir as suas pisadas e a substituil-o n'esses paizes que pelo seu vulto conservaram um quasi superstícioso respeito. Competia-lhe, como a general audacioso, levar ainda mais longe a bandeira da fé. O Japão, apenas ent'raberto, como a China, mas muito menos do que a China, ao commercio portuguez, tentava-o. Em 1542, impellidos por um d'esses terriveis tufões dos mares orientaes, tres negociantes portuguezes, que se dirigiam de Sião para a China, Antonio da Motta, Francisco Zaimoto e Antonio Peixoto, haviam aportado ao archipelago japonez. Um acaso providencial trouxera a Malaca um nobre d'esse paiz, que João de Lucena nos diz chamar-se Anger (nome decerto adulterado). Francisco Xavier exerceu no seu espirito uma verdadeira fascinação. Enlevado na sua magica eloquencia, no prestigio das suas esplendidas virtudes, o joven japonez seguiu Francisco Xavier a Cochim, seguiu-o a Gôa, entrou no seminario, tomou ahi o nome de Paulo de Santa Fé, e inspirou a Francisco Xavier o desejo de ir levar a luz do Christianismo á sua terra natal.

Antes de seguirmos o santo nas suas expedições maravilhosas, forçoso é que lancemos uma vista de olhos para o estado interior do Japão, no tempo a que alli aportava o illustre missionario, para que possamos perceber na sua historia o que aliás ser-nos-ia inexplicavel. Por isso, abandonando os biographos, os quaes, sem exceptuar os modernos, são mais curiosos de accumular os milagres do que de estudar, debaixo do ponto de vista da sciencia, os paizes que os seus biographados percorrem, adoptaremos para guia um collaborador da *Revista dos dois mundos* que representou um papel importante nas ultimas collisões do Japão com a Europa, e que até data da propria Yokohama o artigo de que transcrevemos os seguintes periodos:

«Quando os Europeus, diz o sr. Alfredo Roussin, aportaram no meiado do seculo XVI á ponta meridional do Japão, a soberania pertencia a um personagem que tinha o titulo de imperador, o *dairí* ou *mikado*. O mikado descendia, por uma genealogia bem comprovada de vinte seculos, dos principes que tinham conquistado o paiz sobre as raças primitivas; mas havia já muito tempo que a auctoridade effectiva passára para outras mãos.

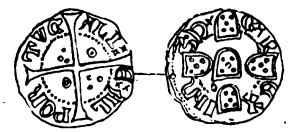
«Os parentes, os filhos dos *dairís*, collocados á testa da administração das provincias, emancipando-se pouco a pouco do poder central, tinham tornado hereditarios nas suas familias governos transformados em possessões territoriaes. Tiveram exercitos, construiram fortalezas, e, ao passo que se declaravam humildes subditos do mikado, entregavam-se, entre si ou contra os logares-tenentes d'elle, a guerras sem fim. Os dezoito grandes *daimios*, designados pela qualificação de *koksis*, que hoje se contam no Japão, são os descendentes directos d'esses principes; a sua genealogia classifica-os em cinco grupos descendentes de mikados que reinaram n'uma antiguidade mais ou menos remota. Para fazerem entrar na obediencia os *daimios* não submettidos, os mikados organizaram exercitos, á testa dos quaes collocaram generaes da sua escolha. Esses generaes não tardaram a dirigir as intrigas da côrte de Kioto [1], levaram as suas familias e os seus partidarios aos mais altos empregos, e disputaram entre si a preeminencia com as armas na mão. Foi assim que, no principio do seculo XVII, duas fami-

[1] Kioto (litteralmente capital); ou Miako, nome da cidade onde residem os mikados.

Digitized by Google

lias poderosas, os Guengui e os Héké, ensanguentaram o Japão com as suas rivalidadas. Estomo, o chefe dos Guengui, foi vencido: sua mulher e seu filho Yoritomo, feitos prisioneiros, foram banidos para a provincia de Idsu. Era então a ultima que do lado do leste estava dividida em territorios e realmente povoada. O joven Guengui, desde a edade de quatorze annos, retomou as armas, e uma serie de guerras felizes o tornou senhor do poder, e de algum modo soberano de facto. E' o heroe legendario do Japão. Yoritomo quiz transmittir aos seus descendentes a grande situação que conquistára. Proclamou-se *shiogun*, isto é, encarregado, em nome do mikado, dos negocios do imperio. Estabeleceu a sua capital e uma côrte brilhante em Kamakoura. N'um valle, a algumas leguas de Yokohama, sobre o golfo de Idsu veem-se hoje ainda grandes templos bem conservados, unicos vestigios que restam d'essa antiga capital. Tres filhos de Yoritomo reinaram em Kamakoura. Depois da morte do terceiro, assassinado no seu palacio, as dissensões recomeçaram até á elevação do *shiogun* Asíkaga. Treze principes da familia d'este ultimo lhe succederam sem interrupção. Os *shioguns*, que guerreavam havia quatrocentos annos para fazerem reconhecer a sua supremacia sobre todo o Japão, não o haviam conseguido ainda, e a guerra civil acabava de se reaccender, com um novo furor, quando chegaram os primeiros Europeus... Os seus progressos, favorecidos talvez por estas perturbações, foram rapidos. Tinham fundado os seus principaes estabelecimentos na ilha Kiusiu e na extremidade oriental de Nipon. Os *daimios* d'estas provincias, os principes de Hizen, de Bungo, de Stzuma, accolheram-n'os com favor. Sabe-se qual foi ao principio o estado florescente d'essas feitorias, e quão rapidamente se desenvolveu a egreja christã do Japão, fundada pelo apostolo Francisco Xavier[1].»

Com estes esclarecimentos perceberemos melhor o que dizem os biographos ácerca d'esses *reis* dos differentes *reinos* do Japão que receberam S. Francisco Xavier, cousa que sobremaneira nos espanta quando nos lembramos de que o Japão não era, como a India, um paiz dividido em differentes estados independentes, mas sim um imperio unico, sujeito a um unico soberano.



Real de 10 soldos de D. João I

Assim, resumindo o que vimos no artigo de M. Roussin, vemos que se illudiram muito a maior parte dos geographos e historiadores antigos e modernos, quando suppozeram que o *mikado* era o soberano espiritual do Japão, ao passo que o *taicoun* vinha a ser o soberano temporal. O *mikado*, soberano legitimo, fôra compellido, pela revolta dos seus vassallos, a ceder o poder ao *schiogun*, poder que se tornou hereditario na sua familia. Este nome de *schiogun* foi substituido pelo de *taicoun*, derivado de um dos mais celebres membros d'essa familia, que se chamou Taico-Sama, e que reinou de 1590 a 1599.

Os reis, em que falam as vidas de S. Francisco Xavier, vinham a ser esses *daimios*, verdadeiros senhores feudaes, que apenas reconheciam a suzerania do *mikado*, e que o proprio *schiogun* a custo reprimia, como a custo reprimia os senhores dos feudos francezes o *maire du palais* dos reis da dynastia merovingia.

Francisco Xavier foi no Japão desembarcar primeiro na cidade de Cangoxima[2], d'onde era natural o seu discipulo Paulo da Santa-Fé. Professava o Japão

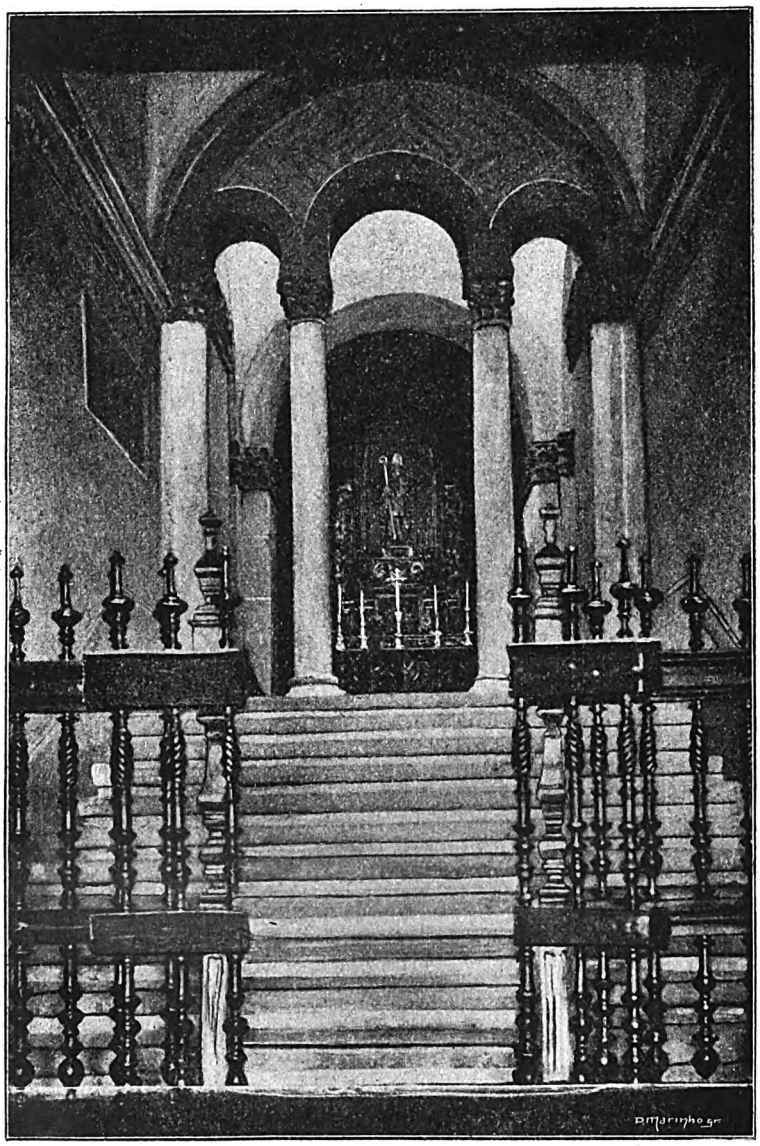
---

[1] Alfredo Roussin, *Une révolution au Japon—La chute du governement du taicoun et les daimios*, art. publicado na *Revue des deux mondes* de 1 de abril de 1869, pag. 674.

[2] Chirosima na provincia d'Aki da ilha de Nipon ?

Digitized by Google

o culto buddhista, e os sacerdotes d'essa religião oppozeram-se muito ás prédicas de Xavier; mas os Japonezes são um povo intelligente, cujo espirito se deixa convencer pelas boas doutrinas quando o exemplo as fortifica; ora, a moral purissima que S. Francisco Xavier prégava tinha ainda maior realce com os actos de virtude por elle praticados. Muitos dos subditos japonezes se converteram, o *daimio* de Satzuma [1], respeitando o nobre caracter d'esse estrangeiro virtuoso, permittira-lhe que elle prégasse na sua provincia. O mesmo fizeram os *daimios* de Nagato [1] e Firandó. Foi menos feliz comtudo na propria capital do Japão, em Miako, onde o *mikado* residia, ou, como quer um dos biographos do santo, porque andasse tudo occupado na côrte do Japão com os preparativos de guerra, movida provavelmente pelos vassallos ao soberano, ou porque n'esse foco politico e religioso do Japão fosse mais tenaz a resistencia ás innovações e ao proselytismo do estrangeiro missionario.



PRIMITIVA CAPELLA DE S. FRUCTUOSO

S. Francisco Xavier percebera comtudo que, se a sua ardente caridade, a doçura das suas palavras produziam nos catechizados o melhor effeito, não succedia o mesmo á humildade de que dava provas com a pobreza do trajo. As populações do Oriente, que só o luxo deslumbra, não podiam deixar de mostrar um certo desprezo por quem se lhes apresentava com a mais evangelica humildade. Por isso o habil apostolo entendeu que devia pôr de parte as inspirações do seu coração, e seguir os conselhos do grande politico seu chefe Ignacio de Loyola, e começou a desenvolver nas ceremonias catholicas toda a pompa de que ellas são susceptiveis, o que déra optimos resultados.

[1] É a Saxuma de Lucena.

[1] É o Naugato a que Lucena se refere.

Digitized by Google

Infelizmente os missionarios que se seguiram a Francisco Xavier entenderam que deviam transformar em regra o que para o santo apostolo fôra apenas excepção, e a religião do humilde Jesus, desfiguraram-n'a de tal fórma, para comprazer com os orgulhosos satrapas do Oriente, que o proprio Papa se indignou com esse desprezo das maximas evangelicas, e que o seu nuncio, cardeal de Tournon, foi encarregado de cohibir por todos os modos estas exorbitancias [1].

No dia 20 de novembro de 1551 despediu-se Francisco Xavier do *daimio* de Bungo, que o accolhêra com benevola hospitalidade, e voltou a Gôa afim de activar o trabalho das suas missões no extremo Oriente. Agora que já semeára no Japão a palavra evangelica, pensava em levar ao vasto e proximo imperio da China o mesmo beneficio.

Em Gôa cuidou dos negocios do seminario, e, tendo obtido auctorização e auxilio do vicerei D. Affonso de Noronha para a nova missão que ia emprehender, partiu para Malaca, onde o capitão, D. Alvaro d'Athayde, homem, como já vimos, de indole irascivel, lhe pôz embargos de todo o modo á viagem, não por causa d'elle propriamente, mas por causa do homem que o acompanhava, e a quem D. Alvaro d'Athayde consagrava um odio entranhado. Pôde partir emfim, e lá foi arribar á ilha de Sancian, que fica fronteira a Cantão; mas, como ao patriarcha hebreu, não lhe foi dado mais do que contemplar de longe a terra promettida. No dia 2 de dezembro de 1552 deu ao Creador a alma celeste e pura: «Morreu, diz um dos seus biographos, resignado inteiramente nas divinas disposições, e cheio de celestiaes consolações pela proxima esperança da eterna gloria, bem que se visse privado de todo o adjutorio humano, e desamparado de todos em uma pobre cabana feita de ramos d'arvores [1].

O papa Paulo V beatificou-o por uma bulla datada de 25 de outubro de 1605, canonizou-o Gregorio XV no dia 12 de março de 1621, mas a bulla só foi publicada pelo seu successor Urbano VIII no dia 6 de agosto de 1623. A 14 de junho de 1670 fixou o papa Clemente X a festa do santo no dia 3 de dezembro, e finalmente no dia 24 de fevereiro de 1747 declarou-o o papa Benedicto XIV padroeiro do Oriente.

FR. GASPAR DO CASAL

[1] Veja-se ácerca d'este facto o magnifico livro d'Edgar Quinet: *Les Jesuites*.

[1] Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento, *Flos sanctorum, ou Santuario doctrinal*, etc., t. 2.º, pag. 797 (Lisboa, 1794.)

Digitized by Google

Todo o Oriente effectivamente o venera, as suas reliquias como que transformam Gôa na cidade sagrada da India para todas as populações christãs do Malabar e de Coromandel, de Ceylão e das Molucas, da China e da Indo-China. Com effeito o seu nobre vulto merece a veneração dos devotos e dos profanos, o seu prestigio como que faz perdoar á Companhia de Jesus os crimes que depois commetteu, os excessos a que a sua ambição a arrastou. No crepusculo da gloria portugueza, gloria bem manchada de sangue, na aurora da gloria jesuitica, gloria bem manchada de torpezas, o vulto de Francisco Xavier surge puro e sem nodoa, como se atravessasse o mundo sem roçar pelos seus tremedaes a fimbria da sua tunica. Por isso, ao passo que o Oriente, de tantos nomes gloriosos que o assombraram apenas conserva dois na memoria, o d'Albuquerque e o de Castro, não esqueceu nunca o nome e o vulto do humilde missionario, que não é illuminado comtudo senão pela doce luz da caridade, e não pelo sangrento lampejar das espadas. É porque o nome do santo que soube consolar, tem echos perpetuos no coração das gerações, emquanto ao dos grandes do mundo succede o que tão bem exprimiu na sua phrase castiça, classica e elegante, o padre João de Lucena, o proprio biographo de S. Francisco Xavier: «Soam, porque montam e valem, em quanto vivos, os grandes; mas a memoria que d'elles fica em acabando, o propheta a comparou ao rasto ou signal que o som no ar deixa depois que passa [1]».

CAPITULO XIII

Os missionarios portuguezes e a sciencia — Importancia scientifica dos descobrimentos portuguezes

Assim, em toda a parte appareciam os missionarios portuguezes, e para esse exercito civilizador o contingente mais forte era dado, digâmos a verdade, pela Companhia de Jesus. Os filhos de Santo Ignacio lá foram ao Japão seguir as pisadas de Francisco Xavier, porém quando subiu ao poder o celebre *schiogun* Taiko-Sama, em 1590, foram do Japão expulsos os Portuguezes, o seu exemplo foi seguido pelos seus successores, e muitos dos christãos que deixáram n'esse vasto archipelago a palavra fecunda dos missionarios foram martyrizados. Duzentos e cinco d'essas victimas da politica dos *taikouns* foram em 1862 beatificados por Pio IX.

A expulsão dos Portuguezes não foi d'esta vez devida a excessos por elles praticados, foi apenas resultado do systema politico inaugurado por Taiko-Sama. «Tres grandes factos caracterizam o seu reinado, diz o já citado M. Soussin, a submissão dos principes, as guerras no continente, na Corêa, e a proscripção em massa dos christãos ou japonezes ou estrangeiros.»

Mas emfim, o primeiro passo fôra dado pelos Portuguezes; entre-descerrára-se uma das portas do mysterioso imperio,

[1] João de Lucena, *Historia da vida do padre Francisco Xavier*, pag. 320 (Lisboa, 1600).

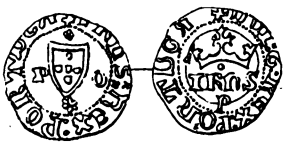
Digitized by Google

e a luz entrára n'elle, e a Europa aos missionarios e aos seus aventurosos seguidores devêra as primeiras noções que tivera ácerca d'esse archipelago curioso. Fernão Mendes Pinto, que ainda hoje muitos escriptores consideram como mentiroso, quando pelo contrario todos os viajantes modernos confirmam as suas asserções, e os biographos de S. Francisco Xavier disseram á Europa o que era na realidade o fabulado Cipango de Marco Polo.

A China, que Francisco Xavier não podera visitar, não tardou a ser explorada por outros missionarios jesuitas. A Portugal tambem deve a Europa as primeiras noções positivas, que teve ácerca d'esse vasto imperio, que Marco Polo designava com o nome de Cathay. O proprio nome de «China» foram os Portuguezes que lh'o deram.

«Marco Polo, diz n'um volume que publicou em francez o escriptor hespanhol D. Sinibaldo de Mas que foi embaixador da Hespanha em Pekin, Marco Polo e o bispo Monte-Corvino e todos os missionarios que tinham passado pelo paiz dos Tartaros-Mongoes para irem á China, davam a este imperio o nome de *Cathay* e a Pekin o de *Kanbalik*. isto é *residencia do Kan*. Quando os Portuguezes chegaram a Macau e a Cantão, chamaram a todo o paiz China, e á sua capital *Pekin*, que em portuguez quer dizer *capital* ou *côrte do norte*, da mesma fórma que Nankin significa *capital do sul*. Emquanto á palavra *China* não se sabe exactamente a origem d'ella; porque os proprios Chinezes ignoram esta denominação. Não é aqui o logar proprio para reproduzirmos todas as conjecturas que se fizeram a esse respeito; mas apresentarei uma, porque é minha, e porque ninguem pensou n'ella. Ha na costa septemtrional do imperio um grande porto com uma cidade, capital da vasta e populosa provincia de Chantung. Quando os Chinezes pronunciam o nome d'esta cidade que se chama *China-Fu*, fazem ouvir exactamente a palavra *China* como os Portuguezes a pronunciam [1].»

Façâmos notar ainda que a palavra *mandarim*, que em todas as linguas da Europa designa as auctoridades chinezas, vem do verbo portuguez *mandar*.



Real de 10 soldos, de D. João I

Vinte e oito annos depois da mallograda expedição de Francisco Xavier, dois outros Jesuitas da provincia de Portugal, posto que estrangeiros de nascimento, Miguel Rogero e Matheus Ricci, conseguiram penetrar no interior da China, foram mesmo até Pekin, e ahi Matheus Ricci, que era habil musico e habil geographo, conseguiu captar as sympathias do imperador, e, estabelecendo-se definitivamente na capital da China, abrir o caminho a outras missões e conquistar esse vasto imperio para a sciencia e para a religião.

Ora, n'esta epocha ainda se não sabia positivamente se a China, aonde primeiro aportara em 1516 o navio portuguez de Raphael Perestrello, onde os Portuguezes se haviam estabelecido, era ou não o Cathay de Marco Polo, se essa Pekin aonde primeiro fôra o embaixador portuguez Thomé Pires, onde se estabelecera depois o Jesuita Matheus Ricci, era o Kanbalik do viajante veneziano.

Devorados de tanto ardor pela sciencia como pelo proselytismo christão, os Jesuitas quizeram resolver o problema. Uma expedição de missionarios partiu do Indostão, atravessou o Afghanistan, foi-se collocar no caminho que outr'ora tinha sido seguido por Marco Polo e pelos missionarios romanos, continuou depois acompanhando, o mais fielmente que

---

[1] D. Sinibaldo de Mas. *L'Angleterre, la Chine et l'Inde,»* pag. 164. (Paris, 1858.)

Digitized by Google

pôde, o antigo itinerario. Quando chegaram ao Cathay... não havia que duvidar, estavam na China dos Portuguezes. Não contente com isso, o padre Goes, que era o unico sobrevivente da expedição, enviou um emissario pelo caminho de Kanbalik; o emissario chegou a Pekin, e voltou trazendo uma resposta enthusiastica de Matheus Ricci. Estava resolvido o problema: o padre Goes podia morrer em paz, e effectivamente succumbiu d'ahi a pouco tempo ás fadigas da viagem.

«Fica-se cheio de admiração, diz D. Sinibaldo de Mas, perante a audacia e a perseverança d'estes missionarios, e é incontestavel que, além dos resultados religiosos, prestaram immensos serviços á sciencia e á civilização[1].»

E comtudo não era só a fadiga das viagens, a influencia deleteria de estranhos climas que os missionarios tinham a temer, era tambem o odio dos indigenas, a desconfiança e a perseguição do governo imperial, que imaginava que o fim religioso e scientifico dos missionarios era apenas um pretexto para occultar fins politicos. «Desde a origem, diz um escriptor francez, estiveram persuadidos os mandarins de que o fim muito positivo dos Europeus que iam á China era apoderarem-se do paiz[2].»

Este padre Goes é celebre na historia da geographia, não só por ter concorrido para a resolução d'este problema de saber se a China dos Portuguezes corresponde ao Cathay de Marco Polo, mas tambem por haver visitado e explorado a Tartaria chineza, paiz ingrato que afugenta os viajantes. «Na extremidade oriental do Turkestan, diz um escriptor francez, acha-se um paiz ácerca do qual a Europa possuia até aqui bem poucas informações exactas. Desde Marco Polo e o *Jesuita Goes* um só viajante ousara aventurar-se n'essas regiões inhospitas; fôra o desgraçado Adolpho Schlagintweit, que pagou com a vida a sua audaciosa empresa. Este exemplo não desanimou o zêlo dos exploradores, e, graças aos trabalhos de um official russo, M. Valikhanof, possuimos agora dados preciosos ácerca da historia e da situação politica da Tartaria chineza[1]». Assim esse paiz, durante o espaço de cinco seculos, apenas quatro viajantes europeus o visitam: pois um d'elles é Portuguez. Estas glorias é que os estrangeiros não conseguem apagal-as, e, por mais que nos desprezem ao traçarem o quadro geral da civilização, quando entram em particularidades, ao citarem cada raio de luz que illumina as trevas de um paiz ignorado, teem ao mesmo tempo de citar um nome portuguez.

Este orgulho podêmos nós sentir a cada instante, percorrendo os livros estrangeiros que se occupam do Oriente. Na Indo-China, além de Sião, Pegu, Arakan, reinos com que estavamos em relações constantes, tambem até ao reino de Cambodge extendemos as nossas explorações e nossa influencia. «No meiado do seculo XVI vieram Portuguezes fixar-se n'este paiz, onde se reconhecem ainda nos seus descendentes alguns caracteristicos da sua raça; tinham deixado memorias, que seriam, pelo menos para a historia d'essa epocha, uma fonte preciosa de informações; os Siamezes destruiram-n'as. A' sua chegada a este paiz, os Portuguezes pediram ao rei um canto de terra. Este permittiu-lhes que determinassem elles mesmos o espaço de que precisavam. Declararam humildemente que o queriam do tamanho da

[1] D. Sinibaldo de Mas, *L'Angleterre, la Chine et l'Inde*, pag. 165.

[2] Abbade Huc, *Le christianisme en Chine*, tom. II, pag. 82.

[1] Emile Juoveaux, *Les Russes dans l'Asie centrale, leurs conquêtes sur la rive du Syr et de l'Amou-Daria*, art. publ. na *Revue des Deux Mondes*, de 15 de fevereiro de 1867, pag. 972.

Digitized by Google

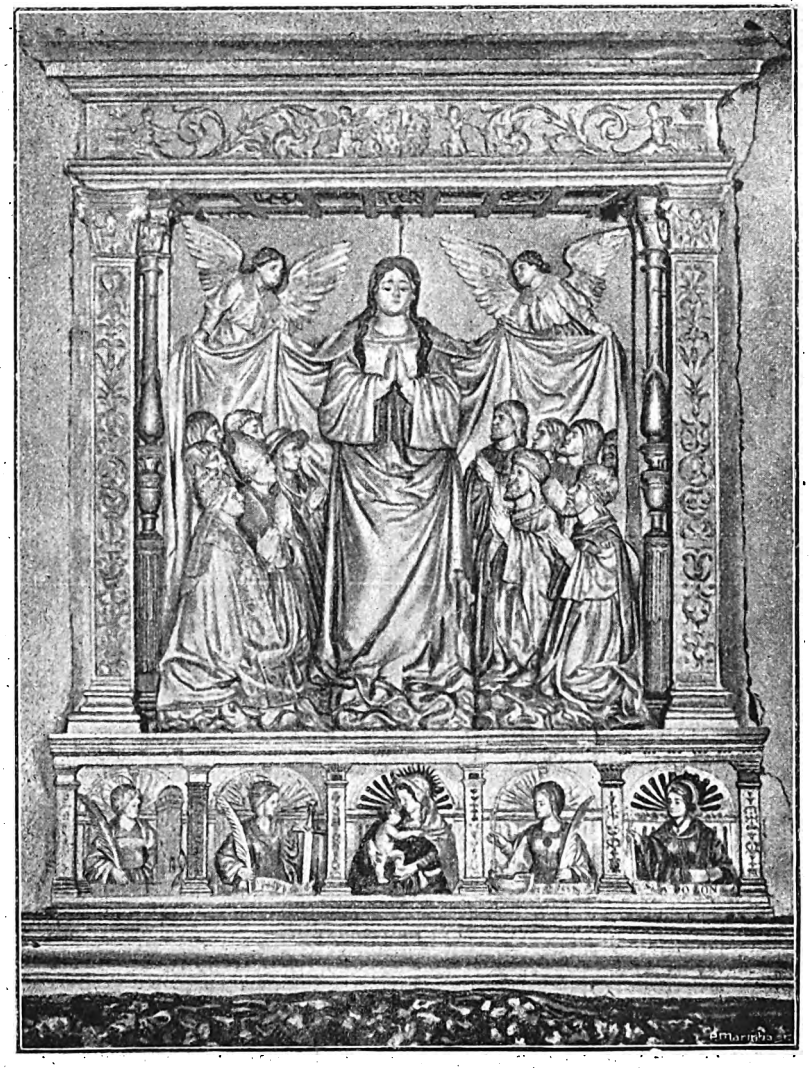
pelle de um bufalo, depois, renovando o estratagema dos companheiros de Dido, apropriaram-se de um consideravel territorio. Desde esse dia, os Cambodgianos costumam dizer d'um christão, que pertence á aldeia da pelle que se estende» [1].

N'esses sitios remotos do Oriente os viajantes a quem não occorre nunca na Europa a idéa de Portugal, vêem de subito levantar-se deante d'elles, com uma grandeza que os maravilha, a imagem d'esta nação heroica e dos seus mais sublimes filhos.

«A' vista do Mé-Kong, escreve M. de Carné, a imagem de Camões, que n'estas paragens compoz a sua paraphrase do psalmo *Super flumina Babylonis*, atravessou-me o espirito; partilhei as tristezas do grande exilado, temperadas pelas suas esperanças virís, e senti-me fortificado por esta lembrança evocada subitamente» [2].

O reino de Cambodge de todos os da Indo-China era o menos conhecido, e os Francezes, que ultimamente se estabeleceram nas suas visinhanças, depois da sua expedição da Cochinchina, exploraram muitas provincias d'esse reino quasi completamente ignoradas: mas em toda a parte encontraram vestigios de exploradores portuguezes que os haviam precedido.

Uma d'essas provincias era o Laos, que em 1866 uma expedição franceza percorria com grande espanto dos indigenas, que nunca alli tinham visto Europeus. Pois bem, trezentos annos antes da aventurosa expedição dos Francezes da Cochinchina, haviam os Portuguezes visitado essa região ignorada; expulsos do Japão, alli se tinham ido refugiar os missionarios, e um d'elles, Christovam Jacques, deixou informações curiosas



ALTAR DA CAPELLA DE VARZIELLA, CANTANHEDE (SECULO XVI)

[1] L. M. de Carné, *Le royaume du Cambodge et l'établissement du protetorat français*, artigo publicado na *Revue des deux mondes*, de 15 de fevereiro de 1869, pag. 859.

[2] Carné, *Le royaume du Cambodge*, etc. *Revue des deux mondes* de 15 de fevereiro de 1869 pag. 856.

Digitized by Google

ácerca d'esse paiz incognito, informações que o moderno viajante M. de Carné poude citar. Foi elle que recommendou á admiração da posteridade as magnificas ruinas do templo d'Angcor. M. de Carné, ao dar conta da sua viagem a essas esplendidas reliquias da antiga arte oriental, não se póde eximir a designal-as como «já assignaladas pelos Portuguezes no fim do seculo XVI e sepultadas até estes ultimos annos n'um esquecimento immerecido» [1].

Ainda que occupado especialmente com a conquista do Indostão, não esqueciam os governadores da India as expedições puramente scientificas e de isso dão testemunho as Comores minuciosamente exploradas, e ainda em 1613 a viagem de Paulo Rodrigues da Costa á celebre ilha de S. Lourenço ou Madagascar. Offerece-se-nos agora ensejo para registarmos mais uma gloria que nos pertence, e que o incansavel M. Major para nós reivindica.

E' essa gloria a do descobrimento da Australia.

Em 1613 effectivamente o vice-rei da India, D. Jeronymo de Azevedo, expediu para Madagascar ou ilha de S. Lourenço, como então se chamava, um navio commandado por Paulo Rodrigues da Costa, levando este a missão expressa de estudar scientificamente a ilha «para o informar, diz Barbosa Machado, do sitio da ilha de S. Lourenço, costumes dos seus habitadores, e se ainda se conservavam alguns vestigios dos Portuguezes que pizaram as suas praias [2].» Paulo Rodrigues da Costa partiu no fim de abril de 1613, a bordo de um navio chamado *Nossa Senhora da Esperança*, de que era mestre Antonio Gonçalves Louzada, e piloto Antonio Rodrigues Pessoa. Visitou Paulo Rodrigues da Costa minuciosamente a ilha, e com o que viu e estudou compoz uma obra intitulada *Relação da jornada e descobrimento que o vice-rei D. Jeronymo de Azevedo mandou fazer da ilha de S. Lourenço*, que existia manuscripta na livraria do marquez de Abrantes, no tempo de Barbosa Machado, e que provavelmente se perdeu, porque, ao passo que gemiam os prélos com as obras mais insignificantes e ineptas, obras como esta, que attestariam a gloria de que os estrangeiros a cada instante pretendem privar-nos, não encontravam nunca quem as imprimisse e publicasse.

D'essa empreza de Paulo Rodrigues da Costa apenas resta a larga memoria feita por Faria e Sousa, na sua *Asia Portugueza* da viagem d'este explorador. Depois d'elle, e depois dos missionarios, nada mais se fez, e os conhecimentos que havia na Europa ácerca do interior de Madagascar, como prova um mappa publicado no fim da obra do sr. de Laverdant, sendo incompletissimos, attestavam que, depois de Paulo Rodrigues da Costa no principio do seculo XVII, e antes de mr. de Flacourt no seculo XIX, ninguem mais se occupára no estudo e na exploração d'aquella riquissima ilha.

Em 1544 e em 1546 foi Lourenço Marques explorar a bahia que tomou o seu nome, porque não foi elle que a descobriu, como muitos suppõem, foi elle que a explorou scientifica e pausadamente [1]. Comtudo essas duas explorações, n'uma das quaes Lourenço Marques foi acompanhado por Antonio Caldeira, tinham um fim até certo ponto commercial; o que teve porém um fim exclusivamente scientifico foi a viagem

---

[1] Carné, *Exploration de Mêkong—I—Les Ruines d'Angcor et les rapides de Khon*, art. publ. na *Revue des deux mondes* de 1 de março de 1869, pag. 178. Este moço e intelligentissimo official francez morreu pouco depois de o termos citado na 1.ª edição da nossa *Historia*.

[2] Bibliotheca Lusitana, tom. IiI, pag. 533. (Lisboa, 1752.)

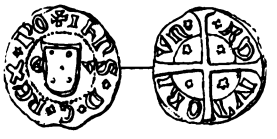
[1] Visconde de Paiva Manso, *Memorias sobre Lourenço Marques*. (Lisboa, 1871.)

Digitized by Google

hydrographica emprehendida por Manuel de Mesquita Perestrello, no tempo de D. Sebastião, por ordem expressa do governo, e com o fim tambem expresso de fazer o levantamento hydrographico de toda a costa. Barbosa Machado dando conta da sua obra *Roteiro do cabo da Boa Esperança até o das Correntes,* que tambem ficou manuscripto (!) [1] diz o seguinte: «Dedicado a el-rei D. Sebastião por cuja ordem o escreveu. Para ser feito com todo o exame saiu de Moçambique a 22 de novembro de 1575, para onde voltou a 13 de março de 1576, consumindo todo este tempo nas demarcações que pessoalmente andou fazendo [2].»

Para se vêr porém o prejuizo immenso que nos resulta do descuido com que deixamos correr as nossas coisas, a ponto, como dissemos, de duas obras tão importantes como a de Paulo Rodrigues da Costa e Manuel de Mesquita Perestrello ficarem manuscriptas, basta dizer-se que, apezar d'essa exploração detida feita em 1544 e 1546 por Lourenço Marques, em 1576 por Mesquita Perestrello, e ainda em 1598 por Aleixo da Motta, apezar de ser tanto o commercio que alli faziamos, que a ilha de Unhaca ou de Yniac se chamava dos Portuguezes pelos muitos que alli se estabeleciam na epocha do negocio do marfim [3], apezar de ter sido aquelle territorio percorrido immensas vezes pelas tripulações de navios nossos que n'aquellas costas naufragavam, ainda n'esse seculo os viajantes inglezes Conie e Green tiveram pretensões a serem os primeiros que haviam percorrido esse territorio, saindo do Cabo da Boa Esperança [1].

Pois, se todos os documentos que attestam a nossa prioridade estão manuscriptos, quando não estão perdidos, se ainda hoje só muito superficialmente se conhece o Pedro Mascarenhas que deu o seu nome ás ilhas importantes que depois se denominaram Mauricia e Bourbon, etc., e que foram encontradas por elle no meiado do seculo XVI, se egualmente poucas noticias se teem d'esse Diogo Rodrigues que deu o seu nome a uma d'essas mesmas Mascarenhas, que ainda o conserva, como queremos nós que os outros conheçam as nossas glorias, quando somos os primeiros a ignoral-as?



Real de 10 soldos, de D. João I

Pois, apesar d'isso, ainda ha alguns estrangeiros que se nos substituem no papel que nós deviamos desempenhar, e que reivindicam para nós glorias que somos os primeiros a deixar jacentes. Um d'esses estrangeiros, a quem debaixo d'esse ponto de vista mais altos serviços devemos é de certo mr. Major. A esse illustre inglez devemos, além de outras, a reivindicação de uma gloria que, se não é absolutamente authentica, pelo menos tem a seu favor bastantes probabilidades—a do primeiro descobrimento da Australia feito pelos Portuguezes.

Suppozera-se até agora que o primeiro navio europeu que aportára á Australia fôra um hiate hollandez, *Duyfhen*, que

[1] Ao menos aproveitou-se do seu trabalho Manuel Pimentel, inserindo-o no seu livro.

[2] Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, t. III, pag. 312. (Lisboa, 1752.) O mesmo facto é referido tambem pelo visconde de Paiva Manso na obra já citada, escripta para attestar o direito que tinhamos a Lourenço Marques, direito que a Inglaterra nos negava na questão que foi resolvida a nosso favor a 24 de junho de 1875 pelo presidente da republica franceza, Mac-Mahon.

[3] Augusto Castilho, *Lourenço Marques*, conferencia feita na Sociedade de Geographia a 14 d'abril de 1880. (Lisboa, 1880.)

[1] *Diccionario Popular*, tom. VII, pag. 286 (Lisboa, 1880.) Art. *Lourenço Marques*, escripto pelo auctor d'esta *Historia de Portugal*, que consultou para esse estudo a *Memoria sobre Lourenço Marques* e a *Questão entre Portugal e a Grã-Bretanha sujeita á arbitragem do presidente da republica franceza*, obras que são ambas do visconde de Paiva Manso.

Digitized by Google

alli foi ter no dia 18 de novembro de 1605; e a gloria principal da exploração era attribuida a Cook ou a Dampier. Mas M. Major, sem se deixar cegar pelo preconceito nacional, e tendo só em vista o amor e o culto da verdade, não hesitou em reconhecer que não era nem

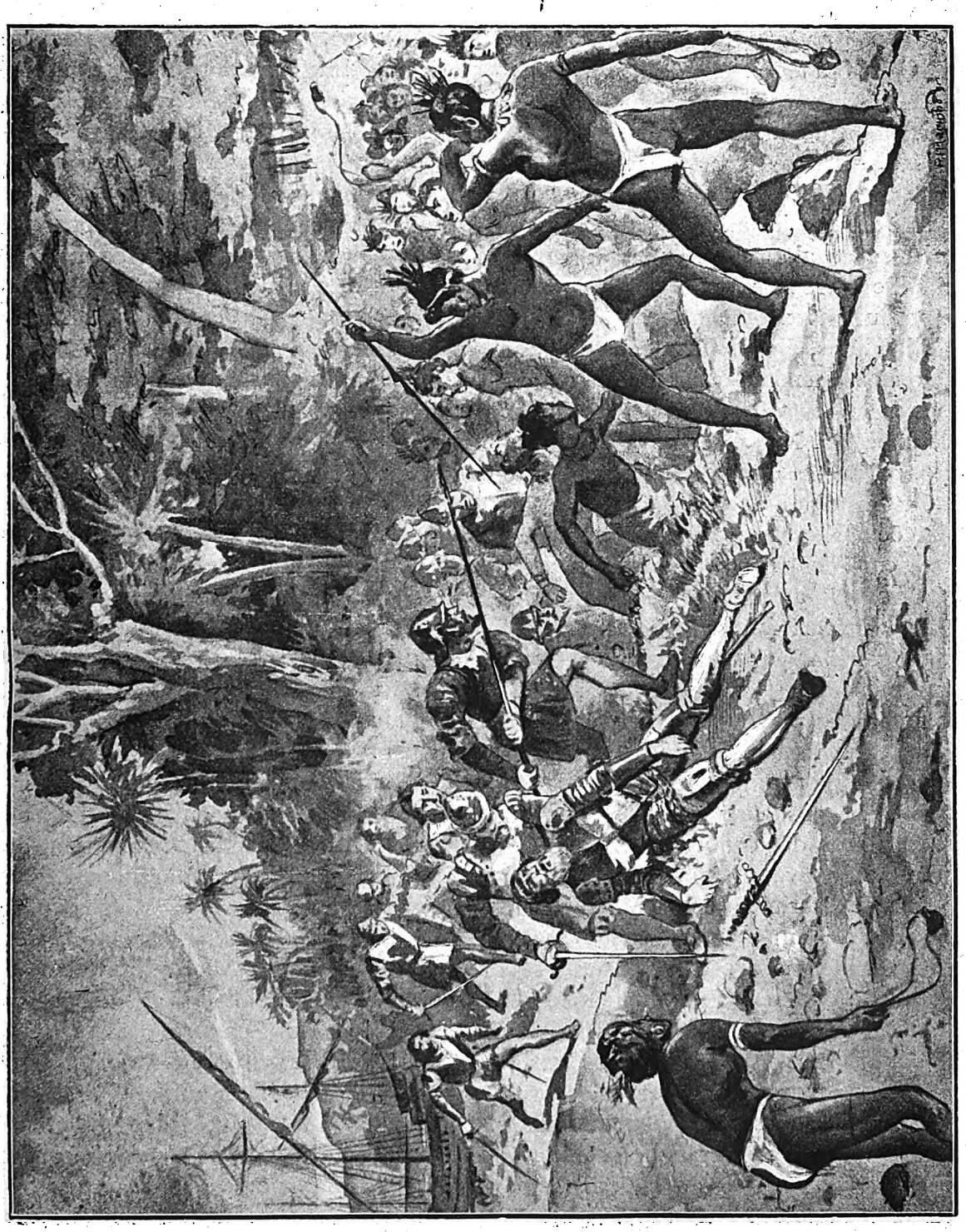
PORTICO DA SACRISTIA DA MISERICORDIA, NAS CALDAS DA RAINHA

aos Inglezes nem aos Hollandezes que essa gloria competia, pois que apparecia no museu britannico um mappa do seculo XVII em que, no sitio onde figura a Australia, apparecia uma terra denominada Nuça Antara, cujo descobrimento o cosmographo attribue a Manuel Godinho de Heredia, que por ordem do vice-rei Ayres de Saldanha, fôra em 1601 descobrir terras para o sul, e encontrára e explorára esse grande continente. Mas, n'um outro mappa, ainda mais antigo, pois que remonta pelo menos a 1542, apparece mais vagamente desenhada uma terra apontada com o nome de Jave-la-Grande, situada tambem na latitude e na longitude da Australia, d'onde o sabio inglez deduz, por uma série de raciocinios que não podêmos transcrever, mas em que se revela a sua logica habitual, que a Australia foi visitada, nos primeiros annos do seculo XVI, por aquelles Portuguezes que Affonso d'Albuquerque enviou de Malaca, debaixo das ordens de Antonio de Abreu, Francisco de Abreu e Francisco Serrão, a explorarem as ilhas do oceano austral. Visitada então apenas de passagem, foi com mais cuidado, suppunha então o sr. Major, reconhecida em 1601 por Manuel Godinho de Heredia, um dos mais sabios cosmographos do seu tempo; mas a nossa decadencia começou a precipitar-se, os Hollandezes esbulhavam-nos das nossas conquistas, do imperio dos mares e até da gloria das navegações; o reconhecimento da Australia passou despercebido para a Europa, que já nos não prestava attenção, e que tinha os olhos fitos na Hollanda, e foi só quando um hiate hollandez atracou á Australia que se reconheceu definitivamente que mais um immenso continente se juntava ao globo conhecido[1].

Depois de publicada a primeira edição d'esta obra appareceram comtudo dois folhetos de M. Major, em que o illustre sabio inglez destróe as suas affirmações antigas, para attribuir não já a Portuguezes mas a Francezes, provavelmente Provençaes, a primeira desco-

[1] Véja-se Major, *Life of the prince Henry*, de pag. 449 usque ad finem.

Digitized by Google



MORTE DE FERNÃO DE MAGALHÃES

Digitized by Google

berta da Australia, e para vibrar a Manuel Godinho Heredia a accusação de falsario.

N'essas novas affirmações de Major, feitas com a lealdade que sempre o caracteriza, temos de distinguir duas partes perfeitamente diversas; a primeira é a que tracta mais especialmente da falsificação de Heredia, e essa reputamol-a perfeitamente justa. Heredia quiz apropriar-se de glorias que lhe não pertenciam, e a prova é que no seu mappa se reproduzem exactamente os erros dos Hollandezes, alguns dos quaes lhe teria sido facil emendar, se elle tivesse conhecimento directo da terra que dizia haver descoberto[1]. Não nos surprehende o facto, porque esse seculo XVII é em Portugal e em toda a parte o seculo das falsificações historicas; havia eschola d'essa arte em Alcobaça, e os Francezes não nos ficavam atraz, como o prova o seu Villaut de Bellefonds. A outra parte porém, aquella que tem por fim mostrar que não foram Portuguezes os que primeiro aportaram á Australia, mas sim Francezes, essa parece-nos, sem sombras de amor proprio nacional, que se não póde considerar egualmente justificada. Uma das principaes razões em que se firmava Major para nos attribuir o descobrimento da Australia foi o encontrar n'um mappa francez do seculo XVI a demarcação das costas d'esse paiz feita com os nomes evidentemente portuguezes, posto que adulterados. E' impossivel, dizia Major, que os Francezes, se fossem elles os descobridores, não pozessem os nomes da sua lingua, e fossem buscar á lingua portugueza as designações que haviam de dar ás terras e ás enseadas.

E o que diz elle agora? Procura na velha lingua provençal nomes que se pareçam com esses nomes portuguezes, e declara que foram Provençaes os descobridores[1]! Ora é realmente estranho que só este caso se désse com a Australia, que tantos marinheiros provençaes percorressem os mares, sem que por isso appareçam nas cartas nomes da velha lingua provençal, e que isso appareça unica e exclusivamente no mappa que tem de ser a prova unica de um descobrimento francez. Pois não seria difficil demonstrar que os nomes que Major suppunha primeiro que eram «de um portuguez agallegado», e por conseguinte adulterado, eram simplesmente do portuguez do seculo XVI. O que parece pois concluir-se dos novos estudos do sr. Major é que não foi Heredia, mas sim o capitão hollandez do *Duyfhen* que descobriu *authenticamente* a Australia, mas que, se, antes d'elle, alguns navegadores aportaram a essa immensa região, esses navegadores foram sem duvida alguma Portuguezes. Citemos ainda alguns factos que o comprovam.

Nos fins de 1511 Affonso d'Albuquerque organizou uma pequena esquadra de tres navios, commandada por Antonio de Abreu, e tripulada por duzentos e vinte homens, para ir ás ilhas Molucas e ás ilhas de Banda. Commandavam os tres navios Antonio de Abreu, Francisco de Abreu e Francisco Serrão. Navegaram elles ao longo de Sumatra, passaram por deante de Java, visitaram Anjoam, Simbala, Solor, Galam, Mauloa, Vitara, Rosolanguim, Arons, percorreram emfim mais de 500 leguas, até que voltaram a Buro e Amboino, e, depois de atacarem Guli-Guli, queimaram um dos na-

[1] *Factos supplementares para a historia do descobrimento da Australia, de 1568 a 1586*, folheto cuja traducção foi publicada em appendice á traducção da *Vida do infante D. Henrique*, de Major, pelo sr. José Antonio Ferreira Brandão (Lisboa, 1876).

[1] Major, *Mais factos relativos ao descobrimento primitivo da Australia com observações supplementares ácerca do mesmo assumpto*, pag. 565 da traducção portugueza da *Vida do infante D. Henrique*, appendice

Digitized by Google

vios por ser muito velho, desembarcaram em Banda, tomaram uma carregação de noz moscada e de cravo, e em 1512 voltaram para Malaca. Francisco Serrão perdeu-se n'uns recifes e viu-se obrigado a voltar a Mindanao com uns poucos de naufragos, que ficaram n'essa ilha sete ou oito annos.

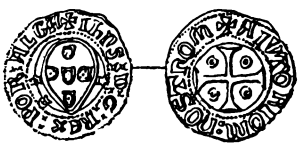
Pois se os navegadores portuguezes percorriam o mar do Sul em 1511, e, se não chegavam á Australia, chegavam pelo menos com toda a certeza a paizes muito proximos d'essa vasta região, se ao mesmo tempo apparece n'um mappa de 1542 noticia da Australia com designações portuguezas, não é muito mais provavel que fossem Portuguezes que tivessem aportado á Australia, do que fossem Francezes que n'uma navegação de acaso, e isolada, fossem logo ter a essa remota região, e a reconhecessem e estudassem, dando-se a coincidencia singular de lhe porem nomes da velha lingua provençal, parece que só para os geographos vindouros os tomarem por nomes portuguezes?

Evidentemente a primeira opinião do sr. Major, baseada em argumento similhante ao nosso, é muito mais rasoavel do que a segunda.

O Japão era tambem visitado primeiramente pelos Portuguezes. Fernão Mendes Pinto, que percorrera a China como prisioneiro de guerra, porque fazia parte da famosa esquadra com que Antonio de Faria assolou os mares do extremo Oriente, e n'um dos recontros cahira prisioneiro dos Chins, aportara ao Japão, com os seus dois companheiros Diogo Zeimoto e Christovam Borralho, no mesmo anno de 1542 em que por outro lado Antonio da Motta, Francisco Zeimoto e Antonio Peixoto aportaram tambem a esse quasi desconhecido paiz.

«Fernão Mendes, diz o auctor d'esta *Historia* no artigo que ao celebre viajante consagra no *Diccionario Popular*, foi quem primeiro trouxe informações d'esse paiz, e foi elle incontestavelmente o primeiro europeu que alli aportou, pelo menos depois de Marco Polo, se Marco Polo effectivamente alli foi» [1].

Em seguida Francisco Xavier e os jesuitas seus successores percorreram, exploraram e estudaram minuciosamente o Japão, como dissemos. O auctor d'esta *Historia de Portugal* teve ensejo de se encontrar com o embaixador japonez nas côrtes occidentaes da Europa, em casa do ministro de França, o sr. Paulo de Laboulaye. Conversou largamente com um intelligente addido de embaixada, que fôra educado em Paris, e falava o francez com extrema correcção. Com alegre surpreza viu que muitas palavras da lingua japoneza eram evidentemente de origem portugueza. «A isto, disse-lhe o addido, que ignorava absolutamente o portuguez, pegando n'um copo que tinha junto de si, chamamos em japonez *copo*.» A palavra portugueza, como se vê, conservava-se intacta!



Real de 10 soldos de D. João I

Sempre que uma lingua acceita de outra um certo numero de vocabulos que designem objectos de uso commum, prova esse facto a acção profunda que a civilização do povo, a cujo idioma esses vocabulos pertencem, exerceu no povo que os recebeu.

A nossa acção na civilização japoneza foi notavel. Em Nangasaki tivemos um estabelecimento permanente, como o que temos agora em Macau, o que nunca outros povos conseguiram.

A China tambem era explorada pelos nossos, como já dissemos no artigo em que nos referimos a Macau. Antes dos missionarios esteve Thomé Pires, como embaixador de D. Manuel, na China, e

[1] *Diccionario Popular*, t. IX, pag. 389 (Lisboa, 1881).

Digitized by Google

como o imperador o não deixasse sahir, estudou minuciosamente esse paiz.

«No tempo do governador D. Duarte de Menezes, escreve o auctor d'esta *Historia* no artigo que a Thomé Pires consagrou no *Diccionario Popular*, enviara ao governador um livro, em que se tractava de muitas cousas curiosas da China. Esta versão *(de que Thomé Pires não morrera em 1522, como quer João de Barros)* é indirectamente confirmada por Fernão Mendes Pinto, que assevera ter mostrado aos Chins uma mulher christã, chamada Ignez de Leiria, que lhe disse ser filha de Thomé Pires, que, depois de solto, casara com uma mulher chineza, e vivera em grande abastança. Se nos lembrarmos de que Thomé Pires era de Leiria, o que decerto Fernão Mendes Pinto ignorava, e que a filha de Thomé Pires que encontrara se chamava Ignez de Leiria, se nos lembrarmos do testemunho de Gaspar Correia, que não pôde lêr as *Peregrinações*, assim como Fernão Mendes não poderia lêr as *Lendas*, havemos de confessar que tem a versão muitas probabilidades»[1].

Era pois Fernão Mendes Pinto o primeiro a aportar ao Japão, e a descrever esse paiz; era Thomé Pires o primeiro a penetrar na China e a descrever tambem as cousas d'esse imperio n'um livro que infelizmente se perdeu. Era o padre Goes o primeiro que atravessava a Tartaria; outro Portuguez tambem — o padre Antonio de Andrade—era o primeiro que penetrava no Thibet. Nascera em Oleiros este intrépido jesuita; fôra nomeado chefe da missão na côrte de Grão Mogol —; constando-lhe que no Thibet havia vestigios de christianismo, vestiu-se de Mogol e partiu para essa região desconhecida, onde foi bem accolhido, e onde pôde até edificar uma egreja de Nossa Senhora; ainda lá voltou em 1625, e d'essas duas viagens e do que viu e observou deu conta larga no *Novo descobrimento do Grão Cathay ou das ruinas do Thibet*, que foi traduzido em hespanhol por Luiz Sanches, em italiano por Francisco Corbelletti e Egidio Longo, em polaco por Frederico Szembeck, em flamengo por Jacob Dyck. A sua segunda viagem conta-a elle n'uma carta que sahiu tambem na *Imagem da Virtude*, carta que foi traduzida em italiano pelo mesmo Francisco Corbelletti que traduziu outras narrativas, e em francez por um anonymo, que deu ao livro o titulo seguinte: *Histoire de ce qui s'est passé au royaume du Tibet en l'année de 1626*. Esta traducção foi publicada em 1627 pelo livreiro Sébastien Cramoisy[1].

Da exploração da Abyssinia e da descoberta dos lagos centraes da Africa pelos jesuitas portuguezes nos fins do seculo XVI já démos conta no capitulo em que nos referimos ás nossas relações com a Abyssinia.

Este movimento scientifico, este ardor tanto pela propagação da fé como pelo desenvolvimento da civilização, não podia ser infecundo, não só para a geographia como tambem para as outras sciencias.

Citaremos d'aqui a pouco os serviços prestados pelos Portuguezes ás sciencias philologicas e ethnographicas, mas não devemos esquecer os que tambem prestou ás sciencias naturaes um dos nossos mais celebres compatriotas, Garcia da Horta.

Este illustre medico portuguez nasceu em Elvas nos fins do seculo XV, formou-se em medicina pelas universidades de Alcalá e de Salamanca, foi lente de philosophia na universidade de Lisboa, e partiu para a India, como physico d'elrei em 1534.

---

[1] *Diccionario Popular*, t. I, pag. 401 (Lisboa, 1881).

[1] *Bibliotheca Lusitana*, tomo I, pag. 203 (Lisboa, 1731).

Digitized by Google

Na India estudou com affinco a botanica d'essa região, principalmente debaixo do ponto de vista medicinal, e o resultado dos seus estudos publicou-o n'um livro impresso em Gôa, e que se intitula *Colloquio dos simples e drogas e coisas medicinaes da India, etc.* Na India morreu tambem em edade bastante adeantada.

Esta obra foi muito apreciada na Europa e traduzida com louvor em varias linguas. Deve com ella Portugal gloriar-se, porque prova que nem todos os nossos antepassados iam á Asia levados ou pela cubiça ou pelo fanatismo, mas que tambem o amor da sciencia para lá impellia muitos, que conquistavam para a civilização a terra que as nossas armas assolavam. O esquecimento, a que a Europa votou as nossas glorias, tambem prejudicou a fama de Garcia da Horta, no seu tempo universalmente reconhecida. Foram olvidados os serviços que este medico illustre prestou á flora indiana, e tornou-se necessario que no congresso scientifico celebrado em 1867 em Constantinopla, um nosso compatriota illustre reivindicasse para Garcia da Horta a gloria de ter sido o primeiro a estudar o *cholera asiatico*, de que o defraudára um medico hollandez, Bontius, que no seculo XVII o voltou a estudar[1].

O sr. conde de Ficalho, distinctissimo lente de botanica na Escola Polytechnica de Lisboa, emprehendeu um trabalho que desejaremos bem que elle leve ao termo, porque é o mais importante que póde fazer-se debaixo do ponto de vista historico moderno, e que só um especialista como elle póde fazer com auctoridade e competencia: esse trabalho consiste n'uma serie de memorias sobre a influencia dos descobrimentos dos Portuguezes no conhecimento das plantas. Por ora está só publicada a monographia relativa á malagueta; essa mesma porém, já nos dá um exemplo frisante do modo como os Portuguezes procediam nas suas descobertas, e dos altos serviços que el-

LOPO VAZ DE SAMPAIO, IX GOVERNADOR DA INDIA

les prestavam á sciencia. Era a malagueta uma especiaria conhecida na Europa e muito apreciada, mas ignorava-se absolutamente onde nascia e de que modo era produzida, porque vinha da Africa em fórma de pequenos grãos, a que os Italianos chamavam grãos do Paraizo, pelo muito que os apreciavam e pelo mysterio em que se envolvia a sua origem. O inglez Daniell, n'um artigo publicado no *Pharmaceutical Journal* e citado pelo sr. conde de Ficalho, affirma que só em 1573 o mundo sabio teve conhecimento do modo como a malagueta vinha aos

[1] O dr. Bernardino Antonio Gomes, representante de Portugal no congresso sanitario celebrado em Constantinopla. Veja-se o seu relatorio publicado em Lisboa em 1867.

Digitized by Google

mercados europeus pelas informações de Marmol. Ora, como já 21 annos antes as *Decadas* de João de Barros o tinham dito a quem as soubesse e quizesse lêr, resulta d'ahi a prova evidente de que ninguem, antes dos nossos, tinha conhecimento certo da origem da malagueta, como ninguem antes dos nossos descobridores tinha conhecimento authentico da estructura e dos outros characteristicos botanicos da planta. Pois no trecho, que vamos transcrever da citação feita pelo sr. conde de Ficalho, e nos commentarios que lhe faz o nosso illustre contemporaneo, poderão vêr que o piloto portuguez que escreveu na collecção de Ramusio a *Navegação até á ilha de S. Thomé* conhecia admiravelmente a planta, que até aos nossos descobrimentos se conservára mysteriosa, porque nunca ninguem vira os fructos de que ella é semente.

«No capitulo VI, diz o sr. conde de Ficalho, referindo-se á narrativa do piloto portuguez, tractando da costa de Guiné e Benin, diz o seguinte:

«Nasce n'esta costa uma especiaria, chamada malagueta, muito similhante ao milho da Italia, porém d'um gosto forte como a pimenta; produz-se alli tambem uma pimenta fortissima, mais do dobro do que é a de Calicut, a qual nós os Portuguezes, por que ella tem um pésinho que conserva depois de secca, chamamos pimenta de cauda; é muito similhante ás cubebas em a sua figura, porém para o paladar é tão forte que uma onça d'ella faz o mesmo effeito que faria meia libra da ordinaria; e ainda que seja prohibido debaixo de gravissimas penas exportal-a da dita costa, tiram-n'a comtudo ás escondidas, vendendo-a em Inglaterra por um preço dobrado d'aquelle por que venderiam a pimenta vulgar. Procede esta prohibição de que, desconfiando el-rei nosso senhor que esta planta não fizesse empatar e abaratar a grande quantidade de pimenta que vem cada anno de Calicut; determinou que de modo nenhum se podesse conduzir para fóra. Ha tambem uns arbustos, que produzem vagens longas como são as dos feijões, com algumas sementes dentro, as quaes não tem sabor algum, mas as vagens mastigadas teem um gosto delicado de gengibre, e os negros lhe chamam *unias*, e lhes serve de tempero junto com a dita pimenta, quando comem peixe, de que são sobremaneira avidos.»

«Citei integralmente este importante trecho, que nos dá clara e completa a distincção entre tres substancias por vezes confundidas. De facto a descripção corresponde bem ao *Amomus Granum Paradisi*, Afzelius, ao *Piper Clusius*, Cas. D C e á *Xylopia Athispus*, Richard, plantas de todo o ponto diversas e de afastadas familias, porém similhantes nas qualidades aromaticas e ardentes de seus fructos ou sementes, e que por isso se substituiram mutuamente ou confundiram no commercio.

«Por estas citações se vê que os nossos navegadores e escriptores conheceram bem a droga produzida pelos Amomos da Africa Occidental, e que a designaram geralmente com o nome de malagueta, não lhes sendo tambem estranho o nome de grãos do Paraizo.» [1]

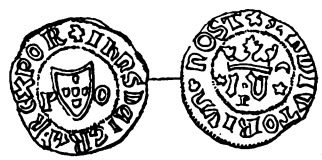
Que a descripção das plantas não venha expressa nas relações dos nossos navegadores na linguagem scientifica hoje usada, é o que pouco importaria, ainda mesmo que essa linguagem já fosse conhecida antes dos desenvolvidos trabalhos de classificação e de nomenclatura que foram a gloria do seculo XVIII, e constituiram o mais bello florão da corôa

[1] Conde de Ficalho, *Memorias sobre a influencia dos descobrimentos dos Portuguezes no conhecimento das plantas I Memoria sobre a malagueta*, pag. 14 das *Memorias da Academia Real das Sciencias*, t. XIV da nova serie, 1.ª parte. (Lisboa, 1881).

Digitized by Google

de Linneu. O essencial é saber-se que os navegadores portuguezes observavam, estudavam, e descreviam com rigor e exactidão a flora dos paizes que descreviam; já os primeiros navegadores, como em tempo dissemos, tinham descripto com perfeita exactidão o baobab, vemos agora, graças ao estudo primoroso do sr. conde de Ficalho, que os navegadores do seculo XVI tinham obtido uma idéa tão clara da malagueta, que já não confundiam umas com as outras especies similhantes, e conheciam os seus caracteristicos essenciaes, dando a cada uma d'essas especies a sua denominação diversa de pimenta de rabo, e pimenta da Guiné, e nem uma nem outra era por elles confundida com a malagueta.

A flora indiana era admiravelmente conhecida por Garcia da Horta, e a exactidão scientifica dos conhecimentos de Camões em botanica oriental, brilhantemente demonstrada pelo mesmo sr. conde de Ficalho na sua *Flora dos Lusiadas,* attesta a abundancia de rigorosas observações feitas pelos Portuguezes e em especial pelo grande Garcia da Horta[1]. A importancia e novidade das observações do illustre botanico portuguez é ainda confirmada pelo numero extraordinario de traducções, umas poucas de vezes reimpressas, que immediatamente se fizeram dos seus *Colloquios dos simples e drogas e coisas medicinaes da India.* Publicou-se esta obra em 1563, logo foi em 1568 traduzida em latim por Clusio, e essa traducção reimprimiu-se em Lisboa em 1567, em Antuerpia onde saiu a primeira edição em 1584, em Antuerpia ainda em 1582, outra vez em Antuerpia em 1574, em Antuerpia em 1593, em Leyde em 1642 com illustrações de João Bontius, medico hollandez que passou depois por ter sido o primeiro que estudara o *Cholera morbus,* quando elle não fizera mais do que reproduzir as observações do medico portuguez, e finalmente sem indicação de logar em 1695. Assim em pouco mais de um seculo tinha oito edições a traducção latina da obra de Garcia da Horta.



Real de 10 soldos de D. João I

Em 1576 era a mesma obra traduzida em Italiano por Annibal Briganti, e reimpressa em 1582, 1605 e 1616.

Em francez traduziu-a Arthur Colin em 1609, reimprimiu-se em 1615 e em 1619.

Em hespanhol traduziu-a o portuguez Christovam da Costa em 1578, e parece que foi esta traducção que serviu de texto para as traducções latina, franceza e italiana[1].

Assim dezeseis edições se fizeram em pouco mais de um seculo da obra de Garcia da Horta, vertida em idiomas estrangeiros; mas o que explica bem o motivo por que estas glorias incontestaveis são principalmente em Portugal desconhecidas e menosprezadas, é que ao passo que quinze vezes se reimprimia no estrangeiro a obra traduzida de Garcia da Horta, em portuguez nem uma só vez se reimprimia a obra original! a edição portugueza, que hoje se póde consultar de Garcia da Horta, é ainda a edição de 1567.

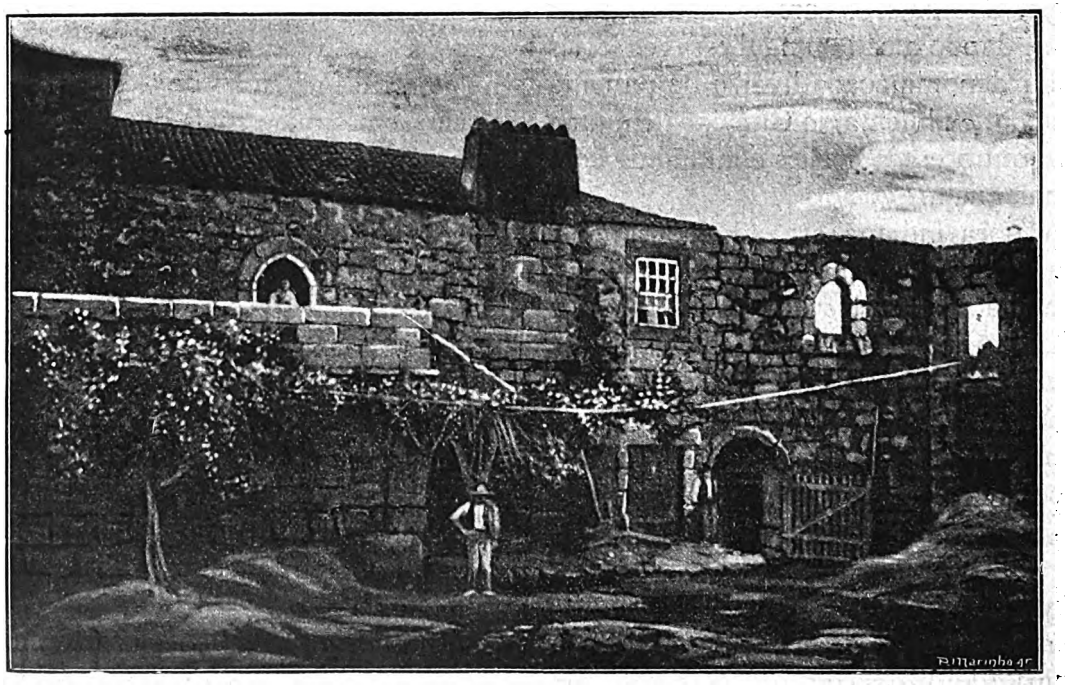
Antes ainda de Garcia da Horta, es-

[1] *A Flora dos Lusiadas* (Lisboa, 1880). Alli mostra que a pimenta, a camphora, a noz muscada, o beijoin, o cravo, etc., foram descriptos por Garcia da Horta com uma perfeição até então desconhecida. A respeito da noz muscada corrige Garcia da Horta as idéas vulgares bebidas nos livros gregos e de Galeno e observa com graça: «Eu estando em Hespanha não ousaria de dizer alguma cousa contra Galeno e contra os Gregos!» *Flora dos Lusiadas*, pag. 76. Do beijoin diz o sr. conde de Ficalho que os auctores inglezes da *Pharmacographia* confessam que Garcia da Horta *Wa the firetti give a lucid and intelligent account of benjoin*». Ibid, pag 83.

[1] São tomadas estas indicações do magnifico *Diccionario Bibliographico* de Innocencio, t. III, pag. 117 (Lisboa 1859), e t. II (Ibid).

Digitized by Google

tivera na India Thomé Pires, e n'um documento precioso, que existiu por muito tempo na Torre do Tombo, e que Fr. Francisco de S. Luiz fez inserir no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Luzitana*, sahindo tambem reproduzido na *Gazeta de Pharmacia*, mostra Thomé Pires o estudo que fizera, perfeito e rigoroso de muitas das drogas da India. E' uma carta escripta de Cochim a el-rei D. Manuel a 27 de janeiro de 1516, e



SOLAR DOS BEZERRAS E COUTO DE PAREDES NA MEADELLA (VIANNA DO CASTELLO)

em que descreve o rhuibarbo, a cannafistula, o incenso, o opio, os tamarindos, a galanga, o turbit (como elle diz), os mirabulanos, o aloes, o espique narde *(sic)*, o esquinante, as gommas fetidas, uma das quaes é o opoponax, hoje tão famoso, o betel e a mirra, etc., e todas as substancias a que allude, mostra conhecer perfeitamente, tendo feito as investigações necessarias para poder dar a D. Manuel informações perfeitamente correctas. Veja-se por exemplo esta descripção perfeitissima do estado dos homens costumados a tomar opio: «Andam sonarentos, desvairados, os olhos vermelhos; nem andam em seu sentido, costuma-se porque os provoca a luxuria[1]. A scammonea vinha em grande parte da Asia, e por isso imaginavam os Portuguezes encontral-a na India; Thomé Pires affiança logo a D. Manuel «nom ha qua escamonea»[2]. E effectivamente a scammonea nasce na Asia, mas é na Asia Menor[3].

Sobretudo aos missionarios portuguezes deve a sciencia os mais relevantes serviços. No seu ardor de conversão tractavam primeiro que tudo de tomar pleno conhecimento das linguas, dos usos e dos costumes do Oriente, e d'ahi resultava o adquirirem conhecimentos completamente novos para a Europa, e que muitas vezes foram dados como novos ainda no seculo XVIII pelos indianistas celebres

[1] Documento publicado no *Elogio historico e noticia completa de Thomé Pires — Memoria publicada na «Gazeta de Pharmacia»*, pag. 36 (Lisboa, 1866).

[2] Ibid., pag. 42.

[3] Veja-se por exemplo o *Grande Diccionario* de Larousse, t. XIV, pag. 312.

Digitized by Google

d'esse tempo, quando afinal de contas já eram tomados em segunda mão dos missionarios portuguezes. As ordens religiosas abundavam em Gôa, creára-se uma nova provincia da ordem de S. Francisco, com a denominação de provincia da Madre de Deus da India Oriental, e em todos os conventos que se fundavam havia estudos, e estudos desenvolvidos, que habilitavam os missionarios a prégar com fructo a palavra de Christo, que davam ao mesmo tempo aos filhos da India uma instrucção perfeitamente europea. Quantos Orientaes se alistaram nas fileiras monasticas! Os jesuitas então trabalhavam com o mais vivo empenho em arregimentar á sombra da bandeira de Santo Ignacio representantes de todos os paizes do Oriente. No collegio de S. Paulo, fundado em Gôa por S. Francisco Xavier, encontravam-se Chins, Japonezes, Malaios, Malabares, Singhalezes, e muitos d'elles vestiam depois a roupeta de Santo Ignacio. Em Cranganor havia outro seminario, fundado pelo primeiro bispo de Gôa, D. João de Albuquerque, e que tinha a invocação de S. Thiago, collegio muito da predilecção tambem de S. Francisco Xavier, apezar de não ser de jesuitas.

O primeiro professor que teve esse collegio de S. Thiago foi fr. Vicente de Lagos, o celebre capuchinho que converteu o rei de Tanor, ou antes que foi logrado por elle de um modo escandaloso, porque o rajah, assim que se viu servido, voltou á sua antiga religião. Fr. Vicente era homem impaciente, mas instruido e zeloso. Morreu em 1550 deixando na India excellente reputação[1].

As differentes ordens religiosas disputavam entre si com ardor a cathechização, e conseguiam muito, principalmente por essa ausencia absoluta de preconceitos, que attrahia os Indios, e que fazia com que tambem elles apagassem esses preconceitos de casta, e não duvidassem abraçar a religião christã, essa religião que ensina que os párias, longe de deverem ser desprezados, devem ser pelo contrario os predilectos da Divindade. Nota com surpreza um escriptor francez, que nós exercemos na

GREGORIO LOPES

[1] Fr. Vicente de Lagos pertencia á ordem dos Capuchinhos, e passára para as Indias, em companhia do primeiro bispo de Gôa, Fr. João d'Albuquerque. Sobretudo educava creanças pertencentes á raça indostanica.

Digitized by Google

India nas altas classes uma influencia intellectual grande bastante para fazer esquecer a alguns dos seus membros os preconceitos inflexiveis da casta». Effectivamente cita-se, entre muitos outros, Jacome Gonçalves, brahmane, que estudou no collegio dos jesuitas de Gôa, vestiu depois o habito oratoriano, e missionou em Ceylão.

Os grandes obreiros d'essa immensa tarefa, que honra incontestavelmente o nome portuguez, são indubitavelmente os jesuitas. Nenhuma outra ordem estava como elles preparada para essa conquista espiritual.

Homens instruidos não só em lettras mas tambem em todas as sciencias que lhes podiam ser uteis, os Jesuitas e os seus discipulos não deviam pequena parte da sua influencia aos conhecimentos practicos que punham ao serviço dos monarchas orientaes. Assim vêmos os Jesuitas na Abyssinia construir pontes monumentaes, que ainda hoje duram e que maravilham os viajantes modernos, lembrando-lhes as edificações soberbas dos Romanos, facto citado por Guilherme Lejean e outros. No reino de Sião propunham ao monarcha encarregar-se de trabalhos hydraulicos destinados a tornarem completamente navegavel o rio Mékong, como M. de Carné nos declara; e finalmente, na China, segundo vimos, o Jesuita Ricci deveu a importancia que adquiriu aos seus talentos de musico e de cosmographo.

Pasma realmente o leitor moderno da extraordinaria audacia, da ardente actividade d'esses missionarios jesuitas que por toda a parte devassam o oriente, estudam, investigam, e prégam, fundam egrejas, conventos, collegios, seminarios, aprendem as linguas e os dialectos d'esses remotos paizes, e são os primeiros que os ensinam á Europa. Que importa que não seja o seu fim exclusivamente scientifico, se a sciencia lucra com os seus resultados? E quantos são hoje os missionarios da sciencia pura? hoje mesmo em que tem tão alta importancia o interesse scientifico? Esses exploradores que percorrem a Africa o que procuram sobretudo? Fundar uma casa commercial, como os jesuitas procuravam fundar um noviciado, extender as relações mercantis da sua nação como os jesuitas procuram extender o dominio espiritual da sua congregação, levantar uma feitoria onde os jesuitas procuravam levantar uma egreja; e assim como a sciencia lucra com as viagens commerciaes dos exploradores africanos, assim a sciencia lucrava com as viagens religiosas dos missionarios jesuitas. E como hoje a Europa inteira espera com anciedade que os Stanley, os Cameron, os Levingstone, os Brazza, os Burton, os Sémélé publiquem as relações das suas viagens para serem traduzidas immediatamente nas diversas linguas européas, assim se esperava então anciosamente que apparecessem as *Cartas Annuas* dos jesuitas portuguezes, verdadeiros relatorios scientificos das suas viagens e das suas expedições para as reproduzirem nos seus idiomas, e é para nós, para o nosso desdem pelas glorias nacionaes, uma vergonha suprema ver que muitas vezes as relações originaes, as relações portuguezas d'essas viagens nem impressas foram, emquanto se imprimiam e reimprimiam lá fóra as suas traducções.

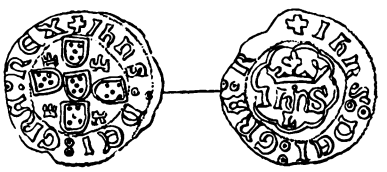
A China era revelada á Europa, e estudada profundamente pelos jesuitas portuguezes. Penetram nos seus recessos o padre Matheus Ricci e Antonio de Almeida e ambos conseguem ser validos do imperador. Antonio de Almeida morre no Celeste Imperio e o filho do céu manda celebrar-lhe as mais pomposas exequias, Matheus Ricci, como dissémos, com os seus talentos de musico e de cosmographo, consegue uma influencia preponderante na côrte de Pekin. As

Digitized by Google

cartas do padre Antonio de Almeida a Duarte de Sande em 1585 são preciosas compilações de informações exactas e preciosas sobre a China [1]. O jesuita Thomaz Pereira no seculo XVII consegue tambem com o seu talento musical um extraordinario accolhimento. Compõe na lingua chineza um *Methodo de musica practica e especulativa* que o imperador manda traduzir em tartaro, compõe hymnos sagrados em chinez, fabrica elle mesmo o orgão que então existia no collegio dos jesuitas em Pekin, e são dois escriptores allemães os que referem estes factos curiosissimos [2].

Alvaro de Semedo, outro jesuita que na China soffre afinal o martyrio, applica-se ao estudo d'esse vasto imperio com tanto zêlo como á propagação da fé catholica. Escreve a Historia da China, e das missões catholicas. Esse livro, que em portuguez ficou manuscripto, é traduzido em hespanhol por Manuel de Faria e Sousa, e publicado em 1642, reimprimindo-se em 1751. Logo o traduzem em inglez com o titulo *History of the grand and renowned monarchy of the China*, e a traducção é reimpressa no mesmo anno, segundo affirma Ternaux-Compans, na sua *Bibliothéque Asiatique*. Em francez é traduzida tambem por mr. Coulon, impressa em 1645, reeditada em 1667. Em italiano tambem a traduzem com o titulo de *Relazione della grande monarchia della Cina;* impressa em 1643, é reimpressa em 1653. As traducções inglezas e italianas são acompanhadas com o retrato do auctor, e a obra portugueza continuava manuscripta! [3] E Semedo, cujo retrato brilha no frontispicio de obras inglezas e italianas, Semedo, que foi o primeiro europeu que compoz um *Diccionario sinico-lusitano*, e *lusitano-sinico* é profundamente ignorado na sua patria! [1]

Facto similhante succede com o padre Gabriel de Magalhães, natural de Pedrogão, que viveu no seculo XVII na China,



Ceitis de D. João I

e que foi estimadissimo pelo imperador. Escreveu um livro intitulado as *Doze excellencias da China*. O padre Filippe Coupplet mandou ao cardeal d'Estrées uma copia do manuscripto do jesuita, o cardeal mandou-o immediatamente traduzir com o titulo de *Nouvelle relation de la Chine*, e foi assim que a obra alcançou as honras da impressão [2]. N'esse mesmo seculo outro jesuita portuguez, o padre João Monteiro, escreveu em chinez varias obras, com tanta facilidade como se manejasse a sua lingua materna [3].

O Japão não é menos estudado do que a China.

A um jesuita portuguez, o padre Rodrigues, se deve a primeira grammatica da lingua japoneza, que os Europeus poderam estudar e por ella se estuda ainda, ou se estudava pelo menos ha pouco tempo.

Quem publicou a grammatica japoneza do padre Rodrigues? Um francez, mr. Landresse! [4]

Em toda a parte succede o mesmo. «As missões de Ava e do Pegú, diz o mesmo escriptor francez que acima citámos, fornecem diccionarios e gram-

---

[1] *Bibliotheca Lusitana*, t. I, voc. *Antonio de Almeida.*

[2] Citado pelo sr. Joaquim de Vasconcellos na sua obra os *Musicos Portuguezes*, tom. II, pag. 26 (Porto, 1870.)

[3] *Diccionario Bibliograpgico*, t. I, voc. *Alvaro de Semedo.* Este jesuita era natural de Niza.

[1] *Bibliotheca Lusitana*, tom. I, voc. *Alvaro de Semedo.*

[2] *Diccionario Popular*, t. I, voc. *Magalhães (Gabriel de).*

[3] Ibid. ibid., voc. *Monteiro (Padre João).*

[4] Ferdinand Denis. *Portugal Pittoresque.*

Digitized by Google

maticas.» Em Tonkim, na Cochinchina, missionam o padre Antonio Ribeiro, e o padre Pedro Marques, este ultimo nascido no Japão, filho de paes portuguezes residentes em Nangasaki. Refere Pedro Marques os acontecimentos da sua viagem ao Tonkim, logo se traduz em italiano a sua relação [1].

Na Abyssinia o estudo é mais completo ainda. Não falemos já na primitiva relação de Francisco Alvares, que em todas as linguas appareceu traduzida, mas as obras dos successivos patriarchas da Ethiopia, D. Affonso Mendes, D. Apollinario de Almeida, etc., e dos missionarios que se estabelecem n'aquella região são tambem lidas avidamente por toda a Europa. O itinerario do padre Jeronymo Lobo, tambem manuscripto, é traduzido em inglez pelo proprio ministro de Inglaterra na nossa côrte, e ainda se faz em Londres uma outra traducção. Da traducção ingleza faz-se uma traducção italiana. Em França apparecem tambem duas traducções diversas [2].

O padre Gonçalo Rodrigues e muitos outros escrevem livros na lingua da Abyssinia ou abexim, como então se dizia. Sendo o conhecimento do idioma dos povos que se pretendiam converter um instrumento essencial de conversão, todos os missionarios conhecem a fundo as linguas orientaes. O padre Jacome Gonçalves, esse brahmane a quem nos referimos, não só escreve correntemente o singhalez e as outras linguas de Ceylão, mas redige vocabularios d'essas linguas. Pantaleão da Madre de Deus, missionario em Ceylão, escreve tambem em singalez e tamul, Vicente Nazareth, Jorge Carvalho e Thomé da Cruz, indios de nascimento, escrevem em tamul tambem um cathecismo da religião christã. Esta educação das creanças indias não contribue pouco para o desenvolvimento da erudição linguistica dos missionarios, que tem mestres nos seus proprios discipulos.

Se os jesuitas iam na frente, as outras ordens, e principalmente os carmelitas lidavam tambem com ancia, tinham conseguido estabelecer um convento em Ispahan e outro em Bassorá, installando-se d'essa fórma em regiões pouquissimo exploradas, e de que só elles podiam dar cabaes informações. Graças á sua coragem, em toda a parte se ouvia o nome portuguez. Repicavam os sinos das egrejas portuguezas em Nangasaki e em Pekim, no fundo do Thibet e junto ás fontes do Nilo, em Ispahan e em Dehli, no Cambodge e na Cochinchina e no Ava e no Pegú. Não havia paizes reconditos para esses missionarios; aonde nunca poderia chegar a espada de Albuquerque, lá chegava a cruz de S. Francisco Xavier. O padre Nicolau de Mello, atravessando a Persia, penetrando na Russia, foi ser martyrizado em Astrakan!

Com essas excursões longinquas, não desprezavam comtudo os missionarios, e principalmente os jesuitas, o estudo accurado das regiões indianas, onde estava o centro do seu e do nosso poder. O conhecimento das linguas do Malabar era vulgarissimo entre os padres, que escreviam e prégavam n'esses idiomas com a maior facilidade.

A primeira grammatica e o primeiro diccionario da lingua malabar foram escriptas por um jesuita, o padre Henrique Henriques, que nasceu em 1520 e morreu em 1600.

Não escapou a existencia do sanscrito á perspicacia dos nossos missionarios, e um d'elles, Francisco Rodrigues, escolhido pelo proprio Santo Ignacio de Loyola para missionar no Oriente, traduziu em portuguez o *Bhagavat-Ghita*,

[1] *Diccionario Popular*, vol. VIII, voc. *Marques (Pedro)*.

[2] *Diccionario Bibliographico*, t. III, e *Bibliotheca Lusitana*, t. II, voc. *Jeronymo Lobo*, n'uma e n'outra obra.

Digitized by Google

livro que só a Europa conheceu depois no fim do seculo XVIII pelas versões inglezas, e pela traducção de Eugenio Burnouf. É uma simples hypothese que aventuramos, mas parece-nos perfeitamente justificada. Affirma Barbosa Machado que o padre Francisco Rodrigues traduziu um dos livros sagrados da India, chamado *Gita-Veaco*. Ora no tempo de Barbosa Machado havia bastante ignorancia ácerca da litteratura hindú, e portanto era completamente impossivel que elle tivesse conhecimento d'esta palavra *Gita* ou *Ghita*, que é, como todos sabemos, effectivamente o nome de certos livros indianos, a não ser pela tradição jesuitica ou pelas noticias dos cartorios da ordem. É incontestavel portanto que o padre Francisco Rodrigues traduziu uma das *Ghitas* da India, e o nome, que mais se approxima do nome evidentemente adulterado, de *Gita-Veaco*, é sem duvida o do celebre *Baghavat-Ghita*.

NAVE CENTRAL DA SÉ DE BRAGA

Que os missionarios conheceram a existencia do sanscrito, é, repetimol-o, um facto incontestavel, porque na *Vida de S. Francisco Xavier* por João de Lucena, se encontra a noticia circumstanciada da existencia d'essa lingua classica e sacerdotal, e o conhecimento até das suas fórmas metricas especiaes. «O elegante auctor da Vida de S. Francisco Xavier, escreve Ferdinand Denis, Lucena emfim, fala com a sua exactidão ordinaria das obras innumeraveis que encerra a antiga litteratura d'esses paizes; insiste no seu caracter variado, no habito em que estão os Indios de se servirem do metro poetico para reproduzirem até os preceitos da sciencia, pouco falta que não fale na *sloca* e nas variedades do metro sanskrito?» [1]

[1] Para confirmarmos o que F. Denis assevera, transcreveremos o trecho de Lucena a que elle se refere:

«Escrevem (os brahmanes) com pennas de ferro, e servem-lhes de papel (como de mil outras coisas) as folhas das suas palmeiras, de que fazem grandes livros das historias dos tempos e d'outras muitas ma-

Digitized by Google

Já se vê pois que os nossos antepassados não foram apenas aventureiros inconscientes entregando á sciencia um mundo que elles não comprehendiam. Portugal teve em Albuquerque o heroe da conquista, em Francisco Xavier o heroe da fé, no padre Goes, o heroe da sciencia[1]. Podemos pois affoitamente acceitar pela nossa parte o cumprimento que aos dois povos ibericos dirigiu Emilio Castelar no seu magnifico estylo:

«Descobrir, diz o grande tribuno, eis o ministerio confiado pela Providencia aos dois povos ibericos. Como a peninsula phenicia, situada nos confins da Asia, revelou a Europa ao mundo oriental, a peninsula iberica, com o seu assento nos confins da Europa, revelou a America ao mundo occidental do velho continente. Que importára que Guttemberg descobrisse a imprensa nas margens do Rheno, o rio do pensamento; que importára que Copernico visse a immobilidade do sol com os olhos fitos nos céus do Norte; que importára que Gallileu entrevisse nas oscillações da mysteriosa lampada de Pisa o movimento da terra; que importára que Raphael e Miguel Angelo resuscitassem as antigas fórmas classicas nas ribas do Mediterraneo; que importavam os novos pensamentos encontrados na consciencia humana e a nova civilização producto de quinze seculos, se vós outros com Dias, Vasco da Gama e Albuquerque não houvereis dilatado e engrandecido a terra até ao Oriente, accrescentando-a com o esquecido mundo do passado, a India; e se nós outros, ao mesmo tempo, com os Colombos, com os Pinzones, e Fernando Cortez não houveramos engrandecido o planeta até ao Occidente, accrescentando-lhe o desconhecido mundo do futuro, a America? Decerto que a humanidade deve aos nossos descobridores, que parecia levarem nas suas mysteriosas velas a palavra de Deus, uma nova terra, uma nova creação[1].»

---

terias, assim em prosa como em rima, da qual e de toda a parte, e de toda a sorte de poesia são por extremo curiosos, e tão enlevados que para o demonio por seus ministros lhes fazer crêr as mais fabulosas patranhas contrarias a suas proprias leis, e razão natural, basta porem-lh'as e cantarem-lh'as em verso, que. posto que no numero das syllabas seja mui differente do nosso e do latino (porque em cada um ha de haver setenta e duas) não deixa de ter sua graça e magestade. N'estes versos está escripta em uma lingua particular chamada *gerodam* a sua philosophia e theologia que os brahmanes estudam e lêem em universidade por toda a India.» João de Lucena, *Historia da vida do padrê Francisco Xavier*, cap. XI. (Lisboa, 1600.)

[1] Carta dirigida por Emilio Castelar aos democratas portuguezes, com data de 20 de julho de 1869, e publicada na *Reforma*, de Madrid, de 21 de julho, e no *Jornal do Commercio*, de Lisboa, de 25 de julho.

[1] Citamos ainda, entre os nossos notaveis exploradores, o jesuita Pedro Paes, que procurou as fontes de Nilo, e que Jeronymo Lobo declara que as encontrou no reino de Go-Gojam, territorio de Sacahata paiz das Aguas— *Voyage historique d'Abyssinie du p. Jérome Lobo*, traducção franceza de mr. Legrand, pag. 210 (Paris, 1728). Não esqueçamos emfim Balthazar Lobo de Sousa, o explorador de Madagascar e das Comores.

Digitized by Google

CAPITULO XIV

O Brazil.—Os Jesuitas Portuguezes na America

No ponto a que chegámos com a nossa historia, havia meio seculo que se descobrira o Brazil; havia meio seculo que Pedro Alvares Cabral, perdido n'essas immensas solidões do Oceano, vira de subito surgir-lhe no horizonte um paiz maravilhoso, como os viajantes, perdidos na selva emmaranhada, encontravam repentinamente, nos aureos tempos em que o mundo se povoava com as visões da phantasia, um palacio de fadas, um palacio cujas portas se lhes abriam de par em par, convidando-os a que entrassem, e tentando-os com a fascinadora miragem das suas salas esplendidas e desertas.

Alvares Cabral vira no mar alto uma d'essas engenhosas ficções dos livros de cavallaria, e, contemplando a prestigiosa formosura da terra que lhe ia avultando ante os olhos, coberta com o denso manto verde das suas florestas, o feliz descobridor, se não fôra, como era, tão devoto christão, julgaria que a Venus do paganismo, expulsa do seu Mediterraneo azul, viera refugiar-se no extremo Occidente, e que esse conjuncto de maravilhas, que se iam tornando a cada momento mais distinctas, não era senão a velha concha Acidalia, que apparecia á flor das aguas do Oceano, e que brotava, remoçada e alindada, da alva espuma d'essas preguiçosas vagas.

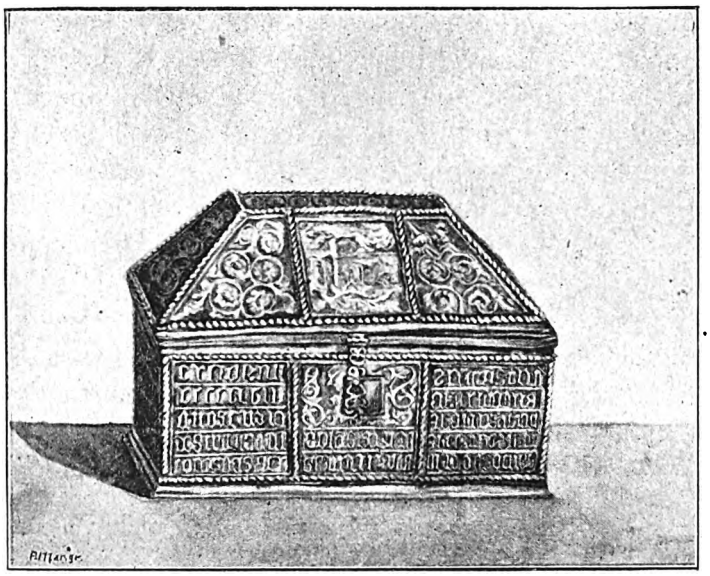
Mas Pedro Alvares Cabral era, como dissemos, devoto christão; em vez de pensar em Gnido ou em Cythera, como o proprio pontifice Leão X, seu contemporaneo, decerto faria, pensou piedosamente na Santa Cruz, e foi tal o nome que deu á terra que descobriu.

Porém esse formoso sonho de navegante não produziu em Portugal o effeito que devera produzir; occupado n'essa epocha a descerrar os portões dos soberbos palacios orientaes, engolfado em plenas Mil e uma Noites, deslumbrado pelo magico esplendor do phantasioso Oriente, da India maravilhosa, toda perolas e diamantes, cujo reflexo incendia, desde as cruzadas, a imaginação da Europa, o nosso reino viu apenas, no continente descoberto de novo, uma outra parede da vastissima rua de vagas, sulcada todos os annos pelos nossos intrepidos galeões. Os audazes navegadores portuguezes ficaram sabendo que, desviando-se das plagas africanas, encontrariam portos mais pittorescos e mais abundantes aguadas. Ainda em 1501 foi a expedição em que embarcara Americo Vespucio percorrer a costa. Parece que o feliz Florentino, que devia dar o seu nome á terra descoberta por Colombo, não disse a D. Manuel, de volta da sua viagem, cousas que excitassem a curiosidade e ambição do rei de Portugal, porque, durante os vinte annos do seu reinado, só uma nova expedição se tentou, composta de seis navios, e commandada por Gonçalo Coelho. Não teve esta expedição bons resultados: dos seis navios naufragaram dois, e os outros quatro, voltando a Portugal, encontraram já D. João III sentado no throno do irmão do duque de Vizeu.

Mas as descobertas dos Hespanhoes no golfo mexicano e pelas praias do Pacifico principiavam a chamar para o Novo Mundo as attenções da Europa,

Digitized by Google

até ahi concentradas apenas no esplendor do Oriente. Não era já uma ilha inculta, povoada de selvagens como Hispaniola, eram imperios colossaes, abrilhantados por uma civilização desconhecida dos Europeus, eram vastas planicies ferteis e arroteadas, cidades cujos templos e palacios resplandeciam com os fulvos reflexos do metal deslumbrante, eram os Azetéques e os Incas cobertos de pedras preciosas, eram o Mexico



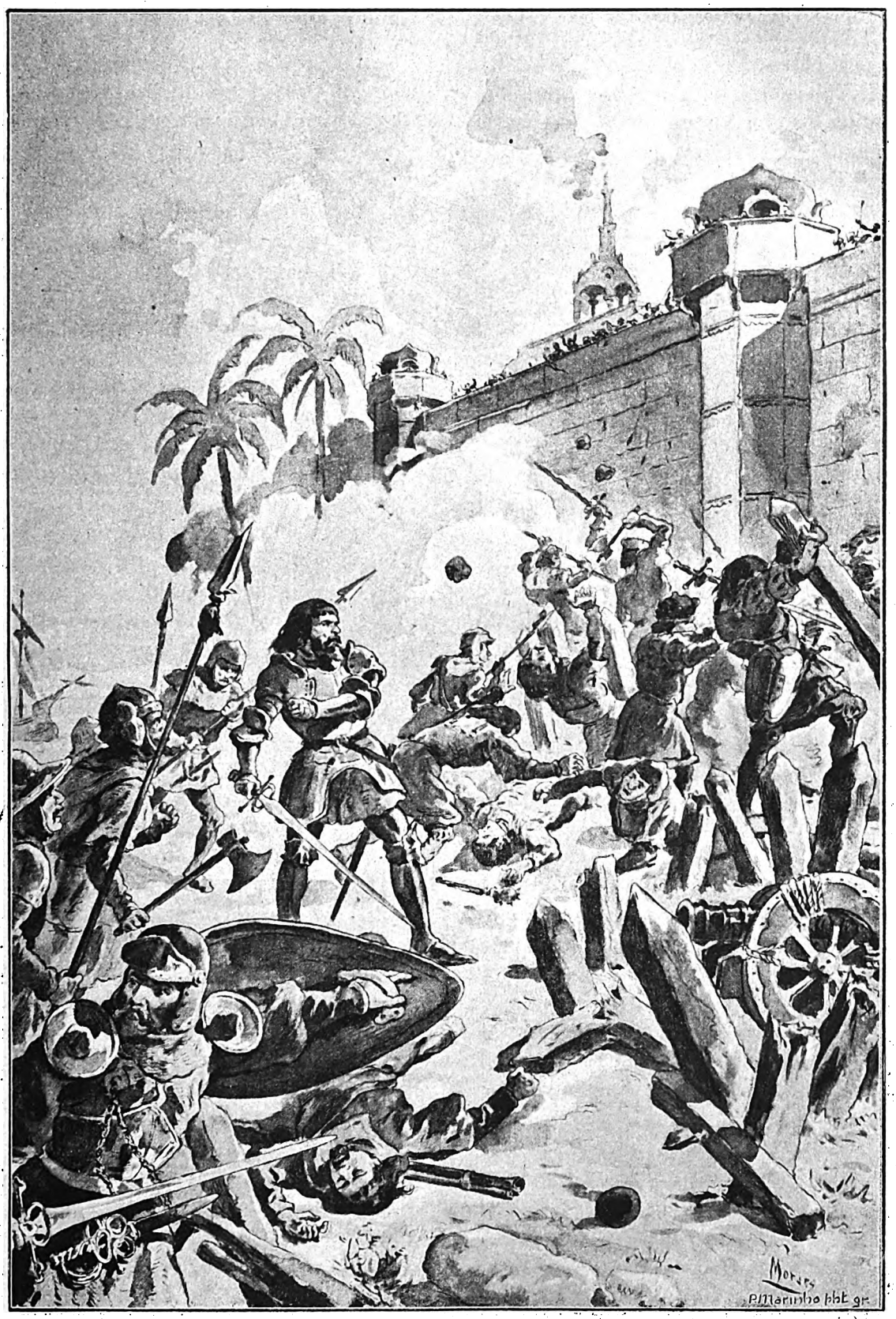
COFRE DE PRATA COM RELIQUIAS PERTENCENTE Á COLLEGIADA DE GUIMARÃES

e o Perú, que surgiam com os seus ignotos prodigios ante os olhos dos companheiros de Cortez e de Pizarro. A imaginação dos Hespanhoes ainda carregou com tintas mais vivaces este quadro, já de si tão colorido; não satisfeitos com essa fascinadora realidade, quizeram que o sonho fosse mais adeante; vendo em torno de si tanta copia de thesouros, pediram mais esplendores á phantasia, e nos templos de Cuzco, nos palacios da cidade de Montezuma conceberam a magica visão do Eldorado.

Os Portuguezes não ficariam menos deslumbrados do que os seus visinhos por essas historias, que provavelmente chegavam á Europa adornadas com infinitos alindamentos devidos á imaginação dos narradores. Foi então que pensaram mais seriamente no quinhão americano que lhes competira. Uma nova esquadra foi enviada debaixo do commando de Christovam Jacques, que aportou a uma vasta e segura bahia, a que chamou bahia de Todos os Santos. Não foi elle comtudo quem a descobriu, porque lá encontrou já dois navios francezes, do numero d'esses audaciosos corsarios normandos e bretões, que seriam dignos rivaes dos navegadores da peninsula iberica, se o governo de França não estivesse todo absorvido pelas suas ambições européas, e muito alheio a descobertas e conquistas ultramarinas. Christovam Jacques, honrado fidalgo da casa real, que ouvira falar vagamente n'umas heresias que principiavam a grassar na Allemanha e na França, e que, vendo os dois navios estrangeiros, temêra que a marinhagem fosse composta de huguenotes, entendeu que sempre seria util á salvação das suas almas, rebaptisando-os, e n'esse piedoso intento metteu os dois navios a pique para se poupar ao trabalho de aspergir a um e um todos os tripulantes.

Foi por estes tempos que succedeu na Bahia o conhecido caso do Caramuru, que foi assumpto para o celebre poema de fr. José de Santa Rita Durão. E emquanto as scenas curiosas d'este romance se desenrolavam nas solidões das florestas virgens do Brazil, D. João III pensava finalmente em cultivar as terras fertilissimas da sua vasta possessão, e repartiu-as pelos seus fidalgos mais valentes e favoritos mais queridos. E o que mais nos deve espantar é que não foram esquecidas as lettras, e que o pro-

Digitized by Google



TOMADA DE CALECUT

Digitized by Google

prio João de Barros, o eloquente chronista das Indias, foi contemplado na repartição. Hoje duvidamos de que Alexandre Herculano obtivesse não só uma capitania de cincoenta leguas de comprimento, mas até mesmo uma horta de seis pés da munificencia da patria.

Como vimos, D. Manuel não prestára grande attenção ao Brazil, e o primeiro estabelecimento portuguez que alli se fundou foi decerto o das tripulações das caravellas naufragadas de Gonçalo Coelho. Entre esses naufragos contavam-se dois padres francezes, que foram evidentemente os que deram aos seus compatriotas a primeira noticia d'essa região encantada.

Mas as esquadras que iam para a India passavam muitas vezes pelas costas brazileiras e iam-n'as explorando: iam sendo conhecidos de norte a sul os magnificos portos do Brazil. Martim Affonso de Sousa descobria o Rio de Janeiro; Vicente Yanez Pinzon chegava ao Pará; por outro lado Orellana explorava o Amazonas, e Solis descobria o Rio da Prata. Como se vê os Hespanhoes começavam a estreitar-nos; os Francezes andavam tambem farejando uma boa presa; D. João III percebeu que se devia apressar em tomar conta do territorio brazileiro, se não queria ver cair nas avidas mãos dos aventureiros de Pizarro e dos corsarios de St. Malo o paiz, descoberto por Pedro Alvares Cabral.

Foi por isso que, segundo dissemos, dividiu o paiz, ou antes a costa conhecida, em nove capitanias. A primeira, ao norte, que abrangia a actual provincia do Maranhão, foi doada a João de Barros, o grande historiador; seguiu-se a capitania de Pernambuco, de que era donatario Duarte Coelho d'Albuquerque, depois a da Bahia de Todos os Santos, pertencente a Francisco Pereira Coutinho; logo abaixo a dos Ilhéos, tendo por donatario Jorge Figueiredo Correia; em seguida a de Porto-Seguro, pertencente a Pedro de Campos Tourinho; a do Espirito Santo de Vasco Fernandes Coutinho; a de S. Thomé, abrangendo os Campos de Goytakazes, que fazem parte actualmente da provincia do Rio de Janeiro, e de que foi senhor Pedro de Goes da Silva; depois a de S. Vicente e a de S. Amaro, de que eram donatarios—da primeira Martim Affonso de Sousa, da segunda Pero Lopes de Sousa seu irmão.

Não fôra porém unicamente para arrotearem as terras que todos esses fidalgos haviam recebido as suas capitanias; as raças que povoavam o paiz eram energicas bastante para não cederem sem combater o abençoado sólo onde a natureza as puzera.

Em duas familias principaes se dividem os indigenas do Brazil, os *Tapuyas* e os *Tupis*, selvagens ambas, sem a minima luz de civilização, luz que na America apenas illuminava froixamente o Mexico e o Perú.

Como as raças da America do Norte, tão vigorosamente descriptas pela penna de Ferdinand Cooper, os Indios do Brazil tinham os mesmos usos d'anthropophagos, a mesma crueldade e o mesmo valor.

Os Tapuyas eram os primitivos habitantes do Brazil, que foram repellidos para o interior pela raça invasora dos Tupis, que, fragmentada em innumeraveis tribus, dominava o littoral quando Pedro Alvares Cabral alli aportou.

«Quando os Europeus chegaram ao Brazil, escreve Ferdinand Denis, encontraram por toda a parte nações que conservavam o signal da sua origem primitiva, e que professavam uma religião e falavam um idioma commum, posto que fossem muitas vezes inimigas. O que succedeu n'estas regiões é inteiramente analogo ao que teve logar na America do Norte, ácerca d'uma multidão de tribus vagabundas. Os Tupnamibus, so

Digitized by Google

Tupiniquins, os Tupiaes e muitas tribus conservavam a raiz generica do grande nome; outras, taes como os Tamoyos e os Cahetas, a haviam abandonado; porém a religião e a lingua formavam um ponto de contacto, que se recuperava na occasião. Está provado que a raça dos Tupís constituira, ao longo da costa, pouco mais ou menos dezeseis nações com seus respectivos limites [1].»

Os Tupinambas na Bahia, os Caetés em Pernambuco, os Aymorés e os Tupiniquins nas capitanias dos Ilhéos, Porto Seguro, etc., os Tamoyos no Rio de Janeiro, os Goyannazes na capitania de S. Vicente, offereciam aos conquistadores uma resistencia intrepida.

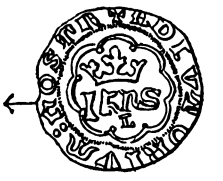
Os Portuguezes, crueis alli como na Africa e na India, aproveitando a sua superioridade militar, exterminavam os indigenas, que exerciam a seu turno, quando podiam, as mais crueis vinganças.

Esta inimizade fôra aproveitada pelos corsarios francezes, que, travando com os selvagens relações de amizade, conseguiram hostilizar os Portuguezes e pôr obstaculos á colonização.

Esta guerra, que ameaçava tornar-se perigosa, se os Francezes, attrahidos pela esperança do lucro, affluissem em numero ao Brazil, ao passo que os chefes das capitanias, sem relações entre si, dispondo apenas de limitadas forças, mal podiam resistir-lhes, decidiu D. João III a estabelecer no Brazil um governo regular, e a voltar para essa colonia, cuja riqueza consideravel se estava manifestando cada vez melhor, a mais séria attenção da metropole.

O territorio escolhido por el-rei para tomar d'elle posse directa, foi o da Bahia de Todos os Santos. Fôra ahi que um Portuguez, Diogo Alvares, aterrando os Tupinambas com o estrondo, por elles nunca ouvido, d'uma espingarda e pelo effeito mortifero das balas, exercera sobre esses selvagens uma influencia enorme, recebendo d'elles o nome de *Caramuru* que uns historiadores dizem significar *homem de fogo*, ao passo que outros allegam que o nome, que era *Caramuru-Assu*, significava «dragão sahido dos mares».

Quando se dividiu em capitanias o Brazil, foi o vasto territorio da Bahia concedido a Francisco Pereira Coutinho. A influencia de Diogo Alvares podia ser-lhes muito util.



Ceitil de D. João I

Mas o velho fidalgo, violento por indole e despresador da selvagem bravura dos Tupinambas, como quem estava costumado a medir-se com mais temiveis inimigos, quiz levar tudo a ferro e fogo, e não conseguiu senão vêr o seu estabelecimento de Villa Velha destruido pelos indigenas. Por morte d'elle, D. João III tomou, como dissemos, a si a capitania, e ordenou que no seu territorio se fundasse o territorio do novo imperio ultramarino, imperio de que fez governador Thomé de Sousa.

Passava-se isto em 1549, e havia nove annos que estavam os Jesuitas estabelecidos em Portugal. Folgaram elles de vêr abrir-se-lhes o Brazil á sua febril actividade. Havia alli uma raça intacta, cêra virgem que elles podiam moldar á vontade, sem terem que apagar os vestigios n'ella deixados por anteriores ideias religiosas ou sociaes. Era importante e gloriosa a missão, tão importante e gloriosa que o proprio Rodrigues d'Azevedo quiz pôr-se á testa d'ella. Obstaram a isso as ordens do geral, que precisava d'elle na metropole. Foi com profundo desgosto que o companheiro de Ignacio de Loyola cedeu os riscos e a gloria da pacifica expedição ao padre Nobrega, um dos mais intelligentes e fervorosos entre os membros portuguezes da companhia de Jesus.

[1] F. Denis, *Brazil*, traduzido do francez por (***), vol. I, pag. 22. (Ltsboa, 1844.)

Digitized by Google

O padre Nobrega era na realidade um vulto eminente. A politica da Companhia deu-lhe um papel notabilissimo a desempenhar, o de protector dos Indios contra a ferocidade dos colonizadores. A politica da Sociedade era tão profunda que até fazia o bem quando o bem lhe era necessario. Não calumniamos os Jesuitas. Pensem os leitores que os heroicos missionarios da India, do Japão e da America foram contemporaneos e collegas dos que armavam com o punhal regicida a mão de Ravaillac; felizmente a actividade e a energia do padre Nobrega, que na Europa arredariam friamente os obstaculos que se oppozessem ao caminhar do jesuitismo, e derrubariam os reis dos thronos, se necessario fosse, serviram no Brazil para lançar as bases do glorioso e benefico imperio, que essa estranha sociedade por tanto tempo exerceu nas terras americanas.

Tendo partido para o Brazil com Thomé de Sousa em 1549, o padre Manuel de Nobrega auxiliado por cinco membros da Companhia, entre os quaes principalmente se distinguia o padre João d'Azpilcueta Navarro, tomaram a seu cargo a conservação dos Indios, que ao mesmo tempo protegiam contra as violencias dos Portuguezes, que desejavam tornal-os escravos, e que, apezar do seu *espirito religioso*, murmuravam contra o zêlo evangelico dos frades. Foram bem succedidos na tarefa, porque em grande parte conseguiram aldeiar os Indios, quer dizer fixar as suas tribus nomadas em moradas persistentes, e tirar-lhes o horrivel costume da anthropophagia. Eram no Brazil realmente os primeiros Jesuitas missionarios a um tempo de Christo e da civilização. Devemos confessar que á sua benefica influencia é que se deve não macularem os mesmos horrores, que mancham a conquista do Mexico e do Perú pelos Hespanhoes, a conquista do Brazil pelos Portuguezes.

Não ha duvida que não eram só as puras idéas de religião que incitavam os padres a procederem assim: um pensamento ambicioso, que bem se revelou posteriormente, e que se realizou nas missões do Paraguay, se occultava debaixo d'esse manto de ardente caridade. Mas se eram tão proficuos os resultados! O pensamento que dirigia os Jesuitas nas missões do Brazil traduz-se bem na practica feita pelo padre Nobrega a outros membros da Companhia que de Portugal a foram reforçar em 1550, practica que o padre Simão de Vasconcellos fielmente nos conservou:

«Os varões, disse elle, que veem desterrados da patria, parentes, amigos, e collegios da Europa, postos em esta nova região do mundo, hão de assentar comsigo que não são seus mas que são já da gentilidade cuja salvação veem buscar. Ha-lhes de andar retinindo nas orelhas o preceito de Christo: Ide pelo mundo universo, e prégae o evangelho a todas as creaturas, etc. Comnosco fala, successores somos dos Apostolos, cahenos ás costas a sua obrigação. E que creaturas nos couberam em sorte? As mais esquecidas e desamparadas do universo, aonde por espaço de mais de seis mil annos não chegou a lei d'um Deus; e depois por espaço de mil e quinhentos não chegou a lei evangelica. Por esta causa, e porque são estas as mais brutaes e agrestes de todas, ficamos sendo nós mais ditosos; quanto a cruz nos fica sendo mais pesada, tanto mais nos parecemos com Christo: lembremonos que a carregou este Senhor tanto por estas creaturas mais baixas como pelas mais nobres... Para esta gentilidade tão remontada e novamente descoberta trouxe Deus a Companhia ao mundo: então quiz que nascesse, quando ella no nascente e no poente se descobria: e não são indicios sómente, é proprio instituto, a conversão da gen-

Digitized by Google

tilidade. Levou-nos, é verdade, vantagem o grande zelador do gentilismo do Oriente, o padre mestre Francisco Xavier, no ser primeiro; porém não na sorte da gente; porque, quanto esta nossa tem de mais rude, tanto póde ter de mais gloria. Estamos feitos (padres e irmãos em Christo) um espectaculo universal á vista do céu, que nos moveu, á vista do Vigario de Deus na terra, que nos mandou com tantos privilegios, favores e jubileus do thesouro de Christo: e á vista de nossa mãe, a Companhia, que nos destinou á empreza, e nos preveniu com seus meios, d'el-rei de Portugal que nos pediu, e do mundo todo que está observando como cooperâmos com a gloria de Deus, honra da Companhia, credito do rei, e obrigação de nossas pessoas por tantas vias contrahida, por caridade, por promessas, por voto, por instincto, por preceito de Christo, e por vigor da propria empreza que acceitamos»[1].

A fama da influencia exercida pelos padres de Jesus nos indigenas da Bahia espalhou-se no resto do Brazil, e de todos os lados os chamavam para prestarem aos donatarios o auxilio do seu zêlo e das suas prédicas. O padre Manuel de Nobrega, incansavel na sua tarefa de conquistar almas para o Christianismo, enviava a S. Vicente o padre Leonardo Nunes, ao Espirito Santo o padre Affonso Braz, ia elle mesmo a Pernambuco, fundava na Bahia, com auxilio do padre Azpilcueta Navarro, dois seminarios, e, recebendo de Roma o titulo de provincial do Brazil, e de Portugal o padre José d'Anchieta, redobrava de esforços para desenvolver o Christianismo, para converter os Indios com a mansidão e com a brandura, para cohibir as crueldades dos vencedores, para extender emfim a toda a America o dominio absoluto, mas por então ainda benefico, da companhia de Jesus.

PADRE JOSÉ DE ANCHIETA

Foi-lhe n'isso grande auxiliar o padre José d'Anchieta, o vulto mais notavel da companhia de Jesus no Brazil, homem quasi divino que recebeu o titulo d'apostolo da America, da mesma fórma que Francisco Xavier recebeu o d'apostolo do Oriente. A brandura de seu trato, o zêlo e a intelligencia com que aprendeu as difficeis linguas dos indigenas, e se assenhoreou d'ellas, a ponto de poder escrever uma grammatica d'esse idioma, a sua caridade fervente, a sua eloquencia suavissima, a poesia ineffavel da sua

[1] Simão de Vasconcellos, *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo, em que se trata da entrada da Companhia de Jesus nas partes do Brazil, dos fundamentos que n'ellas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessarias das coisas d'aquelle Estado*, vol. I, pag. 50 (Lisboa, 2.ª edição, 1865).

Digitized by Google

alma, que se traduzia em canticos admiraveis dirigidos á Virgem e que lhe dava uma influencia segura sobre as indoles poeticas dos selvagens, tudo concorria para fazer d'elle o mais habil, o mais santo, o mais util, o mais precioso dos missionarios.

O Brazil ainda hoje o venera como santo, posto que o seu nome não figure no kalendario, como deveria figurar, ao lado do de S. Francisco Xavier. Um dos vultos mais notaveis da litteratura brazileira contemporanea, o sr. Pereira da Silva, resume da seguinte maneira, com o seu magnifico estylo, a influencia exercida por José d'Anchieta sobre os indigenas:

«Foi immensa a fama que lhe resultou dos seus trabalhos.

«Não só o respeitavam e veneravam os Portuguezes e os Mamelucos[1], senão tambem deixavam os gentios as suas tabas e florestas, e corriam para o templo; quantos prodigios, que chamam milagres as chronicas do tempo, practicou José d'Anchieta por entre os attonitos selvagens! Quantas vezes, procurando-os em pessoa nos seus escondidos asylos, penetrando pelos bosques espessos, atravessando profundos rios, galgando serras inaccessiveis e conversando com seus mossacás[2] conseguiu, pela sua eloquencia, convertel-os á verdadeira religião e chamal-os para a vida civil? Attestam as memorias do tempo os serviços que prestou, attrahindo em torno de Piratininga innumeros gentios, e plantando nos seus arredores differentes aldeias de gentios catechizados, que se entregaram confiadamente á sociedade civil e religiosa, e ao governo dos padres da Companhia[3].»

Entretanto a Thomé de Sousa succedia no governo do Brazil D. Duarte da Costa, a este Mem de Sá, irmão do celebre poeta Francisco de Sá de Miranda. A Bahia, erigida em sé episcopal, tinha por primeiro bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, que os selvagens Caetés assassinaram. Mas a colonia ia sempre progredindo, graças aos esforços dos Jesuitas, e principalmente á iniciativa energica de Mem de Sá.

Sentindo-se appoiados efficazmente pela presença d'um delegado d'el-rei em S. Salvador da Bahia, os donatarios consolidam-se nas suas capitanias, e as cidades começam a brotar, não já á beira-mar, mas tambem no interior. Da Bahia de todos os Santos para o sul vê-se a costa matizada de povoações nascentes, em cujas fortalezas tremúla a bandeira das quinas. Jorge de Figueiredo Correia, donatario da capitania dos Ilhéus, mandara construir a povoação de S. Jorge, Pedro de Campos erigira tres povoações na sua capitania de Porto-Seguro. Vasco Fernandes Coutinho fundára na do Espirito Santo a villa da Victoria, Martim Affonso de Sousa erguera na de S. Vicente a villa do mesmo nome, e a villa de Santos a duas leguas da primeira. A de Nossa Senhora do Desterro levantára-se quasi ao mesmo tempo na capitania de Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim. Os Indios, atterrados por esta implantação, no seu territorio, de colonias estrangeiras, fugiam para o interior das suas florestas, e de lá miravam, com sombria catadura, as paredes brancas das casas, que se erguiam por toda a parte, colmeias d'essas abelhas da Europa que vinham delibar o mel da civilização do calice virginal das flôres brazileiras.

Para o norte da Bahia são menos felizes as expedições portuguezas. Olinda, formosa cidade em que Duarte Coelho d'Albuquerque, donatario da provincia

---

[1] «Filhos de Portuguezes e Indias».

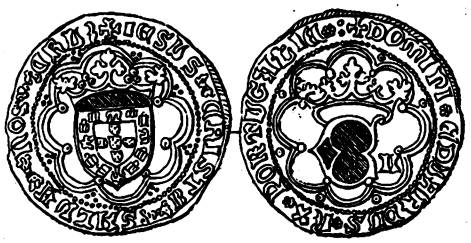
[2] «Chefes d'aldeias.»

[3] J. M. Pereira da Silva. *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes*, t. 1.º, pag. 64, (Rio de Janeiro, 1868).

Digitized by Google

de Pernambuco, estabelecera a sua capital, é o extremo limite das nossas conquistas. O Pará jaz ainda quasi todo envolto no mysterio, e o seu magnifico Amazonas foi apenas visitado por um audacioso expedicionario hespanhol, um companheiro de Pizarro, Orellana, que, em busca da chimera de Eldorado, primeiro entre os Europeus ousou sulcar as magestosas aguas do grande rio americano. No Maranhão, doado por D. João III ao grande historiador João de Barros, os navios, enviados por este, fizeram naufragio, os tripulantes foram assassinados pelos selvagens, e o chronista das Indias, arruinado por este infausto successo, não pôde enviar nova expedição para colonizar a sua capitania.

Mas, se os estabelecimentos portuguezes haviam tomado tamanho desenvolvimento, se o dominio da corôa abrangia tão vasta extensão de territorio, mal se póde imaginar o ponto a que tinham chegado as conquistas dos Jesuitas e a supremacia espiritual que os padres haviam adquirido sobre os selvagens. Os Indios, travados em constante lucta com os guerreiros europeus, agrupavam-se doceis em torno da bandeira de Santo Ignacio. As cidades, fundadas pelos seculares, erguiam-se no meio do vasto ermo que em torno d'ellas faziam as tribus selvagens fugitivas. As aldeias dos Jesuitas serviam de nucleo a essas tribus, e a cruz humilde, campeando na frontaria d'uma egreja ou d'um collegio, era o signal que chamava do sertão os povos americanos para virem agrupar as suas tabas á sombra d'ella. Vanguarda dos colonizadores, os Jesuitas fugiam da beira-mar, e iam, sós e inermes, devassar os segredos dos mattos virgens. Fundava-se um posto avançado, e os colonos, attrahidos pela tranquillidade, preferindo ás muralhas das cêrcas das povoações a sombra das paredes das casas jesuiticas, iam, pouco a pouco, juntando-se a elles, formando umas vezes colonias, filhas das primeiras, outras vezes transportando completamente os seus lares para a nova povoação, e abandonando a antiga. Foi o que succedeu na capitania de S. Vicente. Erigira o padre Nobrega um collegio de



Escudo, de D. Duarte

Jesuitas nos campos de Piratininga. A' roda do collegio estabeleceram-se tribus indianas, os colonos da capital da capitania foram, um a um, desertando para o novo povoado. S. Vicente quasi ficou deserta, de forma que até a capitania perdeu o seu nome para tomar o da cidade fundada debaixo dos auspicios dos Jesuitas, que a intitularam S. Paulo. Foi, effectivamente, dos modestos alicerces do collegio de Piratininga que brotou a cidade de S. Paulo, hoje uma das mais importantes do Brazil.

E' por isso que, apezar d'antipathizarmos profundamente com essa sociedade ambiciosa, que, envolta no manto da religião, conseguiu comprimir o pensamento humano, dominar os thronos, e curvar os povos a um jugo de ferro, não podêmos deixar de confessar que á companhia de Jesus, e principalmente aos padres Nobrega e Anchieta deve muito, deve tudo o Brazil.

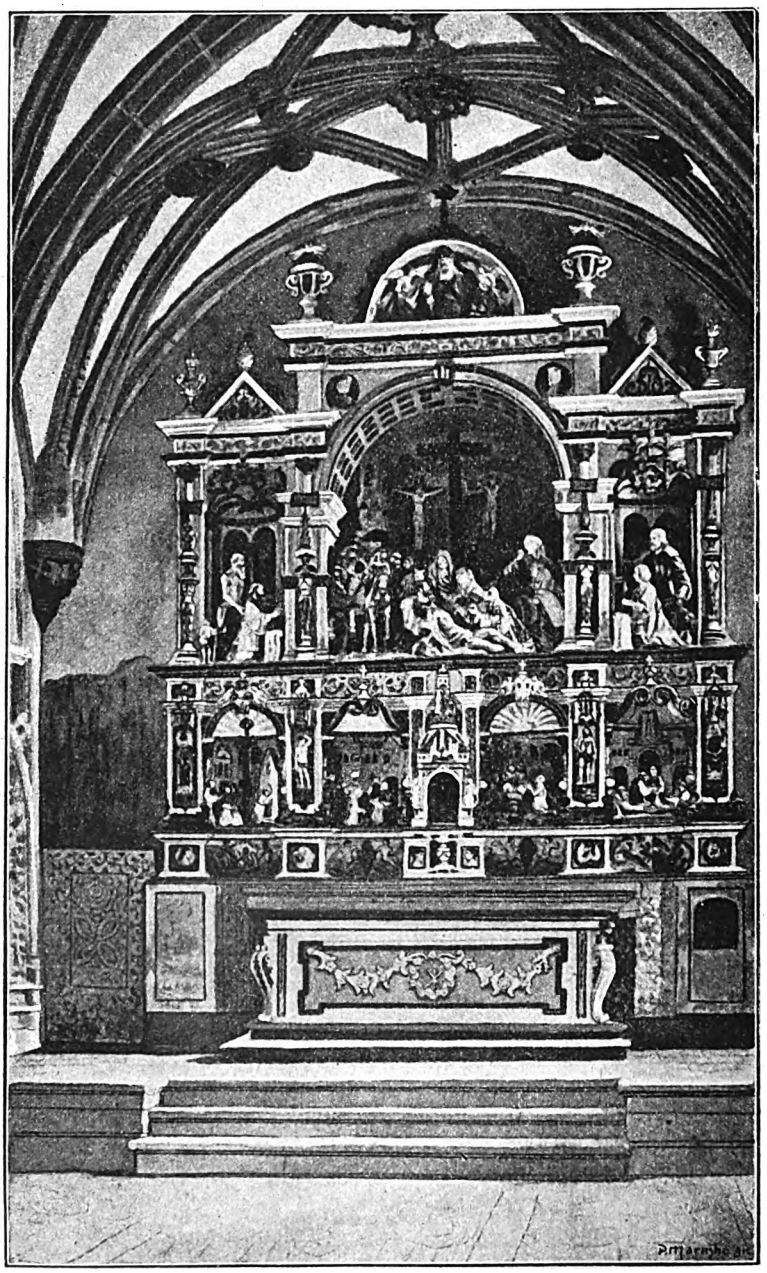
E' bella e justa a homenagem que lhes presta um moderno escriptor, portuguez pelo nascimento, brazileiro por adopção, quando, n'um artigo de phantasia, põe na bocca dos espectros de Nobrega e d'Anchieta as seguintes bellissimas palavras:

«Ha perto de tres seculos, quando pela primeira vez pisámos o seio da terra virgem, pura e formosa como ti-

Digitized by Google

nha sahido das mãos do creador, um silencio egual a este reinava em toda a natureza.

«Como tudo está mudado!



ALTAR DA EGREJA DO MOSTEIRO DE S. MARCOS

«Onde hoje se levantam os templos e os edificios sumptuosos, bracejavam então os troncos robustos das arvores seculares! Onde agora avultam as moradas da riqueza e do luxo, bordavam as planicies as choupanas dispersas do indigena! E toda esta transformação maravilhosa, que, em tão pouco tempo, se operou, é fructo, ó Christo, da tua santa doutrina e do verbo de liberdade.

«Para que do amago d'estes sertões fulgisse a luz, se alentasse a vida e vigorasse e esforço, foi preciso que com o auxilio da tua divina palavra, fecundassemos a terra com as nossas lagrimas e o nosso sangue.

«E correram abundantes!

«D'aqui nasceram, porém, fructos abençoados.

«Dos despojos das raças extinctas brotam as maravilhas do mundo moderno!

«Da fé e do trabalho germinaram as idéas do progresso, e da força potente d'este as flôres da civilização, as victorias e os triumphos da vontade e da intelligencia!

«Senhor! Vós, que nos ouvis n'est'hora solemne, extendei sobre esta terra predilecta o vosso manto protector.

«Esta cruz, que é o symbolo da redempção da humanidade, seja-o tambem do futuro glorioso do Brazil.

«Aqui em face de ti, ó symbolo augusto, pára todos os dias essa mocidade brilhante, antes de penetrar nas arcarias d'aquelle templo da sciencia.

«Illumina-a, Senhor, com um raio immortal do teu diadema de luz, para que possa ser iniciada no baptismo da sabedoria, e engrosse um dia a gloriosa pha-

Digitized by Google

lange que ha de dirigir os destinos soberanos da patria!

«Seja o labarum da tua philosophia divina o estandarte que os guie na cruzada do futuro.

«Só assim da tua doutrina e do nosso sangue ter-se-ha levantado na terra americana um dos maiores e mais soberbos monumentos da tua eterna gloria!

«E os phantasmas esvaeceram-se aos pés da cruz, parecendo-me ler em seu pedestal com lettras luminosas estes dois nomes: NOBREGA E ANCHIETA![1]»

CAPITULO XV

Viajantes.—Homens do mar.—Aventureiros celebres.—João Ango

AGORA, que vamos separar-nos definitivamente dos tempos aureos de Portugal para entrarmos na sua longa decadencia, não podemos deixar de consagrar um capitulo não só propriamente aos mestres da arte de navegar, completando assim com a indicação dos serviços prestados pelos Portuguezes á nautica a materia do capitulo antecedente, mas tambem a certas individualidades notaveis, que, sem occuparem um logar importante na historia portugueza, nem como descobridores, nem como generaes, nem como administradores, nem como homens de sciencia, merecem comtudo que se recordem os seus nomes, celebres pelas suas aventuras, ou pelos seus actos de audacia.

E' um d'elles, por exemplo, Fernão Mendes Pinto, cujas peregrinações nos diz Ferdinand Denis que foram calumniadas por Shakespeare, sem nos dizer comtudo em qual das suas obras, mas que foram incontestavelmente calumniadas por muitos outros escriptores, tanto nacionaes como estrangeiros, reconhecendo-se hoje comtudo a profunda verdade que encerram.

MEM CERVEIRA

Nasceu Fernão Mendes Pinto de fa-

[1] Augusto Emilio Zaluar, *Peregrinação pela provincia de S. Paulo*, 1860-1861, pag. 207. (Rio de Janeiro, edição Garnier, 1861.)

Digitized by Google

milia pobre na villa de Montemór-o-Velho, no anno de 1509. Foi moço da camara do duque de Coimbra, e afinal quiz na Asia tentar fortuna embarcando para a India a 11 de março de 1537. Não iremos narrar as viagens que elle proprio contou de tão peregrina maneira, mas diremos só que poucos viajantes antigos ou modernos tiveram tão maravilhosas aventuras, visitaram tão estranhas terras, affrontaram tantos perigos, naufragios e combates, e viram emfim tão diversos e ignorados povos.

Na India chegou a Diu, e de Diu foi ao estreito de Bab-el-Mandeb, percorreu a Abyssinia e a Arabia, sempre commerciando, e, quando regressou á India, foi aprisionado por uns Turcos, e andou feito escravo, vendido e revendido, até que o resgataram alguns mercadores christãos, que o levaram para Ormuz, de Ormuz para Chaul, e de Chaul para Malaca com Pedro de Faria. Este encarregou-o de algumas embaixadas; n'uma d'essas foi preso, até que o resgatou um mercador mouro que o levou para Malaca. Continuaram depois as suas aventuras, que se repetiram com tanta frequencia que o livro das *Peregrinações* passou por ser uma especie de livro das *Aventuras de Sindbad*, um verdadeiro conto das Mil e Uma Noites.

Uma d'essas viagens aventurosas foi a campanha de corso que emprehendeu debaixo das ordens de Antonio de Faria nos mares da China e do Japão. N'essa campanha caiu Fernão Mendes prisioneiro dos Chinezes que o levaram até Pekin. Largo tempo trabalharam Fernão Mendes Pinto e os seus companheiros como escravos, até que uma invasão dos Tartaros os libertou, e os poz até no galarim, porque serviram de muito aos invasores, pelo seu conhecimento de tactica e da estrategia europêa.

Em tanta conta os ficaram tendo os Tartaros que desejaram conserval-os na côrte, mas elles a todas as recompensas preferiram a faculdade de poderem regressar a terras portuguezas na comitiva de um embaixador que era enviado á Cochinchina. Novas aventuras que lhe succederam n'essa viagem levaram Fernão Mendes Pinto ás terras do Japão, que percorreu e estudou, e d'onde voltou rico para Malaca onde conheceu S. Francisco Xavier, com quem travou relações de intima amizade. Passou a Gôa, e ahi os jesuitas por tal fórma o enleiaram nas suas redes subtis, que Fernão Mendes, tomado de surpreza, levado pelo padre Belchior Nunes, superior do collegio de Gôa, para um eremiterio em que foi passar dois dias, enervado pela atmosphera de mysticismo em que o fizeram viver, impressionado profundamente pelo caracter tocante da ceremonia dos votos jesuiticos, a que assistiu, atacado emfim por uma verdadeira doença de imitação, como são as doenças nervosas, rompeu no meio da ceremonia n'um accesso de choro, declarando que queria ser jesuita, cedendo os seus bens á Companhia. Infelizmente para os planos dos filhos de Santo Ignacio, Fernão Mendes não poude logo vestir a roupeta, porque teve de voltar ao Japão, como embaixador do vice-rei D. Affonso de Noronha. A mudança de ares e a observação mais detida acalmaram a excitação nervosa de Fernão Mendes, que se arrependeu do que fizera e declarou positivamente que não queria tomar votos. Largou-o a Companhia receiosa de escandalo, mas declarou-lhe guerra de morte, e o pobre Fernão Mendes nem poude parar mais em Gôa, porque os jesuitas levantaram contra elle a opinião publica, nem poude alcançar no reino a recompensa dos seus altos e relevantissimos serviços, porque em todas as estações officiaes encontrava a influencia da terrivel companhia a

Digitized by Google

minar-lhe o terreno debaixo dos pés e a contrariar-lhe as pretenções.

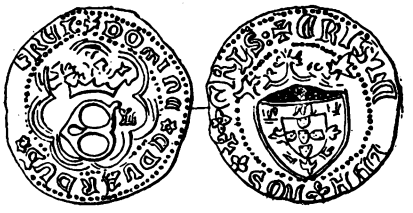
Viveu obscuramente em Almada os ultimos annos da sua vida, até que morreu, segundo se suppõe, em 1583. O seu livro só foi impresso depois da sua morte, em 1614.

«A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto, diz José Feliciano de Castilho, é um dos livros de mais popular e aprazivel licção que jámais se escreveram em idioma algum. Percorre todos os estylos, abraça todas as situações; tem lagrimas para todos os olhos, sorrisos para todos os labios; terror para todos os espiritos; pasto para todas as imaginações; consolação para todas as dôres; allivio para todas as tribulações. Protheu habilissimo, sabe sempre vestir a fórma que na conjunctura se requer.»

Muito tempo foram consideradas as suas viagens um aggregado de mentiras; as modernas explorações de viajantes estrangeiros rehabilitaram a memoria do viajante portuguez, demonstrando a sua veracidade.

O seu livro foi tão apreciado que o traduziram em muitas linguas, podendo-se vêr a noticia d'essas traducções no precioso *Diccionario bibliographico* de Innocencio da Silva, t. 2.º, pag. 289.

Como era natural, estando Portugal inteiro empenhado em tarefas que se levavam a cabo em remotos paizes, apoderou-se de todos os Portuguezes a febre das viagens. Uns iam como missionarios percorrer em todos os sentidos a Asia e a Africa para plantar nos sitios apparentemente mais inaccessiveis a cruz de Christo, outros iam como descobridores sulcar desconhecidos mares para abrir novos caminhos ao commercio portuguez, outros, emfim iam como verdadeiros *touristas* viajar só com o fito de conhecer terras novas, ou quando muito com a idéa de visitar a Terra Santa, que era mais o pretexto do que o motivo verdadeiro das suas viagens. Taes foram, por exemplo, fr. Pantaleão de Aveiro, que fez em 1563 uma viagem á Palestina e que a contou n'um livro celebre *Itinerario da Terra Santa*, Antonio Tenreiro, que veiu da India a Portugal, por terra, em 1529, e que escreveu tambem o iti-



Meio escudo, de D. Duarte

nerario da sua jornada, e no seculo XVII fr. Gaspar de S. Bernardino e Manuel Godinho, que ambos escreveram egualmente as suas viagens.

Todos estes pertencem, como Fernão Mendes Pinto, á familia dos curiosos, dos ávidos de aventuras, e tão raros são elles hoje entre nós, como eram frequentes n'esses tempos.

Occupemo-nos, porém, agora rapidamente d'aquelles que trabalharam em empreza mais directamente util á sciencia e á patria, d'aquelles que se occuparam scientificamente dos processos d'essa navegação, a que a audacia portugueza déra tão vigoroso impulso.

Suppõe-se hoje talvez, com a ignorancia que por ahi campeia e que se assoalha em livros ineptamente desdenhosos, que foi o acaso que levou os Portuguezes a tão remotos paizes, que os fez penetrar em desconhecidas enseadas, e percorrer affoitamente todos os mares como os percorreu Fernão Mendes Pinto. Pois o engano é completo e devia manifestar-se intuitivamente a todos os espiritos, porque, sendo a navegação uma sciencia e uma sciencia bastante complexa, não podiam ser ignorantes os que assim precediam todos os outros povos no percurso de mares desconhecidos. Assim era effectivamente, e não só os pi-

Digitized by Google

lotos portuguezes eram então os primeiros do mundo, mas muitos d'esses fidalgos que capitaneavam as armadas eram bastante instruidos na arte de navegação.

D. João de Castro, por exemplo, o famoso vice-rei da India, era, como já tivemos occasião de dizer, um homem profundamente sabedor de tudo o que dizia respeito a nautica. Escreveu o *Roteiro de Lisboa a Gôa*, o *Roteiro de Gôa a Diu*, o *Roteiro do Mar Roxo* e parece que tambem um *Roteiro das Costas da India*. Os tres primeiros acham-se já publicados, pelo sr. João de Andrade Corvo, Diogo Kopke e dr. Nunes de Carvalho; o ultimo ou se perdeu, ou nem se chegou a escrever.

Nunca navegou D. João de Castro sem fazer as mais exactas e completas observações scientificas; os seus *Roteiros* o provam, e dá testemunho d'isso a carta que aquelle illustre Portuguez escreveu de Moçambique a el-rei D. João III:

«Eu, senhor, tenho trabalhado neste caminho quanto pude por entender miudamente a variação das agulhas de que os pilotos tanto se queixam e soube-a perfeitamente, e affirmo a Vossa Alteza que até agora nem foi sabido nem imaginado algum segredo que n'esta parte alcancei e que faz muito ao caso para as differenças que houve entre Vossa Alteza e o imperador e pode haver sobre a repartição do mundo.

«E assim me certifiquei da longura (*longitude*) que ha do Brazil ao Cabo da Boa Esperança e n'isto estou tão constante que me atreverei a o fazer confessar a homens barbaros e a outros de grande engenho.

«E tambem foi por mim muito exercitada a levação do sol a toda a hora do dia e n'esta operação achei muitos avisos notaveis.

«Não fui remisso de fazer muitas notações sobre o correr das aguas e n'isto achei muitas differenças e cousas mui remotas da noticia dos seus pilotos.

«Contemplei a ordem dos ventos e se dariam logar a passarem naus á India todo o anno, e este nome de monções se é assim como dizem ou não e do que d'isto soube estou satisfeito.

«Do mar tirei quanto pude, assim por aves e peixes e hervas para conhecimento das terras.

«E assim achei logares onde os pilotos são enganados na altura, e foi por mim investigada a causa e sabida e todas aquellas terras por onde passei assentei em verdadeiras alturas e derrotas.

«E aquellas que me pareceu proveitoso debuxei para aviso e resguardo de seus pilotos.

«Os eclipses da lua tenho muito a carrego. De tudo isto tenho feito um roteiro que poderá occupar duas mãos de papel... [1]»

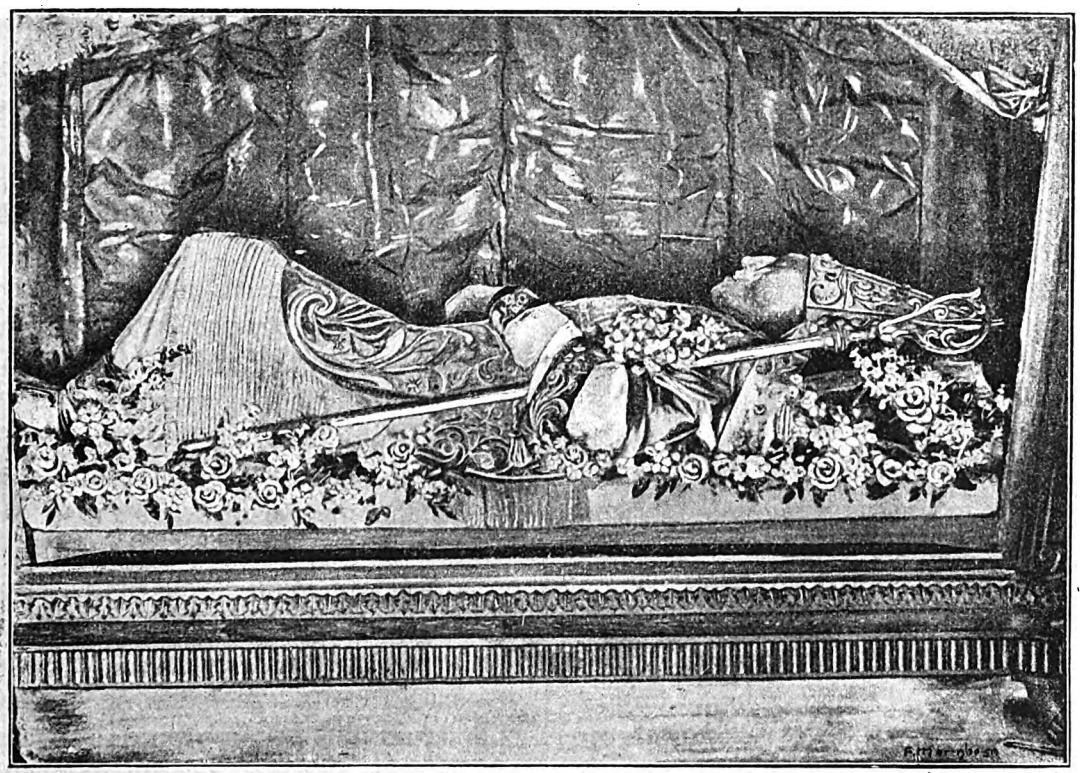
Um dos fins que tinha a viagem de D. João de Castro era o de experimentar novas agulhas de marear, porque as antigas tinham o defeito de *noroestarem* muito, quer dizer, de inclinarem um pouco para o occidente, em vez de indicarem precisamente o norte [2]. Ia tambem encarregado de experimentar um instrumento de Pedro Nunes para determinar a latitude por meio das sombras e da esphera [3], e levava umas taboas de declinações feitas pelo mesmo Pedro Nunes, e calculadas para os quatro annos de 1537 a 1540 [4]. Cumprindo rigorosamente a sua missão scientifica, fez D. João de Castro um grande numero de observações, cuja perfeição o sr. Andrade Corvo frequentemente indica. É assim que elle reconhece a existencia da corrente equatorial [5], que descreve com rara exactidão

[1] *Roteiro de Lisboa a Gôa por D. João de Castro*, pag. 8 nota (Lisboa, 1882).
[2] Ibid. pag. 23 nota do sr. Andrade Corvo.
[3] Ibid. pag. 63.
[4] Ibid. pag. 77 nota.
[5] Ibid. pag. 126 nota 2 do sr. Andrade Corvo.

Digitized by Google

o phenomeno do Sant'elmo, percebendo a sua relação com os phenomenos electricos, ao passo que em 1696, mais de seculo e meio depois, ainda o navegador francez, mr. Forbin, tão pouco conhecia essas relações que mandava os seus marinheiros apanhar essa chamma que pairava nos mastros, como elle mesmo refere, etc., etc.[1] Quem se interessava mais directamente por estas observações de Tambem esse conservava relações scientificas seguidas com Pedro Nunes, a quem expunha as observações que fazia e as duvidas que se lhe apresentavam. A duas d'essas duvidas respondeu Pedro Nunes n'um livro que intitulou *Tratado que o doutor Pedro Nunes fez sobre certas duvidas de navegação*[1].

Citaremos ainda outro d'esses heróes portuguezes tractados com tanto des-



VENERANDA RELIQUIA DE S. TORQUATO NOS SUBURBIOS DE GUIMARÃES

D. João de Castro era não só o doutor Pedro Nunes, cujos instrumentos e methodos o illustre navegador ia estudar practicamente, mas o infante D. Luiz, que se consagrava ardentemente a esses estudos.

Outro navegador egualmente estudioso e observador attento dos phenomenos nauticos e astronomicos era Martim Affonso de Sousa, o governador da India que antecedeu D. João de Castro.

dem pela critica contemporanea, e que não era menos sabio navegador que os dois governadores da India que acabamos de indicar — Duarte Pacheco. O seu *Esmeraldo de situ orbis*, manuscripto, cuja publicação nos é promettida pelo sr. Andrade Corvo, que a enriquecerá decerto com tão excellentes notas como as que juntou ao *Roteiro de D. João de Castro*, mostra bem a vasta erudição

[1] *Roteiro*, etc., pag. 282 nota.

[1] *Roteiro* de *Lisboa a Gôa* por D. João de Castro, pag. 145 nota. Veja-se tambem *Bib. Lus.* vol. 3.°, voc. *Pedro Nunes.*

Digitized by Google

nautica que possuia, e ainda ficou por escrever ou se perdeu a parte que se referia ao estudo demorado da costa oriental africana, que estava pouco conhecida e que Duarte Pacheco aconselhára a D. Manuel que mandasse detidamente explorar[1]. Parte d'esse trabalho foi feito depois por Manuel de Mesquita Perestrello, como já dissemos.

Evidentemente em Portugal pensou-se, e pensou-se com grande cuidado, na sciencia de navegação. Havia, como ha sempre, graves discussões entre os praticos e os theoricos, e do desdem dos practicos se queixava amargamente Pedro Nunes no seu *Tractado de defensão da carta de marear,* e D. João de Castro nos seus *Roteiros.* Mas esses mesmos pilotos se iam instruindo com as licções do cosmographo-mór, e escreviam os seus *Roteiros*, como Francisco Rodrigues, Aleixo da Motta, Gaspar Reimão, etc., *Roteiros* que foram durante dois seculos as guias unicas de que se serviam para as suas navegações no Oriente os viajantes estrangeiros.

Assim como então ninguem nos excedia na sciencia de navegação, tambem ninguem nos passava adeante na audacia de marinheiros. Dois homens foram, pode dizer-se, no seculo XVI os prototypos d'essa temeridade maravilhosa, um propriamente como navegador, outro como guerreiro naval — Diogo Botelho Pereira e Pero Gallego.

Nasceu Diogo Botelho em Cochim nos principios do seculo XVI, sendo filho bastardo do fidalgo Antonio Real, e de uma Portugueza, Iria Pereira. Recebeu uma educação distincta, e adquiriu principalmente grandes conhecimentos nauticos. Vindo a Portugal, foi bem accolhido por D. João III, que lhe deu foro de fidalgo; mas, negando-lhe a capitania de Chaul, Diogo Botelho deu a entender que passaria a Castella, e el-rei, temendo a repetição do caso de Fernão de Magalhães, prendeu-o no castello de Lisboa, d'onde saiu apenas a pedido de Vasco da Gama, que o desejava levar comsigo á India.

Ardia Diogo Botelho em anhelos de voltar a Portugal, mas queria voltar como triumphador. Por essa occasião, conseguira Nuno da Cunha edificar uma fortaleza em Diu. Botelho arma uma pequena fusta, tripulada com cinco Portuguezes e oito escravos, e delibera trazer a noticia a Portugal n'essa casca de noz, verdadeiro joguete das ondas. O que elle passaria imagina-se facilmente. Eram destemidos os seus compatriotas, mas os escravos tentaram revoltar-se, e, n'um dia de procella, na amplidão do Oceano, n'esse theatro pequenissimo, trava-se uma lucta horrida. Venceu Diogo Botelho, ficando gravemente ferido; mas a Providencia velava por elle: fomes, tempestades, tudo superou, e entrou finalmente em Lisboa a 21 de maio de 1536, tendo sahido da India no principio de novembro de 1535.

Causou admiração geral esta audacia estupenda, e a fusta por muito tempo a visitaram Portuguezes e estrangeiros, não podendo conceber como tanto se ousasse.

Foi vêl-a o proprio rei, mas com difficuldade perdoou a Diogo Botelho a sua heroica deserção, premiando-o só muito tempo depois com a capitania da ilha de S. Thomé e em seguida com a de Cananor.

Mas de todos os typos de heroes do mar e de aventureiros celebres que viveram no tempo de D. João III, o mais original é decerto o de Pero Gallego, moço fidalgo de Vianna, que, depois de ter militado gloriosamente na Africa, repousava tranquillamente na sua terra natal, ou porque os doces laços do amor alli o prendessem, ou por qualquer outro desconhecido motivo. Um dia, fatigado da sua

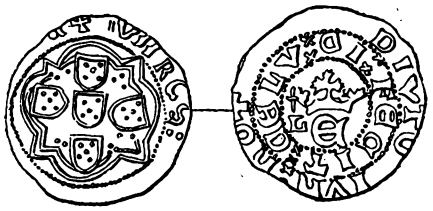
[1] *Roteiro*, etc. pag. 256 nota.

Digitized by Google

inacção, ou desejoso de conquistar com brilhantes façanhas o amor da sua dama, persuadiu a trinta rapazes de Vianna que fretassem um barco e fossem correr mares em busca de aventuras. Pero Gallego era estimado e respeitado por todos; a fama das suas façanhas, a sua dextreza no jogo das armas e em todos os exercicios corporaes davam-lhe um certo prestigio que os moços da sua edade não tinham duvida em reconhecer. Accederam por conseguinte ao seu convite, e n'um bello dia de abril de 1547, sahindo de Vianna ás escondidas, para que as suas familias não pozessem embargos ao estouvado projecto, metteram-se n'uma caravella e foram correr mares. O primeiro navio com que se encontraram foi uma galé argelina tripulada por mais de oitenta homens. Depois de descarregarem os seus quatro canhões de ferro, os companheiros de Pero Gallego correram á abordagem, e foi tal o seu impeto que a galé argelina rendeu-se, e Pero Gallego levou-a em triumpho aos portos do Algarve.

Esta primeira façanha animou de tal modo os moços viannenses, que nenhuma façanha julgavam já impossivel, e effectivamente, dirigidos pelo seu brioso chefe durante tres annos foram o terror dos Barbarescos, e Pero Gallego adquiriu, na sua pequena esphera, tanta fama como a que no Mediterraneo adquirira, em façanhas de mais larga escala, o almirante genovez André-Doria.

As repetidas presas feitas sobre os corsarios tinham enriquecido a companha, e Pero Gallego, ao regressar a Vianna, fôra aportar a Cadix, onde estava n'essa occasião o almirante hespanhol Pedro Navarro á testa da sua esquadra. Ou ignorancia dos usos navaes, ou fanfarronada de heroe exaltado por tão miraculosas victorias, Pero Gallego não faz caso do almirante, e entra no porto com o pavilhão portuguez no tope do mastro, devagar e desdenhoso, como se fosse elle o almirante e Pedro Navarro o corsario. O Hespanhol, irritado, manda-lhe arriar o pavilhão: Pero Gallego não obedece. Navarro mette-se n'uma galé e vae elle mesmo punir a tiro de peça o audacioso estrangeiro. Mas Pero Gallego não se intimida; responde ao canhão com o



Escudo de D. Duarte

canhão, atravessa incolume a esquadra inimiga sobresaltada e que se prepara a atacal-o, e volta a Vianna, onde, sabedores d'esta extraordinaria aventura, os habitantes o recebem com o mais vivo enthusiasmo.

A sahida triumphal de Pero Gallego, em presença de toda a esquadra hespanhola só se póde explicar pela estupefacção que similhante arrojo devia produzir no animo dos nossos visinhos. É evidente que no primeiro momento julgaram-n'o doido, mas em todo o caso a affronta subsistia, o pavilhão hespanhol, fôra insultado, um almirante hespanhol, á testa da sua esquadra, fôra burlado, humilhado por um simples corsario portuguez. O governo de Carlos V reclamou contra isto, e quiz uma satisfação; mas, como escreve razoavelmente Ferdinand Denis «o governo de D. João III fingiu attender ás suas reclamações, e na realidade deixou gozar Pero Gallego tranquillamente da fama popular que adquirira. É hoje quasi ignorado; uma lembrança de Camões dar-lhe-hia a immortalidade»[1]

Vem agora a proposito falar na tradição franceza relativa a um tal Ango, negociante e corsario de Dieppe, que al-

[1] Quando escreviamos estas linhas na primeira edição o sr. Vilhena Barbosa publicava no *Commercio do Porto* uma serie de folhetins com o titulo de *Pero Gallego, lenda do seculo XVI.*

Digitized by Google

guns escriptores francezes transformam n'uma especie de Barba-Rôxa, terror dos mares occidentaes.

Causam-nos tédio, entre outras, as fanfarronadas, na verdade burlescas, de uma comedia franceza mais que mediocre, em que o auctor põe em scena dois embaixadores d'el-rei D. Manuel, pedindo humildemente ao armador de navios corsarios de Ango, que lhe conceda paz e que não continue a bloqueiar o porto de Lisboa![1] Devia ser caso para Affonso d'Albuquerque e Duarte Pacheco darem grandes gargalhadas o saberem que um negociante dieppez lhes dava licença que sahissem do Tejo para irem conquistar Gôa, Malaca, Ormuz e subjugar a India.

PRIMEIRO TUMULO DE S. TORQUATO

Segundo parece, Vasco da Gama descobriu o novo caminho para o Oriente, porque Mr. Ango houve por bem deixal-o passar! Foi pena que este honrado corsario não se lembrasse de um estratagema simples, que consistiria em não deixar sahir um barco só de Lisboa, e ir elle em nosso logar colher os proventos do commercio asiatico. Era não parar em tão bom caminho. Nem tudo lembra!

Quando publicámos a primeira edição d'este livro, depois de transcrevermos a narrativa de Ferdinand Denis, e de mostrarmos como o illustre escriptor francez, apezar do seu desejo de reivindicar para o seu paiz uma tradição tão gloriosa, não podia deixar de reconhecer o que ella tinha de absurdo, accrescentavamos que essa lenda nem podia subsistir no estado de facto possivel em que Ferdinand Denis o desejava conservar. Faltavam-nos porém os elementos indispensaveis para restabelecermos a verdade dos factos, elementos que felizmente hoje possuimos, graças a uma excellente e importantissima publicação do sr. Fernando Palha,[1] moço intelligentissimo e estudioso que põe ao serviço de uma erudição pouco vulgar e de um gosto pronunciado pelos estudos historicos os meios de fortuna que possue e que sabe empregar na acquisição de preciosissimos instrumentos de estudo e de investigação. Cahiram felizmente

[1] *Ango*, melodrama em cinco actos, seis quadros e um epilogo — 3.º acto. O que vale é que o auctor, Théodore Burette, não respeita, mais do que as nossas, as glorias da sua nação. No 5.º acto Ango insulta, pisa aos pés... Francisco II E Francisco I desmaia de medo, desmaia o heroe de Marignan e de Pavia!

[1] *A Carta de marca de João Ango* — Exposição summaria dos factos, extrahida de documentos originaes e ineditos por Fernando Palha, opusculo de 109 paginas, 40 de texto, 69 de documentos (Lisboa, 1882).

Digitized by Google

AFFONSO MEXIA FERINDO PERO DE MASCARENHAS EM COCHIM

Digitized by Google

nas suas habeis mãos muitos dos valiosos manuscriptos da livraria Castello-Melhor, e entre elles cartas de D. João III, dos seus ministros e dos principaes personagens da sua côrte, que esclarecem completamente o facto adulterado pelas tradições normandas, e a que pretendeu dar foros de verdade historica um escriptor serio e grave, mas verdadeiramente desvairado pelas suggestões do amor proprio nacional.

Eis pois quaes são os factos, taes como resultam dos documentos publicados pelo sr. Fernando Palha, e do lucido commentario do erudito expositor.[1]

Além dos esforços herculeos, que os Portuguezes precisavam de empregar para sustentar o seu dominio na Asia, na Africa e na America, tinham elles ainda de distrahir uma porção das suas forças para a empregarem na defeza das costas portuguezas, na protecção dos navios mercantes, porque em torno d'este riquissimo ninho de Lisboa pairava constantemente, como um bando de aves de preza, a praga dos corsarios argelinos e dos corsarios francezes. D'essa perseguição constante dos corsarios resta memoria em dois adagios portuguezes.

No proverbio «anda mouro na costa» se conserva a tradição do sobresalto constante em que estavam os habitantes da nossa zona maritima com receio das saltadas dos piratas mouros. No proverbio: «Isto é roupa de francezes» quer o sr. Fernando Palha ver, e com razão, parece-nos, a memoria das represalias a que os nossos recorriam para se vingarem dos corsarios d'esse paiz. «Era tão vulgar, entre nós, n'esses tempos, diz o sr. Fernando Palha, ter de exercer represalias contra subditos do rei de França, que a lingua se enriqueceu com uma nova locução — *roupa de francezes* — que no futuro veiu a significar objectos de que a todos era licito lançar mão.»[1]

A indicação do sr. Fernando Palha tem todos os visos de ser verdadeira, porque é certo que a locução é muito anterior á vinda dos Francezes a Portugal, época em que vulgarmente se imagina que teve principio o uso da phrase. N'uma sylva composta por Thomaz Pinto Brandão para descrever os festejos feitos em Lisboa por occasião do casamento do principe D. José em 1720 se diz, com referencia a uma corporação que levantára um arco de papelão, que os garotos:

> Ao seu arco, com talhos e revezes
> tractaram *como a roupa de francezes*[2]

Effectivamente a lucta era seria. Os Francezes, e principalmente os Normandos, não só procuravam esbulhar-nos do monopolio do commercio das terras da Africa, Asia e America, como depois tentaram esbulhar-nos da gloria de as termos descoberto; não só procuravam estabelecer-se no Brazil mas salteavam as nossas possessões mais proximas, esperavam os navios que tornavam da India carregados de pimenta, ou os que iam levar as mercadorias asiaticas de Lisboa a Flandres e assenhoreavam-se d'elles, quando não mostravam resistencia aspera. Ha d'essa perseguição incommoda memoria em todos os escriptos d'esse tempo. Basta que lembremos por exemplo a narrativa da desastrosa viagem de Jeronymo de Albuquerque Coelho de Pernambuco para Portugal, em que uma das mais terriveis catastrophes que succederam ao navio de Jeronymo d'Albuquerque foi o encontro de um corsario francez, que tudo lhe roubou

[1] A' data d'esta edição, é já fallecido o douto escriptor. *N. dos Editores.*

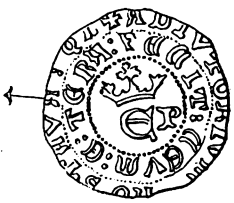
[1] *A Carta de marca de João Ango*, pag. 8.

[2] Vem publicada no *Fasto de hymeneu, ou historia panegestica dos desposorios dos fidelissimos reis de Portugal D. José I e D. Maria Anna Victoria.* (Lisboa, 1752).

Digitized by Google

até os instrumentos mais essenciaes para a navegação, e o deixou depois desamparado no meio do Oceano. Dos desembarques dos corsarios francezes era então victima sobretudo a ilha da Madeira, assim como tambem o contrabando que os Normandos preferiam era o do pau brazil. Essa praga dos corsarios francezes, que nos não incommodava só a nós, que incommodava tambem e sobretudo os Hespanhoes, cujos galeões cahiam com grande frequencia nas mãos d'esses flibusteiros, ao voltarem do Perú ou do Mexico, essa praga pois prejudicava de tal fórma o nosso commercio que, a não haver exaggero intencional nas queixas que D. João III mandava em 1531 a D. Alvaro de Athayde que apresentasse ao rei de França, desde que principiára o commercio da India tinham os corsarios francezes aprezado mais de trezentos navios, o que dá uma media de mais de dez navios por anno[1]. É verdade que as represalias eram crueis, e que não deviam ser muito menos os navios francezes que os nossos tomavam ou mettiam a pique. No tempo de D. Manuel, Duarte Pacheco infligia uma licção severissima ao corsario Mandragon: nas costas do Brazil navio francez encontrado era navio mettido a pique, e na mesma occasião em que D. Alvaro de Athayde tractava em França do negocio de Ango, prestava Martim Affonso de Sousa o serviço da immersão a uns navios francezes que encontrára nas costas do Brazil. Nem esta troca de apresamento e de submersão alterava as boas relações entre os dois paizes, nem o estabelecimento de Villegaignon no Brazil, e a subsequente e violenta expulsão pelos Portuguezes de Mem de Sá se considerava *casus belli* por qualquer dos dois paizes.

Mas as repetidas represalias não escarmentavam os corsarios francezes, que achando o negocio rendoso, apezar dos perigos, tinham feito da pirataria como que um ramo especial do seu commercio, chegando a organizar-se associações para se formar verdadeiras armadas com que exerciam em grande a sua profissão.



Cruzado, de D. Duarte

Um dos mais poderosos armadores d'estes navios de corso era João Ango de Dieppe, que enriquecera largamente com esse fructifero emprego dos seus capitaes, e que já não precisava de se associar com outros para lançar á caça das naus portuguezas e dos galeões hespanhoes armadas de dez ou de doze navios.

Francisco I chegou a nobilital-o, dando-lhe o titulo de visconde e de governador da cidade de Dieppe. Ango era realmente um vulto notavel no seu genero; não se limitava a armar navios para o corso, embarcava e combatia valentemente. Se depois passou a disfructar as largas riquezas que grangeara na sua residencia principesca de Varangeville, os alicerces da sua riqueza lançara-os elle *payant de sa personne* como em francez se diz.

Um dia, nos fins de 1529 ou principios de 1530, chegou ás aguas de Lisboa um dos seus navios acossado pelo temporal. Correu sobre elle a esquadra guarda costa, o navio francez procurou resistir, mas foi vencido facilmente e conduzido para dentro do Tejo. Encontraram-se-lhe a bordo mercadorias que só podiam provir do carregamento de um navio hespanhol, e roupas e outros objectos pertencentes a subditos portuguezes, e que ainda conservavam até o seu certificado de origem, por assim dizer-

[1] «qua seus vassallos aos meus tem tomado passante de trezentos navios, a qual perda que mais verdadeiramente se podem chamar roubos reduzida a boa conta monta tanto que me afirmão chegar a hum conto d'ouro.» *Instrucção a D. Alvaro de Athayde*, pag. 44 da *Carta de marca de João Ango.*

Digitized by Google

mos. Foi por tanto o navio julgado boa preza, a carga foi apprehendida, e a tripulação condemnada á morte pela forca, sem que o embaixador francez, Honoré du Cais, reclamasse contra a justiça da sentença. Appellou apenas para a misericordia do rei, pedindo que lhe fossem entregues os seus culpados compatriotas, pedido a que accedeu D. João III, desejoso de se conservar em boas relações de amizade com a França de Francisco I.

Ango porém é que se mostrou magoadissimo com esse facto, e, queixando-se ao seu rei, pediu-lhe auctorização para tirar dos Portuguezes as represalias convenientes.

Concedeu-lhe o rei carta de corso datada de 28 de julho de 1530, auctorizando-o a saquear navios portuguezes, até que auferisse do saque um lucro que não fosse superior a 220:000 ducados.

Não havia então em Paris embaixador portuguez, porque João da Silveira morrera e ainda não fôra substituido. D'aqui resultou que o governo portuguez só teve conhecimento do facto em abril de 1531. Achava-se então a côrte em Monte-Mór-o-Novo, e el-rei convocou logo o seu conselho para saber o que se havia de fazer. O caso effectivamente era completamente novo. Até ahi sempre o governo francez regeitára toda e qualquer idéa de solidariedade com o procedimento dos corsarios do seu paiz. Agora porém perfilhava a sua causa, concedia elle mesmo auctorização aos seus vassallos para fazerem guerra aos navios portuguezes. A carta de marca concedida a João Ango equivalia a arvorar a bandeira real franceza no tope dos navios piratas, transformando-os de facto e de direito em navios corsarios, segundo a significação mais moderna da palavra.

Não sorria, de certo, ao governo de D. João III, a idéa de uma guerra contra a França. Tendo-se afastado sempre cuidadosamente dos conflictos europeus, o governo portuguez, a quem não sobravam recursos para manter o seu dominio colonial, estava muito longe de encarar com agrado a perspectiva de uma guerra contra a França, guerra que nos fechava de mais a mais o mercado de Flandres, e produzia por conseguinte a ruina do nosso commercio. Por isso se reuniu o conselho e se resolveu afinal que fosse de proposito um embaixador a Paris reclamar de Francisco I a revogação da ordem que déra. O embaixador escolhido foi D. Alvaro de Athayde, já então védor da fazenda, ou ministro da fazenda, como hoje diriamos, e que tinha ainda de vir a ser conde da Castanheira, e grande valido de D. João III.

As instrucções que elle levava não as firmaria de certo el-rei D. Manuel, apezar de todos os seus defeitos. Começava com D. João III esse tristissimo periodo da nossa politica, em que da nossa fraqueza diplomatica tinham de nos resultar innumeras humilhações. N'esse documento, referendado pelo bispo de Vizeu D. Miguel da Silva, então escrivão da puridade, transparece a cada phrase o receio de provocar um conflicto directo com o governo francez. Ordena-se ao nosso embaixador que tracte o mais possivel particularmente com o rei Francisco I, para que não possa ter consequencias alguma palavra aspera do soberano. Recommendam-se-lhe mil transigencias, insinua-se-lhe que por todas as fórmas procure obter a revogação que se deseja, sem fazer ameaças nem falar em guerra. O documento é pouco honroso, mas que differença tem ainda assim da tradição normanda?... Apezar das suas fraquezas, D. João III não faz o minimo caso de João Ango; não são os seus navios que o preoccupam, o que o preoccupa é a perspectiva de uma guerra com a França. O embaixador nada tem com João Ango; sem a carta de

Digitized by Google

marca, o rico Dieppez é apenas um pirata que as esquadras portuguezas punirão como têem punido tantos outros; com a carta de marca, porém, João Ango representa a França, e o rompimento com a França não o quer por fórma alguma D. João III, que, tendo resistido a todas as instancias do imperador seu cunhado, para se não envolver nas guerras europêas, não deseja ver-se obrigado a entrar n'ellas por causa de João Ango, e este tambem tão pouca confiança tinha na acção dos seus navios, que, longe de mandar bloqueiar Lisboa, só usa da carta de corso para embargar nos portos de França os navios que de Portugal se dirigiam para Flandres, que, longe emfim de esperar que o embaixador portuguez fosse a Dieppe, apenas sabe da sua chegada a Paris, corre a Paris tambem para contrariar as suas reclamações, para conseguir que Francisco I o não abandone, retirando-lhe a carta de corso.

Desejariamos de certo que D. João III houvesse mostrado mais energia mesmo em presença da França, mas percebemos perfeitamente que elle faça todas as concessões possiveis para evitar um rompimento com o poderoso rival de Carlos V; o que não perceberiamos era que elle se humilhasse perante um simples corsario de Dieppe, cujos navios não resistiriam ás bombardas d'esse terrivel galeão *Botafogo*, que annos depois tinha de ser o assombro da Europa e da Africa, quando appareceu fazendo parte da poderosa esquadra portugueza, que foi á expedição de Tunis em auxilio de Carlos V.

D. Antonio de Athayde partiu a toda a pressa, mas não encontrou facilidade em obter o que desejava. Francisco I n'essa occasião achava-se em paz com o imperador Carlos V; tivera alguma d'essas velleidades maritimas e coloniaes, que de vez em quando o salteiavam, como na occasião em que dizia: «Sempre desejava ver o artigo do testamento do pae Adão, que lega a meus irmãos de Hespanha e de Portugal a Asia, a Africa e a America.» É certo que declarou que a carta de marca ou de corso fôra concedida pelo seu conselho, e que só o conselho a podia revogar. Entretanto os navios portuguezes que iam para Flandres já não podiam tocar impunemente nos portos francezes, e fazia-lhes isso muita falta, não só porque eram bons portos de escala para tomarem refrescos e re-

D. JOÃO DE CASTRO

Digitized by Google

novarem provisões, mas porque muitas vezes lhes servia de refugio contra os temporaes do mar da Mancha.

Vendo pois a teima do rei de França, e querendo o negocio terminado, D. João III não hesita em conceder que se chegue a algum accordo com João Ango. Lembrou-se entretanto em França, como o melhor alvitre, que tanto esse caso como todas as outras pendencias existentes entre Portugal e França se sujeitassem ao juizo de arbitros, que funccionassem em sitio independente das duas corôas.

Não sorria muito essa idéa á corôa portugueza, porque não tinha muito desejo de ver sujeito a discussão o direito do monopolio de navegação, que até ahi fôra considerado como incontestavel e indiscutivel. Effectivamente, se Francisco I, como affirmava, quizesse ver a copia authentica do testamento de Adão, Portugal não a tinha para lh'a mostrar. Emfim D. Alvaro de Athayde lá se entendeu particularmente com o almirante de França, que era Henrique de Chabot, a quem deu dez mil cruzados, e este comprometteu-se secretamente a fazer com que João Ango se contentasse com o que se lhe promettia, a impedir que d'ahi por deante se armassem navios para as costas da Malagueta e do Brazil, e emfim a velar pelo estricto cumprimento do tractado ostensivo, porque, este como póde imaginar-se, era secreto.

O tractado ostensivo, longe de ser o que a tradição imagina, era extremamente honroso para Portugal, porque se combinou simplesmente, como D. João III diz, «que el-rei de França me escreveria uma carta como a elle aprazia que esta lettra de marca de João Ango e todas as outras que se poderiam conceder as haveria por revogadas e todas as que se pedissem se julgassem primeiro por juizes, segundo a fórma de um capitulo que vem nos apontamentos que de fóra me mandastes» [1].

Secretamente, porém, o rei de Portugal fazia importantes concessões, porque se obrigava a pagar a João Ango dez mil francos por uma vez só e mais cincoenta mil nos prazos que se marcassem.

Como se vê, afinal de contas o negocio não era d'aquelles de que mais nos podemos gloriar, e ha não sabemos que vagas similhanças entre o caso de João Ango e o caso do *Charles et George*. Tambem n'aquelle caso Portugal teve de pagar indemnização por um navio que fôra considerado boa e legitima preza pelos seus tribunaes, navio tripulado por negreiros no caso *Charles et George*, por *ladrões de toda a roupa*, como então se dizia, ou piratas, no caso de João Ango. Mas ainda assim não só ha uma grande differença a favor da diplomacia de D. João III, porque essa indemnização foi dada secretamente, não como reconhecimento de um direito, mas como propina para obter o acabamento de uma demanda; não só com essa indemnização se obteve a revogação da carta de marca de João Ango e de todas as outras (posto que o cumprimento d'esse artigo continuasse a ser puramente nominal), mas sobretudo Portugal nada tem com João Ango, e não faz o minimo caso das suas fanfarronadas. Longe do corsario dieppez lhe bloquear Lisboa, era tão infeliz n'essa occasião que dez navios, que elle e mais alguns corsarios enviaram aos Açores para salteiar navios que voltassem da India, foram saccudidos asperamente pela esquadra do cruzeiro, commandada por Antonio de Miranda [2]. João Ango era simplesmente para Portugal um subdito do rei de França, cuja causa fôra espo-

[1] *A Carta de marca de João Ango*, pag. 84. — Doc. XVII.

[2] *A Carta de marca de João Ango*, pag. 32.

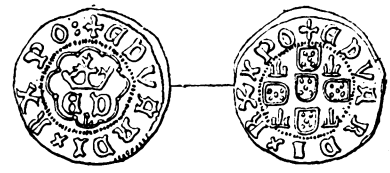
Digitized by Google

sada pelo governo francez. Pintarem-n'o a receber as supplicas dos embaixadores portuguezes é tão crasso disparate como seria o do historiador futuro que pozesse o commandante da *Charles et George* a receber embaixadas de Portugal, só porque Napoleão III imperador dos Francezes nos impoz a humilhação de lhe entregarmos o navio.

Além de tudo o mais, devemos accrescentar que embora fossem incommodos, effectivamente os corsarios francezes, os nossos marinheiros estavam costumados a castigal-os com as suas proprias mãos, e as iras de João Ango não levariam o governo de João III, apezar de fraco e estulto, a ir pedir reparação ao governo de Francisco I. Mas o que tornou indispensaveis a embaixada, e a negociação e o accordo, foi sobretudo o embargo dos navios portuguezes nos portos de França. Em Rouen, por exemplo, estava embargada uma urca portugueza com uma carregação que valia dez mil cruzados, e uma nau carregada de assucar, e na Rochella um navio de mercadores de Vianna do Minho com uma carregação de cem mil cruzados [1]. Estes é que eram os males gravissimos que D. Alvaro de Athayde tractava de remediar.

A uma fabula impudente se reduz pois o famigerado bloqueio de Lisboa e o poder immenso de João Ango! Era o Dieppez um corsario, audaz como todos os Normandos, que fez o que fazem todos os corsarios, que apresou os navios mais fracos, que fugiu deante dos navios mais fortes, ou que foi apresado por elles, mas de que não resta memoria senão nas tradições populares da Normandia maritima.

Accrescentemos, para completarmos esta noticia, que o folhetinista Julio Janin, n'uma das suas magnificas revistas theatraes, zomba muito chistosamente da comedia em que falámos, e não se esquece de pôr em relevo o ridiculo extravagante do embaixador enviado pelo monarcha da mais poderosa nação maritima d'esse tempo ao aventuroso corsario da cidade de Dieppe [1].



Real de prata, ou real de 11 dinheiros, de D. Duarte

Mas é triste que, sempre que temos de commemorar as grandes acções dos nossos annaes, encontremos deante de nós um Francez a querer-se apossar da gloria que nos pertence. Quando narrámos as descobertas da Africa, e do novo caminho para a India, sempre fomos esbarrar nas pretenções d'um Francez; agora, que mostrámos quanto era temida e respeitada a marinha portugueza, encontramos de novo um Francez a arrogar-se, com estranho orgulho, o privilegio de nos fazer tremer deante das suas fanfarronadas. E' este defeito, o da *suffisance*, como elles mesmos dizem, que prejudica um pouco a indole generosa e expansiva da França. Pois uma nação tão rica de glorias como a sua, póde, deve respeitar os outros povos que tambem contam na sua historia gloriosos feitos. Precisa por acaso o paiz que tem nos seus annaes Bouvines e Marignan, Rocroy e Denain, Fontenoy e Jemmapes, Arcole e Marengo, Austerlitz e Iena, Wagram e Montmirail, Alma e Solferino, de entrançar n'estes louros verdadeiros e deslumbrantes as pallidas folhas de menti-

[1] *A Carta de marça de João Ango*, pag. 98 e 99. Doc. XIX.

[1] Citaremos as proprias palavras do illustre escriptor: *Voyez vous d'ici l'ambassadeur de cette fière nation du Portugal, ces cousins germains de tant de grands d'Espagne, dont le privilége est de parler la tête couverte à leurs rois, aux genoux d'Ango de Dieppe! Encore une fois, c'est une triste manière de faire applaudir un mélodrame.* Jules Janin, *Histoire de la littérature dramatique*, t. 1.°, pag. 174 Paris, 1853.)

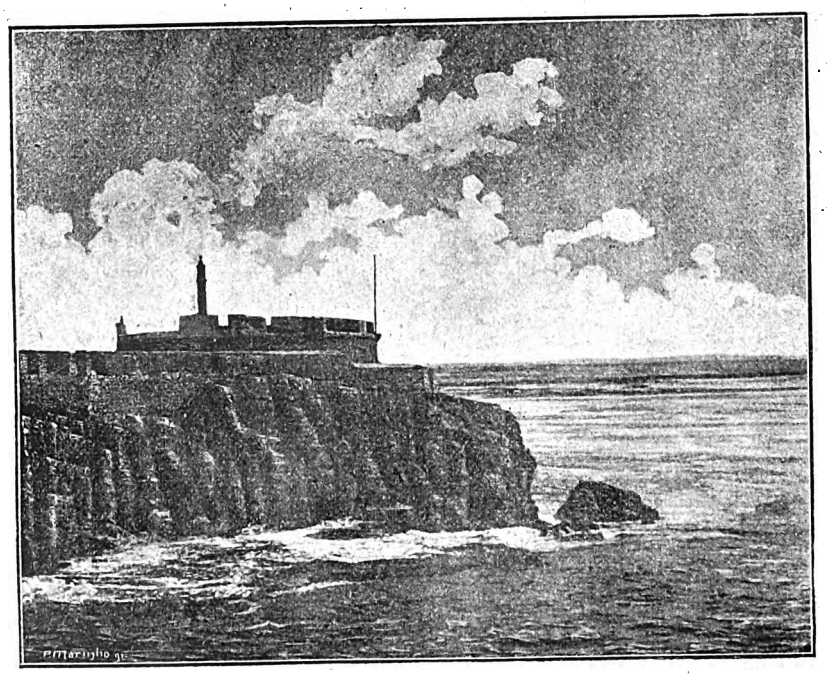
Digitized by Google

rosa corôa, de ir furtar ao thesouro de outra nação glorias de que tão opulenta é? E mesmo a França maritima, que se póde gloriar dos nomes de João Bart, Duguay-Trouin, Suffren, Latouche Tréville, e Dupperré, precisa de juntar a essas admiraveis figuras o vulto semi-apagado d'Ango, que a tradição popular se compraz em rodear d'uma auréola mentida?

CAPITULO XVI

Guerra d'Africa

JÁ não eram, como vimos, tempos cavalheirescos os tempos de D. João III, e, se os Portuguezes ainda practicavam na India façanhas heroicas, se na Africa mesmo, onde o proveito era menos certo, ainda mantinham a gloria do nome de Portugal, e as briosas tradições de D. Duarte de Menezes, de Lopo Barriga, e de Nuno Fernandes d'Athayde, comtudo, nos conselhos d'el-rei já se attendia pouco ás questões de gloria, e pensava-se unicamente no rendimento que ao thesouro podia advir das conquistas.



FORTALEZA DE PENICHE

Por conseguinte, mereceram a D. João III pouca attenção as praças africanas, e não só não emprehendeu elle novas conquistas, mas até desamparou uma grande parte das que possuia. Alguns feitos notaveis apparecem comtudo de longe nos annaes africanos, bem pallidos n'essa época em comparação dos tempos que haviam precedido.

Cital-os-hemos chronologicamente.

Em 1522 Gonçalo Mendes Çacoto fez uma entrada brilhante em terra de inimigos. Em 1533 a cidade de Santa Cruz d'Aguer ou de Gué, sitiada pelos Mouros, foi defendida heroicamente pelo seu capitão Simão Gonçalves da Costa, que recebeu um auxilio efficaz de Simão Gonçalves da Camara, capitão e donatario da proxima ilha da Madeira. Em 1534 Luiz Loureiro, capitão de Safi, defendeu-o tambem contra o proprio imperador de Marrocos, obrigando-o a levantar o cêrco um soccorro que veiu

Digitized by Google

do reino, commandado por D. Garcia de Noronha, que foi depois vice-rei da India. Mas d'ahi a pouco tempo a mesma cidade de Santa Cruz do Cabo do Gué, defendida por D. Guterres de Monroy, e cercada pelos Mouros, foi por elles tomada apezar da brilhante defeza dos nossos e em consequencia d'um desastre que succedeu á fortaleza, communicando-se o fogo a um barril de polvora, de que resultou uma explosão que fez ir pelos ares um baluarte e uma porção de muralha. Em 1542 D. João III, vendo a difficuldade de sustentar tantas praças sem grande dispendio, mandou despejar Safi e Azamor, concentrando as forças que defendiam essas cidades na praça de Mazagão, que tornou inexpugnavel e que foi effectivamente a ultima que os Portuguezes desampararam, voluntariamente, no reinado d'el-rei D. José.

Em 1544 D. Manuel de Mascarenhas, capitão d'Arzilla, infligiu aos Mouros tres severas lições. Em 1546 o mesmo fez Francisco Botelho, capitão de Tanger. Mas por esta occasião o imperador de Marrocos tomava Fez, e, conglobando n'um só esses dois reinos, tornava-o uma potencia terrivel, o que obrigou D. João III a mandar fortificar melhor os logares que ainda possuia na Africa. Foi então que ordenou que se construisse um forte no Seinal, junto d'Alcacer-Ceguer, e que, entendendo que o imperador Carlos V não era menos interessado do que elle em impedir que tomassem grande incremento os Musulmanos d'Africa, lhe pediu a sua coadjuvação, ao que o imperador sempre se esquivou, empenhado como estava nas suas grandes guerras européas.

Os Portuguezes comtudo serviam já de má vontade na Africa, viam a pouca attenção que essas praças mereciam a el-rei, que ordenava que se despejasse Arzilla, e antes queriam pelejar na India, onde era mais brilhante a gloria e o proveito mais seguro. Por isso, tudo eram obstaculos para a construcção do forte

FR. THOMÉ DE JESUS

do Seinal, e, quando D. João III ordenava a D. Affonso de Noronha, capitão de Ceuta, e depois vice-rei da India, que fosse saltear Tetuão, respondia-lhe D. Affonso que só para destruir os arrabaldes d'essa cidade precisava de mais de quatro mil soldados. Com menos de quatro mil subjugára Affonso de Albuquerque a India toda, e fôra o terror do Oriente.

Vendo estas demoras e esta irresolução, mandou el-rei D. Pedro Mascare-

Digitized by Google

nhas a Africa para vêr qual era o motivo por que o forte de Seinal se não construia, e para observar tambem a situação em que se achava Tanger, e se essa praça seria mais defensavel do que outras. Parecia que D. João III só desejava um pretexto para ir abandonando a um e um aos inimigos todos os logares da Africa.

Entretanto o imperador, a quem D. João III não cessava de pedir a sua coadjuvação, continuava a esquivar-se a dar-lh'a; um celebre corsario, Rais Dragut, ameaçava, tambem, não só as praças portuguezas da Africa, mas ainda as costas da Peninsula. Contra esse affirmava o imperador que não tardaria a mandar o principe genovez, André Doria, terror dos Barbarescos piratas, e cuja esquadra assoberbava o Mediterraneo. Entretanto, como o rei de Velez, inimigo natural do imperador de Marrocos, procurava o auxilio de Portugal, D. João III entendeu em favorecel-o, mas não muito abertamente. Offerecia-se o rei de Velez a defender Arzilla se lh'a entregassem, mas D. João III, que não se queria embaraçar muito com estas guerras africanas, preferiu desamparar essa praça pura e simplesmente.

D. Pedro Mascarenhas ainda tentára suspender essa ordem, que elle suppunha vergonhosa, esperando que as cousas d'Africa tomassem melhor aspecto; mas, vindo noticia de que o corsario Rais Dragut passára o estreito, el-rei mandou logo não só despejar Arzilla, mas tambem mandou que sahissem os moradores d'Alcacer-Ceguer, e que ficasse na praça apenas a guarnição, e outra no forte de Seinal, que se acabára de construir. A noticia da passagem de Rais Dragut era falsa, mas a vergonha estava consummada: Arzilla, o trophéo mais glorioso d'Affonso V, a cidade cujas muralhas estavam tingidas do mais puro e nobre sangue portuguez, fôra desamparada com medo d'um corsario que D. Pedro Mascarenhas promettia derrotar com a esquadra de que dispunha!

Ainda depois d'este desamparo d'Arzilla, que foi em 1549, D. Pedro de Menezes, capitão de Tanger, destroçou os Mouros em junho de 1540, morrendo das feridas que recebeu n'essa brava peleja; e D. Affonso de Noronha, capitão de Ceuta, e Alvaro Carvalho, capitão de Alcacer-Ceguer foram reunidos dar um assaltada em Tetuão, destroçando muito os arrabaldes da cidade, queimando navios que estavam no porto, e fazendo emfim estragos consideraveis. Mas tudo isso eram os lampejos expirantes d'um fogo que morre, fogo que, para nosso mal, el-rei D. Sebastião havia de procurar reaccender, revolvendo as cinzas frias do antigo enthusiasmo guerreiro dos fronteiros africanos.

Sem partilharmos completamente n'este ponto as idéas de Alexandre Herculano, que entende que o futuro de Portugal estava na conquista da Africa, e que D. João III commetteu um dos erros mais graves do seu reinado abandonando algumas praças africanas, parece-nos comtudo que o desamparo d'Arzilla é um triste symptoma do afrouxar dos nossos brios, que mostra quanto estava apagado no animo dos homens que dirigiam os nossos destinos, o puro amor da gloria, e que o espirito do rei e dos ministros estava já bastante corrompido para que não percebessem que um tropheu como o d'Arzilla só se abandona na ultima extremidade, e que o entregal-o assim sem compensação, evidentemente por medo do inimigo, devia produzir um triste effeito no espirito dos soldados, acovardando uns, e fazendo brotar nos outros um acre sentimento d'indignação, que não tardaria a transformar-se em desalento.

Eliminava-se assim uma escola de brios guerreiros, apagava-se um dos focos

Digitized by Google

mais brilhantes do nosso enthusiasmo, tirava-se toda a força moral aos soldados da Africa, e perdia-se d'essa fórma o tirocinio sublime em que se educaram tantos dos mais notaveis vencedores do povo do Oriente.

Em muitos corações dos heroes da Africa deviam referver os sentimentos que Alexandre Herculano põe na bocca do velho adail na sua admiravel poesia *A perda de Arzilla*.

O fronteiro d'Africa, debruçado da amurada do galeão que o traz fugitivo a Portugal, fugitivo porque el-rei lhe ordenou que desamparasse o seu posto, exclama:

Quando em Tanger a forte se ouvia
D'armaduras continuo tinir
E nos ares se via luzir
O montante, a acha d'armas e o criz
.....

Nossa estrella era então esplendente,
Nosso nome era um som de terror;
Nossos paes conduzia o Senhor!
Qual Judá d'entre a sarça do Horeb.

Portugal, oh! leão do Occidente
Tu rugias á beira do mar,
E o teu grito cá vinha troar
Temeroso no ardente Almaghreb;

Era o tempo dos crentes e ousados,
Era o tempo das glorias da cruz,
Ora contam-se as pareas d'Ormuz,
Tem só nome Cochim, Calecut.

Esses muros d'Arzilla, regados
Com o sangue de martyres mil,
Ermos hoje tu deixas, rei vil,
Porque o estreito passou Rais Dragut!

Depois o velho adail vae, tomando o bordão de peregrino, ao mosteiro da Batalha:

No meio d'esses tumulos que encerram
Os despojos mortaes dos reis que foram
Féretro antigo
O adail procurou: de um rei soldado
Era o jazigo.
Quando o viu, ajoelhou nos degraus d'elle.
E palavras que as lagrimas cortavam
Lhe dirigiu.
Maldição para alguem pedia o morto,
Mas nada ouviu!
Então o livido rosto, os labios brancos,
A fronte lhe pendeu sobre o ataúde
Do rei extincto.
E expirara ao dizer — *perdeu-se Arzilla* —
A Affonso Quinto [1].

CAPITULO XVII

Naufragios e naufragos

Não seria completa a historia da vida portugueza no seculo XVI, no periodo de maior actividade do nosso povo, se não falassemos nos innumeros naufragios que foram o preço terrivel com que compravamos a gloria e a riqueza que então possuiamos. A historia, grave, fria e severa, aprecia quasi sempre os resultados das acções practicadas por um povo, applaude os grandes commettimentos, aponta os infortunios, mas não entra nos episodios quotidianos da existencia de uma nação, de cujo conjuncto resulta entretanto a feição caracteristica da sua indole. A historia diz-nos que os Portuguezes emprehenderam navegações maravilhosas, que lustraram os mares, affrontando sem medo as syrtes ignotas, os perigos desconhecidos, entrando com aventurosa audacia em portos, onde hoje, apezar de cartas minuciosas, nenhum piloto se aventura sem practico, sem levar sempre na mão a sonda com mil

[1] *A perda de Arzilla*, poesia de Alexandre Herculano publicada primeiro no *Panorama*, vol. 2.º da 2.ª série, e republicada depois no volume de poesias do auctor.

Digitized by Google

cautellas e mil rodeios. Os naufragios sem conto com que infamámos, na phrase energica de Antonio Vieira, todas as costas por nós descobertas, as desgraças que padecemos, os martyrios d'essa dolorosa iniciação nos segredos dos mares, segredos que depois revelámos aos outros povos, esses não são da competencia da historia official. Não devemos, porém, olvidal-os; conhecendo-os, prestaremos mais fervido culto a um passado verdadeiramente glorioso, á memoria dos nossos heroicos ascendentes, avaliaremos melhor os sacrificios com que nossos avós conquistaram para este pequeno paiz um logar de honra na luminosa historia da civilização.

A *Historia tragico-maritima* é o livro quasi obscuro onde vivem compendiadas as historias d'esses lugubres desastres. Compilação de relações de naufragios, publicadas primeiro em folhas volantes, muitas vezes por algum homem da companha que sobrevivera ao desastre, a *Historia tragico-maritima* não aspira a occupar um logar na lista dos classicos da litteratura, dos livros elegantes cujos auctores sabem polir a linguagem, cinzelar os periodos e alindar o estylo. Comtudo n'essas paginas rudes ha muitas vezes mais poesia e inspiração mais verdadeira do que nos mais gabados livros dos mais apreciados escriptores. É porque essa obra não tem a formosura classica, mas tem o inexcedivel encanto da verdade; porque essas relações, compiladas por Bernardo Gomes de Brito e por elle offerecidas á magestade de el-rei D. João V nosso senhor, foram escriptas pelos rudes e viris marinheiros que tinham assistido a essas tremendas catastrophes; porque se respira n'essas folhas volantes o acre perfume da maresia; porque se ouvem n'ellas os rugidos do vendaval, os gritos desesperados dos naufragos, porque se vê passar a sombra das noites tempestuosas, e estremecemos como se vissemos deante de nós o marinheiro de face bronzeada e voz rouca a narrar-nos, com a commoção ainda fresca da horrorosa scena, os trabalhos e os perigos do naufragio a que assistiu.

Eram frequentissimos os naufragios, e rara era a armada que sahia para a India que não perdesse no caminho algum ou alguns dos seus navios. Eram multiplos os motivos d'esses repetidos desastres, sendo o principal, é claro, o pouco conhecimento que ainda havia dos parceis do Oceano que atravessavam, o modo defeituoso como se tomavam as alturas, e todas as outras imperfeições da arte da navegação. Outras causas havia, porém, que nos aponta o famoso cosmographo-mór João Baptista Lavanha na narração do naufragio da nau *Santo Alberto*, narração que elle escreveu, segundo affirma, pelos grandes ensinamentos que d'ella resultavam para os pilotos. Essas causas descreve-as João Baptista Lavanha com uma tristeza, que chega muitas vezes ás raias da indignação[1].

Um defeito que não se podia remediar senão com os progressos da engenharia naval era o da detestavel construcção dos navios, que os tornava de certo pouco navegaveis. Este defeito não podia conhecer João Baptista Lavanha; mas os males que elle aponta são já por si bastante graves. Um d'elles consistia no costume italiano, que em Portugal se introduzira, de se fazerem os concertos aos navios, virando-os de querena, em vez de os pôr em secco, de que resultava apodrecerem as madeiras, desconjuntando-se com o peso enorme dos castellos, ficarem mal calafetados os navios por terem humida a estopa, de for-

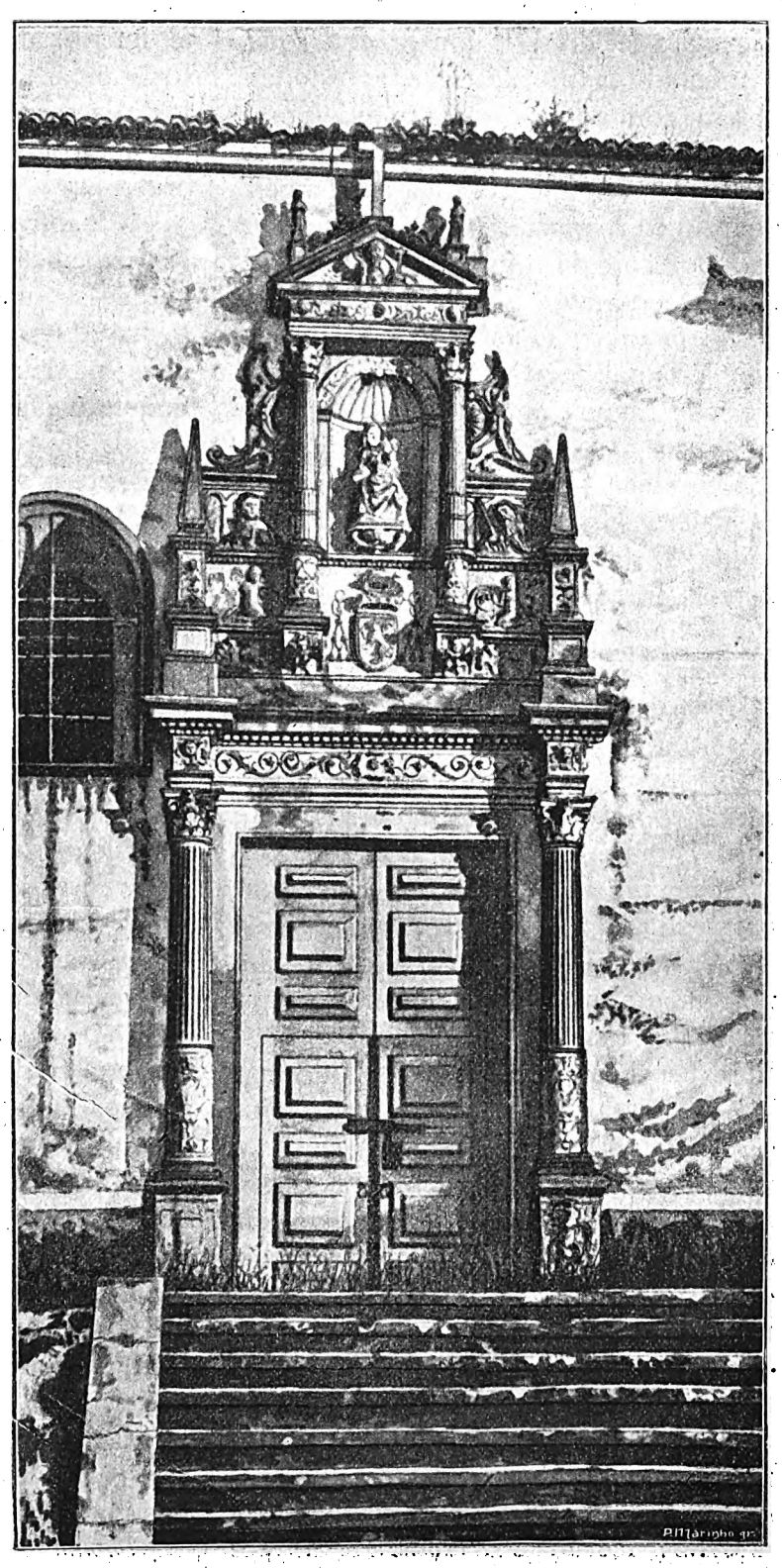
[1] «Historia tragico-maritima, em que se escrevem chronologicamente os naufragios que tiveram as naus de Portugal, depois que se poz em exercicio a navegação da India».—2 tomos (Lisboa, 1735 e 1736).

Digitized by Google

ma que, depois, quando vinham os grandes temporaes dos mares do cabo da Boa-Esperança, os navios cuspiam as estopas, abriam agua immediatamente, e ahi estava um naufragio imminente com a perdição certissima.

As differentes causas da perdição das naus resumiam-se todas, por assim dizermos, n'uma só — a cubiça dos armadores e dos constructores. Por lhes dar menos trabalho e acarretar-lhes menos despeza, concertavam os armadores os navios, virando-os de querena, «invenção italiana, diz Lavanha, a qual, posto que serve n'aquelle mar de Levante a cujas tormentas e tempestades podem parar galés e onde cada oito dias se toma outro porto; n'este nosso Oceano, é o seu uso uma das causas da perdição das naus[1]».

A cubiça dos constructores, que tomavam estes trabalhos de empreitada, não era menos fatal. Os trabalhos faziam-se com uma precipitação desastrosa. Ainda Lavanha declara que um outro erro grave era o que havia no córte das madeiras para as naus, que nunca se fazia em tempo competente; vinham as madeiras verdes, de forma que, diz o cosmographo-mór «torcem e encolhem, e des-



COIMBRA—PORTAL DA EGREJA DE SANT'ANNA

[1] *Naufragio de Santo Alberto e itinerario da gente que della se salvou* (Lisboa, 1597).

Digitized by Google

encaixam-se do seu logar: com que, despedindo a pregadura e as estopas, abrem, com a humidade da agua fóra, e grande quentura de pimenta e drogas de dentro logo se apodrecem e corrompem na primeira viagem; e assim basta uma só taboa colhida sem vez para causar a perdição de uma nau». Como prova d'este facto conta J. B. Lavanha que a quilha da nau *Santo Alberto* «era tão podre que, depois que a furia dos mares arrancou o seu fundo d'onde estava e deu com elle á costa com algumas peças de artilheria que n'elle ficaram, com uma canna de bengala a desfez Nuno Velho Pereira em pequenos pedaços».

Mas onde a cubiça dos armadores se manifestava de um modo incrivel era na carregação das naus. Apezar das terriveis licções dos repetidos naufragios, devidos incontestavelmente á demasiada carga dos navios, os armadores não se emendavam, e atulhavam na India de fazendas preciosas as naus... para que? para as perderem frequentissimas vezes, de forma que parecia que desejavam unicamente fazer homenagem aos espiritos das aguas d'essas preciosas cargas. Elles pensavam porém, que de um modo ou de outro, sempre os naufragios seriam repetidissimos, e que portanto valia a pena carregar muito as naus, porque assim a carga de alguma que escapasse bastava para compensar a perda das outras. A esta culpa dos armadores accrescentava-se outra, não menor dos tripulantes, que, tendo de arrumar estas cargas excessivas, não só não protestavam contra isso, apezar de bem saberem que logo que se excedesse a proporção da carga devida á nau, esta já não obedeceria com facilidade ao governo, mas nem ao menos arrumavam de um modo conveniente essa carga excessiva para diminuirem o perigo. Lavanha queixava-se de que os marinheiros arrumavam as mercadorias leves na parte inferior dos navios e as pesadas na superior, devendo ser o contrario. A tolda ia muitas vezes atulhada de caixas que forçosamente empachavam a manobra.

Os naufragios eram repetidissimos. Na expedição da descoberta da India perdeu-se o *S. Raphael;* na viagem de Pedro Alvares Cabral perderam-se cinco naus; na da esquadra de Francisco d'Albuquerque perdeu-se o navio do commandante e o de Nicolau Coelho; perdeu-se em 1513 uma das naus de João de Sousa Lima; em 1519 perdeu-se a nau *S.to Antonio* com toda a fazenda e toda a gente que levava, em 1523 perdeu-se em Moçambique a *S. Miguel*, em 1527 perderam-se em Madagascar duas naus da armada de Manuel de Lacerda, em 1542 perderam-se duas naus da armada de Fernão Alvares da Cunha, e em 1543, proximo á costa de Melinde, uma de Diogo da Silveira; no tempo do governo de D. Affonso de Noronha houve o celebre naufragio de Sepulveda, em 1552 perdeu-se uma nau de Fernão Soares de Albergaria, em 1555 duas naus de D. Leonardo de Sousa, em 1557 duas da esquadra de D. Luiz Fernandes de Vasconcellos, etc., etc., porque só levámos esta lista, ainda assim incompletissima, até ao fim do reinado de D. João III. Na *Historia tragico-maritima* estão compiladas as narrações dos naufragios da *S. João* (naufragio de Sepulveda), de Fernão Alvares Cabral em 1554, da nau *Conceição* em 1557, da *Aguia* e da *Garça* em 1559, da *Santa Maria da Barca* em 1559, da *S. Paulo* em 1570, de Jorge de Albuquerque Coelho em 1565, da *S. Thiago* em 1585, da *S. Thomé*, da *Santo Alberto* em 1593, da *S. Francisco* em 1596.

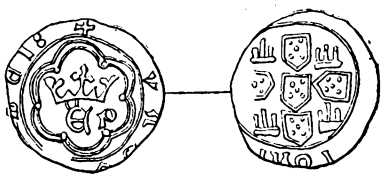
E que lances terriveis e dramaticos se encontram n'esse longo martyrologio! em 1555 a nau *Conceição*, commandada por Francisco Nobre, e pertencente á esqua-

Digitized by Google

dra de D. Leonardo de Sousa, naufragou nos baixos de Pero de Banhos, assim chamados do nome do piloto portuguez que os marcára na carta. Estiveram mezes e mezes os infelizes naufragos n'esses rochedos nús e escalvados, expostos a todas as intemperies da estação invernosa, receiosos a cada instante dos horrores supremos da fome e da sêde, a que só por milagre escaparam, tentando a cada momento escapar-se n'uns escaleres que construiam muito mal, porque lhes faltavam materiaes capazes e faltavam-lhes ainda mais os conhecimentos necessarios da construcção naval, luctando uns com os outros á viva força para se accumularem n'esses frageis barquinhos, e perdendo-se logo depois os que ficavam victoriosos, porque o mar não tardava a engulir as frageis embarcações!

Em 1557 a nau *Santa Maria de Barca*, de que era commandante D. Luiz Fernandes de Vasconcellos e piloto Pero de Banhos, que déra o nome aos baixos em que a *Conceição* se perdera, naufragára junto de Madagascar; salvaram-se na lancha alguns dos tripulantes, mas esses mesmos passaram fome, sede, todas as inclemencias, e quando foram recolhidos por um navio portuguez que os encontrou, estavam nús quasi completamente, famintos, desesperados, transformados em bestas-féras.

Jorge d'Albuquerque Coelho saiu em 1565 de Pernambuco para Lisboa, foi, arrastado pelo vento, até á altura de Torres-Novas, cahiu com o galeão desarvorado pela tormenta nas mãos d'um corsario francez, que, depois de um novo e tremendo temporal, os abandonou no meio do Oceano, sem viveres, sem agua, sem instrumentos nauticos para se dirigirem. Vieram a Deus e á ventura, passaram fome a tal ponto que, se não fosse a energia de Jorge d'Albuquerque, ter-se-iam os tripulantes devorado uns aos outros. Já não havia meio de reprimir o desespero d'esses homens, quando de subito, ao desfazer-se um nevoeiro, se encontraram defronte da barra do Tejo. Estavam findas as amarguras d'aquelles infelizes, que eram apenas uns vinte e tantos quando desembarcaram, mas os seus rostos macilentos, a sua apparencia



Real grosso, de D. Duarte

espectral bem denunciavam os horrorosos padecimentos que tinham supportado. Causou grande impressão em Lisboa a historia d'estes successos; o infante D. Henrique, então regente, informou-se d'elles com muito interesse, o povo seguia com curiosidade os naufragos nas ruas, e a musa popular, inspirando-se n'esse desastre, e ornando-o com o sabido enfeite do maravilhoso, perpetuou-o na sua tradição, porque é elle incontestavelmente o que serve de base ao romance da nau Catherineta [1].

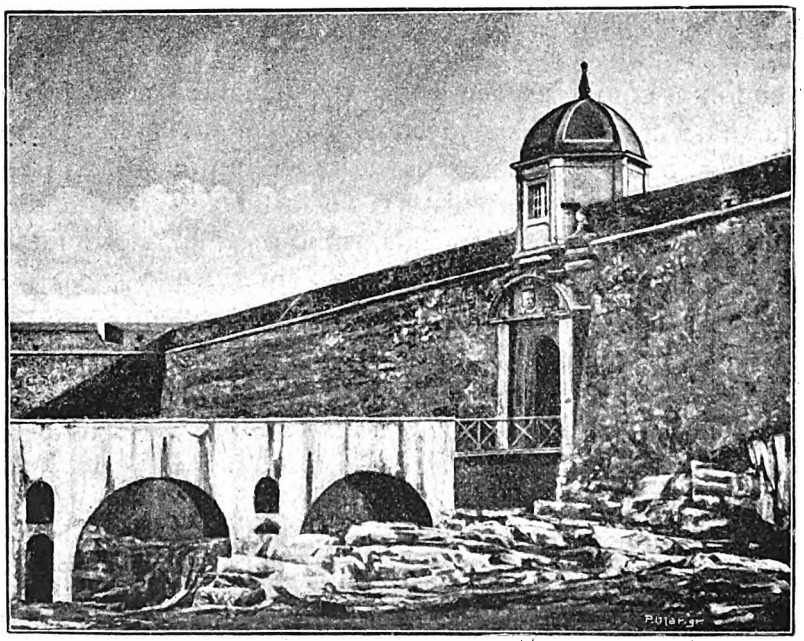
Um dos naufragios mais horrorosos de que tracta esta lugubre historia é decerto o da nau *S. Thiago*. Bateu no baixo de Judia proximo de Madagascar em 1585, despedaçou-se logo. O capitão fugiu n'uma lancha com dezoito homens, dizendo que ia ver se via terra proxima, os que ficaram procuraram salvar-se em jangadas e alguns tentaram concertar outra lancha para se escaparem tambem; os outros naufragos, assim que perceberam o trabalho, correram a elles, mas foram repellidos, graças a um

1 Ora da nau Catherineta
D'ella vos quero contar,
Sete annos e mais um dia
Andou nas aguas do mar.
Não tinham lá que comer,
Nem mais que para manjar,
Deitaram solas de molho
Para ao domingo jantar, etc.

Digitized by Google

frade chamado fr. Thomaz Pinto que se aproveitou da sua influencia religiosa e da devoção dos infelizes marinheiros para lhes arrancar as armas, de que depois se serviu com os que estavam de posse da lancha para repellir á viva força homens e mulheres até!

Esperavam os naufragos da lancha chegar a uns rochedos que descobriam a alguma distancia e que suppunham ser ilhas. Quando lá chegaram, notaram, porém, que eram apenas rochedos nus e escalvados onde se refugiára um grande numero de naufragos, que, assim que viram a lancha, começaram a soltar gritos de alegria, que não tardaram a transformar-se em brados de desespero, quando foram repellidos de bordo. A scena tornou-se verdadeiramente pungitiva. Os desgraçados, n'aquelle extremo grave da angustia, em que os espiritos mais varonís como que voltam á infancia, rodeiavam a lancha soltando gritos afflictivos, formulando as supplicas mais humildes. Com agua até ao peito, alli estiveram toda a noite, chorando e supplicando, o que de nada lhes valeu. Os homens da lancha faziam boa guarda, mas alguns mais compassivos, não podiam ouvir, sem se lhes dilacerar o coração, aquelle monotono e lamentavel concerto de ais, de gemidos, de lastimas que durou toda a noite, nem podiam vêr sem lagrimas, á luz duvidosa das estrellas, aquelle cordão de supplicantes que rodeiava a lancha, magros, lividos, espectraes, semi-nús, tiritando com a frialdade da agua em que estavam mettidos, e extendendo as mãos para a lancha em que fulgiam com uma scintillação tão fria como o animo dos tripulantes, as espadas ameaçadoras.

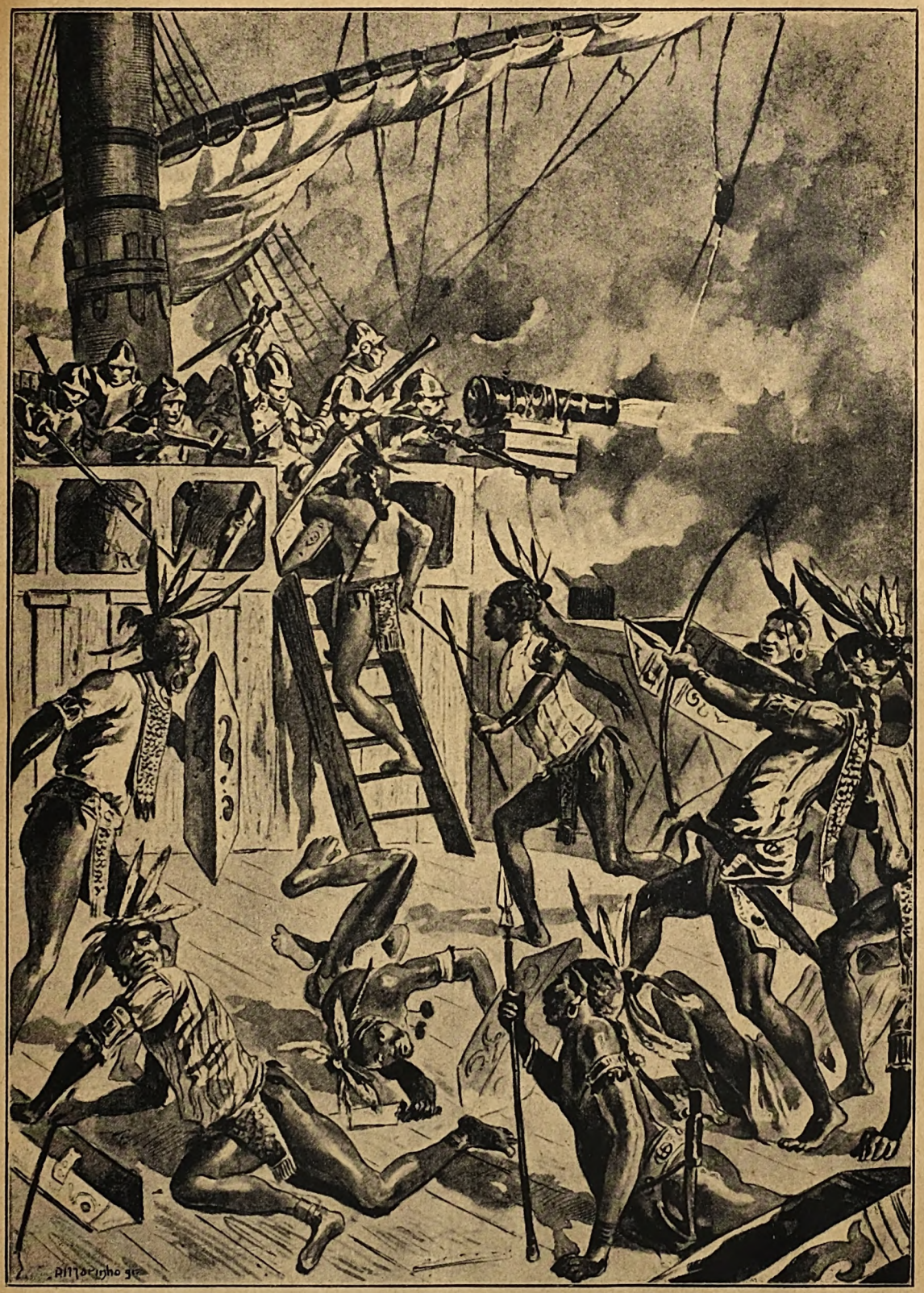


ENTRADA DA FORTALEZA DE PENICHE

Apenas rompeu a alvorada, tratou a lancha de se fazer ao largo, seguida pelas maldicções d'aquelles que abandonava, mas, apenas se poz em movimento, o contramestre declarou que ia gente de mais a bordo, que a lancha não podia com as quarenta e seis ou quarenta e sete pessoas que enchiam a embarcação. Debalde o guardião da nau, Antonio Gonçalves, que era uma excellente alma, allegava que havia engano na conta e que não eram tantas as pessoas que iam a bordo. Não foi difficil verificar-se o facto, e a scena que a isto succedeu foi verdadeiramente horrivel.

Determinou-se que se lançassem desesete pessoas ao mar, porque mais de trinta não podiam ir na lancha, que fazia já muita agua, em risco manifesto; mas o difficil era lavrar as sentenças condemnatorias e executal-as. Foi a força que decidiu o pleito. Quatro ou cinco

Digitized by Google



O FEITO DO GALEÃO DE SANCHO HENRIQUES

Digitized by Google

homens da confiança do capitão, e principalmente da confiança de fr. Thomaz Pinto, percorriam a lancha e designavam arbitrariamente as pessoas que haviam de ser expulsas, executando logo a sentença e permittindo apenas aos condemnados que appellassem para o novo capitão Duarte de Mello, e lhe expozessem as razões que poderiam invocar para ser conservados no batel. Mas Duarte de Mello era fraco e só respondia ás suas supplicas com lagrimas de desespero. Imagine-se a anciedade d'aquelles quarenta homens, que procuravam ler a sua sentença no rosto impassivel dos executores! Imagine-sè a angustia d'aquelle momento em que estiveram quarenta homens suspensos entre a morte e a vida, sem poderem adivinhar de fórma alguma qual a sorte que os esperava no instante immediato. Foi então que se deu um caso de extraordinario amor fraternal, que ficou sendo tanto mais celebre na historia quanto brilha de um modo notavel entre os exemplos de egoismo, que abundam nas narrativas dos naufragios, e muito principalmente n'esta.

Iam a bordo dois irmãos, ambos de Lisboa, chamados Fernão Ximenes e Gaspar Ximenes. Como, ou por acaso, ou por sympathia, os juizes terriveis não o designavam para o sacrificio, levantou-se um brado na lancha, dizendo todos que era um escandalo que se sacrificassem homens que eram o amparo das suas familias, quando ficavam a bordo dois irmãos, um dos quaes podia sem injustiça ser expulso. Os quatro juizes executores não esperaram mais instancias; tomaram logo nos braços Gaspar, que era o mais velho, e ia já pelos ares para ser deitado á agua, quando seu irmão, agarrando-se-lhe ao fato com força sobre-humana, bradou com lagrimas e soluços que o matassem antes a elle, porque seu irmão mais velho era quem sustentava sua mãe e suas irmãs, quem devéras fazia falta a sua familia. E, sem esperar resposta, arrojou-se elle mesmo á agua com uma coragem e uma frieza de animo que deixou assombrados os outros naufragos.

Maravilhou a todos esta singular prova de amor fraternal em occasiões em que eram tão raros estes sentimentos de dedicação e de sacrificio. O irmão, salvo pela amizade da victima voluntaria, chorava e supplicava aos que o acompanhavam que recompensassem tanto heroismo. Fernão Ximenes primeiro refugiára-se com os seus companheiros de infortunio n'um penedo, mas, não lhe soffrendo o animo corajoso o padecer assim a morte sem luctar intrepidamente contra ella, tornou a lançar-se ao mar, e, nadando com energia, foi seguindo a esteira da lancha. Gaspar Ximenes, vendo o irmão n'aquella lucta desesperada com a morte, redobrava de supplicas e de lagrimas, e os seus rogos começaram a importunar os mais egoistas da companha. Alguem, mais generoso lhe aconselhou em voz baixa que reprimisse a expressão do seu desespero porque corria sério risco de ir partilhar a sorte de seu irmão.

Pôde mais do que as lagrimas e rogativas de Gaspar a intrepidez do nadador, que principiou a abalar o animo dos tripulantes da lancha. Obstinaram-se os endurecidos de coração em se mostrarem indifferentes á sorte do joven Ximenes, que continuava a seguir a lancha, mas cujo cançasso se trahia pelos movimentos difficeis e pelo espaço que ia perdendo. Mal se podia mover já, e era facil prever o momento em que, faltando-lhe de todo as forças, succumbiria emfim. Então ergueu-se um grito na lancha que se exhalou quasi que espontaneamente dos labios dos homens generosos, que tinham sido até ahi subjugados pelo ascendente dos egoistas. Erguendo-se em massa, bradaram em no-

Digitized by Google

me de Deus que se recolhesse o nadador na lancha, que, se a entrada d'elle fizesse mal á embarcação, tornaria a ser lançado ao mar, mas que se experimentasse em todo o caso. Não poderam deixar de condescender com tão razoavel proposta os menos inclinados a acceitar mais um passageiro a bordo.

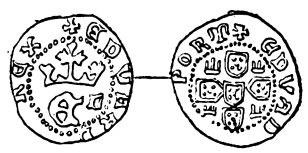
Gritou-se para Fernão Ximenes que subisse para a lancha; mas elle é que já não podia. Foi necessario extender-lhe um chuço, a que lançou as mãos, e puxaram-n'o depois. Quando o metteram a bordo estava quasi desmaiado. Viraram-n'o com a cabeça para baixo e deitou pela bocca uma grande quantidade de agua.

Mais um instante e succumbia, victima do seu generoso animo, o intrepido mancebo.

Tornou-se celebre este exemplo de amor fraternal, contaram-n'o os naufragos sobreviventes ainda com o assombro que elle lhes produzira no tragico momento em que succedera, e tal impressão causou a todos os que ouviram a historia d'esse acontecimento, que os nomes de Fernão Ximenes e de Gaspar Ximenes tornaram-se celebres não só em Portugal, mas até no estrangeiro. Caso raro! esta anecdota portugueza mereceu as honras de figurar nos livros lá de fóra, e a *Moral em acção* que, citando exemplos de varias virtudes, quasi nunca pensa em vir procural-os á historia portugueza, onde elles comtudo felizmente não são raros, quando quer dar um exemplo de amor fraternal, não encontra em toda a historia antiga e moderna caso mais frisante para apresentar aos seus leitores do que o do joven Fernão Ximenes.

E' porque effectivamente, o moço portuguez manifestára o seu affecto a seu irmão de um modo notavel, n'uma d'essas occasiões em que o egoismo predomina sobre todos os outros sentimentos, n'uma d'essas occasiões em que se quebram os mais intimos laços, em que o instincto da conservação pessoal faz que se esqueçam esses affectos, pelos quaes nos parece que seriamos capazes de sacrificar a propria existencia.

N'este naufragio tornou-se notavel o egoismo dos padres, que foram sempre os primeiros a salvar-se, que não impediram uma só violencia, nem deram um só exemplo de abnegação e de sacrificio!



Real grosso, de D. Duarte

Os outros naufragos, que fugiram em jangadas, tambem padeceram immensos tormentos. N'uma d'ellas veiu a sêde infernal, e com a sêde a loucura. Afinal os sobreviventes da lancha e das jangadas conseguiram reunir-se na Cafraria, d'onde passaram para Portugal.

São tão celebres o naufragio e as aventuras de Manuel de Sousa de Sepulveda, inspiraram tão bellos versos a Luiz de Camões, um tão formoso poema a Jeronymo Corte Real, que não nos podemos eximir a dizer d'elle duas palavras. Manuel de Sousa de Sepulveda era um brioso, valente e brilhante fidalgo, que militou na India durante os governos de D. João de Castro, Garcia de Sá, Jorge Cabral, e no principio do governo de D. Affonso de Noronha. Em setembro de 1548 casou com a formosa D. Leonor d'Albuquerque, filha do governador da India, Garcia de Sá; em junho de 1550, nomeado para uma expedição á ilha de Bardella, deu provas do seu valor e da sua pericia militar, que ainda mais resplandeceram na batalha do dia 14 de fevereiro de 1551, quando oito mil nayres vieram assaltar Cochim, e que elle os repelliu, auxiliado pelo capitão da fortaleza e o ex-governador Jorge Cabral. Ainda se distinguiu bastante na jornada de Chembé, aonde acompanhou D. Affonso de

Digitized by Google

Noronha, e finalmente, a 3 de fevereiro de 1552, partiu para o reino com sua esposa D. Leonor, dois filhinhos crianças de peito, e um filho bastardo de dez annos. Ia commandando o galeão *S. João*, que levava a seu bordo sete mil e quinhentos quintaes de pimenta, duzentos Portuguezes, e mais de trezentos escravos. A 13 de abril estavam na altura do Cabo da Boa Esperança, mas ahi saltearam-n'os as tempestades com tal violencia, fazendo-os primeiro desandar 150 leguas, desarvorando o navio e tornando-o joguete das ondas, que, no dia 8 de junho, naufragaram. Conseguiram, comtudo, desembarcar, apezar da braveza das ondas, n'uma costa inhospita, onde tencionavam construir com as reliquias do navio um caravellão que os levasse a Moçambique, ou a Sofala; mas entretanto o galeão fez-se em pedaços e morreram cento e dez pessoas, das quaes eram 40 portuguezes e 70 escravos.

Com o destroço do galeão estava perdida a esperança de construirem uma embarcação qualquer; resolveram então fazer a jornada a pé, jornada a que deram começo no dia 7 de julho, sendo ainda o seu numero de 380 pessoas.

Mas na penosa jornada, salteados pela fome e pelos Cafres, passaram horridos tormentos, e o seu numero foi-se pouco a pouco rezumindo. Quem ficava para traz padecia morte certa, e angustiosa, sem que nenhum dos seus companheiros ousasse ir procural-o. Foi assim que falleceu o filho bastardo de Manuel de Sousa, e o pobre pae, quasi louco de dôr, teve de resignar-se a desamparal-o para não abandonar aos mesmos perigos a esposa e os outros dois filhinhos, que só o tinham a elle por protector.

Ao fim de tres mezes chegaram aos dominios d'um régulo, que lhes deu agazalho e hospitalidade, e onde poderiam esperar a chegada de algum navio portuguez, se o desejo adente de se verem livres d'aquelle asperrimo paiz, e de poderem regressar á patria ou encontrar compatriotas os não incitasse a affrontarem todos os perigos. Mas os padecimentos de todos redobraram a cada momento na nova marcha que emprehenderam. Manuel de Sousa quasi que enlouquecera de todo, e D. Leonor é que animava os seus companheiros, mostrando-lhes quanta energia viril póde caber no peito de uma fraca mulher, que sente que da sua coragem depende a existencia de seus filhos. Chegaram finalmente, extenuados e semi-mortos, aos dominios de um régulo, que, tão cruel como o primeiro fôra benevolo, os separou, roubou-os, maltractou-os, e deixou-os completamente nús, expostos á fome e á intemperie do clima. Teve Manuel de Sousa Sepulveda a dôr intensa de vêr morrer deante dos seus olhos os seus dois filhinhos e a sua estremecida esposa. Elle mesmo por suas mãos os enterrou na areia, e depois, inerte, sem pensamento, sem animo, sem esperança, alli ficou sobre a sepultura d'esses entes adorados, até que os tigres o devoraram, arrancando-lhe com as garras e os dentes o froixo resto de vida que ainda palpitava no seu coração dilacerádo.

Assim se realizou de todo o ponto a prophecia que Luiz de Camões põe na bocca do Adamastor:

> Verão morrer de fome os filhos caros
> Em tanto amor gerados e nascidos;
> Verão os Cafres asperos e avaros
> Tirar a linda dama seus vestidos:
> Os crystalinos membros e preclaros,
> A' calma, ao frio, ao ar verão despidos;
> Depois de ter pisado longamente
> C'os delicados pés a areia ardente.
>
> E verão mais os olhos que escaparem
> De tanto mal, de tantas desventuras,
> Os dois amantes miseros ficarem
> Na férvida e implacavel espessura,
> Alli, depois que as pedras abrandarem
> Com lagrimas de dôr, de magoa pura,
> Abraçadas as almas soltarão
> Da formosa e miserrima prisão [1].

[1] *Lusiadas*, canto V, est. 47 e 48.

Digitized by Google

CAPITULO XVIII

Politica interna e externa de D. João III
Acontecimentos da côrte.—Morte de D. João III

AGORA que chegámos ao fim do reinado de D. João III, reinado em que se preparou lenta mas completamente a ruina de Portugal, depois de vermos como contribuiam para ella a indolencia e desmoralização dos Portuguezes no reino, a crueldade e cobiça torpe dos Portuguezes no estrangeiro, o fanatismo religioso, os embaraços enormes da fazenda publica, a ampliação extrema da nossa conquista, vamos ver agora tambem como D. João III contribuiu para esse resultado com a sua politica interna e externa.

A politica interna de D. João III consistiu em transformar completamente o governo de Portugal n'um verdadeiro absolutismo, sem restricções. A fidalguia, exercendo a sua actividade nas nossas conquistas, não tinha força no reino para se oppôr ás invasões da corôa, que de mais a mais era para ella a dispensadora das mercês e do poder e das riquezas, pois que dispunha a seu bel-prazer das capitanias da India e da Africa, e das terras prodigiosamente ferteis do Brazil.

As côrtes, completamente desprestigiadas, e que se limitavam apenas a formular timidamente as queixas dos povos e a votar com toda a obediencia os impostos, nem mesmo já se reuniam, porque eram positivamente inuteis. Durante os trinta e seis annos do reinado de D. João III, apenas tres vezes se congregaram [1]. Para que servia tambem evocar esse vão phantasma da antiga representação nacional?

Esta concentração do poder n'um homem só, o systema despotico, inaugurado pela mão energica de D. João II,

SANTO IGNACIO DE LOYOLA

[1] Em 1525, em 1535 e em 1544; em Evora, em Torres Novas e em Almeirim.

Digitized by Google

continuado com habilidade por D. Manuel, e chegado ao seu apogeu no reinado de D. João III, recebia a sua solemne confirmação n'um frivolo decreto de que Francisco de Andrade dá conta da seguinte maneira:

«Estando el-rei, nosso senhor, na cidade de Evora este anno de 1524, tractou um dia no seu conselho do modo que os reis seus antecessores até então tinham usado em se pôr nas coisas que se escreviam em seu nome, «nós el-rei» e, visto como em algumas escripturas authenticas de reis passados se tinham achado que se mandaram nomear por «eu el-rei», propôz n'aquelle conselho se seria bom guardar elle o estylo que até alli então se usava de pôrem os reis «nós el-rei», e discutida bem esta materia com muitas razões de parte a parte, se veiu a determinar por todo o conselho que Sua Alteza se mandasse nomear por «eu rei» por ser assim *mais proprio e decente á magestade real*. Sua Alteza, approvando este parecer do seu conselho, mandou que assim se fizesse d'alli por deante, e que todos os alvarás e quaesquer outras escripturas, de qualquer maneira e qualidade que fossem que se fizessem em seu nome, ou fossem assignadas por elle, ou por quaesquer officiaes seus, que as usassem passar e assignar em seu nome, se fizessem por «eu el-rei», de maneira que onde dizia: Fazemos saber, dissesse: Faço saber, e assim no discurso da escriptura dissesse sempre: «Eu el-rei,» e nos alvarás que começam: «Nós el-rei» dissesse: «Eu el-rei faço saber, ou mando, ou hei por bem, continuando sempre em tudo por «eu el-rei» de maneira que do costume antigo que até então não se guardára de escrever por «Nós el-rei» se não usasse mais d'ahi por deante, mas tudo se fizesse por esse modo de «Eu el-rei» e mandou ao chanceller-mór, ao escrivão da puridade, aos veadores da fazenda e a todos os outros officiaes a que suas cartas e profissões houvessem de ir ter á mão para as verem e passarem que as não passassem, se n'ellas achassem outro termo de falar senão «eu el-rei» e d'outra maneira não, a qual determinação Sua Alteza mandou que se guardasse d'alli por deante, de que mandou passar uma provisão sua feita pelo secretario Antonio Carneiro a dezeseis dias do mez de junho de 1524 e assignada por Sua Alteza[1]».

Assim este decreto, que á primeira vista tractava apenas de uma futilidade, consummava verdadeiramente o estabelecimento da monarchia absoluta, e consagrava-a na nova formula dos alvarás. Outr'ora o rei, ordenando qualquer cousa, subentendia sempre que o fazia como representante da nação, e com o consenso dos tres estados do reino, e por isso dizia *nós él-rei*; agora entendia-se que era mais proprio da magestade e decencia regia substituir-se essa formula pela de «eu el-rei» que bem designava a vontade pessoal, absoluta, e irresponsavel do monarcha. A phrase collectiva «nós el-rei» lembrava sempre que o soberano considerava o seu poder como proveniente da vontade de todos. A nova phrase «eu el-rei» traduzia perfeitamente as doutrinas acclamadas pela monarchia absoluta, ensinadas pelos jurisconsultos, e consideradas emfim como expressão do chamado «direito divino». O monarcha deixava de ser o representante da nação para ser o representante da Providencia, deixava de ser o eleito do povo para ser o ungido do Senhor.

Por isso quando o estrangeiro ameaçou a patria, em vez de encontrar na sua frente um povo energico e vivaz, encontrou um povo inerte e curvado ao ferreo jugo do absolutismo. Não havia

---

[1] *Chronica de D. João III*, p. 1, esp. 48.

Digitized by Google

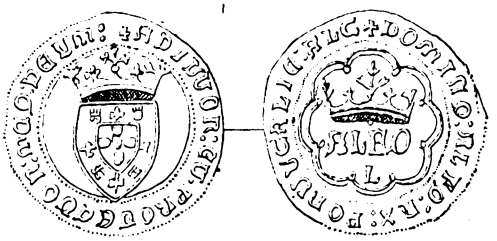
entre o rei e o povo aquella união robusta que fizera a força do Mestre d'Aviz; o soberano «eu el-rei» achava-se isolado no meio d'uma turba indifferente, a quem pouco importava como se havia de chamar o monarcha que o opprimia e para quem a palavra «corôa» não era já synonyma de «patria».

As medidas que D. João III tomou durante o seu governo, obrigando todos os seus vassallos a terem armas e cavallo[1], e providenciando ácerca das coudelarias, afim de que se não estragasse a raça cavallar propria para a guerra, não eram bastantes decerto para supprirem a força moral que faltava ao povo, da mesma fórma que não impediam a miseria nem a taxa que elle mandou pôr em todos os objectos mais necessarios á vida[2], medida que nunca deu bons resultados, ou se lhe chame *estiva* ou *maximum*, e o cuidado que teve em mandar lavrar moedas de cobre miudas para facilitar as pequenas transacções.

Não se demoviam com palliativos os terriveis effeitos das causas poderosas que dissolviam o organismo do reino.

A politica externa não era, emquanto a nós, menos fatal, porque toda consistia na neutralidade indifferente no meio das grandes questões que na Europa se debatiam, attitude que, se para algum lado se inclinava, era decerto para o lado da Hespanha, com quem faziamos incessantemente allianças de familia, a quem mostravamos sempre uma sympathia exclusiva, sequestrando-nos assim voluntariamente do resto da Europa, que nos pagou esse desdem com uma indifferença terrivel, quando n'este canto occidental da Peninsula Philippe II, com o joelho do duque d'Alba em cima do nosso peito exangue, tranquillamente perpetrou o assassinio d'um povo, a eliminação d'uma nacionalidade.

Logo no principio do seu reinado, mandou-lhe o rei de França, Francisco I, propôr para esposa sua filha Carlota. Regeitou-a D. João III, que desejava ca-



Real grosso, de D. Affonso V

sar em Castella; é verdade que, fiel tambem á politica de neutralidade, adoptada por seu pae, recusou d'ahi a pouco entrar n'uma liga com o imperador Carlos V contra o rei de França, mas nem por isso deixava de parecer a toda a Europa que não era o rei de Portugal mais do que o humilde satellite do seu poderoso visinho.

A multiplicidade das allianças de familia entre Portugal e Castella preparava de longe pretextos para uma fusão das duas corôas. Assim, ao passo que a infanta D. Isabel, irmã de D. João III, ia ser imperatriz, casando com Carlos V, vinha uma irmã de Carlos V, D. Catharina, ser rainha de Portugal; uma filha de D. João III, D. Maria, casava com D. Philippe (o futuro Philippe II); uma princeza hespanhola, D. Joanna, filha de Carlos V, casava com o herdeiro da corôa portugueza, e vinha a ser mãe do infeliz D. Sebastião!

E qual era o motivo d'esta multiplicidade d'allianças? Portugal desejava ligar-se estreitamente ao poderoso imperador, que então dominava a Europa; mas o astuto politico via n'essas allianças apenas o meio de restaurar o seu thesouro exhausto. Portugal, cujo triste estado financeiro estudaremos de perto, passava então pelo paiz mais prospero

[1] Ordenação de 9 de agosto de 1549. F. d'Andrade, *Chronica de D. João III.* P. 4.ª, cap 53.

[2] Ibid, ibid. N'essa mesma ordenação determina el-rei que se conceda um premio a todo o homem que matar um lobo.

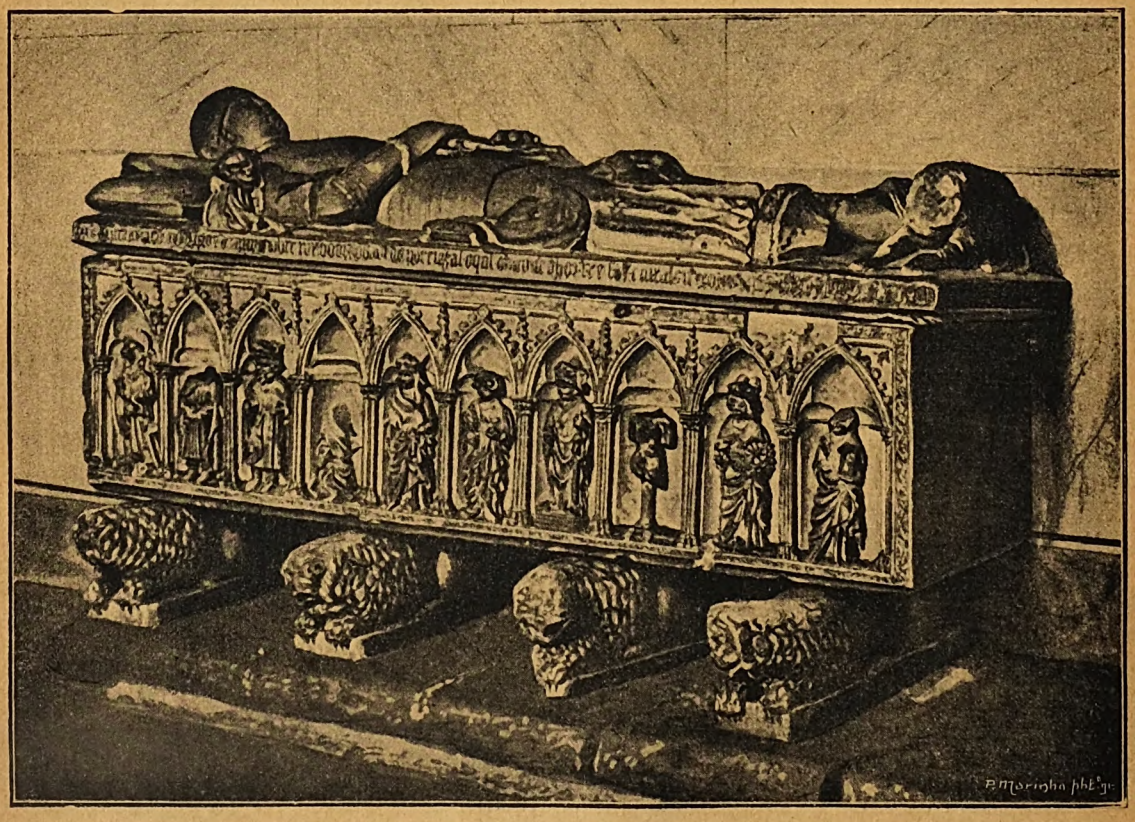
Digitized by Google

da Europa, e Robertson chama positivamente o rei de Portugal o mais opulento principe da Europa — *the most opulent prince in Europe*[1].

Como não havia de julgal-o assim ao vêr os immensos dotes que levavam de Portugal as princezas, immensos principalmente em comparação dos que traziam de Castella as Hespanholas?

o casamento do imperador com a infanta portugueza D. Izabel, e assentou-se que o dote da nova imperatriz seria de novecentas mil dobras castelhanas[1]!

Como vêem, o astuto Carlos V ganhava n'este negocio dos dois casamentos a somma liquida de setecentas mil dobras. Soberba transacção em que o lucro era de trezentos e cincoenta por cento!



TUMULO DE FERNAM GOMES DE GOES, EM OLIVEIRA DO CONDE

Basta um exemplo:

Em julho de 1524 foram embaixadores portuguezes a Castella pedir em casamento para el-rei D. João III a prinza D. Catharina, e alli se assentou que o dote da nova rainha de Portugal fosse de duzentas mil dobras castelhanas[2].

Em outubro de 1525 vieram embaixadores hespanhoes a Portugal negociar

E entretanto Portugal gemia curvado ao peso d'uma divida enorme, e o conde da Castanheira não via solução possivel aos males da fazenda publica.

Percebe-se que o imperador Carlos V não desgostaria de renovar, sempre que podesse, contractos d'esta ordem. Por isso, em 1543 tractou de novo de empregar esse meio de haver dinheiro. A desgraçada expedição contra Alger havia exhausto os seus recursos; Francisco I

[1] W. Robertson, *History of the reign of the emperor Charles V*, Abridged edition, p. 379 (Halifax 1857).

[2] Andrade, *Chronica de D. João III*. P. 1.ª, cap. 56.

[1] Andrade, *Chronica*, etc., capitulo 76.

Digitized by Google

aproveitou o ensejo para recomeçar contra elle a guerra com todo o vigor, e pôz em campo cinco exercitos, commandados pelo Delphim, pelo duque d'Orleans, pelo duque de Vendôme, pelo marechal de Gueldres, e pelo almirante Annebaut, exercitos dos quaes só o primeiro contava trinta mil homens e o segundo quarenta mil.

O imperador teve de reunir todos os seus recursos, e, para encher os cofres do Estado, cedeu a Portugal completamente os seus suppostos direitos sobre as Molucas, a troco d'uma forte quantia, pediu largos subsidios ás côrtes de Castella e d'Aragão e negociou em Portugal o casamento do principe D. Filippe com a infanta D. Maria! É Robertson quem nol-o diz expressamente. Não satisfeito com isto, negociou um casamento entre Filippe, seu unico filho, que tinha dezeseis annos, e Maria, filha do rei de Portugal, a quem seu pae, o mais opulento principe da Europa, dava um grande dote[1]. Um casamento em Portugal era, segundo se via, para o imperador Carlos V apenas um expediente financeiro. Em 1552 celebrou-se em compensação o casamento do principe D. João de Portugal com a princeza D. Joanna, filha de Carlos V; mas o dote vindo de lá não compensava decerto o que de cá partira.

A França não via sem inveja e ira estas complicadas allianças de Portugal e Hespanha, e por mais d'uma vez procurou estorval-as. Com o casamento do principe Filippe com a infanta D. Maria mostrou-se Francisco I por tal modo irritado, que foi necessario toda a subtileza diplomatica do nosso embaixador D. Francisco de Noronha para o impedir de declarar a guerra a Portugal. Nunca, apezar de todo o seu desejo, pôde a casa Real de França contrahir com a nossa uma alliança matrimonial, e apenas Henrique II conseguiu que D. João III fosse padrinho d'um filho seu, nascido em 1549. Francisco d'Andrade não nos diz o nome d'elle, mas devia ser, pela data, Carlos IX, e não é pouco interessante e curioso que o assassino dos Huguenotes, o promotor do morticinio da noite de S. Bartholomeu, tivesse por padrinho D. João III de Portugal, o assassino dos Hebreus, o protector da Inquisição.

D. FR. SEBASTIÃO DE MENEZES

Mas a isso se limitaram as relações intimas de Portugal com a França, emquanto se estreitavam cada vez mais as de Portugal e Hespanha. Tinha Carlos V

[2] O casamento da princeza D. Maria custou a Portugal quatrocentos mil cruzados. Veja-se D. Manuel de Menezes *Chronica d'el-rei D. Sebastião*, p. 1.ª, cap. 12, pag. 40 (Lisboa, 1730).

Digitized by Google

um grande affecto a Izabel sua esposa, e estimava muito seu cunhado o infante D. Luiz, tanto que esteve para o dar como esposo a Maria Tudor, rainha de Inglaterra, e mesmo a proposito d'isso houve largas negociações em Londres, negociações em que tomaram parte alguns dos nossos mais habeis diplomatas, taes como Lourenço Pires de Tavora e outros; mas esse projecto não foi por deante, porque o imperador preferiu, vendo seu filho mais velho viuvo da princeza D. Maria, pedir para elle a mão de Maria Tudor, pondo-lhe assim na fronte a corôa de Inglaterra a que por sua morte devia juntar tantas outras.

Carlos V sacrificava pois facilmente as suas predilecções pessoaes aos seus calculos politicos, e nunca o interesse do coração o pôde desviar do rumo que entendia dever seguir.

Pois a amizade do infante D. Luiz valêra-lhe de muito em occasiões criticas, empregando a seu favor a influencia que exercia na côrte portugueza, aliás sempre bem disposta para Carlos V. Quando o imperador emprehendeu a expedição de Tunis, logo foi ter com elle secretamente o infante D. Luiz, que, só depois d'ir no caminho de Barcelona, recebeu de D. João III, sabedor da partida de seu irmão, a licença que elle receiára solicitar de fazer parte da expedição. El-rei bem desejára que o seu intelligente irmão não figurasse em parte onde podia conquistar gloria e sympathias, mas fizéra da necessidade virtude, e fingira consentir de bom grado n'aquillo que já não podia impedir.

E' preciso falar mais largamente d'esta expedição de Tunis, porque n'ella figurou, além do infante D. Luiz, uma esquadra portugueza, que alli se cobriu de gloria á vista e debaixo das ordens do celebre almirante André Doria, que fôra investido por Carlos V no commando geral de toda a armada.

O célebre corsario Hayraddin, mais conhecido pelo nome de Barba-Roxa, depois de se haver assenhoreado da regencia d'Alger, expulsára tambem dos seus dominios o bey de Tunis, Muley-Hassan e, senhor de quasi toda a costa barbaresca do Mediterraneo, insultava impunemente os Christãos e assoberbava aquelle mar interior. Resolveu Carlos V infligir-lhe uma lição severa, solicitado a isso pelas queixas que recebia constantemente das depredações de Barba-Roxa, e pelas supplicas de Muley-Hassan, que lhe pedia que o restabelecesse no throno.

Tractou Carlos V de reunir todos os recursos do seu vasto imperio, e de solicitar os dos seus alliados mais intimos e de todos os que eram interessados em que se reprimissem as piratarias d'Hayraddin.

Assim, uma esquadra flamenga metteu a bordo um corpo de tropas allemãs, embarcaram nas galés de Napoles e Sicilia os veteranos hespanhoes das guerras contra os Francezes, e a flôr da nobreza castelhana embarcou em Barcelona com o imperador, dentro dos galeões biscainhos e catalães, valencianos e andaluzes.

Ao mesmo tempo André Doria trazia as suas celebradas galés, a ordem de Malta enviava a sua frota, e Portugal, solicitado expressamente por Carlos V para enviar o celebre *Botafogo*, mandava juntamente com o celebre navio pedido mais duas náus e vinte caravellas, constituindo uma luzida esquadra que era commandada por Antonio de Saldanha, o Velho, assim denominado para se distinguir dos seus juvenis homonymos, mas que não podia ser outro senão o celebre navegador que descobriu junto ao Cabo da Boa Esperança a Aguada, que ainda hoje conserva o seu nome.

Para estas diversas esquadras o ponto de reunião fôra dado em Cagliari, ca-

Digitized by Google

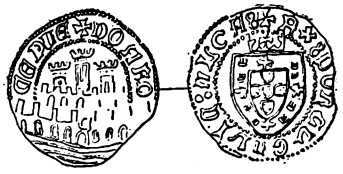
pital da ilha de Sardenha, onde effectivamente se reuniram, e d'onde no dia 16 de junho de 1538 partiu a armada cujo commando fôra dado a André Doria, e que se compunha de perto de quinhentos navios, levando a bordo mais de trinta mil homens de terra, cujo commando, abaixo do imperador, fôra dado ao marquez del Guasto.

Entretanto Barba Roxa, precavido, reuniu todos os seus recursos, conseguiu juntar vinte mil cavallos, e lançou no forte da Goleta seis mil homens decididos a morrerem, e commandados por Sinan, um intrepido renegado judeu, que bastantes provas deu de valentia.

Esse forte era que defendia o porto de Tunes, e d'elle estava dependente a segurança da cidade. Carlos V invadiu-o e mandou que a esquadra rompesse o bombardeamento; aqui logo se distinguiu a esquadrilha portugueza, principalmente o galeão *Botafogo*, que, jogando ballas por cima da mastreação dos outros, a grandes distancias, causava o espanto de todos. Parece que entre diversos meios de defesa empregados pelos Turcos, havia uma corrente de ferro que fechava o porto da Goleta, e que impedia a entrada á esquadra de Carlos V. Mas o *Botafogo* tinha um esporão na quilha; arrojado contra a corrente com toda a força de vella, cortou-a no impulso, e abriu a passagem franca ao resto da esquadra.

Entrado o porto, um assalto vigoroso, em que a emulação excitou os soldados de tantas nações, alli reunidos á sombra das bandeiras de Carlos V, a practicarem prodigios de valor, terminou a resistencia de Goleta. Carlos V, acompanhado por Muley Hassan, entrou no forte pela brecha. Oitenta e sete galés e galeotas, trezentas peças d'artilheria, e todo o arsenal de Barba-Roxa foram os despojos que cahiram nas mãos dos vencedores.

Tomada Goleta, apressou-se Carlos V a marchar para Tunis. Barba-Roxa conservava ainda um exercito de cincoenta mil homens, mas desmoralizado pelo primeiro triumpho dos Christãos. Apezar da sua inferioridade numerica, e de ter o exercito fatigado por uma longa



Meio real ou chinfram, de D. Affonso V

marcha nos areiaes tisnados pelo sol, o imperador apresentou batalha ao inimigo, e os intrepidos mas desordenados Arabes não poderam resistir á disciplina e firmeza dos velhos terços hespanhoes do Garigliano e de Pavia. Foi completa a victoria; para cumulo de ventura, dez mil captivos christãos, que estavam na cidade, animados pela approximação do exercito imperial, compraram dois dos seus guardas, e com a sua connivencia expulsaram a guarnição turca, e voltaram os canhões das muralhas contra o exercito fugitivo de Barba-Roxa, que nem pôde entrar na cidade e fugiu a unhas de cavallo na direcção de Bona.

Estava Carlos V bem longe d'esperar esta noticia, que lhe deu immensa satisfação, satisfação que um acto d'indisciplina do seu exercito veiu turvar cruelmente. Aquella soldadesca feroz, subordinada no campo da batalha, mas licenciosa depois da victoria, sem esperar ordens, arrojou-se á cidade, e pôz tudo a saque, a ferro, a fogo e a sangue. Mais de trinta mil habitantes foram victimas na cidade, e dez mil foram feitos escravos. Foi isto um grande motivo de tristeza para Muley-Hassan, que subia de novo ao throno tendo por degraus os cadaveres dos seus subditos, e de grande dissabor para Carlos V, que via assim maculada a sua victoria. N'aquella

Digitized by Google

época factos d'esta ordem era quasi impossivel impedil-os.

«Ao passo, diz Robertson, que o imperador cumpria para com o rei mouro a promessa de o restabelecer nos seus dominios, não desaproveitava o ensejo de reprimir o poder dos corsarios africanos para segurança dos seus proprios subditos, e para interesse da corôa hespanhola; e, afim de conseguir isto, concluiu um tractado com Muley-Hassan. Sendo assim determinados os negocios da Africa; punida a insolencia dos corsarios; assegurado um asylo para os navios dos seus subditos, e uma estação propria para as suas frotas nas costas d'onde vinham habitualmente os piratas e as depredações, Carlos embarcou outra vez para a Europa, porque a estação tempestuosa e a doença nas suas tropas não lhe permittiam perseguir Barba-Roxa.

«Com esta expedição, o imperador attingiu a maior altura de gloria do que em nenhum outro periodo do seu reinado. Vinte mil escravos que livrou dos ferros, ou pelas suas armas, ou pelo seu tractado com Muley-Hassan, vestindo-os a todos e fornecendo-os dos meios de voltarem aos seus respectivos paizes, espalharam por toda a Europa a fama da munificencia do seu bemfeitor, falando no seu poder e no seu genio com o exaggero proveniente do seu agradecimento e da sua admiração[1].»

N'esta expedição, como dissémos, uma boa parte da victoria foi devida á esquadra portugueza, e Portugal adquiriu novos direitos ao reconhecimento do imperador. Mas não era essa a virtude predilecta de Carlos V, e o unico testemunho que deu da sua gratidão foi favorecer as pretenções de D. João III, relativas ao estabelecimento do Santo Officio. Triste protecção, que mais valêra cem vezes que a não tivesse dado; mas Carlos lá tinha as suas razões egoistas para proceder assim. Elle bem sabia, apezar de não ser exempto de fanatismo religioso, que os Judeus fugidos de Portugal iam enriquecer os seus Estados hereditarios de Flandres.

Esse reconhecimento chegou ainda a enviar a D. João III, em 1546, o collar do Tosão d'ouro, mas, quando se tractou da cousa mais séria, o imperador esquivou-se habilmente a servir seu cunhado. Foi quando, morto o papa Paulo III a 10 de novembro de 1549, desejou D. João III que fosse eleito papa seu irmão o cardeal D. Henrique, e para isso mandou falar ao imperador e ao rei de França, Henrique II. Ambos lhe deram muito boas respostas, mas, apezar da negociação ser dirigida em Madrid por Lourenço Pires de Tavora, o nosso mais habil diplomata, nem este, nem Braz d'Alvide, o embaixador em Paris, conseguiram que os dois soberanos interviessem com zêlo a favor do candidato portuguez. O imperador tractava seu cunhado como homam sem grande consequencia, que só lhe servia para banqueiro, e o rei de França, que estaria disposto a alliar-se mais estreitamente com Portugal para contrabalançar o immenso poderio de Carlos V, tantas vezes fôra repellido pela nossa côrte, que não podia servil-a sem perspectiva d'uma alliança séria. D'esse modo foi eleito papa o cardeal João Maria del Monte, com o nome de Julio III, e D. Henrique teve de contentar-se com a purpura cardinalicia, avivada pelo escarlate reflexo das fogueiras da Inquisição, a que tinha a honra de presidir. E assim se livrou a Christandade d'um papa estupido, fanatico, e inquisidor para cumulo de venturas.

D. João III consolava-se d'estes revezes e da tal ou qual desconsideração com que o imperador o tractava, rece-

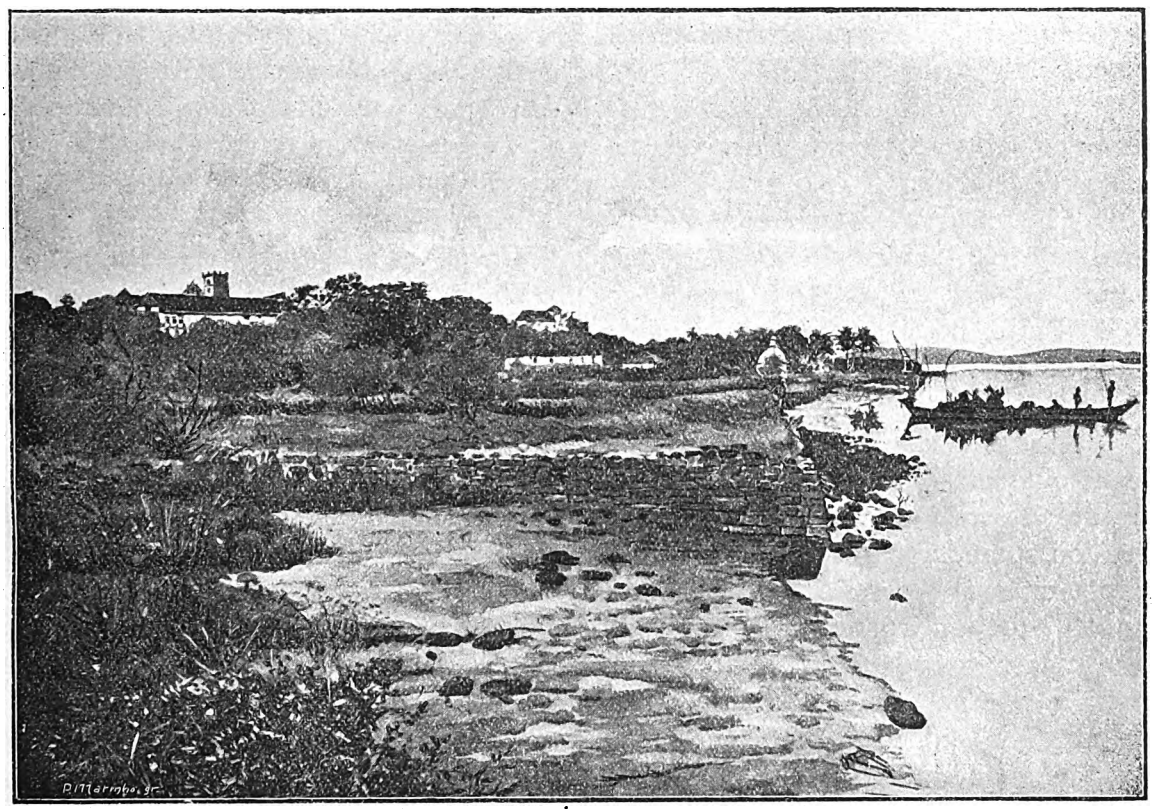
[1] William Robertson, *The History of the Reign of the Emperor Charles V. (Abridged edition)*, livro 10.º, pag. 232 (Halifax, 1857).

Digitized by Google

bendo os embaixadores hespanhoes com o mesmo ceremonial com que os seus eram recebidos em Hespanha, afim de que a sua dignidade não soffresse quebra com alguma differença, que o imperador parecesse querer estabelecer entre a sua corôa e a corôa portugueza. Provas de egual frivolidade dava-as elle legislando gravemente, a 29 de junho de

Fôra infelicissimo D. João III no seu viver domestico, e parece que assim o quiz punir a Providencia dos crimes inauditos com que manchou o seu reinado. Nenhum dos muitos filhos que teve lhe sobreviveu.

Casou D. João III com a infanta hespanhola D. Catharina, irmã de Carlos V, no principio do anno de 1524. D'este ma-



LOCAL E RUINAS DO ARSENAL DE VELHA GÔA

1556, sobre a precedencia dos condes d'este reino, decreto que o seu chronista Francisco de Andrade registra não menos gravemente entre uma victoria de D. Affonso de Noronha, e uma noticia ácerca das explorações da Abyssinia e de Madagascar.

Tambem foi este o ultimo decreto *importante* que promulgou, porque falleceu no dia 11 de junho de 1557, de edade de 55 annos. Deixava por herdeiro do throno seu neto D. Sebastião, contando apenas tres annos de edade.

trimonio nasceram os seguintes filhos:

D. Affonso, nasceu a 24 de fevereiro de 1526; morreu muito creança.

D. Maria, nasceu em Coimbra a 15 de outubro de 1527; casou com o principe D. Filippe, filho mais velho de Carlos V, em 1543, e morreu de parto em junho de 1545, tendo de edade dezesete annos e nove mezes. Foi a primeira das quatro mulheres de Filippe II; as suas tres successoras foram Maria Tudor de Inglaterra, Isabel de França, e Anna de Austria. O filho, cujo nascimento custou

Digitized by Google

a vida á infanta portugueza, veiu a ser aquelle desgraçado principe D. Carlos, cujo destino horrivel é ainda hoje semi-mysterioso, e que pésa, como uma nuvem de sangue, sobre a memoria de Filippe II.

D. Izabel, nasceu em Lisboa a 28 de abril de 1529; morreu na primeira meninice.

D. Beatriz, nasceu em Lisboa a 15 de fevereiro de 1530; morreu ainda no berço.

D. Manuel, nasceu em Alvito a 1 de novembro de 1531; morreu com tres annos de edade.

D. Philippe, nasceu em Evora a 25 de março de 1533; morreu de edade de seis annos.

D. Diniz, nasceu em Evora a 26 de abril de 1535; morreu em creança.

D. João, nasceu em Evora a 3 de junho de 1537. Em novembro de 1552, tendo quinze para dezeseis annos de edade, casou com a princeza D. Joanna, filha do imperador Carlos V; morreu, com pouco mais de dezeseis annos de edade, no dia 2 de janeiro de 1554, deixando sua mulher gravida do principe D. Sebastião, que nasceu dezoito dias depois da morte de seu pae. O principe D. João dava as maiores esperanças de vir a ser um soberano illustrado e bom. Merecêra as sympathias geraes do povo e da nobreza, e a sua morte foi lamentada mais por lagrimas sinceras do que por dôr official. Era muito amigo das lettras e dos que as cultivavam, que lh'o pagaram bem, immortalizando o seu nome, como fez Antonio Ferreira na celebre elegia dirigida a Francisco de Sá de Menezes, aio do principe fallecido.

D. Antonio, nasceu em Lisboa a 9 de março de 1539; morreu a 20 de janeiro de 1540.

Teve D. João III, além d'estes filhos legitimos, um filho bastardo, chamado D. Duarte, que nasceu em 1521 e morreu a 10 de novembro de 1543, com vinte e dois annos de edade. Foi arcebispo de Braga.

Assim, de dez filhos, nove legitimos e um bastardo, que lhe rodearam o throno, não lhe sobreviveu um só, e quando morreu, em 1557, as esperanças da corôa portugueza repousavam apenas n'uma creança de tres annos, que tinha de a ir perder nos areiaes d'Alcacer-Kibir.

Parece que é a propria fatalidade quem está tecendo a perda de Portugal. Tudo se prepara para ella, e causas multiplas e diversas parecem concorrer para o mesmo fim — a ruina da monarchia de Affonso Henriques.

Chegados ao fim do longo reinado de D. João III, para que havemos de lançar uma vista d'olhos para esse quadro onde tantas sombras divisâmos, onde como que vêmos lentamente dissolver-se a nossa grandeza? E' certo que durante esse reinado chegou ao apogeu a fortuna lusitana; as mais remotas partes do Oriente se abriram ao nosso commercio, á nossa bandeira, e aos nossos missionarios; começou-se a povoar o Brazil, assentou-se o dominio portuguez na Oceania, e innumeras fortalezas desfraldaram na India ao vento o pendão das quinas. Mas isso era apenas o resultado do impulso antecedente, o effeito de causas anteriores, ao passo que os germens que desabrocham n'este reinado são germens de ruina e de desastre. Por isso nos demorámos muito mais tempo na sua historia, porque essa época dos nossos annaes tem, como Jano, duas faces, uma que olha para o passado, risonha e esplendida, outra que olha para o futuro, torva e ameaçadora. D'um lado a India conquistada, explorada a Abyssinia, descobertos o Japão e a China, humilhada a Turquia, povoado o Brazil, acções heroicas, façanhas inacreditaveis, fabulosas victorias; do outro lado a desmoralização dos soldados, a luxuosa pobreza do

Digitized by Google

reino, a inquisição estabelecida, o jesuitismo admittido, o reino esgotado de braços e capitaes, a Hespanha preponderante na nossa politica, a Europa costumada a olhar-nos com indifferença, o absolutismo enraizado, e, para cumulo de desventuras, o throno amparado apenas pelo braço debil e febril d'uma creança enthusiastica. A parte de D. João III em todos estes males já por mais d'uma vez a temos apontado. Agora não faremos senão associar-nos energicamente ao anathema que Herculano arroja, do alto da sua tribuna de historiador, a esse fanatico e estupido soberano, que nos guiou para a ruina e para o aviltamento por um caminho de sangue e de vergonha!

CAPITULO XIX

Reinado de D. Sebastião.—Sua menoridade —Reinado de D. Catharina

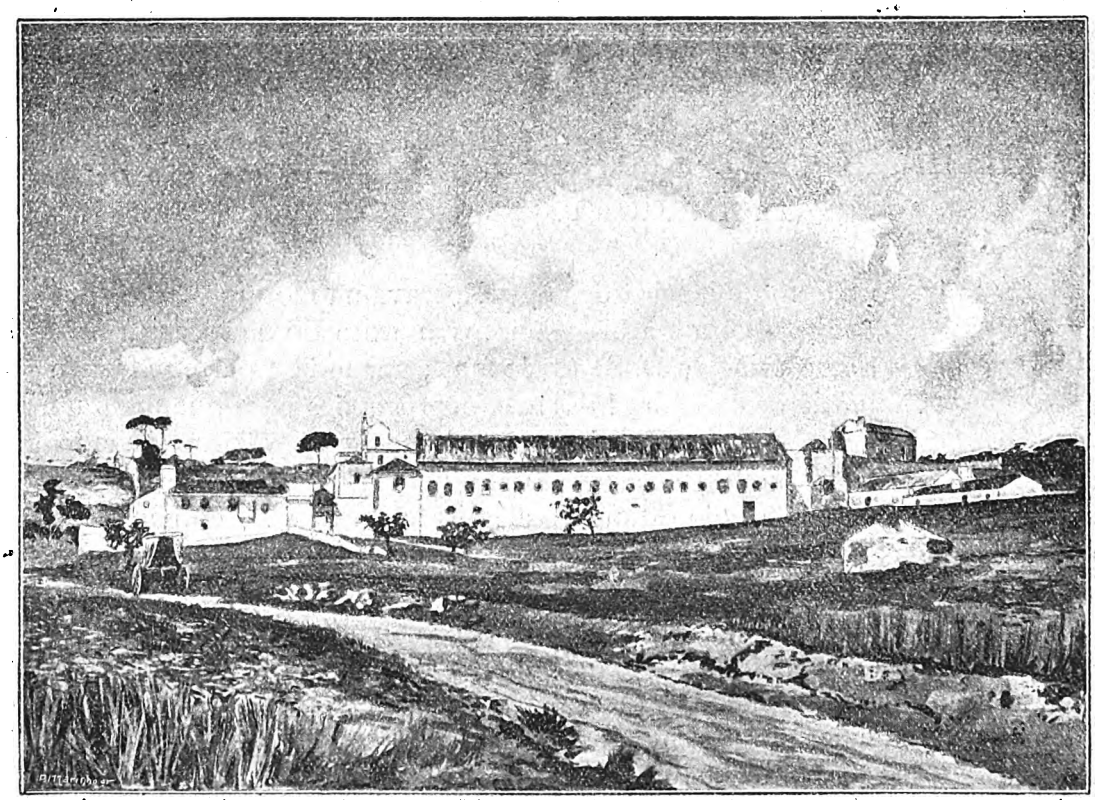
No dia 20 de janeiro de 1554 nascêra em Lisboa o principe D. Sebastião em quadra luctuosa, porque, dezoito dias antes, fallecêra seu pae o principe D. João, tão estimado de todos pelas suas virtudes, e altos predicados de intelligencia. Era o unico fiador da successão da corôa. A numerosa descendencia de D. João III caira toda em torno d'elle, decepada por morte prematura, e o unico sobrevivente dos seus filhos ia, sem ter completado ainda dezoito annos, sumir-se tambem no tumulo. A anciedade no reino era geral, tanto mais que um imprudente paragrapho, inserido no contracto do casamento da infanta D. Maria com o principe Philippe de Castella, attribuia aos filhos d'este matrimonio a successão da corôa portugueza, no caso de lhe faltarem herdeiros directos. A princeza morrêra, mas vivia seu filho, o infeliz principe D. Carlos, e os Portuguezes anteviam com terror o momento em que o principe hespanhol podesse juntar debaixo do seu poder os dois reinos da Peninsula, realizando assim a união iberica, sempre por nós tão odiada.

Esperavam todos por conseguinte anciosos o exito do parto da princeza D. Joanna; por toda a parte se faziam preces e procissões para que fosse um varão o esperado herdeiro. Quando correu a noticia de que assim succedêra, a alegria foi clamorosa e unanime; a anciedade com que o povo desejou o nascimento do soberano que devia arrastar Portugal ao abysmo, o enthusiasmo com que o festejou fizeram-lhe dar o nome, que ainda hoje na historia conserva, de *Desejado*.

E' verdade que depois, quando as calamidades mais terriveis desmentiram os felizes prognosticos por todos concebidos, fabricaram-se varias lendas, que tendem a rodear d'um caracter lugubremente prophetico o nascimento de D. Sebastião. Assim, uns lembraram que um herege profanára a hostia por occasião das festas do casamento do principe seu pae; outros asseveraram que no dia do nascimento de D. Sebastião apparecêra no céu um signal de fogo, em forma d'athaude; que a princeza D. Joanna vira uma mulher vestida de negro a prophetizar-lhe com um gesto as vindoiras desgraças do rei e do paiz; que a mesma princeza e duas das damas tinham

Digitized by Google

visto longas procissões de Mouros phantasmas a sahirem pelas portas fechadas do palacio e a precipitarem-se de chofre no rio. Todas estas lendas as póde, as deve aproveitar a poesia ou o romance: á historia compete affirmar que ninguem prophetizou similhantes desastres, que uma alegria universal e sem mistura accolheu o nascimento de D. Sebastião, e



CONVENTO DE S. BENTO DE CASTRIS

que até o povo considerou como de feliz agouro a entrada, no dia em que elle foi acclamado rei em Lisboa, de doze navios carregados de trigo, provenientes de França, que vinham fazer cessar a escassez de cereaes[1].

Morto el-rei D. João III, foi logo acclamado rei seu neto; mas succedêra que a subitaneidade do fallecimento do

soberano não lhe permittira formular as suas ultimas vontades com relação á regencia do reino. Duas ambições surdamente a disputavam entre si, a da rainha D. Catharina, e a do cardeal infante D. Henrique. A primeira, senhora energica e varonil, que, mesmo durante a vida de seu marido, exercêra nos negocios do Estado uma indisputavel influencia, contava no conselho um grande numero de partidarios; o cardeal infante, fanatico, sombrio, pouco intelligente, ambicioso, mas frouxissimo, desejando o poder e tremendo deante da idéa de se assenhorear d'elle, incapaz de combater d'outro modo que não fosse na sombra, não tinha demais a mais da sua parte senão antipathias. Em taes circumstancias o mais logico era convocar as côrtes do reino, e submetter á sua decisão a eleição do regente, mas já passára o tempo em que se entendia que a nação podia intervir d'algum modo na

[1] D. Manuel de Menezes, *Chronica de D. Sebastião*, part. 1.ª, cap. 7.º, pag. 27, e cap. 17, pag. 52. O visconde de Castilho aproveitou estas lendas que vogaram entre o povo para assumpto d'uma bellissima scena do 4.º acto do seu magnifico drama *Camões*. (Scena 2.ª, pag. 165 do 1.º tomo da edição de 1864).

Digitized by Google

ATROCIDADES DOS PORTUGUEZES NAS MOLUCAS

Digitized by Google

escolha dos seus governantes, e ninguem estava disposto a acordar o leão adormecido.

Na menoridade d'Affonso V, apezar da expressa determinação d'el-rei D. Duarte, que por testamento conferia a regencia a sua esposa D. Leonor, as côrtes revogaram o testamento, e nomearam o infante D. Pedro. Na menoridade de D. Sebastião forjava-se uma verba d'um testamento, forjava-se de modo que todos souberam o logro, e o povo acceitava humildemente a regencia, que em conciliabulo secreto uns poucos de cortezãos haviam a seu bel-prazer nomeado. Quão mudados estavam os tempos! Que abysmo entre o seculo xv e o seculo xvi! E n'esse abysmo, por desgraça, subvertêra-se a vida de um povo.

Effectivamente o chanceller-mór Gaspar de Carvalho lembrou-se de que el-rei lhe communicára uma verba, que tinha tenção de juntar ao seu testamento, na qual verba nomeava D. Catharina regente até D. Sebastião completar vinte annos, e o secretario Pedro d'Alcaçova Carneiro lembrou-se tambem de que elle mesmo escrevêra com a sua lettra essa verba, que apresentou, e que el-rei lhe dictára. A rainha contava bastantes partidarios no conselho para que ninguem ousasse emittir duvidas ácerca d'este miraculoso papel; o povo, que sympathizava mais com a energica rainha, posto que hespanhola, do que com o hypocrita cardeal, sanccionou a nomeação com as suas acclamações. Só o proprio cardeal estaria disposto a pôr embargos; mas era cobarde, tinha no conselho poucos ou nenhuns partidarios: contentou-se com ameaçar em voz baixa. Demais, D. Catharina, politica intelligentissima, achou meio de lhe impôr silencio. Lembrou-se de subito de que el-rei á hora da morte lhe pedira que tomasse para seu conselheiro e collega da regencia o infante D. Henrique, e pediu-lhe que fizesse á causa da patria esse sacrificio. «Como era de suppôr, escreve Rebello da Silva, cuja narrativa nos limitaremos a resumir sempre que tivermos a fortuna de tratar dos assumptos de que elle trata, a memoria de Pedro de Alcaçova despertou-se tão viva para a lembrança d'esta eleição, como fôra prompta em trazer á luz as ultimas vontades de D. João III ácerca da regencia [1].»

A rainha não fazia esta concessão a seu cunhado porque o temesse pessoalmente, mas temia a Companhia de Jesus, cada vez mais poderosa e intimamente alliada com o cardeal, que ella dominava, o qual não desconhecia as poderosas armas d'opposição, que o cargo d'Inquisidor geral punha nas froixas mãos de D. Henrique.

Senhora do poder, D. Catharina revelou as qualidades solidas que a tornam um vulto notavel. No estado a que Portugal já chegára, o suster-se o Estado á beira do abysmo, entre as tormentas de uma menoridade, demonstra que não eram pouco firmes as mãos femininas que o dirigiam. E' verdade que teve felizmente auxiliares dignos de a comprehenderem. Na India D. Constantino de Bragança, no Brazil Mem de Sá, nas negociações diplomaticas Lourenço Pires de Tavora contribuiram muito para a gloria d'esta regencia, e não a illustrou menos a heroica defeza de Mazagão, ultima victoria illustre dos Portuguezes nas plagas africanas, que tão fataes nos iam ser dentro em pouco.

Entretanto D. Henrique representava no governo um papel de comparsa. D. Catharina fazia solicitar para elle em Roma pelo habil negociador Lourenço Pires de Tavora as honras da legacia em Portugal, fazia mesmo com que elle, por morte do papa Paulo IV, obtivesse quinze

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, t. 1.º Introducção, p. 1.ª, cap. 1.º, pag 26 (Lisboa, 1868).

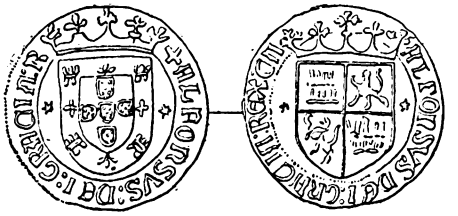
Digitized by Google

votos no conclave que elegeu afinal João Angelo de Medicis com o nome de Pio IV [1], e, satisfazendo-o com estas frivolas pompas e distincções que lisongeavam a sua vaidade, guardava para si os cuidados serios do governo, e os gosos e as tribulações do poder.

E devemos dizer de passagem que, n'esta embaixada em Roma, embaixada que durou largos annos, não só Lourenço Pires de Tavora conseguiu vantagens importantes para a corôa portugueza, muitas vezes negociadas espontaneamente por elle sem instrucções do seu governo, mas tambem adquiriu tanta fama d'habil negociador, que Philipe II lhe pediu que se encarregasse officiosamente d'alguns negocios, que elle trazia pendentes, e o papa Pio IV pelas suas indicações se guiava na questão da reunião do concilio de Trento, de fórma que tão necessario se lhe tornou o embaixador portuguez que a regente, a seu pedido, o reconduziu no cargo, e, quando elle afinal partiu, mandou-o Pio IV acompanhar por uma guarda d'honra até á fronteira, deu-lhe immensas provas de distincção, e recommendou-o efficazmente ao duque de Urbino e á senhoria de Veneza, cujas terras tinha de atravessar [2].

Mas, reatando o fio da narração interrompida, diremos que, se D. Henrique, homem de intelligencia acanhada, não tomava parte muito activa no governo, nem por isso a sua vaidade, muito excitada pelos Jesuitas que o faziam seu instrumento, lhe deixava de segredar que só a inveja de D. Catharina o impedia de figurar mais no primeiro plano; quando porém tentava fazel-o, a serena superioridade de sua cunhada acovardava-o e fazia-o esconder-se na sombra, em que se comprazia como os animaes nocturnos, cujos instinctos lhe eram peculiares.

Houve porém uma questão de maxima importancia para os Jesuitas em que estes o obrigaram a mostrar-se mais energico, auxiliando-o ao mesmo tempo com todos os recursos e manhas da Companhia.



Meio real grosso, de D. Affonso V

Era no principio de 1560, e tractava-se de escolher preceptor para o monarcha D. Sebastião. Propunha o infante D. Henrique um socio da companhia de Jesus, Luiz Gonçalves da Camara; D. Catharina desconfiava da Companhia, cuja ambição receiava, queria que se optasse entre estes dois varões, que muito recommendava, fr. Luiz de Granada, o grande escriptor mystico, e fr. Luiz de Montoya, sabio notavel e escriptor distincto; da ordem de S. Domingos o primeiro, e o outro da de Santo Agostinho. Devemos dizer que, se D. Catharina, devota como era, e seduzida demais a mais pelas prédicas eloquentes do grande S. Francisco de Borja, fôra uma das mais ardentes defensoras da sociedade de Jesus, não estava disposta comtudo a deixar-se dominar pela sua influencia politica, tanto mais que o santo Jesuita, cujas palavras a tinham enchido de admiração e respeito, era o primeiro a proclamar-se adverso ás ambições mundanas dos seus collegas, e a declarar alto e bom som que essas ambições perderiam o instituto.

Como de costume, D. Henrique estivera quasi cedendo á preponderancia de sua cunhada, mas d'esta vez não lh'o consentiram os Jesuitas. O seu confes-

[1] D. Manuel de Menezes, *Chronica de D. Sebastião*, P. 1.ª, cap. 27, pag. 77.

[2] D. Manuel de Menezes, *Chronica de D. Sebastião*, cap. 27 e 28 da p. 1.ª, de pag. 75 a pag. 86.

Digitized by Google

sor, Leão Henriques, homem notavel, que tinha pela sociedade a que pertencia o fanatismo que as regras de Santo Ignacio possuiam o condão d'inspirar, empregou toda a influencia que exercia no animo do seu penitente para o obrigar a não ceder; Miguel de Torres, Jesuita tambem e confessor da rainha D. Catharina, instou no mesmo sentido; accresceram ainda os rogos de D. Joanna de Sá, camareira-mór. Não podia um espirito devoto, posto que energico, resistir por muito tempo ás suggestões de tão habeis sacerdotes. D. Catharina cedeu, e Luiz Gonçalves da Camara foi preceptor e confessor d'el-rei D. Sebastião.

A companhia de Jesus bem percebeu comtudo, pela braveza do combate, que essas victorias não se repetiriam muitas vezes, e que a lucta com D. Catharina seria incessante, ao passo que o infante D. Henrique estaria prompto a ceder ás suas minimas vontades. Incitado por elles e tambem pela sua natural malevolencia, o infante não cessava de intrigar por toda a parte contra sua cunhada, não cessava de lembrar a todos o seu sexo, a sua qualidade de estrangeira, de a apresentar emfim como indigna do poder que exercia. Estas intrigas chegaram aos ouvidos de D. Catharina, que resolveu acabar com ellas d'um golpe. A's tergiversações de D. Henrique respondeu com uma resolução energica: as intrigas mysteriosas que se urdiam na sombra arrastou-as á luz do dia, e bem patente mostrou a todos a sua abjecta hediondez.

Proximo do Natal de 1560, D. Catharina chamou de subito o infante D. Henrique, e declarou-lhe que, oppressa pelo governo, e desejosa de descanso, resolvera demittir-se da regencia, e entregar-lhe nas suas mãos a tutella do rei e do reino. Em presença d'esta declaração formal, D. Henrique recuou, como sempre; o poder attrahia-o e assustava-o, namorava-o de longe e não se atrevia a tocar-lhe. Caracter mais indeciso e torpe não se encontra facilmente na historia de qualquer povo.

Aterrado pois com esta resolução de D. Catharina, tremulo, extendendo a mão para a cubiçada regencia e fugindo com ella quando ia a tocar-lhe, D. Henrique, balbuciante, procurou frouxamente demovel-a, com varias razões, de similhante intento. D. Catharina fingiu deixar-se abalar, e convencionou que escreveria uma carta aos Estados do reino, declarando-lhes a sua resolução, e pedindo-lhes que a approvassem. A idéa de que o poder viria a cahir nas mãos do cardeal D. Henrique assustou a todos os que lhe conheciam a indole, e uma manifestação imponente, vinda de todos os pontos do reino, da nobreza, do clero e do povo, veiu supplicar a D. Catharina que desistisse do seu proposito. Entre as diversas cartas que ella então recebeu, tornava-se notavel uma do arcebispo de Braga, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, santo varão, que ella forçára a acceitar esse cargo eminentissimo, e que bem revela, na sua transparente ironia, a triste idéa que todos formavam do cardeal-infante. Vejamos os termos em que o illustre prelado bracharense se exprime n'essa carta:

«O que me diz Vossa Magestade, escrevia elle, que o cardeal tomará o regimento, notoria coisa é que de todo em todo seguindo Vossa Alteza seu parecer e desejo, não ha outros hombros em que se possa lançar a cruz. Mas haja Vossa Alteza dó d'elle; bastem-lhe os negocios ecclesiasticos, e os trabalhos da coadjutoria na regencia do reino. Temo certo que, se Vossa Alteza lhe lançar ás costas o governo, que cêdo não tenhamos cardeal nem governador. Melhor é levarem ambos o jugo do Senhor, pois em dois corpos pôz Deus uma alma e uma

Digitized by Google

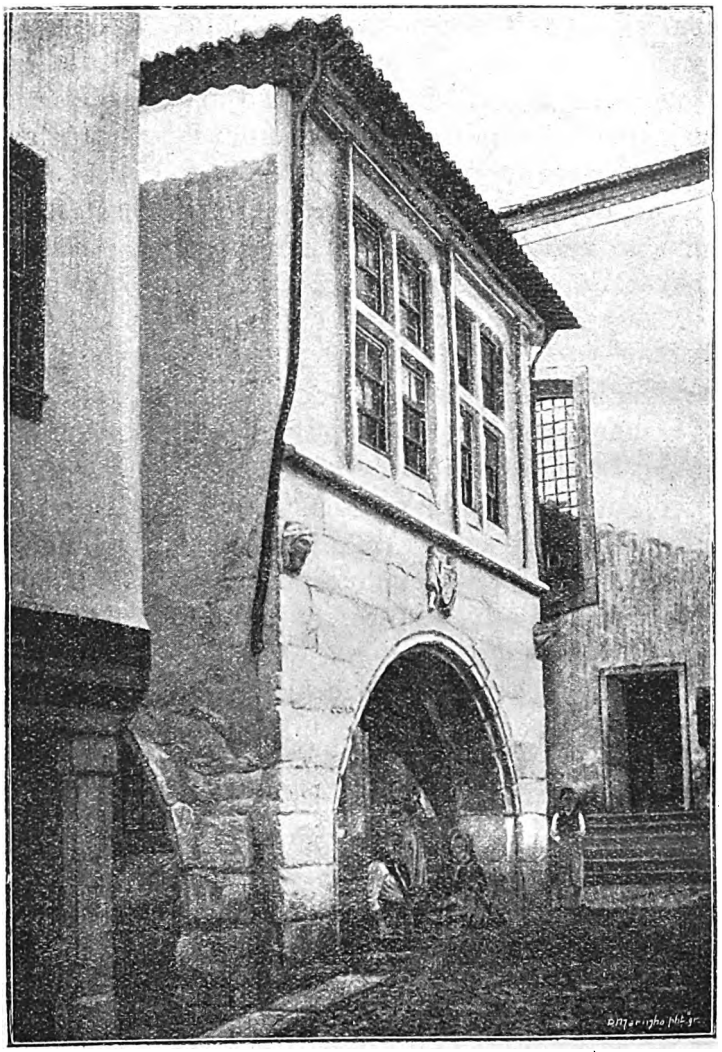
vontade; o que é outro milagre de Deus e por tal conhecido n'este reino.» [1]

A compaixão ironica do arcebispo bem mostra que D. Fr. Bartholomeu dos Martyres não acreditava muito nos talentos governativos do cardeal infante, e que tinha mais confiança na energia e no tacto supremo da irmã de Carlos V, em cujo espirito parecera que Deus fôra accender uma scentelha do genio do imperador.

Não era ella a unica. A rainha da Hungria, Maria, irmã tambem de Carlos V, governou com summa prudencia e habilidade os Paizes Baixos, decerto a parte mais difficil de governar do vasto imperio do filho de Joanna a Louca.

D. Catharina, além do genio natural que partilhava, posto que em muito menor grau, com seu irmão, tivera bem cedo o espirito amadurecido pelos grandes espectaculos da politica e das revoluções. Companheira do captiveiro de sua mãe, segundo recentes investigações parece que não tão doida como a quizeram fazer suppôr, D. Catharina vira passar por deante de si a revolta dos *comuneros*, e assistira de perto a todas as intrigas e negociações enleiadas em torno de sua mãe, que todos os partidos queriam para instrumento [2].

«Persuadida, diz Rebello da Silva, pelas supplicas quasi unanimes dos Estados, e triumphante com esta publica demonstração, D. Catharina desistiu da renuncia, declarando que ainda continuaria por algum tempo, não querendo parecer ingrata, depois das muitas finezas dos seus vassallos tão leaes e dedicados.



CASA DE JOÃO-VELHO, EM VIANNA DO CASTELLO

«Vendo este desenlace, talvez previsto desde o principio por sua cunhada, é natural que D. Henrique se arrependesse, mas tarde, da tibieza que revelára recusando o poder no momento em que lh'o offereciam sem condições: e decerto não faltaria quem lhe descobrisse o laço, em que se deixara cahir, proporcionando á regente em opportuna occasião um tes-

[1] D. Manuel de Menezes, *Chronica de D. Sebastião*, parte 1.ª, cap. 47, pag. 179.

[2] K. Hildebrand, *Une énigme de l'histoire—La captivité de Jeanne la folle*, artigo publicado na *Revue des deux Mondes* de 15 de julho de 1869.

Digitized by Google

temunho espontaneo da nação em favor da sua auctoridade [1].»

Esta victoria de D. Catharina não fez comtudo senão accender mais contra ella os odios de D. Henrique e dos Jesuitas. Ainda não tinham passado completamente dois annos, como veremos, e já ella, fatigada d'uma continua lucta, entregava deveras o poder nas mãos de seu cunhado. N'este intervallo o unico acto politico importante do seu governo foi enviar embaixadores ao concilio de Trento, que, depois de muitas vezes interrompido, se abria finalmente de novo para chegar a uma conclusão definitiva.

Mas é tempo que vejâmos que ultimas glorias resgatavam nas nossas colonias a nossa irremediavel decadencia.

O ultimo governador da India nomeado por D. João III foi, como vimos, Francisco Barreto. Succedeu-lhe D. Constantino de Bragança, nomeado já pela regente D. Catharina, e que recebeu, como cumpria á sua elevada gerarchia, o titulo de vice-rei.

A 7 d'abril de 1558, partiu de Lisboa com quatro náus e dois mil homens de guerra D. Constantino, irmão do duque de Bragança. Fidalgo da primeira plana, parente proximo da casa real, distinguia-se entre todos os nobres pela affabilidade e elegancia do trato, pelo amor que votára ás lettras, e de que deu provas na India protegendo efficazmente o grande Camões, acto este mais proficuo para a sua immortalidade do que as façanhas de Damão e de Ceylão. Homem d'uma probidade severa, maculava-o comtudo um fanatismo, infelizmente bem vulgar entre os seus contemporaneos. Os actos que esse fanatismo lhe dictou turvam o esplendor do seu vice-reinado, que aliás se podia considerar como um dos mais notaveis que a India teve.

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*. Introducção, tom. 1.º, part. 1.ª, capitulo 1.º, pag. 36.

Tornava-se necessario na India não só um homem probo, mas tambem um principe de sangue, que, pela elevação do seu nascimento, podesse impôr a disciplina áquella turba infrene d'aventureiros. D. Constantino juntava ao prestigio da gerarchia uma verdadeira nobreza de alma, uma distincção nativa que involuntariamente fazia com que os fidalgos, que na India andavam espalhados, se envergonhassem de, como costumavam, se rebaixarem a actos só proprios de piratas.

Chegado á India, D. Constantino proveu logo na capitania de Cananor D. Payo de Noronha, que ia nomeado do reino. Fôra infeliz a escolha, porque esse fidalgo, despota e orgulhoso, tractou com tal sobranceria o rajah de Cananor, que deu logar a que mais uma vez se accendesse n'aquelle ponto a guerra, que parecia decididamente ser o estado constante da India portugueza. Entretanto D. Constantino de Bragança, que encontrára o Estado senão em guerra aberta, pelo menos n'uma hostilidade surda com o reino de Cambaya, e que via as terras de Baçaim constantemente insultadas pelas depredações dos Guzarates, entendeu que era necessario tomar Damão para assegurar a defeza das outras terras, e foi elle em pessoa a essa expedição com uma esquadra de cincoenta navios. Defendiam Damão quatro mil homens em apparencia resolutos, mas, apenas os Portuguezes saltaram em terra, falleceu-lhes o esforço e desampararam a cidade. Fortificou-se comtudo o seu chefe a pouca distancia, e com dois mil cavallos começou a inquietar os Portuguezes. Mandou D. Constantino de Bragança Antonio Moniz Barreto com quinhentos homens a desalojal-o. Na investida succederam as cousas de modo que, separando-se umas das outras as divisões do corpo expedicionario, se apresentou Antonio Moniz Barreto com cento e vinte soldados ape-

Digitized by Google

nas em presença dos dois mil homens inimigos. Ainda assim não hesitou em dar começo ao ataque, de que se saiu victorioso. O valor dos Portuguezes não affrouxára, quando lh'o exaltava um sentimento pundonoroso.

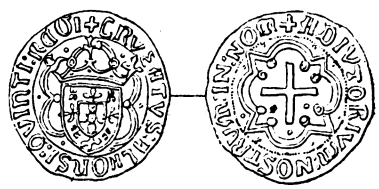
Nas fortificações acharam-se trinta e seis peças de artilheria e uma grande quantidade de moeda de cobre.

Entendeu o vice-rei que não estava segura a nova praça, não ficando no poder dos Portuguezes a ilha de Balzar, situada a pouca distancia de Damão; resolveu pois tomal-a, e mandou a essa expedição D. Pedro de Almeida, capitão de Baçaim, e D. Luiz de Almeida, seu irmão, com cento e cincoenta homens cada um. A fama da victoria de Damão poude mais comtudo do que a força das armas. A guarnição de Balzar não ousou esperar os Portuguezes, e a ilha entregou-se ao vice-rei, que a guarneceu com cento e cincoenta homens, de que fez capitão Alvaro Gonçalves Pinto; na praça de Damão deixou mil e duzentos homens e por commandante D. Diogo de Noronha. Como elle desejava que Damão se povoasse, e fosse como Gôa e Malaca, Chaul e Baçaim, uma cidade toda portugueza, concedeu muitas franquias aos moradores, que alli com effeito affluiram.

Não foi infeliz, como as outras, esta conquista dos Portuguezes. Damão ainda hoje é nossa, e a conquista de D. Constantino de Bragança, com Diu, conquista de Nuno da Cunha, e Gôa, conquista de Affonso d'Albuquerque, formam as unicas reliquias do nosso vasto imperio oriental.

Mas, se a gloria ainda por um lado nos illuminava, começava por outro a surgir a vergonha. Em Meliapor, na costa de Coromandel, os Portuguezes alli residentes, atacados por um rajah visinho, preferiram resgatar-se a peso de dinheiro a defender-se pelas armas. Pedro de Athayde, que alli estava, e que por todos os modos incitára os seus compatriotas a defenderem-se, corrido de vergonha da cobardia d'elles, veiu para Gôa, onde trouxeram a noticia de tão lamentavel acontecimento.

«Estes foram, diz o chronista de D.



Real branco, de D. Affonso V

Sebastião que temos mais de uma vez citado, os Portuguezes que, imitando os Romanos timidos ao poder de Brenno, compraram a liberdade com dinheiro e não com ferro[1].»

Entretanto em Cananor D. Payo de Noronha, como vimos, provocára com os seus procedimentos as iras do rajah, e accendêra assim uma guerra a que o vice-rei accudiu, mandando-lhe reforços, commandados, o primeiro por um fidalgo chamado Ruy de Mello, o segundo por Luiz de Mello da Silva, que ficou depois capitaneando os auxiliares voltando Ruy de Mello a Gôa. Este Luiz de Mello foi um digno successor d'esses heroes da India, que temos commemorado nas épochas antecedentes,— Antonio Correia, Heitor da Silveira e outros. Incapaz de esperar tranquillamente o inimigo, foi com uma frota correr os mares, arrazou Mangalor e destruiu uma esquadrilha inimiga. Voltando a Gôa, D. Constantino de Bragança prendeu-o, apezar das suas victorias, por ter desamparado o seu posto, expondo assim Cananor a ser tomada pelos inimigos, porque effectivamente D. Payo de Noronha se via em serios embaraços. Mas, depois dé cumprir o que era devido ás

[1] D. Manuel de Menezes, *Chronica de D. Sebastião*, part. 1.ª, cap. 32, pag. 96.

Digitized by Google

exigencias da disciplina, foi procural-o pessoalmente, deu-lhe os maiores parabens, e, soltando-o, mandou-o outra vez em soccorro de Cananor. Captivo d'este procedimento, verdadeiramente regio, Luiz de Mello tão heroicamente repelliu, com quinhentos homens, os numerosos inimigos que cercavam a fortaleza, que o rajah de Cananor, humilhado, não tardou a pedir paz.

D. LUIZ, INFANTE DE PORTUGAL, FILHO DE D. MANUEL

Ormuz continuava a ser ameaçada pelos Turcos, que em 1558 cercaram a fortaleza das ilhas de Bahrein pertencente ao rei de Ormuz, e defendida por um Persa chamado Ras Murad, que logo pediu soccorro a D. Antão de Noronha, governador da nossa cidadella. D. Alvaro da Silveira fôra no anno passado com uma armada ao Mar Roxo; estava então de volta e foi elle mesmo em soccorro de Bahrein. Os navios, que tinham trazido de Bassorá os mil e duzentos Turcos que cercavam a fortaleza, foram facilmente levados de vencida pelos nossos, e, assim desamparados do auxilio da espuadra, bastaria de certo um simples bloqueio para reduzir pela fome os sitiadores transformados em sitiados. Mas era grande a indisciplina que lavrava entre os Portuguezes, e que foi mais uma vez a causa da sua perda. Forçaram os soldados D. Alvaro da Silveira a apresentar batalha ao inimigo muito superior em numero, e, apezar das mais heroicas façanhas, foram os Portuguezes derrotados e morto o seu capitão. Ficou então commandando os sobreviventes Pedro Peixoto, que, seguindo o systema que deveria desde o principio ter sido adoptado, bloqueiou a ilha e obrigou os Turcos a capitularem, salvando as vidas e entregando armas, artilheria, cavallos, trinta prisioneiros que tinham feito e doze mil cruzados de resgate. A fome e as doenças, mais do que o ferro portuguez, tinham reduzido por tal fórma o exercito inimigo que, de mil e duzentos homens que eram á vinda, só duzentos sobreviviam.

O resto do anno de 1559 foi occupado em reprimir as constantes agitações do Malabar. Cananor ainda não estava tranquilla; Luiz de Mello e Silva se encarregou de conter a audacia dos revoltosos.

Em Damão a fortaleza de Balzar foi salteada pelos Guzarates, mas valentemente defendida; entendeu porém D. Constantino de Bragança que era essa fortaleza de mais risco do que proveito, e mandou-a arrazar.

O principio do anno de 1560 foi assignalado no Mar Roxo por dois actos, um de heroicidade outro de covardia, praticados ambos pelos Portuguezes. Tres

Digitized by Google

fustas commandadas por Christovam Pereira Homem encontraram-se junto de Arkiko, porto abyssinio, com quatro galés turcas. A fusta da capitania arrojou-se intrepidamente a ellas, fazendo um grande estrago, mas foi esmagada emfim pela superioridade do numero. As outras duas fustas fugiram, mas em Gôa D. Constantino puniu severamente os capitães. Era este comtudo um triste symptoma; já na India não estavam apenas tropas escolhidas, a flôr da nobreza de Portugal, os mais briosos filhos d'este reino. Iam para lá agora aventureiros bravos, e aventureiros covardes, piratas heroicos, e ladrões vulgares. Nos primeiros tempos da

COIMBRA—PIA BAPTISMAL NA SÉ (SECULO XVI)

Digitized by Google

conquista não se citava em vinte annos um facto similhante aos dois que em dois annos agora tinham succedido em Meliapor e em Arkiko.

Na costa da Pescaria, Ponicale, feitoria portugueza, foi destruida pelo visinho rajah. Em troco D. Constantino de Bragança entendeu dever punir o rei de Jafnapatam na ilha de Ceylão, que opprimia os seus subditos quando se convertiam ao Christianismo. Levou D. Constantino de Bragança para essa expedição mil e duzentos homens, embarcados em uma esquadra de cem navios. O inimigo tentou fazer resistencia, mas foi por toda a parte repellido, distinguindo-se muito entre os nossos o já celebrado Luiz de Mello e Silva, Gonçalo Falcão, e outros. Ao cahir da noite, o rei de Jafnapatam desamparou a cidade, mas, perseguido pelos nossos, viu-se emfim obrigado a pedir paz. Porém, quando os Portuguezes estavam descançados na confiança das tréguas, os habitantes sublevaram-se, e, salteando os nossos descuidados, cortaram as communicações entre elles e o castello já occupado por Fernão de Sousa. Avisado, D. Constantino de Bragança mandou D. Antonio de Noronha com quatrocentos homens em soccorro dos Portuguezes destacados, e as duas forças reunidas atravessaram a cidade, levando adeante de si quem encontravam no seu caminho. Saqueada a cidade, D. Constantino levantou ferro, e, tomando a ilha de Manar, pertencente ao rei de Jafnapatam, alli construiu uma fortaleza, para onde transferiu os Portuguezes de Ponicale, e cujo commando entregou a Manuel Rodrigues Coutinho.

Foi esta a ultima acção notavel do governo de D. Constantino de Bragança, governo que terminou no dia 7 de setembro de 1561. Differentes tentativas infructiferas dos Guzarates para se apoderarem de Damão, e algumas pequenas guerras nas Molucas, de que era commandante Manuel de Vasconcellos, assignalam os ultimos annos do seu governo, não se esquecendo os piedosos chronistas contemporaneos de commemorar juntamente com estas acções guerreiras o martyrio do padre Gonçalo da Silveira no Monomotapa.

Fidalgo de nascimento e de coração, D. Constantino de Bragança soube conquistar a sympathia e os respeitos dos seus subordinados, e, durante os tres annos do seu governo, a India não presenciou felizmente as piratarias e os escandalos, que haviam assignalado, por exemplo, o governo de D. Affonso de Noronha, e d'outros verdadeiros chefes de flibusteiros. Homem d'uma probidade austera, impediu, o mais que poude, que os seus subordinados se desmandassem, e assim, no meio da desmoralização geral, foi o governo de D. Constantino um periodo menos vergonhoso, uma 'paragem momentanea no meio da horrivel decadencia da India Portugueza.

Os aventureiros da India, já desacostumados, desde o governo de D. João de Castro, d'esta repressão salutar e severa, curvaram-se submissos, mas em segredo procuraram intrigar na côrte D. Constantino de Bragança. Accusaram-n'o de concussão, e de trazer a nau, em que voltava ao reino, abarrotada do fructo dos seus roubos. Fizeram-lhe pois os avidos officiaes do fisco a offensa de lhe revistarem escrupulosamente a náu, encontrando apenas alguma, pouquissima, pedraria. Envergonhados de terem feito gratuitamente similhante injuria a um homem como D. Constantino, os membros do governo mandaram-lhe restituir a pedraria, pagando os direitos correspondentes. Esta mesquinhez fez sorrir D. Constantino, que respondeu tranquillamente que, se el-rei lhe pedia direitos por uma tão pequena quantidade de pedras preciosas que trazia como memoria do Oriente, era porque estava decerto muito preci-

Digitized by Google

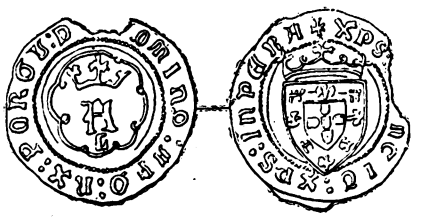
sado de dinheiro, e n'esse caso tinha summo gosto em offerecer ao seu monarcha não os direitos, mas a propria pedraria. Ficaram os ministros corridos com a resposta, em que transparecia ironia tão fina, e resolveram-se emfim a mandar entregar os diamantes; mas D. Constantino sempre se mostrou resentido da offensa, recolheu-se á vida privada, e quando, em 1571, el-rei D. Sebastião lhe pediu para de novo acceitar o vice-reinado da India, escusou-se debaixo de diversos pretextos, e não acceitou. A sua rapida passagem pela vida publica não lhe deixára saudades do poder.

E comtudo, homens na posição de D. Constantino é que principalmente convinham para o governo da India. Ricos bastante para os não deslumbrarem as opulencias do Oriente, d'alta gerarchia afim de serem respeitados pelos fidalgos aventurosos que conservavam, no meio da sua indisciplina, um supersticioso respeito pelo sangue real, só homens assim é que podiam cohibir a desmoralização e a licença d'aquella soldadesca infrene que atulhava a India.

Mas o ciume dos reis impediu sempre que se seguisse esta indicação, e quando o infante D. Luiz desejou ser empregado nas guerras do Oriente, seu irmão D. João III oppoz-se obstinadamente a esse desejo. Pois não encontrava facilmente homem tão proprio para o elevado cargo de vice-rei da India. Pelo que fez D. Constantino de Bragança, viu-se o que poderia fazer o infante D. Luiz, homem de muito mais alcance do que o irmão do duque de Bragança, ainda de maior auctoridade do que elle, e com o espirito muito mais exempto do fanatismo que era o vicio commum dos seus contemporaneos.

Effectivamente as virtudes de D. Constantino eram maculadas por esse vicio fatal que o arrastou a excessos, que não prejudicaram pouco o prestigio dos Portuguezes na India. Queria a fatalidade que sempre d'algum modo se fosse accelerando a ruina do nosso imperio. Quando não havia que censurar roubos e crimes, um fanatismo cruel feria no mais sagrado das suas crenças o coração dos indigenas.

Foi o que fez D. Constantino de Bra-



Real branco, de D. Affonso V

gança, desvairado por essa exagerada devoção que no seculo XVI se considerava uma virtude. Na tomada de Jafnapatam apoderou-se elle d'uma reliquia muito venerada pelos buddhistas d'aquella ilha, que bem se póde dizer o foco principal d'essa religião. Essa reliquia era um dente de Buddha, conhecido pelo nome de *delada*, que tem a seguinte origem:

«Segundo um dos historiadores indigenas, Goutama Budha morreu 543 annos antes da éra christã: o seu cadaver foi consumido; mas o rei Khoima pôde tirar-lhe um dos dentes, que foi enviado para a India, e alli venerado por espaço de seculos; conduziram-n'o depois para Poelalup, e então começaram, na phrase dos naturaes, os prodigios operados pela *delada*.

«Ordenou-se que fosse lançada n'uma cova com carvões accesos; e começou de fulgir com tão brilhantes raios, que illuminavam o universo! Foi em seguida queimada e pisada por elephantes; e tornou a apparecer no interior d'uma flôr de lodão d'ouro. Lançada em um infecto charco, este converteu-se n'um soberbo lago, coberto com as mais formosas flôres de lodão, em uma das quaes tornou a ser encontrada intacta. Finalmente, tendo os ahoilakes espalhado que aquel-

Digitized by Google

las maravilhas eram suppostas e falsas, pozeram a *delada* em uma bigorna; mas, quando se levantou o martello para a fazer em pedaços, ella sumiu-se para dentro do ferro da mesma bigorna! O rei permittira aos buddhistas provar a verdade da sua crença, e eis que Subhadra, que edificára o templo, mostrou a sagrada reliquia, fulgindo com extraordinaria claridade dentro de uma taça de ouro que tinha na mão! O rei reconheceu que este prodigio fôra o meio de promover o triumpho da *verdadeira religião!*[1]»

Pois esta miraculosa reliquia caiu no poder de D. Constantino de Bragança, com grande gloria dos Portuguezes e grande assombro dos habitantes de Ceylão. Apenas se espalhou a noticia do caso, todos os outros povos do Oriente que seguiam a religião de Buddha disputaram entre si a quem havia de possuir o famoso dente, e o rei de Pegu chegou a offerecer por elle quatrocentos mil cruzados; e muitos Portuguezes, ou de mais bom senso que D. Constantino, ou mais cubiçosos de dinheiro, e suppondo que do resgate do dente algum lhe iria ás algibeiras, aconselharam-n'o a que acceitasse, representando-lhe que a fé não perdia nada com isso, porque, em vez d'esse idolo, teriam os gentios outros mil que adorar, e que até poderiam fabricar os padres indios outro para o exporem á veneração dos fieis sectarios de Çakya Muni. Ora, os padres christãos mesmos deviam reconhecer a verdade d'este raciocinio, porque não ignoravam decerto como se fabricavam reliquias. Comtudo o fanatismo venceu todas as outras considerações, e o dente foi queimado em presença de D. Constantino, e reduzido a pó. Devemos dizer em abono da verdade que nenhum dos milagres narrados pelos escriptores indigenas se realizou e que o dente foi pulverizado sem derramar luz brilhante nem apparecer no calice d'alguma flôr de lodão.

D. Constantino ficou muito satisfeito com esse acto, que elle considerava de suprema abnegação e desinteresse, e que afinal não era senão um desacerto de primeira ordem que derramou sobre nós um ridiculo immortal, e que não contribuiu pouco para cavar mais fundo o abysmo que separava os Portuguezes dos Indios. Não seria decerto Affonso d'Albuquerque quem practicaria similhante erro; mas a côrte de D. João III era muito differente da de D. Manuel, e a illustração de Affonso d'Albuquerque muito superior á de D. Constantino de Bragança, apezar das brilhantes qualidades que adornavam este principe.

O que é para vêr é o ridiculo enthusiasmo com que os chronistas narram esta acção, não menos ridicula, de D. Constantino. D. Manuel de Menezes vae procurar no seu arsenal rhetorico as mais flóridas imagens para celebrar dignamente tão nobre procedimento:

«Viva D. Constantino, que com esta esclarecida acção eternizou a Christandade portugueza por todas as nações do mundo. Já hoje estaria apagado o resplendor d'aquelle ouro, se porventura então luzisse, e ainda hoje se lê o glorioso nome de D. Constantino á luz do fogo com que se abrazou tão abominavel reliquia; se vendessemos o dente aos gentios, não bastaria todo o ouro de Pegú para dourar a nossa cubiça na estimação dos bons catholicos; e, lançando-o ás brasas, fizemos á nossa fé um dos mais applaudidos sacrificios. Era D. Constantino o melhor Portuguez que passou á India e foi esta a maior proeza que n'ella obraram os Portuguezes[1].»

Nem mais nem menos. Era assim que

[1] *Panorama*, vol. X, pag. 277, art. *Delada*.

[1] *Chronica de D. Sebastião*, P. 1.ª

Digitized by Google

o bom do chronista avaliava a tal acção de D. Constantino de Bragança.

Mas o mais gracioso foi que não se enganaram os que aconselharam o vice-rei a que vendesse a reliquia; porque logo os buddhistas fabricaram outra que não foi menos venerada e que lhes sahiu mais barata. Essa nova reliquia escapou aos furores dos Portuguezes, e ainda hoje

«É em Kandy, n'um templó especial, que se conserva preciosamente, no fundo do mais remoto sanctuario a *Delada*, dente do mesmo Çakia-Muni salvo miraculosamente da fogueira onde foram queimados os seus restos.

«Está debaixo de triplice fechadura, n'um rico tabernaculo composto de seis involucros successivos, e para lhe fazer

GÔA — ANTIGO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CABO

existe, exposta á adoração dos fieis, em uma pequena camara do templo de Malegawa, contiguo ao palacio dos reis de Kandy, em Ceylão. É claro que os buddhistas consideram aquelle dente como o verdadeiro, o primitivo, como o que foi destruido pelos Portuguezes, e que elles suppõem naturalmente que escapou ao fogo e ao martello dos padres catholicos. Eis o que diz ácerca d'isso um viajante francez. As suas palavras fazem um curioso contraste com as do antigo chronista:

vêr a luz é necessario que haja circumstancias d'uma gravidade especial. Durante muito tempo, os Inglezes conservaram duas das chaves, deixando apenas a terceira confiada ao grão-sacerdote, afim de impedir que se servissem da influencia omnipotente da religião sobre o espirito dos indigenas para provocar uma revolta contra a sua auctoridade; mas afinal reunciaram a uma precaução que se tornára superflua. A authenticidade do dente está infelizmente longe de ser tão

Digitized by Google

bem provada como a arvore Budhi [1], ou antes, pelo contrario, é certissimo que em 1560, tendo os acasos da guerra feito cahir o dente primitivo no poder dos Portuguezes, estes transportaram-n'o a Gôa, onde foi esmagado e queimado com todo o ceremonial pelo arcebispo, em honra e gloria do verdadeiro Deus, em presença do vice-rei da India e da sua côrte. O rei do Pegú offerecia comtudo por elle quatrocentos mil cruzados. Segundo affirmam os espiritos fortes, o dente actual foi fabricado em 1565, em conformidade com as indicações dadas pelo monarcha então reinante, Wikrama Bahú. Os que teem tido a insigne honra de o vêr asseveram que, com as suas duas pollegadas de comprimento, parece antes haver sido arrancado da bocca d'um crocodilo do que d'uma queixada humana. Wikrama Bahú quil-o provavelmente d'um tamanho proporcional á pégada em que falámos [2].»

Assim foi debalde que D. Constantino de Bragança regeitou os quatrocentos mil cruzados do rei de Pegú, foi debalde que excitou contra nós os odios mais acerbos dos indigenas, não fez senão contribuir para radicar mais no espirito superstícioso dos Indios a crença no poder miraculoso do famigerado dente.

Este mesmo fanatismo impelliu D. Constantino de Bragança a excitar os furores da Inquisição, a mostrar uma grande predilecção pelos Gentios que se convertiam ao Catholicismo, desprezando os outros, e emfim a vangloriar-se muito das numerosas conversões que os Jesuitas operavam em competencia com os Dominicos e Franciscanos, conversões por empreitada, porque os frades desejavam, mais que tudo, apresentar um algarismo formidavel de neophytos.

Mas D. Constantino não se podia eximir aos preconceitos do seu tempo, e, lamentando que os mais altos espiritos se não eximissem a essa pecha fatal, elogiêmol-o comtudo pelo bem que fez, e pelo modo como soube manter a disciplina, voltar a Portugal com as mãos limpas d'ouro indiano, sustentar nas suas expedições o prestigio das nossas armas, e reprimir as crueldades e as exacções dos Portuguezes.

Foi seu successor no governo D. Francisco Coutinho, conde de Redondo, oitavo vice-rei e vigesimo-primeiro governador da India.

Este governador, posto que fosse tambem homem probo e digno do elevado cargo, nem tinha a auctoridade que davam a D. Constantino a sua elevada gerarchia e o seu parentesco proximo com a Casa Real, nem a energia que suppre estas qualidades. No seu tempo os Portuguezes desmandaram-se extraordinariamente, não só opprimindo os naturaes, mas tambem andando entre si em vergonhosas discordias.

A praça de Damão, agora novamente accrescentada ao dominio da corôa, estava sendo o alvo dos ataques dos Guzarates, que voltavam contra ella as suas forças, já que deante de Diu tantas vezes haviam soffrido os mais crueis desenganos. Em 1561 intentaram saltear a praça, mas repelliu-os vigorosamente o governador Garcia Rodrigues de Tavora.

A guerra de Cananor, que umas vezes parecia apaziguar-se, rebentava sempre de novo quando a julgavam aplacada, e, incitado pelo exemplo do seu visinho, tentava o rajah de Calicut tambem levantar cabeça; mas a guerra cruel, que os Portuguezes lhe haviam feito no

[1] A arvore Budhi, que existe em Ceylão, é uma figueira enorme e venerada pela sua antiguidade, pois tem dois mil e noventa e sete annos de vida.

[2] Esta pégada, situada no alto do pico d'Adão, tem cinco pés de comprimento. Os mahometanos dizem que é a pégada d'Adão, os catholicos suppõem-n'a de S. Thomé, os brahmanes dizem-n'a de Siva, e os buddhistas affirmam que é de Çakya-Muni—Edm. du Hailly. *Une campagne dans l'extreme orient.—Revue des deux mondes*, 15 de janeiro de 1867, pag. 451.

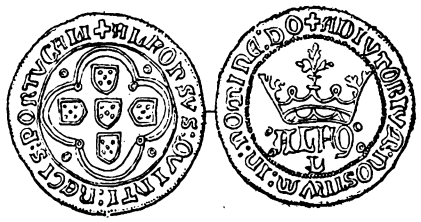
Digitized by Google

começo da conquista, abatera por tal fórma este potentado, outr'ora o maior do Malabar, que bastou d'esta vez que o conde de Redondo apparecesse com uma poderosa esquadra e quatro mil soldados para o Samori pedir paz.

Foi então que os Portuguezes, que esperavam carnificina e saque, desapontados e licenciosos como uns verdadeiros *condottieri* que estavam sendo, se travaram de desordem, e em duellos e rixas morreram mais de cincoenta homens.

Nas Molucas sublevou-se por esse tempo, indignado com o procedimento de Vasco de Freitas, o povo d'Amboina. N'essa ilha haviam os Portuguezes construido de novo uma fortaleza, porque este fatal systema cada vez ia tomando maior desenvolvimento. Em Ceylão tinhamos tres fortalezas: Colombo, Manar e Tocotort. Tambem n'essa ilha houve uma sublevação que os Portuguezes reprimiram. E assim n'estas discordias intestinas correram os dois annos e meio do governo do conde de Redondo, que falleceu em Gôa no dia 19 de fevereiro de 1564.

A questão religiosa era agora a que nos fazia maior mal, a que tornava os Indios nossos inimigos irreconciliaveis. Os Jesuitas baptisavam trezentos a quatrocentos neophytos por dia. Quem sabe quão arraiagadas estão no espirito dos povos orientaes as suas crenças religiosas póde imaginar como estas conversões se operavam. A Companhia de Jesus adquiria então n'essas partes uma terrivel preponderancia. A ella se quiz opôr o arcebispo de Gôa, mas logo cartas do rei e do papa vieram intimal-o a que não puzesse impedimento ás santas operações da Companhia. Por isso elles convertiam, convertiam no Japão, nas Molucas, na Abyssinia, na India, de modo que do Japão e da Abyssinia não tardaram a ser expulsos e juntamente com elles e por causa d'elles os Portuguezes, cerrando-se assim de novo á communicação dos Europeus e á civilização do Occidente esses dois vastos imperios. Nas Molucas e India mantinhamo-nos, é verdade, mas á custa de muito sangue derramado, e do odio cada vez mais acceso dos indigenas.



Espadim, de D. Affonso V

Esse odio parece que tentavam os Portuguezes excital-o por todos os modos. Eis as estupidas ordens que o cardeal D. Henrique, já n'essa época regente do reino, enviava ao conde de Redondo: que «prohibisse a entrada nas nossas terras aos Judeus brancos da Turquia e da Persia, e aos bispos scismaticos o governo da christandade de S. Thomé: desterrasse os brahmanes que não fossem lavradores: não consentissem medicos gentios, por serem prejudiciaes aos Portuguezes e christãos da terra[1].»

Quanto se estava já longe da politica d'Albuquerque!

Para completarmos agora a historia dos acontecimentos succedidos durante a regencia de D. Catharina, devemos passar da India ao Brazil, e vêrmos o que lá tem feito Mem de Sá, governador d'essa longinqua possessão.

A povoação continúa, auxiliada pelos Jesuitas que ahi prestam verdadeiros serviços. Muitos chefes indigenas se alliam comnosco, ou antes se deixam aldeiar pelos padres, e servem fielmente a nação a que esses padres pertencem. Outros porém, mais zelosos da sua in-

[1] Manuel de Menezes, *Chronica de D. Sebastião* part. I, cap. XLII, pag. 156.

Digitized by Google

dependencia, movem-nos crúa guerra, e alguns são n'isso auxiliados pelos Francezes, que procuram estabelecer-se n'essa prospera região e que effectivamente conseguem fundar uma pequena colonia no Rio de Janeiro, com auxilio dos Tamoyos, indigenas que habitam essas praias.

A fundação d'esta colonia liga-se com a historia das discussões religiosas que principiavam por essa occasião em Fran-

D. ANTONIO PINHEIRO, BISPO DE MIRANDA E DE LEIRIA

ça. O fogo do protestantismo lavrava nos espiritos dos subditos d'el-rei christianissimo, e chegára a insinuar-se na côrte.

As disputas teologicas occupavam o pensamento de todos, e, apezar da orthodoxia do monarcha, muitos dos seus mais fieis vassallos professavam abertamente doutrinas hereticas.

Ainda felizmente Catharina de Medicis, devorava em silencio o fel do seu espirito na solidão em que a deixava seu marido, captivo dos persistentes encantos da formosa Diana de Poitiers, ainda a casa dos Guises tinha por chefe um soldado heroico, e não um fanatico sanguinario; a espada do defensor de Metz ainda não quebrára a sua lamina immaculada para se transformar no punhal do assassino da noite de S. Bartholomeu. D'ahi resultava que el-rei de França entendia não dever sacrificar os seus melhores servidores, pelo simples facto de rezarem em francez as orações que elle rezava em latim.

Por isso Gaspar de Coligny, que assignalára com innumeras façanhas a sua carreira militar, gozava de todo o valimento régio, e fôra nomeado almirante de França, apezar de ser notoriamente huguenote.

Essa tolerancia comtudo não offuscava os espiritos previdentes. Henrique II podia fallecer d'um instante para o outro, e o delphim Francisco, fraco, timido, dominado por sua mãe Catharina de Medicis, louco d'amor por sua esposa, a formosa Maria Stuart, e sujeito por intermedio d'ella á influencia dos Guises, de quem a gentil escoceza era sobrinha, não presagiava um reinado favoravel aos dissidentes religiosos. Por isso Coligny pensava em assegurar, para o futuro, aos seus partidarios, um refugio para onde podessem transportar os seus lares e os seus templos.

Esse refugio pareceu-lhe que o podia encontrar no Brazil, paiz de que alguns navegadores lhe diziam maravilhas. Foi n'essa intenção que preparou navios, cujo commando entregou a um dos seus mais intelligentes correligionarios, com o fim d'irem fundar um estabelecimento na bahia do Rio de Janeiro.

O chefe d'esta expedição chamava-se Nicolau Durand, cavalheiro de Villegagnon. Fôra membro da ordem de Malta, e era sobrinho do célebre grão mestre Villiers de l'Ile-Adam. Os historiadores, segundo nos parece, têem tractado

Digitized by Google

PRIMEIRO CERCO DE DIU

Digitized by Google

injustamente este homem, que se nos affigura leviano e impaciente, mas energico e habil. Os escriptores protestantes chamam-n'o Caim da America, porque elle maltractou quatro ministros que haviam partido de Genebra, e alguns outros correligionarios seus. Chegam esses escriptores a suspeital-o de traição, mas quem o vê partir para a Europa no momento em que os seus irmãos de crenças se acham em perigo, quem sabe que elle, apenas chegou ao velho continente, se lançou de corpo e alma nas discussões religiosas, e escreveu até um livro de controversia, não póde admittir a supposta perfidia, e julga unicamente que n'esse pequeno gremio de protestantes se havia introduzido a sisania e que discussões d'interpretação, naturaes entre um dialectico ardente, como Villegagnon mostrou ser, e quatro ministros genebrezes, amigos de usarem e abusarem da liberdade d'exame proclamada por Luthero e Calvino, haviam produzido uma lucta entre o governador e os seus subordinados, e tinham dado origem á odiosa denominação que se afferrou ao nome de Villegagnon. E' certo porém que o antigo cavalleiro de Malta mostrou uma resolução heroica, sustentando-se com oitenta ou cem Francezes n'um forte isolado, sem receber soccorros da Europa, e affrontando serenamente as terriveis esquadras portuguezas; é tambem certo que se mostrou habil diplomata, porque tal dominio exerceu nos Indios de Nictherohy que os compeliu a encerrarem-se no forte, em numero de mais de setecentos, e é certo, finalmente, que voltou á Europa, não para pedir recompensa das traições que lhes imputavam, mas para se juntar aos seus irmãos perseguidos e arrostar com elles as provações do martyrio.

Um homem que assim procede não é decerto um fanfarrão vulgar, como os nossos asseveraram, dizendo que elle chegava a intitular-se rei do Brazil, nem um traidor, como os seus correligionarios lhe chamavam. Era um aventureiro, não muito persistente nas suas idéas, incapaz talvez de conceber um vasto plano, mas intrepido, energico e leal.

Quatro annos se deteve elle na enseada do Rio de Janeiro, sem que os Portuguezes ousassem atacal-o, tanto era o numero dos Indios de que o seu pequeno destacamento se rodeara, sem que tambem ousasse atacar os estabelecimentos dos nossos. Fatigado emfim do seu isolamento, e inquieto pelas noticias que recebera de França, resolveu-se a partir para a Europa, deixando os seus admiravelmente fortificados n'uma ilha que a natureza fizera quasi inexpugnavel, e onde o chefe do partido calvinista erigira um forte a que dera o nome de forte Coligny, mas que os nossos designavam pelo nome de forte de Villegagnon, ou antes Villagalhão, como elles diziam, aportuguezando e estropiando o appelido francez.

Ergue-se a ilha, a que nos referimos, no meio d'esse archipelago que matiza a bahia do Rio de Janeiro. A' excepção d'uma pequena praia de desembarque, toda ella é penedia brava, onde espumam as ondas, terminando em dois cabeços cortados a pique, entre os quaes avulta um rochedo isolado. Villegagnon aproveitára habilmente o recife e a penedia como fortificações naturaes, erguera nos dois morros dois baluartes, escolhera o penedo central para n'elle construir a sua habitação e collocar o deposito das munições de guerra. Nas faldas do rochedo havia algumas casas e tudo o mais eram choças á moda dos selvagens. Eis a que se reduzia o forte Coligny ou o forte Villegagnon.

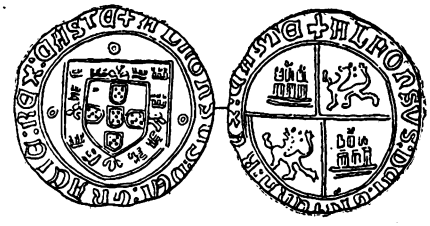
Decorrera um anno depois que o antigo cavalleiro de Malta partira para a Europa, e era, havia dois annos, terceiro governador da Bahia o celebre Mem de

Digitized by Google

Sá, irmão do grande poeta Francisco de Sá de Miranda, quando a rainha regente D. Catharina entendeu que era tempo de expulsar para sempre os Francezes das nossas possessões ultramarinas. Faltavam os meios, e não o valor e a vontade, a Mem de Sá. Esses meios proporcionou-lh'os a rainha enviando-lhe uma pequena esquadra, com o auxilio da qual o governador da Bahia preparou immediatamente uma expedição contra o Rio de Janeiro. Apenas tiveram vista da armada, os Francezes refugiaram-se no forte, abandonando os navios, e levando comsigo perto de oitocentos Tamoyos e mantimentos sufficientes para sustentarem um longo cerco. A ilha parecia quasi inexpugnavel; comtudo os Portuguezes investiram-n'a, e, ainda que repellidos uma vez, voltaram ao assalto e definitivamente se apoderaram da praça, aprisionando alguns Francezes, passando outros ao fio da espada, ao passo que muitos outros fugiram para a terra firme e se internaram nas florestas da beira-mar.

Queria Mem de Sá fundar uma cidade n'essa magnifica enseada, que sempre o tentára para esse fim, mas não tinha então recursos para isso, e, depois de arrazar o forte Villegagnon, viu-se obrigado a regressar para a Bahia. Não tardou porém que os Francezes, internados nas florestas, voltassem, auxiliados pelos selvagens, a construir um estabelecimento no littoral, e nova expedição se tornou necessaria. Commandou-a Estacio de Sá, sobrinho do governador do Brazil, que pelejou bravamente com os Francezes. Protrahiu-se porém a contenda, até que o proprio Mem de Sá foi em auxilio de seu sobrinho. Os Francezes foram então completamente derrotados, mas a victoria comprou-se com a morte do valente Estacio de Sá. Então o governador do Brazil entendeu que era indispensavel tomarem os Portuguezes posse definitiva d'aquella bahia, que os Francezes tanto cubiçavam, e lançaram-se emfim os alicerces da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, hoje prospera capital d'um florescente imperio [1].

Assim, a regencia de D. Catharina



Espadim, de D. Affonso V

assignalava-se na India com a tomada d'uma nova praça e praça importante, no Brazil com a fundação d'uma nova cidade; mas o que mais abrilhanta esse periodo era a heroica defeza da praça de Mazagão, defeza de que vamos fazer uma resumida narrativa.

Era na primavera do 1562, e o soberano de Marrocos, Muley Abdallah, homem capaz de conceber grandes emprezas, sabendo que o governador da praça de Mazagão, Alvaro de Carvalho, estava com licença em Lisboa, e que as fortificações se achavam incompletas, entendeu que era esse o melhor ensejo de expulsar os Portuguezes d'uma cidade que está tão proxima de Marrocos, que lhe fica, segundo a phrase de fr. Luiz de Sousa, *como mettida pelos olhos* [2]. A cidade é naturalmente forte, e a situação do castello á beira-mar facilita muito a vinda de soccorros. Juntou Muley Abdallah um exercito numeroso e confiou-o a seu filho, Muley Hamet, querendo dar-lhe a gloria d'esta empreza, em que

---

[1] A'cerca de todos estes acontecimentos do Brazil, consultámos principalmente a *Chronica da Companhia de Jesus nos Estados do Brazil*, pelo padre Simão de Vasconcellos, t. 1.º de pag. 151 a 156 e t. 2.º de pag. 33 a 60 (2.ª edição, Lisboa, 1865).

[2] Fr. Luiz de Sousa, *Vida de D. fr. Bartholomeu dos Martyres*, t. 1.º, l. 2.º, cap. 11.º, pag. 32, (Lisboa 1850).

Digitized by Google

elle tinha a maxima confiança. Chegou o exercito, que os calculos mais modestos elevam a oitenta mil homens, a meia legua da cidade, e começou os trabalhos do assedio, levantando uma alta montanha de terra, em que assestou a sua artilheria, composta de vinte e quatro peças formidaveis. Sem desanimar, Ruy de Souza de Carvalho, commandante da praça na ausencia de seu irmão, tratou d'accelerar o mais possivel o acabamento das fortificações e d'expedir para Lisboa um aviso do perigo em que estava. Ao mesmo tempo a artilheria da praça trovejava constantemente, e os arcabuzeiros e os mosqueteiros, sempre álerta, crivavam de ballas os trabalhadores, agglomerados e desamparados de defeza, onde por conseguinte faziam estrago.

Chegando a Lisboa a noticia do cerco, houve entre todos os fidalgos como que um despertar dos velhos brios cavalheirescos, e todos desejaram correr a esse campo de torneio, onde podiam colher tão viçosos louros. Esses privilegios tinham as praças de Africa; os fidalgos, que se enfastiavam com a guerra pequena e mortifera que alli todos os dias se travava, apenas soava fama de mais estrondosa peleja, atravessavam rapidamente o mar, e iam, em honra das suas damas, do seu rei e do seu Deus, quebrar umas poucas de lanças nos peitos dos infieis descridos. Mas d'esta vez subiu de ponto o enthusiasmo, ou fosse porque o facto de ser uma senhora quem regia o reino mais excitasse o pundonor dos fidalgos, ou porque a Providencia, em cujo relogio soára a hora da nossa perda, quizesse acceleral-a despertando o gosto pelas facções africanas, e preparando assim de longe, com o prestigio de uma victoria, o desastre de Alcacer-Kibir. É certo que houve uma verdadeira febre de brios guerreiros, e os voluntarios accudiram em chusma para irem servir a patria nos muros de Mazagão. «Posto que os habitos de luxo e as riquezas adquiridas na Asia tivessem de certo modo amortecido as virtudes politicas dos nossos maiores, diz um escriptor contemporaneo, traçando, resumida mas discretamente, o quadro d'esta heroica façanha, não estava o caracter portuguez ainda gasto como moeda velha cuja marca o roçar de muitos annos houvesse já extincto; e o ardor de patriotismo, que então se revelou, recorda os actos mais heroicos da nossa edade média. Moços illustres, a quem os brios sobrepujavam os annos, embarcavam-se furtivamente; fidalgos velhos, exaltados por fatuidade sublime, emprehendiam a jornada, de que aliás estavam exemptos pela edade e longos serviços; muitos imploravam como mercê e recompensa affrontarem os combates e a morte; outros, reputando pouco o sacrificio da vida, levavam ainda á sua custa navios cheios de soldadesca e de munições. Havia como que uma embriaguez de enthusiasmo, o esforço convertêra-se em delirio, e o espirito religioso, associado á cubiça de renome, abrazava com tal intensidade os animos, que foi preciso que a rainha D. Catharina, regente na menoridade de seu neto D. Sebastião, prohibisse com penas severas novos embarques, e désse terminantes ordens para que não partissem mais navios» [1].

Affluiam por conseguinte os defensores a Mazagão, e foi um dos primeiros Alvaro de Carvalho, que, tomando o commando da fortaleza, teve a gloria de repellir um assalto que os Mouros deram. Recorreram então estes ao systema das minas, mas os nossos engenhei-

[1] F. Silveira da Motta, *Quadros da Historia Portugueza, XI, Defeza de Mazagão*, pag. 168 (Lisboa 1860). Este livrinho, escripto n'um estylo fluente e ameno, é recommendavel pelo intuito, que tem e cumpre, de popularizar, em rapidos quadros, alguns dos factos mais notaveis da nossa historia.

Digitized by Google

ros, sentindo-os, trabalharam em contraminas, e n'essas galerias subterraneas se travaram mais de uma vez asperos combates, em que ficava aos nossos a vantagem, porque os inimigos perdiam a do numero e os nossos não perdiam a do valor. Desistindo pois das minas, voltavam os inimigos a empregar o systema dos assaltos, mas encontravam sempre os Portuguezes promptos a malograrem-lhes os esforços.

Tinham decorrido perto de dois mezes e Mazagão era ainda nossa. Resolveu Muley Hamet concentrar todas as suas forças n'um ultimo assalto, que foi dado no dia 1 de maio de 1562. Effectivamente combateram os assaltantes, como se d'aquella victoria dependesse a salvação do imperio, mas os cercados defenderam-se com brios excepcionaes. Repetiram-se alli os feitos heroicos dos cercos de Diu, eternamente celebres. Os Mouros renovavam-se a cada momento, e nenhum d'elles arredava o pé. Os nossos não podiam renovar-se porque era limitado o seu numero, mas o valor é que não affrouxava, e impavidos sustentavam a defeza, offerecendo os seus peitos aos assaltantes como segundo e mais solido baluarte.

Durou o combate o dia todo, e os Mouros retiraram-se emfim com perdas graves, fatigados e desenganados de que a fortaleza de Mazagão não se tomava assim. Levantou Muley-Hamet o assedio, corrido da derrota, e os Portuguezes, ufanos, celebraram com enthusiasmo tão brilhante victoria. Espalhou-se a fama d'ella por toda a Europa, e o papa Pio IV, informado do exito, ordenou aos prelados reunidos em Trento que solemnizassem com uma missa em acção de graças o successo obtido pelos Portuguezes sobre os inimigos da fé. Fazia parte do concilio o arcebispo de Braga D. fr. Bartholomeu dos Martyres, e foi por isso que o seu dulcissimo biogra-

CHAFARIZ DE VIANNA DO CASTELLO

Digitized by Google

pho, fr. Luiz de Sousa, engastou nas paginas admiraveis da *Vida do arcebispo* a épica narrativa d'esta façanha. E assim não foram menos infelizes os bravos de Mazagão do que os de Diu. Se estes tiveram Jacintho Freire de Andrade para lhes immortalizar a gloria, tiveram aquelles para chronista o meigo frade, a quem a desgraça ensinára a temperar muitas vezes de lagrimas o seu estylo suave, mas que nas recordações da vida de cavalleiro encontrava ainda o enthusiasmo necessario para celebrar com épico ardor estes heroicos feitos.

Estas foram as acções militares que illustraram a regencia de D. Catharina, mais gloriosa do que se podia esperar do estado em que D. João III deixara o reino. Mas a rainha soffria, apezar da sua boa governação, uma rude opposição dos Jesuitas, que não podiam exercer completamente sobre ella o dominio que desejavam e que exerciam sobre o cardeal D. Henrique, e nem lhe perdoavam tambem a longa hesitação que ella tivera antes de lhes confiar, e um tanto contra sua vontade, a educação e a direcção espiritual de seu neto D. Sebastião. Fatigada dos obstaculos constantes que elles lhe suscitavam, tendo agora demais a mais por inimigo o grande diplomata Lourenço Pires de Tavora, todo dedicado aos Jesuitas e á côrte de Roma que o tractára com as maximas distincções, a rainha resolveu-se definitivamente a entregar a regencia, e para isso reuniu as côrtes, a fim de fazer a entrega, dizia ella, com maior solemnidade. Seria essa com effeito a sua intenção, ou esperaria que os representantes do paiz lhe dessem, como dois annos antes haviam feito, um voto de confiança? Não o poderemos dizer, mas, se tinha essa ultima esperança, talvez não fosse illudida se o habil Lourenço Pires de Tavora não houvesse adquirido sobre os seus collegas da nobrezr o ascendente que se podia esperar da sua elevada intelligencia, e não houvesse por conseguinte dado a victoria ao cardeal D. Henrique. Foi comtudo essa victoria bastante disputada; protrahiu-se longamente a batalha, porque muitos dos grandes e dos procuradores dos concelhos não queriam de modo algum a abdicação de D. Catharina. Esta porém não os auxiliava efficazmente, e parecia devéras decidida a descarregar-se do fardo do governo. Tudo isso concorreu para que Lourenço Pires vencesse, e no dia 23 de dezembro de 1562 foi o cardeal D. Henrique proclamado regente do reino[1].

Aproveitaram comtudo os povos esta occasião de se reunirem em côrtes, o que tão raras vezes agora succedia, para fazerem subir aos pés do throno as suas reclamações, que pintam melhor do que o mais bem traçado quadro podia fazer, o estado social e economico do reino.

Assim, pediam ás côrtes, entre outras cousas: que el-rei casasse o mais cedo possivel, e com alguma princeza de França, a qual deveria ser educada no reino.

Este pedido mostra que o povo começava a presentir o mal que provinha ao reino das constantes allianças matrimoniaes com a Hespanha, e o perigo em que essa intimidade punha a nossa independencia.

Que se formasse um conselho de doze membros, o qual governasse conjunctamente com o cardeal infante, o que prova que, accedendo, mau grado seu, á renuncia da rainha D. Catharina, desejavam as côrtes precaver-se, o melhor que podessem, contra a má indole e acanhada intelligencia de D. Henrique.

Que se fizessem economias no Paço,

---

[1] D. Manuel de Menezes, *Chronica de D. Sebastião*, P. 1.ª, cap. 102, pag. 277.

Digitized by Google

diminuindo o numero dos capellães e moços da capella, e physicos, e que os embaixadores deixassem de ser permanentes. Esta ultima economia era já quasi impossivel de realizar, porque não o ia permittindo o uso geral da Europa.

A necessidade de se attender na generalidade a esse pedido, bem evidente se deduz do que dissémos ácerca das despezas do tempo de D. João III.

Pediam tambem que se não largassem os logares de Africa, pedido em que se sente a influencia do enthusiasmo produzido em todo o reino pela recente defeza de Mazagão.

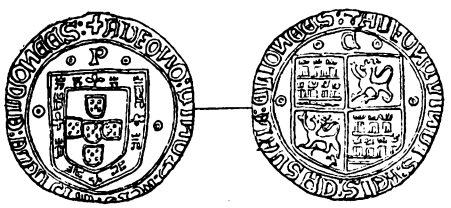
Que se não fizessem mais mosteiros no reino. A devoção natural do povo era d'esta vez vencida pelo instincto economico, que o advertia quanto era prejudicial aos seus interesses a immensidade de conventos de que os reis antecedentes haviam povoado o reino.

«Que os da ordem da Companhia (este pedido summamente importante, que se refere aos Jesuitas, transcrevemol-o textualmente da synopse apresentada por D. Manuel de Menezes) que ora é muito differente do que mostrou no principio pelo muito que pedem, e teem que viver de esmolas como todos os outros fóra de Portugal, e que não tenham proprio e se desfaça de todo, e que se lhes tome a renda, os quaes começaram a ensinar Latinidade de graça, e agora levam mil cruzados e por todo teem dezeseis mil cruzados, ou não haja mais que doze em cada casa[1].»

O povo já sentia, e por nosso mal não se enganava, que dilatação enorme tivéra a ambição da Companhia de Jesus. Aqui vêmos, por um documento incontestavel, que os Jesuitas, insinuando-se por humildes, afinal estavam sendo assustadoramente poderosos e opulentos.

Pediam egualmente que el-rei obtivesse do Papa que nenhum mosteiro herdasse. Era tambem o instincto economico do povo a oppôr-se a que todas as terras do reino se transformassem em bens de mão morta.

Pediam mais que se desfizesse a uni-



Espadim de D, Affonso V

versidade de Coimbra, e quem quizesse estudar fosse a Paris ou Salamanca, para que, diziam elles, não houvesse no reino tantos lettrados e tantas demandas. O pedido não era nem muito illustrado nem muito attendivel, mas prova que em 1562 a praga dos bachareis tomára tanto desenvolvimento como nos tempos presentes.

Pediam grande reducção nos empregados publicos, cujo numero era immenso; pediam a abolição dos juizes de fóra, ultimo grito da liberdade municipal expirante. Pediam, o que é curioso por mostrar a existencia d'um abuso inacreditavel, que não fosse juiz quem não soubesse lêr nem escrever; que os officiaes de fazenda, que entraram com pouco para servirem os seus officios, e sairam com muito, déssem contas do modo como haviam obtido esse accrescimo de rendimentos; que os officios da justiça não podessem passar por herança; que os medicos receitassem em portuguez, o que mostra que o corpo medico estava ainda cheio de pedantismo; que a mulher que não passe de quarenta annos não possa ter casa por si, chistosa prova de zêlo dos dignos procuradores pela moralidade publica. Pediam além d'isso muitas outras providencias, rela-

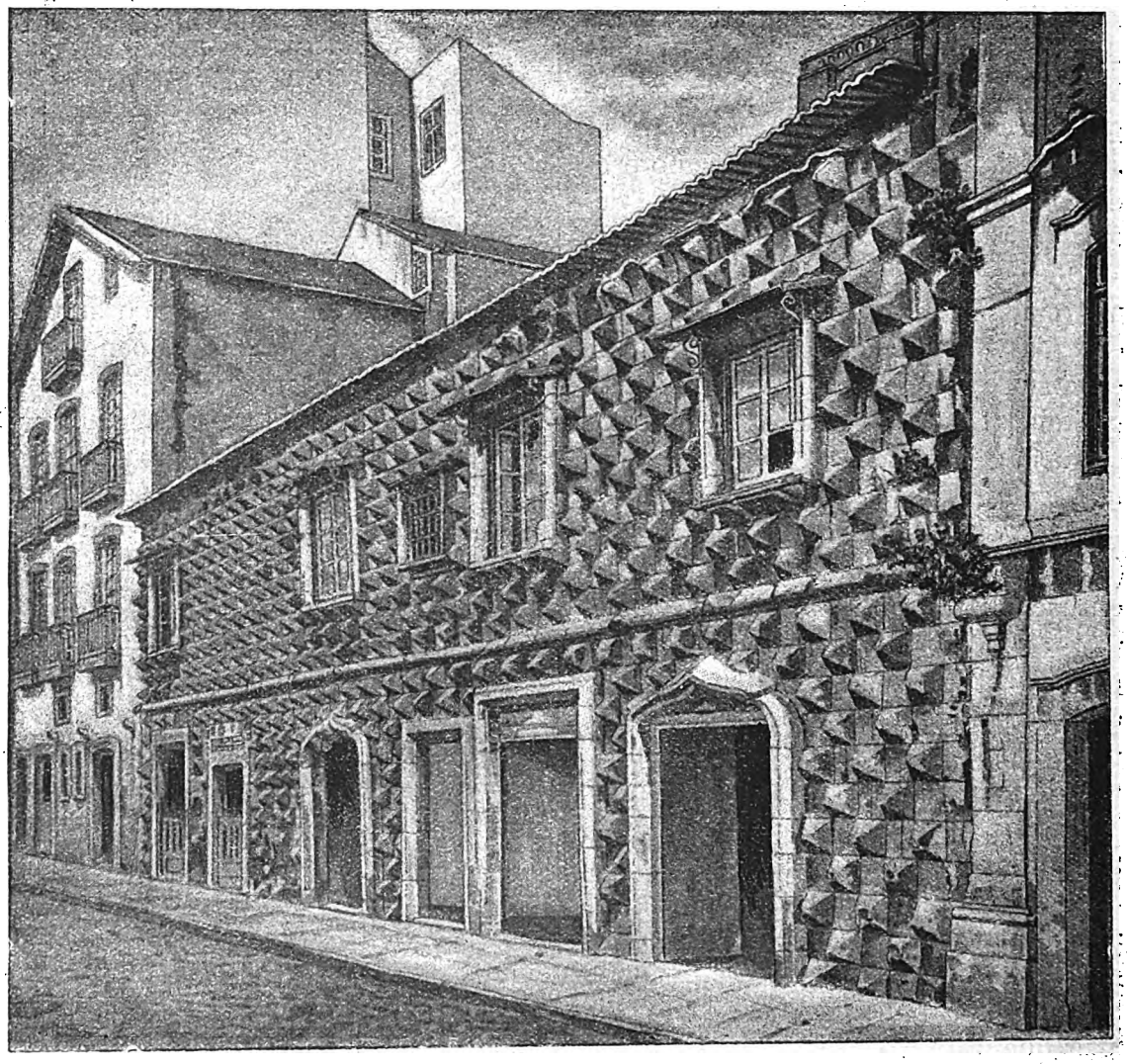
[1] D. Manuel de Menezes, *Chronica ae D. Sebastião*, part. 1.ª, cap. 103, pag. 278.

Digitized by Google

tivas a taxas de mercadorias, a diminuição de tributos.

De todos estes pedidos, raros, como era costume, foram attendidos, mas basta a exposição das suas queixas e das suas reclamações para se fazer uma idéa exacta da situação do paiz.

los V, não concorreu para que Portugal se reunisse á côrte de Castella. Tentou o imperador, como veremos, allicial-a a esse projecto, e ella, costumada a respeitar o ascendente de seu irmão, não ousou resistir abertamente: mas é certo que não deu seguimento ás negociações,



LISBOA — A CASA DOS BICOS

Tantos abusos, como os que as côrtes apresentavam, não podia D. Catharina reformal-os, ainda que tivesse para isso tempo e vontade; sejamos-lhe gratos ao menos, não só porque durante a sua regencia não se aggravou muito o estado do paiz, mas tambem porque, apezar de hespanhola e de irmã de Carlos V, e que se esquivou, como poude, a cumprir as ordens de Carlos V. N'estes tempos nefastos, para que a vergonha da queda fosse maior, parece que a Providencia quiz que fossem mãos portuguezas que entregassem a patria algemada a Philippe II, o *demonio do Meio-Dia.*

Digitized by Google

CAPITULO XX

Regencia do cardeal D. Henrique

O GOVERNO do cardeal infante foi nullo como o seu caracter. Debalde Lourenço Pires de Tavora, que tanto contribuira para que elle succedesse na regencia á rainha D. Catharina, se esforçou para que se mostrasse digno do logar que o fizera occupar, e lhe deu sabios e prudentes conselhos, que constituem uma verdadeira norma de governantes, um programma politico e administrativo, e revelam as altas qualidades intellectuaes do illustre diplomata[1]; D. Henrique não era homem capaz de seguir ou mesmo de perceber esses conselhos; Lourenço Pires de Tavora pareceu-lhe afinal um censor incommodo, que se tornava opportuno desviar do conselho, e o grande diplomata foi mandado commandar a praça africana de Tanger, como se não houvesse em Portugal trezentos fidalgos capazes de quebrarem lanças no peito dos infieis, e como se entre esses trezentos houvesse um só capaz de substituir Lourenço Pires de Tavora na politica e na administração do Estado.

«A divisa adoptada pelo cardeal, diz Rebello da Silva, era a maxima: *festina lenté*, e por tal modo se conformou com ella que por vezes attingiu o heroismo da inercia, cruzando os braços e adormecendo na hora do perigo, quando todos clamavam e invocavam a direcção do chefe.

«Na alma amortecida do principe, com a ambição que o dominava, só ardia ainda o sombrio fanatismo dos primeiros annos da sua juventude. Para opprimir as consciencias, o seu zêlo não carecia de estimulos; no mais a vontade incerta estremecia e hesitava, para no fim, como sempre acontece ás intelligencias mediocres, vergadas ao peso da responsabilidade, seguir cegamente a opinião dos

PADRE SIMÃO RODRIGUES

[1] Transcripto esse documento importante na *Chronica de D. Sebastião*, de D. Manuel de Menezes, part. 1.ª, cap. 105, pag. 284 a 290.

Digitized by Google

confidentes, que não duvidavam sacrificar a dignidade da corôa e os interesses do governo aos seus interesses e engrandecimento.

«Os negocios do Estado, quasi resolvidos como conflictos fradescos, cahiram debaixo da tutella dos prégadores que povoavam a côrte servil e sacerdotal do regente, onde tudo se decidia com os olhos no céu, o nome de Deus na bocca, e a hypocrisia no coração.

«Os Jesuitas, cujo ascendente era então absoluto e preponderante, assoberbavam as outras ordens religiosas, emmudecendo ao mesmo tempo a virtuosa liberdade com que os antigos ministros costumavam falar aos reis. Ninguem se atrevia n'esta época infeliz a rasgar as ligaduras, apertadas sobre as feridas abertas e incuraveis, que desfalleciam a monarchia, receiando padecer pela verdade. Os conselheiros mais austeros, descontentes e desattendidos, retiravam-se pouco a pouco para as suas terras, deplorando os abusos, para que debalde pediam emenda, e suspirando pelo termo de um governo, que, se persistisse, promettia ainda maiores desgraças. Os que a indole docil ou servil, amoldava a supportarem tudo, sem se envergonharem do papel de cumplices, ajudavam a sepultar as ultimas tradições do reinado de D. Manuel e D. João III, calando os remorsos com a satisfação das recompensas, mas confessando em segredo a incapacidade e a corrupção que viam exaltar e que amaldiçoavam, acompanhando-as manietados ao seu carro de triumpho [1].»

Entregando o governo a el-rei D. Sebastião depois de seis annos de regencia, o cardeal-infante dava-lhe pomposamente conta dos seus actos. N'elles transluzia unicamente um fanatismo ignaro e a mais absurda subserviencia aos desejos de Roma e ás vontades dos Jesuitas.

Assim, apezar das reclamações dos povos que achavam os Jesuitas ricos de mais para uma ordem que entrára no reino affectando humildade e desejo de servir a religião, o cardeal D. Henrique augmentára e enriquecera os seus collegios em Lisboa, Braga, Evora, Coimbra e Santarem. Ao mesmo tempo não se esquecia de favorecer a inquisição, fazendo trabalhar com ardor nas casas e carceres do Santo Officio de Coimbra, e accrescentando aos rendimentos do terrivel instituto uma nova somma de réis 3:000$000 tirada das rendas do arcebispado de Lisboa e dos bispados d'Evora e de Coimbra.

Embaixador em Roma, Lourenço Pires de Tavora obtivéra do Papa um consideravel subsidio ecclesiastico para as nossas guerras contra os Mouros; a côrte de Roma, porém, com o seu habitual machiavelismo, soube tirar d'essa concessão o maximo proveito, estabelecendo como condição para a derrama do subsidio referido que el-rei mandasse apromptar duas armadas, uma das quaes devia estar ás ordens immediatas do Papa e obedecer-lhe em tudo. Esta bulla excitou uma geral reprovação em todo o reino. D. Henrique porém não ousou recusal-a, e se as ordens n'ella exaradas não se cumpriram, foi por culpa das circumstancias e não por falta de obediencia do imbecil regente.

O concilio de Trento estabelecera uma preponderancia enorme para a Egreja, com prejuizo grave do poder temporal; Carlos IX, o fanatico matador d'Huguenotes, reinava em França; não acceitou comtudo as decisões promulgadas no concilio. Portugal, sujeito ao cardeal D. Henrique, acceitou-as pura e simplesmente. Era mais do que nunca o nosso reino um verdadeiro feudo de Roma.

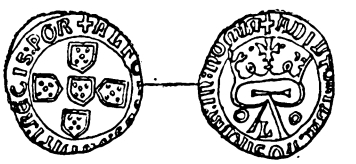
[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, Introducção, p. 1.ª, cap. 1.º, pag. 59.

Digitized by Google

Esta regencia nem ao menos se tornou notavel por façanhas militares nas nossas conquistas.

Já governava o infante, quando na India morreu, como vimos, o oitavo vice-rei d'este Estado, D. Francisco Coutinho, conde de Redondo. Abertas as successões, achou-se na primeira nomeado D. Antão de Noronha, que voltára ao reino; na segunda João de Mendonça, que governou alguns mezes, até que em setembro de 1574 voltou de Portugal D. Antão. Nada teve de notavel esse governo interino; reaccendeu-se apenas de novo a guerra de Cananor, sem que já lá estivesse Luiz de Mello para illustrar com os seus feitos heroicos esse monotono pelejar de cada dia, que todo se cifrava em devastações sem proveito nem gloria.

D. Antão de Noronha, nono vice-rei da India, e seu vigesimo-terceiro governador, imitou o cardeal D. Henrique, porque podemos dizer que o seu governo passou tão desapercebido no Oriente como o do infante em Portugal. Ouvindo missa em Gôa, e palestrando com os padres jesuitas, deixava correr as cousas á revelia, e os differentes capitães das fortalezas lá procediam á sua guisa sem que de Gôa lhes fossem instrucções ou lhes cohibissem os excessos. A ser verdadeira uma anecdota contada pelos nossos chronistas, prova-se bem a imbecilidade manhosa, se assim nos podemos exprimir, de D. Antão de Noronha. Narram pois os antigos historiadores que, tendo elle assignado, a instancias de um parente, uma ordem que reconhecia injusta, exclamou: *Mão que tal firma, bem merece ser cortada.* Effectivamente, quando morreu a bordo do navio que otransportava para Lisboa, encontrou-se no seu testamento ordem para que se lhe cortasse o braço direito. O jesuitismo fazia progressos em Portugal, segundo se vê, e as subtilezas estavam na moda. Esta não deixa de ser engenhosa, e basta para caracterizar um homem. Quando elle tomou posse do governo estava muito accesa a guerra de Cananor; enviou soccorros á cidade sitiada, sendo os de tropas de terra commandados por D. Antonio de Noronha, e os de mar por



Espadim, de D. Affonso V

Pedro da Silva e Menezes e Gonçalo Pereira Marramaque. Estes encontraram-se com differentes corsarios inimigos, que fervilhavam por aquellas costas, venceram-n'os, mas não sem que a victoria fosse bastante disputada. Começavamos a perder o renome de invenciveis, e os indigenas iam domando o supersticioso terror que a nossa audacia lhes inspirava.

Com effeito, ao passo que a flôr das nossas tropas continuava a ser o assombro do Oriente, principiava a misturar-se com esses soldados escolhidos um grande numero de aventureiros covardes, que deslustravam o brazão portuguez. A existencia d'estes dois elementos contrarios no exercito da India tornou-se evidente n'uma batalha, que junto da Baticala travou com um corsario inimigo D. Paulo de Lima Pereira, enviado tambem com quatro galés em soccorro de Cananor. Duas d'essas galés fugiram vergonhosamente logo no principio do combate. As outras duas ficaram intrepidas e inabalaveis. Uma commandada por Bento Caldeira de Almada, abrazada pelos inimigos, deixou-a ir a pique sem querer de modo algum render-se. D. Paulo de Lima, ficando sósinho em campo, com tal audacia se arrojou ao seio da esquadra inimiga, já abalada pela perseverante resistencia

Digitized by Google

das duas galés portuguezas, que a pôz finalmente em fuga. Tamanho heroismo tudo resgata, mas nem por isso é menos lamentavel que sombras taes começassem a turvar o brilho até ahi immaculado da nossa gloria militar.

Cananor entretanto defendia-se heroicamente, sendo dirigida a defeza por D. Antonio de Noronha; mas quando chegaram Gonçalo Pereira e Alvaro Paes de Soutomayor, que ia succeder a D. Payo, a guerra tornou-se de defensiva em offensiva, e foi o inimigo completamente desbaratado.

Em Ceylão andou accesa a guerra promovida pelas prepotencias dos nossos, e pelo seu fanatismo sanguinario. Cota, onde os Portuguezes não contentes de tantas fortalezas, se haviam tambem estabelecido, foi sitiada por um rei inimigo, e reduzida a taes apuros de fome que o capitão-mór, Pedro de Athayde, já mandára salgar cadaveres para sustento da guarnição; felizmente veiu soccorro de Colombo, e o capitão de Manar, semeando a discordia entre os indigenas, concorreu tambem para que o assedio se levantasse.

Damão teve de resistir egualmente a corredores não já Guzarates, mas subditos do Grão Mogol. Desaffrontaram-n'a duzentos homens da guarnição de Chaul e quatro navios enviados de Gôa.

Tudo isto se passára em 1565; o anno de 1566 assignalou-se tristemente com a ruina de duas armadas no Mar Roxo, sendo uma destruida pelos inimigos e a outra pelos vendavaes. Em 1566 foi Malaca sitiada mais uma vez pelo sultão de Achen. Valentemente defendida por D. Leoniz Pereira, pôde salvar-se. Tornou-se notavel n'este cêrco um troço de sacerdotes que tambem quiz ser util, pelejando nas muralhas; «mas, diz D. Manuel de Menezes, apenas provaram o furor adverso, quando deram a conhecer a sua impericia para o exercicio das armas, recolhendo-se á egreja, onde, cheios de pavor, pelejaram melhor com rogativas a Deus [1].»

Uma cousa que devemos fazer notar é a intervenção constante dos frades em todas as operações militares d'este tempo.

Em Cananor os religiosos de S. Francisco andam pelos baluartes com o crucifixo em punho; em Ceylão fr. Simão de Nazareth reprehende asperamente o capitão de Cota por mandar salgar cadaveres para sustento da guarnição em ultimo recurso; finalmente, em Malaca, segundo vêmos, até os frades quizeram formar uma especie de milicia para defenderem a cidade.

Pois esta intervenção não só muito longe estava de ser util, mas tambem era nociva; não faziam os frades senão excitar o fanatismo, e levantar cada vez uma barreira mais alta entre os Portuguezes e os indigenas.

Em janeiro de 1568, D. Antão de Noronha, como se achasse ainda poucas as fortalezas que possuiamos na India, fundou outra em Mangalor, depois de ter expulso da cidade os Indios que a defendiam. Foi essa a unica expedição commandada directamente pelo vice-rei, e esse commando era tão pouco energico que os soldados, depois de desembarcarem, rotos os laços da disciplina, debandaram licenciosamente pela cidade, e foram surprehendidos pelos indigenas. O valor portuguez redimiu porém esse descuido indesculpavel, e, como dissemos, apezar de surprehendidos, infligiram os nossos uma derrota aspera aos Indios.

Nas Molucas lavrava cada vez mais a desordem, a immoralidade dos soldados e o despotismo dos capitães. N'uma das ilhas (a de Caron) os Portuguezes foram auxiliar os naturaes, e rechaçaram o exercito d'uma nação inimiga, mas depois da

---

[1] *Chronica d'el-rei D. Sebastião.* P. 1.ª, cap. 117, pag. 337.

Digitized by Google

victoria conciliaram contra si os odios dos seus proprios alliados, pelo seu procedimento com as mulheres, e isso deu logar a accesa guerra, que terminou com vantagem para os nossos, pois que não soára a hora do castigo. Em Ternate o capitão Diogo Lopes de Mesquita chamou traiçoeiramente á fortaleza o sultão Aeyro, e ahi o mandou matar ás punhaladas. Estes excessos chegaram a ponto de se entender em Portugal que se devia proceder contra aquelles chefes de piratas, que se intitulavam capitães. Deu-se ordem ao vice-rei para que os punisse, mas como podia elle fazel-o em tão distantes logares, elle que não tinha força bastante para se fazer respeitar na sua visinhança?

No anno de 1568 terminou o governo de D. Antão de Noronha, que durára quatro annos.

Vejâmos agora rapidamente o que se passava na Africa septemtrional, para onde o grande diplomata Lourenço Pires de Tavora fôra, como em dourado exilio, capitanear a praça de Tanger, e expiar talvez o desassombro com que entendêra dever guiar o inepto cardeal D. Henrique entre as syrtes perigosas da governação d'um Estado.

Como corrêra noticia de que o emir de Marrocos tencionava, para se vingar da derrota de Mazagão, sitiar Tanger, por isso se apressaram as fortificações e se deu o commando a Lourenço Pires. Não se realizou porém o ameaçado assedio, e Lourenço Pires teve apenas de se defender dos continuos assaltos do alkaid d'Arzilla, que o desafiou a combate pessoal, combate que Lourenço Pires não acceitou, tanto por perceber o que havia de ridiculo n'esta peleja don quichotesca para um velho diplomata como elle, mas tambem porque suspeitou que havia traição combinada debaixo d'esse desafio. Para demonstrar porém que não era a covardia que motivava a recusa, fez Lourenço Pires varias sortidas contra os Mouros que andavam forrageando nos arredores de Tanger, e sempre os derrotou, havendo n'um dos combates uma tal desproporção de forças entre os combatentes, que eram quarenta os Portuguezes e quatrocentos os Mouros.

TYMPANO DA PORTA PRINCIPAL DA EGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA

Lourenço Pires voltou ainda a Portu-

Digitized by Google

gal a descançar das suas fadigas, tendo grangeado no governo de Tanger gloria militar com que sobredourou a sua velha gloria diplomatica. Não eram comtudo novas para elle as forças bellicas; já em tempo de D. João de Castro fôra á India commandando uma esquadra de quatro ou cinco navios, e tomára parte activa na defesa de Diu.

Entretanto no reino grandes mudanças politicas se effectuavam. Estava-se em 1568 e D. Sebastião attingira a edade de quatorze annos; a influencia exercida pelos Jesuitas, em vez de diminuir, pelo contrario cada vez mais augmentava; Luiz Gonçalves da Camara manejava á sua vontade aquella organização ardente e ascetica, aquella intelligencia fogosa e acanhada. Entenderam pois que, desde o momento que podiam governar directamente o reino com o braço do seu pupillo, dispensavam perfeitamente o auxilio do cardeal-infante, que passava a ser para elles um instrumento inutil. Os mesmos esforços que haviam empregado para o fazerem subir ao supremo poder, empregaram para o arrancarem do logar elevado a que ascendêra, e buscaram para isso a alliança da rainha D. Catharina. Resentida contra o cunhado, e pouco satisfeita com o seu tractamento na côrte, a rainha não resistiu á tentação de pagar ao cardeal-infante as amarguras que elle lhe causára. Ligou-se pois com os Jesuitas para derrubar o infante; quando viu depois que a victoria aproveitava apenas aos seus alliados, lamentou o ter-se deixado illudir por elles, e procurou arrancal-os do lado de el-rei.

Era já tarde; o predominio estava enraizado.

Quaes os meios de que a rainha e os Jesuitas se serviram para que D. Henrique acceitasse a declaração da maioridade de D. Sebastião aos quatorze annos é o que nós não podemos saber, pois que as chronicas cortezãs são a esse respeito mudas; mas o que é certo é que no anno de 1568 foi reconhecida officialmente a maioridade de D. Sebastião, e o cardeal-infante, entregando-lhe o governo, deu-lhe conta da sua regencia, em que se limitava a dizer-lhe que enriquecêra os Jesuitas e a inquisição, que acceitára as decisões do concilio de Trento, que nomeára um vice-rei para a India e um capitão para Tanger, que determinára as fortificações de Ceuta, que enviára uma armada contra os corsarios francezes que haviam salteiado a ilha da Madeira[1], adeantára as obras das torres de S. Julião da Barra e de Setubal, e que fortificára alguns logares maritimos do Algarve. Participava-lhe tambem que Damião de Goes acabára de escrever a chronica de el-rei D. Manuel, e poucas mais cousas constituiam o magro relatorio do cardeal-infante.

D. Henrique viu logo pela frieza com que o adolescente monarcha ouvia as suas communicações que o seu governo acabára de todo, e que o verdadeiro rei passava a ser o homem que elle imprudentemente elevára, o Jesuita Luiz Gonçalves da Camara.

Retirou-se então ao mosteiro de Alcobaça, mas não estava ainda o reino livre, para nosso mal, da sua administração inepta. Vel-o-hemos reapparecer depois de Alcacer-Kibir, como decrepito coveiro que vem abrir o fosso onde se ha de enterrar a independencia portugueza, mortalmente ferida na desgraçada batalha das plagas africanas.

---

[1] Essa ilha estava muito exposta a estes ataques subitos. Aquelle a que se refere o texto fôra dirigido por um traidor portuguez chamado Gaspar Caldeira. Blaise de Montluc, celebre corsario francez e sobrinho do marechal do mesmo nome, foi um flagello para a ilha da Madeira. Estas incursões dos Francezes na Madeira deram assumpto aos ultimos capitulos do formoso romance de Arnaldo Gama *A caldeira de Pero Botelho* (Porto, 1866).

Digitized by Google

CAPITULO XXI

Educação e indole d'el-rei D. Sebastião —Primeiros annos do seu governo pessoal.—D. Luiz d'Athayde na India

Nos governos absolutos tem sempre uma grande influencia nos destinos do paiz a indole das pessoas collocadas á sua frente; não é comtudo nunca a mão d'um homem que póde impellir um povo ou á mais alta prosperidade ou á mais profunda desgraça. Póde apressal-a sim, mas não causal-a absolutamente; nem é devida a D. Manuel a grandeza de Portugal, nem a D. Sebastião a sua perda. Alcacer-Kibir não foi um raio estalando de subito n'um ceu sereno e abrazando o paiz como o fogo do ceu abrazando as cidades condemnadas do lago Asphaltite; as causas que produziram a ruina de Portugal temol-as visto nascerem, desenvolverem-se, accumularem-se como os combustiveis que só esperam que mão imprudente lhes lance o fogo para n'um instante devorarem o reino que os encerra. Esse momento podia comtudo demorar-se mais ou menos tempo: o louco enthusiasmo de D. Sebastião apressou incrivelmente a catastrophe, e tornou-a profundamente dolorosa. Nunca teve por conseguinte tamanha influencia nos destinos d'um povo o caracter do seu monarcha; por isso nos é forçoso estudarmos a indole do neto de D. João III, e o modo como a educação lh'a desenvolveu.

Era D. Sebastião dotado naturalmente d'uma imaginação enthusiastica e exaltada; a sua intelligencia era viva e prompta, e por mais d'uma vez os seus rapidos progressos nos primeiros estudos espantaram os seus mestres, bem differente n'isso de seu avô, que foi o desespero dos professores encarregados de o ensinarem. Essa intelligencia herdara-a elle de seu pae; e da sua familia maternal herdaria, como quer Rebello da Silva, a imaginação exaltada que tocava de bem perto as raias da loucura; referver-lhe-hia nas veias o sangue de Joanna a Louca? Prescott, se não errâmos, affirma que todos os descendentes d'essa infeliz princeza tiveram mais ou menos um certo desvairamento, a que o proprio Carlos V se não eximia ás vezes. Fosse herança ou dote fatal da natureza, é certo que el-rei D. Sebastião teve uma phantasia prompta em accender-se e enthusiasmar-se.

Essa phantasia aventurosa, que o arrastava facilmente a grandes e temerarias emprezas, é julgada bem differentemente por dois grandes escriptores estrangeiros. Chateaubriand, pondo em parallelo o que se passava em Portugal na occasião da guerra africana, e o que se passava em França onde reinava Henrique III rodeado dos seus torpes validos, exclama: «Junto... *do grande rei portuguez*... quão ignobeis e pequenos parecem esses favoritos da fortuna, esses principes tão pouco dignos da sua alta gerarchia!»[1] Prescott declara que D. Sebastião «pelas suas aventuras don quixotescas introduziu o romance na historia do seu paiz[2]».

[1] Chateaubriand, *Histoire de France, Analyse raisonnée*, t. 2.°, pag. 87 (Paris, 1857).

[2] Prescott, *Vie de Charles-Quint, Saint Juste — traduction de l'anglais par G. Renson*, cap. 3.°, pag. 96 (Bruxellas, 1861).

Digitized by Google

Esta imaginação aventurosa e férvida deviam excital-a as tentações da guerra e as fascinações da religião. A tendencia para o ascetismo, complicada com a paixão pelas armas, fazia d'elle uma especie de monge cavalleiro, como diz muito bem Rebello da Silva, mais do que um mancebo proprio para desempenhar o austero e difficil mister de rei.

DIOGO PAIVA D'ANDRADE

A educação devia ter reprimido o que havia de excessivo n'esta piedade e n'este ardor cavalheiresco. Mas infelizmente em vez de reprimir essas tendencias, favoreceu-lh'as e desenvolveu-lh'as. A escolha do aio e do preceptor, acertada no primeiro, infeliz no segundo, não concorreu pouco para que seguissem o rumo da exaggeração as qualidades aliás tão aproveitaveis do moço monarcha.

O aio foi D. Aleixo de Menezes, fidalgo de todo o ponto digno da elevada tarefa que lhe incumbia. A sua prudencia, o seu alto bom senso e a sua austera honestidade tornavam-n'o altamente proprio para dirigir a educação do joven principe. Mas a sua carreira militar, cheia toda de gloriosas acções, não devia concorrer pouco para accender, ainda que involuntariamente, o fatal enthusiasmo de D. Sebastião. D. Aleixo, filho do conde Cantanhede, estreiou-se na carreira das armas, assistindo com seu tio D. João de Menezes, em 1513, á tomada d'Azamor. Passando á India com Lopo Soares d'Albergaria, esteve no combate de Djeddah e na tomada de Zeila. Defendeu Malaca pouco depois contra o rei de Bintam. Governou interinamente a India durante uma ausencia de Diogo Lopes de Sequeira. Voltando ao reino, foi escolhido por D. João III para varias missões de confiança, e Carlos V, que o teve por vezes na sua côrte por embaixador, tanto o estimava que o escolheu para padrinho de seu neto o desgraçado principe D. Carlos, e que, quando soube que D. João III o nomeára aio de seu neto D. Sebastião, lhe approvou a escolha com palavras muito lisongeiras para D. Aleixo

Mas não era natural que este aio, apezar do seu grande tino, e dos seus muito bons desejos, concorresse involuntariamente para accender em D. Sebastião a paixão da gloria? O seu exemplo falaria ainda mais alto do que as suas palavras, elle não havia de renegar todas as tradições da sua vida, e, militar brioso, não podia arrancar do peito de D. Sebastião os brios que elle alli veria com orgulho e despontando, bem longe de prevêr a que funestos extremos o induziria.

Digitized by Google

SEGUNDO CERCO DE DIU

Digitized by Google

Se a paixão das armas era involuntariamente, e sem má intenção, desenvolvida pela presença de D. Aleixo, a mania ascetica, o fanatismo religioso eram muito de proposito desenvolvidos pelo preceptor escolhido, por Luiz Gonçalves da Camara.

Filho de João Gonçalves da Camara Lobo, capitão da ilha da Madeira, e de D. Leonor de Vilhena, da casa dos condes de Tarouca, Luiz Gonçalves sacrificou todas as legitimas ambições mundanas, cuja satisfação um tal nascimento lhe garantia, ao enthusiasmo pelo instituto jesuitico.

Estudante em Paris e em Coimbra, deu prova em ambas as universidades de abalizado engenho, e attrahiu assim a attenção dos Jesuitas, que não pouparam esforços para o chamarem ao seu gremio.

No instituto elevou-se rapidamente; em 1547 era já reitor do collegio de Coimbra, e em 1550 Simão Rodrigues d'Azevedo propunha-o para mestre do pae de D. Sebastião.

Tendo ido a Roma, foi admittido na intimidade de Santo Ignacio de Loyola, e voltando a Lisboa, el-rei nomeava-o seu confessor.

Homens assim é que a sociedade de Jesus precisava ter na côrte; talentosos, illustrados, completamente dedicados aos seus interesses, e nobres pelo nascimento, o que era mais um meio de influencia.

Essa influencia não tardou Luiz Gonçalves da Camara em adquiril-a, e toda a empregou em servir a Companhia de que era membro.

Vencendo todas as resistencias, conseguiu ser nomeado preceptor e director espiritual de D. Sebastião, e tractou logo de lhe amoldar o espirito a servir os interesses religiosos, de que a Companhia de Jesus era a mais forte propugnadora. Pede a justiça que digâmos que, quando viu a que extremos o arrastára o ardor religioso, ficou profundamente aterrado, e por mais d'uma vez tentou desviar o seu discipulo das suas funestas aspirações.

Um homem que teve uma influencia tão fatal, posto que indirecta, nos destinos da nossa patria, merece que a posteridade o conheça bem debaixo de todos os seus aspectos.

«Se é exacta, diz Rebello da Silva, a pintura que o embaixador de Veneza nos deixou da figura e feições do padre Luiz Gonçalves, o confessor não tinha que agradecer a influencia á boa sombra e á sympathia da pessoa. Asseverando em 1572 que a sua auctoridade no reino era pelo menos egual á que Ruy Gomes exercia em Hespanha, Tiepolo descreve-o com pouco lisongeiras côres.

«O semblante do mestre, diz elle, não inculcava n'este tempo menos de cincoenta annos, e a sua presença, de si já rustica e pouco agradavel, ainda se tornava mais repulsiva pela falta d'um olho, que o desfigurava, e pelo defeito que lhe prendia a fala ás vezes.

«O diplomata veneziano[1] elogia-o pela sciencia theologica e pela austeridade da vida religiosa no centro das delicias da côrte; mas não escureceu ao mesmo passo que Luiz Gonçalves incorrêra no odio do paiz, e que tanto a rainha viuva como o cardeal D. Henrique, e o infante D. Duarte apressavam o dia em que o casamento do monarcha, segundo o esperavam, os havia de desaffrontar do jugo do confessor[2].»

Era pois simplesmente o poder da intelligencia que dava a Luiz Gonçalves essa auctoridade na côrte.

Assim, ao passo que D. Aleixo de Me-

---

[1] *Officio do embaixador veneziano Tiepolo ao seu governo sobre as coisas de Portugal em 1572.* Bibliotheca Real de Paris. Casa dos mss. cod. 9951, cit. no tom. 3.º do *Quadro Elementar*, pag. 434 e 435 (nota).

[2] Rebello da Silva, *Hist. de Port.*, etc., tom. 1.º, Int., Part. 1.ª, cap. 1.º, pag. 53.

Digitized by Google

nezes desenvolvia involuntariamente as predilecções militares do seu pupillo, o Jesuita Luiz Gonçalves desenvolvia-lhe muito de proposito o fervor ascetico e religioso. Junte-se a isto os cortezãos que espiavam cuidadosamente o nascer das paixões no animo da real creança, não para lh'as deceparem, mas para lh'as lisongearem e conquistarem d'esse modo o seu affecto, e vêr-se-ha como ellas foram tomando posse completamente do espirito de D. Sebastião.

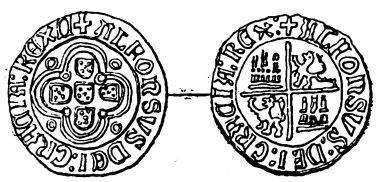
Entre os fidalgos de melhor conselho, e de mais pundonor, corria, além de tudo isto, uma reprovação unanime do acto pelo qual D. João III entregára aos Mouros tres praças tintas com o sangue portuguez, e murchara por suas proprias mãos os louros viridentes colhidos por D. Affonso V nos muros derrubados de Arzilla.

Essa reprovação não podia deixar de exprimil-a com mais ou menos calor depois da morte de D. João III. D. Sebastião escutava-os attento, via as suas frontes marciaes enrugarem-se, córarem de vergonha os seus rostos bronzeados quando contavam como tinham sido compellidos, por ordem régia, a voltarem, pela primeira vez, as costas ao inimigo, e a entregarem, sem combate, as praças, theatro de tanta gloria.

A defeza de Mazagão veiu corroborar a impressão produzida no animo d'el-rei por estas queixas dos velhos fronteiros d'Africa, e fortalecer-lhe no peito o desejo de resgatar a vergonha de seu avô, e de se pôr á frente dos briosos cavalleiros, que tanto haviam illustrado o nome da sua patria na recente defeza da praça barbaresca.

Tudo isto concorria pois para lhe accender lá dentro esse enthusiasmo a um tempo sombrio e ardente, que é o caracteristico das imaginações exaltadas pelo mysticismo, e bellicosas por indole.

Como um d'esses puritanos da Escocia, cujo typo Walter Scott reproduz com tanta verdade e primor, el-rei mostrava-se, na flor da adolescencia, grave e silencioso, e, fugindo do mundo, ia procurar ao fundo das florestas, no divertimento da caça, a um tempo a excitação do exercicio e o isolamento meditativo.



Cotrim, de D. Affonso V

A sua intelligencia viva e que o estudo podia cultivar, julgou indignos de que lhe prendessem a attenção quaesquer estudos que não fossem os que lhe podiam favorecer os seus projectos de predilecção. A leitura de mysticos, dos livros de cavallaria, e dos livros de historia portugueza, principalmente dos que narram os feitos d'Africa, e mui especialmente d'um volume em que se contavam as expedições de Carlos V contra os Mouros, e os amiudados exercicios de piedade, eis quaes eram quasi unicamente as occupações do seu espirito.

Os exercicios do corpo chamavam-n'o de preferencia. A caça, as justas e os torneios, eram os seus divertimentos predilectos; o fragueiro monarcha parece que n'essas imagens da guerra trahia a já temeridade que o havia de perder, procurando de proposito o impossivel, e arriscando-se a perigos escusados.

«De verão, escreve Rebello da Silva no seu magnifico estylo, em Salvaterra e Almeirim, d'inverno, nas brenhas de Cintra, pondo de parte os cuidados do governo e confiando cegamente dos ministros o despacho dos negocios, não descansava um momento das corridas e montarias, expondo-se de proposito aos frios, ás calmas, e ás injurias das estações [1].

[1] Tiepolo, *Embaixada a Portugal em 1572*. Bibliotheca Real de Paris, Casa de mans., cd. 99051.

Digitized by Google

«Nunca apparecia com mais risonho semblante do que nas occasiões em que, desprezadas as delicias que os cortezãos mimosos procuravam então por moda, se offerecia por gosto a todos os generos de asperezas.

«Insensivel ás fadigas que os outros supportavam com trabalho, e não contente com as ousadias que em terra inquietavam os que o seguiam, sahia frequentemente nas galés a desafiar a braveza do mar em dias de temporal.

«Ahi, immovel á pôpa, contemplava, sem empallidecer, e como se fôra simples espectador, o magestoso espectaculo da tormenta. As ondas em serras, combatiam bramindo, os costados do navio; os rolos das vagas espumantes entravam pelas estancias, em que os companheiros, prostrados, temiam a morte a cada instante; e no meio da furia dos elementos, tão seguro como se estivesse nas salas do seu paço, o rei cruzava os braços, vendo passar tranquillo a ira de Deus pela face das aguas. Nem uma só vez se lhe notou a mais leve differença no rosto [1].

«D. João de Vargas, cavalleiro hespanhol que fez parte do exercito com que D. Sebastião invadiu a Africa, na curiosa narração que nos deixou da sua vida, confirma este retrato pintado do natural pelos chronistas [2].»

Um ultimo traço completa o retrato de D. Sebastião. Mancebo gentil, temia o amor como o Hypolito de Racine, mas nunca encontrou, como elle, uma Aricia que lhe fizesse parecer importunos os instrumentos venatorios. Esta insensibilidade não provinha, como a de Narciso, d'um extremado amor de si proprio, nem se póde attribuir tambem a frieza de temperatura, pois que paixões vivas e ardentes rugiam no seu animo impetuoso. Não; essa repugnancia que o amor lhe inspirava, assimilhava-se á de Carlos XII, da Suecia, soberano com quem extraordinariamente se pareceria, se tivesse uma scentelha do genio militar do vencedor do Narva, ou se o caracter d'este ultimo se complicasse, como o de D. Sebastião, com uma incrivel exaltação religiosa. «Carlos XII, diz Voltaire, renunciou ás mulheres para sempre, não só com medo de ser governado por ellas, mas para dar o exemplo aos seus soldados, que elle queria conter na disciplina mais rigorosa; talvez tambem pela vaidade de ser o unico de todos os reis que domasse uma inclinação tão difficil de vencer [1].»

D. Sebastião obedeceria talvez tambem a algum d'estes moveis, mas o que principalmente o impellia era o fanatismo religioso, a vocação ascetica, isso que fazia d'elle antes um cavalleiro templario, tomando a serio os votos, do que um monarcha tomando a serio a sua missão governativa.

Chegou a ponto este fervor de pudicicia que, se o não tivessem impedido alguns espiritos sensatos, para sempre se ligaria por votos de castidade, mas o que não poderam por modo algum vencer foi a sua repugnancia pelo casamento. E' certo que chegou a ter contractados alguns matrimonios, porque se lhe representou fortemente que era indispensavel que o reino tivesse herdeiro, mas aproveitou logo o primeiro pretexto que se lhe deparou para romper as uniões projectadas.

Um dia espalhou-se que a gentileza de D. Joanna de Castro, filha do conde da Feira, e dama da rainha D. Catharina de Austria, conseguira domar o pudico mancebo; mas, assim que tal constou a D. Sebastião, foi elle proprio quem se

[1] Fr. Bernardo da Cruz, *Chronica d'el-rei D. Sebastião*, cap. III.

[2] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, etc., Int. part. 1.ª, cap. 1.º, pag. 17.

[1] Voltaire, *Histoire de Charles XII*, liv. II, pag. 29 (Edição L. Barré. Paris, 1857.)

Digitized by Google

encarregou de desmentir os boatos, declarando quasi officialmente ao embaixador de Castella que eram infundadas todas as suspeitas.

Todos são unanimes em affirmar que o rei D. Sebastião era completamente insensivel aos encantos femininos e aos prazeres da voluptuosidade, e, ao passo que D. Fernando Carrillo, embaixador de Hespanha, participa o facto a Philippe II como uma esperança, Lourenço Pires de Tavora, confiando as suas observações ácerca do caracter d'el-rei a sua avó a rainha D. Catharina, lamentava com um sorriso, «que lhe não parecessem tão bem as damas como elle lhe parecia a ellas.»

Era a fatalidade que jurára que por todos os modos se havia de apressar a perda de Portugal, e que, para mais facil ser a catastrophe, não ficassem para receber a corôa depois de cahida da fronte de D. Sebastião senão os braços debeis de D. Henrique.

Eis o homem que ia governar de edade de quatorze annos, rodeado pelos Jesuitas e afastado por elles do tracto da sua intelligente avó, e até mesmo da intimidade de seu tio-avô, o inepto cardeal D. Henrique, que foi esconder em Alcobaça o seu amargo desapontamento, e preparar d'ahi uma alliança com a rainha D. Catharina, que outr'ora desapossára do governo.

A escolha do ministerio, feita por D. Sebastião, assim que subiu realmente ao throno, revelou quaes eram as suas predilecções, e quaes os homens que haviam d'exercer sobre elle uma influencia incontrastavel.

S. FRANCISCO XAVIER

A rainha D. Catharina propunha-lhe, para o elevado e importante cargo de vedor da fazenda, o antigo e intelligentissimo ministro de D. João III, Pero de Alcaçova Carneiro, depois conde de Idanha. Este homem, a quem Alexandre Herculano faz, na sua *Historia da Inquisição*, o mais rasgado elogio, não só não obteve o logar, que para elle requeria a

Digitized by Google

sua protectora, mas até foi mandado sair da côrte, sendo obrigado a ceder o logar de secretario, que então exercia, a Miguel de Moura, creatura do infante D. Henrique, mas homem habil que, no meio do naufragio geral dos antigos ministros, soube dirigir o seu barco de maneira, que ficou sempre á tona d'agua, emquanto os seus collegas se afundavam.

D. Martinho Pereira, fidalgo velho, completamente dedicado aos Jesuitas, foi escolhido para védor da fazenda. Era completa e reconhecida por todos a sua nullidade, e o proprio Miguel de Moura, redigindo as suas memorias com o mesmo tino e prudencia com que soubera na vida dirigir-se, não querendo maguar pessoa alguma, não acha para caracterizar as prendas politicas de D. Martinho senão estas palavras «que foram sempre escondidas, não se sabendo d'elle o muito que depois mostrou nas coisas de que esteve encarregado [1].»

Martim Gonçalves da Camara, padre, formado em theologia e irmão do preceptor omnipotente de el-rei, foi chamado ao cargo de escrivão da puridade, a que se juntou a presidencia do desembargo do Paço, da mesa da consciencia e ordens, e a védoria da justiça.

Este triumvirato era dirigido na sombra por Luiz Gonçalves da Camara, verdadeiro primeiro ministro, e possuindo a realidade de poder sem a apparencia, e por conseguinte sem a responsabilidade, pelo menos official.

O seu primeiro cuidado foi cavar um abysmo entre D. Sebastião e D. Catharina, e para isso insinuou a el-rei a suspeita de que a rainha, como estrangeira, não só não tomava grande interesse pelas coisas do reino, mas até mesmo desejava conservar a nossa côrte na dependencia de Castella, fazendo predominar aqui a politica de Filippe II. Era o que bastava para excitar a colera de D. Sebastião, irritando-lhe o orgulho e o ciume da auctoridade real, proprio dos seus verdes annos. A sua vaidade juvenil não se podia conformar com a ideia de que os principes da Europa o suppozessem satellite fiel e obediente de seu tio Filippe II.

O seu velho aio D. Aleixo de Menezes, que tambem podia pôr obstaculos á influencia de Luiz Gonçalves, saberia este fazel-o cair das boas graças do monarcha, se a morte se não houvesse prevenido ao Jesuita, prostrando o prudente e atilado conselheiro em 1569, e afastando assim um obstaculo do caminho do confessor.

Antes porém de morrer, D. Aleixo dirigiu a D. Sebastião conselhos que foram logo olvidados, mas que mostram quanto era grande o bom senso do aio de D. Sebastião, e quanto foi fatal o acaso que o afastou dos conselhos da corôa, emquanto dava a omnipotencia a Luiz Gonçalves, e a Martim seu traiçoeiro irmão.

N'um documento, attribuido pelos novos chronistas a D. Aleixo, e que encerra pelo menos a substancia das suas ideias, o velho aio aconselhava o seu pupillo a que desconfiasse dos aduladores que lhe déssem o conselho de desviar da sua intimidade sua avó e o cardeal. Foi com effeito a primeira cousa que Luiz Gonçalves soube fazer.

Precavia-o mais D. Aleixo contra o excesso das suas virtudes guerreiras, e a exaltação dos seus brios, rogando-lhe que não arriscasse as forças do reino em improficuas e temerarias emprezas.

Pedia-lhe ainda que não désse um valimento successivo aos fidalgos moços, arredando de si os homens experientes e encanecidos na practica dos negocios.

Tambem desejava que os religiosos não fossem tão a miudo distrahidos dos seus deveres proprios para se occupa-

[1] Vida do secretario de Estado Miguel de Moura, escripta por elle mesmo. P. 115 (Lisboa, 1840.)

Digitized by Google

rem dos negocios profanos da governação do Estado.

Conhecendo a indole severa e puritana de D. Sebastião, temia, e com razão (porque os acontecimentos confirmaram o receio) que, desejoso de cohibir as demasias do luxo, quizesse cortar o mal com rudeza, ordenando pragmaticas e leis sumptuarias que provocariam resistencia e iriam causar perturbação grave na industria e no commercio do paiz.

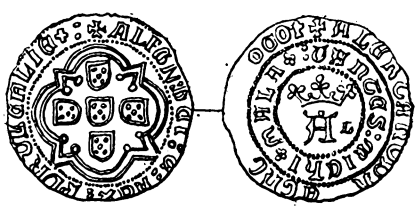
Comtudo foram essas exactamente as primeiras medidas que D. Sebastião tomou!

Portugal ia ser governado monasticamente: a frugalidade era decretada por Luiz Gonçalves da Camara, com grande applauso d'esse moço rei de quinze annos, que folgava em firmar com o seu nome esses spartanos decretos.

A pragmatica de D. João III de 3 de julho de 1535, já vencida em rigor pela do cardeal D. Henrique de 8 de junho de 1560, era completamente desbancada pela de D. Sebastião de 28 de abril de 1570, que ordenava que ninguem despendesse mais do que os seus rendimentos, que procurasse guardar sempre algumas sobras para comprar bens de raiz ou prata chã, etc., e finalmente «que pessoa alguma não possa comer á sua meza mais do que um assado e um cosido, e um picado, ou desfeito, ou arroz ou cuscus, e nenhum doce como manjar branco, bolos de rodilha ou outra coisa d'esta qualidade.»

Com as nossas ideias liberaes, com a nossa aspiração ao supremo ideal do *self-governement* mal podemos comprehender esta intervenção constante do monarcha nos actos mais communs da vida domestica. Emfim era esse o erro commum da epocha! Mas o que parece impossivel é que se imaginasse que bastava este fragil dique d'um regulamento para se oppôr ao trasbordar do luxo infrene, que as riquezas do Oriente haviam introduzido em Portugal, e Francisco de Sá de Miranda lamentava amargamente.

Aconteceu o que se podia prevêr. A lei nunca foi executada, e o primeiro a rebellar-se contra ella foi o proprio D. Sebastião. «Foi mesmo o principe em



Cotrim, de D. Affonso V

1578, diz Rebello da Silva, que animou os maus exemplos que no começo do seu governo desejara reprimir. O fausto que os fidalgos ostentaram para o acompanharem na jornada d'Africa, uns arruinando-se para sempre e os outros empenhando-se para muito tempo, não equivalia á mais solemne e publica desobediencia que podiam ter as ordens do soberano?»

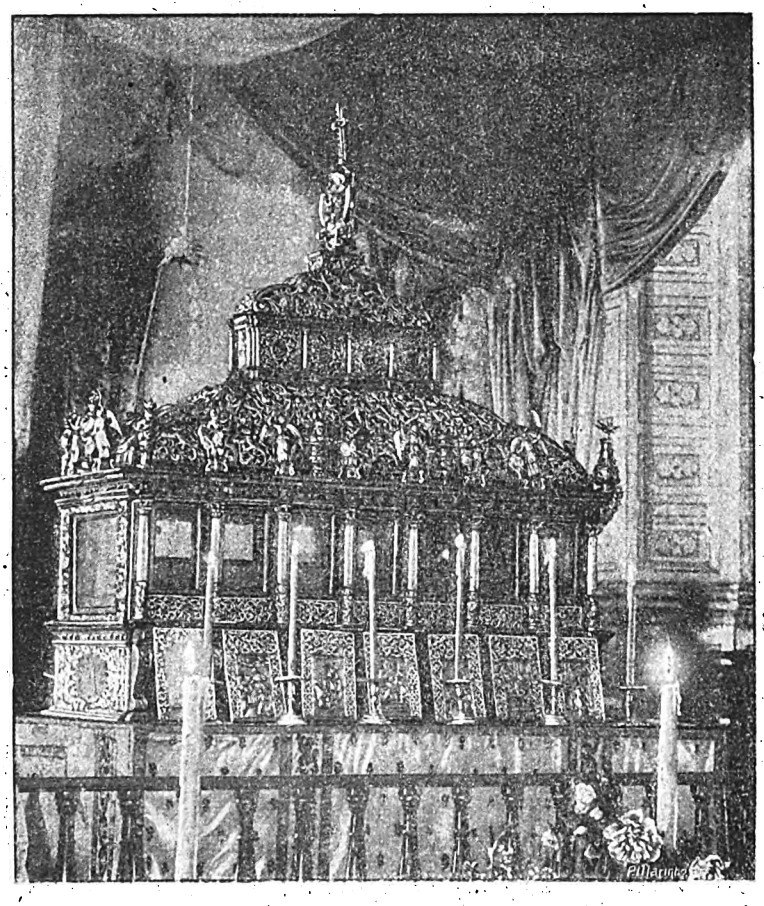
Tambem causou logo profunda consternação no reino uma lei que reduzia a moeda de cobre ao seu valor intrinseco, valendo até então muito mais. A lei era justa, mas era feita com uma rigidez e subitaneidade que produzia um grande mal reduzindo á miseria um grande numero de pessoas. A culpa estava, já se vê, na elevação anterior do valor da moeda, mas o remedio era peior do que o erro, porque não operava lentamente, mas de subito, introduzindo um desequilibrio geral nos haveres de cada um.

Tractou-se por esta occasião do casamento d'el-rei, e os minstros, accedendo aos votos das côrtes, estavam dispostos a procurar uma princeza real de França, e para isso negociou-se para que o rei Carlos IX concedesse a D. Sebastião a mão de sua irmã, a gentil e erudita e espirituosa e leviana Margarida de Valois, que deixou tão curiosas memorias, que veiu a casar com Henrique de Na-

Digitized by Google

varra, depois Henrique IV de França, e que é bem conhecida entre os leitores de romances pelo nome de *Rainha Margot*, como seu irmão lhe chamava, nome que serviu para titulo d'uma das mais interessantes obras romanticas d'Alexandre Dumas.

Mas a este casamento fez uma opposição decidida Filippe II d'Hespanha, e embaraçou por muito tempo as negociações, propondo, em logar da gentil Margot, para noiva do nosso monarcha, a archiduqueza Izabel d'Austria.



TUMULO DE S. FRANCISCO XAVIER EM VELHA GÔA

Succedeu porém que o rei Carlos IX de França pediu a Maximiliano II a mão de sua filha Anna, o imperador desejava antes que fosse rainha d'Hespanha, destinando-a para quarta mulher de Filippe II, a quem morrera pouco tempo antes, victima de mysteriosos enredos, a sua terceira mulher Izabel de Valois[1]. Para não descontentar o rei de França prometeu-lhe para mulher (e cumpriu a promessa) a destinada esposa de D. Sebastião, a archiduqueza Izabel. Filippe II encarregou-se de compôr as cousas com Portugal, aconselhando a D. Sebastião a que desposasse Margarida de Valois. Esta semcerimonia indispôz altamente o altivo D. Sebastião, que, demais a mais, pouco inclinado ao matrimonio, aproveitou o ensejo para recusar absolutamente a noiva que lhe offereciam ou qualquer outra, resolução em que o confirmou Luiz Gonçalves da Camara, receioso de que uma esposa como Margarida, que reunia todas as seducções, as da intelligencia, as da formosura, e as d'um ignoto dom fascinador a que ninguem se esquivava em Paris, conseguisse emfim domar a indole rebelde de D. Sebastião e subtrahil-o assim á sua influencia.

A propria rainha D. Catharina, apezar de toda dedicada a seu sobrinho, não poude deixar de lhe estranhar o descerimonioso desdem com que tractára o rei de Portugal. Motivos

[1] Foi durante este anno de 1568 que se desenrolou em Hespanha o tenebroso drama de D. Carlos Foi n'esse anno que D. Filippe prendeu o filho, e participou a todos os reis, que lh'o estranharam, os motivos que o tinham dirigido. D. Sebastião tambem enviou a Hespanha D. Francisco Pereira a lamentar um tal acto. Pouco depois morreu D. Carlos, dizem que assassinado por ordem de seu pae, e logo em seguida a rainha Izabel. Este acontecimento deu logar a profundas investigações historicas, desde o romanesco Sain-Réal até ao critico Gachard, e serviu de assumpto, entre muitas outras obras litterarias, á

Digitized by Google

decerto fortes haviam impellido Filippe II, e estamos convencidos de que o desejo de se ligar com a casa real de França pelos laços do parentesco o levára a isso, e que na sua mente ambiciosa, que devaneiára a sério a monarchia universal, se agitavam já os projectos de absorpção da França, projectos que tentou executar por occasião da *Liga*, e que talvez realizasse aproveitando o fanatismo dos catholicos francezes, se a Providencia não houvesse deparado á nacionalidade ameaçada um heroe como foi o chefe da dynastia bourbonica, o famigerado Henrique IV.

Debalde se empenharam para demover o rei D. Sebastião do seu proposito os varões mais esclarecidos do reino, como o bispo de Silves D. Jeronymo Osorio; debalde interveiu o proprio papa Pio V, que a Egreja depois canonizou: D. Sebastião foi inflexivel; as suas tendencias asceticas, animadas por Luiz Gonçalves da Camara, vieram em auxilio do seu orgulho offendido, e as negociações encetadas por Philippe II houveram de se interromper.

Um papel enviado por D. Sebastião ao conselho de Estado, onde se discutia a questão do casamento, papel em que ia exarada a sua inflexivel resolução, mostra ao mesmo tempo qual era o caracter d'este monarcha. O papel dizia assim:

«Pelo reino porei a vida muitas vezes,

COGE ÇOFAR

e pela honra e pela fé porei honra e vida e tudo; pelo proveito do reino e meu não porei a honra do reino e a minha, pois este foi o caminho dos reis que a

tragedia *Filippe*, d'Alfieri, ao *Don Carlos* de Schiller, e á opera de Verdi, que tem o mesmo titulo.

Digitized by Google

ganharam. Hoje, domingo, 16 de setembro de 1569. Rei[1].»

Assim, o confessor tinha segura e indisputavel a sua influencia no animo do monarcha; D. Henrique, desenganado de que seu sobrinho só o recebia com frieza, retirava-se para Alcobaça; a vinda de uma esposa que podesse vencer o predominio de Luiz Gonçalves fôra indefinidamente addiada; da rainha D. Catharina já uma profunda desconfiança separava seu neto, e Luiz Gonçalves ainda havia de ter poder bastante para fazer com que D. Sebastião, inflingindo-lhe uma desfeita séria, a afastasse para sempre dos conselhos da corôa.

A essa desfeita é que Rebello da Silva chama, com razão, o golpe de Estado de Almeirim.

Estava na villa o rei D. Sebastião com a rainha D. Catharina occupando-se no seu predilecto e fagueiro divertimento da caça, quando recebeu noticias de um desacato commettido em S. João da Pesqueira. Fingiu-se de tal modo sobresaltado com isto, que partiu de Almeirim e, passando por Alcobaça, onde se celebrou uma ceremonia de desaggravo, veiu a Lisboa, e foi residir para o paço de Xabregas, no qual se tractou logo de fazer as obras convenientes para el-rei alli residir, presidindo D. Sebastião ao conselho durante oito dias consecutivos, sem que houvesse negocio de extrema importancia. E entretanto a rainha D. Catharina, que de nada fôra avisada e de quem el-rei nem sequer se despedira, ficára em Almeirim assombrada com este desprendimento de seu neto e esta incrivel desfeita.

A rainha sentiu-se, como era natural, d'esta desattenção, e não poude ter-se que não se queixasse a seu sobrinho Philippe II e a sua nora D. Joanna, que ambos estranharam muito a D. Sebastião o seu procedimento. Foi tudo inutil. D. Catharina recolheu-se depois para Lisboa e foi habitar no palacio de Xabregas: el-rei passou então a residir em Santos ou nas Alcaçovas, quando, como succedia a maior parte das vezes, não andava discorrendo por fóra de Lisboa, em caçadas e outros fragueiros passatempos. Era esta uma das razões de queixa do povo e dos fidalgos contra Luiz Gonçalves e seu irmão Martim da Camara, allegando que estes para exercerem sobre D. Sebastião um indisputado predominio, lhe faziam crear aborrecimento á sua capital, e o traziam afastado do trato e dos conselhos dos fidalgos residentes na côrte.

Por este tempo soffreu Lisboa uma d'aquellas espantosas pestes, cuja descripção nos aterra quando as lêmos nas chronicas, pois que de tão terriveis flagellos não nos pódem dar sequer uma leve idéa as epidemias que ainda hoje nos assolam, por mais funestos que sejam os seus effeitos. Mas então o atrazo da hygiene e da medicina, o terror superstitioso que se apoderava de todos quando esse castigo de Deus cahia sobre uma cidade, levantavam a proporções inauditas os tristes resultados da epidemia, e a peste de Florença, a peste de Marselha, a peste de Lisboa acordam sinistros echos na historia. Em 1569 cincoenta mil pessoas victimou o contagio na capital portugueza.

Entretanto D. Sebastião, fugindo á epidemia, percorria as provincias, e n'essa viagem dava novas provas da sua imaginação exaltada, e das funestas tendencias que o arrastavam á guerra santa e que o faziam despresar todas as qualidades que não fossem as virtudes guerreiras e a bravura levada a extremos de temeridade.

Visitando o mosteiro d'Alcobaça, quiz

[1] Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo de el-rei D. Sebastião, unico em nome e decimo sexto entre os monarchas portuguezes*, t. 3.º (Do anno de 1568 até o anno de 1574) l. 1.º, cap. 12, pag. 118 (Lisboa, 1747.)

Digitized by Google

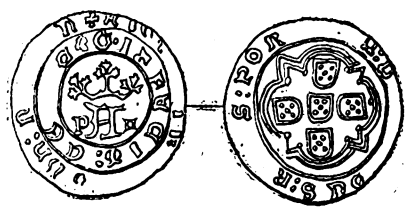
vêr com os seus proprios olhos os cadaveres dos reis que alli jaziam, e, contemplando o vulto erguido de D. Affonso III, louvou em alta voz o valor com que alargara o territorio de Portugal nascente, conquistando aos Mouros, e disputando aos Castelhanos o reino do Algarve, ao passo que tractou com desdem o vulto de D. Pedro I, que, dizia elle, não soubera senão amar as mulheres, desprezando a gloria e os brios de conquistador.

Houve em Alcobaça um frade, a quem não emmudeceu a lisonja cortezã, que não pôde deixar de dizer-lhe que, se D. Pedro não deixára exemplos de conquistador, deixára exemplos de rei que sabia conservar o seu reino, e favorecer-lhe a prosperidade, e que era melhor que o imitassem, em vez de virem affrontal-o ao tumulo. D. Sebastião não puniu a audacia do frade, porque tinha pelo habito monastico o maior respeito, e nada havia que o deleitasse tanto como o vir palestrar com os monges d'Alcobaça depois das suas longas caçadas; mas não poude eximir-se a mostrar-se desgostoso, e tanto que o cardeal D. Henrique entendeu dever reprehender em publico o frade, que se chamava fr. Francisco Machado, ainda que em particular, segundo dizem os chronistas, lhe louvou a inteireza[1].

Na Batalha repetiu-se uma scena identica, e D. Sebastião, curvando-se deante do cadaver descoberto de D. João II, venerava n'elle o heroe d'Arzilla, mais do que o eximio politico e o eminente administrador.

E, emquanto andava assim enluctando os espiritos previdentes com funestos presagios, e dando mostras de prezar mais as brilhantes qualidades d'um cavalleiro do que os solidos predicados d'um rei, deixava os seus ministros renovarem em seu nome a acceitação pura e simples do concilio de Trento, já feito por D. Henrique.

«Muitas nações, diz Coelho da Rocha, recusaram-se a admittil-o na parte disciplinar, por acharem n'elle em muitos



Cotrim, de D. Affonso V

logares sustentadas as maximas ultramontanas, e o antigo espirito de supremacia pontificia sobre os governos civis. Alguns principes sómente o admittiram com restricções. Porém, o cardeal D. Henrique, ou por adulação, ou por zêlo, o mandou observar sem limitação alguma. E o novo rei, logo que tomou conta do governo, não só ratificou aquella indiscreta admissão, mas escreveu aos bispos que usassem livremente da auctoridade que novamente lhes concedera o concilio, «ainda que fosse com prejuizo da jurisdicção real»: clausula tão mal pensada, que o proprio pontifice Pio V, escrevendo sobre isto ao monarcha, se não atreveu a applaudir[1].

Entretanto as intrigas do Paço continuavam cada vez mais accesas, e a rainha D. Catharina vendo a sua auctoridade inefficaz para destruir a influencia dos dois irmãos Camaras, recorreu de novo a D. Philippe e a D. Joanna para que interviessem a seu favor na contenda. Enviou então Philippe II a Portugal D. Gomes Soares de Figueiroa, primeiro duque de Feria, para conciliar as diffe-

[1] Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a historia de el-rei D. Sebastião*, t. 3.º, p. 1.ª, l. 1.º, cap. 16, pag. 149.

[1] *Provisão de 19 de março de 1569*. Deducç. Chron. p. 1.ª, div. 5.ª, § 123, 124 e 130. Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a historia do governo e legislação de Portugal*, 3.ª edição conforme á 2.ª de 1843 com algumas correcções e additamentos feitos ainda pelo auctor. (Coimbra, 1851) pag. 108.

Digitized by Google

renças entre avó e neto. Veiu D. João de Borja, tambem d'isso encarregado, e egualmente de insistir de novo com el-rei para que desposasse Margarida de Valois; aconselhava o mesmo o bispo do Algarve, D. Jeronymo Osorio, de novo se empenhou o Papa. Nada conseguiram nem n'uma nem n'outra coisa. Então a rainha, profundamente offendida, determinou retirar-se para Castella; houve em todo o reino contra esta decisão um geral clamor.

O bispo do Algarve, cujo voto auctorizado, realçado pela eloquencia epistolar que fez com que o cognominassem Cicero portuguez, tinha grande valia na côrte, mesmo proferida de longe, foi o primeiro a escrever á rainha aconselhando-lhe resignação, e increpando-a até com lisongeira aspereza por querer deixar um reino, onde tão necessaria era a sua presença. Em cartas escriptas anteriormente a Luiz Gonçalves da Camara, D. Jeronymo Osorio não se inhibia de lhe dizer severamente que a nação lhe imputava a elle a culpa de todos os erros de el-rei; das suas loucas temeridades, da falta de respeito com que tractava sua avó, e principalmente do mallogro dos casamentos d'el-rei, que em tanto risco punha o futuro do paiz.

Ao mesmo tempo o senado de Lisboa representava com vivacidade a el-rei, allegando-lhe os inconvenientes da sahida de D. Catharina, e aproveitando o ensejo para pedir a el-rei que não arriscasse tanto a sua pessoa em caçadas e caminhos, que assegurasse a successão da corôa, desposando a irmã de Carlos IX de França, e insinuando ao mesmo tempo ser muito vantajoso para a boa governação do reino congregarem-se mais vezes as côrtes, fundamentando o seu pedido com exemplos biblicos, pois que, diziam os dignos vereadores «lê-se nos livros de Josué e de Samuel que se fizeram muitas vezes estes ajuntamentos no povo d'Israel quando era governado por Deus[1].» A citação não deixava de ser curiosa, partindo de homens que arrojariam, sem misericordia, ás fogueiras inquisitoriaes os descendentes d'esses Josué e Samuel cujo testemunho invocavam!

Veiu tambem intervir n'este negocio o papa Pio V, e Luiz Gonçalves, não ousando combater essa manifestação unanime da opinião publica, incitou el-rei a que désse o primeiro passo para socegar o animo exaltado da rainha. Veiu então el-rei de Almeirim, acompanhado pelo cardeal D. Henrique, visitar sua avó, e com mostras de carinho e respeito conseguiu demovel-a da resolução que tomára, sem dar a minima esperança comtudo de que fosse possivel arrancarem-n'o á influencia do confessor. Por conseguinte a guerra entre as duas potencias continuou surda e implacavel.

A primeira coisa que D. Catharina fez foi despedir o seu confessor Miguel de Torres, que era jesuita, e tomar em logar d'elle o Dominicano Francisco de Bovadilla. Ao mesmo tempo escrevia ao geral da companhia de Jesus, S. Francisco de Borja, queixando-se altamente do confessor d'el-rei, e pedindo-lhe que o chamasse a Madrid, com o pretexto de se informar do estado da Companhia em Portugal, e que depois o retivesse lá, prohibindo-lhe a volta. A resistencia de D. Sebastião suppunha a rainha que seria facil aplacal-a, pondo em practica os meios que podiam conduzir um adolescente de tão verdes annos a esquecer, nas preoccupações ardentes proprias da sua indole, um mestre encanecido, por mais estimado que fosse.

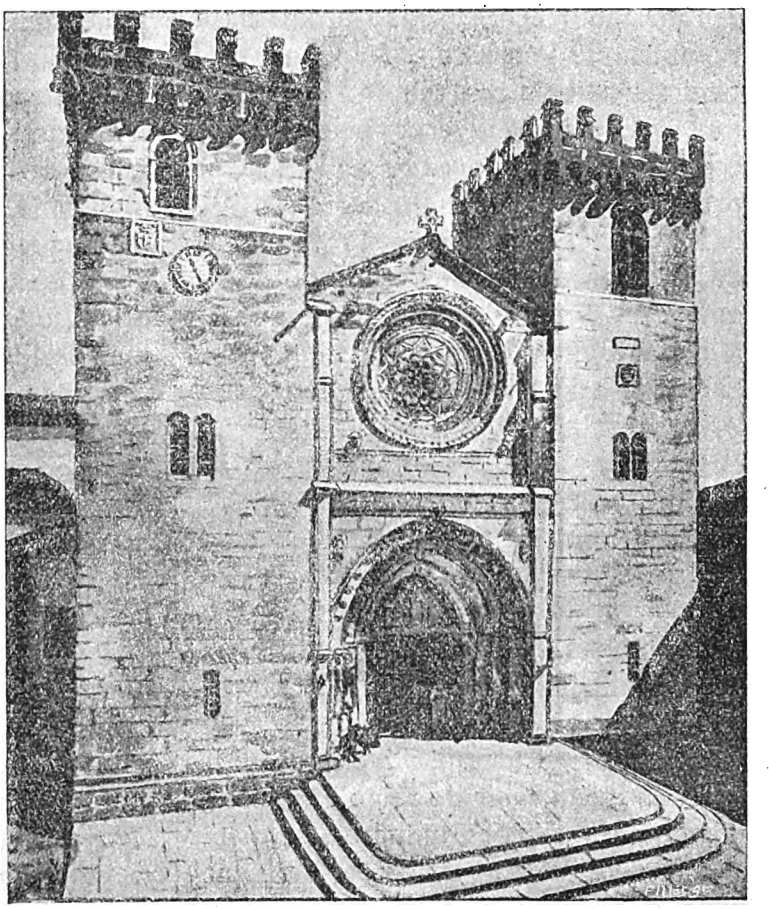
Mas tudo isso foi ainda escusado; S. Francisco de Borja, posto que fre-

[1] Barbosa Machado, *Memorias para a historia d'el-rei D. Sebastião*, part. III, liv. II, cap. I, pag. 278 do tom. III.

Digitized by Google

quentemente dissesse que mais desejava que a Companhia fosse pura do que poderosa, e antes a queria afastada das grandezas mundanas do que esquecida dos deveres religiosos, não teve animo talvez para romper completamente com as tradições do instituto, perdendo assim, apenas para satisfazer á rainha, a influencia illimitada, que, por intermedio de Luiz Gonçalves, os Jesuitas possuiam sobre o soberano d'esse reino, em cujos dominios estavam incluidos o Oriente e a America, essas terras prometti-das dos missionarios discipulos de Santo Ignacio.

Tudo isto se passava em 1571. El-rei completára 17 annos, e a sua indole estava cada vez mais arrebatada, enthusiastica e ascetica. Principiava a não contentar-se já com as caçadas e montarias e a desejar com ardor a guerra santa. Veiu por esta occasião a Portugal o cardeal Alexandrino, como legado, para pedir a D. Sebastião que tomasse parte n'uma cruzada contra os Turcos. Inflammou-se com a idéa o animo do exaltado mancebo, tanto mais que o não deixavam já dormir, como a Themistocles os louros de Milciades, os laureis conquistados recentemente pelo joven D. João d'Austria na heroica batalha de Lepanto. Não só por conseguinte se declarou prompto a entrar na Liga, mas escreveu a Carlos IX de França para que tambem fizesse o mesmo, e afim de que elle não hesitasse, declarou-se prompto a casar com Margarida de Valois, que tantas vezes regeitára, desistindo do dote, que devia ser de quatrocentos mil cruzados, e emprestando ainda por cima a Carlos IX outros quatrocentos mil para guerrear os huguenotes do seu reino. Bem quereria o rei de França, ou antes



EGREJA MATRIZ DE VIANNA DO CASTELLO

sua astuciosa mãe, Catharina de Medicis, que em tudo o dirigia, acceitar tão vantajosa proposta; infelizmente chegava tarde, Margarida era já então a noiva promettida de Henrique de Bourbon, rei de Navarra, e futuro Henrique IV de França, e Catharina de Medicis, que facilmente e sem escrupulos quebraria a sua promessa, não o faria decerto agora porque essas bodas eram o laço que devia attrahir a Paris os fidalgos hugueno-

Digitized by Google

tes, de cujo partido Henrique de Bourbon era chefe, e assim fazel-os cair na infame e sanguinaria cilada da matança da noite de 24 de agosto de 1572, celebre matança que os historiadores francezes designam com o simples nome de *la Saint Barthélémy*, mas que tão sinistros échos acorda na historia das luctas religiosas.

Entretanto D. Sebastião promettia á republica de Veneza o seu auxilio, e empenhava-se com o schah da Persia para que, fazendo uma diversão pelo Oriente, contribuisse para o exito feliz da empreza.

Mas os principes christãos, occupados com os seus negocios intestinos, esquivaram-se todos mais ou menos a pôrem ao hombro a cruz vermelha, e D. Sebastião teve de voltar para outro lado a sua febril actividade.

Foi então que pensou em passar ao Oriente, e estava tão afferrado a esse projecto, que foi necessario que o cardeal D. Henrique lhe demonstrasse evidentemente quanto era perniciosa uma tal resolução para que d'ella desistisse. Resolveu depois passar a Africa: demoveu-o d'esse proposito o proprio Luiz Gonçalves da Camara, advertindo-o de que não devia sahir do reino, principalmente para facções militares, sem ter segura a successão da corôa, e de que nada devia emprehender de leve sem ter prevenido bem todas as eventualidades, e sem se haver preparado com tempo todo o necessario. Sempre desejoso d'assignalar d'algum modo o seu reinado com acções gloriosas em defeza da fé, mandou equipar uma poderosa armada que ninguem sabia para que era, mas que pareceu depois que fôra destinada a ajudar Carlos IX nas suas guerras contra os Huguenotes, pois que se desarmou como inutil, logo que em Portugal constou a *fausta* noticia da mortandade da noite de S. Bartholomeu. Essa noticia foi recebida e celebrada em Lisboa com luminarias e outras demonstrações de regosijo, prégando em acção de graças Fr. Luiz de Granada, o dulcissimo escriptor mystico e ineffavel. Não sabemos dizer qual das duas cidades offerece espectaculo mais repugnante, se Paris banhando-se no sangue das victimas indefezas, entre as sombras da noite, ao lugubre som do rebate de Saint-Germain-l'Auxerrois, se Lisboa, vestindo-se de galla, repicando os sinos, illuminando-se para festejar um dos crimes mais atrozes que teem deshonrado a humanidade, crime cujo panegyrico é feito em linguagem melliflua e voz suave por um primoroso escriptor, que tem no seu estylo toda a doçura dos favos das abelhas de Platão, combinada com a meiga claridade que irradia das paginas do Evangelho.

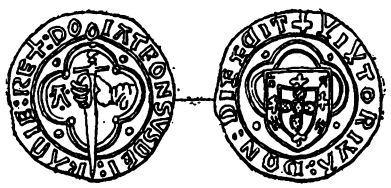
D. Sebastião entendeu que não devia limitar a essas demonstrações o seu jubilo pelo *glorioso feito* da noite de 24 d'agosto de 1572, e enviou a França um embaixador encarregado expressamente de levar ao filho de Catharina de Medicis os parabens por tão feliz acontecimento. O embaixador escolhido foi D. Affonso de Lencastre, commendador-mór de Christo, e, nas instrucções que levava, datadas d'Evora de 29 de novembro de 1572, liam-se os seguintes edificantes periodos: Significareis, dizia el-rei «a grandeza d'esta tão maravilhosa mercê de Nosso Senhor, que quiz que se executasse e puzesse em effeito por este christianissimo rei e em dia tão assignalado como foi o de S. Bartholomeu, vespera do bemaventurado rei S. Luiz, de que elle descende, a que Nosso Senhor quiz que se juntasse para mais gloria d'aquelle dia o milagre da arvore secca, que n'elle subitamente floresceu na mesma cidade de Paris[1]; o muito que

[1] Refere-se ao supposto milagre do espinheiro que floriu no cemiterio dos Innocentes. A seiva que fez

Digitized by Google

elle de sua parte fez n'esta obra, para depois de Deus ficar toda sendo sua[1]; a singular prudencia que n'ella mostrou[2]; o grande segredo e extraordinario modo com que procedeu por tanto espaço de tempo[3]; o soffrimento que teve[4]; o risco a que se aventurou de suas obras poderem ser julgadas no mundo differentemente da tenção que elle tinha, por segurar o effeito que pretendia, que tanto importava[5], e que n'estas e outras coisas que n'esta materia houve, etc[6].

As instrucções terminavam, recommendando el-rei, ou antes o seu preceptor, Luiz Gonçalves, a D. Affonso de Lencastre, que aproveitasse tão propicio ensejo para aconselhar a Carlos IX que introduzisse em França a Inquisição. Deviam-se comprehender estes dois monarchas, mas a posteridade estremece de horror, assistindo agora, atravez dos seculos decorridos, a esta conversação entre dois reis que eram não os pastores, mas os carniceiros dos seus povos.



Ceitil, de D. Affonso V

Entretanto, a armada, que se preparára, achava-se inutilizada em consequencia da *victoria* de Carlos IX, e D. Sebastião, cada vez mais acceso em desejo de gloria militar, estava já resolvido a embarcar n'ella para passar á India, apezar de toda a opposição do seu conselho, quando uma furiosa tempestade a desbaratou no Tejo.

Voltaram-se de novo para a Africa as suas vistas, como se póde conhecer pelos regulamentos que promulgou com relação ás ordens militares, que todos se cifravam em estatuir que ninguem podesse receber o habito de uma d'ellas, sem servir na Africa. Depois intentou introduzir n'esses habitos uma setta em lembrança do martyrio de S. Sebastião, cujo nome tinha, e, concordando S. Pio V n'esta idéa, celebrou el-rei um capitulo geral da ordem de Christo, em Santarem no dia 8 de dezembro de 1573, tanto para dar conhecimento dos novos estatutos, como da nova insignia. Pio V ficára de lhe enviar uma setta authentica das que haviam servido para o marty-

---

brotar as flôres proveiu da vermelha rega do sangue e do adubo dos cadaveres. Aquella régia canalha do seculo XVI queria por força que Deus fosse cumplice dos seus nefandissimos crimes.

[1] Louvava-lhe provavelmente o ter participado pessoalmente no crime fazendo fogo da sua janella sobre os protestantes que fugiam.

[2] O temerario D. Sebastião elogiava a *prudencia* de colher os protestantes n'uma noite, quando dormiam, seguros na fé dos tractados e das promessas, cada um em sua casa, e largar sobre elles, a um signal certo, uma turba de assassinos. E' isto a que Diogo Barbosa Machado ainda em 1747 chama *gloriosa victoria!*

[3] Tambem o rei de Portugal ousa gabar a infame hypocrisia com que o rei de França illudiu os protestantes incautos, promettendo-lhes tolerancia, dando para prova d'isso ao seu chefe natural, Henrique de Navarra, sua irmã Margarida em casamento, e tractando com extremos de amisade o almirante Gaspar de Coligny, o mais notavel entre elles, a quem chamava *pae*, designando-o, ao mesmo tempo, como a primeira victima, aos punhaes dos assassinos.

[4] A longa e hypocrita dissimulação, o perjurio, a covardia, o assassinio eis o estendal de virtudes que D. Affonso de Lencastre, commendador-mór de Christo, devia, em nome de seu amo, elogiar gravemente e com os olhos postos no céu. O senso moral estaria completamente pervertido n'estes homens e n'este seculo?

[5] Para que não se imagine que julgâmos segundo as idéas do seculo XIX os homens do seculo XVI, traduziremos a seguinte celebre carta com que o visconde d'Orte, governador de Bayona, respondeu a Carlos IX, que lhe ordenava que fizesse o mesmo que se fizéra em Paris, carta que faz um notavel contraste com a de D. Sebastião e que mostra que ainda em 1572 havia quem soubesse distinguir o bem do mal:

«SIRE — Communiquei a ordem de Vossa Magestade aos seus fieis habitantes e soldados da guarnição, não encontrei senão bons cidadãos e bravos militares, nem um só algoz. E' por isso que eu e elles supplicâmos muito humildemente a Vossa Magestade queira empregar os nossos braços e as nossas vidas em coisas possiveis, por muito arriscadas que sejam; derramaremos então o nosso sangue até á ultima gota.»

[6] Barbosa Machado, *Memorias para a historia d'el-rei D. Sebastião*. P. 3.ª, l. 2.º, cap. 18, pag. 471 do t. 3.º

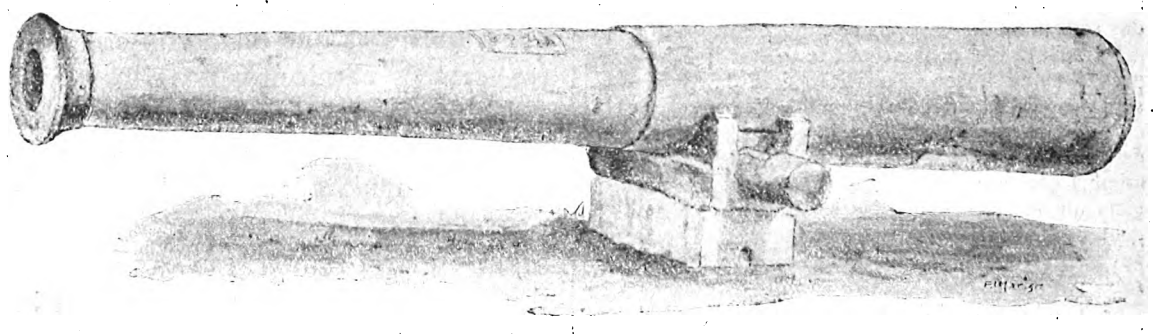
Digitized by Google

rio de S. Sebastião; mas, fallecendo entretanto, foi o seu successor Gregorio XIII quem fez a remessa, sendo recebida com toda a pompa e solemnizado o acontecimento por não menor poeta do que Luiz de Camões na seguinte oitava:

> Mui alto rei a quem os céos em sorte
> Deram o nome augusto e sublimado
> D'aquelle cavalleiro que na morte
> Por Christo foi de settas mil passado;
> Pois d'elle o fiel peito casto e forte
> Co'o nome imperial tendes tomado,
> Tomae tambem a setta veneranda
> Que a vós o successor de Pedro manda. [1]

Estes preludios bem denunciavam as suas bellicosas tenções, de que ninguem já seria capaz de o demover. Ao mesmo tempo puerilidades inacreditaveis revelaram quanto elle era incapaz de dirigir convenientemente uma empreza séria. Assim, por exemplo, insistia em querer dar um rebate falso á cidade de Lisboa, annunciando de subito a apparição de uma esquadra inimiga, e foi necessario que o conde de Villa-Nova empregasse toda a sua eloquencia para o dissuadir d'essa puerilidade aterradora para pacificos habitantes. Dizia el-rei que queria vêr como se comportavam os cidadãos em presença d'um ataque inesperado.

Entretanto as intrigas da côrte proseguiam seu caminho, e D. Catharina fazia que Philippe II procurasse obter do Papa que chamasse a Roma Luiz Gonçalves, e ao mesmo tempo tentava, d'accordo com o cardeal, destruir o valimento do escrivão da puridade, que sempre era menos poderoso que seu irmão. Martim Gonçalves, sabendo a guerra surda que lhe moviam, e ao mesmo tempo instigado por alguns dos seus parentes que se assustavam de vêrem sublevados contra a sua familia tão perigosos inimigos, esteve para se afastar voluntariamente do principe, acceitando a compensação que D. Catharina lhe promettia do bispado de Coimbra. Deitou tudo a perder a inepcia do cardeal, que se antecipou á rainha, pedindo e obtendo para um seu protegido a mitra vaga.



PEÇA DE DIU

O mais curioso é que Martim Gonçalves, offendido, e aconselhado pela rainha que ficára com um odio particular a seu estupido cunhado, disse a el-rei que acceitaria o cargo de inquisidor mór, se o cardeal quizesse dispensal-o para descanso das suas demasiadas fadigas. Mas D. Henrique escusou-se com diversos pretextos. Então el-rei, excitado pelo valido, e querendo forçar seu tio nos ultimos entrincheiramentos, pediu-lhe que cedesse a Martim Gonçalves o arcebispado de Lisboa. D. Henrique não ousou recusar, mas enviando a sua renúncia para Roma, empenhou tudo, até o valimento de Philippe II na côrte pontificia, afim de que o Papa lh'a não acceitasse. Foi o que succedeu, mas, diz Rebello da Silva, «as consequencias da

[1] Camões, *Rimas varias*, t. 4.º, p. 2.ª, oit. 3.ª

Digitized by Google

EXPLOSÃO DA FORTALEZA DE CALICUT

Digitized by Google

artificiosa simulação não foram tão agradaveis para o inquisidor-geral, como elle talvez cuidára, confiando em que o segredo não seria revellado.

«O rei, offendido no seu orgulho, ainda tornou mais aspero o desagrado com que o tractava, e por meio de desfeitas publicas, desgostou o infante por tal fórma, que o obrigou a não frequentar o Paço, onde era mal visto, e a amiudar as visitas á opulenta abbadia d'Alcobaça, devoto asylo onde costumava convalescer da fadiga dos negocios e da magua dos revezes[1].»

Afastêmos os olhos d'estas mesquinharias para os fitarmos no Oriente, onde o dominio portuguez, prestes a findar, se assignala com tão grandiosas victorias, que dão a esse occaso o esplendor d'uma aurora.

E' porque um grande general, grande como a Asia não vira outro desde Affonso d'Albuquerque, fôra governar a India, e as suas brilhantes façanhas fizeram suppôr aos aterrados indigenas que volveriam para o Oriente portuguez os primeiros tempos da conquista.

Esse general foi D. Luiz d'Athayde.

A 6 de abril de 1568 partiu este grande homem para a India com o titulo de vice-rei, que se estava agora prodigalizando. D. Manuel nomeára apenas um vice-rei entre cinco governadores; de quatorze governadores nomeados por D. João III só foram cinco vice-reis, emquanto que nos nomeados pelo governo de D. Sebastião contavam-se já quatro vice-reis entre cinco governadores.

Chegado D. Luiz d'Athayde ao Oriente, logo os Portuguezes e os Indios sentiram que estava alli um braço robusto, uma boa cabeça, e um espirito activo. Tractou immediatamente de estabelecer uma disciplina severa, que foi a base essencial das victorias que depois alcançou, e, vendo que em possessões tão extensas era indispensavel, para ellas se sustentarem, uma boa marinha, fez os maiores sacrificios para organizar umas poucas d'esquadras que protegessem o nosso commercio e limpassem os mares de corsarios, n'elles consentidos pela indolencia e froixo governo de D. Antão de Noronha. Era apenas havia alguns mezes governador da India D. Luiz d'Athayde, e já expedira de Gôa para o norte uma esquadra d'uma galé e seis navios d'outra lotação, commandada por Affonso Pereira de Lacerda, cuja apparição bastou a suffocar pensamentos de revolta que havia em Baticalá; para defeza da costa do Malabar Martim Affonso de Miranda com uma esquadra de vinte navios; para as proximidades de Gôa, a fim de reprimir as demasias d'alguns tanadares, Ayres Telles de Menezes com uns poucos de navios, e para dar caça ao corsario Kanatal, D. Jorge de Menezes Baroche com duas galés e um catur.

Este logo encontrou a galeota do pirata, e investiu-a com denodo, sendo comtudo brilhante a defeza, porque o Indio, perdidas as esperanças de vencer, não quiz sobreviver á derrota, e com um selvagem heroismo que lembra as acções dos Romanos primitivos, degolou um seu filho, e, dando em si tres punhaladas, atirou-se ao mar. Depois d'esta sanguinolenta victoria, D. Jorge de Menezes retirou-se para Gôa, onde foi recebido com as honras que merecia.

Uma outra esquadra, commandada por D. Diogo de Menezes, foi fazer guerra ao Samori, que se obstinava em ser nosso inimigo, e não só lhe cortou os mantimentos, como lhe destruiu uma cidade, Millascharam, que era abrigo seguro para os seus corsarios.

Ha um verso de Camões, cuja incon-

[1] Rebello da Silva, *Hist. de Port.*, etc., tom. 1.º, pag. 79.

Digitized by Google

testavel verdade percebemos agora. Diz elle a proposito de D. Fernando I:

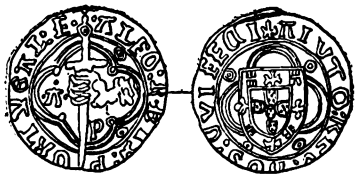
Que um fraco rei faz fraca a forte gente

Com effeito do chefe depende muitas vezes o procedimento dos subordinados.

Vimos na India, por mais de um exemplo, que exerciam uma influencia poderosa na indole e nos costumes dos Portuguezes os costnmes e a indole do governador. A alta probidade de D. João de Castro bastou para cohibir durante o seu governo os excessos e os roubos dos Portuguezes; o fidalgo porte de D. Constantino de Bragança fez com que muitos nobres, que na India desciam a exercer mister de piratas, procedessem de um modo mais conforme com a sua gerarchia; as brilhantes qualidades militares de D. Luiz de Athayde parece que resuscitaram todas as virtudes guerreiras dos Portuguezes.

Acções gloriosissimas de coragem individual assignalam de novo o governo de D. Luiz d'Athayde, e difficil será encontrarmos durante a sua administração algum d'estes actos de covardia que começavam agora a deslustrar frequentemente a gloria de Portugal.

Entre as mais notaveis façanhas, que os nossos chronistas celebram, é assombrosa a de Mem Lopes Carrasco, que navegava com uma nau nos mares de Malaca, e que foi cahir de subito no meio d'uma esquadra do sultão de Achem, composta de vinte juncos, vinte galés, e cento e sessenta lancharas. Sequioso de se vingar da derrota que D. Leoniz Pereira lhe infligira, fazendo-lhe levantar o cêrco de Malaca, o commandante da esquadra envolveu no seu terrivel circulo a nau portugueza, propondo-se não dar quartel a ninguem, se os Portuguezes ousassem resistir. Ousaram; tractava-se unicamente de vender caras as vidas, porque ninguem concebia esperanças de victoria; mas com a maior serenidade todos pensaram em morrer gloriosamente, nenhum em render-se. Mem Lopes distribuiu o commando da nau do seguinte modo: pôz na prôa seu filho Martim Lopes, na pôpa Francisco da Costa, e deu a direcção da artilheria



Ceitil, de D. Affonso V

a seu primo Martim d'Eça. A si reservou a superintendencia do combate. Começaram a chover as ballas sobre o navio, mas os nossos canhões, bem dirigidos, faziam immenso estrago na massa confusa da esquadra inimiga.

Até á noite não conseguiram os inimigos levar a melhor, e, posto que houvessem derrubado a mastreação, e feito voar pelos ares o velame da nau portugueza, tinham em compensação que lamentar a perda de muitos barcos, afundados pelas nossas ballas. Com o nascer da aurora recomeçou o combate. Felizmente não nos faltavam munições, e o trovejar incessante da artilheria, rodeando a nau como que d'um circulo magico de fumo e de fogo, não deixava approximar os barcos. Tres galés conseguiram, affrontando todos os riscos, abordar a nau; perceberam os Portuguezes que de repellirem a abordagem estava dependente a sua salvação; concentraram por conseguinte os seus esforços todos n'esse combate corpo a corpo. Era horroroso o estrondo da peleja, Martim Lopes, accudindo a toda a parte, com o rosto cheio de polvora e sangue, não era conhecido dos seus senão pela voz sonora, que dominava sempre os rumores confusos da batalha. Feriram-n'o gravemente, e espalhou-se a bordo da nau que fôra morto; mas Mar-

Digitized by Google

tim Lopes, comprimindo com estranha heroicidade no mais fundo do coração a dôr filial, bradou bem alto que, se elle morrêra, era apenas um homem de menos que contava a guarnição da nau. Cam taes exemplos d'estoica intrepidez, os tripulantes faziam prodigios, e repellidos definitivamente os assaltantes, as galés foram obrigadas a afastar-se ás bombardadas. A esquadra toda se desviou tambem para reparar os estragos operados pela nossa artilheria, e a nau portugueza, desarvorada, rasa como um pontão, conservando apenas o casco, pôde ir triumphante surgir em Malaca, onde foi recebida com ardente enthusiasmo.

Era isto em 1569; n'esse mesmo anno se practicavam ao norte eguaes façanhas. O forte de Parnel, guarnecido por Mogoes, inquietava Damão. O governador d'esta cidade, Alvaro Pires de Tavora, pediu a Nuno Velho Pereira, commandante d'uma esquadra que cruzava n'aquella costa, que o livrasse d'esse incommodo padrasto. Accedeu Nuno Velho Pereira, e, desembarcando quatrocentos homens, investiu Parnel, que era naturalmente muito defensavel. Repellindo algumas partidas inimigas, e tomando uma tranqueira, que protegia a fortaleza como obra avançada, Nuno Velho investiu os baluartes assentes em rocha viva. Foi repellida comtudo, e com perda de sete mortos e cincoenta feridos. Não desanimou, voltou ao assalto com forças dobradas, para poder multiplicar a investida, e assestando em pontos bem escolhidos tres peças d'artilheria. Vendo estas disposições, cobraram medo os defensores da fortaleza, e, escondidos com as sombras da noite, desampararam a fortaleza, que Nuno Velho logo em seguida demoliu, por ordem expressa que para isso recebeu do governador de Damão.

Tinham os Portuguezes nas terras de Baçaim o forte d'Assari, onde governava n'este anno de 1569 André de Villalobos. Sitiado pelos rajahs dos arredores, pediu soccorro para Gôa. Logo D. Luiz d'Athayde lhe enviou Jorge de Moura e Paulo de Lima, que, juntando-se a Martim Affonso de Mello, capitão da fortaleza de Baçaim, fizeram levantar o cêrco, e perseguiram os sitiadores mais de doze leguas.

Como vêmos, a cada instante nos apparecem nomes novos de fortalezas nossas. E' Damão, Baçaim, Diu, Chaul, Cananor, Mangalor, Chale, Cochim, Gôa, Coulam, Colombo, Manar, Tocotori, Ormuz, Malaca, Ternate, Amboino, Macau. São os fortes d'Assari, de Karange e quantos mais! A tantas cidadellas ainda D. Luiz d'Athayde vae juntar outras duas, Onor e Bracelor. Este illustre vice-rei foi menos celebre pela sua habil politica, do que pelos seus talentos militares. E' certo que as conquistas não podiam já senão ser-nos prejudiciaes, e que D. Luiz d'Athayde não foi bem inspirado augmentando-as, mas é tambem certo comtudo que na posição em que estavamos, a ampliação das conquistas era em parte uma necessidade fatal; porque, não contando senão inimigos no Malabar, sabiamos já que os portos que não occupavamos eram o constante abrigo dos corsarios, que nos tolhiam o commercio.

Assim, Onor era uma cidade recentemente fundada a dezoito leguas ao sul de Gôa pelos habitantes do Kanará, e alli concorria muito commercio que fugia dos nossos portos. Haviam tractado os seus habitantes com desdem o vice-rei D. Antão de Noronha. D. Luiz de Athayde, que por todos os modos queria restabelecer o prestigio do nome portuguez, resolveu por isso punil-os, eliminando ao mesmo tempo os inconvenientes da concorrencia.

A 12 de novembro de 1569 partiu

Digitized by Google

D. Luiz d'Athayde de Gôa com uma esquadra de cento e trinta navios, e, lançando em terra D. Francisco Mascarenhas com oitocentos homens, intimou Onor para que se rendesse.

Quiz defender-se a guarnição; então D. Luiz d'Athayde desembarcou em pessoa com mil e quatrocentos soldados, e investiu a fortaleza pelo lado do sul, emquanto D. Francisco a investia pelo norte. Marchavam os Portuguezes, não desordenadamente, como quando os commandava D. Antão de Noronha, mas com a disciplina que D. Luiz lhes soubera impôr, e obedecendo ás ordens de um habil capitão.

Formando por conseguinte um circulo que se estreitava, ao passo que se ia approximando da fortaleza, os Portuguezes foram impellindo deante de si os indigenas, e obrigando-os a refugiarem-se no castello. Depois lançou-se fogo á cidade, abriu-se trincheira, fortificaram-se as estancias, assestou-se artilheria e investiu-se emfim a praça com toda a regularidade. Os Portuguezes manobraram debaixo das ordens de D. Luiz de Athayde com um acerto e uma obediencia, que, juntos ao seu natural valor, tornavam irresistiveis os seus esforços.

A artilheria arrazou primeiro os muros; depois deu-se ordem para se intentar um assalto no dia 24 de novembro. Não o esperaram os inimigos, e capitularam, salvando unicamente as vidas e a liberdade. D. Luiz d'Athayde deixou na fortaleza uma guarnição de duzentos homens capitaneados por Jorge de Moura, e partiu immediatamente a investir Bracelor.

Bracelor era protegida por um forte situado n'um outeiro quasi inexpugnavel, que dominava o logar do desembarque. Percebeu D. Luiz d'Athayde que, sem tomar o forte, não conquistaria a cidadella de Bracelor. A praia viu-a

LUIZ DE CAMÕES

elle defendida por uma turba confusa de Indios, que não era inferior a doze mil, e que logo comprehendeu que não faziam senão inutilizar a artilheria do forte, que d'outro modo bastaria para tornar difficultosissimo o desembarque. Effectivamente, com o plano adoptado pelos nossos inimigos, o forte não podia varejar a praia, sem causar principalmente damno aos seus defensores, de modo que D. Luiz, desembarcando com um corpo unido de tropas, levou facilmente adeante de si essa turba indisci-

Digitized by Google

plinada, galgou d'envolta com ella a fragosa ladeira do monte, e investindo o forte sem descançar um instante, entrou-o pela tranqueira e tomou-o.

Immediatamente os defensores da cidadella a desampararam; então D. Luiz d'Athayde mandou-a demolir e reconstruiu-a no sitio onde estava o forte, e que elle, com o seu grande tacto militar, percebeu que era o unico asado para esse fim. Os acontecimentos confirmaram as suas previsões, porque, depois da sua partida, querendo um dos rajahs visinhos expulsar os Portuguezes de Bracelor, foi facilmente repellido pelos duzentos homens da guarnição, commandada por Pedro Lopes Rebello, e bem abrigados por traz das suas inexpugnaveis fortificações.

Entretanto, nas Molucas os naturaes das ilhas, irritados com o assassinio de Aeyro, sultão de Ternate, sublevaram-se por todos os lados contra os Portuguezes, e a custo os poude conter Gonçalo Pereira Marramaque, um dos mais bravos capitães da India n'esse tempo. Vendo porém tantos odios concitados contra os Portuguezes, e a difficuldade de se manterem os nossos n'essas ilhas, caiu Gonçalo Pereira n'uma profunda melancholia, d'onde resultou a loucura e finalmente a morte.

Uma tempestade terrivel ameaçava n'esse meio tempo a India portugueza; nunca ella esteve tão proxima da sua ruina total, e, se D. Luiz de Athayde a não governasse então, forçosamente grandes desastres nos saltearíam. Por felicidade tinham os Portuguezes á sua frente um notavel general. Graças ao seu zêlo havia armadas nos nossos portos, e armazens bem providos de munições nas nossas fortalezas; as nossas tropas, costumadas por elle a uma disciplina severa, davam aos commandantes garantias seguras, finalmente, reinava entre todos uma emulação que muito devia contribuir para a victoria.

Os Indios comtudo iam finalmente demonstrar-nos que não haviam desaproveitado as licções que lhes tinhamos infligido, e que percebiam que uma das causas principaes das nossas victorias era a desunião entre os indigenas. Isolados, viam que nenhum mal poderiam fazer-nos, quizeram ver se colligando-se seriam mais felizes.

Todos os principes do Malabar deliberaram então unir-se para expulsarem de uma vez os Portuguezes da India. Fizeram para isso alliança Hidal Khan II, o soberano do Nizam a que os nossos chronistas chamam Nizamaluco, e o Samoudri-rajah. Não entrou na colligação, porque estava em guerra com os Mogoes, o soberano de Cambaya, nosso inimigo implacavel: é verdade que o estado constante de hostilidades, em que se mantinham os seus Guzarates com as nossas praças de Diu e de Damão, não permittia a D. Luiz de Athayde desguarnecel-as para accudir ás outras sitiadas. Hidal-Khan devia marchar contra Gôa, Mulek, soberano de Nizam, contra Chaul, e o rajah de Calicut devia cercar Chale. Tanto confiavam na victoria que, antes de vencerem, já dividiam entre si os despojos. A Hidal-Khan deviam pertencer Gôa, Onor e Bracelor; a Malek Damão, Baçaim e Chaul; e finalmente ao Samori Chale, Cananor, Cochim e Mangalor; Diu ficava provavelmente para o sultão de Cambaya apezar de não entrar na liga, e deixavam os outros soberanos em cujas terras estavam encravadas as nossas fortalezas o cuidado de nos expulsarem d'ellas e de as tomar para si.

D. Luiz de Athayde comtudo devia revelar ao mundo, um seculo antes de Lafontaine, quanto é perigoso para os caçadores venderem a pelle do urso antes de o terem morto.

Assim que lhe chegou a noticia do ter-

Digitized by Google

rivel conluio que ameaçava a India portugueza, tomou logo D. Luiz de Athayde as disposições convenientes, como grande capitão e vigilante governador que elle era. As duas praças sobre as quaes devia cair o maior peso da guerra eram Gôa e Chaul. Para esta ultima enviou logo um soccorro de quatro galés, cinco fustas e seiscentos soldados, commandado por D. Francisco Mascarenhas. Em Gôa determinou ficar elle em pessoa como o ponto mais importante, e pensou em utilizar de todos os modos os meios de defeza de que dispunha. Para guarda interior da cidade, afim de não desguarnecer os dezenove logares, que tinham de ser presidiados n'um circuito de tres leguas e mais, designou o cabido e o clero, e os dominicos e franciscanos. Por esses dezenove logares, incluindo as tres fortalezas de Bardez na barra de Gôa, de Narva na ilha de Divar, e de Rachol na terra firme, repartiu seiscentos e cincoenta soldados bons de que dispunha; nos oiteiros collocou mil e quinhentos escravos e milicianos, divididos em quatro bandeiras; dispoz um corpo de cavallaria de cincoenta homens, commandado por João de Sousa, para transmittir as suas ordens e accudir com rapidez a qualquer ponto ameaçado; fixou a sua residencia no Passo secco, d'onde podia melhor providenciar a tudo o que fosse necessario; e fez finalmente cruzar no rio uma esquadra de vinte e cinco navios, cujo commando deu a D. Jorge de Menezes Baroche [1].

A 12 de dezembro de 1570 chegava diante de Gôa o exercito inimigo commandado por Nori-Khan, e composto de trinta mil homens; a 15 de dezembro do mesmo anno, chegava deante de Chaul o exercito do rajah do Nizam, composto de vinte mil infantes, oito mil cavallos, vinte elephantes, armados. Os dois assedios começaram quasi ao mesmo tempo, e ia assim jogar-se em lances a partida decisiva que devia ou arraigar mais na India o poder portuguez, ou livrar para sempre do nosso dominio os indignados Orientaes.

Ceitil, de D. Affonso V

Seguiremos primeiro as peripecias do cêrco de Chaul, para depois nos demorarmos mais detidamente no cêrco de Gôa, onde D. Luiz d'Athayde descobriu as suas altissimas qualidades militares.

O governador de Chaul chamava-se Luiz Freire de Andrade e tinha debaixo das suas ordens uma guarnição relativamente forte, pois que D. Luiz d'Athayde repartira liberalmente com elle as forças de que dispunha. Ainda assim o corpo de defeza constava apenas de seiscentos e tantos soldados e de cincoenta ginetes. Por isso Farrel-Khan julgou que podia tomar a praça por entrepresa. Repellido porém vigorosamente, depois d'um combate de tres horas, viu que não tinha remedio senão dar começo a um assedio regular, e por isso assentou o seu campo no dia 21 de dezembro de 1570.

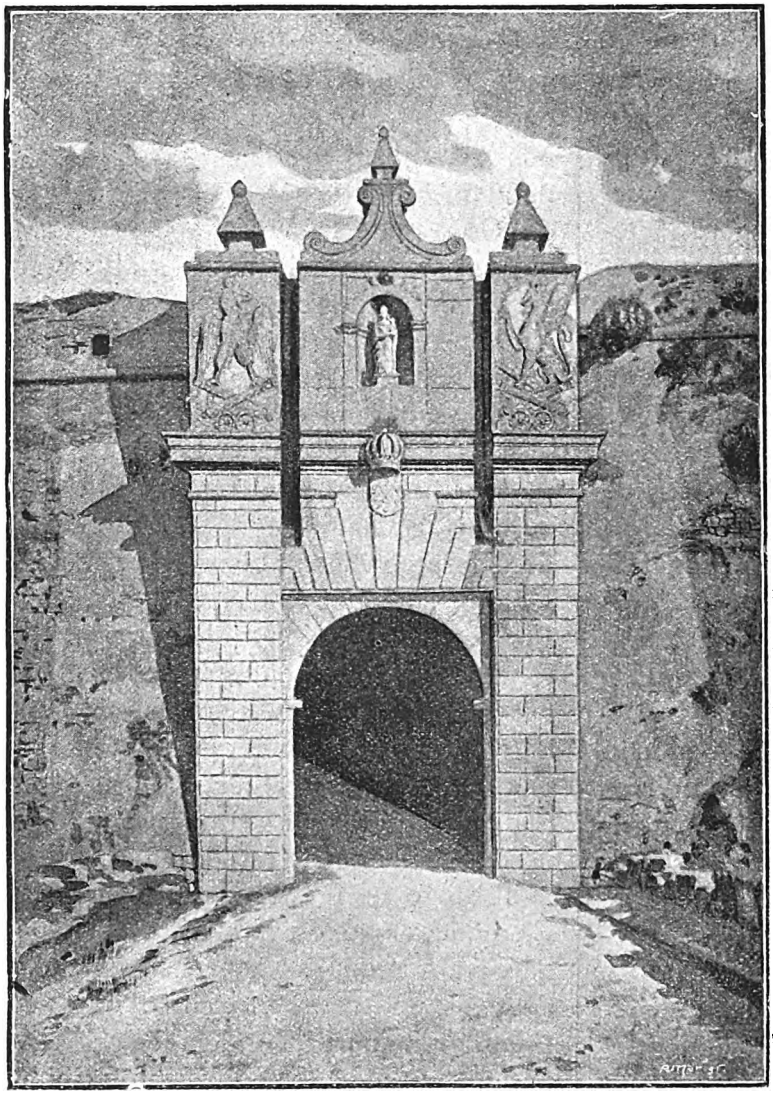
Tanto o corpo de Farrel-Khan, em Chaul, como o de Nori-Kan em Gôa, não eram senão as guardas avançadas de mais poderosos exercitos, que não tardaram a chegar, conduzidos pelos soberanos em pessoa. O que cercou Chaul, segundo nos assevera Antonio de Castilho, [1] constava de cento e vinte mil soldados, sendo trinta e quatro mil de cavallaria, doze mil bombardeiros e frecheiros, e dezoito mil gastadores. Vinham além d'isso trezentos e sessenta elephantes e quarenta enormes canhões. Quatro mil officiaes de differentes paizes, sendo

[1] Este ultimo appellido era honorifico, porque o ganhára expugnando com raro valor a cidade de Baroche (*Buroch* no Guzarate, no tempo do vice-rei D. João de Castro.)

[1] *Commentarios de Gôa e de Chaul*, fl. 30, v.

Digitized by Google

muitos Europeus, dirigiam esta multidão confusa, que procurava pelejar com bravura para agradar ao seu monarcha, mancebo de vinte e dois annos, muito affeiçoado a guerra, que veiu presenciar os traball os do cêrco[1].



PORTA DOS CURRAES, EM EXTREMOZ

Chaul fica situado na foz d'um rio e forma ahi uma especie de peninsula. O exercito assaltante, desenrolando-se em torno da cidade e abrindo trincheira, cercou-a de mar a mar. Ao mesmo tempo dois dos generaes do rajah de Nizam corriam as terras de Baçaim com quatro mil cavallos, e impediam portanto a guarnição d'esta fortaleza de soccorrer a sua visinha ameaçada.

Luiz Freire d'Andrade dividiu as estancias como melhor pôde, sendo comtudo difficil a defeza d'uma cidade, cujas muralhas eram de taipa, contra tão poderosos inimigos. Não deixavam os assaltantes o minimo descanso aos cercados, mas estes pagavam-lhes tambem com denodadas sortidas a inquietação constante em que os tinham o bombardeamento e os assaltos. Pouco depois da chegada do joven Malek, deu Nori-Khan um assalto, mas foi repellido, perdendo trezentos homens. Em compensação, no dia 19 de janeiro de 1571, um valente portuguez, chamado Sebastião de Sousa, fez uma sortida, e destruiu um engenho que os inimigos haviam começado a construir, exterminando a ferro e a fogo muitos do homens que o protegiam.

Logo depois assaltaram cinco mil homens o presidio de S. Francisco, onde commandava Nuno Velho Pereira. O que foi sempre a salvação dos nossos em todos esses cêrcos da India foi o não saberem os inimigos combinar os seus ataques de modo que, ao mesmo tempo assaltassem por todos os pontos a fortaleza, como lh'o permittia o seu grande numero. Concentrando os seus esforços n'um ponto unico,

[1] *Memorias d'el-rei D. Sebastião*, part. III, liv. II,

Digitized by Google

a unica vantagem que auferiam era poderem reforçar successivamente os corpos assaltantes: mas os Portuguezes tinham sufficiente constancia para supportarem um longo combate, e, como não tinham tambem de distrahir muito a sua defeza, o seu heroico valor e a sua disciplina davam-lhes quasi sempre uma incontestavel superioridade.

Foi o que succedeu n'este assalto. Debalde os inimigos multiplicaram a investida ao presidio de S. Francisco por tres pontos differentes. Nuno Velho sempre lhes sustentou o impeto, e, soccorrido á noite por quarenta arcabuzeiros que D. Francisco de Mascarenhas lhe trouxe, repelliu definitivamente o inimigo com perda de oitocentos homens, entre mortos e feridos. Muito se distinguiu por heroicas acções n'este combate um fidalgo chamado Christovam Curvo de Sequeira.

O RETRATO AUTHENTICO DE VASCO DA GAMA

Desconfiaram os sitiados quando já começára a noite, que os inimigos estavam minando a fortaleza. Para d'isso se assegurarem, era necessario que alguem se expozesse aos tiros do inimigo. Offereceu-se para tão arriscada facção Curvo de Sequeira, e, por tres vezes, debruçando todo o corpo para fóra d'uma fresta, amparado apenas por um pequeno escudo ou rodella, ondeando nos ares uma tocha, prescrutou com a maior tranquillidade o sopé da muralha, apezar de o banhar em cheio o clarão do facho, e de servir assim de luminoso alvo ao inimigo. Foi propicia a fortuna a tamanha temeridade, porque de onze fréchas, que se lhe cravaram na armadura e no escudo, nem uma só o molestou, por mais levemente que fosse.

Obstinaram-se comtudo os inimigos em derrubarem este presidio de S. Francisco; contra elle concentraram a sua ar-

Digitized by Google

tilheria de maior calibre, e conseguiram effectivamente reduzil-o dentro em pouco a ruinas; mas d'um reparo, que haviam levantado á pressa, continuaram ainda os Portuguezes a repellir os assaltos, até que se resolveram a desamparar o presidio, porque já não tinha, a bem dizer, pedra sobre pedra. A sua retirada foi comtudo uma retirada de leões, porque, ao largarem o forte ao inimigo, ainda se mantiveram n'um revelim, surprehendendo os assaltantes, quando se julgavam senhores das ruinas, e obrigando-os, mais uma vez, a desapoderada fuga.

Um desastre grave para uma guarnição diminuta como a de Chaul compensou entretanto a gloria d'este successo. Umas casas, que serviam d'antemural á fortaleza, quasi demolidas pelo inimigo, foram desamparadas pelos Portuguezes. Antes de as desampararem porém quizeram os nossos minal-as; os Indios apresentaram-se a tomar posse, e, emquanto se preparava a mina, protrahiram alguns Portuguezes a defeza. No ardor do combate uma panella de polvora arrojada por um assaltante veiu inflammar a mina principiada, e voaram pelos ares muitos inimigos, mas tambem quarenta soldados nossos, e dos melhores, perda sensivel para a defeza.

Animados por isto, quizeram os inimigos aproveitar o successo para darem um assalto ao baluarte da Cruz, proximo das casas derrubadas, mas foram repellidos como sempre. Entre os valentes que defenderam o baluarte, distinguiram-se Henrique de Bittencourt, que pelejava com a mão esquerda, porque perdera a direita n'um combate anterior, e Domingos do Alamo, que no caso da mina tivera os pés abrazados, mas que não deixou por isso de combater sentado e com uma lança na mão.

Além das casas destruidas pela explosão da mina, outras havia que serviam tambem d'obras avançadas á fortaleza; eram umas casas que pertenciam a Nuno Velho Pereira, e que estavam proximo do convento de S. Diniz. Um bombardeamento de quarenta e dois dias reduzira-as a um montão de ruinas, mas ainda assim os nossos as defenderam briosamente, renovando-se uma vez uma façanha, que já em Diu se practicara, de combaterem sem amparo de baluarte, os Portuguezes um contra cem. Effectivamente, quarenta soldados nossos defenderam victoriosamente as ruinas contra quatro mil inimigos.

Afinal entendeu-se que era melhor abandonarem-se as casas, mas tambem minando-as. Repetiu-se, com mais fructo d'essa vez, o que se intentára já, e a explosão só matou os inimigos triumphantes.

Exaltados os nossos com estas successivas victorias, não temeram affrontar os inimigos em campo aberto, e por um acto de indisciplina, que d'esta vez foi coroado d'exito, fizeram uma sortida sem ordem do seu capitão, causando ao inimigo uma perda de cento e cincoenta homens. Estava-se no principio d'abril, furioso com a má fortuna das suas armas, quiz o rajah do Nizam intentar um assalto, que preparou, redobrando a actividade do bombardeamento, e foi repellido. Tractou de ver se compellia os pequenos rajahs da visinhança, que não haviam entrado na liga, a ajudarem-n'o na empreza; mas não só o ensejo não estava sendo já muito convidativo, como tambem a politica habil do governador de Damão, Alvaro Pires de Tavora, lhe inutilizou as suas intrigas.

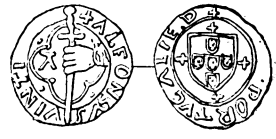
O que temos que admirar n'esta occasião são as elevadas qualidades de general que distinguiam D. Luiz de Athayde. Não se imagine que, por elle estar cercado em Gôa pelo poderoso exercito de Hidal-Khan, deixava d'acudir ás ou-

Digitized by Google

tras fortalezas sitiadas. A sua vista de aguia pairava sobre toda a India portugueza, descortinava os pontos ameaçados, e sabia soccorrel-os com soldados, que distrahia da defeza de Gôa sem pôr em risco a capital do nosso imperio. Chaul, cuja guarnição, apezar das suas successivas victorias, estava extenuada e muito reduzida, cuja fortaleza, já desprotegida por antemuraes, pois que todas as casas proximas dos baluartes as demolira o canhão, estava sendo um acervo de ruinas onde os defensores e os assaltantes combatiam quasi peito a peito, Chaul deveu a sua salvação á intelligente previdencia de D. Luiz de Athayde. Effectivamente, no principio d'abril, quando Luiz Freire d'Andrade se preparava para resistir, como podesse, aos ultimos e desesperados assaltos do inimigo, mas já sem grande esperança d'exito feliz, appareceram na barra de Chaul duas galés de Gôa, commandadas por Manuel de Mello e Ruy Gonçalves da Camara, e logo depois quatorze pequenas embarcações, commandadas por Jorge Pereira, e trazendo a bordo duzentos soldados, os quaes, passando por cima do corpo dos inimigos que se lhe quizeram oppor, entraram na fortaleza, onde foram reanimar o esforço dos defensores, que não sabiam como louvar a vigilancia e a abnegação do heroico vice-rei.

O soccorro valia mais ainda pelo effeito moral do que pelo auxilio de munições e soldados. Effectivamente, os inimigos julgaram primeiro Gôa desassombrada, e o rajah do Nizam começou a temporizar, procurando apenas entrar a furto na cidadella. Quando soube que o cerco de Gôa continuava, intentou um assalto, que se deu no dia 29 de junho de 1571, mas os seus estavam fatigados do longo assedio, e desanimados por verem que principiavam a chegar soccorros aos Portuguezes; estes estavam pelo contrario cheios de esforço e de coragem. O inimigo foi repellido: completamente desalentado, resignou-se então a levantar o cerco.

Quasi ao mesmo tempo que se levantava o cerco de Gôa, mas, antes de seguirmos as peripecias d'essa notavel acção militar dos nossos antepassados, é forçoso que vejâmos o que haviam feito esses quatro mil cavallos, que, segundo vimos, corriam os campos de Baçaim para inquietarem as fortalezas dos arredores, e impedirem-n'as de soccorrer Chaul. Só intentaram comtudo uma entrepresa contra o pequeno forte de Karange, situado entre Chaul e Damão. Foram sitial-o dois mil ginetes, com seis peças d'artilheria; mas o commandante do forte, Estevam Perestrello, nem sequer se limitou a esperal-os por traz das suas muralhas. Fez uma sortida apenas com setenta homens, surprehendeu os inimigos no acampamento, desbaratou-os completamente, e regressou victorioso ao seu forte com as armas e os mantimentos dos assaltantes.



Ceitil, de D. Affonso V

Mas vejâmos agora D. Luiz d'Athayde, cercado em Gôa, repellir a cada assalto o inimigo impaciente, e, tranquillo no meio da porcella, como habil almirante, resguardar o navio que o tem a bordo do embate das ondas, e seguir com olhar attento as restantes embarcações da esquadra, para as salvar dos mares que ameaçam affundal-as.

O exercito d'Hidal-Khan, segundo assevera Diogo Barbosa Machado, compunha-se de setenta e cinco mil infantes, trinta e cinco mil ginetes, dois mil elephantes e trezentas e cincoenta peças de artilheria. Distribuiram-se os inimigos pelas margens do rio de Gôa, pelos passos de Benastarim, Agaçaim e Sapal, mas o seu principal intento, como logo D. Luiz d'Athayde percebeu, era inter-

Digitized by Google

ceptarem a corrente do rio, afim de por elle entrarem na ilha. Para isso construiram uma grande quantidade de complicados engenhos; deixou-os D. Luiz de Athayde concluir a sua tarefa, e depois enviou secretamente D. Pedro de Castro e Miguel de Castro, Diogo Barradas e Fernando de Vasconcellos com tres peças de campanha a destruirem-lhes as machinas. Deram pleno cumprimento ao seu proposito os que estavam d'isso encarregados, e os inimigos, vendo frustrada a sua empreza depois de tamanho trabalho, voltaram a sua attenção para a fortaleza de Benastarim, contra a qual concentraram todo o fogo da sua artilheria, que effectivamente causava bastente damno. Como era este o posto de mais perigo, passou logo para elle D. Luiz d'Athayde, e, mandando levantar um muro de madeira terraplenado, que amortecia as ballas, conseguiu resguardar a fortaleza e os seus defensores, que zombavam agora do trovejar dos canhões, e a cada instante faziam sortidas, que traziam n'um continuo alarme o acampamento inimigo, parecendo que eram os Indios os sitiados e os Portuguezes os sitiadores. Muito se distinguiram n'essas sortidas D. Jorge de Menezes Baroche, D. Pedro de Castro e Lançarote Picardo. Antonio Fernandes de Chale ia com quatro fustas interceptar os mantimentos que vinham para o acampamento inimigo, e, saltando em terra com cincoenta homens, incendiava quatro aldeias e cincoenta navios de carga. D. Paulo de Lima, governador da fortaleza de Rachol, fazia sortidas com egual exito. Ao mesmo tempo chegavam a Gôa duas esquadras, a de Diogo de Menezes, que desbaratára completamente a frota colligada dos principes do Malabar, e a do celebre Luiz de Mello da Silva, que vinha de Malaca, onde destroçára a frota do sultão d'Achem, sempre ameaçador para essa nossa longinqua possessão.

Com a chegada d'estes soccorros, não só D. Luiz d'Athayde mandou, como vimos, auxilio efficaz a Chaul, mas tambem pôde multiplicar as sortidas, não deixando respirar nem um instante os sitiadores. Antonio Fernandes de Chale com cento e vinte homens desbaratou tres mil Indios; logo em seguida, n'uma só noite, ordenou o vice-rei cinco sortidas por differentes pontos, commandadas por Manuel Dias Picoto, Damião de Sousa, D. Antonio de Castro, João Gomes da Silva e Martinho de Vasconcellos, que pozeram em completa perturbação os arraiaes d'Hidal-Khan.

Resolveu este comtudo emprehender um assalto, para se vingar ao menos das continuadas investidas de D. Luiz d'Athayde.

Seguindo sempre o systema de transformar em offensiva uma guerra defensiva, o vice-rei mandou contra os assaltantes D. Fernando de Monroy, que, surprehendendo-os na marcha, os destroçou completamente sem os deixar sequer approximar-se das muralhas.

Era já chegado o mez de julho, e Hidal-Khan nada conseguia. Incitado por elle, o rajah visinho d'Onor foi sitiar esta nova fortaleza, que D. Jorge de Moura commandava, com um exercito de cinco mil infantes e quatrocentos cavallos. Apezar de cercado, D. Luiz d'Athayde não hesitou em mandar Antonio Fernandes de Chale em soccorro d'Onor com duas galés e oito fustas. Com este reforço, D. Jorge de Moura fez uma sortida, e desbaratou os assaltantes, tomando-lhes toda a artilheria.

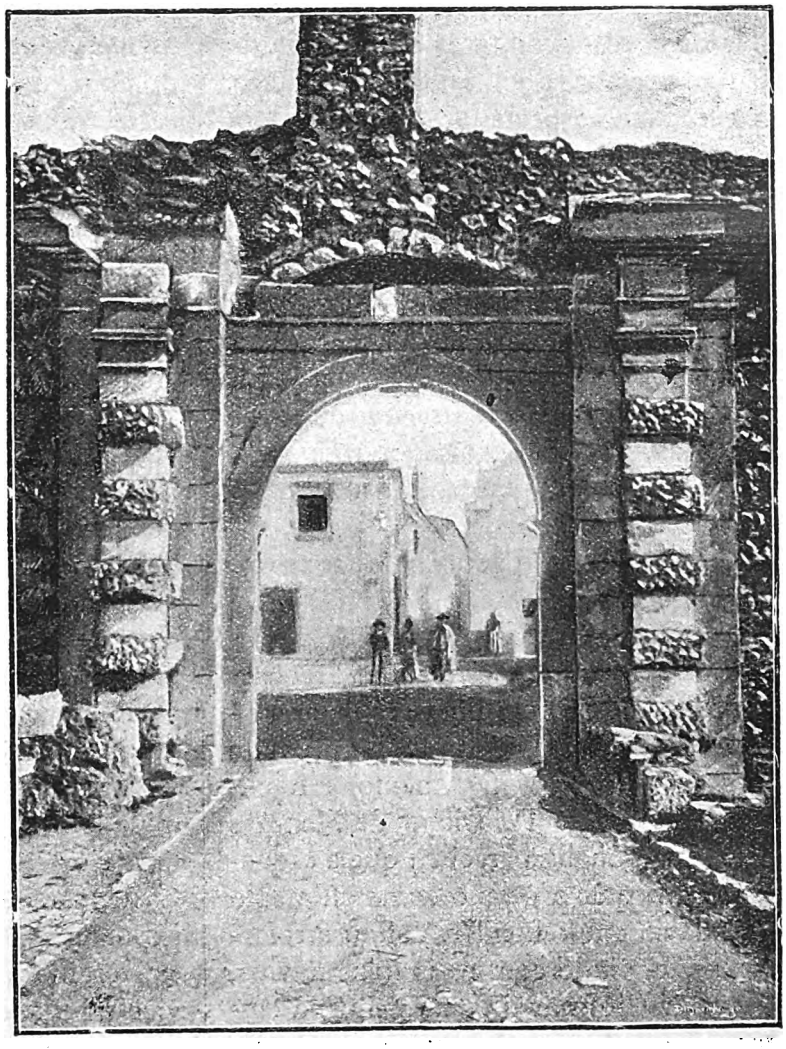
Completamente desalentado, Hidal-Khan, vendo que nada conseguia senão desmantellar com o seu bombardeamento os muros de Gôa, mas sem que a actividade de D. Luiz d'Athayde sequer lhe permittisse tentar um assalto fructuoso, vendo tambem que o seu alliado do Nizam levantára o cerco de Chaul, resol-

Digitized by Google

veu-se egualmente a afastar-se depois de sete mezes d'assedio, levando comsigo, apoz tão porfiada lida, apenas a vergonha da derrota.

Não tardou o soberano do Nizam a pedir pazes ao vice-rei, que lhe foram concedidas, assignando-se o tractado no dia 24 de julho de 1571. Hidal-Khan seguiu-lhe o exemplo, mas D. Luiz d'Athayde quiz punil-o mais severamente: as negociações protrahiram-se; veiu n'este meio tempo D. Antonio de Noronha substituir no governo da India a D. Luiz de Athayde, isto mais demoras causou; a paz afinal só foi assignada no dia 13 de dezembro de 1571.

Vimos o que fizeram dois dos colligados; mas nada dissémos ainda ácerca do terceiro, cujas operações foram comtudo mais felizes do que as dos seus alliados. O Samori tinha de sitiar Chale, como sabemos; deixou porém os seus alliados entrarem em linha nos fins de 1570, e elle não abriu a campanha senão em junho de 1571. A razão que para isso tinha era começar na India o inverno n'esse tempo, e não poder por conseguinte Chale ser soccorrido, por mar, de Gôa ou de qualquer outra cidade do Malabar portuguez. O seu exercito constava de cem mil homens e quarenta peças de artilheria: a fortaleza de Chale contava apenas sessenta defensores, entre moços e velhos, sãos e enfermos. O governador D. Jorge de Castro, vendo que o Samori não rompêra as hostilidades quando os outros as tinham rompido, julgára que elle se tivesse afastado da alliança, e estava completamente desprevenido para um cêrco.



PORTA D'EVORA

O Samori, com habilidade notavel, dispôz o seu exercito de maneira que tornasse difficultosissimo qualquer soccorro, porque pôz na barra de Chale vinte peças de artilheria, e fortificou a praia. D. Jorge de Castro pediu logo soccorro para Cochim, onde estava já,

Digitized by Google

chegado da Europa n'essa occasião, o novo vice-rei D. Antonio de Noronha. Quiz elle mesmo ir soccorrel-o e partiu com uma náu e duas fustas; mas teve de parar deante da barra, em presença dos obstaculos levantados pelo inimigo. Uma fatal indecisão se apoderou do animo do vice-rei, que estava muito longe de possuir os talentos militares e a energia do seu antecessor, e alli estaria, assistindo, talvez, como espectador desinteressado, á tomada de Chale, se um valente portuguez, Francisco de Sousa Pereira Camello, não equipasse uma almadia, e, embarcando n'ella com quatro soldados, e bastantes mantimentos e munições, não atravessasse com rara bravura a esquadra de quarenta paráos inimigos que alli cruzava, e, por entre um chuveiro de balas, não conseguisse introduzir-se na praça, onde foi recebido com extraordinario alvoroço.

Era comtudo pequeno o soccorro para tamanhas necessidades como padecia a fortaleza, e D. Antonio de Noronha deu ordem a D. Diogo de Menezes para que fosse com uma esquadra lançar soccorros na fórtaleza, e provel-a principalmente de mantimentos e munições. Chegando D. Diogo de Menezes deante de Chale, percebeu que a esquadra era pequena para o commettimento que devia emprehender. Voltou a reforçar-se, e, vindo com mais treze navios, conseguiu introduzir uma pequena embarcação, abarrotada de provisões, na fortaleza. Entretanto o Samori, vendo que a invernia levantava e que os soccorros começavam a apparecer, ordenou um assalto geral. Foi repellido com extraordinario denodo. Mas a guarnição portugueza, já bastante diminuta, ainda mais reduzida ficára com os estragos da horrida peleja, e redobrára a necessidade de reforço. Deliberou D. Diogo de Menezes, por conseguinte, soccorrer Chale, custasse o que custasse, e no dia 30 de setembro de 1571, entre uma chuva de balas, e apezar da resistencia dos inimigos, forçou a barra, e, auxiliado por uma sortida dos inimigos, poude lançar tropas na fortaleza, perdendo apenas quarenta homens. Feito isto, voltou para Cochim, d'onde tencionava regressar com soccorro maior. Effectivamente, voltou d'ahi a tempo com mil e quinhentos homens, mas encontrou a fortaleza rendida!

Como succedêra isto?

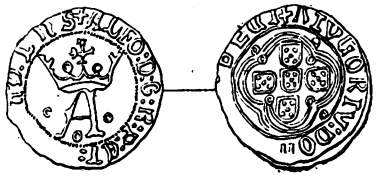
D. Jorge de Castro, o governador de Chale, era um velho de oitenta annos. A edade não lhe affrouxára os brios, e no assalto que repellira, bastantes provas déra da verdura da sua coragem, animando com a espada na mão os seus soldados, e apparecendo sempre nos postos de mais perigo. Mas a edade por isso não perdia os seus direitos, e denunciava-se por fraquezas de outra ordem. O velho governador era casado com uma senhora nova ainda, a quem consagrava aquelle amor submisso que é caracteristico dos velhos enamorados. D. Philippa de Castro, assim se chamava a esposa do velho governador, estava longe de ser uma heroina, e a extremidade a que chegára a fortaleza assustára-a extraordinariamente. D. Jorge de Castro tambem tremia dos perigos a que expunha a sua juvenil esposa. Emquanto estiveram deante da barra, primeiro o vice-rei, depois D. Diogo de Menezes, a honra militar, falando mais alto ao seu espirito, impediu-o de tractar de qualquer concerto com o inimigo, mas apenas elles se afastaram, sua esposa tantas supplicas lhe dirigiu, com tão vivas côres lhe pintou o horroroso quadro do estado a que ficaria reduzida com a continuação do assedio, que o valente mas enamorado velho, que não cedêra aos mais rudes assaltos, cedeu ás lagrimas de sua mulher, e assignou uma capitulação pela qual entregava Chale em po-

Digitized by Google

der do inimigo. Dias depois, como dissémos, chegava D. Diogo de Menezes, e, encontrando realizado esse acontecimento, percorria em vingança a costa do Malabar, destruia muitas fortalezas do Samori, e queimava quantos navios encontrava das esquadras do mesmo soberano.

Sem querermos attribuir, mais do que devemos, á indole do chefe o procedimento dos subordinados, não é comtudo notavel que fosse só depois de ter acabado o governo de D. Luiz d'Athayde que os Portuguezes soffressem o unico desastre que esta colligação terrivel lhes occasionou? Effectivamente, D. Luiz d'Athayde partira para Lisboa, aonde chegou no dia 3 de julho de 1572, fazendo no domingo 29 de julho a sua entrada solemne, e sendo recebido por el-rei D. Sebastião com pompa excepcional e extraordinarias honras.

Muito se lhe devia com effeito; o prestigio do nome portuguez restabelecêra-o elle, e a elle se deve a consolidação, ainda por muitos annos, do nosso imperio oriental, que só se desmoronou aos golpes dos Hollandezes e Inglezes. Não tinha D. Luiz d'Athayde, segundo crêmos, altas qualidades politicas, ainda que a guerra constante durante os tres annos do seu governo não lhe deu ensejo para as desenvolver; entretanto a conquista de Bracelor e Onor, honrosa para o general, não abona muito a intelligencia politica de D. Luiz d'Athayde, porque a ampliação das nossas conquistas não podia já senão fazer-nos mal; mas em talentos militares parece-nos tambem que não seria muito inferior a Affonso d'Albuquerque. Foi brilhante a sua defeza de Gôa, e mais ainda a rara previdencia com que soube dirigir a resistencia geral das praças portuguezas contra os Indios colligados. Optimo disciplinador, soube restituir aos Portuguezes as virtudes militares, que iam começando a perder nos regalos do luxo do Oriente. Este grande nome de D. Luiz d'Athayde resplandece pois no occaso do nosso poder, como o de Affonso d'Albuquerque na aurora do nosso dominio. Mais nos demorámos na historia do seu governo, porque estes sons de gloria de-



Ceitil, de D. Affonso V

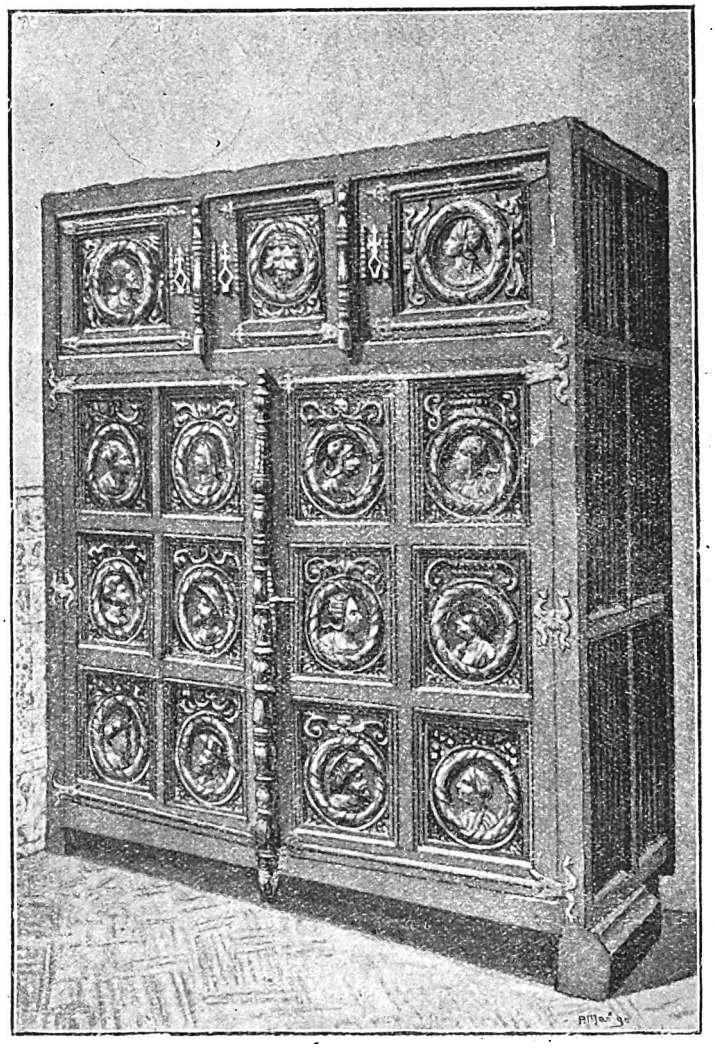
leitam-nos o ouvido, que vae escutar apenas os tristes clamores da desgraça e do vilipendio.

Emquanto D. Luiz d'Athayde colhia tão viçosos laureis no Oriente, uma expedição desgraçada cobria de cadaveres portuguezes os palmares de Moçambique, fecundados desde o seu descobrimento até hoje por tanto sangue nosso. Vimos que, emquanto D. Constantino de Bragança governava a India, um missionario portuguez, Gonçalo da Silveira, fôra martyrizado no Monomotapa. Para vingar a sua morte, expediu el-rei D. Sebastião Francisco Barreto, que fôra governador da India, com tres navios e mil homens, sendo commandantes dos dois navios, em que o chefe não içára o seu pavilhão, Lourenço de Carvalho e Vasco Fernandes Homem. O intento da expedição era não só exigir do negro soberano do Monomotapa uma satisfação pela morte de Gonçalo da Silveira, mas tambem descobrir e explorar as abundantes minas de prata que se dizia haver nos sertões de Moçambique.

Partiu Francisco Barreto de Lisboa no dia 16 de abril de 1569, e, depois d'uma prolongada e pouco feliz viagem, chegou a Moçambique no dia 16 de maio de 1570. Alli se demorou a subjugar uns Mouros revoltados, e com vinte barcos partiu emfim pelo rio de Cuama

Digitized by Google

no dia 3 de novembro de 1571, e no dia 18 de dezembro chegou a Sena, capitaneando setecentos arcabuzeiros, apparato militar que infundiu grande terror aos Cafres, e os fez dispersarem-se á sua approximação, fazendo não obstante uma guerra traiçoeira, envenenando os alimentos. Emquanto proseguia a sua marcha, enviou Francisco Barreto embaixadores ao imperador de Monomotapa, titulo que os nossos chronistas dão ao chefe d'aquellas regiões. Partiram estes no dia 17 de novembro de 1572, foram bem recebidos, concedeu-se-lhes tudo o que se pedia, mas nem por isso deixavam os Cafres de hostilizar as nossas tropas, tendo Francisco Barreto de dispersar um corpo de seis mil homens que se lhe oppoz. De minas não encontrámos vestigio, nem os Cafres deram esclarecimentos para ellas se descobrirem. Assentando em Chicova o seu arraial, ahi deixou Francisco Barreto duzentos homens commandados por Antonio Cardoso d'Almeida, e voltou a Tete a buscar soccorros.



PORTALEGRE — ARMARIO NA EGREJA DO SEMINARIO

Apenas elle partiu, os Cafres saltearam os Portuguezes, e ainda que foram constantemente repellidos, reduziram pela fome a taes extremos os cercados, que estes, extenuados e em pequeno numero, preferiram morrer combatendo a ser victimas da fome, e, fazendo uma sortida desesperada, foram buscar a morte nas fileiras dos inimigos. Poucos escaparam, e, quando a noticia d'este desastre chegou a Francisco Barreto, por tal modo o impressionou que adoeceu, e morreu d'ahi a pouco tempo. Assim terminou esta infausta expedição. A Africa tinha de ser, durante este reinado, em todos os seus pontos fatal aos Portuguezes. Entretanto a D. Luiz d'Athayde succedia na India D. Antonio de Noronha, seu decimo-primeiro vice-rei, e vigesimo quinto governador. Era ainda parente de Affonso d'Albuquerque, filho de D. Martinho de Noronha, e de D. Guiomar d'Albuquerque, sobrinha do grande homem. Não bastava porém o parentesco para que elle herdasse as altas qualidades do fundador do nosso imperio oriental.

Teve logo no principio do seu governo

Digitized by Google

DEFEZA DE MALACA

Digitized by Google

a perda de Chale, e em seguida o Grão-Mogol, que se assenhoreára do reino de Cambaya, veiu sitiar Damão, de que era governador D. Luiz d'Almeida, que pediu soccorro ao vice-rei. Partiu este em pessoa em seu auxilio com uma esquadra de cinco galeões, nove galés, oito galeotas, e noventa fustas, mas, quando chegou a Damão, encontrou já o Grão-Mogol disposto a pedir paz, tanto porque vira que não podera tomar de subito a fortaleza, como porque sentia fremente debaixo dos seus pés o conquistado reino de Cambaya. Ao mesmo tempo Bracelor era tambem sitiado pelos rajahs visinhos á testa de seis mil homens; mas, pedindo o commandante da fortaleza Ruy Gonçalves da Camara soccorro ao vice-rei, e mandando-lhe este duas esquadras, uma de cinco fustas, e outra de doze, tanto bastou para que se levantasse o assedio.

Succedeu por este tempo, em 1572, um facto, que bem mostra não pezar já sobre os Portuguezes a rigorosa disciplina de D. Luiz d'Athayde, disciplina sem a qual não era possivel sustentarmo-nos na India. Com effeito, D. Henrique de Menezes, capitaneando uma esquadrilha de seis navios, tomou duas náus do Hidal-Khan; mas depois, arrojando uma tempestade os seis navios á praia, cahiram os Portuguezes nas mãos dos inimigos, e D. Henrique de Menezes foi preso na fortaleza de Belgaum, d'onde a muito custo sahiram, porque Hidal-Khan estava indignado com o procedimento dos nossos. Effectivamente, a 13 de dezembro de 1571 tinham-se assentado pazes com este soberano, e logo no anno seguinte, sem respeito pela fé jurada, se lhe fazia a affronta de lhe tomarem duas naus! Como era possivel haver nunca tranquillidade na India, como era possivel ser jámais estavel o nosso dominio?

Entretanto Malaca era sitiada de novo pelo sultão de Achem com uma esquadra de noventa e tantas vellas, que traziam a bordo sete mil soldados. Foi feliz no primeiro impeto, e Malaca, julgando a sua perda proxima, invocava a clemencia do Altissimo, irritado pelas devassidões que, segundo diz Diogo Barbosa Machado, faziam de Malaca a Ninive do extremo Oriente. Appareceu porém n'este ensejo Tristão Vaz da Veiga com uma nau, e todos confiaram d'elle a salvação da fortaleza. O valente Portuguez não hesitou em incumbir-se d'essa missão, apezar de dispôr apenas da sua nau, de outra d'um mercador de Cochim, de tres galeotas velhas, e de cinco fustas, faltas de munições e d'artilheria, de tripulantes e de soldados. Investiu comtudo a armada do inimigo, e com tal impeto que a destroçou completamente, obrigando-a a vergonhosa fuga, e livrando assim Malaca do aperto em que se vira.

No Brazil fôra nomeado, para succeder a Mem de Sá, D. Luiz Fernandes de Vasconcellos, que partiu para a America, mas cuja viagem foi extremamente infeliz. Primeiro, na altura das Canarias, uma das naus, afastando-se da esquadra, foi tomada por um corsario protestante, que deu a morte a quarenta Jesuitas, que n'ella iam capitaneados pelo padre Ignacio d'Azevedo, e que hoje a Egreja venera como martyres; depois, proximo já das costas do Brazil, o resto da esquadra foi atacado por cinco navios protestantes, morrendo no combate o proprio governador. Em consequencia continuou Mem de Sá a governar o Brazil.

Na Africa septemtrional o acontecimento mais notavel, succedido durante estes primeiros annos do governo pessoal de D. Sebastião, foi a morte de Ruy Lourenço de Carvalho, o heroe que estava governando interinamente Mazagão, no principio do celebre cerco. Fôra elle depois nomeado governador de Tanger, e alcançára já dos Mouros uma pe-

Digitized by Google

quena victoria, quando foi increpado por D. Sebastião, por ser pouco activo na guerra. Estimulado por esta reprehensão de uma creança estouvada e temeraria, o velho soldado de Mazagão sahiu a campo com trinta soldados e, encontrando dois mil inimigos, não lhes recusou o combate. Os Mouros investiram com o valor que os distingue, e Ruy de Sousa, combatendo heroicamente, caiu afinal traspassado por cento e dez feridas, mas sem arredar pé! Os restantes fidalgos conseguiram com as suas lanças abrir caminho para Tanger, onde se refugiaram.

Foi então que el-rei prestou justiça ao valente soldado, a quem uma palavra sua déra a morte.

Infelizmentre approximava-se o tempo em que esta indole temeraria e irreflectida havia de produzir mais agros fructos. Era chegado o anno de 1574, em que D. Sebastião havia de intentar a sua primeira expedição á Africa, expedição que serviu apenas para lhe aguçar o appetite da segunda, tão desgraçada. Como as coisas mais felizes concorrem para o infortunio, quando, no relogio da Providencia, sôa a hora da perda de um homem ou de um povo! Quem dirá que as gloriosas victorias de D. Luiz de Athayde, na India, haviam de contribuir para o desastre de Alcacer-Kibir? E assim foi comtudo. Os laureis conquistados no Oriente por esse general illustre excitaram a emulação de el-rei, que não sonhava já senão em ouvir o seu nome repetido pela fama com tanto louvor como o de D. Luiz de Athayde. Os louros que não podia ir á India ceifar, quiz ao menos segal-os na Africa, mais proxima: ai! nem um ramo de cypreste cortou ao menos, para lhe assombrar o tumulo ignorado.

CAPITULO XXII

Primeira expedição á Africa em 1574 — Morte de Luiz Gonçalves e desvalimento de Martim Gonçalves da Camara — Os novos favoritos — Preparativos para a nova expedição de 1578

O terror e a consternação foram grandes quando, no mez de agosto de 1574, el-rei D. Sebastião desappareceu de subito, sem que ninguem soubesse d'elle. Veiu tranquillizal-os em parte uma carta datada de Lagos de 20 de agosto de 1574, em que el-rei dava noticia da sua intenção de passar á Africa, entregava a regencia do reino a seu tio o cardeal infante D. Henrique, e ao mesmo tempo convidava os fidalgos que o quizessem seguir a ir procural-o ao Algarve. Houve um clamor geral entre os cortezãos, que diziam que el-rei nascêra para tribulações do reino, e que não havia modo de lhe cohibir as temeridades, porque n'esta occasião desprezára, não só os conselhos do cardeal-infante e da rainha D. Catharina, a quem já não ouvia muito, mas os do seu proprio confessor, Luiz Gonçalves, até ahi omnipotente no seu espirito.

El-rei, para não ter que soffrer a opposição do seu conselho, preparára isto

Digitized by Google

muito em segredo. Mandou para Tanger como governador, em substituição de Ruy de Sousa de Carvalho, o prior do Crato D. Antonio, filho do infante D. Luiz, e depois foi elle mesmo para Cintra com o pretexto de passar alli os tempos calmosos do estio. Entretanto acabava de se construir em Lisboa uma galé real; a 15 d'agosto veiu elle a Belem assistir ao embarque de tropas n'essa galé e em outras duas, e ordenou secretamente a D. Fernando Alvares de Noronha, commandante da esquadrilha, que o fosse esperar a Cascaes. A 17 d'agosto partiu D. Sebastião para essa villa, acompanhado pelo duque de Aveiro, pelo conde de Vimioso, e outros muitos fidalgos de primeira plana, e embarcou, partindo logo para o Algarve.

D'ahi passou a Ceuta, onde foi recebido com toda a solemnidade pelo commandante da praça, o marquez de Villa Real. Gastou a maior parte do tempo em caçadas, sem encontrar ensejo para um combate, porque os Mouros, assustadissimos com a noticia da chegada do rei de Portugal, e julgando que toda a christandade ia desabar sobre elles, nem ousavam fazer a mais leve incursão.

Vendo pois que não satisfazia em Ceuta os seus ardentes desejos, passou D. Sebastião a Tanger, e, como não estava satisfeito com o commando do prior do Crato D. Antonio, tirou-lh'o e deu-o a D. Duarte de Menezes. Por este tempo começavam a chegar de Portugal instantes supplicas a D. Sebastião para que voltasse ao reino, e entre outras uma eloquente, como sempre, do auctorizado e talentoso bispo do Algarve, D. Jeronymo Osorio. El-rei comtudo permanecia inflexivel no seu designio. Veiu n'esta occasião o governador de Mequinez com algumas tropas, por ordem do emir de Marrocos, para vêr que exercito acompanhava el-rei. Apanhou este pelos cabellos a occasião de combater, e sahiu logo a campo com a guarnição da cidade. Houve um breve combate, em que os Portuguezes practicaram muitas façanhas, incitados pela presença do seu rei, mas que logo findou, retirando-se os Mouros, porque vinham apenas como exploradores, retirada comtudo que D. Sebastião não deixou d'attribuir ao prestigio da sua presença.

Julgando então que poderia ser conquistador de todo o Marrocos, accedeu aos conselhos dos seus fidalgos, e voltou ao reino, não porque se deixasse vencer pelas suas razões, mas porque desejava reunir forças maiores do que as que levára, que eram simplesmente mil cavallos e quinhentos infantes, para intentar a expedição que premeditára. No dia 2 de novembro de 1574 estava em Lisboa, tendo durado apenas dois mezes e meio a sua ausencia.

Esta curta viagem bastára comtudo para introduzir uma alteração profunda na organização das influencias cortezãs. Pela primeira vez el-rei deixára de ser acompanhado pelos dois irmãos Camaras, e os fidalgos militares que o haviam seguido a Tanger empregaram todos os meios para se apoderarem d'esse espirito tão facil de captar.

Tres principalmente lograram chamar sobre si as boas graças do monarcha: um, pela gloria que lhe illustrava o nome, foi D. Alvaro de Castro, o filho mais velho de D. João de Castro, o homem que tanto se distinguiu na India debaixo das vistas de seu pae; o outro, Christovam de Tavora, pela sua temeraria valentia, e Luiz da Silva pelas suas prendas cortezãs de lisongeiro. Estes tres fidalgos formaram entre si um verdadeiro triumvirato, que protestou que havia de derrubar os dois validos padres. O seu chefe natural foi D. Alvaro de Castro, como mais atilado e experiente. Não lhe foi difficil encontrar no orgulho o ponto vulneravel do juvenil soberano. Soube

Digitized by Google

dar-lhe a entender que o povo o considerava menos como rei do que como pupillo obediente de Martim Gonçalves. D. Sebastião fingiu não entender as allusões encobertas, mas a vaidade ferida verteu-lhe sangue, e, voltando a Portugal, vinha muito menos bem disposto a favor do escrivão da puridade.

Este practicára entretanto uma grave imprudencia: irritado por ter sido conferida ao cardeal infante D. Henrique a regencia, que melhor entendia dever competir-lhe a elle, retirára-se para o convento de Bemfica, e não quizéra servir o seu cargo debaixo das ordens do cardeal.

Este offendeu-se gravemente, e D. Sebastião não se agradou muito do orgulho que tal procedimento revelava, e da confiança plena que Martim Gonçalves affectava ter na indulgencia, ou antes na subserviencia do seu real pupillo.

Entretanto D. Sebastião começava a dar provas sensiveis de que desejava emancipar-se da tutella de Martim Gonçalves. D. Alvaro de Castro era nomeado vedor da fazenda, sem para isso ser ouvido o escrivão da puridade, e em 1575 Christovam de Tavora era elevado ao cargo d'estribeiro-mór, sem que Martim Gonçalves tambem de tal soubesse, antes d'effectuada a nomeação.

A conspiração tomava forças sem que Martim Gonçalves, cégo pelo orgulho, se preparasse para a destruir. O partido dos fidalgos moços, dirigidos por D. Alvaro de Castro, esse encanecido já nas luctas da guerra e da diplomacia, alliou-se com o partido da rainha, e, como penhor de alliança, começou a encarecer indirectamente a el-rei as elevadas prendas de Pedro d'Alcaçova, antigo secretario de D. João III, inabalavel partidario de D. Catharina, que expiava no exilio a sua fidelidade á sua causa.

Para melhor se ligarem entre si, uma irmã de Christovam de Tavora casou com Luiz da Silva, e outra com Luiz d'Alcaçova, filho mais velho do secretario. Fortificados tambem, segundo parece, com o appoio secreto de Philippe II de Hespanha, os validos dirigiam mais abertamente os ataques contra o escrivão da puridade, e finalmente n'uma viagem que el-rei fez ao Algarve, e á qual Martim Gonçalves commetteu a imprudencia de o não acompanhar, vibraram-lhe os golpes decisivos.

MARTIM AFFONSO DE SOUZA

D. Alvaro de Castro disse claramente a el-rei que os dois irmãos Camaras nada entendiam d'administração, e que as suas leis financeiras haviam arruinado o reino e impossibilitado por muito tempo, o que era ainda mais sensivel para el-

Digitized by Google

rei, uma expedição séria contra os Mouros d'Africa.

D. Sebastião nada respondeu, mas ficou pensativo. D. Alvaro de Castro, habil diplomata, completou a impressão produzida, destacando como atirador um agente subalterno, João de Castilho, a quem el-rei permittia os mais familiares motejos, e que lhe entregou um requerimento, ousando dizer-lhe que sua alteza podia despachar aquelle papel, porque emquanto não voltasse a Lisboa, era ainda rei de Portugal.

Esta zombaria feriu o orgulho do soberano, mais do que todas as advertencias, e, quando regressou á capital, a perda de Martim Gonçalves estava resolvida.

Comtudo essa decisão não foi tomada immediatamente, mas um ultimo acto de louco orgulho de Martim Gonçalves fez transbordar o vaso.

Pois elle devia ter tomado mais conta em si, porque a morte do padre Luiz Gonçalves, seu irmão, a 15 de março de 1575, privava-o do seu mais solido esteio.

Esse é que até á ultima hora da existencia conservou intacto e inabalavel o affecto do monarcha.

Ouçâmos Rebello da Silva contar-nos a queda do omnipotente valido.

«D. Maria de Noronha, viuva de um dos irmãos de Martim Gonçalves, enlevada em um homem de condição inferior á sua, deu-lhe a maior prova de amor, esposando-o em segundas nupcias. Resentiu-se o valido, como de uma affronta pessoal, e, costumado a satisfazer os caprichos, vingou o orgulho ferido, ferindo em nome da justiça real a desgraçada senhora. Ordenou que a manietassem com algemas, e que, depois de conduzida pela cidade, exposta á vergonha, sobre uma mula, a sepultassem em um dos carceres da torre de Belem.

«O estrondo e os alaridos com que se fez a diligencia, e a brutal aspereza com que a levaram pelas ruas, foram tão crueis, que D. Maria imaginou que a arrastavam ao cadafalso, e, apenas se viu defronte da porta de Santo Antonio, precipitou-se da cavalgadura para se valer do asylo do templo, mas cahiu com tal descompostura, por trazer as mãos atadas, que todos os parentes o estranharam como notavel affronta.

«Sabendo-o a rainha, doeu-se egualmente muito da injuria publica, feita a uma dama de qualidade, e sem demora foi queixar-se a el-rei, seguida dos fidalgos que os vinculos do sangue uniam de perto á ultrajada senhora.

«As vozes de tantas pessoas nobres, clamando ao soberano que acabasse de conhecer as violencias que o ministro empregava, decidiram D. Sebastião, e, quando o valido, confiado no antigo ascendente, ousou apparecer-lhe, poude perceber logo, pelas sombras de que se carregou o semblante do principe, que a sua queda estava resolvida.

«El-rei voltou-lhe as costas sem falar, e da sua camara mandou-lhe perguntar com que auctoridade determinára similhante prisão.

«Martim Gonçalves viu que tinha expirado o seu imperio, e saiu do paço para não tornar a entrar n'elle [1].»

No dia 7 de maio de 1576 um decreto reorganizava o ministerio, chamando aos conselhos da corôa Manuel Quaresma Barreto, D. Francisco de Portugal e Pedro d'Alcaçova Carneiro.

O cardeal-infante, que trabalhára muito contra Martim Gonçalves, seu figadal inimigo, não ficou porém muito satisfeito com a entrada de Pedro de Alcaçova para o ministerio.

O verdadeiro ministro agora, o homem influente, passou a ser D. Alvaro de Castro. A sua reconhecida intelligen-

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, etc. t. I, pag. 87.

Digitized by Google

cia e a auctoridade do seu nome talvez houvessem desviado el-rei do rumo fatal que seguiu, se não o viesse arrebatar a morte em 1577, pouco tempo depois de subir ao poder.

Os outros validos de el-rei não sabiam nem podiam senão lisongeal-o, e nem tinham auctoridade, nem animo, nem experiencia para lhe apontarem os perigos a que se ia expôr. O mais honesto e desinteressado, Christovam de Tavora, partilhava infelizmente as opiniões de el-rei, e, temerario como elle, anciava por se distinguir nos campos de batalha a que o chamava o seu ardente valor.

D. Sebastião, livre de todo o freio, não pensou mais senão em apressar os preparativos da sua cubiçada expedição. A Pedro de Alcaçova confiou elle o encargo de implorar a alliança de Filippe II de Hespanha, e de lhe pedir o auxilio necessario para que a Peninsula, vingando por uma vez a affronta de Guadalete, levasse ao coração de Marrocos a bandeira da cruz.

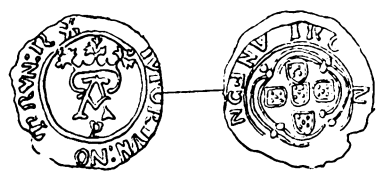
Para facilitar a conclusão do tractado, D. Sebastião auctorizava o seu embaixador a pedir a Filippe II em casamento sua filha Izabel Clara Eugenia, como outr'ora auctorizára o embaixador em França a pedir a Carlos IX a mão de Margarida de Valois, a fim de o resolver a entrar n'uma cruzada contra os infieis.

D. Sebastião não se decidia a acceitar mulher, senão quando se preparava para achar meio de a deixar viuva.

Pedro de Alcaçova acceitou a missão sem ter confiança no resultado d'ella, conhecendo bem como conhecia a indole muito pouco cavalheiresca de Filippe II e os seus habitos de politica dilatoria.

Effectivamente, Filippe II nomeou o duque d'Alba para conferenciar com o plenipotenciario portuguez; este logo percebeu, pelo modo como o duque levava as negociações, que não queria senão entretel-o, e que a Hespanha não estava resolvida a emprehender uma cruzada contra os Mouros.

Vendo pois a impossibilidade de obter uma concessão, e não querendo expor-se a uma recusa que o desauctorizaria no espirito do seu monarcha, Pedro de Alcaçova soube persuadir aos dois reis



Ceitil, de D. Affonso V

que decidissem a questão n'uma entrevista, e que até esse momento se conservasse tudo suspenso.

Era um modo habil de se esquivar ás difficuldades em que seu amo o collocára.

A entrevista aprazou-se para o Natal de 1576, nas festas do mosteiro de Guadalupe.

O tio e o sobrinho encontraram-se effectivamente, e devia ser curiosa a entrevista d'esses dois soberanos de tão diversa indole. Seria curioso vêr em presença de D. Sebastião, tal como o descrevemos, o sombrio Filippe II, tal como o descreve Charles Lacretelle:

«Filippe defendera-se contra as innovações religiosas pelos cadafalsos e pelas fogueiras; contra os privilegios dos seus subditos e o seu espirito de independencia, por um despotismo que derrubava tudo quanto não podia nivelar; contra os seus remorsos, pela sua superstição e pela sua submissão ao Papa. Insensivel e duro, sem custo fabricára para seu uso uma falsa consciencia; no longo curso de um reinado malfazejo, foi sempre triste e nunca pareceu agitado. Apresentava como um merecimento o repellir prazeres que para elle seriam apenas uma fadiga, e orgulhava-se do seu amor pelo trabalho, quaesquer que fossem os resultados d'elle. Povoava a sua côrte de delatores, e os Estados visinhos de

Digitized by Google

espiões; a Europa sempre tinha que temer alguma calamidade nova, de cada vez que um galeão do Mexico entrava nos portos de Hespanha.

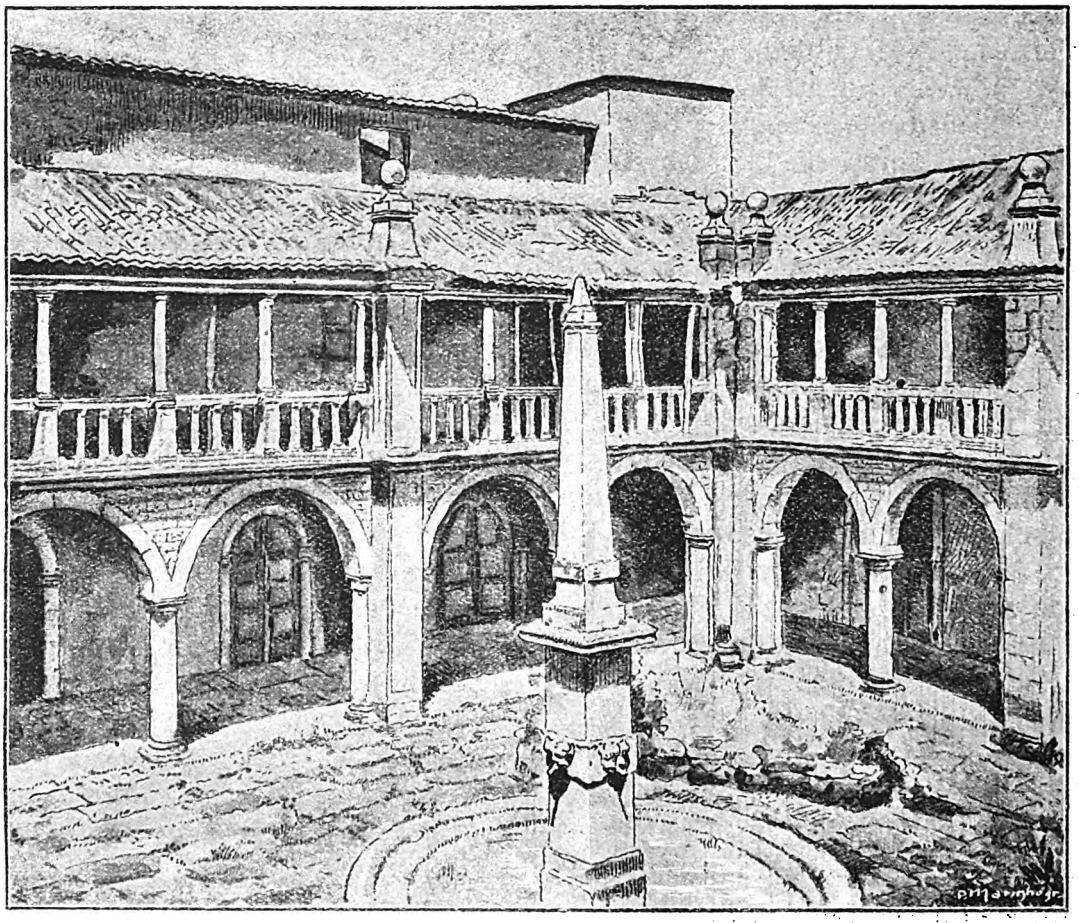
«Tão severo na sua magnificencia como no habito da sua physionomia, parecia não proteger, mas tolerar as lettras e as bellas artes. Diga-se o que se quizer ácerca dos seus projectos de monarchia universal, a verdade é que pensava antes em perturbar os Estados do que em conquistal-os. Julgava a sua vontade grande e forte, porque era tenaz; queria que dentro e fóra do seu reino fosse feita a sua vontade; emfim julgou reinar como um representante de Deus, e os seus povos chamaram-n'o o demonio do Meio-Dia.[1]»

[1] Charles Lacretelle, *Histoire de France pendant les guerres de religion.*

Devemos dizer comtudo que Filippe II n'esta occasião não deu senão prudentes conselhos a seu sobrinho, procurando desvial-o da expedição a que ia arriscar a sua pessoa.

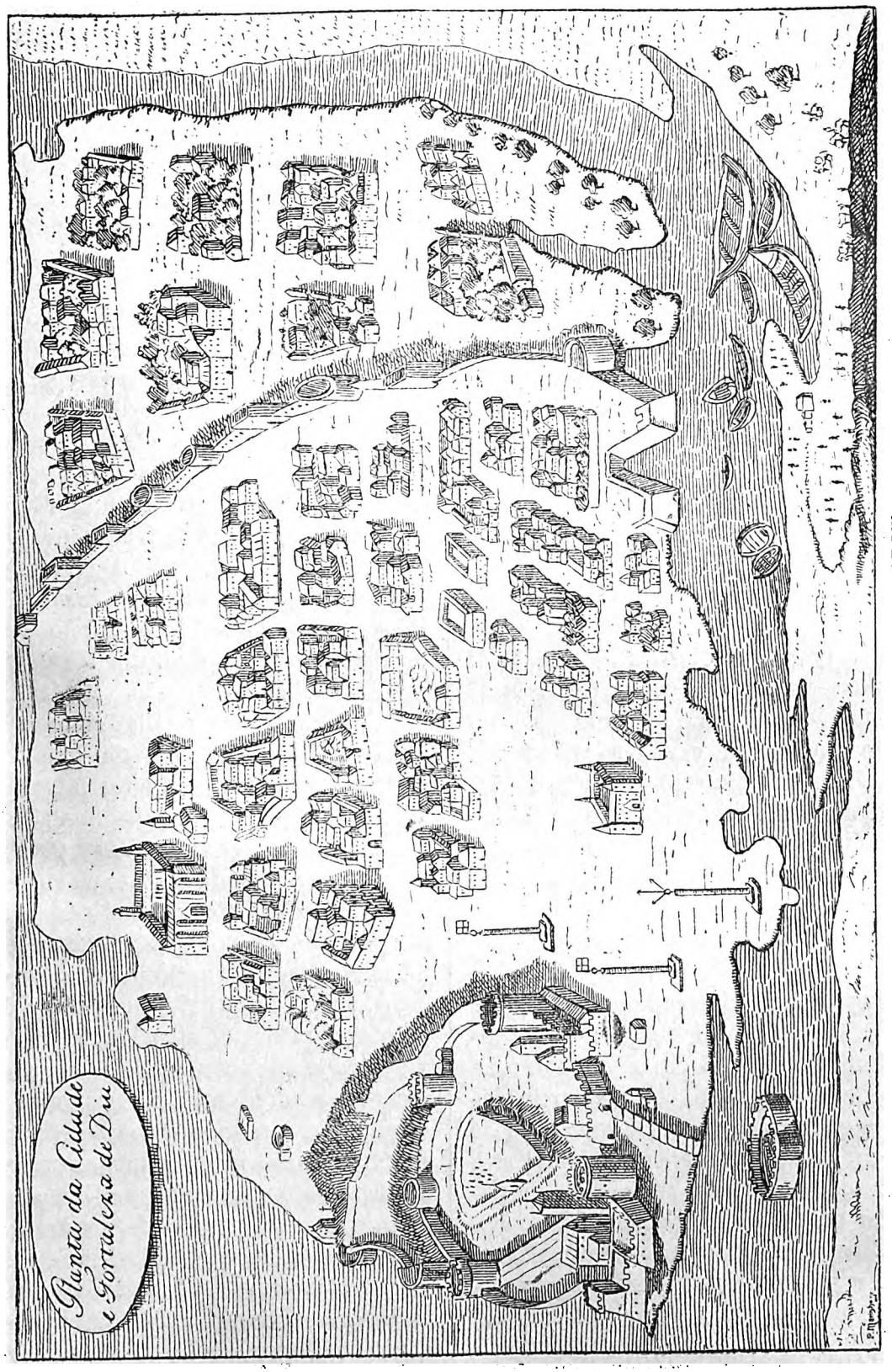
D. Sebastião allegava que o facto de terem os Turcos ajudado Muley-abd-el-Melek a subir ao throno de Marrocos tornava perigosa para a Peninsula a visinhança de um porto como Larache, ou El Araish, d'onde os corsarios marroquinos podiam saltear impunemente as costas de Hespanha e Portugal. Entendia portanto D. Sebastião que se devia tomar esse porto, e era essa a intenção, ou antes o pretexto da expedição do soberano portuguez.

Mas a isso redarguiu-lhe D. Filippe que não merecia a pena para expedição



CLAUSTRO DE LORVÃO

Digitized by Google



PLANTA DA CIDADE E FORTALEZA DE DIU

Digitized by Google

de tão pouca monta ir-se arriscar pessoa tão importante.

O duque d'Alba, que acompanhava Filippe II na entrevista, offerecia-se até para passar o estreito, e obter o fim que D. Sebastião se propunha; mas o nosso monarcha estava por tal fórma cego pela vaidade juvenil, que suppoz que estes conselhos os dictára a Filippe II a inveja, ao duque d'Alba o desejo de lhe furtar a gloria de tal feito!

Vendo a obstinação do sobrinho, Filipe II não insistiu mais, e, recusando-se habilmente a auxilial-o com efficacia, limitou-se, para o não descontentar, a prometter-lhe um soccorro de cincoenta galés e cinco mil homens, accedendo sem a minima difficuldade ao ajustado casamento entre D. Sebastião e a infanta D. Izabel, o que tudo se resolveu por novas entrevistas do duque d'Alba e de Pedro de Alcaçova.

Não podemos dizer que Filippe II mostrasse n'esta entrevista o desejo de arrastar seu sobrinho á ruina; o desastre immenso de Alcacer-Kibir não havia olhos humanos que o podessem antevêr; desde a expedição de D. João I a Ceuta, haviam sido tão constantemente venturosas as expedições portuguezas, que ninguem podia sonhar com a probabilidade de uma derrota como a de Alcacer-Kibir.

Suppôr comtudo tambem que Filippe não soube preparar-se para todas as eventualidades, que desaproveitou uma occasião qualquer de grangear partidarios, e que não premeditou aproveitar-se da primeira circumstancia para lançar a garra sobre o visinho reino, seria desconhecer o caracter de Filippe II e a constante ambição da casa de Austria, que fôra sempre reunir debaixo de um mesmo sceptro os dois reinos da Peninsula Hispanica.

Foi para conseguir isso que se estipulou que, no caso de não haver por morte de D. João III descendentes directos da corôa portugueza, passaria esta a cingir a fronte do filho de D. Maria, infanta de Portugal, e de Philippe de Castella.

Por isso foi D. Sebastião tão *desejado* pelo povo, sempre tenaz adversario dos planos ibericos.

No retiro do mosteiro de S. Justo, Carlos V, que, contra o que se suppunha antes da abertura dos archivos hespanhoes á investigação dos historiadores, trabalhava ahi na politica tão activamente como antes da sua abdicação, Carlos V pensou ainda em assegurar ao seu neto D. Carlos, pela influencia que tinha em sua irmã D. Catharina, e por intermedio e coadjuvação do geral dos Jesuitas S. Francisco de Borja, a corôa portugueza, que já cingia comtudo a fronte do seu outro neto D. Sebastião.

«Joanna *(a mãe de D. Sebastião)*, diz Prescott, sentiu-se lesada pelo testamento do seu sogro *(D. João III)*, porque tinha mais direitos do que Catharina á regencia e á tutella, e enviou D. Fradique Henriquez de Gusman com cartas de protesto para a rainha regente e para alguns dos principes fidalgos.

«O enviado parou em Yuste para instruir o imperador do objecto da sua missão. Carlos viu logo o mal que faria a intervenção de sua filha n'este negocio delicado; sem hesitar, apoderou-se dos despachos, e substituiu-lhes outros dirigidos a sua irmã Catharina: deplorava a desgraça que acabava de a ferir e offerecia-lhe as consolações d'um irmão dedicado. Ao mesmo tempo, escreveu a Joanna para lhe dizer o que fizera, e reprehendel-a meigamente por haver projectado uma cousa d'onde podia provir uma desintelligencia séria entre as côrtes de Hespanha e Portugal; terminava essa paternal reprimenda lembrando-lhe quanto importava para os membros d'uma mesma familia viverem amigavelmente uns com os outros. O partido

Digitized by Google

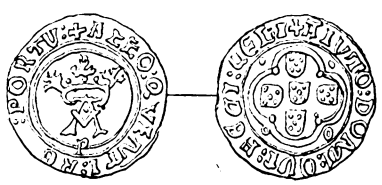
tomado tão promptamente pelo monarcha, n'essa occasião, mostra que continuava a exercer, no seu retiro, uma auctoridade absoluta, respeitada por aquelles mesmos que occupavam as mais altas posições do Estado.

«Ao mesmo tempo que punha sensatamente obstaculo aos designios de sua filha, Carlos V abria em pessoa negociações com a rainha-regente de Portugal, com o fim de assegurar a seu neto Carlos a corôa d'esse reino, se o joven Sebastião morresse[1].»

Prescott continúa narrando que a negociação foi confiada a S. Francisco de Borja; que este, fazendo a viagem a pé, fatigou-se, foi atacado por uma febre perigosa, e esteve quasi a morrer n'uma terra da fronteira. Diz mais que a negociação mallogrou-se, porque D. Catharina não ousou ferir abertamente o espirito nacional dos Portuguezes, mas a verdade demonstrada por Mr. Mignet, que transcreve no seu livro[2] as cartas de S. Francisco de Borja a Carlos V datadas de 6 a 12 de outubro de 1557, é que D. Catharina não ousou desobedecer abertamente a seu irmão, e que se mostrou disposta a fazer-lhe a vontade. N'essas cartas usava-se d'uma cifra especial; Francisco de Borja tinha o pseudonymo de *Pedro Sanchez*, D. Catharina o de *Catalina Diaz*, D. Sebastião o de *Sebastião Diaz*, Carlos V o de *Micer Agostino* e Phillipe II o de *Santiago de Madrid*, Portugal era *Perpignan* e Castella *Milão*.

Pois *Pedro Sanchez* affirmava que *Catalina Diaz* estava disposta a obedecer a *Micer Agostino*, como se fosse *Santiago de Madrid*.

A resposta era clara, e effectivamente tractou-se de se promulgar uma lei que indigitava D. Carlos para successor da corôa, no caso de morrer o joven rei de Portugal[1]. D. Catharina conhecia os perigos de similhante promulgação, mas não se atrevia a reagir contra a influencia omnipotente do grande imperador. Quando, porém, este morreu, a 21 de



Ceitil, de D. Affonso V

setembro de 1557, deixou-se cahir a coisa em esquecimento, e nunca mais se pensou na promulgação d'essa lei, que decerto offenderia altamente o espirito patriotico dos Portuguezes.

Parece-nos, pois, que Filippe II, sem prevêr o infausto (para elle feliz) successo que lhe havia de lançar no regaço a corôa portugueza, não deixava de preparar os acontecimentos, principalmente fazendo todo o possivel para impedir os diversos casamentos de D. Sebastião, e até mesmo, quando lhe prometteu sua filha, pediu que essa promessa ficasse occulta, allegando pretextos frivolos, mas naturalmente para que podesse a todo o tempo retiral-a, prolongando ainda mais a indefinida demora do casamento do rei de Portugal.

E entretanto este não pensava senão na fatal jornada d'Africa; desprezava todos os conselhos que o desviavam do seu intento, e aproveitava o minimo pretexto, a mais leve palavra, que escapasse, no meio das objurgatorias, aos seus sisudos conselheiros, para fortalecer a sua opinião, e rebater com uma oração incidente todo o texto de um discurso desfavoravel.

[1] Prescott, *Vie de Charles Quint à Yuste*. Traduction française de G. Renson, pag. 95.

[2] Mignet, *Charles Quint, son abdication, son séjour et sa mort au monastére de Yuste*. Cap. 6.º, Pariz, 3.ª edição.

[1] Cartas de Carlos V a Filippe II, de 31 de março e de 7 de abril de 1558. Gachard, *Retraite et mort de Charles-Quint au monastère de Yuste*, vol. 2.º, pags. 368, 369 e 370.

Digitized by Google

Querendo desviar D. Sebastião da sua pertinacia em permanecer em Tanger na expedição de 1574, o bispo Osorio não ousava desaconselhar a el-rei que levantasse mão da guerra santa, mas dizia-lhe que, exgotando assim os recursos de Portugal em pequenas luctas, não teria nenhuns quando fosse preciso emprehender uma expedição mais importante.

A occasião asada para essa expedição dizia Osorio que seria aquella em que dissenções intestinas entre os Mouros favorecessem o ataque dos Christãos.

Quiz a fatalidade que essa occasião apparecesse pouco tempo depois do passeio militar a Tanger e Ceuta, e D. Sebastião, triumphante, reduziu a silencio os oppositores, entre os quaes sobresahia D. Jeronymo Osorio, com as proprias palavras do venerado bispo do Algarve.

Busquêmos, com Rebello da Silva, as origens remotas d'estas dissenções, que deviam proporcionar a el-rei D. Sebastião o pretexto para a sua malfadada empreza.

No principio do seculo XVI havia na Mauritania dois reinos ou imperios, o de Fez, onde reinava Mohammed-el-Oatar, e o de Marrocos, governado por Muley-Naçar-Bugentuf. Sublevações continuadas os inquietavam, e os Portuguezes, aproveitando o ensejo, tomavam essas praças todas que o feliz D. Manuel accrescentou á herança que recebêra de D. João I, D. Affonso V e D. João II.

Mas por este tempo, na provincia de Drah, começou a tornar-se notavel um feliz aventureiro, que se inculcava descendente do propheta, que se chamava Mohammed-ben-Hamed, e que, pela austeridade do seu viver, pelo ardor do seu fanatismo, attrahiu em torno de si numerosos partidarios. Mohammed tinha um plano definido; para o executar enviou á romaria de Mekka seus dois filhos Mohammed e Hamed, que de lá voltaram com o prestigio que sempre rodeia os hadjis ou peregrinos da cidade santa, e com uma reputação theologica e litteraria que lhes valeu a intimidade do sultão de Fez, e o governo de varias provincias que este imprudentemente lhes concedeu e que não tardaram a sublevar-se por instigações dos governadores. Resumindo a narração, diremos que dentro em pouco os felizes filhos de Mohammed estavam senhores não só de Fez, mas tambem de Marrocos. Um d'elles cingia a corôa imperial, o outro era nomeado vice-rei das mais importantes provincias.

Mas achou este pequena a recompensa, travaram-se discordias entre os dois irmãos, e o revoltoso cahiu debaixo do cutello do algoz. Este exemplo sanguinolento foi seguido pelo filho do vencedor, que, subindo ao throno, para n'elle se conservar seguro, não poupou a vida nem dos irmãos, nem dos sobrinhos, seguindo as barbaras maximas do despotismo oriental.

De tantas victimas porém que Abdallah immolára, duas escaparam, foram seus dois irmãos Abd-el-Mumin e Abd-el-Melek, denominado el-Moluk. Estes, prevendo a sorte que os esperava, fugiram para Tlemecen, d'ahi passaram a Argel. Ahi mesmo porém os foi buscar o punhal dos sicarios d'Abdallah. Abd-el-Mumin foi morto, mas Abd-el-Melek logrou escapar-se e embarcar para Constantinopla. Isso bastava para punição das crueldades do fratricida soberano.

Abd-el-Melek, dotado d'um engenho vivo, e educado assim na escola da desgraça, em breve adquiriu prendas pouco vulgares entre os seus irmãos de crenças e de raça. Resignando-se a servir como simples soldado nas armadas e nos exercitos do sultão, não perdeu comtudo o tempo para se instruir. Adextrou-se nas armas, desenvolveu-se em todos os exercicios corporaes, e aprendeu os segredos

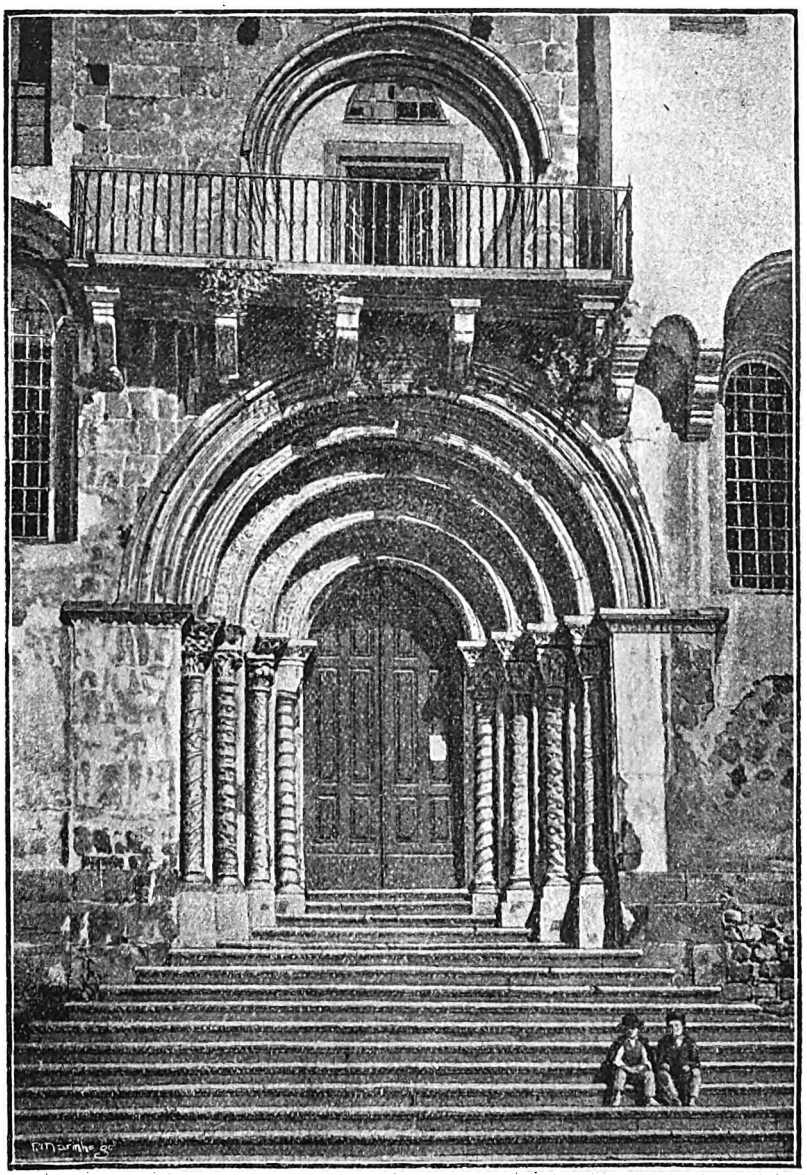
Digitized by Google

da estrategia na escola practica das batalhas.

Não desdenhando tambem as prendas do espirito, impregnou-se, como nenhum dos seus conterraneos, na civilização occidental. Aprendeu o latim, o italiano, o francez e o hespanhol; hauriu com soffreguidão os thesouros do saber que se encerravam nos livros escriptos n'essas linguas, e ao mesmo tempo a sua imaginação d'Arabe, não esterilizada por estes estudos, desentranhava-se em apaixonados versos, e na musica tambem não encontraria facilmente um competidor.

Estava, porém, longe de ser exempto de vicios este modelo de principes, e tinha os que menos se coadunam com tão elevados dotes de intelligencia. Sensual até extremos de obscenidade, todos os seus brilhantes predicados se offuscavam no repugnante delirio da mais sordida embriaguez.

Entretanto, um privado do sultão, Ali-Schiali, distinguira o exilado entre os guerreiros do exercito, e Abd-el-Melek poude cobrar esperanças de voltar triumphantemente ao paiz em que nascêra. Expirára o cruel Abdallah, e seu filho Muley-Hamet, que herdára o sceptro, não tinha qualidades nativas que justificassem o poder de que o fizera depositario o acaso do nascimento. Quiz elle seguir o atroz systema de seu cruel pae, mas, não tendo a mesma energia, não fez senão accender odios sem suffocar resistencias, e angariar partidarios para o seu rival, em vez de destruir obstaculos.



COIMBRA — PORTAL DE S. THIAGO (SECULO XIII)

Muley-Abd-el-Melek, ou antes Muley-Moluk (assim é mais conhecido na historia) aproveitou o ensejo, e, conseguindo o auxilio do sultão, a troco d'um tributo, veiu a Alger, apresentou ao bey

Digitized by Google

as ordens do seu suzerano, e obtendo com ellas um exercito de cinco mil janizaros e alguns canhões, passou a fronteira, derrotou em Ourrochusa, por covardia de Muley-Hamed, o exercito que este commandava, logo em seguida rendeu Fez; sem que esta fizesse resistencia, subjugou a provincia de Sus, e derrotou em nova batalha o seu competidor, obrigando-o a ir implorar um refugio da piedade dos Christãos.

O primeiro sitio a que elle se dirigiu foi á fortaleza hespanhola de Peñon de los Velez, encontrando fechadas as portas. O cauteloso Filippe II não queria de forma alguma arriscar-se a tomar um partido qualquer nas discordias que dividiam a Africa septemtrional.

Muley-Hamed dirigiu-se então a D. Sebastião, pedindo-lhe não só um asylo, mas tambem um auxilio para derrubar do throno o usurpador Muley-Moluk; e para dar mais força ás suas instancias, fez com que um dos poucos homens que se haviam conservado fieis ao seu infortunio, Abd-el-Kerim, entregasse nas mãos dos Portuguezes a praça d'Arzilla, como penhor de confiança.

Exultando de jubilo, ao saber que tinha de novo em seu poder a preciosa conquista de D. Affonso V, D. Sebastião mandou dizer ao proscripto soberano que o esperasse em Tanger, para onde partiria em breve a conferenciar com elle e a restituil-o immediatamente ao throno de seu pae.

Muley-Hamed tremeu com tal noticia, percebendo logo que o intento de D. Sebastião seria conquistar Marrocos para si, em vez de o conquistar para o seu alliado, e por isso redarguiu dizendo que era escusado para facção de tão pouca monta a presença d'el-rei, e que os seus desejos seriam satisfeitos, quando visse chegarem quatro mil homens, commandados por um habil general.

D. Sebastião insistiu, e, vendo que os seus conselheiros instavam com elle para que não passasse a Africa, pediu a opinião d'alguns Mouros que tinha comsigo em Portugal, entre outros Abd-el-Kerim. Deram-lh'a todos favoravel aos seus designios, excepto Sidi-Musa, que, mais leal, não quiz occultar a verdade nem mesmo ao inimigo hereditario da sua crença e da sua raça.

Esse disse portanto que, para restabelecer Muley-Hamed no throno bastava um corpo auxiliar de sete ou oito mil homens, mas que, para conquistar Marrocos nem o quintuplo bastaria, porque esse projecto sublevaria até os mais amigos de Muley-Hamed. Ora, accrescentava o Mouro, a presença d'el-rei no exercito não faria senão confirmar essa suspeita, e produziria por conseguinte pessimos resultados.

Foi debalde; o monarcha a tudo isto só respondeu: «que os Mouros falavam como Christãos, e os Christãos peior que Mouros».

Apezar de ser evidente o desagrado com que el-rei ouvia os conselhos contrarios ao seu proposito, quando elle participou ao conselho d'Estado a resolução que tomára, não houve conselheiro que ousasse approvar-lh'a. Todos lhe fizeram objecções, e a todas as objecções foi surdo o desvairado mancebo.

Respondia apenas que reunira o conselho, não para saber se devia passar o mar, mas para discutir o modo mais conveniente de o fazer.

Em fevereiro de 1578 morreu a rainha D. Catharina sem ter conseguido, com as suas lagrimas, as suas supplicas e a sua auctoridade, desviar seu neto do seu intento.

O cardeal D. Henrique empregou as mesmas instancias sem conseguir melhor resultado; retirou-se então para o arcebispado d'Evora, cujo baculo regia, mas antes d'isso fez com que Fernão de Pina Marrocos e os vereadores de Lisboa re-

Digitized by Google

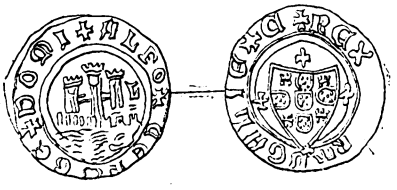
presentassem a el-rei o perigo da sua expedição.

Ouvindo-os sombrio, D. Sebastião redargiu-lhes afinal com tal desabrimento que Fernão de Pina disse logo que fôra o cardeal infante quem o instigára a dar esse passo, o que augmentou as desintelligencias entre el-rei e seu tio.

O duque de Medina-Celi e o conde d'Andrade, embaixadores extraordinarios de Phillippe II, transmittiram os prudentes conselhos de seu amo, e deram ao mesmo tempo noticia de que Abd-el-Melek mandava embora as tropas turcas, se mostrava pouco disposto a ser vassallo do sultão, e por conseguinte removia o perigo que D. Sebastião dissera em Guadalupe ser o que principalmente o movia a emprehender contra Marrocos uma expedição importante. Nada ainda se obteve.

A obstinação de D. Sebastião augmentava na razão directa da insistencia dos conselheiros, e chegava, na aspereza das respostas, a extremos de insolencia. Ousava a criança coroada perguntar ao duque d'Alba, velho guerreiro encanecido nos campos de batalha, se sabia de que côr era o medo, e atirava, como um insulto á face de D. João de Mascarenhas, o heroe de Diu, a accusação de decrepidez. «Senhor, respondia-lhe, com o rubor da indignação a afoguear-lhe as faces, o velho guerreiro, tenho oitenta annos para vos aconselhar, vinte e cinco para vos servir.» Sem se correr d'esta resposta, o insolente mancebo propunha seriamente a um conselho de medicos a questão de saber se com o decorrer dos annos se entibiavam os brios, e os medicos, estupidos lisongeiros, atreviam-se a responder gravemente, que com effeito a coragem enfraquecia com a edade. Assim se expunha á irrisão de meia duzia de fidalgos ineptos, e que, se eram valentes, como depois o mostraram, ainda não tinham feito as suas provas, uma das mais venerandas reliquias das velhas glorias portuguezas.

Para que pesasse inteira sobre D. Sebastião a responsabilidade da desgraça d'Alcacer-Kibir, até o proprio Muley-Moluk lhe mandava fazer propostas honrosissimas, compromettendo-se a



Ceitil, de D. Affonso V

nunca permittir aos Turcos a entrada em Marrocos, e a dar ás cidadellas dos Portuguezes na Africa pastagens e searas nos arredores, bastantes para assegurarem as subsistencias, e acabarem por uma vez com as correrias incessantes que traziam sempre inquietas as guarnições.

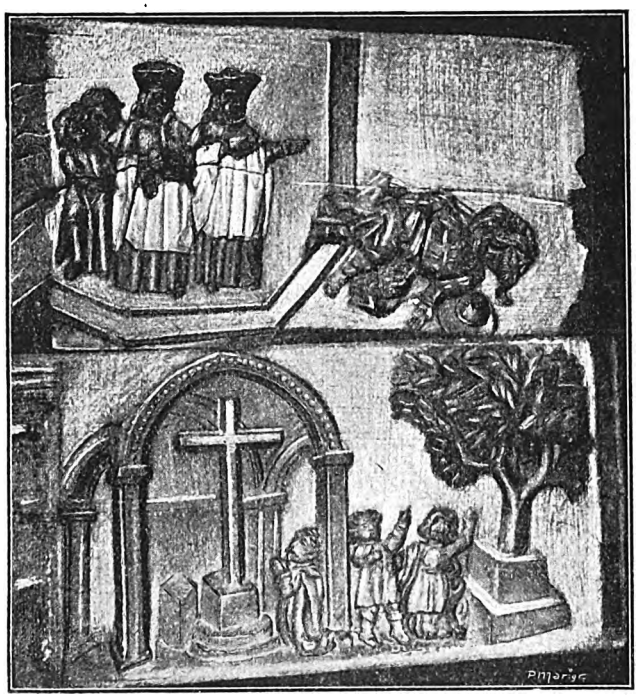
A isto respondeu D. Duarte de Menezes, capitão de Tanger, exigindo que Muley-Moluk entregasse primeiro um certo numero de praças, para depois poder entrar com elle em negociações. A esta exigencia arrogante respondeu Muley-Moluk, dizendo que sobre um ladrilho podre d'Africa daria duas batalhas a el-rei de Portugal, e ao mesmo tempo communicava a Philippe II o que se passara, dizendo-lhe que não só estava disposto a não consentir os Turcos em Marrocos, mas que até ajudaria os Castelhanos na conquista d'Alger se elles a quizessem emprehender.

Philippe II aproveitou logo o ensejo para se recusar ao cumprimento das promessas que fizera a seu sobrinho, e não quiz dar nem as cincoenta galés nem os cinco mil homens. Começava a transparecer o intento do monarcha hespanhol de deixar correr as coisas á revelia, dispondo-se a aproveitar qualquer circumstancia favoravel.

Era já impossivel suster o joven rei

Digitized by Google

na carreira fatal que tencionava seguir. Tractou immediatamente de fazer todos os preparativos para a expedição, preparativos extraordinarios que extenuaram o reino, sem se conseguir apromptar um exercito sufficiente, tão minguados eram n'essa epocha os recursos de Portugal, apezar da apparente opulencia. Lançou-se mão de todos os recursos e empregaram-se todas as exacções.



MILAGRE DO PADRÃO DA OLIVEIRA

O sal foi declarado estanco publico, e com essa base emprestimos usurarios e ruinosos foram contrahidos. Do papa Gregorio XIII obteve el-rei para as despezas da guerra uma bulla de cruzada que produziu avultadas sommas, que não bastaram comtudo. Recorreu-se outra vez ao papa, e obteve-se como subsidio ecclesiastico as terças das egrejas; mas os padres gritaram contra a exacção, apezar de ser para a guerra santa, e gritaram tanto que el-rei teve de fazer uma composição com elles, limitando-se a receber uma somma de cento e cincoenta mil cruzados.

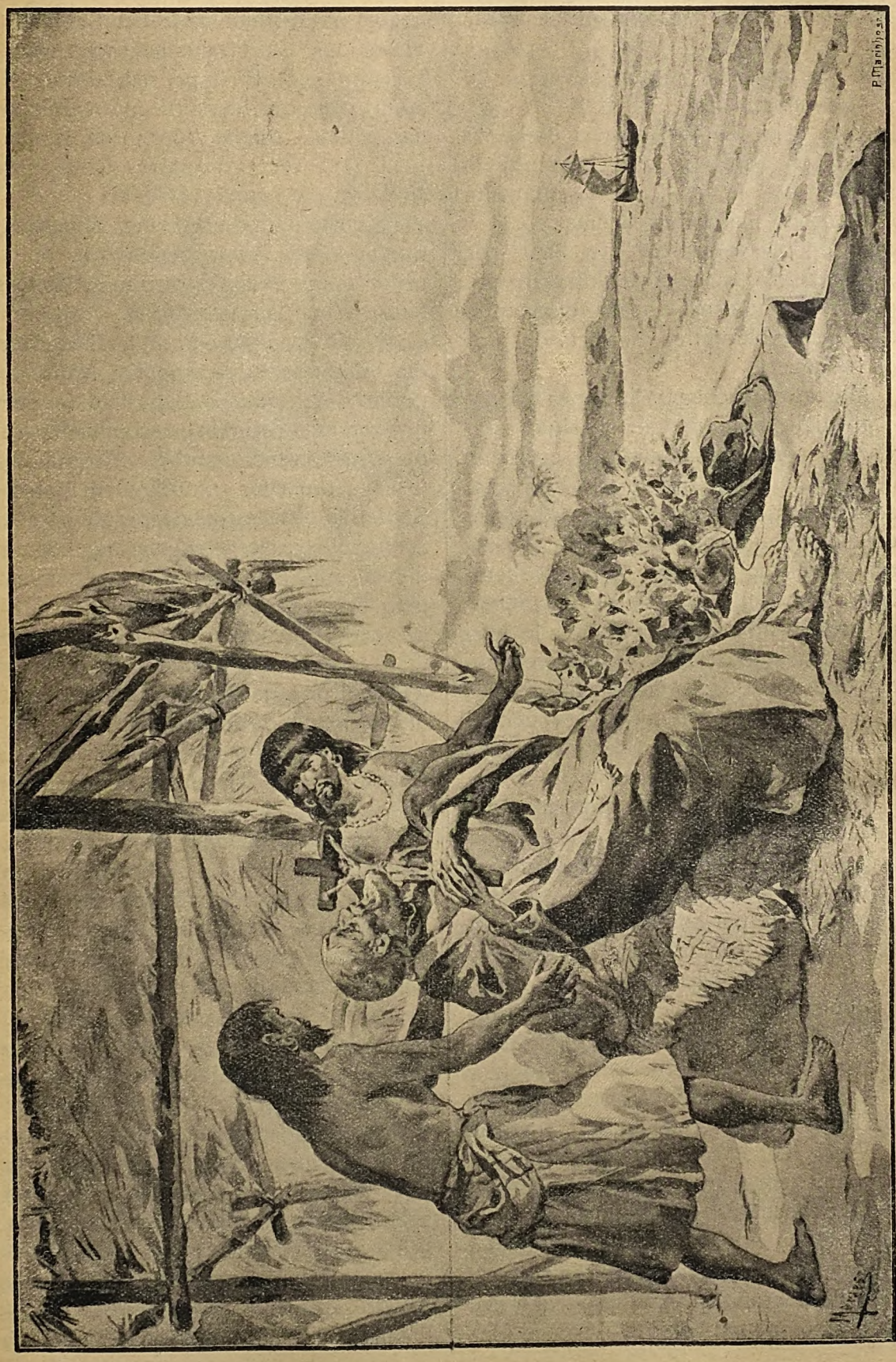
Tudo isto sumia-sa na voragem aberta e insaciavel. Foi necessario ainda um novo tributo d'um por cento sobre as propriedades avaliadas pelo fisco, e mandou-se correr a moeda castelhana com valor ficticio muito superior ao seu valor intrinseco. Era tal a necessidade de dinheiro, e tal o ardor de D. Sebastião, que o proprio fanatismo transigiu com os Judeus, aproveitando estes o ensejo de comprarem por um donativo de duzentos e quarenta mil cruzados o privilegio de não verem os seus bens sequestrados por espaço de dez annos.

Póde-se imaginar o reboliço que similhante medida produziria nos arraiaes da Inquisição: o Santo-Officio de Portugal protestou, e o de Castella empenhou até a auctoridade de Philippe II para se oppôr a tão perigosa indulgencia.

Tudo foi inutil.

«Na carta escripta pelo inquisidor-mór de Castella a D. João da Silva, embaixador de Hespanha, contra a bulla da suspensão de castigos, diz Rebello da Silva, além das rasões theologicas, o prelado invocava tambem motivos menos elevados e mais mundanos do que a conservação da pureza da fé, notando que, não se confiscando os bens aos Judeus portuguezes, era de presumir que os de Castella se acoitassem no paiz, onde se lhes permittia ao menos salvar a fortuna das garras do fisco, e com piedosa commiseração lembrava que da bolsa dos orphãos, e viuvas e donzellas da raça hebraica, sahiria por força a maior somma do donativo, coisa que na sua consciencia melindrosa elle reputava mais iniqua, sendo voluntaria, do que a feliz indigencia a que os sequestros reduziam de repente os contumazes, deixando familias inteiras expostas á miseria, depois do tribunal lhes roubar os chefes para

Digitized by Google



MORTE DE S. FRANCISCO XAVIER

Digitized by Google

os sepultar nos carceres, e muitas vezes para os arrastar ao tragico espectaculo das fogueiras.»

E' curiosa esta commiseração do digno castelhano.

Pois além de todos estes dinheiros ainda foi necessario que se lançassem pedidos aos povos, sem assentimento das côrtes, nas quaes se não pensava; que se collectassem os mercadores de grosso tracto, e que se levantassem emprestimos onerosos, e apezar d'isso muito pouco voluntarios da parte dos que os faziam.

Mas a tanto chegára já n'esta epocha o prestigio da monarchia absoluta, estava tão arraigado nas almas o servilismo cortezão que, apezar de não haver um só magistrado, um só ministro que não entendesse que uma tal expedição era ruinosa e sem proveito, não houve tambem um só que se recusasee a cumprir as ordens do monarcha, havendo pelo contrario muitos que se antecipavam aos seus desejos: e eram os primeiros que, para o lisongearem, lhe propunham as mais vexatorias medidas, afim de se cobrar o dinheiro indispensavel.

Um d'elles foi Pedro Barbosa, que propôz em pleno conselho que se comprasse no estrangeiro o trigo necessario para abastecer o reino, e se vendesse depois por conta régia, tendo assim o Estado o monopolio de um objecto de primeira necessidade.

Rebateu-lhe a opinião Fernão de Pina Marrecos, e ninguem houve, nem mesmo el-rei, que se atrevesse a adoptar uma medida tão iniqua, ficando Pedro Barbosa com a vergonha da proposta.

Vimos como se junctavam recursos, vejamos agora como se dispendiam.

D. Sebastião, para evitar as demoras no levantamento das tropas que haviam mallogrado a expedição de 1574, resolvera fazer grandes levas no estrangeiro. Para isso incumbiu ao escrivão de fazenda, Sebastião da Costa, a missão de alistar na Allemanha tres mil soldados aguerridos. Em Hespanha, com consentimento de D. Philippe, recrutou egualmente tres mil homens, cujo commandante devia ser D. Affonso de Aguilar, tendo por sargentos móres D. Luiz de Cordova e o capitão Aldana.

Era este ultimo um velho soldado do duque d'Alba, experimentado e conhecedor dos segredos estrategicos. Visitára havia pouco tempo a Africa, e, voltando de lá, não occultou a Philippe II as grandes difficuldades da empreza. Não disse porém o mesmo a D. Sebastião, ou porque seu amo assim lh'o recommendasse, ou porque preferisse proceder como cortezão a proceder como homem leal. D. Sebastião obteve d'elle a promessa de o acompanhar; e esta singularidade de um homem que estava intimamente convencido de que a expedição devia ter infeliz exito, auctoriza-nos a suppôr que uma tal adherencia não seria estranha aos projectos que principiavam a germinar na mente de Philippe II.

Por este tempo aportou a Lisboa, de viagem para a Irlanda, uma expedição de soldados italianos, commandados por um Irlandez, Thomaz Sternuile, que o papa fizera marquez de Leinster, e que ia á ilha catholica promover uma revolta contra os protestantes inglezes, que principiavam a seguir na Irlanda a politica perseguidora, que será na historia a eterna macula do anglicanismo.

D. Sebastião aproveitou o ensejo, e propôz a Thomaz Sternuile que o acompanhasse, offerecendo-lhe grandes vantagens. Accedeu o Irlandez, com a condição de que obteria licença do papa, mas depois, muito instado por el-rei, partiu com elle sem esperar a licença.

Para se fazerem com diligencia as levas nacionaes, nomeou D. Sebastião quatro coroneis para os terços que as deviam compôr. Esses quatro coroneis

Digitized by Google

foram Diogo Lopes de Sequeira para o terço de Lisboa, D. Miguel de Noronha para o de Santarem, Vasco da Silveira para o do Alemtejo, e Francisco de Tavora para o do Algarve. As recrutas das outras provincias deviam repartir-se por estes quatro corpos.

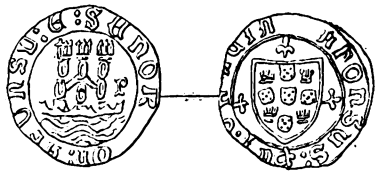
A 20 de maio partiram os coroneis para os seus destinos, mas, julgando abaixo da sua dignidade o occuparem-se dos pormenores do recrutamento, delegaram a sua auctoridade em agentes subalternos, que practicaram violencias e exacções incriveis, alistando os homens que não podiam deixar de ser isemptos, e vendendo escusas a mil e quinhentos réis e a cinco cruzados por cabeça.

Esta especie de recrutamento á Falstaff deu, como era de esperar, os peiores resultados. Em vez de doze mil homens, que se suppozera que o reino devia fornecer, sendo tres mil para cada terço, apuraram-se apenas nove mil, e esses, bisonhos, pouco robustos, e completamente incapazes de supportarem as fadigas de uma guerra como a que se ia intentar.

O corpo mais brilhante, mas que peccava talvez pelo defeito contrario ao dos soldados recrutados, por ser temerario em vez de timido, era o corpo da nobreza. Appellidada para a guerra, não quizera faltar ao chamamento do seu rei, e, agrupados em torno do moço D. Sebastião, commandados por Christovam de Tavora, formavam um admiravel corpo de dois mil homens, especie de batalhão sagrado, milicia aventureira que devia regar abundantemente com o seu fidalgo sangue os areaes de Alcacer-Kibir.

Além d'estes ainda mais quatrocentos fidalgos, capitaneando os seus creados e outros soldados, levantados á sua custa, com os contingentes fornecidos pelas guarnições de Tanger e Arzilla, e com os Mouros de Muley-Hamet, completavam a conta de vinte e quatro mil homens a que subia o exercito, e dos quaes só entraram na batalha dezoito mil.

Assim uma expedição loucamente intentada, ia ser tambem loucamente con-



Ceitil, de D. Affonso V

duzida. Nem se reuniam forças capazes de debellarem um poder tamanho como o que apresentariam em campo os marroquinos, nem se rodeiava el-rei de officiaes habeis, nem punha á sua testa um general capaz de se medir com o habilissimo Abd-el-Melek, educado na boa eschola militar das guerras dos Turcos, nem se aproveitavam sequer os recursos da arte européa, levando o exercito machinas que podessem facilitar os cercos.

Tanta imprevidencia não podia deixar de despertar emfim as esperanças de Philippe II, que era de tudo avisado pelo seu embaixador em Portugal, D. João da Silva. Estamos convencidos de que elle começou a devaneiar a possibilidade de cair um grande desastre sobre D. Sebastião, e de ficar assim desamparado o reino contra qualquer commettimento audacioso e auxiliado pelos partidarios que elle já ia começando a grangeiar.

D'ahi por deante Filippe II não se contentou em assistir aos acontecimentos como impassivel espectador; foi tambem na sombra contribuindo quanto poude para que rebentasse a catastrophe.

D. João da Silva, no officio que lhe expediu a 16 de janeiro de 1578, e que Barbosa Machado transcreve, contava-

Digitized by Google

lhe a inutilidade das supplicas da rainha D. Catharina, moribunda, para demoverem el-rei da projectada expedição; depois contava-lhe minuciosamente uma longa palestra que tivera com o juvenil monarcha. Principiára ella gabando D. João da Silva a brandura do inverno d'esse anno, que convidava á residencia no campo. A isto redargiu D. Sebastião, dizendo que, ainda que não fosse a doença da rainha, sempre teria vindo para Lisboa, porque se approximava o momento da partida.

Depois, aproveitando o ensejo para entrar no seu assumpto favorito, quiz convencer o embaixador de que elle rei é que tinha razão contra todos, de que o duque d'Alba, respeitado em toda a Europa como um dos primeiros generaes do seu tempo, nada percebia das cousas d'esta expedição, e declinou a sua auctoridade, dizendo que o celebre André Doria, que estava então na côrte de Philippe II, saberia comprehender muito melhor o seu plano do que o duque d'Alba o comprehendia. Mencionava depois o embaixador a desproporção enorme dos recursos que se tinham podido reunir em homens e em dinheiro, com a grandeza da expedição que se intentava.

Filippe II lia o officio, e dizia sorrindo para os seus cortezãos mais intimos, se é verdadeiro o que affirma um escriptor nosso: *Vaya en hora buena que, si venciere, buen yerno tendremos, y, si fuere vencido, buen reyno nos vendrá*[1].

Não sabemos se o dito é verdadeiro, mas o que tambem é incontestavel é que dos acontecimentos subsequentes se deduz que estava Philippe II resolvido a não dar um passo para livrar seu sobrinho dos perigos em que ia imprudentemente metter-se.

Se continuava a aconselhar D. Sebastião a que desistisse do seu intento, se continuava a manifestar a sua desapprovação a tal empreza, se o duque d'Alba, seu confidente e valido, com toda a auctoridade da sua experiencia e do seu genio militar, não cessava d'apontar ao rei de Portugal todos os inconvenientes da expedição, é porque seria escandaloso que Philippe II, approvando a empreza, recusasse a alliança. A desapprovação era uma desculpa. E demais a mais o astucioso monarcha bem sabia que indoles como a de D. Sebastião tanto mais se obstinam n'um projecto, quanto é maior a opposição que encontram.

E podêmos julgar isempto de culpa no desastre d'Alcacer-Kibir o filho de Carlos V, quando sabemos que elle negociára com Muley-Abd-el-Melek umas tréguas secretas, e que, para recusar a D. Sebastião as galés e os homens que promettêra, pretextava não só que a expedição não tinha razão de ser, desde o momento que Abd-el-Melek se prestava a expulsar elle mesmo os Turcos do seu reino e até da Africa, mas tambem que a agitação de Flandres e o perigo de Napoles, ameaçada directamente pelo sultão de Constantinopla, não lhe permittiriam distrahir nem um soldado, nem uma galé das suas costas ameaçadas, dos seus Estados revoltados?

Como muito bem nota Rebello da Silva, nem as agitações de Flandres, nem os perigos da Italia obstaram a que elle, dois annos depois, mandasse a Portugal o exercito do duque d'Alba e a esquadra do marquez de Santa Cruz.

Mas este procedimento de Philippe II previra-o Pedro d'Alcaçova, o habil ministro que bem conhecia a indole do astucioso soberano, e, n'uma ultima tentativa que fez para introduzir a luz da

[1] Vá em hora boa, que, se vencer, bom genro teremos, se fôr vencido, bom reino nos virá. Bayão *Portugal cuidadoso e lastimado*, l. 4.º, cap. XII, pag. 126.

Digitized by Google

razão no espirito obcecado do seu joven soberano, agoirava-lhe a falta de cumprimento das promessas de Philippe II, apontando-lh'o como mais um motivo para desistir da empreza.

N'essa memoria, que foi tão inutil como todos os outros conselhos, Pedro d'Alcaçova esclarece tristemente o estado do rei. Apezar de tantos recursos extraordinarios que D. Sebastião levantára, as sommas apuradas subiam apenas a setecentos mil cruzados, ao passo que as despezas se avaliavam em oitocentos mil cruzados, não mettendo em linha de conta as que depois se haviam de fazer em Larache, que se tractava de conquistar e fortalecer convenientemente, e cem mil cruzados que era forçoso mandar com a frota que D. Luiz d'Athayde, conde d'Athouguia, de novo nomeado vice-rei da India, devia levar para o Oriente.

Só os soldados allemães e italianos custavam trezentos mil cruzados; trigos, biscoito, e outros fornecimentos comprados ao estrangeiro, importavam em trezentos e setenta mil. Note-se que esta memoria de Pedro d'Alcobaça foi escripta em 1577, e que d'ahi até que partisse a expedição, as despezas foram cada vez avultando mais, e os contractos onerosos feitos para as supprir foram tambem sendo cada vez mais lesivos para o thesouro.

Não era só Pedro d'Alcaçova quem assim se obstinava a aconselhar el-rei, apezar do mau exito dos conselhos de D. João de Mascarenhas e dos perigos a que se expunha quem ousava contrariar el-rei, embora fosse, como o defensor de Diu, um venerando velho carregado de gloria e de serviços. D. Luiz de Athayde, o primeiro general que Portugal tinha então, foi tambem adverso á jornada, e recusou o cargo de commandante que D. Sebastião lhe offereceu. A gloria militar de D. Luiz de Athayde obrigava el-rei a esta concessão apparente, porque elle sempre estivera resolvido a commandar em pessoa. Como seria porém quasi escandaloso que D. Luiz de Athayde ficasse em Portugal de braços cruzados, ou acompanhasse a expedição como simples voluntario, determinou o monarcha envial-o de novo como vice-rei á India, onde os negocios não corriam bem.

S. FRANCISCO DE BORJA

Assim, parecia que de proposito estava el-rei D. Sebastião preparando um desastre: não contente de intentar uma expedição condemnada por todos, não contente de a intentar com tropas levantadas á pressa, ainda desviava, senão do commando, pelo menos dos seus conse-

Digitized by Google

lhos, a unica espada que podia salvar o exercito, o unico voto que elle talvez não ousasse affrontar, e que eram a espada gloriosa, o voto auctorizado do conde de Athouguia, D. Luiz de Athayde.

Por isso Martim Affonso de Sousa, o velho soldado da India, costumado a falar alto aos reis, não duvidou dizer no paço, e de modo que D. Sebastião o ouvisse: «Assim como se atam os loucos, cujos desatinos podem ser perigosos, porque não prenderemos a este moço que anda induzindo o maior damno para se perder a si e a nós todos?» Como era de esperar estas palavras produziram uma scena violentissima entre o rei e o velho fidalgo, e Martim Affonso de Sousa, o terror da India, cahido no desagrado de el-rei, foi tambem posto de parte. Era mais um soldado heroico, mais um capitão experiente que se desaproveitava.

Nada podia, pois, suspender a acção da fatalidade; antes porém de vermos levantar ferro a armada que vae sepultar em Alcacer-Kibir o rei e o reino, a gloria e a fortuna de Portugal, vejamos rapidamente o que se passava nas colonias, afim de podermos concentrar depois toda a nossa attenção no drama terrivel que em Portugal se desenrola.

Deixámos D. Antonio de Noronha governando a India com frouxidão, mas sem desastre. Levára elle comsigo do reino, entre os capitães das naus, Antonio Moniz Barreto, nomeado para governador de Malaca. Tractou este de seguir para o seu destino, mas quiz primeiro que D. Antonio de Noronha lhe désse tropas e navios. Nem uma nem outra coisa podia conceder o vice-rei, porque estava o thesouro exhausto de recursos. Insistiu Antonio Moniz com violencia, descomediu-se, e D. Antonio de Noronha, em vez de proceder energicamente contra elle, deixou-o queixar-se em alta voz, dar a todos o exemplo da insubordinação, não querendo ir occupar o seu posto, e ficando em Gôa tranquillamente, emquanto intrigava em Lisboa, por meio de cartas, com os ministros de quem era amigo, o vice-rei D. Antonio. O governo portuguez practicou então um acto que por si bastava para dissolver toda a disciplina que ainda houvesse na India. Nos navios que chegaram a Gôa em 1573, veiu ordem ao arcebispo para desauctorar D. Antonio de Noronha, e entregar o governo a Moniz Barreto! Assim o fez o prelado, apezar de estar convencido que practicava uma grave injustiça. D. Antonio morreu de desgosto, e Antonio Moniz subiu ao poder que comprára por tão vís intrigas.

Mas em Lisboa dava-se já tão pouca attenção aos negocios da India, de preoccupado que se estava com as coisas africanas, que succedeu por este tempo esta pasmosa contradicção. Foi ordem de Portugal para ser julgado D. Jorge de Castro, que entregára Chale ao inimigo. Executou-se a ordem, e o infeliz velho, sentenciado, e condemnado á morte, foi decapitado na praça de Gôa, tendo oitenta annos de edade, expiando assim amargamente um erro da sua velhice, uma fraqueza do seu espirito desfallecido, erro e fraqueza que uma vida anterior, cheia de grandes acções, havia resgatado amplamente.

Emfim, assim o exigira o rigor da disciplina militar, posto que se devia ser mais coherente, não punindo as fraquezas n'uns quando se recompensava a insubordinação nos outros. Mas o que é mais curioso é que, pouco tempo depois da decapitação de D. Jorge, chegou de Lisboa ordem nomeando-o para governador de uma praça! Que inacreditavel anarchia reinava já nas repartições coloniaes de Portugal!

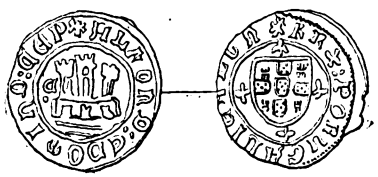
As naus, qui tinham trazido a Antonio Moniz Barreto a sua nomeação para governador da India, traziam tambem a

Digitized by Google

nomeação de D. Leoniz Pereira para seu substituto no governo de Malaca D. Leoniz Pereira era o mesmo que defendera esta cidade contra o sultão d'Achem durante o célebre cêrco de 1567. Sabendo elle, por experiencia propria, quão exposta estava sempre Malaca, não só aos ataques dos sultões confinantes, mas tambem dos differentes régulos de Sumatra e de Java, pediu a Antonio Moniz que lhe désse tropas e navios. Era o mesmo pedido que Antonio Moniz dirigira a D. Antonio de Noronha. Pois negou-lh'os! D. Leoniz Pereira veiu a Portugal queixar-se, porque Antonio Moniz, de tempera differente da do seu antecessor, não lh'o consentiu na India. Nada conseguiu: Antonio Moniz tinha a seu favor os ministros, estava por conseguinte certo da impunidade.

Com estas discussões, Malaca esteve sem governador definitivo, e entretanto foi cercada em 1574 pelo soberano de Japara, um dos reinos da Ilha de Java. Aportára n'essa occasião, de passagem, a Malaca, Tristão Vaz de Veiga, cujo destino era salvar aquella cidade: os habitantes elegeram-n'o para seu chefe, e elle não desmentiu a sua confiança. O exercito dos Jáus era de quinze mil homens; Tristão Vaz despachou um navio a avisar Antonio Moniz do perigo da fortaleza, depois ordenou duas sortidas, tão felizes, que n'uma d'ellas destruiu os entrincheiramentos do inimigo, n'outra queimou-lhe uma porção da esquadra. Afinal, depois de tres mezes de persistentes e inuteis esforços, os Jáus levantaram o cêrco e, perseguidos por João Pereira, que fôra tambem quem dirigira as sortidas que mencionámos, ainda perderam alguns navios. Estava mais uma vez Malaca desassombrada de inimigos.

No Malabar, no anno de 1575, D. João da Costa fazia uma guerra cruel ao Samori, e vingava amplamente a perda de Chale. Em compensação, nas Molucas perdiamos Ternate, fortaleza cimentada com tanto opprobrio e tanto sangue vilmente derramado. N'essas ilhas, sempre déramos o espectaculo dos vicios mais repugnantes, de dia a dia augmentava a desordem, a anarchia, a licença



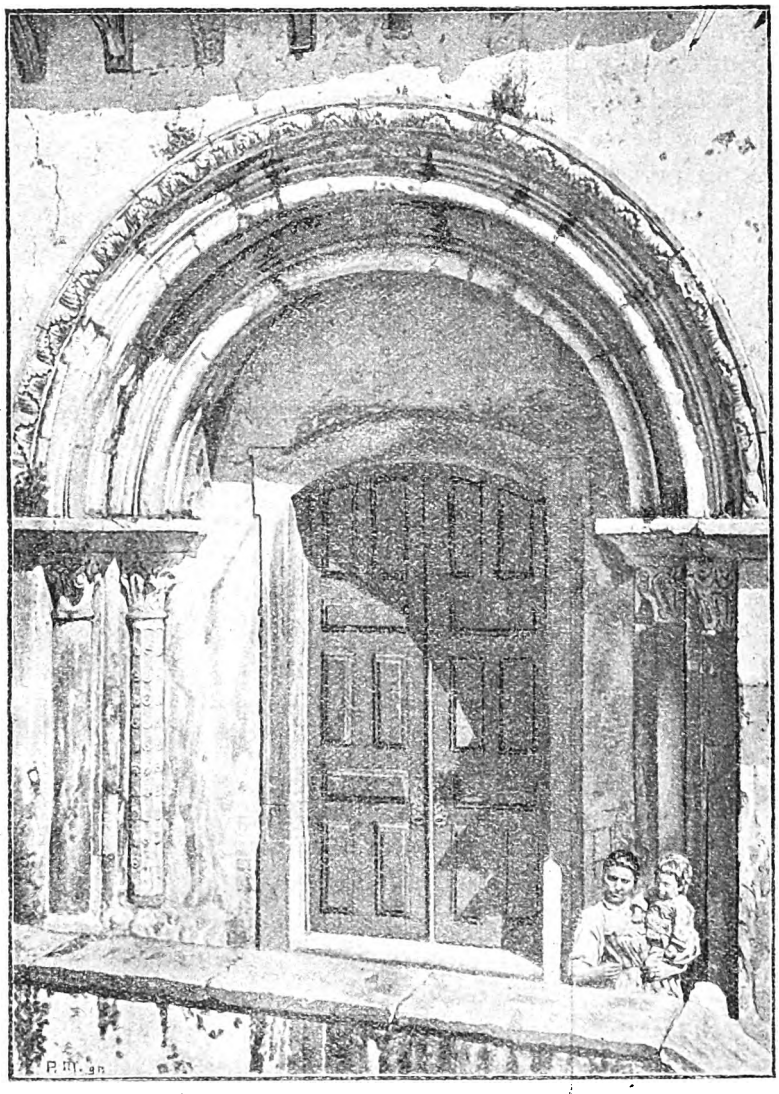
Ceitil, de D. Affonso V

infrene da mais desbragada soldadesca. O sultão de Ternate, desejoso de vingar a morte do seu antecessor, cercou a fortaleza, decidido a tomal-a ou a morrer. As Molucas eram então governadas por D. Alvaro d'Athayde. Alli contavamos alguns alliados, mas todos aproveitaram o ensejo, que lhes offerecia o sultão de Ternate, e colligaram-se com elle. A fortaleza foi tomada, e os Portuguezes expulsos da ilha, onde haviam fundado primeiro um castello, foram refugiar-se na ilha de Tidor, onde fundaram outra fortaleza. Amboina, governada por D. Sancho de Vasconcellos, estava tambem em guerra constante com os naturaes, indignados pelas nossas violencias. Um dos inimigos mais terriveis que esta fortaleza tinha era um christão-novo, por nome de Ruy de Sousa, que jurára um odio eterno aos perseguidores da sua raça. Assim o fanatismo religioso fornecia armas aos inimigos, lançando nas suas fileiras as victimas da intolerancia portugueza, que lhes levavam o auxilio do seu odio, e do seu conhecimento da arte militar européa e dos pontos vulneraveis dos Portuguezes.

Estava a findar o governo de Antonio Moniz Barreto, que durára de 1573 a 1576, e n'este ultimo anno partira de Lisboa para o Oriente Ruy Lourenço de Tavora, que seria o duodecimo vice-rei

Digitized by Google

da India, e o seu vigesimo-setimo governador, se chegasse a entrar em funcções, mas falleceu antes de chegar a Gôa, e a esquadra, continuando no seu rumo, chegou á India com a triste noticia. Logo se abriram as successões, e viu-se



COIMBRA — PORTAL DA EGREJA DE S. SALVADOR (SECULO XII)

que o primeiro nomeado era D. Diogo de Menezes, a quem Antonio Moniz Barreto immediatamente entregou o governo.

Durante a administração de D. Diogo de Menezes, que durou até 1578, os acontecimentos principaes foram os seguintes:

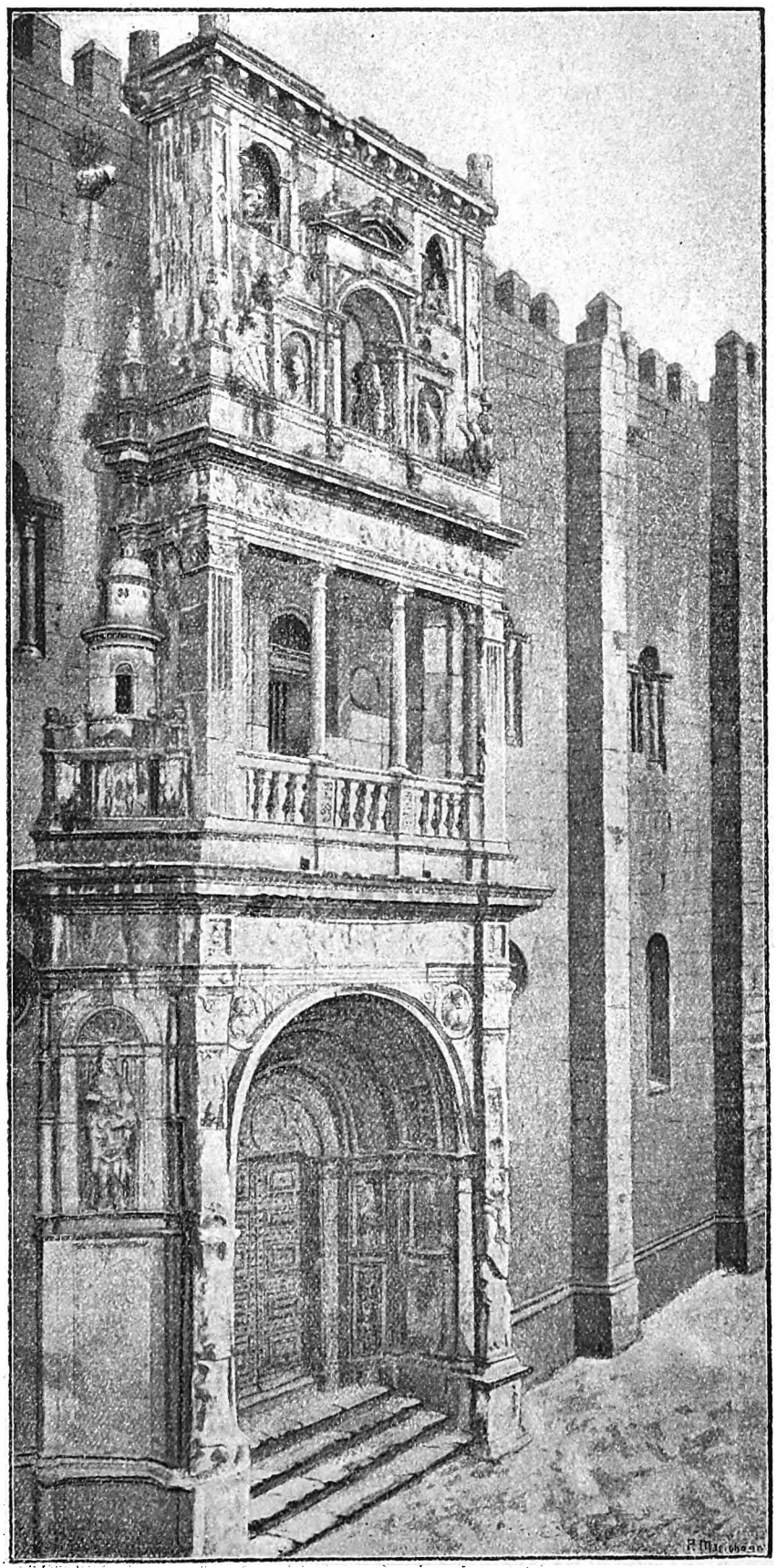
Em primeiro logar Ruy Pires de Tavora foi fazer guerra ao Samori, entrou na barra de Chale, queimou os navios que lá encontrou, mas, sabendo que cinco pardáus se haviam refugiado n'um porto d'Hidal-Khan, mandou-os pedir ao tanadar que ahi governava. Entregal-os seria violar os principios mais elementares do direito das gentes: o tanadar, por conseguinte, posto que barbaro, como os nossos chronistas lhe chamam, negou-os. Ruy Pires foi em pessoa tomal-os, abrazando ao mesmo tempo as povoações. Note-se que tinhamos pazes com Hidal-Khan, pazes que este desejára tanto, que, para as firmar, enviára a Portugal de proposito um embaixador. «Restituido o embaixador á côrte do seu principe, conta Barbosa Machado, lhe significou que de tudo quanto vira em Portugal nada lhe causára maior espanto do que estar no gabinete d'el-rei de Portugal posto em pé D. Luiz de Athayde, que fôra o terror da Asia, d'onde inferia ser D. Sebastião o maior monarcha do mundo, pois, eram seus vassallos aquelles heroes, que nos outros reinos se adoravam por principes»[1].

Eis portanto como nós correspondiamos aos pacificos desejos d'Hidal-Khan! Estas injurias gratuitas eram produzidas pelo estado d'indisciplina que reinava

[1] Barbosa Machado, *Memorias d'el-rei D. Sebastião*, P. IV, I. 1.º, pag. 10 do t. 4.º (Lisboa 1751.)

Digitized by Google

de novo na India portugueza. Os governadores, que haviam succedido a D. Luiz d'Athayde, tinham destruido completamente a sua obra reformadora; D. Antonio de Noronha afroixára os laços da disciplina, e por tal fórma descurára a administração, que das magnificas esquadras, que D. Luiz d'Athayde apromptára, não restavam nem sequer os navios sufficientes para enviar a Malaca; Antonio Moniz Barreto, despotico e brutal, o que é muito differente de disciplinador, não fizera senão irritar os bons officiaes, que partiam para Portugal, como D. Leoniz Pereira, não querendo supportar as insolencias do governador da India; D. Diogo de Menezes, homem absolutamente nullo, deixava fluctuarem nas suas mãos as rédeas do governo, e consentia assim que a imprudencia d'um dos seus officiaes reaccendesse a guerra com Hidal-Khan,



COIMBRA — LADO NORTE DA EGREJA DA SÉ VELHA

Digitized by Google

no momento em que se suppunha para sempre suffocada.

O que succedeu? Foi que, pouco tempo depois, em Dabul, D. Diogo e D. Antonio da Silveira foram atacados á falsa fé por um dos generaes d'Hidal-Khan, destroçados com graves perdas, que ainda seriam maiores, se não fosse a bravura d'um fidalgo, por nome D. Jeronymo de Mascarenhas, que protegeu intrepidamente a retirada dos nossos.

A guerra com Hidal-Khan estava de novo accesa! Ao mesmo tempo o sultão d'Achem, o mais obstinado inimigo que tinhamos na India, ameaçava Malaca. Destroçou-o em batalha-naval Mathias d'Albuquerque, matando-lhe mil e seiscentos homens, e aprisionando-lhe tres galés. Foi isto em 1577.

Assim o estado da India, seis annos depois da partida de D. Luiz d'Athayde, era tristissimo. Deixára-a elle quasi pacificada, e pelo menos os dois principaes inimigos, os soberanos de Bidjapur e do Nizam estavam bem pouco desejosos de continuar a lucta com os nossos; o Samori, desanimado, vendo-se privado dos seus alliados, não tardaria a pedir paz. Vae-se elle para Portugal: o Samori retoma confiança, graças á victoria de Chale, e protrahe a guerra sem grandes vantagens, mas tambem sem grandes perdas; Hidal-Khan, provocado uma primeira vez por D. Henrique de Menezes, dissimula, mas, provocado segunda vez, exaspera-se e responde com represalias. No extremo Oriente, Malaca era sempre ameaçada pelo sultão d'Achem, contra o qual se não podia sustentar senão uma guerra defensiva, graças á disseminação das nossas forças por tantas praças, e que não desanimava, apezar das continuadas derrotas. Nas Molucas os indigenas, animados pela tomada de Ternate, faziam-nos uma guerra cada vez mais furiosa. Foi tudo isto o que, junto com o desejo de afastar D. Luiz d'Athayde de Portugal, por lhe desapprovar a jornada d'Africa, incitou D. Sebastião a nomeal-o de novo vice-rei da India.

Partiu de Lisboa em novembro de 1577, e chegou á India em agosto de 1578. Bastou o prestigio do seu nome para que se restabelecesse a paz com Hidal-Khan. «Tomada posse do vice-reinado, diz Diogo Barbosa, divulgou por toda a India a deliberação d'el-rei de passar á Africa, a tempo que já lhe tinha servido de tumulo á sua pessoa e a todo o reino. O intento com que o vice-rei publicou esta noticia, era para que, incitados, os fidalgos que militavam com distincção n'aquelle Estado, passassem promptamente a Portugal para acompanharem o seu principe com aquella fidelidade que sempre mostraram em todos os seculos[1].»

Na India já se conhecia a projectada expedição por uma carta que el-rei dirigira ao governador, ordenando-lhe que levantasse um emprestimo entre os reis nossos alliados, e que lh'o enviasse o mais depressa possivel para supprir ás despezas da jornada. Taes eram os apuros financeiros em que D. Sebastião se vira.

Mas isto chama-nos de novo ás praias de Lisboa, onde se accumulam os soldados da expedição, e, depois de dizermos que no Brazil nada succedêra de notavel debaixo da administração do governador que succedêra a Mem de Sá, e que fôra Luiz de Brito, substituido n'esse mesmo anno de 1578 por Lourenço da Veiga, voltêmos a concentrar a nossa attenção no drama cujo prologo se prepara em Lisboa, e que ha de ter na Africa o seu tristissimo desenlace.

Agglomeravam-se em Lisboa os terços expedicionarios, e a confusão era im-

[1] Barbosa Machado, *Memorias d'el-rei D. Sebastião*. P. 4.ª, l. 1.º, cap. 21, pag. 192 do t. 4.º

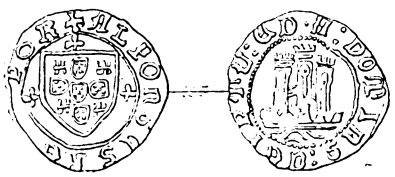
Digitized by Google

mensa. Naturaes e estrangeiros percorriam constantemente as ruas, e ouvia-se a cada instante o som marcial dos tambores. Os Allemães, aquartelados em Cascaes, vindo a Lisboa, cruzavam-se com os Italianos do marquez de Leinster, e com os Castelhanos de D. Alonso d'Aguilar. A variedade dos trajos e das physionomias formavam um espectaculo pittoresco; mas a reunião fortuita de tantos soldados aventureiros, *condottieri* que não admittiam a disciplina senão nos acampamentos, dava origem a rixas terriveis que ensanguentavam as ruas de Lisboa. Na Boa-Vista houve uma contenda entre os Allemães e os Portuguezes, em que não foram poucos os feridos; no Rocio houve outra entre os Portuguezes e os Hespanhoes, em que morreram quatro Castelhanos e ficaram maltractados mais de vinte.

El-rei, que andava n'uma constante agitação, umas vezes assistindo aos exercicios das tropas, outras vezes presidindo ao equipamento da armada, sempre azafamado e frequentemente exposto ao ardor do sol com a cabeça descoberta, sabendo d'estas brigas, mandou lançar um bando, em que condemnava á pena de morte, summariamente e sem mais processo, todo aquelle que arrancasse da espada nas ruas de Lisboa. Apezar d'isto, depois d'elle partir, houve uma verdadeira batalha, entre uma companhia de Castelhanos e uma companhia de tropas do duque de Bragança, junto das Portas do Mar.

Veja-se de que elementos discordantes se compunha o exercito!

Os fidalgos, que compunham o corpo d'aventureiros, todos valentes, mas ainda assim mais cortezãos do que soldados, mais vaidosos do que enthusiastas, não pensavam senão em attrahirem as vistas do rei pelo esplendor do equipamento, e em se vencerem uns aos outros em luxo e bizarria. Empenharam-se, arruinaram-se para sempre, e as pragmaticas do principio do reinado, n'essas ninguem já pensava. Brocados, tellas d'ouro e prata, tecidos de seda, velludos, eram considerados fazendas vulgares. Os mais opulentos realçavam tudo isto com rendilhas e espiguilhas e alamares



Ceitil, de D. Affonso V

d'ouro, etc. Os sapatos de damasco e de setim, os rubins e os diamantes nas tranças dos chapéus, e em grossas cadeias; os botões d'ouro, os opulentissimos jaezes dos cavallos em que só resplendia o ouro e o velludo, as esporas de prata esmaltadas d'ouro e azul, os corpos d'aço com os brazões pintados, os fatos dos servos todos de seda, as tendas de campanha tambem de seda com bandeiras e grimpas douradas, tudo isto formava, é certo, um espectaculo maravilhoso na occasião de embarque: mas não fazia sentir tambem a todos os homens experientes a falta absoluta de disciplina que devia haver forçosamente n'um exercito, onde se cuidava mais de luxo do que d'exercicios, onde eram mais abundantes os velludos e os diamantes do que as boas laminas de Toledo, e as boas couraças de Milão?

Para se equipar assim o exercito, foi necessario que todos os officiaes mechanicos de Lisboa trabalhassem de dia e de noite, e até o arcebispo concedeu dispensa dos domingos e dias santificados para mais se adeantar trabalho: pois apezar de tudo isso, muitos fidalgos houve que só poderam partir depois d'el-rei.

Sentia-se que esses moços cortezãos tomavam a campanha como um d'esses brilhantes passeios militares, que um principe de sangue dava de vez em quando á Africa, onde os fidalgos podiam dar

Digitized by Google

uma bonita carga, levar adeante de si n'uma galopada as tribus errantes da Mauritania, voltando depois a Portugal com a aureola de heroes, e alguns louros facilmente conquistados. Assim fôra a expedição d'Azamor, commandada por D. Jayme de Bragança, mas n'essa tractava-se apenas de tomar duas ou tres praças do littoral, e ainda assim o commandante official da expedição levava ao seu lado um mentor, verdadeiro chefe, D. João de Menezes, sem o concurso do qual nada podia fazer.

Mas n'essa occasião era um mancebo de vontade absoluta, e por tal fórma inexperiente, e obstinado, vaidoso, arrogante, que ninguem podia esperar dissipar-lhe as loucas illusões, e falar do seu orgulho. Pois acreditar-se-ha que levava na galé uma corôa d'ouro, para quando se proclamasse imperador de Marrocos, e fatos para a sua guarda vestir n'essa solemnidade, e que o padre Fernão da Silva já estava até decorando em Lisboa o sermão, que então havia de prégar?! [1]

Tão estupida e vaidosa cegueira mal se comprehende.

Antes de partir, el-rei offereceu o governo ao cardeal infante, que se recusou a acceital-o; então D. Sebastião nomeou cinco governadores do reino, que foram o arcebispo de Lisboa D. Jorge d'Almeida, o vedor da fazenda Pedro da Alcaçova Carneiro, D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá, e o secretario Miguel de Moura. Ao mesmo tempo ordenou aos condes de Tentugal e de Sortelha, D. João Manuel, D. Filippe de Sousa, Jeronymo Côrtereal, Luiz Gonçalves d'Andrade, Fernão Telles, D. Antonio d'Almeida, e Lourenço de Brito que ficassem em Lisboa para com a auctoridade das suas pessoas auxiliarem os governadores em quaesquer difficuldades que sobreviessem. Nomeou governador da provincia do Algarve D. Francisco da Costa. Era este logar n'essa occasião importantissimo, porque o governador do Algarve tinha de provêr, emquanto durasse a expedição, á prompta remessa para a Africa de munições e reforços.

No dia 13 de junho fez el-rei o seu testamento, que redigiu com o seu proprio punho [1]. Depois mandou pedir a Coimbra a espada e o escudo de D. Affonso Henriques, depositados no mosteiro de Santa Cruz. Por esquecimento comtudo não sahiram da armada, não permittindo Deus, segundo assevera piedosamente Diogo Barbosa Machado «que aquellas armas, que sempre triumpharam dos inimigos da cruz, fossem vencidas no campo d'Alcacer [2],» e finalmente no dia 14 de junho foi D. Sebastião benzer á sé de Lisboa a bandeira real.

Foi esta ceremonia extraordinariamente pomposa. Desde pela manhã se agrupavam fidalgos no Paço, vestidos com as mais custosas galas para acompanharem el-rei. O sol de junho resplandecia illuminando este magnifico espectaculo, e, apezar de tão mal agourado até ahi, ninguem descria n'esse momento do exito da expedição. Era tão luzida a hoste, radiante, como o seu rei, de mocidade e orgulho! Quem podia adivinhar, entre tantas promessas de gloria, o desastre, o vilipendio imminentes? Quem podia prevêr que todas essas galas se haviam de mudar tão cedo em funebres vestes, que essa bandeira abençoada, que fluctuava nas mãos do alferes-mór D. Luiz de Menezes, tinha de se envolver em crepes para nunca mais, nunca mais se desenrolar ovante na estrada das conquistas aventurosas?

---

[1] Não fazemos senão resumir a narrativa de Rebello da Silva de pag. 158 a 164 do 1.º vol. da *Hist. de Portugal nos seculos XVII e XVIII*—Introducção.

[1] Não era el-rei D. Sebastião hospede nas lettras, como o prova uma relação da sua primeira jornada d'Africa escripta por elle mesmo, e publicada por Barbosa Machado no fim do 4.º volume da sua obra.

[2] Barbosa Machado, *Memorias d'El-rei D. Sebastião*, P. 4.ª, 1. 2.º, cap, 6.º, pag. 279 do t. 4.º

Digitized by Google

Da Sé foi logo embarcar-se a comitiva, e a esquadra demorou-se ainda dez dias no Tejo, para embarcar o exercito. Emquanto estava fundeada, houve um dissabor grave entre el-rei e D. Antonio, prior do Crato, por causa do orgulhoso valido Christovam de Tavora. Uma questão insignificante ácerca de um creado promoveu a discordia; el-rei irritou-se porque entendeu que lhe desacatavam o favorito, e, como D. Antonio procurava defender-se, D. Sebastião deu-lhe um desmentido injurioso. Tanto se offendeu com isso o bastardo do infante D. Luiz, que mandou desarmar o seu navio de todas as galas, e acompanhou a esquadra resplandecente, como o agoureiro ataude dos banquetes do Egypto.

No dia 24 de junho embarcaram em Oeiras os Allemães e os Italianos, e no dia 25 a esquadra, composta de mais de oitocentos navios, entre os quaes se distinguiam os galeões reaes, as naus venezianas e as inexpugnaveis urcas, desferiu as velas ao vento, e, entre salvas de artilheria, desfraldando as bandeiras, ondeando as cortinas de seda, resplandecendo empavezada ao sol com as suas varandas pintadas, sahiu do Tejo, em cujas praias se accumulava com tristes presentimentos no coração, a multidão chorosa dos espectadores.

Voga, voga, caminho d'Africa, luzida esquadra que levas a teu bordo a fortuna de Portugal! Cento e sessenta e tres annos antes sulcava as mesmas aguas, seguindo o mesmo rumo, a esquadra portugueza que ia conquistar Ceuta. Tambem a fortuna de Portugal ia dentro d'ella, mas então os destinos propicios enfunavam as velas, as sereias cantavam em-torno das quilhas as futuras glorias do paiz, e um rei encanecido, o heroe de Aljubarrota, guiava para a victoria e para a conquista do futuro um povo cheio de mocidade e fé. Hoje, é um rei mancebo que parte, mas o povo que elle guia, já o salteou uma decrepidez precoce. Então tinha Portugal no seu recente passado Aljubarrota, agora, no seu futuro bem proximo, a Ponte de Alcantara. Era tudo esperança e enthusiasmo; agora tudo tristeza e desalento. Por baixo das rijas couraças dos rudes soldados de D. João I pulsavam corações patrioticos e robustos: por baixo dos velludos dos cortezãos de D. Sebastião palpitavam corações que iam exgotar o seu vigor n'um derradeiro esforço, e que não reservavam para defender a patria contra o estrangeiro nem um pequeno resto de energia. Que terrivel li-

D. JAYME, 4.º DUQUE DE BRAGANÇA

Digitized by Google

cção! A empreza é a mesma, quão differentes os resultados! E a que é devida essa differença? A' depravação moral, que succedeu á pureza dos costumes; ao enervamento com que a tyrannia e o fanatismo conseguiram destruir completamente a robusta virilidade de um povo.

Voga, voga, luzida esquadra que levas a teu bordo o rei e a fortuna de Portugal, voga, e leva á perdição a patria e a corôa. Já no leme não pousa a mão da Providencia, e os pilotos debalde procuram no céu, de dia, o sol de Aljubarrota, de noite, a solitaria estrella, que illuminava as estudiosas vigilias do infante D. Henrique no promontorio de Sagres.

CAPITULO XXIII

Batalha de Alcacer-Kibir

EMOS visto os erros politicos e administrativos que prepararam o immenso desastre que pôz um remate á nossa prosperidade; vamos vêr agora os erros militares que tambem para elle, e muito, contribuiram. O primeiro de todos foi a organização do exercito.

Entre os chefes das tropas havia, como vimos, muitos estrangeiros. Educados estes na eschola das guerras européas, quando foram chamados a conselho para discutirem a organização tactica do exercito, desenvolveram as idéas que tinham bebido na practica das guerras, que conheciam. Propozeram, por conseguinte, que as differentes armas fossem empregadas na proporção adoptada pelos generaes mais célebres, entre outros por Gonçalo Fernandes de Cordova. A força essencial do exercito d'este grande capitão consistia principalmente na infanteria, que, dirigida por elle, chegou a adquirir a celebridade, que os terços hespanhoes tiveram até Rocroy, Lens e Nordlingen.

Dizem elles, além d'isso, que em cavallaria ligeira sempre os Mouros nos seriam superiores, que os soldados de cavallo não serviriam para a tomada de praças, e outras razões apparentemente fortes, mas que os forasteiros d'Africa rebatiam com argumentos tirados da sua longa practica e velha experiencia.

Diziam que, sendo os campos de batalha planicies onde só a cavallaria faria a nossa força, com valentes cavalleiros repelliriamos a audaciosa mas tambem pouco firme cavallaria inimiga, que aliás fatigaria os infantes com continuadas escaramuças, cortando-lhes os mantimentos, e embaraçando-lhes a marcha. Diziam mais que, intentando D. Sebastião invadir Marrocos, seria imprudencia grave confiar a sorte da expedição a peões, que depressa se fatigariam n'essas longas marchas atravez dos desertos, continuamente aguilhoados pelas rapidas investidas dos ginetes mouros, que a fuga punha promptamente a abrigo de qualquer movimento aggressivo do nosso exercito.

Mas D. Sebastião lêra os livros da arte militar da Europa, fizéra das campanhas de Carlos V o seu estudo predilecto: inclinou-se portanto ao parecer mais desvantajoso, pondo acima da experiencia dos velhos fronteiros a sua juvenil obstinação.

Digitized by Google

Não pararam aqui os erros. Devendo ser o segredo e a rapidez uma das condições do exito, a isso não attendeu D. Sebastião, porque se demorou em Lagos a embarcar o terço do Algarve, em Cadix entretendo-se em jogos de cannas, emquanto a noticia da expedição ia chegar aos ouvidos do seu habil inimigo.

A 7 de julho chegou a Tanger a numerosa esquadra, e o rei, accumulando imprudencia sobre imprudencia, divertia-se em fazer entradas pela terra dos Mouros como um simples cavalleiro, arriscando-se a morrer sem gloria em qualquer escaramuça insignificante.

A 10 de julho partiu para Arzilla, acompanhado por Muley-Hamed, o soberano que vinha proteger. O exercito ahi desembarcou, mas, como não cabia na cidade, acampou em grande parte fóra dos muros. As barracas, entre as quaes se distinguia a do monarcha, formavam um vistoso espectaculo. Como, por uma fanfarronada sem significação, el-rei não quizéra proteger o arraial com algumas obras de fortificação passageira e como além d'isso os dias se passavam em folias e banquetes, o arraial, onde fervia a indisciplina, menos parecia um campo guerreiro do que uma assembléa de regalo.

Doze dias ahi esteve o exercito esperando pelas bagagens. No fim d'este tempo appareceu uma partida de Mouros, commandada por um irmão de Muley-Moluk, a tentar um reconhecimento. Sahiram os nossos a rebatel-os, e D. Sebastião montou logo a cavallo, e quiz presidir, elle que tomára a si o commando do exercito, a esta insignificantissima peleja. Os Mouros retiraram, porque nunca fôra a sua intenção outra senão a d'observar e escaramuçar, e D. Sebastião considerou este feito como uma assignalada victoria.

Cheio de presumpção de que os Mouros fugiram do prestigio do seu nome e do vento da sua espada, não viu senão uma prova de cobardia n'uma carta que Muley-Moluk lhe dirigiu, offerecendo-lhe grandes vantagens se quizesse desistir da empreza. O prudente soberano estava resolvido a combater energicamente, mas, conscio do valor dos Portuguezes, da sua fortuna guerreira, e, mais ainda, sabendo que contava entre os seus subditos, até dos que mais se approximavam da sua pessoa, numerosos partidarios do seu competidor, preferia fazer uma composição honrosa a entregar a sorte da corôa aos azares das batalhas.

D. Sebastião nem respondeu a esta carta, e, ardendo em desejos de se medir com o inimigo, propôz ao seu conselho investir Larache, que era a primeira facção resolvida, marchando pelo interior, em vez de se embarcar na esquadra, e ir assaltal-o por mar. Todos os conselheiros repelliram esta ideia, que tendia a nada menos do que a privar-se voluntariamente do immenso auxilio da esquadra. A discussão porém fez surgir tres diversos pareceres. Um sustentado principalmente por Vasco da Silveira, consistia em tomar Larache embarcando o exercito na esquadra, e indo assaltal-a por mar, o outro propunha que se marchasse por terra, mas sempre á vista da armada; o terceiro, finalmente, era o parecer do monarcha sustentado por Christovam de Tavora.

Todas as razões evidentissimas, que pugnavam a favor do primeiro voto, o unico razoavel, as expôz o conde de Vimioso; tudo foi inutil. El-rei ouviu-o com desagrado, não lhe rebateu os argumentos, mas fez o que entendeu.

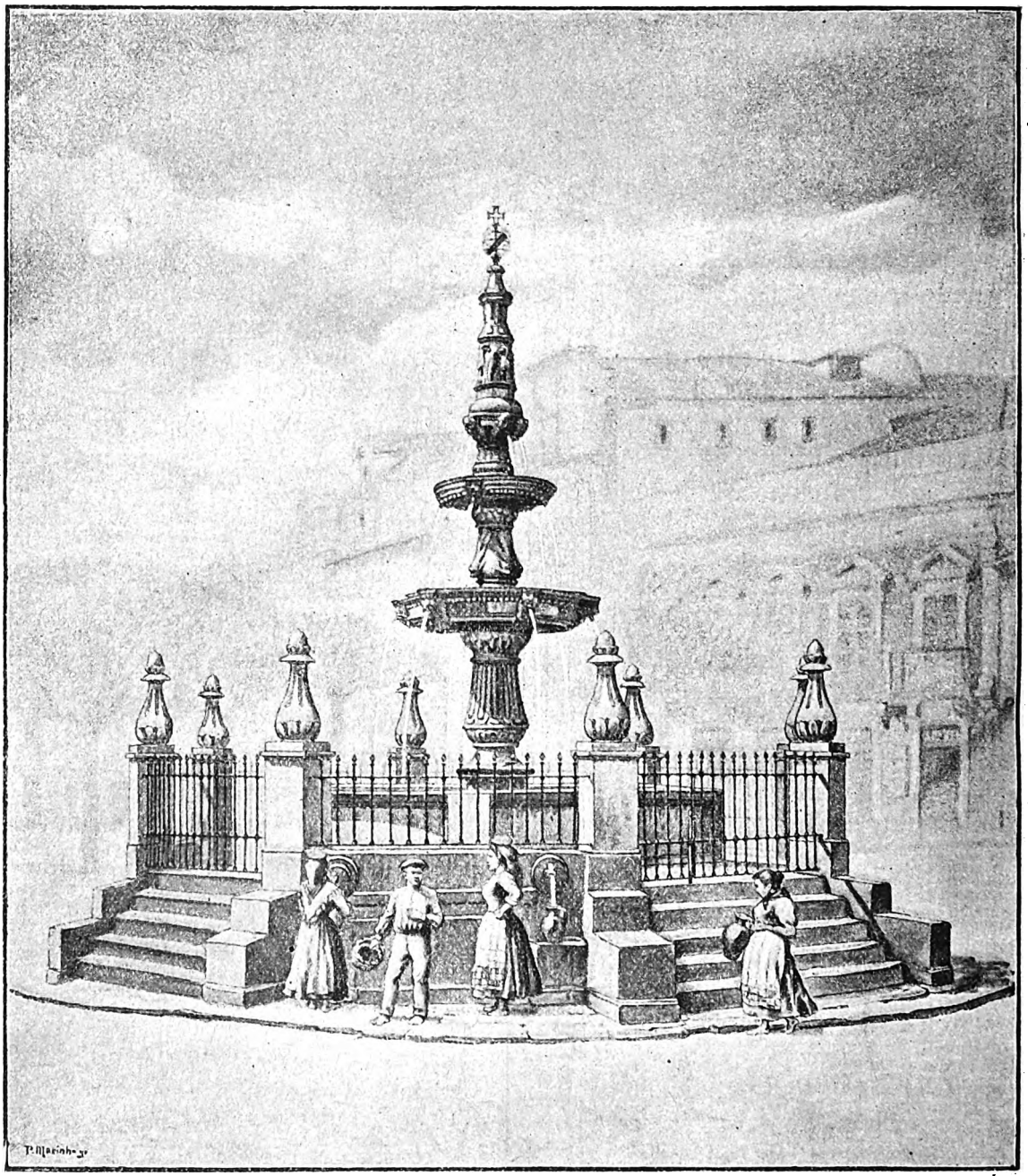
A 29 de junho pôz-se o exercito em marcha para Larache pelo caminho de Alcacer-Kibir. Não havia uma rasão unica a favor d'este insensato projecto. Perdia-se o appoio da esquadra, dava-se a Muley-Moluk a escolha do campo de batalha, e finalmente expunha-se o

Digitized by Google

exercito a certas e atrozes fadigas e provações.

Antes de partir recebeu D. Sebastião uma carta do duque de Alba, dando-lhe

D. Sebastião parece que mal leu a carta do grande general, montou a cavallo, poisando na cabeça o elmo de Carlos V, que o duque lhe enviava de pre-



VIANNA DO CASTELLO — CHAFARIZ DA PRAÇA DA RAINHA

os mais prudentes conselhos militares, industriando o em todos os meios de manter a disciplina, indispensavel nas marchas, em que um exercito se expõe ao risco de encontrar o inimigo.

sente, e deu ordem de marcha, pensando só em encontrar o inimigo para lhe offerecer batalha, e importando-lhe pouco as disposições preliminares, que asseguram o exito.

Digitized by Google

Nos commandos do exercito houvera algumas modificações. D. Duarte de Menezes era mestre de campo, ou, como hoje diriamos, chefe de estado-maior. O terço dos aventureiros que Christovam de Tavora commandava, passou a ser commandado por Alvaro Pires de Tavora; continuaram á frente dos seus respectivos terços D. Miguel de Noronha, D. Vasco da Silveira e Francisco de Tavora; o terço de Lisboa, que devia ser commandado por Diogo Lopes de Sequeira, teve por coronel Pedro de Sequeira, porque Diogo Lopes ficára doente, ou fingira-se doente, em Arzilla.

Os Hespanhoes eram commandados por D. Alonso de Aguilar, tendo por sargentos-móres Francisco d'Aldana e Luiz Fernandes de Cordova. Os Allemães obedeciam a Martim de Borgonha, e os Italianos a Thomaz Sternuile, marquez de Leinster. O capitão dos gastadores era Gonçalo Ribeiro Pinto, engenheiros do campo o Italiano Philippe Terzi e o Portuguez Nicolau de Frias; sargentos-móres o capitão Gama e o carmelita fr. Estevam Pinheiro. Não faltavam no campo representantes da Egreja militante.

O bailio de Leça, Pero de Mesquita, commandava a artilheria.

O exercito sahiu de Arzilla na seguinte ordem:

Na frente a artilheria, seguia-se a infanteria, cujos terços se revezavam, passando alternadamente a vanguarda para a rectaguarda, e nos flancos desfilava a cavallaria em duas alas, indo o rei á testa d'uma d'ellas, e o duque d'Aveiro á frente da outra, onde ia tambem o pretendente Muley-Hamed com os seus Mouros, e os alcaides das nossas praças africanas com os contingentes das suas guarnições.

A bagagem formava a rectaguarda escoltada por um esquadrão.

Os soldados levavam apenas viveres e agua para cinco dias, o que ainda assim carregava cada homem com um al-

RODRIGO DE LIMA

mude d'agua e nove arrateis de biscoito, que, junto ao pêso das armas, tornava a carga insupportavel, em agosto, nos areiaes, com o calor ardentissimo da estação e do clima.

Assim que a marcha principiou, começaram logo a surgir nuvens de cavalleiros inimigos, que appareciam e desappareciam, soltando ao vento os seus brancos albornozes, matando sem piedade os soldados que o calor e a fadiga obrigavam a ficarem atraz, inquietando

Digitized by Google

as columnas, fazendo emfim contra o exercito portuguez oppresso pelos ardores do sol o mesmo officio que contra o exercito de Napoleão, dizimado pelos gelos da Russia, desempenharam os Cossacos em 1812. O calculo ácerca das provisões fôra errado: consumia-se muito mais agua do que se imaginava, e aos quatro dias já escasseavam as provisões, e a sêde devorava o exercito. Procurou-se um rio onde os soldados se saciassem e cuja passagem se achou desimpedida. Estranhou o marquez de Leinster este ultimo facto, e, receiando cilada do inimigo, fel-o notar a el-rei. D. Sebastião riu-se. Todas estas cousas as attribuia elle ao medo que os inimigos lhe tinham.

Que grande general!

D. Sebastião marchava sem ter o minimo conhecimento das forças e dos projectos do inimigo, ou antes, sem se importar com as informações que recebia. Ainda em Arzilla um frade trinitario, fr. Roque do Espirito Santo, e um mercador rico, Diogo de Palma, vindos de Marrocos, enumeraram-lhe as forças de que Abd-el-Melek[1] dispunha, e a qualidade d'ellas. Como estes esclarecimentos contrariavam as facilidades que el-rei devaneiára, irritou-se a tal ponto que deu ordem para que fossem presos os dois recem-vindos, bradando em altos gritos que eram embusteiros e traidores, que vinham para desanimar o exercito espalhando boatos mentirosos.

Isto ultrapassava por tal modo as raias da demencia que não houve no exercito quem não julgasse el-rei doido, e não previsse tristemente qual seria o desenlace de uma expedição assim dirigida. O barão d'Alvito dizia a fr. João da Silva: «Porque não havemos nós de prender este homem que nos perde?» —«É tarde,» respondia o frade.—«Pois se é tarde, redarguiu o barão d'Alvito, rezemos pelo rei, pelo reino, e pelos vassallos.»

D. Martinho de Castello-Branco propôz a todos os fidalgos que se requeresse collectivamente a el-rei que desistisse de ir a Larache por terra, e o proprio Christovam de Tavora escrevia a Miguel de Moura, dizendo-lhe que estavam perdidos sem remissão, porque el-rei era surdo a todos os conselhos que o não lisongeavam.

E, apezar de tudo, ninguem ousou desobedecer.

A catastrophe de Alcacer Kibir é o mais terrivel argumento que se póde empregar contra o absolutismo. Quando se vê que é a vontade de um só homem, contra o parecer unanime de um povo inteiro, que prepara este immenso desastre; quando se vê uma creança doida desprezar tenazmente os votos mais auctorizados, insultar a bravura, desdenhar a intelligencia provada e a experiencia dos velhos soldados, para arrastar comsigo, no rumo fatal que pretende seguir, a fortuna de uma nação, perguntamos a nós mesmos se ha alguem que de boa fé ouse defender um regimen que dá taes resultados, onde não ha remedio possivel contra similhantes loucuras, onde não ha remedio que não seja a desobediencia, a revolta, e por conseguinte a negação do seu mesmo principio.

E, emquanto estes incriveis desacertos se commettiam no acampamento christão, vejâmos como Abd-el-Melek se preparava para resistir a uma invasão tão desordenadamente conduzida. Confiando as diversas provincias do seu imperio ás pessoas em quem tinha mais confiança, pôz seu irmão Muley-Ahmed, cuja

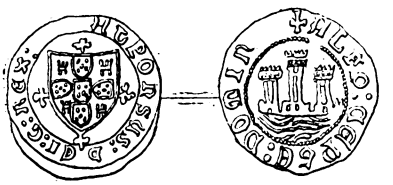
[1] Usâmos indifferentemente do nome d'Abd-el-Melek, ou Moluk. Esta denominação era, segundo assevera Ferd. Denis, a contracção da palavra mameluk; fôra-lhe dada depois d'uma primeira viagem que fizéra a Constantinopla, onde parece que figurára entre esses escravos privilegiados e militares do sultão.

Digitized by Google

pusillanimidade conhecia, á testa das levas de Fez; mandou para Tetuão, afim de a suster na obediencia, um renegado granadino, por nome Achaioc; outro renegado, este genovez, chamado Ahmed-Talaba, foi posto á frente de quinze mil escopeteiros a cavallo; um renegado portuguez, que tomára o nome de Reduan, era a alma de todos estes preparativos. Muley-Moluk, affeiçoado, como sabemos, á civilização européa, folgava de se rodear de renegados ou *elches*, em quem depositava mais confiança do que nos seus subditos, vacillantes entre o prestigio da sua energia e os direitos hereditarios de seu sobrinho. Por isso, no exercito que elle organizou, formou um corpo de renegados, dirigido pelo Aragonez Chaali. Tambem n'elle entravam Mouros andaluzes, commandados por Doali-al-Goari e Hussein. *Azuagos*, que são como os Amoucos da India, fanaticos que juram combater até á morte para defenderem a causa religiosa, constituiam tambem uma parte respeitavel do seu exercito, que, completando-se com a guarda do emir, commandada por Ali-Cusa, constituia um total de quarenta mil cavallos, quatorze mil infantes e quarenta peças de artilheria.

Achaioc, e Ahmed irmão do emir, foram encarregados de vigiar a chegada da esquadra portugueza, e assim que deram noticia do seu desembarque, receberam ordem, Ahmed para, á testa da sua cavallaria, voltear entre Arzilla e Larache, aproveitando todo o ensejo favoravel para inquietar com escaramuças as tropas portuguezas, sem nunca aventurar combate. Achaioc para se lançar com quinhentos espingardeiros dentro de Larache, afim de a defender contra o primeiro impeto dos inimigos. Ao mesmo tempo, Moluk, entregando a Reduan a defeza de Marrocos, marchava ao encontro de D. Sebastião.

De novo a fortuna, que parecia não querer largar os Portuguezes, tão costumada estava a pelejar á sombra das suas bandeiras, offereceu uma occasião favoravel a D. Sebastião para reparar tantos erros e imprudencias, e terminar com gloria a sua imprudente campanha. No acampamento de Moluk travou-se con-



Real preto, de D. Affonso V

tra elle uma conspiração. Os alcaides dos Mouros da Andaluzia, com a esperança de repartirem entre si o imperio, deliberaram envenenar o emir, e effectivamente em Tremesenal o alcaide de Goali, que Muly-Moluk tinha na conta de amigo fiel, dava-lhe com as suas proprias mãos a taça da peçonha.

O emir porém era de fortissima compleição; não o matou o veneno immediatamente, mas a morte infiltrou-se-lhe nas veias, até que o prostrou, como depois veremos, no campo de batalha sem que a sua firmeza de alma se desmentisse um instante, e com a voz moribunda soube ainda preparar a victoria.

Temporizando um pouco D. Sebastião colheria uma facil victoria. Não quiz. A fatalidade apossava-se d'elle.

Entretanto o exercito portuguez continuava a sua marcha, como dissemos, e no segundo dia estava apenas a duas leguas de Arzilla. Logo se tornaram tão sensiveis os inconvenientes do plano seguido, que D. Sebastião mesmo não ousou contrariar a opinião do conselho, que se voltasse a Arzilla e que, adoptando-se o plano anteriormente regeitado, se mettesse o exercito na armada e fosse desembarcar em Larache.

Rebello da Silva suppõe que D. Sebastião, não ousando oppôr-se abertamente ao voto do conselho, tomou as

Digitized by Google

suas medidas para o illudir, enviando ordens secretas á armada. O que é certo é que, ao chegar a Arzilla Affonso Correia com quatrocentos homens de cavallo, levando as ordens officiaes de el-rei, já a armada levantára ferro, e navegára para Larache.

Na occasião em que Affonso Correia chegava, desembarcava o capitão Aldana com quinhentos Castelhanos, que ainda faltavam para completar o terço de D. Alonso d'Aguilar, e, estupefacto ao saber da resolução tomada, marchou comtudo a unir-se a D. Sebastião, a quem repetiu com instancia os conselhos do duque d'Alba. Antes de partir de Arzilla, disséra elle a Affonso Correia que era certissima a perdição, e que não queria unir-se a um exercito que, assim de olhos fechados, se ia precipitar n'um abysmo. Foram necessarias as mais instantes supplicas para o demoverem do seu proposito.

O seu voto comtudo ainda foi bastante forte para conseguir que D. Sebastião proseguisse a marcha, costeando o rio Huad-el-Mâkzen, em vez de o atravessar, como primeiro projectára; mas, na manhã do dia 2 de agosto, quando o exercito se punha em movimento, Muley-Hamed, o pretendente que os nossos designavam pelo nome de xarife (scheriff, descendente do propheta), que não soubera da nova ordem, tal era a anarchia que reinava no acampamento, marchou em direcção á ponte, e descobriu a esquadra do inimigo. Communicou a noticia a D. Duarte de Menezes, e D. Sebastião, sabendo-a, cheio de enthusiasmo e ardor, e não querendo por modo algum que se suppozesse que elle se esquivava ao combate, não escutou mais conselhos, e, retomando o primitivo plano, marchou em direcção a Alcacer Kibir.

Approximava-se o momento decisivo, e é necessario que dêmos conta da situação dos dois exercitos, e do terreno que vae ser campo de batalha.

Larache, que se apresentára como o primeiro objectivo da campanha, fica situada umas poucas de leguas ao sul de Arzilla, e banha-a o rio Lukkos (o antigo Lycus) que, depois de cingir as muralhas d'Alcacer Kibir, vae desaguar junto da formosa cidade que os Arabes denominam El-Araish ou horto das flores.

Ao norte do Lukkos deslisa o Mâkzen, que vae tambem desemboccar no Oceano, cujas marés sobem muito pelo rio. Na altura d'Alcacer Kibir os dois rios, o Lukkos e o Mâkzen, deixam entre si uma vasta planicie arida e queimada pelos raios do sol, que tinha de ser o fatal campo de torneio, onde se ia sepultar a corôa e a prosperidade da nossa patria.

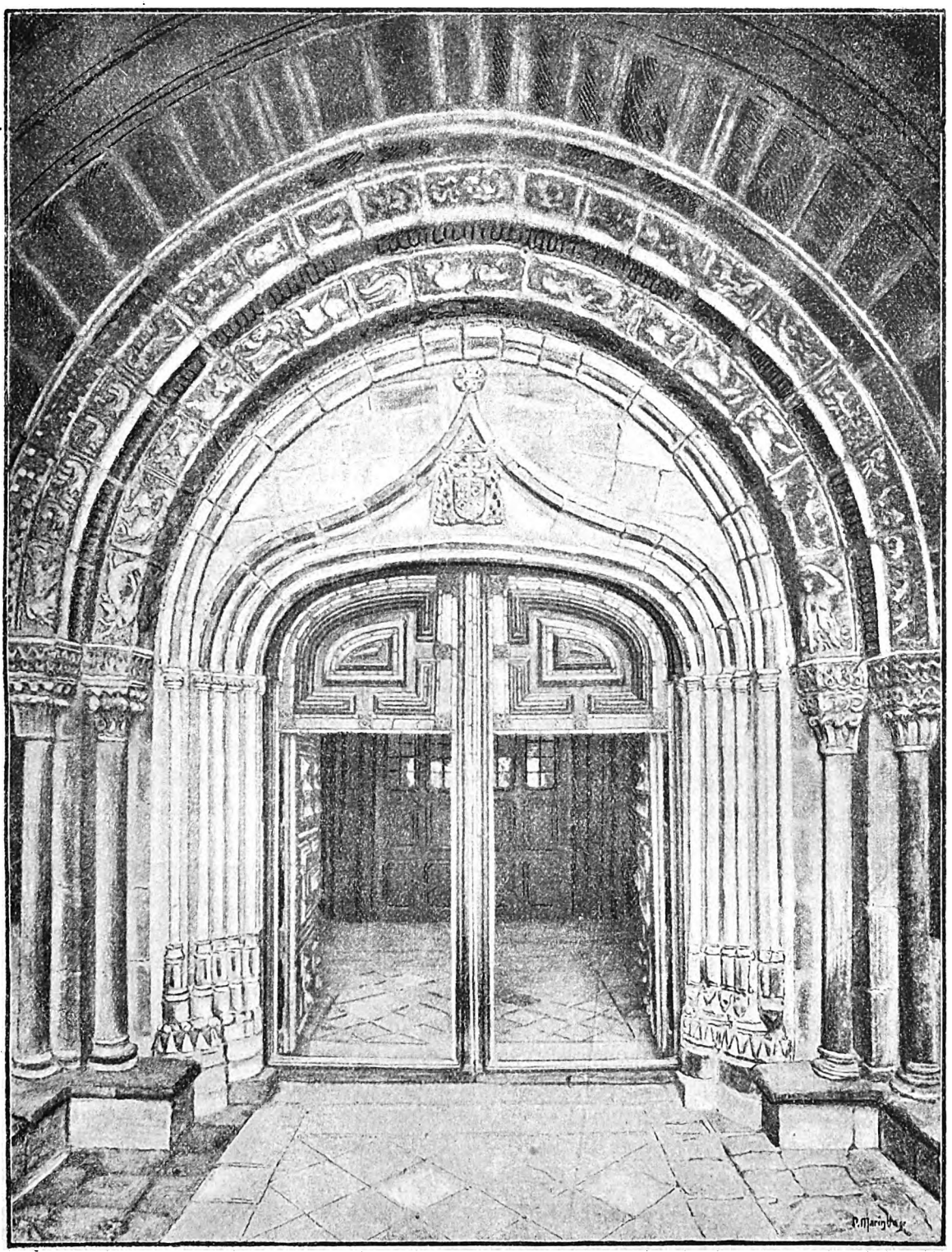
No dia 2 d'agosto o exercito, que sahira a 29 de julho d'Arzilla, estava apenas a nove leguas de distancia d'esta cidade e na margem direita do Mâkzen. O exercito d'Abd-el-Melek, na margem esquerda do Lukkos vigiava os movimentos do nosso, e estava pouco disposto a arriscar uma batalha.

Reuniu D. Sebastião o conselho e tres votos se manifestaram. Uns queriam que se passasse na ponte o Huad-Mâkzen[1], e se seguisse ao longo do Lukkos até Larache. Outros opinaram que se vadeasse o Lukkos no sitio de Guildames, e que, seguindo-se a margem esquerda, se fosse sitiar Larache, que fica na margem esquerda tambem. Outros finalmente, para lisongearem o monarcha, diziam que logo se travasse batalha. Esta ultima resolução foi, como sempre, a que se adoptou.

No dia 3 de agosto atravessou e exercito o Mâkzen. Vendo isso, Moluk, suppondo que D. Sebastião ia tambem vadear o Lukkos e marchar sobre Larache,

[1] *Huad* ou *Oued*, como os Francezes escrevem, significa *rio*.

Digitized by Google



PORTA PRINCIPAL DA SÉ DE BRAGA

disposto a não lhe dar batalha, como dissemos, exclamou: «Larache não tem remedio», e preparou-se para apenas inquietar a marcha d'el-rei; mas, vendo afinal que este acampava entre as duas ribeiras, preparou-se com repugnancia para dar batalha tambem.

Vendo pois a resolução dos christãos

Digitized by Google

de pelejar na planicie, Abd-el-Melek fez passar ao seu exercito o Lukkos. Entretanto D. Sebastião assentava o seu acampamento n'uma posição vantajosa, ainda que não tanto como a que na vespera occupára e em que lhe servia de fosso o Mâkzen. Agora separava-o do inimigo um largo barranco, o qual discorre ao longo do rio por espaço d'uma legua. Dos outros lados servia-lhe de defeza o proprio rio e as carretas dispostas com bastante arte. Vendo-se assim seguros, notando a repugnancia d'Abd-el-Melek em atacar, muitos fidalgos procuraram ainda convencer D. Sebastião a que permanecesse na defensiva. O conde de Vimioso, o duque d'Aveiro, o bispo de Coimbra instaram e supplicaram debalde; debalde tambem D. Duarte de Menezes se offereceu para saltear n'um ataque nocturno o acampamento inimigo, promettendo espalhar n'elle grande desordem, que seria uma garantia para os nossos arraiaes; debalde ainda o scheriffe Muley-Hamet, directamente interessado no exito da empreza, observou a D. Sebastião que, esperando-se dois ou tres dias, a victoria seria segura, porque sabia com certeza que Muley-Moluk pouco mais tempo poderia resistir ao veneno que o devorava; que, assim que elle morresse, uma grande parte do exercito, composto de partidarios do pretendente, o proclamariam emir, e que a victoria quasi não custaria sangue. Mas estas razões evidentes, tão proprias para convencer qualquer general sensato, não faziam senão arraigar D. Sebastião no seu proposito, porque D. Sebastião viéra á Africa para conseguir vantagens solidas, viéra para practicar façanhas de cavalleiro andante, e assim em aventuras de D. Quixote arriscava loucamente a sorte do seu paiz.

E' verdade que, ao mesmo tempo que os homens sisudos e experimentados procuravam fazer ouvir a el-rei a voz da razão, os aduladores, ainda na vespera do desastre, se obstinavam em lisongear a sua triste mania: o padre Ferrão da Silva bradava em altos gritos que se não demorasse a peleja, e Jorge da Silva pedia a el-rei que lhe mandasse as orelhas de Muley Moluk para elle as comer com azeite e vinagre! Nem ao menos tinha chiste este arremedilho de bobo, em occasião tão séria.

Parecia que a fortuna, que tão accusada havia de ser pelos Portuguezes, que ella depois abandonou, se obstinava em pôr bastante a cargo de D. Sebastião a responsabilidade do revez, porque até ao ultimo instante não lhe faltaram nem os avisos, nem os conselhos, nem as occasiões favoraveis para se salvar o exercito da sorte que o esperava. N'essa noite de 3 de agosto appareceram no acampamento portuguez um irmão de Muley-Hamet, chamado Muley-Naçar, e tres Portuguezes renegados, um dos quaes, muito conhecido pelo nome de alcaide Raposo, para conquistar as boas graças d'el-rei, lhe revelou franquissimamente tudo quanto se passava no arraial inimigo.

Enumerou as forças dos inimigos, cuja desproporção com as nossas era aterradora, disse que estavam bem providos de viveres, que Abd-el-Melek, primeiro resolvido a não arriscar batalha, oppondo ao exercito portuguez a fadiga de longas marchas, e a perseguição constante da cavallaria ligeira, se aventurava emfim a fazel-o, porque via a sua morte approximar-se rapidamente, e sabia que depois d'ella o exercito se dissolveria, e que seu irmão não tinha nem a coragem, nem a energia necessaria para apanhar no campo da peleja a corôa que lhe cahisse da fronte.

Mas que ainda assim Muley-Moluk, se os Portuguezes retirassem, não os perseguiria, nem os atacaria, se permanecessem no arraial, porque bem conhe-

Digitized by Google

cia o estado do espirito das suas tropas, e a traição que lavrava nas suas fileiras. O alcaide Raposo fez notar que isto era verdadeiro, que o Scheriff contava numerosisimos partidarios, mas que uns, subjugados pela energia do seu competidor, nunca ousariam revoltar-se contra elle emquanto elle vivesse; outros seguiriam a bandeira victoriosa, fosse ella qual fosse, outros eram partidarios decididos d'Abd-el-Melek, e principalmente os elches, ou renegados, dariam por elle até á ultima gotta do seu sangue, mas eram pouco numerosos em relação ao resto do exercito, e podia-se ter a certeza que, desde o momento em que Muley-Moluk cerrasse os olhos, tudo seria discordia, confusão e ruina no seu arraial. Portanto que, se D. Sebastião tivesse paciencia de esperar um ou dois dias, veria a victoria vir-lhe depôr aos pés as suas palmas e a corôa de Marrocos, e, encontrando deante de si um exercito retalhado pelas facções civis, sem grande trabalho dispersaria os que ousassem resistir-lhe.

Estas revelações não fizeram senão incitar D. Sebastião a que mais apressasse a batalha; não queria, dizia elle, vencer gente desanimada, não era gloria vencer sem lucta, e, como estas razões don-quichotescas, indignas d'um rei e d'um general, espantavam os ouvintes, sempre accrescentou que não podia esperar mais tempo, porque escasseavam os viveres, e a fome reinava no arraial.

O facto era verdadeiro: mas não valia a pena, como observava Muley-Hamet, soffrer algumas privações, quando demais a mais se podiam matar os bois das carretas, e esperar um acontecimento inevitavel, que devia infallivelmente dar ou facilitar a victoria aos Portuguezes?

Nada pôde demover D. Sebastião; deram-se as ordens necessarias para que o exercito se apromptasse para a batalha no dia seguinte, mas nem se formou um plano, nem sequer se viu que houvesse no acampamento a disciplina que é o primeiro elemento da victoria. O somno afinal desceu sobre o arraial; só velavam as sentinellas, e, no meio de tristes presentimentos, passou para os Portuguezes a noite de 3 a 4 d'agosto de 1578.

E entretanto, no acampamento inimigo, Abd-el-Melek, expirante, apezar d'isso tomava todas as precauções que podiam assegurar a victoria. Sabendo bem que muitos dos seus soldados eram affectos ao inimigo, trocou á ultima hora os commandos, desarranjando assim qualquer combinação traiçoeira que estivesse premeditada.

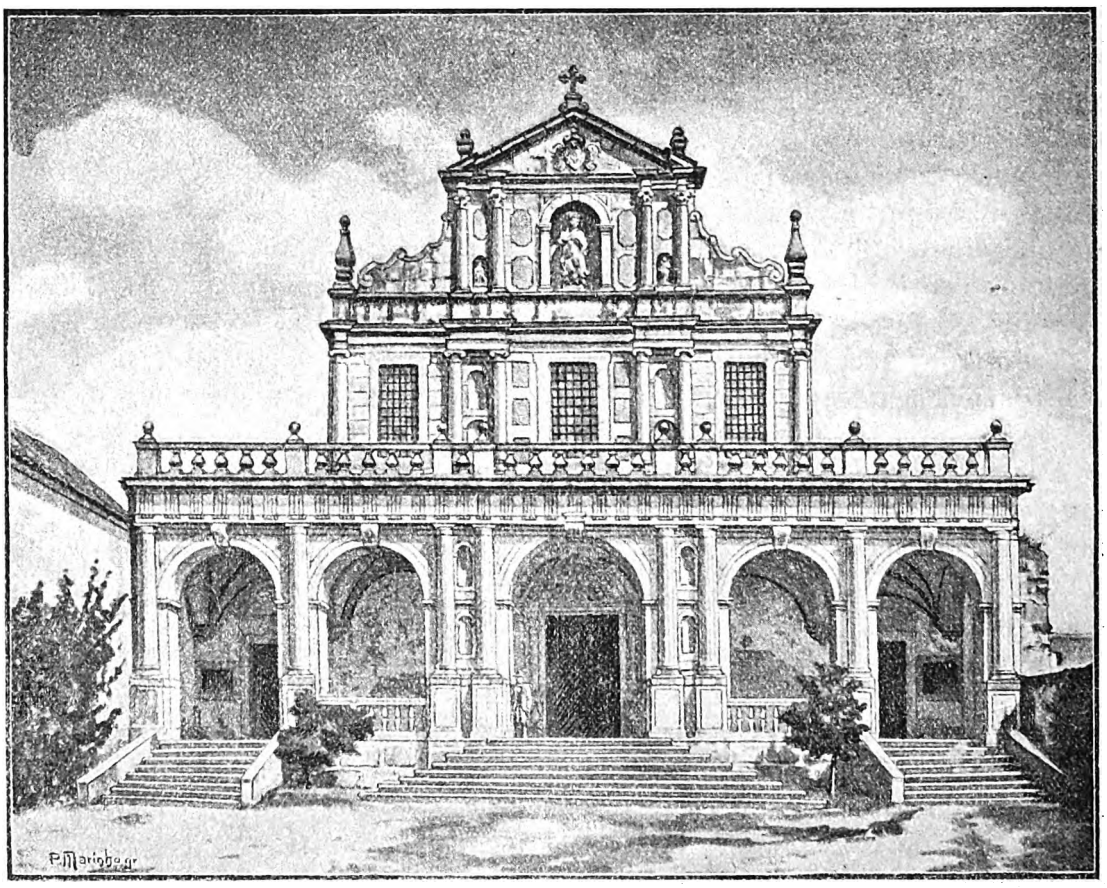
Alvoreceu finalmente o fatal dia 4 d'agosto, e D. Sebastião, levantado com a aurora, vestia á pressa as armas, cheio de enthusiasmo e ardor. Não succedia o mesmo no resto do exercito: as illusões tinham-se dissipado; e os mesmos que mais ardentes haviam sido em lisongear D. Sebastião, vieram agora, contrictos e arrependidos, implorar a el-rei que não arriscasse a sorte do paiz em peleja tão desegual. D. Sebastião ouviu-os indignado, e respondeu-lhes com aspereza. D'esta vez tinha razão, e os vis lisongeiros d'outr'ora curvaram a fronte enrubecida deante do olhar inflammado do joven monarcha.

Muley-Hamed é que não se podia resignar a vêr todas as suas esperanças esvaírem-se em fumo, e, apezar de ter sido repellido no dia antecedente, pediu a Abd-el-Kerin, que era mais acceito a el-rei, que lhe rogasse que só désse batalha no dia seguinte. D. Sebastião respondeu-lhe com uma pergunta: «O acampamento de Muley-Moluk, disse elle, é melhor do que o meu, não é? — Decerto, redarguiu o Mouro — Pois bem, quero tomar-lh'o ainda hoje».

Digitized by Google

Não desistiu o infeliz pretendente de segurar por algum modo a fortuna que o abandonava, e mandou pedir a el-rei que ao menos só começasse de tarde a acção, porque os soldados europeus, que não estavam costumados aos ardores do sol africano, não poderiam combater bem emquanto durasse a calma. D'esta vez era por tal fórma evidente a justiça do pedido que D. Sebastião não teve remedio senão ceder; mas, como se a fatalidade decididamente conspirasse contra os Portuguezes, o capitão Aldana, que até ahi só dera prudentes e assisados conselhos, tomando de subito frenesi, entrou na regia tenda, bradando em altas e descompostas vozes que estava tudo perdido, se se não atacasse immediatamente.

Era traição ou loucura? Se era traição, expiou-a amargamente, porque foi um dos que ficaram extendidos no campo de batalha, e é inverosimil que elle estivesse resolvido a commetter uma traição de que teria de ser victima. Loucura? Tambem parece pouco provavel que um capitão prudente e experimentado tivesse de subito um frenesi tão estranho.



EVORA—CONVENTO DA CARTUXA

Em todo o caso, D. Sebastião, aproveitando immediatamente este pretexto, que se lhe offerecia para seguir nas suas inclinações, e montando logo a cavallo, deu ordem para que se formasse o exercito, e se entrasse immediatamente em batalha.

D. Duarte de Menezes, recebendo as ordens d'el-rei, tractou de formar em tres divisões o corpo do exercito e de o dispôr em quadrado, ou antes, como hoje diriamos, em columna cerrada. A van-

Digitized by Google

NAUFRAGIO DE MANUEL SEPULVEDA

Digitized by Google

guarda constituiam-n'a o corpo dos aventureiros; á sua esquerda o terço dos Italianos; á direita uma companhia d'arcabuzeiros de Tanger, o terço allemão e o hespanhol.

O centro compunha-se dos terços de Lisboa e do Alemtejo; a rectaguarda dos terços de Santarem e do Algarve.

Os carros e as carretas flanqueavam a esquerda da columna: as bagagens iam no centro; duas companhias de arcabuzeiros cobriam a rectaguarda, e nas duas alas marchava a cavallaria. A columna era rodeada por várias linhas d'arcabuzeiros dispersos, como hoje diriamos, em atiradores.

Os gastadores e a artilheria marchavam a alguma distancia na frente da columna. Commandava-os Pero de Mesquita, bailio de Leça.

O terço dos aventureiros era commandado por Alvaro Pires de Tavora, em logar de seu irmão Christovam de Tavora, que não quizéra sahir de junto d'el-rei. Entre os voluntarios que se tinham alistado n'esse corpo distinguiam-se D. Martinho de Castello Branco, senhor de Villa Nova; D. João, D. Diogo e D. Miguel de Menezes, da casa de Cantanhede; Bernardim Ribeiro Pacheco, D. Gonçalo Chacon, irmão do conde de Puebla, Manuel Rolim, e Miguel Telles de Moura. O alferes era Francisco Ferreira Valdeviessa, e eram sargentos-móres Pedro Lopes, e João Alvares de Menezes.

O terço dos Italianos commandava-o, como sabemos, Thomaz Sternuil, marquez de Leinster, e era seu immediato o capitão Hercules de Pisa.

Os Allemães iam guiados ao combate pelo seu chefe Martim de Borgonha.

Os Hespanhoes, commandados por D. Alonso de Aguilar, marchavam divididos em onze bandeiras ou pelotões como hoje diriamos. D. Luiz de Cordova, D. Luiz Godoy, D. João d'Avila, e o capitão Aldana eram os chefes principaes.

O terço de Lisboa commandava-o João Bezerra, no impedimento do seu primeiro chefe Diogo Lopes de Sequeira. Os terços de Santarem, Alemtejo e Algarve obedeciam aos seus coroneis nomeados, D. Miguel de Noronha, Vasco da Silveira, e Francisco de Tavora.

A cavallaria da ala direita dividia-se em tres corpos, um commandado pelo duque d'Aveiro, e composto dos seus parentes e criados; outro, dos cavalleiros das praças africanas, commandado por D. Duarte de Menezes; o terceiro, dos Mouros de Muley-Hamet. A cavallaria da esquerda era commandada por el-rei em pessoa, junto do qual tremulava a régia bandeira hasteada pelo alferes-mór D. Luiz de Menezes. Entre os fidalgos que rodeavam de perto o monarcha, viam-se o conde de Vimioso, Luiz da Silva, seu irmão o padre Fernão da Silva, o embaixador de Castella D. João da Silva, o conde da Vidigueira Luiz e Christovam d'Alcaçova, D. Jayma irmão do duque de Bragança, e junto d'elle D. Antonio, prior do Crato, D. Pedro de Castello Branco, D. Garcia de Menezes, D. Alvaro de Castro, Christovam de Tavora e muitos outros.

«O prior, diz Rebello da Silva, offendido pelo desagrado que o monarcha lhe mostrára na sua contestação com o valido Christovam de Tavora, nem buscou um posto, em que se podesse crêr que de proposito procurava os olhos e os louvores do soberano, nem desejou tambem ficar tão distante que depois lhe não fosse facil accudir a qualquer perigo que o ameaçasse[1]».

As desavenças e as inimizades não eram infelizmente o que menos abundava no exercito. Na manhã do combate

[1] *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII* 1.ª Introducção, cap. 1.º, pag. 212.

Digitized by Google

houvéra uma pendencia grave no terço hespanhol, entre o capitão Aldana e D. Luiz de Cordova, pendencia que degeneraria em duello, se não apparecesse el-rei a socegar os animos.

D. Alonso d'Aguilar estava indignado contra o proprio soberano, por este lhe não conceder o perdão d'um mancebo, que commettera uma leve falta, e que D. Sebastião se obstinava em punir. Por isso, quando o monarcha, antes de começar o prelio, veiu passar revista ao terço hespanhol, D. Alonso, voltando-se para os soldados, exclamou: «Apertae com os Mouros como leões, para que sua magestade veja que não mereceis o modo como vos tractou».

A indisciplina por conseguinte reflervia no exercito; depois, uma devoção mal entendida, tendo levado muitos dos soldados a passarem a noite em vigilia de penitencia, trazia-os para o combate fracos e macerados, incapazes emfim de luctarem com ardor.

A formatura adoptada por D. Sebastião não podia dar bons resultados. Tres seculos depois o marechal Bugeaud, tendo de se bater com os mesmos inimigos, com os descendentes dos vencedores d'Alcacer, adoptava, segundo elle diz nas suas *Memorias*, a seguinte disposição:

Formou com o seu exercito em columnas a meia distancia, um losangulo. Cada columna, composta d'um batalhão, podia formar-se em quadrado. A artilharia estava dividida nas quatro faces, correspondendo aos intervallos dos batalhões. As bagagens e a cavallaria estavam no centro, de fórma que os esquadrões podiam sair pelos intervallos, perseguir o inimigo, voltando, logo que fosse necessario, a refugiarem-se debaixo da protecção da infanteria.

Esta disposição tinha a vantagem de tornar os batalhões independentes uns dos outros, podendo formar-se em quadrado rapidamente, protegendo-se uns aos outros pelo cruzamento dos fogos, sem que do desastre, que um d'elles soffresse, resultasse forçosamente o desastre de todo o exercito. Era assim uma série de reductos, que formava um systema de defeza, e que a cavallaria marroquina, constituindo a força principal do exercito inimigo, tinha de demolir successivamente, antes de poder cantar victoria.

Fôra tambem uma disposição similhante a que Bonaparte adoptára na batalha das Pyramides, e a unica razoavel contra inimigos d'este genero; infelizmente D. Sebastião, que nada percebia d'arte militar, concentrou as suas forças, de modo que bastava que a cavallaria inimiga repellisse a vanguarda para todo o exercito ficar envolto na desordem, com a retirada cortada, e n'uma confusão indescriptivel.

Entretanto Abd-el-Melek, habilissimo general, dispunha o seu exercito de modo que tirasse toda a vantagem possivel das forças que o compunham.

Os Mouros não estavam costumados a combater assim em regra, mas Abd-el-Melek teve ascendente bastante para os formar com toda a regularidade, para os sujeitar ás leis da estrategia, sem por isso lhes affrouxar o impeto.

Abd-el-Melek, primeiro que tudo, occupou um outeiro pouco alto que se elevava no meio da planicie, mas que serviu ainda assim para elle emboscar uma grande porção das suas forças; no viso do outeiro dispôz a artilheria, mas por tal fórma escondida por tão bem dispostas ramadas que só os Portuguezes a conheceram quando lhe sentiram o estrago.

O resto do exercito, disposto em crescente, devia marchar n'essa fórma, envolvendo o pequeno exercito portuguez, e apertando-o entre as duas pontas, como nas garras d'um tigre immenso. Além

Digitized by Google

d'isso um dos seus alcaides, com um corpo escolhido de cavallaria, devia tornear muito de longe os Portuguezes, e, correndo ao longo do Mâkzen, vir cair sobre a sua rectaguarda. Abraham Sufian, alcaide d'Alcacer-Kibir, devia fatigar as columnas portuguezas com as escaramuças continuadas da sua cavallaria ligeira.

Não podêmos deixar d'admirar as disposições do habil e moribundo emir de Marrocos. Ao passo que o rei de Portugal dava as ordens mais absurdas, e commettia erros que os generaes subsequentes nas guerras contra os Mouros se guardaram bem d'imitar, Abd-el-Melek pelo contrario tomava medidas excepcionaes na estrategia marroquina, e que nunca mais se repetiram, porque nunca mais tiveram os Mouros á sua frente um tão perito conhecedor dos segredos da arte da guerra.

Assim, Abd-el-Melek, ao entrar em batalha, nem quiz que os seus soldados levantassem o acampamento, nem quiz que ficassem a defendel-o. Ordenou que um renegado genovez com uma forte divisão ficasse a guardal-o, evitando assim a confusão que deu causa em grande parte á perda da batalha d'Isly, em que os Mouros pelejaram quasi á roda do seu campo, onde entrou a cavallaria franceza produzindo um estrago irremediavel.

No modo como dispôz as tropas não foi menos habil Abd-el-Melek. Na vanguarda pôz os soldados em que tinha menos confiança, que eram os Gazues e os Andaluzes; nas costas d'estes collocou as suas melhores tropas os renegados e os Azuagos, os quaes demais a mais tinham um odio de morte aos que iam adeante, de fórma que bem sabia Abd-el-Melek que os não deixariam recuar, antes os obrigariam ás lançadas a investir com os inimigos.

Em terceira linha marchavam os Berebéres e os Kabylas, que de nada serviam para o ataque, porque tomariam o partido do vencedor, mas que eram admiraveis para completar a derrota. Ferozes e sanguinarios, não dariam quartel, e os seus movimentos impetuosos produziriam um terror immenso nas fileiras dos inimigos abatidos.

A rectaguarda, emfim, era composta pelas intrepidas mas selvagens tribus do Atlas, que os marabutos haviam fanatizado e que marchavam contra os Christãos com um odio immenso no coração.

Em cada uma das pontas do crescente galopavam dez mil cavalleiros arabes, e a cavallaria ligeira do alacide d'Alcacer-Kibir, em filas de quinze e de vinte homens, volteiava galopando, em djerid phantasioso, excitando-se d'esse modo para a peleja.

Sentindo a morte approximar-se, Abd-el-Melek teve ainda energia bastante para occultar os seus padecimentos, e para percorrer, com o rosto revestido d'uma pallidez mortal, as fileiras do seu exercito, animando a todos, e lamentando deante dos seus alcaides que não podesse partilhar os seus perigos e a sua gloria. Politico tão habil, como experimentado general, soube dizer a cada um as palavras que maior impressão lhe fariam; aos alkaides do seu partido commoveu-os com as tristezas da saudação; aos indecisos e inimigos captivou-os com a benevolencia do accolhimento; aos renegados affirmou que D. Sebastião dissera que os queimaria vivos se os apanhasse; aos fanaticos asseverou que seu sobrinho se fizera christão, e que, se vinha reconquistar o perdido imperio, era com o firme proposito d'expulsar de todo elle a seita de Mahomet.

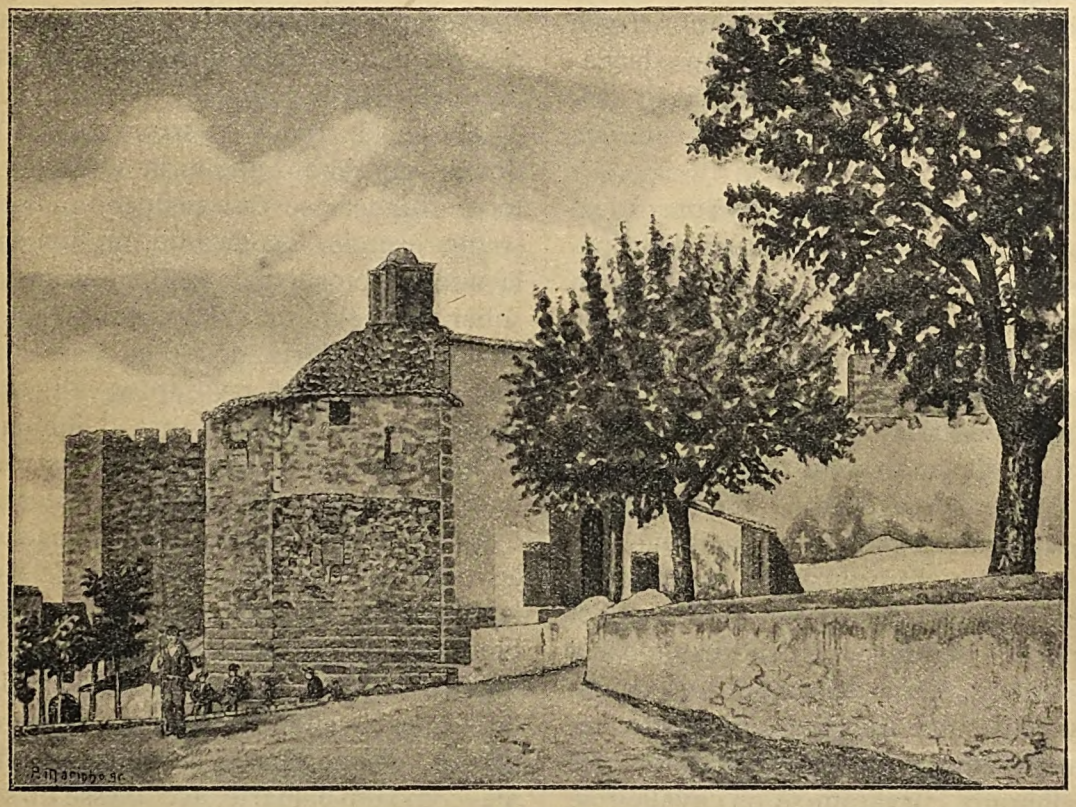
Ao mesmo tempo D. Sebastião commettia desacerto sobre desacerto. Repellia um ultimo conselho de fr. Estevam do Carmo, que lhe pedia que não arriscasse a batalha, e, louco de jubilo com

Digitized by Google

a presença do inimigo, não pensava senão nas façanhas que ia practicar como cavalleiro, sem se importar com os seus deveres de general.

E comtudo, ao mesmo tempo, emquanto percorria as fileiras com o rosto radiante de enthusiasmo, intimava a todos positivamente para que só ás suas ordens obedecessem e que só á sua vóz carregassem o inimigo.

ximo bastante do inimigo para poder desembainhar a espada. Assim, avançando desattento, chegou a tiro de peça da collina, e de subito a artilheria inimiga, desmascarando-se, lançou a desordem nas nossas fileiras. Houve um momento de hesitação na vanguarda, e essa hesitação, graças á absurda formatura do nosso exercito, communicou-se a todos os terços. Vendo os soldados



CASTELLO D'ELVAS

Mas prestemos ao mesmo tempo justiça ao intrepido mancebo: não descórou nem se turvou, quando viu avançar para elle o crescente immenso das tropas musulmanas.

A columna portugueza avançava na ordem que dissemos, e já alguns cavalleiros soltos d'Abd-el-Melek escaramuçavam com a nossa rectaguarda, denunciando assim o plano de nos envolver, concebido pelo emir. D. Sebastião a nada attendia, e só desejava chegar proabalados antes de entrarem em batalha, o capitão Aldana, tornado a si do accesso de loucura de pela manhã, se loucura foi, chegou-se a D. Sebastião, disse-lhe que procurasse pôr-se a salvo porque a derrota era imminente. Espantou-se o monarcha d'estas palavras, e perguntou-lhe o que as motivava.

«Vêde o nosso estado, redarguiu o Castelhano, reparae no alvoroto e na confusão que levantam os primeiros tiros. O que será d'este exercito, que se

Digitized by Google

inquieta com as balas d'alguns canhões, quando tiver sobre si as lanças e os mosquetes de tantos infieis? Recuando romperá as linhas, e, embaraçados uns com os outros até ás bagagens, cahirão todos quasi sem defeza em poder dos barbaros.»

El-rei ficou um pouco turvado com esta declaração categorica, justificada pelo que podia vêr; vinha porém tarde o aviso, e o rei para completar de todos os modos o procedimento incrivel, que o levou a lançar-se d'olhos fechados no abysmo, revelou indecisão exactamente quando devia mostrar energia inplacavel.

O exercito, marchando em ordem unida, começava a ser mal tractado pela artilheria inimiga, e el-rei não dava ordens. Foi necessario que um voluntario do corpo dos aventureiros, Bernardim Ribeiro Pacheco, bradasse do seu logar que se desse o signal do combate, afim de não morrerem todos inutilmente, e que Jorge d'Albuquerque Coelho fizesse notar ao monarcha o estrago que os canhões musulmanos já começavam a produzir, para que D. Sebastião, saindo do seu torpor, mandasse tocar a Ave-Maria, signal do rompimento da peleja. O Jesuita Alexandre de Mattos levantou bem alto um crucifixo; os infantes ajoelharam, curvaram-se os cavalleiros, e, ao melancholico estridor dos clarins e trombetas floreando a melodia religiosa, o exercito, reverente e cheio d'uncção, preparou-se, como os cruzados de Godofredo, mas com muito menos enthusiasmo do que elles, para o holocausto cruento em que iam sacrificar as suas vidas e a existencia nacional ao principio, talvez poetico, mas decerto absurdissimo, da guerra religiosa, da propaganda armada.

D. Sebastião é que sentiu a sua energia retemperar-se n'este exercicio devoto. Arrancando a espada e lançando para bem longe a bainha, o joven soberano, radiante d'enthusiasmo e d'audacia, respirando o cheiro da polvora como corcel impaciente, mas olvidando completamente os deveres de general, precipitou-se sobre os inimigos á testa do esquadrão que em pessoa commandava.

Mas a ordem de marcha, que devia dar aos outros corpos, e sem a qual ordenára expressamente que ninguem atacasse, nem mais se lembrou d'ella.

O exercito, paralysado, não poude carregar com a unidade que faria o seu impeto irresistivel.

Apezar de todos os erros commettidos, quem sabe o que faria ainda o valor portuguez, se esse pequeno mas resoluto exercito de dezoito mil homens, levado á victoria pelo seu enthusiastico soberano, pela sua valente nobreza, excitado pela gloria dos seus passados, pelo brio nacional, pelo ardor religioso, carregasse compacto sobre o inimigo, matasse sobre os canhões conquistados os pavidos artilheiros, rompesse o centro d'esse crescente immenso que ameaçava envolvel-o, e, chegando proximo de Muley-Moluk na occasião em que este, rendido pelo ultimo esforço, soltava o derradeiro suspiro, espalhasse a noticia fatal, e, aproveitando o primeiro terror panico, desmoronasse os renegados firmes como um baluarte, accolhesse no seu seio os transfugas, dispersasse os indecisos, e, cortando com o seu ferro heroico as tribus aterradas, colhesse mais uma vez immorredouros loiros n'esse funesto areial que tinha de ser a sepultura da sua gloria?

Não é um vão sonho esta supposição. Os factos bem demonstram a sua possibilidade. A carga dada por el-rei foi irresistivel: o seu brilhante esquadrão levava adeante de si, ennovellados os cavalleiros arabes, e o joven rei, na vanguarda, brandindo o sangui-sedento gladio, parecia o leão na investida, espan-

Digitized by Google

tando só com o seu rugido os caçadores convulsos.

Vendo que el-rei olvidava os seus deveres de general, D. Duarte de Menezes tomou sobre si pôr em movimento o seu esquadrão, e abalou a galope; seguiu-lhe o exemplo Muley-Hamet, e este reforço, augmentando a confusão dos inimigos, embaralhou as fileiras, e, lançando para o meio dos cavalleiros os atiradores arabes, poz em completa derrota essas tropas ligeiras que precediam o corpo do exercito.

A victoria era maravilhosa, mas parecia segura: quando um punhado de cavalleiros tal estrago produzia, como não seria irresistivel o embate do corpo do exercito, se, carregando a um tempo, viesse auxiliar os heroicos esforços da fidalga cavallaria?

Os cavalleiros inimigos fugiam em todas as direcções, começavam já a perturbar o corpo do exercito, que ondeava, oscillava, hesitava, vendo a promptidão com que os cavalleiros christãos afugentavam os ginetes berebéres. Mas el-rei, embriagado com o combate e a victoria, nem já pensava nos seus deveres de general. O corpo de exercito contemplava, como simples espectador, as façanhas da nobreza, e não se atrevia a marchar. De impacientes, rugiam, choravam os velhos soldados de Tanger e de Mazagão, e ninguem sabia, ninguem podia aproveitar-lhes o bellico ardor. Afinal, o corpo de aventureiros, não podendo conter-se, abalou tambem sem ordens, e precipitou-se sobre os inimigos. Esta nova carga produziu um effeito fulminante: não era já a cavallaria solta que fugia, era o proprio corpo do exercito que não ousava arrostar o impeto dos nossos. A'vante, bravos aventureiros! salvae n'este heroico torneio, o nome, a gloria, a prosperidade, o futuro da vossa patria! vêde como elles levam adeante de si, na ponta dos piques os Arabes aterrados. Os arcabuzeiros de Tanger seguem-nos tambem, o seu fogo vivo, certeiro e sem interrupção, semeia a morte nas fileiras inimigas. E' um punhado de bravos no meio das ondas dos Mouros; mas, como o navio possante sulca magestoso a amplidão, rasga a crista das vagas, repelle para um e outro lado os seus esquadrões espumantes, assim o pequeno troço dos aventureiros sulca, dispersa, corta em mil fragmentos essa longa e espessa linha curva do crescente mourisco. Foram tão adeante os intrepidos aventureiros, que, arrojando para um e para outro lado os mais valentes dos inimigos, chegaram proximo do ponto onde uma liteira, com as cortinas cerradas, transportava Abd-el-Melek desfallecido e moribundo. Ouvindo o clamor de victoria que os nossos soltavam, escutando os gritos de terror dos seus, sentindo tão proximo de si o rumor do combate, o velho soldado reanimou-se. Sabendo que lhe fugia a sorte do prélio, Muley-Moluk, intrepido até á morte, fez um derradeiro esforço, comprimiu a dôr que o dilacerava, chamou a si as forças vitaes que lhe fugiam, repelliu o anjo Azrael, que já em torno d'elle volteava, com a sua indomavel energia, e, vestindo as armas, montou a cavallo. Mas n'esse ultimo esforço exgotou-se-lhe de todo a vida, a espada cahiu-lhe da mão convulsa, perdeu a luz dos olhos, e soltou o derradeiro suspiro, pondo ainda o dedo nos labios gelados para avisar d'esse modo os seus fieis, já que falar não podia, para que occultassem um desastre que seria o signal da derrota.

Os nossos estavam tão proximos d'elle, que o viram cahir, e que houve até quem suppozesse que fôra uma bala de um arcabuzeiro de Tanger que lhe apressára a morte. Ah! se n'esse momento, proclamando a noticia, apertando mais com os inimigos, e, dando ordem emfim

Digitized by Google

ao resto do exercito para auxiliar o impeto da cavallaria, dos aventureiros, e dos arcabuzeiros de Tanger, D. Sebastião o houvesse arrojado contra o inimigo, não enfunaria mais uma vez (contra todas as probalidades) o sopro da victoria as triumphantes quinas portuguezas?

Não succedeu assim, porque D. Sebastião pelejava como um soldado, e,

MANUEL DE FARIA

embebido nas suas façanhas de cavalleiro, deixava passar ao alcance da mão a fortuna que lhe fugia. E comtudo, fugindo-lhe a medo, ainda lhe enviava os seus mais benevolos sorrisos. Os canhões inimigos, desmascarando-se, tinham surprehendido a nossa artilharia na sua marcha, e Pedro de Mesquita, com as peças nas carretas, mal podéra responder ao seu fogo: mas o impeto dos esquadrões e do terço dos aventureiros remediára esta falta, e emquanto uns dispersavam a cavallaria arabe, e rompiam o centro do exercito inimigo, outros, arrojando-se á collina, luctavam corpo a corpo com os artilheiros, e faziam calar a bateria. Já, por um lado os aventureiros, por outro lado D. Sebastião e o duque de Aveiro ameaçavam os canhões marroquinos; o resto dos esquadrões, e do terço brilhante d'Alvaro Pires de Tavora proseguiam na victoria, quando um dos capitães dos aventureiros, Pero Lopes, vendo que o resto do exercito os não auxiliava, e temendo que os nossos, levados pelo ardor, se perdessem, embebendo-se nas fileiras inimigas, bradou: *Ter, ter*, no intuito de lhes reprimir o impeto. Não seria traição, mas foi um acto de rematada insania. Os aventureiros, ouvindo essa voz de um dos seus capitães que os mandava fazer alto, suspeitaram algum desastre, começaram a retirar desaffrontando o inimigo ao mesmo tempo, outra voz, que nunca se soube de quem era, reprimia o impeto da cavallaria, talvez notando o movimento retrogrado dos aventureiros. Foi o que perdeu tudo. Vendo-se desoppressos dos nossos, os inimigos voltaram a si do panico terror que os salteára, e tornaram ao combate com furia desesperada.

A artilheria, livre dos assaltantes, desencadeiou de novo a procella de fogo e ferro com que dizimava os esquadrões portuguezes. A morte d'Abd-el-Melek não era sabida senão pelos seus mais intimos, que haviam escondido o cadaver na liteira, e, acercando-se d'ella, fingiam pedir-lhe as suas ordens e responder ás suas perguntas. A fuga dos inimigos muda-se de prompto n'um movimento offensivo, os esquadrões arabes, reanimados, voltam sobre os Portugue-

Digitized by Google

DEFEZA DE MAZAGÃO

Digitized by Google

zes, que d'esta vez lhes não podem soffrer o impeto, não só porque já perderam o primeiro ardor, como porque a fadiga e a calma, que é aterradora, lhes anniquillam as forças physicas. Pondo na vanguarda longas fileiras de escopeteiros, os inimigos crivam de ballas os nossos soldados, que caem uns sobre os outros, ardendo em raiva de não poderem ao menos morrer vingados; a desordem é extrema, e n'este terrivel momento, D. Sebastião, correndo para um e outro lado, nem dá ordens para diminuir o desastre, como as não déra para assegurar a victoria.

E o que fazia o resto do exercito, que ainda não combatêra? Oppresso pela fadiga da marcha, e pelo ardor d'um sol africano d'agosto, defendendo-se em ordem compacta contra o turbilhão da cavallaria inimiga, que sobre elle cahia depois de ter destroçado a flôr das nossas tropas, embaralhavam-se-lhe as fileiras, e cahiam quasi sem combater. Os Allemães, os Italianos, os Hespanhoes, repellidos pelo terrivel impeto dos inimigos, lançavam a desordem nos terços dos bisonhos recrutas portuguezes, que fugiam possuidos d'um terror panico, e achavam na fuga as lanças da divisão que, torneando o plaino e galopando ao longo do Mâkzen, os vinham salteiar pela rectaguarda. Para cumulo de desgraças pegou fogo n'um carro de polvora, que voou pelos ares, espalhando em torno de si a morte. Esta explosão completou a derrota; n'esse ponto a batalha não offerecia d'ahi a pouco senão o aspecto e as peripecias do mais formidavel desastre.

Entretanto D. Sebastião, desvanecidas as illusões, perdida a esperança, sombrio e resignado, só pensava em morrer. Agrupada emtorno d'elle a flôr da sua nobreza dava ao mundo o exemplo da mais heroica dedicação. Ninguem pensava em si, todos no monarcha. Morrerem para o salvarem era o anhelo de todos, moços e velhos, mancebos a quem sorria a vida, anciãos que tinham na sua existencia uma longa série d'acções gloriosas. Pondo-se á frente dos fidalgos, D. Sebastião deu uma carga furiosa para tentar livrar a artilheria que os inimigos tinham quasi tomada. N'esta investida tremenda, o duque d'Aveiro, D. Jayme de Bragança, D. João de Mendonça, e muitos outros fidalgos encontraram a morte; o prior do Crato despia as armas todas golpeadas pelo ferro inimigo, e a pé, não fazendo caso do proprio perigo, indicava ao rei um claro nas fileiras musulmanas, por onde podia atravessar, pondo-se a salvo.

Mas el-rei não o attendia. Ah! temos censurado bastante o louco mas infeliz mancebo, para que lhe possâmos prestar agora uma derradeira homenagem. Não se desmentia um instante o seu intrepido valor. Conscio de que lhe era devido o immenso desastre a cujas peripecias assistia, não quiz sobreviver a elle, quiz expial-o ao menos derramando a ultima gotta do seu sangue. Foi uma resolução para Portugal de tristes consequencias, mas resolução digna d'um heroe e heroicamente executada. Não se lançou como um furioso nas fileiras inimigas, não; grave e triste, como a victima da fatalidade, arrojava-se aos Mouros, e em cada investida entrava mais fundo no seio do exercito e abria um largo e ensanguentado sulco.

As suas palavras serenas e compostas não desmentiam a serenidade da resolução. «Rendei-vos, senhor», dizia-lhe D. Francisco de Mascarenhas, e elle meneiava a cabeça negativamente com um triste sorriso. «Só nos resta morrer,» accudiu então D. João de Portugal. «Morrer sim, murmurava el-rei com voz abafada e lenta, morrer, mas devagar!»

E sombrio e implacavel, lá ia de novo semear a morte nas fileiras dos Mouros,

Digitized by Google

que, sem o reconhecerem, lhe tinham cobrado medo, e se afastavam deante d'elle, fugindo aos golpes da sua terrivel espada.

Os fidalgos não o largavam, cobrindo-o com o corpo, aparando os golpes que iam vibrados ao soberano; foi assim que morreu Vasco da Silveira, procurando defendel-o, foi assim que D. João de Portugal levou no rosto uma formidavel cutilada.

Completa por todos os lados a derrota, os Mouros voltavam a apinhar-se emtorno d'este pequeno grupo que resistia sempre. Então Christovam de Tavora, lavado em lagrimas, ajoelhou deante do soberano, e perguntou-lhe: Que remedio teremos agora, senhor? «O do céu, se as nossas obras o merecerem», respondeu el-rei.

Mas o valido, querendo salval-o, continuava ajoelhado, e, acenando a um dos chefes mouros, pedia ao mesmo tempo a régia espada para a entregar aos inimigos. D. Sebastião, deixando n'esse momento a serenidade que o caracterisára na ultima peripecia da batalha, repelliu-o bruscamente, exclamando: — Não, a liberdade real só se ha de perder com a vida.

E, enterrando as esporas no cavallo, entranhou-se a galope nas fileiras musulmanas. Seguiram-n'o os fidalgos, mas depressa o perderam de vista. Tomado de sombria desesperação, el-rei fazia voar o cavallo, distribuindo para um e para outro lado as mais robustas cutiladas. O conde de Vimioso era quem de mais perto o acompanhava, mas caiu aos golpes dos Mouros, e D. Sebastião, perdendo-se aos olhos de todos, sumiu-se para sempre no mais indecifravel mysterio.

Qual foi a sua sorte? Ninguem a soube. Morreu na batalha é o de que se não póde duvidar, mas ninguem o viu cair, e a lenda envolveu a sorte do infeliz soberano nos seus magicos véos.

Diziam uns que houve quem o visse expirar, mas que nunca o disséra, porque reputava deshonroso ter ficado vivo no sitio em que o seu monarcha fallecêra. Outros, e foram os que deram força depois á lenda da salvação miraculosa do rei, affirmaram que houve quem o visse atravessar de um lado ao outro o exercito dos Mouros, e, livre de inimigos, desapparecer ao longe sem que ninguem o perseguisse. Esses diziam que elle se envergonhára de voltar a Portugal, e que fôra na Palestina expiar as suas culpas. Foi d'essa versão que se serviram os aventureiros, que aproveitaram a credulidade popular para se fazerem passar por elle. Foi essa lenda tambem que deu origem á seita dos *sebastianistas*.

A verdade é que ninguem pôde dizer qual fôra o seu tragico fim. Appareceu um cadaver que se disse ser d'el-rei D. Sebastião, mas, se o era, tão desfigurado estava que ninguem affoitamente podia dizer que o reconhecêra.

Emquanto o monarcha succumbia assim, o exercito, completamente destroçado, procurava, mas debalde, salvação na fuga. O *Mâkzen*, engrossado pela maré, não se deixava transpôr facilmente, e entretanto aos vencedores vinham-se juntar bandos d'alarves, que espiavam dos montes proximos o resultado da batalha, e agora, como os corvos, cahiam sobre os vencidos, e transformavam a derrota n'uma verdadeira carnificina.

Muley-Hamed, o desditoso pretendente, depois de pelejar com denodada bravura, vendo tudo perdido, fugiu á redea solta, com o desespero retratado no semblante, e quiz atravesser o rio. Sidi-Musa e Abd-el-Kerin, que o acompanhavam, fizeram-lhe observar que o rio torrentuoso tornára difficil a passagem; mas o desditoso scheriff olhou para elles de um modo que os fez emmudecer.

Digitized by Google

Mettendo o cavallo á corrente, um breve espaço luctou victoriosamente com as ondas, mas, quando estava já proximo da margem opposta, foi levado pela força da agua, e afogou-se, deixando os seus companheiros convencidos de que essa morte fôra mais suicidio que desastre.

Assim, n'esta funesta batalha expiraram os tres soberanos que a ella haviam assistido, Muley-Moluk, Muley-Hamed, e D. Sebastião.

A perda dos Portuguezes foi enorme, tanto na batalha, como depois d'ella, porque muitos se afogaram no rio, e outros, de o atravessarem, querendo ir a Arzilla procurar a esquadra, foram pelo caminho cortados pelo ferro dos inimigos, que, dispersos pelas estradas, perseguiam os Portuguezes na fuga, como os tinham perseguido na investida.

A flôr da nobreza lá ficou extendida n'esse campo fatal. Alli morreram o duque de Aveiro, D. Jayme de Bragança, o conde de Vimioso e seu filho D. Manuel de Portugal, o conde da Vidigueira, D. Rodrigo de Mello filho mais velho do conde de Tentugal, o bispo de Coimbra e o bispo do Porto, o conde de Mira, o barão d'Alvito, o coronel Francisco de Tavora, o valido Christovam de Tavora, o commandante da artilheria Pedro de Mesquita, os dois filhos de Pedro de Alcaçova, e quantos mais! Só fidalgos de primeira nobreza enumera Diogo Barbosa Machado cento e onze, enumeração onde se lêem os nomes mais illustres de Portugal, tanto pela nobreza do sangue, como pela gloria adquirida nas guerras d'Africa e da India.

Os estrangeiros principaes que morreram foram D. Alonso de Aguilar, Francisco Aldana, e Martim de Borgonha.

Eram innumeros os prisioneiros, sendo tambem a maior parte fidalgos dos primeiros do reino, entre os quaes se devem contar D. Antonio, prior do Crato, o duque de Barcellos, D. Duarte de Menezes, o coronel D. Miguel de Noronha, Belchior do Amaral, que foi quem disse que reconhecera o cadaver de D. Sebastião; Jorge de Albuquerque Coelho, que se distinguira na batalha por um rasgo heroico de abnegação, dando, no momento de maior perigo, o seu proprio cavallo a el-rei. Fidalgos de alta gerarchia, pertencentes ás primeiras casas do reino, e podendo usar dom, o que em Portugal sempre foi distinctivo de grande nobreza, enumera Diogo Barbosa Machado oitenta e sete. Entre esses devemos incluir o embaixador de Castella, D. João da Silva. Eram tantos emfim os prisioneiros que, ao anoitecer do fatal dia 4 de agosto de 1578, já faltavam aos inimigos cordas para os amarrarem.

Tal foi a desastrosa batalha de Alcacer-Kibir, lugubre desenlace da epopéa cujo primeiro canto se entoou entre os clamores da victoria de Aljubarrota, e que se proseguiu em todos os mares e climas conhecidos, ora resoando nas florestas do Brazil, ora sendo inscripta com a ponta das espadas nos rochedos do Himalaya, ou com as lanças dos fronteiros africanos nas proprias muralhas de Fez. Alli expirou a gloria portugueza, e do golpe fatal que em Alcacer-Kibir soffremos, nunca, nunca mais podémos recobrar-nos.

Não é justa comtudo a nossa phrase. Alcacer-Kibir foi para nós o que Waterloo foi para Napoleão, o epilogo estrondoso de uma ruina já muito antecipadamente preparada. Consummou-se nos areiaes africanos a ruina de um grande imperio. O alfange dos Arabes cortou o ultimo fio, que ligava umas ás outras as perolas d'esse immenso collar desdobrado em todos os mares, collar com que se adornava a nossa patria. Mas a queda de um imperio poderoso não se explica por um revez apenas. Se não existem causas anteriores de dissolução,

Digitized by Google

o franzir de sobr'olho da fortuna póde fazer tremer o mundo como o de Jupiter de Homero, mas não faz desabar de subito um imperio colossal. Ora, essas causas existiam em Portugal, e não era difficil descortinal-as na dilatação immensa de um imperio que tinha na Europa tão pequena base, imperio demais a mais fundado no direito da força, e miraculosamente equilibrado no gume das espadas d'esses heroes que todos os annos deixavam o reino, sem que houvesse coisa alguma para compensar esse desfalque incessante da população; no affrouxar do espirito guerreiro da edade média entre as delicias do Oriente desvelado, e da renascença artistica; na corrupção produzida pela riqueza, na ociosidade de um povo inteiro que parecia viver apenas, como a plebe romana, de esportula mendigada aos portões da nobreza e ás portarias dos conventos: na indifferença com que a politica portugueza parecia tractar a Europa. Portugal, não fazendo caso das luctas que n'ella se travavam, e que iam mudar completamente a face das nações; não sentindo crescer ao seu lado o colosso hespanhol, desdenhando Francisco I de França do alto da sua inflexibilidade catholica, porque o rei christianissimo não tinha o minimo escrupulo em se alliar com o sultão de Constantinopla, e não vendo que entre as rudes provações dos revezes alli se ia creando um grande povo, que no cadinho doloroso de Pavia e S. Quintino se estava elaborando uma vigorosa nacionalidade; não considerando a heresia de Luthero e de Calvino senão como desobediencia atroz ao vigario de Christo, e não adivinhando que ás nações, creadas e bafejadas pelo sopro do livre pensamento, estava reservada a soberania do futuro, não tractando por conseguinte, n'essa como ridicula esquivança, de se fortificar com allianças, de servir a causa commum da Europa para que a seu turno a Europa o servisse; dormindo embalado pelo canto dos seus poetas e pelo murmurio do Oceano, accordou manietado nos braços de Philippe II, e poude ouvir, nas graves estrophes de Camões, o epicedio da sua grandeza.

ANTONIO DE ABREU

Não lancêmos pois completamente o anathema sobre D. Sebastião, nem attribuâmos a Alcacer-Kibir uma influencia, maior do que a que teve, nas desgraças de Portugal. Se estavamos condemnados a irremediavel ruina, essa expedição temeraria lançou nas nuvens do nosso occaso todo o colorido magico da poesia épica. A nobreza, que se ia consumindo em ocio vil e deleites enervadores, teve d'essa

Digitized by Google

fórma um campo de torneio, onde poude cahir com gloria, accrescentando uma pagina sublime aos fastos militares dos seus antepassados. A grandeza de Portugal, que principiára nos plainos d'Aljubarrota, em vez de se desfazer em podridão, do que estava ameaçada, feneceu ao menos por um golpe do destino, nos campos d'Alcacer-Kibir. Portugal morreu envolto na sua armadura de soldado. Camões acabára de lhe redigir, em versos immortaes, o seu testamento de gloria, e D. Sebastião, instrumento inconsciente da fatalidade, levou este povo aventuroso a uma ultima e temeraria aventura: deu-lhe para leito d'agonia um campo de batalha, acalentou-lhe o somno mortuario com os clamores do combate, que lhe haviam saudado o nascimento, e enramou-lhe a campa com ensanguentados louros, porque não os nega a historia á bravura desgraçada para só os ir conceder á temeridade feliz.

CAPITULO XXIV

Reinado de D. Henrique.—Consternação do reino quando chega a noticia do desastre de Alcacer —Sorte dos prisioneiros.—Coroação do Cardeal-Rei

DESDE que a infeliz expedição, commandada pelo rei de Portugal, partira de Lisboa, o passageiro enthusiasmo produzido pelo aspecto da esquadra dissipára-se de prompto, e os mais tristes presentimentos começaram a pungir o animo do povo. As noticias más voam com uma rapidez milagrosa: mal se consummára o desastre nas margens do Mâkzen e do Lukkos, e já uma vaga informação chegára a Ceuta e a Arzilla. Os commandantes d'essas praças mandaram aviso aos governadores do reino, quando em Lisboa, tambem por mysteriosa agitação, se principiavam a revelar os mais serios temores. Tendo apenas estas vagas noticias, os governadores do reino entenderam dever occultal-as, e esconderam o correio; mas depois de deliberarem angustiosamente, sempre mandaram Jorge Serrão a Alcobaça a avisar o Cardeal D. Henrique do que succedia.

O velho prelado, em cujo espirito egoista vivia ainda a chamma da ambição e das más paixões, que cubiçava, proximo dos setenta annos, o poder, tanto pelos gosos da vaidade como pelo desejo de satisfazer os seus odios, sentia menos a afflicção do reino do que o jubilo da herança. A 13 de agosto sahiu de Alcobaça e chegou a Lisboa a 16, quando já a triste nova se espalhára e confirmára, quando as noticias minuciosas da derrota haviam chegado, e quando era geral o pranto, porque mal havia familia que não tivesse a lamentar uma perda, e os que não tinham sido feridos nas suas affeições particulares eram-n'o nos sentimentos patrioticos, porque não havia quem não percebesse a desgraça com que este golpe ferira o reino. A esquadra de Diogo de Sousa chegára a Lisboa, trazendo a bordo as fracas reliquias do brilhante

Digitized by Google

exercito que partira dois mezes antes, e nos rostos pallidos e abatidos dos fugitivos d'Alcacer-Kibir podia lêr a anciosa curiosidade do povo de Lisboa a extensão immensa do desastre. Diogo de Sousa mesmo apresentava um aspecto melancholico, e parecia esconder-se ás vistas do povo cujo soberano elle levára, e que debalde lhe perguntava pelo imprudente, mas, no meio de tudo, sympathico moço. Pesava o mysterio que ainda era tornado mais espesso, para assim dizermos, pelo desejo que o povo tinha de que elle não houvesse morrido, desejo que o obrigava a repellir todas as probabilidades que se accumulavam a favor da triste noticia.

Como por conseguinte o cardeal D. Henrique, apezar do ardente desejo que tinha de cingir a corôa, não ousasse declarar o throno vago, nomeou uma junta, composta do chanceller-mór e dos desembargadores do Paço, Paulo Affonso, Gaspar de Figueiredo, Jeronymo Pereira de Sá, Pedro Barbosa e Manuel de Quadros, para resolver de que modo se havia de accudir á situação do reino. A junta decidiu em primeiro logar que a qualidade sacerdotal não inhibia a D. Henrique de poder succeder no throno, em segundo logar que, emquanto não houvesse noticias seguras ácerca de D. Sebastião, fosse o mesmo D. Henrique nomeado governador e curador de Portugal. Apezar de pouco sympathico ao povo, este acceitou-o resignado, porque o debil cardeal era, ao menos, por então, a unica prancha da legalidade, que se podia lançar sobre o abysmo da anarchia ou da dominação estrangeira.

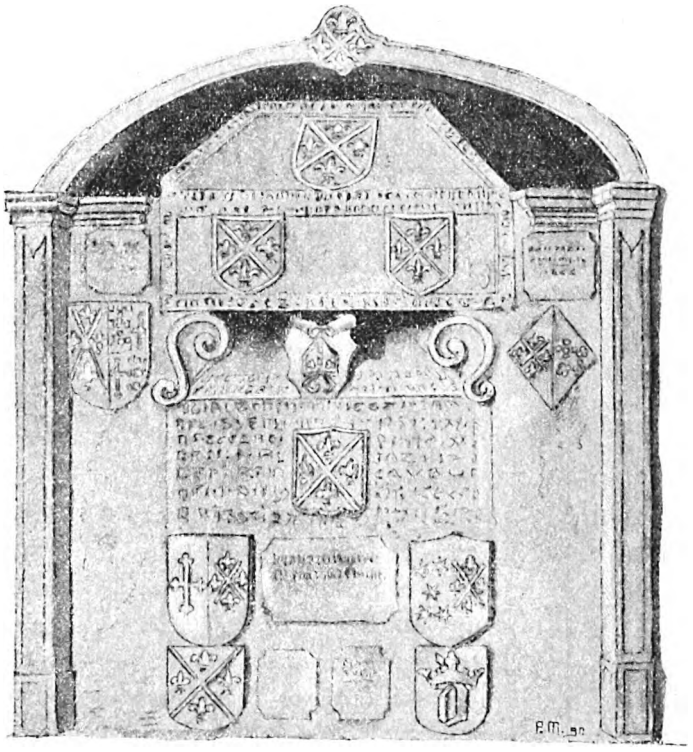
D. Henrique tomou o titulo de curador a 24 de agosto, e logo mandou chamar os fidalgos mais notaveis, como o duque de Bragança, conde de Tentugal, etc., para com elles deliberar sobre o que havia a fazer. Um ou dois dias depois, chegou d'Africa uma carta de Belchior do Amaral, prisioneiro dos Mouros, em que affirmava ter reconhecido o cadaver de D. Sebastião. A 27 de agosto quebraram-se os escudos, entre prantos geraes, e a 29 o cardeal foi coroado rei. O povo contemplava com melancholia esse velho magro, baixo, enfezado, que, vestido com a purpura cardinalicia e montado n'um cavallo, rodeado pela nobreza, que se compunha apenas quasi de paes orphanados, de velhos curvados para o tumulo, porque a flôr da mocidade fidalga ou a ceifára o ferro nos campos d'Alcacer ou estava prisioneira dos Mouros, se dirigia á egreja do hospital de Todos os Santos para alli ser sagrado. Nenhumas sympathias contava o cardeal, homem d'engenho curto, fanatico e avaro. A sua unica virtude era a castidade; nunca por esse lado dera escandalo. Pois até isso tinha de ser fatal. Se elle houvesse seguido o exemplo escandaloso de tantos outros prelados, que se rodeavam publicamente de filhos, o Papa legimitava-lh'os decerto, assim que elle subisse ao throno, e a falta d'um herdeiro directo não aplanaria o caminho á ambição de Filippe II.

Logo que empunhou o sceptro, D. Henrique tractou de saciar os seus odios mesquinhos, que reprimira emquanto não tivera a certeza de reinar. Pedro de Alcaçova, preso em sua casa, teve de responder a uns capitulos, em que o accusavam de haver contribuido com os seus conselhos para a desgraça de Alcacer-Kibir; Luiz da Silva, quando voltou d'Africa resgatado, encontrou egual accusação. Primeiro o povo, sempre disposto a vingar-se em alguem dos golpes da má fortuna, e attribuindo aos ministros as culpas do monarcha, applaudiu a medida; mas não foi difficil aos accusados demonstrarem que só a vontade de D. Sebastião, contra os conselhos de todos, preparára a catastrophe, e logo se viu que estes actos de D. Henrique

Digitized by Google

eram filhos apenas do odio profundo que votára desde muito aos validos de seu sobrinho.

Querendo lisongear mais as paixões publicas, D. Henrique tomou algumas medidas, que foram accolhidas com enthusiasmo, porque destruiam uma oppressão. E' verdade que essas medidas qualquer governo as tomaria, porque haviam cessado as circumstancias que re-



TUMULOS E INSCRIPÇÕES NA EGREJA DE S. CHRISTOVAM

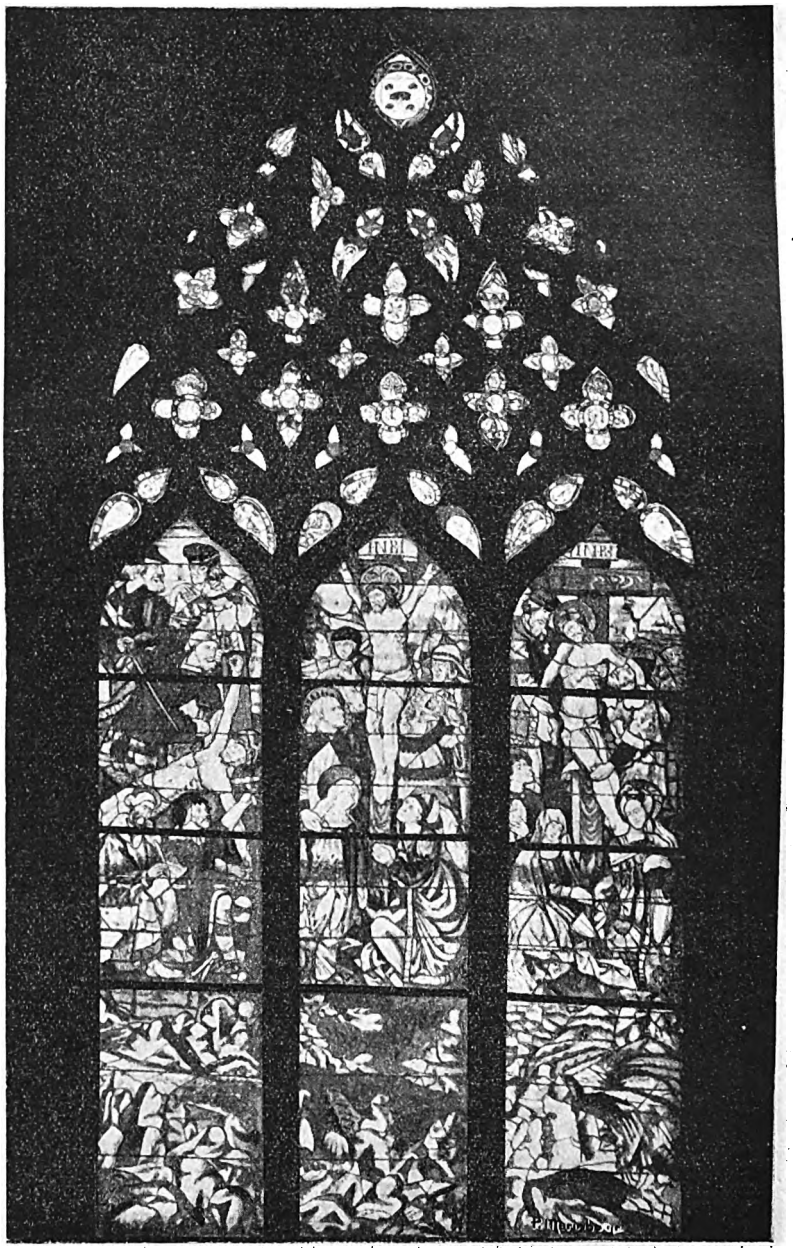
clamavam as leis revogadas. Aboliu por decreto de 1 de setembro de 1578 o estanco do sal, mandou restituir ao cofre dos orphãos o dinheiro que de lá se tirára, e aos mosteiros pobres o subsidio com que haviam contribuido. O caracter do homem revelava-se porém no modo odiento como foram completadas essas medidas reparadoras, mandando prender Fr. Francisco Foreiro, indigitado como o inventor da reducção a estanco da venda do sal. O fanatismo do cardeal tambem logo se trahiu n'uma iniqua resolução, que foi a de ordenar que podessem de novo ser confiscados os bens das victimas do tribunal do Santo-Officio, apezar dos pobres christãos novos os haverem resgatado por dez annos com um pezado donativo.

O povo estupido e o fanatismo ignobil regosijavam-se com esta infamia. As primeiras medidas de D. Henrique decididamente conciliavam as sympathias publicas. Foi tambem para satisfazer os clamores geraes que elle enviou a Marrocos D. Rodrigo de Menezes e quatro religiosos trinitarios para tratarem do resgate dos captivos. Mas o reino estava pobre, e a negociação tornou-se difficil. O irmão de Muley-Moluk, succedendo-lhe no throno, herdára um pouco a sua habilidade politica, e, sem tractar mal os prisioneiros, entendia comtudo que se devia locupletar com o seu resgate. Alguns fidalgos tinham conseguido resgatar-se isoladamente, uns, como o Prior do Crato, occultando o seu alto nascimento e pagando uma somma pouco avultada, outros aproveitando as suas riquezas pessoaes. Oitenta finalmente juntaram-se, e prometteram ao novo emir dar-lhe quatrocentos mil cruzados de resgate, se permittisse que fossem cinco dos seus arranjar a Portugal essa somma. A licença foi concedida, e D. Duarte de Castello-Branco, D. Fernando de Castro, D. Jorge de Menezes, D. Miguel de Noronha e Luiz Coelho partiram para Lisboa, onde a sua chegada foi causa de novas tristezas e renovadas afflicções. A muito custo poderam juntar duzentos e oitenta mil cruzados, mas ainda assim partiram para Marrocos, na companhia d'um novo embaixador, D. Francisco da Costa, que ia encarregado

Digitized by Google

de se responsabilizar, em nome d'el-rei, pelo pagamento dos cento e vinte mil cruzados que faltavam. O emir acceitou a fiança, e ficando D. Francisco da Costa como penhor, os oitenta fidalgos foram enviados para Portugal. E' vergonhoso dizel-o: ninguem mais pensou em D. Francisco da Costa, que lá morreu em Marrocos em 1586, tendo passado oito annos no meio dos inimigos, victima da sua imprudente confiança na palavra de oitenta fidalgos, e d'um rei!

Filippe II, que procurava já de todos os modos conciliar partidarios, encarregou um enviado seu de se informar dos prisioneiros portuguezes, e de procurar resgatar alguns, e, sempre depois, nas negociações que encetou secretamente, prometteu uma larga quantia para resgate dos prisioneiros. Quantos porém não conseguiram reunir a somma necessaria para se livrarem dos ferros marroquinos, e lá passaram nos carceres os seus ultimos dias! A que dramas pungentes não deu origem a sorte infeliz d'essas victimas da temeridade d'um rei! Durante muitos annos appareciam em Portugal de tempos a tempos alguns velhos macilentos e descarnados, que haviam sido em Alcacer-Kibir juvenis e brilhantes guerreiros, e as familias que os choravam como finados, nem ousavam reconhecel-os, e quantas Magdalenas de Vilhena, no que devia ser para ellas a ventura suprema, não viram apenas um irremediavel desastre!



BATALHA — VITRAES DA SALA CAPITULAR (SECULO XV)

Estas tristezas, estas ausencias, estas voltas inesperadas davam a Lisboa um aspecto lugubre, e que tambem tornavam ridiculo as exaggerações de dôr

Digitized by Google

affectada de muitas familias. O povo, excitado pelos prestitos que a cada momento atravessavam as ruas, pelas continuadas orações nos templos, e mais que tudo pela immensa desgraça que sentia pezar sobre o paiz, andava agitado e revolto, e ameaçava muitos dos fidalgos que tinham voltado d'Africa, salvos da batalha, ou resgatados depois de prisioneiros, accusando-os de terem abandonado o rei, e de não terem morrido todos antes de deixarem que um só cabello cahisse da cabeça do monarcha.

Os fidalgos ameaçados começaram então a espalhar vagamente que el-rei não fallecêra, procurando assim esquivar-se ás iras da plebe. Foram estas respostas vagas e incertas, que se dissipavam em fumo apenas o Cardeal Rei mandava tirar devassa, que principiaram a espalhar entre o povo a idéa, que depois tomou força, de que el-rei tivesse escapado da batalha e estivesse vivo. Esta idéa foi robustecendo, á medida que se tornou mais irremediavel a desgraça do paiz, como se robustece a esperança, por mais vã que pareça, quando se tornam mais caliginosas as trevas da desventura. Não faltou quem désse alimento a estes sonhos populares; começaram a apparecer aventureiros, cuja historia teremos ainda de narrar, e que se fizeram passar por D. Sebastião: afinal a confiança de muitos fieis Portuguezes, resistindo aos constantes desenganos, foi admittindo o sobrenatural; fundou-se a seita dos Sebastianistas, e o monarcha desventuroso, que arrastára Portugal á sua perda, foi o mesmo que a credulidade piedosa dos opprimidos Portuguezes invocou depois como appetecido salvador. Protrahiu-se a crença atravez dos seculos, e tornou-se hoje ridicula: por quanto tempo não foi ella comtudo o refugio das esperanças patrioticas, a consolação dos opprimidos, que, não vendo raiar no horizonte luz de salvação, pediam a Deus que rompesse as leis da natureza para enviar em soccorro do reino escravizado o mancebo que da escravização fôra a primeira causa, mas em cujo nobre e aventuroso vulto se revia com amor o povo temerario e imprevidente, de que D. Sebastião foi afinal a mais completa personalização!

CAPITULO XXV

A questão da successão da corôa —Intrigas de Filippe II.—Casamento projectado do Cardeal-Rei.—As cortes de Lisboa

O reinado do Cardeal-Rei não era, todos o sentiam, senão o entr'acto, que separava o drama de Alcacer-Kibir do novo drama que ia começar, e em que devia decidir-se definitivamente o destino de Portugal. De edade de sessenta e seis annos, padre, enfermo, D. Henrique não podia deixar depois de si um herdeiro directo da corôa, e era necessario por conseguinte que se decidisse durante a vida d'elle quem devia herdar o throno, que dentro em pouco tempo estaria vago de novo.

Philippe II de Hespanha, desde que D. Sebastião partira para Africa, esperava com anciedade as noticas que de lá lhe viriam. Não podemos affirmar com certeza que parte elle teve no de-

Digitized by Google

sastre, mas o de que não podemos duvidar é de que previa algum successo similhante ao que occorreu. Apenas soube no Escurial o resultado da batalha, mandou á pressa fazer as preces que a etiqueta prescrevia, e, mal escondendo no peito o jubilo feroz, partiu para Madrid, onde logo mandou chamar á sua presença o duque d'Alba, encerrando-se com elle. Limitou-se comtudo a dar-lhe a noticia, ordenando-lhe ao mesmo tempo que tractasse de mandar celebrar as exequias de D. Sebastião. «O duque, diz Rebello da Silva, affeito a não disfarçar os pensamentos, observava que melhor fôra espaçar a ceremonia, para depois a celebrar em Portugal, como rei, no opulento mosteiro de Belem; mas Philippe, mais politico e prudente, percebendo a allusão, redarguiu-lhe: «Cedo vos convencerá o tempo de que haveria perigo em nos anteciparmos aos acontecimentos [1]».

No conselho e na resposta os dois cumplices de tantos crimes de Estado, os dois assassinos dos povos submettidos á côrte hespanhola, eram fieis ao seu caracter: o duque d'Alba queria cortar todas as dificuldades com a espada; Philippe o Prudente tencionava recorrer primeiro á corrupção e á intriga.

Para crear um partido em Portugal nada poupou Philippe II: a armada do marquez de Santa Cruz, mandada sair ao mar para proteger as praças portuguezas da Barbaria, e o capitão Francisco de Zuniga enviado a Marrocos para proteger os prisioneiros de Alcacer e para conter as ambições do irmão de Muley-Moluk, se elle, enthusiasmado com o exito da batalha, quizesse transformar a defeza em aggressão, mostraram aos Portuguezes quão paternalmente o honrado rei de Hespanha velava pelos interesses dos seus visinhos.

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, cap. 2.º, pag. 270 do tom. I.

A par d'estas ostensivas demonstrações, não esqueceu Philippe II os meios secretos que lhe deviam dar a victoria. A fatalidade puzera-lhe nas mãos o melhor instrumento de que se poderia servir para inocular a corrupção na desmoralizada fidalguia portugueza, que parecia haver perdido n'esse extremo esforço de Alcacer-Kibir os poucos brios que ainda conservava, depois de haver atravessado as delicias, os regalos e as tentações do Oriente.

Esse instrumento era D. Christovam de Moura.

Torna-se necessario que conheçâmos a fundo o Portuguez renegado, cujo nome sôa lugubremente na triste historia d'este periodo e que estamos costumados a considerar como o symbolo da traição e da vileza.

Digâmol-o comtudo: mil vezes mais vis do que elle eram os que cediam ás tentações que prodigalizava, os que vendiam a patria a trôco d'um punhado d'ouro, e, com os dobrões castelhanos na algibeira, iam para os conselhos do rei, apparentando patriotismo, dispôr as cousas de modo que aplanasssem o caminho á ambição de Philippe II.

D. Christovam de Moura, esse não tinha mascara: servindo desde adolescente na côrte de Hespanha, desprezára francamente a sua patria, e, francamente acompanhando um rei estrangeiro, punha ao serviço do amo que escolhêra a sua vasta intelligencia e a sua astucia verdadeiramente diabolica.

D. Christovam de Moura era filho de Luiz de Moura e de D. Beatriz de Tavora, sobrinho do celebre diplomata Lourenço Pires de Tavora, a cuja protecção deveu o entrar como pagem ao serviço da princeza D. Joanna, mãe de D. Sebastião.

Quando ella se retirou para Hespanha, depois da prematura morte de seu marido, acompanhára-a na qualidade d'es-

Digitized by Google

tribeiro. A intelligencia que logo desenvolveu, attrahiu-lhe a estima de Carlos V. Fino cortezão, soube manobrar de maneira que teve o valimento do desgraçado principe D. Carlos, e nunca perdeu as boas graças de seu pae Philippe II, que o tinha em conta de muito habil, e confiava d'elle os maiores segredos politicos. Posto que a sua vocação o chamasse de preferencia para a diplomacia, nem por isso deixou de desembainhar a espada com distincção, e de se mostrar digno do seu nome nos campos de batalha.

Relacionado pelo seu nascimento com as maiores familias de Portugal, Philippe II percebeu quanto elle lhe poderia ser util n'uma missão a este reino, e encarregou-o da conquista da nossa patria pela intriga, como reservára ao duque d'Alba a conquista pela espada.

Um era a mão que envenena e corrompe, — o outro o cutello que decepa, e ambos resumiam assim os dois aspectos sombrios da politica de Philippe II, do tigre astuto do Escurial.

A missão ostensiva de Christovam de Moura era cumprimentar D. Henrique, a secreta preparar de todos os modos os animos para accolherem bem as pretenções do rei de Hespanha á herança do throno portuguez: já munido para isso d'ouro para convencer as consciencias venaes, e de demonstrações do seu direito redigidas pelos primeiros jurisconsultos de Hespanha para convencer as consciencias puras.

D. Christovam, chegando a Portugal, disfarçou o motivo occulto que o conduzia, tractou de dar os pezames e os parabens a D. Henrique; pôz á sua disposição os recursos do reino de Castella, para o caso em que D. Sebastião não estivesse morto, mas prisioneiro; e aos fidalgos tractou-os a todos com amabilidade extrema, frequentando-lhes as casas, não lhes occultando muito que Philippe II se julgava com direito á successão de Portugal, mas tambem não levantando a questão, e observando apenas o que se passava na côrte, onde essa questão se debatia já.

D. Henrique mostrava-se perplexo, mas não escondia aos seus conselheiros a predilecção que o fazia pender para o lado da duqueza da Bragança, sua sobrinha, não só pelo affecto pessoal que o ligava a ella, mas pela amizade particular que votára a seu pae o infante D. Duarte.

Essa predilecção revelava-se claramente na boa sombra com que acolhia todos os parentes da casa de Bragança, e na disposição que mostrava até de reunir as côrtes para proclamar a duqueza D. Catharina, herdeira de Portugal. Infelizmente o duque seu marido era um fidalgo muito antipathico, descortez, orgulhoso, e contando por isso entre a nobreza inimigos capitaes. Estas cousas impediam que todos se agrupassem em torno da herdeira, cuja legitimidade era mais incontestavel, e que mais probabilidades tinha de ser eleita pelo velho monarcha.

Apparecia tambem outro pretensor á successão. Esse, lhano, sympathico, amavel, tendo uma grande popularidade, mas infelizmente odiado com cegueira pelo Cardeal-Rei. Este pretendente era o prior do Crato.

D. Antonio nascêra em 1531, e era filho bastardo do infante D. Luiz irmão de D. João III, e d'uma formosa senhora, chamada Violante Gomes, cognominada, pela sua formosura, a «Pelicana». Seu pae e seu tio o cardeal D. Henrique, debaixo de cujas vistas fôra em parte educado, destinavam-n'o para a vida ecclesiastica. D. Antonio, chamado por seus altos espiritos para mais ambicioso estado, resistiu sempre aos desejos de seu tio, e, passando afinal a Castella, esquivou-se a tomar ordens, limitando-se

Digitized by Google

a receber o priorado da ordem militar do Crato.

D. Henrique nunca lhe perdoou isto, e o affecto, que parecêra votar-lhe nos primeiros annos, mudou-se n'um odio profundo que até á morte nunca mais se desmentiu.

Eis os dois pretendentes principaes com que D. Christovam de Moura tinha que luctar; um, favorecido pelo povo, de quem era bemquisto, e por alguns fidalgos que o estimavam; outro, favorecido pelo cardeal, e pela gente sensata que via na sua nomeação para herdeiro do throno a unica esperança de salvação da monarchia.

O primeiro era, como dissemos, D. Antonio, prior do Crato, o segundo o duque, ou antes a duqueza de Bragança.

Eram estes, ainda assim, os pretendentes nacionaes, e por conseguinte mais perigosos; mas logo que constou na Europa a morte de D. Sebastião e que se soube que o cardeal D. Henrique procurava assegurar a successão do throno, os pretendentes começaram a surgir de toda a parte. Apresentaram-se como tendo direito á corôa de Portugal, Ranucio, duque de Parma, filho da princeza D. Maria, irmã mais velha da duqueza de Bragança e filha do infante D. Duarte; o duque de Saboya, Manuel Felisberto, filho da infanta D. Beatriz, filha d'el-rei D. Manuel; e até Catharina de Medicis, que se dizia descendente de D. Affonso III pelos filhos do seu casamento com Mathilde, condessa de Bolonha, sem se lembrar de que esse casamento fôra esteril. Mas de todos estes pretendentes nem valia a pena que Philippe II se occupasse: os perigosos eram os pretendentes portuguezes, e para os combater é que Philippe II dava carta branca a D. Christovam de Moura, deixando-o usar largamente do ouro castelhano e das promessas.

Foi então que se viu quão profundamente estava gangrenado o paiz, que parecia ter perdido em Alcacer-Kibir o mais puro do seu sangue. Poucos fidalgos houve que resistissem ás tentativas diabolicas de D. Christovam, o astuto ministro que não recuava deante de nenhuma reputação, por mais immaculada que fosse. Tambem quasi nenhuma encontrou que se justificasse. A corrupção era profundissima, e ninguem se eximia a ella; mas devemos confessar que a habilidade do emissario hespanhol não contribuiu pouco para vencer as mais inflexiveis con-

ANDRÉ FURTADO DE MENDONÇA

Digitized by Google

sciencias. D. Christovam de Moura tem, parece-nos, umas mephistophelicas parecenças com outro diplomata portuguez da mesma escola, com D. Pedro Mascarenhas, que, no reinado de D. João III, desempenhára em Roma identico papel ao que D. Christovam de Moura desempenhava agora em Portugal. Lembram-se como D. Pedro, convencido de que o dinheiro tudo vence, depois de repellido muitas vezes pelo cardeal Simonetta, aproveitára, emfim, os apuros do pobre prelado para o tentar em occasião opportuna, e manchar aquella alma, que fôra a unica a manter-se pura. D. Christovam de Moura tambem sabia encontrar os pontos fracos de todas as consciencias. Um homem havia em Portugal, a quem uma longa carreira de bons e leaes serviços parecia defender contra a corrupção; era Pedro d'Alcaçova, o secretario d'estado de D. João III. Mas o Cardeal-Rei tractára-o com insultante desprezo, offendera-o gravemente. Pedro d'Alcaçova só vingar-se queria. Christovam de Moura falou-lhe a esse sentimento, e conseguiu, senão pôl-o da sua parte, pelo menos incital-o a contrariar as predilecções de D. Henrique pela duqueza de Bragança. Dado o primeiro passo n'este caminho escorregadio como é possivel parar? D'ahi a pouco estava Pedro d'Alcaçova tão hespanhol como os outros: como os outros se vendêra e ainda o titulo de conde de Idanha havia de terminar o seu vilipendio, como uma recompensa que, aos olhos da posteridade, é vergonha e não honra.

Foi Pedro d'Alcaçova quem avisou Christovam de Moura de que D. Henrique tencionava fazer jurar a duqueza D. Catharina por herdeira do throno. Christovam de Moura viu que não havia tempo a perder para neutralizar este golpe: correu ao paço, falou então a el-rei nas pretensões de seu amo, disse que era forçoso escutar primeiro os seus argumentos antes de dar um passo tão decisivo, e D. Henrique, assustado, temendo, como um cobarde egoista que era, que alguma dissensão com a Hespanha perturbasse o seu reinado, desistiu do seu projecto, sacrificando assim á sua tranquillidade d'um momento o futuro do reino, que elle podia salvar.

E podia, incontestavelmente. Se o duque de Bragança fosse proclamado herdeiro do throno durante a vida de D. Henrique, se o throno não ficasse vago na morte do Cardeal, com a anarchia a dilacerar o paiz. Filippe II, carregado com a guerra de Flandres, não ousaria emprehender aqui uma campanha, com o risco de encontrar em pé, como um só homem, em torno do solio, para repellir a invasão, todo o povo portuguez.

Desejoso unicamente de fruir em paz o throno, que tanto cubiçára, D. Henrique não pensou senão em empregar com os pretendentes uma politica dilatoria que foi fatal ao reino, e que, afinal, tambem atormentou os ultimos dias do irresoluto velho.

D. Henrique mostrou-se disposto, por conseguinte, a ouvir as allegações de todos os pretendentes, para decidir qual mais justiça tinha.

Os jurisconsultos derrubaram as pretenções do duque de Parma, allegando que, sendo elle filho de uma sobrinha do cardeal D. Henrique, tinha menos direitos á corôa do que os filhos de irmãos ou irmãs. Os direitos do duque de Saboya tambem eram inferiores aos de D. Catharina, filha de um irmão, e aos de D. Filippe, filho de uma irmã de D. Henrique, mais velha do que D. Beatriz de Saboya. Os de Catharina de Medicis nem valiam a pena de ser refutados.

Os direitos de D. Antonio seriam valiosissimos, se elle conseguisse provar, como desejava, a legitimidade do seu nascimento. Infelizmente ninguem na côrte ignorava que genero de relações tivera

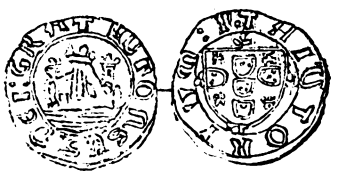
Digitized by Google

o infante D. Luiz com a formosa Violante Gomes: nunca D. Antonio tentára dar-se por filho legitimo, senão agora que isso lhe era essencial. Os direitos de D. Catharina eram, de todos, os mais irrefutaveis; mas D. Henrique, apezar de pender para o seu lado, não ousava declarar-se, receioso da vingança d'el-rei Catholico, e os ministros, que D. Christovam de Moura pagava largamente, ainda mais lhe augmentavam os temores, pintando-lhe a impossibilidade em que estavam os duques de Bragança de sustentarem as suas pretenções contra os exercitos do rei de Hespanha.

Entretanto Philippe II, preferindo sempre a politica prudente, para evitar collisões, mostrou-se disposto a transigir com os dois pretendentes portuguezes, offerecendo-lhes largas vantagens em troca da renuncia aos seus direitos. Ao Prior do Crato mandou offerecer os priorados de Leão e Castella; aos duques de Bragança a posse e o titulo do reino do Algarve. Nenhum acceitou: D. Antonio, não porque tivesse alma grande bastante para repellir os conselhos de um vil interesse, mas porque, fiado na sua popularidade, e desejando explorar o sentimento nacional dos Portuguezes, se julgava forte bastante para conquistar a corôa; a duqueza de Bragança, porque era senhora de altivos espiritos e animo viril. Infelizmente, seu marido não era proprio para a ajudar: timido e irresoluto, nunca soube desembainhar a espada, e perdeu tudo sem combater sequer.

Em presença d'isso, Philippe II resolveu-se a luctar, e, para melhor concentrar os seus esforços, organizou em Madrid uma junta, destinada exclusivamente a occupar-se dos negocios de Portugal, correspondendo-se com D. Christovam de Moura, informando el-rei do que se passava, mas sem que elle deixasse de ter conhecimento de todos os passos da negociação, desenvolvendo n'isso a maravilhosa actividade que o caracterizava. Seguia Philippe a um tempo os innumeros negocios da politica interna e externa do seu vasto imperio, e não havia papel em que não pozesse notas do seu punho.

D. Christovam de Moura não estava



Ceitil, de D. Affonso V

em Portugal como embaixador; fôra provisoriamente cumprimentar D. Henrique emquanto o embaixador proprio não chegava, destinando-se depois d'isso D. Christovam especialmente a seguir as negociações occultas, ao passo que o embaixador official se mostrava estranho a ellas, não compromettendo d'esse modo o nome do soberano, e não dando por conseguinte azo a que o rei de Portugal se podesse queixar do procedimento do rei Catholico.

O homem encarregado do papel official foi o duque de Ossuna. Quando elle chegou a Portugal, encontrou o negocio da successão n'uma phase curiosa. D. Henrique, atormentado pelas pretensões que em torno d'elle se agitavam, quizera illudil-as a todas com uma resolução de um ridiculo supremo. O decrepito cardeal de sessenta e seis annos, o homem que toda a sua vida blazonára do epitheto de *casto*, agora queria implorar da Santa Sé dispensa dos votos sacerdotaes para poder casar. D. Henrique tivera a innocencia de se julgar ainda verde bastante para poder dar um herdeiro ao throno.

D. Christovam de Moura primeiro não julgou perigoso este ridiculo projecto, mas, quando viu que era aconselhado pelo confessor jesuita do rei, padre Leão Henriques, quando soube pelos seus es-

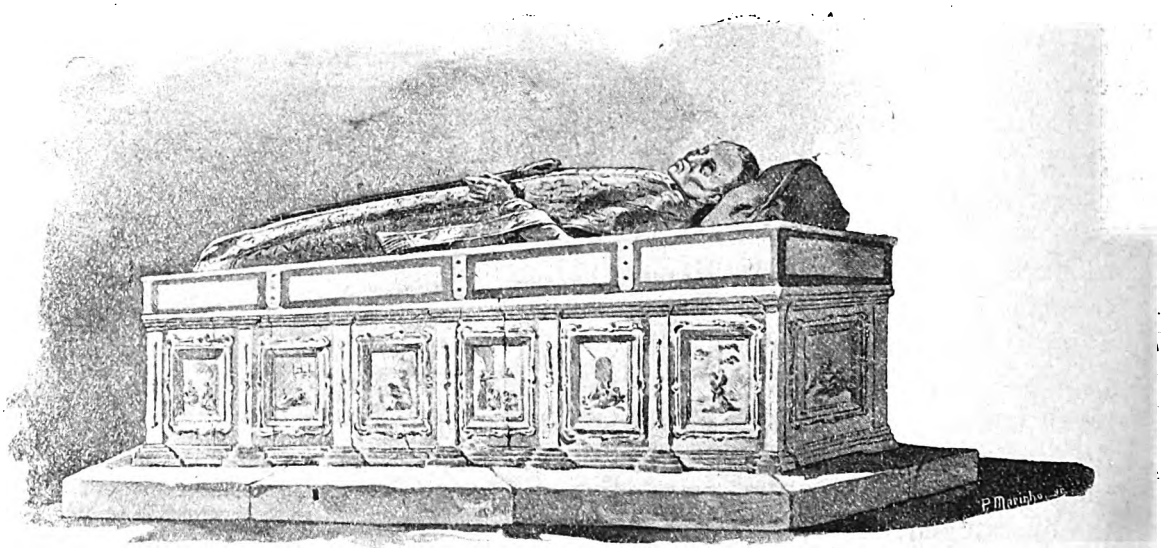
Digitized by Google

pias que os duques de Bragança o aconselhavam tambem secretamente, e que o plano era resultado de combinação entre os Jesuitas e D. Catharina, suppôz que havia trama occulto, e participou-o a Philippe II, para que elle o impedisse em Roma.

E devemos dizer em honra dos Jesuitas que, bem longe de favorecerem a invasão de Philippe II, não teve o monarcha hespanhol mais tenazes inimigos. D. Christovam de Moura na sua correspondencia apontava-os como partidarios decididos da duqueza de Bragança. Não entrava n'isso decerto pensamento patriotico, mas Philippe II, monarcha essencialmente inquisitorial, não era affeiçoado á Companhia e esta preferia uma soberana docil como D. Catharina a um rei desaffeiçoado e poderoso.

Causa foram elles da perda da nossa independencia, mas causa remota. A sua influencia malefica nos espiritos, enervando-os e impedindo-os de se expandirem nas espheras do livre pensamento, a educação que deram a D. Sebastião, prepararam um acontecimento que elles nem previam, nem desejavam.

Avisado por D. Christovam de Moura, Philippe II não se demorou a levantar obstaculos ao projecto de D. Henrique. D. João de Zuniga teve ordem em Roma de se interessar com o Pontifice para que a dispensa não fosse concedida, e fr. Fernando del Castillo, partindo para Lisboa, aonde chegou no dia 18 de janeiro de 1579, veiu lembrar ao Cardeal-Rei o que havia de ridiculo, de escandaloso para a Egreja n'um tal pedido, quanto isso excitaria a mofa e os epigrammas dos Lutheranos e Calvinistas, não se esquecendo de notar que na

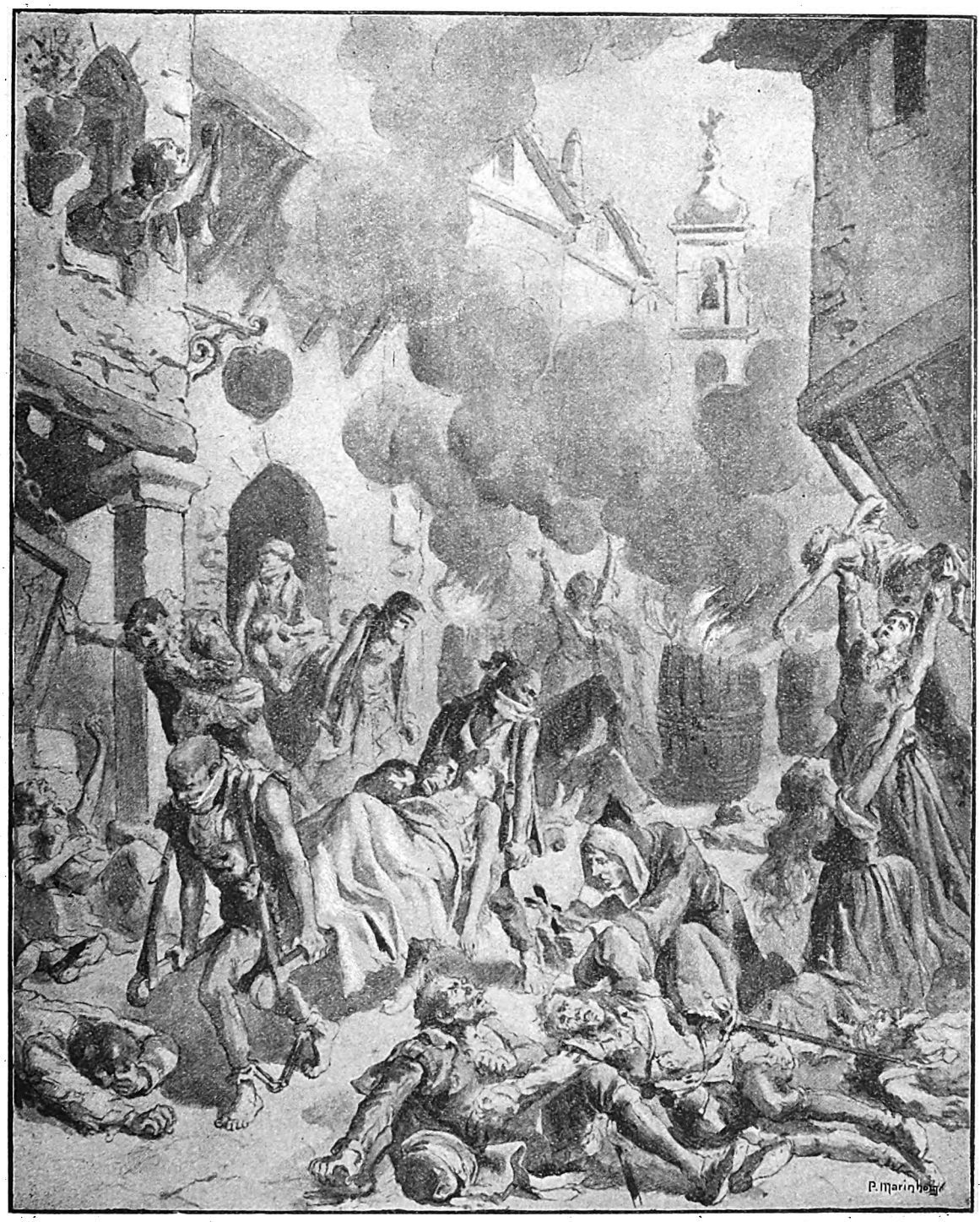


MUMIA DE S. FRANCISCO XAVIER

sua edade não seria facil ter um herdeiro, e que, ainda que o tivesse, o reconhecido estado da sua saude e os seus adeantados annos seriam um pretexto plausivel para se levantarem duvidas sobre a legitimidade do filho que nascesse de tão estranho matrimonio, vindo assim a rebentar do mesmo modo a anarchia que elle desejava evitar.

D. Henrique não gostou do aviso, que o feria na sua vaidade pueril: ao mesmo tempo a cidade de Lisboa, fiel ao odio que aos Hespanhoes consagrava, e sabendo que Philippe II empregava todos os meios para obstar ao matrimonio, por isso mesmo representou a el-rei, não se atrevendo, é verdade, a aconselhar o casamento, mas lembran-

Digitized by Google



A PESTE EM LISBOA NO ANNO DE 1569

do que, se estava resolvido a contrahil-o, não se demorasse com elle, e tivesse compaixão dos povos que, anciosos, previam as maiores desgraças no momento em que a morte roubasse o purpurado soberano ao amor dos seus vassallos.

Fr. Fernando del Castillo, á vista d'isso, renovou as instancias, e obtendo outra audiencia a 28 de janeiro, repetiu com mais força os argumentos de que se servira na primeira.

Mas D. Henrique, teimoso como um

Digitized by Google

velho em cuja cabeça senil nascem de subito os pensamentos libidinosos que lhe não perseguiram a mocidade, não respondeu ao enviado hespanhol, e no dia 31 de janeiro declarou ao conselho d'Estado que estava resolvido a contrahir o enlace que lhe aconselhavam. E logo um papel, composto na cella do confessor Leão Henriques, foi enviado a Fernando del Castillo, refutando as razões de Philippe II, e dizendo que o amor dos seus povos, e o desejo de manter a tranquillidade do reino lhe dictavam unicamente a resolução que o soberano hespanhol achava estranha.

Mas a corrupção que lavrava funda na côrte de Lisboa, já bem poucos conselheiros deixára limpos da lepra do dinheiro castelhano. As resoluções mais secretas do Cardeal-Rei eram communicadas a D. Christovam de Moura, que pôde com muita antecedencia avisar Philippe II do que se preparava.

Logo D. João de Zuniga recebeu em Roma ordem de redobrar com o Papa de instancias, para que não concedesse a D. Henrique a dispensa que elle supplicava.

Estava então sentado na cadeira de S. Pedro, Hugo Buoncampagni, que na lista dos Papas tomára o nome de Gregorio XIII. Homem pouco rigido, não seria pessoalmente muito contrario á pretenção do Cardeal-Rei, mas havia um partido poderoso que o rodeava, e cujas disposições Philippe II tencionava habilmente aproveitar.

A corrupção da côrte de Roma nos fins do seculo XV chegára a um auge inacreditavel, o paganismo artistico e sensual tomára posse dos espiritos, e os Papas davam tranquillamente os maiores escandalos á Egreja. Havia uma doce indulgencia no Christianismo d'então, a qual permittia estas profanidades; é verdade que de todos os pontos do orbe catholico, pela bocca dos poetas, dos satyricos, dos mesmos estadistas, vinham as mais severas advertencias, até que emfim um schisma violento quebrou a unidade christã, e os escandalos da côrte pontifical foram a justificação da heresia. Como era natural, produziu-se immediatamente uma reacção em Roma, e da extrema indulgencia e do paganismo profano passou-se a extremado rigor e a um ascetismo severo. S. Pio V foi o papa que mais longe levou o espirito de reforma; depois d'elle e do concilio de Trento, Gregorio XIII, por muito que as suas tendencias naturaes o inclinassem para a indulgencia, não podia deixar de se conformar com as regras severas que lhe eram impostas pelos prelados que o rodeavam. Por isso a pretenção do Cardeal-Rei, que não encontraria mal disposto o Pontifice entregue aos seus proprios pensamentos, encontrou adversos os membros mais austeros do collegio cardinalicio.

Por conseguinte, D. João de Zuniga encontrava em Roma facilmente alliados, mas ao mesmo tempo o embaixador Portuguez, auxiliado por Mr. Debain, embaixador de Henrique III de França, a quem seu amo recommendára que protegesse em tudo os desejos do rei de Portugal, tambem fazia vacillar o Pontifice, que se via perplexo entre as duas poderosas influencias que sobre elle pesavam.

Gregorio XIII achava extraordinario o pedido do rei de Portugal, e, não vendo a possibilidade d'elle ter filhos em tão avançada edade, suppunha que D. Henrique teria algum filho bastardo que desejasse agora legitimar, legando-lhe ao mesmo tempo a corôa.

D. Christovam de Moura, a quem communicavam de Madrid esta suspeita do Pontifice, declarava-a sem fundamento, e ao mesmo tempo affirmava que o projecto de casamento era tresva-

Digitized by Google

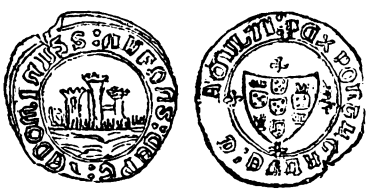
rio da cabeça do Cardeal-Rei, a quem os Jesuitas tinham perfeitamente enlouquecido com essa ideia.

Philippe II, vendo que tinha nos Jesuitas uns inimigos acerrimos, recommendou para Roma que se obtivessem do Geral ordem para elles não se metterem em negocios politicos. Effectivamente, Eberhard Mercurianus, successor de S. Francisco de Borja, expediu ordens aos Jesuitas portuguezes em conformidade com o que desejava o soberano hespanhol, mas, menos respeitado do que os seus antecessores, não foi obedecido, e D. Christovam de Moura continuou a queixar-se da opposição ardente que faziam os Jesuitas á politica hespanhola.

Entretanto a côrte de Lisboa apresentava o mais agitado aspecto. A maior parte dos fidalgos, vendidos ao ouro dos Castelhanos, mas não ousando proclamar em voz alta a sua adhesão a Philippe II, trabalhavam na sombra para auxiliarem os planos de D. Christovam de Moura; a duqueza de Bragança, valendo-se do affecto que sempre D. Henrique lhe mostrára, procurava estimular a sua actividade, compellindo-o a inclinar-se para ella; o Prior do Crato, que sabia o odio que o rei lhe tinha, o que fazia era agitar as massas e valer-se da popularidade para se apresentar como o legitimo representante do direito nacional; o povo, ancioso, previa um futuro de desgraças, e via com rancor passar D. Christovam de Moura semeiando a traição e explorando a villania; e, no meio de tudo isto, o pobre rei, enfermo, a cada instante moribundo, voltando a apegar-se á vida que lhe fugia, e imaginando que lhe estavam reservados ainda longos annos de existencia, não sabia o que decidir nas encontradas pretenções que por todas as partes o perseguiam.

Afinal resolveu-se a instituir-se como juiz no pleito, ordenando a todos os pretendentes que viessem ou mandassem allegar perante elle as razões que entendiam fortificarem os seus direitos.

Todos os pretendentes, menos Philippe II, accederam á resolução de D. Henrique. O duque de Parma, Ranucio Farnesio, fez-se representar pelo bispo



Ceitil, de D. Affonso V

de Palencia, o duque de Saboya por Carlos de la Rovére, e Catharina de Medicis pelo bispo de Comminges, Urbano de Saint-Gelais. Ao mesmo tempo todas as potencias enviavam os seus embaixadores a Portugal, onde se estava debatendo uma questão, afinal tão importante para a Europa, como era a de se saber se a immensa monarchia de Philippe II viria a ser, arredondando-se com Portugal e os seus vastissimos dominios, uma perpetua ameaça para o mundo, e uma quasi monarchia universal. O embaixador em França, M. de Brevres, o de Veneza, e Eduardo Wolton embaixador da rainha Isabel de Inglaterra, vieram assegurar ao Cardeal-Rei que podia contar com o auxilio dos seus governos para resistir a quaesquer prepotencias de Filippe II; o embaixador de Florença, paiz sujeito á influencia hespanhola, esse não veiu senão favorecer os planos do rei Catholico, e foi recebido seccamente.

Philippe II, conforme dissemos, fôra o unico de todos os pretendentes que não acceitára a decisão de D. Henrique; mas, por conselho de D. Christovam de Moura, que, sendo seu valido e conhecendo a fundo os negocios de Portugal, foi sempre aquelle cuja opinião D. Philippe seguiu mais, tambem não regeitou abertamente a arbitragem do Cardeal-

Digitized by Google

Rei. O que fez foi oppor-lhe dilações, primeiro perguntando quaes eram os pretendentes que elle admittia a allegação de provas, depois quaes os juizes e qual a fórma do juizo, emfim protrahindo de todos os modos a sua resposta decisiva, dando comtudo a D. Henrique a esperança de que o acceitaria afinal como julgador do pleito, esperança com que se contentou o fraquissimo soberano.

Mas quem lhe dava agora mais cuidado era o inquieto prior do Crato, D. Antonio. Tractava este de provar a legitimidade do seu nascimento, e de tal modo trabalhára que arranjára testemunhas, aproveitára todos os indicios que o poderiam favorecer, e conseguira finalmente obter de fr. Manuel de Mello, que se dizia auctorizado para isso pelo capitulo da ordem de S. João de Jerusalem, a que o prior D. Antonio pertencia, uma sentença de legitimidade.

D. Henrique escandalizou-se altamente com isto, tanto porque fôra feito sem o seu consentimento, como porque suppôz que n'esta reivindicação d'uma legitimidade muito duvidosa entravam christãos-novos, pois que a familia de Violante Gomes, a gentil «Pelicana», a mãe de D. Antonio, era notada de judaizante.

Mas, se D. Henrique se mostrava tão adverso ás pretenções do prior do Crato, o povo, pelo contrario, acclamava-o e victoriava-o, e accusava o rei de proteger as pretenções de D. Philippe e de querer vender a patria ao jugo castelhano. Enganava-se: o Cardeal-Rei então mostrava uma repugnancia invencivel pelo soberano de Castella, não porque ardesse no seu peito acanhado e egoista o amor puro da independencia nacional, mas porque o offendera gravemente a opposição de Philippe II, ao seu projectado casamento, e tambem porque o affecto que votava a sua sobrinha, a duqueza de Bragança, o movia a favorecer-lhe os direitos.

D'isso se queixava amargamente D. Christovam de Moura, assim como da opposição dos Jesuitas, do odio vigilante do povo que o espiava e cercava na rua com rancor, e da obstinação d'alguns fidalgos que não queriam tornar-se «bons christãos», como elle classificava, na sua phrase ironica, os que se vendiam ao seu ouro.

Pois não tinha razão, que era ampla a messe dos traidores. Os mais nobres nomes se tinham aviltado. Ao vergonhoso mercado aberto por D. Christovam de Moura corriam pressurosos a venderem a honra, em troca de mercês, dadivas e promessas, os descendentes d'aquelles que tinham sustentado com as suas espadas os direitos e o valor do Mestre d'Aviz.

Que dizemos? Os descendentes d'esses não, que fôra o povo e quasi só o povo que pelejára em Aljubarrota, que vencêra em Atoleiros, que defendêra Lisboa contra o poder immenso de Castella. Em 1385, como em 1580, a fidalguia, mais amorosa dos seus privilegios e interesses do que do bem da patria, quasi que se agrupara em massa emtorno dos pendões do estrangeiro. É porque estas classes privilegiadas não se prendem com intimos laços ao solo que as viu nascer; o povo que trabalha é que o ama, e que dá por elle o sangue e a vida.

Nobres senhores da edade media, cortezãos do seculo XVI, os fidalgos preferiam sempre o seu interesse particular ao interesse geral; mas o que torna mil vezes mais aviltante o procedimento dos fidalgos da côrte de D. Henrique era que esses vendiam-se por ouro, mercadejavam a sua lealdade, maculavam os seus brazões d'armas com a nodoa eterna de vendilhões da honra.

Heroismo assignalado por gloriosos

Digitized by Google

feitos, velhice respeitada, nome heroico transmittido por seus paes, nada impedia os representantes das primeiras familias de prostituirem a sua influencia e a sua espada ao estrangeiro. Quem abriu o caminho foi D. João de Mascarenhas, D. João de Mascarenhas, o heroico defensor de Diu, o homem que pareceu exgotar os ultimos restos da sua lealdade no ultimo conselho que déra a D. Sebastião contra a empreza d'Africa!

Atraz d'este foi uma torrente: não bastava o ouro dos cofres de Filippe II para recompensar com pagamento immediato tantos villões que se atropellavam, extendendo a mão ávida, á porta d'um Portuguez tambem, emissario d'um rei estrangeiro!

Mas esse Portuguez parecia grande ao lado da turba venal que o rodeava, porque D. Christovam de Moura, como os fidalgos de 1385, livremente, francamente, sem intenção mercantil, tomára o partido de Filippe II: os outros iam atraiçoar vilmente a patria, intrigando na sombra, mascarando-se com fingido patriotismo, e impellidos pela mais asquerosa ambição.

O ouro não chegava, dissemos nós, e por isso D. Christovam de Moura distribuia uns papeis que ficaram celebres com o nome de *cedulas*, e em que estava exarada a recompensa promettida, que Filippe II devia pagar quando estivesse senhor dos rendimentos do reino que ambicionava.

As mais altivas casas portuguezas podem mostrar entre os seus pergaminhos essas cedulas vergonhosas. Felizmente, para honra d'ellas, os filhos dos traidores rasgaram esses documentos de traição com as heroicas espadas que lampejaram ao sol da liberdade no dia 1 de dezembro de 1640.

A D. João de Mascarenhas seguiu-se Pedro d'Alcaçova, que fôra denunciado a D. Henrique, desterrado por isso, mas que, mesmo exilado, continuava a cumprir as clausulas do seu contracto. Affonso d'Albuquerque não duvidava manchar esse nome glorioso, e propunha-se elle mesmo a D. Christovam para favorecer os seus planos em Lisboa; o mar-

FR. HEITOR PINTO

quez de Villa Real só aproveitava a sua alta nobreza para fazer mais valioso o seu mercado, e para o discutir largamente, regateando o preço; Luiz da Silva, que, como Pedro d'Alcaçova, mais fôra impellido á traição pelo desejo de se vingar das perseguições de D. Henrique do que pela venalidade, não duvidava envolver a patria no holocausto da sua vingança; D. Diogo de Castro, homem riquissimo, que tinha quatro contos de réis de rendimento, o que para aquelle tempo era enorme, implorava uma cedula como um mendigo; fr. Antonio de Sousa, provincial dos Dominicanos, pro-

Digitized by Google

curado por D. Christovam de Moura, antecipava-se á proposta, e offerecia-se elle mesmo; Antonio da Gama, regedor das justiças, redigia memorias, para sustentar os direitos de Philippe II, em que excedia o zêlo dos proprios jurisconsultos hespanhoes; Lopo de Almeida offerecia-se para corromper outros fidalgos, e tinha a triste gloria de attrahir ao partido castelhano Francisco de Sá e o arcebispo de Lisboa, a quem deslumbrava a promessa de um chapeu de cardeal; Martim Correia da Silva offerecia-se para agente castelhano em Tavira; Francisco de Miranda promettia entregar dois castellos de que dispunha, situados na fronteira; Ruy Telles vendia a sua fortaleza de Moira; Ruy Lourenço de Tavora, governador de Caparica, não resistia ás seducções de D. Christovam, seu parente; tres capitães de milicias de Lisboa venderam-se por quatrocentos escudos; Nuno Alvares Pereira (que nome arrastado na lama!) por uma pensão de trezentos escudos annuaes para seu filho; Simão Rodrigues, capitão d'uma companhia de trezentos e cincoenta homens, por cem ducados; Domingos Nunes do Pinho, capitão d'oitocentos soldados em Santo Antonio do Tojal, por duzentos. As proprias mulheres corriam sem pudor a este mercado infame: D. Joanna de Athayde, senhora de sete villas, negociava com o rei de Castella a sua adhesão a pezo de ouro; D. Guiomar de Mello, a troco de seu filho acabar os estudos em Castella á custa de Philippe II; e uma cunhada do provincial dos Dominicanos promettia comprar o governador de Cascaes.

Mas diremos a suprema vergonha de estes tempos nefastos? O proprio D. Antonio, prior do Crato, entrou em negociações para vender os seus direitos a Philippe II, e se esse vil mercado se não realizou, foi porque o rei de Hespanha entendeu que a cedencia não valia o alto preço que D. Antonio lhe punha!

E era este homem que ambicionava representar o papel de Mestre d'Aviz! Era este homem o unico baluarte da nacionalidade portugueza! Como não haviamos de cahir nas mãos dos Hespanhoes? Como não se havia de esphacelar este paiz profundamente corrompido, gangrenado até aos ossos, que puzera aos labios o vinho dos desvairamentos, da opulencia e das cobiças, e cahia, para nunca mais se levantar senão a meio, n'um tremedal de torpezas e de aviltamento.

Mas prosigâmos, já que é necessario, n'esta deploravel historia, e, para nos consolarmos de havermos revelado tantas villanias, digâmos que ainda alguns, raros, Portuguezes mantinham incorrupto o timbre da lealdade, taes eram o conde de Vimioso, Scipião de Figueiredo, Pedro Barbosa, Diogo Botelho, e outros que iremos successivamente mencionando.

Esses, porém, poucos eram, e D. Christovam de Moura, desenvolvendo incansavel actividade, e semeando com mão larga ouro e promessas; conseguira ter comprados quasi todos os alcaides das praças principaes, preparando as cousas de maneira que, sendo necessario recorrer ás armas, o exercito de Philippe II não encontraria em Portugal senão a mais debil resistencia.

Entretanto vendo que o povo se mostrava cada vez mais firme no seu odio aos Hespanhoes, D. Christovam de Moura ao mesmo tempo não cessava de lembrar a Philippe II que, apezar de todas as intrigas diplomaticas, não se descuidasse de ter um exercito prompto para invadir Partugal, assim que fallecesse o cardeal D. Henrique, o que não podia tardar, porque o avelhantado rei, golfando ao minimo esforço sangue pela bocca, e ardendo sempre em febre,

Digitized by Google

mal podia durar mais alguns mezes. Isto escrevia-o Christovam de Moura em fevereiro de 1579.

Philippe II accedia aos conselhos do seu habil favorito e os aprestes que se faziam por sua ordem em Napoles e na Sicilia sobresaltavam Mr. Debain, embaixador francez em Roma, que mandára dizer a Henrique III que esses preparativos todos acreditava serem feitos para a invasão de Portugal. Ao mesmo tempo, trinta galés hespanholas, a que se deviam juntar as que se mandavam vir da Italia, fundeadas nos portos de Andaluzia, estavam promptas a levantar ferro, emquanto dois engenheiros hespanhoes vinham secretamente a Lisboa estudar as obras de defeza da barra e o modo de a forçar. Para aplanar a estrada á invasão maritima, como já a aplanára á invasão por terra, D. Christovam de Moura conseguira chamar aos seus interesses Contreras, um hespanhol empregado na armada portugueza, que esse ao menos tinha para a traição o motivo ou o pretexto da nacionalidade.

Intimidado com estes preparativos, que não desconhecia, o cardeal D. Henrique apressou-se em convocar para Lisboa as côrtes que primeiro resolvera reunir em Almeirim; D. Philippe II, que não desprezava meio algum de favorecer a sua causa, encarregou D. Christovam de Moura de fazer com que as eleições recahissem em homens devotados aos interesses de Castella, ou que facilmente podessem ser comprados. D. Christovam effectivamente conseguiu que em Lisboa os eleitos fossem Affonso de Albuquerque, de quem já falámos, e Jorge da Cunha, que, sendo inimigo pessoal de D. Henrique, apresentava, por isso mesmo, condições de ser facilmente chamado aos interesses de Castella, pois que D. Henrique se mostrava adverso a Philippe II.

Entretanto iam chegando a Lisboa os procuradores dos conselhos provincianos, e D. Christovam de Moura notava com jubilo misturado de tristeza, que, se a maioria era adversa a Castella, tambem não se mostrava muito condescendente para com o rei, começando por lhe negar a competencia para a decisão d'um pleito que importava ao reino, que portanto só podia ser resolvido pelos seus legitimos representantes.

Ceitil, de D. Affonso V

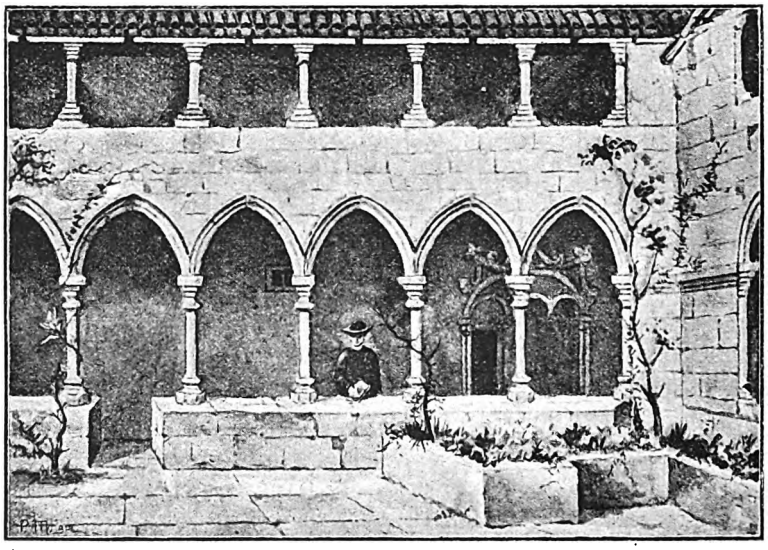
Ora, como o rei era positivamente inclinado para a duqueza de Bragança, estas tendencias dos procuradores não deixavam de ser consideradas favoraveis por D. Christovam de Moura, tanto mais que no seio das côrtes, fiel ao seu systema de perseverante corrupção, tinha elle já comprado varios lettrados, sendo os principaes o doutor Cemtil, Henrique Simões, Philippe Diniz e o lettrado Costa.

Ainda mesmo que definitivamente fosse D. Henrique o juiz da causa, ainda assim não seria, como não foi, inutil a compra dos lettrados. A pezo d'ouro obtivera D. Christovam de Moura d'estes jurisconsultos, que nada ficáram devendo á nobreza em villania e venalidade, memorias justificativas dos direitos de Philippe II. Essas memorias foram pelo rei de Hespanha cuidadosamente guardadas, de fórma que, quando D. Henrique se desejou fortificar com os votos d'alguns jurisconsultos portuguezes para favorecer os direitos da duqueza de Bragança, os homens a que consultou, e que estavam enleiados na rêde de D. Christovam de Moura, não poderam nem ousaram contradizer-se tão impudentemente, e sustentaram os direitos de Philippe em presença de D. Henrique.

Ao mesmo tempo chegava a Portugal o duque d'Ossuna, embaixador ex-

Digitized by Google

traordinario do rei de Castella, e pedindo uma audiencia a D. Henrique, audiencia que lhe foi concedida a 18 de março de 1579, apresentou seu amo como um pretendente cujos direitos eram inquestionaveis, não deixando de ameaçar vagamente, lembrando o poder do soberano hespanhol, e mostrando-lhe bem vivos os inconvenientes que resultariam para Portugal de se desattender aos direitos incontestaveis d'um pretendente, que estava disposto a sustental-os com a força das armas.



CLAUSTRO DO CONVENTO DO VARATOJO

D. Henrique esquivou-se a responder directamente, foi dilatando a resposta, e afinal, n'uma carta escripta a Philippe II, declarou mais uma vez que seria elle o juiz do pleito, que mandasse el-rei Catholico apresentar perante elle as suas allegações, que elle decidiria com a maxima imparcialidade a seu favor, se fosse elle de todos os pretendentes o que apresentasse razões mais valiosas.

D. Christovam de Moura viu-se n'este ponto sériamente embaraçado: se reconhecia o direito que tinha D. Henrique para ser juiz do pleito, sujeitava-se por isso mesmo á sua decisão, que era mais que provavel que não fosse favoravel a el-rei Catholico; se lhe recusava a competencia, arriscava-se a que os outros pretendentes tomassem d'ahi pretexto para allegarem que era tão dubia a justiça de Philippe, que nem ousava disputar em campo aberto com os seus competidores.

Por isso, apezar da sua prudencia, D. Christovam de Moura aconselhava a el-rei que, exgotando-se todos os outros meios, se negasse a legitimidade com que o cardeal occupava o throno, e á força aberta o expellisse d'elle.

Entretanto D. Henrique, sempre bem disposto para com a duqueza de Bragança, nomeava Pedro Barbosa e o chancellar-mór para redigirem em segredo uma memoria em que fossem advogados os direitos de D. Catharina, e ao mesmo tempo apressava a reunião das côrtes, que finalmente se abriram em março de 1579.

O desejo de D. Henrique era que ellas não fizessem mais do que nomeal-o juiz do pleito, approvarem a medida, em que elle pensava, de nomear governadores para o reino, e se separassem depois.

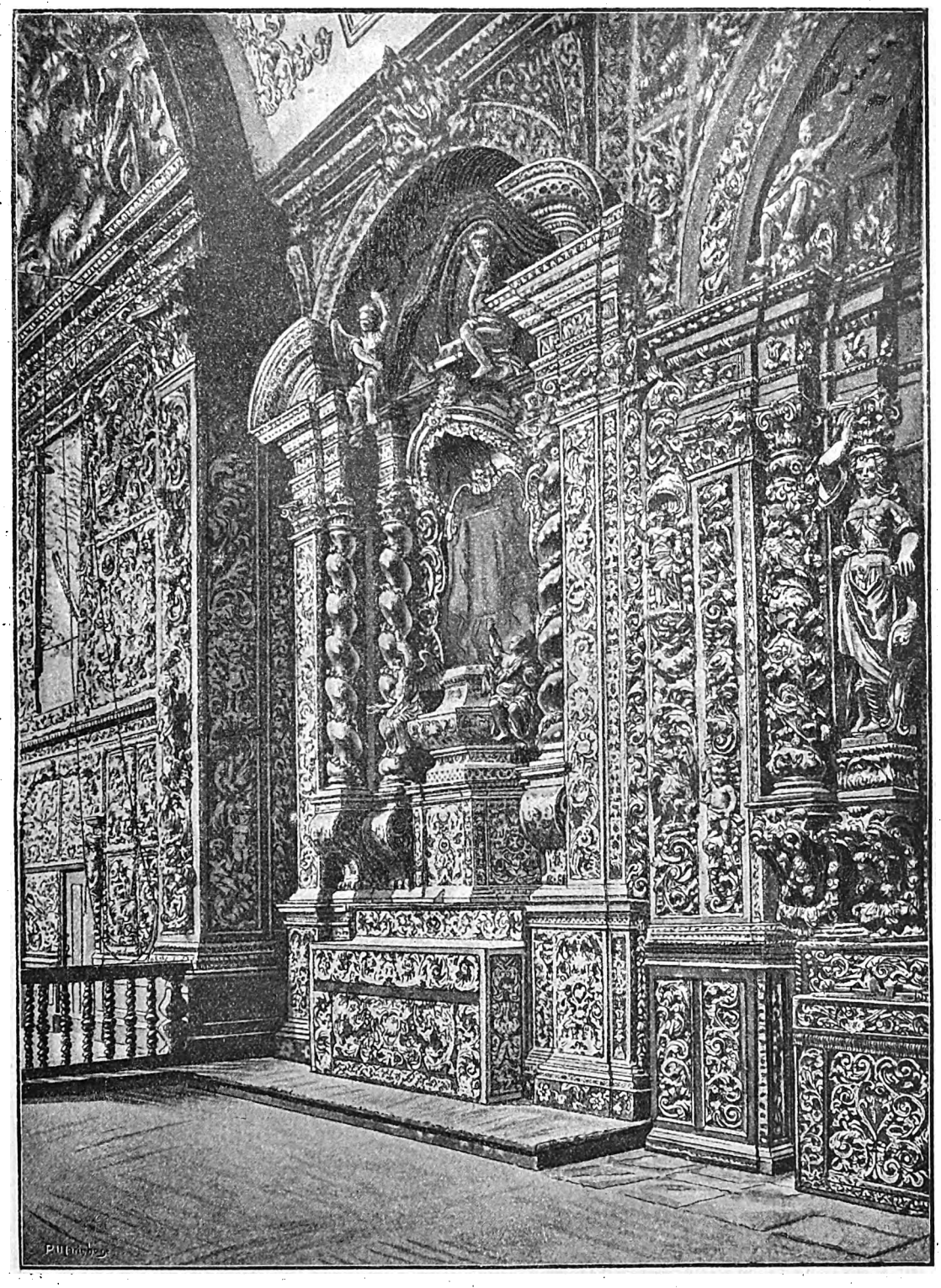
As côrtes, pelo contrario, estavam dispostas a avocarem a si a resolução da contenda, e principalmente queriam saber os nomes dos governadores do reino.

D. Henrique, impaciente, exigiu que se seguisse nas côrtes o systema ultimamente adoptado dos definidores[1]. Este systema, restringindo o numero dos membros das côrtes, tornava mais facil ao governo o influir sobre elles.

---

[1] Veja-se o volume I d'esta *Historia*.

Digitized by Google



BEJA — ALTAR DE GRAPHITE IMITANDO MOSAICO

Mas os procuradores é que não estavam dispostos a isso: allegavam que os negocios, que se iam debater, eram graves bastante para que elles os tractassem directamente, e não eram cousas que se tractassem por meio de definidores.

O rei comtudo, que tinha momentos de impaciencia frenetica, vendo a reso-

Digitized by Google

lução das côrtes, declarou que as ia dissolver. Para evitarem isto, os procuradores decidiram-se então a nomear definidores, mas, em vez de serem só dez, como até ahi era costume, foram quarenta.

Essa eleição porém mostrou quaes eram as profundas dissenções que lavravam no reino, e que, mais do que tudo, contribuiam ainda para a grande desgraça que ia dentro em pouco desabar sobre nós. Os procuradores do povo eram em geral adversos á influencia hespanhola, mas tambem não o eram menos ao duque de Bragança, do que resultou serem excluidos da nomeação de definidores todos os procuradores dos logares de que era senhora a casa bragantina. A ambição estulta do Prior do Crato havia, n'esta circumstancia, feito causa commum com a intriga de D. Christovam de Moura, e d'essa tacita alliança resultára a exclusão dos partidarios de D. Catharina.

O braço da nobreza, apezar de em grande parte dedicado ao monarcha hespanhol, quando tractara de eleger os seis membros que deviam tractar directamente com el-rei, mostrára uma certa imparcialidade, porque nomeára dois dedicados á causa de Philippe II, que eram D. João de Mascarenhas e D. Diogo de Castro; dois dedicados á causa do prior D. Antonio, e que eram D. Diogo de Sousa e D. Manuel de Portugal; dois partidarios de D. Catharina, que vinham a ser D. João Tello e Martim Gonçalves da Camara; comtudo D. Christovam de Moura sempre conseguiu fazer pender um pouco a balança para o seu lado, obtendo que Martim Correia da Silva, seu tio, fosse nomeado secretario dos Estados.

Não contente com isso, D. Christovam de Moura, sempre activissimo, favorecia de todos os modos as pretenções de seu amo. Como, pela grande confiança que n'elle depositava o rei de Hespanha, tinha varios papeis em branco assignados por Philippe II, D. Christovam de Moura forjou uma carta dirigida pelo rei Catholico ao senado de Lisboa, carta em que defendia os seus direitos, e offerecia ao reino varios privilegios e liberdades, e, pegando n'essa carta, apresentou-se perante a camara lisbonense, presidida por Antonio da Gama, e entregou o papel, repetindo ao mesmo tempo verbalmente os argumentos n'elle contidos.

Como Antonio da Gama era homem de ha muito vendido aos Hespanhoes, nem estranhou a ousadia, nem elle e os vereadores deixaram de ouvir com a maxima benevolencia o audacioso emissario.

Quem teve com isso uma irritação profunda foi o rei, que se queixou amargamente a D. Christovam de Moura, mas este respondeu-lhe, com a maior tranquillidade, que não via inconveniente em que seu amo expozesse os seus direitos e dissesse o que estava resolvido a fazer em favor do reino que legitimamente lhe pertencia, e que elle entendia até que Philippe II se devia dirigir não só á camara de Lisboa, mas a todas as principaes do reino, e aos tres Estados.

Ao mesmo tempo, empenhou-se Philippe II em destruir a influencia dos dois pretendentes portuguezes; não só envenenava as discussões entre elles, mas recommendava a Christovam de Moura que procurasse comprar a D. Antonio a desistencia dos seus direitos; vimos que este estaria resolvido a fazel-o, mas a troco de valiosa quantia.

D. Christovam o que primeiro conseguiu foi comprar o marquez de Villa Real, intimo confidente do Prior, a quem este continuava a revelar os seus pensamentos, sem lhe saber da traição, e que os transmittia todos ao enviado hespanhol. Ao mesmo tempo, por ordem d'es-

Digitized by Google

te, o marquez aconselhava ao Prior que transigisse com a côrte de Hespanha; por todos os lados creaturas de D. Christovão repetiam os mesmos conselhos, e D. Antonio, a quem um jurisconsulto de Coimbra affirmára que os seus direitos eram nullos, mostrára-se resolvido a executar as propostas de Castella.

Emquanto estas intrigas se agitavam cá fóra, as côrtes nada decidiam, e nos debates o que se fazia sentir principalmente era a profunda dissidencia que separava entre si os membros dos tres Estados. El-rei, vendo que as côrtes pouco se inclinavam para o seu pretendente favorito, o duque, ou antes a duqueza de Bragança, resolveu, ao menos para lograr a esperança dos outros pretendentes, insistir no seu projecto de casamento, projecto que logo as côrtes appoiaram. Decidiram enviar a Roma um embaixador, que expozesse ao Pontifice os desejos do povo portuguez, e implorasse d'elle, em nome da felicidade do reino, a dispensa necessaria.

Esta resolução era um palliativo, como palliativo foi outra medida tomada tambem, e pela qual D. Henrique era declarado juiz do pleito da successão, devendo só publicar-se depois da sua morte a sentença, e só no caso, já se vê, de que o projectado casamento se não realisasse ou fosse esteril.

Assim, por não poderem chegar a um accordo, as côrtes perdiam o ensejo de assegurarem a tranquillidade e a independencia de Portugal, e, addiando, addiando sempre, iam preparar as discordias que deviam produzir o supremo desastre.

A outra questão, que se debateu mais renhidamente, foi a do systema que se devia adoptar para a nomeação dos governadores do reino, e dos juizes que tivessem de julgar o pleito no caso de o não poder fazer o monarcha antes da sua morte.

Afinal o que se decidiu foi que as côrtes apresentassem uma lista de quinze nomes, entre os quaes D. Henrique escolheria os cinco governadores, e outra de vinte e quatro nomes, entre os quaes escolheria os onze juizes.

Philippe II é que se não descuidava. Querendo conhecer melhor os negocios de Portugal, que tanto o interessavam, em abril de 1579 chamou a Madrid D. Christovam de Moura. A partida do emissario hespanhol alegrou immenso o rei e os seus conselheiros mais intimos, que imaginavam já que D. Christovam caíra no desagrado de Philippe II; mas não foi pequeno o seu desapontamento, quando viram Moura tornar a Lisboa, em maio do mesmo anno, não já emissario extra-official do rei de Hespanha, mas seu embaixador ordinario nas côrtes portuguezas.

«Saindo de Madrid, diz Rebello da Silva, coberto de louros e louvores, para occupar na côrte de D. Henrique o logar eminente que seu amo lhe destinára, tornava ao seu antigo posto mais poderoso do que o tinha deixado, ferindo em Hespanha os émulos, que viam com maus olhos a sua rapida elevação, e fulminando em Portugal os inimigos, que a retirada ensoberbecêra, e que a volta ia confundir.

«Além dos passos ostensivos, um apontamento confidencial inculcava-lhe as secretas diligencias, commettidas pelo soberano á sua dextreza.

«O ministro havia de conferenciar com o confessor Leão Henriques, com o camareiro-mór Francisco de Sá, com o arcebispo de Lisboa, e com D. João de Mascarenhas, que eram os principaes do conselho particular de D. Henrique, e lêr-lhes as suas instrucções secretas, no caso de conhecer que o animo do Cardeal se não demovia com a embaixada directa.

«Havia de distribuir depois, conforme

Digitized by Google

reputasse proveitoso aos interesses do rei, mais trinta cedulas em branco, podendo prometter aos fidalgos a revogação da lei mental, e aos senhores de terras o beneficio de jurisdicções analogas ás de Castella, valendo-se das armas da cubiça e da ambição para os arrastar, seduzidos por estas duas mercês exorbitantes.

«Tinha auctoridade para ganhar com a esperança de novos titulos as pessoas que merecessem pela sua importancia esta honrosa excepção, prevenindo porém a eventualidade de provocar invejas ou inimizades que não fossem compensadas.

«Moura, além d'isto, era incumbido tambem de ajustar com a duqueza de Aveiro, irmã do duque d'Ossuna, a maneira facil de predispôr o castello e forte de Setubal para seguirem a voz de Castella, se a questão se resolvesse pela espada, e de tentar para o mesmo fim a lealdade do governador da torre de S. Julião da Barra.

«A'cerca do resgate dos captivos, assumpto, que então commovia muito o paiz, pela orphandade de numerosas familias, prescrevia-se ao novo embaixador que, sendo fallecido o Cardeal, promettesse em geral uma avultada somma para a redempção dos pobres, e, existindo ainda o velho monarcha, subornasse com promessas de dinheiro, para tão pia applicação, os individuos capazes de retribuirem a generosidade, correspondendo com a mais sincera adhesão [1].»

Com relação a esta questão dos captivos, a que allude Rebello da Silva, devemos dizer que D. Christovam de Moura dera a seu amo um conselho verdadeiramente satanico. Dissera-lhe elle que não resgatasse a esmo os prisioneiros de Alcacer-Kibir, porque uns viriam engrossar as fileiras dos seus adversarios, e os outros sempre seria bom que ficassem pessoalmente obrigados á mercê do rei catholico, obrigação que diminuiria em grande parte, se fossem simplesmente incluidos n'um resgate geral.

Philippe II seguiu o conselho, porque era digno de o comprehender, e encarregou Pedro Venegas, que andava tractando em Marrocos do resgate dos captivos, de seguir a marcha indicada por D. Christovam de Moura.

Parece que chegou isto aos ouvidos do cardeal-rei, porque, logo na primeira audiencia que deu a D. Christovam de Moura, lhe disse, quando D. Christovam falava na necessidade urgente de se celebrarem pazes com Marrocos, que el-rei catholico parecia que andava demorando o resgate dos captivos, em vez de o apressar, com o intento de explorar talvez a angustia das familias para ir assim conquistando partidarios.

D. Christovam de Moura, furioso, escrevia para Philippe II, dizendo-lhe que similhante revelação não podia deixar de ser obra dos jesuitas.

E foi de certo, porque só elles seriam capazes de descobrir os segredos mais intimos das correspondencias trocadas entre D. Christovam de Moura e o soberano. Ao verem o tal conselho enunciado, os jesuitas haviam de reconhecer, com certa sympathia, que D. Christovam de Moura era da sua eschola.

Fechado este parenthesis, vejamos agora quaes eram as outras instrucções de D. Christovam.

D. Christovam de Moura estava tambem armado com os meios necessarios para procurar desarmar a casa de Bragança. Um tio do duque, D. Theotonio, fôra nomeado arcebispo de Evora pelo cardeal-rei, que tractava tambem de lhe obter de Roma a purpura cardinalicia. D. Theotonio fôra jesuita, a muito custo despira a roupeta, porque o proprio

[1] *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, tom. I. Int., cap. JI, pag. 385.

Digitized by Google

Santo Ignacio de Loyola o absolvêra dos votos, a pedido e instancias de el-rei D. João III, chamando-o para isso de proposito a Roma. Algum tempo esteve residindo D. Theotonio em Salamanca, saudoso da roupeta, que n'essa epocha exercia em todos os espiritos uma fascinação extraordinaria, e mantendo intimas relações e mystica e assidua correspondencia com Santa Thereza de Jesus, que estava n'essa epocha em Segovia, com o arcebispo de Milão S. Carlos Borromeu, com o de Braga D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, e com o cardeal Paleotto. Afinal deixou-se tentar pelas grandezas da egreja, acceitou o baculo de Evora, e aspirou á purpura cardinalicia. O astuto Philippe II, ao passo que dizia a D. Christovam de Moura que o tentasse com a promessa do auxilio da Hespanha, contrariava-lhe a pretenção em Roma, para que a satisfação das aspirações do arcebispo não o privasse d'essa isca excellente. Para D. Catharina e para seu marido tinha D. Christovam de Moura mais brilhante armadilha; levava ordem de prometter aos duques, no caso de elles se não oppôrem á realização do sonho iberico, o casamento de sua filha com o herdeiro do throno hespanhol.

Sabem todos como Philippe II folgava de multiplicar as instrucções, enchendo tiras e tiras de papel com as observações mais minuciosas. Por isso não admira que D. Christovam de Moura trouxesse instrucções ácerca do modo como devia proceder, se encontrasse já morto o cardeal-rei, e até a lista dos preços que podia dar pela compra d'estas e d'aquellas consciencias.

Assim podia prometter ao doutor Antonio da Gama uma pensão ecclesiastica de quatrocentos ducados, ao lettrado Diniz Philippe e a Nuno Alvares Pereira duas de duzentos ducados cada uma. Estes tres honrados sujeitos nada queriam para si, as pensões eram para os filhos. Eram guiados pelo amor paternal. Vendiam-se por bons sentimentos.

ANTONIO DA SILVEIRA

D. Lourença de Tavora, mulher de João de Saldanha, devia receber a ajuda de custo de dois mil ducados, e outras pessoas mais obscuras tinham de ser contempladas com donativos em dinheiro, afim de estarem promptas a trahir a patria quando chegasse a occasião.

D. Christovam de Moura chegou a Lisboa no dia 30 de maio, e informou logo seu amo do estado das cousas: na vespera da sua chegada o cardeal-rei estivera moribundo, ainda arribára comtudo, a ponto de suppôr, graças á tena-

Digitized by Google

cidade com que os velhos se afferram á vida, que estava ainda longe a sua ultima hora. As côrtes tinham afinal nomeado as quinze pessoas, entre as quaes el-rei havia de escolher os cinco governadores do reino, e tractavam de apresentar a lista para a nomeação dos juizes que haviam de julgar o pleito da herança do reino. D. Christovam de Moura terminava dizendo que suppunha que estaria para breve o encerramento das côrtes, e pedindo a D. Philippe que lhe enviasse o mais depressa possivel Vasques e Molina, auxiliares de que muito carecia.

No dia 1 de junho as côrtes foram convocadas para o Paço, e apresentaram ao rei, mal convalescente ainda, a lista para a nomeação dos governadores e dos juizes.

Então o secretario Miguel de Moura leu a fórmula de um juramento pelo qual as côrtes se obrigavam a não reconhecer por soberano senão quem tivesse legitimo direito, a obedecer aos governadores, a acatar a decisão dos juizes, se D. Henrique não tomasse uma deliberação em vida, e finalmente a resistir ao pretendente que tentasse, á força de armas, reagir contra a sentença. Repetiram o juramento pelo braço ecclesiastico o arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida, pelo da nobreza D. Diogo de Castro, pelo do povo Affonso de Albuquerque. Foram testemunhas Simão Gonçalves Preto, o chanceller-mór, Paulo Affonso, Pedro Barbosa, Jeronymo Pereira de Sá, Chanceller da Casa da supplicação, Gaspar Pereira e o chanceller da Casa do Civel Jorge Lopes.

E depois d'esta ceremonia, o velho rei, julgando que ficaria socegado para o resto do seu governo, deu por concluida a reunião dos tres Estados do reino.

Assim as côrtes separavam-se perdendo a occasião de proclamarem bem alto o principio da soberania popular e do direito imprescriptivel que lhes cabia a ellas, como unicas representantes legitimas da nação, de elegerem o successor da corôa. Notavel enfraquecimento do espirito publico n'esses dois ultimos seculos, considerados, e até certo ponto com razão, como o periodo aureo da historia de Portugal! E' que a prosperidade externa parece que se comprava com o aviltamento interno. Pobres, tinhamos a dignidade; ricos, rojavamonos aos pés do monarcha, ainda que fosse um homem, como D. Henrique, sem energia de qualidade alguma. Nas côrtes de Coimbra, em 1384, João das Regras erguia a voz a favor do direito que o povo tinha de eleger para soberano quem lhe agradasse, quando o throno estava vago, e essa razão bastava para emmudecer os argumentos dos adversarios. Todos reconheciam esse direito, proclamavam-n'o todos, e iam depois, para o sustentar, derramar o seu sangue em Aljubarrota. Em 1579, pelo contrario, não se achavam com animo bastante para confiarem em si e no povo, e resignavam-se a delegar os seus poderes n'um rei fraco e imbecil. O que não podéra fazer a espada d'um rei moço como D. João de Castella, fazia-o a vontade d'um soberano debil, velho e prostrado pela doença. E' que o absolutismo conseguira firmar-se sobre as ruinas das instituições populares; não era D. Henrique, era a sombra de D. João II, era a sombra de D. Manuel que assim desfallecia a coragem dos representantes do povo.

As côrtes de Lisboa eram as consequencias naturaes e historicas das côrtes d'Evora; n'estas ultimas os procuradores dos concelhos tinham prestado o seu auxilio ao rei para debellarem as pretenções da nobreza, tinham assim fortalecido a corôa, e esta depois, vendo que podia imperar sósinha, repellia os seus alliados, e, isolada no meio dos cortezãos

Digitized by Google

ajoelhados e do povo sem força, se levava o paiz, durante os reinados de D. João II e de D. Manuel, pelo caminho da gloria e da prosperidade, conduzia-o, desde o reinado de D. João III, pelo caminho do vilipendio e da perda total.

Chegava agora a occasião em que o povo podia retomar posse de si mesmo, em que podia reapparecer emfim na scena da historia. Era tarde porém: o povo perdêra a energia indomavel que o fizera grande, as eleições dos procuradores faziam-se todas pela influencia da corôa, e depois, quando reunidos, não tinham força para resistirem ás exigencias do monarcha. O povo, fóra, seguia com tristeza e desalento as peripecias d'esse vergonhoso drama; queria, por esse instincto previsor da ruina, que teem as nações, como os individuos, quando vão morrer, tumultuando na praça publica, tomar de novo na sua mão a direcção dos seus destinos, mas, quando invocava o Mestre d'Aviz, respondia-lhe o Prior do Crato. Só lhe appareceu um João das Regras, que foi Phebus Moniz, mas esse, no meio corrupto em que vivia, não pôde senão proferir um protesto, que mostrou ao mundo, como disse Garrett pela bocca d'um outro homem notavel, «que ainda havia um Portuguez em Portugal».

CAPITULO XXVI

O prior do Crato.—Agitação anti-hespanhola do povo de Lisboa.—Politica das nações estrangeiras —Politica philippista de D. Henrique

ENDO obtido da fraqueza das côrtes o que tanto desejava, D. Henrique determinou-se a satisfazer mais uma vez o seu odio ao Prior do Crato, odio que lhe dictava os passos, ainda mais do que o affecto que dizia votar a D. Catharina de Bragança.

Quiz obrigal-o a prestar juramento aos juizes e governadores que elle nomeasse, fossem quaes fossem, para governarem o reino e para julgarem o pleito, se elle o não deixasse decidido no momento da sua morte,

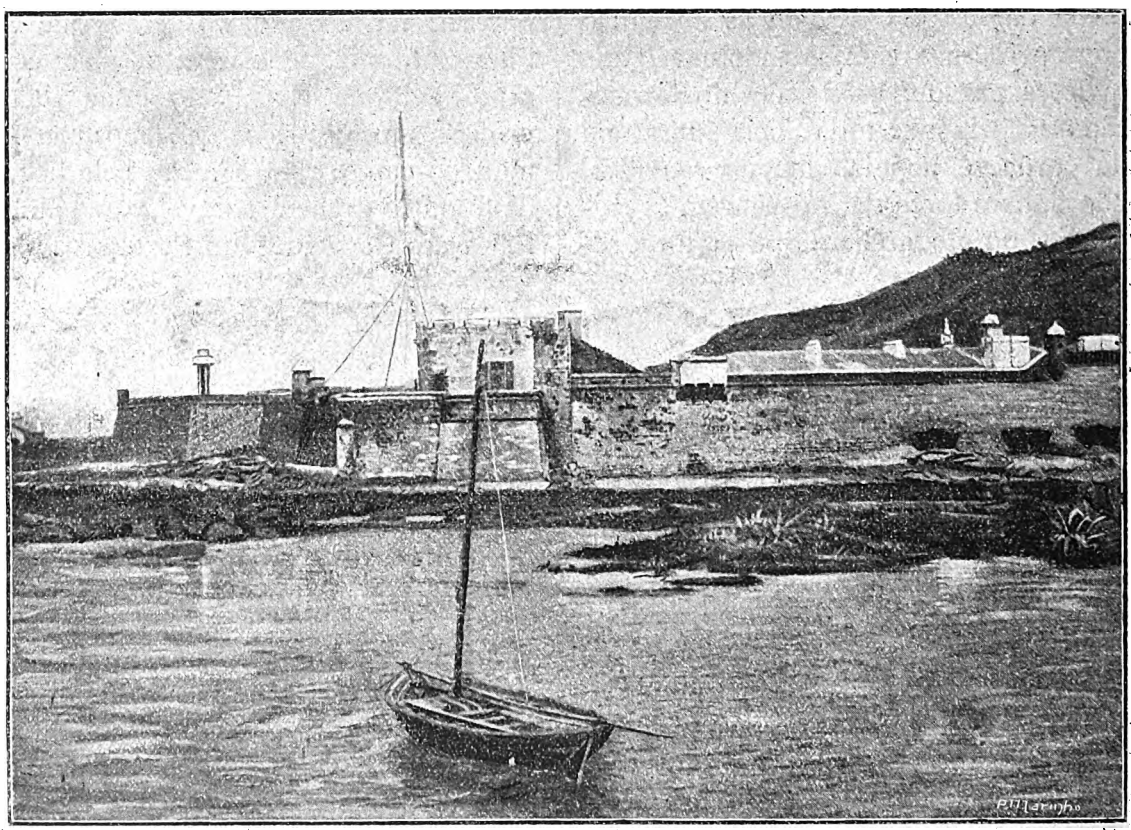
Para constranger o Prior do Crato á obediencia, sem que elle podesse allegar a sua parcialidade manifesta a favor d'um concorrente, primeiro tractou d'exigir o mesmo juramento do duque de Bragança, que o prestou sem difficuldade. O Prior do Crato viu que não teria remedio senão sujeitar-se a essa triste obrigação. Partiu de Punhete para Lisboa, e, dirigindo-se ao paço, quiz, ainda, antes de prestar juramento, fazer algumas objecções. D. Henrique não lh'o consentiu. Pôde comtudo pedir que os embaixadores do rei catholico prestassem o mesmo juramento em nome de seu amo. D. Henrique levantou a voz, e o Prior do Crato, interiormente indignado, teve não obstante de ceder. Mas o que fez foi logo tractar de ir a casa do nuncio Alexandre Frumento lavrar um protesto contra aquelle acto, que acabava de practicar forçado por uma coacção moral.

Esta violencia de D. Henrique desagradou a todas as pessoas imparciaes, e excitou a indignação dos amigos de

Digitized by Google

D. Antonio. Sabia-se que D. Henrique só nomearia governadores affectos ao duque de Bragança; imaginava-se que D. Christovam de Moura, com ouro e promessas, corromperia alguns, senão todos, e a victima seria o Prior, que não podia contar senão com a sua grande popularidade.

sciencia dos seus direitos, e querer defendêl-os. O sapateiro Martim Fernandes e o oleiro Antonio Pires, como outr'ora, no tempo de D. Leonor, o alfaiate Fernão Vasques e o tanoeiro Affonso Eannes, ousaram dirigir-se ao convento do Carmo, onde se reunia o braço da nobreza, fazendo sentir aos fidalgos pá-



VIANNA DO CASTELLO—TORRE DA ROQUÊTA E CASTELLO DE SANT'IAGO

O povo lisbonense andava com isto inquieto e alvorotado.

D. Christovam de Moura já conseguira conhecer, copiar, e enviar a Philippe II a lista dos futuros governadores do reino. Corriam entre a plebe de Lisboa, vindos não se sabia d'onde, vagos rumores a este respeito, e a agitação redobrava. Vogavam accusações contra os ministros e contra as côrtes. Houve um momento em que se pôde julgar que resurgiriam os heroicos dias de 1383: o povo mostrou de novo ter convidos e espantados, que ao povo não eram desconhecidas as machinações de muitos nobres, que bem se sabia que estavam vendidos a Castella, mas que, ainda assim, os habitantes de Lisboa esperavam que o Estado da nobreza, repellindo o exemplo d'alguns dos seus membros gangrenados, saberia sustentar o povo na defeza da independencia.

Os fidalgos, entre os quaes poucas seriam as consciencias limpas, não ousaram levantar a voz deante da nobre ousadia dos dois mechanicos, e limita-

Digitized by Google

D. SEBASTIÃO ANTE O CADAVER DE D. PEDRO, EM ALCOBAÇA

Digitized by Google

ram-se a dizer que achavam muito justo e louvavel o cuidado que o povo mostrava pela causa da autonomia nacional, e que estavam resolvidos a acompanhal-o n'esta defeza.

Martim Fernandes e Antonio Pires retiraram-se ufanos da sua tentativa, que afinal poucos resultados uteis teve. Os fidalgos traidores o que fizeram foi acautellarem-se mais, escondendo as suas intrigas. O Cardeal-Rei ficou assustadissimo, e já não sonhava senão com revoluções do povo de Lisboa, capitaneado pelo Prior do Crato. D. Christovam de Moura, fiel ao seu systema de corrupção, entendeu que seria bom descer da nobreza ao povo e corrompêl-o tambem. É triste dizel-o, mas até entre o povo, rude mas honrado, encontrou D. Christovam de Moura consciencias que se vendessem, e pôde assim decapitar em germen a insurreição, assegurando-se, a pezo d'ouro, da influencia d'alguns dos chefes populares.

Este movimento não fez mais do que aterrar o Cardeal-Rei, que, suppondo já vêr a revolução, guiada pelo Prior do Crato, bater-lhe ás portas do paço, determinou debellar por uma vez a arrogancia do pretendente, proferindo contra elle uma sentença de illegitimidade.

Para poder julgar a causa sem coacção d'especie alguma, determinou o Cardeal-Rei que os dois pretendentes portuguezes se afastassem trinta leguas para longe da côrte. Obedeceram, e o duque de Bragança partiu para Villa Viçosa, partindo o Prior do Crato para Coimbra.

Foi então que o Prior, vendo a obstinada inimizade de seu tio, se voltou para Castella, disposto a ceder das suas pretenções a trôco d'algumas vantagens solidas e reaes. Comtudo, mesmo n'essas negociações com Philippe II, D. Antonio não era leal, e o homem que enviou a Madrid com os seus plenos poderes, Antonio de Brito, ia mais encarregado de investigar e explorar o aspecto da côrte d'el-rei catholico, do que d'entrar com elle em sérias negociações.

D. Antonio revelou-se então, a amigos e adversarios, o que era na realidade, um ambicioso sem fé nem pundonor, capaz de sacrificar o seu partido e a sua patria á satisfação da sua cubiça, incapaz de pensamentos elevados, e em quem, por conseguinte, ninguem devia depositar verdadeira confiança.

As propostas que Antonio de Brito devia fazer a el-rei catholico eram as seguintes:

No caso em que D. Henrique proferisse a sentença em favor de D. Antonio, D. Philippe não tentaria de modo algum oppôr-se a que elle subisse ao throno.

No caso da sentença ser proferida a favor de Philippe II, D. Antonio reconhecel-o-ia desde logo como legitimo soberano de Portugal.

No caso, emfim, da sentença ser proferida a favor do duque de Bragança, D. Antonio combateria pela causa de Philippe II, mas receberia n'esse caso premios equivalentes ao serviço que prestava.

Philippe II não era homem que se deixasse lograr pelo Prior do Crato. Estas primeiras negociações, em que o Prior queria tractar como de egual para egual com o rei de Castella, foram logo por este cortadas. D. João da Silva, o antigo embaixador de Hespanha em Portugal, que fôra o encarregado de conferenciar com Antonio de Brito, disse-lhe que o Prior, pretendente popular como era, não devia estar negociando assim, antes devia collocar-se á frente da plebe de Lisboa, e confiar da fortuna das armas a sorte da nacionalidade.

Este conselho, dado em tom de zombaria, devia avivar a affronta, mostrando ao Prior do Crato que lhe aconse-

Digitized by Google

lhavam rindo que tomasse o papel, que, se fosse desempenhado por um homem como o Mestre d'Aviz, faria, não zombetear, mas empallidecer o soberano de Castella.

Entretanto D. Philippe II, tractando de resto o pretendente seu rival, e que era por então pouco perigoso, do que se não descuidava era de seguir o negocio da successão, que tanto o interessava, e, com uma actividade incrivel, ao passo que tinha organizada em Madrid uma juncta que tractava dos negocios portuguezes, organizava outra juncta secreta em Lisboa, que se compunha de D. Christovam de Moura, do duque d'Ossuna, de Guardiola, do conde de Portalegre, e d'outros fidalgos portuguezes traidores, e tambem de Molina e Rodrigo Vasques, jurisconsultos que tinham vindo ultimamente a Lisboa com o pretexto de sustentarem as allegações de seu amo, porém na realidade para demorarem de todos os modos a final promulgação da sentença, que seria por força desfavoravel a Philippe II; e logo que ella se promulgasse, Philippe II não poderia appellar para as armas, invocando qualquer pretexto valioso.

Se D. Henrique tivesse um momento de energia, e se resolvesse a fazer o que elle mesmo tanto desejava, que era assegurar a corôa á duqueza de Bragança, a independencia de Portugal estaria salva, ou pelo menos seria muito mais difficil destruil-a; mas o imbecil soberano não queria senão assegurar a tranquillidade dos seus ultimos dias, e assim favoreceu os planos de D. Philippe II, aproveitando com avidez o systema das delongas, que tanto convinha aos Hespanhoes.

Em que elle concentrava toda a sua energia era no odio que votára ao Prior do Crato. Protrahindo indefinidamente a resolução do pleito da successão da corôa, o que elle apressava com febril e estupida impaciencia era a sentença contra a legitimidade do Prior.

Os juizes escolhidos para constituirem o tribunal, que devia proferir a sentença, eram todos conhecidos como inimigos figadaes de D. Antonio. Eram o bispo capellão-mór, o bispo de Leiria, o bispo de Coimbra, o arcediago de Lisboa, os jurisconsultos Paulo Affonso, Jeronymo Pereira, Heitor de Pina, Ruy de Mattos, e Gaspar de Figueiredo.

Ainda que o tribunal não fosse assim composto, ainda que D. Henrique não tivesse manifestado uma tão profunda aversão a seu sobrinho, a sentença não podia deixar de sahir contraria ao Prior do Crato, que não tinha realmente justiça. D. Henrique, mostrando tamanho affinco em o condemnar, não fizera senão revelar a sua pessima indole, porque de sobejo estava provado que Violante Gomes nunca se unira ao infante D. Luiz pelos laços do casamento. D. Antonio onde devia procurar a legitimidade dos seus direitos era na sua boa espada, e no voto popular.

D. João I nunca pensou em provar a legitimidade do seu nascimento: a vontade do povo foi o unico direito que allegou, a salvação da patria o seu argumento mais forte.

No processo viu-se claramente que nenhuma razão séria podia o Prior do Crato allegar contra a sua reconhecida bastardia; o testamento de seu pae ainda mais a confirmava.

A sentença, por conseguinte, foi, como era de esperar, pronunciada, e pronunciada sem injustiça, contra D. Antonio; mas o indecente jubilo de D. Christovam e do Cardeal-Rei, esse é que encheu de indignação todos os espiritos honestos.

Não menos os devia indignar a torpeza de alguns juizes, que a 20 de agosto, quando ainda a sentença não estava publicada, foram pedir alviçaras a D. Christovam.

Digitized by Google

Era uma suprema vergonha esta, não é verdade? Pois vamos entrar agora n'uma phase ainda mais vergonhosa d'esta vergonhosa historia.

«As novas do que occorrêra em Lisboa, diz Rebello da Silva, chegaram a Roma por dois correios, expedidos ao embaixador de Portugal e ao nuncio que presidira junto da nossa côrte.

«Mr. Debain, escrevendo a Henrique III, participava-lhe o que na capital do orbe catholico se conjecturava a este respeito.

«Dizia-se que D. Antonio estava empenhando vivas diligencias para alcançar que a curia avocasse a si a causa, afim de a julgar definitivamente, e que, a despeito da opposição dos Hespanhoes, todos suppunham que Gregorio III accederia, concedendo a appellação.

«O Prior contava ainda em Portugal, segundo o ministro francez expunha, zelosos adherentes, e as potencias estrangeiras favoreciam-n'o, promettendo-lhe auxilios. Informado de tudo, o Papa não queria descontental-o, sabendo que o melhor direito, que assistia ao pretensor, era a voz do povo e a espada das nações adversas á politica de Madrid.

«Mr. Debain, explicando n'esta occasião a negligencia com que se instava pela dispensa para o casamento do cardeal, e a indifferença com que a nossa côrte via os armamentos de Hespanha, ajunctava que parecia evidente existir algum accôrdo occulto entre Philippe II, o Cardeal e a casa de Bragança.

«O embaixador de Portugal em Roma negava, porém Mr. Debain insistia convencido de que não se illudira.

«Dias depois, em outro despacho, o diplomata, participando que o Pontifice, para não desanimar de todo a D. Antonio, resolvêra conceder-lhe a appellação da causa, tornava a repetir a mesma opinião de que, a seu vêr, era indubitavel a harmonia, antiga ou recente, firmada entre Castella e D. Henrique. Explicando esta condescendencia do Santo Padre, attribuia-a a visivel ardil dos Hespanhoes, que esperavam entreter assim o Prior do Crato, com a ideia de que elle, emquanto o processo corresse perante a curia, não emprehenderia facção perigosa.

«O ministro de Henrique III não se enganava em nenhuma das conjecturas[1].»

D. Antonio effectivamente appellára para o Papa, e, apezar da hostilidade manifesta da Hespanha, Gregorio XIII mostrava-se disposto a attendel-o. O odio furioso consagrado por D. Henrique ao Prior, e o medo que o assoberbava levaram-n'o a dar ouvidos ás propostas de D. Christovam de Moura, e a submettel-as ao seu conselho. N'esse conselho encontrava D. Christovam de Moura um alliado importante: D. João de Mascarenhas. A sorte não quizera que uma bala turca ceifasse em Diu, em toda a sua gloria e em todo o seu esplendor, a existencia do brioso capitão, e deixou-o viver para assim deshonrar e aviltar os seus louros. D. João de Mascarenhas não hesitou em vir encontrar-se, das onze para a meia-noite, com D. Christovam de Moura, que foi á entrevista disfarçado, e revelar-lhe não só que não seria difficil captar os outros membros do conselho, mas tambem que D. Henrique principiava a inclinar-se para o lado de Philippe II, e que alguns ministros o iriam visitar, a elle D. Christovam de Moura, para sondarem as suas disposições, e saberem indirectamente que privilegios e concessões estava o rei D. Philippe decidido a fazer a Portugal, no caso da união das duas corôas. Na primeira audiencia que teve de D. Henrique, D. Christovam de Moura não per-

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, etc., t. I, Int. cap. II.

Digitized by Google

cebeu nem por sombra a mudança de disposições do velho rei. Este falou-lhe até com certa aspereza, estranhando os armamentos de Philippe II, que D. Christovam desculpou, mostrando que não eram mais do que uma indispensavel precaução. Mas ao mesmo tempo, Miguel de Moura e Francisco de Sá foram a casa de D. Christovam, sondal-o, como D. João de Mascarenhas lhe prophetizára. O vencedor de Diu não mentira. Vendendo a sua consciencia, entregava lealmente a mercadoria; descêra a ser espião, mas era espião honrado. Que suprema vergonha! um velho de oitenta annos! E censuram D. Sebastião por elle lhe ter dito, quando D. João lhe dava um conselho prudente, que a edade lhe enfraquecêra os brios. Prophetizava o joven soberano! A proximidade da morte illuminava-lhe o espirito. No conselheiro que ainda defendia os interesses da patria adivinhava o conselheiro vilissimo que havia de trahil-a.

Como se tudo a um tempo houvesse de se desmoronar, o prior do Crato chegava a Lisboa, e mandava D. Jorge de Noronha aos embaixadores hespanhoes dizer-lhes que lhes desejava fazer algumas propostas. Aquelle tambem!

Mas voltemos á visita de D. Miguel de Moura e de Francisco de Sá a D. Christovam de Moura.

Effectivamente os ministros vinham, como D. João de Mascarenhas disséra, vêr se podiam perceber quaes eram as tenções de el-rei catholico.

D. Christovam de Moura, percebendo que o Cardeal-Rei, em odio ao Prior do Crato, e perdendo quasi a esperança de salvar os direitos da duqueza de Bragança, pendia emfim para Philippe II, mostrou-se facil e condescendente, a ponto de dizer que o seu amo, logo que se lhe reconhecesse o direito incontestavel á herança da corôa portugueza, estava em tudo o mais disposto a acceitar as condições de D. Henrique.

Vendo, assim, os ministros portuguezes procuraram conseguir mais, e insinuaram mellifluamente que, estando o Cardeal-Rei tão favoravelmente disposto a favor do soberano catholico, podia este sem perigo dar um exemplo de moderação, acceitando o velho soberano como juiz no pleito, e sujeitando-se á sua decisão, que elle já sabia que lhe devia ser propicia.

MESTRE BOUTACA

D. Christovam de Moura é que não era homem, comtudo, a quem arrastassem mais longe do que lhe convinha ir, e respondeu, no mesmo tom mellifluo da proposta, que, se D. Henrique fosse o unico juiz do pleito, Philippe II não du-

Digitized by Google

vidaria acceital-o, mas que D. Henrique nomearia juizes para resolverem a pendencia, no caso d'elle, durante a sua vida, a não chegar a decidir, e da imparcialidade d'esses juizes é que Philippe II muito desconfiava.

Miguel de Moura e Francisco de Sá instaram de novo, allegando que o Cardeal-Rei não podia agora recuar, depois de ter citado as partes.

D. Christovam respondeu então que Philippe II acceitaria o julgamento, se tivesse garantias seguras de que a sentença lhe sahiria favoravel.

A conferencia afinal nada decidiu, mas D. Christovam de Moura aproveitou o ensejo para empregar o seu meio favorito da corrupção dos negociadores, e esse meio, ainda d'essa vez lhe não falhou, pelo menos com Francisco de Sá.

Era vergonhosa e triste a posição dos conselheiros de D. Henrique: todos, mais ou menos comprados pelo governo de Castella, nem ousavam quebrar as clausulas do seu pacto d'infamia, nem ousavam tambem declarar-se alto e bom som inimigos declarados da independencia portugueza. Por conseguinte procuravam todos os modos de transigir. O meio que lhes lembrou de conciliarem tudo foi propôrem ao Cardeal-Rei que escolhesse para herdeiro o infante de Hespanha, filho segundo de D. Philippe.

Mas D. Christovam de Moura logo regeitou a proposta, e Philippe II não se demorou a confirmar a regeição.

Em primeiro logar allegava elle que o direito era seu, e que, indo D. Henrique escolher outra pessoa, ainda que fosse seu filho, menosprezava esse direito; depois dizia que d'esse modo se preparavam para o futuro grandes discordias, porque o principe herdeiro de Hespanha não poderia consentir que seu irmão estivesse sentado n'um throno que a elle principe pertencia. Mas a razão verdadeira e occulta era que Philippe II não queria a corôa de Portugal separada, para si ou para um membro de sua familia: queria fundar a *união iberica*, dar mais um passo para essa monarchia universal, que fôra o sonho de Carlos V, e que era tambem o constante e ambicioso devaneio do sombrio fundador do Escurial.

Ora, estando um seu filho sentado no throno, Philippe é certo que exerceria uma grande preponderancia sobre o governo d'elle; mas essa preponderancia exercel-a-hia do mesmo modo, se fosse o Prior do Crato ou o duque de Bragança que governassem este pequeno paiz, que estava sendo, desde D. João III, em todas as questões de politica européa, o verdadeiro satellite do grande planeta hespanhol.

A politica dilatoria e contemporizadora do Cardeal-Rei não fazia por conseguinte senão crear-lhe a cada momento novos embaraços, e o systema de que elle fiára a tranquillidade dos seus ultimos dias era exactamente o que lh'os tornava mais amargurados.

Ao mesmo tempo a doença apertava com elle, a ponto de nos ultimos dias de junho pensar que vinha a morte já bem proxima. Apressou-se então a mandar publicar os nomes dos governadores do reino, e na sé de Lisboa, no meio d'um grande concurso de povo, se proclamaram regentes do reino, em caso de morte do Cardeal-Rei, D. João de Mascarenhas, o arcebispo de Lisboa D. Jorge d'Almeida, Francisco de Sá, e D. João Tello de Menezes.

Se o estado do rei era lastimoso, não o era menos o estado do reino. A fome e a peste affligiam Portugal, emquanto a guerra não vinha completar a triplice manifestação das iras do Omnipotente.

As colheitas escaseavam, os campos de Portugal não respondiam com a costumada fertilidade aos esforços dos que os agricultavam, e dois mil trabalhado-

Digitized by Google

res iam aos campos da visinha Hespanha procurar solo menos ingrato.

A peste fazia estragos em Lisboa, que aterravam D. Henrique e ainda mais lhe enfraqueciam o espirito, que devia conservar robusto para resistir ás insinuações dos Hespanhoes. D. Christovam, com uma serenidade estoica no meio do flagello, escrevia friamente a seu amo que a peste o que tinha de bom era que ia diminuindo a cada momento o numero dos partidarios de D. Antonio.

D. Henrique, segundo vimos, ia-se inclinando cada vez mais para Castella, e, comtudo, a consciencia a remorder-lhe, ainda o fazia vacillar e oppunha ás acaloradas practicas de D. Christovam uma resistencia, fraca nos argumentos, mas tenaz e obstinada. Dizia-lhe que não podia obrigar os Portuguezes a acceitarem o jugo d'um monarcha estrangeiro. D. Christovam respondia que os Portuguezes acceitariam o rei que elle lhes designasse, comtanto que obtivessem os privilegios, liberdades e exempções a que tinham direito. D. Henrique tornava dizendo que era muito forte o partido de D. Antonio; D. Christovam redarguia dizendo que a Hespanha se encarregava de subjugar as pretenções do Prior. Allegava ainda o Cardeal-Rei que os reis estrangeiros não consentiriam na união das duas corôas, e D. Christovam contestava dizendo que o ciume das nações estrangeiras era a prova evidente de quanto seria poderosa a união iberica, pois que a Europa tanto a temia.

Não encontrando no seu acanhado espirito mais argumentos com que responder ao esperto emissario de Philippe II, o Cardeal-Rei calava-se, mas tambem não se resolvia a acceder ás instancias de D. Christovam.

Vendo as hesitações de D. Henrique, e, vendo-o tão proximo do tumnlo, Philippe II suppôz que não teria remedio senão recorrer á força das armas, e para esse fim dispôz com a maxima presteza todos os meios de acção, preparando elle em Hespanha e nos outros paizes do seu dominio o maior numero possivel de soldados, e encarregando D. Christovam de Moura de comprar em Portugal os commandantes de praças, os chefes da milicia, de paralyzar com ouro a resistencia, emquanto elle não poupava esforços para a poder cortar com o ferro.

D. Christovam de Moura cumpria, como já vimos, activamente a sua missão, e pedia a Philippe II dez ou doze mil ducados para comprar chefes subalternos, e essa quantia era-lhe immediatamente concedida.

Ao mesmo tempo o cardeal de Granvelle, o celebre ministro de Philippe II, tão odiado pelos Flamengos, chegava a Rosas, na Catalunha, com vinte e quatro galés e mil e duzentos soldados velhos dos terços hespanhoes; o recrutamento fazia-se na Italia com a maxima actividade; na Hespanha aos duques de Medina-Sidonia e d'Arcos, aos marquezes de Vianna e d'Ayamonte, ás cidades de Badajoz, Toro, Merida, Plasencia, Ciudad Rodrigo e Jerez, ás villas e logares do commendador-mór de Leão e dos partidos d'Ornachos e Alcantara, ás terras de Valencia, Sierra de Gata e Brasas enviava-se ordem para prepararem as suas levas.

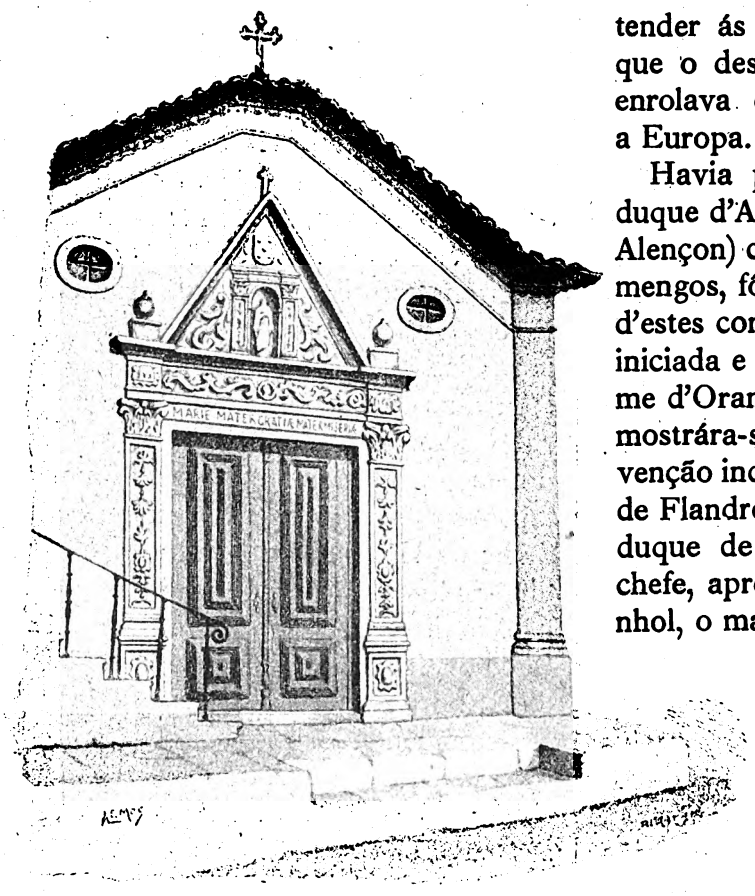
Estes preparativos e as intrigas constantes de Philippe II não podiam ser indifferentes ás potencias estrangeiras, que viam o perigo que resultaria para a Europa da união n'um só feixe das duas nações da Peninsula Iberica.

A primeira a sentir o perigo foi a Inglaterra, não só porque no throno britannico se sentava então a sagaz Izabel, rodeada de esclarecidos conselheiros, mas tambem porque, aspirando já a ser potencia maritima e colonial, não podia contemplar com bons olhos a união das duas mais poderosas nações navegado-

Digitized by Google

ras d'esses tempos, união que parecia dever cerrar para sempre os mares a quaesquer outras que tentassem entrar na senda aberta por Vasco da Gama e Christovam Colombo.

Quem primeiro sentiu o perigo foi lord Burleigh, que logo tentou alliar-se com a França para se oppôr aos planos ambi-



PORTA DA MISERICORDIA DA LOUZÃ

ciosos de Philippe II. Sir Henry Cobham, embaixador inglez em Paris, foi encarregado de fazer perceber ao governo de Henrique III as vantagens d'essa alliança, não se esquecendo d'avivar a ambição de Catharina de Medicis, que se apresentára, segundo vimos, como pretendendo á herança de Portugal.

Mas nem na côrte frivola de Henrique III havia quem percebesse os planos politicos do ministro inglez; nem o fraco monarcha, só valente nos campos de batalha, ousaria arriscar-se a uma lucta aberta com a Hespanha, principalmente quando a Liga incipiente, dirigida pelo ambicioso duque de Guise, ameaçava a estabilidade do seu throno.

Catharina de Medicis tambem, seguindo com ancioso olhar os prenuncios das agitações intestinas, não tinha o espirito bastante despreoccupado para poder attender ás complicações exteriores com que o desenlace do drama, que se desenrolava em Portugal, podia ameaçar a Europa.

Havia pouco tempo que Francisco, duque d'Anjou (anteriormente duque de Alençon) cedendo ás instancias dos Flamengos, fôra pôr-se á testa da revolução d'estes contra os Hespanhoes, revolução iniciada e concluida depois por Guilherme d'Orange. O governo de Philippe II mostrára-se descontente com esta intervenção indirecta da França nos negocios de Flandres. A Liga catholica, de que o duque de Guise, como dissemos, era chefe, apresentava ao monarcha hespanhol, o mais catholico de todos os soberanos, um ponto de apoio facil para hostilizar Henrique III, e este desejava bem pouco offerecer a Philippe II um pretexto para aproveitar essa facilidade.

Recusou, por conseguinte, o rei de França a proposta d'Izabel d'Inglaterra, mas não deixou por isso de vêr se contrariava, por intrigas diplomaticas, as tentativas de Philippe II.

O duque d'Anjou, ambicioso tremente, que toda a sua vida cubiçou uma corôa, sem nunca ter coragem de a tomar, quiz, depois de ter perdido o ensejo de cingir a de Flandres e a da Polonia, vêr se conseguia tomar a de Portugal. O bispo de Comminges, embaixador de França em Lisboa, recebeu ordem para favorecer esse projecto; habil diplomata, come-

Digitized by Google

çou por falar secretamente a cada um dos dois pretendentes portuguezes, fazendo-lhes a ambos largas promessas, esperando assim talvez destruil-os um pelo outro, e o rei de Hespanha por ambos.

D. Christovam de Moura, que tinha espías em toda a parte, communicava estes factos a seu amo, e dizia-lhe que o bispo de Comminges incitára o Prior do Crato a levantar-se com o reino logo que D. Henrique morresse, promettendo-lhe o auxilio de França, em homens e dinheiro. Os ajustes feitos com o duque de Bragança, esses não os podéra elle saber: só depois é que se pôde suspeitar que o embaixador francez propozéra ao duque de Bragança casar o duque d'Anjou com uma das filhas do fidalgo portuguez, congraçando assim, por um casamento, os direitos da filha do infante D. Duarte e os suppostos direitos de Catharina de Medicis.

Ao mesmo tempo o bispo, tomando a peito o sério cumprimento da sua missão, instava com energia com D. Henrique para que este consentisse que a mãe do rei de França lhe apresentasse as allegações dos seus direitos. Os Embaixadores francezes em Madrid e em Roma auxiliavam os esforços do bispo de Comminges, contrariando, de todos os modos que podiam, os planos de Filippe II.

A rainha d'Inglaterra, vendo o seu projecto d'alliança regeitado por Henrique III, nem por isso se descuidou tambem d'embaraçar os projectos de Philippe II, e Eduardo Wolton, como dissemos, veiu em missão a Lisboa, offerecendo ao Cardeal-Rei o auxilio da Inglaterra para reagir contra a pressão exercida por Philippe.

Mas o estupido fanatismo de D. Henrique neutralizou todos os esforços da Inglaterra. O imbecil monarcha, não ousando fazer uma desfeita ao enviado de uma nação poderosa, não disfarçou tambem o desejo que tinha de vêr o mais depressa possivel pelas costas esse protestante, cuja presença, segundo parecia, lhe corrompia os ares catholicos da côrte.

LUIZ DA CAMARA

Os pretendentes, menos escrupulosos, não duvidaram conferenciar com Eduardo Wolton, e D. Christovam de Moura, sempre vigilante, não se esquecia de mandar dizer a seu amo os receios que essas repetidas entrevistas lhe causavam.

Mas o habil emissario viu na impopularidade e no egoismo do duque de Bragança e no estouvamento de D. Antonio elementos pouco seguros de resistencia a Philippe II, e, escrevendo a sir Francisco Walsingham, prognosticava-lhe, o que infelizmente sahiu certo: que Philippe II conseguiria facilmente a conquista de Portugal.

Digitized by Google

A côrte de Roma tambem se não mostrou indifferente a este augmento enorme do poder de Philippe II. Apezar d'este ser um monarcha essencialmente religioso e de se vangloriar do seu titulo de soberano Catholico, a côrte de Roma já sabia por experiencia que elle não hesitava em empregar a força para exercer uma pressão sobre o Pontifice, e não folgava por conseguinte de que, ampliando os seus dominios, viesse a arredondal-os de modo que constituissem quasi uma monarchia universal.

Gregorio XIII, por conseguinte, estranhou a Philippe II os armamentos que por sua ordem em toda a parte se faziam, e que tinham por fim a invasão de Portugal. Disse-lhe que os seus direitos a essa corôa não podiam ser por emquanto muito evidentes, pois que apenas os sustentavam lettrados seus vassallos; que eram por conseguinte um escandalo para a Christandade os preparativos que elle fazia, e que muito melhor seria que os empregasse contra os Argelinos.

Philippe II viu-se embaraçado seriamente com esta nota do Pontifice, tanto mais que Gregorio XIII accrescentava, mostrando a maior moderação, que estava prompto a empenhar-se em Portugal para que fossem escolhidos juizes de cuja imparcialidade el-rei de Hespanha não podesse duvidar. Afinal o genio astucioso de Philippe, esclarecido pelos conselhos das juntas de Lisboa e de Madrid, suggeriu-lhe um expediente que paralysou a acção do Papa: foi declarar ao vigario de Christo que estava bastante convencido das rectas intenções de D. Henrique, para que podesse duvidar da sua imparcialidade, e que, no caso de ter motivo de queixa, aproveitaria então a boa vontade do chefe do christianismo.

Entretanto o Cardeal-Rei passava de Lisboa para Almeirim cada vez mais debil e mais extenuado de forças. A intriga agitava-se-lhe constante á roda da sua liteira de moribundo, e a lisonja enleiava-o nas suas vergonhosas rêdes, chegando a empregar os meios mais burlescos para acariciar a tropega vaidade do imbecil soberano. Não se lembraram os cortezãos d'atar um porco montez para que el-rei, matando-o da sua liteira com um tiro de espingarda, se podesse regozijar, pensando que a velhice e a doença não lhe tinham ainda affrouxado a firmeza da pontaria?

N'este corpo debil vivia sempre, e cada vez mais acceso, o odio contra o Prior do Crato. Nada o affligiu tanto como saber que D. Antonio conseguira que a côrte de Roma avocasse a si o processo da sua legitimidade. Cedendo só aos impetos d'essa ira cega, determinou vingar-se no procurador de D. Antonio, Diogo Botelho, já que o Prior se pozéra a abrigo da sua colera. A immerecida violencia, com que mandou prender Diogo Botelho no castello de Lisboa, excitou a reprovação unanime de todos, e o Cardeal teve de ceder a esta pressão da opinião publica, consentindo que Diogo Botelho passasse a estar preso em sua propria casa, conseguindo elle evadir-se para um convento hespanhol da fronteira, onde continuou a servir, o mais efficazmente que pode, a causa de seu amo.

Emquanto a D. Antonio, a esse, assim que chegou a Almeirim, intimou D. Henrique ordem, por meio d'editos, para se apresentar na côrte. D. Antonio, que bem sabia o destino que o esperava, não o fez; então o Cardeal-Rei, tocando os limites da demencia, na sua teimosa raiva, não duvidou promulgar uma sentença privando D. Antonio de todos os cargos, privilegios, etc., que podesse ter, confiscando-lhe os bens, desnaturalizando-o de Portuguez, e banindo-o do reino. Esta violencia estupida, exercida contra o pretendente querido do povo, no mo-

Digitized by Google

mento em que as armas de Philippe II ameaçavam Portugal, não fez senão augmentar a popularidade do Prior do Crato que, fugindo primeiro para Hespanha, e voltando disfarçado a Portugal, não descançava em aggregar e animar todos os membros do seu partido.

Philippe II, a quem tanto apraziam estas violencias de D. Henrique, determinou aproveitar-se d'ellas e auxilial-as apoderando-se de D. Antonio, logo que este entrasse no territorio hespanhol. O Prior do Crato, comtudo, esquivou-se a todas as diligencias, e as tentativas do monarcha hespanhol, juntas com as prepotencias do rei de Portugal, não fizeram senão tornar mais viva a auréola que rodeava o filho de Violante Gomes aos olhos do povo, auréola que os seus partidarios souberam habilmente explorar.

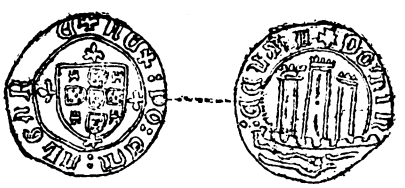
O pusillanime D. Henrique, chegando-lhe aos ouvidos as queixas e ameaças proferidas em alta voz pelos seguidores do Prior do Crato, passou da colera ao medo, e não sonhava já senão conspirações, assassinios, julgando vêr a cada instante algum emissario de D. Antonio vibrar-lhe o golpe mortal. Por isso no paço d'Almeirim rodeava-se de soldados, multiplicando as guardas, e, como os Cesares infames, entre os seus pretorianos, tremia ao mais leve rumor, e julgava-se alvo de occultas vinganças.

Foi então que, vencendo o seu egoismo o affecto que dizia consagrar á duqueza de Bragança, dominando a sua pusillanimidade os ultimos remorsos da sua consciencia, o pávido monarcha se lançou definitivamente nos braços do rei Catholico.

D. Henrique deixou de se obstinar em querer chamar ao throno o filho segundo de D. Philippe, e solemnemente prometteu declarar seu herdeiro o proprio rei de Hespanha, desprezando até as formalidades do juramento.

O pretexto para essa evolução foi uma carta de Philippe II, escripta no Escurial a 24 de agosto de 1579, e em que o rei de Hespanha fazia as mais largas promessas para obter a corôa.

Essa carta não chegou na integra ao conhecimento de D. Henrique, e parece



Ceitil, de D. Affonso V

que o duque de Ossuna apenas a communicou em extracto; o que é certo é que as promessas que ella encerrava nunca se cumpriram, senão com grandes attenuações.

D. Philippe lembrava ao cardeal que evitasse a effusão de sangue catholico, pedia-lhe que trabalhasse para a união das duas corôas, unico meio de pôr um sério dique, de um lado ao progresso das armas ottomanas, do outro aos progressos do espirito heretico, fundindo n'um só dois povos tão eminentemente catholicos e tão activos no santo empenho das conquistas africanas. Tractava como pueris as objecções patrioticas dos Portuguezes, allegando que eramos todos oriundos do mesmo tronco, filhos do mesmo sangue, e que muitas das casas mais fidalgas de Castella tinham em linha varonil ascendentes portuguezes.

Depois de fazer sentir que estava disposto, no caso de se não resolver a questão a seu favor de outra maneira, a usar do direito da força, D. Philippe auctorizava o duque de Ossuna a fazer, em seu nome, as seguintes promessas:

Obrigava-se a provêr sómente nos membros do clero portuguez os beneficios e dignidades que vagassem, a nunca solicitar do papa graças onerosas

Digitized by Google

para o clero, a fazer chover sobre conventos e mosteiros as esmolas e beneficios; a revogar em parte a lei mental, concedendo, como em Castella, que as filhas e parentes proximos podessem herdar os bens da corôa; a conservar a casa e fazenda real com todos os seus empregos, encargos, etc., como se continuasse a haver em Portugal soberano privativo; a applicar á qualificação das jurisdicções dos fidalgos portuguezes a lei de Castella, mais favoravel que a de Portugal; a provêr todos os empregos e beneficios portuguezes em gente portugueza; á seguir os costumes do reino no que dizia respeito a provimento de commendas e officios, ouvindo o parecer de ministros portuguezes, que teria sempre ao seu lado quando não estivesse no reino, para poder correr com rapidez o expediente. Promettia ainda nomear Portuguezes para officios de sua casa em Castella, e acabar com as alfandegas das duas fronteiras. Fazia entrevêr aos negociantes portuguezes a esperança de lhes ser aberto o caminho das Indias Occidentaes, e promettia dar, quando fosse jurado herdeiro da corôa, trezentos mil cruzados para resgate de captivos portuguezes. Affirmava que tractaria sempre a duqueza de Bragança com a maxima consideração, e que protegeria o Prior do Crato, e declarava que, sempre que fosse necessario accudir á India ou á Africa, não duvidaria recorrer a subsidios pecuniarios dos outros reinos sujeitos aos seus dominios, e não hesitava em assegurar que, não lhe sendo possivel prometter o residir sempre em Portugal, promettia porém que, sempre que não estivesse, deixaria o seu filho mais velho para elle ir creando amor á terra, que havia de ser a melhor joia da sua corôa.

D. Christovam de Moura, recebendo este despacho, quando D. Henrique se inclinava tão decididamente para seu amo, entendeu que não valia a pena comprar-se tão caro o que se podia obter quasi de graça, e o duque d'Ossuna, por conselho seu, escondendo a carta, não revelou senão por alto a D. Henrique o seu contexto. Isso porém bastava para que o velho rei se achasse auctorizado, perante a sua consciencia, a entregar o reino portuguez á ambição de D. Filippe.

O pacto foi concluido sem difficuldade, e os emissarios hespanhoes, applaudidos depois pelo seu soberano, lograram omittir n'essa concordia as clausulas mais favoraveis a Portugal, e que o proprio D. Philippe primeiro offerecêra espontaneamente.

Bem importava a D. Henrique salvaguardar os interesses do reino! Tremendo agora deante do povo, como tremia deante de D. Philippe, como tremêra deante do prior do Crato, o cuidado de D. Henrique era conservar secreto esse pacto de infamia, e assim expressamente o recommendava aos ministros do rei de Hespanha.

N'esse vergonhoso drama todos concorriam para apressar o desenlace funesto para Portugal: as côrtes com a sua subserviencia, a nobreza com a sua venalidade, D. Antonio com o estouvamento e pouco escrupulosa ambição, o duque de Bragança com o seu rigido egoismo, ambos com as suas dissensões, D. Henrique com a sua pusillanimidade.

Como a Providencia nos queria punir, que em tão criticas circumstancias fôra collocar o sceptro nas mãos de um velho tonto, que precisava tomar leite de peito de mulher para sustentar a sua fraqueza senil, e que, assim como se sujeitava a isso, não hesitava tambem em assassinar a nação que lhe confiára os seus destinos para com o sangue das suas veias prolongar mais alguns dias a sua vida inutil!

Digitized by Google

CAPITULO XXVII

As côrtes de Almeirim.—Phebus Moniz Morte do Cardeal-Rei

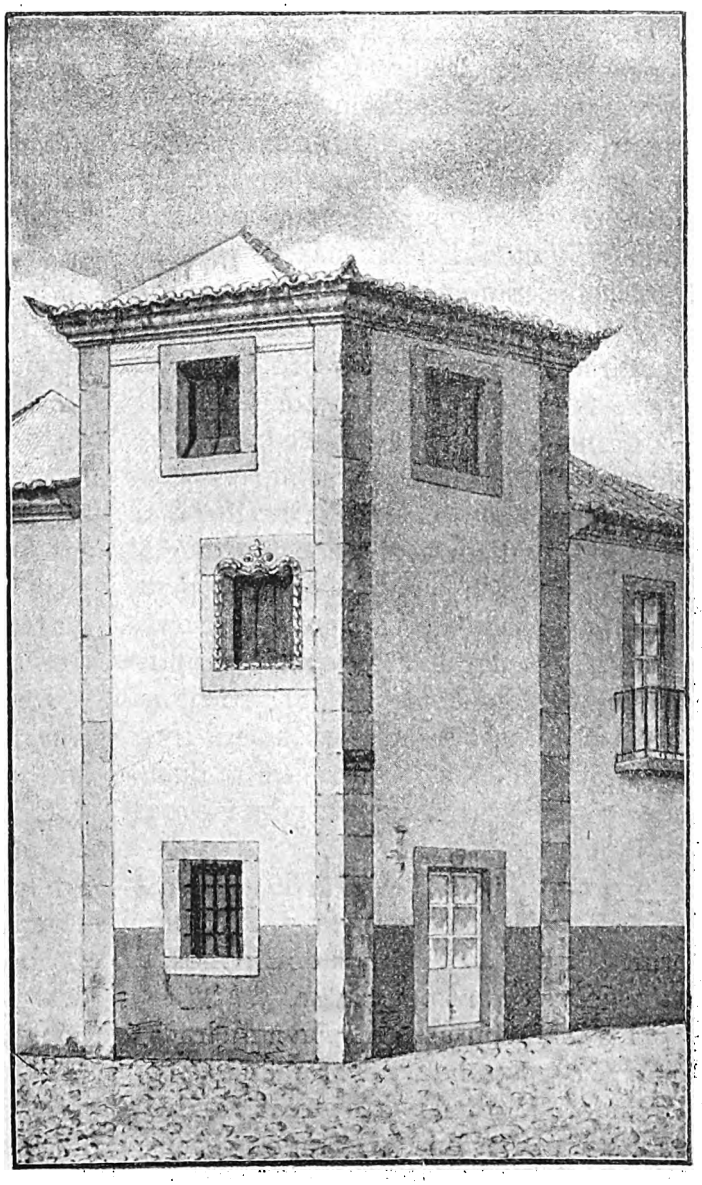
APRESSEMO-NOS agora, que os acontecimentos correm tambem, e vão-se desenrolar deante de nós as ultimas peripecias d'esta comedia-drama.

Inclinado já, como vimos, definitivamente para o rei Catholico, D. Henrique sentiu comtudo remorsos, não já de sacrificar a autonomia do paiz (no seu espirito acanhado não cabiam essas nobres preoccupações), mas de sacrificar os direitos de sua sobrinha D. Catharina, a quem elle sempre votára um affecto particular e tamanho quanto lh'o permittia o egoismo predominante na sua organisação.

Como D. Philippe desejava tambem, ainda á custa de sacrificios valiosos, remover os obstaculos que se oppozessem á conquista de Portugal, não foi difficil ao Cardeal-Rei obter do rei de Hespanha um projecto de concordia, que elle julgou sufficiente para debellar a resistencia de D. Catharina, acalmar-lhe a irritação, e dispôl-a favoravelmente.

N'esse projecto D. Philippe promettia ao duque de Bragança o Brazil com o titulo de rei, o mestrado perpetuo da ordem de Christo, e a mão do infante hespanhol D. Diogo para uma de suas filhas.

A proposta não era tão grandiosa como hoje se nos affigura, porque o Brazil, em 1579, apezar de já prometter muito, estava bem longe de ser uma provincia importante, estava muito longe de constituir um reino sério, uma compen-



CASA ONDE HABITOU VASCO DA GAMA, EM MONTEMÓR-O-NOVO

Digitized by Google

sação consoladora para a perda da corôa de Portugal.

Comtudo esta liberalidade de D. Philippe o que nos prova é que, se em Portugal se houvesse organizado uma resistencia energica, Philippe II recuaria deante do pensamento de nos subjugar pela força, inquieto como estava pela attitude da Europa, e desfallecido pela prolongada lucta com as Provincias Unidas revoltadas.

D. Henrique, satisfeitissimo com esta concessão de Philippe II, mandou-a apresentar a D. Catharina, fazendo lhe notar ao mesmo tempo quanto seria imprudente regeital-a, e mais imprudente ainda travar uma lucta com o poderoso monarcha filho de Carlos V.

O golpe tomou D. Catharina desprevenida. Confiando na amizade de seu tio, nunca esperára um desengano d'aquelle lado. Comtudo respondeu logo, com a firmeza varonil que a caracterizava: que não se mercadejavam direitos indiscutiveis como os d'ella, direitos que Sua Alteza mesmo reconhecêra; que a concessão unica que podia fazer, para evitar a effusão de sangue, era renunciar a corôa em favor de seu filho primogenito duque de Barcellos, ou de uma das suas filhas, se aquelle casasse com uma infanta de Hespanha, ou se qualquer d'estas casasse com o principe real D. Philippe.

A proposta não convinha de modo algum á côrte de Hespanha, cujo fito principal era a união dos dois reinos, e as negociações romperam-se.

Mas estas cousas principiavam a transpirar, e o povo andava sobresaltado, presentindo que o queriam entregar á Hespanha. O Prior do Crato foi o primeiro a dar rebate aos animos patrioticos; o duque de Bragança tambem começou a clamar em alta voz contra os designios do Cardeal.

Vendo o povo agitado e os espiritos inquietos, os agentes do rei de Hespanha quizeram combater os inimigos com as mesmas armas, e vêr se desvairavam a consciencia publica, illudindo-a com as vantagens que promettia Philippe II e com os louvores d'esse monarcha.

A opinião publica, se ainda era bem pouco forte, já se apresentava como uma potencia nascente, pois que D. Christovam de Moura e o duque d'Ossuna, approvados n'isso por D. Henrique, fizeram publicar innumeros opusculos, em que não só se sustentavam os direitos de Philippe, mas tambem se apontavam os lucros que Portugal colheria da união, e a grandeza a que subiria.

As respostas não tardaram. Accesos no fogo patriotico ou partidario, muitos escriptores portuguezes vieram refutar os opusculos escriptos debaixo da inspiração hespanhola, uns pugnando pelos direitos de D. Antonio, outros pelos de D. Catharina, mas affirmando todos que as vantagens promettidas por Philippe II eram mentidas e illusorias, apontando para o exemplo de Flandres e Aragão, e despertando a coragem do povo para que mostrasse aos Hespanhoes que os descendentes dos vencedores d'Aljubarrota não valiam menos do que os seus antepassados.

Este enthusiasmo comtudo não accendia muitas scentelhas. A venalidade por um lado, o desalento por outro paralysavam todos os elementos de resistencia. Os que não se tinham vendido haviam desanimado. Se a corrupção manchava nomes illustres como o de D. João de Mascarenhas, o desalento projectava as suas tristes sombras em glorias tão brilhantes como a de D. Jeronymo, bispo do Algarve.

«A venalidade, diz Rebello da Silva, ajudada pelas circumstancias, recrutava novas adhesões, e aquelles mesmos que o ouro e a cubiça das honras e mercês

Digitized by Google

não abalavam, pondo os olhos no vergonhoso espectaculo do leilão das consciencias e do suicidio d'uma nação incapaz de se unir para a defeza, sentiam amortecer no peito os brios e inclinavam-se deante da vontade de Deus, presuppondo que na realidade elle era quem chamava o principe estrangeiro, por ser o unico assaz poderoso para refreiar a anarchia imminente, levantando o paiz da immensa quéda, de que ainda jazia prostrado.

«O bispo do Algarve, D. Jeronymo Osorio, é uma prova da enfermidade moral, que então accommettia os mais elevados espiritos.

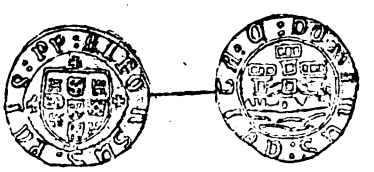
«Na edade de setenta e tres annos, já proximo do tumulo, vemol-o a extender a mão trémula para aquella penna, que tantas paginas admiraveis traçou na lingua propria e na de Tito Livio e de Virgilio, dedicando o seu ultimo discurso a persuadir ao povo que recebesse como um beneficio do céu a dominação de Hespanha.

«Duvidâmos que nenhum dos manifestos, inspirados pelos embaixadores, falasse mais convencido do que escreveu o antigo partidario de D. Catharina de Austria.

«A eloquencia natural e o primor da phrase não o trahiram n'este final esforço, e, deplorando que as suas derradeiras palavras fossem proferidas contra a ideia da salvação da independencia portugueza, seriamos injustos se as não attribuissemos ao verdadeiro sentimento que as dictou.

«O velho prelado, maguado pelo açoute de tantos revezes, e costumado a admirar nos reis da casa de Austria os continuadores dos designios de Carlos V, e os estrenuos mantenedores da unidade catholica, perdêra a fé no paiz e nos homens, vendo-os tão pequenos em tudo e tão inferiores nas obras á generosa ambição, que justifica os grandiosos rasgos[1].»

Não sabemos se, como Rebello da Silva imagina, D. Jeronymo Osorio foi inspirado pela convicção de que não havia em Portugal animos capazes de se levantarem á altura dos deveres que o patriotismo a todos impunha. Parece-



Ceitil, de D. Affonso V

nos, porém, que não foi esse o sentimento que dictou a D. Jeronymo Osorio a sua famosa carta.

Não foi esse sentimento de certo que lhe dictou a contestação energica dos direitos de D. Catharina, e a condemnação aberta das pretenções de D. Antonio á legitimidade do nascimento. Se foram a desesperança e o desengano, em todo o caso, que dictaram a Carta do velho prelado, carta que enviou a todas as cidades e villas do reino, melhor fôra que houvesse descido silencioso ao tumulo. O seu brado foi como aquelle grito de *Ter, ter*, que promoveu primeiro a derrota de Alcacer-Kibir. Os tibios encontraram n'essa carta a justificação da sua attitude, os renegados a desculpa ou antes a glorificação da sua vileza, os verdadeiros patriotas a hesitação e a duvida que lhes amorteceram os brios. Se não prégou contra o patriotismo, prégou contra a heroicidade, contra as sublimes loucuras e os arrojados pensamentos. Comparava as forças immensas de Hespanha com a fraqueza de Portugal, e não via o venerando bispo que a essas mesmas horas um punhado de protestantes na Hollanda mantinha contra essas proprias forças que o ater-

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, etc., t. I Int. P. I, cap. II, pag. 487.

Digitized by Google

ravam a elle, a bandeira da sua independencia!

Emquanto o reino assim se preparava para acceitar sem grande resistencia o dominio de Philippe II, D. Henrique tractava de reunir em Almeirim novas côrtes, para ractificarem a eleição que destinára fazer de Philippe II para seu herdeiro.

A subserviencia das côrtes de Lisboa poucos receios lhe deixava ácerca das disposições da nova reunião dos tres

ANTIGA PIA DE PEDRA EXISTENTE NO MUSEU DO CARMO

Estados; comtudo, nem el-rei nem os emissarios hespanhoes deixavam de empregar todos os meios para que os procuradores eleitos sahissem favoraveis á causa de el-rei Catholico.

D. Henrique ousou lançar mão de prepotencias que o proprio D. João II, no seu tempo, não se atreveria a empregar. Tal era a decadencia das instituições, e o enfraquecimento do espirito popular, que um rei velho, e fraco e inepto não receava exercer uma pressão, deante da qual recuaria um dos mais energicos soberanos da Europa do seculo XV!

A cidade de Coimbra elegêra para seu procurador Ayres Gonçalves de Macedo, partidario conhecido do Prior do Crato; D. Henrique recusou a eleição, mandou prender Ayres Gonçalves, e Coimbra elegeu submissa um outro procurador, que foi Gaspar Fogaça.

Em Lisboa repetiu-se o mesmo facto, tendo porém consequencias que o Cardeal-Rei não previa. Os deputados escolhidos tinham sido Diogo Salema e D. Manuel de Portugal, ambos não só considerados pelo velho soberano como partidarios do Prior do Crato, mas tambem tidos por elle na conta de seus inimigos pessoaes.

Diogo Salema, vereador em Lisboa, ousára com effeito dizer ao rei que bem se sabia que elle intentava decidir por si só o pleito da successão, cujo julgamento competia ao povo representado nas côrtes. D. Henrique respondeu-lhe irritado que o povo não tinha comprehensão bastante para tractar essas importantes questões; Diogo Salema redarguiu sereno que diversa opinião formára o Cardeal do povo, quando por seu voto levantára do chão a corôa portugueza. D. Henrique nunca lhe perdoou o desassombro.

Contra D. Manuel de Portugal tinha elle aggravos antigos de familia: D. Manuel pertencia á casa de Vimioso, inimiga de D. Henrique e affeiçoada a D. Antonio.

Vendo por conseguinte esses dois homens nomeados por Lisboa, D. Henrique não hesitou e n'um rasgo de penna fez o que fizera para Coimbra, regeitou a eleição. Lisboa curvou-se como Coimbra se curvára, e nomeou outros dois deputados, um D. Manuel de Sousa, homem segundo o coração de D. Henrique, mas o outro, ainda obscuro então, porém que tinha de vir a ser o mais estrenuo defensor, pela palavra, da independencia portugueza. Chamava-se Phebus Moniz.

D. Henrique, segundo se verá, perdera na troca, mas o povo portuguez ganhára e muito, ganhára sobretudo a sua dignidade em ter uma voz altiva que falasse em nome d'ella, que mostrasse á historia que nem tudo era corrupção e gangrena, nem tudo era desalento e covardia n'esta epocha nefasta.

Digitized by Google

ASSALTO Á NAU DE MARTIM LOPES CARRASCO

Digitized by Google

Emquanto se preparava a reunião das côrtes de Almeirim, D. Antonio, fiel ao seu caracter de ambicioso sem escrupulos, representava o duplo papel, que, sem servir os seus desejos, antes pelo contrario contribuindo para que elles se frustrassem, estampou no seu nome eterna mácula na historia.

Emquanto por um lado animava os seus partidarios, e agitava o povo, concitando-o contra o Cardeal-Rei, a quem accusava de querer entregar o reino aos Hespanhoes, redobrava elle mesmo de esforços para conseguir ligar negociações com Philippe II, por intermedio de D. Christovam de Moura.

Philippe II, que não deixava de o temer, estava disposto a compral-o, mas o preço que elle pedia era tão elevado, que, por melhor vontade que tivesse, o rei de Hespanha não podia resignar-se a acceitar-lhe as condições.

Effectivamente, D. Antonio pedia trezentos mil ducados de renda, e a nomeação de governador perpetuo de Portugal e dos seus dominios.

Era quasi o mesmo que pedir a realeza, e Philippe II entendeu que não valia a pena fazer tantos sacrificios para afinal exercer apenas uma especie de suzerania, como exerceria, ainda sendo Portugal independente, porque a nossa côrte já se não podia eximir á preponderancia de Castella.

O que era mais curioso era que D. Antonio, para explicar o pedido que fazia de ser governador perpetuo de Portugal, dizia que desejava apenas esse governo para satisfazer um certo numero de vinganças e de odios pessoaes.

A confissão era evangelica.

Revelava demais a mais em D. Antonio, o que aliás todos os actos da sua vida não cessaram de mostrar: uma alma pequena e um estouvamento que se póde desculpar n'um coração generoso, mas que ainda torna mais repugnante a baixeza dos sentimentos d'um ambicioso, que nem sequer o sabe ser.

Que adversario para luctar com Philippe II e com os seus habeis e experientes ministros o homem que era tão profundamente ignorante nos mysterios da alma humana, que imaginava poder comprar D. Christovam de Moura, o valido omnipotente de D. Philippe, e que chegou a fazer-lhe propostas n'esse sentido!

D. Christovam ficou pasmado da impudencia e da imprudencia, da corrupção e da leviandade, tão pasmado que não soube que responder-lhe; porém logo viu tambem que D. Antonio podia ser adversario incommodo, mas não temivel; que podia erguer obstaculos deante de Philippe II, mas que esses obstaculos não seriam nunca de natureza tão solida que merecesse a pena desvial-os a troco de graves sacrificios.

Assim, D. Antonio com as suas negociações pôde apenas conciliar o desprezo do rei de Hespanha, e ao mesmo tempo excitar a desconfiança das outras côrtes, que estavam dispostas a favorecel-o, mas que, sabedoras da sua duplicidade, hesitavam em confiar n'um tão duvidoso alliado.

Foi o que Mr. Vivonne de Saint-Goard, embaixador francez em Madrid, mandou dizer a Henrique III, seu amo. O diplomata obtivéra uma copia d'um officio de D. Christovam de Moura, e por esse officio vira o que se passava entre o embaixador hespanhol em Lisboa, e o Prior do Crato. Avisou portanto Henrique III para que tomasse cautella nas negociações que entabolasse com o pretendente portuguez, porque este era homem capaz de se vender a si e aos seus alliados.

Emquanto negociava com Philippe II, D. Antonio continuava a organizar o seu partido, e chegára mesmo a conceber uma idéa luminosa, a unica que po-

Digitized by Google

dia ainda salvar Portugal nas tristes circumstancias em que se achava.

Foi a de se unir com a casa de Bragança, deixando a ordem de Malta, para casar com uma das filhas do duque, e, ligando assim n'um só os dois partidos, oppôr a Philippe II as forças todas de Portugal, que, divididas, não poderiam decerto obstar á invasão hespanhola, mas que reunidas seriam mais que sufficientes para lhe resistir, ou pelo menos para protrahir a lucta.

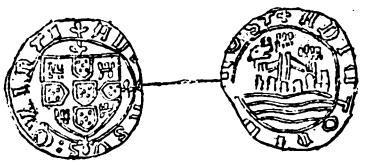
Era isso o que os dois pretendentes deveriam ter feito, se queriam devéras a independencia da sua patria; mas foi isso tambem o que não fizeram, porque n'elles podia mais a ambição do que o patriotismo. Egoistas vãos, não pensavam senão no throno, e de modo algum na nacionalidade portugueza. Cada um d'elles o que desejava era, não o bem da patria, mas a satisfação da sua propria cubiça. Demais, o duque de Bragança, orgulhoso e rigido, o Prior do Crato, leviano e estouvado, eram completamente inconciliaveis. O duque de Bragança, confiando cégamente no affecto do Cardeal-Rei a sua esposa, contava com a herança quasi indubitavelmente; o Prior do Crato, fiado na sua popularidade, julgava que lhe seria facil tomar a corôa das mãos do populacho. Um raio de bom senso illuminou-lhe um instante a mente, e fez-lhe vêr que era bom que se unissem n'um só os partidos dos dois pretendentes portuguezes, mas desistiu provavelmente ao primeiro desdem do duque de Bragança, ou este, provavelmente tambem, nem se dignou accolher a proposta.

Nada sabemos com certeza senão que o projectado accôrdo nunca se realizou.

Entretanto, a 11 de janeiro de 1580 abriam-se em Almeirim as novas côrtes, e o bispo de Leiria, D. Antonio Pinheiro, pronunciou o que nós hoje chamariamos discurso da corôa.

Este discurso, todo de formalidades e cumprimentos, resumia-se em louvar o zêlo do monarcha, e em invocar para as côrtes o auxilio da inspiração divina.

Manuel de Sousa Pacheco respondeu no mesmo tom, e, encerrada a sessão de abertura, os tres Estados retiraram-



Ceitil, de D. Affonso V

se para Santarem, porque não tinham accommodações sufficientes em Almeirim, e começaram a debater o negocio da successão no convento de S. Francisco d'essa villa.

«O primeiro rebate da resistencia nas côrtes, diz Rebello da Silva, foi dado por Phebus Moniz, procurador de Lisboa, escolhido em logar de Salema, como dissémos atraz.

«Moniz era cavalleiro da ordem de Christo, camareiro d'el-rei, e, quando entrou nos Estados, contava mais de sessenta annos de edade.

«Mas as cãs e a debilidade da saúde não haviam quebrado n'elle a rija tempera d'uma alma firme e incapaz de transigir com o que a consciencia lhe reprehendesse.

«Competindo-lhe presidir á assembléa dos deputados das villas e cidades, e olhando a principio pelos amigos da independencia como suspeito, soube conquistar todas as sympathias, pela decisão do seu procedimento.

«Erguendo a voz no recinto das deliberações, e desprezando as consequencias dos odios que desafiava, entre o dever e a verdade não hesitou.

«Apenas a primeira insinuação, tentada para mover os procuradores a votarem com o braço ecclesiastico e com os fidalgos a eleição de Philippe, lhe che-

Digitized by Google

gou aos ouvidos, renasceram de repente no coração do velho cavalleiro todos os brios da juventude, e, queixando-se com magua na sessão de 13 de janeiro, de que para tão doloroso officio o fossem arrancar aos ocios e á tranquillidade da vida particular, em phrases vigorosas exprobrou a falta de fé em uns, e a cumplicidade em outros, lamentando que perante Portuguezes se ousasse elogiar o dominio estrangeiro, sempre cruel e pezado para um paiz affeito ás liberdades conquistadas pela espada.»

Entre outros trechos inspirados pelo sentido do que sabia e via, dirigindo-se ao rei, Phebus exclamou: Que foi isto, senhor? Quem vos mudou em outro? Quem vos tirou o animo de vossos antepassados; o retrato do seu esforço, e o serdes imitador de sua gloria, que pelo receio d'uma guerra injusta quereis fazer tão injusto concêrto?

«Depois notava com eloquencia que, sendo Philippe II christão, nunca poderia mover as armas contra christãos por uma causa duvidosa, e que, se as movesse, faria Portugal o que sempre havia feito, arriscando todos a vida para conservarem os fóros da nação.»

Pela energia dos conceitos a peroração não desmentiu o resto do discurso.

«Observando o monarcha moribundo, e invocando o antigo valor dos nossos, as lagrimas dos orphãos, o remedio da nobreza, a miseria das viuvas, privadas do amparo d'um rei natural, Moniz pediu-lhe que se compadecesse do reino, e que, esquecendo os brazões e victorias dos seus antecessores, não quizesse entregal-o em captiveiro a um principe estranho, surdo aos clamores do povo e aos da propria consciencia[1]».

A energia d'este discurso galvanizou por um momento a nação e os seus representantes. O Cardeal e os seus partidarios de Hespanha assustaram-se, e viram em Phebus Moniz o inimigo mais serio que até então lhes apparecêra. D. Antonio e o duque de Bragança procuravam attrahir cada qual Phebus Moniz ao seu partido, mas o orador popular não quiz ser servo d'essas mesquinhas ambições, e continuou a ser simplesmente a voz desinteressada da patria, pugnando energicamente pelo direito que assistia ás côrtes de serem ellas que elegessem o rei.

As côrtes seguiram o seu exemplo, e a sua attitude preoccupou o velho soberano. Quem pagou por todos foi, segundo o costume, o prior do Crato. Suscitou-se, como hoje se diz, violentamente a observancia de todas as medidas promulgadas contra D. Antonio, ameaçando-se com penas severas todos os que lhe déssem asylo. Mas no reino lavrava certa agitação, ninguem fez caso dos decretos, em Coimbra começou a manifestar-se verdadeira effervescencia, e Martim Correia da Silva, incumbido de proceder a um inquerito e de punir os culpados, julgou mais prudente retirar, sem ter feito cousa alguma.

D. Henrique então resolveu dar como que um golpe ds Estado, e enviou a 15 de janeiro de 1580 uma mensagem ás côrtes, mensagem que lhes foi apresentada pelo bispo D. Antonio Pinheiro, e em que lhe dizia que os unicos pretendentes, cujos direitos mereciem ser discutidos, por serem os unicos serios, eram a duqueza de Bragança e el-rei D. Philippe II.

Esta mensagem do Cardeal-Rei foi recebida pelos Estados com a indignação que o ardente patriotismo de Phebus Moniz conseguira accender nos animos da assembléa.

Quanto póde um homem energico e decidido! As côrtes d'Almeirim em 1580 estão ainda bem longe de se parecer

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, tom. I, Int. cap. II.

Digitized by Google

com as côrtes de Coimbra em 1384, mas tambem que differença ha entre ellas e as côrtes de Lisboa do anno anterior! Estas mostravam pelo monarcha uma subserviencia repugnante, aquellas já ousavam erguer a voz e proclamar os seus direitos. E o que produzira essa differença? Phebus Moniz apenas, com a sua voz eloquente, o seu caracter integerrimo, o seu férvido patriotismo.

Se assim como appareceu um João das Regras para insufflar energia n'uma d'essas assembléas desmoralizadas, que ainda se chamavam côrtes, mas que das antigas reuniões dos tres Estados só conservavam o nome, appareceu tambem um Mestre d'Aviz para restituir a coragem ao povo desanimado, não era possivel que, se se não renovassem os tempos d'Aljubarrota, não fosse ao menos tamanha a vergonha d'Alcantara?

Espantado com a inesperada resistencia das côrtes, o Cardeal-Rei, que, com o seu systema dilatorio e contemporizador, se vira obrigado a empregar a violencia, e a empregal-a em favor d'uma causa com que não sympathizava, tomou a resolução de enviar de novo o bispo D. Antonio Pinheiro aos procuradores do povo para lhes dizer não já, como primeiro dissera, que os dois unicos pretendentes cujos direitos se podiam discutir, eram Philippe II e a duqueza de Bragança, mas sim que o herdeiro que elle reconhecia como legitimo era o rei de Hespanha.

Ouvindo a mensagem, Phebus Moniz ergueu-se indignado, e, n'um impeto de dôr, dirigindo-se a um Christo crucificado, como o representante da idéa da justiça assim calcada aos pés, protestou, com a face banhada de lagrimas, e arrancando as barbas com desespero, contra tão nefanda traição.

Não contente com esse protesto, o ardente patriota reuniu os procuradores que se mostravam mais seus partidarios,

D. FERNANDO, 2.º DUQUE DE BRAGANÇA

e todos avisaram os concelhos que representavam da injustiça que se estava tramando.

Impellido de violencia em violencia, o Cardeal-Rei, desorientado por estes obstaculos que não esperava, reuniu o braço da nobreza em Almeirim, e mesmo no paço ordenou que fosse prezo D. Manuel de Portugal, e que fossem expulsos da assembléa o commendador-mór de Christo e o conde de Tentugal.

Digitized by Google

Esta violencia não fez senão excitar a indignação publica: o proprio duque de Bragança, vendo o Cardeal-Rei desamparar-lhe a causa, fez o que deveria ter feito mais cedo, ligou-se com D. Antonio, e exigiu d'el-rei que fizesse publico o testamento de D. Sebastião, que fizesse mais branda a sentença proferida contra o Prior do Crato, declarando-o ao mesmo tempo, a elle duque, principe portuguez.

Assim, o infeliz monarcha, já moribundo, via de todos os lados a colera do reino concitar-se contra elle, sem que ao menos conseguisse satisfazer completamente Philippe II, que não lhe perdoava as suas delongas e hesitações.

E comtudo, D. Henrique, impellido pela logica fatal da sua situação, persistia em declarar Philippe II seu herdeiro.

Mas emtorno d'elle desenrolava-se a tempestade; a morte ao mesmo tempo approximava-se a passos rapidos, e os ultimos instantes do rei, que tudo sacrificára á esperança de os ter tranquillos, eram perturbados pelo estrondo das procellas.

No dia 22 de janeiro os procuradores do povo, congregados por Phebus Moniz, o Mirabeau d'esta assembléa, tanto pela eloquencia inflammada como pela energia das resoluções, commungavam publicamente, e juravam em seguida sobre a hostia, que todos preferiam morrer a acceitar a soberania de Philippe II.

No braço da nobreza, menos unido, os poucos fidalgos, que pugnavam pela independencia portugueza, censuravam acerbamente os traidores, e as discordias chegavam a ponto que os nobres, divididos, arrancavam das espadas em plena assembléa, e arremettiam uns contra os outros.

O marquez de Villa Real, vendido a Philippe, e D. Manuel de Portugal, caloroso partidario de D. Antonio, estiveram a ponto de se matar.

No meio d'esta agitação, o pobre soberano, com um pé dentro do sepulchro, mal sabia o que havia de fazer, e ora tomava medidas violentas, ora revelava uma fraqueza sem nome.

Soube que D. Antonio, apenas viu constituida a assembléa dos procuradores do povo, lhe escrevêra uma carta allegando os seus direitos. Irritado, D. Henrique mandou chamar á sua presença Phebus Moniz, e exigiu que este lhe entregasse a carta. Phebus Moniz recusou categoricamente; D. Henrique, acovardado pela austera resistencia do honrado procurador do povo, não ousou insistir.

Em compensação, mandou suspender dos officios que exerciam na côrte D. Manuel de Portugal, João de Castilho e o alferes-mór, porque eram os tres chefes declarados da opposição no braço da nobreza.

Mas o braço do povo, esse é que, electrizado pela eloquencia de Phebus Moniz, não se deixava aterrar por estas violencias, que lhe passavam ao lado. Na assembléa debateu-se tranquillamente, com grande indignação do Cardeal, se a nomeação do successor da corôa pertencia a Lisboa, como capital do reino, se ao paiz, e assim se communicou a D. Henrique. Este, suffocado de colera, mandou o bispo de Leiria, interprete habitual das suas vontades, avisar as côrtes, primeiro de que era bom que abreviassem as deliberações, pondo de parte os negocios menos importantes, para se separarem com brevidade; segundo, de que elle entendia firmemente que, para bem do reino, convinha que fosse Philippe II quem herdasse o throno.

Esta mensagem, em que se dava como nulla a decisão tomada pelos procuradores do povo, na qual se não falava sequer, e em que D. Henrique tornava a insistir na sua intimativa, tomando, por deliberação propria, o cargo de juiz do

Digitized by Google

pleito, excitou os brados de indignação de todos os deputados.

Decidiram afinal responder no mesmo tom a D. Henrique, deram tambem como não recebida a sua mensagem, e tornaram a declarar a el-rei que haviam decidido que fosse o voto do paiz quem elegesse o novo soberano.

A deputação, encarregada de levar a resposta a D. Henrique, ia presidida por Phebus Moniz, espirito naturalmente irritavel. Parece que este se descommediu em palavras, falou com altivez ao soberano, e o Cardeal-Rei, que se viu n'uma posição embaraçosa, aproveitou o ensejo para quebrar violentamente a conferencia, allegando que um monarcha não podia ouvir um dos seus subditos falar-lhe n'esse tom.

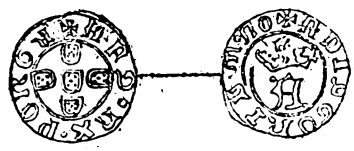
A verdade é que estavam todos, até os ministros castelhanos, surprehendidos com a attitude das côrtes, e que D. Henrique mais d'uma vez se arrependeu da imprudencia que commettêra regeitando Salema, que não seria decerto capaz, como o seu substituto Phebus Moniz, de transformar os degenerados procuradores de 1580 em altivos e energicos propugnadores dos direitos do paiz.

N'esse embaraço D. Henrique reuniu os seus ministros e os emissarios hespanhoes, pedindo-lhes conselho sobre o modo de quebrar a resistencia das côrtes. Nenhum conselho aproveitavel lhe deram, e D. Henrique, vendo que nada fazia pela violencia, começou a acariciar os procuradores, dizendo-lhes que a mensagem ultima que haviam recebido não a dictára elle nos termos em que parece que fôra proferida.

A esta especie de concessão redarguiram os procuradores, com cortezia, que estavam promptos, se se lhes reconhecesse o direito que lhes assistia de elegerem o rei, a delegarem essa nomeação n'elle Cardeal, comtanto que este se compromettesse tambem a só nomear um principe portuguez.

A opposição, por ser mais cortez, nem por isso era menos decidida.

«Sentindo a morte proxima, escreve Rebello da Silva, e inteiramente decidido a pugnar pelos interesses do rei Catho-



Real preto, de D. Affonso V

lico, o Cardeal, querendo envidar a derradeira tentativa, mandou chamar os procuradores dos primeiros cinco bancos (de Lisboa, Evora, Porto, Coimbra e Santarem), e, na presença de Phebus Moniz e de todos elles, instou para que pozessem termo á resistencia, mostrando-lhes, para os persuadir, as resoluções dos braços ecclesiasticos e da nobreza, os quaes se tinham pronunciado affirmativamente.

«Phebus redarguiu que não era possivel deliberar, quando se via que sua alteza se aconselhava com gente suspeita e inimiga da liberdade do paiz.

«— Eu só faço justiça, redarguiu D. Henrique mais timido que irado, e os que vos asseguram o contrario enganam-vos. Quero que vos determineis, e promptamente.

«Estas ultimas palavras, proferidas com severidade, não abalaram o valor de Moniz, nem a dos outros deputados.

«— O que vossa alteza exige, accudiu o sumilher de corpus de D. Sebastião, respeita á consciencia, e á alma, e d'essas só Deus dispõe: nunca acceitaremos senão rei portuguez.

«— Que poder tendes para resistir á Hespanha? tornou o monarcha, descortinando assim os secretos receios que o tinham impellido.

«— O que tiveram os nossos antepassados no tempo de D. João I, observou o procurador friamente.

Digitized by Google

«A resposta irritou o soberano já impaciente, e convencido de que em vão trabalhava por abrandar as repugnancias ao dominio estrangeiro:

«— Que é o que vós quereis? atalhou o principe.

«— Que vossa alteza oiça o povo, e, se tiver direito d'eleger, eleja rei portuguez, porque, sendo castelhano, não será recebido nem obedecido [1].»

RETABULO EM S. SILVERIO, JUNTO A COIMBRA

Este dialogo mostra bem a sobranceria com que Phebus Moniz sustentava os direitos do povo; mas infelizmente estas nobres palavras, se echoaram na historia, e resgataram um pouco as vergonhas d'essa epocha, não encontraram echos eguaes nos espiritos dos seus contemporaneos. O povo, desalentado, sem chefe nem bandeira, não se erguia unanime a esta voz para repellir o estrangeiro, e os emissarios hespanhoes, primeiro inquietos com a inesperada altivez das côrtes, logo se tranquillizaram, quando viram que essas palavras morriam sem despertarem o sentimento patriotico.

Entretanto a crise approximava-se rapidamente; a morte de D. Henrique vinha bem proxima, e os seus derradeiros instantes ainda tinham de lhe ser turvados pelo mais pungente remorso que no intimo o perseguia.

Cedendo ás inspirações da sua fraqueza de animo, D. Henrique decidira-se a escolher para herdeiro do throno Philippe de Castella; mas sempre lá no fundo o ia pungindo a pena de não deixar a corôa a sua sobrinha D. Catharina.

Esta, até ao ultimo momento, confiou na benevolencia de seu tio. Teve um primeiro desengano, quando D. Henrique lhe fez a proposta de acceitar as compensações offerecidas por Philippe II; comtudo, ainda esperou que regeitando-as ella, como regeitára, seu tio se não resolvesse a prival-a do promettido legado. Mas quando seu marido a avisou de que o rei não só ordenava ás côrtes que reconhecessem como herdeiro o rei de Hespanha, mas tambem lhe mostrava a elle, duque de Bragança, uma grande desaffeição, um verdadeiro odio, principalmente desde que suppozera que se ligára com o Prior do Crato, a duqueza viu que era necessario fazer um supremo ésforço para salvar as suas pretenções, muito em perigo de naufragarem.

Esse esforço, julgou ella que poderia ser uma entrevista com seu tio, a quem não via desde muito tempo.

Partiu acompanhada de numerosa comitiva, como a reunia, sempre que quizesse, essa poderosa casa de Bragança, cuja opulencia e cujo esplendor eram proverbiaes. Chegou a Almeirim á noite, mas a sua entrada foi verdadeiramente triumphal. Precedida por trinta moços de camara com tochas accesas, rodeiada de mais de trezentas pessoas a ca-

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, t. 1.º Introducção. P. I, cap. 2.º, pag. 525.

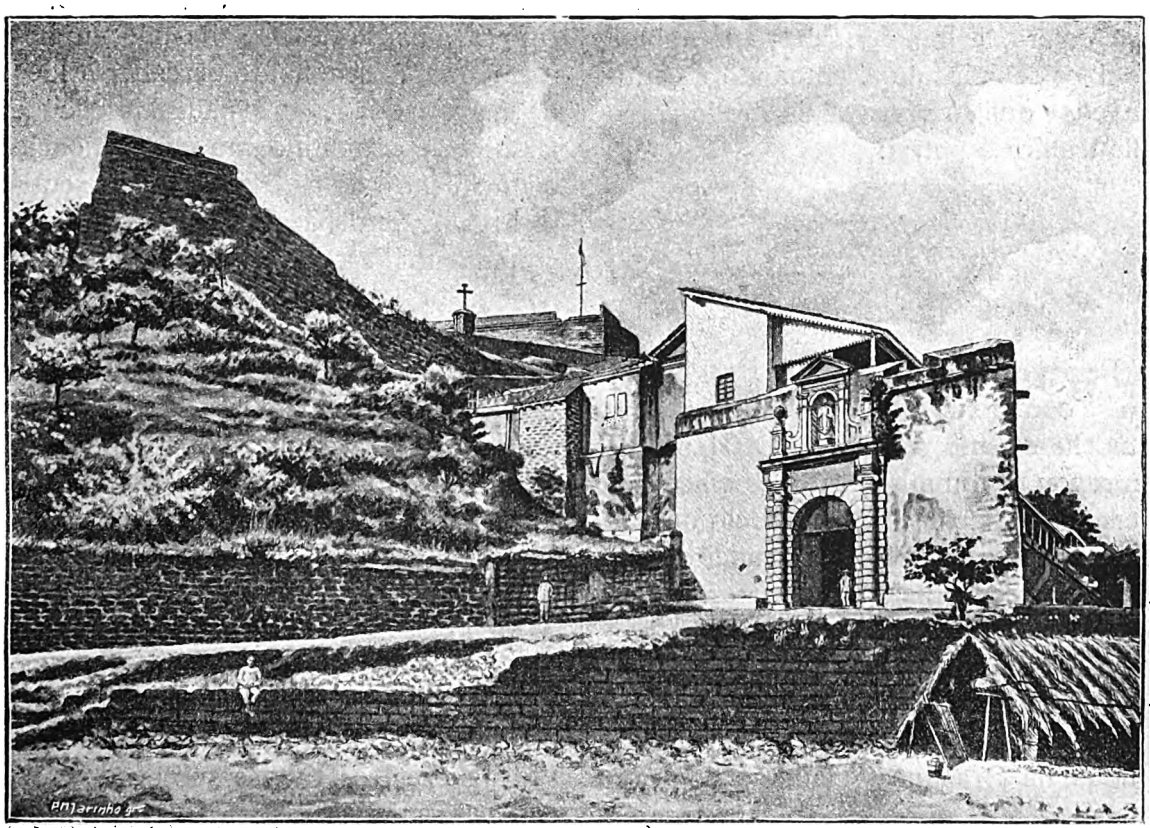
Digitized by Google

vallo, seguida por muita gente a pé, que a acclamava, bradando: «Venha embora a nossa rainha», a duqueza, vestida com elegancia magestosa, sentada nos coxins do seu coche pequeno de brocado, seguida pela sua camareira-mór e a sua aia: em andas de veludo, e por outras damas em dois coches ricos, escoltada por arcabuzeiros e moços de estribeira, podia phantasiar, por um momento, que para ser rainha bem pouco lhe faltava. Era pouco e era tudo; faltava uma palavra proferida pela bocca d'esse velho padre moribundo, que a recebeu entre lagrimas e soluços, que ás suas instancias e supplicas, só respondeu com palavras entrecortadas, pedindo-lhe afinal que se retirasse, porque a commoção profunda que sentira o tinha desfallecido.

E era verdade. D. Henrique não tivera tempo de se oppôr a essa visita, e fôra obrigado a receber a princeza que desherdára, a quem sempre mostrára affeição, e que lhe vinha pedir contas do seu perjurio!

Eis a dramatica scena que D. Henrique, já no seu leito de moribundo, não pôde evitar. Envidára todos os esforços para poupar a complicações os seus ultimos dias, e afinal as suas dilações e perfidias não tinham feito senão congregar todos contra elle, os pretendentes e as côrtes, e o povo e os estrangeiros, e expôl-o ás recriminações de D. Catharina, á opposição tenaz de D. Antonio, que maltractára, e até ás accusações de D. Philippe, a quem primeiro se oppozéra, e por quem afinal sacrificára tudo, não cessando de o odiar. Tristes contradicções d'um espirito fraco!

Estava-se no fim de janeiro, e a ultima hora de D. Henrique approximava-se, cortada por amarguras. Sabia que a



PALACIO DE MORMUGÃO

Digitized by Google

unica pessoa a quem votára affecto, e que lhe correspondia, desilludida e amargurada, lhe enviava d'um recinto proximo as mais acerbas maldicções; sabia que D. Antonio, desprezando as suas ordens, que ninguem respeitava, não só não sahira de Portugal, mas até ousára vir a Almeirim assistir incognito á entrada de D. Catharina; sabia que o povo, agglomerado em torno do paço, não reprimia a sua colera, e lhe perturbava a agonia com os seus insultos, entoando a cantiga com que se vingava do modo como elle trahira a patria:

Viva el-rei D. Henrique
No inferno muitos annos,
Pois deixou em testamento
Portugal aos Castelhanos.

Perseguido pelo remorso, revolvendo-se com amargura no leito de espinhos que elle mesmo preparára, D. Henrique entregou a administração aos cinco governadores do reino, e, conscio de que estava proximo o seu derradeiro momento, preparou-se para morrer.

Os governadores do reino, vendo a agitação popular, rodearam-se de soldados, temendo que algumas sublevações rebentassem; ao mesmo tempo, o duque de Bragança, clamava contra a injustiça feita a sua esposa, D. Antonio concitava os seus partidarios, os Castelhanos reuniam-se para deliberarem se deviam mandar já entrar as tropas de Philippe II, e foi entre os echos d'estes rumores, que lhe iam expirar todos no quarto solitario, que D. Henrique falleceu ás onze horas da noite de 31 de janeiro de 1580.

A sua morte por ninguem foi lamentada, senão por aquelles que viam com tristeza cahir no abysmo o unico obstaculo, fraco mas legal, que sustinha o reino á beira do precipicio da anarchia ou do dominio estrangeiro.

Quiz a fatalidade que na occasião mais critica da vida de Portugal, este homem, sempre incapaz de reinar, e ainda muito mais incapaz quando estava á beira do tumulo, fosse chamado a reger os destinos do paiz.

Quando era preciso um homem energico, um espirito patriotico, uma intelligencia viva e desassombrada de preconceitos, um guerreiro popular, um coração largo e generoso, apparecia para supprir a perda de D. Sebastião um homem fraco, incapaz de perceber a idéa da nacionalidade, um padre imbecil e fanatico, e antipathico ao povo, e cheio de pequenos odios e de egoistas sentimentos. A perda de Portugal estava decretada no livro mysterioso da Providencia.

Foi anno e meio de vergonhas esse periodo do reinado de D. Henrique. Nunca, nem no tempo de D. Fernando, teve mais viva applicação o conhecido verso de Camões:

Que um fraco rei faz fraca a forte gente.

Melhor seria talvez que a perda de D. Sebastião tivesse deixado o throno vago. Talvez então o sentimento da nacionalidade, ainda bem vivo no espirito dos Portuguezes, os tivesse sublevado contra as armas estrangeiras. A nobreza não tivera tempo de ser corrompida pelo ouro de D. Philippe, o desalento não se insinuára em todos os animos, os embaixadores das potencias européas não tinham podido ainda ver com os seus olhos a corrupção profunda que lavrava na côrte portugueza; talvez, quando veiu o primeiro movimento de reacção depois do desastre d'Alcacer-Kibir, o povo, accordando para a defeza da patria, e agrupando-se, capitaneado pela nobreza, que não ousaria resistir ao geral impulso, emtorno de um chefe nacional, teria fechado as fronteiras aos exercitos do duque d'Alba, tanto mais

Digitized by Google

que Philippe II, vigiado pela Europa, e coarctado pela revolta de Flandres, não poderia empregar todas as suas forças.

Mas não succedeu assim: esse verdadeiro interregno, em que esteve occupando o throno o phantasma de um rei, deu tempo a que a invasão se preparasse, a que se alargasse a corrupção, a que rebentassem as dissensões, a que se alastrasse o desalento, a que a Europa se desviasse de nós, e facilitou emfim a entrega de Portugal, vendido pelos que deviam defendel-o, nas garras insaciaveis do tigre castelhano.

CAPITULO XXVIII

Estado dos partidos portuguezes depois da morte de D. Henrique.—Politica das nações estrangeiras—Caracter de D. Philippe II

A morte do Cardeal-Rei, posto que a ninguem surprehendesse, nem por isso deixou de produzir um abalo geral. O anno e meio do seu governo passára-se sem que os diversos partidos tivessem podido tomar uma attitude definida, e todos anceiavam por que se prolongasse a suspensão que a existencia de D. Henrique trazia forçosamente ao desencadeiamento das varias pretenções.

Todos por conseguinte ficaram fulminados por este golpe, apezar de o preverem a cada momento com terror. D. Antonio, que era ainda assim o que menos se devia entristecer com a morte do seu capital inimigo, não ficou satisfeito, porque não tivera tempo de organizar o seu partido; o duque de Bragança por que de todo perdêra a esperança de ver o rei ceder á influencia que sua mulher sobre elle exercia, e o proprio Philippe II porque não conseguira arrancar a D. Henrique a declaração bem explicita dos seus direitos, e se via agora, privado da sua alliança, face a face com as côrtes rebeldes e com o povo descontente e ameaçador.

Os cinco governadores do reino não eram homens que podessem dirigir o carro do Estado em tão difficeis conjuncturas. Não tinham em primeiro logar o prestigio sufficiente, porque a maioria d'elles estava, todos o sabiam, vendida a Castella, e o seu regimento datado de 12 de janeiro de 1579 nem sequer lhes dava os poderes bastantes para exercerem uma acção energica.

Não podiam recompensar nem punir prerogativa essencial sem a qual a auctoridade suprema é completamente vã. Comtudo essa faculdade era-lhes concedida no caso de imminente perigo da patria. Em compensação não lhes faltavam as honras devidas.

Os cinco governadores eram, como sabemos, o arcebispo de Lisboa, D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá, D. João Tello de Menezes e Diogo Lopes de Sousa. Todos estes, a não ser D. João Tello, tinha-os de ha muito Philippe II na sua mão, comprados pelo ouro e promessas que D. Christovam de Moura espalhára com profusão egual.

A sua situação era embaraçosa. Sabiam-se odiados pelo povo, sentiam-se dependentes dos embaixadores hespanhoes, e temiam grande opposição das

Digitized by Google

côrtes, onde ainda predominava a patriotica eloquencia de Phebus Moniz. Para accudirem a esse triplice perigo, começaram por enviar uma carta ás cidades e villas do reino, promettendo-lhes que se haveriam com a maxima imparcialidade na questão da successão da corôa, recommendando-lhes a maior concordancia, e pedindo-lhes que se agrupassem em torno dos homens que D. Henrique julgára dignos de ficarem regendo o reino; aos embaixadores de Hespanha affirmaram que se iam occupar da pretenção de Philippe, implorando-lhe assim tacitamente um momento de treguas; e finalmente aos tres Estados enviaram um mensageiro para lhes dizer o mesmo que fôra dito na carta ás cidades e villas, para lhes affirmar que estavam promptos a ouvir as razões que as côrtes teriam a allegar para que lhes fosse conferido o direito de elegerem o rei, e para lhes pedir que déssem força com a sua sincera adhesão aos homens que estavam encarregados de governar o reino em tão difficeis conjuncturas.

O homem encarregado d'esta missão difficultosa foi Martim Gonçalves da Camara, o antigo escrivão de puridade de D. Sebastião, que tão odiado, e tão justamente, fôra pelo povo, mas que reconquistára um pouco as suas sympathias, porque se mostrára um dos mais decididos adversarios das pretenções de Philippe II. Martim Gonçalves encarregou-se de boa fé do papel de embaixador porque tinha desejo de vêr cimentada a união entre os governadores e as côrtes, mas não esperava decerto a procella que a sua mensagem ia despertar.

Effectivamente, apenas a ouviram, os procuradores do povo responderam-lhe com murmurios; a voz trovejante de Phebus Moniz, dominando os rumores da sala tumultuosa, exclamou:

«Como havemos de socegar, fiando-nos nos que vos mandaram, se nos é conhecido que dos cinco governadores, tres não se lavam da publica suspeita d'amigos e parciaes de Castella, sendo notados como os mais ardentes conselheiros e defensores do accôrdo proposto por el-rei D. Henrique para dar a corôa a Philippe II?

«Não se conformaram com a vontade do principe, não o estimularam a resistir, confortando-o afim de que não cedesse, esquecidos do que deviam ás liberdade do reino, e só lembrados das inclinações do monarcha, e dos premios promettidos? Em presença de taes factos seria razoavel sujeitar-se o paiz ao governo d'homens cuja lealdade é tão duvidosa?

«A prudencia aconselha a eleição d'outros, e assim o exigem tambem a salvação e a vontade de todos[1]».

Estas palavras excitaram os procuradores, que declararam em tumulto que não dariam obediencia aos governadores do reino, e que elegeriam outros em quem tivessem mais confiança. Debalde Martim Gonçalves os procurava acalmar. Phebus Moniz retrucou-lhe sempre victoriosamente, e o enviado dos governadores do reino pôde convencer-se, pela energia das reclamações, que as côrtes iam tomar uma attitude decisiva, que da votação sahiria a eleição d'algum defensor do reino, que podesse repetir as façanhas de D. João I.

Não deveria ser pequeno o seu espanto e o despeito indignado de Phebus Moniz, quando, acalmado o tumulto e vinda a reflexão, as côrtes declararam por grande maioria que seria d'um pessimo exemplo negar-se a obediencia aos governadores do reino, declarando apenas, como para se desculparem perante as suas consciencias d'esta cobarde decisão que desejavam que os governadores pro-

[1] Rebello da Silva *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, *Int.* P. 2.ª, cap, 3.º, t. 2.º, pag. 20, (Lisboa, 1862).

Digitized by Google

cedessem sem demora a tomar as seguintes medidas, que lhes indicavam:

1.° Que trocassem a sua residencia d'Almeirim pela de Santarem, onde as côrtes se reuniam, para estarem mais proximos d'ellas.

2.° Que licenciassem os soldados de que se tinham rodeado, porque estavam fazendo com elles gastos que seriam mais aproveitaveis quando fosse necessario defender a patria contra o estrangeiro.

3.° Que se tomassem medidas efficazes para a defeza do paiz.

4.° Que se enviasse uma embaixada ao Papa afim de lhe rogar que pedisse a Philippe II que não tentasse resolver pelas armas a contenda.

5.° Que se punissem os alliciadores que andassem trabalhando a prol de qualquer pretendente.

6.° Que fossem exonerados os individuos a quem o Cardeal déra empregos nos ultimos tempos, desde que se voltára definitivamente para Castella, empregos que bem se viu serem a recompensa do seu affecto pelo estrangeiro.

7.° Que se enviassem embaixadores a Philippe II para se lhe assegurar que se guardaria justiça inteira aos diversos pretendentes.

Qual fôra o motivo d'esta subita fraqueza, depois de tão clamorosas declamações? O motivo era o mesmo que explicava todas as outras vergonhas d'esta epocha: a venalidade. O ouro de Christovam de Moura conseguira entrar nas côrtes, e muitos procuradores do povo não se tinham mostrado menos flexiveis do que os fidalgos. Se Phebus Moniz merecêra que D. Christovam, escrevendo a Philippe II, o taxasse de *endemoninhado*, o seu collega Manuel de Sousa Pacheco estivéra longe de merecer tão lisongeira invectiva, porque se vendeu ao embaixador hespanhol por uma renda de dez mil ducados, promettendo attrahir muitos dos seus collegas

D. DUARTE DE MENEZES, V GOVERNADOR DO ESTADO DA INDIA

ao partido d'um rei que tão bem sabia recompensar as traições.

Não podêmos dizer se as côrtes, depois de terem mostrado tanta fraqueza no importante assumpto do reconhecimento dos governadores, julgaram sinceramente que as suas exigencias seriam attendidas por um poder que, tremente primeiro deante d'ellas, depressa aprendera a desprezal-as. Se julgaram, enganaram-se bem: vendo-se seguros, os governadores responderam desdenhosa-

Digitized by Google

mente a todas as reclamações das côrtes.

Mas emquanto as côrtes assim se desprestigiavam, emquanto Phebus Moniz via a sua patriotica eloquencia neutralizada pela venalidade, vejâmos o que faziam os pretendentes, depois da morte de D. Henrique.

Apenas morreu o cardeal, os dois pretendentes portuguezes tractaram de fazer vingar a sua candidatura pelos meios que melhor diziam com o seu caracter: o duque de Bragança dirigiu-se aos governadores, fazendo-lhes sentir vagamente que lhes daria todo o apoio se elles o favorecessem. Não os assustou. Conheciam-n'o bem. Sabiam que era timido e avarento, que só o galvanizava de quando em quando o espirito varonil de sua esposa, mas que em todo o caso as suas iras não eram para temer.

O Prior do Crato, esse que, apezar das ordens fulminantes do cardeal-rei, estava proximo de Lisboa quando D. Henrique falleceu, procedeu com muito maior energia, mas energia extemporanea. Alojou-se em um jardim proximo do campo da forca, e mandou dizer aos magistrados da cidade que o viessem receber, como cumpria ao seu nascimento. Contava poucos partidarios no Senado, que D. Christovam de Moura affeiçoára quasi todos aos seus designios, o pretendente nacional. Por isso mandaram-lhe o capitão das armas para dizer-lhe que se retirasse. Procurou então D. Antonio agitar a plebe, que o estimava, e sublevar os christãos-novos, que, vendo n'elle o filho de Violante Gomes, a *Pelicana*, sua irmã de crenças, o consideravam como um verdadeiro redemptor; mas era timida e avara essa raça infeliz. Pedir-lhe iniciativa era desconhecel-a, como era conhecer mal a plebe suppôr que ella se levantaria como um só homem, sem ter quem a dirigisse. Desilludido, D. Antonio retirou-se para o mosteiro de Belem, e d'ahi escreveu aos tres Estados uma carta de que foi portador Antonio de Brito, e em que lhes dizia que punha á disposição do paiz, por ellas representado, o seu braço e os seus serviços, e declarando-lhes que ia partir com a maxima confiança para Santarem, certo de que o accolheriam com a mesma cordealidade e franqueza com que elle se punha á sua disposição. Antonio de Brito ia ao mesmo tempo encarregado de cumprimentar tambem os governadores em Almeirim.

Não ficaram pouco assustados os governadores e as côrtes com esta deliberação do prior do Crato, mas entendiam que não podiam deixar de lhe responder cortezmente, marcando-lhe para alojamento em Santarem o mosteiro de S. Francisco. D. Antonio foi, apresentou logo o breve do papa, que mandava suspender o processo relativo á legitimidade ou legitimação do seu nascimento, e requereu que se encetasse novo processo, allegando, e com elle os seus parciaes, que o pleito de successão da corôa não podia resolver-se sem estar primeiro este negocio resolvido. Ao mesmo tempo, saindo do mosteiro de S. Francisco, passou para casas proprias, sem pedir venia ás côrtes, e seguido por grande estado, no meio de grande ovação popular, augmentando assim mais adeante a preoccupação das côrtes e o susto dos governadores.

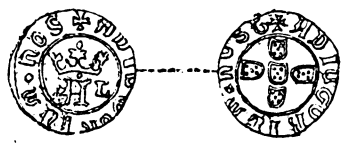
Os embaixadores hespanhoes estavam tambem inquietos. Não sabiam sobretudo como haviam de proceder, se haviam de mostrar uma indifferença que o publico traduziria por má vontade, se haviam de ir cumprimentar D. Antonio, enchendo-o de presumpções. Não sabiam tambem se podiam contar deveras com os governadores do reino. D. Christovam de Moura ainda não obtivera d'elles senão palavras vagas, e por indiscrição calculada de Miguel de Mou-

Digitized by Google

ra soubera que entre os papeis do cardeal-rei não apparecia vestigio da declaração feita por elle em vida a favor dos direitos de D. Filippe, e que no testamento declarava apenas que os juizes decidiriam quem era o pretendente que melhores direitos podia allegar. O testamento era datado de 27 de janeiro de 1580, e os testamenteiros eram Francisco de Sá, o arcebispo de Lisboa, o doutor Paulo Affonso e o confessor do fallecido rei, padre Leão Henriques.

D. Christovam de Moura percebeu tudo; os governadores tinham destruido quantos papeis se podiam referir ás negociações travadas com os embaixadores hespanhoes durante a vida de D. Henrique, minuciosamente referidas em um documento precioso que o tempo respeitou, e em que Philippe II traçou como que o memorandum d'essa questão. Levado por um sentimento de cólera natural, D. Christovam de Moura aconselhava que se rompesse por tudo, e que se publicasse um manifesto, em que se revelasse o procedimento doble e indigno dos governadores. Presentiram estes a resolução que D. Christovam aconselhava, e aterrados tractaram de apressar a partida para Madrid do bispo de Coimbra e de Manuel de Mello, embaixadores que iam participar officialmente a Philippe II a morte de D. Henrique e entender-se secretamente com elle. Podiam porém estar socegados, estavam salvos. D. Philippe entendêra, e entendera bem, que mais lhe valia ter no poder esses miseros instrumentos, doceis pelo medo que tinham, e pelo sentimento que os não abandonava, de que á mais leve palavra de D. Christovam o povo indignado arrancaria do seu palacio, para os fazer em pedaços, os miseraveis traidores.

Aqui temos, pois, o estado interno do paiz e a situação angustiosa dos governadores. Collocados entre as exigencias do rei de Castella, que invocava as promessas feitas, e as ameaças dos pretendentes e do povo, os governadores bem desejavam seguir o systema do Cardeal-Rei, e protrahir o mais possivel a conclusão do negocio. Mas os acontecimentos agora precipitavam-se, e Philip-



Real preto, de D. Affonso V

pe II, imperioso, não permittia que os homens, que lhe tinham vendido as suas consciencias, se esquivassem á sua mão de ferro, e quizessem retomar a livre posse de si mesmos.

O estado da politica externa em relação a Portugal não era muito mais animador para os verdadeiros amigos da sua patria. Os governos estrangeiros, que bem desejariam pôr obstaculos á ambição de Philippe II, não tinham, porém, confiança bastante nem nos governadores, para que ousassem aventurar os seus soldados n'um paiz, onde, em vez da resistencia efficaz que lhes promettiam, não encontravam senão traições ou desalentos.

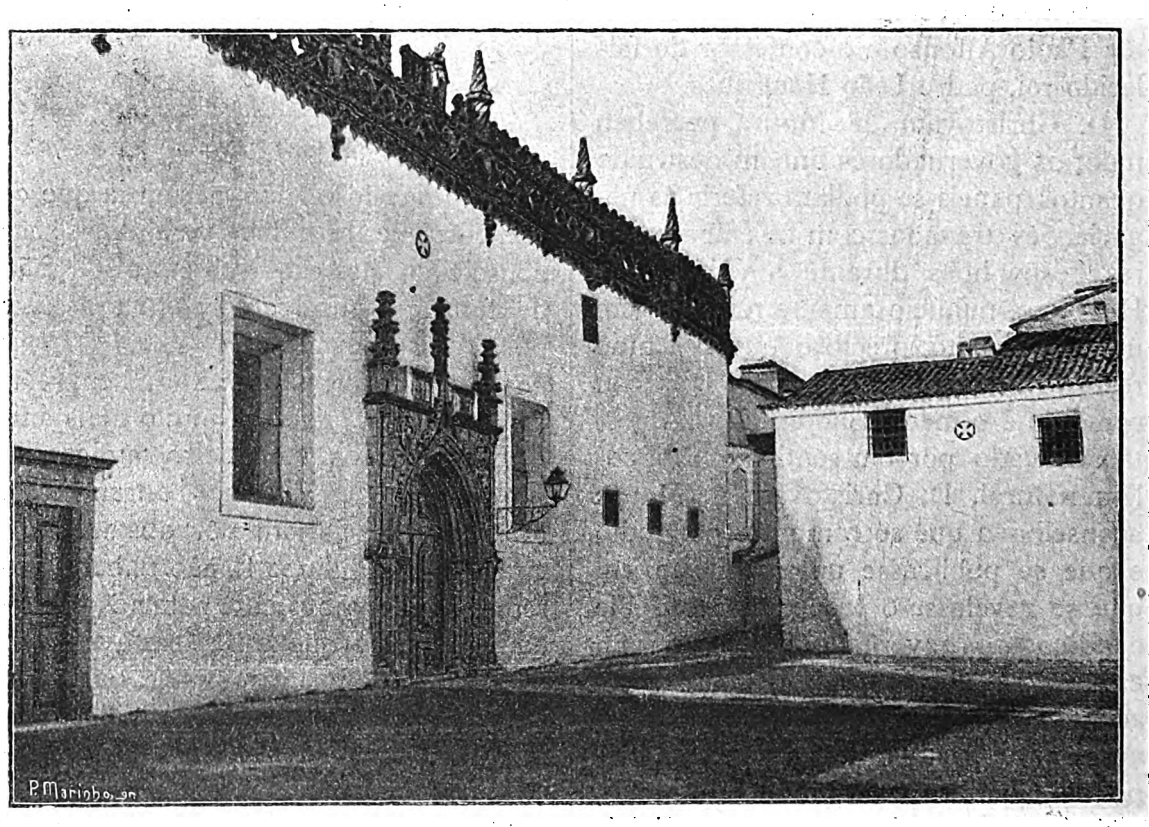
Os governadores do reino, que procuravam emtorno de si alliados, para vêrem se podiam livrar-se da terrivel responsabilidade de entregarem o reino ao estrangeiro, escreveram a Izabel d'Inglaterra, invocando a antiga alliança que, desde os tempos de D. João I, unia as duas nações, e pedindo á varonil rainha que protegesse em Portugal a liberdade da eleição do monarcha, e não consentisse que Portugal cahisse, sem defeza, nas mãos d'um monarcha estrangeiro.

Mas podiam elles falar a Izabel d'outro modo que não fosse em termos vagos? podiam-lhe dizer que era especialmente contra o rei de Hespanha que pe-

Digitized by Google

diam a sua protecção? podiam-lhe assegurar que seriam elles os primeiros a promover a resistencia de Portugal contra as ambições de Philippe II? Não, decerto, e por isso tambem a cautelosa Izabel não respondeu á mensagem, que lhe foi apresentada pelo embaixador em Londres, Antonio de Castilho, senão em termos vagos, aconselhando aos Portuposto a auxilial-o n'esse sentido, ordenava tambem ao nuncio que prohibisse aos governadores do reino a eleição d'um rei, emquanto não fosse decidida a causa da legitimidade de D. Antonio.

Por outro lado, os protestantes, que tinham em Philippe II o seu mais capital inimigo, temendo vêl-o augmentar em forças e poderio, empregavam todos



BEJA — CONVENTO DA CONCEIÇÃO

guezes que fizessem calar todas as discordias no momento em que podia perigar a independencia da patria.

Comtudo, se nem Izabel, nem os outros soberanos se atreviam a prometter formalmente aos Portuguezes o auxilio das suas armas, não deixavam por isso de tecer intrigas e enredos para que Philippe II não realisasse os seus projectos.

Henrique III instava em Roma para que o Papa não permittisse, usando da sua auctoridade espiritual, que Philippe II se apoderasse pelas armas de um reino catholico, e Gregorio XIII, muito dis-

os meios indirectos para obstarem á conquista de Portugal. Os huguenotes da Rochella, esses obrigavam-se a defender vigorosamente a causa portugueza, comtanto que lhes fossem abertos os nossos portos. Izabel de Inglaterra, que, depois de madura reflexão, entendêra que a duqueza de Bragança era quem tinha mais probabilidades de conciliar um numeroso partido, mandava perguntar pelo seu embaixador em Pariz a Catharina de Medicis, se estaria disposta a ceder a favor da duqueza os seus direitos. e, ainda que a suspeitosa Florenti-

Digitized by Google

D. SEBASTIÃO ASSISTINDO AOS EXERCICIOS DO EXERCITO D'ALCACER-KIBIR

Digitized by Google

na não respondesse d'um modo decisivo, comtudo o embaixador francez em Roma tambem advogou acaloradamente a causa da duqueza

Esta com effeito não se descuidára de conciliar as sympathias dos estrangeiros, e escrevêra a Izabel d'Inglaterra, por intermedio do embaixador portuguez em Pariz, que entregou a sua carta ao embaixador inglez sir Henry Cobham.

D. Rodrigo de Lencastre em Madrid falava tambem, em nome da duqueza, ao embaixador francez Mr. Vivonne de Saint-Goard, para que este transmittisse a Henrique III as instancias de D. Catharina.

O casamento, então projectado, mas que nunca se realizou, do duque Francisco d'Anjou com Izabel d'Inglaterra, parecia favorecer os planos da pretendente portugueza, apertando os laços que uniam as duas nações mais interessadas em que não tomasse incremento assustador a grandeza da Hespanha.

As hesitações de Henrique III tudo perderam: o fraco soberano accolhia com boa sombra o nosso embaixador Francisco Geraldes, auctorizava o seu ministro de Madrid a amiudar as conferencias com os emissarios da duqueza de Bragança, mas, conseguindo com isso inquietar Philippe II, imaginava impedil-o d'auxiliar a Liga, que se organizava em França debaixo da direcção do duque de Guise, e com esse resultado se contentava.

Emquanto assim as nações estrangeiras nem conseguiam unir-se para se oporem á ambição de Philippe II, nem se achavam com forças sufficientes para luctarem isoladamente com o monarcha hespanhol, Philippe II continuava impavidamente na realização dos seus planos, e não recuava deante de meio algum que elle imaginava que lhe poderia servir.

O duque de Barcellos, filho dos duques de Bragança, e prisioneiro em Alcacer-Kibir, livre afinal do captiveiro de Africa, passára por Hespanha, e o duque de Medina Sidonia, seu parente, retinha-o com festas e divertimentos, por ordem de Philippe II, dourando-lhe assim o captiveiro, que afinal se revelou de modo que o joven duque escreveu para Portugal, queixando-se. Os paes bradaram altamente contra esta violação das leis da hospitalidade; as côrtes tomaram o seu partido, e protestaram tambem; mas Philippe II não parecia disposto a largar a sua prêsa, julgando talvez que os duques de Bragança, para obterem a liberdade de seu filho, desistiriam das suas pretenções; a junta hespanhola de Lisboa fez-lhe porém sentir quanto era inconveniente esse procedimento, que não fazia senão irritar o reino, sem resultado util. Philippe II cedeu ás razões que lhe deram, e o duque de Barcellos partiu para Portugal, desculpando-se o duque de Medina-Sidonia com o pretexto de que só quizéra gozar por mais tempo da companhia do seu joven parente, e que além d'isso o retivéra tambem porque não lhe parecia cortez que elle deixasse o reino sem ter primeiro apresentado os seus respeitos a Philippe II.

A entrada do duque de Barcellos em Portugal proporcionou ensejo para se reconciliarem os dois pretendentes portuguezes, o que seria uma felicidade para o paiz; mas então mais uma vez se provou que a ambição não cede nunca aos pensamentos patrioticos.

O Prior do Crato mandou cumprimentar o joven duque, mas essa cortezia, com que elle premeditava abrir caminho para uma reconciliação, não lhe foi retribuida, e os dois partidos continuaram separados e odiando-se mais do que odiavam o estrangeiro.

Entretanto continuava uma lucta surda entre os governadores e o rei de Hespanha, aquelles tentando recobrar uma

Digitized by Google

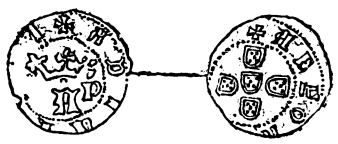
independencia que haviam perdido ha muito cedendo á venalidade, D. Philippe insistindo em fazer mais pesada para elles a cadeia que lhes lançara, e que, sendo d'ouro, nem por isso era menos incommoda.

Uma questão grave, que logo se começou a agitar, foi a partida dos embaixadores para Castella, encarregados de pedirem a el-rei D. Philippe que se sujeitasse á sentença que os juizes pronunciassem no pleito da successão.

O recebimento da embaixada era um embaraço grave para Filippe II: se recebesse os enviados portuguezes como embaixadores de uma nação independente, reconhecia assim o que elle até ahi sempre se obstinára a negar, isto é, que por direito ainda a corôa não era sua; se os recebesse simplesmente como subditos, offendia gravemente os Portuguezes, quando tinha o maximo interesse em lhes agradar.

D. Christovam de Moura procurou poupar esse embaraço a seu amo, evitando que partisse a embaixada, assegurando aos embaixadores que el-rei os não receberia como taes, que os tractaria apenas como subditos distinctos, e ameaçando os governadores do reino com a colera de um soberano que se não deixava impunemente provocar.

Estas ameaças de D. Christovam aterraram os governadores do reino; mas elles é que já não podiam recúar n'essa questão; as côrtes, cujas reclamações tinham sido pouco attendidas, instavam por que se enviasse a embaixada, como se dependesse de um tal passo a salvação do reino. Partiram, pois, os embaixadores, que foram D. Manuel de Mello e o bispo de Coimbra; mas Philippe II, como habil e fino que era, resolveu aproveitar-se do que não podéra evitar. Quando já os embaixadores estavam em Madrid, Philippe fez com que se lhes dissesse que elle estava resolvido a recebel-os como vassallos. Terrores e hesitação dos embaixadores, que pedem para Portugal novas instrucções. Os governadores mandam-lhes dizer que, se Philippe II, na primeira audiencia, os não receber como a enviados de um reino independente, pártam immediatamente para Lisboa. Era



Real preto, de D. Affonso V

um rompimento formal, cuja idéa punha em convulsões tanto os embaixadores como os governadores. Qual não foi, pois, o seu jubilo quando Philippe II os recebeu não só com todas as formalidades da etiqueta, mas até com especial cortezia. O que resultou d'aqui? Foi que os embaixadores, satisfeitissimos por se terem livrado de uma desfeita, que estava quasi certa, foram no mais muito faceis de contentar, e Philippe II despediu-os sem lhes dar outra prova de que reconhecia a independencia de Portugal além da esteril demonstração de uma cortezia vã.

Esta concessão foi celebrada como uma victoria pelos governadores, que, seguindo o systema dilatorio de D. Henrique, mas ainda com menos probabilidades de colherem resultado, não faziam senão concitar contra si proprios o odio de todos os pretendentes.

Não tinham força nem prestigio com que dominassem a situação; tremiam deante de todos, deante de D. Antonio, que lhes escrevia cartas insolentes, e que apparecia publicamente em Santarem queixando-se da indole anti-patriotica do governo; tremiam deante de D. Philippe, ou antes de D. Christovam de Moura, que era para elles um remorso vivo, uma permanente ameaça; tremiam até deante das côrtes, que primeiro haviam desprezado, mas que lhes estavam sendo agora importunas pela persisten-

Digitized by Google

cia com que instavam com elles para que tomassem uma attitude resoluta na questão da successão.

E, comtudo. as côrtes já bem pouco temiveis eram para o pretendente hespanhol: o numero dos partidarios de Phebus Moniz diminuia de instante para instante, a eloquencia do fervoroso patriota só conseguia inspirar algumas decisões pouco importantes, puramente declamatorias, votadas por enthusiasmo, ao passo que o seu collega, o doutor Manuel de Sousa Pacheco, esse, vendido ao ouro castelhano, e transformado em alliciador de consciencias, cada vez fazia passar maior numero de transfugas para os arraiaes da Hespanha. A immoralidade d'essas côrtes de Almeirim, que primeiro tinham dado tão boa mostra de si, chegára a ponto de que já havia procuradores que se queixavam de não serem requestados por D. Christovam, tomando como offensa o esquecimento que parecêra votar-lhes esse grande corruptor.

Foi quando as côrtes tomavam este aspecto que receberam uma carta de Philippe II, sustentando os seus direitos á corôa. Succedeu o que succedia sempre: Phebus Moniz trovejou contra o estrangeiro, a maior parte dos procuradores applaudiram-n'o com enthusiasmo, votaram-se por acclamação as quantias necessarias para a defeza do reino; mas depois, quando o enthusiasmo esfriou, a voz do interesse foi de novo mais forte; o clero recusou-se positivamente a pagar o patriotico subsidio; os procuradores hesitaram, e a maior parte d'elles, envergonhando-se de se contradizerem abertamente, preferiram partir para suas casas, desamparando as côrtes.

D. Christovam de Moura promovêra e aconselhára a deserção, esperando assim enfraquecer a renitente assembleia, mas o que elle não previa foi que os procuradores, que se obstinaram em ficar, foram exactamente aquelles que eram adversos á politica hespanhola e que desejavam pugnar até á ultima pela independencia da sua patria.

Tentou D. Christovam diversos meios para seduzir estes ultimos defensores de Portugal, mas não o conseguiu; lançou então mão da sua influencia sobre os governadores do reino, influencia a que debalde se procuravam esquivar, e obrigou-os a vibrarem o golpe decisivo, dissolvendo as côrtes.

Os governadores obedeceram, e, para d'algum modo córarem a sua subserviencia, decidiram que dez procuradores continuassem ainda no exercicio dos seus cargos.

Oiçâmos agora a palavra pittoresca e animada de Rebello da Silva:

«Assim terminaram as côrtes de Almeirim.

«D. Antonio, o bispo de Parma, e alguns adversarios de Castella em vão quizeram oppor-se, e suster a sahida dos ultimos deputados. A sorte estava lançada. Contando-os, achavam-os tão poucos, que em nenhum crearam alentos para resistir.

«Com a dissolução dos Estados, pode-se dizer que o paiz abdicou. Mudos os seus representantes, calada a voz que devia convocar os povos para a defeza legal, ficaram só os governadores e as facções, emquanto não chegava o duque d'Alba para lavrar com a ponta da espada o epitaphio das liberdades portuguezas.

«Parêmos um pouco n'este logar; deixêmos cahir por momentos o véu sobre o reino moribundo, e sobre a sua lenta e vergonhosa agonia.

«Os que cercam o seu leito, e apregoam quasi em almoeda a corôa de D. João I, d'Affonso V e de D. Manuel, são os netos dos cavalleiros d'Aljubarrota e dos guerreiros d'Arzilla; são os filhos dos capitães, que Diu, Malaca, Or-

Digitized by Google

muz e Gôa tinham admirado entre as chammas das náus e as ruinas dos muros, hasteando as quinas triumphantes nos topes das galés turcas, e sobre as ameias e tranqueiras dos barbaros prostrados!

«Fatal gloria por tão caro preço ganha!

«Respirêmos alguns momentos longe d'esta atmosphera corrompida; volvamos a vista para Hespanha, e contemplemos o poderoso monarcha curvado sobre as confidencias dos ministros e agentes, que são para elle outros tantos olhos, sempre abertos e vigilantes em toda a Europa, para não deixarem escapar um gesto, uma palavra, uma pulsação dos outros povos, que lhe não seja denunciada.

«O que Philippe II n'esta occasião estuda com tanta curiosidade são os pareceres dos theologos e das universidades do seu reino sobre a legitimidade da invasão de Portugal. Fiel ao papel de strenuo campeão da fé catholica, não arriscará um passo sem receber primeiro a benção da Egreja; não dará o signal de marcha ás suas tropas sem que os templos nos seus vastos estados resôem com as preces do clero e dos monges orando ao Senhor das victorias.

«Aquella consciencia, onde a luz era pouca e as trévas espessas, queria que a usurpação e a conquista fossem sanctificadas para os escrupulos a não remorderem. Se Deus, impiamente invocado, não ajudasse como protector as armas hespanholas, o rei de Castella assistiria menos tranquillo aos progressos do seu exercito!

«Mixto singular de devoção e hypocrisia! á similhança de Luiz XI, antes de desembainhar a espada dos generaes e de lançar ferros de sessenta annos á independencia d'uma nação, ordenou que a lei evangelica, profanada por interpretes cegos do esplendor do seu poder, servisse de commentario á obra de sangue e de oppressão commettida ao menos humano dos capitães que podia escolher para aplanar o caminho de Badajoz até Lisboa.

D. HENRIQUE DE MENEZES, VII GOVERNADOR DA INDIA

«Este episodio merece uma pausa no progresso da nossa narração» [1].

A nossa é mais rapida, e não nos permitte que nos demoremos tanto. Basta que digâmos que Philippe II, para conciliar os seus escrupulos com a sua ambição, perguntou aos theologos e ás universidades de Hespanha se, tendo elle a certeza de que os seus direitos á corôa portugueza eram incontestaveis, podia,

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, etc.; Int. Part. II, cap. III, tom. II, pag. 122.

Digitized by Google

quando em Portugal recusassem reconhecel-os, empregar a força para triumphar.

Empenhava-se tanto mais n'isto quanto a côrte pontificia continuava a fazer-lhe opposição, e agora ainda mais obstinada, desde o momento em que se apresentava tambem o Papa como pretendente á corôa portugueza! Effectivamente, Gregorio XIII allegava que, sendo elle, como pontifice, herdeiro natural dos cardeaes sem successão, a elle lhe pertencia a corôa, legado do Cardeal-Rei D. Henrique. Assim, Portugal devia ser considerado apenas como o espolio de um padre!

Era esta por conseguinte mais uma razão para que o escrupuloso Philippe II protegesse os seus ambiciosos planos com o mais solido broquel de que se podia fornecer nos arsenaes theologicos do seu reino.

As universidades e conventos favoreceram-n'o perfeitamente, porque lhe deram todos razões concludentissimas para que empregasse a força contra Portugal em sustentação dos seus direitos.

E' indispensavel, antes que prosigâmos, que oiçâmos Rebello da Silva descrever-nos, n'um dos mais bellos trechos da sua historia, o caracter complexo de Philippe II:

«Os correios de D. Philippe, diz elle, cruzando em todos os sentidos, partiam de Roma, de Italia, e das fronteiras do imperio ottomano, e, atravessando por Allemanha, Flandres e França, alcançavam Portugal e a Grã-Bretanha, e vinham encontrar-se á porta do seu gabinete, especie de cella monastica, onde, recolhido, silencioso, e entregue aos desvellos do trabalho constante, tomava o pulso ás difficuldades, calculando os lances propicios, offerecidos pelos erros dos contrarios ou pelos favores da fortuma, e lendo mais claro de longe no coração dos principes e dos seus ministros, do que o sabiam fazer de perto os confidentes mais do seio d'elles.

Em cada reino, em cada villa ou cidade dos seus vastos Estados, ou dos alheios, embaixadores, agentes e emissarios, uns dedicados por convencimento e identidade de principios, outros convertidos em auxiliares de Castella pelo toque de grossas peitas, formavam uma immensa rede, cujas apertadas malhas não deixavam escapar nenhum segredo, que o monarcha desejasse perscrutar.

«Não havia no mundo nação, pequena ou poderosa, visinha ou distante, que elle não conhecesse, e onde, mais ou menos, não extendesse a influencia em harmonia com os interesses da sua corôa.

«Sereno e imperturbavel, do fundo do seu palacio no castello de Madrid, ou do retiro do Escurial, paço e mosteiro ao mesmo tempo, inclinado sobre volumes de despachos, regia por sua mão as cousas da Hespanha e da Italia, as provincias dos Paizes Baixos inquietas e insurgidas, o imperio longinquo das Indias, o governo das armadas, a direcção dos exercitos, emfim, supportava sem succumbir o immenso peso de tantos negocios, peso que esmagaria outro soberano menos perseverante, porque envelhecêra antes de tempo o vigoroso espirito de Carlos V, mais cansado das fadigas do que da edade.

«Os cuidados de tantos sceptros herdados e adquiridos não bastavam á actividade d'esta insaciavel ambição, tão ousada nos ultimos annos de reinado, que, sonhando a monarchia universal, alvo dos grandes commettimentos de seu pae, concebêra depois da submissão de Portugal o plano colossal de sentar no throno de França sua filha, e dominar a Inglaterra pelo terror das armas e pela oppressão das consciencias.

«Os soccorros concedidos á liga catholica contra Henrique de Valois e Henrique de Navarra, e a empreza frustrada

Digitized by Google

da Invencivel Armada assignalam estas duas phases da sua politica.

«No meio das complicações de tão espinhosos assumptos ninguem o viu nunca impaciente, confuso, ou desalentado.

«Não carecia, pois, de fundamento o que dizia d'elle um dos seus panegyristas bem informado. Balthazar Porreño comparava o sombrio soberano, na quasi solidão em que se escondia dos subditos, ao artifice curvado sobre o teiar, repartindo os olhos, as mãos, e todos os membros sem descanso pelo variado emprego de tantos matizes.

«A sua penna infatigavel correndo sobre os papeis, resumia em notas rapidas, escriptas nas margens, no alto e no baixo da pagina, em caracteres enredados, as idéas que lhe despertava a combinação dos factos.

«Se havia em algum documento circumstancia que lhe aproveitasse, mandava tirar um extracto para não o communicar na integra aos conselhos, sempre consultados. Em outras occasiões, medidas com estudada ambiguidade, tendiam a ajudar a prevenção de designios amadurecidos em segredo, calada por muitos mezes e sómente manifestada aos confidentes nas vesperas da execução.

«Parecido nas feições a Carlos V, mais alvo do que pallido, loiro de cabellos, muito similhante ao imperador no geito da bocca e na figura da barba, esta conformidade comtudo não passava do aspecto externo da pessoa.

«Nenhum dos dois foi de elevada estatura, porém D. Philippe, um pouco mais baixo, encobria a differença com o airoso porte e a agilidade do corpo; mas a physionomia do filho, menos aberta desde a juventude, nunca se animou da espirituosa penetração, que tanto realçava a expressão no rosto do neto de Izabel a Catholica.

«Menos communicativo e affavel do que o vencedor de Francisco I, mais hespanhol, sobretudo nas maneiras e costumes, D. Philippe até na mocidade se eximia com frequencia de assistir aos exercicios guerreiros, ás fragosas distracções da caça, e aos namorados saráos do paço.

«Na convivencia intima com os validos nem uma só vez se esqueceu de quem era, nem permittiu que os outros o olvidassem. Formava tão alta idéa da grandeza d'um monarcha e do respeito devido ao seu caracter que, para o conservar inalteravel, apenas sorria de leve. Riso claro e nascido da alma ninguem nunca lh'o divisou em toda a sua longa carreira. A sympathia e a sinceridade não eram as virtudes que presava[1].»

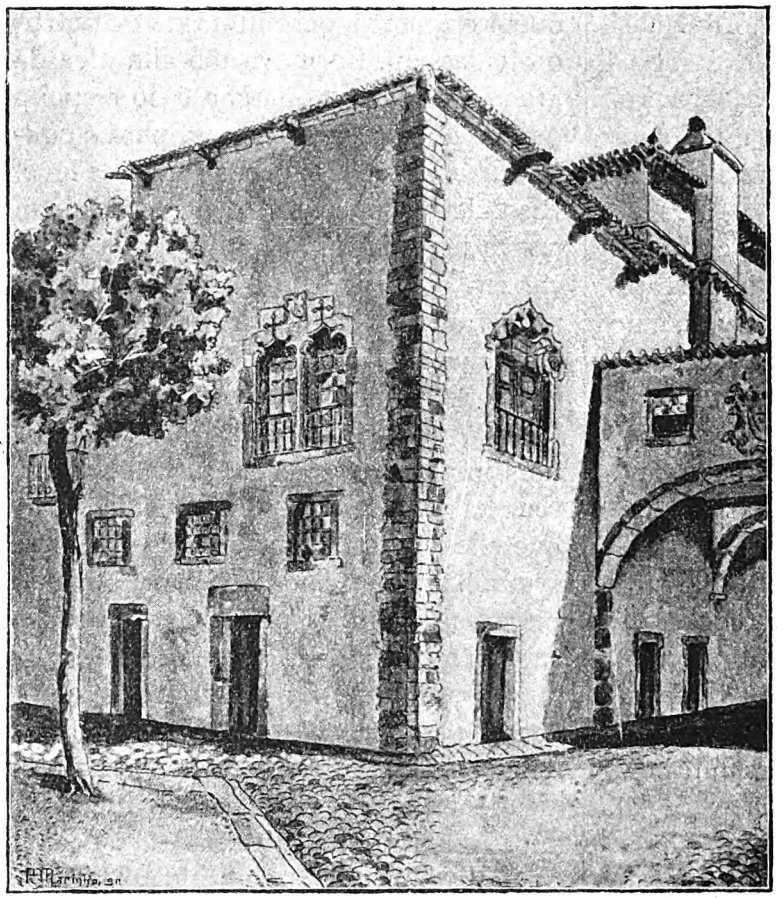
Tinha 53 annos Philippe II, quando em 1580 tomou posse de Portugal. Estava já fatigado, a gotta obrigava-o a uma immobilidade que estava aliás nos seus habitos e nas suas tendencias, porque elle não era, como a aguia, que bem symbolizava o genio de seu pae, fadado para pairar no espaço, e para fitar ousadamente o sol; era, como as aves nocturnas, fadado para viver na sombra, gelado e taciturno, escrevendo, escrevendo notas, apontamentos, ordens, concentrando todo o governo da sua immensa monarchia na cabeça talentosa, sim, mas que não illuminava nem um só raio de verdadeiro genio.

Frio, implacavel, tenaz, concentrou a sua vontade toda no conseguimento de certos e determinados fins, ou antes n'um fim unico, a monarchia universal, a concentração de todos os poderes que dominavam o mundo n'uma só mão e n'uma só cabeça. Não era fanatico por devoção, era-o porque queria impôr ao mundo a unidade da fé, como lhe queria impôr a unidade do governo. Para

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, etc., t. II, cap. II.

Digitized by Google

conseguir isso, não recuava deante de cousa alguma. Não teve nunca nem affectos, nem odios; viu morrer quatro esposas e tres filhos, sendo o assassino, pelo menos indirecto, de um d'elles. A tudo assistiu com a maior indifferença. Empregou contra Flandres os rigores do duque de Alba e as branduras



LEIRIA — UMA CASA MANUELINA, HOJE DEMOLIDA

de D. Luiz de Requesens e de D. João de Austria com a mesma despreoccupação. Queria o fim, eram-lhe indifferentes os meios. Nunca teve um ministro que possuisse deveras a sua confiança. Aproveitava-os e quebrava-os com a maior indifferença, como fez a Antonio Perez, a Spinosa e a outros. Com a mesma indifferença, com a mesma mascara gelida, recebia a noticia da victoria de Lepanto, e a da perda da *invencivel armada*. Esta frieza impenetravel aterrava todos os que d'elle se approximavam. Os mais audazes, os mais verbosos, perdiam o sangue-frio e a palavra quando lhe beijavam a mão.

E comtudo Philippe II deixava-se guiar pelos seus ministros. O pensamento supremo era o d'elle, mas no modo practico de dirigir os negocios, entregava-se cegamente nas mãos dos seus conselheiros, que depois quebrava, quando algum desastre vinha mostrar-lhe que a fortuna já lhes não illuminava a politica. Antonio Perez, o duque d'Alba, D. Ruy Gomez da Silva e Christovam de Moura foram successivamente os directores da sua politica, mas, como não queria que elles suppozessem que o dominavam, mantinha muitas vezes entre elles o fiel da balança, seguindo ora as opiniões de um, ora as opiniões de outro, o que dava em resultado as fluctuações e as incertezas da sua marcha politica, bem sensiveis por exemplo na questão dos Paizes Baixos.

Eis o que era o torvo soberano, que estendia sobre Portugal a garra ambiciosa. Se tivessemos ainda a pura energia dos soldados de D. João I, succumbiriamos só talvez, se fosse o grande Carlos V que nos domasse á força d'armas: outras nações briosas soube empolgar nas garras valentes a sua aguia ovante; mas, gangrenados, corroidos até á medulla dos ossos por incuravel putrefacção, tinhamos a sorte vergonhosa de vir cevar-se no nosso corpo o abutre sinistro do Escurial.

Digitized by Google

CAPITULO XXIX

Conquista de Portugal.— Vergonhoso e covarde procedimento dos governadores. — Anarchia — D. Antonio proclamado rei

Dois partidos poderosos disputavam entre si o valimento na côrte de Philippe II, o partido do principe de Eboly e o partido do duque d'Alba. Com a victoria d'aquelle triumphavam os meios suaves e astutos, vencia a diplomacia, emfim; com a victoria do segundo era pelo contrario a violencia que imperava. Ora, no tempo a que chegámos, era este ultimo partido que dominava na côrte, posto que o seu chefe, o duque d'Alba, não recuperára o valimento régio; mas as suas idéas, expostas pelos seus partidarios, insinuavam-se no animo de Philippe, e concorriam portanto para que elle estivesse resolvido a lançar mão da força, a fim de acabar por uma vez a questão portugueza.

Os preparativos que fazia para isso, activaram-se bastante, e não tardou a reunir forças respeitaveis.

No fim do anno de 1579 partiram de Napoles em direcção a Carthagena treze naus levando a bórdo seis mil e quatrocentos soldados italianos, divididos por trinta e seis companhias, commandadas por Carlos Pinelo e o prior da Hungria, e dois mil e quatrocentos gastadores, divididos em vinte e oito companhias. Além d'isso vinham a bordo das naus muitas munições de guerra e de bocca.

De Carthagena, tambem nos fins de dezembro de 1579, partiram para Gibraltar as galés de Mancelo Doria com o terço de infanteria hespanhola de D. Pedro Zapata, que numerava dois mil e quinhentos soldados divididos em treze companhias, e dez galés de Fabricio Colonna com duas companhias hespanholas e trez italianas, que ao todo contavam novecentos homens.

D. CONSTANTINO DE BRAGANÇA, GOVERNADOR DA INDIA

Todas estas forças se concentraram

Digitized by Google

nos portos da Andaluzia mais proximos das costas de Portugal, onde a 18 de janeiro de 1580 estavam juntas sessenta e oito galés e dezenove naus. D'ahi a pouco tempo vieram reforçar esta esquadra quinze naus, que transportavam cinco mil allemães, dois mil e cem italianos, que Prospero Colonna commandava, e vinte galés em que vinha o marquez de Mondejar commandando dois mil e quinhentos veteranos da guarnição de Napoles.

Ao mesmo tempo, Philippe II ordenou que se procedesse activamente ao alistamento das tropas na Extremadura hespanhola, que devia apresentar tres mil duzentos e cincoenta homens, divididos em treze companhias.

A Andaluzia apresentou seis mil e quatrocentos soldados, divididos em dois terços.

Estes alistamentos completaram-se com outros preparativos ordenados pelo rei Philippe II.

Assim mandou ao vedor geral dos guardas de Castella que não consentisse que os homens d'armas, aquartelados perto da fronteira, sahissem nunca dos seus quarteis.

Déra ordem ao marquez de Santa Cruz, ao duque de Medina Sidonia, e a outros fidalgos importantes para que á primeira voz estivessem promptos a entrar em campanha.

O alcaide Tejada foi encarregado de superintender nos fornecimentos de viveres; as treze companhias alistadas em Castella e Aragão, os homens d'armas de Castella em numero de oitocentas lanças, os Guardas de Castella e os cem continuos, que, reunidos, formavam quatorze companhias, comprehendendo mil e sessenta praças, a saber, setecentos e sessenta homens d'armas, cento e cincoenta arcabuzeiros, tinham recebido ordem para marcharem para a fronteira, havendo já em Badajoz trinta e oito mil ducados destinados para o seu pagamento, e não cessando de se levantar dinheiro para o mesmo fim.

Para Badajoz tambem, onde se juntava grande cópia de armamentos, marchou o terço do mestre de campo D. Francisco Valencia. D. Luiz Henriques, D. Rodrigo Zapata e Antonio Moreno preenchiam as vagas dos seus terços, que tinham as armas em Cadix.

A 1 de fevereiro de 1580 chegava a Gibraltar Prospero Colonna, com sete naus, onde vinham doze companhias de Italianos, que se aquartelaram em Algesiras. A 3 de fevereiro entrava em Alicante o conde de Lodron com dez naus, que traziam a bordo cinco mil soldados allemães e cem artilheiros.

Ao mesmo tempo o mestre de campo D. Francés de Alva ia dirigir as obras da estrada de Sevilha a Badajoz, afim de a tornar transitavel para a artilheria.

Multiplicando as providencias acertadas com a sua incansavel actividade, Philippe II ordenou que vinte e cinco naus da Italia sahissem de Gibraltar, levando a bordo mil soldados veteranos, e partissem para as ilhas de Bayona, onde se lhes juntariam doze navios de guerra biscainhos. Ahi receberia a esquadra tres mil soldados asturianos e gallegos, e assim guarnecida e commandada por D. Pedro Valdez, devia cruzar nas costas occidentaes da Peninsula para impedir que Portugal recebesse por mar qualquer soccorro estrangeiro.

Eram já respeitaveis as forças que se accumulavam na Hespanha contra nós, mas Philippe II, que não queria deixar coisa alguma ao acaso, ainda mandou vir de Italia quatro mil infantes hespanhoes, dos quaes seiscentos eram arcabuzeiros, e ordenou que se alistassem na Lombardia e na Toscana outros quatro mil soldados italianos.

Por outro lado, aprestavam-se vinte mil quintaes de biscoito, e não se des-

Digitized by Google

cuidavam as outras munições de bocca. Em Sevilha trabalhava-se com actividade para se apromptarem cento e cincoenta barcas chatas, e cento e cincoenta carretas, e tudo o mais que era necessario para equipagens de pontes.

Tractou-se finalmente de se escolher general para commandar estas forças, e ahi se mostrou a previdencia e acêrto com que os preparativos eram dirigidos. Estava ainda Philippe II indisposto com o duque d'Alba; D. Christovam de Moura era inimigo figadal do orgulhoso guerreiro; comtudo, quando foi consultado pelo rei, o diplomata portuguez ao serviço de Castella pôz de parte os seus resentimentos, e declarou que só o duque d'Alba podia sem difficuldade cortar a nossa resistencia. Philippe II tambem esqueceu os seus despeitos pessoaes, e acceitou o general que a voz publica lhe indigitava.

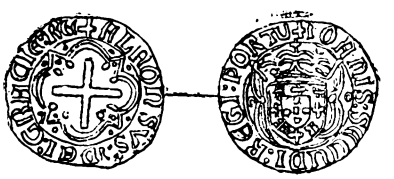
É assim que se conseguem os exitos. Havia quem propozesse para general o marquez de Mondejar, talvez n'essa occasião mais sympathico ao soberano; mas este, que desejava principalmente o successo, e o successo rapido da empreza, desprezou as lisonjas, fez calar a voz do resentimento, e designou definitivamente o duque d'Alba para general dos exercitos de terra, e o marquez de Santa Cruz para commandante das forças maritimas.

Comtudo, o duque, chamado, para assumir o commando, do seu quasi exilio d'Uzeda, bem percebeu que era só a necessidade que obrigava Philippe II a servir-se do seu prestimo.

Em vez de o mandar ir á côrte, Philippe II deu-lhe ordem que partisse immediatamente para Lerena, que era o seu quartel general; de fórma que o duque dizia que o mandavam conquistar reinos carregado de ferros.

O duque d'Alba juntava aos seus talentos militares um fino espirito, que se revelava por muitos ditos conceituosos.

É um d'elles este que mencionámos, e pertence-lhe tambem outro não menos frisante e verdadeiro, de que os reis expremem o succo aos fructos e desprezam depois a casca. Tambem se conta que, falando-lhe um fidalgo na união



Cruzado de ouro, de D. Affonso V e D. João II

de Portugal e Castella, elle respondêra: «E onde se hão de refugiar os nossos filhos?» Dito profundo que bem mostra quanto elle, grande vassallo, sentia que se tornava temivel a dilatação do poder de um soberano tal como Philippe II, que de cada nova conquista colhia novas forças para consolidar, á custa da fidalguia, a sua auctoridade régia.

Este dito mostra tambem, por conseguinte, que, apezar de se ter encarregado da conquista de Portugal, não era o duque d'Alba muito partidario da união dos dois reinos. Estava longe, comtudo, de ser essa a opinião geral da Hespanha. Então, como agora, a idéa da união iberica era altamente popular em Castella; e, como hoje, os partidos que entre si disputam o mando supremo, para attrahirem as sympathias das massas, fazem scintillar deante d'ellas o pensamento da annexação de Portugal, assim tambem Philippe II, para vêr os seus subditos cobrir de applausos a sua politica, para vêr os voluntarios apinhar-se em torno das suas bandeiras, precisou apenas de apontar para a fronteira d'esta cubiçada faxa occidental da peninsula com a espada do duque d'Alba.

Emquanto na Hespanha assim ferviam os preparativos, e o governo, solicito, nada descurava para assegurar o exito da sua empreza, emquanto o povo

Digitized by Google

mostrava pelo commettimento que se ia tentar o mais decidido enthusiasmo, Portugal apresentava com esta actividade um vergonhoso contraste. Aqui era tudo desalento e inercia, traição e perfidia nas classes elevadas, mesquinhas rivalidades e ausencia completa de patriotismo nos pretendentes, nos governadores cobardia e venalidade, no povo tristeza e desanimação.

A posição dos governadores era a mais falsa d'este mundo. D. João de Mascarenhas, Diogo Lopes de Sousa e Francisco de Sá, vendidos ao ouro de Castella, escravos occultamente de Christovam de Moura, sabendo que o povo os suspeitava, tremiam de desafiar as iras populares, não se oppondo abertamente a Philippe II, e não ousavam ao mesmo tempo tomar medidas energicas de defeza, lembrando-se do pacto secreto que os fazia servos de Castella. Assim, tremendo a cada instante de que se descobrisse a sua meditada traição, empallidecendo na presença do povo, empallidecendo na presença de D. Christovam, os tres governadores, entre os quaes se contava o heroe de Diu, passavam pelos mais vergonhosos trances, e tinham assim o castigo da sua venalidade e da sua cobardia.

O arcebispo de Lisboa, esse tivera a arte de se conservar sempre indeciso, de modo que os Castelhanos, considerando-o no fundo como amigo, porque elles lhes não poupava sorrisos, ainda se viam obrigados a cortejal-o, porque o não tinham fechado na mão como aos seus tres collegas. O quinto governador, D. João Tello de Menezes, era um patriota honrado, mas de curta intelligencia, cuja auctoridade os seus collegas temiam, mas a quem conseguiam facilmente illudir.

Comtudo, assim mesmo, pouco intelligente como era, percebia que o reino devia pensar em defender-se, e os seus quatro collegas não tiveram remedio senão tomar algumas providencias. Eram, porém, tão vãs e tão pouco importantes, comparadas com os activos preparativos de Castella, que bem se via serem apenas disfarces para illudir o povo e os patriotas honestos, que não podiam acreditar na infame traição d'aquelles que haviam sido encarregados de manter a independencia nacional.

Os seus preparativos limitaram-se a nomear D. Diogo de Sousa fronteiro do Alemtejo, mas sem lhe darem nem gente, nem munições; D. Duarte de Menezes fronteiro do Algarve, D. João de Vasconcellos fronteiro da Beira, Antonio Moniz governador de Setubal e Tristão Vaz da Veiga da torre de S. Julião.

A inercia calculada dos governadores, a traição lavrando por toda a parte, as desconfianças mutuas, açuladas pelos parciaes de Castella, que se gabavam do vil procedimento, como fez D. Duarte de Castello Branco, tudo isto formava um espectaculo asqueroso que enojava o proprio D. Christovam de Moura, que, de tudo informado, tudo communicava a seu amo. Sabia elle, por exemplo, que n'uma crise tão grave apenas havia em Lisboa cento e trinta quintaes de polvora, que a armada para a India não podia partir porque não havia dinheiro, que o *deficit* annual era de trezentos mil ducados, que se deviam trez milhões, e que nos cofres do Estado havia apenas dez mil ducados. Isto disséra-lh'o o védor da fazenda D. Duarte de Castello Branco, pedindo-lhe as alviçaras pela feliz nova que lhe communicava.

Todos os commentarios que naturalmente inspira tamanha abjecção deixamol-os ao cuidado do leitor. Temos o desejo de não nos demorarmos n'esta epocha vergonhosa, como não ha quem por gosto pare no meio d'um tremedal.

Pois se os proprios governadores do reino eram os primeiros a indicar ao embaixador castelhano os meios de annul-

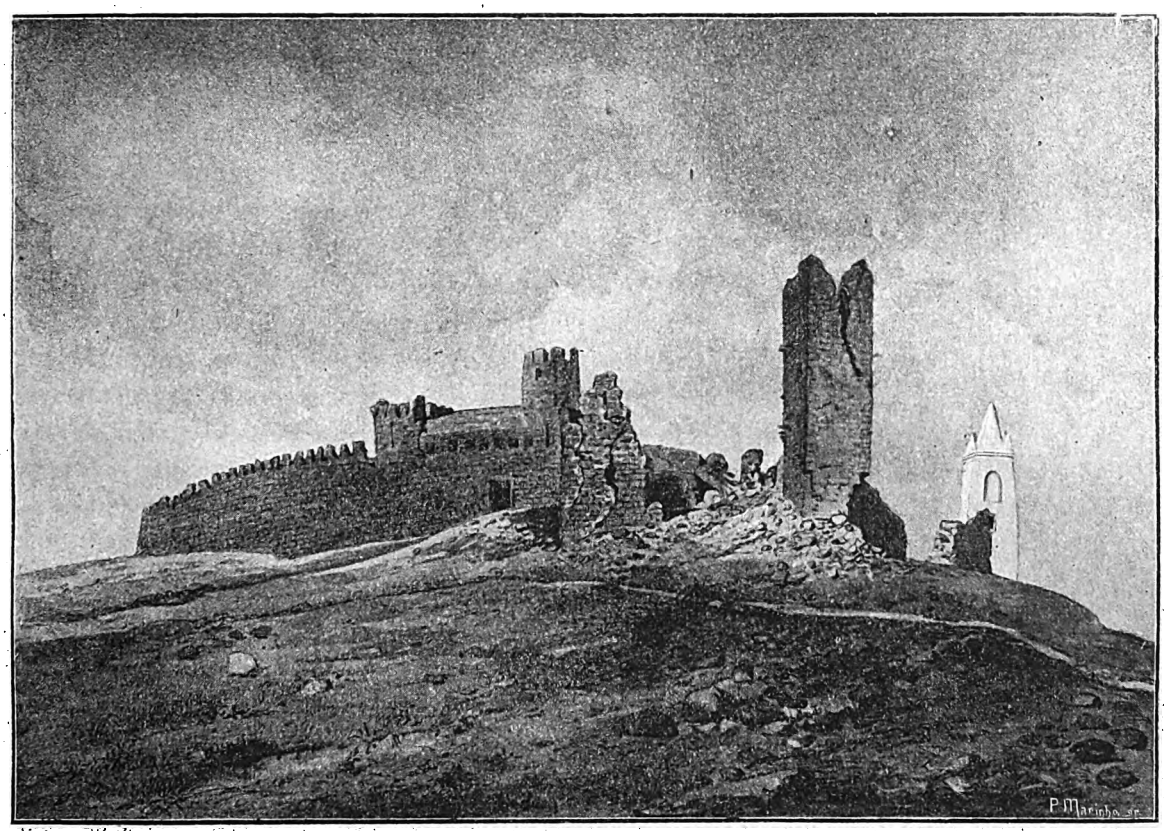
Digitized by Google

lar pela traição a resistencia que apparentemente promoviam; se eram D. João de Mascarenhas e Francisco de Sá os primeiros a dizer-lhe que procurasse tomar por compra e traição as praças de Elvas e Olivença, o que muito concorreria para desalentar os defensores das outras!...

Esta infamia é de tal ordem, que precisâmos, para que os leitores se convençam de que não somos nós que maculâmos os cabellos brancos do vencedor de Diu, de citar as proprias palavras do emissario de Philippe II:

«*D. Juan Mascarenas y Francisco de Sá encaregan siempre que v. magestad procure que Yelvas y Olivença se le entreguen, parciendoles que este exemplo será parte para que hagan lo mismo los demas pueblos; y asi nos parece a nos outros; y pienso que allá no deve haver descuido en esto porque conviene a la reputacion del negocio*[1].»

Esta baixeza de sentimentos, mesmo em tempos tão nefastos, pareceu de tal fórma estranha ao proprio Philippe II, que, escrevendo a D. Christovam de Moura, recommendou-lhe que pensasse bem não o quizessem illudir os governadores do reino. Infelizmente não havia que temer: os falsos Portuguezes eram sinceros na sua traição.



CASTELLO DE ARRAYOLLOS

Porém o povo ameaçador ao mesmo tempo mettia-lhes medo, e não ousavam abertamente declarar-se por Castella. Ao passo que davam estes conselhos a Christovam de Moura, viam-se obrigados a nomear uma junta da defeza do reino, de que faziam parte D. João Tello de

[1] Despacho de D. Christovam de Moura de 2 de maio de 1580 cit. por Rebello da Silva no tomo II da *Historia de Portugal*, etc., pag. 191, nota 1.

Digitized by Google

Menezes e Martim Gonçalves da Camara. Mas os collegas d'estes dois homens eram Diogo de Sousa e D. Duarte de Castello-Branco. Importava o mesmo que dizer que todas as suas decisões seriam conhecidas do embaixador hespanhol, e que pouco alli se trabalharia em salvaguardar a nossa independencia, se é que senão pensaria antes em a destruir. Comtudo, ainda assim fez mais do que se esperava, porque a influencia e a energia de Martim Gonçalves conseguiram que se aconselhasse aos governadores que déssem ordem aos clerigos, ordem que se viram obrigados a expedir, para do alto dos pulpitos incitarem o povo a armar-se contra a invasão hespanhola. Não foi pequena a indignação de Philippe II e de D. Christovam, e o modo como exprobraram aos governadores do reino o seu procedimento devia fazer-lhes sentir bem vivamente a dependencia em que se tinham collocado, e a abjecta posição que haviam acceitado. A presença do seu collega D. João Tello é que os compellia a procederem d'um modo ás vezes contrario ás intenções dos Hespanhoes, e por isso tanto fizeram que conseguiram faastal-o mais de si, incumbindo-o de dirigir os preparativos para a defeza de Lisboa.

D. João Tello tomou a sério o encargo, e quiz desempenhar-se d'elle; mas os obstaculos começaram a surgir-lhe de todos os lados. Não havia tropas, não havia munições, e não havia dinheiro. Luiz Cesar, provedor dos armazens, vendido a Castella, juntava a estas difficuldades os embaraços que muito de proposito punha. O infame védor da fazenda D. Duarte de Castello-Branco nem se envergonhava de motejar da actividade e dos bons desejos de D. João Tello, e, a cada ordem que este dava, ou para organizar o exercito ou para reparar os fortes, respondia tranquillamente que o erario não tinha ceitil.

Pois ao mesmo tempo que faltavam os capitaes para a defeza do reino, não se corriam os governadores de lançar tributos para augmentarem a sua guarda particular, e, o que era mais vergonhoso ainda era que acceitavam alguns de Philippe II de Castella, uma guarda de mil cavalleiros que elle lhes offerecia.

Felizmente a maioria teve pejo, e essa indecorosa offerta foi regeitada.

No meio d'esses exemplos aviltantes mais se aprecia um nobre caracter como o de D. Diogo de Menezes, que, estando nomeado vice-rei da India, não quiz partir para o seu destino, entendendo que a patria precisava do seu braço, e offerecendo-se elle mesmo para se encarregar da defeza do Alemtejo.

Ao mesmo tempo que elle dava este bello exemplo de patriotismo, um seu amigo de infancia, o bispo de Portalegre, não se envergonhava de partir para o Alemtejo, de proposito para procurar seduzil-o, chamando-o aos interesses de Philippe de Castella.

Não póde n'esta época nefasta citar-se um exemplo de lealdade, sem que tenhâmos logo de contrapôr-lhe vinte de villania e de traição.

D. Diogo de Menezes não se deixou illaquear pela astuciosa amizade do bispo; mas que valia a sua inflexibilidade, se nada podia fazer, se de toda a parte os povos se mostravam desalentados e se diziam incapazes de resistir, se no Algarve nem um voluntario se alistava nas hostes da independencia, se no mesmo Alemtejo poucos eram os que accudiam ao chamamento do velho e denodado guerreiro ?!

Em Lisboa, D. João Tello de Menezes, o unico governador que de coração trabalhava na defeza do reino, depois de muitos esforços, a custo conseguia reunir vinte mil ducados que enviava a D. Diogo. Empregando medidas sevéras, appellando para os Christãos-No-

Digitized by Google

vos, que aproveitavam todos os ensejos para conquistarem um pouco de tolerancia, algumas sommas pôde D. João Tello juntar, insignificantes em comparação das necessarias.

Mas o que era impossivel já sopear era a traição que por todos os lados levantava altiva a cabeça. Em Elvas, um cavalleiro, Jorge Pessanha, comprado pelo licenciado Medellin, compromettia-se a entregar a praça aos Hespanhoes; em Lisboa, que n'esse tempo estava sendo terrivelmente assolada pela peste, e onde as diligencias de D. Christovam de Moura tinham já angariado grande numero d'apostatas, um enviado especial de Philippe II, Rodrigo Vasques de Arze, conseguiu attrahir ao partido de Castella a maioria dos vereadores, a introduzir até a traição na casa dos mestres, que costumava ser quasi sempre a mais genuina representante dos direitos do povo.

De Coimbra encarregou-se Guardiola. Ahi era mais difficil conquistar adhesões; porque os estudantes, partidarios do Prior do Crato, e os lentes e os jesuitas, partidarios da duqueza de Bragança, exerciam uma influencia quasi omnipotente no povo; comtudo um clerigo, Ambrosio de Sá, seduzido pelas promessas de Guardiola, prometteu e conseguiu seduzir algumas pessoas notaveis, entre outras alguns vereadores, por meio dos quaes não seria difficil paralyzar com a traição a resistencia da Universidade.

Molina tomou á sua conta Evora, que era menos difficil de seduzir. A nobreza da capital do Alemtejo vendêra a alma aos Hespanhoes, e D. Diogo de Castro, D. Fernando da Silveira, D. Francisco de Mascarenhas e João Mendes de Vasconcellos respondiam pela terra.

Na Guarda os procuradores e o alcaide, em Montemór-o-Velho os vereadores, promettiam entregar as villas; Francisco de Mendonça offerecia os castellos de Mourão, Ferreira e Landroal. Até em Villa Viçosa, o solar do duque de Bragança, appareceram traidores que prometteram auxiliar os Hespanhoes, e que cumpriam a sua promessa, entregando o castello, quando

Cruzado, de D. João II

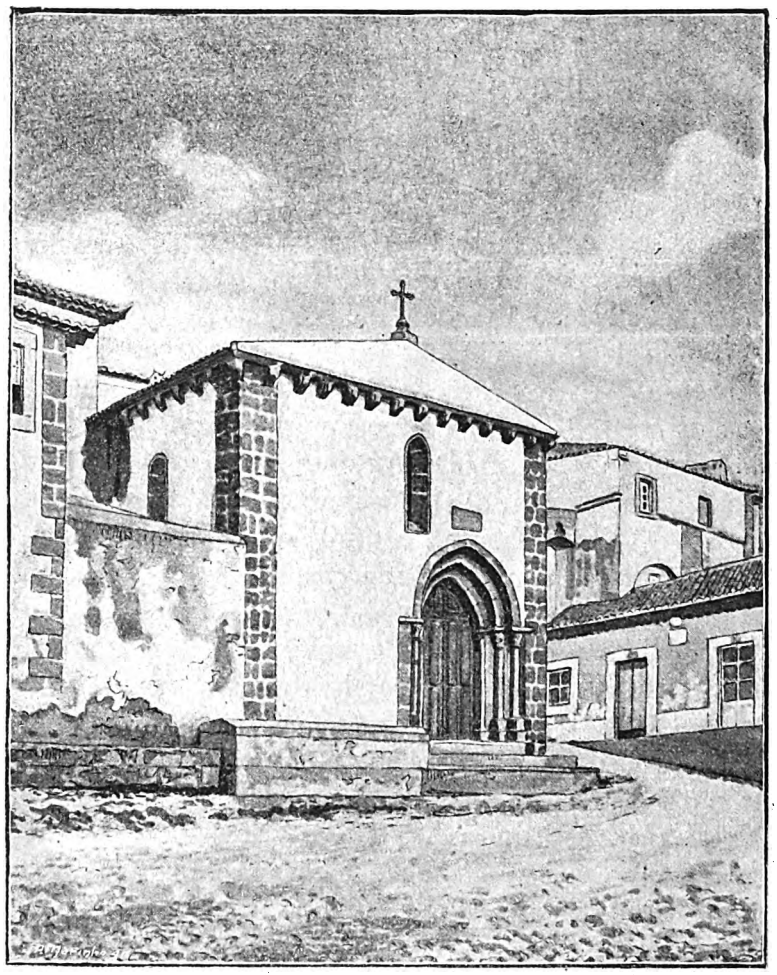
D. Sancho d'Avila o assaltou, conquistando-o sem resistencia!

Ninguem se esquivava á seducção castelhana; Pedro d'Alcaçova, o integro ministro de D. João III; Luiz da Silva, o amigo intimo de D. Sebastião; o illustrado D. Antonio Pinheiro, bispo de Leiria; D. Antonio de Castro, senhor de Cascaes, e muitos outros, não esquecendo as senhoras, e senhoras taes como a duqueza d'Aveiro e a condessa da Vidigueira, competiam entre si a quem havia de practicar mais baixezas e villanias, para obter uma recompensa d'elrei Catholico, e um olhar benevolo do seu representante D. Christovam de Moura.

Estas negociações secretas, que asseguravam a Philippe II a posse do reino, faziam com que elle se mostrasse cada vez mais altivo e imperioso nas suas negociações com os embaixadores officiaes de Portugal. Respondêra-lhes positivamente que não admittia que se discutissem os seus direitos, que eram incontestaveis; que ou os governadores do reino haviam de reconhecel-o immediatamente, ou a espada do duque d'Alba apressaria a solução. Os embaidores, aterrados, pediram ao menos que se désse tempo aos governadores para convocarem as côrtes; Philippe II respondeu que fizessem o que entendes-

Digitized by Google

sem, mas que, se até ao dia 8 de junho não estivesse reconhecido como soberano de Portugal, consideraria como traidores e rebeldes todos os subditos que lhe negassem obediencia. Perguntando ainda os embaixadores se ao menos antes do dia 8 de junho não se rom-



OBIDOS — EXTERIOR DA CAPELLA DE S. MARTINHO

periam as hostilidades, o rei de Hespanha tornou que as despezas já feitas não permittiam que se suspendesse a marcha do exercito, e que o duque d'Alba não receberia outra ordem.

Esta noticia aterrou os governadores, que, á força de perfidias e humilhações, tinham procurado afastar esta solução brutal. Quizeram valer-se mais uma vez das nações estrangeiras, e enviaram com o maior segredo Francisco Barreto a Roma e D. Manuel de Portugal a França, para implorarem do Papa e de Henrique III, que não deixassem o rei Catholico usar da força para se apoderar de Portugal.

Os diplomatas francezes eram todos favoraveis á causa portugueza, e M. de Saint Goard, embaixador de Henrique III em Madrid, não cessava de fazer sentir a seu amo a inconveniencia e o perigo da união iberica. Mas nem elle tinha confiança nos governadores do reino, nem na energia do povo, nem na habilidade dos pretendentes.

É notavel que por esta occasião as sympathias das côrtes estrangeiras, que primeiro tinham sido adquiridas pela duqueza de Bragança, se voltaram decididamente para D. Antonio, que suppunham mais capaz de resistir energicamente aos hespanhoes.

Concorreram para isso em primeiro logar as hesitações do duque de Bragança e a sua incontestavel falta de tacto. Depois, D. Antonio, sympathico, amavel e familiar, captava o affecto dos enviados estrangeiros, como captára o affecto do povo, e os seus predicados brilhantes disfarçavam, ao primeiro aspecto, a nullidade profunda do seu espirito, a sua leviandade indesculpavel, e, mais que tudo, o egoismo feroz, para assim dizermos, que formava o fundo do seu caracter.

Eduardo Wolton, embaixador de In-

Digitized by Google

D. SEBASTIÃO NA BATALHA DE ALCACER-KIBIR

Digitized by Google

glaterra, e M. d'Abadie, embaixador francez, inclinaram-se ambos ao Prior do Crato, e aconselharam aos seus governos que o favorecessem de preferencia ao duque de Bragança; mas Henrique III, generoso em palavras, não ousava aventurar nem um soldado para além das suas fronteiras, quando os negocios internos tanto lhe davam que entender, temendo, demais a mais, que Philippe II aproveitasse os elementos favoraveis que tinha em França para se vingar da intervenção de Henrique de Valois nos negocios da peninsula iberica.

Isabel de Inglaterra tambem se mostrava mais empenhada agora a favor de D. Antonio, mas cada vez menos disposta a aventurar-se sósinha n'uma lucta contra Philippe II. Ora a França continuava à resistir ás suas repetidas instancias para tentarem ambos os paizes uma intervenção armada a prol da independencia de Portugal. A' vista d'isso, a rainha de Inglaterra escrevia para Lisboa, recommendando aos pretendentes que se reconciliassem, e affirmando em particular a D. Antonio que fazia votos especialissimos para que a sua causa triumphasse.

Em Roma tambem não era mais feliz o embaixador portuguez, e Gregorio XIII, contido pelo temor do poder de Philippe II, limitava-se a resistir ás instancias d'estes para que ordenasse, em nome da sua auctoridade espiritual, aos Portuguezes que acceitassem para monarcha o rei catholico. É verdade que isso lhe servia de pretexto para negar aos embaixadores de Portugal e França o auxilio das mesmas armas espirituaes, recusando-se a excommungar Philippe II se elle empregasse a força na sustentação dos seus direitos.

Era tudo, por conseguinte, favoravel á causa castelhana, mas tão bem merecia Philippe II o nome de *Prudente,* que ainda assim temia confiar á sorte das armas o destino da empreza. Temia ouvir de subito nas campinas portuguezas os echos de Aljubarrota, e ver levantarem-se na fronteira, para tomarem o passo ás phalanges invasoras, as heroicas sombras de Nuno Alvares Pereira e de D. João I.

Recommendava, pois, aos seus embaixadores que tentassem negociar com os duques de Bragança, obtendo d'elles a cedencia dos seus direitos. Essas negociações nunca chegaram a bom fim. D. Catharina tinha um caracter demasiadamente nobre e altivo para que estivesse disposta à vender, fosse por que preço fosse, os seus direitos legitimos á corôa, e, envolta com elles, a independencia da sua patria; e a vaidade tola de D. João, entumecendo-se com as propostas de Castella, fazia-lhe suppôr que Philippe II tremia d'elle, e tornava-o completamente intractavel.

Pois D. Christovam de Moura dizia, com razão, que não sabia em que elle se fiava: «Não sei em que se funda, porque ninguem o rodeia, ou o estima; o povo não o quer, nem o busca, e da nobreza não ha um só fidalgo que transponha os umbraes da sua porta.»

«Na realidade, confirma Rebello da Silva, a indifferença com que o duque era olhado pela plebe, pelas classes médias e pelas nobres, não concorreu pouco para o desastroso desenlace da questão dynastica.

«Retratando-o activo por intervallos, e resoluto por impetos momentaneos, quando a voz de D. Catharina o constrangia a comportar-se com vigor, Moura não alterava a verdadeira physionomia do futuro condestavel de Philippe II.

«As indecisões, os subitos desfallecimentos, que o accommettiam nos instantes supremos, e a tutella visivel exercida pela esposa sobre o seu animo fraco e inerte, tinham-lhe alienado todas as sympathias.

Digitized by Google

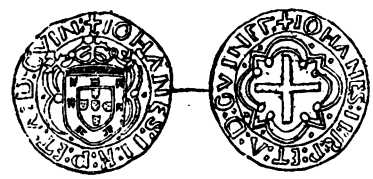
«Não era d'elle, porém, que o monarcha hespanhol se receiava, mas de D. Catharina, cuja indole orgulhosa e inteira o sobresaltava. D. Catharina, que se valia do marido como de um instrumento docil, não seria capaz, unida por desesperação aos parciaes do Prior do Crato, de organizar, em odio ao dominio estranho, uma resistencia tenaz e extensa?

«Avisado pela historia, mesmo a despeito da prostração de Portugal e dos numerosos cumplices vendidos á sua causa, o herdeiro de Carlos V tremia da extremidade dolorosa de uma lucta prolongada de nação para nação e de exercito para exercito; e por isso é que, dizendo-se cansado de exgotar os meios brandos afim de attrahir os duques e o Prior, e declarando que, emquanto não mudassem de proceder, não havia mais que tractar com elles, nunca deixou de os tentar com promessas e de suscitar no mesmo sentido as pessoas que, por vinculo de parentesco, ou por antigo tracto e familiaridade com elles, reputava nas circumstancias de os moverem.

«D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá e o arcebispo de Lisboa, segundo o testemunho de D. Catharina, querendo-se tornar agradaveis a Castella, tomaram sobre si o convencerem o duque da inutilidade das suas pretensões.

«Em uma conferencia a que o convidaram, ou que elle lhes pediu, falando-lhe com grande clareza, aconselharam-n'o a não espaçar a prudente submissão, que os seus negocios imperiosamente recommendavam, e a occupar-se d'elles emquanto era tempo, desenganando-o sem rodeios de que devia perder a ideia de reinar, visto nem um só Portuguez o querer por soberano.» [1]

Apezar d'isso, D. João não desistiu, sem que a energia dos seus esforços correspondesse á sua obstinação. A sua attitude indecisa não fez senão prejudicar a resistencia, ao passo que uma abstenção patriotica teria engrossado com os seus seguidores o partido do Prior do Crato, que, se não era menos egoista do que elle, era pelo menos mais activo e mais intrepido.



Justo, de D. João II

Egoista era-o incontestavelmente D. Antonio, e bem pouco escrupuloso. Philippe II continuava a esforçar-se para lhe arrancar a cedencia dos seus direitos, e, se não o conseguia, era apenas porque as pretenções de D. Antonio eram por tal fórma exaggeradas que Philippe II achava caro o negocio.

Não fazendo coisa alguma por esse lado, Philippe II quiz suspender o processo de legitimação que D. Antonio intentára e que corria perante o nuncio em Lisboa; nada obteve tambem, porque Gregorio XIII, que não ousava oppôr-se abertamente aos planos de Philippe II, não desgostava de lhe suscitar obstaculos que o embaraçassem.

Philippe II não desistiu comtudo, e D. Antonio, que tambem estava morto por se vender, não se esquivava ás negociações com os emissarios castelhanos em Lisboa, senão para trazer outras mais directamente com Philippe II por emissarios seus, em Madrid. Mas as suas exigencias eram taes que tornavam impossivel o vergonhoso contracto: além das pesadas quantias que pedia, D. Antonio queria exercer em Portugal tamanha auctoridade, que afinal para ser rei só lhe faltaria o nome. Philippe II quebrou as negociações, e D. João de Mascarenhas, sempre fiel servidor de Cas-

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII.* Int. Part. II, cap. IV, tom. II, pag. 285.

Digitized by Google

tella, insistiu com o Prior do Crato para que desamparasse as suas pretenções, e se submettesse a Philippe II.

Em presença d'esse conselho, D. Antonio só tinha um de dois caminhos a seguir, ou enfileirar humildemente no cortejo do rei de Castella, ou appellar para o povo, e procurar alli os elementos de resistencia. Foi esta ultima resolução que tomou, resolução tardia, mas que ainda assim lava em parte muitas das suas culpas. Militar, e conhecedor dos recursos de Castella, e da fraqueza de Portugal, via bem que era desesperada a causa, mas, apezar d'isso, não hesitou em desembainhar a espada, e em arrojar-se á lucta. Por isso a historia, esquecendo as suas vergonhosas negociações com Philippe II, vê n'elle apenas o heroico vencido de Alcantara, e o intrepido proscripto que dispendeu o resto da sua vida em mendigar, pelas côrtes européas, soccorro para Portugal.

Vendo que não conseguia seduzir os dois pretendentes, ou antes que não podia chegar a um accôrdo com elles, Philippe II decidiu-se a dar as suas ultimas ordens ao duque d'Alba e ao marquez de Santa Cruz, e a conquistar definitivamente pela força das armas o reino que lhe negava obediencia.

Debalde os fracos, ineptos, e infames governadores instaram para que elle lhes concedesse novos prasos, afim de poderem congregar um phantasma de côrtes, ás quaes podessem arrancar uma proclamação do monarcha hespanhol, que désse tambem aos seus direitos uma sombra de legalidade. Philippe II não esteve pelos ajustes, e declarou-lhes que a unica solução que tinham a adoptar era a de lhe renderem immediatamente preito como a seu legitimo rei e senhor.

Estavam cada vez collocados n'uma posição mais falsa. Trahiam a causa da independencia nacional, e ao mesmo tempo tomavam algumas medidas que embaraçavam Philippe II; quando D. Christovam de Moura lh'o exprobrava amargamente, redarguiam que, se não illudissem a opinião publica de vez em quando com algumas apparencias de patriotismo, em breve um motim popular lhes arrancaria o poder e talvez a vida.

Nem ao menos tinham a coragem da apostasia!

A que extremos d'abjecção haviam chegado esses homens entre os quaes se contava D. João de Mascarenhas, um dos mais venerados heroes do Oriente!

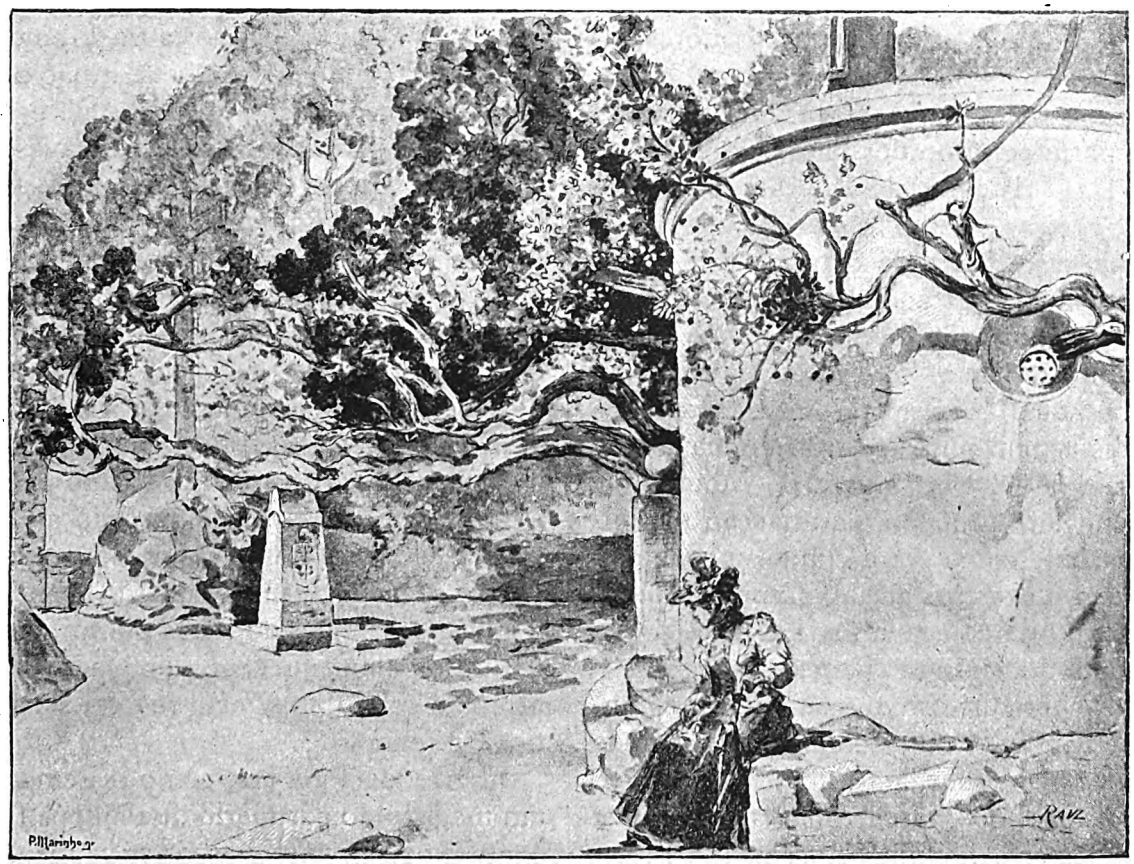
D. Christovam tractava-os com summo desprezo, e impunha-lhes as maiores humilhações. Não lh'as poupou quando soube que elles, a instigações de Martim Gonçalves da Camara e D. João Tello estavam dispostos a vender as joias da corôa, para accudirem á pobreza do erario. Veiu logo suspendel-os com um protesto do rei Catholico, protesto que de mais a mais ameaçava os compradores que se apresentassem com os mais severos castigos. Era tão geral a crença de que Philippe II seria dentro em muito pouco tempo senhor de Portugal, que nenhum negociante appareceu para comprar as joias postas em praça.

Por um lado tremiam pois os governadores deante das iras de Philippe II, cujos exercitos se approximavam; mas por outro lado não receiavam menos o povo que não disfarçava o odio que lhes tinha. Julgando-se pouco seguros em Leiria, quizeram passar a Santarem, mas n'essa villa estava o prior do Crato, e os governadores não ousavam habitar com elle dentro dos mesmos muros: ora, D. Antonio não se mostrava resolvido a ceder-lhes o campo. Quando estavam ainda n'essas negociações, chegou-lhes de Badajoz a resposta definitiva de Philippe II ás suas supplicas, resposta que de todo os desanimou, logo que lhes foi communicada por D. Christovam, por-

Digitized by Google

que, pondo termo por uma vez a todas as dilações, lhes annunciava sem réplica que ia empregar a força para se apoderar do reino, e que nenhuma concessão suspenderia a marcha dos seus exercitos.

Apenas recebeu esta mensagem de Hespanha, D. Christovam de Moura foi immediatamente communical-a aos governadores. A scena, que então se passou, e que D. Christovam de Moura nos conservou textualmente extractada na sua correspondencia, foi vergonhosa. D. Christovam fulminou-os com as mais vehementes apostrophes, e quando elles, pallidos e tremulos, allegaram pela bocca de D. João de Mascarenhas que não podiam entregar a corôa a el-rei catholico sem que o povo os fizesse em pedaços, e que estavam promptos a deixar o governo se isso alguma cousa contribuisse para o serviço de Philippe II, D. Christovam redarguiu-lhes desabridamente que o fizessem, já que confessavam não ter força nem decisão para mais nada, e que fossem a Badajoz beijar a mão ao seu legitimo rei. Duas horas durou a conferencia, curvando-se humildemente os quatro governadores deante de D. Christovam, que os tractou, valha a verdade, como elles mereciam.



CINTRA — LOGAR EM PENHA VERDE ONDE SE DIZ JAZER O CORAÇÃO DE D. JOÃO DE CASTRO

Já se vê qual era a perplexidade e o triste embaraço dos governadores, que não conseguiam, nem sequer á força de baixezas, dobrar o animo de Philippe II e do seu embaixador. Philippe II não estava disposto a esperar a celebração das côrtes, nem a importar-se com a sua decisão, tanto mais que as eleições não iam sahindo favoraveis a Castella, e D. Christovam de Moura, tão convencido estava de que o negocio havia de ter outra solução, que nem sequer se dava

Digitized by Google

ao trabalho de tentar os procuradores que vinham chegando a pouco e pouco das differentes terras. Os governadores tinham mudado a sua residencia de Almeirim para Setubal, e para ahi os seguiram D. Christovam de Moura e os seus collegas da embaixada hespanhola.

O povo, desalentado bastante para se defender efficazmente contra a invasão estrangeira, mas sentindo accender-se-lhe o odio contra os governadores, ao saber que se approximavam ao hostes hespanholas, rugia ameaçador por toda a parte emtôrno dos paços do governo, e D. Christovam de Moura não deixava de receiar que soffresse elle mesmo algum insulto quando a invasão principiasse. Encarava tranquillo essas eventualidades; mas os governadores, que o aviltamento fizera covardes, (covarde D. João de Mascarenhas!) tremiam ao mais leve rumor, e não se envergonhavam de dizer a D. Christovam de Moura que achavam pequeno para facção tão importante como era a conquista de Portugal o exercito que Philippe II reunira, e que lhes constava não perfazer bem a conta de trinta mil homens.

No fundo da consciencia d'estes homens vivia ainda comtudo um resto de pudor, que se trahia d'um modo notavel. D. João de Mascarenhas não ousava confessar a seu filho que seguia os interesses de Castella, e, como esse moço, herdeiro dos seus antigos brios, era fronteiro d'uma das praças alemtejanas, pedia o aviltado e velho heroe a D. Christovam de Moura, para este pedir a el-rei de Hespanha, que não atacassem a cidadella que seu filho commandava, para o não fazerem passar por alguma vergonha!

D. João de Mascarenhas tremia de córar deante do filho, e queria salvaguardar n'elle a honra que barateava em si!

Mas o povo andava com effeito revolto e agitado, e, como se tantas miserias não fossem ainda bastantes para affligirem o reino, a peste lavrava não só em Lisboa, mas até na salubre Almeirim, fazendo innumeras victimas. D. Christovam de Moura, sombrio, sarcastico, e implacavel, como um verdadeiro Mephistopheles entre os flagellos que pungiam a terra que lhe fôra patria, regozijava-se comtudo quando n'elles podia encontrar meio de servir a causa do amo. A morte do conde de Calheta, irmão de Martim Gonçalves da Camara, e inimigo implacavel da união iberica, alegrava-o como um beneficio da Providencia. Já lhe não succedia o mesmo com a morte de Fernão de Pina, magistrado lisbonense vendido a Philippe II, e que foi assassinado por um dos partidarios do Prior do Crato.

Effectivamente, a anarchia principiava a levantar a cabeça por todos os lados n'esse reino trahido, assolado pela fome e pela peste, e ameaçado pela guerra; como a bordo do navio desarvorado pela tormenta, falto de mantimentos, desamparado pelos pilotos, entre a companha, até ahi disciplinada, começa de subito a lavrar a revolta sinistra e infrene.

Fernão de Pina era, como dissemos, um magistrado partidario de Philippe II, e que vociferava muitas vezes as maiores injurias contra o Prior do Crato. Um servo dedicado a D. Antonio, que mais de uma vez o ouvira, determinou vingar seu ultrajado amo. Esperou a cavallo Fernão de Pina, quando este sahia do hospital da Misericordia, crivou-o de golpes, e fugiu a toda a brida. Perseguiram-n'o as pessoas que accudiram aos gritos da victima, porém o criminoso, que se chamava Antonio Soares, ia logrando escapar-se, e só o conseguiram apanhar no Campo Grande, quando o assassinio fôra commettido proximo da Conceição Velha.

Digitized by Google

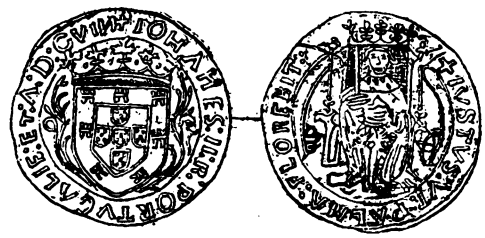
Instaurou-se processo, o réo foi condemnado á morte, e conduzido á forca. Mas o povo de Lisboa não estava resolvido a deixar morrer assim o vingador da honra do Prior do Crato. Houve lucta, correu o sangue, o preso foi arrancado das mãos dos soldados, a forca destruida, e quem cohibiu o tumulto foi o alcaide da côrte, que, com féra energia, lançou mão do preso, e, por auctoridade propria, o mandou enforcar n'uma trave do andaime de uma casa que estava em construcção.

Outro tumulto, menos violento, mas decerto mais curioso, foi o dos monges de Belem, a quem o Cardeal-Rei impozéra um prelado da sua nomeação. Vendo que não havia no reino para assim dizer auctoridade que fosse obedecida, os monges entenderam que deviam aproveitar o ensejo para se livrarem de um jugo que sempre tinham acceitado com repugnancia. Foram-se ao provincial, fr. Manuel d'Evora, maltractaram-n'o, prenderam-n'o, e não quizeram depois obedecer nem ás admoestações do nuncio.

Vieram tres bandeiras de tropa para comprimirem esta insurreição fradesca. Os monges fecharam as portas da egreja, e ás intimações dos magistrados respondiam cantando em côro os officios divinos. Seguiu-se então uma scena burlesca, que devia accender a inspiração de Boileau, do cantor do *Lutrin*, se elle conhecesse este episodio comico de uma epocha tragica. Os soldados arrombaram as portas, entraram na egreja, e os monges, fugindo precipitadamente deante d'elles, iam comtudo respondendo com latins e anathemas ás violencias das tropas. Afinal foram obrigados a irem beijar a mão ao provincial, e assim acabou esta revolução monastica, que não contámos senão por nos revelar, debaixo d'um aspecto picaresco, a anarchia que reinava n'este desgraçado paiz.

Entretanto os soldados do duque de Alba avançavam contra as fronteiras de Portugal, e a traição e o desalento por toda a parte se manifestavam.

D. Diogo de Menezes via-se sem armas, sem soldados e sem dinheiro; sabia demais a mais que em Elvas e Olivença se tramava a entrega das duas



Justo, de D. João II

praças aos Hespanhoes, e, quando instava com os governadores para que o soccorressem, estes nem lhe respondiam, preoccupados com o medo que lhes causavam os dois pretendentes, um dos quaes, o duque de Bragança, exigia ser nomeado general em chefe dos exercitos portuguezes, e o outro, o Prior do Crato, rodeado em Santarem pelo conde de Vimioso, o bispo da Guarda e mais alguns fidalgos enthusiastas, tractava de promover uma sedição popular que lhe désse a corôa.

Fieis ao seu timido systema de tergiversações, os governadores, sabendo ao mesmo tempo que se projectava uma reconciliação entre os dois pretendentes, pediam a Philippe II que os deixasse fazer a vontade ao duque de Bragança, porque accenderiam a discordia de novo entre os dois principes.

Philippe II nem quiz ouvir falar em tal; o seu *ultimatum* estava pronunciado: já não considerava os Portuguezes senão como vassallos rebeldes que se obstinavam em não o reconhecer como soberano, e não admittia outra alternativa senão a de lhe abrirem as portas da capital, ou de serem punidos pela espada do duque d'Alba.

As operações do exercito proseguiam com singular actividade. A 27 de feve-

Digitized by Google

reiro de 1580 partira o duque de Alba de Uzeda para Lorena, onde se avistou com o marquez de Santa Cruz, para combinarem as operações dos exercitos de mar e terra. A 13 de março Philippe II, acompanhado pela sua quarta esposa a rainha D. Anna, e seu filho primogenito D. Diogo, e a sua côrte, partira de Madrid para a fronteira portugueza. A 12 de maio o duque d'Alba foi ter com elle a Merida. A 21 de maio chegaram o rei e o general a Badajoz; e a 13 de junho o poderoso soberano passou no campo de Cantillena, a uma legua de Badajoz, uma pomposa revista ao exercito que se encaminhava á conquista de Portugal.

D. ALEIXO DE MENEZES

No meio da campina banhada pelo Sevora, construiu-se um tablado, onde Philippe II, rodeado da sua familia, do cardeal archiduque Alberto, futuro governador de Portugal, e dos principaes fidalgos da sua côrte, recebeu as homenagens do duque d'Alba, e lhe correspondeu com uma cortezia e affabilidade que até ahi nunca lhe mostrára. Depois começou a revista.

Ouçamos Rebello da Silva descrever-nos esse espectaculo pittoresco.

«O primeiro corpo que passou, obedecia ao prior-mór de Castella, D. Fernando de Toledo, filho do capitão general. Compunha-se de varias companhias de homens d'armas, arcabuzeiros de cavallo, ginetes, guarda costas de Granada e ligeiros de cavallaria. Seguiram-se os arcabuzeiros em numero de trezentos e cincoenta, todos montados e divididos em cinco companhias. A' testa d'elles campeiava D. Martim de Acuña, vestido d'amarello, com guarnições roxas e brancas.

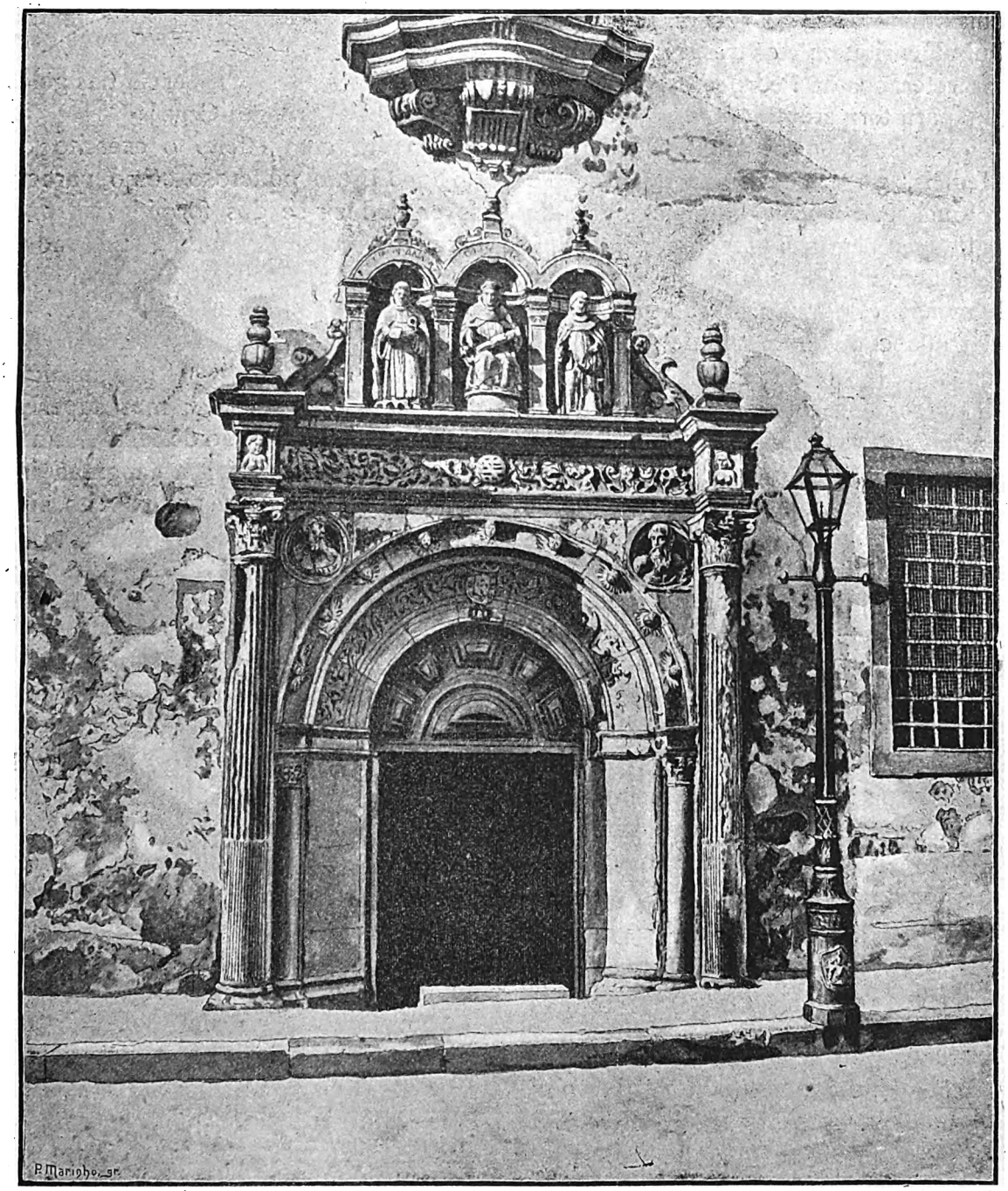
«Vieram logo apoz doze companhias de homens d'armas dos guardas de Castella, pertencendo noventa e tres á guarda real dos continuos, instituida pelo condestavel D. Alvaro de Luna no reinado de D. João II. Commandava-os um descendente do poderoso e infeliz valido, tambem do mesmo nome. No garbo e na opulencia dos trajos eram estes os soldados que attrahiam mais a curiosidade. Não se via senão velludo azul, guarnições escarlates, realçadas de espiguilhas e torçaes d'ouro, plumas eguaes, brancas e carmezins, ondeando sobre os elmos (celladas), e cocares vistosos agitando-se sobre as testeiras dos cavallos. Os outros esquadrões, menos vistosos, porém, não me-

Digitized by Google

nos apurados, galopavam atraz, capitaneados por D. Henrique Henriques, D. Pedro de Gasca, D. Beltrão de Castro e

«A infanteria marchava depois.

«Na vanguarda desfilaram diversas companhias dos terços de Sicilia e Lom-



COIMBRA — PORTAL DO CONVENTO DE S. THOMAZ, VISTO DE FRENTE

D. Diogo de la Cueva. Toda a cavallaria subiria a pouco mais de mil e quatrocentos ginetes, e constituia a flôr do exercito no aceio, pericia e disciplina.

bardia, puxadas por D. Pedro de Sotomayor, na ausencia do mestre de campo, ao qual pertencia o bastão da coronelia. Pouco depois appareceram as doze

Digitized by Google

bandeiras do terço de Napoles com o seu mestre de campo D. Pedro Gonzalez Mendonça, prior de Hibernia, filho do marquez de Mondejar; as treze companhias de soldados noveis do terço de D. Luiz Henriquez; e os tres mil e quinhentos veteranos de Pedro d'Ayala designados para formarem a guarda d'el-rei.

«Nas suas costas vinha D. Pedro de Medicis, general dos Italianos, e o seu coronel Prospero Colonna, mandando mil e novecentos Toscanos; Carlos Spinelo á frente de quinhentos e sessenta homens; e o prior d'Hungria Carlos Carraffa com um corpo de mil Napolitanos.

«O conde Jeronymo de Lodron regia apenas quinze bandeiras de Allemães, resto dos terços recrutados n'aquellas partes e consummidos por um anno de fadigas e doenças. Os aventureiros alistados voluntariamente, os fidalgos e militares desejosos de tomarem parte n'este feito ostentavam depois o resplendor e bizarria das armas e do sequito, fechando a marcha o general da artilheria D. Francés d'Alava com trinta canhões e peças de bater, seiscentos carros de mulas, dois mil e trezentos bois, trezentas e treze azemolas de carga, trinta barcas em carretas, mil e trezentos gastadores, e quinhentos e vinte carros com munições e apparelhos de pontes para a passagem dos rios. Faltaram á revista os terços dos mestres de campo Argote e Molina, embarcados nas galés, e só entraram nos seguintes dias D. Gabriel Nino com um terço de soldados bisonhos, e Antonio Moreno com outro de mil e quinhentos homens, tambem gente nova na guerra.

«Não figuravam ainda no acampamento as tropas de Flandres, movidas pelo duque de Parma, nem eram esperadas tão cêdo. Toda a infanteria dos cinco terços hespanhoes e das tres coronelias de Italianos e Tudescos junta não excedia de dezoito mil e oitocentos soldados, poder desproporcionado para facção tão importante; e assim mesmo muito diminuido depois com a gente que ficou presidiando as praças, com a que fugiu dos arraiaes antes de avistar o inimigo, e com a que servia nas galés do marquez de Santa-Cruz[1].»

Não era com effeito o exercito de Philippe II tão poderoso como parecia dever deduzir-se dos formidaveis preparativos que se tinham feito; e o modo como se fôra dissolvendo a hoste que se apercebêra bem revela os vicios que corroiam a administração da monarchia hespanhola, e já então lhe prognosticavam a sua decadencia; mas superior ainda á corrupção e ao desleixo dos ministros hespanhoes era a gangrena incuravel de Portugal; e um exercito, ainda inferior ao que se apresentava no campo de Cantillena e commandado por um general de menos reputação militar do que o duque d'Alba, bastaria para dispersar as phalanges portuguezas, e para suffocar qualquer tentativa de resistencia.

Logo depois da revista, Philippe II, que, apezar do voto d'alguns conselheiros, se resolvêra a seguir de perto as operações do exercito invasor, nomeou para fronteiros de Galliza os condes de Lemos e de Monterey, para fronteiros de Leão os condes de Benaventé e d'Alba de Liste, da Extremadura o duque d'Albuquerque e o marquez de Villa Nueva del-Rio, e da Andaluzia os duques de Bejar e Medina-Sidonia. Tractou emfim de obter que a traição lhe abrisse as portas d'Elvas, Olivença, Campo-Maior e Villa Viçosa.

A entrega d'Elvas estava ha muito planeada. Jorge e João Peçanha tinham promettido dal-a aos Hespanhoes, po-

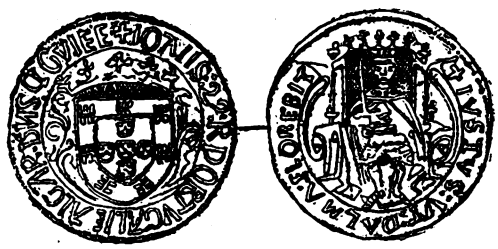
---

[1] *Historia de Portugal*, etc, de Rebello da Silva, t 2.º, pag. 381.

Digitized by Google

rém o corregedor Antonio de Mello não parecia disposto a estampar essa mácula na sua honra. D. Diogo de Menezes fôra a Elvas, que estava então muito longe de ser a cidadella, em que a transformaram posteriores fortificações, e, vendo-se sem meios de a guarnecer convenientemente, sahiu sem a deixar soccorrida, mas deixando desanimados os habitantes, que sentiam pulsar-lhes no peito coração portuguez. O emissario hespanhol, Velasco, enviado para intimar a praça a que se rendesse, encontrou essas disposições favoraveis ainda augmentadas pelo bispo de Elvas, traidor á patria como o foram então quasi todos os ecclesiasticos de alta gerarchia. Antonio de Mello, porém, esse pedia oito dias antes de responder, esperando obter entretanto soccorro de D. Diogo de Menezes, a quem enviou recado. A traição antecipou-se-lhe. Na noite de 17 de junho D. Sancho d'Avila, á testa d'umas companhias dos terços da Lombardia e de quinhentos arcabuzeiros montados, partiu para Elvas, e, escondido entre uns olivaes, esperou que lhe abrissem as portas. Ao mesmo tempo os traidores amedrontavam o povo, e um Dominicano, fr. Vicente da Fonseca, excitava-o contra Antonio de Mello que, dizia elle, queria sacrificar os habitantes. A approximação dos Hespanhoes, logo sabida, excitou-os á ferocidade da covardia, de fórma que quizeram matar o corregedor, que, vendo a inutilidade da resistencia, e percebendo que a traição o rodeava por todos os lados, entregou as chaves da cidade a D. Sancho d'Avila. No dia 18 de junho era Philippe II reconhecido em Elvas rei de Portugal, e trezentos soldados portuguezes, que, commandados por Gaspar de Brito, vinham em soccorro da praça, vendo tremular nas ameias a bandeira castelhana, retiraram-se para Extremoz, desalentados e com o coração dilacerado por esse espectaculo pungitivo para animos patrioticos.

Em Campo-Maior repetiram-se as mesmas scenas vergonhosas; tambem ahi o alcaide quiz resistir, e o povo amotinado arrancou-lhe das mãos as chaves para as entregar aos hespanhoes.



Justo, de D. João II

Em Olivença o alcaide, que era filho do conde de Tentugal, retirou-se, mas ao povo repugnava-lhe entregar-se, não querendo dar ás outras povoações o exemplo do aviltamento. Foi então que os Hespanhoes os tranquillizaram, apontando-lhes o exemplo de Elvas e de Campo Maior. Entregaram-se pois, e Arronches, Portalegre, Serpa e Moura não tardaram a fazer o mesmo.

No reino dilacerado pela anarchia e em que todos faziam uns aos outros inuteis e estereis recriminações, a noticia da entrega de Elvas e Olivença, os dois baluartes da fronteira, produziu um terrivel effeito. Foi um brado unanime de terror e indignação. Em Santarem os espiritos exaltados accenderam-se n'uma chamma ephemera de patriotismo.

Residiam alli D. Antonio, Phebus Moniz, o bispo da Guarda, o bispo de Parma, e procuradores e cavalleiros affectos ao Prior do Crato. N'uma deliberação tumultuaria, decidiram erguer uma fortaleza para tornarem a villa inexpugnavel. Nomeou-se uma junta para esse fim, junta que no dia 19 de junho se reuniu na ermida dos apostolos, fóra da villa.

Congregou-se alli immenso povo, incitado pelos partidarios do Prior, que preparavam mais decisiva manifestação;

Digitized by Google

o bispo da Guarda, o mais activo chefe do partido, disse a missa do Espirito Santo, e, acabada ella, voltando-se para o povo, fez-lhe uma prédica ardente, em que lamentava que o reino estivesse sem um chefe que se oppozesse ao inimigo, que se propunha caminhar até Lisboa em marcha triumphal.

Esta insinuação foi recebida com applausos clamorosos, e os que estavam no segredo da conspiração, acolhendo-a como inspiração divina, bradaram que só D. Antonio podia dirigir efficazmente a resistencia de Portugal. Debalde os outros bradavam que esta acclamação era illegal. Os brados estrepitosos da plebe amotinada cobriam-lhes as vozes, e ameaçavam-n'os com a morte, se tentassem pôr obstaculo á torrente popular.

N'este momento de confusão, um mechanico de Villa Franca, Antonio Baracho, ergueu a espada nua com um lenço atado na ponta, e soltou o brado decisivo: «Real, real por D. Antonio, rei de Portugal.» Houve um momento de hesitação, que o alcaide e o corregedor aproveitaram para tentarem suffocar a rebellião, prendendo o audacioso tribuno. Accudiram populares em defeza de el-rei, correu o sangue, e a scena tomaria um aspecto terrivel, se o proprio D. Antonio não interviesse, acalmando os animos e bradando: «Rei não: Defensor! só defensor!»

Mas esta intervenção mostrava quanto era omnipotente o Prior no espirito da plebe, e o bispo de Parma, que até ahi, para salvaguardar os direitos do duque seu amo, entrára na conjuração afim de suscitar obstaculos aos hespanhoes, vendo as coisas tomarem um caminho differente do que imaginava, retirou-se profundamente afflicto. Entretanto o Prior corria perigo de ser esmagado amigavelmente pela plebe tumultuaria que o acclamava; salvou-o o bispo da Guarda, que o levantou do chão onde estava cahido, entrou no templo com elle e mandou fechar as portas.

A plebe, porém, parecia decidida a arrombar o portão, quando a apparição do Prior, que sahira por outro lado, e que voltava a cavallo, acompanhado por quarenta arcabuzeiros e o provedor mór da villa, Manuel Cunha Bruges, transformou o tumulto n'um delirio de enthusiasmo. Emquanto por uma das portas da villa fugia o alcaide D. Pedro Coutinho, para levar a Setubal tão inesperada noticia, D. Antonio, seguido pelo povo que o acclamava, foi practicar a ceremonia de pôr a primeira pedra do forte, cuja construcção fôra o pretexto para estas scenas tumultuarias.

Depois d'isto dirigiu-se para a villa, precedido por Manuel da Cunha Bruges, que n'esta acclamação original desempenhava o officio de alferes-mór, levando a bandeira erguida e desenrolada ao vento, e acompanhado pelo povo em tumulto e por alguns fidalgos e cavalleiros, que o seguiam a pé, com o respeito devido a um monarcha. Entrando na villa, dirigiu-se á egreja principal, onde foi recebido tambem com régias honras, e onde fez oração, e, exigindo que lhe entregassem as chaves do castello, encontrou leve resistencia, que logo cedeu ao impeto do povo, que arrombou as portas e deu entrada ao novo soberano. Este alli encontrou quatro mil ducados, esquecidos pelo alcaide, e foram a primeira verba do seu régio e ephemero orçamento. Sahindo do castello, dirigiu-se D. Antonio aos paços da camara, onde não estavam os vereadores, que se tinham esquivado, e prestou juramento ás leis do reino.

Esta acclamação foi pois, como se vê, puramente tumultuaria, e não seria difficil contestar a legalidade da eleição. Mas em tempos assim revoltos é a espada a verdadeira legitimadora de reis, a fortuna das armas é que sagra os seus

Digitized by Google

direitos, e, se a victoria houvesse sorrido a D. Antonio nos barrancos de Alcantara, a sua acclamação seria tão legitima, como o foi, depois de Montijo, a acclamação de D. João IV.

A noticia d'este successo, chegando a Setubal, causou um profundo terror aos quatro governadores, que alli estavam, porque o quinto, D. João Tello, esse achava-se em Lisboa, como sabemos. Os trémulos regentes do paiz não souberam senão aconselhar-se com D. Christovam de Moura para que este lhes dissesse como se haviam de salvar. Mas n'esse momento ninguem pensava já nos governadores, e cada um, incitado pela resolução de D. Antonio, não se lembrava senão dos seus proprios interesses: o duque de Bragança queria que o proclamassem immediatamente, porque D. Antonio, com a sua acclamação revolucionaria, e D. Philippe com a sua resolução de empregar a força das armas tinham-se egualmente excluido de pretendentes admissiveis; D. Christovam de Moura, esse queria que os governadores, sem esperarem mais cousa alguma, enviassem a todo o reino um manifesto declarando Philippe II o unico e legitimo soberano; mas os governadores estavam resolvidos a irem muito mais adeante, e não pensavam já senão em chamarem as galés de Portugal, embarcarem n'ellas e pôrem-se a salvo. Isto era o que D. Christovam de Moura tambem não queria, porque, ficando o reino então n'um estado completamente anarchico, a sublevação podia tomar um caracter perigoso. Escrevendo a seu amo, dizia-lhe que o que podia salvar a situação era a chegada a Setubal da armada do marquez de Santa-Cruz, e, falando com os governadores, incitava-os a pensarem na defeza de Lisboa, porque D. Antonio decerto não descansaria em Santarem, e quereria apoderar-se de uma cidade tão importante, não só por ser capital do reino, mas tambem por ter um magnifico porto, e encerrar dentro em si vastos armazens bem municionados.

Com effeito D. Antonio, depois de ter ouvido em conselho o bispo da Guarda e outros partidarios seus, marchava para Lisboa, com alguns homens de pé e cento e cincoenta de cavallo.

FRANCISCO SÁ DE MIRANDA

Os governadores reconheciam a sensatez do conselho de D. Christovam, mas não se achavam com forças para o seguir. O que fizeram foi enviar as mais apertadas ordens a D. João Tello e a D. Pedro da Cunha, capitão das galés, para que defendessem contra D. Antonio a entrada de Lisboa.

Nem um nem outro porém estavam

Digitized by Google

muito resolvidos a obedecer: D. João Tello, posto que lhe não agradasse a illegalidade do motim de Santarem, preferia o Prior do Crato ao estrangeiro, e só hesitava em o reconhecer como rei, estando prompto a seguil-o se elle se contentasse com o titulo de defensor; D. Pedro da Cunha não estava mais disposto a desembainhar a espada contra os seus compatriotas. Entretanto D. Antonio, sahindo de Santarem no dia 22 de junho ás 5 horas da tarde, chegava a Lisboa no dia 23. As milicias, que o deviam repellir, aggregaram-se-lhe no caminho; os dois enviados, que D. João Tello lhe mandára a pedir-lhe que tomasse o titulo de defensor, cavalgaram tambem ao seu lado, e o unico prenuncio mau, que veiu turvar a alegria da marcha ovante, foi uma balla que, junto de Sacavem, disparada por mão desconhecida, veiu matar aos pés do novo monarcha um fidalgo que lhe beijava a mão.

Apezar comtudo da ovação estrondosa feita pela plebe, D. Antonio devia sentir que lhe não seria muito facil sustentar-se na posição elevada a que ascendêra, e que, para se sustentar n'ella, o caminho que seguia não era o melhor. A fórma tumultuaria da acclamação, o carinho com que a infima plebe rodeava o improvisado monarcha aterravam os homens pacatos e prudentes, e arredavam os homens das classes abastadas: os nobres fugiam da cidade e os magistrados escondiam-se. D. Antonio, porém, «inebriando-se, segundo a expressiva phrase de Rebello da Silva, com o grosseiro incenso das acclamações da plebe,» proseguiu indifferente a estas tacitas demonstrações dos que viam n'elle o representante da demagogia infrene, na sua marcha triumphal, e, entrando na cidade, dirigiu-se á sé, d'alli, depois de fazer a sua oração, passou aos paços da Ribeira, tomou conta dos armazens, alfandega e casa da India, nomeou magistrados novos, e foi emfim fazer-se acclamar na casa da camara. Manuel da Fonseca Nobrega, intelligente lettrado, que tinha a ambição de representar, junto do novo D. João I, o papel de João das Regras, foi quem pronunciou o discurso solemne. Se Nobrega não tinha o tacto diplomatico do velho chanceller, devemos confessar que não tinha menos coragem, e que, abraçando a causa do pretendente, não hesitou em dar-lhe os penhores da sua dedicação. O discurso que proferiu, acclamado estrepitosamente, revelava sem rebuço o seu enthusiasmo; e a firmeza com que appareceu á janella da casa da camara, ondeando ás auras o estandarte, e acclamando com voz potente o novo rei D. Antonio, tornam-n'o digno de honrosa menção, pois que n'esse momento supremo, elle, com a perspicacia que o caracterizava, devia vêr, entre as brumas do futuro, o cadafalso imminente, no caso, bem provavel, de ser Philippe II quem vencesse.

Depois d'isso, o Prior do Crato escreveu aos principaes fidalgos, não esquecendo o duque de Bragança, para os convidar a seguirem a sua causa. Ninguem respondeu. Apezar d'esses symptomas desagradaveis para a causa do pretendente, os governadores estavam desorientados com a sua audacia, e o terror lançára-os completamente nos braços dos Hespanhoes. Não faziam senão insistir com D. Christovam de Moura para que apressasse a marcha do exercito e da armada, e, para prova de quanto estavam agora de coração dedicados á causa do rei Catholico, entregaram o commando da fortaleza de Setubal a Ambrosio d'Aguiar Coutinho, parente proximo de Moura.

Este, porém, é que já se não contentava com estas simples demonstrações: queria que os governadores proclamas-

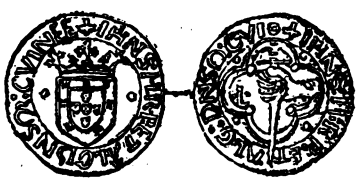
Digitized by Google

sem a realeza de Philippe e declarassem traidor e rebelde D. Antonio. Os governadores esquivavam-se a isso, porque desejavam primeiro ter a protecção das armas hespanholas, temendo, e os acontecimentos confirmaram o receio, que o povo os não tractasse bem, se elles, no estado de excitação em que estavam os animos, adoptassem essa resolução.

Foi no dia 23 de junho que D. Antonio entrou em Lisboa. No dia 24 aportavam a Setubal, dizendo-se fugidos de Lisboa, D. João Tello de Menezes, Martim Gonçalves da Camara e Diogo Lopes de Sequeira.

D. Christovam de Moura não se deixou illudir com essa supposta fuga, e aconselhou severamente aos governadores que prendessem D. João Tello. Estavam bem dispostos a seguir o conselho, e mostravam-se irritadissimos contra elle, mas não se sentiam já com força de tomar uma medida energica. Os animos em Setubal andavam agitadissimos, e a sublevação ameaçava rebentar dentro em pouco. Appareceu n'isto o conde de Vimioso, como emissario de D. Antonio, a exigir dos governadores que reconhecessem a realeza do Prior do Crato. Era muito, e os governadores decidiram-se a prender o conde. A tentativa foi feliz. Quizeram impedil-o de sahir da cidade, mandando arcabuzeiros occupar as portas, mas o povo setubalense, que já andava excitado pelo proprio conde de Vimioso e por D. João Tello e Martim Gonçalves, sublevou-se, e os governadores perceberam que eram incapazes de conter Setubal, terra populosa, que já então contava onze mil habitantes. Na sua propria guarda se não podiam fiar; a maior parte dos soldados estavam decididos a não os defender. Então apoderou-se d'elles um verdadeiro terror, e decidiram fugir para o Algarve. Debalde o intrepido D. Christovam de Moura, que não corria menos perigos, os incitou a que não desamparassem o seu posto no momento do perigo: tudo o que poude conseguir d'elles foi que não fugissem para tão longe, e que se limitassem a retirar-se para Montemór-o-Novo, aonde elle os acompanharia.

Os preparativos da fugida não cor-



Espadim ou meio justo, de D. João II

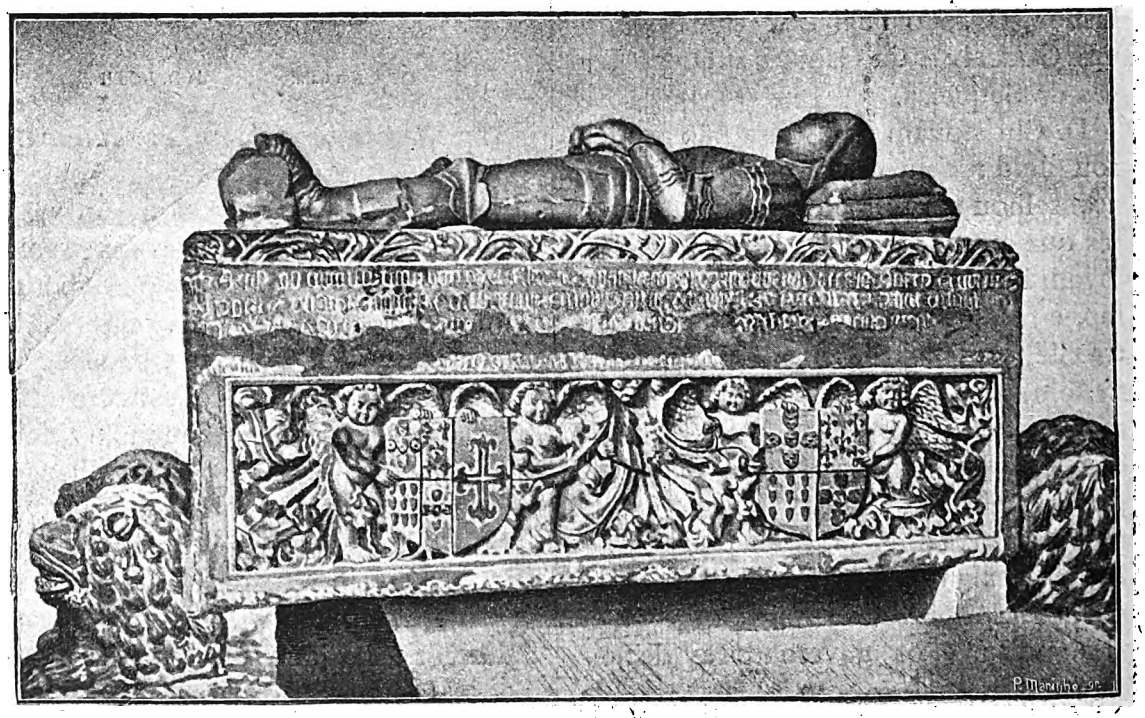
reram porém sem serem presentidos. O povo levantou-se em massa, os soldados da guarda dos governadores, em vez de os defenderem, uniram-se aos revoltosos, que, despedaçando as portas, invadiram a casa dos tremulos regentes. Viram-se estes então n'uma situação angustiosa, e valeu-lhes o estarem ainda em casa, e o jurarem que não tinham intenção de fugir; se os surprehendessem os insurgentes na fuga, pagavam com a vida a deserção. Acalmou-se porém um pouco a turba, e os governadores, na madrugada do dia 27 de junho, saltaram pelas janellas e refugiaram-se a bordo de uma caravella, sem se importarem com a promessa feita a D. Christovam.

Este não corria então menor perigo. O povo, que sempre lhe mostrára má vontade, agora completamente ás soltas, resolveu-se a fazel o pagar caro as traições e embustes de que fôra a alma damnada. A embaixada hespanhola viu-se salteada por uma turba infrene, que não poupou as injurias ao Portuguez que servia a um estranho monarcha, e que tambem lhe não pouparia os maus tratos, se o olhar firme e sereno do embaixador, homem incontestavelmente corajoso, não reprimisse, com esse inexprimivel magnetismo que a intrepidez ver-

Digitized by Google

dadeira possue, os desvairados populares. Sem arredar um passo, D. Christovam fazia sentir á turba amotinada a inviolabilidade do seu caracter, e ameaçava-os com a vingança terrivel de Philippe II, insultado na pessoa do seu embaixador. O povo porém, por um momento suspenso, estava tão exaltado que a eloquencia, a argumentação, e a coragem de D. Christovam não o livrariam, nem aos seus companheiros, de morte

mentos em Montemór-o-Novo. Mas tambem já alli chegára a noticia do que se tinha passado, e o povo não consentiu aos creados que entrassem na villa. D. Christovam ficou então em S. Thiago, onde recebeu ordem de Philippe II de se recolher ao acampamento do duque d'Alba. O rei de Castella declarava terminadas todas e quaesquer negociações, e fiava só agora da fortuna das armas a conquista do throno que dizia pertencer-lhe.



AVEIRO — TUMULO DE D. J. DE ALBUQUERQUE (SECULO XVII)

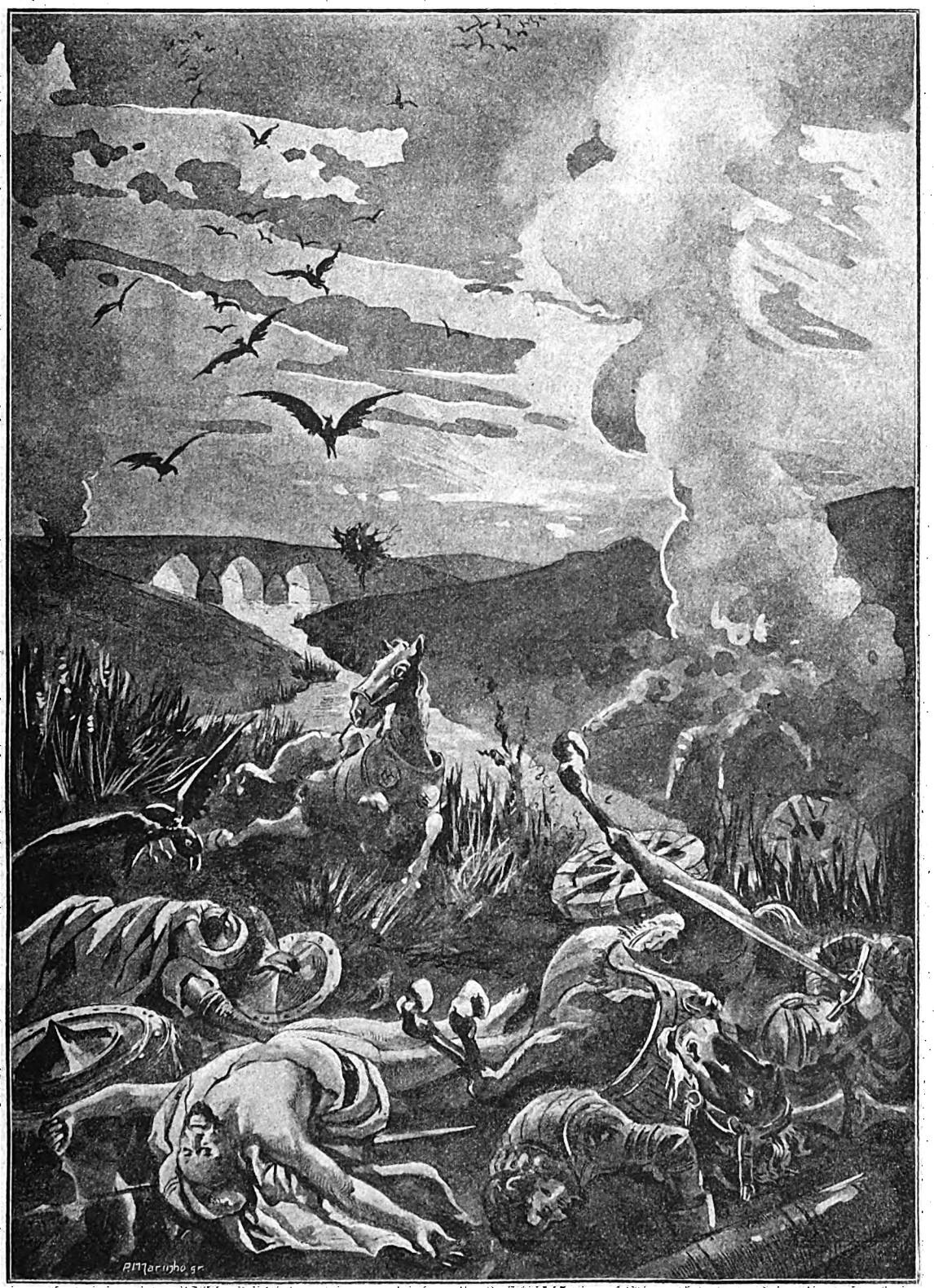
affrontosa, se o conde de Vimioso, já então senhor dos castellos e da cidade, não apparecesse para o libertar.

D. Christovam percebeu que ficar em Setubal era uma temeridade escusada e injustificavel. Soube que os governadores tinha fugido, e com elles os principaes fidalgos do partido de Castella. Saiu pois de Setubal, e n'esse mesmo dia chegou a Alcacer, donde foi comtudo expulso pelo povo amotinado. No dia 28 foi-se alojar na albergaria da ermida isolada de S. Thiago, e mandou os seus creados adeante para lhe dispôrem alojamentos em Montemór-o-Novo. Mas tambem já alli chegára a noticia do que se tinha passado, e o povo não consentiu aos creados que entrassem na villa. D. Christovam ficou então em S. Thiago, onde recebeu ordem de Philippe II de se recolher ao acampamento do duque d'Alba. O rei de Castella declarava terminadas todas e quaesquer negociações, e fiava só agora da fortuna das armas a conquista do throno que dizia pertencer-lhe.

«Assim terminou, escreve Rebello da Silva, este memoravel episodio, que, se por um lado acabou de provar a fraqueza e incapacidade dos governadores, e o odio geral concitado pela sua duplicidade, pelo outro não demonstrou com menos clareza a aversão da maioria do paiz ao jugo estrangeiro, e o seu ardente desejo de se abraçar com uma bandeira que lhe assegurasse a manutenção dos seus fóros e liberdade.

«Philippe II tinha conquistado infelizmente com ouro e promessas mais adherentes, do que terras e vassallos lhe ren-

Digitized by Google



EPILOGO DA BATALHA DE ALCACER-KIBIR

Digitized by Google

deu a espada victoriosa do seu famoso capitão; e o Prior do Crato, cego pela ambição, mas inferior no engenho ao que exigia d'elle o peso de uma lucta desegual, não soube confirmar os primeiros triumphos, no gabinete como politico ou no campo como soldado.

«Ha epochas que parecem predestinadas. Foi esta uma d'ellas. O sangue vertido e os sacrificios de alguns, inuteis e vãos para resistir com exito á torrente que nos arrastava, valeram ao menos como solemne protesto do amor de todo o povo pela sua independencia, e de austera licção dada a futuros para saberem conserval-a, cultivando as virtudes que tornam invenciveis e dignas da liberdade as nações.» [1]

Estava, pois, definitivamente lançada a luva á Hespanha, e, tendo desapparecido essa fragil e vergonhosa barreira que os governadores do reino levantavam entre as ambições estrangeiras e as paixões populares, nobres no fundo, posto que manifestadas de um modo mais ou menos reprehensivel, ia o exercito do duque d'Alba encontrar-se face a face com a plebe amotinada que acclamára rei D. Antonio.

Foram grandes, não o negamos, os erros e as villanias do Prior do Crato. Estava elle bem longe de incarnar em si o pensamento austero da independencia nacional, e não tinha nem sombras do vulto nobre e heroico de D. João I. A plebe que o acclamava em nada se parecia com aquelle povo intrepido, que em 1385 expulsava dos castellos os fidalgos vendidos ao estrangeiro, e ia depois affrontar a morte em Aljubarrota; mas, ainda assim, quando vemos o duque de Bragança fugir surrateiramente de Setubal para ir humilde beijar a mão de Philippe II, pensando só, entre o naufragio da patria, na salvação das suas honras e riquezas; quando vemos a fidalguia e o alto clero chamar com anciedade o inimigo para que os protegesse contra os seus compatriotas, não podemos deixar de curvar-nos respeitosamente perante esse grupo limitado que rodeava D. Antonio, e que se confiava affoitamente ao azar da fortuna das armas, que todas as probabilidades lhe mostravam contrario, para que a patria não morresse ao menos, sem que algumas espadas luzissem por ella ao sol das gloriosas pelejas. A turba sem freio commettia excessos lamentaveis; D. Antonio practicava imprudencias sobre imprudencias, e não se mostrava digno da elevada missão que tomára a seu cargo cumprir; mas ao menos tivera a coragem e a franqueza de a acceitar. Comparados com os gigantes do seculo XIV, parecem-nos verdadeiros pygmeus esses homens que iam affrontar o valor dos famigerados terços castelhanos, e a pericia militar do maior capitão do seu tempo; mas o nosso coração, as nossas sympathias estão com elles, porque é no seu acampamento ao menos que fluctua o pendão sagrado das quinas. Honra aos que ainda o hasteiam, mau grado aos perigos inevitaveis, embora a esse pendão glorioso, outr'ora vencedor em Aljubarrota, bastasse agora para derrubal-o em Alcantara apenas o vento da irresistivel espada do duque d'Alba.

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, tom. II, cap. V, pag. 427.

Digitized by Google

CAPITULO XXX

Rapido progresso da invasão de Portugal pelos Hespanhoes.—Ephemero governo de D. Antonio —Batalha de Alcantara

IMOS como as principaes praças do Alemtejo, devassadas pela traição ou pela covardia, abriram rapidamente as portas ao inimigo. A narração da campanha terá de ser quasi apenas uma longa enfiada de similhantes successos. Poucos assaltos e pelejas poderemos enumerar; não nos faltarão em troca nem capitulações vergonhosas nem panicos inexplicaveis.

Villa Viçosa era, por ser o solar da casa de Bragança, a praça que Philippe II mais desejava colher ás mãos. Um Hespanhol, o capitão Cisneros, emissario de D. Christovnm de Moura, entabolára relações com um seu compatriota, artilheiro da guarnição, e chamado Juan Martinez, que prometteu introduzir de noite as tropas de Philippe II. Assim se fez: no dia 21 de junho D. Sancho de Avila sahiu de Badajoz com trezentos homens de infanteria e quinhentos de cavallaria, seguiu ostensivamente a estrada de Extremoz, como se quizesse ir atacar D. Diogo de Menezes, depois, ao escurecer, mudando repentinamente de direcção, foi caminho de Villa Viçosa. Não havia no castello a menor vigilancia, o alcaide dormia tão socegadamente como se estivesse em plena paz. O capitão Cisneros com mais oito soldados subiu por uma escada ao muro, foi recebido por Juan Martinez, abriu as portas a D. Sancho de Avila, e Villa Viçosa foi tomada sem que sequer a guarnição despertasse. Ao alcaide surprehenderam-n'o na cama; é verdade que elle não se incommodou com o acontecido, limitando-se a perguntar aos invasores por onde haviam entrado. Era curioso ao menos, o alcaide!

Villa Viçosa estava bem guarnecida de artilheria, e bem municionada, podendo facilmente sustentar um prolongado cêrco; o duque d'Alba temia vêr-se obrigado a isso, mas a traição encarregára-se de lhe aplanar esta e todas as outras difficuldades.

O bom exito das primeiras tentativas, juntando-se á noticia dos movimentos do Prior do Crato, incitou Philippe II a dar ordem para que se apressassem as operações dos exercitos de terra. No dia 27 de junho romperam a marcha as tropas do duque de Alba na seguinte formatura: a vanguarda era composta da cavallaria dos terços italianos e allemães; no centro caminhavam os terços bisonhos de D. Gabriel Nino e Luiz Henriques; a rectaguarda compunha-se dos terços de Antonio Moreno e Pedro d'Ayala com as bagagens. A artilheria fechava a marcha.

El-rei assistiu ao desfilar das tropas, recolhendo-se depois a Badajoz. N'esse dia acamparam as tropas nas margens do Caya; no dia 28 continuaram a marcha vagarosamente; no dia 30 estava o duque d'Alba em Rio-Torto; e no dia 1 de julho, acampado na Fonte Sapateira, mandava D. Alvaro de Luna a Extremoz a intimar o governador, que era D. João de Azevedo, filho do almirante de Portugal, para que se rendesse.

Este mancebo, ainda não corrompido pelos tristes exemplos que de toda a

Digitized by Google

parte recebia, não accedeu á intimação de D. Alvaro de Luna, e determinou resistir, mas, apenas os dois engenheiros militares, Antonelli e Fratin, levantaram as baterias, e D. João Maldonado lançou pregão ameaçando com a pena de morte os soldados que se não rendessem, logo D. João de Azevedo percebeu que não encontraria na guarnição quem o auxiliasse na defeza. Desejou então encetar de novo as negociações, mas já isso lhe não foi concedido, e teve de se render á discrição. Salvou-lhe a cabeça a intervenção de D. Christovam de Moura, porque o duque d'Alba queria-o decapitar; não se livrou porém de ir preso para o castello de Villa Viçosa.

Tomada Extremoz, entradas sem difficuldade Evora-Monte e Arrayollos, chegaram a 8 de julho as tropas hespanholas a Montemór-o-Novo, onde estavam D. Diogo de Menezes e o conde de Vimioso. Intentaram primeiro os dois generaes de D. Antonio resistir, mas entenderam depois que não valia a pena arriscar na defeza de praça pouco importante os recursos de que dispunham, e retiraram-se para Lisboa com duzentos carros de viveres e munições.

Alcacer do Sal pouco hesitou egualmente em render-se a uma simples companhia d'arcabuzeiros commandada pelo capitão D. Luiz da Costa. Em doze dias de marcha o duque d'Alba não encontrára senão levissimos symptomas de resistencia.

Vejâmos o que fazia entretanto a esquadra do marquez de Santa Cruz.

No dia 7 de julho sahira o almirante da bahia de Cadix com setenta e duas galés, quarenta naus e trinta chalupas e caravellas, divididas em tres esquadrilhas, commandadas a primeira por Francisco de Benevides, a segunda pelo conde de Villasorres, e a terceira por D. Francisco Colonna. No dia 9 chegou a frota a Ayamonte, onde estavam, com os duques de Medina-Sidonia e Pastrana, o marquez de Gibraleon, os fidalgos portuguezes que tinham fugido ás iras dos Setubalenses. Já os traidores haviam convencido Castromarim e Tavira a acclamarem Philippe II. Faro seguiu-lhes o exemplo, e D. Duarte de Menezes, fronteiro do Algarve, deixou-se facilmente seduzir pelas promessas dos Castelhanos, e pelos conselhos do senhor de Cascaes, que vinha na esquadra como tentador que devia poupar ás armas hespanholas o trabalho de cortarem a resistencia dos Portuguezes.

A 14 de julho chegou a esquadra a Villa Nova de Portimão, que se preparava para resistir; mas a eloquencia traiçoeira do senhor de Cascaes foi mais poderosa do que os assomos patrioticos dos Algarvios. Lagos seguiu este exemplo de fraqueza, e logo em seguida Sagres e a fortaleza do Cabo de S. Vicente renderam-se tambem. Sem que fosse necessario disparar um tiro, estava todo o Algarve em poder dos Hespanhoes, e D. Alvaro de Bazan (marquez de Santa Cruz) deixando oito galés para guarda-costa, e, depois de se ter demorado alguns dias no cabo de S. Vicente, retido por ventos contrarios, soltou emfim as vélas em direcção a Setubal, onde a sua presença era reclamada com anciedade.

Setubal tomára effectivamente com grande calor o partido de D. Antonio, que fizéra a sua entrada na villa no dia 28 de junho debaixo de pallio. Houve quem aconselhasse D. Antonio a concentrar alli a resistencia, mas elle preferiu voltar a Lisboa deixando Setubal tão bem provida quanto pôde.

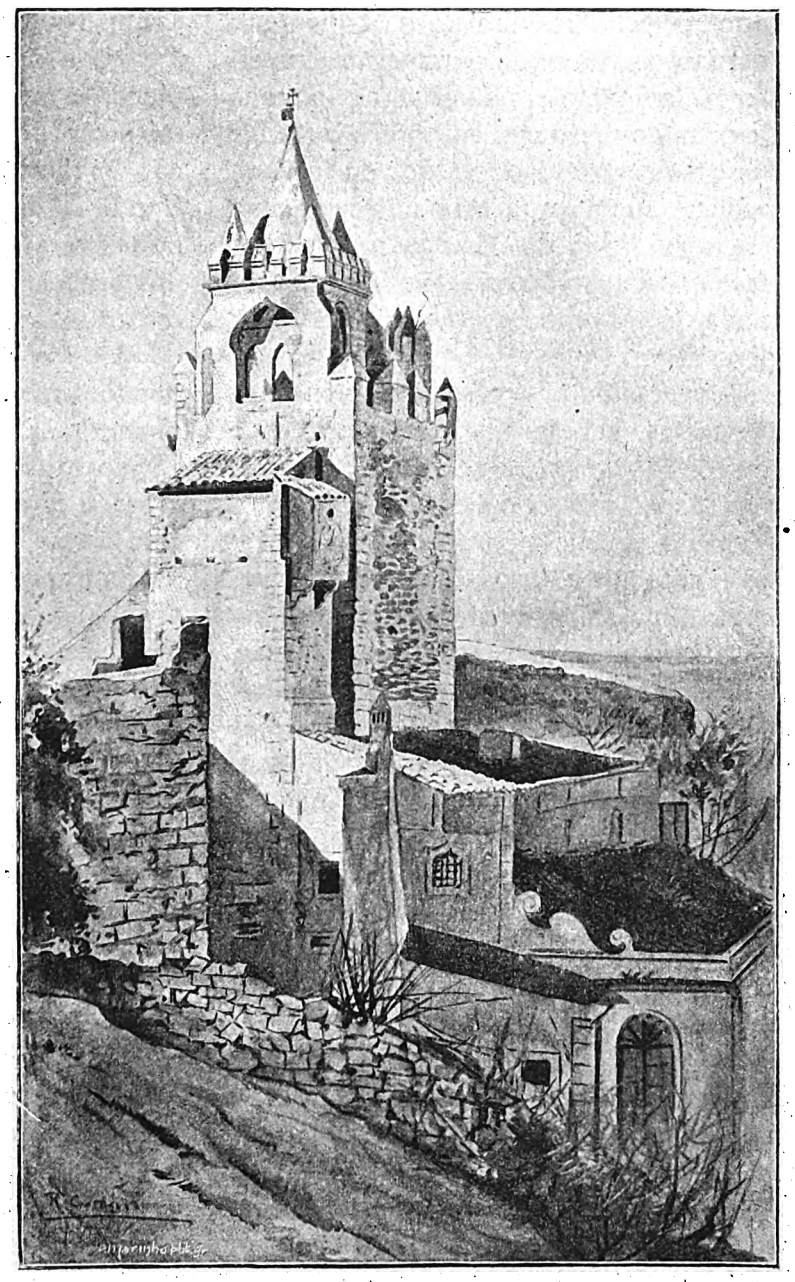
O exemplo de Setubal não deixou de ser seguido por muitas terras, onde o ardor patriotico foi mais forte do que o medo que infundiam as armas hespanholas, a venalidade ou as dissidencias politicas. Cascaes primeiro, depois Coimbra, Bragança, Tentugal e Villa Real

Digitized by Google

tomaram o partido de D. Antonio. Porto e Braga desejavam tambem em parte sustentar a causa nacional, mas no Porto os magistrados contiveram os animos nflammados, e o virtuoso arcebispo D. fr. Bartholomeu dos Martyres, que, talvez com muito boas intenções, foi um dos mais tenazes adversarios que a independencia portugueza teve, reprimiu egualmente a velha cidade do Minho.

Uma adhesão muito importante que D. Antonio obteve foi a do governador da torre de S. Julião da Barra, Tristão Vaz da Veiga. Estava elle disposto a resistir ao novo capitão das galés, Sebastião de Brito, que se preparava para cercal-o. D. Antonio comtudo attrahiu-o, promettendo-lhe uma renda de quatro mil ducados annuaes. N'esta epocha nefasta a venalidade encontrava-se por todos os lados. Mas o que D. Antonio devia perceber, se conhecesse mais profundamente o coração humano, era que Tristão Vaz, movendo-se só pelo dinheiro, e incapaz por conseguinte de se sacrificar pela patria, entregaria a fortaleza a quem cobrisse o lanço n'este leilão da consciencia. Ora, o magro thesouro do pretendente não podia competir com os cofres bem recheiados do duque d'Alba. Foi pois uma imprudencia grave deixar ficar n'essas mãos mercenarias a fortaleza de S. Julião da Barra, e com ella as chaves de Lisboa.

Dissemos que o thesouro do pretendente era magro, apezar que elle não recuava deante de meio algum para o engrossar. Os pedidos forçados repetiam-se a cada momento, e os negociantes, que não queriam ou não podiam pagar as quantias exigidas, eram prêsos



TORRE DO RELOGIO EM MONTEMÓR-O-NOVO

Digitized by Google

e maltractados: não se lhes permittia sequer que sahissem de Lisboa, temendo que fugissem ás exacções dos agentes de D. Antonio.

Os confiscos amiudavam-se contra todos os cidadãos opulentos, a quem um inimigo accusava de parciaes de Castella; reclamavam-se á força as sommas devidas ao thesouro, embora o devedor fosse por outro lado credor da fazenda publica, ao mesmo tempo não se pagava aos servidores do Estado; os habitos das ordens militares, tão respeitados ainda n'essa epocha, vendiam-se quasi descaradamente.

A necessidade urgente desculpa muitas coisas, sabemos, e em occasiões de apuro não se póde respeitar a estricta legalidade; mas, quando é forçoso empregar a violencia para se cobrarem estes recursos extremos, quando os collectados não se prestam de bom grado ao sacrificio, póde-se pensar que está perdida a causa, que só póde triumphar pela vontade unanime de todos, e estas exacções não fazem senão macular sem proveito a memoria de quem as exerce. No tempo de D. João I era tal o enthusiasmo com que os populares o seguiam, que traziam penduradas ao pescoço, como talismans, as moedas furtadas no peso que o Defensor mandára lavrar para acudir ás urgencias da situação.

Não pararam n'estas exacções as violentas medidas de D. Antonio. Tirou do régio thesouro os diamantes da corôa, gastou as sommas destinadas para resgate dos prisioneiros de Alcacer-Kibir, confiscou a prata das egrejas e as quantias depositadas nos mosteiros. Ainda se a mais severa probidade presidisse a estes actos! Mas não eram limpos de mãos os seguidores de D. Antonio, e os roubos practicavam-se impunemente. Entre outras preciosidades que desappareceram cita Rebello da Silva uns soberbos jaezes, cravejados de pedras preciosas, opulenta dadiva d'um dos régulos orientaes.

Em tudo se manifestava a má vontade com que a nação seguia, profundamente desalentada, as bandeiras do Prior do Crato. Ninguem se alistava voluntariamente, a não ser os homens da infima plebe, e muitas vezes malfeitores. Quiz fortificar a margem direita do Tejo, e não encontrou engenheiros habilitados. Vendo-se desamparado pela parte sã da população, viu-se obrigado a lançar-se nos braços da escoria do paiz, e, como era impossivel manter a ordem n'esses bandos tumultuarios da plebe, dentro em pouco a mais terrivel anarchia dilacerou a capital.

Sabemos que D. Antonio commetteu erros, e erros graves, e que o seu caracter estava longe de ser nobre; mas não devemos principalmente attribuir a culpa do que se passava á inqualificavel indifferença das classes mais illustradas, que não faziam calar, no momento do perigo, os seus escrupulos e antipathias, para se aggruparem emtorno do homem que por fim de contas representava o pensamento da independencia nacional?

Lisboa estava sendo theatro das scenas mais desagradaveis. D. Antonio, querendo augmentar o numero dos seus soldados, revogou a lei que prohibia aos escravos usarem armas, e essa turba, liberta de subito, correu pelas ruas da cidade, tomando armas e cavallos, onde quer que os apprehendiam, e practicando violencias que ninguem tinha forças para reprimir.

Os frades sahiam dos conventos, e, armando-se tambem, e formando batalhões que apresentavam um aspecto ridiculo e escandaloso, como succedia ao mesmo tempo em França com as inquietações promovidas pela Liga catholica, contribuiam para que Lisboa tivesse um caracter pittoresco talvez, mas decerto pouco tranquillizador. Os estrangeiros

Digitized by Google

não encontravam segurança, e os homens pacatos, indicados por qualquer motivo ás vinganças da plebe, eram assassinados sem que lhes podessem valer as auctoridades, que nenhuma força conservavam.

A anarchia, que reinava nas praças publicas, reinava tambem nos conselhos do governo.

O bispo da Guarda, o conde de Vimioso, D. Manuel de Portugal, D. Duarte de Castro e Diogo Botelho estavam raras vezes de accôrdo entre si, e as medidas que tomavam resentiam-se sempre das incertezas e fluctuações da deliberação.

Entre todos os defeitos de D. Antonio avultava comtudo um predicado incontestavel, era a sua febril actividade. Não descansou um instante desde que acceitou a corôa: nomeou D. Diogo de Menezes general, D. Jorgé de Menezes capitão das galés, e encetou immediatamente rapidas negociações com França, Roma e Inglaterra, negociações que não foram mais felizes do que as que travára antes da acclamação. Henrique III não ousou favorecel-o; Izabel, sempre prudentissima, apezar do voto de alguns ministros que lhe aconselhavam mais audacia, persistiu em não auxiliar um pretendente, que tinha pouco solidos motivos para que a fortuna o protegesse, e Gregorio XIII, depois de innumeras dilações, limitou-se a nomear nuncio em Portugal Alexandre Riario, conhecido pelo seu affecto ao duque de Bragança, e que trazia missão de suspender o progresso das armas de Philippe II. Este porém nem quiz attender aos seus conselhos, nem lhe permittiu sequer que entrasse em Portugal, voltando elle para Roma depois d'uma viagem completamente infructifera.

A fortuna é que por todos os lados sorria ao monarcha hespanhol: os governadores do reino, refugiados em Ayamonte, fulminavam contra D. Antonio uma proclamação em que o declaravam traidor e rebelde, e em que ordenavam ao mesmo tempo a todos os Portuguezes que reconhecessem como legitimo soberano Philippe II de Castella. Esta proclamação servia para facilitar a marcha do duque d'Alba, dissipando os escrupulos de alguns commandantes de praças, que, tendo jurado fidelidade aos governadores do reino, se embaraçavam por um resto de pundonor, quando os Hespanhoes lhes propunham que lhes entregassem as fortalezas.

Por outro lado, o duque de Bragança, em odio ao Prior do Crato, escrevia humildemente a Philippe II, offerecendo-lhe a sua adhesão, e quebrando assim covardemente no joelho a espada que devia florear em prol da independencia do reino.

E era quem procedia assim um descendente directo de D. João I e de Nuno Alvares Pereira!

Entretanto o duque d'Alba continuava serenamente a sua marcha triumphal. A resistencia das tropas do Prior do Crato na margem do sul do Tejo concentrára-se em Setubal; os defensores d'esta villa planearam embaraçar a marcha dos Hespanhoes abrazando um extenso matto que elles deviam atravessar; mas a traição velava, e o duque d'Alba foi avisado. Ainda nas proximidades de Setubal travaram os Portuguezes uma escaramuça com a vanguarda do exercito hespanhol, que cessou logo que o duque fez occupar o mosteiro de S. João, situado nos arrabaldes.

Mas a defeza de Setubal era impossivel, como era impossivel n'essa occasião a defeza de qualquer praça de Portugal, porque nenhuma havia onde a traição não se tivesse aninhado. Apenas o duque d'Alba assentára o seu arraial, veiu logo um aventureiro inglez propôr-lhe a entrega da praça. O duque respon-

Digitized by Google

deu dizendo apenas que se apressassem, porque, depois de ter assestado a artilharia, já não admittia capitulação.

Foram-se abrindo as trincheiras, e trocando-se de parte a parte descargas de fuzilaria, até ao cahir da noite, vindo n'essa occasião Simão de Miranda, partidario de D. Philippe, com dois vereadores, implorar a clemencia do duque

D. JOÃO DE MASCARENHAS

d'Alba. Alguns populares, e o regimento dos estrangeiros, diziam os emissarios, é que se obstinavam em se não entregar. Pediam ao duque d'Alba que esperasse o embarque dos estrangeiros, e que logo depois Setubal capitularia. O duque mostrou-se severo; Simão de Miranda, que desejava dar a Philippe II um penhor da sua fidelidade, tornou á villa, e quiz falar ao povo, mas a turba revolta lançou-o ao mar, onde morreria se o não salvasse o escaler d'um dos galeões de D. Antonio. Ainda que morresse, nada com isso ganharia a villa; morto um traidor, surgiam mil. Emquanto o povo practicava este acto de justiça summaria, abria alguem as portas da villa aos soldados hespanhoes, que, invadindo-a em tropel, a pozeram a saque.

Toda a culpa d'isto deve recair no governador, Francisco Mascarenhas, e em Diogo Botelho, chamado o Moço, para se distinguir do outro Diogo Botelho, ministro de D. Antonio, que nem souberam defender a praça com energia, nem capitular a tempo. Francisco Mascarenhas ainda se pôde pôr a salvo, mas Diogo Botelho caiu nas mãos do vencedor.

A victoria comtudo estava longe de ser completa. A fortaleza que fechava a barra do Sado mantinha-se firme, e, auxiliada por dois galeões e uma urca do commando de Ignacio Rodrigues Velloso, promettia defender-se largo tempo contra o inimigo. Ora o duque d'Alba precisava inevitavelmente de se assenhorear do porto, sem o qual não podia receber auxilio da esquadra do marquez de Santa Cruz.

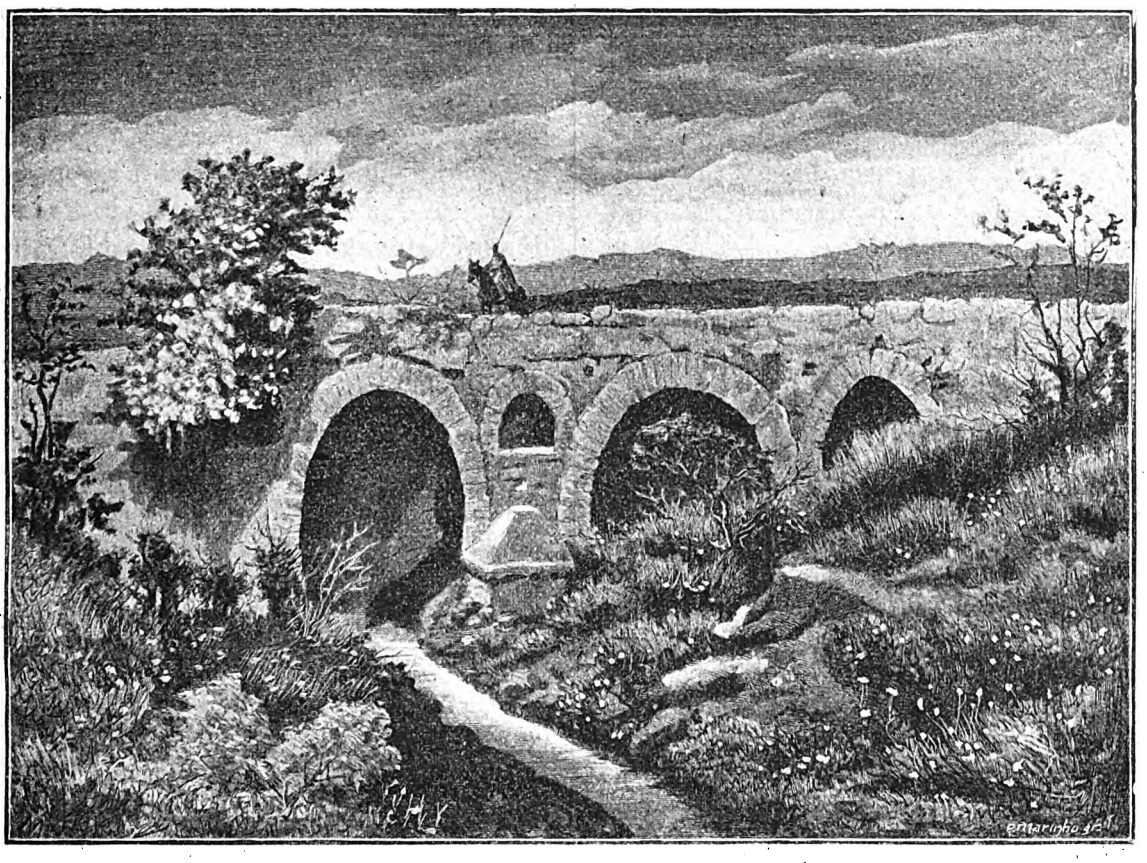
Mendo da Motta defendia a fortaleza intrepidamente, e mostrava-se inaccessivel ao medo e ás tentações, respondendo com heroico desassombro ás intimações do inimigo, e com altivo desprezo aos recados secretos com que pretendiam seduzil-o. Vendo que nada conseguia d'esse modo, o duque d'Alba deliberou-se a empregar a força. Valeu-lhe de muito a pericia de João Baptista Antonelli, engenheiro do exercito, que soube construir baterias em sitios quasi inaccessiveis, d'onde a artilheria de D. Francés d'Alava pôde responder com vantagem ao fogo da fortaleza. Ainda assim, se a coragem dos commandantes dos galeões correspondesse ao valor de Men-

Digitized by Google

do da Motta, a conquista da fortaleza custaria caro aos Hespanhoes. Mas, apenas appareceu ao largo a esquadra do marquez de Santa Cruz, um dos galeões, cedendo a vergonhoso panico, picou as amarras e foi-se entregar. Indignado com esta covardia, Mendo da Motta mandou fazer fogo contra o desertor. Mas o medo é contagioso, os outros dois navios seguiram o exemplo do galeão covarde, e, querendo fugir, foram aprisionados pela esquadra hespanhola.

Desamparada dos seus auxiliares maritimos, sendo agora cercada por terra e mar, a fortaleza não podia deixar de se render: mas a bravura de Mendo da Motta inspirára tanta admiração aos proprios inimigos, que Prospero Colonna, que fôra encarregado especialmente de investir a fortaleza, concedeu-lhe na capitulação que sahisse livremente com os soldados que lhe restavam. Menos generoso, não gostou o duque d'Alba de que se houvessem concedido taes condições aos vencidos, mas nem por isso deixou de ratificar a capitulação, não querendo que um dos seus officiaes tivesse debalde empenhado a sua palavra.

Espalhada a noticia de que Setubal se rendêra, logo Palmella, sem esperar que a atacassem, abriu as suas portas, e outras terras lhe seguiram o exemplo. A 24 de julho estava na margem do sul do Tejo terminada a resistencia.



PONTO JUNTO DA QUAL SE DEU A BATALHA DE ALCACER-KIBIR

A inesperada noticia d'estes successos chegou a Lisboa de subito, e espalhou profundo terror na anarchica cidade. Eram Ave-Marias, quando, engrossado o perigo com o susto, correu o falso rebate de que os Hespanhoes entravam na capital. Lisboa dir-se-ia então o

Digitized by Google

convez de um navio, quando a agua entra a jorros pelas bréchas que a tempestade rasgou, e quando de todo se perdeu a esperança da salvação. Dos tripulantes uns, perdido o siso, fogem sem saber para onde, emquanto os outros se amotinam e tornam os chefes e os passageiros responsaveis pelo desastre. Assim na cidade afflícta uns tractavam de se pôr a salvo sem atinarem por onde fugissem; outros, sublevando-se, corriam as ruas assassinando as pessoas pacificas e pedindo em altos gritos vingança de suppostas traições. Em que ninguem pensava era em accudir ás muralhas para se defender dos inimigos, se os inimigos apparecessem.

O panico era infundado: os inimigos não batiam ás portas de Lisboa, mas algumas partidas de cavallaria hespanhola talavam os campos dos arredores d'Almada. D. Antonio fez atravessar o rio a uma companhia d'escravos negros, que voltou escarmentada, e ainda contribuiu para augmentar o terror de que estavam possuidos os habitantes de Lisboa.

Este rebate falso mostrou a D. Antonio que não podia contar com os homens que o tinham acclamado, que sabiam assassinar, mas não pelejar; depois o pensamento de que a traição entrára nas fileiras do seu exercito salteou-lhe o espirito quasi de todo desanimado, e começou a tornal-o suspeitoso e sombrio.

As prisões multiplicavam-se, dando um caracter ainda mais torvo ao aspecto de Lisboa, e privando ao mesmo tempo de alguns servidores uteis uma causa que os não podia dispensar. Entre outros D. Jorge de Menezes, capitão das galés, foi, por leves suspeitas, demittido do cargo e encerrado n'um carcere.

Estas novas disposições do animo de D. Antonio, que não podiam deixar de ser conhecidas, ainda mais exacerbaram a anarchia. Desconfiado dos homens das classes mais elevadas, o Prior lançou-se nos braços da plebe, e deixou-a correr ás soltas, não estranhando que os frades a dirigissem escandalosamente, calcando aos pés a gravidade do habito, e, fazendo-se sargentos e capitães, conduzindo as suas desordenadas companhias á desordem e ao roubo, antes de as levarem ao inimigo. Era já a necessidade fatal da situação em que D. Antonio se collocára.

Elle percebia-o, e (devemos ainda dizel-o, porque não queremos esconder as muitas sombras que havia n'este caracter, que não ousâmos estygmatizar completamente, porque o vêmos agora á melancolica luz do infortunio) arrependido do que tentára, pensou em abandonar Portugal, refugiando-se no estrangeiro. Dissuadiram-n'o d'esse intento o intrepido bispo da Guarda e o conde de Vimioso, a quem nunca o desalento salteára, e que poderam por instantes reanimar o espirito abatido do rei da plebe. Mas, não contente com isso, D. Antonio cedeu ainda uma vez á fraqueza de negociar pessoalmente com Philippe II, e, se essas negociações não se concluiram, foi porque o duque de Alba lhes oppôz uma força de inercia, que as protrahiu largamente.

Com effeito, o duque de Alba não via n'esta campanha de Portugal senão um meio de recuperar o seu valimento e o seu credito na côrte. Não lhe convinha por conseguinte que não fosse da sua espada, e só da sua espada, que dependesse a solução d'um negocio que tanto interessava o rei catholico. Foi isso tambem, junto com o perfeito conhecimento que tinha da fraqueza do inimigo, que o incitou a seguir n'esta campanha um systema diverso de sua habitual e prudente estrategia. Aqui optou pelos movimentos arrojados e decisivos, e a elles deveu o exito prompto que rapidamente coroou os seus esforços.

Assim, emquanto no conselho de guerra que se reunia em Setubal, optavam

Digitized by Google

uns dos capitães pela marcha por Santarem, mais segura e regular, outros pelo atravessar do rio em Cacilhas, que era de todos os planos o menos acceitavel, porque as galés de D. Antonio ainda dominavam o rio, e a esquadra do marquez de Santa-Cruz não podia paralyzal-as antes de forçar a torre de S. Julião da Barra, o duque de Alba surprehendeu-os a todos com a decisão que tomou. O seu plano era embarcar o exercito na frota do marquez, ir desembarcar em Cascaes, defendido por D. Diogo de Menezes com mais de quatro mil soldados, e transportar assim de subito o theatro da guerra para um sitio onde não era esperado. Já se vê que esta decisão ia d'encontro ás regras da prudencia. Desamparava completamente as suas communicações, e esse arrojo podia sahir-lhe caro, tendo na sua frente um inimigo habil e vivaz; mas com as forças desordenadas do Prior do Crato, as maiores temeridades podiam contar com exito seguro.

Tudo sahiu como o duque de Alba previra: seis mil soldados, embarcados na esquadra do marquez, foram no dia 27 de julho saltar em terra em Cascaes. Os Portuguezes occupavam fortes posições, e os capitães hespanhoes, assombrados, censuravam em voz baixa a imprudencia do seu general; mas tiveram de se curvar deante de sua perspicacia, quando viram que a artilheria inimiga nem um tiro disparava, que a cavallaria fugia a galope ás primeiras descargas dos canhões da esquadra, e que a infanteria, sem disputar o desembarque, esperava que os Hespanhoes se formassem como n'uma parada, e a fossem carregar sem perder o alinhamento, para se dispersar immediatamente e accolher-se aterrada á villa. Comprehenderam elles então o principio da arte da guerra, que o duque d'Alba, sorrindo em conversação com D. Luiz de Barrientos, que lhe dava os parabens pela sua perspicacia e boa fortuna, formulava, do seguinte modo: «Vêde o que são as occasiões! Umas querem ousadias de mancebos, outras resguardos e prudencia de velhos.»

Contra soldados taes e um general como D. Diogo de Menezes, cheio de valor e de boa vontade, mas incapaz de se medir com guerreiro tão experimentado como o duque d'Alba, todas as temeridades eram possiveis.

Cascaes não tardou a render-se. Primeiro intentou resistir, supportou duas horas o fogo do inimigo, quiz então capitular, mas os Hespanhoes não accederam á proposta. Logo a traição entrou em scena: uma porta da fortaleza abriu-se ao inimigo, e Luiz Henriques assignalou a sua entrada com a prisão de D. Diogo de Menezes.

Foi então que se começou a sentir o que seria o dominio castelhano: o duque d'Alba, que, até ahi, para conquistar adhesões, escondêra um pouco debaixo do velludo a sua garra de tigre, principiou a mostrar-se tal qual era, o tyranno que deixára de si em Flandres a mais execravel memoria, o algoz cujo nome faz com que ainda hoje empallideçam de raiva e de terror os descendentes das numerosas familias que o seu cutello implacavel quasi de todo exterminou, deixando apenas sobreviver aquelles que procuravam no exilio um refugio contra as suas crueldades.

Sem fórma alguma de processo, debaixo dos mais frivolos pretextos, foram no dia 2 d'agosto enforcados, por ordem do duque d'Alba, o alcaide e dois artilheiros. N'esse mesmo dia, ás quatro horas da tarde, com todas as pompas lugubres convenientes, era decapitado n'um cadafalso, por ordem do mesmo duque, o velho D. Diogo de Menezes, que, contra todas as leis da guerra e da humanidade, expiou no patibulo a nobreza com que soubera furtar o seu no-

Digitized by Google

me glorioso ás maculas que então ennodoaram tantos brazões da nossa fidalguia, a constancia com que perseverou até á ultima em defender a causa nacional, a que se dedicára de coração, não podendo deixar de prevêr que era uma causa perdida. Resgate ao menos as culpas e infamias d'uma geração depravada o martyrio d'este nobre velho, que trocou as pompas quasi regias da vice-realeza da India pelas fadigas inglorias da direcção d'uma defeza impossivel, e afinal pela morte ignorada e obscura a um canto da fortaleza de Cascaes, e a um aceno desdenhoso de um general, que não duvidava trocar pelo cutello do algoz a sua espada gloriosa.

A execução de D. Diogo de Menezes teve infelizmente o effeito que D. Antonio d'ella esperava. Os commandantes da fortaleza começaram a sentir que era summariamente desagradavel obterem, em premio do seu comportamento conforme com as leis do brio militar, habitualmente pelos proprios inimigos respeitados, o cadafalso com um processo o mais summario possivel.

A noticia da tomada de Cascaes e da morte de D. Diogo de Menezes chegou a Lisboa, e produziu um resultado similhante ao da noticia da tomada de Setubal. A anarchia redobrou, a plebe tumultuaria immolou ás suas vinganças sem freio os cidadãos pacificos, e o Prior do Crato, profundamente desalentado, pensou mais uma vez em desamparar a lucta, em quebrar a espada no joelho, e em fazer com Philippe II o tractado mais vantajoso que fosse possivel.

Mas o seu espirito versatil, e por isso mesmo elastico, depressa reagiu contra o desanimo, e, nomeando o conde de Vimioso general em substituição de D. Diogo de Menezes, e desenvolvendo uma actividade admiravel, tractou de dispôr, do modo melhor que podesse, as forças e os recursos que ainda lhe restavam. Protrahir a lucta não lhe era possivel; os murmurios das classes mais elevadas, as representações dos vereadores advertiram-n'o de que não podia contar com a unanimidade no sacrificio; era necessario ao mesmo tempo aproveitar a exaltação passageira e fugaz da plebe inconstante. Foi-lhe por conseguinte forçoso arriscar tudo n'um lance decisivo.

Fixando no dia 15 de agosto (por ser o dia 4 anniversario d'Alcacer-Kibir) o começo das operações, D. Antonio deu ordem para que todos os alistados se dirigissem a Belem, onde se devia formar uma especie d'acampamento entrincheirado. Mas os mesmos que, n'um momento de enthusiasmo, se haviam promptificado a combater, agora recusavam-se a marchar, e foi necessario empregar muitas vezes as mais asperas violencias para que se podesse reunir em Belem um exercito de dez ou onze mil homens, muitos d'elles constrangidos, quasi todos sem armas defensivas nem mesmo offensivas, e na maxima parte profundamente ignorantes nos exercicios militares. E' verdade que os seus officiaes não sabiam mais do que elles. A não ser Sforza Orsini, aventureiro italiano, quasi todos os mestres de campo e capitães ou nunca tinham militado, ou, se haviam feito a guerra, simples comparsas, estavam muito longe de conhecer os segredos da arte militar. O peior é que muitos d'estes, juntando á ignorancia a vaidade, e tornando-se notaveis pela sua exaltada jactancia, accusavam de traidor Sforza Orsini, quando o parecer do Italiano se não conformava com as suas idéas, e faziam muitas vezes prevalecer no conselho as suas parvoas opiniões.

Felizmente, para que não fosse ainda mais vergonhoso o desenlace da defeza de Lisboa, não accedeu D. Antonio ao conselho que alguns dos seus officiaes lhe davam, de marchar com os eu pseu-

Digitized by Google

do exercito ao encontro do inimigo até Oeiras; seguiu pelo contrario o conselho de Sforza Orsini, que lhe dizia que retrogradasse antes até Alcantara, onde se cobriria com o rio d'esse nome, que vae desaguar no Tejo, e poderia aproveitar na defeza o alcantilado das margens.

Emquanto D. Antonio seguia o conselho do intelligente official italiano, o duque d'Alba, sem se apressar agora muito, punha cêrco á torre de S. Julião da Barra. Estabeleceu o seu quartel general em Oeiras, onde se alojou tambem parte da infanteria hespanhola, destinou especialmente para investirem a fortaleza os terços de Castella, Napoles, Sicilia, Lombardia e a coronelia de Prospero Colonna; collocou em observação na estrada de Lisboa D. Rodrigo Çapata, Gabriel Nino, Luiz Henriques, Carlos Spinelo, o prior da Hungria, e o conde de Lodron com as tropas do seu commando, chamou as galés a alcance da terra, e mandou abrir trincheiras.

S. Julião parecia dever offerecer larga resistencia; essa importantissima fortaleza, commandada ainda por Tristão Vaz da Veiga, que a vendêra a D. Antonio, tinha quinhentos homens de guarnição, e trinta peças d'artilheria nos quatro baluartes de que se compunha.

O investimento da praça começou com todas as regras, mostrando sitiadores e sitiados egual actividade.

Não tinha porém ainda S. Julião da Barra de ser a fortaleza que primeiro rompesse com os habitos de traição, que se haviam tornado proverbiaes n'essa campanha. Principiaram negociações secretas entre o duque d'Alba e Tristão Vaz. O venal governador, que já antecedentemente vendêra a D. Antonio os seus serviços, não hesitou em entregar ao general hespanhol as chaves maritimas de Lisboa pela modica recompensa d'uma renda annual de tres mil cruzados e a villa de Machico da ilha da Madeira. A guarnição do forte da Cabeça Secca, situado onde hoje se ergue a torre do Bugio, vendo S. Julião desamparado, retirou para Belem, abandonando

MIGUEL DO VALLE

o posto que se tornára insustentavel. Devemos dizer que o seu commandante, Pedro Barba, contrastou d'um modo notavel, pelo seu procedimento, com o governador da visinha fortaleza. Não se tinham esquecido os Hespanhoes de o tentar, mas elle é que nem sequer lhes quiz ouvir as propostas.

Apenas tremulou a bandeira hespanhola nas fortalezas da barra, sessenta navios inimigos entraram no Tejo e vieram ameaçar com os seus canhões Lisboa, onde o desalento subira de ponto. Os vereadores pediam em altos brados,

Digitized by Google

a D. Antonio que não continuasse as hostilidades, notando-lhe que demais a mais estavam a chegar da India quatro naus carregadas de preciosidades, que decerto cahiriam nas mãos dos Hespanhoes, o que seria uma perda terrivel para o commercio de Lisboa. Ao ouvirem isto, o conde de Vimioso, D. Manuel de Portugal, e o bispo da Guarda não se poderam ter que não lançassem asperamente em rosto aos vereadores a vil cubiça de que davam provas, antepondo a salvação d'alguma riqueza á causa da patria, á independencia nacional.

Isto não fez senão augmentar ainda as suspeitas de D. Antonio, que temia vêr-se trahido por esses homens que tão má vontade lhe mostravam. Mais se lançou ainda nos braços da plebe e dos monges exaltados, que traziam para a politica as suas tradições de intolerancia religiosa. D'elles confiou as chaves de algumas portas da cidade, e a anarchia que reinava em Lisboa recresceu por conseguinte com o predominio d'esses selvagens fanaticos.

Mais uma vez D. Antonio se mostrou disposto a entabolar negociações com Philippe II; mais uma vez a má vontade do duque de Alba mallogrou essas tentativas. Foram as ultimas comtudo: tractado grosseiramente pelo general hespanhol, D. Antonio, arrancando definitivamente a espada, arrojou para bem longe a bainha, e mostrou-se disposto a vencer ou a morrer pela causa da sua patria.

Mas os progressos do exercito hespanhol não pararam, nem a traição e o desalento diminuiram entre os Portuguezes com a nobre decisão de D. Antonio.

A torre de Belem rendeu-se, apenas foi intimada, e Caparica nem esperou a intimação; o duque de Alba alojou-se no convento dos Jeronymos, e o marquez de Santa Cruz, subindo pelo rio acima, veiu fundear mesmo defronte de Lisboa.

Tudo presagiava por conseguinte ao duque de Alba um exito seguro; mas D. Antonio, disposto a empenhar-se com ardor n'uma pugna decisiva, collocára o seu exercito n'uma posição muito defensavel na margem esquerda de Alcantara, e parecia resolvido a vender cara aos Hespanhoes a victoria.

Ha batalhas que não teem importancia alguma debaixo do ponto de vista militar e que exercem uma grande influencia na vida das nações; ha pelo contrario outras de que a historia da arte da guerra se occupa largamente e que não teem importancia alguma politica. Por exemplo, a batalha da Moskowa, uma das mais tremendas pugnas que se teem travado no mundo, tanto pelo numero de homens que alli combateram, como pela carnificina de que foi causa, e pela grandeza dos calculos que o fecundo genio de Napoleão soube empregar para conquistar a victoria, nada vale por fim de contas considerada pelo lado politico, porque nenhuma influencia exerceu no destino das nações belligerantes. Foram os Francezes os vencedores, e isso comtudo não impediu que no dia seguinte á sua victoria começassem para elles as desgraças que assignalaram o anno de 1812. Pelo contrario a batalha de Alcantara, insignificantissima escaramuça que não merece nem sequer um periodo em qualquer livro de historia militar, é importantissima, considerada pelo lado politico, porque alli se desfizeram as ultimas esperanças que Portugal ainda podia conservar de manter a sua independencia.

E' por isso que nos demoraremos na exposição d'este infeliz e vergonhoso combate.

Para o comprehendermos bem é necessario que descrevâmos o sitio onde a peleja se travou, e que todos os habitantes do Lisboa conhecem, que mil ve-

Digitized by Google

zes atravessam sem saberem ou lhes lembrar que foi alli que a independencia de Portugal exhalou o derradeiro suspiro.

Conhecemos todos o rio Alcantara, que, no verão quasi secco, desliza hoje a dois passos da actual circumvallação, e vae lançar-se no Tejo. Então a muralha da cidade, correndo, como sabemos, desde o actual largo do Corpo Santo, a começar no rio, até ao largo de S. Roque, de onde voltava ao Rocio, ficava por conseguinte a grande distancia do campo de batalha. Todo esse bairro populoso da Boa Vista era então um arrabalde.

O rio Alcantara corre por entre fraguedos e alcantis; estava-se em agosto, por conseguinte o rio ia pobre de aguas. O exercito portuguez, occupando a margem esquerda, appoiava-se pelo flanco direito nos montes cobertos de olivaes e arvoredos, que hoje o aqueducto das Aguas-livres atravessa; pelo flanco esquerdo no Tejo, onde era protegido pelos navios da armada de D. Antonio, que haviam disposto a artilharia em pranchas de madeira de modo que utilizassem todos os canhões de que dispunham. A frota compunha-se de trinta e seis náus e nove galeões, um dos quaes era o celebre *Bota-fogo*. Esta disposição da armada, que se ligava immediatamente com as forças de terra, porque estava muito chegada á margem, onde na foz do Alcantara uns moinhos fortificados completavam a defeza, mereceu os elogios do proprio duque d'Alba.

A praça d'armas da linha portugueza, defronte da ponte de pedra que unia as duas margens do Alcantara e que existia no mesmo sitio em que ainda hoje permanece, estava fortificada o melhor que fôra possivel, rodeada por duas linhas de trincheiras, cêrcas, parapeitos, etc.

E' necessario que o leitor figure bem na imaginação que todas essas casas que hoje existem no sitio onde se travou a batalha, ainda se não haviam levantado do solo. Esse bairro cheio de vida e movimento era um descampado então; algumas casas se erguiam isoladas no meio do campo, e uma d'ellas, pegada com a ponte, foi um magnifico reducto de que os Portuguezes se serviram, abrindo setteiras nos muros, e empregando todos os meios para a tornarem inexpugnavel.

D. Antonio, ou aconselhado por Sforza Orsini, ou porque, ainda que estivesse muito longe de ser um grande general, a sua pratica da guerra e os conselhos d'alguns velhos officiaes que o rodeavam o tivessem ensinado a não desaproveitar as vantagens do terreno, adoptára effectivamente uma optima disposição. O exercito inimigo não podia manobrar á vontade no estreito valle da margem direita do Alcantara que a artilheria portugueza dominava. Tinha elle por conseguinte de atravessar o rio e de vir atacar os Portuguezes nas magnificas posições que occupavam.

Esta manobra seria difficil ou quasi impossivel com boas tropas a defenderem as posições atacadas; infelizmente não só as desordenadas milicias de D. Antonio não davam esperança de resistir aos terços dos veteranos hespanhoes, mas, demais a mais, estas fortificações, que, isoladas, apresentavam um aspecto aterrador, tornavam-se muito menos temiveis para quem reparasse que se não ligavam entre si, que a maior força estava concentrada na ponte e na esquerda, e que a direita não era bem appoiada pelo resto dos entrincheiramentos.

O duque d'Alba, examinando o campo inimigo com o seu olhar perspicaz e experiente, logo descortinou o ponto fraco das disposições de D. Antonio.

Logo tambem lhe occorreu a idéa de tornear pela direita o acampamento entrincheirado.

Digitized by Google

Sabendo que estas tropas indisciplinadas são faceis de perturbar com os mais ligeiros sobresaltos, o duque d'Alba teve toda a noite em continuados rebates o exercito portuguez.

Ao amanhecer, os inexperientes soldados do Prior do Crato, que nada percebiam d'estes ardis de guerra, e que tinham levado a noite sem cerrarem os olhos receiando algum assalto imprevisto, estavam prostrados, ao passo que a maioria do exercito hespanhol estava refrescada por um somno bem dormido.

TUMULO DO BISPO D. EGAS FAFE NA SÉ VELHA DE COIMBRA

O plano do duque era simples: ao passo que fazia sobre a ponte um ataque mais simulado do que real; emquanto o marquez de Santa Cruz no rio accudia á esquadra Portugueza, onde já a traição se introduzira largamente, o prior-mór de Castella, D. Fernando de Toledo, tornearia com dois mil homens o flanco direito dos Portuguezes, manobra que o terreno accidentado tornava facil, porque encobria os movimentos das tropas.

Este plano executou-se ponto por ponto.

Apenas rompeu a manhã, D. Francés d'Alava, general da artilheria hespanhola, abriu o fogo, varejando com os seus canhões os entrincheiramentos portuguezes.

No acampamento de D. Antonio reinava ao mesmo tempo uma grande confiança e um grande desanimo. O pretendente, confiado na força das suas posições, ainda esperava que o duque de Alba se não resolveria a ataca-las, mas, intrepido como era, encarava tambem sem tremer a perspectiva do combate. Essa confiança partilhavam-n'a alguns, poucos, fieis que o rodeavam, outros porém agouravam mal da defeza de Lisboa, vendo a turba que compunha o exercito, que a cada momento diminuia pelas continuadas deserções, e que, em grande parte composto de escravos libertos, sem disciplina, por isso mesmo que o pegarem em armas os emancipára do jugo, sem amor da patria, porque patria não a tinham, poucos elementos apresentava de resistencia séria e de bellico ardor.

O bispo da Guarda, que governava em Lisboa na ausencia de D. Antonio, empregára toda a sua energia e actividade, que eram grandes, em enviar para Alcantara, verdadeiramente debaixo de prisão, levas de recrutas, que elle mandava arrancar á força de suas casas pelos sargentos que percorriam as ruas, precedidos de tambores e cornetas. Mas essas levas desfaziam-se antes de chegarem ao arraial, porque apenas sahiam as portas, cada um se esquivava por algum atalho conhecido, para não entrar na peleja. Debalde tocavam a rebate os sinos, chamando para defeza da patria os voluntarios; debalde se armavam forcas nas praças ameaçando com a morte vergonhosa os que quizessem esquivar-se á morte honrosa dos campos de batalha. Tudo isso era inutil; o medo, mais forte que todas essas considerações, obrigava os cidadãos de Lisboa a desampararem a defeza de uma causa que haviam abraçado n'um momento de ephemero enthusiasmo.

Afinal, apezar de todos os esforços do bispo da Guarda, as linhas de Alcantara tinham por defensores apenas sete ou

Digitized by Google

JESUITA ALEXANDRE DE MATTOS ERGUENDO O CRUCIFIXO, INCITANDO AO COMBATE NA BATALHA DE ALCACER

Digitized by Google

oito mil homens, mal armados, sem disciplina, sem coragem, e ainda por cima rendidos de fadiga.

Ao romper o dia 25 de agosto de 1560, saudado o seu alvorecer pelas salvas mortiferas da artilheria de D. Francés de Alava, poderam os Portuguezes divizar o exercito hespanhol, repartido nas seguintes divisões:

O centro compunha-se de seis mil homens, d'outros seis mil homens a ala direita, e de quatro mil a esquerda. Tres divisões formavam o centro: a primeira era composta dos terços sicilianos, napolitanos e lombardos; a segunda dos de D. Rodrigo Çapata e D. Gabriel Nino, a terceira dos de D. Luiz Henriques. Sete mangas d'arcabuzeiros, de trezentos homens cada uma, tiroteiavam emtorno d'estas tres divisões.

Compunha-se a ala direita dos Allemães do conde de Lodron, e dos terços de D. Martim d'Argote e Antonio Moreno. Proximo da emboccadura do rio, e quasi fronteira aos moinhos que os Portuguezes defendiam, avultava uma capellinha que os Hespanhoes não se esqueceram de fortificar e occupar.

A ala direita não a podiam os Portuguezes divisar: repartida em duas divisões separadas, era destinada a causar-lhes as mais desagradaveis surprezas. A primeira d'estas duas divisões, commandada, como sabemos, por D. Fernando de Toledo, ia pelo leito do rio tornear a direita dos Portuguezes; a segunda, que ligava aquella com o centro, devia, debaixo das ordens de D. Sancho d'Avila, atravessar o Alcantara muito acima da ponte, introduzir-se por um dos muitos intervallos que a imprevidencia de D. Antonio deixára entre os seus diversos entrincheiramentos, e, cahindo sobre a rectaguarda do Prior do Crato, concorrer para a victoria de um modo decisivo.

Estava proximo a nascer o dia quando o duque d'Alba, á testa de um brilhante estado-maior, se foi sentar tranquillamente n'uma cadeira em sitio d'onde podia seguir e vigiar a execução dos movimentos que ordenára. Não dava a tão fraco inimigo, como esse que tinha deante de si, a honra de montar a cavallo para dirigir contra elle em pessoa os seus esquadrões.

Alli viu nascer a aurora, e, quando já o sol banhava com os seus fulgidos raios a formosa rainha do Tejo, o rio que lhe banha os pés, as virentes campinas que a rodeiam, que iam ser n'esse dia tintas de sangue, e que n'essa occasião apresentavam um brilhante matiz de variegados trajes bellicos, e se accendiam em milhares de lampejos com os reflexos das armas que por todos os lados se cruzavam, deu o duque o signal da batalha.

Esse signal era uma bandeira branca arvorada. Entre as seis e sete horas da manhã foi que ella se desfraldou.

A este signal os Italianos de Prospero Colonna, que formavam no centro, investiram com os Portuguezes que defendiam a ponte, e no seu impeto irresistivel levaram-n'os adeante de si. Envoltos com as milicias desordenadas de D. Antonio, os veteranos de Napoles e da Sicilia, que haviam pelejado em Flandres, estiveram um momento senhores da ponte, e, chegando á margem esquerda do Alcantara, pareciam ter logo na primeira avançada decidido a victoria. Comtudo era n'essa ponte que estavam as melhores tropas portuguezas e alli pelejava o proprio Prior do Crato. Os mosqueteiros e arcabuzeiros não tinham sido desalojados da casa fortificada que occupavam, e, pelas setteiras abertas nos muros, com um fogo de fuzilaria bem sustentado, espalharam a hesitação, o terror e a morte nos imprudentes terços italianos. Vendo-os assim vacillantes, um frade carmelita, que trocára o crucifixo pela espada, fr. Estevam Pi-

Digitized by Google

nheiro, animou com a voz os fugitivos, e pôde trazel-os de novo á peleja. Debalde um capitão hespanhol, Luiz Dovara, accudiu com alguns soldados dos terços do conde de Lodron a sustentar os Italianos; o impeto dos Portuguezes era agora tão irresistivel como o fôra a primeira investida dos inimigos. Estes recuavam em tropel, e Dovara, julgando tudo perdido, correu com um verdadeiro desvairamento ao duque d'Alba a noticiar-lhe o que se passava e a pedir-lhe que mandasse soccorrer as suas tropas desbaratadas.

O velho general, que presenciava tranquillamente os diversos movimentos das suas tropas como um habil jogador de xadrez dirige as suas peças no taboleiro, e, indifferente ás apparentes vantagens do adversario, prepara com toda a tranquillidade o cheque mate final, o duque d'Alba pois ouviu sorrindo-se as exclamações de Luiz Dovara e respondeu-lhe apenas: «Está bem, paciencia», e, deixando estupefacto o seu subalterno, seguiu com a vista anciosa as tropas de D. Sancho d'Avila que deviam vibrar ao inimigo o decisivo golpe. O que elle temia unicamente era que D. Sancho, vendo o desbarate do centro, tivesse a desastrada idéa de correr em soccorro dos seus camaradas repellidos, e transtornasse d'essa fórma o seu plano de batalha. Mas, vendo que D. Sancho continuava imperturbavel no seu movimento, socegou e deu as suas ordens para que no centro e na direita se não deixasse tomar grandes vantagens aos Portuguezes.

Prospero Colonna, reforçado pelos arcabuzeiros de Antonio Benevides, suspendeu a fuga dos seus soldados e conduziu-os de novo ao ataque, mas n'uma ordem mais conforme com a regra da arte militar. A casa da ponte foi torneada por uma força d'arcabuzeiros, emquanto os terços italianos, tornados pela primeira refrega mais cautellosos, oppunham ao impeto desordenado das milicias portuguezas as suas inabalaveis linhas de batalha. O ataque assim dirigido teve o exito que se podia prevêr; a casa da ponte foi tomada, e, transformada d'elemento de resistencia em auxiliar do assalto, fez com que a ponte fosse abandonada pelos soldados de D. Antonio. Ao mesmo tempo D. Sancho d'Avila completava o seu movimeuto com tal felicidade que chegou junto dos parapeitos das fortificações portuguezas, sem que os Portuguezes o presentissem. O subito assalto, secundado pela artilheria hespanhola, que, trovejando a um tempo na margem fronteira, produziu nos nossos entrincheiramentos immenso estrago, e desordenou completamente as nossas embaralhadas fileiras, o subito assalto de D. Sancho d'Avila transformou em completo desbarato a hesitação dos Portuguezes.

O duque d'Alba ganhára a victoria.

Mas D. Antonio, que não soubera defender-se como general, sabia ao menos e queria morrer como cavalleiro. Pondo-se á frente d'um punhado de companheiros fieis, investiu de novo com a ponte, decidido a procurar a morte nas fileiras contrarias. Era estreito o espaço em que se pelejava, por conseguinte um pequeno esquadrão podia alli resistir largo tempo a um exercito que não conseguiria nunca desenvolver a sua frente: D. Antonio de novo fez recuar em desordem os terços de Prospero Colonna, de novo os Portuguezes foram senhores da ponte, e a cavallaria do Prior do Crato, varrendo, como um turbilhão, as filas inimigas, chegou até á margem direita do Alcantara, e pôde, por um instante, fazer receiar ao duque d'Alba que a victoria ainda estivesse indecisa. Foi um instante só: o exito do ataque de D. Sancho d'Avila, seguido pelo ataque de D. Fernando de Toledo,

Digitized by Google

que não podéra carregar simultaneamente porque tivéra de descrever um mais largo circuito, de todo desfez o triumpho passageiro de D. Antonio. Os Portuguezes estavam completamente derrotados, e a batalha durára apenas o tempo necessario para que as duas divisões de D. Sancho e de D. Fernando vencessem o espaço que tinham de percorrer: ora, como era limitada a área do campo da batalha, as diversas alternativas d'esta escaramuça, que só na ponte apresentou um caracter mais sério, duraram, quando muito, uma hora. Uma hora depois de romper a peleja, as milicias de D. Antonio, rotas, dispersas, fugindo em todas as direcções, tomadas d'um verdadeiro terror panico, formavam um espectaculo miserando. Era o desvairamento do medo que se apoderava d'elles, uma louca vertigem que os arrastava para a planicie rasa, onde os ceifavam ás dezenas as descargas da artilheria hespanhola, que os precipitava debaixo dos pés dos cavallos dos inimigos, deixando apenas a alguns como que uma luz d'instincto, que lhes apontava o caminho de Lisboa, como o unico onde a salvação era ainda possivel. No meio d'esta turba aterrada, o Prior do Crato, que, cheio de desespero feroz, procurava ou suspender a derrota ou morrer, nem uma nem outra coisa conseguia. A onda dos fugitivos arrastava-o e não attendia. Entre esta confusão medonha, um soldado hespanhol feriu-o, sem o conhecer, na garganta e no rosto. D. Antonio viu de repente deante dos olhos a possibilidade de não encontrar a morte, mas de ficar prisioneiro. O pensamento de que podia cahir vivo nas mãos do inimigo, e que podia servir para ornar o triumpho do duque d'Alba, foi-lhe insupportavel e decidiu-o, emfim, a procurar devéras a salvação na fuga. Enterrou então as esporas no cavallo, e, seguido pelo conde de Vimioso e por Diogo Botelho, D. Duarte de Castro, e D. Manuel de Portugal, correu direito a Lisboa. Atravessou a cidade a todo o galope, manchando o fim do seu ephemero governo com uma ordem que deu sem suspender a carreira, e que, se creava alguns embaraços ao inimigo, soltava sobre Lisboa um terrivel flagello. A ordem foi a de se abrirem as cadeias, e d'arrojar assim sobre a cidade e o reino uma turba de malfeitores.

Ser-lhe-hia dictada essa ordem pelo sentimento que nutria contra os habitantes de Lisboa, que tão mal o tinham ajudado n'essa crise suprema? Em todo o caso a vingança era mesquinha e indigna de um homem que aliás mostrára tanto valor na batalha, e depois tanta constancia nos revezes e tanta resignação no infortunio.

E o que fizéra entretanto essa luzida esquadra que tanto podia auxiliar o Prior do Crato na lucta que empenhára? Entregára-a ao inimigo não a victoria, mas a traição. Pois o acaso bem lhe favorecêra a resistencia: não se levantára vento, e o marquez de Santa Cruz, com as náus em forçada immobilidade, virase constrangido a atacar unicamente com os navios de remo. Isso que importava? Na vespera não tinham faltado alliciadores que fossem seduzir os capitães; nenhum resistira á tentação, e, quando chegou o momento do combate, a esquadra de D. Antonio rendeu-se toda, quasi sem disparar um tiro!

E entretanto o Prior do Crato, depois de curar as suas feridas em Santo Antonio do Tojal, dirigia-se á redea solta para Santarem, onde tencionava reunir segundo exercito, com que de novo tentasse a fortuna.

Apezar de todas as probabilidades se reunirem a favor da victoria das armas hespanholas, nem por isso em Badajoz na côrte de Philippe II se deixava de es-

Digitized by Google

tar inquieto. A lembrança de Aljubarrota não se tirava do espirito dos pavidos cortezãos, que tremiam a cada momento de verem surgir deante de si a sombra de D. João I ou de Nuno Alvares Pereira.

Estes terrores dissiparam-se quando, a 26 d'agosto, quer dizer no dia seguinte ao da batalha, um mercador, que fizéra milagres de rapidez para ganhar as alviçaras, trouxe a Philippe II a noticia da batalha d'Alcantara. Os terrores voltaram a saltear o espirito do rei e dos que o cercavam, ao notarem a demora dos despachos do duque d'Alba. Mas chegaram estes emfim, sendo um dos portadores o proprio sobrinho do duque. Então rompeu em toda a côrte, animado pelo rei, que não occultava a sua gratidão, um côro de louvores ao duque d'Alba, que realmente os merecêra n'essa breve campanha em que se mostrára digno de mais sérios adversarios. N'ella desenvolvêra uma rara audacia de concepção, secundada pela prudencia na execução, com que se justificam as temeridades e se prepara o exito d'ellas.

Philippe II, que desejava n'esses primeiros tempos conciliar o affecto dos seus novos subditos, ordenára ao duque d'Alba que não tractasse Portugal como paiz conquistado. O duque d'Alba, que em politica não optava pelos meios de brandura, na guerra comtudo, como era severissimo disciplinador, não consentia excessos á soldadesca. Por isso logo no mesmo dia da batalha publicou um bando em que prohibia aos soldados, debaixo das mais severas penas, que entrassem na cidade sem ordem. Pôde assim impedir o saque de Lisboa, e, fazendo alguns exemplos, conseguiu manter a cidade livre de roubos e sevicias, mas não pôde proteger egualmente os arrabaldes, onde a turba desenfreiada dos soldados aventureiros corria ás soltas, roubando as casas que por alli avul-

BEJA — SANTA MARIA DA FEIRA

Digitized by Google

tavam, e que pertenciam quasi todas ás familias mais abastadas de Portugal.

Apezar d'isso, como o governo do duque d'Alba apresentava as maximas garantias d'ordem que no actual estado de coisas se podiam desejar, como demais a mais o duque, obedecendo ás instrucções de seu amo, publicára um bando em que perdoava aos que houvessem servido D. Antonio, comtanto que não tivessem occupado cargos muito importantes, muitos fidalgos começaram a regressar á cidade, que o duque ia entretanto fortificando e guarnecendo. No dia 11 de setembro estava em Lisboa a ordem completamente restabelecida, e n'esse dia tambem a camara de Lisboa e os mesteres prestaram nas mãos do duque d'Alba juramento de fidelidade a Philippe II.

No dia 12 de setembro foi o novo rei acclamado, sem pompas e entre o silencio dos habitantes, nas ruas e praças de Lisboa; n'essa mesma occasião uma subita calamidade veiu ameaçar o novo regimen estabelecido em Portugal. A peste, que ardia n'esse reino, communicou-se aos Hespanhoes, e feriu o proprio monarcha. A morte de Philippe II, que em toda a extensão da vasta monarchia hespanhola podia provocar insurreições, em Portugal decerto reanimaria as esperanças de D. Antonio, e era muito possivel que o povo subjugado levantasse a cabeça. O duque d'Alba preparou-se pois para todas as eventualidades, concentrando o exercito, e apressando as fortificações de Lisboa; mas tambem no exercito começou a lavrar a peste, e o duque, realmente receioso, começou a temer que o fructo das suas habeis manobras lh'o roubasse de subito o destino. Mas não, o destino só tinha sorrisos para a Hespanha: D. Philippe melhorou, e quem veiu a morrer da mesma molestia que o atacára a elle, foi a sua quarta mulher, D. Anna, que falleceu a 26 de outubro.

Entretanto o Prior do Crato atravessava Santarem, e, achando já bastante fria a terra que fôra a primeira a acclamal-o com enthusiasmo, proseguiu na sua marcha, alistando soldados á força, e levantando contribuições tambem forçadas nas terras que percorria. Entre essas tropas alistadas na sua retirada, havia talvez unicamente quarenta verdadeiros voluntarios que se lhe tinham unido em Santo Antonio do Tojal, capitaneados pelo deão d'Evora, Simão de Mascarenhas.

Emquanto Santarem, livre do pretendente que fizéra rei, mandava os seus magistrados apresentar a sua submissão ao duque d'Alba, Coimbra abria as portas a D. Antonio, e mostrava-se prompta a abraçar com enthusiasmo a sua causa. A mocidade universitaria, sempre disposta a derramar o seu sangue por uma causa justa e nobre, alistou-se fervorosamente nas bandeiras fugitivas de D. Antonio, e reanimou-o com a sua adhesão. Póde-se dizer que foi este o primeiro na data de todos os batalhões academicos formados em Coimbra, e que defenderam sempre heroicamente a patria e a liberdade.

Reforçado pelos estudantes e outros voluntarios que alli se lhe uniram, D. Antonio partiu para Montemór, e, mandando restaurar o castello d'essa villa, confiou a sua defeza a Diogo Botelho, e continuou na sua tarefa de alistar soldados e levantar tributos.

Assim juntou um exercito de cinco ou seis mil homens, que afinal pouco mais elementos guerreiros tinha do que o que batalhára em Alcantara. Cheio de confiança, comtudo, D. Antonio marchou sobre Aveiro, que não estava bem disposta a favor da sua causa. Decidido a rendel-a pela força, deu-lhe dois ou tres assaltos, que foram repellidos; mas al-

Digitized by Google

guns partidarios seus, excitando o patriotismo da população, obrigaram a villa a abrir as portas. D. Antonio abusou da victoria, e, representante da causa nacional, practicou excessos maiores do que os practicados pelos estrangeiros. Quando, mais do que nunca, era necessario que todos os Portuguezes se unissem contra os invasores, D. Antonio ouvia os seus resentimentos pessoaes, e tudo sacrificava ao desejo de vingar-se. Pessimo calculo, e detestavel systema!

A este procedimento de D. Antonio juntava-se o effeito das paixões da plebe, que o acclamava, e que aproveitava o ensejo para dar largas aos seus instinctos ferozes. O triumpho de D. Antonio era em toda a parte o triumpho da demagogia; não fez isto pouco mal á sua causa, porque afastava das suas bandeiras a gente cordata e amiga da ordem, que, apezar de patriotica no intimo do coração, lançava-se nos braços do estrangeiro para salvar a vida e os bens.

Assim, a turba tumultuaria, que seguia o pretensor, terrivel no primeiro momento do triumpho contra a gente inoffensiva, de nada servia no combate, porque era indisciplinada, inexperiente e covarde.

Foi o que se viu quando o duque de Alba, tranquillizado ácerca da saude de el-rei, determinou proseguir nas suas operações, e enviou, a subjugar o norte do reino, o mestre de campo D. Sancho d'Avila com mil e quinhentos infantes e quatrocentos cavallos.

Coimbra rendeu-se logo, e D. Antonio, vendo a facilidade com que esta povoação, em que tanto confiava, se entregára ao inimigo, desanimou e pensou em sahir do reino, abandonando a lucta. Mas o conde de Vimioso e o bispo da Guarda, sempre intrepidos, aconselharam-n'o a proseguir na contenda, não desamparando as suas pretenções senão quando lhe fallecesse a ultima probabilidade d'exito. Em Abrantes e em Thomar, em todas as terras onde alguma influencia exerciam, estes dois heroicos chefes trabalhavam sem cessar a favor da causa do homem que desejavam elevar ao throno.

Aconselhado por elles, D. Antonio partiu d'Aveiro para o Porto, que o accolheu com enthusiasmo, obrigando os magistrados que lhe eram adversos a fugirem para a Galliza. Repetiram-se alli as scenas de Lisboa, os excessos da plebe, as exacções dos ministros de D. Antonio, as contribuições forçadas, os confiscos, o terror das classes ricas, e o desenfreiamento demagogico.

Entretanto D. Sancho d'Avila rendia Aveiro com a mesma facilidade com que rendêra Coimbra. Em Aveiro juntou-se-lhe D. Diogo de Cordova com mais mil e quinhentos homens d'infanteria. Assim, a divisão expedicionaria, encarregada pelo duque d'Alba de subjugar as provincias do norte, compunha-se agora de mais de tres mil homens.

O Prior, vendo a rapidez da marcha do general hespanhol, enviou o bispo da Guarda a sublevar o Minho. Em geral a provincia accudiu ao chamamento; porém teve a causa nacional um poderoso inimigo em D. fr. Bartholomeu dos Martyres, arcebispo de Braga, que empregou toda a sua influencia, que era grande, em conter os povos do seu arcebispado, e em os inclinar ao partido de Philippe II. Queremos crêr, acreditamos que era um sentimento nobre que dirigia os actos do virtuoso arcebispo, tão decantado por fr. Luiz de Sousa no seu peregrino estylo. Queria o prelado poupar ás suas ovelhas os perigos d'uma revolução tão cheia de incertezas; mas o que é certo é que esta *prudencia* do alto clero, este seu evangelico zêlo pela ordem e pela segurança dos povos, não foi das causas menos fortes da perda da nossa independencia.

Digitized by Google

Porém d'esta vez o enthusiasmo produzido pela approximação de D. Antonio foi mais poderoso do que as monitorias do arcebispo: o Minho inflammou-se de leste a oeste, e D. fr. Bartholomeu dos Martyres, vendo que eram impotentes os seus esforços, tomou o partido de se retirar para a Galliza, e de se refugiar em Tuy. E' notavel que, pouco antes de

D. ESTEVAM DA GAMA, XI GOVERNADOR DA INDIA

se pronunciar esta insurreição tão espontanea a favor de D. Antonio, D. fr. Bartholomeu dos Martyres tivera a idéa de consultar o suffragio universal ácerca da eleição d'um monarcha para Portugal. Ora o suffragio proclamou por immensa maioria rei D. Philippe II! Teve por conseguinte o arcebispo de Braga o privilegio d'invenção do suffragio universal, e do systema que o aproveita, obrigando-o a dar em resultado tudo aquillo que se deseja. Foi o virtuoso arcebispo talvez o primeiro inventor das listas carimbadas n'estes reinos de Portugal.

Entretanto D. Sancho d'Avila marchava sobre o Porto, mas encontrava serios obstaculos em atravessar o Douro. D. Antonio contava n'essa occasião dez mil homens de tropas más, é certo, porém collocadas em admiraveis posições. O Douro estava muito longe de ser o Alcantara, e as margens fragosas do torrentuoso rio não eram tão faceis de escalar como as quebradas dos arredores de Lisboa. Como sempre, a traição, o desalento e ao mesmo tempo a imprevidencia de D. Antonio deram aos inimigos uma facil victoria n'uma occasião que para elles devia ser de inevitavel desastre. A traição fez com que os habitantes de Massarellos viessem entregar os seus barcos a D. Sancho d'Avila, o desalento levou o commandante do forte de Gaya a desamparal-o sem disparar um tiro, e a imprevidencia de D. Antonio consentiu que os Hespanhoes atravessassm de noite o Douro em Avintes, ponto pouco fortificado e muito ao de leve vigiado.

Apenas a vanguarda dos Castelhanos appareceu a pouca distancia da cidade, logo D. Antonio percebeu que o Porto não estava mais disposto a resistir do que Aveiro e Coimbra. Com o desespero no coração, poz-se a salvo seguido por alguns fieis, e d'ahi a instantes o Porto pedia para capitular, com grande desespero de D. Sancho d'Avila, que nutria a esperança de colher ás mãos o Prior do Crato.

«Emquanto recebia, escreve Rebello da Silva, a deputação dos magistrados, designou sem detença os officiaes, que á frente d'algumas partidas de cavallaria

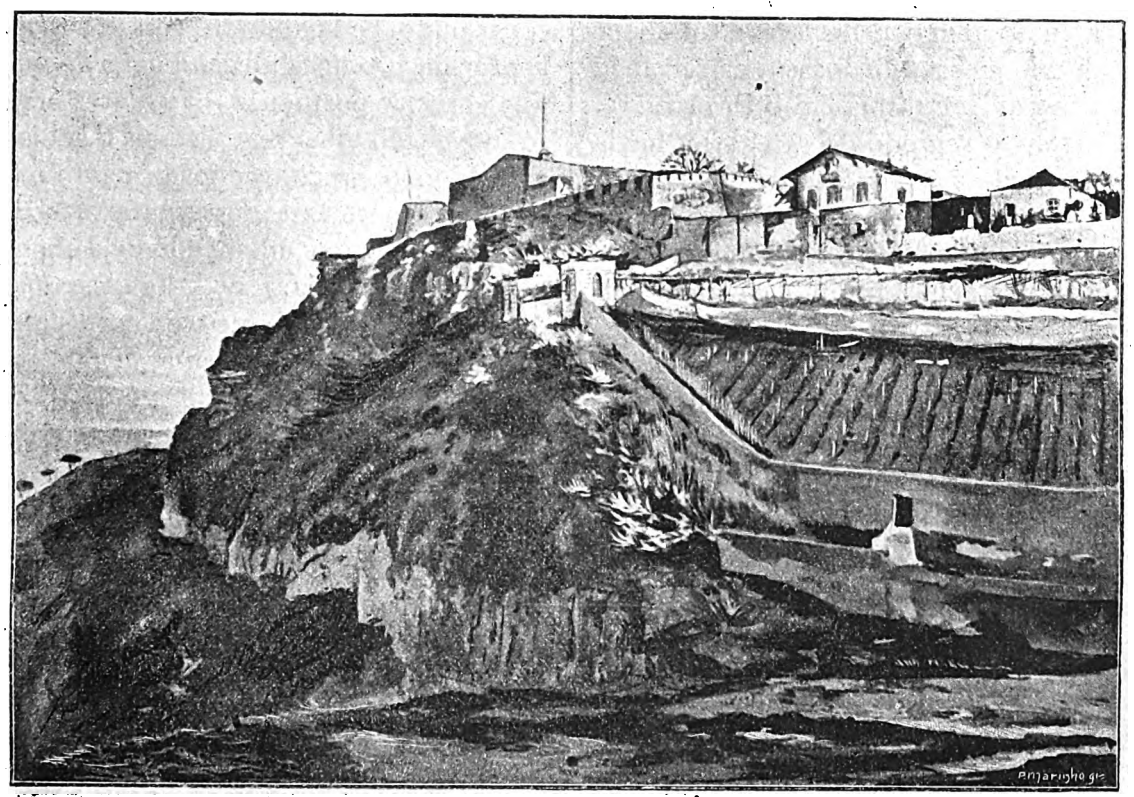
Digitized by Google

ligeira haviam de percorrer as diversas estradas em seguimento do filho do infante, recommendando-lhes a maior diligencia, e, para os estimular, ponderava-lhes a importancia do serviço que prestariam ao rei catholico, trazendo-lhe prisioneiro o seu competidor.

«Philippe II, em uma carta regia datada de Badajoz em 5 d'outubro d'este anno, intitulando-se rei de Portugal e dos Algarves e senhor de Guinè, e da conquista e navegação da Ethiopia, Arabia, Persia e India, carta rubricada por Nuno Alvares Pereira, que servia junto da sua pessoa o cargo de secretario, revelára claramente os cuidados, que ainda lhe causava o pretensor, mesmo depois de desbaratado o seu exercito.

«Alludindo á victoria d'Alcantara, dizia que D. Antonio, filho não legitimo do infante D. Luiz, seu tio, depois de se salvar destruindo os arrabaldes de Lisboa, continuando na rebellião, passára á comarca da Beira, e, com alguma gente sediciosa, que o acompanhava, ou se lhe ia juntando, percorria diversos logares do reino, commettendo insultos, roubos e estragos contra o serviço de Deus e seu, com grande escandalo e prejuizo dos povos.

«Querendo prover a estas demasias



CASTELLO DE ALMADA

por todas as vias possiveis, além dos capitães e tropas enviadas para reprimir os sublevados, entendeu que lhe cumpria abrir o cofre inexgotavel das suas munificencias a quem soubesse merecel-as, e para esse fim prometteu inteiro e plenissimo perdão de todas as culpas e delictos, por mais graves, mesmo practicados na defeza dos direitos suppostos do Prior do Crato, a quem prendesse ou denunciasse o prior portuguez, ou de qualquer fórma influisse para elle cahir em poder dos seus sol-

Digitized by Google

dados. Ás villas e cidades que tomassem parte n'este feito, capturando-o, ou descobrindo-o, além da confirmação de todos os privilegios, franquezas e liberdades, que já gozassem, offerecia de novo outros favores maiores, tanto em utilidade publica como para os seus moradores e descendentes. Não contente ainda com tão ostentosas promessas, e desejando accender mais a sêde da cubiça nos animos, declarava que por mais criminosas que fossem na rebellião as pessoas que trahissem o Prior ou revelassem o segredo do seu asylo, havia de restituil-as á posse de seus bens, officios, dignidades e preeminencias, como se nunca houvessem delinquido, e ás que não se achassem implicadas nas alterações obrigava-se a recompensal-as com tanta liberalidade que todas se dessem depois por largamente remuneradas.

«Por ultimo concluia que, succedendo perecer D. Antonio no conflicto da prisão ás mãos dos que o buscassem, não só os absolvia de todo o castigo, como lhes assegurava as mesmas mercês e vantagens que alcançariam se o apresentassem vivo.

«Este documento, que hoje nos repugna, e que parece estar vertendo sangue e infamia por todas as lettras, era n'aquella epocha a arma usual empregada sem escrupulo pelos governos, arma que, em mais d'uma occasião, os livrou dos antagonistas que não tinham conseguido persuadir ou vencer; mas, apezar da profunda degeneração do antigo caracter portuguez, não houve uma só povoação que se quizesse macular ganhando o preço proposto, nem uma só mão que se extendesse para receber o salario aviltante affiançado pela chancellaria hespanhola. Este nobre exemplo de tantos homens, no meio da corrupção geral, é uma prova evidente, de que em nações que as prosperidades e devassidões dos costumes amolleceram, e contaminaram, os brios nascidos do coração são os ultimos que morrem e desapparecem.»[1]

CAPITULO XXXI

Aventuras do Prior do Crato.—Côrtes de Thomar.—Philippe II de Hespanha é acclamado rei de Portugal com o titulo de Philippe I

EMQUANTO D. Sancho de Avila entrava no Porto, D. Antonio, desesperando já da sorte da guerra, atravessava a provincia do Minho como fugitivo, e começava na patria a longa Odyssêa que foi depois terminar no estrangeiro. Perseguido de perto, e receiando que o premio offerecido pelos Castelhanos tentasse a fidelidade dos povos, D. Antonio, mudando a cada momento d'asylo, e esperando ensejo para passar a França, nem correu menos aventuras, nem deu tambem causa a menos actos de lealdade do que na Inglaterra os diversos pretendentes, principes da familia Stuart. Uma vez, na margem do Lima, foi tão apertado pelos inimigos, que se viu perdido. Salvou-o a dedicação de um homem do povo, Thomé Cocheiro, que, tão robusto quanto leal, atravessou

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, etc.; Int. Part. II, cap. VI, pag. 573, tom. II.

Digitized by Google

o rio a nado com o pretendente aos hombros. Um brazão d'armas, concedido em Paris pelo rei sem reino a esse amigo da ultima hora, foi a recompensa d'este acto de corajosa fidelidade. Em Vianna tambem correu perigos serios, e teve de fugir, disfarçado em lavrador, e sempre acompanhado pelos seus fieis, conde de Vimioso, bispo da Guarda e Diogo Botelho. A villa de Vianna tambem mostrou mais dedicação ao pretendente do que as outras terras de Portugal, porque, sem esperanças de poder resistir aos Hespanhoes, entreteve-os comtudo deante das suas muralhas o tempo bastante para D. Antonio poder escapar.

Durou mezes esta vida angustiosa, e, refugiado em muitas occasiões em choupanas de pobrissimos lavradores, outras em mosteiros de frades ou de freiras, nunca teve de se arrepender da confiança que depositava em quem lhe dava hospitalidade, nunca appareceu Judas que o vendesse, apezar do avultado premio d'oitenta mil ducados que o rei de Castella offerecia a quem apresentasse o pretendente vivo ou morto[1].

Consola, n'uma epocha assignalada por tanta venalidade, encontrar estes bellos exemplos de desinteresse nos mais nobres filhos d'esta boa terra de Portugal.

Finalmente, no dia 6 de janeiro de 1581 pôde D. Antonio partir para França, a bordo d'um navio commandado pelo capitão Cornelio d'Egmont[2]. Lá o iremos buscar no exilio, afim de narrarmos as tentativas que fez para recuperar a corôa que perdêra, e de que só se mostrava digno quando já não era tempo de a salvar. Agora, é necessario que acompanhemos o vencedor na sua marcha triumphal atravez do reino conquistado.

Digâmos porém ainda que em junho de 1581 estava o Prior do Crato em Calais, d'onde se dirigiu a Londres, voltando d'ahi a Dieppe, onde o esperavam Strozzi, o conde de Vimioso, que elle fizéra condestavel do reino, e Antonio de Brito Pimentel, que nomeara seu embaixador em Paris. Era a côrte do rei exilado.

A 9 de dezembro de 1580 partira Philippe II de Badajoz para fazer a sua entrada em Portugal. Apinharam-se em torno d'elle os fidalgos que lhe haviam vendido a patria, e que vinham agora reclamar o preço da traição. Philippe II porém, promettêra mais do que podia e queria cumprir. Mais prodigo de boas palavras do que de recompensas, continuava a assegurar ao reino que havia de derramar sobre elle a plenas mãos as prosperidades e continuava a mostrar-lhe um affecto paternal, a accolher com muito boa sombra todos os fidalgos que o vinham cumprimentar, mas começava tambem a não fazer honra immediata ás cedulas de D. Christovam de Moura.

Entre os fidalgos que vinham cumprimentar Philippe II á sua entrada em Elvas, appareceram o duque de Bragança e seu filho o duque de Barcellos. Emquanto um dos pretendentes á corôa, mais corajoso senão mais digno, andava homiziado por montes e choupanas, o outro curvava-se humildemente deante do seu feliz competidor, e beijava sem vergonha, para implorar mercês, a mão que lhe roubava o sceptro.

A duqueza de Bragança, embora de mais altos espiritos, essa é que, resignando-se ás humilhações, sabia conservar no meio d'ellas intacta a sua altivez. Philippe II, que era politico habil, como

---

[1] Esta parte da aventurosa existencia de D. Antonio é succinta mas brilhantemente narrada pelo sr. Camillo Castello Branco no seu formoso romance *O senhor do Paço de Ninães*.

[2] No *Quadro Elementar*, t. pag. CIII, diz-se que este navio era commandado por mr. de Saussy.

Digitized by Google

sabemos, não se arriscava nunca, por falta de concessões d'etiqueta, a suscitar difficuldades contra o seu governo. Por isso, partindo de Elvas, foi visitar D. Catharina com o ceremonial que usaria com uma testa coroada. Essa visita ficou celebre pelo fausto que a duqueza desenvolveu, e que devia dar ao rei uma alta idéa do poder d'essa casa, que aspirava ao throno sem o saber conquistar, e ao mesmo tempo pela extrema delicadeza com que o soberano Catholico soube desvanecer os resentimentos de D. Catharina, que, effectivamente, apezar do seu varonil espirito, não soube resistir ás amabilidades do astuto filho de Carlos V.

Emquanto assim tomava as suas precauções contra os obstaculos que lhe podia suscitar o descontentamento da casa de Bragança, não se descuidava de outro negocio de importancia mais immediata, qual era o da reunião das côrtes, que o deviam reconhecer como rei, e que estavam convocadas para Thomar. Apezar de querer dar a entender que o reino o accolhia de braços abertos, não confiou do seu voto espontaneo a eleição dos procuradores, e impôz impudentemente ás cidades e villas os candidatos que lhe agradavam, e as cidades e villas obedeceram servilmente.

Entretanto fazia D. Philippe a sua entrada triumphal no seu novo reino. Depois da sua visita á casa dos duques de Bragança e de uma larga demora em Elvas, partiu emfim D. Philippe, no dia 28 de fevereiro de 1581, com um luzido acompanhamento, rodeiando-lhe o coche rico tres companhias de arcabuzeiros a cavallo commandadas por D. Lope de Figueiroa, e atravessando vagarosamente as ondas do povo, que vinha, não festejal-o, mas vêl-o. Fazia tudo quanto podia. D. Philippe II, para grangear popularidade, distribuia em todas as terras por onde passava fartas esmolas pelos pobres, mandava soltar os presos por culpas leves, e desfranzia n'um sorriso perenne os seus gelidos labios e a sua lugubre physionomia. Em toda a parte o recebiam com jubilos officiaes a que o povo mal se associava. O seu itinerario até chegar a Abrantes foi o seguinte: Campo-Maior, Portalegre, Crato, Alter do Chão e Ponte de Sôr. Defronte de Abrantes atravessou o Tejo n'um bergantim magnifico, e n'essa villa foi recebido com extraordinaria pompa. Alguns habitantes dos mais ricos, temendo a colera d'esse implacavel soberano, arruinaram-se para lhe fazer esquecer com o esplendor das festas a memoria de fidelidade com que Abrantes sustentára a causa do Prior do Crato. Philippe II, que desejava captar partidarios, não mostrou recordar-se do papel que Abrantes desempenhára na guerra a que a espada do duque d'Alba pozera rapido termo, e nos sete dias que se demorou em Abrantes esmerou-se em dar ao povo as maiores provas de munificencia.

A 16 de março partiu no bergantim para Punhete, e n'esse mesmo dia seguiu para Thomar, onde a ordem de Christo o recebeu com a mais solemne magnificencia. Era em Thomar que deviam reunir-se as côrtes, e estava aprazado o dia 25 de março para essa reunião, mas tanto se demoraram os membros dos tres Estados, que só a 16 de abril se pôde reunir a assembleia. D. Philippe entretanto não perdia tempo. Procurava todos os modos de conciliar a estima dos Portuguezes. As suas audiencias, raras em Madrid, eram amiudadas em Thomar. Dava duas por dia! Desde que entrára em Portugal, trajára á portugueza sempre, e os seus cortezãos seguiam-lhe cuidadosamente o exemplo. Apezar d'isso fazia descontentes. Effectivamente cahiam sobre elle em pezo todos os crédores que tinham

Digitized by Google

LUIZ DE CAMÕES, SEGUNDO MANUEL SEVERIM DE FARIA

na mão as cedulas de D. Christovam de Moura, e D. Philippe, que fôra prodigo em prometter, mostrava-se agora avaro em cumprir. Nomeára D. Christovam de Moura védor da fazenda, chamára ao governo o velho Pero de Alcaçova e o esperto Miguel de Moura, que achou sempre meio de estar bem com todos

Digitized by Google

os governos; nomeára o duque de Ossuna vice-rei de Napoles, déra a Molina um logar no seu conselho, recompensára Francisco de Sá com o titulo de conde de Mathosinhos e o cargo de camareiro-mór, déra o titulo de conde de Linhares a D. Fernando de Noronha. Nomeára condestavel o duque de Bragança, e alferes-mór D. Jorge de Menezes, mordomo-mór, por fallecimento de D. João de Mascarenhas, o conde de Portalegre D. João da Silva, fizera conde a D. Antonio de Castro senhor de Cascaes, mas por ahi pararam as expansões da sua munificencia. È que era realmente de aterrar a perspectiva do pagamento de tão grande numero de traições e villanias. Demais a segurança do exito completo fazia com que D. Philippe já não carecesse tanto de comprar adhesões. Quasi que não havia symptomas de resistencia na vastissima monarchia portugueza.

D. Luiz de Athayde, o grande vice-rei, fallecera antes de chegarem as noticias da victoria de Philippe II, e a carta do rei de Hespanha, que o agraciava com o titulo de marquez de Santarem. Era possivel que tivesse desobedecido e regeitado o titulo, se vivesse. D. Luiz de Athayde, ao receber as primeiras noticias da invasão hespanhola, tivéra a generosa ideia de formar um corpo dos veteranos da India, e de vir defender a patria com essas tropas heroicas. A morte veiu impedir qualquer resolução, e o seu successor, Fernão Telles de Menezes, reconhecera a nova realeza em Goa a 2 de setembro, seguindo-lhe o exemplo Chaul a 13, Damão a 18, Cochim a 19, Cananor a 10, Coulão a 18, Cranganor a 15, Baçaim a 5 de outubro, Dio a 25. Acontecera o mesmo no Brazil, apezar das cartas que o Prior do Crato para alli enviára pelas naus francezas. Todas as outras colonias seguiram o exemplo, que só na Terceira não foi imitado. Como havemos de consagrar um capitulo especial á intrepida resistencia d'essa ilha sempre heroica, para esse capitulo reservamos tambem a noticia do que alli se passou no primeiro momento.

Vendo por conseguinte cair-lhe a seus pés a monarchia toda, D. Philippe entendeu que não precisava de arruinar-se para comprar as chaves das portas que se lhe abriam de par em par. Muitas cédulas foram protestadas, e então os que tinham esperado até á última hora para trahirem a causa nacional, os que tinham seguido D. Antonio para o atraiçoarem na vespera da derrota, esses tiveram como recompensa, quando a tiveram... o perdão das suas culpas.

No dia 16 de abril reuniram-se as côrtes para se proceder á ceremonia da acclamação do novo monarcha. No primeiro pateo da cisterna do convento de Christo, entre o terreiro e o pateo da egreja, levantou-se um tablado adornado custosamente, sobre o qual, n'um pequeno estrado e debaixo de um docel, se collocou a cadeira de braços de el-rei. Em roda a praça estava toda paramentada com pannos de ouro e seda, que figuravam os lances principaes da expedição de Tunis. Defronte do docel estavam sentados nas suas cadeiras os procuradores das cidades, á direita e um pouco mais acima sentavam-se os prelados, á esquerda os grandes do reino. Nos degraus da escadaria de pedra da egreja apinhavam-se os monges e os capellães de el-rei. O quadro era magestoso e solemnissimo, e tomou um aspecto maravllhoso quando appareceu D. Philippe II com a sua opa de brocado roçagante e o collar de Tosão de Ouro sobre o peito. Pegou-lhe na cauda do manto o novo camareiro-mór, conde de Mathosinhos. Adeante d'elle ia de estoque desembainhado o novo condestavel

Digitized by Google

duque de Bragança, e o alferes-mór D. Jorge de Menezes com a regia bandeira enrolada. Cercavam-n'o emfim os reis de armas, arautos e passavantes, e um immenso numero de fidalgos todos ricamente vestidos.

Apenas Philippe II se assentou, e todos tomaram os seus logares, o bispo de Leiria D. Antonio Pinheiro, que pozera o seu grande talento ao serviço da causa anti-nacional, pronunciou o discurso inaugural, todo cheio de elogios ao estranho monarcha, discurso a que respondeu no mesmo tom, na sua qualidade de procurador da cidade, o desembargador Damião de Aguiar. Terminados os discursos, prestou D. Philippe o juramento do estylo nas mãos do famoso arcebispo de Braga, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, acolytado para essa ceremonia pelos outros dois prelados metropolitanos do paiz, os arcebispos de Evora e de Lisboa. Em seguida o escrivão da puridade leu a formula de juramento que deviam prestar os tres Estados, e foi o primeiro a jurar o duque de Bragança! Terminada a ceremonia, o alferes-mór avançou e soltou a acclamação, que devia ouvir com desespero profundo o duque de Bragança, que assim acabava de perder vergonhosamente um throno. Ao menos D. Antonio vagueava com o troço da sua espada partida, nos montes portuguezes, e não vinha dobrar o joelho deante d'aquelle que o despojára.

No dia immediato foi jurado herdeiro do reino o principe D. Diogo, o primogenito de Philippe.

Estava pois consummada a usurpação, e solemnizada com as mesmas fórmulas com que até ahi se celebrára sempre a subida ao throno dos soberanos legitimos, ou eleitos pela vontade do povo; Philippe II de Hespanha era definitivamente Philippe I de Portugal.

Para conciliar ainda o affecto dos portuguezes promulgou Philippe uma amnistia; porém n'essa mesma concessão já se revelava o seu caracter vingativo. As numerosas excepções tornavam o indulto verdadeiramente irrisorio, pois que só ficavam envoltos n'elle aquelles cujas cabeças não se elevavam acima do nivel do vulgo. O cutello de Philippe II, como a vara de Tarquinio, só poupava os humildes, e ainda assim nem todos.

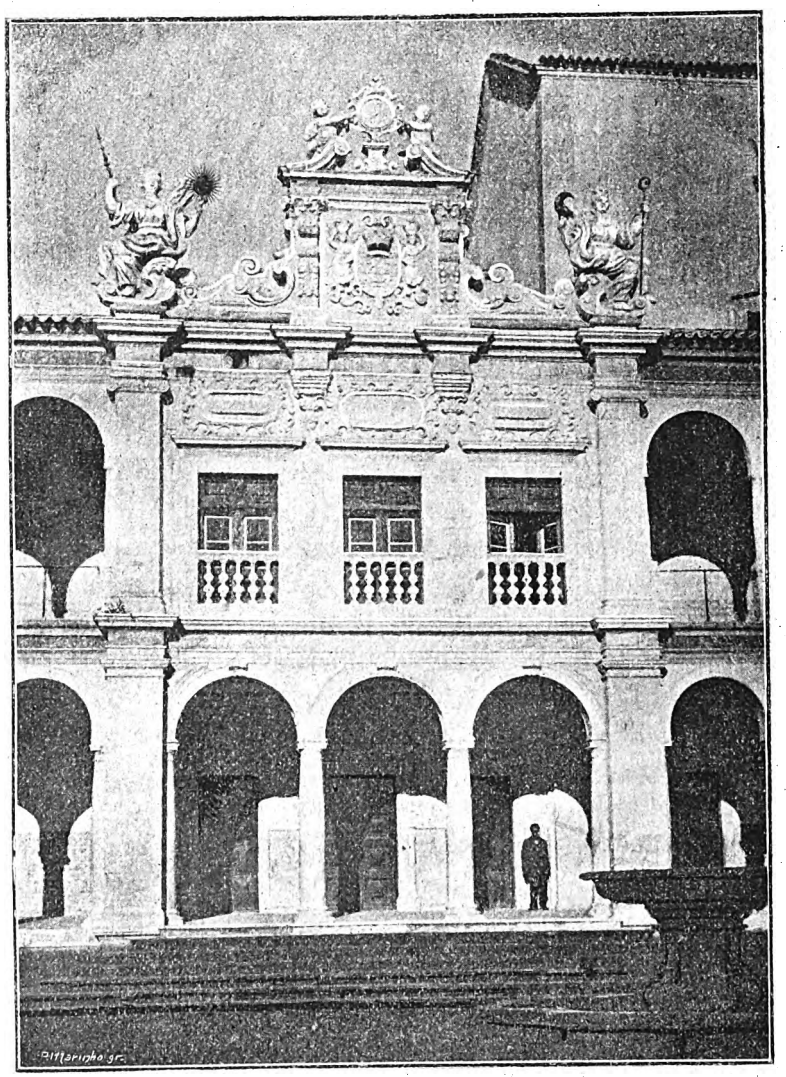
Os principaes exceptuados da amnistia eram o conde de Vimioso, D. Manuel de Portugal, D. Pedro e D. Fernando de Menezes, Manuel da Silva, Diogo Botelho, D. Antonio Pereira, D. Jeronymo Coutinho, D. Jeronymo e D. Antonio de Menezes, Antonio Moniz Barreto, João Rodrigues de Sousa, Duarte de Castro, João Gonçalves da Camara, Jorge do Amaral, Manuel Mendes de Vasconcellos, Antonio e Gabriel Baracho, Manuel da Fonseca Nobrega, João Bocarro de Serpa, o bispo da Guarda, fr. Estevam Leitão, Simão Mascarenhas, deão de Evora, fr. Manuel da Costa, fr. Luiz de Soutomayor, o carmelita fr. Estevam Pinheiro, o franciscano fr. Diogo Carlos, etc.

Muitos d'esses pozéra-os o exilio a abrigo das vinganças de Philippe II; os outros expiaram no cadafaso ou no carcere o seu afferro á causa nacional. Se o reino não apresentou logo um espectaculo sanguinolento, porque o rei de Hespanha se quiz dar ares de clemente, nem por isso as victimas designadas deixaram de ser punidas, á medida que o acaso ou a delação as iam apresentando aos algozes. Aquelles que, ausentando-se para sempre da patria, se esquivaram ao supplicio, soffreram outro ainda mais cruel nos que lhes eram caros.

Assim, a mãe e as irmãs do conde de Vimioso andaram de claustro em claustro até serem encerradas n'um castello em Hespanha; tambem n'um convento

Digitized by Google

hespanhol foram encerradas as tres irmãs de Diogo Botelho, que eram freiras de Santa-Clara em Lisboa; a mulher e as filhas foram para Castella desterradas; D. Margarida de Menezes foi despojada d'um morgado que lhe pertencia, D. Violante do Couto, depois de se lhe sequestrarem os bens, foi morrer á cadeia. A mulher de Manuel da Fonseca Nobrega, que fôra um dos que expiaram no patibulo as suas nobres culpas, teve a solidão do claustro para consoladora da viuvez.

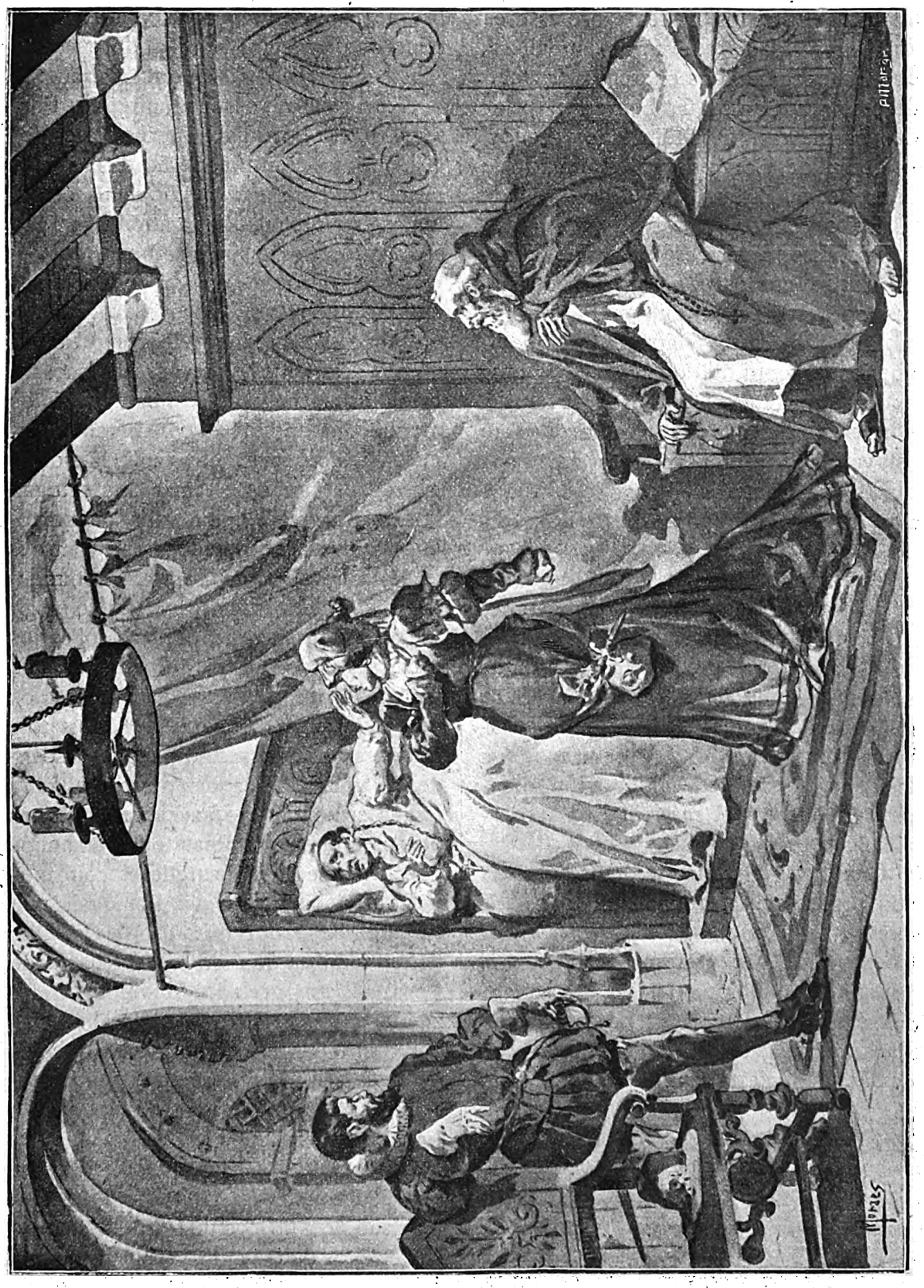


FACHADA DO LYCEU DE EVORA, COM AS TRES PORTAS DA SALA DE ACTOS

N'uma carta do Prior do Crato a Gregorio XIII é que se encontra a relação dos flagicios exercidos pelos ministros de Philippe II. Mas quantos mais tinham ainda sido sacrificados á causa perdida da independencia de Portugal! D. Diogo de Menezes fôra degolado em Cascaes, Henrique Pereira de Lacerda enforcado, Antonio Moniz Barreto, que governára a India, fôra encarcerado na torre de Belem com as feridas a verterem sangue e alli morrera abandonado, D. Pedro da Cunha, um dos heroes de Ceuta, morrera de desespero e de vergonha pelas affrontas que recebera dos vencedores. Apezar da promettida amnistia, foram encarcerados os herdeiros dos condes de Sortelha e de Marialva, o filho do conde da Calheta, Duarte de Lemos, senhor de Trofa, João Freire de Andrade, senhor de Bobadella, Diogo Botelho esteve largos annos encarcerado, Phebus Moniz, D. João de Azevedo e Martim Lopes de Azevedo tambem passaram largo tempo nas masmorras [1]. Antonio Guedes de Sousa, governador do Fayal, morreu crucificado, Manuel Serra escorchado, e Pedro de Al-

1 O sr. Camillo Castello Branco, que tem estudado com profunda investigação e elevadissimo criterio a historia d'esta epocha que vamos referindo, nas suas excellentes *Noites de Insomnia*, publicou, debaixo do titulo de *Subsidios para a historia da casa de Bragança*, uma succinta mas curiosissima noticia d'este dedicado amigo do Prior do Crato, que foi quem incitou a mocidade academica de Coimbra a seguir a causa do erradio pretendente, e que o acompanhou até o vêr são e salvo a bordo do navio francez. *(Noi-*

Digitized by Google



ENTREVISTA DO CARDEAL D. HENRIQUE COM D. CATHARINA DE BRAGANÇA

Digitized by Google

poim degollado depois de prolongadas torturas. Entre os frades e professores da Universidade que foram suppliciados ou encarcerados citaremos fr. João de Espirito Santo, fr. Lourenço, prior dos carmelitas, fr. Miguel dos Santos, fr. Luiz de Soutomayor, Damião de Loureiro, fr. Estevam Leitão e o grande fr. Heitor Pinto.

Tudo isto, porém, era o cumulo da benignidade, comparado com as hecatombes que a mão do duque d'Alba immolára nos Paizes Baixos. Philippe II queria ser com os Portuguezes de uma extrema indulgencia, e procurava responder com boas palavras, já que não estava disposto a responder com boas obras, aos requerimentos que de todos os lados caíam sobre elle a importunal-o.

Emquanto começavam as supplicas, principiavam tambem as deliberações das côrtes de Thomar.

A 20 de abril de 1581 celebrou-se a sessão solemne de abertura, depois as deliberações começaram, estando separados uns dos outros os tres braços dos Estados, que entre si ainda assim competiram para mostrarem a sua subserviencia ao rei Catholico.

Comtudo, julgaram-se obrigados pela sua consciencia a pedirem a Philippe II que désse ao reino os fóros e liberdades, que o duque de Ossuna em seu nome promettera; Philippe II já, porém, as modificára anteriormente em notas feitas no Pardo á margem do documento da concessão, e foi n'este sentido que se redigiu a carta patente expedida a 12 de novembro de 1582, e na qual se concediam ao reino os privilegios promettidos.

Esses privilegios e garantias eram:

Guardar el-rei os fóros antigos de Portugal, só em Portugal celebrar côrtes, legislando só com a adhesão d'ellas; nomear para governadores do reino só portuguezes ou membros da familia real; só aos Portuguezes provêr tambem nos diversos cargos do Estado; conservar os antigos officios do paço e do governo de Portugal; só confiar de tropas Portuguezas a guarnição das nossas praças e presidios; não tirar aos Portuguezes os monopolios antigos do commercio ultramarino, conservar nas moedas portuguezas os cunhos e armas de Portugal, sem mistura castelhana; dar só a portuguezes os cargos, beneficios e pensões ecclesiasticas, assim como as commendas das ordens militares, etc.; não exigir terças de egrejas, nem outros subsidios ecclesiasticos; dar só a Portuguezes os bens da corôa, e não recuperar esta os bens que vagassem por morte de seus possuidores, mas passarem para os descendentes immediatos, quer dizer, revogar a antiga lei mental; não fazer innovações nas ordens militares; tomar todos os annos duzentos creados portuguezes com moradia; quando viesse a Portugal, não exigir aposentadorias ao uso de Castella; trazer sempre, quando estivesse fóra de Portugal, um prelado, um védor da fazenda, um secretario, um chanceller, dois desembargadores do paço, dois escrivães de fazenda e dois da camara, todos portuguezes, para tractarem dos negocios de Portugal, e redigirem os diplomas e decretos em lingua portugueza; mandar provêr todos os cargos ao uso de Portugal; não decidir fóra de Portugal as causas e feitos da fazenda e da justiça; conservar a capella real Portugueza no seu antigo pé; admittir os portuguezes tambem aos officios da casa real; tomar a

---

tes de Insomnia, n.º 3, pag. 93 — Porto, 1874). No n.º 6 da mesma publicação, a pag. 5, publica ainda Camillo Castello Branco a curiosa carta, attribuida absurdamente por Barbosa Machado a Pedro de Alpoim, que a escreveu, segundo o mesmo Barbosa declara, do *seio de Abrahão*, sitio com o qual não existem relações postaes. A carta, que é um precioso documento para a historia d'esta epocha, foi escripta em nome de Pedro de Alpoim, já fallecido, ao duque de Bragança, por um desconhecido, mas ardente patriota.

Digitized by Google

rainha senhoras portuguezas para suas damas; mandar el-rei franquear os portos seccos das fronteiras; favorecer quanto possivel os Portuguezes na importação dos cereaes hespanhoes, dar cento e vinte mil cruzados para resgate dos captivos d'Alcacer, cento e cincoenta mil para instituir depositos nos sitios necessitados; trinta mil para os infelizes orphanados pela peste; cuidar muito da conservação das colonias, e auxiliar até a formação das armadas com os recursos dos seus outros Estados; finalmente residir em Portugal sempre que podesse, ou deixar aqui o principe seu filho.

A maior parte d'estas promessas e compromissos não passaram do papel, e nunca foram cumpridas.

As côrtes de Thomar, porém, antes de se separarem, quizeram ao menos acalmar a sua consciencia, que decerto lhes bradava bem alto contra tanto servilismo, fazendo a el-rei innumeros pedidos de differentes generos. O braço do povo rogou a Philippe II que, se tornasse a casar quinta vez, fosse com princeza portugueza, quer dizer, com alguma filha dos duques de Bragança, e que o principe D. Diogo fosse educado em Portugal; que fossem abolidas ou modificadas as sizas; que se levantasse a prohibição da sahida de cereaes, coiros e cavallos de Castella; que terminasse o monopolio que tinha a corôa do commercio das colonias; que aos Portuguezes fosse concedido commerciarem nas colonias americanas da Hespanha, e finalmente que cessasse o aboletamento dos soldados hespanhoes e mesmo a occupação de Portugal pelo exercito do duque d'Alba, porque o soberano podia e devia confiar plenamente no affecto e fidelidade dos seus novos subditos.

Porém, Philippe II chegára ao termo das concessões que estava resolvido a fazez: sentia-se consolidado no throno, e dispensado por conseguinte de quaesquer contemplações com esses vilissimos procuradores que se lhe rojavam aos pés, e imaginavam que a subserviencia lhes dava direito para serem escutados nos pedidos que dirigiam á corôa. Ignoravam elles que não é com a traição e a baixeza que se compra o valimento; não sabiam que homens assim são utilizados pelos reis, mas desviados depois com o pé, quando se lhes acaba o prestimo. E não tinha razão Philippe II de desprezar estes homens, quando os via, mais sanguisedentos do que elle mesmo, implorar as mais severas medidas contra os seus infelizes compatriotas, que haviam seguido as bandeiras do Prior do Crato? E, tão fanaticos como covardes e crueis, pediam ao mesmo tempo que redobrasse a intolerancia com os christãos-novos! Philippe II respondeu com evasivas a estes mesmos pedidos sanguinarios. Queria punir como entendesse, mas o que não queria por fórma alguma era ter por cumplices estes abjectos renegados.

Real de D. João II

Setenta dias se demorára Philippe II em Thomar. Ainda não entrára em Lisboa. Assim que despediu as côrtes, partiu para Santarem, que o festejou como quem receiava de que elle se lembrasse que fôra essa mesma villa a que enthusiasticamente acclamára D. Antonio. Passou por Almeirim e Salvaterra, passou em Villa Franca para as galés do marquez de Santa Cruz e foi esperar em Almada que Lisboa terminasse os preparativos da sua recepção.

Contemplando ahi de longe o aspecto magestoso da formosissima Lisboa, Philippe II devia gloriar-se da sua obra. Conseguira com um pouco de ouro, algumas palavras amaveis e uma escaramuça, em que o seu grande general, duque d'Alba,

Digitized by Google

quasi que nem precisára de requestar a victoria, o que debalde sonhára o seu poderoso pae, o que debalde procurára conseguir á força de armas o seu antepassado D. João, e déra um passo decisivo para a monarchia universal. As concessões que fizera ao reino para lhe manter a autonomia, sabia perfeitamente como havia de illudil-as, e o homem que despedaçára os *fueros* do altivo Aragão, não precisava de meditar muito tempo para saber como havia de rasgar os privilegios de um novo reino. Enganou-se comtudo! Tomou o lethargo pela morte, e imaginou que a nação, que via prostrada a seus pés, porque a tinham exhausto de forças e de brios as emprezas do Oriente, e porque se esvaíra em sangue com as feridas de Alcacer-Kibir, estava agonizante. Sessenta annos depois essa mesma Lisboa, que elle contemplava ufano e desdenhoso, se encarregaria de mostrar ao successor e herdeiro do seu imperio e da sua politica que não morrem as nações que teem, como Portugal, affirmado profundamente a sua existencia no campo das lides do progresso, dando á civilização o seu cunho e á historia, por assim dizermos, todo o esplendor de um seculo.

CAPITULO XXXII

Os falsos D. Sebastião.—O rei de Penamacor —O rei da Ericeira.—O pastelleiro de Madrigal

Antes de entrarmos na triste narrativa da dominação hespanhola, demoremo-nos um instante nas lendas populares, a que deu origem o desastre de Alcacer-Kibir, assim como havemos tambem de consagrar um capitulo ao quadro da litteratura portugueza no seculo XVI, e a Camões, o nosso grande poeta nacional, e outros ainda ao estudo economico e social do viver portuguez no seculo das nossas grandezas. Antes de vêrmos submergir-se para sempre no horizonte a gloria portugueza, antes de vêrmos desapparecer por um longo periodo a independencia de Portugal, prestemos attenção aos monumentos que d'essa gloria sobrevivem, e ás explosões parciaes do amor da patria no animo do povo, explosões que annunciavam, com bastante antecedencia, a restauração, sempre imminente e afinal realizada em 1640, e que se manifestaram, durante os primeiros annos que seguiram á entrada dos Hespanhoes, pelo credito que facilmente encontraram os aventureiros que tiveram a idéa de se fazer passar por D. Sebastião.

Esses homens foram como a pilha de Volta, que restitue um viver ficticio ao cadaver gelado; assim a apparição de mais um aventureiro era o choque electrico, agitando por instantes o sangue nas veias d'uma nação, inflammando-a e galvanizando-a, e fazendo-lhe irradiar ante os olhos, n'um relampago momentaneo, a aurora da restauração portugueza.

As aventuras d'esses homens foram recentemente narradas n'um livro, que se ha de considerar como estudo definitivo, escripto por um diplomata portuguez, o sr. Miguel d'Antas, em lingua franceza. Este livro, onde estão analysados com muita sagacidade os docu-

Digitized by Google

mentos que ha sobre o assumpto, e que o auctor encontrou em archivos nacionaes e estrangeiros, principalmente no de Simancas, será n'este capitulo o nosso guia exclusivo. O livro intitula-se *Les Faux Don Sébastien*.

Quando uma grande desgraça fere um povo, quando uma nacionalidade se affunda n'um violento cataclysmo, o espirito publico, abatido pela desventura, refugia-se no maravilhoso, e sente despertar com energia a sua confiança na Providencia, á medida que vae perdendo a esperança de readquirir por meios humanos a sua liberdade. Quando os Judeus, o povo escolhido, foram arrancados da sua Palestina e transportados para a beira dos rios de Babylonia, quando pensavam que não tornariam a vêr os muros de Jerusalem, não se limitaram a pendurar as citharas nos salgueiros, e a engrossar com as suas lagrimas a corrente do Euphrates, mas, voltando os olhos para o Deus que tinham abandonado, confiaram que era essa uma provação momentanea a que a sua fé renascente estava exposta, e que tão brilhante seria a restauração da sua grandeza como fôra pungente a humilhação a que tinham descido. Acudiu-lhes então á phantasia o vulto sympathico do seu rei verdadeiramente nacional, da incarnação mais energica do espirito israelita, de David emfim. Das vergonteas que havia irradiado atravez dos seculos o tronco vivaz do rei psalmista, julgaram que sahiria o fructo mysterioso em que se havia de encerrar a redempção de Jerusalem. E, appellando para os dois grandes palladios do povo d'Israel, Deus, que os salvára da escravidão do Egypto, David, que dera grande consolidação á sua theocracia sublime, viram rasgar-se as trévas do futuro e surgir d'ellas, maravilhoso e esplendido, o Messias que os levaria de novo ás margens do Jordão, e trocaria as vestes luctuosas da Sião plangente, que os prophetas evocavam, pelo regio manto da dominadora das nações.

Só os enganou o egoismo, commum a todos os povos da antiguidade, que não viam irmãos para além das suas fronteiras. Veiu o Messias, não para os redimir a elles, povo que já desempenhára o seu papel na historia, e de cujas mãos ia ser arrancado o unico thuribulo a Deus acceito, mas para redimir a humanidade e para agrupar emtorno da cruz, que elles deram ao Christo, sem suspeitarem que era essa a nova arca da alliança, os povos todos do universo, enlaçados n'um fraternal abraço.

PEDRO D'ALCAÇOVA CARNEIRO

Como os Judeus captivos na Assyria, todas as nações humilhadas phantasiam um Messias. Por muito tempo, emquanto os Bretões se não confundiram estreitamente com os Saxonios e estes com os Normandos para formarem a nação ingleza, o velho espirito celtico personali-

Digitized by Google

zou em Artus o seu futuro redemptor. Se a Hespanha goda não confiou a D. Rodrigo o mesmo papel glorioso, foi porque, apenas perdeu a independencia, logo surgiu Pelayo, ente vivo e energico, á sombra do qual se abrigaram as esperanças da resurreição da monarchia. Ainda assim a batalha de Guadalete fôra um tamanho desastre, o infortunio do rei trahido apagára por tal fórma os erros da sua vida, que o povo não se convenceu de que a morte o ferisse no campo da peleja, sem lhe dar tempo para remir com a penitencia o crime, verdadeiro ou legendario, a que attribuiam a sua ruina. Se Pelayo não existisse, o monarcha vencido reapparecia forçosamente nas tradições populares, como futuro salvador da patria, e surgiriam, como sempre, aventureiros para desempenharem o seu papel. Infelizmente para os amadores do maravilhoso, o grande vulto do heroe das Asturias enchia de sobejo a scena, e por conseguinte os Homeros populares resignaram-se apenas a contar as peregrinações de Rodrigo, que fôra, segundo elles diziam, fazer penitencia para umas brenhas da Lusitania.

As condições em que se fórma a lenda de D. Sebastião, assimilham-se prodigiosamente ás condições em que esteve para se formar completa a lenda de D. Rodrigo. Se D. Antonio, Prior do Crato, em vez de ser derrotado em Alcantara, fosse vencedor como foi Pelayo em Cangas de Oniz, era provavel que os legendaristas fizessem morrer D. Sebastião, como santo eremita, n'alguma rocha da costa africana. Não succedeu assim; em Alcacer-Kibir D. Sebastião desapparecera, como D. Rodrigo, envolto n'uma nuvem que a imaginação popular dourou e transformou em mysteriosa auréola. Encontrou-se um cadaver desfigurado, preparando por essa fórma o terreno em que devia viçar a flor milagrosa. A independencia de Portugal submergiu-se no abysmo, e n'esse profundo sulco, aberto pela espada do duque d'Alba, germinou com presteza a semente legendaria.

D. Sebastião fôra, apezar de tudo, um rei popular; o seu zêlo pela religião, a sua febril actividade, o seu valor destemido, o seu amor das aventuras se faziam abanar melancholicamente as orelhas aos bons burguezes da cidade, e aos prudentes conselheiros do Paço, inspiravam uma viva sympathia ás massas populares, a quem sempre a intrepidez e o ardor irreflectido deslumbram facilmente. A expedição d'Alcacer-Kibir, ainda que fosse acompanhada de tão ruins presagios, se infundia certos receios, não era absolutamente impopular. A perda da batalha, a morte desastrosa do rei acordaram a compaixão no espirito de todos. Ninguem pensou em accusar o monarcha fallecido das desgraças que sobre a patria acarretára. A perda da independencia, seguindo-se á perda do infeliz monarcha, consubstanciou no seu destino o destino do paiz; julgou-os inseparaveis o povo, e, anciando por conquistar de novo a liberdade, entendeu que ella só lhe podia vir das mãos do que lh'a fizera perder.

Por isso, com muito bom criterio chama o sr. Miguel d'Antas ao rei D. Sebastião *un Messie national et patriotique.*

Quando o sentimento nacional se manifesta com tanta energia, nunca deixa de apparecer quem o satisfaça. Os dois primeiros aventureiros brotaram espontaneamente, foram as consequencias immediatas da fermentação dos espiritos. Tudo se fez de per si. Os reis de Penamacor e da Ericeira foram os dois manequins revestidos das insignias regias que o povo, ancioso de se illudir a si mesmo, poz nos hombros dos primeiros que a isso se prestaram. Mas, inferiores ao seu papel, sem calculos pessoaes, idolos cegos e mudos promovidos a esse posto importante pelo fanatismo do povo, mas sem culto especial nem sacerdotes, cahi-

Digitized by Google

ram do altar ao primeiro sopro da fortuna; e olvidou-os a historia, como se olvidam as bolhas d'ar que a ebullição produz, quando a ebullição se acalma.

Os outros reis que se seguiram tiveram um aspecto differente. Gabriel Espinosa e Marco Tullio Catizoni preparavam o seu papel, ou preparavam-n'o por elles os dois frades Miguel dos Santos e Estevam de Sampaio. E' impossivel deixar de perceber a differença enorme que ha entre aquelles e estes aventureiros. Aquelles encontram adhesão e partidarios entre o povo, que é o primeiro a proclamal-os: os dois ultimos recrutam os seus seguidores entre pessoas de posição elevada, e apresentam-se com um plano mais ou menos concebido. Aquelles são filhos da insurreição popular, estes preparam-se na sombra das conspirações. Aquelles acham-se á testa da revolta como Masaniello em Napoles, ou antes como o Manuelinho em Evora; estes aproveitam de caso pensado a crença popular, e preparam uma tentativa que é, muito embryonariamente, o que ha de ser depois a feliz revolução que põe no throno a dynastia de Bragança.

As causas que facilitaram a crença do povo foram em primeiro logar, como já dissemos, o mysterio que envolveu o fim de D. Sebastião, mysterio que a deposição de Belchior do Amaral não dissipou de modo algum, e em segundo logar tambem um acontecimento, que não narrámos ainda, mas que foi talvez o que mais contribuiu para alimentar as esperanças dos Portuguezes opprimidos.

Na noite da batalha, quando já as portas d'Arzilla se haviam fechado sobre as reliquias dispersas do derrotado exercito, um grupo de tres ou quatro cavalleiros apresentou-se deante da villa e pediu que lhe dessem entrada. Negaram-lh'a; o terror apoderára-se da guarnição, que temia vêr apparecer d'envolta com os fugitivos a vanguarda das hordas marroquinas. Então os fugitivos desvairados pelo medo, lembraram-se de dizer que vinha com elles el-rei D. Sebastião. Logo as portas se abriram de par em par, e as sentinellas contemplaram, com respeitoso jubilo, um vulto que passava mysteriosamente envolto n'um manto, e seguido a

Real, de D. João II

alguma distancia pelos seus dois companheiros.

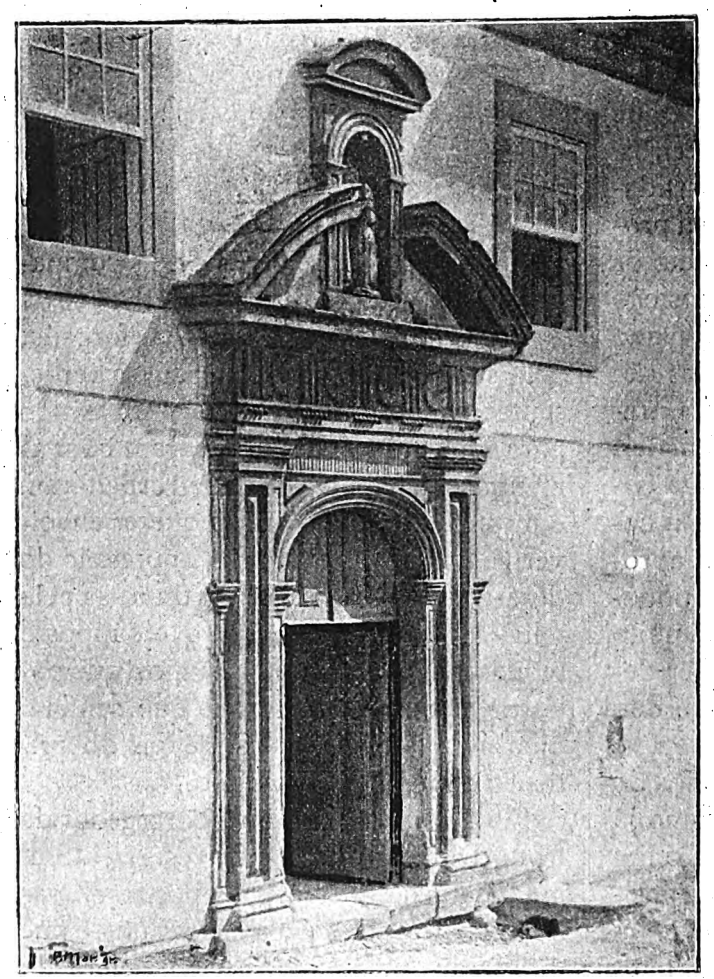
Este cavalleiro, que se via forçado, pela sua primeira imprudencia, a representar até ao fim o seu papel, foi levado para uma casa onde o rodearam com as maximas deferencias e onde respeitaram o mysterio em que parecia querer envolver-se e que attribuiram á impressão do desastre. Mas a noticia espalhou-se pela villa, e a casa que abrigava o supposto monarcha foi cercada de grupos, que palestravam em voz baixa e que sentiam uma alegria bem natural depois do primeiro choque do desanimo.

Foi-se contar o caso ao corregedor da frota, Diogo da Fonseca, e este veiu immediatamente visitar o supposto soberano, que lhe confessou a sua manha e que lhe pediu que o livrasse da colera do povo, que não deixaria de se vingar de ter sido assim illudido. Diogo da Fonseca teve a culpada condescendencia de acceder ao seu pedido, depois de o reprehender severamente, e consentiu que elle sahisse de noite para clandestinamente embarcar no galeão *S. Martinho*. E' verdade que o mancebo, que se chamava Diogo de Mello, jurou que elle e os seus companheiros não tinham dito que vinha no grupo el-rei, mas sim que vinham do sitio onde el-rei ficára.

Este mysterio fez com que todos em

Digitized by Google

Arzilla, e mesmo os marinheiros da esquadra, se convencessem de que el-rei estava a bordo, e, ainda que Diogo da Fonseca, em pleno conselho, a que chamou todos os officiaes da esquadra e da guarnição, contasse minuciosamente os factos como se tinham passado, nem por



PINHEL — PORTAL DO CONVENTO DE SANTA CLARA

isso deixou de subsistir a crença, que se transmittiu aos habitantes de Lisboa, muitos dos quaes suppozeram que el-rei vinha escondido a bordo da esquadra.

Esta supposição absurda foi mil vezes desmentida, mas ninguem conseguiu desenraizar completamente essa crença do animo dos populares, principalmente quando os infortunios, sempre crescentes, do paiz, fizeram com que todos voltassem olhos saudosos para o vulto do aventuroso mancebo que perecera em Alcacer-Kibir.

«Voltando a Hespanha, diz o sr. Miguel d'Antas, o monarcha hespanhol deixou em Portugal, com o titulo de governador, seu sobrinho o cardeal Alberto, archiduque d'Austria, mas assistido d'um conselho composto de D. Jorge d'Almeida, arcebispo de Lisboa, de Pedro de Alcaçova e de Miguel de Moura.

«A partida do monarcha hespanhol lançou uma certa perturbação no espirito dos seus partidarios. Receiavam, não sem motivo, que aquelles a quem a sua presença impunha pelo menos a apparencia da submissão não levantassem a cabeça, e que o descontentamento, rebentando emfim, não tornasse a pôr tudo em questão.

«Comtudo os não satisfeitos, antes de tomarem um partido, voltaram-se para o cardeal Alberto, na esperança que, mais independente depois da ausencia do rei, tomaria a peito prestar-lhes a justiça. Collocaram por conseguinte n'elle a sua ultima esperança. Foi de curta duração. O governador não tomava decisão alguma sem consultar o chefe da dynastia hespanhola. Nada havia mudado em Portugal.

«Teve então de cessar toda a illusão, e os mais decididos a resignarem-se á situação nova, pensando que, emquanto o dominio hespanhol em Portugal não estivesse seguro, o rei, pelo menos por politica, seria obrigado a mais attenções com os seus novos subditos, faziam votos para a continuação da resistencia que D. Antonio lhe oppunha ainda nos Açores.

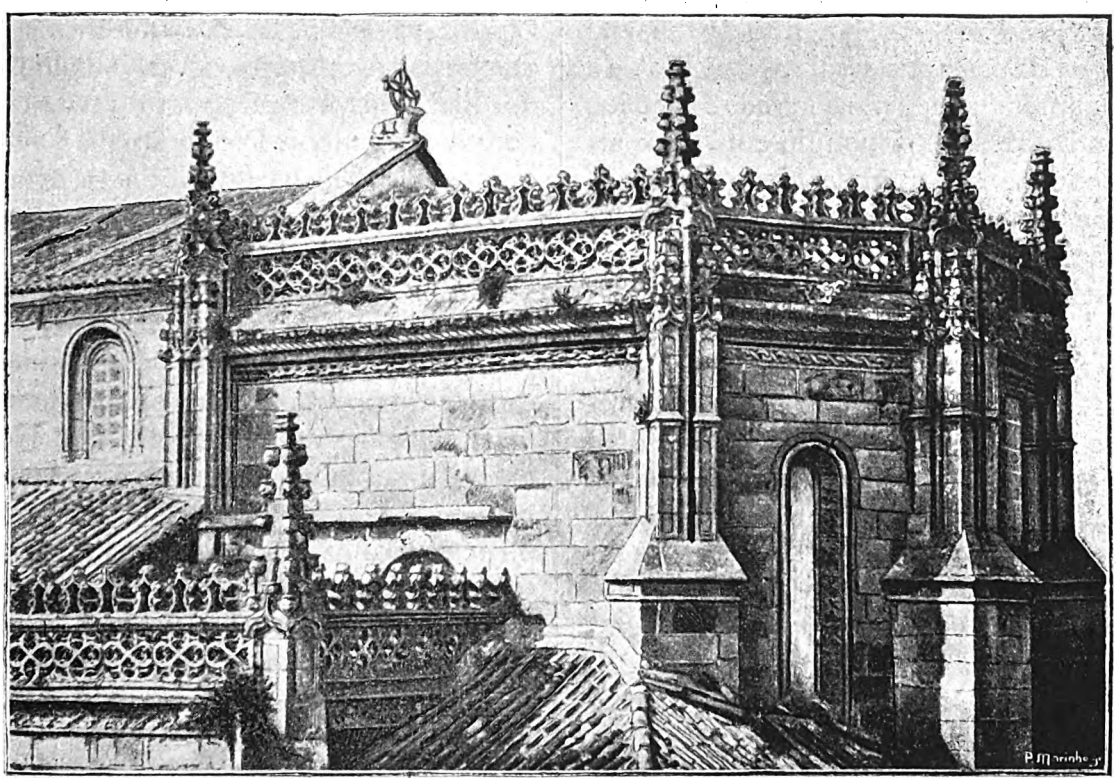
Digitized by Google

«É verdade que a Santa Sé conferiu ao cardeal Alberto a auctoridade de legado apostolico, o que era reconhecer até certo ponto a autonomia de Portugal; mas este favor, todos o sabiam, só devia durar dois annos; ora, passado esse tempo, ninguem duvidava de que por todos os meios o rei tentasse incorporar o paiz na poderosa monarchia hespanhola, de que passaria a ser então uma provincia conquistada.

«Emquanto o povo portuguez acreditou na possibilidade de conservar a sua independencia, a sua autonomia, os boatos que se faziam circular ácerca da sorte de D. Sebastião só imperfeitamente actuaram na sua imaginação; não poderam tomar bastante corpo para constituirem um partido perigoso. Mas quando os soldados do duque d'Alba derrotaram os batalhões populares do Prior do Crato, quando os ultimos esforços da nacionalidade expirante foram suffocados, quando, emfim, nas côrtes de Thomar os representantes do paiz, uns vendidos ao ouro estrangeiro, outros dominados pelo receio das vinganças hespanholas, curvaram a cabeça e dobraram o joelho deante de Philippe II, então esses mesmos boatos propagaram-se de novo e tomaram uma grande consistencia.

«A idéa de que o vencido d'Alcacer-Kibir podia muito bem ter sobrevivido á sua derrota ganhou numerosos partidarios, e fortificou-se tanto mais que, á parte o attractivo do maravilhoso, omnipotente nas massas, lisongeava o povo no seu amor da patria, e offerecia-lhe um elemento de resistencia contra o jugo estrangeiro.

«Quatro impostores, mais ou menos habeis, aproveitaram-se d'esta disposição dos espiritos para usurparem o nome de D. Sebastião [1].»



CAMINHA — PARTE EXTERIOR DA CAPELLA-MÓR

[1] Miguel d'Antas *Les faux Don Sébastien. Étude*

Digitized by Google

Foi o primeiro d'estes o que é conhecido na historia pelo nome de rei de Penamacor.

Foi em julho de 1584 que principiou a espalhar-se no reino que el-rei D. Sebastião apparecera.

Quem representava este papel era um mancebo de vinte annos, filho d'um oleiro de Alcobaça, que viera, em creança, para Lisboa com um homem que fazia rosarios. Em 1578, o patrão do rapazito fugira da peste que assolava a capital, e o seu aprendiz metteu-se a frade carmelita. Em breve se enfastiou do convento, segundo parece, porque fez com que os monges o pozessem no meio da rua, mas, graças a alguns protectores que soubera conciliar, porque elle tinha uma indole activa e emprehendedora, obteve licença de se fazer ermita, o que era uma profissão rendosa. Encetou uma peregrinação pelo reino, peregrinação que foi terminar junto da villa d'Albuquerque, na fronteira hespanhola, onde encontrou um eremiterio abandonado de que se fez habitante.

O novo asceta era rapaz esperto, e por conseguinte não tardaram a visital-o no eremiterio devotos e principalmente devotas, entre outras uma senhora viuva, cujo marido morrera em Alcacer-Kibir. O asceta pagou as visitas á piedosa dama, e parece que principiou a rasgar um tanto ou quanto a sua capa de santidade, porque houve quem o visse passeiar pelas ruas em companhia de moços turbulentos, e trocar pela guitarra profana e pelas trovas voluptuosas o cantochão de rigor.

Soube d'estes factos o prior da freguezia mais proxima, e, para evitar escandalo, ordenou ao eremita que sahisse do sitio. O homem obedeceu, e partiu para Alcobaça, onde residia seu pae. A viuva do guerreiro de Alcacer-Kibir, dera-lhe para viatico dinheiro, fato e um cavallo. Com isto implicou a justiça de Alcobaça, mas o rapaz provou que não roubára esses objectos; foi solto, mas, para ganhar a vida, como já não podia passar por eremita, começou a representar o papel de soldado d'Alcacer-Kibir, de captivo de Fez, lembrança que lhe foi decerto suggerida pela sua intimidade com a viuva. O povo gostava de ouvir contar historias phantasiadas das proezas da batalha e dos martyrios dos carceres; o rapaz era bom improvisador. Pouco a pouco veiu o nome de D. Sebastião á bocca de alguns populares; perguntavam-lhe qual teria sido a sorte do rei; o homem para se dar importancia, affectava uns ares mysteriosos. O mysterio redobrava de curiosidade. A pouco e pouco foi-se mettendo na cabeça d'alguns, que podia aquelle vagabundo ser muito bem el-rei que andasse cumprindo penitencia por ter arrastado o reino á perdição. A principio o rapaz quiz desmentir esses vagos boatos; houve quem lhe fizesse perceber o proveito que podia auferir da credulidade popular. Não foi preciso muito para incitar a imaginação velhaca do ex-eremita. Dois cumplices assumiram o papel de dois vultos sympathicos ao povo; um tomou o de D. Christovam de Tavora, o conselheiro valido de D. Sebastião, outro o do bispo da Guarda, o intrepido confidente de D. Antonio, e os tres, juntando-se em Penamacor, principiaram a aggregar credulos partidarios, que formaram uma especie de côrte a este soberano de novo genero.

Parece que o fim exclusivo d'esta conspiração de cavalheiros d'industria era explorarem a credulidade do povo para viverem á larga, pagando as despezas das hospedarias com duas palavras ditas em segredo pelo pseudo-Christovam de Tavora e pelo supposto bispo da Guarda ao ouvido dos estalajadeiros. Estas pa-

---

sur l'histoire du Portugal. T. 2.º, cap. 1.º, pag. 94 (Paris, 1866.)

Digitized by Google

lavras faziam com que os pobres homens não exigissem pagamento, e descobrindo-se respeitosamente, fizessem votos pela salvação do seu querido monarcha.

E' possivel que na mente do audacioso aventureiro começassem a germinar planos mais vastos. Já ia creando partidarios numerosos pela generosidade com que repartia pelos pobres o que dos ricos recebia. Ser-lhe-hia comtudo difficil representar o seu papel: nem se parecia em nada com D. Sebastião, nem os seus vinte annos concordavam com os trinta que o finado rei devia ter n'essa epocha.

Em todo o caso, a fama espalhou-se, e foi inquietar o governo de Lisboa, que expediu ordens immediatamente ao juiz de Penamacor, o doutor Leitão, para prender o supposto rei e os seus dois cumplices. O ex-eremita procurou ainda sustentar a sua impostura, dando respostas evasivas ao juiz; mas isso de nada lhe serviu. Foi remettido para Lisboa, onde entrou montado n'um burro, sendo exposto no campo de Santa Clara, para que todos se convencessem, vendo-o, de que nada se parecia com el-rei D. Sebastião. Pelo mesmo motivo foi conduzido de mãos atadas atraz das costas ao Limoeiro onde ficou encarcerado. Applicaram-lhe a tortura, que elle supportou com bastante fleugma, e a sua defeza consistiu sempre em que nunca se fizera passar por D. Sebastião, que apenas acceitára as homenagens que lhe prestavam, sem que de modo algum as provocasse. Estas respostas, dadas n'um tom agaiatado, e que mostravam a pouca importancia do *pretendente*, dispozeram os juizes e o proprio archiduque Alberto á clemencia, e emquanto os seus dois cumplices, os que se faziam passar por Christovam de Tavora e pelo bispo da Guarda, que tinham sido evidentemente os auctores do plano, eram executados, elle era simplesmente condemnado a remar nas galés.

N'essa qualidade embarcou a bordo da *Invencivel Armada* em 1588, e quando a frota passou junto das costas de França, logrou escapar-se, a abrigo provavelmente da tempestade que dispersou e destruiu a formidavel esquadra, e depois nunca mais se soube d'elle.

Suppõe o sr. Miguel d'Antas, com bastante verosimilhança, que seria o rei de Penamacor um aventureiro que em 1595 existia em Paris, de quem fala M. Mérimée nos seus *Faux Démétrius*, que se fazia passar por D. Sebastião, e que assim obtinha algumas esmollas de que vivia.

Real, de D. João II

Dos quatro impostores que tomaram o nome do vencido d'Alcacer-Kibir, foi este o menos serio. Parece ter sido unicamente um rapaz agarotado, que ao principio se divertiu com a credulidade do povo e os salamaleques dos estalajadeiros, que foi explorado por dois cavalheiros d'industria de vistas um pouco mais largas, os quaes, ainda assim, nunca chegaram a conceber um plano que fosse além de juntarem um bom peculio. O proprio rei de Penamacor é que parece ter um momento sonhado o papel de chefe d'uma insurreição, o papel de Masaniello. Quando viu que era tão facilmente acolhido, apezar do absurdo, a sua identidade com D. Sebastião, quando percebeu que o sentimento popular aspirava com ancia para uma bandeira que symbolisasse o renascimento da existencia independente de Portugal, teve por um momento a idéa de ser elle essa bandeira. O sonho, se o chegou a alimentar vagamente, cortaram-lh'o as justiças castelhanas; mas em presença do tribunal, em frente da tortura, não deixou de se mostrar o aventureiro alegre, vivo, descuidoso e intrepido, que sempre fôra.

O caso do rei da Ericeira foi mais se-

Digitized by Google

rio, e teve tambem um desenlace mais tragico. O governo castelhano começava a sobresaltar-se com esta ebullição popular.

O rei da Ericeira era um Matheus Alvares, filho d'um pedreiro da Villa da Praia, nos Açores. Fôra noviço no convento de S. Miguel, junto d'Obidos; depois parece que passára algum tempo na serra de Cintra no convento da Cortiça, e emfim, não podendo costumar-se ás austeridades do claustro, fez-se eremita e foi residir n'um eremiterio junto da Ericeira.

Qual era bem ao certo o caracter de Matheus Alvares, é o que não podemos agora descortinar. A firmeza que mostrou nos interrogatorios, a profissão de fé patriotica que ousou fazer deante dos juizes, a coragem com que affrontou o supplicio mereceram-lhe a sympathia da historia; por outro lado, as crueldades que practicou ou deixou practicar, e a fraqueza de que deu provas no combate que os insurgentes travaram com as tropas hespanholas parecem dever collocal-o entre a escoria dos aventureiros. Seja como fôr, o certo é que este, muito differente n'isso do rei de Penamacor, meditou o seu plano de caso pensado, e, baseando-se n'uma certa similhança que possuia com D. Sebastião, sendo pouco mais ou menos da mesma edade, e tendo, como elle, a tez alva e a barba e o cabello ruivos, concebeu a idéa de se fazer passar pelo fallecido soberano.

E' natural que esse pensamento lhe fosse suggerido pela aventura do rei de Penamacor, e pela facilidade com que o povo acolhera a sua inverosimil historia. Quando em Portugal se não falava senão n'esse caso, quando provavelmente os visitantes do eremiterio lhe contavam os incidentes da tragi-comedia que se desenlaçára em Lisboa, Matheus Alvares tomava uns ares mysteriosos e tristonhos, que faziam scismar os seus interlocutores. Pouco a pouco principiaram a perguntar a si mesmos, se, sendo verdade, como já passava por indubitavel, que D. Sebastião vivia, expiando em voluntaria penitencia as culpas de que fôra reu, não era muito possivel que fosse este Matheus Alvares, que dava ares do rei, o proprio D. Sebastião? As suspeitas tomavam vulto. Contava-se que se tinha ouvido no silencio da noite, e na solidão do eremiterio, Matheus Alvares flagellar-se exclamando, quando julgava que ninguem o ouvia: Portugal! a que abysmo desceste! Sou eu a causa da tua desgraça! Infeliz Sebastião, com que penitencia has de expiar as tuas culpas?

E era muito possivel que, representando com perfeição o seu papel, Matheus Alvares soltasse realmente essas exclamações, certo de que haveria emtorno do eremiterio ouvidos curiosos que apanhassem avidamente o minimo rumor que sahisse da pobre choupana, onde já se imaginava que estava escondido o aventureiro rei.

Não eram já homens da plebe, mas tambem gente abastada que escutavam esses rumores. Um rico proprietario, Antonio Simões, ou credulo ou cumplice, affirmou que reconhecia perfeitamente o eremita por D. Sebastião. Pedro Affonso, dono de uma herdade em Rio de Moiro, tomou altamente o seu partido, e jurou que antes do S. João o havia de sentar no throno. Disseram-lhe alguns amigos que não se fiasse n'esse impostor, ao que respondeu Pedro Affonso que lhe importava pouco que esse homem fosse ou não fosse el-rei D. Sebastião, que lhe bastava saber que era um homem que estava resolvido a libertar o reino do jugo dos Hespanhoes para o auxiliar com todas as forças.

Este Pedro Affonso era digno da empreza, pela energia do caracter, e pena foi que tão altos pensamentos se abrigassem em espiritos não cultivados e inca-

Digitized by Google

pazes por conseguinte de levarem além dos primeiros passos negocios de tamanha importancia. Homem de perto de cincoenta annos, de estatura athletica, de alma pouco accessivel aos sentimentos de compaixão, completava com a influencia que sempre a força e a energia exercem nas massas o que a astucia de Matheus Alvares soubera adquirir. Estavam ambos talhados para a empreza, pois que tinha um o que ao outro faltava: este a intelligencia manhosa, aquelle a activa energia: um era a cabeça que pensa, o outro o braço que executa. Assim elles tivessem nascido n'outra esphera, e podessem por conseguinte fazer mais do que amotinar a plebe.

Mas o que é certo é que, quando o governo de Lisboa, sobresaltado, mandou á Ericeira o corregedor Diogo da Fonseca[1] para investigar o que havia, já Matheus Alvares reunira perto de oitocentos homens. A' chegada do corregedor dispersaram-se todos, fugiram uns para as serras, outros, pescadores, metteram-se nos botes e fizeram-se de largo, e o corregedor não pôde lançar a mão a um só rebelde. Esta fuga comtudo tranquillizou-o, pensou que não tinha consistencia o motim, e voltou a Lisboa, depois de ter dado ordem ao corregedor de Torres Vedras para proceder contra os amotinadores que podesse capturar.

Mas apenas Diogo da Fonseca sahiu da Ericeira, o grupo tornou-se a formar, como por encanto, e Mathens Alvares, satisfeito por vêr que lhe eram fieis os seus partidarios, começou a distribuir recompensas, vicio commum a todos os pretendentes de qualquer esphera, que acham facil e saboroso darem o que não teem. Assim, Pedro Affonso, que se fazia chamar, sem mais ceremonia, D. Pedro Affonso de Menezes, foi nomeado pelo pretendente marquez de Torres Vedras, conde de Monsanto, senhor da Ericeira e governador de Lisboa. A filha de este importante personagem escolheu-a o pretendente para sua esposa, e foi co-

D. ANTONIO, PRIOR DO CRATO

[1] Era o mesmo que em Arzilla conhecera do facto que foi origem da crença popular, e ainda o mesmo que instaurára processo ao rei de Penamacor. Sabujo sanguinario da realeza hespanhola, procurava distinguir-se aos olhos de Philippe II pelo ardor com que procurava e punia os seus rebeldes compatriotas. Era um digno antecessor de Miguel de Vasconcellos.

Digitized by Google

roada rainha de Portugal com um diadema furtado a uma imagem de Nossa Senhora. Era a scena da farça a metter-se no meio d'uma tragedia que ia ser bem lugubre.

Apezar d'estas fraquezas, Matheus Alvares continuava a mostrar-se habil. Apparecia muito pouco, para não perder o prestigio, e enviava recados secretos a differentes fidalgos, entre outros D. Diogo de Sousa, o antigo commandante da esquadra que transportára o exercito portuguez á Africa. E' provavel que n'essa missiva lhe propozesse favorecer a sua astucia; mas o que elle disse aos seus partidarios foi que lhe mandára communicar a senha que lhe déra quando partira para fazer penitencia, e que D. Diogo reconhecera a identidade, mas, traidor ou cobarde, não ousára declaral-o.

E' notavel como dos incidentes d'estes diversos casos sempre sobrevive no animo do povo alguma coisa que serve a futuros impostores. Assim, do caso do rei de Penamacor sobrevive a certeza de que D. Sebastião andava pelo mundo fazendo penitencia, e do caso do rei da Ericeira sobrevive a idéa de que D. Diogo de Sousa trouxera o rei a bordo da esquadra, e recebera d'elle uma senha que o devia fazer reconhecer quando lhe approuvesse recuperar o reino. Effectivamente, D. João de Castro, o credulo e habil partidario de Marco Tullio Catizoni, affirma no seu livro que publicou, intitulado *Discurso do sempre bemvindo e apparecido rei D. Sebastião*, que D. Diogo de Sousa recebera a senha do monarcha, mas que essa senha não era a que Matheus Alvares lhe transmittiu, provando assim a um tempo que D. Sebastião sobrevivera á batalha e que o rei da Ericeira era um impostor.

Matheus Alvares comtudo não desistiu do seu projecto, e ousou enviar ao cardeal Alberto uma carta ordenando-lhe que sahisse de Portugal. O portador foi uma innocente creança, filha de Antonio Simões, que deveu á sua pouca edade, e á indole não muito cruel do archiduque, o escapar ao supplicio. Entretanto espalhavam-se proclamações pelo reino, chamando o povo ás armas. Uma d'ellas chegou em Coimbra ás mãos do padre Leão Henriques, antigo confessor do Cardeal-Rei, e este communicára a Miguel de Moura. O governo hespanhol entendeu que era mister emfim proceder com energia.

A insurreição ia effectivamente tomando proporções sérias. Já mais de mil homens se reuniam emtorno do falso Sebastião; cahira nas mãos d'elles o corregedor de Torres Vedras. O povo de Mafra tomára o partido do supposto rei, e prendera o doutor Gaspar Pereira, desembargador da Relação, que estava em uma quinta sua que possuia junto da villa. Os insurgentes compravam abertamente munições e provisões por aquelles arredores. O governo hespanhol, que tremia ao mais leve movimento, receiava tanto uma sublevação, que o marquez de Santa Cruz dobrava as guardas do palacio do archiduque Alberto, ao passo que confiava tropas ao corregedor Diogo da Fonseca, de novo encarregado de ir suffocar o motim. «Esta revolta sem consistencia, diz com razão o sr. Miguel d'Antas, que não daria os mais leves cuidados a um governo nacional, bastaria para inquietar seriamente a Hespanha e para lhe fazer perceber que estava acampada em Portugal e que não podia contar com os seus novos subditos.» [1]

Entretanto os insurgentes, que eram afinal homens da infima plebe, estragavam a sua causa como a tinham estragado os partidarios de D. Antonio, praticando excessos, que arredavam d'elles as sympathias. Ao corregedor de Torres Vedras e ao seu escrivão arrojaram-n'os

---

[1] *Les faux Don Sébastien*, pag. 118

Digitized by Google

ao mar do alto das fragas da Ericeira; ao desembargador Gaspar Pereira, ao filho e ao sobrinho assassinaram-n'os. Atterrados com estas violencias, os patriotas sensatos, que estariam dispostos a auxiliar d'algum modo a causa do aventureiro pretendente, passaram a ser simples espectadores da contenda. D'esse momento em deante não podia ser duvidoso o resultado da lucta.

Effectivamente, Diogo da Fonseca encontrou-se na Ericeira com um grupo de duzentos insurgentes, que responderam com uma descarga de fuzilaria á intimação que elle lhes fez para se renderem. Essa escaramuça terminou com aderrota dos revoltosos, oitenta dos quaes cahiram nas mãos do corregedor, que logo lhes applicou a tortura, e soube que o corpo principal das tropas estava em Torres Vedras; marchou para lá, reforçado com as duas companhias hespanholas dos capitães San Esteban e Calderon, e a batalha que se travou n'um campo de trigo, onde os Hespanhoes se emboscaram, não foi mais duradoura do que a da Ericeira. Pedro Affonso e outros chefes pozeram-se a salvo ás primeiras descargas, percebendo que não podiam luctar com as tropas regulares; Matheus Alvares tambem mostrou pouco valor, e fugiu, antes mesmo dos primeiros tiros. Foi comtudo denunciado e preso; a honra das armas portuguezas foi salva n'esta occasião por um pequeno troço d'intrepidos voluntarios, que se refugiaram na egreja de Santa Maria do Porto, e alli morreram, desde o primeiro até o ultimo, pelejando valorosamente.

No dia 12 de junho de 1585 fez o rei da Ericeira em Lisboa a sua pouco triumphal entrada, pelas portas de Santo Antão. Logo que se lhe instaurou processo, applicou-se-lhe a tortura, que supportou com animo, e deu provas d'uma certa dignidade em todo o decurso do seu rapido processo. As palavras que elle respondeu aos juizes devem merecer-lhe as sympathias de todos os Portuguezes. Confessou nobremente que de caso pensado tomára o nome de D. Sebastião, e que as suas intenções eram concitar os Portuguezes contra o jugo castelhano. Quando, graças á sua astucia e ao enthusiasmo com que o povo o seguiria, tivesse tomado Lisboa e expulsado os Hespanhoes,

Real, de D. João II

confessaria que não era D. Sebastião, e diria aos Portuguezes: Estaes livres, escolhei o rei que vos aprouver. A simplicidade e grandeza d'esta confissão gelaram de terror os juizes que então presentiram talvez que era immorredoura a causa que podia inspirar taes palavras e taes pensamentos aos mais rudes populares. A convicção, que os salteou, de que eram muito sérias estas tentativas, que apresentavam um aspecto ridiculo, traduziu-se no supplicio atroz que infligiram ao *rei da Ericeira*. No dia 14 de junho de 1585 (o processo fôra summario, como se vê) Matheus Alvares teve, junto do patibulo, a mão direita, que lhe servira para assignar com o nome de D. Sebastião alvarás e proclamações, cortada pelo algoz; foi depois enforcado. Depois a cabeça, separada do tronco, ficou durante um mez exposta no pelourinho, e o corpo, cortado em pedaços, foi repartido pelas portas da cidade.

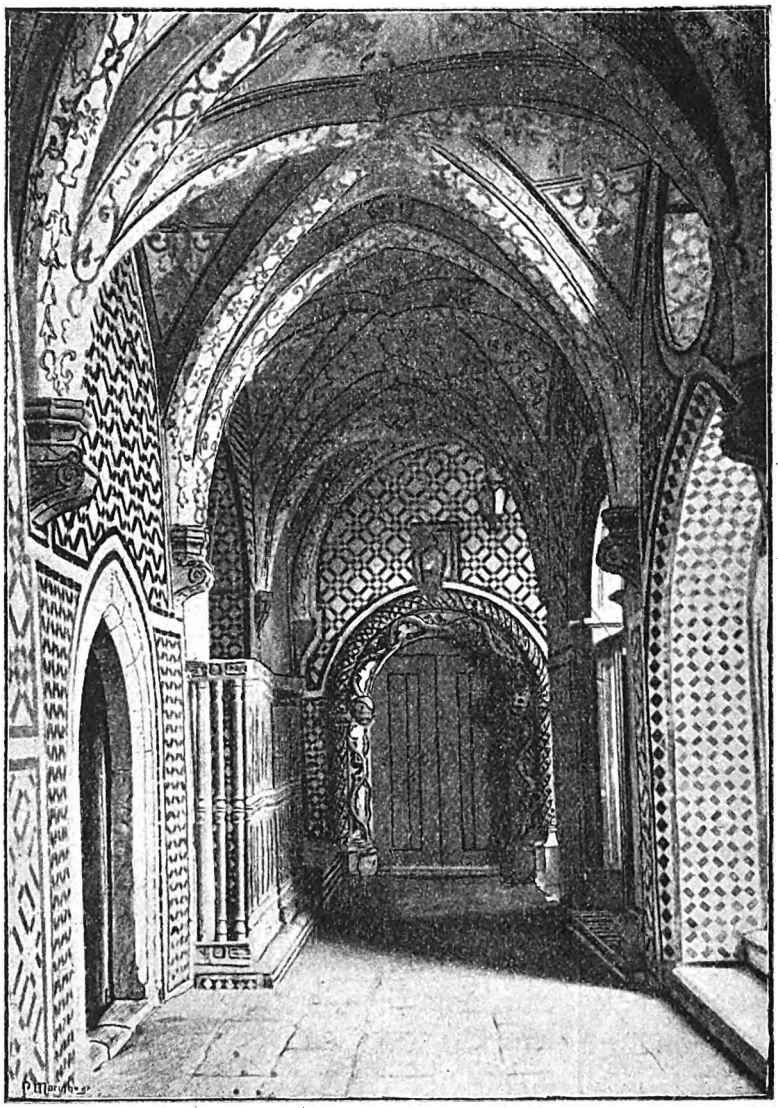
Pedro Affonso, como sabemos, lográra escapar-se, mas pouco tempo depois, trahido por um dos seus, foi enviado a Lisboa e enforcado como o seu cumplice.

Durante muito tempo correu o sangue a jorros na provincia da Extremadura; Diogo da Fonseca desejava dar provas do seu zêlo e fez reinar o regimen do terror em Mafra, Torres Vedras e na Ericeira; a forca esteve alli em permanencia, a ponto que o archiduque Alberto se

Digitized by Google

viu obrigado a pôr um termo aos excessivos rigores do digno corregedor Diogo da Fonseca.

Tal foi o desgraçado fim da tentativa da Ericeira. Estava-se já bem longe, como se vê, da indulgencia com que fôra tractado o rei de Penamacor. Tambem esta segunda tentativa fôra mais séria do que a primeira. Por mais d'uma vez nos tem acudido aos bicos da penna o nome de Masaniello, e com effeito parece-se bastante com o typo do heroe napolitano o typo de Matheus Alvares. Faltou-lhe, como a elle, uma cultura de espirito que lhe permittisse dirigir negocios diplomaticos e guerreiros, e uma elevação de nascimento, sem a qual nada se fazia nos seculos XVI e XVII para attingir ao nobre fim a que aspirava a restauração da independencia portugueza.



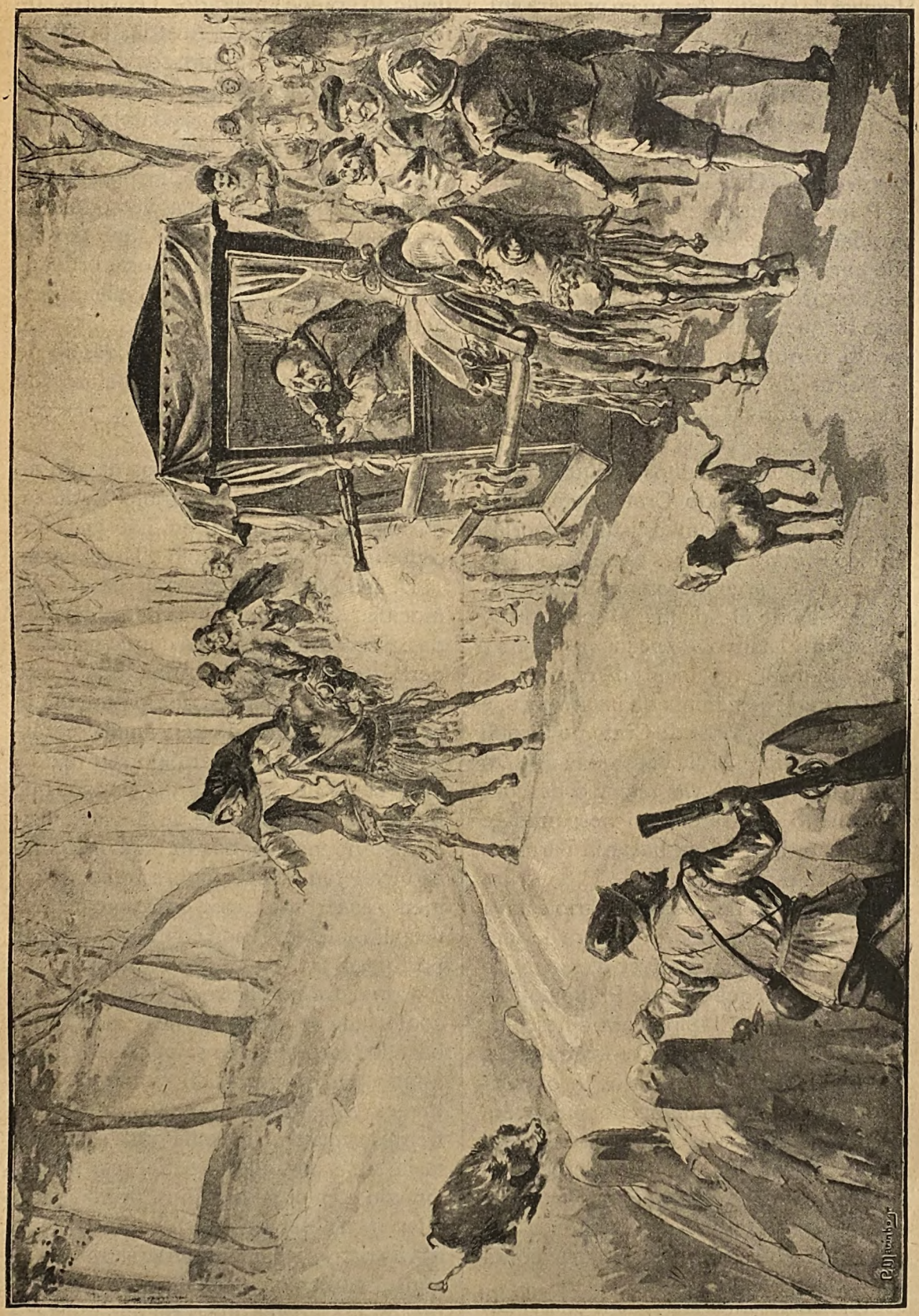
BEJA — CONVENTO DA CONCEIÇÃO (PORTA DO REFEITORIO)

Vamos agora contar uma aventura bem mais romanesca e uma intriga com a qual pouco já tem que vêr a liberdade portugueza. São as ambições d'um frade que desvairam um pobre homem, e o fazem sonhar a representação d'um papel para que a natureza o não fadára. As perseguições de D. Philippe, e as sympathias d'uma pobre princeza encarcerada dentro dos muros d'um carcere e victima da fria politica da casa d'Austria é que rodeiam d'uma certa auréola a prosaica physionomia de Gabriel d'Espinosa, o pasteleiro de Madrigal.

A historia d'este aventureiro está envolta n'um certo mysterio, que o longo processo não pôde desvelar; comtudo os estudos conscienciosos do sr. Miguel de Antas, que aproveitou largamente a mina inexgotavel dos archivos de Simancas, habilitaram-n'o a formar as conjecturas mais verosimeis sobre a formação d'esta intriga, cujo desenlace apenas se conhece positivamente.

Fr. Miguel dos Santos, frade agostinho, fôra provincial da sua ordem em Portugal, prégador d'el-rei D. Sebastião, e confessor de D. Antonio prior do Crato.

Digitized by Google



AS CAÇADAS DO CARDEAL-REI

Digitized by Google

Homem de talento, fôra quem pregára em Lisboa o sermão nas exequias de D. Sebastião, sermão que produzira um grande effeito nos animos dos ouvintes, propensos, é certo, a commoverem-se facilmente com a lembrança da recentissima catastrophe [1]. Confessor, como dissemos, do Prior do Crato, e por conseguinte seu partidario, fôra por isso preso e remettido para Hespanha. Depois d'alguns annos de carcere, obteve o perdão de Philippe II, que, tendo em muita conta o seu talento, o nomeou vigario do convento de freiras de Santa Maria la Real, na villa de Madrigal, na provincia de Castella Velha.

Fr. Miguel dos Santos comtudo, nem esquecêra o Prior do Crato, nem a patria que amava, nem as suas proprias ambições, para as quaes era estreito horizonte esse cargo mesquinho n'uma pequena villa de Hespanha. O seu espirito inventivo e activo começou a scismar constantemente nos meios de reaccender em Portugal a chamma da insurreição, e de reassentar o Prior do Crato no throno dos seus maiores. Elle bem sabia que em Portugal era cada vez maior o descontentamento contra o jugo hespanhol, e que a mais leve faisca bastaria para que se ateasse o incendio.

No convento de que era vigario estava então reclusa uma pobre senhora de sangue real, que expiava talvez d'esse modo o odio occulto que sempre Philippe II ao seu pae votára. Esse pae era o heroe de Lepanto, D. João d'Austria, o sympathico e heroico bastardo de Carlos V, o aventuroso e romanesco mancebo que vivera até á edade viril sem conhecer a nobreza do seu nascimento, e que Philippe II só devia mais tarde reconhecer por irmão quando como tal lh'o apresentou o seu preceptor Huixada, o affectuoso confidente do grande imperador. Os louros colhidos por D. João d'Austria, primeiro contra os rebeldes mouriscos de Granada, depois principalmente na batalha de Lepanto, em vez de abrandarem a antipathia do seu regio irmão, tinham-n'a pelo contrario redobrado, inspirando ao sombrio Philippe II uma desconfiança atroz contra o moço heroe, que tão facilmente conquistava uma gloria brilhante e uma popularidade que elle nunca obtivera.

Essa desconfiança e o seu desejo de reprimir os pensamentos ambiciosos de D. João d'Austria, traduziam-se nas minimas cousas.

Assim, ao passo que todos davam ao bastardo de Carlos V o titulo d'Alteza, obstinou-se Philippe II em não lhe conceder nunca senão o titulo d'Excellencia.

D. João d'Austria morreu na flor da mocidade, deixando duas filhas bastardas; uma casou na Sicilia com o principe de Butera, a outra, D. Anna, que é esta de que nos occupamos, foi mettida n'um convento, d'edade de seis annos, e forçada depois a professar pelo seu regio e implacavel tio. Saudosa do mundo, que mal entrevira, mas que devaneiava formosissimo nos sonhos da sua imaginação exaltada, vivia a pobre freira tristemente encerrada n'esse convento de Madrigal, onde teve por confessor o frade portuguez fr. Miguel dos Santos.

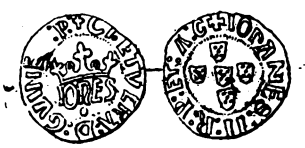
Como foi que entre o confessor e a confessada se chegou a falar em D. Sebastião? E' o que não se póde saber. Ou a fama das aventuras do monarcha portuguez chegára aos ouvidos da juvenil freira sua prima, e lhe inflammára a phantasia, ou fr. Miguel dos Santos, preoccupado com os seus planos, principiou a falar em D. Sebastião á filha de D. João d'Austria, e, facilmente interessou a romanesca menina pela sorte do rei. Começou-lhe a dizer que o rei não morrêra em Alcacer-Kibir, como geralmente se

[1] Este sermão foi trasladado pelo sr Camillo Castello Branco no seu livro *As Virtudes antigas — A Freira que fazia Chagas—O Frade que fazia reis.*

Digitized by Google

contava; que elle mesmo, prégando o sermão das suas exequias em Lisboa, vira, antes de subir ao pulpito, chegar ao pé de si um sujeito mysterioso, que o advertiu para tomar cautella no que dissesse na prédica, porque não só D. Sebastião estava ainda vivo, mas que estaria alli a ouvil-o. Disse-lhe mais que D. Sebastião apparecera ferido no reino, e fôra curado por um medico de que elle tinha conhecimento. Estas cousas, que ia talvez ao acaso narrando á sua confessada, eram as bases que elle pretendia dar ao plano que meditava. Com effeito, o exito, que em parte haviam obtido as tentativas aventurosas dos reis de Penamacor e da Ericeira, suggerira-lhe o pensamento de que não seria nem impossivel, nem sequer difficil conseguir um triumpho, sendo bem dirigida a conspiração. Faltava-lhe apenas um homem para representar o papel do monarcha.

Foi então que appareceu em Madrigal, para exercer o humilde officio de pasteleiro, um homem chamado Gabriel d'Espinosa, que fôra soldado do exercito do duque de Alba, e que, segundo parece, na occasião do saque dos arrabaldes de Lisboa, valera a fr. Miguel dos Santos, salvando o seu convento das sevicias da soldadesca. Renovaram-se as relações entre os dois conhecidos; fr. Miguel dos Santos reconheceu no pasteleiro um homem intelligente, e senão instruido, pelo menos conhecedor de bastantes linguas, falando principalmente com muita facilidade o francez e o allemão, o que devia á sua vida aventurosa e militante. Demais a mais, Gabriel de Espinosa não conhecera seus paes, e estava por conseguinte em optimas circumstancias, sem familia que o denunciasse, para desempenhar o papel que fr. Miguel dos Santos lhe queria distribuir. Como se fizeram as propostas, como se entabolaram as negociações é o que nós não sabemos. O certo é que de ahi a pouco tempo estavam d'accordo os dois cumplices, e fr. Miguel dos Santos dizia com o maior segredo a D. Anna d'Austria que chegára a Madrigal el-rei D. Sebastião. Passava-se isto no anno de 1594. Tinham decorrido nove annos depois do caso do rei da Ericeira.



Meio real, de D. João II

D. Anna de Austria, que tinha então vinte e seis annos (nascera em 1568) ficou louca de jubilo ao saber d'esse fausto acontecimento. Sonhou um romance a cortar-lhe a monotonia da existencia, enlevou-se no pensamento de proteger seu primo o nobre rei de Portugal, e, o que mais é, enlevou-se nos galanteios do supposto monarcha, que era comtudo homem de mais de cincoenta annos. O verdadeiro D. Sebastião devia ter n'essa epocha apenas quarenta, mas o aspecto avelhentado explicavam-n'o facilmente os perigos, trabalhos e desgostos que passára, e além d'isso Gabriel d'Espinosa pintára o cabello grisalho, dando-lhe a côr arruivada do cabello de D. Sebastião.

Mas o pensamento de ser requestada por um soberano e soberano aventuroso como esse fôra e era, a idéa de vir ainda a sentar-se n'um throno, o desejo ardente de sahir do convento, onde só estava constrangida, o romantico sabor d'esse successo, tudo captivou a facil imaginação de D. Anna d'Austria, e a levou a prender-se por verdadeira sympathia ao aventureiro que assim a enganava. Na occasião do processo, os magistrados, que D. Philippe não cohibia, aventuraram suspeitas sobre a honra de D. Anna de Austria, que diziam ter tido uma filha de Gabriel d'Espinosa. D. Anna sempre repelliu energicamente esta accusação, queixando-se a seu regio tio, por elle deixar que os seus delegados assim dilace-

Digitized by Google

rassem a honra de uma pessoa de sangue real. Se ella levou o affecto, que tinha incontestavelmente ao supposto D. Sebastião, até ceder aos seus desejos, é o que não podemos de fórma alguma saber, ainda que o proprio Gabriel d'Espinosa, gabando-se de ser amado por ella, sempre declarou a sua virtude immaculada. Mas o que sabemos com certeza é que a filha que lhe attribuiam era effectivamente filha de Gabriel d'Espinosa, mas tivera-a este d'uma sua amante que trazia comsigo, e que se chamava Ignez Cid. Quando se travou a intriga a que nos referimos, Gabriel d'Espinosa conveneeu a pobre rapariga a fazer-se passar por ama da creancinha de quem era mãe. A D. Anna d'Austria fez fr. Miguel dos Santos acreditar que era a pequenina, que se chamava Clara Eugenia [1], fructo dos amores que o rei tivera, já depois de andar peregrinando, com uma fidalga do Porto. Bastou isto para que a credula senhora se affeiçoasse muito á creancinha, e a chamasse ao convento para acarinhal-a, como filha do homem a quem amava, e como debil vergontea do regio tronco portuguez.

Corriam por consequencia as coisas maravilhosamente para fr. Miguel dos Santos; mas este, que não queria perder uma unica das que podiam contribuir para dar verosimilhança ao seu plano, attrahiu a Madrigal um medico, João Mendes Pacheco, de quem fôra condiscipulo na universidade de Coimbra. Este homem tivera uma aventura singular. Mezes depois da batalha d'Alcacer-Kibir, chamára-o a viuva de Christovam de Tavora, e ordenára-lhe que partisse para a serra de Carneiro, entre o Porto e Guimarães, onde teria que tractar d'um ferido. O medico foi, e, introduzido com grande mysterio n'uma casa isolada por um individuo que fôra ter com elle a Guimarães, ahi tractou effectivamente um ferido, cujo rosto não podéra vêr, porque o tinha sempre quasi envolto n'uns pedaços de tafetá, e a quem todos falavam com respeito. Quando o ferido se restabeleceu, despediram-n'o, pedindo-lhe que agradecesse muito a D. Francisca Calvo, a viuva de Christovam de Tavora, o serviço que lhe prestára. João Mendes Pacheco, falando com essa senhora, procurou penetrar o mysterio d'esta aventura, insinuou até mesmo que o ferido podia muito bem ser el-rei D. Sebastião; mas D. Francisca nem lhe satisfez a curiosidade, nem attendeu ás suas insinuações.

Fr. Miguel dos Santos conhecia esta historia, cuja explicação seria talvez algum duello secreto entre pessoas d'alta gerarchia, ou algum crime mysterioso, ou emfim qualquer caso muito simples, enriquecido pela imaginação do doutor. Sempre elle julgara que esta aventura podia ser favoravel a qualquer falso D. Sebastião, que tentasse levantar a bandeira da independencia. Por isso ficou satisfeitissimo, quando recebeu do seu antigo condiscipulo uma carta, em que lhe pedia que lhe arranjasse em Hespanha modo de ganhar a sua vida. Mandou-o ir, como dissemos, a Madrigal, apresentou-o a D. Anna d'Austria, e pediu-lhe que repetisse a historia da sua cura mysteriosa. Assim fez Mendes Pacheco, acreditando por conseguinte no espirito da freira a narrativa de fr. Miguel. Este porém esperava que elle fosse seu cumplice; mas a isso não se prestou o medico, porque apenas fr. Miguel dos Santos lhe perguntou se não achava que Gabriel d'Espinosa se parecia com D. Sebastião, respondeu que não tinha a mais leve similhança, e que, se o pasteleiro de Madrigal tencionava fazer-se passar pelo rei, devia ser considerado como um insigne

[1] Ácerca do posterior destino d'esta menina veja-se um estudo do sr. Camilo Castello Branco, intitulado *A filha do pasteleiro de Madrigal*, no seu livro *As Virtudes antigas*,

Digitized by Google

impostor. A' vista d'isto, fr. Miguel dos Santos não ousou insistir, e livrou-se o medico Mendes Pacheco de ser implicado no processo do pasteleiro de Madrigal, onde appareceu simplesmente como testemunha.

O plano de fr. Miguel dos Santos, tal como parece resultar das inducções que se tiram do seu procedimento e das suas respostas, consistia em ligar por um casamento Gabriel de Espinosa com D. Anna d'Austria. Para resolver a freira a esse passo, que ella estava aliás bem desejosa de dar, dissera-lhe primeiro que Espinosa tinha duas dispensas do Pontifice, uma para poder casar com parenta proxima, outra para absolver uma freira dos seus votos. Para acabar de a decidir a sahir do convento, promettia-lhe que a viria buscar um seu irmão que ella não sabia que tinha. Quem devia representar este papel era um filho de Gabriel d'Espinosa, rapaz dos seus vinte annos, que foi preso em Evora, que tentou ainda representar de longe o seu papel, escrevendo a Philippe II, etc., mas que não conseguiu que lhe dessem importancia. O rei de Hespanha até o tomou por doido.

Depois de D. Anna sahir do convento e de partir com Espinosa para Portugal, juntava-se um partido, o que não era difficil, no estado d'excitação em que estava o reino contra os Hespanhoes. Já se vê que o reconhecimento de D. Sebastião por uma senhora de sangue real, sua prima direita, e filha de D. João d'Austria, devia influir poderosamente no animo do povo; era até a base mais segura e mais racional do projecto. Depois de ter

D. SEBASTIÃO

reunido um partido consideravel, o Prior do Crato, a quem fr. Miguel dos Santos communicava o acontecido, viria de Paris a Portugal, levaria a cabo a empreza, e, desmascarando depois o impostor, entraria em tranquilla posse da corôa portugueza.

O plano não era desacertado, o instrumento que o acaso lhe deparára estava até certo ponto á altura d'elle. Ape-

Digitized by Google

zar da humilde profissão que exercia, Gabriel d'Espinosa era intelligente, parecia qne tinha uma certa distincção natural, e uma tal ou qual eloquencia, pois que não só pôde illudir a filha de D. João d'Austria, fazendo-se passar por um personagem d'alta gerarchia, mas até inspirar-lhe um amor ardente. Comtudo não se pode ser perfeito; Gabriel d'Espinosa tinha uma vaidade que deitava a perder as combinações de fr. Miguel dos Santos. N'uma viagem que fez para ir buscar o supposto irmão de D. Anna d'Austria, mostrou joias ricas que D. Anna lhe dera, mostrou um retrato d'ella, gabando-se de ser amado por tão formosa senhora, e deu a entender que era um alto personagem a um cosinheiro a quem servira d'ajudante, annos antes, n'um banquete dado por um fidalgo em Madrid. Isto fez com que logo a duas leguas de Madrigal fosse preso, porque uma mulher avisou o alcaide de Valladolid, D. Rodrigo de Saldanha, que estava em sua casa um homem que tinha joias, mais ricas do que o seu trajo indicava. Foi preso por conseguinte, mas apenas como suspeito de roubo. D. Rodrigo é que perfeitamente cahiu das nuvens, quando, revistando-lhe as algibeiras, encontrou umas cartas onde lhe davam o tratamento de *Magestade*, e viu que essas cartas eram de D. Anna d'Austria. O alcaide primeiro o qne julgou foi que pozera as mãos no Prior do Crato, e com essa captura ficou satisfeitissimo. Não tardou a descobrir-se a verdade: Philippe II foi informado do que se passava, e intentou logo processo contra Gabriel d'Espinosa, D. Anna d'Austria e fr. Miguel dos Santos.

Não seguiremos as peripecias d'este longo processo, que vem minuciosamente narrado pelo sr. Miguel d'Antas, em presença dos documentos originaes, no livro 3.º da sua magnifica obra. Não contaremos o martyrio moral a que foi sugeita a desgraçada filha de D. João de Austria, cuja boa fé era evidente, e que soffreu no seu orgulho, e no seu pundonor, sabendo qne fôra illudida por um miseravel. Debalde ella erguia para o throno as suas supplicas, pedindo que a poupassem a vergonhosos interrogatorios e a suspeitas ainda mais vergonhosas; debalde invocava o nome de seu pae, o parentesco proximo que a unia a Philippe II. O homem que assassinára seu filho pouco attendia a estes laços de sangue, e o nome de D. João d'Austria aggravava mais do que attenuava a severidade do sombrio monarcha.

Não contaremos tambem as torturas que arrancaram a fr. Miguel dos Santos denuncias mentirosas, que depois retractou e em que envolveu no caso muitas vezes até homens que tinham morrido havia muito tempo, e dando como realizados, para que o não martyrizassem mais, os planos que concebera. Gabriel d'Espinosa, esse confessou tudo claramente, não procurou lançar as culpas a pessoa alguma, e mostrou dignidade em presença dos juizes, dignidade superior ao que se podia esperar d'um aventureiro, que não era realmente guiado por nenhum sentimento nobre. Fr. Miguel dos Santos, pelo contrario, homem de pensamentos patrioticos, mostrou uma tendencia vergonhosa para se desculpar á custa da pobre e innocente freira que soubera illudir.

Contradicções inexplicaveis, eque embaraçam os philosophos mais conhecedores da natureza humana [1].

Apezar do processo se prolongar desde outubro de 1594, em que foi preso Ga-

[1] O conde Fabraquer, na sua obra *Causas celebres historicas de Hespanha*, pag. 302 (Madrid, 1858), refere comtudo que o frade supportou as primeiras torturas com muito animo, apezar das cordas lhe entumecerem horrorosamente as veias, e do sangue correr no potro, mas afinal a dôr prostrou-o, e, para se livrar de novos e terriveis padecimentos, recorreu a todos os estratagemas.

Digitized by Google

briel d'Espinosa, até julho de 1595, não foi possivel aos juizes encontrarem cumplices d'estes dois machinadores, nem ramificações da sua intriga. Pois não era a boa vontade que faltava aos juizes; a tortura era applicada a todos os suspeitos, e os archivos de Simancas revelam muitas vergonhas e crueldades, que deshonram a justiça d'esses tempos de despotismo [1]. Passaremos rapidamente por esses incidentes para chegarmos ao desenlace do drama que nos occupa.

Apezar das supplicas e da manifesta boa fé de Anna d'Austria, foi a pobre senhora condemnada a estar presa quatro annos n'uma cella, d'onde não podia sahir senão para ir á missa, estando sempre incommunicavel. Devia jejuar a pão e agua todas as sextas feiras, ficava inhabilitada para exercer qualquer cargo na communidade, e privada das distincções que até ahi o seu nascimento lhe garantira.

As suas duas confidentes, D. Luiza Delgado e D. Maria de Nieto, freiras como ella, foram condemnadas a oito annos de reclusão com todas as outras aggravações de pena que figuravam tambem na sentença de D. Anna d'Austria.

São dilacerantes as supplicas que a pobre senhora dirigia a seu tio, implorando clemencia, e pedindo que não estampassem com tal condemnação uma eterna mácula no nome que tão glorioso lhe transmittira seu pae, o vencedor de Lepanto. Philippe II foi inflexivel, e nem sequer respondeu á carta de sua sobrinha.

D. Anna foi por conseguinte enviada para o convento de Nossa Senhora da Graça em Avila, onde viveu até á edade de sessenta e dois annos, resignada emfim ao castigo que a crueldade de Philippe II lhe impoz. Morreu em fevereiro de 1630.

Gabriel d'Espinosa foi condemnado á forca, sendo executada a sentença em Madrigal no dia 1 de agosto de 1595. O condemnado, que primeiro mostrára um grande abatimento, retomára uma certa tranquillidade, e soube morrer com valor.

Fr. Miguel dos Santos tambem não se mostrou menos corajoso; é verdade que protrahira tanto quanto podéra o momento fatal, fazendo denuncias que depois retractava, mas que exigiam confrontações e demoravam emfim o andamento do processo. O que é certo é que, ao passo que Gabriel d'Espinosa fôra punido no dia 1 d'agosto, fr. Miguel dos Santos só subiu ao patibulo, erguido em Madrid na Plaza-Mayor, a 19 d'outubro d'esse anno de 1595; como dissemos, affrontou a morte com serena firmeza.

Tal foi o tragico desenlace d'esta intriga do pasteleiro de Madrigal, onde houve uma victima sympathica e innocente, que foi a pobre D. Anna d'Austria, e dois culpados, um d'elles aventureiro sem grandeza, mas intelligente, o outro conspirador patriotico, mas pouco escrupuloso na escolha dos meios. Não podêmos consagrar a este conspirador mesquinho a sympathia que votâmos involuntariamente ao rei da Ericeira, e mesmo ao rei de Penamacor. A aventura do pasteleiro de Madrigal é com-

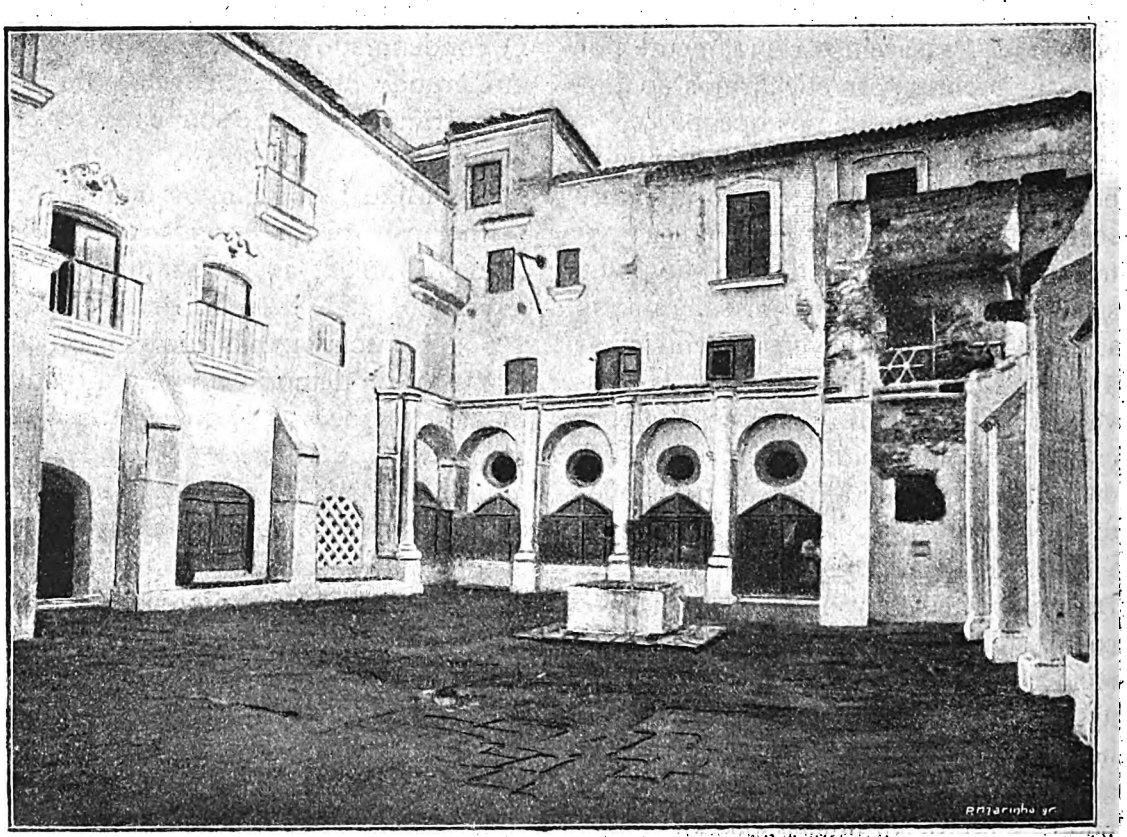
[1] O sr. Delphim de Almeida, nosso prezado amigo, e escriptor eruditissimo, na parte que lhe coube escrever, da *Historia de Portugal*, editada pela Empreza Litteraria Lisbonense, accrescentou algumas especies novas ás que eram já conhecidas sobre este caso do pasteleiro de Madrigal. Foi elle que nos poz ao facto do livro do conde Fabraquer. Conta o sr. Delphim de Almeida um episodio curioso: O juiz do processo aproveitou os interrogatorios que tinha de fazer a D. Anna e ás suas confidentes, para se introduzir no convento e divertir-se por lá o mais que podia. O vigario do convento, fr. André Ortiz, n'uma carta que escreveu a Christovam de Moura, accusava o juiz de estar amancebado com uma freira moça e bonita e o secretario com outra. Que muitas vezes estavam com algumas religiosas de noite, apagando as luzes, e permanecendo ás escuras por muito tempo. Como estas ainda outras proezas! Delphim de Almeida, *Historia de Portugal*, pag. 245 (Lisboa, sem data).

Digitized by Google

tudo mais romanesca, pelos incidentes que se prendem a ella, e principalmente por causa da figura da filha do vencedor de Lepanto. Isso fez com que differentes escriptores aproveitassem este caso para base dos seus trabalhos de imaginação, entre outros o célebre romancista hespanhol, D. Manuel Fernandez y Gonzalez, que fez do pasteleiro de Madrigal o heroe d'um dos seus livros tão populares no visinho reino.

Occupar-nos-hemos no seguinte capitulo do ultimo e do mais importante dos impostores que tomaram o nome de D. Sebastião.. Esse conseguiu, apezar da inverosimilhança dos seus ditos, fazer acceitar a sua ficticia realeza por importantes personagens, e foi objecto de negociações entre differentes Estados da Europa.

Depois d'elle nunca mais appareceu quem desempenhasse este papel, mas tambem da impressão deixada pela sua historia, romanceada a bel-prazer pelos seus partidarios, é que nasceram as esperanças alimentadas por uma seita, que se obstinou com ingenua credulidade a esperar a volta de D. Sebastião, ainda quando o termo natural da vida humana já devia ter chegado ha muito para o aventuroso rei. Para esses innocentes sectarios a galé que levava o *Cavalleiro da Cruz* (assim primeiro se fazia chamar Marco Tullio Catizone) para uma ilha encoberta, mudou-se, como a antiga Argos, em luminosa constellação, que lhes era fanal entre as trévas da escravidão dos sessenta annos, e ainda depois entre as sombras da nossa irremediavel decadencia.



BEJA — CLAUSTRO DO CONVENTO DA CONCEIÇÃO

Digitized by Google

CAPITULO XXXIII

Marco Tullio, o Calabrez.—Os Sebastianistas

O primoroso livro do sr. Miguel d'Antas, a que temos constantemente recorrido, derrama plena luz na historia do ultimo impostor que tomou o nome de D. Sebastião, historia que os habitos mysteriosos da politica hespanhola tinham deixado envolta em profundas trevas, com grave prejuizo d'essa mesma politica, que decerto, d'um caso em que a impostura era evidente, ganharia muito com a publicidade. Succedeu pois que os historiadores (e entra n'esse numero Ferdinand Denis) tendo apenas para se guiar os livros dos partidarios do Calabrez, uns ou inclinam-se a acreditar que Marco Tullio era effectivamente o rei, outros, e entre esses F. Denis, affirmam que é este um dos problemas insoluveis da historia. O governo hespanhol procedera com tal segredo, que o sr. Miguel d'Antas affirma que dos historiadores que tractaram do assumpto só Bayão mostra saber no seu *Portugal cuidadoso*, que Marco Tullio fôra executado. Isso mesmo indirectamente o confirma F. Denis, porque não sabe da execução nem da sorte do impostor.

Foi essa ignorancia que serviu de base ás lendas dos Sebastianistas, foi ella que rodeou d'uma auréola de poesia a prosaica e vulgar figura de Marco Tullio Catizone. Por isso tivemos uma verdadeira surpreza, quando o sr. Miguel d'Antas, extractando dos archivos de Simancas o summario dos processos, o interrogatorio das testemunhas, as confissões dos réos, dos archivos francezes as correspondencias diplomaticas, nos revelou a verdade ácerca d'esse caso tanto a capricho romanceado. Não podemos ter a minima duvida agora. As confissões de Marco Tullio, e, ainda mais do que ellas, as cartas por elle escriptas e pelos seus partidarios, mostram-nos, de um modo indiscutivel, que o Calabrez era um impostor sem intelligencia nem coragem, que um frade conspirador, patriota e intelligente, julgou por um instante que podia ser o instrumento dos seus planos. Parando agora com estas

FRANCISCO DA HOLLANDA

Digitized by Google

considerações, vamos rapidamente contar este ultimo episodio da intriga dos falsos D. Sebastião.

Marco Tullio Catizone, filho de Hypolyto Catizone e de Petronia Cortez, nascera em Taverna, na Calabria, e casára em Messina com uma mulher chamada Paula Gallardeta. Naturalmente aventureiro, sahira de Messina, e percorrêra a Italia, passando por Loreto e Roma, e indo afinal residir em Verona, onde tomou o nome de D. Diogo de Aragão. Disse elle depois no processo que procedera assim porque lhe haviam dito que se parecia muito com um fidalgo d'esse nome. Não nos parece natural que o homem tivesse uma physionomia que se prestasse a todas as similhanças, e isto o que nos mostra é que Marco Tullio, impellido tanto pela vaidade como pelos seus instinctos de cavalheiro de industria, folgava de se fazer passar por um fidalgo, e de viver á sombra do credito que assim talvez mais facilmente obtinha.

Em Veneza tambem, segundo elle depois contou, um capitão veneziano, Phebo, e alguns militares portuguezes, depois de o mirarem attentos n'uma egreja, approximaram-se d'elle e disseram-lhe que se parecia muito com el-rei D. Sebastião. E, como o homem, ufano com esta similhança, se empavonava todo, começaram os Portuguezes a suspeitar e a dizer, vendo os seus ares mysteriosos, se não seria elle mesmo o soberano.

Marco Tullio affirmou no processo que fez todos os esforços para os dissuadir; mas é natural que esses esforços os fizesse de maneira que ainda mais convencesse os Portuguezes de que era elle com effeito o vagabundo soberano. Effectivamente a ideia devia sorrir muito a Marco Tullio, porque satisfazia a um tempo a sua vaidade obstinada e o seu desejo de viver á custa alheia.

Morava então Marco Tullio em casa d'um cosinheiro compatriota, messer Francisco, situada n'um dos bairros mais miseraveis de Veneza, na Côrte Contarina. D'alli o tirou um homem de má vida, chamado Alexandre, que percebeu o partido que podia tirar d'este impostor, e que levou o Calabrez para casa d'um seu amigo e associado, Girolamo Megliori, que morava em San-Benedetto. Alli viveu seis mezes, sem que os dois Venezianos tirassem do seu protegido o lucro que imaginavam.

Em Veneza havia então bastantes Portuguezes, porque a emigração, que se agrupára emtorno do Prior do Crato emquanto este vivera, disseminara-se depois, e uns ficaram vivendo em Paris, outros dispersaram-se pela Europa, e alguns foram viver em Veneza, que já era, havia muito, com a Hollanda, o refugio predilecto dos Judeus portuguezes, que os rigores do Santo-Officio expulsavam da sua patria.

Os Portuguezes mais notaveis que alli residiam em 1598, que foi quando começou a aventura de Marco Tullio, eram Antonio de Brito Pimentel, antigo favorito de D. Antonio, prior do Crato, fr. Chrysostomo da Visitação, frade do convento d'Alcobaça, um rico negociante Nuno da Costa, e Pantaleão Pessoa da Neiva. Estes Portuguezes visitaram effectivamente o supposto D. Sebastião, e procuraram perceber se elle seria ou não o monarcha. Para nós é incontestavel que o Calabrez se parecia alguma coisa, senão com D. Sebastião, pelo menos com um retrato do rei que existia em Veneza, e que não seria talvez muito similhante. Se não houvesse a mais leve parecença, como depois o conde de Lemos, vice-rei de Napoles, mandava dizer ao seu governo, e como tambem o sr. Miguel d'Antas parece acreditar, a impostura morreria á nascença, ou antes nem sequer teria nascido.

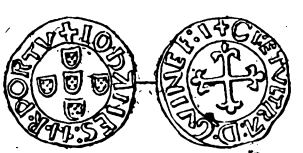
Marco Tullio contava a estes Portu-

Digitized by Google

guezes, que sahira da batalha d'Alcacer Kibir ferido mas salvo e acompanhado pelo duque d'Aveiro, conde de Redondo, conde de Sortelha e Christovam de Tavora; que embarcára secretamente a bordo da esquadra, que viera desembarcar no Algarve, mas que, cheio d'humilhação pela derrota que soffrera, não se quizera dar a conhecer; que percorrêra a Europa, impellido pela sêde das viagens; que chegára ao extremo Oriente; que pelejára como voluntario nas guerras dos Persas e dos Turcos; que recebêra muitas feridas, e que estivera bastante tempo muito distante de Portugal para que não soubesse o que lá se passava e as desgraças que acabrunhavam o reino; que, quando as soubera, se resolvera a fazer penitencia, acompanhado por um santo eremita, que lhe disséra que era vontade de Deus que voltasse a recuperar a corôa para salvar os Portuguezes do jugo estrangeiro; que viéra pois á Sicilia em 1597; que enviára a Portugal com missivas dirigidas a differentes personagens um Calabrez, chamado Marco Tullio Catizone, o qual nunca mais apparecêra. O homem, envolvendo-se a si mesmo na historia de D. Sebastião, procurava já prevêr o momento em que se descobrisse a sua identidade, e ia ao encontro das suspeitas, antecipando-as e destruindo-as. Preparava os que acreditassem n'elle para responderem aos Hespanhoes, quando estes dissessem: O homem que tomaes por D. Sebastião é apenas um Calabrez assim chamado. — Esperavamos essa manha, mas sabemos já que esse Calabrez foi um homem que desappareceu e cuja desapparição aproveitaes para o confundirdes de caso pensado com o que é o desejado rei.

O Calabrez, se não era intelligente, era pelo menos manhoso.

Os Portuguezes que o visitavam escutavam esta narração, cuja authenticidade lhes era impossivel verificar, e, quando pediam ao supposto rei que falasse portuguez, elle respondia-lhes que fizera voto de não o tornar a falar antes de certo tempo; quando lhe perguntavam o que era feito dos seus companheiros, tornava que elle o diria quando chegasse a occasião; finalmente quando lhe falavam nos acontecimentos da sua vida anteriores á batalha d'Alcacer Kibir, esquivava-se a responder-lhes, affectando uma certa magestade régia que não consente aos subditos que a importunem com perguntas. Ora, isto não era proprio para inspirar muita fé aos Portuguezes emigrados, e por isso estes, se d'algum modo ajudavam a viver o aventureiro, estavam muito longe de lhe dar credito, e Antonio de Brito Pimentel, escrevendo para os seus companheiros d'emigração em Paris, falava-lhes no supposto rei D. Sebastião em tom de zombaria, quando um acontecimento inesperado veiu dar ao aventureiro uma certa importancia.



Meio real, de D. João II

Nos governos absolutos, onde tudo emana do monarcha, onde só os que esse astro bemfazejo banha com os seus raios conquistam o poder e a consideração, todos os funccionarios procuram attrahir as vistas do monarcha, seja de que modo fôr. Ora, nada interessava tanto a Philippe III, que então reinava em Hespanha, como a suppressão de todas as conspirações que tendessem a arrancar-lhe das mãos Portugal, a mais bella parte do seu imperio. D. Inigo de Mendonça, embaixador hespanhol em Veneza, sabia isso, e, logo que teve conhecimento da existencia do aventureiro, entendeu que nada o podia realçar tanto aos olhos do soberano como o serviço que lhe prestaria conseguindo que

Digitized by Google

o falso D. Sebastião fosse preso. Debalde o duque de Sessa, embaixador hespanhol em Roma, e outros da sua nação lhe aconselharam a que não desse importancia a um impostor, que os mesmos Portuguezes desprezavam. D. Inigo de Mendonça estava interessado em dar vulto a esse aventureiro, cuja captura n'esse caso lhe daria importancia a elle. Por isso, munido das informações que o duque de Maqueda, governador da Sicilia, lhe transmittira ácerca da identidade de Marco Tullio, o Calabrez, com o supposto D. Sebastião, requereu do governo veneziano a prisão do impostor, prisão que não tardou a effectuar-se, e cuja noticia chegou aos emigrados portuguezes em Paris.

Estes primeiro não se tinham interessado pelo homem, que as cartas zombeteiras de Antonio de Brito Pimentel lhes pintavam como um aventureiro completamente indigno de credito; quando souberam que o governo hespanhol o julgára perigoso bastante para exigir diplomaticamente a sua prisão, reflectiram naturalmente que, se o aventureiro fosse tão estupidamente impostor, como lh'o dizia em cartas Antonio de Brito, provavelmente prevenido contra elle, o embaixador hespanhol não se daria ao trabalho de o tornar assumpto d'uma correspondencia diplomatica com o governo de Veneza.

Era a primeira consequencia da ambiciosa leviandade de D. Inigo de Mendonça.

Ora, havia então em Paris um emigrado portuguez, cuja imaginação um pouco excentrica e exaltada era optimo terreno para n'elle germinarem com promptidão estas sementes do maravilhoso. Homem instruido, mas arrastado sempre, desde os bancos das escolas, por uma tendencia irresistivel para os dominios da philosophia especulativa, e para as regiões das sciencias sobrenaturaes, D. João de Castro (este era o emigrado a quem nos referimos) fôra sempre mais scismador do que activo.

Era este D. João de Castro filho natural de D. Alvaro, e neto por conseguinte do celebre vice-rei da India. O seu caracter um pouco selvagem, estas tendencias sonhadoras do seu espirito fizeram-n'o andar arredado da côrte, de fórma que, apezar de ser homem de trinta annos quando houve a expedição d'Africa, não fez parte d'ella. Não foi isso filho dos seus poucos brios, porque, assim que elle viu as desgraças do seu paiz, ferveu-lhe nas veias o sangue da sua nobre raça, e a espada do neto de D. João de Castro luziu ao sol das batalhas, ao lado da do Prior do Crato, a quem depois acompanhou corajosamente ao exilio.

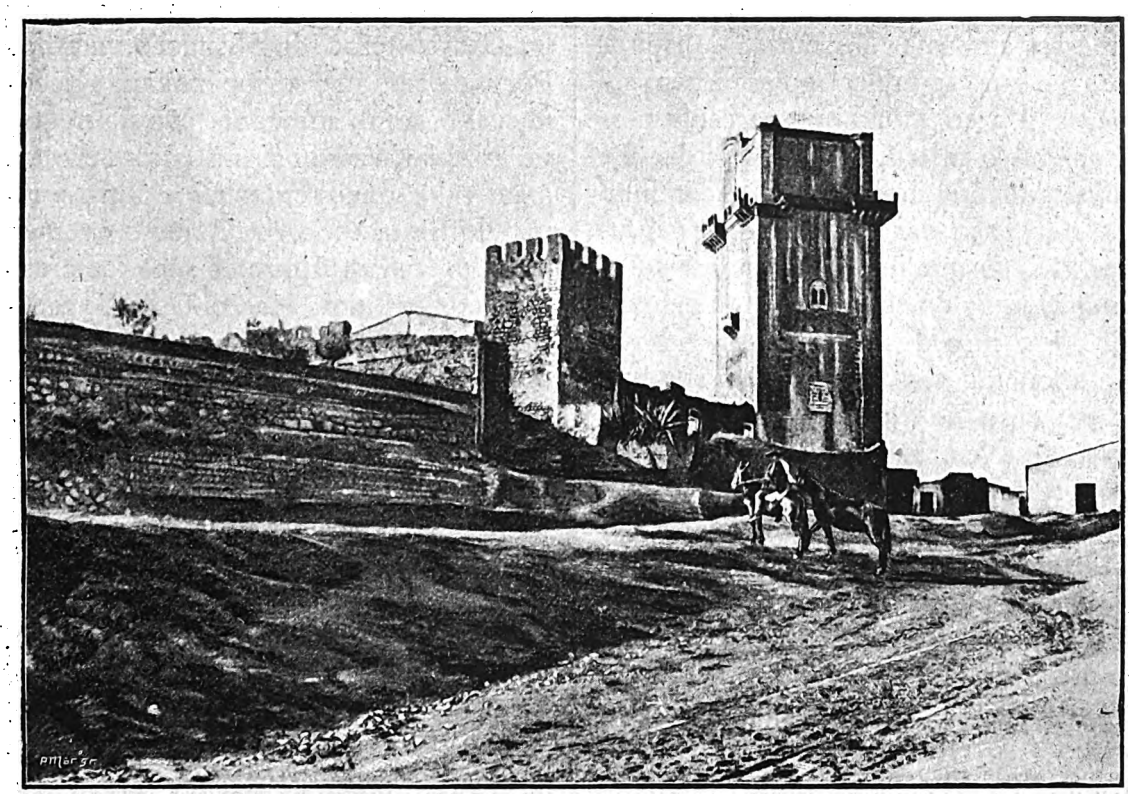
Em Paris continuou a occupar-se, como se occupára em Portugal, de visões e prophecias e sciencias maravilhosas, sem cessar de pensar tambem na liberdade da sua patria, de fórma que estas duas idéas se confundiram na sua mente, e que, ao passo que os seus companheiros de emigração pensavam em implorar o auxilio dos diversos gabinetes da Europa, elle, pelo contrario, todo entregue a sonhos sobrenaturaes e á interpretação das prophecias que já então vogavam ácerca da sorte mysteriosa de D. Sebastião, não procurava a salvação da sua patria senão na intervenção miraculosa do rei imprudente e desejado.

D. João de Castro comtudo adquiriu adeptos que lhe deram credito e o auxiliaram nas suas tentativas. O proprio commendador du Chaste, fidalgo francez que commandára uma expedição enviada por Henrique III aos Açores para favorecer as pretenções do Prior do Crato, que era n'essa occasião governador de Dieppe, e com quem naturalmente se relacionaram os emigrados portuguezes, não resistiu ás instancias do

Digitized by Google

visionario D. João de Castro, e auxiliou-o e aos seus sectarios a fretarem um navio que fosse procurar D. Sebastião á costa da Mina, onde as prophecias affirmavam que elle havia d'apparecer depois de salvo de Alcacer-Kibir.

A bordo d'este navio, que partiu em 1589, foi D. Antonio de Menezes, que perseverante nas suas esperanças, e, quando soube da apparição do aventureiro de Veneza, sentiu-as reviçar com mais vigor. Partiu immediatamente para a Inglaterra e para os Paizes-Baixos, afim de reunir soccorros de todo o genero com que favorecesse a causa do supposto rei, e decidiu ao mesmo tempo fr. Estevam de Sampaio a ir a Veneza para



BEJA — EXTERIOR DO CASTELLO

escapára de Alcacer-Kibir para morrer n'esta obscura e tresloucada empreza.

Um outro emigrado portuguez, Santos Paes, teve a paciencia de ir a Lisboa consultar uma freira do convento da Annunciada, que tambem tinha o dom de prophecia; mas já essa freira fôra condemnada pelas auctoridades ecclesiasticas[1], e o emigrado voltou a toda a pressa para Paris.

Mas D. João de Castro continuava verificar a identidade do aventureiro com o rei D. Sebastião.

Fr. Estevam de Sampaio era um intelligente dominicano portuguez, muito affecto á familia dos condes de Vimioso, e por conseguinte á causa de D. Antonio, de quem estes fidalgos foram sempre os mais fieis sustentaculos. Ambicioso e activo, não cessára de trabalhar de todos os modos na restauração de Portugal. Pareceu-lhe que este aventureiro podia servir os seus projectos, ainda quando não fosse, como dizia, el-rei D. Sebastião.

[1] A historia d'esta freira deu assumpto ao sr. Camillo Castello Branco para um estudo publicado nas *Virtudes Antigas*.

Digitized by Google

O sr. Miguel d'Antas suppõe que a boa fé de fr. Estevam foi surprehendida pelo Calabrez. Permitta-nos que regeitêmos a sua opinião: um homem da intelligencia e da instrucção do dominicano nunca podia ser logrado pelos grosseiros e transparentes embustes do ignorante e vaidoso Calabrez. A cada instante encontraremos provas de que fr. Estevam o que procurava era occultar esses embustes aos outros conspiradores, e que, se nunca mostrou nem sequer a Marco Tullio que percebia perfeitamente o caso, limitando-se a dar-lhe indirectamente indicações do caminho a seguir para dar verosimilhança á fabula, foi porque lhe convinha mais fingir-se illudido do que apresentar-se cumplice. Em caso de mallogro, podia invocar affoitamente a desculpa da sua boa fé: em caso de triumpho podia descartar-se do aventureiro, dizendo que o reconhecêra emfim como tal, sem que este podesse apresentar provas da sua anterior cumplicidade.

Veremos, no seguimento da narrativa, os factos que justificam a nossa opinião, contraria á do sr. Miguel d'Antas.

Assim pois, accidentalmente, e inscientemente, se reuniram tres homens dispostos de caso pensado a darem importancia a um homem e a uma aventura, que, sem esse concurso de circumstancias fortuitas, nunca produziria no publico a mais leve impressão. Era o primeiro D. Inigo de Mendonça, que, obstinando-se em se realçar aos olhos de Philippe III, fez muito barulho com a sua descoberta, para se dar ares de ter atalhado uma conspiração perigosa; o segundo foi D. João de Castro, teimoso e credulo sonhador, que exultava de contentamento por vêr as prophecias realizadas, e que por conseguinte não se resignaria facilmente a vêr mais uma vez fugir-lhe o seu devaneio; o terceiro finalmente foi fr. Estevam de Sampayo, resolvido a aproveitar o aventureiro, custasse o que custasse, como instrumento dos seus projectos ambiciosos e patrioticos.

No meiado do anno de 1599, fr. Estevam de Sampayo chegou a Veneza, e soube que o preso não era reconhecido tão uniformemente por D. Sebastião, como D. João de Castro lhe disséra. Havia muitas duvidas a esse respeito; fr. Chrysostomo da Visitação, um dos Portuguezes que se inclinavam a reconhecel-o como soberano, não conseguira arranjar, entre os seus compatriotas, alguns dos quaes eram ricos, uma somma de trinta escudos de que o aventureiro precisava. Entre os senadores venezianos, só um, Marco Quirini, mostrava algumas disposições a acreditar na realeza do Calabrez. Mas fr. Estevam não conseguiu vêl-o, não pôde por conseguinte desenganar-se, e demais custava-lhe a abandonar uma illusão que já lhe servira de base para vastos planos. Segundo conselho d'alguns senadores, partiu para Portugal, afim de se informar dos signaes particulares do corpo de D. Sebastião, que lhe haviam de servir para verificar a identidade. Antes de partir, enviou ao prêso alguns soccorros em dinheiro e differentes livros portuguezes. Esta ultima precaução mostra-nos que fr. Estevam de Sampayo, prevendo o caso de que o aventureiro não fosse o rei, o ia procurando habilitar a desempenhar melhor o seu papel do que até alli o desempenhára.

A prova de que fr. Estevam estava disposto a reconhecer a todo o custo a identidade do preso, é que na mesma viagem em que foi procurar as provas d'ella, foi ao mesmo tempo fazendo sectarios, e assegurando á causa o auxilio de differentes pessoas. Em Aveiro encontrou um Sebastianista exaltado, Bernardino de Souza, que lhe deu algumas quantias importantes, e em maio de 1600 partiu de no-

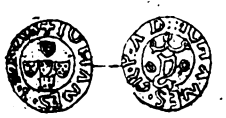
Digitized by Google

vo para Veneza, munido da lista dos signaes que viera procurar, e acompanhado por um outro Sebastianista, o conego Rodrigues da Costa.

Isto prova-nos que fr. Estevam de Sampayo não estava tanto de boa fé, como quiz depois fazer acreditar, e como o sr. Miguel d'Antas acreditou.

Chegando a Veneza, fr. Estevam de Sampayo, antes mesmo de ter procedido á confrontação que parecia dever ter sido o seu primeiro cuidado, convocou todos os Portuguezes emigrados para virem auxilial-o na sua tentativa. Logo D. João de Castro partiu de Paris para a Italia; ao mesmo tempo fr. Chrysostomo da Visitação e o conego Rodrigues da Costa partiam para Roma, afim de obterem cartas de recommendação, que levassem a senhoria de Veneza a soltar o preso, cartas que nunca obtiveram. Juntos em Veneza os dois partidarios a todo o transe do Calabrez, não cessaram de perseguir os senadores venezianos para que o soltassem; ao mesmo tempo recorriam a todos os seus collegas de emigração, jurando-lhes que este homem era verdadeiramente o rei. D. João de Castro contava minuciosamente as aventuras d'elle, e, falando nas suas longas viagens, lembrava ao padre José Teixeira uma historia que lhe contára em tempo o doutor Nouvellet. Este francez narrára a Teixeira que um homem da companhia do Prior do Crato, chamado Manuel Coutinho, o levára a casa de um personagem mysterioso que se dizia el-rei D. Sebastião, e que vivia pobremente em Paris. Este facto era verdadeiro, e já vimos que se encontram nos livros francezes rastos da existencia d'este aventureiro que o sr. Miguel d'Antas suppõe com bastante probabilidade que seria o rei de Penamacôr, fugido para as costas de França das galés da invencivel armada. O preso de Veneza nunca disséra a pessoa alguma que estivéra em Paris, mas D. João de Castro, intrepido na sua credulidade, suppunha-o por elle, e confundia n'um só os dois diversos impostores.

Ao mesmo tempo fr. Estevam de Sampayo escrevia no mesmo sentido ao mesmo padre José Teixeira, e a outros personagens principaes da emigração, taes como Diogo Botelho, Cypriano de Figueiredo, Miguel do Canto, etc. Esta insistencia chegou emfim a mover os emigrados, que enviaram a Veneza alguns homens encarregados de verificar a identidade do preso, e munidos de recommendações para o embaixador francez, feitas por Henrique IV, de quem José Teixeira era capellão, e que estimava muito particularmente Diogo Botelho.



Cinquinho, de D. João II

O intelligente rei de França, sem querer de fórma alguma proteger abertamente o aventureiro calabrez, não desgostava de suscitar á socapa alguns obstaculos á casa de Austria, sua inveterada e constante inimiga. Sebastião Figueira, um dos Portuguezes que iam a Veneza levar estas cartas, ia munido tambem d'outras, que eram do principe de Orange, e dos Estados Geraes de Hollanda, obtidas por intermedio de D. Manuel, filho do Prior do Crato, e casado com Emilia de Nassau, irmã do conde Mauricio.

Entretanto o preso não justificava de modo algum o empenho que mostravam os Portuguezes em o reconhecerem por seu monarcha. Sabemos que fr. Estevam de Sampayo era intelligente e instruido, seria necessario que fosse completamente idiota para suppôr um instante que o homem que lhe dirigia uma carta, como a que vem transcripta no livro do sr. Miguel d'Antas, era D. Sebastião. Além de ser escripta em italiano, o que emfim estava explicado pelo supposto voto que

Digitized by Google

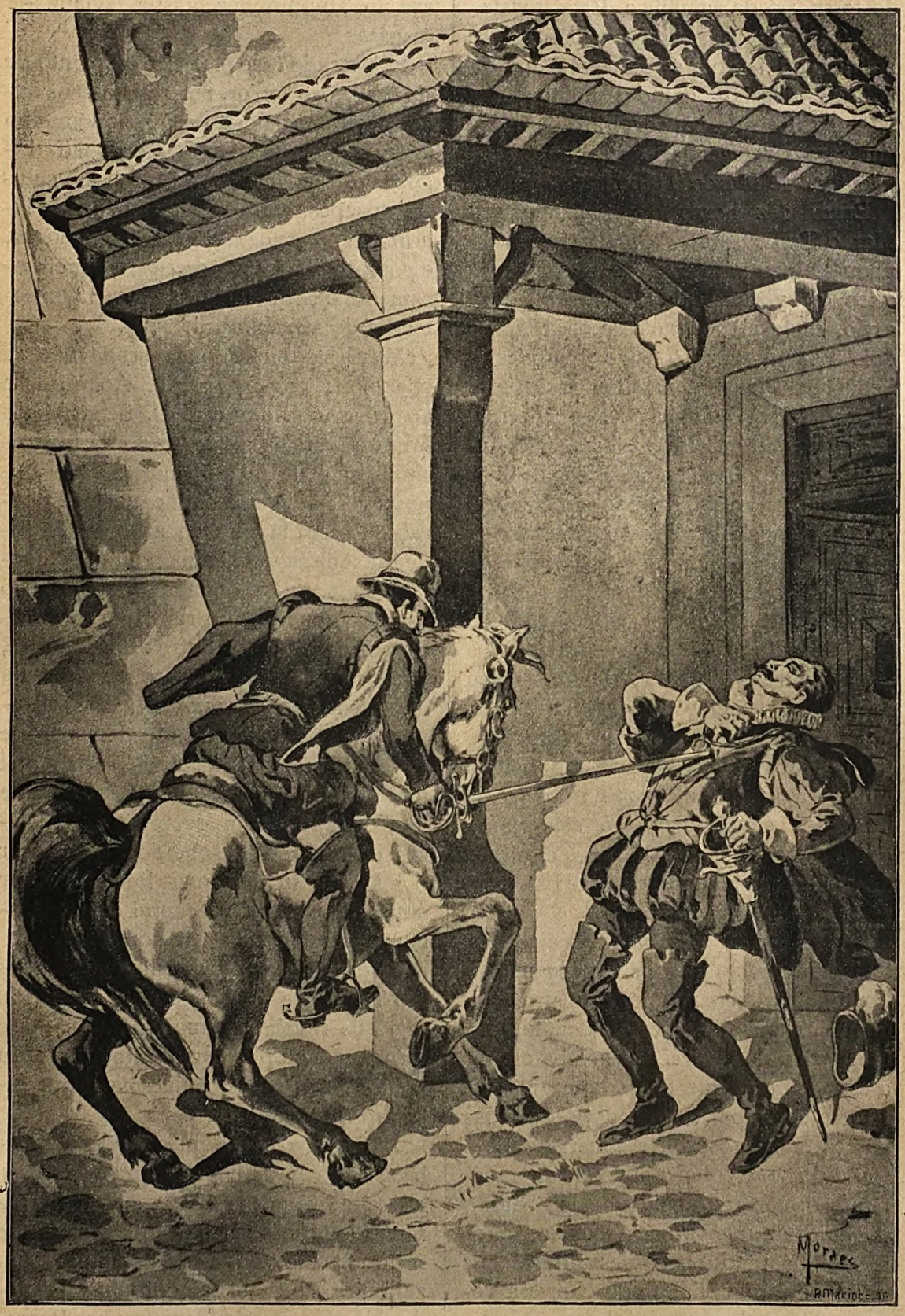
elle disséra ter feito, além da baixeza do estylo, indigno d'um soberano como D. Sebastião, que sabemos que era instruido e até escriptor, havia uma particularidade que devia fazer vêr claramente a fr. Estevam de Sampayo que o homem que elle protegia não só não era o rei de Portugal, mas que nem mesmo era Portuguez. Effectivamente, cahindo n'um engano habitual aos estrangeiros que conhecem Portugal pela Hespanha, e que imaginam os costumes dos dois paizes perfeitamente similhantes, e suppondo que o *Dom* era tão vulgar aqui como no visinho reino, tractava por *Dom* todos os Portuguezes a quem se referia quer o tivessem quer não!

Comtudo, a actividade dos Portuguezes, que em Veneza se congregavam de todos os pontos da Europa, era infatigavel. O mesmo D. Christovam, filho do Prior do Crato, que, digamol-o de passagem, gozava das boas graças de Henrique IV, que o recommendára muito particularmente ao seu embaixador nos Paizes Baixos, o presidente Jeannin, o mesmo D. Christovam pois veiu a Veneza, occupar-se da causa do pretendente, e importunar o Doge. Cedendo emfim ás instancias dos Portuguezes, por um lado, e pelo outro ás do novo em-

VIANNA DO CASTELLO—PALACIO DOS VISCONDES DA CARREIRA

baixador de Hespanha D. Francisco de Vera y Aragon, que, fingindo não querer ligar ao negocio a importancia que lhe déra o seu antecessor, não podia deixar de se mostrar preoccupado com esta agglomeração e empenho dos Portuguezes, o Doge pois e o Conselho dos Dez, tomando emfim uma resolução, no dia 15 de dezembro de 1600, sem prevenirem nenhum dos interessados, libertaram secretamente o preso, ordenando-lhe que sahisse de Veneza dentro de vinte e quatro horas, e dentro de oito dias

Digitized by Google



ASSASSINIO DE FERNÃO DE PINA

Digitized by Google

do territorio da republica. Estes mysterios, que estavam aliás nos habitos da politica do tempo, e principalmente da politica veneziana como da politica hespanhola, foi que concorreram para dar um caracter legendario a esta prosaica aventura de Marco Tullio.

Eram dez horas da noite quando Marco Tullio sahiu da prisão: encaminhou-se logo para casa de messer Francisco, o cypriota que primeiro lhe dera asylo, onde estavam n'essa occasião os dois Portuguezes Rodrigo Marques e Sebastião Figueira, um dos quaes, este ultimo, falára muitas vezes a el-rei D. Sebastião. Se o Calabrez fosse effectivamente quem dizia ser, que scena dramatica não seria esta, quando em Veneza, n'essa melancholica e gentil cidade, onde o silencio impera, n'uma triste noite de inverno, o leal Portuguez, ao abrir a porta d'um miseravel alojamento da Côrte Contarina, deparasse com o triste e melancholico vulto do rei sahido do seu tumulo, do vencido d'Alcacer Kibir, do ultimo soberano portuguez, em cuja fronte encanecida lançaria um pallido reflexo a lua, cujos tristes raios n'esse momento envolveriam no seu manto argenteo os cáes marmoreos, e a agua dormente das lagunas, onde se baloiçam as gondolas esbeltas!

Decerto que, por mais prosaico, por mais endurecido que fosse o coração do Portuguez, recuaria no primeiro momento, suppondo que via deante de si o espectro do seu rei, que vinha chorar a esta Veneza, que foi sempre antes de Roma, e como Roma, o asylo de todas as realezas proscriptas, a terra onde o Candido de Voltaire encontrou esses reis sem corôa do terrivel e zombeteiro capitulo 26, que parece a maliciosa prophecia das modernas desventuras dos monarchas, que vinha pois chorar a Veneza o seu throno perdido, e a independencia da sua patria subvertida com elle no abysmo que a sua leviandade rasgára.

E, passado esse primeiro momento de supersticioso terror, por mais que os annos tivessem mudado a physionomia do joven soberano, como Sebastião Figueira o reconheceria, e como lhe cahiria aos pés, com os olhos cheios de lagrimas, com a voz embargada de soluços, e como o soberano corresponderia francamente e com effusão a estas manifestações do seu subdito!

Mas esta phantasiada scena não se effectuou; pelo contrario. Ao vêl-o, e ao saber que era esse D. Sebastião, o Portuguez ficou assombrado da inverosimilhança de tal affirmativa, e o supposto rei não manifestou pequeno embaraço. Emfim lá pareceu a Sebastião Figueira que havia alguns pontos de contacto entre a physionomia do aventureiro e a physionomia do rei. Rodrigo Marques foi chamar os outros Portuguezes, que vieram e sentiram todos a mesma impressão, até D. João de Castro. Emfim, com uma especie de desespero, e envergonhando-se de confessarem a si mesmos que tinham sido grosseiramente illudidos, rodearan de provas de deferencia o supposto soberano, a começar por D. Christovam, mas, longe de haver entre elles a effusão natural em taes circumstancias, todos pelo contrario evitaram falar nos acontecimentos anteriores á batalha de Alcacer-Kibir, receiando que elle revelasse uma ignorancia, que tornasse completamente impossivel a credulidade intencionalissima a que estavam dispostos.

A prova d'isso é que, vendo o Calabrez estas hesitações, para desfazel-as, querendo-se despir para mostrar que tinha no corpo os signaes que vinham no rol de fr. Estevam de Sampaio, não quizeram os Portuguezes consentir de modo algum em similhante coisa. Parece que temiam, tambem por esse lado, uma

Digitized by Google

desillusão bem palpavel. O offerecimento do aventureiro provinha provavelmente de que, sabendo já, por communicação de fr. Estevam de Sampaio, quaes eram as marcas do corpo de D. Sebastião, imitára todas as que se podiam imitar artificialmente. Não resistiu comtudo á recusa dos Portuguezes, e, querendo trocar com elles algumas palavras na sua lingua, apezar de quebrar d'esse modo o voto que disséra ter feito, mas para aproveitar assim o portuguez que aprendêra nos seus dois annos de captiveiro, commetteu logo os erros mais palmares. Falando a D. Christovam em seu avô o infante D. Luiz, duque de Beja, pronunciou Beja á hespanhola, dando ao *j* o som guttural que n'essa lingua tem. Qando falava na França, dizia *Franca,* e advertindo um dos Portuguezes presentes que não se dizia *Franca* mas *França*, tornou elle: Ora essa, então nós não dizemos *Villa-Franca*, *Salamanca*, etc?!!!

Estes pormenores todos são narrados por um dos seus partidarios, Pantaleão Pessoa, n'uma carta escripta a D. Manuel filho do Prior do Crato, cunhado do conde Mauricio de Nassau, e transcripta, o que mais é, n'um dos livros compostos em louvor e gloria do aventureiro, a *Admirable aventure*, etc., do padre José Teixeira.

Já se vê que em presença d'estes factos a fé dos seus partidarios, por mais forte que fosse, devia estar bastante abalada!

Foi n'este momento que chegou fr. Estevam de Sampaio, que não ficou menos surprehendido do que os outros ao ver a pouca parecença do aventureiro com D. Sebastião, e a surpreza foi tamanha que não pôde deixar d'exclamar: *Ecce vidimus eum, et non est aspectus in eo.* Comtudo como para elle, estamos d'isso convencidos, não era o caso uma questão de fé mas de verosimilhança, reprimiu logo o seu primeiro movimento, e lançou-se aos pés de Marco Tullio, como se elle fosse o rei.

Descontentes por conseguinte, mas impellidos agora pela fatalidade dos passos que tinham dado, aconselharam ao supposto rei que se dirigisse para Florença, onde todos iriam ter com elle, e d'onde partiriam para a França, embarcando em Liorne. O aventureiro foi adeante acompanhado por fr. Chrysostomo, e d'ahi a treze dias seguiram-n'o os outros Portuguezes. Quando chegaram a Florença, souberam que, por ordem do Grão-duque da Toscana, Fernando I de Medicis, o Calabrez fôra preso. Os espiões do embaixador hespanhol tinham-n'o seguido, e o grão-duque, fiel satellite da casa de Austria, obedecêra ás instigações do governo hespanhol, prendendo o homem que lhe dava tanto cuidado. Não nos demoraremos a relatar os esforços dos Portuguezes para o libertarem, basta que saibâmos que a 23 de abril de 1601 o prêso foi sacado do carcere de Florença e conduzido a Orbitello, para ser entregue aos Hespanhoes. Era um acto de subserviencia para com o governo de Philippe III, que Henrique IV de França reprovou altamente, não decerto porque o interessasse o preso, mas porque lhe repugnava que uma familia soberana, a quem elle se ligára pelos laços d'affinidade, casando com Maria de Medicis, désse ao governo hespanhol uma prova tal de cortezanesca subserviencia.

Ceitil, de D. João II

Aqui se corta em duas partes bem pronunciadamente distinctas a aventura de Marco Tullio. Até agora os seus partidarios estão de boa fé, e imaginam ter encontrado realmente o seu rei D. Sebastião; mas a entrevista de Veneza desengana-os, e se ainda seguem o partido

Digitized by Google

de Marco Tullio é por um sentimento de pundonor facil de comprehender. Em Florença julgam ainda obrigação de honra procurar libertal-o; mas, quando o preso é entregue aos Hespanhoes, sente-se que não ficam descontentes de se vêrem livres d'um impostor descarado. Fr. Chrysostomo da Visitação não pensa mais em similhante homem, os filhos de D. Antonio cessam tambem de se occupar d'elle, Pantaleão Pessoa confessa que tudo aquillo foi logro, Nuno da Costa, esse, menos escrupuloso do que os seus companheiros, como estava convencido d'isso havia muito tempo, não só se separára já em Veneza da causa do Calabrez, mas até parece que, para se furtar a trabalhos, não se dedignára de descer ao vil papel de espião, denunciando ao embaixador hespanhol os projectos dos seus compatriotas. D. João de Castro, que não queria confessar que se enganára, voltava ás suas tendencias mysticas, fazia do homem de Veneza um heroe mysterioso, escrevia um livro, incoherente, em que narrava maravilhas do impostor, em que o mostrava entrando preso em Napoles, e sendo reconhecido pelo conde de Lemos, vice-rei d'esse dominio hespanhol, em que o pintava emfim como martyr e um vulto milagroso. Esforçava-se elle por convencer os outros, e talvez por se convencer a si mesmo, de que havia verdade n'esse romance; mas ao mesmo tempo deixava de se occupar directamente da causa do cavalleiro da Cruz, como o Calabrez se fazia chamar. E' verdade que elle pretextava para isso desintelligencias que tivéra com fr. Estevam de Sampaio, a quem accusava de traidor. Foi o pobre frade o escolhido para bode emissario da desillusão que D. João de Castro tivéra, e que o seu orgulho lhe não deixára confessar a si mesmo.

Esse livro de D. João de Castro e o outro do padre José Teixeira, escriptos com os mesmos intuitos e debaixo das mesmas inspirações, tinham sido até hoje as unicas bases que haviam servido aos historiadores d'este aventureiro. A'cerca da sua similhança com D. Sebastião, das revelações com que espantava todos os Portuguezes que se approximavam d'elle, já vimos o que havemos de pensar: vimos que nem sequer o portuguez sabia, que nem sequer conhecia os usos de Portugal. A'cerca do que se dizia da sua attitude firme e digna nas prisões de Napoles, do modo como falára ao conde de Lemos, a quem fizéra empallidecer contando-lhe coisas muito secretas, vamos vêr tambem o que verdade é.

Percebe-se que ao publico o governo hespanhol não revelasse as coisas que descobrisse provando a identidade do preso, mas é claro que nas communicações officiaes e secretas a verdade devia exarar-se para que se podesse proceder como fosse conveniente. Se o conde de Lemos quizesse mentir ao seu governo, mentiria antes para dar importancia ao preso, o que fazia d'elle um homem indispensavel, do que para lh'a tirar, o que reduzia o vice-rei de Napoles ao papel insignificante d'um esbirro que prende um vulgar cavalheiro d'industria. Ora eis o que diz o conde de Lemos a Philippe III n'essa carta de 8 de maio de 1601, existente no archivo de Simancas, *Estado*, maço 1097.

Em primeiro logar, nota que não ha a mais leve similhança entre Marco Tullio e o rei de Portugal; depois conta que, interrogando-o ácerca dos acontecimentos, que todos conheciam, do reinado de D. Sebastião, respondera dizendo que não se lembrava bem de coisas passadas havia tanto tempo; perguntando-lhe se se lembrava ao menos de quem era o embaixador hespanhol que estava em Portugal por occasião da batalha d'Alcacer-Kibir, respondeu o impostor que não se lembrava bem, mas que o duque de

Digitized by Google

Medina Celi, Christovam de Moura e Francisco d'Aldana tinham sido embaixadores de Hespanha em Portugal!

Ora, Francisco d'Aldana nunca fôra embaixador em Portugal, mas sim um dos capitães das tropas auxiliares hespanholas; Christovam de Moura só o fôra na côrte do Cardeal-Rei D. Henrique, depois da batalha d'Alcacer-Kibir.

Estas respostas mostraram ao conde de Lemos o que devia pensar do preso, e mandou começar o processo. Marco Tullio primeiro sustentou o seu papel com intrepidez, mas, quando viu apparecer sua mulher, sua sogra, seu cunhado, quando viu as provas mais convincentes reunirem-se de todos os lados para o acabrunharem, e quando ao mesmo tempo o vice-rei de Napoles lhe disse que confessasse tudo, e ser-lhe-hia commutada a pena de morte n'outra mais suave, o impostor não resistiu mais tempo, e, cahindo aos pés do vice-rei, desmascarou-se, procurando unicamente desculpar-se com o dizer que não tomára de caso pensado o papel de D. Sebastião, mas que o tinham constrangido a acceital-o as instancias d'alguns Portuguezes e d'um capitão veneziano que servira em Portugal.

Eis a verdade toda sobre o que succedeu em Napoles.

Ha pouco dissemos que havia duas epochas bem distinctas na aventura de Marco Tullio: na primeira os partidarios do Calabrez são guiados pela sua boa fé, na segunda é a ambição quem os impelle.

Na primeira epocha D. João de Castro é o personagem mais importante, é elle quem envia fr. Estevam a Veneza, quem põe em movimento os emigrados para favorecerem o supposto monarcha; na segunda epocha, pelo contraio, é fr. Estevam de Sampaio quem dirige tudo. Posto que elle fosse o mais intelligente de todos os conspiradores, a ignorancia do supposto D. Sebastião e todos os outros erros que este a cada instante commettia não o demoveram do seu proposito de o reconhecer pelo soberano de Portugal. Isto nos prova evidentemente

O CARDEAL D. HENRIQUE, REI DE PORTUGAL

que o aventureiro era para elle um simples instrumento dos seus projectos ambiciosos.

O conde de Lemos quiz seguir com o preso um rumo, que era incontestavelmente o melhor: deu plena liberdade a todos para se approximarem d'elle e conversarem-n'o. Queria assim mostrar bem palpavelmente que era um absurdo a invenção do impostor; mas fr. Estevam de Sampaio, que pouco se importava que

Digitized by Google

elle fosse ou não D. Sebastião, e que revolvia céus e terra para favorecer a sua causa, aproveitou esta facilidade para entabolar com elle uma correspondencia, e formar projectos d'evasão. O impostor em Portugal tinha numerosos partidarios, que a fama das suas aventuras lhe grangeára. Não foi pois difficil a fr. Estevam reunir sommas importantes, e já tinha fretado em Marselha um navio em que tencionava ir a Napoles e salvar o preso, quando chegaram aos ouvidos do novo vice-rei D. Francisco de Castro, filho do conde de Lemos, que fallecera, rumores ácerca d'estes projectos. Marco Tullio, que aproveitava as manobras dos seus partidarios para arranjar dinheiro (era a primeira coisa que pedia sempre), commettera talvez alguma imprudencia, devida á vaidade, que não era n'elle menor do que em Gabriel d'Espinosa. O que é certo é que D. Francisco de Castro apressou o processo, que tinham ido demorando, porque realmente já não ligavam importancia alguma a este caso, mais ridiculo do que tragico; mas, postos de novo em sobresalto, os juizes condemnaram definitivamente Marco Tullio a galés por toda a vida. Na qualidade de remeiro embarcou elle em maio de 1602 nas galés de D. Pedro de Toledo, que partiram de Napoles para Hespanha, indo fundear no Puerto de Santa Maria, na emboccadura do Guadalquivir, onde estavam no principio de 1603, quando fr. Estevam de Sampaio, que não cessára de se occupar da causa, percorrendo Portugal a reunir dinheiro e a semear adhesões, procurou Marco Tullio e se poz de novo em relações com elle.

Não podemos dizer se Marco Tullio ficou satisfeito ou não com este renovamento de negociações: vira de tão perto a morte que não lhe sorria a idéa d'entrar de novo na perigosa companhia dos conspiradores; demais, elle não se dava mal nas galés, onde o tractavam bem, sem o forçarem a trabalhar, porque eram essas as ordens do governo, talvez para conseguir o fim que effectivamente conseguiu, que era não impellir Marco Tullio pelo desespero a procurar de novo evadir-se para se lançar nas aventuras. O Calabrez não estava disposto a isso, e mostrava-o a fr. Estevam, mas, por outro lado, não desgostava das dadivas em dinheiro que recebia do frade, e que o habilitavam a rodear o seu captiveiro de todas as doçuras imaginaveis. Fr. Estevam entretanto procurava indirectamente inicial-o no seu mister de rei, que em Veneza soubera representar tão mal. As suas cartas revelam claramente essa intenção, entre outras uma em que lhe pede que lhe dê signaes evidentes de que é o soberano, e em que apresenta uma série de perguntas a que elle deve responder, formuladas de modo que em si mesmas incluem a resposta. Por exemplo:

«Se Vossa Magestade se lembra da infanta D. Maria, sua tia-avó, irmã de seu avô D. João III, e do Cardeal D. Henrique. Esta princeza tinha casa propria, morreu sem ser casada, e Vossa Magestade ia visital-a [1].»

Se fr. Estevam de Sampaio não estivesse convencido de que precisava ensinar o seu papel a este falso D. Sebastião, não bastava que lhe perguntasse se se lembrava da infanta D. Maria? Se elle era o rei, immediatamente diria o parentesco que o unia a essa princeza e as particularidades da sua vida; se o não era, n'essa mesma ignorancia o revelaria e a experiencia tentada por fr. Estevam teria alguma seriedade. As perguntas que não eram formuladas d'este modo, indicavam comtudo bem claramente os pontos essenciaes da historia

[1] *Causa e sentencia de Marco Tullio Carzon*, etc, Manuscripto da Bibliotheca real de Madrid, Codex, e. c. fol. 73. *Carta de Frey Estevam a Marco Tullio*, cap. I e III. Miguel d'Antas *Les faux Don Sébastien* L. 5.º, cap. II, pag. 373.

Digitized by Google

de D. Sebastião que Marco Tullio tinha de estudar, se estava resolvido a representar esse papel. Isso era-lhe tanto mais facil quanto estava sendo visitado na galé por differentes Portuguezes, com os quaes podia seguir o systema que elle mesmo confessou que seguira em Napoles: aprender com uns o que depois dizia aos outros.

Mas Marco Tullio, na verdade, em que pensava era em levar a bordo das galés a melhor vida que podia, graças ao dinheiro que os seus partidarios lhe enviavam, e, contente com isso, estava muito pouco resolvido a lançar-se de novo nas conspirações, mostrava uma extrema repugnancia em entrar nos projectos d'evasão que fr. Estevam concebia e todo o seu desejo e instancia era que o frade lhe mandasse o dinheiro que juntára em Portugal para favorecer-lhe a fuga. Dava-lhe como pretexto que elle, tendo nas mãos essa somma, poderia corromper os guardas. Demais, Marco Tullio sabia captar as sympathias dos Portuguezes que o visitavam, pelas practicas religiosas a que se entregava com excesso, o que era n'esse tempo um meio seguro d'inspirar veneração e respeito. Moliére ainda não nascêra, e por conseguinte Tartufo campeava impune.

Os seus companheiros de galés, a quem elle não esquecia nas suas generosidades, tractavam-n'o com respeito e davam-lhe Magestade. Dois d'elles eram seus confidentes, Annibal Balsamo e Fabio Craveta.

Um frade portuguez, fr. Boaventura de Santo Antonio, que se dedicára com enthusiasmo á sua causa, veiu á galé e recebeu d'elle, para as levar a Portugal, cartas que enviava aos principaes membros da nobreza e clero. Os rascunhos eram-lhe mandados por fr. Estevam, o que mais uma vez prova que o frade não tinha grande confiança na intelligencia com que el-rei saberia desempenhar-se dos encargos inherentes á elevada posição que adoptára.

Perdeu-o, como sempre, a sua avidez de dinheiro, em que se trahiam os seus antigos habitos de cavalheiro d'industria. Mandou á duqueza de Medina-Sidonia uma carta por um Capuchinho genovez chamado fr. Ansaldo, a pedir-lhe uma esmola, mas assignando *El-rei D. Sebastião.*

Ceitil, de D. João II

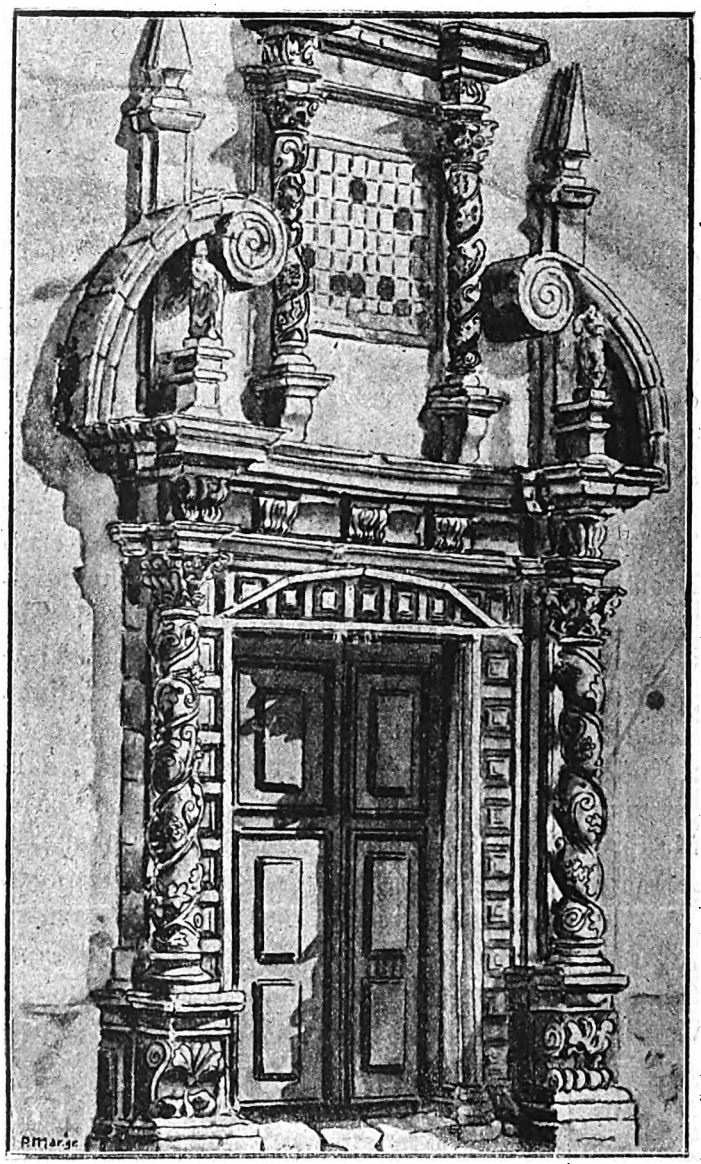
Mal sabia fr. Estevam de Sampaio, emquanto urdia a sua teia de conspirador, que miseraveis obstaculos lhe estava levantando o vulgarissimo tratante que elle tivera a loucura de julgar capaz do altissimo papel que lhe destinava.

E' claro que esta carta acordou as suspeitas, meio adormecidas, do governo hespanhol. Por esta occasião (em fevereiro de 1603) D. Christovam de Moura, que governava Portugal, e que seguia havia muito com vista inquieta as intrigas tecidas por fr. Estevam de Sampaio, conseguiu apoderar-se de fr. Boaventura de Santo Antonio, que fôra a Vianna do Minho levar a uma D. Philippa, collaça de D. Sebastião, uma carta do seu supposto monarcha. Ao mesmo tempo operava-se a captura de fr. Estevam em Sevilha, onde estava escondido, e Marco Tullio era transferido de bordo da galé para a prisão de San Lucar de Barrameda.

Não seguiremos os tramites d'esse processo, onde o despotismo hespanhol desenvolveu todo o sombrio apparato da sua horrenda legislação criminal. Marco Tullio, que, vendo o cuidado que dava e a perseverança dos seus partidarios, entendeu que era um personagem inviolavel, desmentiu primeiro todas as suas confissões de Napoles, e declarou que era el-rei D. Sebastião. Cedeu comtudo ás primeiras dôres da tortura, e confirmou tudo quanto antecedentemente confessára,

Digitized by Google

sendo ainda mais explicito em particularidades do que em Napoles. Ao mesmo tempo fr. Estevam de Sampaio e fr. Boaventura de Santo Antonio eram processados, e a sua defeza consistiu sempre em



BRAGANÇA — VISTA DA PORTA PRINCIPAL DA EGREJA DE SANTA MARIA

allegarem a sua boa fé. Condemnados apezar d'isso, mostraram animo firme, e fr. Estevam o que fez foi recriminar contra Marco Tullio, que tambem, quando perdeu de todo a esperança de conservar a vida, se portou com certa coragem. Alguns outros individuos implicados n'esta conspiração foram condemnados, uns á morte, outros á trabalhos publicos ou a exilio. Eis a lista das condemnações: Marco Tullio foi condemnado a ter a mão direita cortada, a ser enforcado, a ter o cadaver cortado em boccados, que seriam expostos nas estradas, e a cabeça e a mão direita n'uma praça publica.

Annibal Balsamo, Calabrez, forçado que servira de thesoureiro a Marco Tullio; Fabio Craveta, que lhe servira de secretario e que tambem era seu companheiro de galés; Antonio Mendes, tintureiro portuguez, que morava em Sevilha e em cuja casa fr. Estevam estivera escondido, foram condemnados á forca, e a serem depois os seus cadaveres cortados em pedaços.

Horacio Guida, Calabrez; Tenreiro de Maestre Pietro, Napolitano; e Cesario Carpio, Napolitano, todos cumplices subalternos, a seis annos de galés.

Juan Perez, Castelhano; Manuel Macedo, Portuguez; Giovanni Bernardino Camarra, Napolitano; Paulo Pola, Napolitano; Antonio Fernandes, Portuguez, implicados accessoriamente na intriga, foram condemnados a receberem cem açoites.

Pedro Dias Xardo, Portuguez e sapateiro, foi condemnado em cem açoites e oito annos de galés.

Este desgraçado era um doido, que se enthusiasmára por Marco Tullio, e que mesmo em presença dos juizes se lançava aos pés do Calabrez com ridicula adoração. Era para todos claro que o pobre sapateiro, desvairado pelas prophecias e

Digitized by Google

crendices populares, era sujeito a allucinações. Tiveram, apezar d'isso, os Hespanhoes a crueldade de lhe applicarem a pena que dissémos.

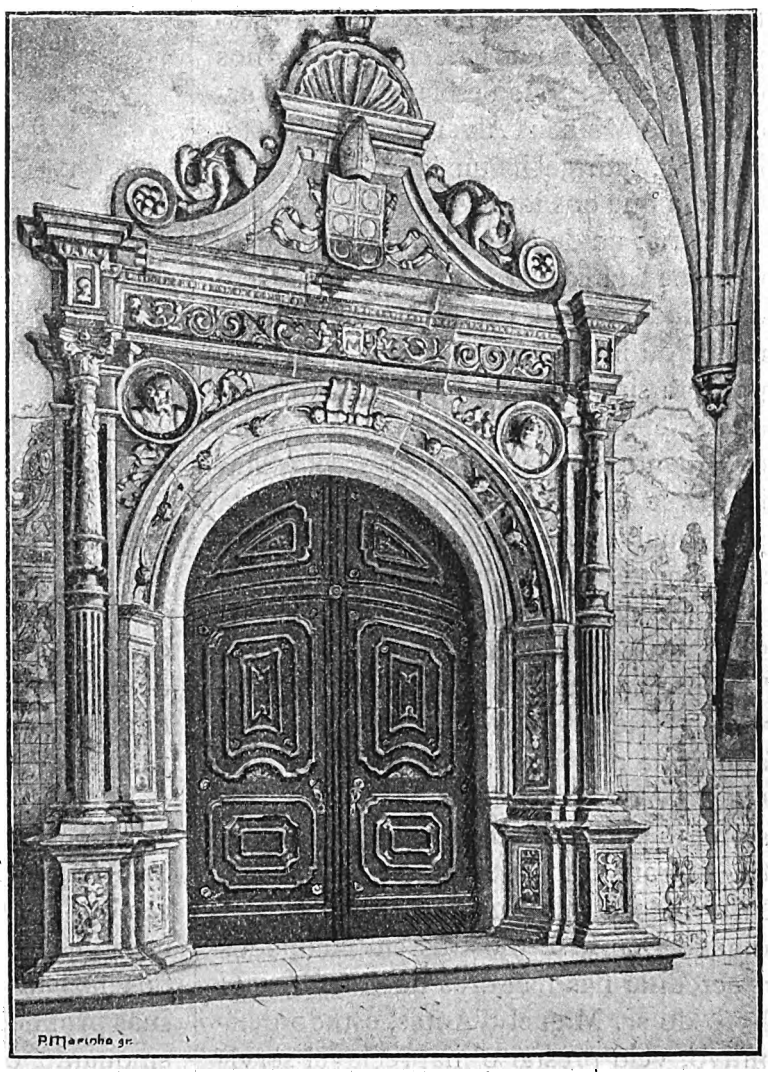
Francisco Fernandes, Portuguez; Hercules Broquetin, soldado natural de Cremona, e Elvira Sanches, que não tinha outro crime senão ser mulher do tintureiro Antonio Mendes, tiveram a pena de cem açoites e o exilio.

João Mendes, uma pobre creança de treze annos, que era filho do tintureiro, foi exilado.

O Portuguez Heitor Antunes foi multado em cem mil maravedis, e Gaspar Gonçalves Nogueira, tambem Portuguez, em cento e cincoenta mil.

A execução de Marco Tullio realizou-se em San Lucar de Barrameda, no dia 23 de setembro de 1603. Da execução dos dois frades é que não se encontram vestigios; sabe-se apenas que foram degredados da sua qualidade de ecclesiasticos no dia 1 de setembro, e entregues depois ao braço secular, que naturalmente os não poupou.

Mas o governo hespanhol, seguindo as tradições da politica de Philippe II, envolveu isto em tal mysterio que por muito tempo se ignorou a sorte de Marco Tullio. Apenas nas correspondencias diplomaticas da epocha se encontra uma leve referencia a esse facto. O conde de Barrault, embaixador francez na côrte de Valladolid, em officio enviado ao seu governo, em data de 11 de outubro de 1603, escreve: «*J'ai aussi appris qu'ils ont fait pendre celui qui se disait le roi D. Sébastien, ayant confessé qu'á la vérité il était calabrais*[1].» Este mysterio serviu mais do que tudo, para dar um aspecto poetico a esta aventura, de que romancistas e poetas se apoderaram como de um thema fertil[2], e esta



PORTALEGRE — PORTAL DA EGREJA DO SEMINARIO

[1] *Manuscrits de la Bibliothèque impériale de Paris*. Fonds Harlay Codex. 228, 10. Doc. 63. M. d'Antas *Les faux Don Sébastien*, pag. 435.

[2] Entre outros, aproveitaram o assumpto F. M. Bordalo para o seu romancinho *Rei ou impostor?* e Pizarro de Moraes Sarmento para o seu romance em verso *O Cavalleiro da Cruz*.

Digitized by Google

figura de Marco Tullio, a menos sympathica de todas as que avultam n'esta longa tragi-comedia dos falsos D. Sebastião, foi assim que adquiriu fóros de mais digna de credito. Na aventura do rei de Penamacor respeitamos a ingenua credulidade popular, anciosa por encontrar um pretexto para se livrar do jugo hespanhol; na do rei da Ericeira captiva-nos o patriotismo, pouco esclarecido, mas ardente, de Matheus Alvares; na do pasteleiro de Madrigal ha uma physionomia de victima que nos interessa, é a de D. Anna d'Austria; na de Marco Tullio nenhuma. O heroe é um cavalheiro de industria sem dignidade nem elevados pensamentos; o motor da intriga é um frade ambicioso, patriota sim, mas para quem a nacionalidade é mais pretexto do que intuito, mais bandeira a cuja sombra as suas ambições se abrigam, do que causa sagrada pela qual esteja disposto a derramar o seu sangue.

Como dissémos, a ignorancia em que todos estiveram ácerca do fim de Marco Tullio e do que se passára nos seus diversos interrogatorios, a popularidade adquirida pelas narrativas de D. João de Castro, e dos escriptores para quem o visionario portuguez foi a unica auctoridade, fizeram com que ainda n'este seculo historiadores notaveis, e entre elles Ferdinand Denis, se mostrassem inclinados a acreditar nas mentiras do Calabrez. O livro do sr. Miguel d'Antas, estudo definitivo, veiu prestar o inapreciavel serviço de, fundado nos mais authenticos documentos, apresentar os factos á sua verdadeira luz.

Mas esse mysterio o que serviu foi de base para as lendas populares; a ignorancia em que se ficou ácerca do desenlace d'essa aventura foi que deu origem á lenda de D. Sebastião o Encoberto.

Eis como o sr. Moraes Sarmento, nos bellos versos que terminam o *Cavalleiro da Cruz*, resume as tradições que vogaram entre o povo ácerca do fim do Calabrez, ou antes de D. Sebastião:

No alto mar navegava
Uma galé castelhana;
Nos bancos d'ella remava,
Presa a gloria lusitana.
Outra galé, que a seguia,
Dar-lhe caça parecia.

Buscava só a abordagem
Sem um tiro disparar,
Como se da marinhagem
Receiasse alguem matar:
Os arpéos já se lançaram,
Unidas galés ficaram.

A bandeira portugueza
Já ondeia vencedora,
Mas nem galé, nem a presa
Se viram mais até agora.
Dizem que estão encantadas
N'umas ilhas fortunadas.

E assim D. Sebastião o Desejado passou a ser D. Sebastião o encoberto.

Vejâmos agora que prophecias deram origem á lenda, e quaes foram os diversos tramites que ella seguiu, prolongando-se a seita até ao nosso tempo, merecendo a José Agostinho de Macedo uma diatribe violenta, e a Almeida Garrett uma fina satyra na sua deliciosa farça *As Prophecias do Bandarra*.

Foram dois sapateiros os primeiros prophetas da seita, Simão Gomes e Gonçalo Annes Bandarra, que ambos viveram no seculo XVI, tendo morrido o primeiro em 1576 e o outro em 1582. Ambos faziam versos propheticos, mas as suas prophecias passaram despercebidas, emquanto o desastre de Alcacer-Kibir não veiu voltar o espirito do povo para as regiões do maravilhoso. Simão Gomes era muito protegido pelos Jesuitas, e o padre Balthazar Telles, na sua *Chronica da Companhia de Jesus*, affirma que tanto D. Sebastião como o Cardeal-Rei D. Henrique estimavam muito a sua conversação.

Bandarra tinha, segundo parece, alguma instrucção, e sabia de cór, tambem ao que parece, trechos das Santas Escriptu-

Digitized by Google

ras; de fórma que muitos christãos-novos o consultavam sobre a interpretação d'algumas passagens da Biblia, o que lhe deu em resultado desgostos causados pela Inquisição, que o encarcerou, soltando-o com a condição de não se importar mais com as Santas Escripturas. Singular exigencia d'um tribunal orthodoxo, instituido para manter a pureza da fé!

Segundo a supposição, bastante razoavel do sr. Miguel d'Antas, é natural que as prophecias do Bandarra e de Simão Gomes não fossem primeiro senão variantes sobre o eterno thema do Messias, applicadas depois ao Rei Desejado por um povo que anciava por algum auxilio sobrenatural, que o arrancasse ás trévas do captiveiro, em que o ia submergir a sua desventura, a traição de muitos, e a mão de ferro de Philippe II.

Os Sebastianistas não se limitaram a invocar, em appoio das suas crenças, estas auctoridades humildes e nacionaes. Não havia santo illustre, nem vulto milagroso que não trouxesse o seu contingente ao volumoso conjuncto das lendas sebastianistas.

Se nem os astrologos escapavam, pois Nostradamus tambem veiu á baila, nem os vates pagãos, pois Sybilla Erythréa foi tambem invocada pelos sectarios do Principe Encoberto!

As principaes auctoridades christãs, anteriores ou posteriores ao desastre de Alcacer-Kibir, eram as seguintes:

Santo Isidro, S. Cyrillo, S. Theophilo, S. Claudio, Santo Angelo, fr. Gil, Pedro de Frias, Commentador de Santo Isidro, o eremita de Monserrate, o padre Antonio da Conceição, mais conhecido pelo nome de Beato Antonio, emfim Santa Thereza de Jesus, soror Leonor Rodrigues, carmelita, soror Leocadia, soror Martha, etc., etc.

Mas como é que toda esta gente se combinára para prophetizar a volta de D. Sebastião, depois da batalha, e o privilegio que Deus lhe concedera de protrahir a existencia além dos terminos da vida humana? É facil percebel-o; trechos das obras d'estes santos eram torcidos e expremidos, até os commentadores os adaptarem ao seu intento; outras prophecias eram manifestamente inventadas, na occasião necessaria, para favorecerem as pretenções d'algum impostor. Não poucas fabricaria D. João de Castro para favorecer a causa do Calabrez Marco Tullio.

Ceitil, de D. João II

Estas prophecias annunciavam todas, segundo os Sebastianistas diziam, a batalha d'Alcacer-Kibir, e a resurreição de Portugal promovida por um principe que muito tempo estaria encoberto, até que, apparecendo cercado de gloria, restituiria ao mundo christão a paz universal, e daria á sua patria o predominio sobre todas as nações. Seria então este o celebre quinto imperio, cujo esplendido devaneio chegou a inflammar a ardente e vigorosa imaginação do grande orador padre Antonio Vieira.

Dissemos que D. João de Castro era um dos mais ardentes em interpretar as prophecias, e em fabricar textos que déssem vulto a essa adorada chimera. Uma das auctoridades que elle menciona é a do proprio D. Affonso Henriques, o qual, segundo parece, na celebre apparição da batalha de Campo d'Ourique, ouvira da propria bocca do Senhor Crucificado o seguinte: que na decima-sexta geração a mão de Deus deixaria desprotegida por um momento a sua descendencia, mas que, passado este instante de provação, voltaria a favorecel-a, e lhe daria o maximo esplendor.

Ora essa decima-sexta geração era evidentemente a do vencido de Alcacer-Ki-

Digitized by Google

bir. D. Sebastião foi o decimo-sexto na ordem dos nossos reis.

O que esqueceu a D. João de Castro notar é que ser o 16.º catalogo dos monarchas não é o mesmo que pertencer á 16.ª geração. Effectivamente, tres vezes tinham succedido irmãos a irmãos, ou primos a primos. Affonso III era irmão de Sancho II, D. João I era irmão de D. Fernando, e D. Manuel primo de D. João II. Em compensação D. Sebastião era neto de D. João III. Logo, D. Sebastião era o 16.º rei, mas o 14.º descendente de D. Affonso Henriques [1]. Já se vê, Christo crucificado commettia d'essa fórma um dos mais notaveis erros genealogicos que era possivel commetter.

Como havia pouco tempo tambem que se inventára a apparição de Campo de Ourique, era natural que se aproveitasse esse *facto historico*, fabricado n'esse seculo, para se dar auctoridade aos acontecimentos contemporaneos, e D. João de Castro não era homem que o desaproveitasse.

Os Sebastianistas constituiram, pois, primeiro um partido, depois uma seita. Emquanto ás suas asserções não faltou a possibilidade, senão a verosimilhança; inquietaram ellas bastante o governo hespanhol. Era uma das fórmas mais perigosas que podia tomar a resistencia dos Portuguezes á sua tyrannia. Quando porém lhes faltaram todos os elementos de probabilidade, os Sebastianistas começaram a ser considerados como uns entes inoffensivos que procuravam nas regiões sobrenaturaes a esperança que lhes faltava na terra. A lenda de D. Sebastião affeiçoou-se pela lenda celtica d'Artus, a ponto d'algnns escriptores contemporaneos quererem procurar n'essa similhança os vestigios dos antigos habitantes celtas da Peninsula, quando ella não prova mais do que a identidade das fórmas que procura o sentimento popular quando as mesmas causas o despertam.

Ainda assim o governo hespanhol sentia-se por tal fórma estrangeiro, que estes mesmos pobres loucos, que iam á praia em dias de nevoeiro esperando vêr chegar a galé mysteriosa, em que havia de vir o Encoberto, o inquietavam como as demonstrações vivas da repugnancia que os seus novos subditos consagravam ao seu dominio, e das suas constantes aspirações para a renovação do regimen autonomo, que a espada do duque de Alba destruira nas margens do Alcantara.

E eram tão energicas essas aspirações, que o povo, longe de accusar D. Sebastião pelas desgraças de que fôra causa, invocava-o como salvador, como restaurador da independencia, que personalizavam no seu vulto cavalheiresco.

Quando a feliz revolução de 1640 assentou no throno do vencido d'Alcacer-Kibir o duque de Bragança, ou antes, D. João IV, os Sebastianistas, jubilosos por verem as suas esperanças em parte realizadas, não quizeram ainda assim desistir do seu sonho, e suppozeram que D. João IV não era senão o proprio D. Sebastião, que tomára a fórma do duque de Bragança para restituir a Portugal a liberdade que fizera perder.

Os ardentes partidarios da causa de D. João IV, que tão arriscada parecia, se attendermos ao immenso poder que Portugal tinha d'arrostar, não desaproveitaram o inesperado auxilio que os Sebastianistas lhe traziam, e que podia inspirar ao povo, que ia travar uma lucta de morte com os Hespanhoes, a desesperada coragem que o fanatismo accende

[1] 1.ª geração D. Affonso Henriques, 2.ª D. Sancho I, 3.ª D. Affonso II, 4.ª D. Sancho II e D. Affonso III, 5.ª D. Diniz, 6.ª D. Affonso IV, 7.ª D Pedro I, 8.ª D. Fernando I e D. João I, 9.ª D. Duarte, 10.ª D. Affonso V e o infante D. Fernando, 11.ª D. João II, filho de D. Affonso V, e D. Manuel, filho de D. Fernando, 12.ª D. João III, 13.ª o principe D. João, que morreu antes de subir ao throno, 14.ª D. Sebastião.

Aqui está a taboa genealogica comprovativa do que dizemos no texto.

Digitized by Google

principalmente nos povos do Meio-Dia. Muitos escriptores applicaram as prophecias correntes aos acontecimentos da vida de D. João IV, e o eloquente padre Vieira não desdenhou fazer-se commentador das obras de Gonçalo Annes Bandarra para favorecer a causa, de que foi com a palavra e com a penna um dos mais energicos sustentaculos.

A seita persistiu durante os seculos seguintes, e os seus membros não se cançavam de procurar adaptar a realidade ás suas crenças, ainda que não viesse envolto nas brumas legendarias. Assim, quando a nossa decadencia foi um momento interrompida pelo marquez de Pombal, quando o ousado ministro d'elrei D. José galvanizou por instantes o cadaver d'este povo heroico, os Sebastianistas mais uma vez pensaram que o seu desejado rei tivera, como o Vishnú indico, uma nova incarnação. Confirmava-os n'essa crença a identidade do nome de baptismo, e Sebastião de Carvalho e Mello não era para elles senão o resurgido rei D. Sebastião.

Estes innocentes sectarios, que apenas constituiam typos caracteristicos e originaes que a boa comedia de costumes podia e devia aproveitar, foram no principio d'este seculo asseteados sem piedade por uma diatribe violenta, como todas as que sahiam da penna molhada em fel do padre José Agostinho de Macedo. Os pobres e supersticiosos crendeiros viram-se de subito equiparados aos Jacobinos, e como taes os fustigou devidamente o acrimonioso escriptor.

O sr. Miguel d'Antas explica da seguinte maneira a ira do padre:

«Pensava-se então que os principios d'essa seita, que deixavam tudo á intervenção divina e se baseavam sobretudo n'este verso d'um supposto propheta: *A Hespanha perderá a valentia* [1], diminuiriam o enthusiasmo patriotico e a energia com que se devia repellir a invasão estrangeira [2]. O padre José Agostinho de Macedo foi por conseguinte encarregado de combater essas tendencias para o abatimento, cobrindo de ridiculo essa seita e as suas tendencias fanaticas, proprias para provarem até que ponto as classes populares eram accessiveis ás idéas, para as quaes as impellia loucamente um clero pouco escrupuloso na escolha dos meios, e que não julgára poder conseguir melhor os seus fins do que arrastando o povo

CHRISTOVAM DE MOURA

[1] Versos do preto do Japão.
[2] A invasão dos Francezes.

Digitized by Google

comsigo pela estrada do obscurantismo [1].»

Até aqui seguimos o sr. Miguel d'Antas; para completarmos a lista de noticias curiosas que se podem reunir ácerca d'esta seita, recorreremos ao livro de Ferdinand Denis.

«Ha uma tradição popular, diz elle, que se liga tão essencialmente com a historia que acabamos de narrar *(a dos falsos D. Sebastião)*, que não podemos deixar de lhe procurar a origem. É a que faz de D. Sebastião uma especie de heroe encantado, um novo Arthur, destinado a reanimar as esperanças religiosas dos povos e a consolidar a sua ventura. Já, tentando fazer conhecer a historia do Brazil, falámos n'essa seita dos Sebastianistas, que parece ter hoje o seu fóco verdadeiro nas regiões remotas de Minas, e que lança raizes mais vivazes, á medida que se afasta da epocha em que teve origem. Desde o fim do seculo XVI, esse estranho sonho apoderou-se d'alguns espiritos exaltados, e talvéz tomou origem nas suppostas prophecias de Simão Gomes, appellidado o *Sapateiro Santo;* mas teve, sem duvida, n'essa epocha, entre as suas extravagancias alguma cousa tocante que se ligava intimamente com as desgraças do paiz. Extractemos algumas linhas d'um velho viajante; o estylo bastará para nos fazer conhecida a data da tradição, e demais póde encaminhar-nos ao conhecimento do seu auctor. Eis o que escrevia nos ultimos annos do seculo XVII um d'esses velhos escriptores francezes que são raras vezes consultados:

«Quero contar-vos o que me disse na «côrte de Madrid um religioso de muito «credito e auctoridade. Junto do seu con«vento, em Lisboa, vivia um velho, que «fôra ministro empregado da justiça; cha«mava-se Ribeiro... e era considerado «doido pela maior parte dos que o co«nheciam; um dia entrou, como era mui«to habitual costume, na egreja do dito «religioso, que, estando á porta da sa«cristia, disse a dois dos seus confrades: «Ahi vem Ribeiro, vamos divertir-nos «com as suas prophecias. Depois, com«binou-se que um só iria ter com elle, «porque falaria mais livre e francamente. «O que me contava esta coisa foi, e, pe«dindo-lhe noticias, veiu a tocar na ma«teria de que se tracta. O velho religioso «jurou-me que discorria muito pruden«temente sobre a materia, e de fórma ne«nhuma como um insensato; e, depois «de ter demonstrado a coisa por um gran«de numero de razões, deduzidas das an«tigas escripturas, concluiu por estas pa«lavras formaes: Senhores P. N., os que «tractam d'estas materias não as enten«dem, porque uns dizem que esse prin«cipe está n'uma ilha ignorada, casado «com a filha d'um rei poderoso que lhe «deve enviar uma poderosa frota com a «qual virá sitiar Lisboa; emquanto outros «affirmam que está na Noruega, e que «d'ahi é que ha de vir, tendo já despa«chado a todos os principes da Europa «os seus embaixadores para os prevenir «que não concedam o seu soccorro á «Hespanha. Em summa, as coisas que «se dizem assim são puros sonhos de gen«te que sabe pouco. O principe, que es«peramos, e Deus nos prometteu, não «deve, aqui entre nós, ser-nos trazido «nem por frotas, nem por esquadrões nu«merosos; ha de trazer apenas paz e fes«tas innumeras; no meio d'ellas é que o «receberemos com acclamação; não deve «tomar posse do seu reino pelas armas, «mas sim ao som dos alegres instrumen«tos, entre as danças e os jubilos; não se «devem vêr nem mortos, nem rios de «sangue á sua entrada n'esta cidade... «Não me perguntei mais, meu reveren«do, mas rogae a Deus que vol-o faça «vêr. E, dizendo isto, deixou-me.

«Esta narração do antigo viajante re-

[1] *Les faux Don Sébastien.* (Nota B, pag. 456)

Digitized by Google

sume bem as opiniões diversas dos Sebastianistas. Comtudo nem em toda a parte a crença d'estes estranhos sectarios se manifestou com tão pacificas exterioridades: e, se devemos dar credito a uma folha publicada no Rio de Janeiro em 1838, viu-se n'esse anno, no interior da provincia de Pernambuco, um d'esses temiveis adeptos apoderar-se completamente do espirito dos seus compatriotas, e annunciar-lhes, em nome d'el-rei D. Sebastião, que este soberano encantado despertára e que ia apparecer nas solidões da America meridional, á testa de um exercito numeroso e magnifico. João Antonio contentava-se com annunciar a vinda do joven monarcha á sua aldeia de Pedra-Bonita, a vinte e duas leguas de Villa de Flores; mas, tendo enviado em breve das solidões do Inhamun, para onde se retirára, um neophyto chamado João Ferreira, este proclamou-se rei, e imaginou, para consolidar o seu imperio, ritos sanguinolentos, durante os quaes se deviam immolar victimas humanas para conseguirem a immortalidade. Pedro Antonio, irmão do amigo propheta, cioso da auctoridade do seu enviado, assassinou-o, segundo se diz, e tomou o poder; persuadira aos grosseiros *sertanejos*, sobre o espirito dos quaes exercia o seu imperio, que por sua influencia se haviam tornado a um tempo invulneraveis e invenciveis. Vinte e seis guardas nacionaes, debaixo do commando do major Pereira da Silva, marcharam contra estes freneticos, mataram vinte e nove no logar do combate, e dispersaram os outros nas florestas, perdendo apenas os vencedores quatro mortos e tendo cinco feridos. Isto realizára-se no dia 18 de maio de 1838, e dois mezes depois, na camara dos deputados, este facto extraordinario produzia uma grande sensação. Estão agora quasi decorridos tres seculos desde a morte d'el-rei D. Sebastião, e a historia extraordinaria d'este principe tornou-se um mytho, que fez nascer, para assim dizermos, uma religião nova. Segundo alguns auctores, o numero dos Sebastianistas não se elevava, ha alguns annos, a menos de dez mil. Em Portugal muitos escriptos se teem publicado com relação a estes estranhos sectarios [1].»

E, agora que já demos noticia das lendas com que o povo se consolou da sua nacionalidade perdida, falemos nos grandes monumentos litterarios em que essa nacionalidade se affirma.

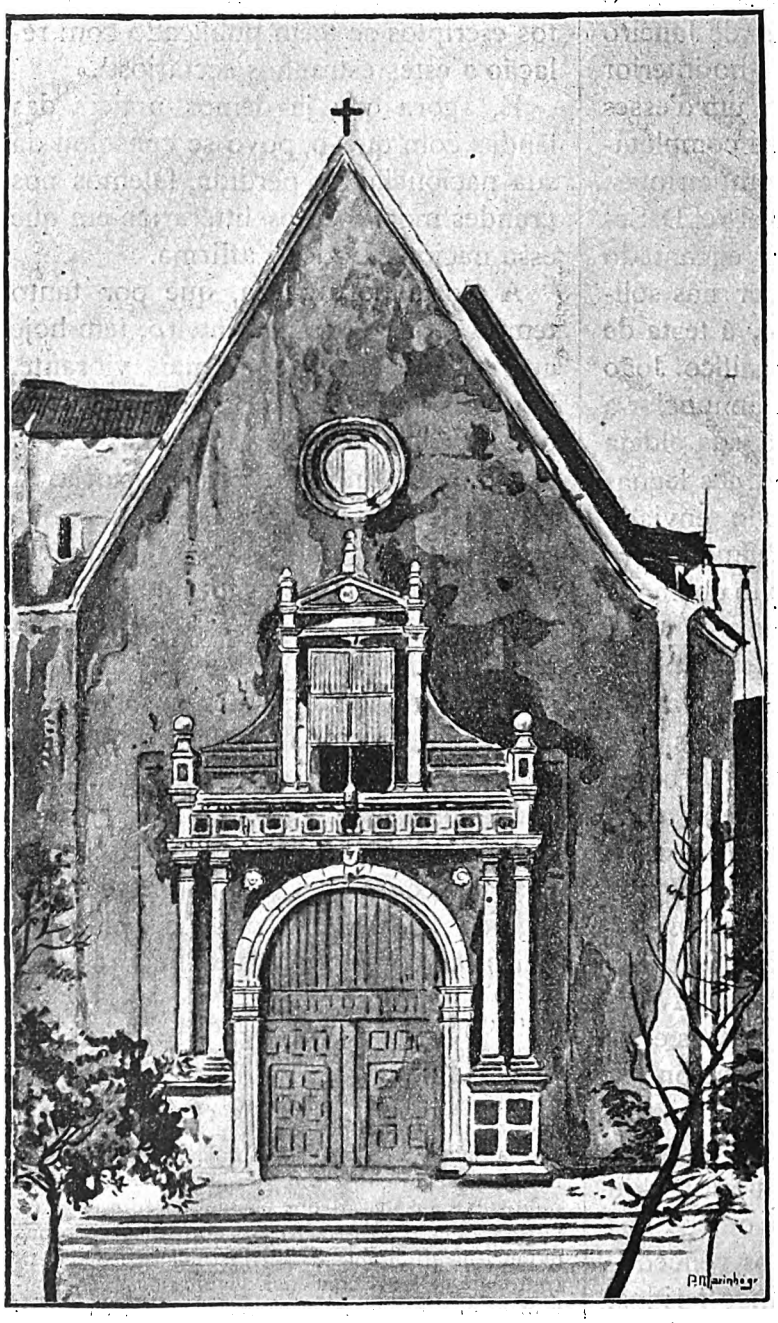
A gloria portugueza, que por tanto tempo soou no mundo inteiro, tem hoje apenas dois echos, um mais vibrante, porque se repercute no cristal sonoro da poesia; outro mais grave e mais cheio, porque resôa no bronze da historia. A Europa, a Europa illustrada mesmo, que olvidou o nome dos nossos guerreiros, dos nossos legisladores, dos nossos estadistas, conhece apenas o chronista e o poeta dos nossos feitos: Barros e Camões. Na immortalidade d'elles resume-se a nossa immortalidade, e será difficil decidir se é um reflexo da nossa gloria, sumida no poente, que fórma a auréola d'esses vultos, como o reflexo do sol, já abaixo do horizonte, doura ainda a fronte erguida das estatuas, ou se é, pelo contrario, a fulgida corôa d'esses dois escri-

[1] «O propheta sebastianista, cujas loucuras sanguinolentas aqui narramos, affirmava que no dia do livramento lhe bastaria bater com o pé no chão para fazer surgir exercitos numerosos Vinte e uma victimas, entre as quaes se contavam mulheres e creanças, já tinham sido immoladas quando a auctoridade local conseguiu pôr termo a estas barbaridades. Por muito extraordinarios que possam parecer estes factos (e o que se passa nas nossas provincias não nos dá infelizmente direito para duvidarmos) acceitamol-os com tanta ou mais confiança quanto nos foram confirmados pelo habil e conscienciosо auctor da *Escravatura nas Indias inglezas*. O sr. Armando Hain estava na camara dos deputados do Brazil, quando esse estranho relatorio ahi foi lido. Um orador eloquente levantou-se para lembrar ao poder que fizesse penetrar a instrucção elementar nas solidões do Sertão. Os pormenores apresentados no texto foram extractados do *Echo francez do Rio de Janeiro*, de 14 de julho de 1838. N'essa epocha João Antonio fugira para as florestas. O relatorio lido á camara fôra redigido pelo prefeito do districto de Flores.»

Digitized by Google

ptores que dá esmola d'um dos seus raios á gloria nacional.

Acreditamos que o grande povo e os grandes homens que transmittiram á pos-



SÉ EPISCOPAL DE DAMÃO

teridade os seus annaes são mutuamente credores e devedores. Se o poeta deu á lyra de ouro, do povo partiu a inspiração; se o historiador contribuiu com o magnifico buril, o povo lançou-lhe aos pés o marmore sublime. Camões é grande, principalmente porque é o representante de uma grande nacionalidade, porque é o Homero de uma Iliada gigante, porque a sua poesia colhe um grande realce dos feitos esplendidos sobre os quaes lança as artisticas prégas do seu rico manto, como o luar, bello sempre, bello quando se reflecte nas aguas placidas do rio, quando se espraia no tapete verdejante da campina, adquire magestade suprema quando se lhe deparam, para elle as illuminar, as magnificas ruinas de um velho monumento, quando se insinúa por entre as laçarias truncadas, os frisos derrocados, os columnelos partidos, os ennegrecidos lavores da pedra, as esculpturas quebradas. O velho monumento é o nosso passado, hoje em ruinas; o esplendido luar, que o illumina e lhe dá um indescriptivel realce, é o clarão immenso que fulgura das estrophes dos *Lusiadas*.

Mas d'esse monumento, que nos avulta semiphantastico á luz de tão formoso luar de poesia, o architecto foi João de Barros; foi elle que o apresentou ao sol da historia perfeito, completo, harmonioso; foi elle que reuniu os fragmentos esparsos; foi elle que juntou em galeria as estatuas decorativas, e que, tomando por modelo os velhos monumentos romanos, construiu nas suas

Digitized by Google

INSURREIÇÃO DOS MONGES DE BELEM

Digitized by Google

Décadas o Capitolio dos novos conquistadores do mundo, o Pantheon dos semi-deuses que offuscaram com as suas façanhas verdadeiras os fabulosos trabalhos dos Alcides e dos Theseus.

CAPITULO XXXIV

A litteratura portugueza no seculo XVI — Camões

A epocha mais brilhante da nossa litteratura é decerto a do seculo XVI. Ainda que a imitação classica produziu em Portugal os mesmos deploraveis effeitos que produziu no resto da Europa, matando a inspiração popular, e substituindo-a pelas affectações guindadas de uma erudição balofa, tivemos comtudo tambem uma especie de litteratura manuelina, como tivemos uma architectura manuelina, que Alexandre Herculano tão sagazmente capitulava de resistencia do espirito gothico á architectura classica do seculo XVI.

Os principaes representantes d'essa litteratura, que, sem desconhecerem os thesouros da erudição classica, não desprezaram comtudo completamente as fontes antigas da inspiração nacional, foram Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Gil Vicente e, mais do que todos, Camões. Antonio Ferreira foi, pelo contrario, o chefe da nova escola classica, que despresava como rude e inculta a velha poesia dos trovadores portuguezes, e cuja fé poetica não admittia salvação fóra da religião classica, da imitação servil dos Gregos e dos Latinos.

Esta escola comtudo nem por isso deixou de prestar serviços muito notaveis á litteratura portugueza, concorrendo principalmente para formar esta nossa lingua tão sonora e tão bella, em que se poderam tão facilmente exprimir os formosos pensamentos dos nossos grandes escriptores.

Não nos queremos afastar da indole d'este livro, entrando mais do que nos convém no dominio da historia litteraria, principalmente agora que tractamos de uma epocha, decerto, litterariamente, a mais conhecida de Portugal.

Vimos a antiga tendencia dos Portuguezes para a poesia melancolica e terna, tendencia que já se fez sentir nos cancioneiros d'el-rei D. Diniz, e que Sismondi não desconheceu attribuindo aos Portuguezes uma indole galanteadora e suave. Diz elle tambem, com certa razão, que os Portuguezes parece que collocaram na vida campestre o seu ideal de ventura, tanto que foi um Portuguez que dotou a Europa do seu mais formoso romance pastoril, a *Diana de Montemayor*, fonte de tantas imitações subsequentes, principalmente em França. Accrescenta que esta predilecção pela vida campestre e pela poesia prstoril fez dos Portuguezes os primeiros poetas bucolicos da Europa. O testemunho é insuspeito, porque parte de um estrangeiro.

As doçuras da vida do campo casam-se bem com as ternuras do amor, e á sombra dos copados arvoredos, nas margens verdejantes dos crystallinos regatos é que mais naturalmente desabrocham as namoradas visões. Foi por isso que Bernardim Ribeiro, o grande poeta do amor, querendo romancear os sonhos do seu coração, se apartou um pouco do

Digitized by Google

tradicional systema dos romances de cavallaria, para misturar com os enredos que tinham, desde o tempo do *Amadis de Gaula*, o privilegio de occupar os espiritos dos cortezãos, os quadros melancholicos da natureza suave da sua patria.

A *Menina e moça*, livro que se torna apreciavel, não só pela belleza do estylo e a suavidade do pensamento, como por ser o primeiro em que a prosa portugueza se desenvolve das faixas infantís em que Fernão Lopes a encontrou envolta, e atravez das quaes ainda assim reconhecemos hoje toda a immensa poesia que illuminava a potente imaginação do grande chronista, a *Menina e moça*, pois, é um romance meio de cavallaria, meio pastoril, verdadeiro percursor da *Diana de Montemayor* e da pleiade innumera de romances no mesmo genero, que n'este celebre livro tomaram origem. Não nos demoraremos a investigar se n'esse romance vém contados, envolvendo-se apenas no véo de transparente allegoria, os amores do poeta com a infanta D. Beatriz, filha d'el-rei D. Manuel; o que temos unicamente a fazer notar é que n'este livro a velha inspiração nacional se liga d'um modo notavel com uma pureza de fórma devida á erudição classica do seculo XVI, e que Bernardim Ribeiro exprime, emquanto a nós, applicando ao poeta a phrase que Alexandre Herculano applica ao edificio de Belem, a resistencia da velha poesia popular ao movimento classico dos espiritos no seculo que principiava.

E não é tanto nas velhas poesias dos cancioneiros que se prende o estro de Bernardim, como nas poesias propriamente populares dos romanceiros. É a alma do povo que vive em Bernardim, não a alma do cortezão. O amor, como todos os sentimentos espontaneos e verdadeiros, arrancou-o á existencia ficticia das côrtes, e approximou-o da natureza, e do povo que com ella intimamente convive. «Nenhum dos nossos poetas escreveu mais com o sangue do coração, diz Garrett falando d'este poeta ao inserir no seu *Romanceiro* as duas chácaras ou soláos da *Menina e moça.*» Se elle escrevia com o sangue do coração, tambem era para exprimir os sentimentos do coração, e só para isso, que a musa popular soltava os seus cantos ingenuos, não para satisfazer as cultas pretenções das musas cortezãs. Quando um poeta modela em verso as suas impressões verdadeiras, approxima-se forçosamente da inspiração popular.

Bernardim Ribeiro, se é pois por um lado discipulo da escola classica então nascente, o que o ensina a domar a lingua, e a cultival-a para a fazer exprimir os mais delicados sentimentos, é por outro lado, pela nacionalidade e espontaneidade do seu modo de escrever, filho genuino da escola popular, que ia ter um eclipse de dois seculos, para resurgir depois mais brilhante na grande renascença do seculo XIX.

Bernardim Ribeiro, de cuja vida pouco se sabe, parece que militou na Africa e foi governador na India, sendo nos paços de D. Manuel perceptor, segundo se assevera, da infanta D. Beatriz, depois duqueza de Saboya, que lhe inspirou uma louca paixão, paixão que o fez poeta.

Vivendo tambem no Paço, na intimidade dos dois reis, D. Manuel e D. João III, um vulto dos mais notaveis na litteratura da Peninsula nos apparece agora; esse vulto é o de Gil Vicente.

A comedia, esse genero em que os Hespanhoes tanto primaram, e que, abrilhantado pelos talentos colossaes de Lope de Vega e Calderon, serviu de modelo á Europa, deve a este illustre Portuguez, senão completamente o impulso primeiro, pelo menos o impulso mais vigorosso. Ticknor, o illustrado Americano que escreveu a mais completa historia da litteratura hespanhola de que temos noti-

Digitized by Google

cia, apezar de não ter estudado a fundo as obras do nosso Gil Vicente, reconhece a sua influencia n'essa litteratura, consagra-lhe um capitulo do seu formoso livro, e comtudo n'esse capitulo analysa apenas o *Auto de Cassandra*, e cita muito por alto a comedia de *Rubena* e a do *Viuvo*. Que faria se elle tivesse estudado com attenção as obras completas d'esse grande homem, e se ante os olhos deslumbrados lhe apparecesse de subito, na admiravel farça de *Ignez Pereira*, o germen completo e vivaz da boa comedia de Molière.

Ao dialogo de *Mingo Revulgo*, satyra popular dos desvarios e fraquezas de Henrique IV de Hespanha, e ao dialogo humoristico do *Amor e o velho*, de Rodrigo Cota, um dos mais bellos trechos da poesia castelhana, vão os estudiosos procurar as origens do theatro hespanhol. São apenas, podemos dizel-o, a semente acabada de lançar no rego do arado, que o sol, a chuva, o adubo, os succos nutrientes da terra não fecundaram ainda. A *Celestina*, longa tragi-comedia em vinte e um actos ou partes, do primeiro dos quaes é tambem auctor, segundo parece, Rodrigo Cota, sendo os outros vinte obra de Fernando Rojas, póde-se julgar com mais fundamento o ponto de partida do theatro peninsular. Mas, ainda assim, a absoluta impossibilidade de se representar essa novella com fórma dramatica, e a confusão das scenas e dos dialogos, devem dar antes á *Celestina* as honras d'original primitivo das novellas picarescas, em que foi a Hespanha tão fecunda, do que do fundo primordial do seu magnifico theatro. A prova d'isso foi o ter ficado essa peça, como tentativa isolada, que excitava a admiração de toda a Peninsula, que enthusiasmava até o nosso João de Barros, mas que não chamava as imitações. Só o caracter, realmente muito bem traçado, da heroina da peça ficou sendo prototypo de muitos outros personagens da mesma familia, entre as quaes se deve contar a Euphrosina do nosso Jorge Ferreira de Vasconcellos[1]. Os auctores theatraes curvaram-se respeitosamente deante d'esse formoso monumento, mas seguiram outro rumo. Se nos permittem o abstruso da comparação, diremos que a *Celestina* foi como essas peças d'artilheria monstruosas que vinham no exercito de Mahomet II, peças que todos os fundidores admiravam, mas que nenhum imitava, porque reconheciam a impossibilidade absoluta de fazer uso d'essas esplendidas inutilidades.

Pondo-se de parte o formoso monstro da *Celestina*, torre de Babel da architectura theatral, temos de reconhecer como pae do drama theatral a Juan de ia Encina, commensal de D. Fradique de Toledo, duque d'Alba, em cuja casa se representaram todas as suas composições theatraes, a que elle deu ó nome de *Eglogas*, e que se filiavam directamente nos dialogos de *Mingo Revulgo*, e do *Amor e do velho*, com a differença que eram sempre travados entre pastores, e que admittiam mais de dois personagens, sem comtudo se arriscarem a um grande pessoal.

As primeiras dez eglogas de Juan de la Encina são como que umas paraphrases das bucolicas de Virgilio. Os pastores conversam entre si ácerca d'algum acontecimento notavel da côrte de Fernando e Izabel, como os Tytiros e os Menalcas do vate mantuano palestravam sobre os acontecimentos de Roma no tempo de Augusto, depois cantam um villancico e vão-se embora. Para darmos idéa d'este genero primitivo de composições, contaremos o enredo da primeira. Entram os pastores, e um d'elles mostra-se muito afflicto porque vae

[1] Escriptor portuguez tambem do seculo XVI, cuja obra mais notavel é um romance de cavallaria, intitulado o *Memorial dos cavalleiros da Tavola Redonda.*

Digitized by Google

haver guerra com a França, e o duque d'Alba tem d'ir a ella, e então que será da duqueza e d'elle pastor e de toda a gente! O outro diz-lhe que se não affli-ja, porque essas noticias de guerra po-dem ser patranhas. Effectivamente, che-ga um terceiro que affirma que tudo é peta, e que, por conseguinte, o duque d'Alba se não vae embora. Em vista d'isso haja regalorio, cante-se um villancico, e muito boas noites.

Comtudo Juan de la Encina não parou aqui; a celebração das festividades religiosas vem dar variedade aos seus drama-sinhos singellos. Em geral os enredos d'essas eglogas devo-tas limitam-se a estarem uns pastores a tractar dos seus ne-gocios e de repente apparecer um anjo e dar-lhes noticia de um acontecimento qualquer da vida de Jesus. Esta fórma é tambem a que Gil Vicente de-pois adoptára. Em seguida Juan de la Encina aventurou-se um pouco mais a profani-dades, e escreveu algumas eglogas tambem muito sim-ples em que se contam casos d'amor. As duas, cuja fórma se approxima um pouco da composição dramatica, são *El escudero que se tornó pastor* e *Los pasto-res que se tornaron palaciegos*. A primei-ra mostra-nos um escudeiro, a quem uma pastora escolheu para seu galan, e que por amor adoptou a vida pastoril. Na se-gunda o escudeiro, já afastado da mono-tonia campesina, procura persuadir aos pastores que se façam cortezãos, e justi-fica essa contradicção lançando-a á con-ta do amor que é capaz de fazer do es-cudeiro um pastor e d'um pastor um es-cudeiro.

Em tal estado deixára Juan de la En-cina o theatro hespanhol, quando lhe surgiu em Lisboa um émulo, cuja gloria eclipsou a sua. Gil Vicente appareceu, e logo nos primeiros passos mostrou que deixaria bem longe o seu predecessor e modelo. Escrevendo os seus *Autos pas-toris* segundo a maneira das eglogas de Juan de la Encina; se no *Auto pastoril castelhano* e no *Auto dos reis magos* se

D. FERNANDEZ ALVAREZ DE TOLEDO (DUQUE D'ALBA)

vae cingindo escrupulosamente áquelle por quem se pautava, logo quebra as andadeiras, e caminha com passo firme e desassombrado pela senda onde o auc-tor hespanhol o perde completamente de vista. O *Auto da Sybilla Cassandra*, o *Auto da Mofina Mendes*, o *Auto da feira*, os das *tres Barcas*, que hão de ser imitados por Lope de Vega, revelam uma largueza de vistas, uma concepção profunda e philosophica, da qual Juan de la Encina nem sequer tem o presen-timentó.

Digitized by Google

Mas se Gil Vicente não tem a gloria unica de ser um dos vultos mais eminentes do moderno theatro europeu, a elle cabe a honra de ter sido o verdadeiro iniciador do theatro hespanhol, porque foi da sua penna que sahiu a primeira comedia de caracteres e de plano tendente ao desenvolvimento d'uma determinada idéa. Poremos de parte a farça de *Quem tem farellos*, onde a falta absoluta d'acção não nos deve impedir de notarmos a physionomia admiravelmente desenhada do escudeiro Ayres Rosado, typo que mostra como Gil Vicente entendia que devia ser a comedia o espelho da sociedade, e applicava a sua theoria colhendo os fructos da observação, que o seu olhar perspicaz exercia em torno de si. E, comtudo, essas duas ou tres admiraveis scenas foram apresentadas em 1505, doze annos antes que sahisse á luz a famigerada *Propaladia* de Torres Naharro. Mas uma scena isolada, um typo qualquer não bastam para constituirem uma comedia, e nós queremos apresentar Gil Vicente como o verdadeiro introductor da comedia d'observação. Por isso temos de citar Torres Naharro e de dar conta da sua influencia na litteratura theatral hespanhola. Torres Naharro, vivendo quasi sempre na Italia, publicando em Napoles a primeira edição das suas obras, aproveitou com o estudo da antiguidade, então muito em voga em todas as cidades italianas, o introduzir nas suas comedias a divisão regular em actos, ou antes em jornadas. No mais os passos que fez dar ao drama hespanhol não foram adeante dos que Gil Vicente déra. Na comedia allegorica parece ter tido a iniciativa, porque a sua *Trophea*, comedia em honra d'el-rei D. Manuel de Portugal, foi, segundo todas as probabilidades, representada deante de Tristão da Cunha, o embaixador portuguez que levou ao Papa Leão X o sumptuoso presente que el-rei de Portugal lhe enviava. Mas Gil Vicente não se demorou muito a seguil-o. A *Trophea* representou-se em 1514; por occasião da partida da infanta D. Beatriz para Saboya, escreveu Gil Vicente as suas *Côrtes de Jupiter*, e em 1526, quando o grande imperador Carlos V casou com a princeza D. Maria de Portugal, appareceu elle com o *Templo d'Apollo*. As comedias novellescas são talvez a grande obra de Torres Naharro. O *Hymeneu*, é decerto o drama em que directamente se filiam as comedias d'intriga de Lope de Vega. Mas na comedia de costumes, na comedia d'observação, é que elle cede o passo ao nosso Gil Vicente e lhe deixa completamente as honras d'iniciador.

São tres as comedias de costumes de Bartholomeu Naharro. Uma intitula-se a *Soldadesca*, *Tinellaria* a outra, e *Jacinta* a terceira. A primeira tem por assumpto o recrutamento nos Estados do Papa, a segunda os roubos e desordem da criadagem dos prelados, o enredo da terceira cifra-se apenas no caso d'uma viuva que morava n'uma quinta junto de Roma, e que tinha por costume hospedar os viajantes, para saber noticias do que se passava pelo mundo. Ainda não encontrára um só que lhe agradasse, até que vêm tres, entre os quaes campeia o bemaventurado Jacintho, de quem ella se namora, e que por isso dá o seu nome tanto á viuva como á comedia.

Estas peças mostram já uma tal ou qual tendencia para observar as scenas variadas da vida, e para copiar do natural a descripção dos costumes. Porém o quadro é grosseirissimo. Na turba dos personagens da *Tinellaria* não ha um só typo bem caracterizado; todos os criados são ladrões, são gulosos, são patifes, mas nenhum d'elles apresenta uma physionomia particular, nem ao plano da comedia preside uma intenção qual-

Digitized by Google

quer. Assistimos a scenas que muitas vezes se passariam então em casa dos cardeaes romanos, mas em desenrolar deante dos olhos este quadro julga o auctor consistir toda a sua missão. Passemos agora a Gil Vicente, e vejamos a differença.

Ponhamos de parte as figuras magistraes que se acham dispersas pelos esboços informes do nosso auctor: deixemos o clerigo da Beira, o juiz da Beira predecessor de Sancho Pança, dando sentenças na sua ilha da Barataria, inspirador (quem sabe?) d'esses admiraveis capitulos de *D. Quichote;* não nos demoremos a contemplar os divertidos e primorosos vultos do fidalgo provinciano e do seu capellão, tão bem desenhados no *Auto dos almocreves*, e apresentemos já a *Ignez Pereira* á admiração dos leitores.

Um dia, nos salões do paço, alguns fidalgos pretenciosos pareceram duvidar de que as obras de Gil Vicente fossem realmente suas. É velha, segundo vêem, a mania portugueza de se não acreditar que auctor compatriota possa escrever coisa com geito. O grande homem, indignado, pediu que lhe déssem um thema qualquer sobre o qual se obrigaria a fazer uma comedia. Os *espertos* cortezãos deram-lhe, talvez por ironia, para assumpto o proverbio «Antes quero asno que me leve que cavallo que me derrube.» Gil Vicente acceitou o thema e escreveu a primeira comedia d'observação que viu a Hespanha. A *Ignez Pereira* sahiu d'um jacto da cabeça do nosso Jupiter dramatico.

Os proverbios theatraes, que fizeram a reputação do nosso contemporaneo Alfredo de Musset e Octavio Feuillet depois d'elle, foram já no seculo XVI postos em scena por Gil Vicente.

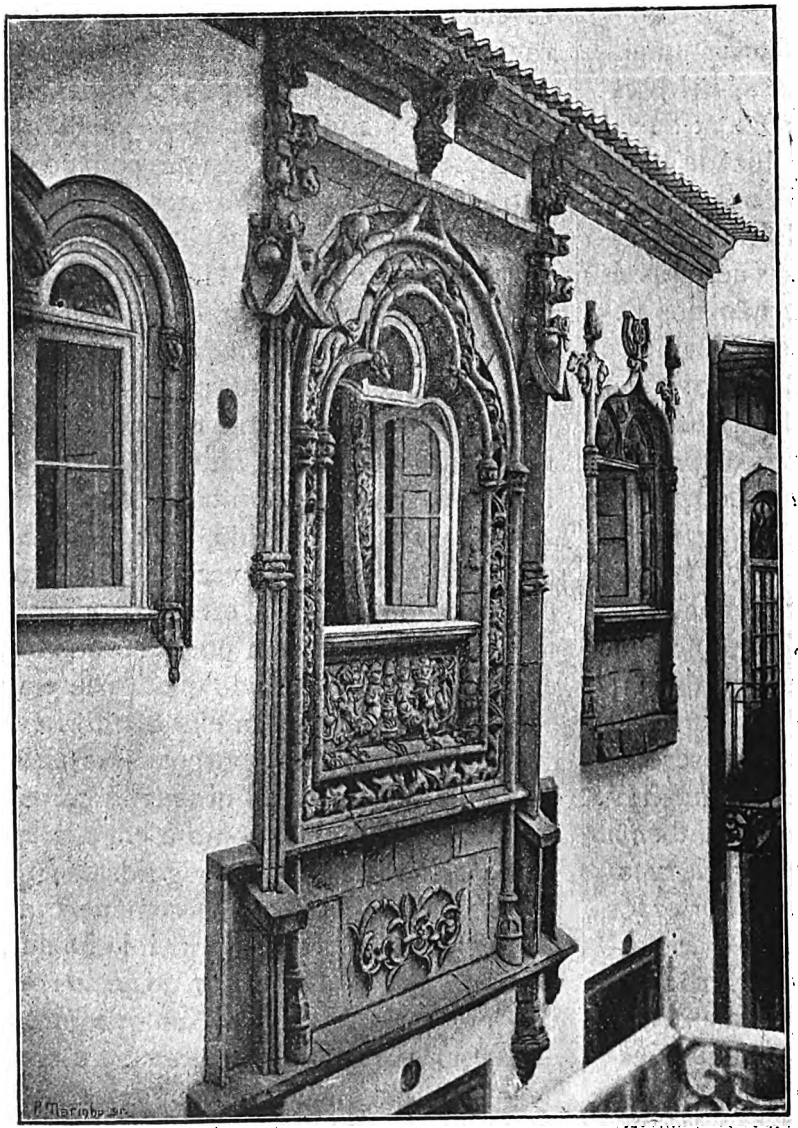
O enredo é simples. Ignez Pereira, uma menina toda romanesca, que não quer por marido senão algum alfenim que saiba dizer finezas, engenhar trovas, e tocar viola. Surge-lhe a ponto a realização do seu ideal. Apparece um escudeiro, dotado de todas essas prendas, um verdadeiro Amadis. Ignez Pereira casa com elle, mas logo o poetico moço revela o seu caracter, e se torna o tyranno cioso e inexoravel de sua esposa. Não a deixa sahir, obriga-a a trabalhar, e, afinal, quando parte para a guerra d'Africa, abandona-a sem um pedaço de pão. Felizmente, os Mouros dão cabo d'elle, e n'essa morte dá Gil Vicente, como os seus editores de Hamburgo muito acertadamente notam, o ultimo toque á physionomia do escudeiro. Era poltrão, para cumulo de prosaismo. Os Marroquinos mataram-n'o indo elle a fugir para dentro dos muros de Arzilla. Ignez Pereira, viuva, procurou consolar-se com segundo marido, mas, avisada pela experiencia, em vez de procurar um heroe de romance, escolhe um honrado homem que está por tudo quanto ella quer, que lhe dá tudo quanto deseja, e que afinal anda com ella ás cabritas.

Aqui têem o thema proposto perfeitamente desenvolvido, aqui teem a comedia d'observação tal como a concebera Molière, aqui teem typos vigorosamente accentuados e desenhados com mestria, sem se desmentirem do principio ao fim da farça. Podesse elle usar dos actos ou das jornadas que Torres Naharro introduziu no theatro, e veriamos se d'esta magnifica farça não folgaria de ser auctor o proprio Molière.

Por aqui se podem avaliar as dimensões do gigante que surge nos humbraes do theatro peninsular. Junto da sua estatura colossal acham-se e perdem-se os vultos dos seus antecessores e contemporaneos. Depois Lope de Rueda, Timoneda e muitos outros escriptores hespanhoes tomaram das nossas mãos a chave da scena prestigiosa entreaberta por Gil Vicente e cujas maravilhas já se

Digitized by Google

podiam divisar, mas foi um Portuguez, foi o fundador do nosso theatro, quem rasgou aos olhos deslumbrados do publico de toda a Hespanha esse vasto e desconhecido horizonte, onde havia de brilhar com resplendor immortal a fulgida constellação dos Vega e dos Calderon.



VIANNA — JANELLA DA RUA DE S. PEDRO

Emquanto a nós, no mundo tumultuoso da meia edade ha duas correntes, que hão de, confluido, no principio do seculo XVI, formar o rio vasto da civilisação moderna. Uma é a do genio d'esses povos, que brotaram das sanguinolentas nupcias do mundo romanizado com os barbaros no norte. A outra é a da tradição classica, é o deposito das velhas conquistas da razão humana. Aquella é fervente, inquieta, satyrica, scismadora, infantil, se assim nos podemos exprimir. O Christianismo inspira-a, a fé ardente domina-a, e as *sirventes* e os *fabliaux* são travessuras que não inquietam a Egreja. A outra é tranquilla, severa, limpida e pensadora. E' a razão que a domina e que a arrasta algumas vezes aos circulos perigosos do livre exame. A primeira Renascença, (assim denomina Taine com razão o movimento dos espiritos no fim do seculo XIII) tende a confundil-as, mas (é esse o seu caracter) na fusão faz predominar a corrente moderna, e a antiga não lhe serve senão para introduzir uma certa ordem na agitação da sciencia e da litteratura da edade média.

Essa Renascença do seculo XIII é que deveria ter sido a continuada pelos grandes homens do seculo XVI, porque, aproveitando as conquistas da sciencia da civilização antiga, e a pureza de fórma dos classicos, conservava á litteratura moderna uma feição original, e era a expressão verdadeira do espirito dos povos. Mas assim como na politica as

Digitized by Google

tradições absolutistas do direito romano soffreiavam as liberdades da edade média, assim tambem na litteratura o servilismo classico fazia predominar a irritação dos antigos sobre a opulenta exuberancia da seiva poetica original da litteratura de meia edade.

Foi esse duplo erro o que deu origem na politica ao lethargo dos povos esmagados tres seculos pelos despotas, na litteratura a essa arte convencional, fria, e sem écos no espirito do povo que por tanto tempo dominou sem rivaes.

Veiu finalmente a nova Renascença do seculo XVI, que retomou os tramites da do seculo XIII, e assim como os povos reagiram contra a tradição despotica, reagiu a arte contra a tradição classica. E note-se que todos os grandes genios menosprezados pela litteratura cortezã são exactamente os que a revolução litteraria acceita como chefes e guias: Dante, o homem que resume em si a Renascença do seculo XIII; Shakespeare, que se afasta do trilho dos seus contemporaneos, para ir, como o grande Florentino, procurar á inspiração original e popular as idéas que o seculo XVI quer que se pautem exclusivamente pelas dos modelos latinos e gregos. Note-se ainda que é Camões, que Voltaire não comprehendia como não comprehendera Shakespeare e como não comprehendera o Dante, apreciado agora exactamente pelo que lhe excitava os odios da litteratura passada, pelo sabor d'inspiração popular, pela seiva original que reage n'elle contra os postiços enfeites do classicismo, com que entendeu, erudito como era, dever adornar o seu poema.

COIMBRA — SANTO ANTONIO DOS OLIVAES

Assim, o que pretendemos demonstrar é que das duas correntes, que constituem a litteratura do mundo moderno, uma, a da tradição classica, outra, a da inspiração original, esta, a legitima, a boa, predominou no seculo XIII e teve no auctor da *Divina Comedia* a sua mais sublime expressão. Ainda no seculo XVI,

Digitized by Google

houve um momento, momento sublime em que a tradição classica esteve subordinada á originalidade moderna, servindo apenas para dar aos grandes escriptores que appareceram as suas mais puras fórmas. Esta fé poetica teve ainda depois, quando o servilismo classico venceu a batalha, alguns seguidores ardentes, e um d'elles foi o immortal Shakespeare: outros, que á seiva original que existia no seu espirito desvairado pelo culto dos modelos antigos deveram o que ha verdadeiramente grande no seu genio: um d'esses foi Camões. Mas esta litteratura, resistencia do espirito moderno á reacção classica, litteratura manuelina como nós dizemos, teve os seus dois grandes e immortaes representantes em Gil Vicente e Bernardim Ribeiro. De Gil Vicente deriva a litteratura theatral e romantica da Hespanha, tão insultada pelos classicos do seculo XVIII, tão applaudida pela renovação do seculo XIX. De Bernardim Ribeiro deriva-se tambem esta poesia subjectiva, que na nossa litteratura moderna tem tão insignes cultores, e é a inspiração do enamorado poeta de D. Beatriz que preside ás graciosas e melancholicas composições dos vates da moderna escola.

Mas a reacção classica vinha triumphante, e Gil Vicente e Bernardim Ribeiro não tardariam a ser considerados como grosseiros e incultos.

Sá de Miranda, pela doce philosophia d'alguns dos seus sonetos e epistolas, pela natural singeleza d'algumas das suas eglogas, ainda se prende a esta escola, posto que se envergonhe do parentesco, e, introduzindo em Portugal as formulas metricas da Italia, procura ser o corypheu da regeneração classica. Felizmente para a sua gloria, cuja melhor parte deriva do que ha de portuguez e original e scismador e popular nas suas composições, teve de ceder a palma ao correcto e impertigado Antonio Ferreira, que olhava com sobranceiro desdem para a musa plebéa do seu amigo Sá de Miranda.

Voltavam-se por esse tempo todas as attenções da Europa illustrada para a litteratura grega e romana, e a descoberta dos velhos manuscriptos, occupação predilecta dos grandes homens da edade média na Italia, taes como Boccacio e Petrarcha, tomava um desenvolvimento prodigioso. A familia reinante de Florença dispendia sommas enormes para de todos os lados obter as obras notaveis dos escriptores da antiguidade. Lourenço de Medicis fazia revolver os archivos dos mosteiros, esquadrinhar as bibliothecas byzantinas, para colleccionar manuscriptos, e a cada instante lhe chegavam do Archipelago navios carregados de thesouros, para elle mais preciosos do que todas as especiarias das Molucas, todas as perolas de Ceylão, todos os diamantes de Golconda. Esses thesouros eram os que formavam o esplendido peculio litterario da antiguidade pagã, eram os poemas de Homero, as tragedias d'Euripedes, os dialogos philosophicos de Platão. João de Medicis, subindo ao solio pontificio com o nome de Leão X, aproveitava a sua auctoridade de chefe da Egreja para reclamar dos mosteiros os velhos codices, onde a ignorancia fradesca apagára os esplendores litterarios da antiguidade para os substituir pelas puerilidades escolasticas, ou pelas parvoiçadas milagreiras.

Os sabios, expulsos de Byzancio pelo alfange do Mahomet, ensinavam o formoso idioma grego em aulas atulhadas do que havia mais nobre e mais distincto na Italia. A admiração consagrada á antiguidade transformava-se em fanatismo. Um sabio romano substituia o seu verdadeiro nome por um nome antigo, chamava-se Pomponio Leto, e explorava o solo sagrado de Roma para descobrir no pó dos monumentos arrazados as par-

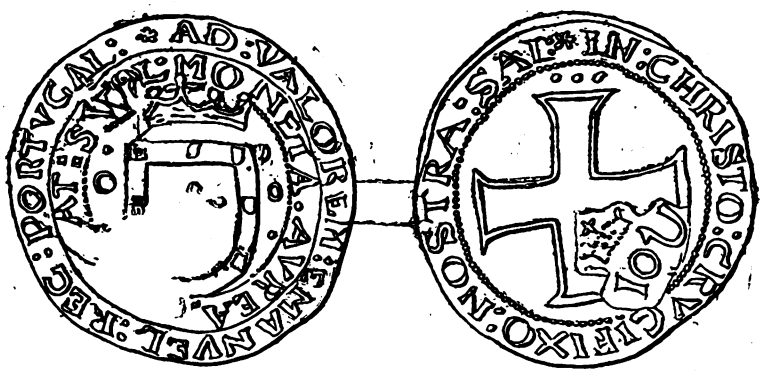
Digitized by Google

cellas d'ouro puro dos Ciceros e dos Ovidios. A litteratura abandonava completamente as feições nacionaes para revestir os trajes pagãos; o proprio Christianismo, embalado por estas languidas melodias do paganismo, ia resvalando dos braços purissimos da Virgem Maria no seio lascivo o fremente da Venus Aphrodita, e era necessario que a voz tremenda de Luthero o viesse despertar de subito e mostrar-lhe o voluptuoso triclinio em que se fôra deixando adormentar.

Este enthusiasmo passou da Italia para o resto da Europa, e não tardou a fazer-se sentir egualmente em Portugal. Antonio Ferreira foi o escriptor que mais affecto se mostrou aos modelos da antiguidade, e mais intolerante com os que se deixavam inspirar pela musa selvagem da edade média. Comtudo um grande serviço lhe deve a litteratura portugueza: foi elle o escriptor que mais se empenhou em que a nossa lingua fosse cultivada e opulentada pelos nossos escriptores; foi elle o que jurou não escrever um só verso em castelhano, e que, fazendo muitos proselytos, pôde assim conseguir que o idioma portuguez apparecesse em toda a parte, como elle desejava e dizia: «senhor de si e altivo».

Os *Poemas Luzitanos* do illustre doutor resentem-se todos da fatal mania da imitação, e do seu exclusivo desejo de se pautar pelos modelos antigos. Uma obra deixou elle comtudo que lhe ha de sempre conquistar a admiração da posteridade.

Essa obra prima é a *Castro*, a primeira tragedia que se escreveu na peninsula Hispanica, tragedia vasada nos moldes gregos, mas que tem incontestavelmente um altissimo valor. Nunca depois d'elle foi tractado, no mesmo tempo, com tanta energia e delicadeza esse magnifico assumpto da morte da miserrima Ignez. Ha alli inspirações verdadeiramente theatraes, e os versos saphicos dos córos são d'uma pureza de fórma e d'uma alteza de pensamento admiraveis. Mas era o classicismo, que penetrava com essa famosa tragedia no campo de Gil Vicente. Os velhos autos do fundador do nosso theatro ahi ficavam condemnados como barbaros, e encontrando apenas de longe a longe imitadores, que estavam muito distantes do chefe da escola. As *Comedias de Diu* de Simão Machado, e alguns autos em que por desfastio se comprazia a musa grave d'outros poetas, incluindo Camões, não podem competir em elevada concepção e em chiste com os autos do grande comico. Os seus verdadeiros herdeiros, foram, como já dissemos, Lope de Vega, Tirso de Molina, Calderon de la Barca, os corypheus do belissimo theatro hespanhol do seculo XVII.



Portuguez, de D. Manuel

Em torno de Antonio Ferreira, e recebendo as suas inspirações, agrupava-se um certo numero de poetas de merecimento, dos quaes os mais notaveis são Diogo Bernardes, o mimoso cantor do Lima, e Caminha, poeta frio, mas não destituido d'agudeza e d'um certo encanto. Foi fertil em escriptores de todo o genero em Portugal este brilhante se-

Digitized by Google

culo XVI. A historia teve entre nós os mais esmerados cultores; as immensas façanhas practicadas pelos Portuguezes estavam desafiando a penna dos escriptores patrioticos. O severo Castanheda, o ingenuo Gaspar Correia, só nos nossos tempos conhecido, narravam os nossos feitos indianos; Antonio Galvão, o heroe de Ternate, contava os nossos descobrimentos; Fernão Mendes Pinto, as suas peregrinações; Damião de Goes, o grande pensador, o amigo de Erasmo e de Melanchton, a quem, pelo julgar culpado de heresia e d'amor pelo livre pensamento, a Inquisição não poupou, escrevia no seu tosco estylo a Chronica de D. Manuel e a do principe D. João. Ao mesmo tempo a eloquencia honrava-se com o brilhante nome de D. Jeronymo Osorio, o bispo de Silves; a philosophia apresentava, entre muitos outros nomes brilhantes, o grande vulto de Sanches, verdadeiro precursor de Descartes; as sciencias naturaes tinham por eximio cultor Garcia da Horta, de cujos descobrimentos já falámos; as sciencias mathematicas apresentavam á admiração da posteridade Pedro Nunes, que, ainda que não tivesse feito mais do que inventar o nonio, só por isso mereceria o applauso do mundo scientifico, pois que sem esse pequeno instrumento nunca se chegaria nas observações scientificas ao rigor indispensavel.

Mas cheguemos emfim aos dois grandes vultos, cujo nome está indissoluvelmente ligado á gloria portugueza: João de Barros e Camões.

Como entre todos os povos avultava o nosso no seculo XVI, entre todos os escriptores avultava João de Barros. Confessamos que nos parece agora, com as idéas que temos ácerca do modo como a historia se deve escrever, injusta bastante a apreciação. Confessamos que, debaixo do ponto de vista philosophico e politico, parece-nos que não póde rivalizar uma só pagina das *Décadas* com uma pagina de Guicciardini, com um periodo de Commines, do astuto ministro que, envergonhado, confessava não saber latim. João de Barros sabia-o de mais. Porém, segundo as idéas do tempo, com a admiração enthusiastica e geral que se votára ás pompas da latinidade, o nosso escriptor merecia e obteve o primeiro logar. Note-se a grande differença que ha entre as opiniões do seculo XVI e as do saculo XIX sobre o modo de escrever a historia. A philosophia deve hoje projectar a sombra das suas azas na fronte do historiador: então era a eloquencia que lhe devia emprestar as suas para remontar com ellas ás regiões do sublime. E que historiador mais eloquente do que João de Barros encontramos no seculo XVI?

Por isso Veneza o collocava na lista dos grandes homens; por isso Pio IV mandava pendurar o seu retrato no Vaticano ao lado do de Ptolomeu; por isso Luiz Vivés, que, juntamente com Erasmo e Guilherme Budée, formava o triumvirato d'eruditos perante os quaes n'essa época se curvava a Europa, lhe escrevia as cartas mais lisongeiras; por isso Paulo Jove, o escriptor da aurea penna a quem os maiores potentados cortejavam para que elle lhes concedesse um logar nas suas *Vidas dos homens illustres*, o tractava como irmão de gloria. E devemos dizer que esta fraternidade intellectual honrava mais o sabio bispo de Nocera do que o historiador portuguez.

As *Décadas* de João de Barros são o arco de L'Étoile dos nossos exercitos no Oriente. Para conseguir que o monumento fosse digno dos heroes cuja gloria tinha de celebrar, a duas coisas principalmente devia João de Barros attender: á linguagem e ao estylo.

A linguagem era ainda rude e incorrectissima. A pedreira, d'onde elle devia

Digitized by Google

arrancar o monumento, continha marmore, é certo, mas a pedra vulgar estava com elle entretecida, e era necessario um trabalho insano e um surprehendente genio, para d'alli tirar a alva e immaculada mole. Bernardim Ribeiro já o polira e aperfeiçoára para poder n'elle murmurar as suas canções amorosas, mas João de Barros queria a materia prima forte e consistente e bella, para poder talhar á vontade, arrendar, lavrar e dar a esses rendilhados e lavores a immortalidade que o architecto de Belem assegurava ás delicadas laçarias e aos frageis columnellos do seu maravilhoso templo.

Foi então que elle encetou esse trabalho, talvez o mais bello da sua vida litteraria. Depois d'elle, Miranda, Ferreira, Camões, fr. Luiz de Sousa, Vieira, hão de polir, desbastar e opulentar a lingua; mas o idioma portuguez, tal como sahiu das mãos de Barros, é já a lingua que se molda a todas as inspirações, é já a lyra de sete cordas onde uma vibração não falta, é já a harpa eolia onde o affecto suspira, a bellicosa tuba onde vibra o estridor das batalhas, o orgão melodioso onde o extasi geme, a concha sonora em cujos intimos recessos echoam e se prolongam as vozes mysteriosas do Oceano. No cadinho d'aquella imaginação fervente revolviam-se o cobre e o estanho do idioma popular e maritimo, o zinco da poesia balbuciante, o ouro de lei da bella lingua do Lacio; e o genio de João de Barros, debruçado sobre este cahos onde se revolviam tantos elementos diversos, soube d'alli arrancar em liquidas torrentes o bronze corinthio que vasaria depois no molde das suas estatuas.

Ao genio juntava Barros uma grande qualidade, o bom senso, qualidade rara em todos os tempos, mas n'essa epocha ainda mais rara do que o genio. De todos os escriptores portuguezes é Barros um dos que menos se deixam levar pelo attractivo do maravilhoso. Raramente se encontra no seu livro a narração de uma d'essas apparições de Sant'Iago pelejando pelos nossos, e, se por acaso, aqui ou além, surge um ou outro milagrinho, é porque o espirito do tempo não lhe consentia que se eximisse completamente d'essas obrigações d'um escriptor temente a Deus e respeitador dos seus santos. Apezar de não o podermos considerar como um historiador philosopho,

GARCIA DE SÁ, GOVERNADOR DA INDIA

Digitized by Google

não devemos dizer tambem que algumas reflexões, com que de vez em quando acompanha a narração, não sejam sãs e justas. Mas o que mais nos prova o bom senso do escriptor é a gravidade e a elevação do seu estylo, a um tempo singello e rico, sem ornamentos e pompas de mau gosto, que desfeiam a magestade da historia, e o acerto com que polia a lingua sem se deixar arrastar, como os que em França emprehenderam o mesmo trabalho, pela vã mania da erudição.

Effectivamente, ha uma coisa que pedimos licença para notar. Na Renascença todos os espiritos se voltaram com ardor para a antiguidade, e assim como os poetas foram buscar ao latim e ao grego as idéas e as inspirações, tambem lá foram procurar as phrases que lhes pareceram mais sonoras do que as dos seus idiomas nataes. D'ahi resultou uma refundição das linguas européas, em que insensivelmente se estabeleceram duas camadas, uma derivada natural e primitivamente da corrupção do latim rustico, e que permaneceu quasi textualmente no idioma popular, a outra, derivada artificialmente do latim litterario estudado pelos sabios da Renascença, e que ficou sendo a lingua dos eruditos. Estes dois ramos, partidos do mesmo tronco, enlaçaram-se, e formaram as ricas linguas modernas, onde o sabio ou o homem do povo egualmente encontram a palavra nobre e a palavra vulgar de que necessitam. Ora, para que este enxerto vingasse, era necessario que os cultivadores percebessem bem a estructura anatomica do idioma em cujas veias queriam insinuar o sangue velho, mas sempre ardente, do latim. Não procederam d'essa fórma os escriptores francezes que formaram a celebre pleiade, e invadiram com as suas phalanges romanas o territorio gaulez, que, mais feliz que no tempo de Cesar, reagiu e expulsou-as. Hoje é absoluto esse idioma de que *Rabelais* zombou mettendo em scena o estudante, que para dizer «Paris» usava d'este circumloquio «*l'urbe qu'on vocite Lutéce*». As poesias de Ronsard, de Du Bellay, de Baif, são em grande parte inintelligiveis para os Francezes do seculo XIX.

Portugal não foi estranho a esse movimento; aqui tambem se operou a invasão latina; mas parece-nos que nem uma só das palavras introduzidas pela Renascença tornou a sahir da lingua, e são ainda hoje os classicos quinhentistas as fontes puras de boa linguagem portugueza. A que se deve isto? Ao bom senso de João de Barros e dos grandes escriptores que seguiram o seu systema. Para formar a lingua de que se havia de servir, João de Barros procedeu, para seguirmos a metaphora acima empregada, como o operario na fundição do bronze. O cobre e o estanho formam a base principal, o ouro e o zinco podem entrar como accessorios para lhe darem essa falsa côr de bronze do Corintho que a tradição affirma ter sido produzido pela fusão accidental dos metaes mais diversos.

O cobre e o estanho eram os metaes do idioma popular, o ouro era a liga romana.

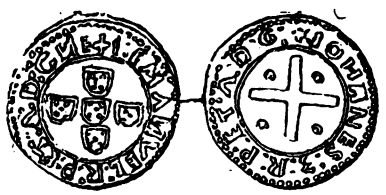
Por isso que a lingua viva, colorida e energica não é essa que se encontra pela primeira vez demonstrando todos os seus recursos nas paginas dos livros de Barros! que abundancia de termos e phrases metaphoricas, todas tão cheias de propriedade, exprimindo tão rigorosamente a ideia que reproduzem! Para dar á sua phrase um cunho valente e original, Barros foi pedir termos á technologia dos arraiaes e dos galeões, em cada palavra incluiu uma imagem como em cada scentelha d'um fogo ardente uma luz, e assim sem esforço, sem pretenção, pelo natural fulgor que emana da sua

Digitized by Google

phraseologia phantasiosa, os periodos de Barros como que illuminam o assumpto e inflammam o espirito de quem os lê.

Isto naturalmente nos conduz a insistirmos n'uma reflexão que acima fizemos de passagem. Barros, tendo toda a pompa de um escriptor romano da grande epocha nunca revela mau gosto nem seduz com falso brilho. Dotado d'uma esplendida phantasia, o seu estylo tem comtudo uma simplicidade severa, uma nudez magestosa, mas nudez d'estatua. O estylo de Barros é opulento, não como opulenta mulher que só vista com roupas deslumbrantes, mas como virgem formosa das solidões, alva e nua, opulenta das graças que a natureza lhe concedeu; não é imagem rica de santo d'aldeia, é estatua simples de Phidias. Barros não procura os ornatos, os vãos enfeites, não suspende a narração para dar cabimento a uma imagem, não floreia um thema com mil reflexões elegantes, não está a cada passo empregando comparações; mas a metaphora admiravel resume-se concisamente no sentido translato d'esta palavra, no emprego occasional d'aquella phrase. E, como o bando de pyrilampos esvoaçando no tapete verde e uniforme de um jardim derramam em torno de si uma luz suave, assim o alado bando dos vocabulos de João de Barros, esvoaçando por entre a lisa trama da sua narração, a esclarecem e illuminam com o phantastico clarão que expandem.

Este nobre estylo, a um tempo formoso e grave, sobrio e opulento, conciso e florido, não se formou espontaneamente, foi o resultado de longo e apurado trabalho. Não se póde duvidar de que muitas vezes a penna de João de Barros quizesse fazer uma excursão mais dilatada pelos campos da poesia; mas logo vinha a razão soffreial-a, e, conservando a phrase altiloqua e sonora, João de Barros não consentia que se desviasse por sitios amenos aonde a grave musa da historia o não podia seguir. No marmore das gloriosas chronicas podia o cinzelador, isto é, o poeta, lavrar maravilhosos poemas, entrelaçar festões e flôres; mas o historiador não devia senão conservar a nobre harmonia das



Meio tostão, de D. Manuel

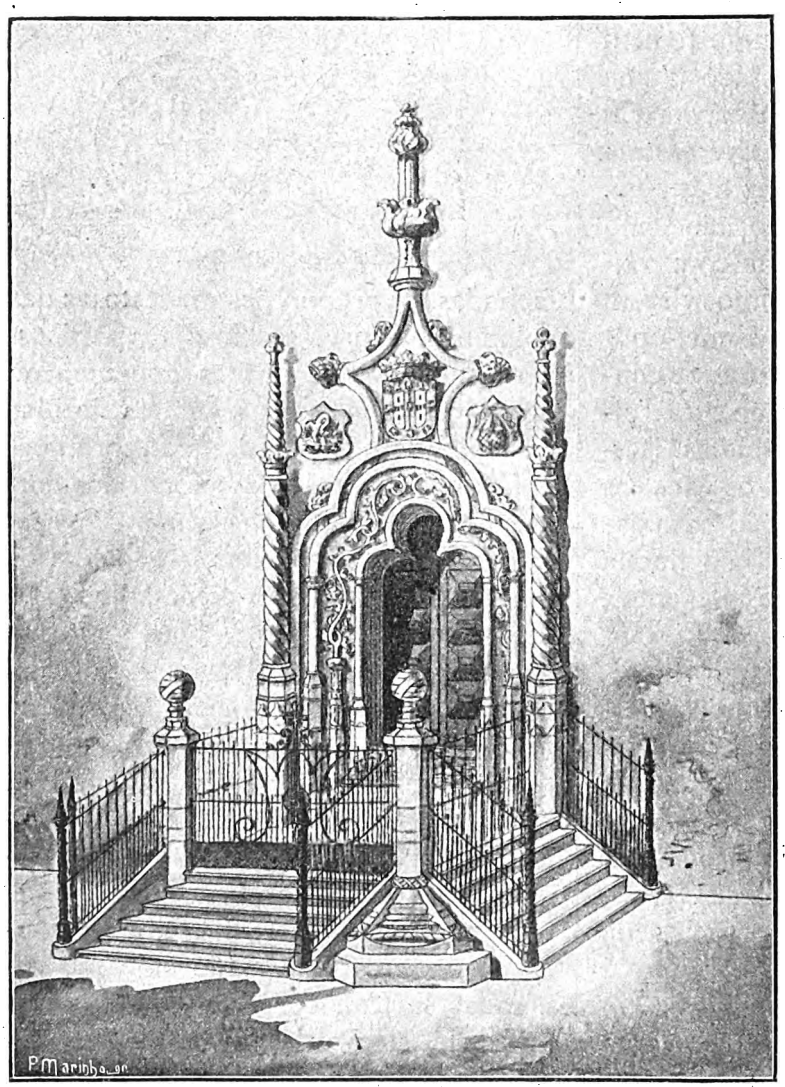
fachadas, as proporções magestosas das columnas, a curva graciosa dos porticos, permittindo-se-lhe apenas que uma ou outra vez enrolasse as volutas floridas do acantho em torno do capitel corinthio.

Foi pois João de Barros um dos dois grandes vultos da Renascença Classica, que, sabendo aproveitar habilmente os thesouros da erudição greco-latina, não desprezaram por isso as boas fontes da inspiração patria, e não fizeram senão dar mais melodiosa voz ao sentimento nacional. Por isso as *Décadas* de João de Barros, juntando á pureza da fórma, indispensavel no seculo XVI para se aquilatar altamente o valor d'uma obra qualquer, o sagrado enthusiasmo pelos feitos que narravam, sobreviveram na memoria dos povos, e ainda hoje são veneradas lá fóra como um monumento onde está estampada a memoria das nossas façanhas.

Mas o vulto, que verdadeiramente encerra em si a gloria portugueza, é o grande vulto de Camões. A esse é que todas as litteraturas se apressam a chamar para o seu gremio, como um d'esses poetas immortaes, que, reproduzindo na sua linguagem sonora e sublime os sentimentos intimos d'um povo, falam por conseguinte ao coração de todos os povos, da mesma fórma que Shakespeare, por exemplo, reproduzindo os ty-

Digitized by Google

pos gaandiosos das suas tragedias os sentimentos do homem que elle, melhor do que ninguem, soube comprehender e estudar, ha de sempre falar ao coração da humanidade, e sempre ha de enthusiasmal-a.



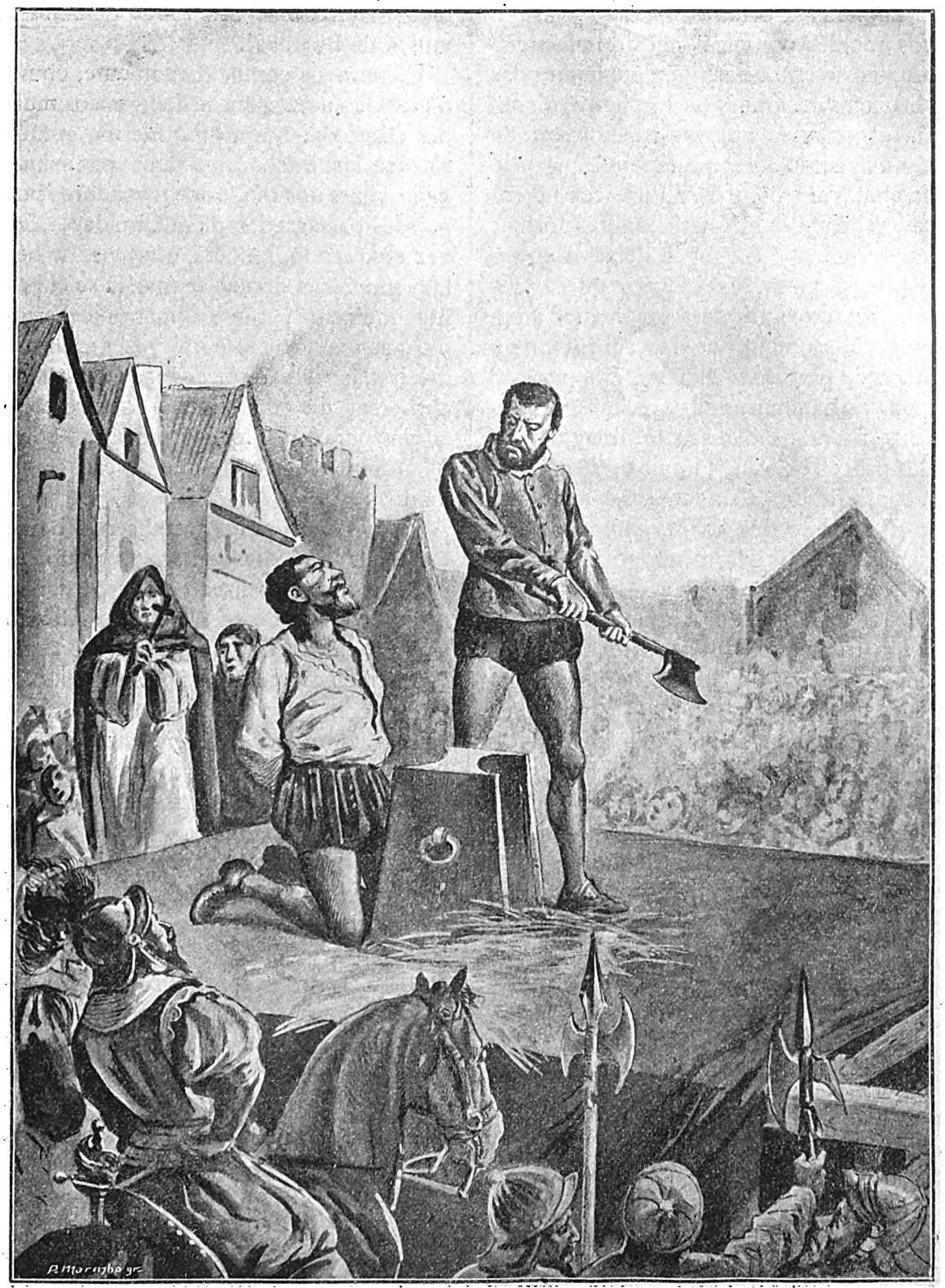
PORTA DA EGREJA DA MADRE DEUS

Tantos escriptores notaveis se têem occupado de Camões que nem tentaremos esboçar a sua figura grandiosa. Foi um erudito e um soldado, e no seu magnifico poema sente-se bem a influencia das duas individualidades que n'elle se confundiam A erudição da Renascença foi para elle a um tempo benefica e malefica, benefica porque o ensinou a formar essa lingua poetica admiravel, que definitivamente fixou a prosa portugueza; malefica porque o levou muitas vezes a desfigurar, com o maravilhoso frigido e convencional do seu tempo, as magnificas scenas da historia a que elle queria dar a immortalidade dos seus cantos.

Mas se elle fosse apenas um erudito, o seu grande talento não o salvaria talvez de ser confundido com a turba infinita de servis imitadores das musas antigas, que pullularam no seu tempo e que hoje apenas obtêem uma commemoração na historia litteraria. A todos esses imitadores sobrevive apenas na memoria dos povos Tasso, e deve-o á pureza arrebatadora do seu estylo, e á sua imaginação fecunda e suave. N'essas qualidades Camões sempre lhe ficaria inferior, e, se, apezar d'isso, elle tem hoje uma gloria que deixa na sombra a do cantor de Godofredo, deve-o á sua inspiração de soldado aventuroso, á sua intima convivencia com a alma de um povo.

Camões symboliza perfeitamente o genio portuguez nos seculos da nossa grandeza. Audacioso soldado, e enthusiastico amante, sente-se nas poesias que compôz além dos *Lusiadas* a dôce melancholia caracteristica do nosso povo, o sentimento vivo da natureza, e o amor da patria que foi o que principalmente o inspirou, e o levou a emprehender o arro-

Digitized by Google



EXECUÇÃO DE DIOGO DE MENEZES

Digitized by Google

jado commettimento da sua epopéa. Foi a sua intenção, erudito como era, vasal-a nos moldes convencionaes do classicismo, mas o enthusiasmo que a leitura das chronicas nacionaes lhe inspirava, a poesia espontanea que lhe trasbordava da alma quando a tempestade e a peleja o arrebatavam com os pittorescos horrores, reagiam contra a frieza das fórmas consagradas, e a epopéa deixava de ser o poema pautado e severo que as regras prescreviam, para ser apenas a aggregação tumultuosa dos cantos que o amor da patria lhe dictava, dos panoramas das batalhas, que parecem traçados entre a confusão da lucta, dos quadros das procellas, onde tão ao vivo se sente a confusão dos elementos.

E' por isso que os *Lusiadas* tão rapidamente se tornaram um poema nacional. Parece-nos que n'esses tempos de decadencia, quando já a bandeira castelhana tremulava nos topes dos mastros dos navios portuguezes, a bordo dos galeões que sulcavam ainda o caminho de Vasco da Gama, já infestado pelos Hollandezes, os marinheiros deviam murmurar as estrophes de Camões durante as horas de vigilia, e emquanto alguem as recitava, devia sentir-se na assembléa um tinir d'espadas, como quando os Gregos, depois de sahirem d'ouvir no theatro os *Persas* d'Eschylo, iam com o ferro dos gladios despertar nos escudos, pendurados á porta dos templos, a voz sonora da guerra.

Esta qualidade patriotica do poema de Camões é a origem de todos os defeitos que outr'ora os classicos lhe attribuiam. O seu poema não tem heroe, diziam elles, porque a figura de Vasco da Gama, a quem elles julgavam que o poeta déra essas honras, não a julgavam sufficientemente desenvolvida. Mas é que não viam que o heroe dos *Lusiadas* não é Vasco da Gama, é o povo portuguez. Estalem as regras do poema épico, mas haja logar n'elle para todos os feitos gloriosos, para todos os nobres vultos de Portugal.

E, para os cantar dignamente, como o grande poeta esquece depressa os moldes classicos! Anima-o a mesma enthusiastica inspiração, que tambem ensinava ás vezes aos modestos trovadores populares os segredos da sublimidade. De vez emquando, o poeta, escravizado pelas tendencias do seu tempo, lá se curva humildemente perante os manes de Virgilio, mas a maior parte das vezes é a larga inspiração das *chansons de geste*, das chronicas da edade média, dos romanceiros populares, que o inflamma e lhe dá o sôpro épico de que o vêmos animado.

E, como não é immortal senão o que é verdadeiro e espontaneo, como as obras d'arte só conseguem perpetuar-se e repercutir-se de seculos em seculos na memoria dos povos, quando são o resultado d'uma inspiração real, apaixonada; como a posteridade só se enthusiasma com os dramas em que vê espalhados os sentimentos do coração dos homens, com os poemas épicos onde se sente palpitar a alma dos povos, segue-se d'ahi que, assim como Shakespeare, sempre enthusiasticamente acclamado pela turba e só repellido pela litteratura frivolamente cortezã dos dois passados seculos, teve no seculo XIX a sua legitima apotheose, assim Camões, sempre lido e relido, mas tambem sempre tractado com desdem pela critica pueril dos Laharpe, recuperou na Renascença do seculo XIX as homenagens a que tinha direito[1].

---

[1] Este capitulo é decerto bastante incompleto, mas nós não escrevemos aqui a historia litteraria de Portugal. Não deixaremos comtudo, já que se publica esta segunda edição depois de termos escripto em 1872 uma dissertação sobre a *origem e desenvolvimento da litteratura portugueza*, de transcrever em nota o que então dissémos ácerca de Gil Vicente e de Camões, os dois vultos mais originaes e mais jus-

Digitized by Google

E o povo, cujas façanhas o inspiraram, deve tambem á gloria do seu poeta a immortalidade da sua gloria.

Mas foi ingrata aos seus manes, assim como durante a vida lhe foi ingrata a elle, até que uma reparação tardia levantou n'uma das praças de Lisboa a estatua que era devida ao nosso Homero, ao immortal cantor, sem o qual seria talvez quasi desconhecido no mundo o nosso nome e a nossa historia maravilhosa.

Póde dizer-se porém que nos dias 8, 9 e 10 de junho de 1880 Portugal res-

---

tamente populares da litteratura portugueza do seculo XVI.

«A grande originalidade do nosso grande poeta não está em ter sido ou não ter sido o primeiro que escreveu na peninsula autos pastoris; está no modo como comprehendeu o theatro moderno, como arrastou á luz da scena a sociedade portugueza do seculo XVI, como creou um mundo de personagens perfeitamente caracterizados e cheios de verdade e de vida. Gil Vicente foi um creador, foi um d'estes vultos que são a gloria de uma litteratura, que a enriquecem com uma das grandes concepções do espirito humano e que assim manifestam a sua vitalidade. Podemos dizer que os seus autos religiosos abriram o caminho seguido depois pelos Hespanhoes nos *autos sacramentaes*, que nas tragi-comedias ensaiou o genero da comedia allegorica, e da comedia cavalheiresca; mas nas farças principalmente é que se manifestou o seu genio vigoroso. A farça de *Quem tem farellos*, a do *Clerigo da Beira*, a dos *Almocreves*, e principalmente a de *Ignez Pereira*, abrem ao theatro moderno horizontes até ahi completamente desconhecidos. Como Fernão Lopes foi o interprete da vida politica do povo portuguez, Gil Vicente foi o interprete da sua vida social. Fernão Lopes narrou as luctas da democracia, Gil Vicente, na côrte de D. Manuel, como Molière na côrte de Luiz XIV, como Beaumarchais na côrte de Luiz XVI, é ainda a democracia flagellando com o latego da satyra os vicios e os ridiculos das classes dominadoras. Ayres Rosado, Braz da Matta, o Fidalgo da *Farça dos Almocreves*, frei Paço, todos desfilam deante da musa chocarreira de Gil Vicente, que os amarra ao pelourinho, e os envia fustigados á posteridade.

Não me cega o amor proprio nacional, quando comparo Gil Vicente a Molière. Ha nas obras do grande poeta comico francez uma scena celebre que todos os criticos citam, que se tornou poverbial pela sua immensa verdade, é a scena de D. Juan e de M. Dimanche no *Festin de Pierre*. Vamos encontral-a traçada com a mesma verdade, conduzida pelos mesmos tramites, na *Farça dos Almocreves* de Gil Vicente.

M. Dimanche é o crédor que vem pedir o seu dinheiro a D. Juan. Este manda-o entrar, e todo se desfaz em civilidades:

«Ah! monsieur Dimanche, approchez. Que je suis ravi de vous voir! et que je veux de mal à mes gens de ne vous pas faire entrer d'abord! J'avais donné ordre qu'on ne me fit parler á personne; mais cet ordre n'est pas pour vous, et vous êtes en droit de ne trouver jamais de porte fermée chez moi.»

Na *Farça dos Almocreves* vem um ourives pedir dinheiro ao fidalgo:

Fid — Entre. Quererá dinheiro.
Venhaes embora cavalleiro:
Cobri a cabeça, cobri.
Tendes grande amigo em mim,
E mais vosso pregoeiro
Gabei-vos hontem a El-Rei
Quanto se póde gabar,
E sei que vos ha de occupar,
E eu vos ajudarei,
Cada vez que m'hi achar.
Porque ás vezes estas ajudas
São melhores que cristeis,
Porque só a fama que haveis
E outras coisas miudas
O que valem já sabeis.

É o mesmo fluxo de palavras, é a mesma cortezia exaggerada. O ourives e M. Dimanche nem sabem como hão-de agradecer; mas o que não podem é alcançar o dinheiro. D. Juan interrompe sempre M. Dimanche, pedindo-lhe noticias da familia, e até do cão Brusquet, o fidalgo emprega o systema de se extasiar com o estylo do ourives:

Ora olhae esse falar,
Como vae bem martelado!

E' perfeitamente uma scena de alta comedia, como a scena de Molière. Esta porém é celebre no mundo inteiro, e o seu auctor tem, com toda a justiça, fóros de grande genio. Gil Vicente, quasi ignorado pelos seus proprios compatriotas, é considerado pelos estranhos como uma pallida figura dos primordios do theatro peninsular, que desapparece no esplendor immenso das obras de Calderon e de Lope da Vega

O nosso grande vulto da litteratura portugueza no seculo XVI tem sido apreciado com mais justiça pela critica européa. Camões é respeitado universalmente como um dos grandes genios creadores da moderna Europa. Resumem os estrangeiros n'esse grande nome a nossa litteratura, sem notarem que similhantes phenomenos estão fóra das leis que regem o mundo intellectual, e que n'um solo esteril e arido não brotam estas plantas exuberantes de vida e de seiva.

Camões é a affirmação mais completa da nacionalidade portugueza, que expandia essa grande luz quando ia a apagar-se, que soltava esse grande brado dos Lusiadas, quando os Judas já a tinham pregado na affrontosa cruz.

Nos seculos cultos, em que reina uma litteratura artistica e artificial, não apparecem habitualmente as grandes epopêas nacionaes. São ellas quasi sempre o fructo anonymo do trabalho de um povo. A epopêa de Camões tem comtudo um grande numero dos caracteres d'esses poemas. Appareceu n'uma epocha em que a epopêa tinha de ser regrada pelos moldes vir-

Digitized by Google

gatou completamente a sua longa divida. Por iniciativa da imprensa e da Academia, a festa com que se celebrou o tricentenario do grande poeta, o tricentesimo anniversario do dia em que Luiz de Camões passou da vida á immortalidade, foi a homenagem mais solemne, mais brilhante, mais admiravel que um povo póde prestar ao genio. Portugal affirmou esplendidamente o seu arre-

---

gilianos. Camões era um poeta culto, profundo conhecedor das litteraturas classicas, mas consubstanciára na sua alma a alma do povo portuguez, a sua portentosa imaginação, inflammada pelos grandes espectaculos do Oceano e do Oriente, enthusiasmada pela memoria dos nossos grandes feitos, pela leitura dos nossos chronistas, impregnada na poesia popular dos seus companheiros d'armas, dos seus camaradas de navegação e de campanhas, recompozera essa epopêa, cujas paginas andavam soltas e dispersas pela tradição e pela historia.

Ao escrevel-a acceitou, mas fez estalar os moldes classicos; a critica erudita nunca lh'o perdoou, e José Agostinho de Macedo, verberando o grande poeta, não fez senão repetir imprudentemente o que todos os criticos da sua eschola diziam em voz baixa, ou envolviam em redundancias elogiosas. Camões era para elles respeitavel como um monumento nacional, que não póde comparar-se com os correctos monumentos da antiguidade ou da litteratura moderna que soube servilmente copial-a.

Lamenta pelo contrario a critica moderna que a tradição de Enéas, e da mythologia viesse turvar a pureza da tradição nacional. Mas, desprezando esses alindamentos classicos, vejâmos como Camões se impregna no espirito popular, como o seu poema é uma verdadeira juxtaposição das nossas soltas epopêas, se assim me posso exprimir. É isso exactamente o que incommoda a critica erudita; o plano de Camões não podia deixar de ser defeituoso segundo as regras, porque o seu fim principal era a coordenação de todos os episodios verdadeiros ou legendarios da nossa historia. Não lhe escapa um só dos que deviam andar na tradição do povo, dos que passaram naturalmente dos romances para as chronicas semi-legendarias. O feito de Egas Moniz, a tradição de Ourique, as lendas de Fuas Roupinho e de Giraldo Sem Pavor, a dos sete caçadores de Tavira tudo figura no poema; tambem não falta a lenda cavalheiresca dos Doze de Inglaterra, tudo isto sobreposto, podendo destacar-se perfeitamente do livro, como a cantilena da morte de Alda se póde destacar da *Chanson de Roland*.

Quando põe em scena personagens historicos, é notavel como elle se consubstancia com os chronistas que estiveram em communicação mais directa com a alma popular: o seu Nuno Alvares é perfeitamente o condestavel de Fernão Lopes. Os personagens, que figuram no enredo principal do livro, os companheiros de Vasco da Gama, não são copias dos personagens de Homero e de Virgilio como não deixaria de fazer um epico erudito, são os typos verdadeiros. Aquelle Velloso, que desce o outeiro mais depressa do que o subiu, mas que não confessa que foge, dizendo apenas que, ao ver tantos negros correrem á praia

á pressa um pouco vim
Por me lembrar que estaveis cá sem mim

esse Velloso é perfeitamente o Fernão Velloso historico, de cujos gritos n'essa occasião, diz Damião de Goes, não faziam caso os seus companheiros, por elle ser «rebolão, assomado, e falar sempre de valentias».

Em tudo se sente quanto este poema está longe das epopéas artificiaes da litteratura classica, da litteratura erudita. A verdade é o elemento fundamental de toda a poesia espontanea e sincera. A' verdade tambem presta Camões um culto apaixonado. As suas tempestades não são as tempestades virgilianas, nem são copiadas de Homero as suas paizagens; Humboldt foi o primeiro que fez notar a pasmosa verdade com que Camões descreve a natureza. Mas ainda, na concepção do maravilhoso, quando se não guia pelo maravilhoso classico, influencia do seu tempo a que infelizmente se não póde eximir, quando dá largas á sua imaginação, o mytho fórma-se-lhe na mente como se formaria na imaginação dos povos primitivos. Os estudos de Creuzer e de Guigniaut fizeram-nos comprehender, com uma clareza admiravel, o modo como os mythos se formaram. Seguimos passo a passo a transformação da verdade na lenda, como ao cahir da tarde, quando se esfumam os horizontes, e se desdobram as primeiras sombras nocturnas, vêmos a pouco e pouco os objectos perderem os seus contornos verdadeiros, e assumirem as fórmas vagas do crepusculo.

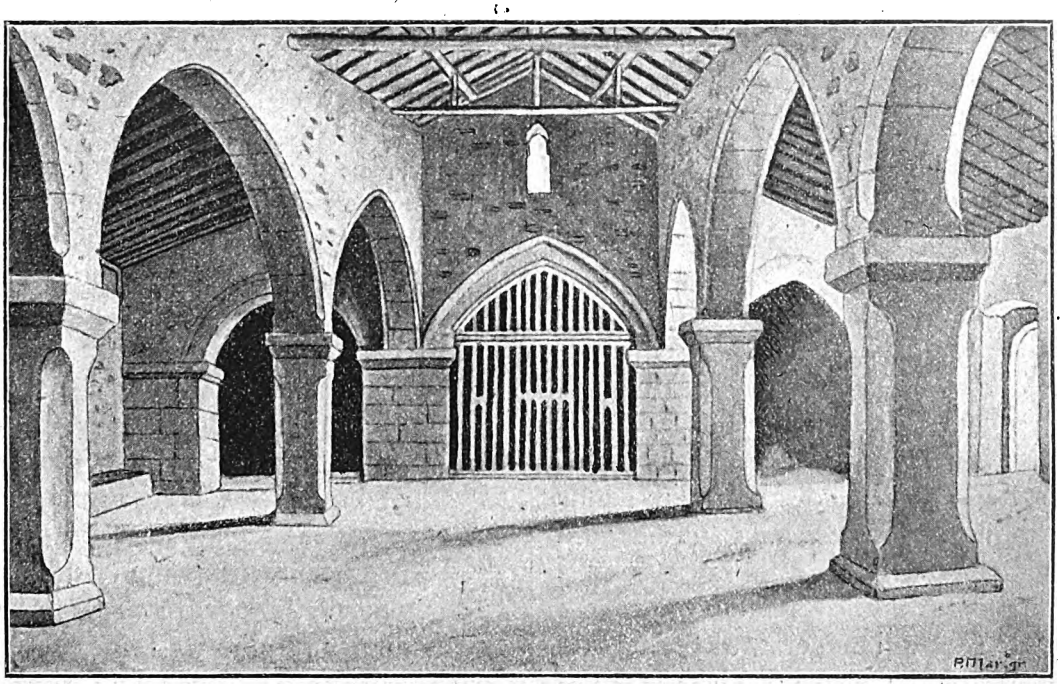
No meio da tempestade sacodem as ondas, com longos bramidos, as suas madeixas de espuma, a agua, franjando-se de branco, toma ao mesmo tempo a côr esverdeada, *glauca* da procella. Os marinheiros atterrados crêem ouvir no rugido das vagas uns gritos sobrenaturaes, julgam vêr um ente phantastico agitar-se no tumulto das ondas que se embatem, e assim se fórma o deus Glauco. Os nevoeiros da Escocia, toucando com as suas vestes alvejantes os pincaros das serranias, condensam-se nas vaporosas damas brancas que se esvaem ao romper do sol. Assim tambem o Cabo Tormentorio, aspero e montanhoso batido pelas ondas irritadas, envolto em eternas procellas, toucado de temerosas nuvens, se transforma naturalmente aos olhos de Camões n'essa admiravel creação do gigante Adamastor, guarda d'esses reconditos mares, propheta de naufragios e terror dos navegantes.

Assim a epopéa de Camões tem todos os caracteristicos de uma epopéa nacional, e um povo, cuja existencia, consubstanciando-se no espirito de um poeta, se affirmou por uma d'essas grandes obras primas, que tão raras são nas litteraturas, um povo, cujo poeta nacional é da familia sublime dos Dantes e dos Milton, não se póde dizer que seja um povo sem originalidade litteraria; nem a nação que produziu esta admiravel epopéa toda ella impregnada do espirito popular do seculo XVI, essencialmente monarchico e erudito, se póde dizer que fosse o que mais sacrificasse á reacção latinista a espontaneidade das suas creações.

Digitized by Google

pendimento, e a consciencia que tinha do valor do seu grande poeta, e, emquanto a estatua do poeta campeia n'uma das praças de Lisboa, os seus ossos repousam, ao lado de Vasco da Gama, debaixo das abobadas sublimes de Santa Maria de Belem.

Para fecharmos este capitulo, prestando ao grande poeta a homenagem que lhe é devida, transcreveremos o que



INTERIOR DA CAPELLA DE S. PEDRO EM ARGANIL

escreviamos n'um jornal d'esta cidade quando se inaugurou o monumento a Camões:

«O sol inundava d'esplendor as ruas da cidade tumultuosa; tudo eram galas e flôres e as amplas bandeiras desenrolavam com ufania as suas quinas triumphaes; o céu estava azul e sereno, sereno e azul o Tejo; nem uma ruga no crystal do rio, nem uma nuvem na téla do firmamento!

«As mós do povo redemoinhavam confusas, e a massa cambiante brilhava á luz clara e alegre do sol; scintillavam aqui e além subitos relampagos nas bayonetas reluzentes, rodavam os canhões nas praças e a viração agitava, ao perpassar a galope a cavallaria, como um cardume de flôres aereas, o turbilhão das flammulas ondeantes no ferro polido das lanças.

«A multidão tumultuava risonha e ruidosa, as musicas marciaes arrojavam aos ares as suas bellicas harmonias, e todos estes rumores, consubstanciados n'um immenso murmurio, subiam para o céu como jubiloso cantico.

«Subito reinou silencio profundo, e apenas um longo frémito percorreu a turba agglomerada.

«Mas logo o canhão ergueu a sua voz sonora em salvas triumphaes, curvaram-se os estandartes em saudação guerreira, o hymno grave e magestoso resoou de todos os lados em homenagem solemne.

«E' porque se rasgára o véu, e immovel, sereno, grandioso, banhado de sol, fremente, nas suas vestiduras de bronze, ao contacto da chamma patriotica, surgira aos olhos de todos, erguido no seu

Digitized by Google

pedestal de marmore, apertando ao peito o seu immortal poema, o vulto sublime de Camões.

«Eis-te emfim poeta! Eis-te emfim pallido naufrago que boiaste durante seculos n'este pélago confuso de desventuras e de miserias, levantando acima das ondas o livro das nossas glorias. Quando o baixel se desconjuntou, cahiste na voragem, envolto na bandeira nacional, e agora, arrancando dos hombros essa mortalha sublime, appareces inundado de luz, espectro que és hoje estatua, Lazaro que és hoje um Christo, mendigo que és semi-deus.

«Eis-te emfim, tu que foste o ultimo da geração dos fortes! Vens grave e triste. Os teus olhos sem luz contemplam mudamente Lisboa, que se desenrola a teus pés. Procuras-lhes o diadema? Já lhe tombou da fronte. Buscas o Tejo, fazendo arfar no dorso espumoso os galeões gigantes? Deslisam além as suas ondas desertas. Anceias por vêr com os olhos da phantasia desdobrarem-se-lhe nos hombros as prégas da sua purpura de rainha do Oceano? Só por instantes lh'a empresta o sol ao descahir no oceano. Heroes? São pallidas sombras vagueando no cyprestal da historia. Grandeza? A do aviltamento. A espada? E' uma reliquia. O altar, ao menos, d'essa gloria extincta? E' o teu poema.

«Sobrevives tu só! Quando os filhos da culta Grecia primeiro ousaram sahir do placido Archipelago, e, demandando o Oriente, chamados pela irradiação do vello de ouro, transpozeram os estreitos e os mares, affrontaram dentro de grosseira nave as iras do revolto Euxino, e foram emfim surgir nas enseadas da Colchida resplandecente, ficou apenas na memoria dos homens uma vaga e nebulosa lembrança, o nome incerto de um poeta, os sons duvidosos de uma lyra, e no firmamento o resplendor de uma constellação. Os argonautas modernos, deixando as praias occidentaes, sulcando com a prôa das caravellas as ondas tenebrosas do immenso Oceano, vendo como que formarem-se em alas silenciosas, para contemplarem o cortejo heroico das suas vellas, de um lado as montanhas inexploradas da Africa, do outro lado as virgens florestas do Brazil; vendo accenderem-se de subito no céu, como que para illuminarem a sua via triumphál, os radiantes luzeiros de um hemispherio novo, aportaram emfim ás praias indostanicas, e entregaram á civilização um mundo. Deus! essa navegação de heroes envolveu-a para a Europa a ingratidão dos pósteros quasi em véus tão nebulosos como a viagem primitiva dos argonautas gregos. A nossa gloria é, quasi como a d'elles, uma sombra vaga; mas não, que temos em ti a luz e o hymno! Sobrevives tu, Camões, e tu és a lyra e a estrella, és Argos e és Orpheu!

«Não o previras decerto; quando se afundava o baixel da nossa grandeza não julgavas que por cima da mortalha das ondas se extendesse tambem a mortalha do esquecimento. Roma cahiu, mas a sua memoria de seculo a seculo se vae agigantando; são-lhe as ruinas Capitolio e a magestade do infortunio cinge-lhe a pallida fronte de mais augusto diadema; cahiu Veneza e cahiu escrava, mas as lagrimas das nações reverdeceram-lhe os louros desbotados: sobre Portugal assassinado tripudiou a Europa; mostrou as feridas, respondeu-lhe o escarneo; evocou o passado, e só achou o olvido; procurou no Oceano o sulco de espuma aberto pelas suas quilhas, e já lh'o tinham apagado as naus da Hollanda e da Inglaterra; fez scintillar de novo ao sol de cem combates a sua espada gloriosa, e os relampagos que o ferro despedia não conseguiam sulcar as trevas profundas em que estavamos amortalhados. Era mais intensa a luz do teu engenho, era mais sonoroso o cla-

Digitized by Google

mor da tua voz, e o mundo, quando lhe bradavamos «Portugal» só nos respondia «Camões».

«Orgulha-te, poeta! orgulha-te, immortal! Da patria que te desprezava vingaste-te, salvando-lhe a gloria; a quem te não soubera trocar por manto d'arminhos a capa esburacada, respondeste envolvendo-a na tua luminosa tunica. Portugal apagára nas sombras da miseria o fulgor do teu genio, e esse genio, reaccendendo-se no facho da immortalidade, pairou, como vivido sant'elmo, no tope dos mastros do galeão submergido.

«Oh! mas em ti o amor da patria fala mais alto que o orgulho! E se o teu espirito, evocado pelo clamor da artilheria, vem animar o bronze do teu vulto, as aves do céu, que em torno de ti pairam, hão de vêr as lagrimas sulcarem-te as faces redivivas, hão de sentir tremer-te nas mãos a espada, e hão de te vêr apertar convulso ao peito o bronzeo livro! Não ouves o clamor da turba e a melodia dos hymnos, não vês a cidade festiva e embandeirada; mas, cravando os olhos no horizonte d'além, contemplas a visão que a tua phantasia evoca. Vês a tua antiga Lisboa, divisas as frotas levantando ferro e sulcando o Tejo, tumultuam nas praças os heroes das antigas éras, passam invejosos os estrangeiros, e as quinas fluctuam orgulhosas nas muralhas erguidas das fortalezas. Já não és estatua, és aguia, fitando os olhos no sol, embalando-te nas azas da tempestade, confundindo com o rugido do Oceano o teu grito sublime! Surjam da sepultura as gerações preteritas; apertem de novo os ilhaes dos seus murzellos os cavalleiros d'Africa, resôem ao embate das espadas as couraças polidas, ondeiem á brisa dos combates as plumas do elmo! «S. Jorge e ávante!» Portugal é de novo o dominador dos mares. Mas a visão dissipa-se, volta o espirito do poeta com um grito funebre ás regiões ethereas, e a estatua fica de novo immovel, muda, campeando, com a sua tristeza grave, sobre a cidade decahida, espectro glorioso do passado, illuminado por dois occasos — o do sol e o da patria.

«Mas d'ora ávante o estrangeiro, quando passar desdenhoso pelas nossas ruas, ao vêr de subito surgir-lhe, banhado pela melancholia luminosa do poente, o vulto de Camões, ha de recuar deslumbrado pelos relampagos que despede o livro, pelos relampagos que despede o gladio: e o motejo ha de expirar nos seus labios, ao contemplar n'essa estatua, que fica sendo o palladio das nossas glorias, a visão sobre-humana do passado.

«E entretanto o crepusculo ia envolvendo no seu manto de sombras o pedestal e o poeta. Accendia-se, facho a facho, a cidade illuminada, e a estatua grave e triste, dominando esses pallidos esplendores da terra, sentia immergir-se-lhe a fronte erguida na estrella do diadema dos céus.

«Depois, pouco a pouco foi-se apagando a luminosa corôa da cidade, a multidão dissipára-se, ouvia-se de quando em quando um ultimo rumor de vozes alegres, depois veiu o silencio. Mas o vento ergueu então a sua voz solemne, e toda a noite gemeu, triste e lugubre, na estatua muda e grave. Era a elegia depois do hymno, era o lamento depois do applauso, a recordação das agonias depois da recordação das glorias.

«Dormia a cidade, mas sobre o seu pedestal campeava a estatua de Camões.

«Dorme, rainha descoroada; dorme, Palmyra do occidente! Dorme emfim sem que o remorso te agite, dorme sem que te punja a amargura de te vêres olvidosa e olvidada, despresada e ingrata! Dorme: podem voltear em torno do teu leito os sonhos luminosos do passado; porque, entre as sombras da noite, com a fronte coroada d'estrellas, vela sobre o teu somno, sentinella da tua gloria, a estatua do teu cantor.»

Digitized by Google

CAPITULO XXXV

Lisboa na Renascença

ONTA uma velha lenda allemã, escreve Ferdinand Denis, que tendo querido em Jerusalem um cavalleiro vêr a mais bella cidade da Europa n'um espelho magico, logo Lisboa a grande, como se dizia então, veiu pintar-se deante dos seus olhos deslumbrados. E' porque effectivamente Lisboa gozava d'uma reputação de magnificencia, que sempre fôra augmentando desde o reinado de D. Fernando. A capital de Portugal, como se elevava no seculo XIII e XIV, durante a epocha verdadeiramente feudal, exigiria, para que d'ella se podesse apresentar uma descripção um tanto minuciosa, mais espaço do que poderiamos tomar n'uma noticia onde tantos pontos importantes devem ser summariamente expostos. Se Lisboa, cidade romana, está descripta com as suas antiguidades preciosas no livro d'Azevedo, o periodo em que pertenceu aos Mouros foi apontado por alguns escriptores arabes, á testa dos quaes se deve pôr Edrisi. Fernão Lopes diz-nos em parte os seus accrescentamentos durante a edade média; n'essa época innumeraveis construcções se levantaram, realizaram-se trabalhos durante muito tempo projectados, sobretudo quando a paz, concluida emfim com a Hespanha, tornou as fortificações menos uteis. Muitos arrabaldes foram accrescentados á cidade antiga, já considerada como uma maravilha pela maior parte dos historiadores. Esta nova disposição da cidade, o caracter que tomou então, o seu aspecto feudal foram tambem expostos por um escriptor nacional, que não podemos deixar de beber n'essa fonte, antes de pintarmos Lisboa tal como era no tempo de D. João III[1].»

MIGUEL LEITÃO DE ANDRADA

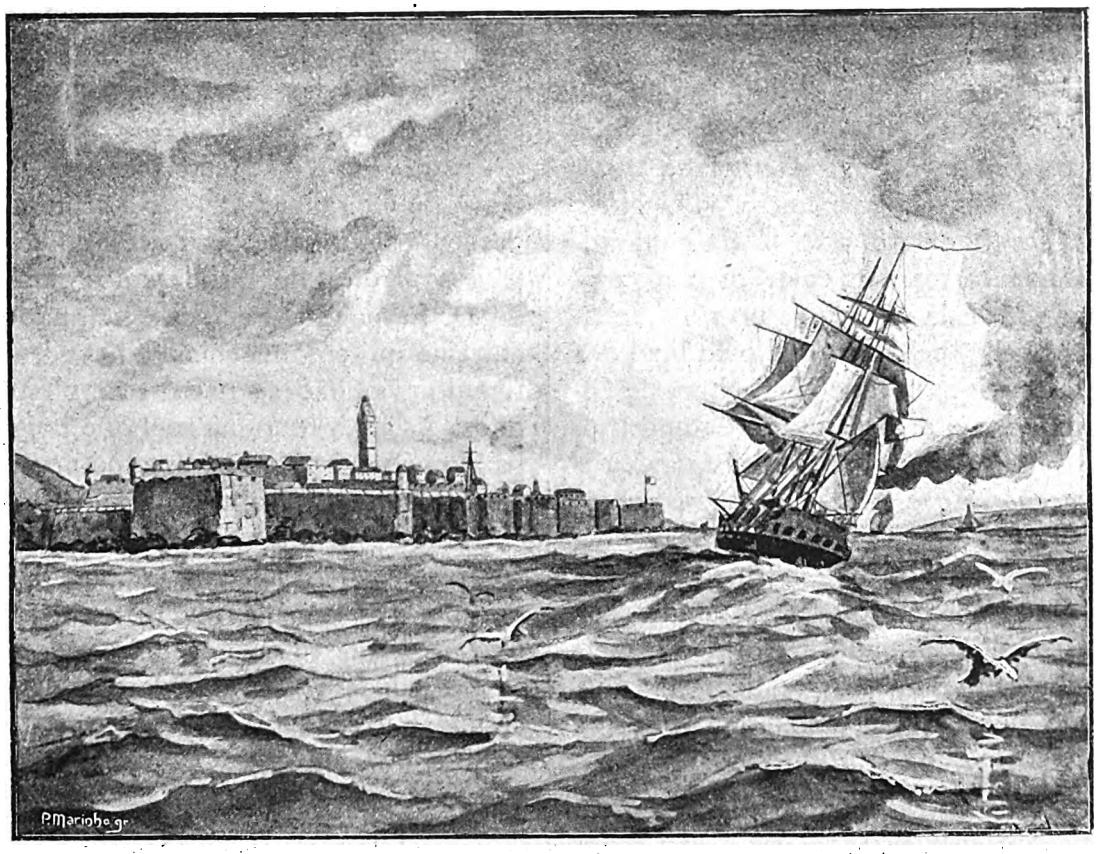
O escriptor, a que Ferdinand Denis

[1] «Muitos auctores nos conservaram os nomes diversos impostos a Lisboa em differentes épochas, e por differentes nações; apresentamol-os aqui, seguindo um auctor digno de credito: a capital actual de Portugal chamou-se successivamente: *Elisea*, *Ulissea*, *Ulisipolis*, *Ulisipa*, *Olisipo*, *Olisipon*, *Olisipona*, *Ulixippona*, *Exubona*, *Lisipi*, *Lisipoa*, e final-

Digitized by Google

se refere, é Herculano, e folgâmos em seguir o exemplo do auctor francez, transcrevendo tambem o trecho que elle de transcripção julgou digno:

«Lisboa, diz Herculano, guerreira e depois mercadora, tambem teve não uma, mas duas villas novas, abraçadas á sua cinta de muralhas, a primeira ao



TORRE DE S. JULIÃO, NA BARRA DE LISBOA

sul, a segunda ao poente. Chamava-se aquella Villa Nova de Gibraltar, esta Villa Nova d'Andrade. A segunda, nascida no seculo xv, viveu dois dias apenas, porque Lisboa, essa *villa*[1] limitada, nos fins do seculo xii, a 15:000 habitantes, emquanto a mourisca Silves contava 25:000, cresceu com tal rapidez na época dos descobrimentos que, rompendo, ou antes galgando por cima dos lanços occidentaes de seus muros, a devorou ainda no berço, ou para melhor dizermos, partiu-a em fragmentos, e aos seus membros despedaçados chamou Bairro Alto, Chagas, Santa Catharina. Villa Nova d'Andrade foi uma cousa fugitiva, sem gloria, sem individualidade. D'ella poderia dizer-se o que o psalmista dizia do impio: «Vi-a exaltada como o cedro do Libano: passei, e não existia; busquei-a, não lhe achei rasto.» Deixêmol-a, pois, na paz do esquecimento e do nada. Não assim Villa Nova de Gibraltar! Falae-me em Villa Nova de Gibraltar! Esta sim, que viveu. A sua origem perde-se nas trévas dos tempos chamados barbaros; entronca-se no

mente *Lisboa*. Veja-se Cardoso, *Agiologio lusitano*, t. 3.°, pag. 673». Accrescentaremos ao que escreve Ferdinand Denis que Samuel Bochart, na *Geographia sacra*, t. 2.°, l. 1.°, cap. 35, attribue com bastante verosimilhança a etymologia do nome de Lisboa a duas palavras phenicias *alis ubo* que significam *amena enseada*.

[1] «Evora é chamada no seu foral *cidade*; Lisboa no seu *villa*».

Digitized by Google

berço da monarchia. Assentada á beira do Tejo, fóra do lanço do sul e sueste da muralha arabe, ou talvez goda (quem poderá hoje dizel-o?!) que cercava Lisboa antes do seculo XIV, saudavam-n'a os primeiros raios do sol oriental, aqueciam-n'a todos os do alto dia, douravam-n'a os derradeiros que vinham do poente, roçando pela superficie das aguas. A cidade lá estava, sombria, entre as torres e altos muros da sua cêrca, agachada nas faldas do seu castello soberbão e mal encarado, prostrada em volta da sua cathedral ampla e triste. Mas que importava isso a Villa Nova de Gibraltar? Ahi não havia nem muros, nem torres, nem castellos, nem campanarios. Ella mirava-se no rio e achava-se bella, bella por si e pelo luxo dos seus atavios, porque Villa Nova de Gibraltar era a atravessadora de quasi toda a mercancia: a patria dos rendeiros e *sacadores* das rendas e direitos reaes; era rica e potente; e ao sobrecenho altivo da velha Lisboa, confiada na sua epiderme de marmore, respondia ella mostrando a armadura d'ouro e depois punha-se a rir, porque bem sabia já, como nós hoje sabemos, que o ouro é mais forte que o marmore.

«D. Fernando I, que foi para com Lisboa como um amante selvagem, ora querendo anniquilal-a, porque lhe preferia em amores o alfayate Fernão Vasques; ora lançando-lhe no regaço riquezas, privilegios, tudo; quiz, n'um acceso ciume, escondel-a aos olhos d'estranhos. Já ella, a namoradeira, sahindo a Porta de ferro, pelo terreiro da cathedral, corrêra para o valle de Valverde e se reclinára por ahi abaixo, indo espreitar a barra, cá da margem do rio; já começava até a galgar pela encosta fronteira, para o lado do gothico mosteiro de S. Francisco, e para a ermida dos Martyres, e pela Pedreira do Almirante para o convento dos santos frades da Redempção. «Alto lá! disse o bom do rei D. Fernando, e chamando os villões sujeitos á adúa por todas as villas e logares d'arredor, lançou á cintura da doidinha uma nova faixa de muros para que não passasse além. Ficou-se, é verdade, espairecendo Lisboa pelo valle e pela encosta, mas ao menos atraz das novas torres e quadrellas, já não podia fazer gatimanhos de presumida aos que vinham visitar em som de paz ou de guerra os campos das suas cercanias, ou as aguas da sua enseada.

«E que era n'esse tempo feito de Villa Nova de Gibraltar? Lá estava senhoril e desdenhosa, á beira do Tejo, indifferente aos arrufos de Lisboa e aos ciumes de D. Fernando. Pacifica e fiel, não se entremettia em negocios alheios, não tumultuava, não se namorava d'estranhos. Assim a muralha real que bojava para poente, passou pé ante pé por entre ella e a cathedral para a não affligir; encorporou-se ahi com os antigos muros para a deixar, como até então, exposta á sua tão querida restea de sol. Novas portas, todavia, a uniram com a antiga cidade que tão rapidamente crescêra e se fizera garrida.

«Foi por ahi que lenta e traiçoeiramente Lisboa pôde chegar a submettel-a e devoral-a.

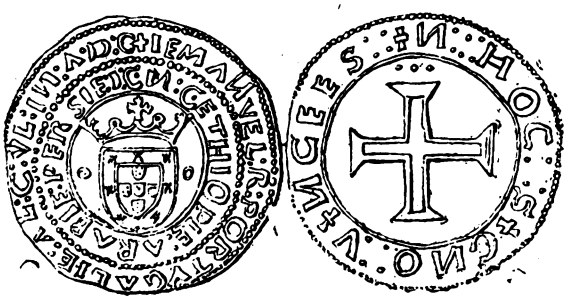
«E quereis saber por qual razão e como? Dir-vol-hei. Era que na frente de Villa Nova de Gibraltar, abaixo do seu diadema rutilante de princeza, estava escripta uma lenda fatal e maldita; uma lenda que por muito tempo foi apenas ignominosa, mas que nos fins do seculo XV se converteu em sentença de morte, signal estampado pela mão do archanjo do exterminio. Esta lenda encerrava apenas duas palavras blasphemas, que só podiam ser apagadas destruindo-se a existencia individual da povoação que se atrevia a apresental-as deante da luz do céu.

Digitized by Google

«Villa Nova de Gibraltar era a *Communa dos Judeus!*»

Sentiamos tentações de proseguir na transcripção, porque esse magico e vigoroso estylo de Herculano, tão cheio de idéas, conserva hoje, como ha de conservar sempre, o seu dom fascinador; mas o assumpto que tractâmos é vastissimo, temos de fazer largas refundições, e não podemos demorar-nos a namorar as flôres que se nos deparam no caminho. Não diremos, pois, como Herculano mostra, que a Lisboa da edade média era uma cidade essencialmente symbolica, porque tinha a dominal-a a sua cathedral, consagração sublime da religião dominadora, affirmada energicamente como unica verdadeira, a seus pés, do lado do nascente, Villa Nova de Gibraltar, a communa judaica, agrupada emtorno da sua synagoga, symbolisando assim a religião humilhada mas consentida, e que fôra comtudo a religião que se illuminára primeiro com a luz da verdade, embora depois a desconhecesse, como a communa dos seus crentes via, primeiro que todos os outros, os raios do sol, que ia depois, no seu zenith, illuminar a cidade christã. Emfim, do lado do norte, mas tambem aos pés dos montes onde campeavam a cathedral e o castello, estendia-se, emtorno da sua mesquita, a *mouraria*, o bairro dos mouros, symbolisando, no dizer de Herculano, «o islamismo, transformação impia e tenebrosa de ambas as religiões, como escondido na sombra da cruz triumphante».

Não diremos ainda como o grande historiador mostra na sua linguagem, brilhante e rija como o aço, que o seculo XVI, acabando com a velha tolerancia da edade média, arrazou tambem esse symbolismo natural. Expulsos os mouros e os judeus, deixaram de ter razão de existencia os seus bairros. Do bairro dos mouros sobrevive o nome—a *Mouraria*,—do bairro dos judeus sobrevive transformada a synagoga, que passou a ser collegiada de Christo, e que é hoje Conceição Velha, cujo rendilhado portal continua a ser uma das maravilhas da nossa velha Lisboa. Correndo com o pincel da sua phantasia



Meio Portuguez, de D. Manuel

reconstruidora dos seculos findos por esta magnifica tela, pinta Herculano admiravelmente o contraste existente entre a Lisboa da edade média e a Lisboa da Renascença, a Lisboa austera, poetica, symbolica dos tempos chamados barbaros, e a Lisboa cortezã, opulenta, mas intolerante e exclusiva que o seculo XVI creára. A synagoga transformára-se em templo christão, a mesquita desapparecera, as franquias municipaes tinham-se tambem curvado ao jugo da corôa, e, em vez da judiaria e da mouraria, não havia senão bairros, que tentavam preludiar á uniformidade monotona que o seculo XVIII julgou depois o supremo ideal da architectura urbana.

O livro que Ferdinand Denis seguiu para descrever o aspecto de Lisboa no seculo XVI, e de que assevera existir na bibliotheca de Santa Genoveva em Paris um exemplar precioso, livro cujo titulo não cita, citando apenas o nome do auctor, Rodrigues d'Oliveira, é o *Summario d'algumas coisas ecclesiasticas e seculares da cidade de Lisboa*, de Christovam Rodrigues d'Oliveira. Seguil-o-hemos tambem, porque Oliveira, que escrevia no tempo de D. João III, apresenta-nos especies curiosas que não en-

Digitized by Google

contrariamos facilmente n'outro qualquer.

Lisboa no tempo de João III, contava dez mil casas, algumas d'ellas com cinco andares, onde habitavam dezoito mil familias, o que dava uma população permanente de cem mil almas, entre as quaes se devem contar nove mil novecentos e cincoenta escravos. Mas não mettemos aqui em linha de conta a população fluctuante, que era numerosissima, como se póde deduzir do immenso commercio que então affluia a Lisboa, emporio do Oriente, nem a côrte, que n'essa epocha de grande predominio da realeza não devia dar pequeno contingente á população da cidade.

Diz-nos tambem Rodrigues d'Oliveira que tinha Lisboa então trezentas vinte e oito ruas, cento e quarenta travessas, oitenta e nove beccos, e sessenta e duas viellas.

Além da Sé, tinha Lisboa vinte egrejas parochiaes, que eram as de Santa Justa, S. Nicolau, S. Gião *(S. Julião)*, Nossa Senhora do Loreto, Madanela *(Magdalena)*, Nossa Senhora dos Martyres, S. João da Praça, S. Vicente de Fóra, S. Pedro, Santa Marinha, Salvador, Santo André, S. Thomé, S. Martinho, S. Jorge, S. Bartholomeu, Santa Cruz, S. Mamede, S. Christovam e S. Lourenço. Além d'essas egrejas havia as innumeras capellas dos palacios fidalgos, e as não menos numerosas egrejas dos sumptuosos conventos que esmaltavam a cidade e entre os quaes citaremos S. Vicente de Fóra, mosteiro d'Agostinhos, que tinha apenas trinta religiosos, e possuia grandes rendimentos. Não eram os habitantes d'esse mosteiro propriamente monges, mas como os de Santa Cruz e de Coimbra, conegos regrantes de Santo Agostinho. Não tinha porém S. Vicente de Fóra a magnificencia que hoje ostenta. Ainda Filippe II de Hespanha não reedificára o mosteiro, que, arruinado e denegrido pelo tempo, conservava estampado nas paredes oscillantes o sêllo rude do seu fundador D. Affonso Henriques. «A primitiva construcção, diz o *Panorama*, foi naturalmente tão simples como as mãos que a levantaram. Ermida estreita em fórma de rotunda, fechando o telhado em cupulas, paredes de barro vermelho sobre escuro; cella de penitencia, onde o cilicio, pungindo a carne, recordava ao monge a brevidade da vida, apontando-lhe para além do tumulo, tal devia ser o monumento de Affonso Henriques. Um antiquissimo quadro da Senhora dos Martyres, edificada no mesmo tempo, abona a conjectura. E' que Lisboa ainda não era a orgulhosa cidade, que, rompendo duas vezes o cinto de muralhas cresceu pelo arrabalde, obrigando o Tejo a recuar deante de palacios de marmore. Ainda não descêra, como a Roma imperial, do cume dos montes a assentar-se em alcatifas de uma quasi eterna primavera no regaço do patrio rio[1].»

No tempo de D. João III era esta a construcção antiquissima que subsistia integralmente junto do lanço oriental da muralha de D. Fernando.

Citaremos ainda o mosteiro de Nossa Senhora da Graça, pertencente aos eremitas calçados de Santo Agostinho[2], o convento da Trindade, onde se abrigavam os frades da Redempção[3], o do Carmo, onde se via a sepultura do fundador, o santo condestavel D. Nuno Alvares Pereira; o convento de S. Domingos, que tinha cinco mil e oitenta cruzados de rendimentos, e mais de vinte servos, convento de sinistro aspecto e sinistras memorias, pois estava pegado com o palacio do Santo Officio, horrivel instituição que n'essa ordem de tra-

---

[1] *Panorama*, vol. 9.°, pag. 3, (Lisboa, 1846).

[2] Tinha cento e vinte religiosos e rendas de trinta mil cruzados.

[3] Fundado em 1294, reedificado em 1560.

Digitized by Google

dições intolerantes se filiava, convento emfim de cuja egreja partira o signal para a mortandade dos Judeus em Lisboa em 1506[4]; Santo Eloi, com quarenta padres, que desfructava ainda a dotação que lhe fôra arbitrada por D. Domingos Jardo, bispo de Lisboa no tempo d'el-rei D. Diniz, e finalmente o convento de S. Francisco, povoado por mais de duzentos frades mendicantes, com uma egreja magnifica de tres naves, egreja que era a maior de Lisboa. Alli se admirava uma capella revestida toda de talha dourada, cuja fundação se devia ao celebre governador da India, Martim Affonso de Sousa, que applicára a esse fim piedoso uma porção do fructo das suas rapinas.

Fóra de portas devemos citar o magnifico mosteiro de Belem, essa obra-prima da architectura manuelina; o convento de S. Domingos de Bemfica, celebre entre todos os amadores das boas lettras, não só por ter dado asylo a fr. Luiz de Sousa, quando a mais terrivel catastrophe o obrigou a procurar abrigo no claustro, como pela primorosa descripção que o elegante chronista d'elle fez na sua *Historia de S. Domingos*. Fundado este convento em 1399, tinha na epocha a que nos referimos trinta e tres frades professos. O convento de S. Bento de Xabregas, levantado no sitio onde D. Estevam d'Aguiar, dom abbade de d'Alcobaça, mandára levantar uma ermida com a invocação de S. Bento. Entregou-a depois D. Affonso V, que a obteve do mosteiro d'Alcobaça, a uma congregação religiosa conhecida entre o povo pelo nome de *Bons homens de Villar*. Esta congregação, a pedido de D. Affonso V, recebeu do Papa Pio II, por breve de 1461, a denominação de Conegos regrantes de S. João Evangelista[1]. Este convento erigia-se no sitio do Beato Antonio.

Temos ainda o convento de S. Francisco de Xabregas, que se levantava onde hoje se ergue a fabrica do tabaco.

D. JORGE CABRAL, XV GOVERNADOR DA INDIA

Entre os conventos de freiras então existentes citaremos como os mais famosos, o de Salvador, o de Nossa Senhora da Roza, o da Annunciada, o da Esperança, o de Sant'Anna, o da Madre de Deus, o de Santa Clara, o das commendadeiras de Santos. Mas o que introduziu uma transformação completa na cidade foi a casa reli-

[4] Fundado em 1241 por D. Sancho II; a sua egreja foi construida por D. Affonso III. O edificio todo foi augmentado e opulentado por D. Manuel.

[1] Eram os frades loyos.

Digitized by Google

giosa de S. Roque, pertencente aos jesuitas.

Vimos no artigo de Herculano, de que tiramos uma parte, que Lisboa estava por assim dizer apertada entre duas villas. Villa Nova de Gibraltar, que era a communa dos judeus, e Villa Nova de Andrade. Não eram só essas as villas que se tinham fundado á beira da cidade, e que a grande cidade absorveu, como ha-de absorver tambem na sua insaciavel voracidade, os dois concelhos que hoje a apertam de nascente a oriente: Belem e Olivaes. Houve algum tempo para o lado de S. Vicente a Villa Gallega e para as bandas da Graça a Villa Quente. Ambas desappareceram, como desappareceu a Villa Nova de Gibraltar, ainda assim chamada quando no seculo XVI D. Manuel lavrou escriptura, pela qual dava aos cavalleiros de Christo em troca da sua casa de Belem, cedida para a construcção do novo templo, a antiga synagoga, e finalmente como desappareceu, pouco depois de fundada, Villa Nova de Andrade.

Todos os terrenos, que hoje estão povoados de casas desde o Bairro Alto até Campolide, eram então perfeitamente campo; havia moinhos de vento por aquellas alturas onde hoje se desdobra a praça ajardinada do Principe Real, estava coberto de verdes olivaes o monte chamado por isso Monte Olivete, e os campos já bem mais distantes, por onde se desdobrava no cerco de Lisboa, no seculo XIV, o acampamento do exercito castelhano, tinham a denominação geral de Campolide ou Campo da Lide. Nas denominações da rua do Moinho de Vento, da rua do Monte Olivete, e do alto de Campolide sobrevivem ainda os vestigios d'estas antiguidades.

Mesmo junto ás portas de Lisboa, defrontando com os muros de D. Fernando, desdobrava-se a vastissima quinta de um rico fidalgo portuguez chamado Nicolau Altero de Andrade. Proximo da quinta se construiu em 1506 uma ermida de S. Roque, para onde se transportou uma imagem de S. Roque, advogado contra a peste, que a republica de Veneza mandára de presente a D. Manuel. Havia em S. Vicente, nas portas crientaes da cidade, uma imagem de S. Sebasbião, advogado tambem contra a peste. D. Manuel collocou S. Roque do outro lado, collocando assim os dois bem-aventurados como de sentinella á cidade, fazendo d'elles uma especie de guardas-barreiras divinos, que deviam prohibir o ingresso ao contrabando da doença; esta porém zombava da fiscalização dos santos, e continuou a penetrar com frequencia na cidade.

Quando os jesuitas entraram em Portugal, escolheram logo para si a ermidinha de S. Roque, nucleo primitivo da egreja, construida depois por Philippe Terzo. Emquanto não poderam ter alojamento condigno, viviam em pobres habitações, e, como não tinham espaço na ermida para accommodar o numeroso auditorio que de todas as partes concorria a ouvir-lhes os sermões, prégavam ao ar livre, como ao ar livre tambem cathechizava o padre Ignacio Martins as creanças a quem ensinava doutrina christã.

Como os jesuitas então estavam sendo moda em Lisboa, como estavam exercendo uma fascinação extraordinaria em todas as classes sociaes, e queriam todos approximar-se dos santos religiosos, começaram a affluir moradores áquelles sitios. Nicolau Altero de Andrade principiou a aforar, a arrendar, a vender os terrenos da sua vastissima quinta. Principiaram a fazer-se construcções, mas subordinadas a uma certa ordem e a um plano bem assente. Desenharam-se ruas; fez-se emfim a planta do bairro ou antes da villa, porque villa foi que se lhe chamou, e por ser traçada na quinta de Ni-

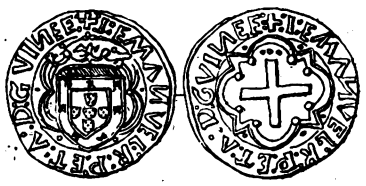
Digitized by Google

colau Altero de Andrade, completou-se a denominação chamando-se-lhe Villa Nova de Andrade. Pouco tempo durou o nome, e não tardou a villa a designar-se *Bairro alto de S. Roque*. Mas nos nomes de muitas ruas sobrevivem ainda os vestigios da origem bucolica d'esse bairro, que afinal de contas veiu a ser toda esta Lisboa occidental tão populosa e animada. Basta ver os nomes da rua da Vinha, travessa das Parreiras (hoje da Cruz de Soure), travessa da Horta e rua da Horta Secca, rua e travessa da Palmeira, rua do Carvalho, do Loureiro, dos Jasmins, travessa da Larangeira, rua das Flores, etc., sem falar nas que já citámos do Moinho de Vento e de Monte Olivete[1].

E agora prosigâmos indicando os edificios mais importantes de Lisboa no seculo XVI.

Tinha tambem Lisboa n'essa epocha seis paços régios, o da Ribeira, fundado por el-rei D. Manuel; o de Santos, especie de casa de campo fundada por D. João II, destinado primeiro para convento das commendadeiras que o mesmo rei transferiu para Santos-o-Novo, ficando o seu antigo convento conhecido pelo nome de Santos-o-Velho; o dos Estáos, fundado pelo regente infante D. Pedro, duque de Coimbra e filho de D. João I, palacio que D. João III deu ao Santo-Officio, e que depois da sua morte nunca mais tornou a ser residencia régia; o de Xabregas, fundado pela rainha D. Leonor, mulher de D. João II; o de Santo Eloy, fundado tambem pela mesma rainha, e, finalmente, o da Alcaçova, fundado por D. Diniz dentro do castello, e que foi residencia habitual dos nossos reis até D. Manuel. Não falâmos nos paços da Moeda, onde fôra assassinado o conde Andeiro, porque esses já D. Manuel os transformára em cadeia e Casa da Supplicação.

Vejâmos, guiados por uma testemunha ocular, qual era o aspecto de Lisboa trinta annos depois da epocha a que nos estamos referindo, quando só pouquissimas mudanças, mudanças completamente imperceptiveis na perspectiva dos seculos, se podiam ter realizado.



Cruzado, de D. Manuel

É o caso que o Jesuita portuguez Duarte de Sande, conduzindo a Portugal em 1484 a primeira embaixada que o Japão enviou á Europa, escreveu o diario da sua viagem, e n'esse diario descreveu o aspecto de Lisboa tal qual se lhe apresentava. Essa descripção fórma o colloquio XVI da sua interessante obra. Seguindo-a veremos que magnifica era no seculo XVI a mais bella cidade do mundo, como dizia o espelho magico ao digno cavalleiro da lenda allemã.

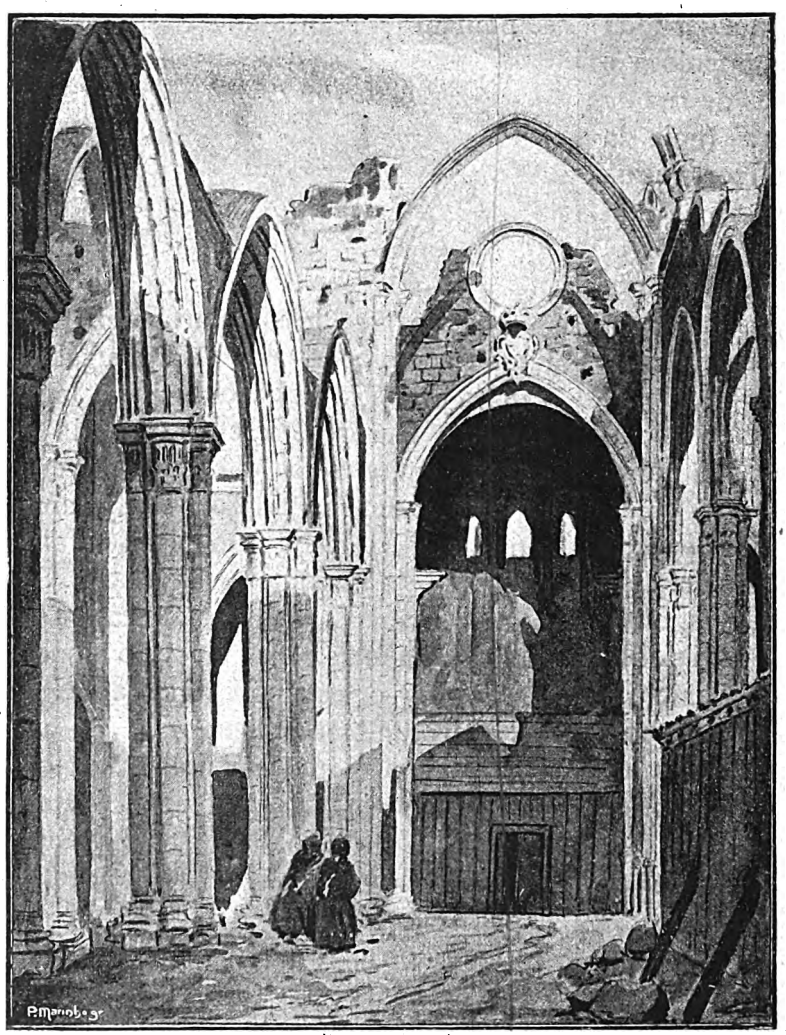
Logo que se entrava a barra, e que se desenrolava aos olhos do viajante o sumptuoso aspecto de Lisboa, vinham ao seu encontro, como para o saudarem, as duas torres situadas de um e de outro lado do rio, e uma das quaes é uma joia d'architectura, a torre de S. Vicente de Belem, e a de S. Sebastião, hoje conhecida pelo nome de Torre-Velha. Depois via-se o admiravel mosteiro de Santa Maria de Belem, depois a egreja de Santo Amaro... Mas sigâmos o padre Sande nas suas excursões caprichosas. Supponhamo-nos desembarcados com elle no Terreiro do Paço. Veremos o que elle vê, descreveremos o que descreve.

Assim, temos primeiro o Arsenal da marinha, contiguo aos Paços da Ribeira e collocado pouco mais ou menos no sitio onde ainda hoje se acha. Alli abun-

[1] Encontrámos todos estes dados curiosissimos no magnifico livro do sr. visconde de Castilho (Julio) *Lisboa antiga*, pag. 5 a 31 (Lisboa, 1879).

Digitized by Google

davam ás machinas, as provisões e munições de guerra, e os estrangeiros admiravam o excellente fornecimento d'aquelle arsenal, onde se construiam todos os navios que iam depois arrostar tranquillamente os perigos do mar da India.



RUINAS DO CONVENTO DO CARMO

Erguiam-se junto d'elle os magnificos paços da Ribeira, cujos pateos, columnatas, varandas, eirados e salas enthusiasmavam o digno Jesuita. Na sua frente desdobrava-se o vastissimo terreiro [1], passeio predilecto da fidalguia, principalmente nas tardes d'estio. Um jardim delicioso e povoado de plantas aromaticas, raras ou formosas, completava os encantos d'este sumptuoso palacio.

«Tem de mais, diz o padre Sande, uma capella com numerosa collegiada composta de respeitabilissimos ecclesiasticos, presididos quasi sempre por um bispo. Fazem-se aqui os divinos officios com tal ordem, tão excellente e variada musica vocal e instrumental, que mais se lhe podia chamar uma cathedral que não uma capella. Junto ao real paço ha outros edificios de rara celebridade, entre os quaes tem o primeiro logar o arsenal real, ou sala d'armas, onde cuidadosamente se conservam todos os instrumentos proprios da arte da guerra. Viam-se alli enormes peças d'artilharia fundidas de optimos metaes, algumas das quaes fôram ganhas aos inimigos nos campos de batalha, e mostram-se como tropheus das victorias alcançadas; outras foram construidas á custa da real fazenda para servirem nas guerras. Admiram-se varios repartimentos de diversas armas, estes com espingardas, aquelles com astas; aqui espadas, acolá toda a casta de armamentos, pesados e ligeiros, d'ataque e de defeza. Além estão bem figuradas estatuas de cavalleiros armados de ponto em branco, montados em cavallos de pau, tão ao vivo affeiçoados que podem reputar-se homens de lança em punho para a peleja. Finalmente, tão ri-

[1] Ainda hoje o nome official de *Praça do Commercio* é substituido no tracto usual pelo nome antigo de *Terreiro do Paço*.

Digitized by Google

BATALHA DE ALCANTARA

Digitized by Google

cas em armas são estas salas reaes que, ao menos nos annos atraz podiam armar e apparelhar para a guerra um exercito de setenta mil homens, por onde aquelle arsenal goza entre os Portuguezes grande fama, e não é sem razão, pois podemos dizer que é d'alli e d'esta cidade que teem sahido armados esses varões illustres vencedores de todo o Oriente, e o que é ainda mais para admirar é que mesmo n'estes nossos tempos, sahem todos os annos do porto de Lisboa para a India, Brazil e mais colonias de Portugal, excepto as d'Africa, quasi *trez mil* Portuguezes, os quaes conservam gloriosamente as conquistas dos seus maiores[1].»

Junto com o *armazem das armas* estava a Casa da India, onde se recolhiam as especiarias e outras mercadorias que vinham do Oriente, que o commercio vinha procurar a Lisboa, e que d'aqui se espalhavam profusamente na Europa.

Em muitas salas do palacio vastissimo da Ribeira se faziam as séssões de muitos tribunaes, do Desembargo do Paço, da Mesa de Consciencia e ordens, destinada especialmente a decidir os negocios relativos ás tres principaes ordens militares do reino, e a aconselhar o rei nos negocios ecclesiasticos e outros casos de consciencia. Tambem alli se reunia o conselho de fazenda, e o conselho d'Estado, a todos os outros superior, e onde tudo se decidia em suprema instancia. Estavam por conseguinte debaixo da mão d'el-rei as repartições principaes do Estado.

Em torno do Paço agrupavam-se tambem, como era natural, muitos palacios magnificos, e o que é mais notavel é que tanto defronte do Paço como defronte dos outros palacios da nobreza havia praças amplas, onde se vendiam comestiveis de toda a qualidade. O principal d'estes mercados era o que ficava situado no sitio hoje conhecido pelo nome de Ribeira Velha e onde era no tempo de el-rei D. Fernando o arsenal de marinha, ou *tercenas navaes*, como se dizia então. Povoado todo de barracas de madeira, onde se vendiam aves, ovos, sal, fructas, hortaliças, legumes, peixe, etc., abrangia uma área mais vasta do que a actual Praça do Commercio, e ia ao sul terminar no rio. A carne, que tambem se encontrava n'este mercado, vendia-se além d'isso em tres grandes açougues, situados em differentes pontos da cidade.

Para o lado oriental ficava o edificio que ainda hoje subsiste do Terreiro do Trigo, mandado construir por D. João III, e com o mesmo destino que hoje tem; uma peculiaridade especial d'essa éra a existencia em Lisboa de padeiras de todas as provincias de Hespanha, que manipulavam a farinha, attrahidas aqui pela opulencia de Lisboa, então a mais rica cidade da Peninsula.

Separada do edificio do Terreiro por um becco, ficava a egreja da Misericordia, que era então a Conceição Velha, antiga synagoga dos Judeus. Depois via-se a *Casa dos Contos*, ou thesouro, e a alfandega começada por D. Manuel e concluida por D. João III, repartições estas existentes no edificio da actual alfandega e tribunaes do commercio.

Abundavam em Lisboa os chafarizes monumentaes, dos quaes o mais antigo e célebre era o chafariz dos Cavallos, as-

[1] «Chamava-se a este arsenal *armazem das armas;* foi obra d'el-rei D. Manuel. Occupava o lado de leste do Terreiro do Paço, onde agora vemos a arcada das secretarias dos negocios estrangeiros, do thesouro e fazenda. Depois de feito o dito armazem, e em continuação d'elle outros para as rapartições da Casa da India e Contratação de Guiné, edificou-se por cima de todos uma galeria de salas e quartos para aposento régio, que se ligou aos paços de D. Manuel por um arco que ficava onde começa presentemente a rua do Arsenal.» Nota do sr. Ignacio de Vilhena Barbosa ao colloquio XVI do *Diario da primeira embaixada do Japão á Europa*, do padre Duarte de Sande, traduzido em latim por A. J. de F. e publicado no *Archivo Pittoresco* com o titulo de *Lisboa em* 1584, vol. 6.°, pag. 78.

Digitized by Google

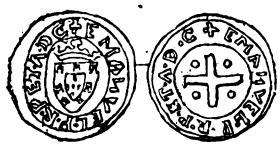
sim chamado por causa dos cavallos de bronze que o adornavam; o chafariz de El-Rei, todo de marmore; o da Praia, onde faziam aguada os navios; era no bairro dos pescadores, que tinha por egreja parochial Santo Estevão, que, apezar da profissão dos seus habitantes, não era o menos rico, que mais chafarizes havia.

Mas para continuarmos na descripção da cidade, sigâmos a descripção do Jesuita:

«Voltando pois ao Terreiro do Paço, entremos na cidade. Temos deante de nós as suas principaes ruas. A primeira que se nos apresenta é a Rua Nova [1], a melhor de todas, pela sua largura, comprimento, casas de muitos sobrados e concorrencia de povo. É tanta a sua largura que, a uma parte d'ella, distincta com grade de ferro, se ajuntam todos os homens de negocio, que mercadejam com os de vastas cidades da Europa e especialmente com os de Sevilha, Burgos, Valladolid, *Metirnia*, Veneza, Genova, e outras muitas praças. É incrivel a riqueza das lojas n'esta rua, nas quaes se encontra não sómente grande variedade de lanificios de todas as qualidades, mas tambem fazendas de seda, velludo, e damascos lisos e lavrados ou bordados, em tanta abundancia e qualidades differentes, que o valor do que taes mercadores teem exposto á venda orça pelo valor de muitos milhões d'ouro. Ha n'esta rua, além d'outras coisas, edificios admiraveis, de tantos pavimentos e com tantos inquilinos, que não se conhecem uns aos outros nem de cara nem de nome.

«A segunda rua é a Aurea, em que se trabalham delicadas e artificiosas obras de ouro, e se lapidam muitas e mui variadas pedras preciosas, ou para se venderem ou para se engastarem, no que apenas se póde exprimir a abundancia do ouro e das pedras preciosas, perfeição artistica e a multidão dos artifices. Nem posso dizer qual d'estas ruas se avantaja á outra no valor e cópia dos objectos vendaveis.

«A terceira não é menos formosa, e está povoada de cinzeladores, esculptores e fundidores.



Quarto de cruzado, de D. Manuel

«Mas, como disse que seguiria o caminho em linha recta, não me demorarei em mencionar as outras ruas, aliás formosissimas, cuja descripção vos causaria não pouca admiração, especialmente a da rua dos Confeiteiros. Porque, como todos os annos da ilha de S. Thomé, de muitos portos do Brazil, ilhas Canarias e da Madeira é importada para Lisboa, em muitissimos navios, innumeravel quantidade de finissimo assucar, é tal a abundancia de doces e bolos expostos á venda n'esta rua, que não sómente dá para o consumo da cidade, mas se exporta para muitas outras da Europa Não seria menor a vossa admiração se percorressemos as lojas em que se trabalha em obras de prata, linho e lã, a que são destinadas outras tres ruas, pois nunca acabaria se quizesse enumerar as officinas de todo o genero collocadas em ruas e logares proprios.»

Em torno d'estas ruas, que occupavam todo o espaço desde o Terreiro do Paço e o Rocio, emmaranhava-se um labyrintho de viellas, e, proseguindo-se para o norte, chegava-se emfim ao Rocio, praça vasta, quadrada, mas irregular, onde se admirava o edificio da Inquisição, o convento de S. Domingos, e o vasto hospital de Todos os Santos, que entestava com o mosteiro. N'essa praça havia (e já então ás terças feiras, tem seculos o costume!) a feira que hoje se faz no campo de Sant'Anna, e que

[1] Tinha esta rua 60 palmos na sua maior largura. Foi obra d'el-rei D. Diniz; corria exactamente por onde hoje se extende a *Rua Nova d'El-Rei*, vulgo dos *Capellistas*.

Digitized by Google

tambem ainda hoje é conhecida pela designação popular de «feira da ladra».

Percorrendo agora Lisboa pelo lado occidental encontraremos fóra de portas o convento da Esperança e o de S. Bento. Entrando na cidade pela porta de Santa Catharina, e subindo ao norte, iremos esbarrar na casa professa dos Jesuitas de S. Roque, onde viviam em 1584 mais de sessenta padres e leigos; descendo, encontraremos no caminho o convento da Trindade e o convento do Carmo.

Atravessando de novo o Rocio, e subindo uma das encostas orientaes, acharemos o mosteiro de Sant'Anna, de religiosas terceiras de S. Francisco, fundado em 1561 pela rainha D. Catharina, viuva de D. João III. Eram celebradas as festas que os Lisbonenses faziam a Sant'Anna, no espaçoso terreiro para onde deitava a frontaria do convento.

«Não longe d'aqui, prosegue o padre Duarte de Sande, está a *Carreira dos Cavallos*, ou corro em que os nobres e fidalgos de Lisboa costumam exercitar-se todos os dias santos em corridas de cavallos. E' espantosa a multidão, assim de cavalleiros, que alli vão correr o pareo, como de espectadores, e incrivel a competencia entre uns e outros sobre quem levará a palma. Veiu-nos este uso da expedição d'Africa, de que Lisboa é a principal alimentadora. Pois, sendo o uso dos cavallos muito grande, os Lisbonenses, que frequentemente passam á Africa por causa das guerras contínuas com os Mouros, costumam exercitar-se muitissimo em correr carreiras de cavallo. E, para mais ageis se tornarem n'esta arte, algumas vezes faz um de Mouro, outro de Christão, pelejando este contra aquelle, e ganhando cada cavalleiro e o seu cavallo maior dextreza para os verdadeiros combates, por meio de mutuas investidas, retiradas, volteios e outros manejos da arte de picaria.

«Passemos aos pontos mais elevados, atravessando o valle que lhes fica ás abas, com alguns nobres edificios e um grande curral[1], em que se recolhe todo o gado que vem a Lisboa para se matar, cujo numero se poderia ajuizar, sabendo-se que só carneiros todos os dias se degolam cinco mil, os quaes se repartem por tres açougues. N'este sitio teem os curiosos o espectaculo da lucta entre cães exercitadissimos e touros ferocissimos, que aquelles agarram pelas orelhas para que não possam fugir á matança, ainda que algumas vezes os menos fortes são nas pontas arremessados ao ar, e recebem dos touros feridas mortaes[2].»

Proseguindo da digressão e passando pelo cabeço em cujo cume fica a ermida da Senhora do Monte, construida em 1243, e em cuja raiz havia numerosas e celebres olarias, passaremos pela Graça e chegaremos emfim ao Castello.

Na raiz do monte onde se levanta a fortaleza, ficava n'essa epocha o collegio de Santo Antão, primeiro que os Jesuitas tiveram em Portugal, e segundo na Europa (só em antiguidade cedia ao de Roma). Quando os Jesuitas terminaram outro collegio com a invocação do mesmo Santo, que foi em abril de 1594, collegio que se erguia onde hoje se levanta o hospital de S. José, cederam o antigo aos eremitas de Santo Agostinho, e ficou sendo conhecido pelo nome de Santo Antão-o-Velho; hoje é um edificio que tem servido de hospedaria militar para officiaes e é conhecido vulgarmente pelo nome de *Colleginho*. Terminaremos esta longa descripção citando ainda os antigos Paços da Moeda, onde estava a ca-

[1] «O costume acabou ha muito, mas consente-se ainda o nome ao sitio. E' uma espaçosa rua, larguissima e não pouco comprida, guarnecida de casas, e que principia junto ao campo de Sant'Anna» (Nota do sr. Vilhena Barbosa).

[2] «Era matadouro, que deixou de ter exercicio no começo d'este anno (1863), em que se concluiu e principiou a servir o novo e grandioso *matadouro da Cruz do Taboado*.» (Nota do sr. Vilhena Barbosa).

Digitized by Google

deia publica e a Casa da Supplicação, e os paços da camara de Lisboa, que ficavam collocados na parte posterior da egreja de Santo Antonio, junto da Sé.

Vê-se pois que era Lisboa uma cidade notavel pelos magnificos edificios que a afôrmoseavam, pelos seus attractivos naturaes, e pelo movimento commercial, que lhe provinha de ser o emporio de todo o commercio do Oriente. Hoje, de tantas riquezas, o que lhe resta? Nada. Enganâmo-nos, ainda lhe resta o seu Tejo feiticeiro e azul, o céu limpido que o envolve n'um manto de velludo, cravejado á noite d'estrellas, dourado de dia pelo sol radiante, e a nobre e melancholica magestade com que se recosta, banhando os pés nas aguas, rainha descoroada mas sempre gentil, no throno das suas sete collinas.

CAPITULO XXXVI

Estabelecimentos de beneficencia
Quadro dos homens d'officio existentes em Lisboa de 1550 a 1551.—Os serviços publicos

MA das coisas seguramente de que Portugal mais se deve ufanar é do grande numero e da excellente organização dos estabelecimentos de beneficencia que havia, principalmente em Lisboa, desde epochas remotas. Devemos isso não só ao espirito religioso dos nossos maiores que, se muitas vezes o levava aos desvairamentos do fanatismo, tambem lhes ensiñava as bellezas da caridade, mas tambem á felicidade de havermos tido no throno, ao lado de soberanos organizadores e energicos como D. Diniz e D. João II, rainhas profundamente caridosas e beneficas, Santa Izabel e D. Leonor. A' primeira devemos o estabelecimento dos primeiros recolhimentos de orphãos, á segunda o estabelecimento não só do hospital das Caldas da Rainha, com o seu intuito eminentemente caridoso, mas tambem a instituição d'essa Misericordia santa, como Garcia de Rezende lhe chama nos versos realmente um poucochinho prosaicos da *Miscellanea*, e que foi uma das mais bellas concepções do

PHOEBUS MONIZ

espirito humano em assumptos de caridade.

A Misericordia foi imitada de instituições analogas existentes em Italia, e es-

Digitized by Google

pecialmente em Florença, e o seu estabelecimento foi aconselhado á virtuosa, intelligente e benefica rainha pelo seu confessor, o valenciano fr. Miguel Contreiras, homem verdadeiramente benemerito. «A confraria, diz Rebello da Silva, cujo compromisso havia sido modelado em parte pela instituição analoga que desde 1350 existia em Florença, affiançava, sob os auspicios da rainha, todas as promessas da Misericordia divina aos desgraçados, porque tornava eguaes e irmãos deante do Evangelho todos os homens. Os mais afortunados uniam-se nos laços do amor do proximo para trazer consolação e allivio aos que padeciam. O proprietario repartia com o mendigo, o rico extendia a mão ao indigente, o fidalgo lavava os pés ao plebeu, o pae de familia cortava uma fatia do pão dos seus filhos, levava os remedios do corpo e a esperança da alma ao albergue dos desditosos, acompanhava os culpados sem defensores nos tribunaes e ao estrado do throno, e subia com elles, condemnados, os degraus do patibulo, para lhes adoçar a affronta dos ultimos momentos. A «Misericordia», como fr. Miguel a concebeu e soube creal-a, não desmentiu nenhum dos grandes designios do instituidor. As donzellas infelizes receberam dote para casar; as viuvas pobres auxilio opportuno; os expostos acolhimento e educação; o enfermo agazalho e curativo; os peregrinos necessitados poisada e ajuda; os captivos resgate e transporte para a patria; os presos, além de sustento nas cadeias, tinham advogados para os tribunaes e protectores para o derradeiro recurso á corôa. Os padecentes achavam conforto no oratorio e no transito para o supplicio, finalmente, os mortos sem meios de se enterrarem preces e sepulturas. Eis um resumido quadro, do que era, ao nascer, a obra piedosa do apostolo trinitario, e o que em grande parte continuou a ser em todo o seculo XVI e na primeira metade do seculo XVII.»

Decahiu depois a instituição, nunca deixou porém de ser um precioso recurso para os desamparados. Em 1550 tinha a confraria perto de 300 irmãos.

Todos os annos elegia a mesa, composta de 13 membros, 1 provedor fidalgo, 6 nobres e 6 plebeus. A mesa nomeava um escrivão, um thesoureiro, e 4 visitadores de doentes pobres e de viuvas desamparadas. Além d'isso, outros dois irmãos deviam tractar duas vezes por semana de mandar aos presos um jantar de pão, carne e agua. Havia um medico, um sangrador e um cirurgião. As esmolas que a Misericordia dava andavam por 30:000 cruzados.

Esta instituição propagou-se rapidamente por todo o paiz. Em Setubal, já então uma das terras mais importantes do reino, foi fundada em 1501, a pedido dos habitantes, doando Rodrigo Affonso, vedor da fazenda e do conselho de el-rei, á confraria, para ahi se estabelecer, uma egreja sua que possuia junto de Setubal com a invocação de Santa Maria dos Anjos [1]. Em 1566 a Misericordia de Setubal fundava um hospital.

No Porto a Misericordia foi instituida pela propria rainha D. Leonor, e el-rei D. Manuel, collaborando na sua obra, ordenou que o hospital da Misericordia se fundasse sobre as ruinas da antiga albergaria ou gafaria de Roque Amador [2]. Em todo o reino, emfim, as Misericordias pullularam rapidamente, introduzindo n'uma sociedade dissoluta e corrompida do seculo XVI um elemento benefico e santo.

Hospitaes havia-os em Lisboa em abundancia, e tinha entre todos a prima-

[1] Doc. existentes no archivo da Misericordia de Setubal, citados pelo sr. Alberto Pimentel na sua *Memoria sobre a historia e administração do municipio de Setubal*, pag. 206 (Lisboa, 1879).

[2] Art. *Porto*, escripto pelo auctor d'esta *Historia*. no *Diccionarso Popular*, t. X, pag. 20 (Lisboa, 1882).

Digitized by Google

zia o famoso hospital real de Todos os Santos, construido por el-rei D. João II, e que era um dos edificios mais importantes de Lisboa.

Esse hospital era administrado no seculo XVI por tres padres da ordem de S João Evangelista, um como provedor, outro como almoxarife, o terceiro como veador.

Tinha tres grandes enfermarias, duas mais pequenas para tractamento das molestias syphiliticas, e um aposento para os peregrinos, ou naturaes, ou estrangeiros.

Havia no hospital dois enfermeiros-móres, dois medicos e tres cirurgiões, dez enfermeiros e duas enfermeiras. Os enfermeiros tinham 29 cruzados por anno e ração, os medicos cento e cincoenta cruzados e morada paga. O hospital tambem recebia engeitados, e tinha como dependencia uma casa de doidos. As rendas do hospital em 1560 orçavam por 10:000 cruzados.

Esse rendimento provinha da deducção de 1 por cento sobre todas as receitas publicas, que el-rei D. Manuel estabelecera em 1546 e que denominára obra pia. Essa dotação foi sendo augmentada. Ao hospital de Todos os Santos tinham sido annexados por D. João II todos os outros hospitaes de Lisboa, incluindo a casa de expostos, cognominada hospital dos meninos, e que existia pelo menos desde o seculo XVI, porque em 1353 achava-se estabelecida n'uma rua ao pé da porta de S. Vicente [1].

Devemos dizer que a egreja e o edificio da Misericordia, situado na rua a que dava o nome, e que hoje se chama rua Nova da Alfandega, era um dos monumentos mais importantes da Lisboa antiga; destruiu-o o terramoto. Achavam-se alli accommodados muito á vontade, juntamente com todas as repartições da Misericordia, os hospitaes de entrevados, de incuraveis, o recolhimento das orphãs, das porcionistas, etc.

O hospital dos incuraveis, incluido depois no edificio da Misericordia, tinha a denominação de hospital de Nossa Senhora das Virtudes; o hospicio dos peregrinos era conhecido tambem pelo nome de hospicio dos Palmeiros. Não devemos esquecer o asylo do *Cata que farás*, que mostra, no dizer de um escriptor moderno, «que uma solicitude previdente presidia n'essa epocha ao bem estar da população laboriosa». Citemos ainda o hospital de S. Lazaro, destinado aos leprosos, e um hospicio de soldados invalidos, fundado pelo infante D. Luiz junto do mosteiro de Belem.

Vejamos agora o que o padre Sande nos diz ácerca do hospital de Todos os Santos, tal como era quando elle o viu em 1584.

«A egreja d'este hospital está assente em arcos d'abobada, tão altas e espaçosos, que se sobe para ella por uma escadaria de vinte degraus de muito boa pedra. Este templo, que é d'uma só nave, tem o tecto de madeira da Noruega, todo entalhado, e as paredes revestidas de muitas insignes pinturas, parte das quaes representam os reis de Portugal, e são havidas em tanta conta, que nos dias ordinarios estão cobertas com cortinas, e nos de festa se põem patentes. O altar principal da capella-mór está situado de modo que quasi todos os doentes, pelas tribunas dos tres lados da mesma capella, podem, das suas camas, vêr o sacerdote quando celebra a missa. E não sómente se diz missa todos os dias n'esta egreja, mas ha côro diario, servido por muita clerisia; e nos dias solemnes são os divinos officios acompanhados por musica e muitas vozes e instrumentos. Quanto a galerias ou enfermarias, ha tres muito extensas, as quaes vão todas abo-

[1] Vilhena Barbosa. *Estudos historicos e archeologicos*. T. I, pag. 325 (Porto, 1874).

Digitized by Google

car no altar-mór, como fica dito. Uma d'estas é para os feridos e outros doentes de molestias pertencentes á cirurgia; outra é dos que teem febre, e a terceira das mulheres atacadas do mesmo mal. Além d'estas ha outras duas destinadas aos que padecem molestias contagiosas. No pavimento inferior a estas galerias ha um hospicio vastissimo, a que melhor chamarei albergaria, em que se dá abrigo a todos os pobres indigenas e de fóra. Tem mais um *criandario* ou hospicio de creanças engeitadas e das casualmente abandonadas, que alli são amammentadas por amas pagas. e depois, quando chegam á edade adulta, são entregues a varios mestres ou a mulheres para lhes ensinarem algum officio ou mister. Ha tambem uma casa d'orates ou alienados, como hoje dizemos, para tractar e curar os infelizes que perderam o sizo. Ha demais um domicilio para as pessoas nobres que não podem curar-se em suas casas, as quaes são tractadas pontualissimamente, com a condição, quando são dinheirosas, de compensarem no fim da doença os gastos feitos, para não cercear nimiamente o patrimonio dos pobres. Ainda tem outra enfermaria para as molestias incuraveis, em que os doentes de taes enfermidades são até á morte assistidos de todo o necessario. Finalmente, os frades, e especialmente os reformados de S. Francisco, teem um aposento especial para se tractarem e curarem. É admiravel o modo seguido com os doentes. Ha enfermeiras para as mulheres e enfermeiros para os homens, e cada doente tem o seu cubiculo de tal maneira disposto, que os cadaveres dos fallecidos são occultamente removidos por uma porta falsa, para que os doentes com o medo da morte não desanimem. Quanto aos medicos, cirurgiões e boticarios, são escolhidos entre os melhores da cidade, e pagos a bom dinheiro. Todos os gastos d'esta grandiosa casa sahem das rendas que lhes constituiram os senhores reis D. Manuel e D. João III, e por isso reluz alli em tudo a abundancia, o aceio e o ex-

CAPELLA DE N. S. DA PIEDADE E S. JOÃO DA LOUZÃ

Digitized by Google

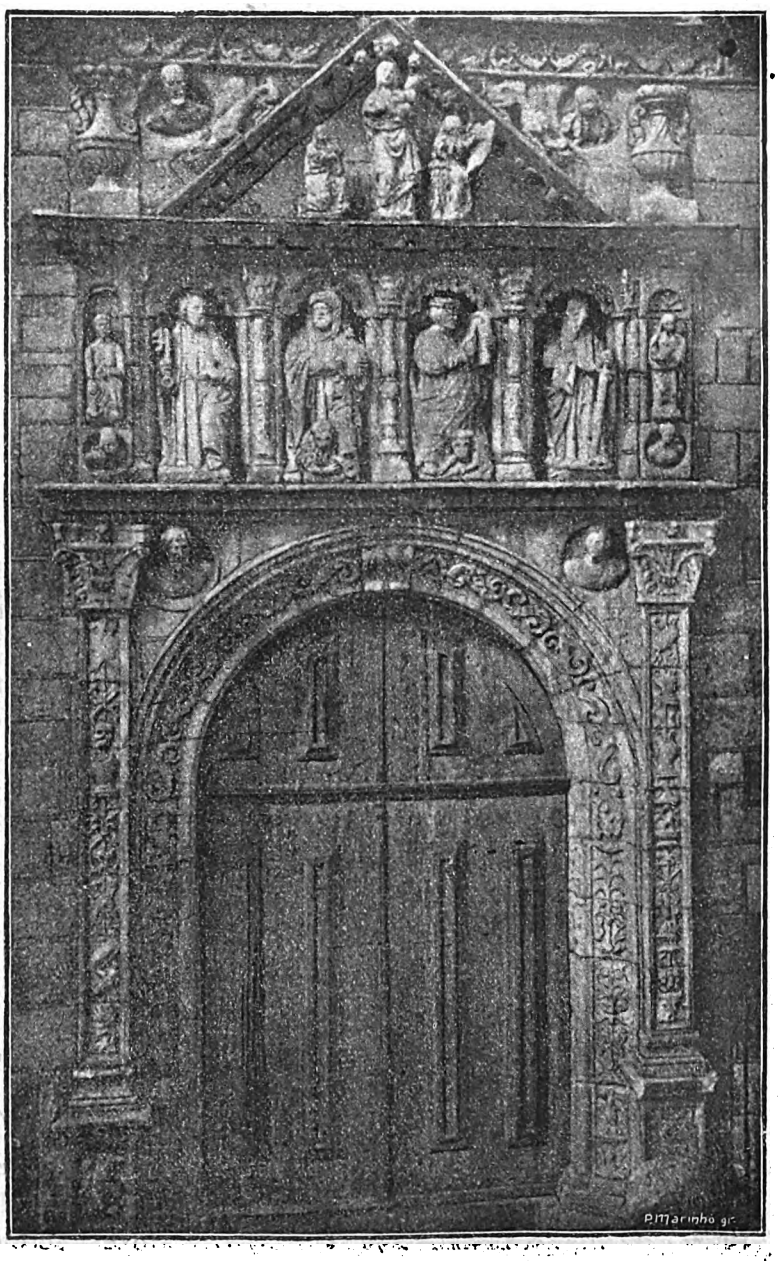
plendor proprio d'uma real instituição.»

Citaremos tambem o que o padre Sande diz da Misericordia, cuja egreja era então, como já advertimos, a actual Conceição Velha.

«Não longe d'aqui *(do Terreiro do Trigo)*, só com o intervallo d'um becco, vê-se a egreja e casa da celebre irmandade chamada da Misericordia, por se occupar com todo o esmero em actos de misericordia e piedade, como são soccorrer com esmolas os pobres, dar remedios aos doentes, enterrar os mortos, remir os captivos, casar donzellas e, finalmente, exercer todas as obras de caridade. Esta irmandade de Lisboa é como que a mãe de todas as outras que ha nas cidades e villas de Portugal, assim como nos seus dominios d'além-mar.

«E sem falar da construcção d'esta egreja e casa, que é uma obra verdadeiramente real, é para notar que os seus cargos são exercidos por homens plebeus e da primeira nobreza; e que, apezar de não ter esta irmandade, nem poder ter nenhuma renda, segundo o seu instituto, junta comtudo tão quantiosas sommas de dinheiro, havidas por testamento e por outros titulos, que todos os annos gasta em soccorrer os pobres, as viuvas, as donzellas e outros necessitados, trinta, quarenta e algumas vezes sessenta mil cruzados.»

Para satisfazermos ás exigencias do titulo d'este capitulo, devemos transcrever a estatistica dos homens d'officio existentes em Lisboa, estatistica, diz com razão F. Denis, que explica a necessidade d'estes estabelecimentos de beneficencia, e o luxo que reinava nas classes privilegiadas:



PORTA LATERAL DA EGREJA DE CAMINHA

Digitized by Google

Medicos	57
Cirurgiões	70
Boticarios	46
Mestres de Grammatica	7
Mestres que ensinam a lêr	34
Escolas publicas d'orgão	13
Escolas publicas de dança	14

Ha além d'isso, nota Rodrigues d'Oliveira, muitos homens que vão ensinar nobreza (quer dizer prendas elegantes) a casas particulares.

Prosigâmos na estatistica:

Aulas publicas d'esgrima	4

Nota egualmente n'este ponto Christovam Rodrigues d'Oliveira que ha muitos gentis-homens que vão ensinar ás casas fidalgas o jogo das armas, e que teem numerosos discipulos.

Banqueiros	6
Negociantes de seda por atacado	28
Negociantes por atacado que se associam para fazerem compras	30
Negociantes de panno com loja aberta	60
Negociantes de objectos varios	458
Negociantes a retalho	620
Tocadores de instrumentos de tecla	20
Cantores	150
Charameleiros	20
Trombeteiros	12
Timbaleiros	8
Pintores	76
Desenhadores	47
Cartographos fazendo cartas maritimas	10
Lapidarios	32
Ourives	430
Imprensas	5
Livreiros	54
Bordadores	10
Retrozeiros	133
Alfaiates	150
Barreteiros vendendo só barretes	15
» vendendo capuzes	14
Adellos	119
« com especialidade dos gibões	24
Colchoeiros	27
Cabelleireiros	6
Fabricantes de botões	20
Cardadores	16
Chapelleiros	206
Tintureiros	39
Armeiros	14
Cutileiros	30
Douradores	39
Barbeiros	150
Taverneiros	200
Sapateiros	114
Negociantes de espelhos	9
Negociantes de crystaes	3
Oculistas	4
Carpinteiros e marceneiros	249
Carpinteiros da Ribeira	200
Calafates	114
Pilotos	177
Perfumadores de luvas	8
Fabricantes de cosmeticos	12
Mestras de leitura	2
Homens cujo officio unico era procurarem nas margens do Tejo o ouro que então alli se encontrava	12

Podiamos levar muito mais adeante a transcripção da estatistica de Christovam Rodrigues de Oliveira, estatistica mandada fazer pelo proprio arcebispo, mas o que temos visto basta já para formarmos uma idéa do caracter da civilização portugueza n'essa epocha, e do luxo e da dissolução que tinham invadido o reino. Não nos admira que na capital de um paiz envolvido sempre em continuadas guerras, houvesse quatorze armeiros e trinta cutileiros; que n'um paiz maritimo houvesse duzentos carpinteiros da Ribeira, cento e dezenove calafates e cento e setenta e sete pilotos; mas que tristes symptomas de um luxo desenfreado e dissoluto não eram esses trinta e nove douradores, esses oito negociantes de espelhos, esses quatro vendedores de crystaes, esses oito perfumadores de luvas, esses doze fabricantes de cosmeticos, e principalmente esses quatrocentos e trinta ourives, ao passo que havia apenas duas mulheres que ensinavam a lêr! «Toda a velha civilização de Lisboa aqui se resume,» escreve com razão Ferdinand Denis. E' verdade que em compensação havia, o que nos esquecemos de mencionar na estatistica, doze escreventes publicos, occupados sempre a transmittirem para as partes mais remotas da Africa, da Asia, da America, da Oceania as mensagens de tantas esposas, de tantas irmãs, de tantas mães, cujos esposos, cujos irmãos, cujos filhos andavam por essas longas terras combatendo com Mouros e Gentios.

Eram tantas as causas da dissolução

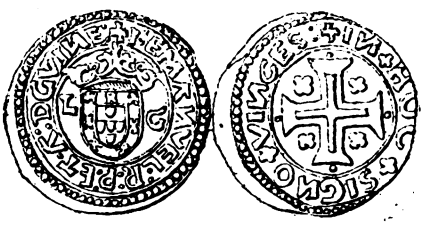
Digitized by Google

em Portugal, que lhes não podia o reino resistir por muito tempo: a Inquisição a desenvolver e a animar o fanatismo, sacrificando-lhe sem cessar victimas humanas; a Companhia de Jesus comprimindo o livre pensamento, esterilizando as intelligencias; o luxo infrene a enervar os soldados, a corromper as almas; a privar o paiz de todos os recursos, a ignorancia a sepultar o povo cada vez em trevas mais densas, eis os venenos que se iam inoculando lentamente no organismo de Portugal, tão glorioso ainda, mas d'ahi a pouco tão misero.

Vejamos, porém, agora qual era em Portugal e em Lisboa especialmente a organisação dos serviços publicos? De certo que se estava ainda muito longe de se comprehender a missão do Estado, mas começava a ter-se emfim das obrigações da administração publica uma confusa idéa, e o governo de D. Manuel, apezar de distrahido pelas questões do Oriente, não ficou atraz dos outros paizes da Europa em organização dos melhoramentos que se iam introduzindo.

Foi por esse tempo que o Estado principiou a encarregar-se em toda a parte do serviço do correio. Em 1516 encarregou o imperador Maximiliano o principe de La Tour et Taxir de organizar os correios entre Bruxellas e Vienna. Em 1520, em carta régia datada de Evora de 6 de novembro d'esse mesmo anno, encarrega D. Manuel da organização d'esse serviço Luiz Homem, cavalleiro de sua casa, que nomeia correio-mór, com todos os privilegios, que nos paizes estrangeiros foram conferidos ás pessoas nomeadas para esse cargo. Tinha Luiz Homem obrigação de residir em Lisboa, e receberia como salario a decima parte dos proventos dos correios nomeados por elle.

«Cumpre-lhe como principal dever de officio, escreve o sr. Guilhermino de Barros, no seu excellente relatorio postal de 1887, resumindo a carta régia de 6 de novembro de 1520, estabelecer os correios que forem necessarios para satisfazer as requisições que porventura lhe sejam feitas, tanto pela auctoridade publica como pelo commercio e particulares que pretendam corresponder-se com qualquer



Real, de D. Manuel

pessoa que resida dentro ou fóra do paiz.

«O preço das viagens e os portes são justados entre os interessados, tendo em attenção o tempo do percurso e os logares a que se dirigem os emissarios postaes.

«Só Luiz Homem póde nomear correios, ficando o contraventor d'esta disposição sujeito á multa de um cruzado; ninguem todavia fica inhibido de mandar por sua conta a qualquer parte as suas correspondencias, sem que por isso o emissario tenha algum caracter official.

«O correio-mór é responsavel pelas nove partes do lucro que pertencem aos seus subordinados, e não menos lhe cumpre dar as providencias convenientes, para que elles sejam agazalhados e encaminhados devidamente[1]».

Como complemento indispensavel do serviço dos correios estabeleciam-se as postas, havendo em cada uma d'ellas os cavallos necessarios para o serviço publico e particular, e devendo estar sempre alli dois homens para o tractamento dos cavallos. Conferiam-se aos mestres das postas importantes privilegios.

[1] *Relatorio postal do anno economico de 1877-1878 precedido de uma memoria historica relativa aos correios portuguezes desde o tempo de D. Manuel até nossos dias*, pag. 2 (Lisboa 1879).

Digitized by Google

Ou por se ter seguido logo depois d'esta nomeação a morte d'el-rei D. Manuel, ou por qualquer outro motivo, é certo que parece ter ficado sem effeito a carta régia de 6 de novembro de 1520, porque D. João III, por carta régia de 2 de agosto de 1525, confere outra vez a Luiz Homem o cargo de correio-mór, e estabelece de novo os regulamentos necessarios, em que ha algumas innovações, como por exemplo a que determina que os correios que veem de Hespanha e do resto da Europa não possam entregar as suas correspondencias sem intervenção do correio-mór, pagando os primeiros dois reaes de prata e os outros um cruzado.

O verdadeiro regulamento do Correio foi porém o que se acha formulado a 13 de janeiro de 1533, pouco depois de ter sido nomeado, por carta de lei expedida de Evora a 22 de dezembro de 1532, correio-mór do reino, em substituição de Luiz Homem, Luiz Affonso.

«Os correios, diz ainda o *Relatorio postal*, deviam exercer o seu officio bem e fielmente, prestar juramento, guardar segredo, pagar ao correio-mór os direitos de apresentação — dois reaes de prata, ou tres vintens de dentro de Hespanha e um cruzado de fóra.

«O estado monopolizava os correios de Lisboa e cinco leguas ao redor.

«Luiz Affonso regulava a seu talante as viagens, e os correios que partiam sem sua licença pagavam da cadeia cem cruzados, metade para o Correio-Mór e outra metade para o accusador.

Qualquer pessoa, não obstante, tinha o direito de mandar por si proprio as correspondencias que lhe pertenciam mas não as alheias[1]».

O Correio-mór recebia a decima parte dos lucros ou portes que os seus subordinados transportavam; era elle quem mandava distribuir as cartas em Lisboa.

Os correios tinham um grande numero de privilegios, eram isentos de serviços municipaes e de muitos tributos, não eram obrigados a dar aposentadoria, nem se consentia que lhes penhorassem as roupas da cama.

O terceiro correio-mór Foi Francisco Coelho, o quarto Manuel de Gouveia, nomeado por el-rei D. Henrique a 10 de setembro de 1579. Esse tinha o honorario fixo de 20$000 réis annuaes.

Se o serviço do correio estava ainda no seculo XVI na sua infancia, os outros serviços publicos pela maior parte estavam ainda por nascer. Da viação publica não se cuidava. A policia achava-se ainda n'um estado completamente rudimentar. Alguns alvarás se promulgavam de longe em longe procurando proteger com disposições muitas vezes inefficazes a vida e a saude dos subditos d'el-rei. No tempo de D. João III promulgaram-se leis severas contra os ciganos, proscrevendo-os de Portugal, condemnando á morte os que se encontravam vagueando em ranchos pelo paiz. Era este o espirito que animava os alvarás de 1526, e de 1538 e de 1557, imitados pelo governo de D. Sebastião em 1569 e pelos Filippes em 1592, alvarás dictados pela necessidade de cohibir essas hordas de verdadeiros bandidos que assollavam as novas provincias. O desenvolvimento da corrupção, aggravada pelo desenvolvimento das doenças syphiliticas, que estragavam a mocidade, levou o governo de D. João III a tomar tambem algumas medidas policiaes contra as meretrizes, obrigando-as a viver em certas ruas, afim de serem mais facilmente fiscalizadas. A isso se referem os alvarás de 8 de junho de 1521, ainda promulgado por el-rei D. Manuel, de 2 de junho de 1570, pertencente ao governo de D. Sebastião. Tambem a propagação da peste inspirou serios cuidados aos nossos gover-

[2] *Relatorio postal*, pag. 5.

Digitized by Google

nos no seculo XVI, e tomaram-se algumas precauções contra o desenvolvimento do contagio. As frequentes pestes que assollavam Lisboa, a accumulação no Tejo de navios de varias procedencias, sendo muitos dos portos inquinados, fizeram com que o governo de D. João III pensasse em tomar algumas providencias para impedir que se propagassem com tanta facilidade como até ahi esses terriveis contagios das pestes.

Em 1537 creou o governo na egreja de S. Sebastião da Padaria, que então estava situada no centro da capital, uma repartição composta de dois provedores, um meirinho, um escrivão e um medico. Esta junta central tinha nas differentes freguezias vinte e nove delegados, e estes é que passavam as guias para os enterros, em presença das certidões de obito passadas pelos facultativos.

Estabeleceu-se tambem então o systema das quarentenas, mas de um modo bastante imperfeito. Havia em Belem um posto de fiscalização sanitaria, onde estavam um provedor, um escrivão, um meirinho e dois guardas, sendo estes encarregados de visitar os navios que entravam. Os capitães d'estes navios apresentavam n'este posto os seus passaportes, e faziam com juramento uma declaração em que diziam d'onde vinham, o tempo que tinham gasto na viagem e os portos em que haviam tocado. Se procediam de sitios inficionados, estavam trinta dias incommunicaveis com a terra tendo a bordo dois guardas. O defeito estava porém em que essa incommunicabilidade nem sempre era rigorosa. O alvará de 3 de dezembro de 1537 castigava com penas severissimas todos os que sahissem dos navios suspeitos sem licença, e todos os que os recebessem em sua casa. Mas a concessão de licenças annullava o rigor das outras medidas.

Foi tambem no tempo de D. João III que se tomaram providencias contra os empiricos e charlatães. O alvará de 4 de novembro de 1545 ordenava que ninguem podesse curar não sendo licenciado em arte e não tendo oito annos de curso, seis de theoria e dois de practica.

O alvará de 20 de março de 1566 modificou estas prescripções; a 7 de julho de 1561 determinou-se que os medicos não podessem fazer os remedios

FR. ANTONIO DOS SANTOS (OU NETTO)

em sua casa, nem receitar com indicação de botica. Aos cirurgiões determinou-se practica de dois annos no hospital de Todos os Santos, o que só se dispensava aos estudantes de Coimbra, de Salamanca e Guadalupe, que ainda assim tinham de fazer exame perante o cirurgião-mor.

O cirurgião-mór e o physico-mór eram as auctoridades medicas superiores do reino. O physico-mór tinha obrigação de visitar as provincias, de determinar de tres em tres annos a taxa dos remedios, de verificar nas casas fiscaes de Lisboa se as drogas estavam corrompidas. O que era curioso era que nos ou-

Digitized by Google

tros portos do reino, essa attribuição competia não a alguns medicos delegados do physico-mór, mas aos corregedores de comarcas.

«Ao cirurgião-mór, diz Rebello da Silva, incumbiam funcções quasi analogas na sua esphera. Devia fazer tambem a visita do reino e cohibir as funcções dos regimentos de saude na parte que lhe respeitava, conservar em livro especial o assentamento de todos os cirurgiões habilitados, livres e de partido, applicando a pena de degredo para fóra da villa e termo aos que curassem illegalmente, e examinar com dois cirurgiões escolhidos por elle os que se propozessem para exercer a arte, uma vez que provassem saber latim e ter practica de quatro annos no hospital da terra. A sua carta de approvação pagava um marco de prata de direitos de chancellaria. Assistido de dois barbeiros peritos, examinava egualmente os sangradores que justificassem dois annos de bom exercicio. Por ultimo era examinador tambem de obstetricia, e passava as licenças ás parteiras, assim como podia expedir aos curandeiros de escrophulas, chagas e feridas simples auctorizações para usarem dos seus balsamos e unguentos particulares. As licenças custavam tres cruzados, e a multa dos sangradores sem titulo dois mil reaes.»

O reinado de D. João III, tão nefasto á prosperidade do paiz, foi tambem, como se vê, aquelle em que principiou entre nós a organização dos serviços publicos. Não é surprehendente o facto, porque seguiamos o movimento que então se manifestava em toda a Europa, e porque emfim ameaçavam tambem com a centralização os encargos do poder central.

Veremos tambem que foi no tempo de D. João III que receberam maior impulso os estudos, mas n'esses fructos magnificos da arvore esplendorosa da Renascença, que em Portugal bracejava como na Italia a sua verdejante ramaria, depositava tambem o rei fanatico o germen corruptor do jesuitismo.

CAPITULO XXXVII

Os embaixadores venezianos em Portugal

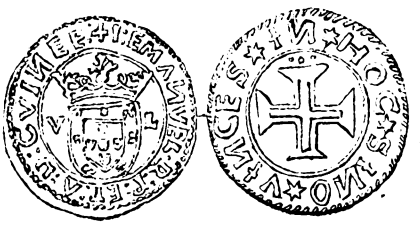
EM 1580, quando Portugal cahiu nas mãos de Philippe II de Hespanha, a republica de Veneza enviou dois embaixadores ao feliz monarcha, para lhe darem os parabens pela nova conquista que fizera. Deixaram os dois embaixadores uma relação da sua viagem, que ainda se acha inedita, mas que Herculano poude vêr e de que no *Panorama* publicou alguns interessantes extractos. Seguindo o exemplo de Ferdinand Denis, transcrevel-os-hemos n'este livro, porque nos dão de Lisboa as mais interessantes noticias, que completam as que já tinhamos obtido com a leitura do Diario do padre Sande.

«Posto que Lisboa, dizem os dois Venezianos, seja tamanha e tão nobre povoação, não tem palacio algum de burguez ou de fidalgo que mereça consideração quanto á materia, e quanto á architectura: apenas são edificios muito grandes. Ornam-n'os porém de tal modo que em verdade ficam magnificos. Costumam forrar os aposentos de ra-

Digitized by Google

sos[1] de damascos, e de finissimos razes, no inverno; e no verão de coiros dourados mui ricos, que se fabricam n'aquella cidade.

«As ruas, bem que largas, são muito incommodas, por subidas e descidas continuas a que obriga a desegualdade do terreno... Por isso usam os moradores andar a cavallo, do que procede vêrem-se n'aquella cidade bellissimos ginetes, que os Portuguezes compram por todo o dinheiro, attendendo á grande estimação em que os têem. Não usam de coches, e quatro ou seis que ahi havia eram de Castelhanos que seguiam a côrte. Quanto ás ruas em geral são más e incommodas para andar, assim a pé como em coche, tanto é facil, deleitosa e bella a rua Nova pelo seu comprimento e largueza, mas sobretudo por ser ornada d'uma infinidade de lojas, cheias de diversas mercadorias para o uso da nobre e real povoação. — Entre ellas ha quatro ou seis que vendem objectos trazidos da India, como porcelanas finissimas de varios feitios, conchas, côcos lavrados de diversos modos, caixinhas guarnecidas de madre-perola, e outras obras similhantes, que d'antes se compravam por moderado preço, mas que ultimamente eram carissimas, por tres respeitos: o da peste que havia assolado a cidade; o do saque dado pelos Castelhanos quando entraram em Lisboa, bem que el-rei houvesse ordenado ao duque d'Alba tal não consentisse aos soldados, e ultimamente pela razão de não terem vindo armadas da India durante dois annos. Na mesma rua Nova ha muitas lojas de livros com infinito numero d'elles, em portuguez, castelhano, latim e italiano. Todos são muito caros e por isso os estudantes, por serem pobres, costumam mais *alugal-os* (como ahi dizem) a tanto por dia, do que compral-os. Não deve esquecer aqui que na praça chamada do Pelourinho-Velho estão de continuo assentados muitos homens com mesas ante si, os quaes se pódem chamar notarios ou copistas sem caracter d'officiaes publicos, e que n'este exercicio ganham a sua subsistencia. Sabida que é a idéa de qualquer freguez que se chega a elles, immediatamente redigem o que se pretende, de modo que ora compõem cartas d'amores de que se faz grande gasto, ora elogios, orações, versos, sermões, epicedios, ou outro qualquer papel, em estylo chão ou pomposo. Junto da rua Nova ha muitas outras ruas, cada uma das quaes tem suas lojas d'uma só especie de mercadorias. Na dos ourives de ouro havia muitas mal abastecidas de pedras preciosas, de perolas, de ambar e de almiscar em consequencia da tardança da frota. A prata em Lisboa é lavrada com delicadeza e variedade, por ser costume, assim entre nobres, como entre plebeus, usarem de pratos e bacias de prata. Ha egualmente ahi lojas cheias de doces e fructas seccas e cobertas, primorosamente preparadas, de que se faz grande trafico, mandando-as para diversas partes do mundo. Vende-se tambem, em uma unica rua, grande quantidade de tellas de toda a sorte, portuguezas, flamengas e italianas; das primeiras são na realidade bellas algumas que chamam *casiquino*, mui finas e alvas, e alguns lenços á mourisca, que são baratos e lindos. N'outra parte, em certa viella, trabalham delicadamente no torno, em que fazem guarda-soes de barba de baleia, obra acabada, e cô-

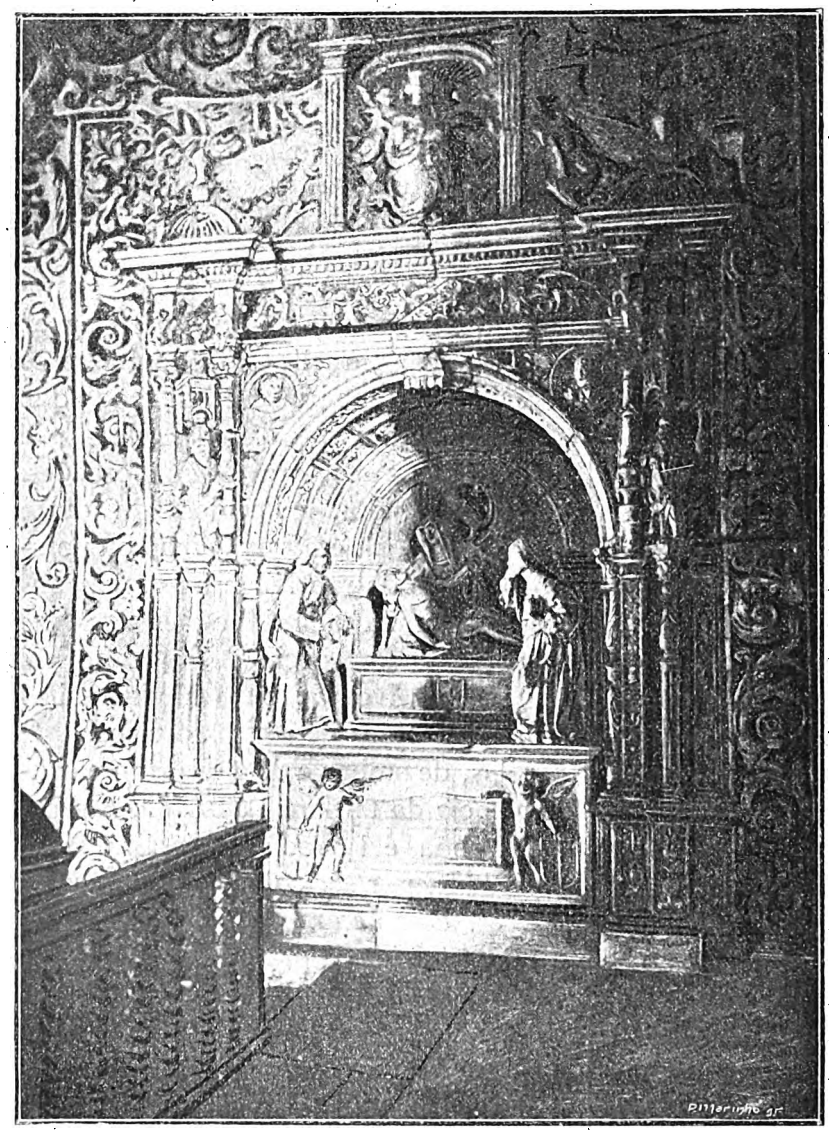


Tostão, de D. Manuel

[1] *Raso*, panno de lã sem felpa.

Digitized by Google

cos lavrados a modo de taças, com embutidos de madeira do Brazil. Vasos de estanho e varios objectos d'este metal se fabricam abundantemente n'outra rua, e se carregam para a India, onde dão grande lucro.



MAUSOLEU, NA EGREJA DE SANTO ANTONIO D'ÓBIDOS, DO FAMILIAR DA CASA DO MARQUEZ DE CASTELLO MELHOR, D. JOÃO DE MELLO

. . . . . .

«Os homens da cidade de Lisboa e de todo o Portugal são de mediana estatura, mais baixos que altos, magros, de côr ferrenha, cabellos e barbas pretos, olhos negrissimos e muito similhantes no exterior aos gregos. O seu trajo, antes da morte do cardeal-rei, era mui mesquinho, em consequencia da pragmatica, que não consentia usassem vestidos de seda; pelo que trajavam um saio de baeta preta, calções de panno escocez, borzeguins de marroquim, chapeu de feltro e capa comprida da mesma baeta. Com a chegada d'el-rei Catholico alteraram o seu antigo trajo, porque, posto que conservaram a capa de baeta, começaram a usar do gibão de raso, bragas e calções de velludo e meias de seda, coisa que nunca tinham calçado, bem como escarpins, dos quaes não era possivel achar um só par antes da entrada d'el-rei, porque todos, sem excepção, calçavam borzeguins. São os Portuguezes mais ambiciosos de louvores, que outra qualquer nação do mundo, affirmando que as suas façanhas são milagrosas. Celebram Lisboa com tal copia de palavras que a fazem egual ás principaes cidades do mundo, e por isso costumam dizer: «Quem não vê Lisboa não vê coisa boa». A gente miuda gosta que lhe dêem o tractamento de *senhor*, manha esta commum a toda a Hespanha. Vivem parcamente, porque a plebe pela maior parte é pobre, e os cavalleiros que se teem em conta de ricos fundam a opinião da sua

Digitized by Google

CASTIGO DO REI DE PENAMACOR

Digitized by Google

riqueza em possuirem uma ou duas aldeias, com trinta ou quarenta visinhos cada uma, no meio de campinas estereis, com vinte ou trinta folhas cultivadas, e tudo o mais inculto, áspero e coberto de pedras, com alguns casebres mesquinhos e mal concertados, como eu o experimentei durante muitas semanas d'aquella viagem.

«Poucas pessoas se dão ahi ás lettras, mas applicam-se muitas ao commercio, genero de vida aborrecido dos nobres, que nem podem ouvir falar em tal; tendo por gente vilissima os mercadores. Exercitam-se apparentemente nas armas, e algum tempo em cavalgar, contentando-se com ter leves principios d'estas duas profissões, sem quererem supportar mui diuturno ensino.

«As mulheres portuguezas são singulares na formosura e proporcionadas no corpo; a côr natural dos seus cabellos é a preta, mas algumas tingem-n'os de côr loura; o seu gesto delicado, os lineamentos graciosos, os olhos pretos e scintillantes, o que lhes accrescenta a belleza; e podêmos affirmar com verdade que em toda a viagem da Peninsula as mulheres que nos pareceram mais formosas foram as de Lisboa, posto que as Castelhanas e outras hespanholas arrebiquem o rosto de branco e encarnado, para tornarem a pelle, que é algum tanto, ou antes mui trigueira, mais branca e rosada, persuadidas de que todas as trigueiras são feias. O trajo feminino em Lisboa é o commum de toda a Hespanha; isto é, o manto grande de lã ou de seda, segundo a qualidade da pessoa. Como lhe cobrem o rosto e o corpo inteiro, vão aonde querem, tão disfarçadas, que nem os proprios maridos as conhecem, vantagem esta que lhes dá maior liberdade do que convem a mulheres bem nascidas e bem morigeradas. As damas nobres costumam ser acompanhadas, pela cidade, de criados bem vestidos, que lhes precedem com passos lentos e socegados, e de donas que as seguem com grandissima gravidade, e não tendo por signal de boa reputação o serem acompanhadas de donzellas.

«O povo miudo vive pobremente, sendo a sua comida diaria sardinhas cozidas, salpicadas, que se vendem com grande abundancia por toda a cidade. Raras vezes compram carne, porque o alimento mais barato é esta casta de peixe, que se pesca em notavel cópia fóra da barra, como se pesca muito outro de todas as qualidades e muito grande, mas em geral menos gostoso do que o das aguas de Veneza, e tão caro que faz espanto aos estrangeiros e custa muito aos naturaes, que passam mal pelo preço excessivo de tudo o que serve para o sustento. Comem os pobres uma especie de pão nada bom, que todavia é barato, feito de trigo do paiz, todo cheio de terra, porque não costumam joeiral-o, mas mandal-o moer aos seus moinhos de vento, tão sujo como o levantaram da eira.

O pão bom e alvo faz-se de trigo de fóra, que trazem de França, Flandres e Allemanha os navios d'estas nações que vém a Lisboa buscar sal e especiarias.

Este, na verdade, não é joeirado, mas as mulheres pobres o escolhem, assentadas á porta da rua, com paciencia fleugmatica mais propria d'Allemãs do que de Portuguezas.

Estas mulheres teem licença para fabricar o pão e vendel-o pela cidade onde e como lhes apraz. O trigo vale a 280 réis o alqueire. Nutre-se tambem a gente pobre de fructa, que abunda muito e é baratissima.

«O vinho commum é pouco bom, por não dizer mau, porque não querem ter o incommodo de o fazer bom. Vale geralmente a 24 réis a canada. Os vinhos finos são excessivamente caros; os srs. embaixadores tiveram de pagar o branco

Digitized by Google

para o consumo ordinario da sua mesa a sessenta escudos a pipa.

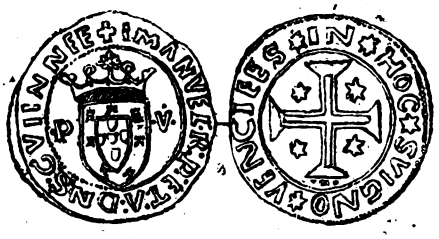
«Quanto ás victualhas não é em Lisboa que se hão de buscar coisas muito exquisitas. Até a vitella é rara, porque não costumam matar estes animaes, guardando-os para crescerem e servirem nos trabalhos do campo, ou de abastecimento da cidade, sendo, além d'isso, ahi a comida ordinaria o capado, que é excellente.

. . . . . .

«No tempo d'el-rei D. Sebastião as rendas reaes consistiam nos direitos das alfandegas de Lisboa e de todo o reino, assim sêccas como molhadas. D'umas coisas pagava-se o quinto, d'outras a décima, e do peixe em muitas partes mais de metade. Havia tambem rendas em cereaes, vinho e outros generos; as rendas dos mestrados, a que pertenciam as ilhas de S. Thomé, Terceira, Cabo Verde, Madeira e Principe, as da Mina, que pertenciam á ordem de Christo.

«As especiarias e outras fazendas que vinham annualmente da India e do Brazil produziam tambem avultado rendimento.

«Apezar, porém, d'este ser tamanho, nada vinha a entrar no thesouro, porque tudo se despendia em armadas e mais coisas necessarias para a conservação d'aquelles Estados, e afóra isso se distribuia em salarios de officiaes e ministros da justiça no continente; em mercês vitalicias, que chamam tenças, aos benemeritos da corôa, aos fidalgos e mais pessoas que serviam assim no reino como na Africa e India; em juros perpetuos, que os reis vendiam, estabelecidos nos direitos reaes; em despezas com a gente e petrechos necessarios para a defensão das praças d'Africa; em cinco galés constantemente armadas, e no armar dos navios redondos, que todos os annos sahiam juntos, assim para comboiar as frotas que iam e vinham dos portos com que Portugal negociava, como para mandar ao Brazil, á Guiné, á Mina, a S. Thomé; e finalmente em moradias, gastos da côrte e casa real, paga de criados, es-



Tostão, de D. Manuel

molas, presentes, embaixadas, dotes ás filhas dos criados, e conservação das fortalezas de Lisboa e do reino[1].»

Eis a impressão que produzia em dois viajantes venezianos, nos fins do seculo XVI, o aspecto de Lisboa, já comtudo tão decahida da sua grandeza anterior.

Comtudo, se já na sua fronte humilhada estampára a mão de ferro do despota hespanhol o sêllo infamante da escravidão, ainda a podiamos dizer uma escrava opulenta, de cujas riquezas estranho senhor se aproveita.

Não tardaria, porém, que a opulencia fugisse como fugira a liberdade. Os navios hollandezes já começavam a procurar affoitos nas solidões do Oceano o rasto da espuma das nossas quilhas; já deante das nossas possessões ultramarinas começava a tremular, desafiando-nos, o pendão d'esses republicanos do norte; e Lisboa, a risonha Lisboa, o Emporio do Oriente, veria fugir-lhe do limpido Tejo a turba dos navios mercantes, que iriam demandar os canaes lodosos dà triste Amsterdam.

---

1 *Archeologia Portugueza, Viagem de Tron e Lippomani, Panorama*, vol. 7, pag. 82 e 98.

Digitized by Google

CAPITULO XXXVIII

A sociedade e familia portugueza no seculo XVI

Já mostrámos a impressão produzida em dois estrangeiros, pela Lisboa já decahida, mas ainda opulenta de 1580. Guiados agora por escriptores portuguezes, vejâmos o que era a vida portugueza e principalmente a vida lisbonense em pleno seculo XVI.

Em Portugal havia realmente enorme riqueza, e essa riqueza trasbordava desde o tempo de D. Manuel n'um luxo desenfreado; mas o luxo portuguez não era como o italiano um luxo essencialmente artistico, e por isso os vestigios d'essa magnificencia, que ainda sobrevivem, jázem na obscuridade, e é preciso um acontecimento excepcionalissimo, como foi a Exposição da arte ornamental em Lisboa em 1882, para se conhecer e se apreciar o que eram ainda essas reliquias das pompas portuguezas do nosso grande seculo.

Mas a Renascença portugueza, se foi tão brilhante como a italiana, seguiu comtudo um rumo diverso. Aquella procurava sobretudo resuscitar os primores da arte antiga, esta procurava acima de tudo juntar os productos maravilhosos da industria e da arte oriental. Por isso, emquanto na Italia as grandes mezas estavam carregadas de objectos de prata lavrados por cinzeladores como Benevenuto Cellini, educado no estudo e na admiração dos mais puros modelos da arte antiga, as mezas em Portugal carregavam-se com as magnificas e custosas louças da China e do Japão, de que ainda sobrevivem tantos especimens, apezar da devastação que levaram todas essas riquezas no seio das familias que as possuiam, e que foram quasi todas cahindo em decadencia.

Entremos com o visconde Julio de Castilho n'uma casa fidalga portugueza do seculo XVI. Não encontraremos nem as bellezas architectonicas dos palacios de Genova e Veneza, nem as collecções magnificas de quadros e de estatuas que opulentavam as residencias dos cardeaes romanos e dos mercadores florentinos, mas encontramos ás vezes, segundo o testemunho de Jorge Braunio, os tectos de cupula, as portas e paredes de magnificas madeiras do Oriente, marchetada e dourada, encontramos esplendidos azulejos, que sempre em Portugal se fabricaram com grande mestria. Encontrámos entre a mobilia os bofetes de carvalho, os cofres axaroados, as albarracas de louça da China, os catres e os leitos riquissimos, as secretarias doiradas e axaroadas que da China tambem nos vinham, as mezas de coiro preto, que se faziam na India e que eram encantadoras, e finalmente os objectos de prata macissa, bem portugueza, bem de lei, as baixellas riquissimas da India e da China, as facas de prata com os seus cabos de crystal guarnecidos de ouro, e a louça mais pobre, mas portugueza e já então apreciada pela frescura em que conservava a agua, a louça de Extremoz e de Montemór-o-Velho. As paredes eram forradas de ricas tapeçarias que vinham de Arras, ou tambem do Oriente, ou que em Portugal tambem se fabricavam.

Nas casas assim custosamente adornadas reuniam-se á noite para seroar as familias, que se entretinham, as senhoras fiando nas suas rocas de roda, ouvindo

Digitized by Google

ler algumas novellas de cavallaria ou algum livro de devoção, os homens, como hoje, entretendo-se com jogos de cartas. Nos serões celebres do Paço, principalmente no tempo de D. Manuel, eram mais altos os entretenimentos. Ouviam-se ás vezes os autos de Gil Vicente, entregavam-se as damas e os fidalgos lettrados a jogos de espirito, em que era necessario mostrar engenho prompto e agudo, como no das doze cartas de louvor e das doze cartas de deslouvor, que levava cada uma d'ellas a sua copla escripta, como no das perguntas e respostas.

Outras vezes as noites e os dias eram occupados com as festas de Egreja, entretenimento predilecto d'esse tempo. Finalmente, observa o sr. Delphim de Almeida, escriptor portuguez de um elevado saber e de talento superior, que no seculo XVI a Egreja occupou na educação publica o logar que hoje occupa o theatro. «Hoje, por exemplo, diz elle, exercem grande influencia os espectaculos scenicos, emquanto que no seculo XVI occupavam o primeiro logar as festas religiosas e o pulpito. Não admira, portanto, que n'esse tempo fosse poderosissima a influencia do clero, e eminentemente religiosa a tendencia de toda a educação, tanto particular como publica. Temos d'isto um exemplo notavel nas manifestações da arte, a qual, sendo uma força educadora, é ao mesmo tempo uma resultante da educação. No seculo XVI vão a Roma os estrangeiros para ouvir na Egreja de S. Pedro a musica de Palestrina, no seculo XIX agglomera-se a multidão ás portas do theatro, para ouvir as obras primas de Gounod e Meyerbeer; n'aquelle tempo eram os agiologios a mais copiosa fonte de inspiração para os pintores, hoje são as scenas da vida commum; no seculo XVI lançavam-se os alicerces do Escurial, hoje levanta-se, em poucos mezes, cheio de maravilhas, o edificio da Opera[1].»

CHRISTOVAM DA SILVEIRA, ARCEBISPO DAS INDIAS ORIENTAES

As festas religiosas occupavam effectivamente na vida elegante do seculo XVI o logar que representa na vida elegante moderna o theatro de S. Carlos. Musicos notabilissimos enlevavam o au-

[1] Delphim de Almeida *Reinado do Cardeal D. Henrique e dominação dos Philippes*, no t. IV da *Historia de Portugal*, Empreza Litteraria, pag. 155 (Lisboa sem data).

Digitized by Google

ditorio na melodia das suas vozes e dos seus instrumentos a entoarem os canticos sagrados. As prédicas e os autos de devoção, que se representavam muitas vezes nos adros das egrejas, as procissões cheias de danças e de allegorias, espectaculosas, variadas, pittorescas, tudo servia de recreio para o espirito e para os olhos dos Lisbonenses.

Havia tambem os serões de danças em que as damas e os cavalheiros se entregavam ás delicias das danças mouriscas e dos turdiões, e tanta era a paixão por esse divertimento que havia em Lisboa um grande numero de mestres de dança. Seria esse enthusiasmo comtudo já um symptoma de decadencia. No principio do seculo XVI os divertimentos predilectos dos homens eram os jogos de equitação, de força e de destreza, o jogo das cannas, da argolinha, da pella. No Rocio, que era uma das duas praças da moda, se entregavam muitas vezes a esses divertimentos, quando não passeiavam simplesmente n'essa praça irregular, mas vastissima, limitada a leste pelos dormitorios do convento de S. Domingos e o hospital de Todos os Santos, ao norte pelo paço da Inquisição e pelo palacio antigo dos condes de Barcellos, a oeste por um grande numero de casas particulares e pelas escadinhas que iam ter aos adros da Trindade e do Carmo, ao sul pelas boccas das tortuosas ruas que colleavam no espaço hoje occupado pelos quarteirões da baixa; n'essa praça pois, passeiavam, ás tardes, os jovens fidalgos da côrte, emquanto nas suas liteiras e nas suas andas circulavam tambem as senhoras. Ainda não havia carruagens. Só entraram em Portugal com Philippe II de Hespanha[1].

Mas nos exercicios do jogo de pella e das cannas, que tinham por theatro habitual o Rocio, nas touradas que se faziam no Terreiro do Paço, onde D. Manuel quiz tambem uma vez ter o espectaculo da lucta de um elephante com um rhinoceronte[1], nas corridas de cavallos feitas habitualmente no sitio, que ainda até ha pouco tempo conservava officialmente o nome, que ainda hoje permanece no tracto usual, de Carreira de cavallos, nas caças e montarias, e nas justas e torneios tambem gastavam os heroes da India e da Africa o seu tempo. Veiu depois a degeneração, vieram os costumes estrangeiros, os fatos á wallona, á franceza, começaram os moços a occupar-se mais de dança que de equitação, a desprezar os exercicios musculares que desenvolvem a força, e a entregar-se a costumes effeminados, a affectar fraquezas, languidez, cansaço, a fingir que mal podiam andar sem se ampararem a um servo[2], e tambem a desdenhar a equitação, e a montar em pacificos machos, coisa de que muito se queixa Duarte Nunes de Leão. «Agora está isto esquecido, diz elle, e fidalgos mancebos e gentishomens em toda a Hespanha, vestidos á marquezota e á franceza, não se pejam de andarem passeiando antê as damas em machos, por o que em outro tempo poderam levar muitas apupadas[3]».

O gosto do estrangeirismo, de que se queixa de relance Duarte Nunes de Leão, não se manifestava só nos trajes, tambem na louça, na mobilia, começando a penetrar em Portugal innumeras obras estrangeiras, de que ainda restam entre nós vestigios importantes, como se viu na Exposição ornamental, e se póde ver pelo seu catalogo illustrado[4].

---

[1] Vilhena Barbosa *Estudos historicos e archeologicos*, *T. II*, pag. 45 (Porto, 1875).

[1] Aproveitou o sr. Alberto Pimentel este caso para um episodio do seu romance *Conflicto na côrte*.

[2] Castilho desenhou admiravelmente o typo d'estes fidalguinhos no *Real* do seu drama *Camões*.

[3] Duarte Nunes de Leão *Descripção do reino de Portugal*, fol. 54.

[4] São dois volumes, um de texto, outro de estampas, publicados em 1882.

Digitized by Google

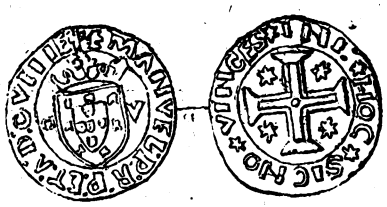
Esta decadencia dos costumes era inevitavel e fatal, ainda que não actuassem no espirito portuguez, como actuavam, tantas causas deprimentes. Succedia entre nós exactamente o que succedera em Roma no tempo em que chegára ao apogeu a riqueza da poderosa nação. A praga dos escravos invadira-nos, juntamente com a praga dos famulos, uma especie dos antigos clientes romanos, que cercavam a toda a hora e em toda a parte o patrono, costumando-o a elle á indolencia, e a si proprios a uma ociosidade disfarçada em futeis pretextos. Nicolau Cleynarts, o famoso escriptor belga, que veiu a Portugal chamado por D. João III, escreveu a nosso respeito umas cartas, que podem não ser lisongeiras, mas em que tudo respira verdade.

«Os captivos, diz elle, pullulam por todos os lados. O serviço é feito por negros e mouros. Ha em Lisboa tal abundancia d'esta mercadoria, que se julga que excede em quantidade aos portuguezes livres. Difficilmente se encontrará uma casa sem criada d'esta qualidade. Ella é quem vae comprar, quem lava a roupa, limpa os aposentos, acarreta a agua e faz os despejos, em uma palavra, é escrava e só na figura se distingue de uma besta de carga. Ha pessoas que não colhem pequeno lucro da venda dos captivos moços, creando-os como pombos para os levar ao mercado... Para dizer as coisas de uma vez, em toda a Hespanha Venus parece-me que merece o nome de Publica, do mesmo modo que na antiga Thebas, e principalmente em Portugal, onde se reputa com raridade ver um mancebo contrahir ligação legitima.

«Se quizesse condescender com os usos da terra, sustentaria uma mula e quatro lacaios. Mas como seria? Jejuando em casa, emquanto brilhava fóra, devendo com magua mais do que poderia pagar. Isto bastaria para fazer de mim um perfeito cortezão.

. . . . . .

«Ha muitos que não são mais ricos do que eu, e que andam acompanhados de oito criados, que sustentam, não direi com abundancia mas com fome, e



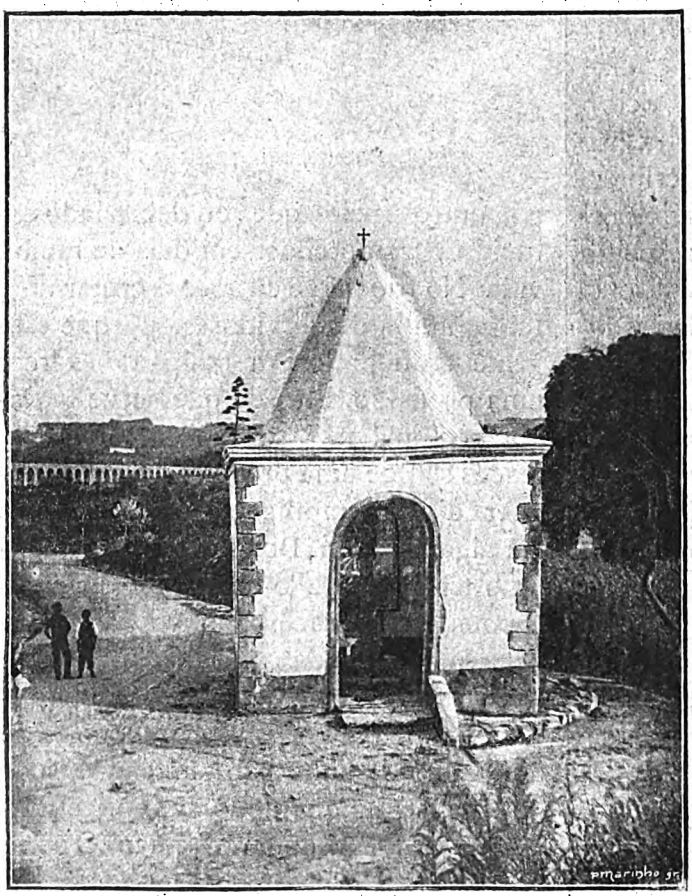
Tostão, de D. Manuel

por outros meios que sou demasiado estupido para aprender em dias de minha vida. No frio não é custoso recrutar uma turba inutil de servidores, porque esta gente tudo prefere á fadiga de exercer uma profissão. Mas de que serve tamanho sequito! não se explica. Se os velhacos são de uma preguiça formal, qualquer d'elles emprega-se em fingir que faz alguma coisa. Dois caminham adiante, o terceiro traz o chapéu, o quarto o capote, se por acaso chove, o quinto pega na redea da cavalgadura, o sexto apodera-se dos sapatos de seda, e septimo de uma escova, o oitavo mune-se de um panno de linho para limpar o suor do cavallo, emquanto o amo ouve musica ou conversa com um amigo. O nono offerecer-vos-ha um pente para alisar os cabellos, se precisardes de cumprimentar alguma pessoa importante. Nada affirmo que não visse com os meus proprios olhos. Com similhantes costumes cuidaes que alguem, filho de paes livres, se resolva a dedicar-se a qualquer trabalho? Ainda que eu me decidisse a gastar metade do meu rendimento, não encontrava um criado livre, nem um criado que verdadeiramente o quizesse ser[1].»

[1] *Epistolas* de Clenard transcriptas em parte no livro do barão de Reiffenberg *Relações antigas entre a Belgica e Portugal*. A obra de Clénard, de que

Digitized by Google

Esta grande quantidade de escravos mouros ou negros, que faziam todo o trabalho, é que deu origem a locuções ainda hoje existentes na nossa lingua, como são... *Trabalhar como uma negra, trabalhar como um mouro, mourejar;* esta praga do parasitismo e da indolencia haviam de dar forçosamente, como deram, os funestissimos resultados a que fomos conduzidos em 1580. Estava tudo em Portugal enervado e amollecido e fraco. Sessenta annos antes, se el-rei D. Manuel quizesse passar em pessoa a Africa, não levaria dezoito mil homens, em grande parte estrangeiros, como os levou D. Sebastião, levaria trinta ou quarenta mil. Em 1578, porém, estava tudo corrompido, effeminado e gasto. Se havia ainda fidalgos bastantes para constituirem esse heroico esquadrão de aventureiros que tão brilhantemente se portou em Alcacer-Kibir, porque ainda na India e na Africa havia boas escholas de guerreiros, bastou a perda da batalha para que ficasse exhausta a nobreza, como bastou o desbarato de quatro terços para que ficasse Portugal arrazado. Isto revelava uma grande degeneração e uma grande fraqueza. A indolencia e o parasitismo produziam forçosamente esses resultados. E a indolencia provinha tambem de se confiar todo o trabalho aos escravos[1]. Sempre que isto se faz, impede-se o trabalho aos homens livres, porque se torna um signal de servidão offensivo para a dignidade humana. Aos habitos de indolencia seguem-se naturalmente os habitos de fraqueza. Quando em Roma o parasitismo se introduziu com todas as suas terriveis consequencias, quando o cidadão romano principiou a achar que o trabalho era deshonra, principiou tambem a julgar nimiamente pesado o serviço das armas. Os escravos faziam to-



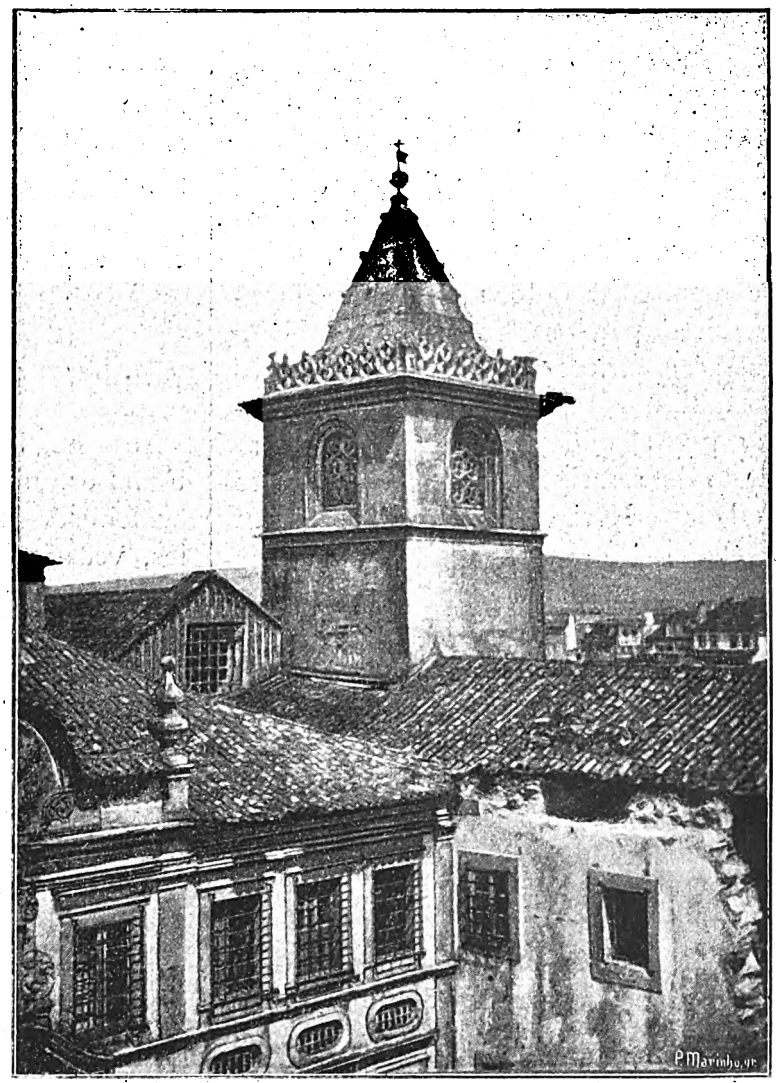
MEMORIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE
Levantada por D. Affonso Henriques, pela acção heroica da tomada do Castello de Vide, em Obidos, em 10 de janeiro de 1148

existe um exemplar na bibliotheca de Lisboa, intitula-se *Nicolai Clenardi epistolarum libri duo.* Os titulos das obras de Nicolau Clenard podem ver-se no livro do sr. Bernardes Branco, *Portugal e os estrangeiros*, t. I, pag. 261 (Lisboa, 1877).

[1] Devemos dizer comtudo que os escravos em Portugal não eram tractados do modo aviltante e despresador que sempre se usou com elles em paizes que mais se gloriam da sua civilização. «Em Portugal, escreve um distincto contemporaneo e patricio nosso, nunca se prohibiu o casamento entre individuos das raças branca e preta, nem que os negros usassem os nomes dos europeus, ou se confundissem com estes nos acompanhamentos dos funeraes, nas festividades da egreja e nas procissões. Nunca em tempos de fome se ordenou aos padeiros,

Digitized by Google

do o trabalho em Roma, e os estrangeiros enchiam as legiões. D'ahi resultou que dentro em pouco tempo viu-se Roma escrava dos seus escravos e dos legionarios estrangeiros. Eram os legionarios que faziam os imperadores, eram os escravos ou libertos que dominavam os imperadores, de quem eram ministros e favoritos, e Roma tambem por conseguinte. O destino de Portugal assimilhou-se ao destino de Roma. Pequeno como ella, extendeu o seu dominio ás mais remotas regiões, avassallou como ella povos innumeraveis, levou as suas legiões ás mais longinquas praias, encheu o mundo com o seu nome e com a sua gloria, cahiu corroído pelos mesmos vicios, anniquilado pelas mesmas causas dissolventes. Perderam-n'o tambem as grandes riquezas adquiridas sem trabalho, a corrupção e a indolencia que ellas geram, a molleza que de tudo isto resulta. Roma e Portugal mostraram bem que ha uma unica base solida da grandeza e da prosperidade das nações: é o trabalho, o trabalho que enrija os corpos e que nobilita as almas, o trabalho d'onde nasce a coragem, o trabalho que é o elemento mais serio da dignidade humana.



VIANNA DO CASTELLO — TORRE DO CONVENTO DE SANT'ANNA

sob pena de multa, que não vendessem pão aos homens de côr, embora livres». Antonio Pedro de Carvalho, *As origens da escravidão moderna em Portugal*, pag. 48 (Lisboa 1877). Todas estas coisas que em Portugal se não faziam faziam-se nas colonias francezas como se póde vêr em Schœleh *Des colonies françaises*.

Digitized by Google

CAPITULO XXXIX

Commercio, agricultura e industria de Portugal

ntes d'assistirmos ao espectaculo desanimador da nossa decadencia, vejamos quaes eram os elementos da riqueza de Lisboa e de Portugal no seculo XVI, qual o seu commercio, e para isso recorreremos, ainda não só á curiosa viagem de Tron e Lippomani, mas tambem ás indicações dadas por Damião de Goes no seu livro latino da descripção de Lisboa, ao livro de Duarte Nunes de Leão *Descripção de Portugal*.

A respeito do commercio de Lisboa dão-nos algumas indicações curiosas os dois venezianos. «O commercio da praça de Lisboa, dizem elles, é muito consideravel pela correspondencia que tem ordinariamente com todas as outras da Europa e do Novo Mundo, de modo que as permutações são importantissimas, e os negociantes possuem grossos cabedaes, porque só nas especiarias e drogas que vêm a Lisboa, depois que expirou pelos annos de 1504 o commercio da Syria e da Alexandria, ganham rios de dinheiro, que perdem os nossos Venezianos, pois eram elles que, fazendo trazer estas preciosas mercadorias pelo mar Roxo e Beyruth a Alexandria, d'alli as transportavam a Veneza nas galés de alto bordo. Bem como costumam partir de Sevilha todos os annos armadas para ir ás Indias Occidentaes, pertencentes á corôa de Castella, assim costumava el-rei D. Sebastião mandar ordinariamente uma frota de Lisboa ás Indias Orientaes. No anno em que este rei morreu, partiu no mez de março para Malaca, segundo me contaram, uma nau de mil e quatrocentas tonelladas, e um mez depois mais cinco do mesmo porto para Gôa. Era este numero de vasos que ia annualmente e aquella a marcação da partida. Essas naus levavam carga de el-rei e dos particulares. Por conta d'estes ia vinho, azeite, pannos finos de varias côres de Inglaterra, Flandres e Castella, barretes finos e ordinarios de Toledo, escarlatas de Veneza e de Valencia, vasos de Florença, sarjas de lã de Flandres, marlotas de Constantinopla, acolchoados e calças de seda de Nopoles, velludos de Genova, damascos da Suecia, tafetás e calças de seda de Toledo, sarjas de seda e luvas de Valencia. Por conta de el-rei carregavam-se coraes em bruto e lapidados, azougue, einabre, arame, espelhos e diversos vidros de Veneza, mercadorias que ninguem podia enviar sem expressa licença d'elle. O que porém, principalmente, se exportava era uma grandissima porção de prata em reales castelhanos, negocio em que se ganhavam trinta por cento, e affirmam-me que os contractadores das especiarias e varios outros negociantes mandaram nas cinco ultimas naus para Gôa um milhão e trezentos mil ducados. Este tracto havia crescido a tal ponto que era de maior lucro ainda do que a volta.

«A carga para Lisboa consistia principalmente em pimenta a granel, que devia subir, por contracto, pelo menos a trinta mil quintaes, e que se dividia metade para el-rei, que não entrava n'este negocio com somma alguma, e a outra metade para os contractadores, que tinham o exclusivo da pimenta; o quinhão d'el-rei compravam-n'o ordinariamente os mesmos contractadores a 32 ducados;

Digitized by Google

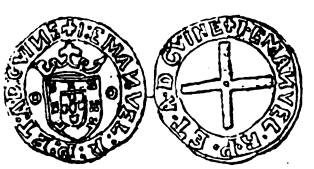
aos particulares era licito mercadejar em qualquer outra especiaria pagando os direitos [1].»

Ainda elles referem n'esta sua curiosissima relação que de Sofala vinham todos os annos para Lisboa cento e setenta barras de ouro, valendo cada barra para cima de trezentos ducados, de Sofala tambem e de Guiné grande quantidade de marfim, da China sedas, do Brazil madeiras e algodões, da Persia tapetes, e de todo o Oriente emfim ebano e louça transparente de porcellana, borax, camphora, laca, aloés, tamarindos, cera, almiscar, ambar, algalia, benjoim, perolas, rubins e diamantes, e outras pedras preciosas, mercadorias que outr'ora affluiam a Alexandria, e que alimentavam agora quasi exclusivamente o commercio de Lisboa.

Damião de Goes, que escrevia entre 1541 e 1542, pouco mais nos diz ácerca do immenso commercio de Lisboa. Emquanto aos objectos importados d'Africa menciona tambem o ébano da costa da Malagueta *(Mala getulica)*, coiros de boi e marroquins, esteiras tecidas de folhas de palmeiras, pimenta e arroz. Nos objectos importados da Asia menciona, além dos que os Venezianos indicam, o gengibre, a noz muscada, o cinnamomo, cravo, rhuibarbo, sandalo vermelho e branco, etc.

Damião de Goes declara que a importancia annual do trafico dos escravos andava por quarenta mil ducados.

Duarte Nunes de Leão consagra o capitulo XXXVI da sua interessantissima *Descripção de Portugal* á enumeração das fazendas que importavamos do Oriente e que exportavamos depois para o resto da Europa. Ahi especializa elle as especiarias com as suas infinitas variedades, as pedras preciosas e as perolas, os cheiros, como o ambar, o almiscar, o benjoim, a algalia, o storaque, o incenso, a camphora, o nardo, o sandalo, e o pau de aguila, e o calambuco [1], e o cedro, e o ebano, e o mangue, e o aloés, e o pau brazil, e além d'isso as alcatifas da Persia e as colchas lavradas de Bengala, e os assucares, e as fructas até então desconhecidas na Euorpa, como os ananazes e os cocos, e as conservas da ilha da Madeira, que Duarte Nunes de Leão, assevera que eram as mais perfeitas de todas, e as sedas e porcelanas, e as tinturas de laca, pastel e anil de China, e os leitos, cattes, mesa e secretarias, e os cobertores de seda bordados a ouro, e finalmente os macacos e papagaios e outros animaes curiosos [2].



Indio, de D. Manuel

Um escriptor moderno, o sr. Antonio de Oliveira Marreca, estudou este assumpto do commercio de Portugal no seculo XVI com a sua proficiencia de economista, e expoz a esse respeito algumas idéas, a que nos vamos referir, transcrevendo em primeiro logar um trecho do seu notavel artigo:

«João de Barros, diz o sr. Marreca, define assim os tres modos de commercio que tinhamos com a India: o primeiro é, quando se faz nas terras e senhorios... que houvemos por conquista, contractarmos com os povos da terra, como vassallo com vassallo de um senhor,

[1] *Archeolog a portugueza. Viagem de Tron e Lippomani—Panorama*, vol. 7.°, pag. 82.

[1] Os leitores de Victor Hugo hão-de lembrar-se de que no *Ruy Blas* a rainha de Hespanha manda D. Guritan levar a seu pae *une boite en bois de calambour*. Bulhão Pato, na admiravel traducção que fez d'essa peça, suppondo talvez que não seria facil encontrar em portuguez uma palavra correspondente, torneou a difficuldade traduzindo simplesmente *esta boceta. (Ruy Blas*, pag. 115, Lisboa, 1881). Pois o *bois de calambour* era simplesmente *madeira de calambuco.*

[2] *Descripção*, etc.. cap. *De muitas coisas ricas que n'este reino ha, que com razão se podem chamar suas*, fol. 69.

Digitized by Google

cujos direitos das entradas e sahidas são da corôa d'este reino, o segundo modo é termos contractos perpetuos com os reis e senhores de terras, de a certo preço nos darem suas mercadorias e receberem as nossas, assim como está assentado com os reis de Cananor, de Cochim, de Coulão e Ceylão, os quaes são senhores da flor de toda a especiaria que ha na India. E porém este modo de contractar é sómente ácerca das especiarias que elles dão aos officiaes d'el-rei que alli residem com as suas feitorias por causa das naus que vêm a este reino, e todavia outras coisas que não são especiarias, essas taes são livres e communs para todo o Portuguez e natural da terra poder tractar, o preço das quaes coisas está na vontade dos contrahentes, sem ser atado nem taxado a uma justa valia. O terceiro modo é navegarem as nossas naus e navios por todas aquellas partes, conformando-nos com o uso da terra, contrahirmos com os naturaes d'ella commutação de uma coisa por outra, ao seu preço e ao nosso.»

D'estes tres modos, ao primeiro e ao terceiro podemos chamar livre commercio, porque mais ou menos era, visto que o preço das coisas não dependia de regulamentos, mas da vontade e estimação dos commutantes. Ao segundo havemos de chamar commercio de monopolio, porque, em vez de receber a lei do mercado, o sujeitava a uma taxa ou lei anterior. Consistindo este nas especiarias, ingrediente essencial de todo o nosso trafico das colonias, pode-se asseverar, sem grande escrupulo, que o que faziamos na India era escravo. Que artigos permutava? O cravo das Molucas, a noz e massa de Banda, a pimenta e o gengibre de Malabar, a canella de Ceylão, o ambar das Maldivas, o sandalo de Timor, o benjoim de Achem, as tecas e coiramas de Cochim, o anil de Cambaya, o pau de Solor, os cavallos da Arabia, as alcatifas da Persia, as sedas, damascos, almiscares, lavores e porcelanas da China, os estofos de Bengala, as perolas de Kalcka, os diamantes de Narsinga, os rubins de Pegu, o ouro de Sumatra e Lequeo e a prata do Japão. Que freguezes tinha? Toda a Europa. Reis, principes, potentados e seus vassallos, banqueiros, fabricantes e commerciantes de grosso tracto, ricos homens, infanções e toda a aristocracia d'esses tempos, dignidades ecclesiasticas, principaes das villas e cidades livres, cabeças das corporações poderosas e mulheres da casta nobre e das classes ricas procuravam com avidez as producções asiaticas. Era uma mania universal, de que a pobreza ou a grosseria isentava apenas o maltrapilho, o peão e o fidalgo campesino. Veneza, a rica, a rainha dos mares, a monopolista dos mercados, a burgueza orgulhosa do Adriatico, a banqueira das nações, a cidade magnifica que erguia palacios e templos de marmore, emquanto o resto da Europa se povoava de choças e de castellos feudaes, devia em grande parte o seu predominio aos productos da Asia. Que systema economico e commercial era o seu? Inteiramente differente do nosso no ponto mais importante. Veneza, estado livre, mesmo na épocha em que, abraçando o regimen exclusivo, murava o seu commercio, como a mais regular cidadella, de privilegios e protecções, permittia ao ultimo dos seus cidadãos o exercicio mercantil sem nenhuma reserva nem restricção, que essas eram sómente contra estrangeiros, e nós, ao contrario, na transição que então faziamos de governo mixto para fórmas que quasi entravam pela raia da monarchia absoluta, tinhamos encorporado na corôa a propriedade e senhorio do commercio em detrimento do povo e dos direitos e interesses nacionaes. Não se esquecia Veneza da industria e da riqueza fabril, emquanto o pavilhão de D. Maria

Digitized by Google

corria os mares em demanda da riqueza commercial, e nós, todos embebidos no trafego commercial, despresavamos, por elle, as manufacturas, e, o que mais é, a lavoura; e seguiamol-o por mero impulso de cubiça, como especulação aleatoria, sem norma fixa, sem calculo, sem previdencia, sem assento de alicerces que lhe assegurassem duração[1].»

Do erro economico, indicado com perfeita razão pelo sr. Oliveira Marreca, resultou o não ser a India para nós, como o está sendo para a Inglaterra, uma fonte de prosperidade, e comtudo não se póde dizer que isso resulta de sermos nós pequenos e de ser a Inglaterra uma grande nação, porque tambem a Inglaterra possue a India toda com mais de 100 milhões de habitantes, e nós dominavamos uma porção relativamente pequena d'aquella região vastissima. Nós porém o que não comprehendemos foi que a India devia dar ao Estado um proveito indirecto e não um proveito directo, que a India devia, enriquecendo a nação, enriquecer o thesouro, e não, enriquecendo o thesouro, enriquecer a nação.

A India hoje tambem se póde dizer que nada rende para o thesouro de Inglaterra, até pelo contrario é possivel que a sua sustentação custe bem caro ao thesouro inglez, mas a India é um mercado vastissimo e favoravel para a immensa producção ingleza, a India é um productor maravilhoso que enche o mercado inglez com riquezas, que da Inglaterra depois se espalham por todo o mundo.

Não o comprehendemos assim, entendemos que a India devia ser um monopolio da corôa, e não estranhamos o nosso erro, porque erraram como nós todas as outras nações. A comparação do nosso systema economico e do systema economico de Veneza, feito pelo sr. Oliveira Marreca, não é perfeitamente justa. Veneza não possuia o Egypto, commerciava com o Egyptó, e não admíra portanto que os seus cidadãos com-

JOÃO BOTO PIMENTEL

merciassem livremente, sem intervenção do estado. Mas a nossa situação era diversa. O Estado fazia despezas incalculaveis para manter as possessões do Oriente, para se assegurar assim do commercio, para afastar a concorrencia dos Arabes, e para debellar os esforços que fazia para proteger essa concorrencia o sultão do Egypto. Por isso entendia que devia directamente indemnizar-se d'essas despezas. Não percebia que os lucros indirectos o compensariam largamente.

Mas tanto isso se não percebia, não só em Portugal como em qualquer outra parte, que o passo que déram no cami-

[1] Oliveira Marreca, *João de Barros, Luiz Mendes de Vasconcellos e o commercio da India*, *Panorama*, vol. 6.º pag. 371.

Digitized by Google

nho do progresso os povos que se seguiram ao nosso no dominio e no senhorio do commercio do Oriente, foi transportarem o monopolio do Estado para as companhias. O regimen da liberdade, esse veiu muito depois.

Em primeiro logar lamenta, e com razão, que a conquista da India nos desviasse de cuidarmos seriamente da agricultura, quer que o commercio da India fosse declarado livre para todos os Portuguezes, e que fosse apenas uma nau, ou que fossem quando muito duas para trazer a pimenta d'el-rei. Observa que assim se dispensariam as grandes armadas com as quaes se dispendiam sommas verdadeiramente enormes, que até, permittindo-se a navegação livre, muitas vezes, quando o governo quizesse mandar soldados á India e não sahissem naus d'el-rei, poderiam ir os soldados como passageiros em navios particulares. A idéa era perfeitamente racional, e pena foi que se não seguisse, porque a India deixaria de ser então, como foi, para nós, uma ruina dourada com brilhantes apparencias.

O estado da agricultura em Portugal fôra peiorando constantemente, desde o ultimo periodo em que demos noticia da sua situação. Os procuradores do povo das famosas côrtes de Evora, em que D. João II deu o primeiro golpe na nobreza, queixavam-se amargamente do estado a que os lavradores se viam reduzidos. Todas as medidas tomadas pelos reis anteriores para os proteger revertiam em seu desproveito, logo que não havia uma vontade energica para fazer cumprir a lei sem sophismação. Incontestavelmente, por exemplo, a lei das sesmarias deveria produzir para a agricultura os mais beneficos resultados. Todas as terras que não fossem cultivadas seriam confiscadas e entregues a quem as aproveitasse. Optimas disposições, que se transformaram em funestissimas, porque os poderosos serviam-se d'ellas para, de cumplicidade com os sesmeiros, se appropriarem das terras que lhes convinha. O lavrador popular via-se perfeitamente esmagado pelos impostos de todo o genero e de toda a qualidade, pelo excessivo preço das terras que arrendava aos fidalgos, que, graças ás loucas doações de D. Affonso V, quasi que possuiam todo o reino, deixando a D. João II, como elle dizia, o senhorio das estradas. Sobre o lavrador plebeu cahia tudo: cahiam os tributos municipaes, cahiam os tributos geraes, que já não paravam nos limites dos municipios, cahia o dizimo reclamado pela Egreja, cahiam os *pedidos* disfarçados em emprestimos com que os fidalgos, seguros da impunidade, lhes arrancavam a camiza do corpo, cahia o pezo excessivo dos arrendamentos e fôros, cahia ainda a concorrencia do fidalgo, que, senhor de vastas colheitas, dictava a lei ao mercado e abusava d'essa vantagem. O serviço militar, carregando ainda os lavradores, fazia com que a pequena propriedade fosse a pouco e pouco desapparecendo; o abuso das coutadas, dando em resultado prejuizos incalculaveis feitos pela caça nas terras dos villões, aggravava ainda todos os males. O que resultava d'ahi? Resultava que os desgraçados preferiam abandonar as suas terras. e ir ser rendeiros das propriedades dos fidalgos e dos mosteiros. O augmento da procura encarecia a offerta, as rendas tornavam-se pesadissimas, e as classes privilegiadas enriqueciam, deixando na miseria o povo desprotegido.

D. João II occorreu a todos os males, que a sua inquebrantavel energia podia remediar, mas o que não pôde foi anticipar-se ao seu seculo, e adivinhar as leis modernas de economia politica, só formuladas depois de largos seculos de observação e de experiencia. Os povos sabiam tanto a seu respeito como elle, e

Digitized by Google

não podendo captivar de um modo satisfatorio a carestia dos generos, attribuiam isso á falta de posturas uniformes que fixavam os preços de cada genero. D. João II tomou a medida mais sensata que se podia tomar dentro do absurdo da existencia das tarifas: determinou que a tarifa se fixasse annualmente no dia 1 de junho. Ao menos as auctoridades locaes, encarregadas da fixação dos preços, podiam attender ás circumstancias do mercado, que forçosamente variavam de anno para anno. Com relação porém aos abusos das sesmarias e ao monopolio dos cereaes, mandou cumprir rigorosamente a lei relativa ás terras abandonadas, e prohibiu o monopolio, como se essas coisas podessem nunca prohibir-se. Mos no seu tempo só assim as coisas se comprehendiam.

Onde a sua energia foi mais sensivel foi com relação aos terrenos que fidalgos e mosteiros, fiados na impunidade, coutavam arbitrariamente. D. João II ordenou, e todos sabiam já que se não brincava com as suas ordens, ordenou pois que todos os que possuiam terras coutadas provassem o direito que a ellas tinham. Era o mesmo que abolir os coutos. Em geral os abusos dos fidalgos foram reprimidos com severidade, e já esse foi um grande favor para os agricultores. Tudo o que dependia emfim de medidas energicas foi feito promptamente, e deu logo resultado. A creação de gado cavallar por exemplo, graças ás ordens severas do soberano, attingiu grandes proporções. Prohibindo severamente o emprego de machos e de mulas, e tomando outras medidas, que, se eram arbitrarias, produziam o mais salutar effeito, ordenando aos capitães das praças africanas que mandassem para Portugal bastantes cavallos arabes para padreação, e promovendo assim, pelo cruzamento, o aperfeiçoamento da raça, conseguiu notaveis resultados. Infelizmente o seu reinado foi curto, e o effeito salutar das medidas que tomou só veiu a sentir-se no reinado de D. Manuel, ou só viria a sentir-se, se outras causas novas não annullassem completamente o effeito das medidas de D. João II e de outras que D. Manuel tomou, seguindo o impulso do rei seu antecessor. Em tudo o que houve de grande e de util no reinado de D. Manuel, só teve o rei venturoso o trabalho de pôr o remate á obra e de seguir o plano de D. João II.

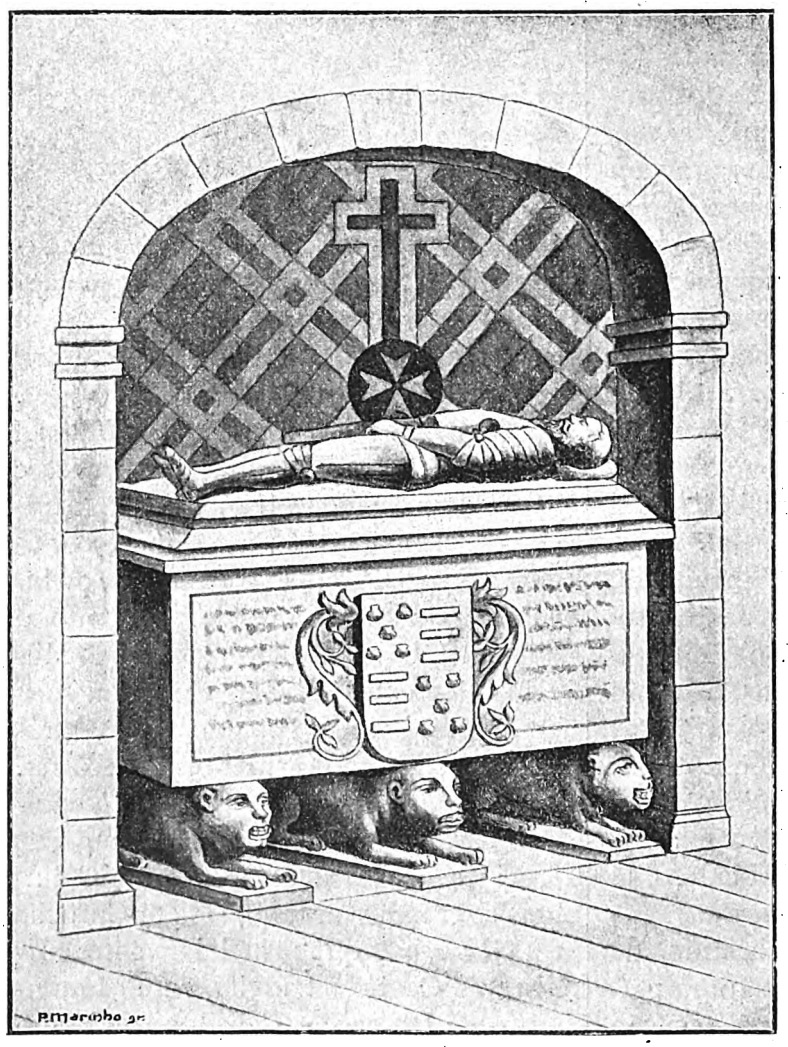
Real ou vintem, de D. Manuel

Assim D. João II declarára livre o córte da cortiça para todos os Portuguezes, menos nos logares coutados. D. Manuel acabou com o monopolio da cortiça e dos couros. D. João II supprimira quantas coutadas podéra. D. Manuel continuou n'esse caminho, e extinguiu os logares de monteiros-móres em todo o reino, menos em Santarem, Obidos, Mugem, Cabril e Coruche, e nas coutadas que para si reservava, e em que entravam a de Evora, para lebres e perdizes, a de Almeirim, Cintra e Riba Tejo «desde a Chamusca até ao Barco das Inguias, e do rio de Coina até Azeitão e Coimbra, com todas as tapadas até Coruche e a Herra, e as que se incluiam entre a ribeira de Canha e Latrella, com as montarias de Desoais e Cabril, as do termo de Alcacer com a charneca da Landeira, e as mattas e montarias de Obidos com as da Serra».

Muitas providencias tomou ainda D. Manuel contra alguns males secundarios, taes como o uso das queimadas, que davam origem a incendios, que se propagavam pelas terras cultivadas, os estragos das searas pelos animaes mal guardados, etc. Contra os prejuizos causados pela falta de fiscalização na entrada dos gados hespanhoes e nas suas pastagens

Digitized by Google

em Portugal, tomou medidas tão severas, e estabeleceu regras fiscaes tão minuciosas, que afinal de contas arruinou essa industria da engorda, então, como hoje, importantissima. Acabando com a instituição dos bésteiros de couto, e com os empregos dos coudeis, beneficiou um pouco a agricultura, porque livrou os agricultores do serviço militar permanente, e dos vexames que os coudeis praticavam, mas em primeiro logar destruiu uma instituição militar que seria sempre de grande proveito para o paiz, sem afinal de contas isentar completamente os lavradores dos vexames que resultavam do serviço militar, porque lá ia o *cordel*, como mais recentemente se dizia, apanhal-os, sempre que se tractava de alguma expedição importante, e essas expedições a cada instante se repetiam, e ao mesmo tempo a creação de cavallos, com a extincção do emprego de coudel, e com a extincção dos acontiados, muitos dos quaes eram obrigados a ter cavallo, diminuiu logo de um modo assombroso.



TUMULO DE FR. JOÃO BOTO PIMENTEL

«Tres causas, diz Rebello da Silva, influiram, mais de perto, além das já apontadas, para a agricultura declinar com rapidez desde a primeira metade do seculo XVI. Foram ellas a expulsão dos judeus nos primeiros annos do reinado de D. Manuel, o grande numero de casas religiosas fundadas e dotadas de novo, e a diminuição dos cultivadores, cuja emigração voluntaria augmentava de dia para dia attrahida pelas promessas, as mais das vezes illusorias, das navegações e conquistas. A acção mais activa e frequente das epidemias e contagios não concorreu pouco, tambem, para dizimar a população rural, cujas más condições de salubridade e de alimentação favoreciam seus estragos.

O luxo asiatico, insinuando-se com os costumes orientaes, e corroendo o vigor antigo do caracter nacional, substituiu á vida sobria e laboriosa dos avós a sede de riquezas, a dissolução e o amor das delicias, que afrouxaram os netos, esmorecendo-lhes os brios. A proscri-

Digitized by Google

O CARDEAL D. HENRIQUE RECEBENDO A NOTICIA DA MORTE DE D. SEBASTIÃO

Digitized by Google

pção dos hebreus e a sahida dos sarracenos, privando as artes ruraes e fabris da cooperação de milhares de familias industriosas, apressaram a ruina, punindo o fanatismo do rei. O castigo foi prompto. Notou-se logo na lavoura maior falta de braços e de capitaes, e o peso dos tributos, dos quaes boa parte, senão a maior, recahia sobre os mouros e judeus, veiu opprimir de repente os subditos ufanos da genuinidade do seu titulo de catholicos immaculados.

A corôa, além de perder com a expulsão as avultadas sommas pagas pelos gremios arabes e israelitas, teve de compensar ainda aos fidalgos agraciados com as rendas das judiarias, arrabiados e communas, o immenso desfalque causado pela destruição das mesquitas e synagogas.

Testemunha coeva dos factos, Damião de Goes, confessa que a maior escassez principiára logo depois d'aquelle acto de intolerancia; mas, por motivos obvios, attribue o mal aos abusos dos christãos novos na arrematação dos rendimentos das egrejas e commendas, esquecido de que a abundancia ou a raridade dos generos dictam, em ultima instancia, a lei aos mercados.

Não foi menos funesta para a riqueza publica a largueza das doações ás corporações religiosas, violado o principio salutar da desamortização. Tudo servia de materia ou de pretexto á poderosa prodigalidade dos reis.

Falando da edificação do convento de S. Domingos de Abrantes, affirma fr. Luiz de Sousa, que os soberanos portuguezes sempre foram os padroeiros de todos os grandes templos e clausuras, e que seriam raros aquelles, que não devessem á sua munificencia tudo, ou quasi tudo o que possuiam. O que o eloquente chronista dizia n'aquella ordem, podiam assegurar com egual fundamento os outros escriptores monasticos ácerca da origem e opulencia de seus institutos [1].

A accumulação de tantos predios e de tantos fôros e pensões agrarias nas mãos dos religiosos, era causa, pela immobilidade de que a terra ficava ferida apenas cahia em seu poder, de se acharem fóra da circulação talvez os bens rusticos mais valiosos do paiz. Accrescia o atrazo da lavoura. Se os frades antigos occupavam no amanho dos campos as horas que dispensava a penitencia, ou a oração, os claustros dos seculos XV e XVI, cuja população engrossava na ociosidade e na abundancia, estavam tão longe de os imitarem no amor do trabalho, como na austeridade da disciplina. As terras mais desapproveitadas, os ermos mais tristes, e tambem as leiras emprazadas, aforadas ou arrendadas com mais excessivos onus, eram primeiro as propriedades dos mosteiros, dos cabidos das ordens militares, e depois as dos morgados. Assim o patrimonio da nação, alienado para enriquecer a egreja, pela sua administração negligente servia de obstaculo aos progressos agricolas, tornando os campos desertos em vez de os povoar como os antigos monges, roubando á actividade social grande copia de braços validos, encurtando todos os dias a area cultivada do paiz, cada vez mais pequena e menos productiva, e arruinando os agricultores pela elevação dos encargos impostos aos predios.

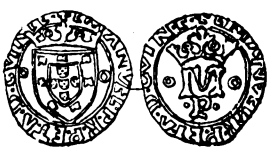
Se a abolição em 1498 dos acontiados e dos bésteiros de numero desafogára as localidades de uma oppressão grave, nem por isso cessára com ella o dever do serviço militar de mar e terra, antes se aggravára muito. A necessidade de tripular tantos navios e armadas, de

[1] *Memoria Historica sobre a agricultura portugueza*, pag. 6, § 5.º no t. 5.º das Economias da *Academia Real ds Sciencias*, — *Memoria sobre a historia da agricultura* nas de Litteratura da Academia, t. II. Fr. Luiz de Sousa, *Historia de S. Domingos*, pag. 3.ª, liv. 1.º, cap. 17.

Digitized by Google

guarnecer presidios tão arriscados e remotos, e de povoar em tão desvairadas partes tantos logares, sangrava quotidianamente a população, que nunca fôra crescida, nem robusta, e a rural era a mais flagellada por estas perdas consecutivas e nunca reparadas. As navegações e conquistas não só roubavam á lavoura os braços indispensaveis, como afastavam d'ella os capitaes, de que dependia para se restaurar. Os grandes proprietarios, ecclesiasticos e seculares, cursando o paço como cortezãos, pelejando na India e na Africa, ou sulcando o oceano com suas velas atrevidas, desde o reinado de D. João II que tinham principiado a viver ausentes das suas terras e solares a maior parte do tempo, não os visitando senão de largos em largos intervallos. Longe das herdades e dos costumes campestres, as pompas e distracções da côrte iam-lhes desvanecendo do animo o amor do solo, por tantos respeitos digno do seu interesse e cuidados, ao passo que lhes quebrava nos exercicios aulicos a rija independencia de outras eras. A pouco e pouco a ausencia constituiu a regra geral, e muitos fidalgos nasciam e morriam sem conhecerem, senão de nome, as propriedades, onde seus maiores tinham sabido unir a grandeza á simplicidade[1].

Aqui estão, admiravelmente desenvolvidas pelo grande escriptor Rebello da Silva, as causas principaes que atalharam o desenvolvimento da agricultura, neutralizaram o effeito de todas as medidas sensatas de D. João II e do proprio D. Manuel, e conduziram o reino a irremediavel ruina. As terras accumuladas nas mãos dos fidalgos e dos frades, e uns e outros eivados da fatal doença do *absentaismo,* a população rareada pela emigração para as colonias e pelas necessidades das conquistas cada vez mais ampliadas, e ainda por cima privada de um dos seus elementos mais uteis pela expulsão dos judeus, estas e outras causas emfim tornavam impossivel o desenvolvimento agricola. Debalde se procurava obviar a alguns d'estes males com leis repressivas; estas ainda mais os aggravavam.



Real ou vintem, de D. Manuel

Com o intento de se assegurarem braços á agricultura e de darem aos lavradores trabalhadores baratos, violava-se horrorosamente a liberdade individual sem se conseguir coisa alguma, porque, a não se restabelecer completamente a servidão adscripticia, era impossivel impedir homens de trabalho de seguir a profissão que mais lhes conviesse ou agradasse. Practicavam-se vexames de toda a especie, e nada se conseguia.

Nas ordenações manuelinas alguma coisa se pretendeu fazer a respeito da legislação emphyteutica, e na desastrada reforma dos foraes alguma coisa se fez sobre esse assumpto, mas a final, legislou-se pouco e mal. Os vinculos, debaixo de varias fórmas, continuavam a immobilizar a terra nas mãos dos *absenteistas*, que as deixavam por cultivar; os aforamentos e arrendamentos continuavam a ser feitos por tão elevados preços que afugentavam, ou arruinavam foreiros e rendeiros. Os tributos pesadissimos, e aggravados ainda pelos vexames dos arrematantes, completavam a ruina.

Faltavam capitaes e faltavam braços principalmente nas terras do sul. Faltavam capitaes, porque os reis da edade media, por uma mal entendida comprehensão das leis economicas, puniam como um crime a usura, abrangendo este nome todo e qualquer emprestimo a juros. D'ahi resultava, ou que não appare-

[1] Memoria Historica sobre a Agricultura Portugueza, cap. 5.º, § 8.º Elucidario verbo Decimas, Rebello da Silva. *Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal*, pag. 201

Digitized by Google

cia quem emprestasse dinheiro aos lavradores para os trabalhos indispensaveis, ou que só apparecia por um preço carissimo, porque, além da justa retribuição do emprego do dinheiro, os emprestadores queriam tambem o premio, e premio avultadissimo, do perigo que corriam. Quem se abalançava habitualmente a esses negocios perigosos eram os judeus, raça especuladora, que assim conseguiam muitas vezes amplissimos lucros, mas que tambem colhia o odio dos infelizes devedores, que elles espoliavam. Faltavam braços tambem, porque a tentação das navegações e das conquistas, e a vida facil e indolente dos famulos e clientes dos fidalgos e dos mosteiros, faziam á lavoura a mais terrivel das concorrencias.

Outra causa havia de desastre para a agricultura, era o absoluto desprezo que então havia por tudo quanto fossem obras publicas. As cheias dos rios produziam cataclysmos irreparaveis por occasião das grandes invernias. D. João III procurou remediar os males resultantes das inundações do Tejo, e encarregou um engenheiro, André de Quadros, das obras indispensaveis. Então, como hoje, eram os campos de Vallada as victimas predilectas dos furores do Tejo. Os procuradores dos concelhos marginaes do Tejo queixavam-se de que André de Quadros nada fazia com geito, o governo de D. João III respondeu, allegando que André de Quadros já restituira um grande numero de campos á cultura. Não é facil discriminar agora quem tinha razão.

E a terra era fertilissima, apezar de tudo, e desentranhava-se em fructos uberrimos, apezar de mal cultivada pelos poucos braços que na agricultura se empregavam. Havia nos arredores de Lamego terra que dava tres novidades por anno, alternando-se as culturas; na ribeira de Coa uma geira podia produzir 120 alqueires; Santarem, Moura, Thomar, Abrantes, Estremoz, Lisboa, Elvas, Beja e Coimbra, produziam azeite que chegava para o consumo e para bastante exportação. «O de Coimbra, diz Duarte Nunes de Leão, no sabor, na côr e na delgadeza me parece que para comer leva vantagem ao de Venafro e ao da Istria[1]». Os vinhos que Duarte Nunes de Leão cita como mais afamados no seu tempo, são os vinhos do Algarve, os de Evora, os brancos de Beja, os palhetes de Alvito, de Vianna do Alemtejo, Villa de Frades e Alcaçovas, os vinhos do Lavradio, os do termo de Lisboa, entre os quaes cita os da Charneca de Oeiras, que vem a ser os que são hoje conhecidos pelo nome de Carcavellos, e os de Leiria e Figueiró dos Vinhos, e para embarque os de Torres, os de Lamego, que devem ser os vinhos do Douro, depois mais conhecidos pelo nome de vinhos do Porto. Houve um anno em que a colheita d'estes vinhos finos subiu a 12:268 pipas.

Fôra antigamente uma das grandes producções de Portugal, a producção do mel; mas, com a introducção do assucar das colonias, começou a declinar muito a procura d'esse genero, e Duarte Nunes diz, com profundo pezar, que «as marmeladas que os antigos faziam de mel em casas muito honradas, não quer agora qualquer mechanico comel-as senão de assucar, e tocadas de ambar e almiscar[2].» Em fructas e hortaliças era abundantissimo o reino. Já n'esse tempo o Algarve exportava os seus figos e as suas passas. As laranjas, que não tinham vindo da China[3], porque as havia em Portugal, pelo menos desde o tempo dos

---

[1] *Descripção do reino de Portugal*, fol 48.

[2] *Descripção do reino de Portugal*, fol. 52, verso.

[3] O pregão de *laranja da China* vem de uma excellente variedade de larangeiras que D. Francisco de Mascarenhas trouxe da China em 1635, e que plantou no seu jardim de Xabregas.

Digitized by Google

arabes, cultivavam-se então principalmente nos arredores de Lisboa. Havia castanha com grande fartura, e empregava-se muita para a ceva dos porcos. N'um anno produziram os soutos do reino 476:000 alqueires de castanha. O linho constituia então uma das melhores producções de Portugal, e a sericicultura tivera um grande desenvolvimento entre nós, emquanto a não veiu matar a concorrencia das sedas do Oriente.

Tudo isso porém não servia senão de tornar mais lamentavel a decadencia. O governo d'el-rei D. Sebastião tomou algumas medidas extremamente sensatas com relação á agricultura, organizou principalmente um excellente regimento das lezirias, um regimento acertadissimo para o melhoramento da creação hippica, mas não havia leis que podessem remediar a falta de braços e de capitaes, e os enormes encargos que pesavam sobre a terra.

Note-se que isto não succedia unicamente em Portugal, como suppõem alguns frivolos historiadores, que estudam sempre as questões debaixo de um só aspecto. O *absenteismo* motivado pela formação das côrtes, os erros economicos e os vexames dos tributos excessivos, produziam em França eguaes resultados. Taine calcula, baseando-se para isso escrupulosamente nos relatorios dos intendentes das provincias, que em 1615 morreram em França seis milhões de pessoas de fome e de miseria[1]. Em 1739 contava o marquez d'Argenson que havia mais de um anno que a gente do campo na Touraine se sustentava, como os animaes, com a herva dos campos. O *absenteismo*, alli como aqui, produzia os mais funestos resultados[1]. Mas em Portugal os males dos outros paizes são aggravados por circumstancias peculiares, a emigração, que nos poupa, é verdade, essas grandes mortandades que a miseria produz em França, mas que despovôa o reino, e que deixa ficar a agricultura sem esse elemento essencialissimo — os braços.

D. AFFONSO DE NORONHA, VICE-REI DA INDIA

Quasi que não valia a pena falar da industria portugueza. A sua decadencia era completa. Nunca o paiz fôra muito industrial, mas as industrias que haviam tomado um certo incremento, como a do linho entre o Minho e o Mondego, a dos lanificios na Beira e no Alemtejo, a da seda em Traz-os-Montes, esmorceiam

[1] H. Taine, *Origines de la France Contemporaine*, t. I, pag. 430 (Paris, 1876). O grande escriptor francez refere-se especialmente ao seculo XVII, mas a situação no seculo XVI devia ser peior, porque estava mais atrazada a administração.

[1] H. Taine, *Origines*, etc., pag. 52 e seguintes.

Digitized by Google

como a agricultura, com a falta de braços, e soffriam tambem com a concorrencia estrangeira, com os pesados impostos das sizas que recahiam sobre as compras e vendas, e ainda com determinações especiaes e anti-economicas, que, pretendendo favorecer a agricultura, assegurando moços de lavoura aos agricultores, tiravam os aprendizes aos industriaes.

Algumas pequenas industrias, que tinham apenas o caracter de curiosidades, como a das olarias de Estremoz, das rendas de Peniche e Vianna, das obras de esparto do Algarve, continuavam a vegetar. A industria mineira, que está sendo hoje uma das mais importantes do paiz, e que já o fôra no tempo dos Romanos, estava em completo abandono, a não se considerar como industria a extracção do ouro feito nas margens do Tejo pelos homens que eram conhecidos pelo nome de *adiceiros*, por ser a Adiça a mina principalmente explorada. Attingira a ourivesaria um certo desenvolvimento, e algumas obras bellissimas dos nossos artistas do seculo XVI ainda sobrevivem, attestando o seu merecimento; mas essas manifestações artisticas nunca attingiram as proporções de uma verdadeira industria. As saboarias, que poderiam constituir uma industria de certa importancia, por ser muito abundante em Portugal um dos ingredientes principaes do sabão, o azeite, definhavam esmagadas pelo monopolio, apezar de todas as reclamações e queixas dos povos, que perguntavam porque é que um particular, que tinha com abundancia azeite e cinza, não poderia fazer sabão, ao menos para seu uso[1].

Uma industria importante era a das pescarias de atum do Algarve, favorecida por D. João II, D. Manuel e D. João III, e que nos principios do seculo XVI rendia para o Estado, pelos direitos de 60 o|o que cobrava sobre as armações, 40 a 45 contos de réis.

A percentagem do tributo era pesadissima; deve-se notar comtudo que era o unico a pezar não só sobre as armações, mas sobre todos os objectos que constituiam, por assim dizermos, a materia prima d'essa industria[1]. No Algarve tambem ainda estava n'esse tempo florescente a pesca da baleia e a pesca do coral.

Mas o resultado final de tudo isto era que se poderia dizer absolutamente insignificantes a agricultura e a industria em Portugal no seculo XVI. «Tributarios do estrangeiro laborioso, diz Rebello da Silva, pagavamos caras as mentirosas prosperidades da conquista.»

Effectivamente vinha-nos o ferro da Biscaya, o trigo a cada momento precisavamos de o importar, principalmente de Flandres e da Allemanha; da Allemanha nos vinham tambem as carnes defumadas, de Flandres a manteiga, de um e de outro paiz os queijos, o arroz e outros generos alimenticios, de Flandres e de Inglaterra os pannos, de toda a parte emfim o bronze, o cobre e o latão manufacturado, sarjas, estofos, tapeçarias, camelotes, linho, cêra, pez, resinas, breu, enxofre, quinquilharias, tecidos de seda, armas e munições de guerra, e utensilios e moveis, tudo emfim. Suppunhamos que podiamos ser simplesmente mercadores, e nem mercadores sabiamos ser, porque o systema desastroso dos monopolios arruinava o paiz sem enriquecer a fazenda.

Assim graves erros economicos destruiam todo o proveito que podiamos tirar das nossas descobertas e conquistas.

[1] Doc. citado n'um interessante estudo do sr. Vilhena Barbosa, *Apontamentos para a historia das saboarias em Portugal*, pag. 179 do t. II dos *Estudos historicos e archeologicos*.

[1] João Baptista da Silva Lopes, *Chorographia do reino do Algarve*, pag. 88 (Lisboa, 1841).

Digitized by Google

Todos entregues ao commercio, olvidavamos que são a agricultura e a industria as bases verdadeiras da riqueza das nações. O governo tambem, attrahido pelas vantagens ficticias do monopolio, esterilizava o lucro que devia provir do commercio livre. Erros fataes que pareciam inseparaveis do governo portuguez, porque os vemos repetir-se quando á miragem da India succedeu a miragem do Brazil, quando á fascinação produzida pelas naus de carga, que voltavam do Oriente avergadas ao peso das riquezas d'essas terras maravilhosas, succedeu a fascinação produzida pelas naus dos quintos, que traziam da America os direitos enormes auferidos pela corôa na exploração das minas brazileiras. Será sina nossa o sacrificarmos assim á falsa opulencia a opulencia verdadeira, e será em todas as epochas da nossa historia a questão de fazenda a causa primordial das nossas desventuras, da nossa miseria?

CAPITULO LX

As casas opulentas de Portugal no seculo XVI — Estado da fazenda publica. — Luxo e corrupção

riqueza d'alguns grandes fidalgos portuguezes estava sendo muito consideravel no seculo XVI, sobretudo se a compararmos com a da aristocracia em alguns outros Estados da Europa. Queriamos poder seguir estas riquezas no accrescentamento que tiveram naturalmente durante o reinado de D. Manuel; é curioso todavia achar aqui um quadro, que se póde modificar, segundo certos progressos. Extrahimol-o d'um auctor estrangeiro, muito habilitado pela sua posição a saber o que havia de pensar a esse respeito. Depois de ter mencionado as riquezas de Portugal, Marineo Siculo accrescenta: «Ha tambem n'este paiz muitos grandes fidalgos e personagens illustres, que têem grandes réditos. Nomearemos aquelles de que nos lembramos [1]:

	Ducados
Em primeira linha o duque de Bragança; é de sangue real e possue de rendimento...	40:000
O duque de (*aliás conde*) Barcellos, herdeiro da casa de Bragança	
O duque de Coimbra e marquez de Torres Novas não pude saber o seu rendimento.	
O marquez de Villa-Real, conde d'Alcoutim	15:000
O conde de Marialva da casa dos Coutinhos.	12:000
O conde de Penella, da casa dos Vasconcellos	4:000
O conde de Portalegre, da casa dos Silveiras (*aliás Silvas*) mordomo-mór d'el-rei	5:000
O conde de Vimioso, da casa dos Sousas...	3:000
O conde de Tentugal, de sangue real	8:000
O conde d'Abrantes, da casa dos Almeidas..	3:000
O conde de Freira (*aliás Feira*), da casa dos Pereiras.....	3:000
O conde de Linhares, muito proximo parente do rei.....	3:000
O conde de Ronda (*aliás Redondo*), da casa dos Coutinhos.....	5:000

E' isto o que Ferdinand Denis escreve, e é natural, como elle affirma, que durante o reinado de D. Manuel não houvesse diminuido, antes pelo contrario houvesse augmentado, e muito, a riqueza dos fidalgos; mas o que tambem havia de ter augmentado enormemente era a despeza de todas essas casas com o luxo desenfreado que invadira Portugal.

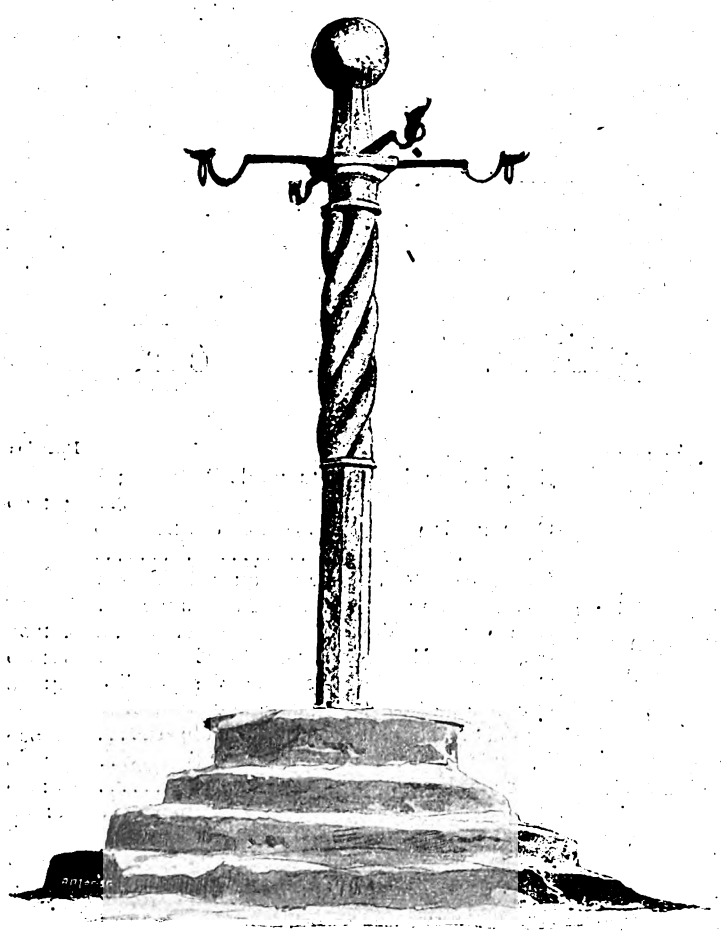
Fôra o que succedera com a fazenda publica. Apezar das riquezas enormes

[1] Veja-se Marineo Siculo, *De las cosas memorables de Espana*. Este auctor escrevia no reinado de D. João II. As grandes riquezas territoriaes não podiam ter soffrido uma completa mudança no espaço de sessenta annos.

Digitized by Google

provenientes do commercio e conquista da India, os apuros do thesouro, no tempo de D. João III, eram formidaveis, como vamos ver.

Fr. Luiz de Sousa, nos seus *Annaes de D. João III*, livro precioso que foi editado por A. Herculano, apresentando ao leitor muitos documentos importantes extrahidos principalmente dos livros da gerencia do conde da Castanheira, que foi vinte e sete annos védor da fazenda, de 12 d'abril de 1530 até á morte d'el-rei em junho de 1557, habilitanos a formar uma idéa da situação do thesouro, que inspirava ao proprio ministro os maiores cuidados, que elle exprime do seguinte modo n'uma carta a el-rei, em que lhe pinta o estado do paiz:



PELOURINHO D'ARRAYOLLOS

«Quando cuido, diz o conde, nas coisas que Vossa Alteza é obrigado a custer, e no modo, de que está a sua fazenda, representam-se-me tantas desesperações que muitas vezes me parece que veem mais da minha compleição melancolica que d'outras coisas. E algumas vezes me aconteceu para me tirar d'esta duvida, buscar alguns homens de muita edade e experiencia, para saber d'elles a differença, que ha d'este tempo ao passado que elles tinham visto de mais necessidade[1].

Não tinha razão em duvidar da ruina que ameaçava o reino. O *deficit* era formidavel, e, para encher o abysmo, recorria-se todos os annos, tradição que ainda se não perdeu, ao credito. Tomar dinheiro a cambio nas praças estrangeiras e vender padrões de juro, eram os dois systemas adoptados de emprestimo; ora, como o estado da fazenda era cada vez mais embaraçoso, e os negociantes estrangeiros sabiam-n'o, cada vez o seu dinheiro vinha mais caro, de modo que o conde de Castanheira via com receio approximar-se o tempo em que o juro sobrepujaria o capital. Não ha uma triste similhança entre o estado do reino n'aquelle tempo e as crises modernas? Essa similhança redobra quando vêmos o conde da Castanheira propôr economias como remedio a este mal. «Porque um homem, diz elle, permitte-lhe cortarem-lhe um dedo para não perder a mão, e a mão para não perder o braço[2].»

[1] Fr. Luiz de Sousa, *Annaes de D. João III.* Livro 6.º—Do conde de Castanheira, *Memorias e documentos*, pag. 456.

[2] Ibid pag. 457.

Digitized by Google

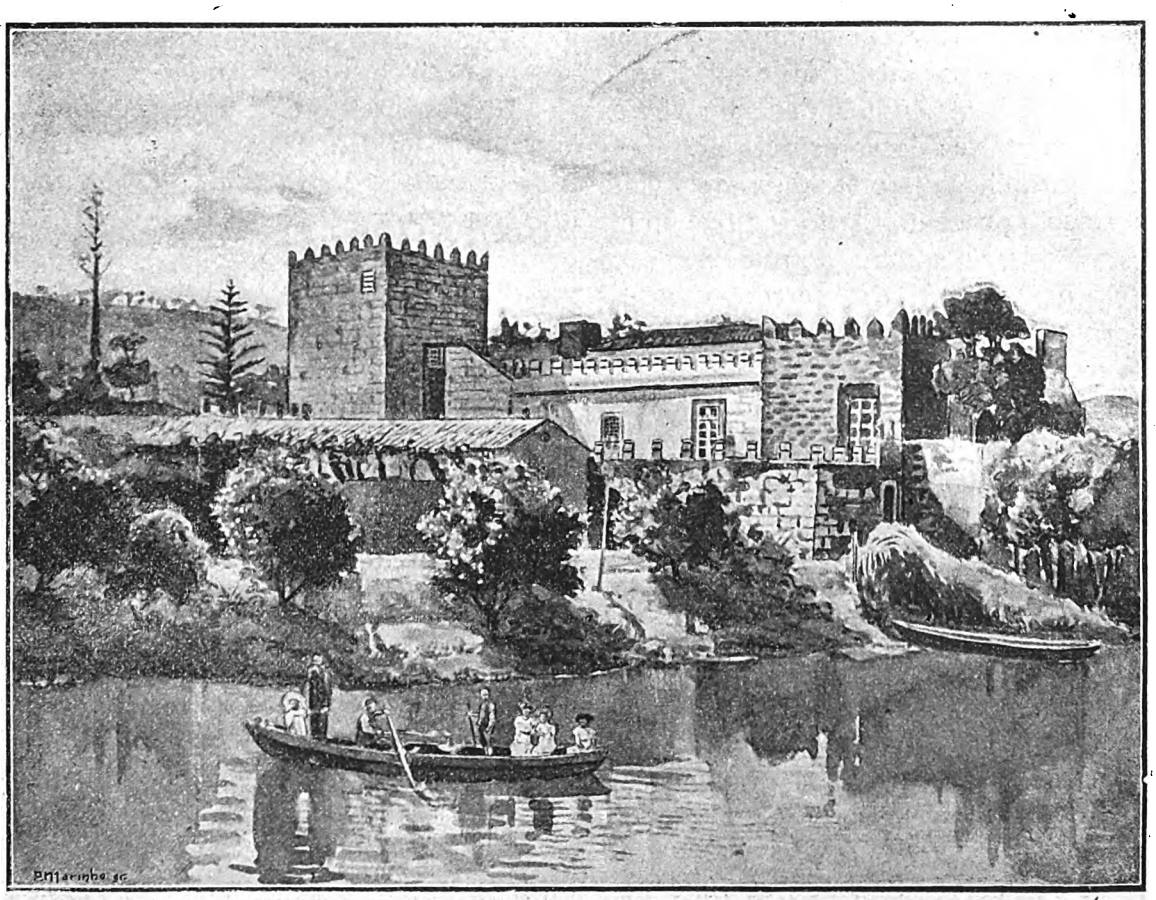
Vejâmos agora qual era o orçamento do reino em 1531.

A receita montava a 279:500$000 réis. A despeza ordinaria montava a 247:350$000 réis. O saldo a favor do Thesouro era, por conseguinte, de réis 32:000$000. Mas veremos logo como este pequeno saldo desapparecia no immenso abysmo das despezas extraordinarias e da divida publica.

Em 1552 o rendimento de Lisboa e seu termo era o seguinte:

Direitos da cidade e seu termo...	32:000$000 reis
Alfandega da cidade.....	60:000$000 »
Sisas.....	32:000$000 »

o que dava um total de cento vinte e quatro contos. Um curioso manuscripto existente na bibliotheca publica, intitulado: *Noticia economica e estatistica da cidade de Lisboa no reinado d'el-rei D. João III*, e citado por Rebello da Silva no seu prologo ao XVI volume do *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, particulariza do seguinte modo os réditos que davam este total:



ANTIGA CASA DA TORRE DE LANHELLAS

	Cruzados
Paço da Madeira.....	14$000
Sisa das carnes.....	11$000
» dos escravos.....	9$000
» das herdades.....	4$000
Ramo do azeite.....	2$000
» da marçaria de Castella.....	2$500
Sisa do mel.....	6$000
Ramo dos coiros vaccaris.....	1$500
Portagem.....	2$500
Sisa do pescado.....	5$600
» da coirama cabrú.....	600
» do carvão.....	2$000
» da fructa verde e secca.....	3$000
» dos vinhos	5$000
Nova imposição dos vinhos.....	4$500
» da hortaliça.....	750

Digitized by Google

Marisco e fructa d'além	800
Quarta vintena das coisas da India	10$000

Dava tudo isto um total de duzentos quarenta e seis mil e quatro centos cruzados. Por isso tambem a receita geral do Estado, em 1552, podia-se avaliar, cifra redonda, n'um milhão de cruzados.

Mas que importava isso se já em 1534 el-rei em padrões de juro vendidos, em dividas á India e em cambios de Flandres, que só por si subiam a quantia de cento e sessenta contos, devia oitocentos e oito contos e seiscentos mil réis?

O juro chegava a ser de vinte a vinte e cinco por cento, de fórma que todos os annos uma somma de mais de cento e cincoenta contos se accrescentava á despeza para satisfazer os encargos do nosso orçamento.

Nove annos depois, já a situação peiorára a um ponto inacreditavel. Pelas contas de João Rebello, feitor portuguez em Flandres, as quantias que alli devíamos subiam a um milhão novecentos quarenta e seis mil novecentos e vinte cruzados.

Transmittiram-nos tambem os archivos um outro documento curioso, que lança nova luz sobre o estado da fazenda publica, ao terminar o reinado de D. João III; é a «Folha do que rende o reino e despesas d'elle n'este anno presente de 1557.» Segundo se vê, é perfeitamente um orçamento.

Em 1557 os rendimentos ordinarios do reino continental subiam a trezentos e tres contos, quinhentos e vinte mil réis, rendiam as ilhas adjacentes vinte e tres contos e cem mil réis, sendo de treze contos o rendimento dos Açores e de dez contos e cem mil réis o da Madeira.

Vinha pois a ser o rendimento total:

Receita ordinaria	326:620$000

Esta receita dividia-se do seguinte modo:

Entre-Douro e Minho com as alfandegas todas	23:001$600
Tras-os-Montes	17:035$600
Beira com os portos	27:356$600
Extremadura	46:103$500
Lisboa	98:328$000

Esta somma relativamente exorbitante, paga pela capital, dividia-se do seguinte modo:

Alfandega	50:500$000
Direitos e casas da cidade	47:628$000

D'estes direitos ainda pertenciam á

Casa dos cinco	2:525$000
Fóros	8:040$000
Chancellaria da côrte	4:000$000
Entre-Tejo e Guadiana com os porcos e montado do Campo d'Ourique	58:691$000
Algarve	17:476$000

N'este ultimo rendimento comprehendia-se o seguinte:

Pescaria do atum	6:060$000

Eis o orçamento da receita. Vejamos agora o da despeza:

Despezas ordinarias	12:528$000
Assentamentos e tenças registadas no livro grande da fazenda	34:738$000
Tenças de juros, em vidas, vendidas *a retro*, separadas e obrigatorias, com assentamento no livro dos juros velhos	11:352$800
Juros vendidos	11:352$800
Tenças dos creados do infante D. Luiz assentadas no livro da fazenda	2:490$000
Um por cento	3:266$200

Estas eram as despezas assentadas nos livros de fazenda. Vejâmos agora quaes as que corriam por conta da thesouraria-mór:

Para a rainha	8:926$000
Para a guarda dos ginetes	6:050$000
Para os moços da estribeira	300$000
Ordenados assentes no livro das ordinarias	831$000
Tenças no livro grande da fazenda	3:674$000
Tenças dos criados do infante D. Luiz a cargo da thesouraria-mór	1:145$000

A administração da justiça custava 5:422$090 réis.

Digitized by Google

A saber:

Para o regedor e quarenta e cinco desembargadores, incluindo os do paço e os da fazenda	3:777$800
Para o governador do civel e vinte e quatro desembargadores com seis alcaides da cidade, cem homens e outros officiaes de justiça	1:664$200
Para cartas e provisões geraes, assentadas no seu livro de despezas, e pagas pelo thesoureiro-mór	14:690$200
Despezas extraordinarias	24:000$000
Despezas varias	35:000$000
Casa de Ceuta, Moradias, Thesoureiro da casa e casa da India	125:000$000

Eis as despezas ordinarias, assim como tambem a receita ordinaria; mas quem póde calcular as despezas enormes, occasionadas pelos armamentos necessarios para Africa, America e Asia, pelas negociações com a côrte de Roma, pelas festas e dotes de casamentos, despeza importantissima esta ultima, porque só com o casamento da irmã de D. João III se gastou a somma de réis 120:000$000!

Para encher esta voragem é que D. João III levantava em Flandres emprestimos onerosos, cujo tremendo juro vinha augmentar os encargos sempre crescentes do thesouro.

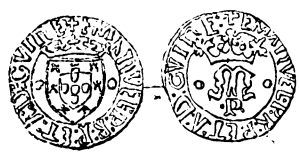
Oiçâmos agora o que diz a esse respeito Rebello da Silva.

«Nos fins de 1548, D. João III, desenganado dos inconvenientes do ruinoso systema que seguira, mandou desfazer a feitoria de Flandres, e Lourenço Pires de Tavora, um dos ministros mais aptos e laboriosos do seu reinado, escrevendo ao monarcha, louva-lhe a resolução, affirmando que era preciso não se deixar n'aquella praça de commercio nem sombra de contracto ou de homem nosso.

«Assim se executou. Em 15 de fevereiro de 1549 expediu-se ordem ao feitor e aos agentes que residiam em Flandres para se recolherem. O applauso das pessoas sisudas prova que as consequencias do funesto erro, por tanto tempo sustentado, eram claras e feriam os olhos de todos.

«Mas, como dissémos, esta providencia, que talvez fosse decisiva, adoptada em occasião opportuna, vinha tarde para remediar os prejuizos e extravios da fazenda.

«Pouco depois, em 1552, já el-rei tractava de negociar um emprestimo para se desembaraçar das dividas onerosas, confessando lisamente que os alcances excediam de mil e duzentos contos, e os juros e interesses de cento e vinte contos em cada anno.



Real ou vintem, de D. Manuel

«A voragem estava aberta e promettia sorver depressa a substancia do paiz.

«Quasi metade da receita ordinaria e geral chegaria apenas para o pagamento dos encargos annuaes, dos contractos e obrigações, e, deixando-se de os satisfazer, era inevitavel aggravar-se o descredito, sendo indispensaveis todos os dias novos supprimentos, e não se podendo estes obter senão a preço de usuras flagrantes.

«E' verdade que a esse tempo se vendiam as especiarias na Casa da India, por conta d'el-rei, com porta aberta aos compradores; mas o seu producto não bastava para remir ou mesmo para attenuar as consideraveis despezas que nos custava o armamento das esquadras destinadas á segurança das praças e da navegação da Asia[1].»

A organização financeira do reino era deploravel, mas ainda a aggravava e muito a prodigalidade insensata do rei. Pelo documento curioso que a Rebello da Silva serviu para os seus estudos, vê-se que D. João III, nos vinte e tres annos que haviam decorrido desde que subira

[1] Rebello da Silva, *Quadro elementar*, etc., t. XVI pref. pag. LXXXI.

Digitized by Google

ao throno até que convocára as côrtes em Almeirim em 1544, não despendera em gastos extraordinarios menos de cinco milhões cento e dez mil cruzados (2:044 contos), que era para essa epocha uma quantia enorme. Effectivamente para se achar pouco mais ou menos a sua relação com o dinheiro actual, temos que multiplicar esta quantia por 30, o que nos dá desde logo a somma avultadissima de 61:320 contos de réis.

No relatorio feito ás côrtes de Almeirim em 1544 pelos ministros de D. João III, para obterem o dinheiro indispensavel, apontavam elles algumas d'essas despezas extraordinarias: o armamento das esquadras de Nuno da Cunha, D. Pedro de Castello Branco e D. Garcia de Noronha custára 240 contos a mais da despeza annual; o soccorro de Safim, o abastecimento de Azamor e de Cabo de Gué custára 40 contos; as negociações relativas ás Molucas travadas com a côrte hespanhola haviam terminado por uma composição que nos custára 140 contos; a manutenção do trafico da malagueta, que estava sendo muito pouco rendoso, custára 80:000 cruzados; em outro tanto importava o deficit do Brazil, cuja colonização era por essa epocha mais dispendiosa do que rendosa; o dote da Infanta D. Izabel, que desposou Carlos V, custou 380 contos. Era pagar bastante caro, com relação á epocha, o prazer de ter uma imperatriz portugueza; o dote da infanta D. Maria, que desposára o principe Philippe, depois Philippe II, subira tambem á quantia de 170 contos. Não valia a pena pagar ainda por cima com esse dinheiro a dadiva de um pretexto á Hespanha para ella nos observer em 1580. O pagamento das arrhas á rainha D. Leonor, viuva de D. Manuel, custou 50:000 cruzados. Ainda se não sabia em quanto importava o pagamento das verbas do testamento da Excellente Senhora, e da rainha D. Leonor, e de el-rei D. Manuel, o pagamento das legitimas dos infantes, e a fortificação e os soccorros de Ceuta.

Os naufragios eram causa tambem de enormes perdas, que se traduziam no augmento do deficit. De 1521 a 1551 tinham-se perdido trinta e duas naus, nove das quaes valiam 250:000 cruzados, termo medio, e dez os seus 50:000 cruzados cada uma. Calculava-se na somma avultadissima de 1:340 contos a importancia das perdas resultantes dos naufragios. As fomes repetidas, consequencia inevitavel da decadencia da agricultura, vinham tambem a pezar sobre o thesouro, sem remediar muito os infortunios dos pobres, que em 1522, por exemplo, cahiam mortos de inanição pelas estradas do reino e pelas ruas da capital. N'esse anno, os navios que tinham ido buscar aos Açores, cuja producção avultada podia supprir um pouco a escassez da producção do reino, carregação de cereaes, afundaram-se uns á ida, outros á volta, e alguns já perto da barra, com grande desespero dos infelizes, que esperavam com anciedade a chegada d'esse soccorro. Foi necessario que o thesouro gastasse quantias avultadas para comprar cereaes em França.

Foi por esse tempo tambem que teve principio a divida consolidada. Os titulos de divida publica tomavam por modelo os titulos de renda que se davam como recompensas a qualquer subdito portuguez, e que já se chamavam padrões. Padrões similhantes, assegurando áquelles que os compravam, dando ao Estado os seus capitaes, um certo rendimento, e chamando-se *padrões de juros reaes*, foram as primeiras inscripções portuguezas[1], que os nossos feitores em Flandres e na Italia descontavam como podiam. Esses feitores reuniam a um

[1] Vejam-se as primeiras paginas de um excellente opusculo do sr. Miguel Lobo de Bulhões *A Divida Portugueza* (Lisboa, 1867).

Digitized by Google

tempo os caracteres de consules, de agentes financiaes e de agentes commerciaes, porque a posse dos monopolios da India e da America fazia do Estado portuguez um commerciante. A feitoria portugueza de Antuerpia chegou a possuir grande importancia.

Se no tempo de D. João III o Estado começou a ter pouquissimo credito nas casas commerciaes lá de fóra, porque contrahia dividas enormes e não era pontual no pagamento dos juros, em compensação o dinheiro portuguez era apreciadissimo, e os *Portuguezes* e cruzados de ouro de D. Manuel, e ainda os *vicentes* e *meios vicentes* de D. João III e D. Sebastião tinham nos mercados monetarios estrangeiros o valor que hoje teem as libras inglezas [1].

O symbolo da riqueza não faltava por cá; mas de que servia, se apenas se demorava um instante em Portugal para ir depois fecundar as terras estrangeiras.

Assim, no meio das riquezas que affluiam a Portugal, o Thesouro era pobre e o paiz tambem. Uma fatal indolencia se apoderára dos Portuguezes: costumados a considerarem-se senhores do Oriente, era todo o trabalho por elles considerado servil, julgavam mais nobre acceitar na portaria dos conventos ou ás portas dos palacios da nobreza a esmola considerada quasi como um tributo, do que ganharem o pão de cada dia com o suor do seu rosto. Pouco faltava que se estabelecesse em Lisboa, como em Roma, um prefeito da annona, e que o Estado se visse na collisão de sustentar á sua custa a plebe. Uma turba innumera de escravos, como dissemos, enchia as praças e as ruas da capital portugueza. Segundo diz Damião de Goes no seu livro latino *Hispania*, todos os annos vinham da Nigricia vinte e dois mil escravos, sem contar os que vinham da Mauritania, da India e do Brazil. Os homens sensatos percebiam o erro, e Garcia de Rezende na sua *Miscellanea* não se esquece de censurar asperamente esta invasão da população escrava, que

FRANCISCO D'ANDRADA

1. Veja-se a respeito da historia monetaria d'este periodo o excellente livro do sr. Aragão *Descripção geral e historia das moedas*, etc., t. I.

Digitized by Google

ameaçava exceder em numero os naturaes.

Chamado da universidade de Salamanca para reger uma cadeira em Portugal, o sabio Nicolau Cleynarts, escrevendo aos seus amigos, pintava-lhes como vimos, d'um modo bem triste, a situação do reino em que viera habitar, a indolencia dos indigenas, a abundancia incrivel dos escravos, o despreso da agricultura, a carencia absoluta d'industria, e o luxo e o orgulho de todos, vicios estes que pareciam contagiosos, porque os estrangeiros apenas se demoravam algum tempo em Portugal, sentiam-se contaminados dos mesmos defeitos.

Não se assimilha terrivelmente o quadro que elle traçára ao quadro de Roma imperial? Não lembra esta descripção a que os poetas satyricos da cidade eterna no tempo dos Cesares nos fazem d'aquelles senadores romanos, que não atravessavam o Forum senão acompanhados por uma turba innumera d'escravos, incumbido cada um de funcções tão ridiculas como as dos servos portuguezes? Havia uma similhança immensa e aterradora entre a decadencia de Roma e a decadencia de Portugal. Os mesmos vicios deviam produzir os mesmos resultados.

A dissolução do heroico reino que descobrira o Oriente era tão facil de prevêr, como a do poderoso Estado que absorvêra por um momento em si, que abrigára á sombra das suas aguias todo o orbe conhecido.

Sem agricultura, sem industria, de que nos serviam as riquezas da India? Eramos apenas os correctores d'esse trafico, e o lucro que d'ahi tiravamos não podia compensar as immensas despezas necessarias para conservarmos o monopolio d'elle.

Foi este sempre o infortunio de Portugal. Embora o Oriente nos enviasse os seus thesouros, embora depois nos désem as minas do Brazil um capital formidavel, isso tudo o inutilizava a nossa funesta preguiça. Esse anno atravessava apenas o paiz, e ia, como fecundante orvalho, fazer viçar ao sol as messes d'Italia, alimentar as manufacturas de Flandres, enriquecer a Inglaterra, pagar um tributo humilhante á industria franceza, e, o que era peior ainda, absorver-se estupida e infructiferamente nos cofres insaciaveis do Vaticano.

CAPITULO XLI

Os estudos em Portugal no seculo XVI—A invasão do ensino pelos jesuitas

PORTUGAL entrára francamente no caminho da Renascença classica, e, apezar de occupados com os descobrimentos orientaes, nunca deixámos de acompanhar de um modo notavel o movimento scientifico do resto da Europa. Fez D. João II os maiores esforços para conseguir que o illustre sabio Angelo Policiano viesse fixar a sua residencia em Portugal, e, se o não conseguiu, foi porque Policiano, gozando o favor dos Medicis, e desfructando em Florença regalada e placida vida, não se sentia com muito appetite de vir para o extremo occidente da Europa, conseguiu ao menos ter em Portu-

Digitized by Google

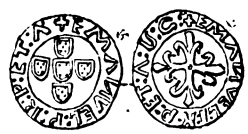
gal outro sabio de menos reputação que Policiano, mas tambem de bastante valor: Cataldo Siculo.

Vejâmos entretanto rapidamente a historia da universidade, e pelos progressos d'esse estabelecimento scientifico poderemos avaliar o desenvolvimento da instrucção portugueza. D. João II adoptou unicamente com relação á Universidade medidas, por assim dizermos, policiaes; D. Manuel, porém, deu-lhe logo em 1496 novos estatutos, augmentou o ordenado dos lentes, creou uma cadeira de theologia, outra de decretaes, outra de philosophia moral, e finalmente em 1518 uma importantissima cadeira de astronomia, de que foi primeiro lente o medico mestre Philippe[1].

O nome de D. João III é venerado, e justamente venerado na universidade, porque realmente o rei fanatico, que estabeleceu a Inquisição em Portugal, e que em Portugal introduziu os jesuitas, prestou no principio do seu governo os mais relevantes serviços á instrucção portugueza. E' porque o seu reinado divide-se claramente em duas partes: na primeira continúa-se o impulso dos reinados anteriores, adhere-se francamente á Renascença, acompanha-se o movimento litterario e scientifico do resto da Europa. Na segunda parte vem a reacção fanatica, e destroe completamente o trabalho anterior.

Era, devemos dizel-o, o que se passava em toda a Europa. O movimento da Renascença encontrára sympathia em todos os espiritos, mas os progressos da razão humana, devidos á renascença dos estudos, trouxeram, como era natural, a sua emancipação, e os chefes das nações, assustados com esse movimento dos espiritos, começaram a reagir contra elle. A' proclamação do livre exame responderam em toda a parte as fogueiras, á liga dos protestantes respondeu o compromisso dos jesuitas.

Levemos, porém, a historia da instrucção portugueza até ao momento fatal em que n'ella entram os elementos destruidores que tristemente assignalam o governo de D. João III, e não neguemos os serviços a quem depois os estragou com funestissimas resoluções.



Meio real ou meio vintem de D. Manuel

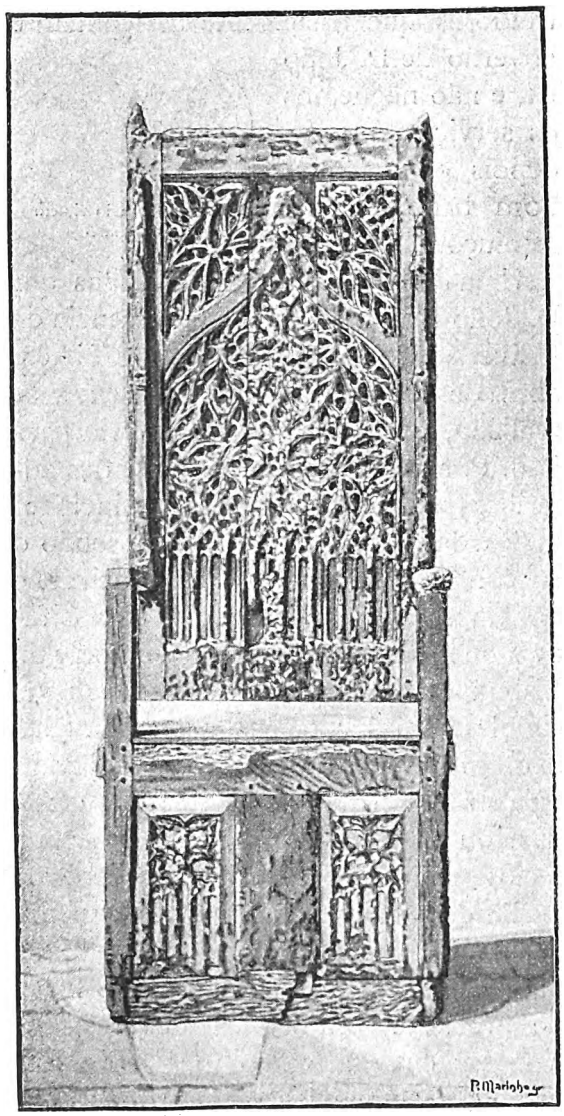
Uma das medidas mais sensatas que D. João III tomou foi a transferencia da Universidade para Coimbra. Foi em abril de 1537 que essa transferencia se realizou, e amplos motivos havia para isso. Por umas poucas de provisões anteriores se vê que um dos principaes males da Universidade estava sendo o suborno no provimento das cadeiras, e podemos inferir d'estes e de outros factos que as cadeiras da Universidade de Lisboa estavam sendo uns beneficios simples, umas conezias accrescentadas a outras muitas, com que arranjavam fartos rendimentos os validos dos grandes, ou os que conseguiam captar por meios mais ou menos licitos a benevolencia dos que entendiam no provimento das cadeiras. Transferida a universidade para Coimbra, já não quereria o logar de professor senão quem deveras tencionasse entregar-se ao magisterio. Em Lisboa, se havia lentes de primeira ordem, como Pedro Nunes e Garcia da Horta, havia outros muitos perfeitamente insignificantes. Demais, sabendo-se que era o valimento ou o suborno quem fazia as nomeações, acontecia que os muitos Portuguezes que estudavam no estrangeiro, pelas universidades estrangeiras se deixavam ficar leccionando, havendo lentes portuguezes notabilissimos nas universidades hespanholas, francezas e italianas, ao passo que escassea-

[1] S. J. Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos scientificos* etc., t. I, pag. 52.

Digitized by Google

vam e muito na universidade portugueza.

A historia das colonias scientificas portuguezas em França, historia verdadeiramente admiravel, e honrosissima para o nosso paiz, achava-se dispersa



CADEIRA DE D. AFFONSO V, EXISTENTE NO CONVENTO DO VARATOJO

por um grande numero de livros, de pouco facil accesso, e Portugal deve um serviço valioso ao sr. R. Francisque-Michel, que n'um livro recentissimo, intitulado *Les Portugais en France, les Français en Portugal*, colligiu esses elementos, e referiu succinta mas lucidamente essa curiosa e importantissima historia.

Já em 1430 apparece na lista dos reitores da universidade de Paris um Guilherme de Gouveia, que o historiador d'essa universidade classifica de *Batavus*, mas que o sr. Francisque Michel suppõe que seja *Bejanus*[1]. Sem adherirmos a essa supposição do sr. Francisque Michel, porque não é natural que figurasse o nome da cidade em vez de figurar o nome da nação, é tambem certo que não podemos deixar de reconhecer n'este nome de Gouveia um nome portuguez muito mais do que um nome hollandez.

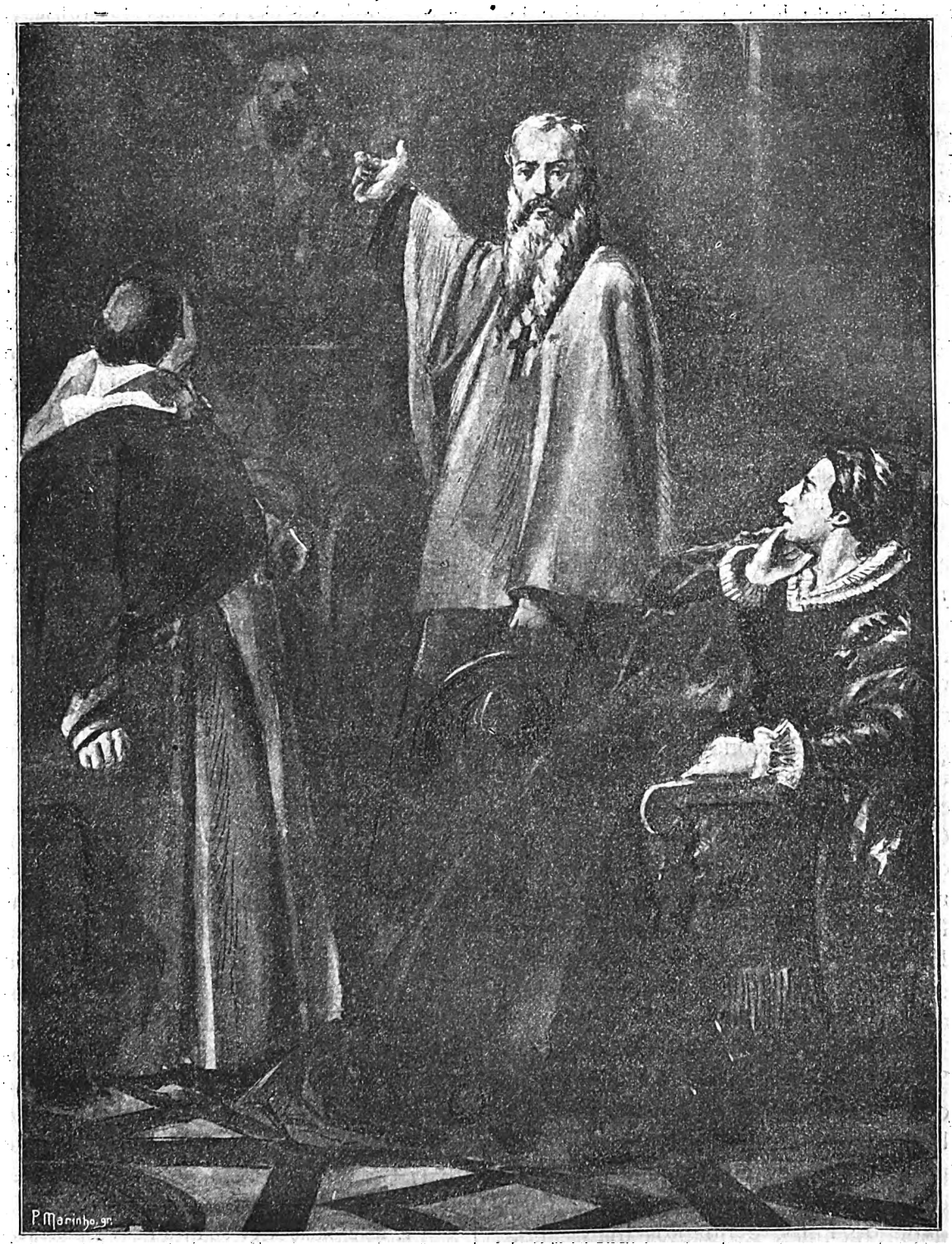
Quem sabe se esse Guilherme de Gouveia não teria passado da côrte de Philippe de Borgonha para Paris, e, se não passaria por isso por hollandez ou flamengo?

Em todo o caso, deixando esse Guilherme de Gouveia, de que ha apenas uma vaga noticia, é no reinado de Carlos VIII que encontramos em França dois Portuguezes celebres, Diogo de Gouveia e Francisco Martins da Costa, o primeiro dos quaes estava destinado a fundar uma verdadeira dynastia de sabios em Paris. Gouveia não tardou a grangear altissima reputação, foi escolhido para fazer parte das commissões encarregadas de examinar as edições da Biblia de Roberto Estienne. D. Manuel chamára-o a Portugal, mas elle estava pelo contrario empenhado em fundar em Paris uma verdadeira colonia scientifica portugueza. Suggeriu por isso ao governo portuguez a idéa de comprar o collegio de Santa Barbara para n'elle reunir todos os estudantes portuguezes dispersos pela grande capital franceza. D. Manuel, que já protegia muito o collegio Montaigu, não teve duvida em acceitar o pensamento de Gouveia. Este, vindo a Portugal e encontrando já no throno D. João III, conseguiu que elle

---

[1] R. Francisque Michel, *Les Portugais en France, les Français en Portugal*, pag. 103 (Paris, 1882).

Digitized by Google



A VOLTA DO ROMEIRO

fundasse n'esse collegio de Santa Barbara cincoenta pensões ou *bolsas*, como em França se diz, para cincoenta estudantes portuguezes pobres. A tudo accedeu o monarcha; em 1526 inaugurou-se o novo collegio portuguez, a que estavam reservados os mais altos destinos, porque o collegio de Santa Barbara tem si-

Digitized by Google

do até á actualidade um dos mais celebres collegios de França.

Foi então que principiaram a affluir a Paris um grande numero de Portuguezes verdadeiramente notabilissimos. Temos em primeiro logar os dois Gouveias mais celebres, Antonio de Gouveia e André de Gouveia; Marcial, que foi professor de rhetorica em Santa Barbara e em Poiti[1], e Diogo de Gouveia, appellidado moço; depois Pedro Fernandes de Evora, que em 1524 ensinava latim e humanidades em Paris; João Ribeiro, que foi repetidor em Beauvais, e professor depois no collegio de Santa Barbara; Diogo de Teive, professor em Pariz e Bordeus; Antonio Leitão de Braga, que foi professor de physica e de philosophia, e depois reitor de Santa Barbara em 1553; Manuel de Teive, discipulo distinctissimo do mathematico Fernel; Antonio Pinheiro, o futuro bispo, discipulo eruditissimo do famoso Strébée; João Baptista, auctor de umas poesias latinas dirigidas aos seus condiscipulos de Santa Barbara; João Ximenes e outros; Melchior de Belliago, que foi depois lente em Coimbra; João Fernandes da Costa e padre Francisco Soares de Vilhegas, reitores do collegio de Guyenna; Salvador de Fernandina, lente da universidade de Bourges e emulo do famoso Cujas; Jayme Aça, tambem professor de direito na mesma universidade; fr. Agostinho da Trindade, professor na universidade de Tolosa, e fr. Manuel Pousão, e Francisco Sanches, predecessor de Descartes e lente nas universidades de Tolosa e Montpellier, e Alvaro da Fonseca, eleito a 10 de outubro de 1547 reitor da universidade de Paris, e quantos mais ainda! Voltemos porém á brilhante pleiade dos Gouveias.

Diogo Gouveia regeu por muito tempo, e com muito applauso de todos, o collegio de Santa Barbara; André, tendo adquirido grande reputação em Paris, foi chamado pela *jurade* de Bordeus para dirigir e reformar o collegio de Guyenna, que entrava em decadencia. André de Gouveia foi, acompanhado por um brilhante estado-maior de professores portuguezes e francezes, seu irmão Antonio de Gouveia, Diogo de Teive, Mathurin Cordier, etc. O que foi o collegio de Guyenna, graças á acertada direcção que lhe imprimiu André de Gouveia, póde o leitor finalmente comprehendel-o, logo que lhe dissermos que teve este collegio por discipulos o celebre Miguel Montaigne, um dos grandes homens que a França possuiu, o austero de Boetie, o erudito José Scaliger. E, para que se não duvide de que a André de Gouveia sem duvida alguma deveu o collegio de Guyenna o seu grande aperfeiçoamento, basta lembrar o que do nosso patricio escreve o grande Montaigne no seu famoso capitulo sobre a educação, em que diz que era André de Gouveia sem comparação alguma o melhor director do collegio que havia em França[1].

Cheio de honras e de favores por Francisco I, que lhe déra carta de naturalização, nomeado conego da collegiada de Bazas, theologo da mesma egreja, e sacrista-mór da cathedral, André de Gouveia estava preso por muitos laços á França, mas ainda assim, quando D. João III o chamou a Portugal, e lhe enviou uma verdadeira embaixada composta de D. Lopo de Almeida e de Ruy Gomes da Costa, Gouveia não re-

[1] Julio Quicherat, *Histoire de Sainte-Barbe*, t. I, pag. 129 (Paris, 1860).

[1] E' no capitulo XXV do livro I dos *Ensaios*, capitulo dirigido a madame Diana de Foix, condessa de Gurson, e intitulada *De l'institution des enfants*, que Montaigne elogia o nosso André de Gouveia. Depois de contar que no collegio de Guyenna se representavam, e muito bem, tragedias latinas accrescenta: «En cela, Andreas Goveanus, nostre principal comme en toutes aultres parties de sa charge, feut sans comparaison le plus grand principal de France.» Montaigne, *Essais*, pag. 72 (Edição de Paris, 1831.)

Digitized by Google

sistiu, e foi para Coimbra. Seu irmão Antonio, esse ficou em França, e alli sustentou brilhantemente a honra do nome portuguez.

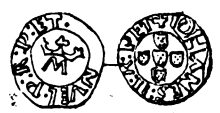
Foi professor successivamente em Avignon, em Valence, em Cahors e em Grenoble. Em toda a parte desafiava os professores para contendas litterarias, e, segundo diz o sr. Quicherat na sua *Historia do collegio de Santa Barbara*, sahia sempre vencedor da lucta. Afinal foi chamado a Turim, á côrte do duque de Saboya, sobrinho d'el-rei D. João III, foi nomeado conselheiro de Estado, e regeu em Turim até á sua morte a cadeira de direito civil.

Diogo de Gouveia, o *moço*, ficou dirigindo o collegio de Santa Barbara, depois da partida de seu primo André para Bordeus, e em 1538 teve tambem a honra insigne de ser eleito reitor da universidade de Paris.

Homens como os Gouveias formavam naturalmente uns nucleos em torno dos quaes procuravam agrupar-se todos os que possuiam um real merecimento.

O que succedia em Paris e Bordeus com os Gouveias, succedia em Hespanha com Ayres Barbosa, na Italia com Amato Lusitano, o medico famoso. Essa emigração scientifica repetiu-se no seculo XVII e a ponto tal que houve uma occasião em que quasi todos os physicos-móres da Europa eram portuguezes, a começar na Suecia, onde Bento de Castro era medico da rainha Christina, e a acabar na Toscana, onde Estevam Rodrigues de Castro era medico do grão-duque; mas então a causa era outra. Era a perseguição religiosa que expulsava de Portugal todos os que se entregavam á sciencia, sem a qual o estudo não póde caminhar seriamente.

Já muitas pessoas tinham feito sentir ao governo de D. João III o inconveniente d'essa accumulação de estudantes portuguezes no estrangeiro, com dispendio importante para o thesouro, e descredito da Universidade nacional. Resolvido a dar verdadeiro impulso á instrucção, o governo de D. João III, depois de transferir a universidade para Coimbra, depois de lhe dar os paços reaes para séde, resolveu chamar para cá os mais notaveis professores portuguezes e estrangeiros que andassem lá por fóra leccionando ou estudando, e encarregou Diogo de Gouveia, reitor do collegio de Santa-Barbara, de lhe enviar de França alguns mais notaveis. Outros, como André de Gouveia, segundo vimos, foram directamente requestados por el-rei. Vieram pois, entre outros, para canones o doutor Martim Azpilcueta Navarro, parente de S. Francisco Xavier; Luiz de Alarcão, João Peruchi Morgoveja, Manuel de Andrade; para theologia o padre Martinho de Ledesma, Affonso do Prado, Francisco de Monsan, Marcos, Romeu doutor da Sorbonna; Payo Rodrigues de Villarinho, doutor pela universidade de Paris; para jurisprudencia, Gonçalo Vaz Pinto, Antonio Soares, o castelhano Santa-Cruz, o italiano Fabio Arnanio, e o escocez Scott; para medicina Henrique Cuellar, Antonio Reinoso, Thomaz Rodrigues de Veiga, Antonio Barbosa, Luiz Nunes, Francisco Franco, Affonso Rodrigues de Guevara; para *artes*, emfim, e para linguas latina, grega e hebraica, professores de primeira ordem: André de Gouveia, de quem já falámos largamente, Nicolau Grouchy, que tambem era professor do collegio de Guyenna, auctor de varios livros latinos, entre os quaes Montaigne, que o elogia muito, cita mais especialmente o *De comitiis Romanorum*, o traductor em francez da *Historia da India* do nosso Fernão Lopes de Castanheda, e João da Costa, e Diogo de Teive, o grande hellenista, e Melchior Belliago,



Cinquinho, de D. Manuel

Digitized by Google

que foi bispo de Fez, e André de Rezende, que se distinguiu muito na universidade de Lovaina, e que foi depois o primeiro latinista e archeologo do seu tempo em Portugal, e Antonio Mendes, e Ignacio de Moraes, e o allemão Fabricio, e Rozetto italiano, e Elias e Jacques francezes, e o famoso Jorge Buchanan, o grande poeta escocez, que veiu depois a ser mestre da desgraçada Maria Stuart, seu irmão Arnaldo Patricio Buchanan.

Aproveitando assim os elementos portuguezes florescentes no estrangeiro, e o estado-maior que elles tinham sabido crear e agrupar em volta de si, porque Buchanan por exemplo vinha por gratidão a André de Gouveia, que o protegia, que o salvára, por assim dizer mettendo-o no collegio de Guyenna, D. João III fazia subir a universidade a um alto grau de esplendor.

N'esse tempo, segundo os Estatutos da Universidade, d'el-rei D. Manuel, as cadeiras eram as seguintes: prima e vespera de theologia, vespera e terça de canones, vespera e terça de leis, prima e vespera de medicina, uma cadeira de philosophia natural, uma cadeira de philosophia moral, uma cadeira de metaphysica, outra de logica e outra de grammatica. Em 1518 creou-se a cadeira de decretaes e a de astronomia.

Esta cadeira, que foi regida por Pedro Nunes, era importantissima, porque demais a mais n'esse tempo, em resultado das navegações dos Portuguezes, e das observações que elles faziam nas suas viagens, a attenção do mundo scientifico para Portugal é que se voltava. D. João II concentrára nas mãos de uma junta composta de medicos judeus, Rodrigo e José, do famoso allemão Martim Behaim, que para Portugal viera residir, de D. Diogo Ortiz bispo de Ceuta, e do licenciado Calçadilha, bispo de Vizeu, a direcção suprema de todos os negocios mathematicos[1]. Esta junta celebrava as suas sessões, com certo segredo, nas casas de Pero de Alcaçova, e era ahi que iam os navegadores receber as instrucções e os instrumentos, muitos d'elles inventados ou aperfeiçoados pelos membros da junta.

A practica das longas navegações dava aos Portuguezes uma tal auctoridade, que os livros dos nossos sabios eram esperados com avidez no estrangeiro e muitas vezes, graças a esse desprezo das proprias glorias, que foi sempre caracteristico dos Portuguezes, eram impressos primeiro lá fóra, como succedeu a muitas obras de Pedro Nunes[2].

A' junta estabelecida por D. João II succedeu o cosmographo-mór, cargo que durou ainda por mais de um seculo. A erudição e os conhecimentos mathematicos e astronomicos dos nossos navegadores attestam-n'o bem os *Roteiros* de D. João de Castro, o *Esmeraldo* de Duarte Pacheco, as duvidas submettidas por Martim Affonso de Sousa a Pedro Nunes, resultantes das observações scientificas feitas durante a sua viagem, e o facto ainda de que os Hespanhoes da expedição de Fernão de Magalhães, depois da morte do seu chefe, apezar do odio profundo que votavam aos Portuguezes, e que tinham claramente manifestado nas suas revoltas a bordo, não poderam deixar de entregar o commando da expedição ainda a Portuguezes, até que a morte, continuando na sua obra, fez com que afinal fosse parar o commando da expedição a Sebastião Elcano.

Attestam ainda essa erudição as homenagens dos sabios estrangeiros. Vejam-se para exemplo d'isso as dedicatorias do *Monalosphæn'um* de João Fernel a Diogo de Gouveia, e as da *Cosmotheoria*

---

[1] *Historia dos estabelecimentos scientificos*, etc., t. I. pag 5o.

[2] Quasi todas publicadas em Antuerpia, como succedia a muitos outros livros portuguezes.

Digitized by Google

do mesmo auctor a el-rei D. João III. Lembremo-nos, tambem, quanto aos methodos da construcção dos navios, que a primeira vez que Drake, o famoso almirante inglez, cujo cadaver n'este momento procuram os Inglezes no fundo das aguas da enseada de Puerto Cabello, onde foi sepultado dentro d'um caixão, a primeira vez que elle se apossou de um navio nosso, levou-o cuidadosamente a Inglaterra, para os constructores navaes do seu paiz poderem por elle modelar-se. Inglezes e Hollandezes aperfeiçoaram depois muitissimo os nossos methodos, que estavam sendo defeituosissimos, mas em todas as sciencias a grande difficuldade está certamente no primeiro passo, e esse tinham-n'o dado os Portuguezes, e não foi tão errado que, com os navios construidos nos nossos estaleiros, não chegassemos ás mais remotas regiões, e não tivessemos sulcado os mais tormentosos mares.

As sciencias mathematicas estavam então tanto em voga em Portugal que os principes se entregavam a ellas com ardor. O infante D. Luiz foi um dos mais aproveitados discipulos de Pedro Nunes; o duque de Bragança, D. Jayme, aquelle sombrio fidalgo que assassinou a esposa, entregou-se com tal ardor ao estudo das questões mathematicas, que não duvidava offerecer-se para ensinar methodos mais seguros aos astronomos, que estavam empenhados em decidir a velha e insoluvel questão para aquelles tempos, dos limites das conquistas dos Portuguezes[1].

O sr. Latino Coelho, no seu formoso livro *D. Vasco da Gama*, põe em duvida a sciencia naval de Vasco da Gama, referindo-se a palavras de Gaspar Correia. «Levando o Gama, diz o eminente escriptor, na terceira viagem á India por seu piloto a um Diogo Botelho, que se prezava de eminente na sua arte, e de grande espherico, ou como hoje diriamos astronomo, escreve o auctor das *Lendas* que o censurára o almirante pela ambição desmesurada com que pedira a el-rei

D. FR. AGOSTINHO DE CASTRO

a capitania de Chaul, e lhe dissera palavras que exprimiam ter em menospreso a sciencia da navegação[1]». Comtudo o sr. Latino Coelho accrescenta logo que as observações que Vasco da Gama fez pessoalmente durante a viagem mostravam que lhe não era extranha a sciencia da navegação. Effectivamente o que essas palavras indicam é mais uma manifestação da eterna lucta entre os *praticos* e os *theoricos*, mostrando os primeiros

[1] *Roteiro de Lisboa a Gôa*, nota do sr. Andrade Corvo.

[1] Latino Coelho, *Vasco da Gama*, t. II, pag. 21 (Lisboa, sem anno de impressão, mas saiu em 1881).

Digitized by Google

pelos segundos um grandissimo desdem. Que essa lucta andava bem accesa n'esses tempos, mostra-o Pedro Nunes nas palavras amargas que de vez em quando escreve na sua *Defensão da carta de marear*. Vasco da Gama teria aprendido a sciencia da navegação mais na practica do que na theoria, e provavelmente não deixaria de ter pelos rapazinhos sahidos da escola de Pedro Nunes, com grandes pretenções, o desdem que os velhos capitães de fragata ainda hoje não podem deixar de manifestar pelos guardas-marinhas premiados, que imaginam que podem dar lições com as theorias que trazem frescas da escola aos velhos lobos do mar, encanecidos na escola dos temporaes.

«Vimos o que era a sciencia mathematica, vejâmos tambem o que era a sciencia philosophica. Tinhamos então homens eminentes como foram Antonio Luiz e Antonio de Gouveia, aquelle professor da universidade de Coimbra, este professor em muitas universidades francezas. E' certo que a philosophia que se ensinava nas escolas portuguezas, a philosophia que os nossos grandes homens sustentavam e defendiam era a philosophia escholastica, a philosophia aristotelica, mas a philosophia de Aristoteles despida dos erros das traducções e dos vicios dos commentarios arabes. Antonio Luiz, que era um hellenista de primeira ordem, encarregou-se de explicar, nas escolas da universidade, o texto original de Aristoteles e de Galeno; introduzindo, entre nós, o espirito mais depurado da philosophia do sabio Stagirita[1].»

Antonio de Gouveia foi tambem, entre nós, e em toda a Europa talvez, o mais brilhante sustentaculo da velha philosophia aristotelica.

No celebre duello litterario que teve com o famoso Pedro Ramus, em virtude das cartas regias de março de 1543[1], em plena universidade de Paris, e em que ficou vencedor, é incontestavel que a victoria moral coube ao adversario, porque Pedro Ramus era o representante do progresso scientifico, Antonio de Gouveia o defensor do conservadorismo, e, embora o edito de Francisco I declare que Antonio de Gouveia ficou vencedor, porque Ramus, appellando dos juizes que dizia que lhe eram contrarios, e obrigado a continuar no debate, não pudera defender os seus livros, a verdade é que Ramus tinha sobeja razão, que dos cinco juizes que deviam decidir a contenda dois eram escolhidos por Antonio de Gouveia, e o terceiro pelo rei, que não queria senão que fossem condemnadas as doutrinas de Ramus, por conseguinte pode-se d'aqui ver bem qual seria a parcialidade do julgamento.

A verdade pois é que Antonio de Gouveia, apezar do seu immenso talento, estava no campo official, mas não estava no bom campo; estava no campo das velharias philosophicas e combatia contra a verdade, contra a luz, contra o progresso; Ramus ensinava que a auctoridade da razão é superior á auctoridade de Aristoteles, tentava desenleiar as discussões de logica de todo o immenso e confuso labyrintho das frivolidades inuteis, e era tudo isso o que Antonio de Gouveia combatia. Ramus estava do lado do progresso scientifico, pugnava pela emancipação do pensamento humano, Antonio de Gouveia combatia com grande enthusiasmo e com grande brilho de erudição e de sciencia pelos velhos methodos, pelas velhas formulas pueris, pela eterna escravização do pensamento aos dogmas philosophicos decretados pelas escolas, com nome de Aristoteles.

[1] Lopes Praça *Historia da philosophia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da philosophia*, t. I, pag. 90 (Coimbra, 1868.)

[1] Lopes Praça, *Historia*, etc., pag. 93, nota.

Digitized by Google

Por isso o edito do rei, publicando a sentença promulgada depois do combate, declarava Ramus «temerario, arrogante e impudente, por se ter arrojado a condemnar a arte de Logica acceite por todas as nações, ordenando-se ao mesmo tempo a suppressão da sua obra por estar cheia de asserções falsas, e ficando tambem o auctor prohibido de escrever ou ensinar em opposição ás doutrinas de Aristoteles, sob pena de ser castigado corporalmente[1].»

Antonio de Gouveia entretanto, acclamado por todos, e cheio dos favores das côrtes, continuava impavido a sua carreira triumphal, que terminou regaladamente em Turim, conselheiro, valido e predilecto sabio do duque de Saboya, ao passo que a carreira de Ramus expirava tragicamente na fatal noite de S. Bartholomeu, aos golpes de um assassino fanatico.

Mas, se veneramos em Gouveia o ultimo e brilhantissimo campeão de uma causa ainda vencedora officialmente, mas já vencida perante a consciencia e perante a razão humana, não podemos deixar de confessar que nos labios do martyr seu adversario é que palpitava o verbo do futuro, que era a sua fronte a que se aureolava com a luz da verdade e do progresso.

Mas em todo o caso o que d'aqui se mostra é que a philosophia como ella se comprehendia antes de Ramus tinha em Portugal os mais notaveis representantes, tanto assim, como vemos, que para oppôr a Pedro Ramus não escolheu o rei de França um dos seus subditos, mas foi escolher Antonio de Gouveia, o sabio estrangeiro. Depois veiu a philosophia nova, a que se fundava nos eternos principios da razão humana, a philosophia que Descartes e Bacon illustraram e que foi a mãe fecunda de todo o immenso progresso scientifico, mas n'esse tempo já Portugal fôra segregado por mão implacavel do convivio dos povos civilizados, já estava o nosso paiz nas garras negras dos jesuitas, já a unica luz que resplandecia nos horizontes portu-

Cinquinhos, de D. Manuel

guezes era a luz vermelha das fogueiras da Inquisição, mas ainda então, coisa notavel, ainda então Portugal dava a essa nova philosophia um dos seus mais sublimes representantes, Francisco Sanches, o predecessor de Descartes, um dos mais gloriosos e afamados philosophos dos fins do seculo XVI, como era ainda o sangue portuguez o que girava nas veias de um dos grandes mestres de philosophia moderna, Bento Spinosa; então, porém, a sciencia portugueza, que esses sabios tanto illustravam, estava banida do paiz. Era nas universidades estrangeiras que resplandeciam esses genios portuguezes, renegados pela sua patria, e, se Francisco Sanches ainda pertencia á geração que se gloriava do seu nome portuguez, Spinosa, descendente de Portuguezes, já nem era portuguez. A Hollanda assenhoreára-se, e assenhoreára se legitimamente d'essa gloria portugueza, e Spinosa, pertencente como os Gouveias a uma familia de Beja, era já hollandez de nascimento; em Portugal até nem já os bibliographos se davam ao trabalho de o reclamar!

Vimos o que era a instrucção superior; e a secundaria? Estava, por assim dizermos, um poucochinho confundida com ella. Comtudo as disciplinas que se aprendiam no collegio *das artes* constituiam preparatorios para a Universidade.

Emtorno d'este estabelecimento scientifico se foram formando successivamen-

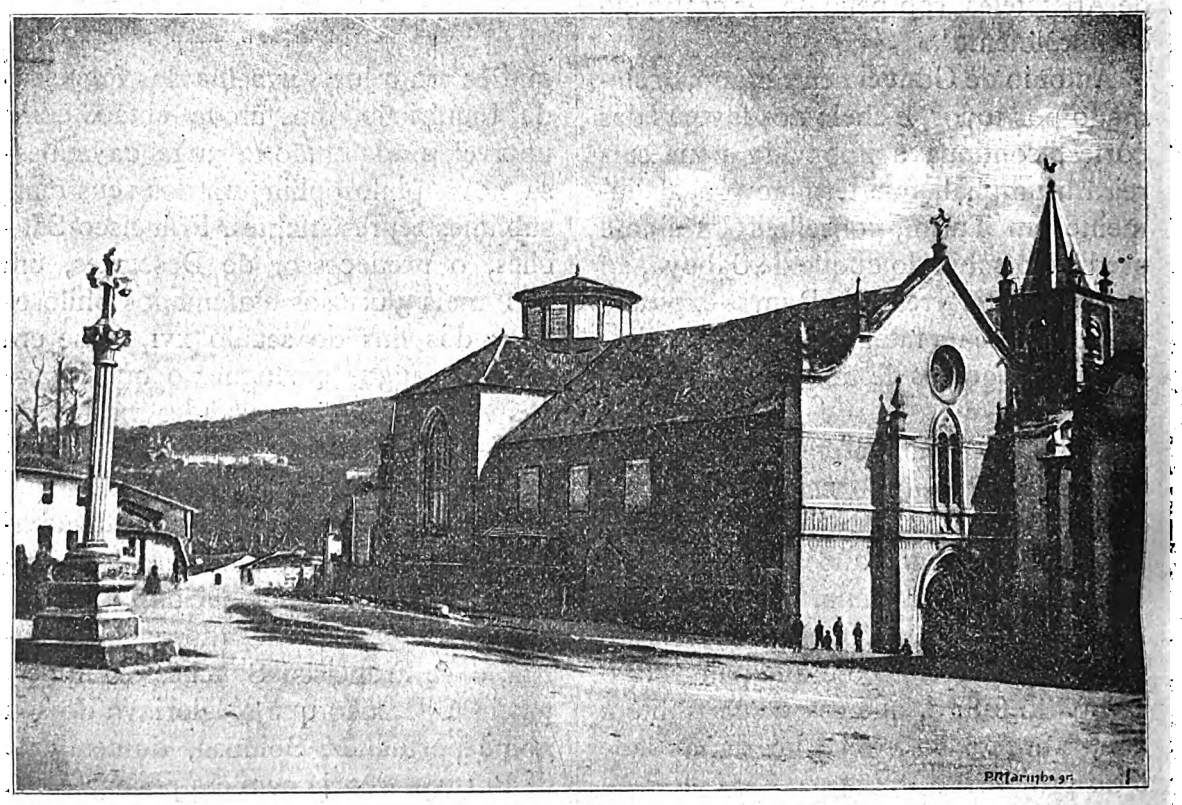
[1] *Diccionario Popular*, t. X, pag. 190, art. *Ramus (Pedro)* extractado e resumido de egual artigo do *Diccionario* de Larousse (Lisboa 1882).

Digitized by Google

te collegios das differentes ordens religiosas, onde os frades estudantes residiam e onde vinham preparar-se para cursar a Universidade. O collegio das Artes, que era completamente independente da Universidade, teve como principaes, successivamente, André de Gouveia, João da Costa e Payo Rodrigues Villarinho, todos doutores da universidade de Paris[1].

particular, principalmente de latim, e que estava bastante desenvolvido, como se viu depois pela reacção contra a invasão jesuitica.

A instrucção primaria, como serviço publico, estava completamente por crear. Fóra do ensino particular, a instrucção primaria achava-se exclusivamente enleiada com os institutos de beneficencia. Os collegios de orphãos começavam a



GUIMARÃES — EGREJA DE S. FRANCISCO

Além dos collegios das ordens religiosas havia ainda outros fundados por particulares, como o collegio do bispo amyclense. Em todos os conventos havia tambem instrucção secundaria, distinguindo-se entre todos n'essa epocha os da ordem de S. Domingos e dos conegos regrantes de Santo Agostinho (frades cruzios). Havia além d'isso ensino multiplicar-se. «A beneficencia applicada á educação popular, diz o sr. D. Antonio da Costa, embora sem constituição uniforme, estava iniciada[1].»

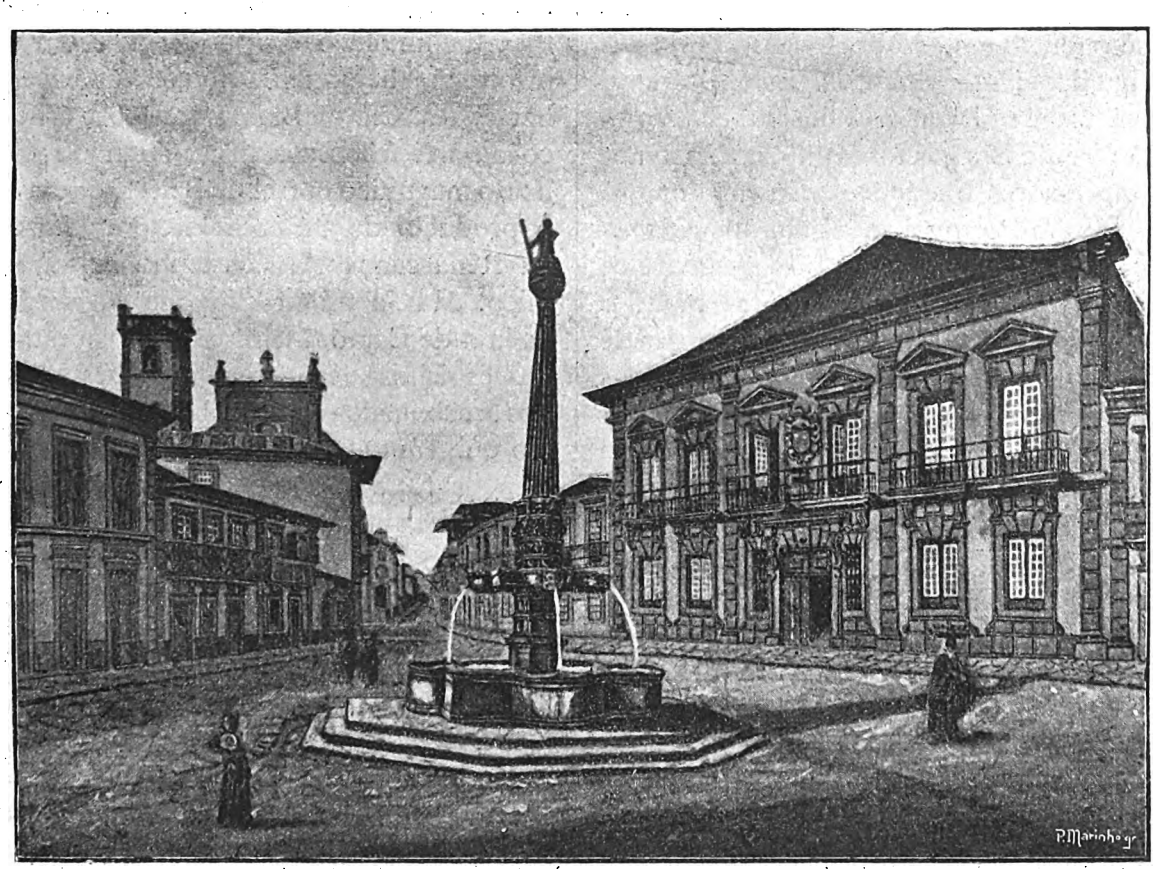
O collegio do bispo amyclense, a que nos referimos, foi fundado em 1552, em Coimbra, por D. Pedro Malheiro, para doze estudantes pobres; o collegio de Nossa Senhora da Escada foi fundado em Lisboa, pela viuva de el-rei D. João II,

[1] Francisco Carneiro Figueiroa, *Memorias da universidade de Coimbra*, manuscripto da secretaria universitaria, publicado no *Annuario da Universidade* 1877-1878, pag. 237 (Coimbra), 1877.

[1] *Historia da instrucção popular em Portugal*, pag. 68 (Lisboa, 1871).

Digitized by Google

para clerigos pobres; o de S. Thomaz foi creado por D. Manuel, no convento de S. Domingos, em Lisboa; já no meiado do seculo XV fundára um collegio o doutor Diogo Affonso Mangaancha; o collegio de S. Pedro fôra fundado em Coimbra, em 1540, para clerigos, tambem pelo bispo de Miranda com auxilio de D. João III; o collegio dos Meninos Orphãos, fundado no seculo XIII por D. Beatriz mulher de D. Affonso III, foi dotado largamente em 1549 pela rainha D. Catharina[1], e todos os collegios das ordens religiosas fundados em Coimbra tiveram o largo auxilio de D. João III.



VIANNA DO CASTELLO — CHAFARIZ DE S. DOMINGOS

O cuidado que principiava a merecer a instrucção primaria revela-se comtudo no empenho com que os homens mais notaveis d'esse tempo tractavam de escrever livros para ensino das crianças. O proprio João de Barros descia das alturas do seu genio ao ensino dos humildes, e escrevia uma *Cartilha* com a mesma penna com que traçava as paginas aureas das *Decadas*, esforçando-se desde logo por encontrar um methodo que facilitasse ás crianças esse primeiro passo no caminho da sciencia. Pedro de Magalhães escrevia *As regras de ensinar a maneira de escrever a orthographia portugueza;* o bispo D. fr. João Soares escrevia a *Cartinha para ensinar a ler com as doutrinas da prudencia adjunta uma solfa de cantigas para atiçar a curiosidade*[1].

Tambem não era estranho Portugal

[1] *Historia dos estabelecimentos scientificos*, pag. 54, 80, 81, 85, 88, 122, 458, 472 etc.

[1] D. Antonio da Costa, *Historia de instrucção popular*, pag. 69.

Digitized by Google

ao desenvolvimento da typographia. Valentim de Moravia e Nicolau da Saxonia tinham vindo estabelecer-se em Portugal, e aqui se imprimiu em 1495 uma traducção da *Vita Christi*, que está impressa com a perfeição relativa com que lá fóra se trabalhava. D. Manuel concedia aos typographos altissimos privilegios; no convento de Santa Cruz estabelecia-se uma imprensa particular onde se publicavam as obras classicas da antiguidade; em Coimbra João Barreira, em Lisboa Germão Galhardo, em Evora André de Burgos foram no seculo XVI os impressores e editores mais affamados.

Assim Portugal mantinha a sua posição na vanguarda dos povos europeus, e se nos descobrimentos dos mundos desconhecidos os deixava a perder de vista, não se deixava distanciar por elles no renovamento das sciencias. Restanos agora esboçar com rapidas linhas o estado das artes em Portugal.

Se a industria e a agricultura descahiam de um modo notavel, as artes prosperavam, se não com o esplendor com que brilhavam n'esse tempo na Italia, na França e na Allemanha, pelo menos de um modo bem superior ao seu estado em epochas posteriores.

Em pintura basta dizer-se que foi no seculo XVI que viveu o Grão-Vasco. Devemos notar um facto que muitos censuram, e que nós suppomos pelo contrario bem digno de apreço e de louvor. As artes e a litteratura em Portugal attingem no seculo XVI o maximo desenvolvimento que poderiam attingir as artes e a litteratura da Edade Media, se a Renascença classica não lhe tivesse vindo imprimir uma outra direcção.

O Grão-Vasco em pintura, os architectos de Belem e Thomar em architectura, Gil Vicente, Bernardim Ribeiro e Camões em poesia, são a expressão mais completa da arte original, que podia ter sahido do progresso natural dos espiritos, se não tivesse vindo a imitação dos classicos antigos. A luz, que vinha da Italia, dourou estes ultimos productos da arte medieval, e deu ao estylo manuelino de Belem e aos *Lusiadas* de Camões um caracter original, que destaca fortemente do resto da arte européa. Os criticos do seculo XVIII accusam vehementemente Camões da mistura sacrilega que faz do sagrado com o profano, da mistura da imitação do classicismo com a inspiração bebida nas fontes chronicas nacionaes. Carlos Blanc, o celebre critico da arte franceza, dizia indignado do nosso magnifico portal de Belem, que era o producto de um commercio adultero da Renascença classica e do estylo gothico. Mas a admiração que o grande poema de Camões tem sempre inspirado aos espiritos desprevenidos e despidos dos preconceitos de eschola, o enthusiasmo que em todos os estrangeiros produzem os formosos especimens de architectura manuelina que se acham espalhados no nosso paiz, provam exuberantemente que esse estylo, classificado de adultero e de bastardo, foi e ha-de ser sempre um dos grandes estylos da arte, e prova bem que, posto que n'um relampago, a arte em Portugal attingiu de subito um ponto culminante, d'onde não tardou a cahir, para só ter outro rapido momento de brilho no começo do seculo XIX.

«Parece-me que Vasco Fernandes, diz Rackzinsky, na sua cidade de Vizeu se conservou estranho ao movimento artistico da sua epocha, e que não teve outros mestres senão as gravuras allemãs e flamengas[1]». Rackzinsky, porém, não deixa por isso de se mostrar grande admirador de Grão-Vasco; sustenta unicamente que os quadros gothicos bellissimos que tanto abundam em Portugal

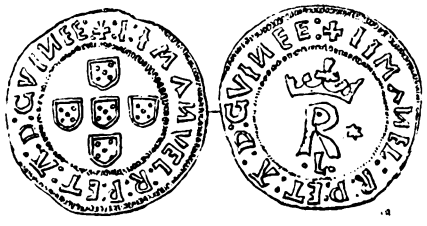
1 Rackzinsky, *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, pag. 96 (Paris, 1847).

Digitized by Google

não são da eschola de Grão-Vasco; este pintor é que é o producto mais brilhante d'essa eschola. Emfim, ponto culminante ou ponto de partida, é certo que Grão-Vasco é o nome dominante de um grupo vigoroso de pintores. Apezar, porém, de Rackzinsky dizer que no tempo de Grão-Vasco a eschola gothica já desapparecera de Portugal, elle mesmo cita um quadro, que classifica de soberbo[1], que está na egreja da Misericordia do Porto, e se chama a *Fonte da Misericordia;* Rackzinsky suppõe-n'o de 1518, e julga-o comtudo um magnifico especimen da eschola gothica.

Depois D. Manuel e D. João III mandaram varios artistas a Roma estudar n'aquellas maravilhosas escholas da grande cidade. Reinoso, Gaspar Dias, Braz de Avellar, Campello, Francisco de Hollanda lá estiveram, e muitos outros ainda, que seguiram, *non passibus œquis*, os seus mestres estrangeiros. Em esculptura, como diz Rackzinsky, se as estatuas que se vêem nos monumentos, em Belem ou na Batalha, consideradas isoladamente, não agradam, ligam-se tão bem com a architectura de que fazem parte, que parecem obras notaveis, impressão devida á habilidade dos canteiros. D. João II mandou vir de Italia o famoso esculptor André Contucci, appellidado o Sansovino, que fez em Portugal alguns trabalhos excellentes, embora não sejam dignos dos exaggerados elogios de Vasari. Da mesma fórma que Contucci veiu de Italia, vieram de Flandres no tempo de D. João III Antonio Moor, Christovão de Utrecht, etc. Mas a arte portugueza estacionou. Nem a esculptura, nem a pintura sahiram do berço.

Tivemos ourives admiraveis, como ainda ha pouco se viu nas maravilhas da Exposição da arte ornamental, como já sabiamos ha muito pelos delicadissimos lavores da conhecida custodia de Belem. O missal de Estevam Gonçalves, obra feita em epocha posterior áquella de que nos occupamos, revela tambem a existencia entre nós de admiraveis artistas; mas um dos primeiros illuminadores de livros do



Real, de D. Manuel

tempo de D. João III foi Antonio de Hollanda, que na Hollanda nascêra e que foi pae de Francisco de Hollanda. A illuminura e a ourivesaria acompanhavam perfeitamente as artes—mães por assim dizer—a pintura e a architectura ou a estatuaria. Depois de se moldarem, a illuminura pelo Grão-Vasco, a ourivesaria pelo estylo manuelino, acceitam afinal as fórmas estrangeiras.

Na architectura o estylo manuelino florescia com toda a sua elegancia e perfeição no mosteiro de Belem, no de Thomar, na torre de Belem, nas capellas imperfeitas da Batalha, n'alguns claustros de Alcobaça, n'um ou n'outro pedaço do palacio de Cintra, e emfim em tudo o que resta d'esse grande numero de edificações que se fizeram no reinado de D. Manuel, e no primeiro periodo do reinado de D. João III. Não é n'um livro de historia geral que se póde tractar largamente d'esta questão do estylo manuelino, que Herculano denominou tão sagazmente a *resistencia do estylo gothico á Renascença*, como poderiamos tambem denominar o poema de Camões a resistencia do espirito da velha poesia nacional á invasão niveladora da arte classica.

Chame-lhe embora estylo bastardo o

[1] Rackzinsky, *Les Arts en Portugal*, pag. 383 (Paris, 1846).

Digitized by Google

severo Carlos Blanc, todo zeloso das pragmaticas da arte[1], chame-lhe *estylo baroque* Rackzinsky, é certo que elle mesmo reconhece a sua inexcedivel magia[2], e se Carlos Blanc o tractou com esse desdem supremo, foi porque o viu apenas n'uma reproducção pueril, na exposição de Paris[3], porque não pôde contemplar banhados pelo sol poente, em frente do Tejo, os rendilhados lavores de pedra do portal do templo dos Jeronymos, d'esse portal que enthusiasmou Edgard Quinet, quando, ao visital-o, se enlevou n'aquellas altas columnas, que se assimilham aos mastros dos navios com as enxarcias e o apparelho, que lhe mostravam que fôra devéras um povo marinheiro que levantára aquelle monumento como fôra um povo marinheiro que concebera a maravilhosa epopéa dos *Lusiadas,* toda impregnada no acre perfume salino do Oceano.

Assim n'esse periodo, que vae do reinado de D. João II ao meiado do reinado de D. João III, attinge Portugal o pleno desenvolvimento da sua força e da sua originalidade. Da mesma fórma que Vasco da Gama, chegando ás plagas luminosas do Oriente, e Pedro Alvares Cabral aportando ás costas virginaes da America, pozeram o esplendido remate e corôa a esse longo trabalho das navegações portuguezas, assim como os estudos cosmographicos iniciados pelo infante D. Henrique, e que tinham sempre acompanhado como seguros pharoes os nossos marinheiros, chegam a produzir essa eschola magnifica do principio do seculo XVI, que tem por chefe o immortal Pedro Nunes, assim tambem a arte medieval portugueza, preza, já se vê, por intimos laços com a arte do resto da Europa, coroava-se no seculo XVI com os quadros do Grão-Vasco, as capellas imperfeitas da Batalha, o portal de Belem, e, n'um grau mais secundario, com a custodia dos Jeronymos e as illuminuras dos missaes, ramo de arte que só no principio do seculo XVII veiu a expandir o seu mais vivo e ultimo clarão com o missal de Estevam Gonçalves, assim tambem a nossa litteratura medieval chegou com Bernardim Ribeiro e Gil Vicente ao seu mais vigoroso desenvolvimento, e vinha a produzir emfim, quasi no expirar do seculo, como um testamento sublime da arte e da nacionalidade portugueza, esse estranho monumento dos *Lusiadas;* era assim tambem que o collegio de Santa Barbara em Paris, com os seus Teives e Gouveias, illuminava com o seu notavel esplendor a civilização franceza, como para attestar o que poderia fazer o genio portuguez, se as causas fataes que nos paizes catholicos do sul atrophiaram completamente o desenvolvimento do espirito humano, não viessem paralyzar tambem a nossa marcha tão rapida e tão brilhante no caminho do progresso.

E, para que nada faltasse então a esta manifestação brilhante do espirito portuguez, até mesmo na musica havia um certo brilho. Eram muitos os professores de canto em Lisboa; Garcia de Rezende cita na sua *Miscellanea* como cantores o Sargedas, Fontes e Francisquinho, um organista conhecido pelo nome de Cégo, e outros instrumentistas como Arriaga, Badajoz e Vaena, e emfim, para não nos alargarmos mais n'este assumpto, basta que citemos o nome glorioso de Vicente Lusitano, um dos grandes theoricos da musica no seculo XVI, que nasceu em Olivença, que viveu quasi sempre na Italia, e que teve com o famaso Vicentino uma discussão que ficou famosa, que foi julgada por ordem do papa pelos juizes Escobedo e Dankerts,

[1] Artigo da *Revista dos dois mundos* sobre a exposição de Paris de 1877.
[2] *Les Arts en Portugal.*
[3] *Mes vacances en Espagne.*

Digitized by Google

julgamento de que sahiu victorioso o nosso patricio, que affirmou ainda o seu triumpho na *Introduzione facilissima de canto fermo*[1].

Emquanto D. João III deixou governar os seus ministros educados na eschola de seu pae, e se guiou pelos seus conselhos, caminharam do modo que vimos as coisas da instrucção em Portugal; quando o fanatismo se assenhoreou completamente do seu espirito, a ruina de todas as suas instituições veiu provar completamente o que tinha de ser essa influencia fatal.

Digâmol-o comtudo: esse vento de reacção corria em toda a Europa, e a companhia de Jesus adquiriu, pela energia do seu instituto, uma influencia enorme em toda a parte onde apparecia. Em Portugal o enthusiasmo attingiu os seus ultimos limites. Fidalgos destinados a desempenhar no seculo um brilhante papel, padres seculares que já se tinham consagrado a Deus, frades até das outras ordens, lançaram-se nos braços da companhia de Jesus. O prestigio dos dois companheiros de Santo Ignacio não concorria pouco para esse singular triumpho: era um d'elles Rodrigues de Azevedo, um dos mais brilhantes alumnos do collegio de Santa Barbara, o outro S. Francisco Xavier, a mais doce physionomia de que o christianismo se póde gloriar depois de S. Francisco de Assis. O rei deixou-se seduzir sobretudo pelo seu espirito methodico e systematico. Prometteram-lhe os jesuitas disciplinar completamente as consciencias, mas para isso era-lhes necessario tambem inocular essa disciplina desde os mais tenros annos nos espiritos infantis, era-lhes preciso por conseguinte assenhorearem-se do ensino desde os seus primeiros graus até aos graus mais superiores.

A universidade de Coimbra estava solidamente organizada, e ahi não podiam entrar os jesuitas logo na primeira investida. Tentaram por consequencia fundar uma universidade sua; a isso resistiu D. João III, que conservava um certo amor pela universidade de Coimbra, que tanto lhe devia. Mas, logo dois annos depois da sua morte, conseguiram os jesuitas, graças ao zêlo com que por elles trabalhava o cardeal-infante D. Henrique, fundar a universidade de Evora em 1559, celebrando-se a sua fundação com festejos esplendidos[1]. Em

D GARCIA DE NORONHA, X GOVERNADOR DA INDIA

[1] Joaquim de Vasconcellos, *Musicos portuguezes*, t. I, pag. 214.

[1] D. Antonio da Costa, *Historia da Instrucção Popular*, pag. 80.

Digitized by Google

Coimbra, se não tinham podido tomar de assalto a universidade, tinham-se assenhoreado do collegio das Artes, expulsando os professores estrangeiros, como Buchanan, Grouchi, e indirectamente haviam dominado a Universidade, porque conseguiram que nenhum estudante se matriculasse nas faculdades universitarias, sem apresentar certidão de que fôra approvado nos preparatorios do Collegio das Artes[1]. Todo o ensino secundario, e por conseguinte o primario lhe cahia ao mesmo tempo nas mãos. Em Evora prohibia-se expressamente que se ensinassem estudos menores sem licença ou auctoridade dos jesuitas, e fez-se excepção apenas para a aula de André de Rezende, por ser mestre muito venerando e estimado. Havia comtudo resistencia em toda a parte, e em Braga refere o sr. Delphim de Almeida que os jesuitas tiveram de intentar uma demanda aos professores de latim para os obrigar a fechar as aulas. Ganharam a demanda, e applicaram as multas que os mestres tiveram de pagar á construcção do escadorio do sanctuario do Bom Jesus[2].

Essa lucta manifesta-se tambem na propria Braga, onde o cabido resistiu violentamente á entrada dos jesuitas, apezar d'estes serem protegidos abertamente pelo arcebispo D. Frei Bartholomeu dos Martyres[3]. Nas côrtes reunidas durante a menoridade de D. Sebastião, os procuradores do povo ainda protestaram vigorosamente contra as invasões da ordem nova. Mas afinal foi-se tudo acalmando. O monopolio do ensino, a constante protecção dos governos produziam os seus resultados. As gerações educadas pelos jesuitas iam-se curvando ao jugo da companhia, e um desastre immenso fez cahir em ruinas a civilização portugueza. A sciencia perdeu as suas novas aspirações, e voltou em philosophia a ser de novo a argucia escolastica, a medicina a ser outra vez a velha sciencia desilluminada dos clarões do experimentalismo e da observação, na theologia a triste gloria de ser uma das seitas mais notaveis dos theologos, que defendem os principios mais estreitos, a dos *andradianos*, quer dizer, dos seguidores do theologo portuguez Diogo de Paiva de Andrade[4]. A instrucção mathematica descia completamente, segundo diz Stockler; na universidade de Evora ensinavam-se apenas os elementos da sciencia.

Na arte, o florido estylo manuelino foi substituido por esse estylo frio e gelado, que faz lembrar uma regra do *Directorium*; a poesia perdeu as altivas aspirações do nosso grande epico, e transformou-se n'uma frivola occupação do espirito; o theatro, esquecidas as tradições de Gil Vicente, descambou ou na imitação do theatro hespanhol, ou, o que era peior ainda, n'esse genero soporifero das tragi-comedias, ás vezes latinas, que nos collegios jesuiticos eram parte obrigada de todas as festas. Nas mãos dos jesuitas cahiu tambem o direito de censurarem as obras que se publicavam, de as mutilarem, de as prohibirem e de redigirem emfim esses famosos *indices expurgatorios*, que punham a um regimen de dieta o espirito humano em Portugal. E assim tudo decahiu, tudo se aviltou, e esse é que foi o grande desastre da nossa vida nacional. O que importava Alcacer-Ki-

[1] D. Antonio da Costa, *Historia da Instrucção Popular*, pag. 77.

[2] Delphim de Almeida, *Reinado do Cardeal D. Henrique* e *Dominação dos Philippes*, pag. 164, nota 2.

[3] O sr. Fernando Castiço, escriptor muito notavel que adquiriu brilhantissima reputação no Brazil, como folhetinista do *Jornal do Commercio*, e que em Portugal, por indesculpavel modestia, se tem sempre retrahido, publicou no *Constituinte* de Braga uns folhetins com o titulo de *Braga antiga e moderna*, que dão elementos curiosos para a historia da invasão do ensino pelos jesuitas.

[4] Assim o diz Leibnitz nas suas *Obras philosophicas*, trad. franceza, t. I., pag. 542 (Edição de Paris de 1866).

Digitized by Google

bir? Era uma derrota apenas. O que importava a conquista hespanhola? Era um eclipse passageiro. Mas essa invasão do ensino pelo espirito jesuitico isso é que foi o grande desastre e a catastrophe suprema, porque inoculou no sangue das novas gerações o *virus* das suas doutrinas, porque viciou por largos seculos a forte constituição da raça portugueza. Alcacer-Kibir foi um rude golpe, a entrada dos jesuitas foi o envenenamento corrosivo, que se transmitte, por uma hereditariedade fatal, de gerações em gerações.

CAPITULO XLII

Os 60 annos de captiveiro.—Governo de Filippe II de Hespanha e I de Portugal.—Guerra nos Açores

Depois de termos asssim estudado rapidamente a vida social, economica e intellectual do novo paiz no seculo XVI voltemos os olhos com tristeza para a tenebrosa historia do dominio hespanhol.

Estava emfim consummada a união: Philippe II realizára o seu desejo, e podia dizer-se senhor de monarchia mais vasta do que a que obedecêra outr'ora ao mando supremo dos cesares romanos.

Jubiloso com o exito, desejando conquistar o affecto dos seus novos subditos, e conhecendo tambem que, não á vontade unanime d'elles, mas á traição e á força devêra a conquista de Portugal, Philippe II procurou tornar-se-lhes de todo o modo agradavel, e, pondo de parte o orgulho castelhano, adoptou os usos portuguezes e quiz lisongear o povo que a espada do duque d'Alba aos seus dominios incorporára. Mas o sombrio aspecto das populações bem lhe fazia perceber que nenhuma condescendencia seria capaz de lhes fazer esquecer a nacionalidade perdida. As demonstrações officiaes não o illudiam, e o astuto monarcha via que a nobreza, que primeiro lhe manifestára tão calorosa adhesão, começava a esfriar bastante, desde que vira que as famigeradas cédulas não eram pagas á vista, com a promptidão que imaginavam.

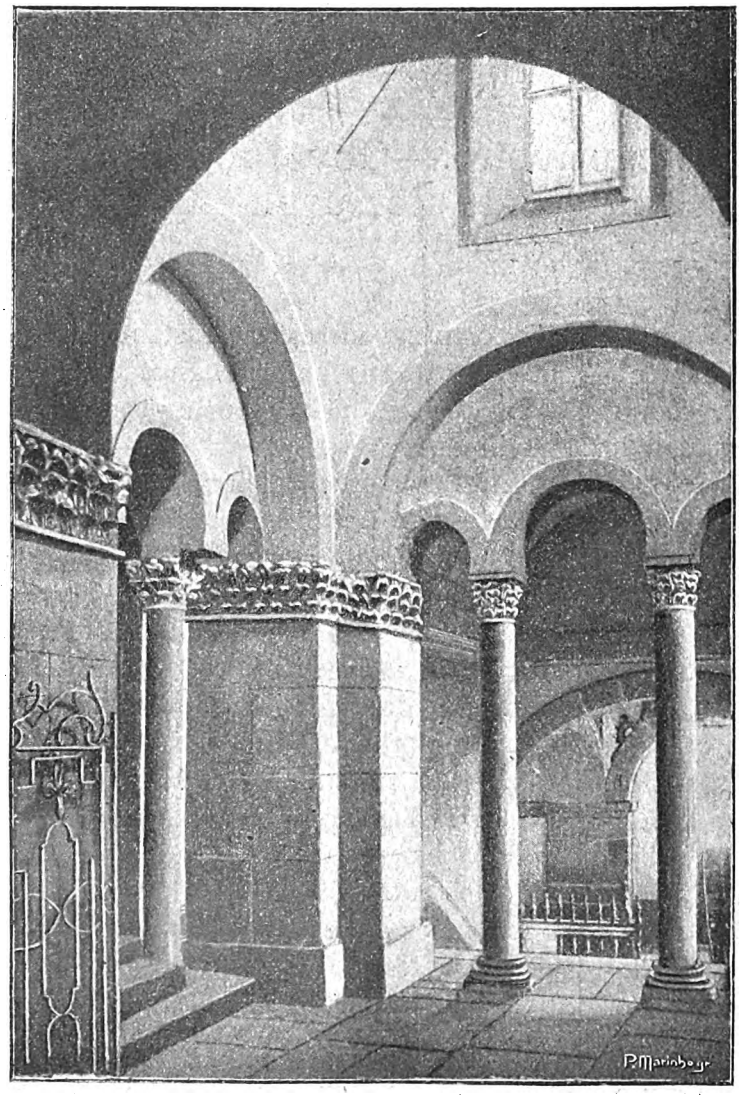
Effectivamente, Philippe II percebêra que, se fosse a pagar como promettera, não lhe chegariam as rendas do seu novo reino. Foi mais prodigo por conseguinte em titulos honorificos do que nas mercês lucrativas. Francisco de Sá foi nomeado conde de Mattosinhos, D. Francisco de Noronha, conde de Linharas. Isto não os contentava, e o bispo de Leiria e D. Christovam de Moura, encarregados pelo rei Catholico de darem ouvidos a todos os requerimentos, não tinham mãos a medir com a multidão dos pretendentes.

Entendeu por conseguinte Philippe II que era necessario mostrar a mão de ferro que até ahi encobrira quanto podéra com a luva de velludo, e reter pela força o que pela força conquistára. Para que se não imaginasse que havia de continuar a anarchia, em que Portugal estivera immerso durante os ultimos annos, anarchia que favorecia os abusos dos poderosos, e lhes assegurava a impunidade, Philippe II entendeu ser necessario recomeçar a obra de D. Manuel, e colleccionar n'um corpo ordenado as leis

Digitized by Google

vigentes, collecção que do seu nome ficou sendo conhecida na nossa historia legislativa pelo nome de *Ordenações Philippinas*.

Depois, para ter sempre o governo hespanhol a possibilidade de reprimir a

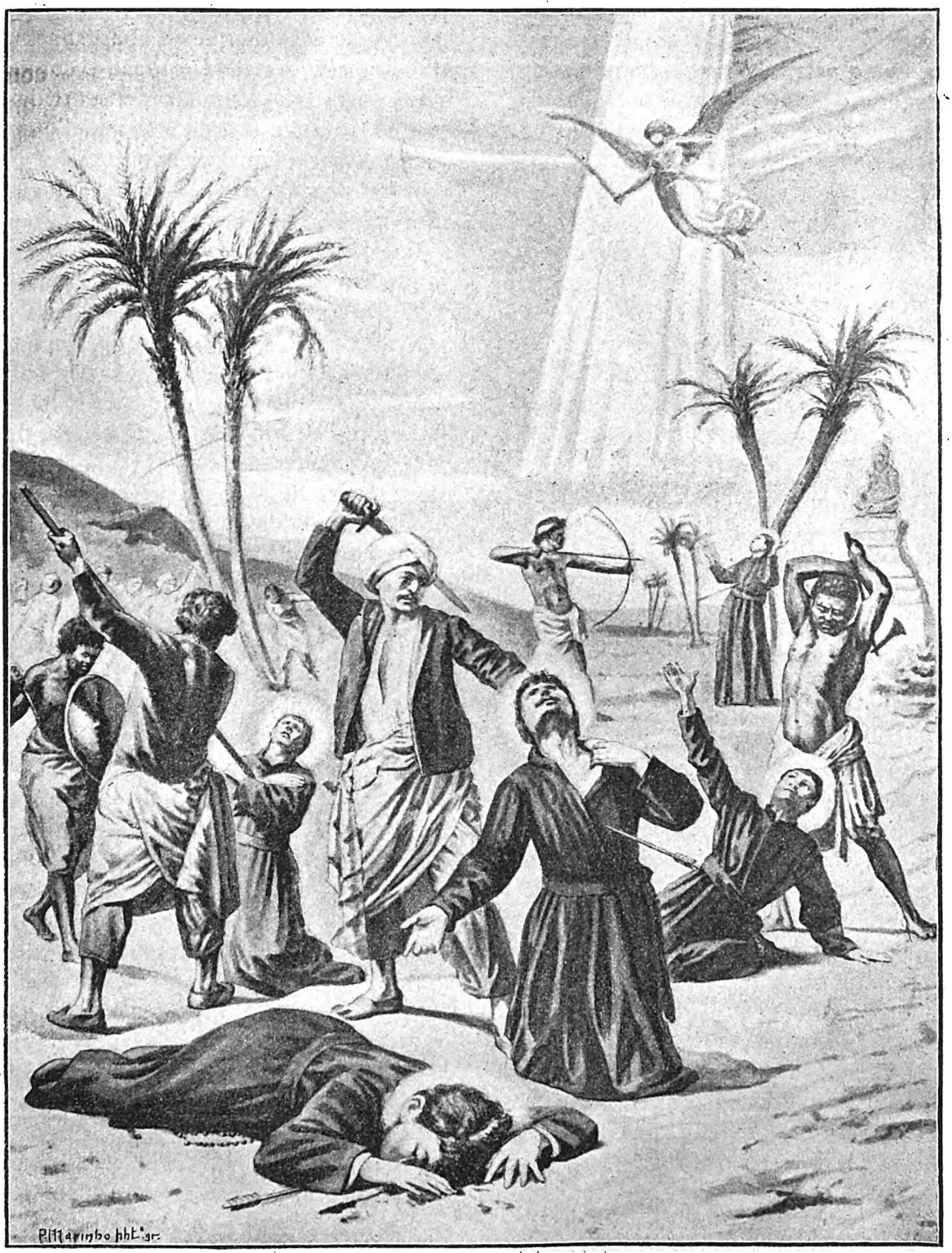


GUIMARÃES — ANTIGA CAPELLA DE S. FRUCTUOSO, VISTA DO ALTAR-MÓR

tempo qualquer movimento dos Portuguezes, adoptou o projecto que lhe foi apresentado por João Baptista Antonelli, engenheiro militar do exercito invasor, não menos pratico e habil em engenheria civil, projecto que consistia em tornar navegavel o Tejo até Hespanha. Delineou-se a obra, e chegaram-se a apontar as verbas d'onde devia sair a despeza.

As tentativas do Prior do Crato continuavam a sobresaltar D. Philippe, que pondo emfim de banda a calculada clemencia que primeiro mostrára, começou a revelar-se aos seus novos subditos debaixo do seu verdadeiro aspecto, erigindo a forca em permanencia, e punindo com toda a qualidade de penas, a qual mais severa, os suspeitos de desejarem a victoria do Prior do Crato, fossem embora mulheres ou innocentes crianças os criminosos indicados á sua crueldade. Philippe II via a Terceira, conservando nas ameias dos seus baluartes a bandeira de D. Antonio; percebia que a rainha d'Inglaterra, Izabel Tudor, e o rei de França, Henrique III, ou antes a sua mãe, a astuta Catharina de Medicis, rivaes do seu poder, não desgostariam de lhe suscitar complicações. A prova da parcialidade do soberano francez pelo Prior do Crato, tivéra-a elle recentemente quando, pedindo a expulsão de D. Francisco de Portugal, recebera uma recusa do gabinete do Louvre. A de Izabel patenteava-se claramente nos armamentos de Drake e Hawkins, protegidos pela soberana, e feitos, segundo a voz geral, contra os galeões hespanhoes da carreira da America. Philippe II percebia isto tudo, via Portugal inquieto, e adivinhava quanto essa inquietação devia favorecer os planos dos dois monarchas estrangeiros.

Digitized by Google



OS MARTYRES DE CONCOLIM

Mas as mesmas causas que tinham impedido a França e a Inglaterra de intervir efficazmente a favor de Portugal na guerra que o Prior do Crato sustentára, impediam agora esses dois paizes de o soccorrerem depois de vencido.

Digitized by Google

Essas causas eram a indecisão de Henrique III, e a firme resolução em que estava a prudente Izabel de não emprehender coisa de vulto sem a alliança franceza. Demais, a proxima sublevação flamenga attrahia mais as sympathias e o auxilio das nações visinhas da França, porque as provincias revoltadas offereciam uma corôa a um principe da casa de Valois, Francisco, irmão do rei, duque d'Anjou, que fôra primeiro duque d'Alençon e de Inglaterra, tanto por causa da communidade religiosa, como pelas immensas vantagens que a revolta das Provincias Unidas offerecia ao commercio de Inglaterra. Tudo isto impedia que as duas potencias se decidissem a intervir abertamente em favor de D. Antonio, receiando o immenso poder da casa d'Austria, sem que deixassem comtudo d'animar o pretendente, e d'auxiliar á socapa as suas tentativas de restauração.

Por isso Philippe II entendeu que devia, quanto antes, derrubar nos Açores o ultimo baluarte da independencia portugueza.

«A Terceira, diz Rebello da Silva, tida já então como cabeça dos Açores, devia a preeminencia á posição escala dos navios e armadas na derrota das Indias; a braveza dos mares que lhe rebentam em roda, a furia dos temporaes que lhe semeavam as praias de naufragios, e a aspereza das costas quasi inaccessiveis, tornavam mais facil a sua defeza. Enriquecida pela continuação das náus de S. Thomé e do Brazil, dos galeões da Mina, e das frotas de Castella e de Portugal, os navegantes acudiam a seus portos para esquecerem os trabalhos e privações de longos mezes de viagens. Prospera e socegada até ao anno de 1580, conhecêra só de nome as guerras, a escassez e os contagios. Na ditosa ignorancia dos flagellos, que açoitavam o continente, engrossára de dia para dia com os lucros da exportação dos cereaes de que se abasteciam a Madeira e o sul de Portugal, e com o fornecimento das esquadras soccorridas com mão larga, graças á fertilidade do torrão. Os sentimentos espontaneos da população sublevaram a ilha. As novas da morte de D. Sebastião e da acclamação de D. Henrique espertaram o amor da independencia. Cartas de D. Antonio e da camara de Lisboa, communicando os successos de Santarem e da capital no mez de junho de 1580, e pedindo appoio, acabaram de decidir de todo os moradores. Confiados na fortaleza da terra e nos auxilios de França, abraçaram a causa do rei portuguez. Cypriano de Figueiredo Vasconcellos, corregedor desde o anno de 1579[1], optára tambem pela defeza do throno popular que a essa hora baqueava em Alcantara e no Porto derrubado pelos capitães de D. Philippe. Figueiredo, modesto na prosperidade, depois mostrou-se superior nos revezes. A camara d'Angra e o procurador da cidade proclamaram o Prior do Crato. Os padres jesuitas, o bispo dos Açores, D. Pedro de Castilho, João de Bettencourt Vasconcellos, e poucos outros, formando o nucleo dos adherentes de Castella, apenas protestaram com silencio ou com a ausencia. Os neutros e indifferentes, recolhidos em suas casas, estranhavam como funestas todas as novidades; mas nas ruas e nas praças o enthusiasmo da plebe converteu em festa publica a ceremonia da acclamação[2]».

Este Cypriano de Figueiredo, em quem Rebello da Silva fala, caracter

[1] Rebello da Silva engana-se na data. Cypriano de Figueiredo foi nomeado corregedor em 1576. Corrige o erro o sr. Camillo Castello Branco n'um dos seus excellentes estudos ácerca do sr. Prior do Crato, a pag. 39 do volume da *Historia e sentimentalismo*, (Porto, 1879).

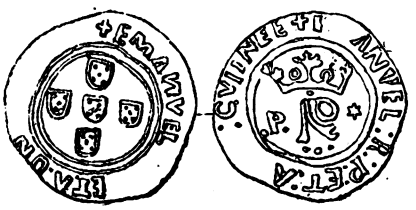
[2] Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII. Dominação da casa d'Au tria*, tom. 3.°, liv. I, cap. I, pag. 23 (Lisboa, 1867).

Digitized by Google

honesto e alma intrepida, animou com a sua firmeza os habitantes, que logo depois da resolução patriotica, não tinham podido eximir-se a um verdadeiro panico, sabendo que, no momento em que proclamavam rei D. Antonio, perdia elle a batalha de Alcantara e fugia de villa em villa deante de D. Sancho d'Avila. Agora a sua unica esperança estava nos soccorros de França ou de Inglaterra. Philippe II viu que lhe era forçoso accudir com tempo a vencer a resistencia da Terceira, para que não tomassem força os pretendentes de D. Antonio, e para que as nações estrangeiras se não animassem tambem a soccorrêl-o. Felizmente para o rei catholico, nem todo o archipelago dos Açores seguiu o exemplo da Terceira. O bispo de Angra, refugiado em S. Miguel, lográra conservar debaixo do dominio de Philippe esta ilha importantissima e juntamente com ella as de Santa Maria, Flores e Corvo.

Apenas encerrou as côrtes de Thomar, Philippe II tractou de subjugar as ilhas revoltadas, e, tentando primeiro os meios brandos, enviou para governador da Terceira Ambrosio d'Aguiar, e para corregedor Jorge de Covos, encarregados de prometterem o perdão aos que, arrependidos, acceitassem a nova realeza. Essas promessas não produziram outro effeito senão inflammar os animos d'alguns partidarios de Philippe que existiam na Terceira, sendo os principaes os jesuitas. Ambrosio d'Aguiar e Jorge de Covos nem desembarcar poderam, e retiraram-se para S. Miguel; mas os hespanholados de Angra quizeram tentar uma contra-revolução, que gorou. João de Bettencourt sahiu á rua quasi sósinho proclamando Philippe. A custo o livrou Cypriano de Figueiredo do furor da plebe, vendo-se ainda assim obrigado a proceder com rigor contra elle. O grande trabalho do honesto Cypriano de Figueiredo era cohibir as demasias a que sempre se entrega uma população revolta, valendo-lhe isso o accusarem-n'o de tibio na defeza da causa aquelles que não vêem nos triumphos politicos senão um meio de saciarem as suas vinganças particulares.

Pouco depois da partida de Ambrosio d'Aguiar enviou Philippe II uma esquadrilha de dez navios, e algumas embarcações pequenas, commandada por D. Pedro Valdez, encarregado de offerecer ainda uma amnistia, já um pouco em som de guerra, mas com instrucções positivas de não tentar facção de vulto, emquanto se lhe não reunisse maior esquadra. Foi em julho de 1581 que a frota de Valdez chegou á vista da Terceira sem que o seu aspecto, nem as intimações que enviára á terra, intimidassem os habitantes. Ferido com este desprezo, e notando que os moradores não tinham bastante vigilancia na defeza, Valdez intentou apoderar-se da ilha por um assalto subito.



Real, de D. Manuel

Uma noite approximou-se da villa de S. Sebastião, e lançou ferro. Logo o rebate despertou a ilha toda, mas ainda assim Valdez, que tinha debaixo das suas ordens seiscentos homens de desembarque, commandados por seu sobrinho D. Diogo Valdez e por D. Luiz de Bazan, conseguiu lançar em terra duzentos junto da *Casa da Salgada*, entre Angra e Villa da Praia, antes que os da ilha podessem oppôr-lhe mais do que cincoenta homens. Estes defenderam-se comtudo com sobre-humano valor, mas, quando a milicia de S. Sebastião, que viéra a toda a pressa, chegou ao logar do combate, já

Digitized by Google

encontrou, em vez de duzentos, quatrocentos soldados hespanhoes, veteranos difficeis de desalojar. Ao romper da manhã dois ou tres mil homens cobriam os serros tiroteiando com os soldados de D. Pedro Valdez, não ousando lançal-os ao mar, mas tambem não perdendo um palmo de terreno, e inquietando-os sempre com uma fuzilaria bem sustentada. Mais d'uma vez tentaram os Hespanhoes um movimento aggressivo, mas foram sempre repellidos pela heroicidade dos habitantes da Terceira, que, inflammados pela desesperação, faziam prodigios de valor. Com tanta vontade combatiam, que até as mulheres tomavam parte na lucta, umas dando munições aos que pelejavam, e soccorrendo os feridos, outras pegando mesmo em armas, e batendo-se com a bravura da tradicional padeira de Aljubarrota.

Era meio dia, e D. Pedro Valdez via já que podia desistir da idéa de tomar uma ilha tão vigorosamente defendida. Mas não bastava aos Portuguezes o conservarem as suas posições. Combaterem elles, que formavam apenas uma milicia aggregada ao acaso, com os veteranos hespanhoes era proporcionarem a estes o ensejo de uma victoria segura. Houve então um frade cruzio, que lembrou um ardil renovado da historia das guerras punicas. Juntaram-se os touros mais bravos das amplas manadas da ilha, e, aguilhoados pelos pastores, soltaram-se contra as improvisadas trincheiras hespanholas; na colla d'elles iam os Portuguezes. Dispersos pela furia dos animaes impetuosos, e accommettidos logo em seguida pelos desordenados mas intrepidos ilhéos, os Hespanhoes perderam a formatura, e quasi que não offereceram resistencia. Impellidos para o mar, e não sendo protegidos efficazmente pela artilheria de bordo, que, temendo talvez confundir na matança amigos e inimigos, permanecia silenciosa, os Hespanhoes encontraram quasi todos a morte, uns na ponta do ferro dos inimigos, outros nas ondas a que se arrojavam para procurarem salvar-se. Nunca houve derrota mais completa; apenas cincoenta soldados escaparam com vida, menos ainda da decima parte dos que haviam desembarcado! Os officiaes ficaram estendidos no campo, entre elles D. Luiz de Bazan e D. Diogo de Valdez. Bandeiras e armas de toda a qualidade cahiram nas mãos dos Portuguezes, que abusaram da victoria, como verdadeiros guerrilhas que simplesmente eram, matando a sangue frio os desgraçados que pediam misericordia. Debalde Cypriano de Figueiredo procurava fazer respeitar as leis da guerra: ninguem o attendia, e estas provas de humanidade não faziam senão dar um pretexto para as accusações que ambiciosos malvados levavam aos ouvidos de D. Antonio.

D. Pedro Valdez, chegando a Portugal, foi preso e processado por ordem de Philippe II, por não ter esperado a esquadra que se lhe devia unir, e que D. Lopo de Figueroa commandava. Esta, chegando pouco tempo depois e encontrando os Portuguezes ensoberbecidos com a victoria, nada quiz tentar, e retirou-se, depois de reconhecer a ilha. Este desastre foi compensado para o rei Catholico pela chegada a salvamento da esquadra das Indias Orientaes, commandada por Antonio de Mello, e que Cypriano de Figueiredo debalde tentára attrahir a Angra.

Mas as difficuldades cresciam apezar d'isso. Viera a escassez dos cereaes, e d'ahi resultára a fome, o que podia sublevar as populações. O consul francez Pedro d'Or formava conspirações, e foi por isso expulso de Portugal; a policia hespanhola redobrava de vigilancia, de desconfiança, e de crueldade. As noticias da Europa eram pouco animadoras. A França e a Inglaterra, exaltadas pela vi-

Digitized by Google

ctoria dos Portuguezes, começaram a prestar attento ouvido ás propostas de D. Antonio; Philippe II prevendo todas as eventualidades, expediu reforços para as colonias portuguezas, mandou construir uma cidadella em Cascaes e reparar as fortificações do Tejo. D. Antonio comtudo, depois das primeiras esperanças, voltava a desanimar. A alliança franco-ingleza não se realizava, e Izabel ainda parecia pouco disposta a mudar em realidades as suas promessas. Mas Catharina de Medicis chamou-o a França, o duque d'Anjou, Francisco de Valois, fez com elle uma alliança particular. Incitado tambem a isso pelo conde de Vimioso, que tinha em França intimos amigos[1]. D. Antonio decidiu-se a esperar soccorro da côrte franceza. Estipulou-se então um tractado com condições onerosas, é certo, mas que emfim assegurava acção immediata. Catharina de Medicis renunciava aos seus phantasticos direitos da corôa de Portugal, e em compensação D. Antonio obrigava-se a entregar o Brazil á França, assim que estivesse de posse do seu reino. «O pacto, diz Rebello da Silva, pelo qual o pretensor não duvidava desmembrar a monarchia na idéa d'obter soccorros que o ajudassem a recuperar o throno, é provavel que não lhe ligasse depois as mãos. Se a sorte das armas coroasse em Portugal os seus designios, decerto não faltariam pretextos que o absolvessem da obrigação contrahida. Esta negociação reteve-o em Pariz até novembro. Consummada ella, estabeleceu a residencia no castello de Plessis-Picquet, perto da capital, d'onde o chamaram a Tours, e depois a Nantes, os aprestos das expedições armadas para prover á defeza dos Açores. Uma tentativa d'assassinato, assalariada pelo gabinete de Lisboa, veiu provar-lhe n'este meio tempo que Philippe II não hesitava na escolha de meios, quando tractava de supprimir os inimigos[1].»

JOÃO DA SILVA (O DOS ALCAIDES)

Emquanto D. Antonio procurava as-

[1] E'ainda ponto duvidoso se D. Francisco de Portugal chegou ou não a ser conde. Sustentou seu irmão em requerimento que fez que seu pae D. Affonso, 2.º conde de Vimioso, lhe sobrevivêra, mas podia ter em vista, como bem observa o sr. Camillo Castello Branco, salvar o titulo e os bens da confiscação hespanhola.

[1] Manuscripto da bibl. imp. de Paris, cod. 2286 (Fonds Harlay), doc. 68. Officio de Saint Goard, de 23 de novembro de 1581. De Thou, *Historia Universal*: t. VI. *Archives curieuses* 1.ª série, t. IX. *Brievfe et sommoire description. de la vie et mort de D. Antoine*, pag. 10.» Rebello da Silva, *Hist. de Port.*, etc., t. 3.º pag. 37.

Digitized by Google

sim conciliar a alliança franceza, o seu representante na Terceira, Cypriano de Figueiredo, mostrava um nobre caracter, e desenvolvia uma actividade intelligente, que todos calumniavam. Como elle não se mostrava disposto a consentir excessos ao partido triumphante, accusavam-n'o, os que sempre querem lucrar n'estas épochas revoltas, de se entender com os Hespanhoes. Pois elle bem mostrava que se era moderado não era fraco, e se sabia reprimir as demasias dos seus não consentia aos adversarios a mais leve tentativa de revolta. As portas da casa professa dos Jesuitas entaipadas a pedra e cal, porque os padres se obstinavam a excitar o povo contra D. Antonio, e o vigario do bispado d'Angra prêso como suspeito de se corresponder com D. Pedro de Castilho, bem revelavam quaes eram as tendencias de Cypriano de Figueiredo. Comtudo isso não impedia que as queixas contra elle importunassem continuamente os ouvidos de D. Antonio, e este, ingrato e cégo, rodeado d'aduladores, como se, em vez de ser principe exilado, fosse monarcha reinante, commetteu o gravissimo erro d'attender os queixosos, e de chamar para junto de si o honrado e intrepido Cypriano de Figueiredo[1], mandando-o substituir por Manuel da Silva, que elle fizéra conde de Torres Vedras, e cuja inepcia, junta com uma indole libertina e uma crueldade nativa, que fariam d'elle um verdadeiro Caligula, se os seus caprichos fossem lei para o universo como o eram para a Terceira, cuja inepcia dizemos, foi um dos motivos da ruina da causa[2].

[1] E' certo que o fez conde de S. Sebastião, mas sempre o exonerou do governo da Terceira, e não foi um erro grave.

[2] Mantemos a nossa opinião, apezar da brilhante defeza do conde de Torres Vedras, intentada pelo sr. Camillo Castello Branco. Os proprios feitos narrados pelo nosso grande romancista e brilhante historiador confirmam o nosso parecer, como mostraremos.

Manuel da Silva chegou á ilha Terceira em fevereiro de 1582, exactamente quando começaram tambem a chegar os soccorros promettidos por Catharina de Medicis, que d'esta vez estava resolvida a tentar devéras a sorte das armas. A propria Izabel d'Inglaterra, vencida pelas instancias do seu ministro Walsingham, resolvera-se tambem a destacar para os Açores alguns dos navios das esquadras de Drake e Hawkins. Já se vê que estes alistados eram considerados como voluntarios alistados por D. Antonio, pois que a França e a Inglaterra continuavam officialmente em paz com a Hespanha.

Os estrangeiros que desembarcaram na Terceira, pouco antes e pouco depois da chegada do conde de Torres Vedras, foram alguns Francezes e Italianos, commandados pelos capitães Carlos de Bordeus e Baptista de Florença, e alguns Inglezes, dirigidos pelos capitães Henry Knowles e Edward Prinn. Estes soccorros parciaes foram reforçados por uma esquadra de nove navios e oitocentos homens, commandados por Carlos Rouhauld, senhor de Landereau. E entretanto o Prior do Crato apressava ainda a partida d'uma consideravel frota, que devia ser commandada pelo celebre Filippe Strozzi, que, sendo filho d'um republicano florentino que se suicidára no carcere, odiava de morte a casa de Austria, a cuja influencia deveram os Medicis a sua volta a Florença e a destruição da republica toscana.

Já se vê, pois, que d'esta vez os alliados do Prior do Crato estavam dispostos a auxilial-o efficazmente.

Uma brilhante nobreza, a flôr dos gentis-homens da França e os nobres Portuguezes exilados, embarcaram n'esta esquadra. Carlos de Cossé, conde de Brissac, era o immediato de Strozzi, e João de Beaumont, José Doineau de Sainte Soline, o senhor de Bourdas de Aix, Leão Fumée, Antonio Escalin, quasi

Digitized by Google

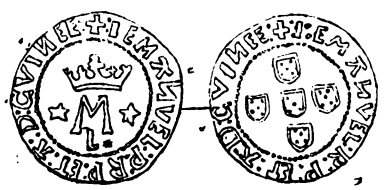
todos mancebos ardentes e cubiçosos de gloria, commandavam os cinco mil homens, que iam na armada, composta de trinta caravellas, vinte patachos, e cinco naus grossas. O chefe natural da fidalguia portugueza era o conde de Vimioso, amigo intimo e irmão d'armas de Strozzi. Estimavam-n'o e respeitavam-n'o os Francezes, que ainda, havia pouco tempo, o tinham visto pelejar com grande valor em Flandres, aonde fôra fazendo parte da expedição do duque de Anjou.

Philippe II conhecia estes preparativos e inquietava-se com elles. Temia que D. Antonio se dirigisse ao Brazil e o conquistasse com facilidade; temia até que lançasse um golpe de gente em Lisboa, defendida então por poucas tropas hespanholas, e, auxiliado pelas disposições do reino, cada vez mais hostis, ateiasse de novo a chamma da sublevação. Por isso o rei de Hespanha não se descuidava, e, ou assalariando sicarios para assassinarem D. Antonio, perigo a que este milagrosamente escapou, ou fazendo vivas reclamações na côrte de França, procurava de todos os modos impedir a partida da expedição.

Esta partiu comtudo de Belle Isle no dia 26 de junho de 1582. E' notavel que d'esse mesmo porto, dois seculos e meio depois, partiu uma outra expedição, tambem dirigida para os Açores, tambem commandada por um principe generoso, D. Pedro, mas que, mais feliz do que o seu antecessor, levava comsigo a victoria, e com a victoria a liberdade para Portugal.

A 10 de julho do mesmo anno sahiu de Lisboa, tambem para a Terceira, a esquadra do marquez de Santa Cruz, que devia combater a de Strozzi. Compunha-se de trinta e uma naus e de cinco patachos, levava cinco mil homens de desembarque, e tambem uma brilhante phalange de nobreza desejosa d'illustrar o seu nome nas batalhas.

Entretanto o conde de Torres Vedras estreiava o seu governo d'um modo completamente differente do de Cypriano de Figueiredo. As exacções, as violencias, as perseguições brutaes lisongeavam talvez os instinctos sanguinarios e ferozes do populacho, mas indignavam todos



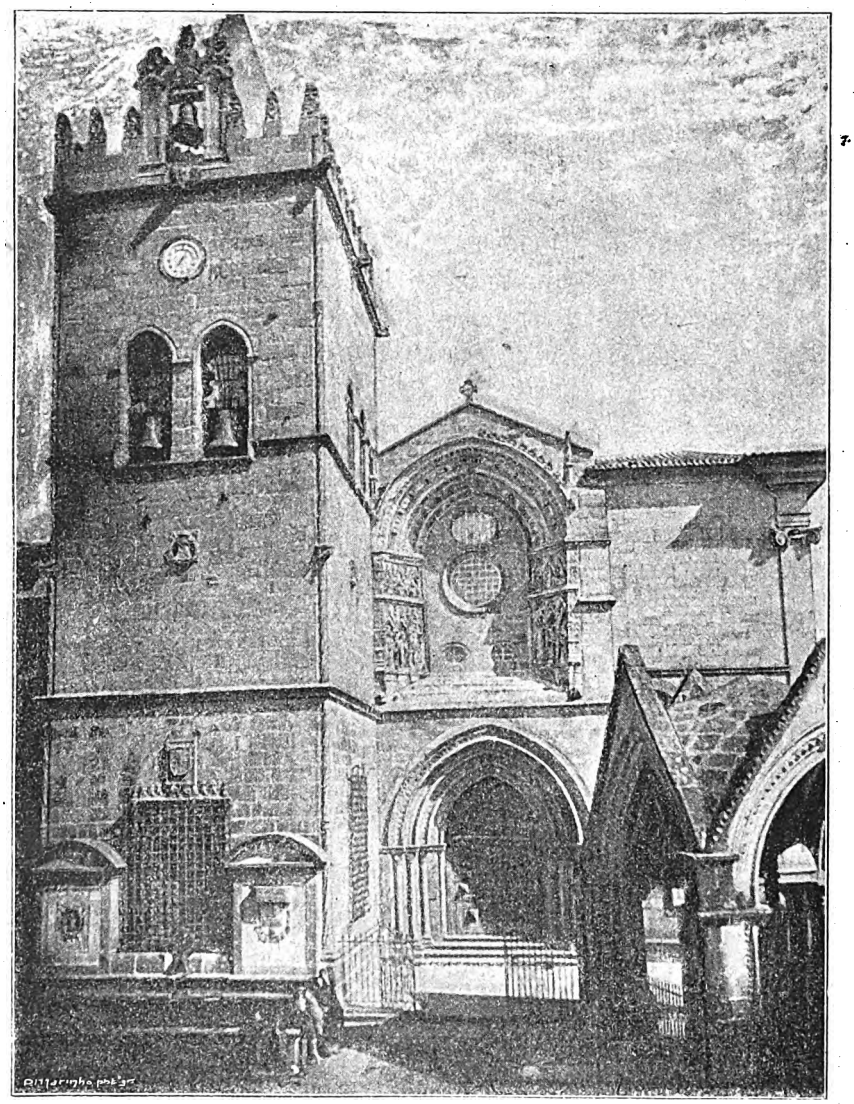
Real, de D. Manuel

os cidadãos pacificos, e predispozeram os animos da população honesta contra o representante d'um rei nacional, que practicava maiores villanias do que nunca poderia commetter um estrangeiro. Incrivelmente vaidoso, libertino, cruel e inepto, o conde de Torres Vedras em que menos cuidou foi na defeza da ilha, na consolidação do governo nacional, e na conquista do resto des Açores. Em compensação, tractava-se como vice-rei, rodeava-se de guardas estrangeiros, e fazia da Terceira uma especie de reino liliputiano, com todas as pompas d'uma vasta monarchia. Organizou Casa de Supplicação, Mesa do Desembargo do Paço, e Mesa de Consciencia e Ordens. Para sustentar este dispendioso, inutil e absurdo mechanismo administrativo, tomou medidas financeiras ruinosas e oppressivas, que ainda mal se poderiam desculpar se o resultado d'ellas fosse empregado para satisfazer ás urgencias de uma situação precaria. O curso forçado da moeda com o valor ficticio immensamente superior ao seu valor real, os confiscos, as exacções, disfarçadas com o nome de donativo voluntario, que de todos exigia, foram os meios de que lançou mão. Ora a sua probidade estava muito longe de ser immaculada, e, se metade do dinheiro havido por este modo se absorvia em despezas completa-

Digitized by Google

mente escusadas, a outra metade, o que ainda era peior, affluia toda para as algibeiras do governador.

Appoiando-se na gentalha que o applaudia, fazendo-se demagogo, porque é notavel este facto, que a historia confirma desde os Cesares até os Bonapartes, que a demagogia é sempre a alliada fiel do despotismo; apoiando-se pois na gentalha, o conde de Torres Vedras humilhava quanto podia a nobreza e as classes médias. Renovaram-se em 1582 na Terceira os periodos mais execrandos da historia do imperio romano. O governo do conde de Torres Vedras foi uma miniatura do governo dos Neros e dos Caligulas. Como n'essas epochas nefastas, a vida dos homens de bem estava á mercê dos delatores, as prisões atulhavam-se de suspeitos, que eram quasi sempre honestas e opulentas pessoas, emquanto que a turba infrene commettia impunemente os mais atrozes attentados. Devasso e cruel, Manuel da Silva violentava as donzellas, requintando os seus prazeres com a presença dos parentes que mais deviam padecer com o deshonroso espectaculo. Assim fez morrer de dôr um velho pae, que teve de assistir a uma d'estas lubricas scenas, que parecem renovadas das paginas de Suetonio. Comprazia-se no espectaculo das torturas que mandava infligir pela mais leve suspeita, divertindo-se, por exemplo, em vêr assar em fogueiras os pés dos padecentes. Emfim, a nomeação d'este homem para tão importante posto prova que ha uma fatalidade que desvaira os homens que a Providencia condemnou. Assignando a demissão de Cypriano de Figueiredo e a nomeação de Manuel da Silva, D. Antonio assignava ao mesmo tempo a sua abdicação. Confiando os destinos da Terceira, unico baluarte

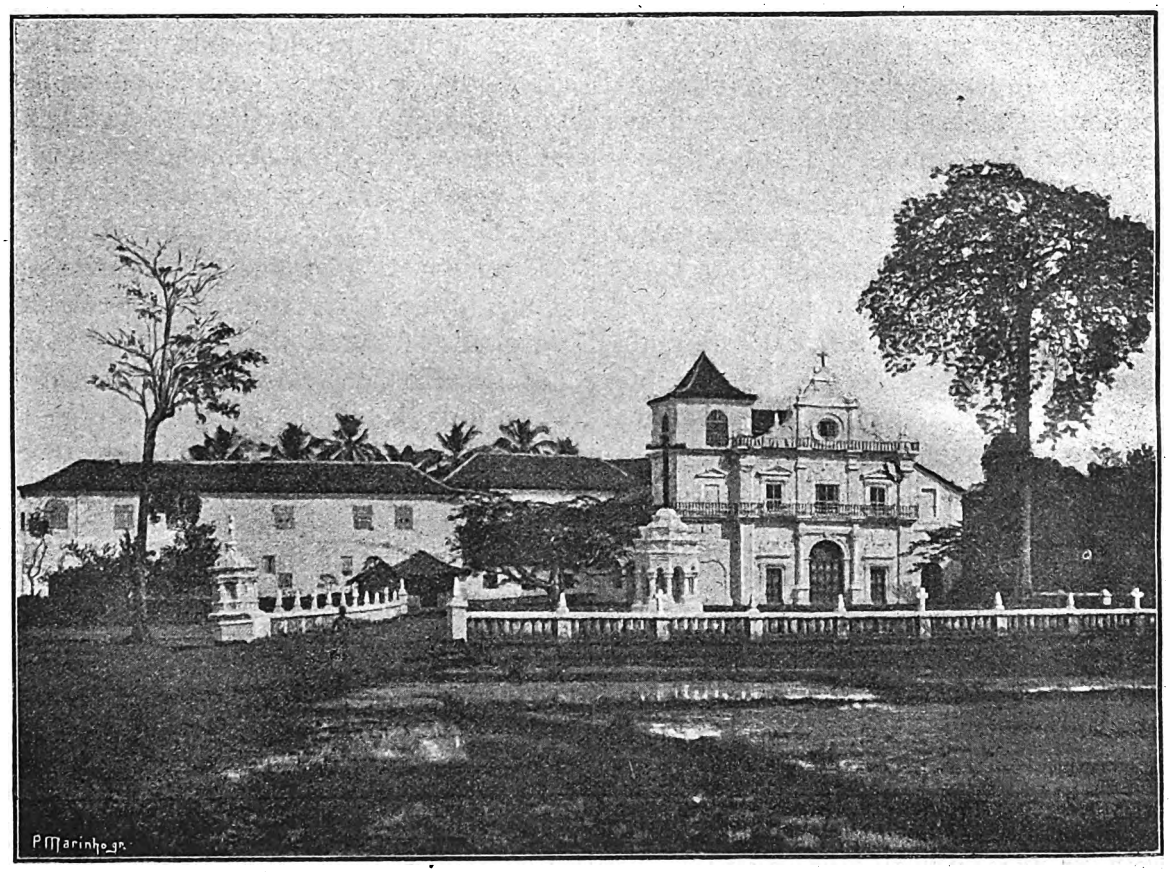


GUIMARÃES — NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA

Digitized by Google

da sua causa, ao conde de Torres Vedras, tornára o prior do Crato completamente impossivel a restauração que devaneiára.

«A incapacidade militar, diz Rebello, não era menor em Manuel da Silva do que a administrativa. Rouhauld de Landereau depressa o experimentou, mau grado seu. Official entendido na guerra maritima, doeu-lhe a perturbação em que via a ilha, e a negligencia com que se dilatava a sua fortificação. Expôz ao conde o perigo de não conter as furias descompostas da plebe e de não refreiar os agitadores monasticos, e pediu-lhe que accudisse com mais vigor ás obras de defeza. O logar-tenente respondeu irado, seguiram-se altercações repetidas, e nasceu d'ellas inimizade implacavel. Vaidoso e resentido, quiz o conde que o velho capitão arriscasse a fama em um feito infeliz, e, encarecendo-lhe de proposito a fraqueza dos Hespanhoes em S. Miguel, suggeriu indirectamente o plano do seu assalto a Ponta Delgada. Landereau, illudido, sahiu com seis navios. Chegára havia pouco Pedro Peixoto com o soccorro de Philippe II, e, avisado talvez, ou descobrindo a pequena frota, conservou-se no porto. Quasi debaixo do alcance da artilheria da fortaleza jazia ancorado o galeão *S. Christovam*. Mr. de Crené, tenente de Landereau, mais ousado do que prudente, investiu-o apezar da inferioridade de forças, emquanto as outras vellas forcejavam por se approximarem contra o vento. Durou quatro horas a lucta, com graves perdas de parte a parte. A nau, afferrada ao immenso ventre do galeão, dir-se-hia de longe uma pequena corveta. Por fim o francez apartou-se destroçado, com muita gente fe-



EGREJA DE RACHOL, PAROCHIA DA PRAÇA (GÔA)

Digitized by Google

rida, e com mr. de Crené morto. A' volta soube Landereau que devêra a derrota á insidiosa intimação feita dias antes aos habitantes de S. Miguel por Manuel da Silva, e accusou-o de os ter prevenido. Recrudesceu a discordia, e o conde, insinuando aos officiaes huguenotes que o capitão catholico não era firme, e aos moradores da Terceira que as tropas estrangeiras se propunham saquear a terra, alcançou por fim o seu intento. Landereau, desamparado de parte dos oitocentos homens do seu commando, recolheu-se, quasi incommunicavel, a uma posição da ilha. Enfermo pouco antes da chegada de D. Antonio, aggravou-se-lhe muito a molestia depois, não sem algumas suspeitas de veneno propinado por ordem de Manuel da Silva. Correu que este se temêra das suas queixas, e que por todo o preço tentára desvial-o dos ouvidos do pretensor[1].»

Este traço completa o caracter do homem.

O general que, achando-se collocado em tão difficil posição, inutiliza por suas mãos oitocentos auxiliares valiosos, a flôr e o nucleo principal e disciplinado das suas milicias intrepidas, mas desordenadas, já enviando-os a uma perda certa, e a uma derrota infalivel, perda e derrota que elle mesmo preparou avisando indirectamente o inimigo, já semeando a discordia entre elles e os habitantes, arriscando-se a promover um conflicto grave e que trouxesse como consequencia a quéda immediata da ilha, um general assim attinge os extremos limites da indignidade e da estupidez. É um idiota perigoso, com instinctos máus, e, quando ha um chefe de partido, um pretendente á corôa, que tem tão superficial conhecimento dos homens, que vae confiar a um vulto d'estes a chave dos seus destinos, esse pretendente mostrou-se por esse facto indigno de ser rei!

Obedecendo apenas ao sentimento pequenino de uma vaidade pueril, Manuel da Silva prestou gratuitamente aos Hespanhoes um serviço que elles lhe pagariam a pêzo de ouro[1].

No dia 16 de julho appareceu nas aguas de S. Miguel a armada de D. Antonio. A ilha era defendida por mil e quinhentos soldados, commandados os Portuguezes por Pedro Peixoto da Silva, os Hespanhoes por D. Lourenço Noguera. Os populares, armados á pressa, combatiam como milicianos ao lado das tropas regulares. Apoderou-se de todos um immenso terror, quando viram apparecer a esquadra franceza. Ficaram despovoadas as villas e aldeias, e a população quasi toda, levando cada um comsigo o que tinha de mais precioso, refugiou-se nos montes. Strozzi fez desembarcar tres mil homens, commandados por um bom official, Mr. d'Asperrot, que destroçaram facilmente os bandos tumultuosos do povo, e levaram de vencida as tropas regulares. Deixando vinte e dois mortos no campo de batalha, e levando comsigo muitos feridos, entre os quaes ia, traspassado de golpes que dentro em pouco lhe occasionaram a morte, o general hespanhol D. Lourenço Noguera, refugiaram-se os defensores da ilha na fortaleza, onde D. João de Castilho, irmão do bispo d'Angra, assumiu o supremo commando, partindo Pedro Peixoto para

[1] «De Thou, *Histoire universelle*, liv. 75. Manuscripto da B. Imp. de Pariz (fonds Colbert) Voyage de mr. de Landereau aux Açores», R. da Silva, *Hist. de Portugal*, etc. tom. III, liv. I, cap. II, pag. 53.

[1] O sr. Camillo Castello Branco indigna-se com Rebello da Silva, e indirectamente comnosco, por termos apreciado desfavoravelmente o caracter de Manuel da Silva; mas o que adduz em defeza do seu protegido é apenas a sua fidelidade inconcussa e incontestavel a D. Antonio. Mas a sua pouca probidade, as suas exacções, a sua crueldade, a protecção que deu á desordem e á anarchia, a sua vaidade, a sua incapacidade militar tudo é confirmado explicitamente pelo grande escriptor, que apenas invoca a attenuante de alguns actos da caprichosa generosidade, que se encontram na vida dos maiores tyrannos.

Digitized by Google

Portugal, afim de levar a Philippe II a noticia do desastre.

Accusa-o Rebello da Silva de ter tomado isso como pretexto para fugir. Não é provavel, porém, que Pedro Peixoto, que ainda a 23 de maio d'esse mesmo anno combatêra vantajosamente e briosamente com a esquadrilha franceza de mr. de Landereau, fosse de subito atacado por um accesso de covardia[1].

Esta expedição, tão bem auspiciada, perdeu-se pela imprudencia de Strozzi e pela obstinação d'elle em querer apoderar-se da fortaleza, desperdiçando uns poucos de dias no cêrco d'esse inutil castello, e dando assim tempo ao marquez de Santa Cruz de chegar aos Açores. A prudente Catharina de Medicis bem aconselhára a Strozzi que se limitasse a reforçar a Terceira, a extender a todos os Açores o dominio de D. Antonio, e, quando muito, a procurar apoderar-se dos galeões das duas Indias: mas que não désse batalha aos Hespanhoes. O impetuoso Strozzi, o intrepido Vimioso e a brilhante fidalguia que os acompanhava julgaram deshonroso não tentar a sorte das armas, e pensaram que nada resistiria ao seu valor. Por isso, apenas no dia 22 de julho appareceu a esquadra hespanhola na altura de Villa Franca do Campo, Strozzi levantou ferro e determinou-se a ir combatel-a. O que allegavam os partidarios d'esta funesta resolução era que deviam aproveitar o ensejo de luctar com a esquadra do marquez de Santa Cruz, emquanto não a vinha reforçar a frota da Andaluzia, commandada por João Martinez Recalde. Mas a verdade é que nem uma nem outra coisa elles deviam fazer. A esquadra franceza era perfeitamente uma frota de corsarios, composta de navios muito veleiros, que os pesados galeões hespanhoes nunca lograriam alcançar, mas tendo apenas tres naus que podiam acceitar uma lucta corpo a corpo com os navios hespanhoes. O systema, que a natureza das embarcações claramente indicava, consistia em fugir a um

Real, de D. Manuel

encontro com o marquez, andar ás prêsas, apparecer inopinadamente n'uma ilha ou n'um ponto da costa, fatigar emfim a frota hespanhola sem nunca lhe dar ensejo para combate. Mas Strozzi e Vimioso acharam indigna do seu valor esta guerra d'escaramuças maritimas, e foram apresentar batalha naval nas condições mais favoraveis para o inimigo.

Emquanto Strozzi assim commettia esse erro capital, o marquez de Santa Cruz pelo contrario mostrava a maior prudencia. Vendo que o inimigo tinha a vantagem do vento e do sol, quatro dias andou esquivando-se á peleja, até poder obter essas vantagens, por meio d'um movimento executado durante a noite de 25 de julho. Na madrugada de 26 appareceu finalmente na altura de Villa Franca formado em duas linhas de batalha.

Na primeira linha via-se a urca *S. Pedro* do mestre de campo D. Francisco de Bovadilla; o galeão *S. Martinho*, onde fluctuava a bandeira do proprio almirante; o galeão *S. Matheus*, commandado por D. Lopo de Figueroa, e duas naus possantes que obedeciam a D. Christovam Erasso e D. Miguel Oquendo. Esta primeira linha era quasi impenetravel, porque se compunha, como diz Rebello da Silva, de cinco cidadellas fluctuantes. Os outros navios formavam a segunda linha.

[1] V. o extracto relativo a este combate nos trechos das *Saudades da Terra*, de Gaspar Fructuoso, publicados no *Archivo dos Açores*, vol. 2.º, pag. 406 (Ponta Delgada, 1881).

Digitized by Google

Strozzi tambem, se, levado pelo ardente desejo de combater, commetteu o erro capital de apresentar batalha resgatou-o em parte com as suas magnificas disposições. Aproveitando as qualidades de velocidade dos seus navios, e a sua superioridade numerica, Strozzi determinou atacar as cinco fortalezas navaes com cinco esquadrilhas de cinco navios cada uma. O resto da frota franceza, ameaçando constantemente a segunda linha, inquietando-a com seu fogo, volteiando emtorno d'ella, devia impedil-a de tomar parte activa na peleja, soccorrendo os navios atacados. Se a execução tivesse correspondido á concepção, a victoria era nossa.

A batalha estreiou-se bem. A capitania franceza, e as quatro naus de Carlos de Brissac lançaram-se ao galeão *S. Matheus*, do commando de D. Lopo de Figueroa, e abalroaram-n'o. O intrepido Hespanhol defendeu-se com valor. Mas os Francezes, admiraveis na abordagem, os Portuguezes pelejando como quem deseja recuperar a patria, punham em trances horriveis o bravo capitão. Aqui ateiava-se-lhe o incendio, além iam de rondão pelas escotilhas os soldados hespanhoes; mas era por tal fórma colossal o *S. Matheus*, que a sua guarnição seria talvez ainda superior á dos cinco navios que o accommettiam. Demais, a numerosa artilheria trovejava com frequencia, e duas das naus francezas tiveram de se afastar desarvoradas. Além d'isso, o plano de Strozzi não teve completa execução. O galeão *S. Martinho*, commandado pelo proprio marquez de Santa Cruz, é apenas assaltado por dois navios francezes. As sessenta peças de bronze da capitania mettem a pique um dos assaltantes, e afugentam o outro, ainda antes de chegar á abordagem. A urca *S. Pedro*, onde governa D. Francisco de Bovadilla, é tambem assaltada só por quatro navios, defende-se valorosamente, e arromba quasi ao lume d'agua a nau de mr. de Bussy. As outras duas naus da primeira linha não teem que sustentar o mais leve assalto, e, chamadas pelo marquez de Santa Cruz, correm em auxilio do galeão *S. Matheus*, que está em verdadeiro perigo. Concentra-se o combate emtorno das naus de Brissac e do navio almirante francez, que mal podem resistir a este inesperado reforço. Só o galeão *S. Martinho* traz oitocentos homens a bordo. Para cumulo de desastre, uma parte da segunda linha hespanhola corre tambem em auxilio do galeão.

Então a derrota é completa. Rendidos um apoz outro, de todos os navios francezes só um peleja ainda, é o navio almirante. Os gentishomens francezes mostram alli esse desprezo da vida, essa heroica abnegação que sublimaram sempre as suas derrotas ao nivel das mais brilhantes victorias. Os Portuguezes, sombrios e resignados, competem com elles em galhardia, e mostram-se ainda esses leões dos mares que avassallaram o Oriente. Ninguem tem já esperanças de victoria, mas ninguem fala em render-se. O navio, fazendo agua por todos os lados, parece a cada instante querer afundar-se, mas o piloto Nepeville de Harfleur, sereno no meio da carnificina, acode a todas as avarias, não para procurar salvar o navio, mas unicamente para prolongar a lucta, que finda só quando trezentos cadaveres juncam o convez, e que não ha já quem peleje: Philippe Strozzi e o conde de Vimioso, que tinham sempre combatido ao lado um do outro, jaziam moribundos aos pés dos Hespanhoes triumphantes, que os contemplavam com respeito. A esquadra franceza perdêra dois mil homens, mas os Hespanhoes, entre mortos e feridos, tinham oitocentos fóra de combate.

Qual fôra o motivo por que não se exe-

Digitized by Google

cutára pontualmente o plano de Strozzi? Porque podera vir a segunda linha hespanhola auxiliar a primeira? Porque é que os differentes galeões não tinham sido assaltados cada um por cinco navios francezes como estava combinado? A pouca disciplina, e o pouco habito d'evoluções navaes explicam a falta de unidade no ataque; e a traição evidente ou a pasmosa covardia d'um official francez completa a explicação. Logo no principio do combate, apenas se disparou o primeiro tiro, mr. de Sainte-Soline, á testa d'uma divisão naval de dezoito navios, afastou-se da peleja e foi tranquillamente fundear no Fayal. Assevera-se que, para practicar esta infamia, recebêra Sainte-Soline 64:000 ducados dos Hespanhoes. É uma escriptora franceza quem o affirma expressamente, Madame de Sainte Onge, e o conde de Brissac, de volta para França, accusou-o e fel-o julgar nos tribunaes. O sisudo presidente de Thou declara que a traição não se provou, mas que ficou indelevel, sobre o nome de Sainte-Soline, a macula da covardia.

Sejâmos justos comtudo. Não foram só estrangeiros que concorreram para a perda da batalha. D. Antonio, o combatente heroico d'Alcantara, permanecêra com a espada na bainha, assistindo de longe ás peripecias da batalha, e fugindo no seu galeão para a Terceira, apenas viu a sorte voltar-lhe as costas.

Que motivo inexplicavel impelliu um principe, que ninguem decerto accusará de covarde, a practicar um acto que se póde dizer deshonroso? Não sabemos: talvez elle entendesse que não valia a pena arriscar a sua pessoa e com ella as esperanças da patria aos azares d'uma batalha, emquanto permanecia firme na Terceira o baluarte da independencia, em cuja defeza devia concentrar os seus esforços. Illudia-se, se pensou assim. A batalha de 26 de julho de 1582 deu um golpe mortal nas suas pretenções, e era decisiva para a sua causa. Ganhando-a, podia prever que a França e a Inglaterra, animadas pelo exito, o auxiliariam efficazmente; perdendo-a, não podia contar, como o futuro lh'o demonstrou, senão com os parcos auxilios arrancados pelas suas importunidades, e pelo desejo de maguarem Philippe II, a Catharina de Medicis e a Izabel Tudor.

GIL VICENTE

«D. Antonio, diz Rebello da Silva, arriscou a corôa d'uma vez e em uma só batalha. As aguas de Villa Franca do Campo sepultaram as suas esperanças e os seus amigos dedicados. O principe, menos ditoso do que elles, sobreviveu-

Digitized by Google

lhes. Strozzi e Vimioso cuida-se que buscaram de proposito a morte, remate glorioso da lealdade. O conde e o almirante, almas dignas de melhores tempos e de melhor rei, não quizeram viver humilhados. Certos de que tudo o que podiam esperar se achava cifrado n'aquellas vellas, cuja fraqueza conheciam, apertaram as mãos á maneira dos antigos cavalleiros, e resolveram acabar alli. Unidos na amisade e no sacrificio, juntos sahiram da vida, e juntos entraram na immortalidade da historia. A jornada de Villa Franca do Campo, uma das famosas batalhas pelejadas no Oceano, destruiu os planos dos émulos do rei Catholico, assegurando-lhe a posse de Portugal. Izabel Tudor e Henrique III arrependeram-se, decorridos annos, já tarde, de não terem empregado a tempo as forças para debellar o poder do ambicioso soberano, que veiu depois inquietal-os em seus estados, ameaçando a rainha com a invasão da invencivel Armada, e ferindo o ultimo Valois com a espada ultra-catholica da liga[1].»

D'ahi a tres dias navegou o marquez de Santa-Cruz para Villa Franca de Campo, encarregando da guarda dos prisioneiros D. Francisco de Bovadilla, que com elles desembarcou. Eram vinte e cinco gentis-homens senhores de villas e castellos, cincoenta simples gentis-homens, trezentos e treze marinheiros. A participação official do marquez de Santa Cruz traz os nomes francezes por tal forma estropiados que apenas se podem reconhecer claramente os nomes de mr. de Lannoy (Pierre de la Noy) e de mr. de Tréville (Ano de Trevillo) que se tornaram bem conhecidos na historia franceza. A mesma participação official demonstra que foi renhida a batalha, porque confessa que a armada vencedora perdeu 767 homens, 224 mortos e 543 feridos[1].

A victoria maculou-a de um modo altamente deshonroso o marquez de Santa-Cruz, mandando degolar em Villa-Franca muitos dos prisioneiros francezes. O pretexto, que tomou para essa horrorosa violação das leis da guerra, foi a delaração da rainha Catharina de Medicis e do rei de França Henrique III ao embaixador castelhano João Baptista Tassis, declaração em que dizia não ter a minima responsabilidade em similhante expedição, que fôra emprehendida sem seu consentimento. Esta declaração artificiosa, tão conforme com a politica refalsada de Catharina e de seu filho e discipulo, foi a sentença de morte dos pobres prisioneiro. O marquez de Santa-Cruz julgou-se, ou fingiu julgar-se auctorizado a tractal-os como piratas, e fez correr o sangue á farta, como digno delegado de Philippe II, nas praias da ilha de S. Miguel[2].

Depois de tudo concluido, chegou a armada hespanhola, composta das naus de Andaluzia, e commandada por João Martinez Recalde.

Juntando-se as duas esquadras, partiram ao encontro das naus da India para as comboiarem. Encontraram-n'as a 26 de agosto. Vinham commandadas por Fernão Telles da Silva, e tiveram de repellir uma tentativa feita na altura do Fayal por Sainte-Soline para se apoderar de

---

1 Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, t., III, pag. 64.

1 Encontramos na excellente publicação o *Archivo dos Açores*, de pag. 118 a 128 do vol. 3.º (Ponta-Delgada, 1881, a participação official da batalha naval de Villa-Franca do Campo do marquez de Santa-Cruz, que nos habilitou a rectificar os erros de Rebello da Silva, que faz subir a uns oitocentos e tantos o numero de cavalleiros principaes que foram prisioneiros, quando todos, fidalgos e plebeus, officiaes, soldados e marinheiros, não foram mais de 388.

2 N'uma obra allemã de Albrechet Fursten, publicada em Munich em 1589, vem uma grosseira gravura representando a execução dos prisioneiros francezes, que o sr. barão das Larangeiras copiou, e que o *Archivo dos Açores* reproduziu em *fac-simile* a pag. 136 do vol. 3º.

Digitized by Google

alguns dos seus opulentos navios. O verdadeiro pirata escapava ao cadafalso, e os cavalleiros generosos de uma causa perdida é que pagavam em S. Miguel as culpas dos covardes que os tinham desamparado. O marquez de Santa-Cruz encarregou D. Christovam de Erasso de comboyar até Lisboa as naus da India, que, depois de varios incidentes, entraram afinal no Tejo a 10 de setembro.

Emquanto isto succedia, chegava D Antonio á ilha Terceira, e fazia em Angra uma entrada solemne, debaixo do pallio, e sendo o cavallo em que montava levado á rédea pelo conde de Torres Vedras. Quando elle se apartára da esquadra, já podia prever o desenlace, mas não sabia ainda com certeza qual o resultado definitivo. A noticia chegou d'ahi a pouco, transformou em lucto as pompas festivaes com que os Terceirenses tencionavam celebrar a residencia dentro dos muros d'Angra do rei D. Antonio. Este ficou por tal fórma desalentado com a noticia, que nem tomou providencias, nem preparou expedições, e deixou emfim os cuidados do governo entregues, como até ahi, a Manuel da Silva, cujo procedimento não só nem recebe castigo, mas foi até como que sanccionado pelo tacito consentimento de D. Antonio. Se este accordou do seu lethargo, foi apenas para assignar uma sentença de morte contra um homem, que ao menos era verdadeiramente culpado.

Duarte de Castro, general de cavallaria de D. Antonio na batalha d'Alcantara, e seu constante partidario, venderase havia pouco aos Hespanhoes, e um dos projectos que planeára para conseguir o seu fim consistia em avisar secretamente os officiaes francezes de que os Portuguezes conspiravam contra elles. A conspiração era phantasiada, mas, para lhe dar visos de realidade, Duarte de Castro mandava os seus criados de noite assaltarem os Francezes que encontravam sós, bradando: «Mata os estrangeiros».

O plano descobriu-se, e Duarte de Castro expiou a traição no patibulo. Mas não era triste que, na sua curta residencia nas ilhas, deixasse D. Antonio de si apenas uma recordação sanguinolenta?

Ceitil, de D. Manuel

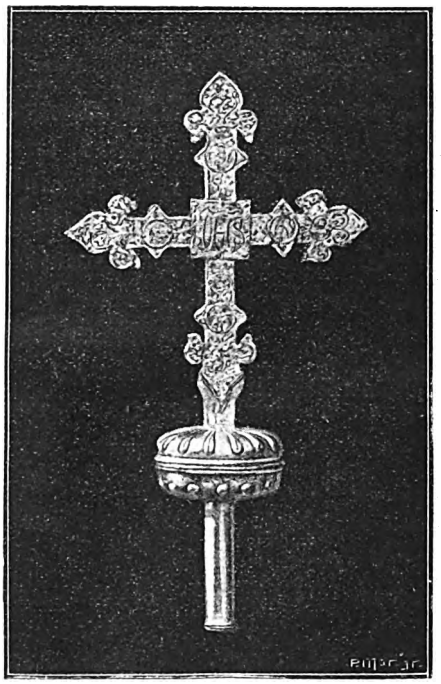
Os populares raras vezes o viam, e D. Antonio, cuidando de regressar ao continente, para ver se obtinha novos auxilios de França ou d'Inglaterra, tambem pouco tractava de se fazer bemquisto. Em novembro de 1582, finalmente, partiu D. Antonio com uma esquadra de quarenta navios e oitocentos homens, entre os quaes iam oitenta fidalgos, a flôr da nobreza que alli militava.

Deixava a ilha sem recursos como a encontrára, desalentada, tibia, e, para cumulo de desgraças, entregue de novo ás ferozes arbitrariedades do conde de Torres-Vedras.

Entretanto Philippe II, mais socegado agora com a victoria do marquez de Santa-Cruz, vendo que a Inglaterra não se movia, que os Portuguezes não cobravam animo para se sublevarem, e que D. Antonio era decididamente um adversario importuno, mas não terrivel, julgando o seu poder consolidado, determinou-se a partir para Hespanha. Mas n'isto veiu-lhe a noticia da morte de seu filho D. Diogo, o herdeiro da corôa, e ficou então em Portugal mais algum tempo afim de fazer reconhecer como principe pelas côrtes portuguezas seu filho D. Philippe, ceremonia que se realizou no dia 15 de janeiro de 1583. Esta demora foi causa de ser Portugal a terra em que a Providencia quiz que cerrasse para sempre os olhos o homem cruel e sanguinario, que fôra o instrumento favorito das atrocidades e con-

Digitized by Google

quistas de Philippe II. O duque d'Alba falleceu em Lisboa no principio de 1583, d'edade de setenta e oito annos. Logo em seguida ao general em chefe, baixou ao tumulo o seu mais importante logartenente, D. Sancho d'Avila, o mesmo que perseguira D. Antonio de cidade em cidade, atravez da Beira e do Minho. Os dois conquistadores de Portugal aqui adormeceram do derradeiro somno.



GUIMARÃES — CRUZ DE S. GONÇALO

Depois de cerrar os olhos aos seus dois generaes, Philippe II partiu emfim para Hespanha. Demorou-se dois annos em Portugal. Para vice-rei da sua nova conquista nomeou elle o cardeal-archiduque Alberto, seu sobrinho, e mancebo a quem sempre destinou um papel importante nos seus projectos politicos. Assim cumpria a promessa feita aos Portuguezes, de não os mandar governar senão por pessoas da familia real, promessa que não tardaria a ser esquecida, como todas as outras. Ainda era cêdo comtudo para ellas se violarem.

Como Portugal conservava além d'isso a sua independencia nominal, continuou a haver nuncio em Lisboa; mas o Pontifice, por graça especialissima, investiu n'esse cargo o proprio cardeal archiduque Alberto. O representante de Philippe II dominava-nos d'esse modo temporal e espiritualmente.

O conselho do governo, nomeado para auxiliar o archiduque Alberto, compunha se do arcebispo de Lisboa, D. Jorge d'Almeida, do antigo secretario d'estado, Pedro d'Alcaçova Carneiro, e do escrivão da puridade, Miguel de Moura. Para capitão-general foi nomeado o duque de Gandia, D. Carlos Galceran de Borja; para védor da fazenda o doutor Francisco de Villafaña, para almirante, encarregado de preparar nova expedição contra os Açores, o marquez de Santa Cruz. O conselho, que devia sempre acompanhar el-rei para o esclarecer ácerca dos negocios de Portugal, compoz-se de D. Christovam de Moura, do bispo capellão-mór, e dos doutores Pedro Barbosa e Ruy de Mattos Noronha. Tomadas estas disposições, no dia 11 de fevereiro de 1583 Philippe II partiu de Portugal, aonde nunca mais havia de voltar.

Entretanto D. Antonio chegára a França, onde Catharina de Medicis o recebeu com tristeza, ella que, emquanto não tivéra noticias da batalha naval de Villa Franca do Campo, não podéra dissimular a sua inquietação, que se revela nas suas cartas, ainda hoje conservadas nos archivos francezes e escriptas a Mr. Mannuissiére, embaixador francez em Londres. Catharina interessava-se devéras pela sorte de D. Antonio, e é certo que, se não tivesse que luctar com a apathia de seu filho Henrique III, que, posto que sugeito á influencia de sua mãe, oppunha comtudo a muitos dos seus planos uma resistencia passiva e inerte, se emfim Catharina governasse abertamente, as coisas correriam d'outro modo para o Prior do Crato. É por-

Digitized by Google

TORTURA DE FR. MIGUEL DOS SANTOS

Digitized by Google

que a astuta Florentina previa os males que a ambição e o vasto poder de Philippe II, protector da Liga, causariam á dynastia de Valois, e queria por todos os modos operar uma diversão, que occupasse o monarcha hespanhol, e lhe causasse prejuizo.

Desanimada com a perda da esquadra, ainda assim resolveu-se a concorrer quanto podesse para que a ilha Terceira não cahisse no poder dos Hespanhoes. Esse baluarte, de pé no meio do Oceano, era uma ameaça perpetua para o soberano hespanhol, e um pharol de esperança, em que sempre teriam os olhos fitos os Portuguezes do continente, e onde viria talvez a accender-se a chamma d'uma sublevação patriotica. Ora, D. Antonio e os seus amigos diziam a Catharina de Medicis, que nada havia mais facil do que defender a Terceira, e que mil Francezes e Inglezes, juntos com os Portuguezes do conde de Torres Vedras, bastavam para impedir o desembarque dos Hespanhoes, que só em tres pontos se poderia operar; porque em toda a parte, excepto em Angra, Villa da Praia e Porto Judeu, a natureza fizéra da ilha um rochedo inexpugnavel e inaccessivel.

Vencido pelas supplicas de D. Antonio e instancias de sua mãe, Henrique III decidiu-se a enviar o commendador Aymar du Chaste com nove companhias para guarnecer a Terceira. O commendador, que, menos illudido do que a rainha, não via a expedição com grande enthusiasmo, desejava, antes de partir, verificar se eram exactas as informações de D. Antonio. A noticia de que a armada hespanhola já levantára ferro para se dirigir aos Açores pôz termo a todas as duvidas, e o commendador teve de partir immediatamente do Havre de Grâce, sob pena de encontrar a ilha conquistada. A 17 de maio pôz-se á véla, chegando á Terceira no dia 11 de julho.

A noticia da partida da esquadra hespanhola fôra falsa, mas não se antecipára muito á verdade. No dia 28 de junho o marquez de Santa-Cruz partia de Lisboa com uma frota de trinta naus, doze galés, duas galeaças, e cincoenta e dois patachos, caravelas, pinaças e zabras. Levava a bordo nove mil e quinhentos homens de desembarque, na maioria Castelhanos, mas em que entravam tambem mil e quinhentos Allemães commandados pelo coronel conde Jeronymo de Lodron, duas companhias d'Italianos, uma de fr. Ludovico Afflicto, cavalleiro da ordem de Malta, outra de Lucio Pignatelli, e duas companhias de Portuguezes aventureiros commandados por D. Felix d'Aragão. A esquadra entrou em S. Miguel a 3 de julho.

Chegando aos Açores, o commendador du Chaste, homem grave e bom official, viu, como já receiava, que as informações de D. Antonio nada tinham de verdadeiras. Em vez de tres pontos accessiveis, encontrou vinte abras, que facilitavam um assalto e que, longe de serem inexpugnaveis, naturalmente precisavam, e muito, de fortificações levantadas pela mão dos homens. Quiz aproveitar o tempo, começando logo com actividade os trabalhos da defeza, mas encontrou em Manuel da Silva um triste auxiliar. O official francez pasmou da incrivel inepcia d'esse homem a quem fôra confiado tão importante cargo; horrorizou-se quando soube das crueldades por elle practicadas, e em que o segundava um tal Amador de Vera, que Philippe II enviára como emissario ao conde de Torres Vedras para o captar, mas que o conde pelo contrario lográra seduzir e fazer seu dedicado logar-tenente. Com este digno ministro, as atrocidades e as exacções redobraram. Du Chaste viu com indignação a cabeça d'um dos homens mais respeitados da Terceira, Melchior Affonso, exposta n'uma das

Digitized by Google

portas d'Angra, sem que as suas instancias conseguissem de Manuel da Silva a suppressão de tão hediondo espectaculo; viu que o governador, em vez de pensar a serio na defeza, não tractava senão de satisfazer as suas pequenas vaidades, d'exigir «excellencia», de se rodear de guardas, e de organizar corridas de touros, e outros divertimentos. Logo previu, por conseguinte, qual seria o desenlace da expedição, e preparou-se para morrer com honra, mas não se poude eximir a algumas amargas recriminações, que de todo o indispozeram com o conde de Torres Vedras.

Reconciliaram-se comtudo forçosamente, quando no dia 24 de julho veiu da ilha do Pico aviso de que estava a esquadra castelhana á vista. Manuel da Silva, se não se portou com a covardia, que erradamente lhe attribue Rebello da Silva, mostrou que era tanta na guerra a sua incapacidade, como na paz a sua arrogancia, e foi um mau auxiliar para Du Chaste. Este, energico e activo, mandára logo para o Fayal quatro companhias francezas e uma ingleza, debaixo das ordens do capitão Carlos de Bordeus; distribuira pelos seus officiaes os postos de maior importancia, e mandára disparar as baterias contra a esquadra hespanhola, que velejava emtorno da ilha, para a reconhecer pausadamente e escolher um ponto de desembarque. Manuel da Silva fôra occupar por sua conta um ponto que julgava mais accessivel ao inimigo, e foi necessario que o commendador du Chaste o mandasse chamar á Villa da Praia para elle vir um instante a uma conferencia com os officiaes francezes, partindo de novo, depois de prometter que voltaria á testa de quatro mil homens. Voltou, mas tarde.

Notaveis contradicções da natureza humana! Este homem, inepto, devasso, cruel, soffrego e concussionario, que deshonrou o nome portuguez n'esta crise suprema, e em presença dos Francezes, a quem deu uma triste idéa do caracter da nossa nação, se o avaliaram por aquelle specimen; este homem, que mancha com a sua presença e com os seus actos o estrebuchar da nacionalidade portugueza na heroica ilha Terceira; este homem tinha, no meio de todos os seus crimes e vicios, uma virtude rara, principalmente n'essa épocha. Era d'uma inabalavel fidelidade á causa de D. Antonio!

Ceitil, de D. Manuel

Vimos já como elle cerrára os ouvidos ás propostas d'Amudor de Vera, emissario de Philippe II, e o transformára até em seu cumplice; pois agora o marquez de Santa-Cruz enviou-lhe um parlamentario promettendo-lhe, em nome do rei de Hespanha, o titulo de marquez de Torres-Vedras de juro e herdade, uma commenda para elle, outra para seu filho, o cargo de dama da infanta para sua filha, uma dadiva de vinte mil cruzados para pagamento das suas dividas, capitulação honrosa para os Francezes, amnistia para os habitantes da Terceira; e o conde de Torres Vedras, o homem que nós já conhecemos, rasgou a carta, dizendo altivamente ao mensageiro: «Dizei ao marquez que antes de um anno hei de bater com a minha lança nas portas de Madrid». A fanfarronada podia ser ridicula, mas o que importava, se n'ella se envolvia uma resolução incontestavelmente nobre!

No dia 20 de julho a esquadra hespanhola, que bombardeava constantemente as posições da ilha, resolveu-se a tentar o desembarque. O marquez de Santa Cruz ameaçava a Villa da Praia, chamando para esse lado a attenção de Du Chaste, emquanto os patachos e barcos chatos, rebocados pelas galés, e atulha-

Digitized by Google

dos de tropas, se dirigiam para Santa Catharina e lançavam com inaudita presteza cinco mil homens em terra. O primeiro official castelhano que desembarcou, foi o mestre de campo Francisco de Bovadilla, que facilmente destroçou as poucas tropas que defendiam a Praia, commandadas pelo capitão Bourguignon. As duas companhias portuguezas, gente collecticia aggregada á força, dispersaram-se ao primeiro tiro. Os Francezes pelejaram como leões, para salvarem a honra da nação. Eram cincoenta: d'esses ficaram trinta e cinco extendidos no campo de batalha.

Emquanto o marquez de Santa Cruz fazia calar com os seus canhões a artilheria dos fortes, os Hespanhoes desembarcados proseguiam na victoria, occupavam a estrada de Angra, e estabeleciam-se solidamente nas praias. O commendador du Chaste, avisado pelo estrondo dos tiros, percebêra que fôra illudido pelo inimigo, e que este desembarcára no sitio onde o não esperava. Correu com quinhentos homens em soccorro dos seus subordinados, que occupavam as collinas sobranceiras ao porto, e que eram o commendador du Meyet, o capitão de la Grave, e o mestre de campo Mr. d'Angarnagues. Emquanto estes se defendiam intrepidamente, du Chaste, formando um corpo de soldados escolhidos, investiu uma collina situada na rectaguarda dos Hespanhoes, occupada pelos setecentos ou oitocentos arcabuzeiros de D. Pedro Padilla e D. Pedro de Toledo. A furia franceza, duplicada pelo desespero, derrubou todos os obstaculos, e du Chaste apoderou-se da collina, d'onde não conseguiram depois expulsal-o os inimigos.

Era já perto da noite, e o feliz movimento de du Chaste proporcionára um instante de respiro aos seus subordinados, obrigando os Hespanhoes a conservarem-se na defensiva, pois que já não tinham a rectaguarda protegida pelos arcabuzeiros. Foi então que appareceu o conde de Torres Vedras com mil Portuguezes. O commendador du Chaste, desesperado, não poupou nem injurias nem recriminações ao conde de Torres Vedras, que tudo ouviu sem replicar. Durante o dia inteiro a sua inepcia paralyzára em Angra oito ou nove mil homens, que bradavam porque os conduzissem ao combate!

Pensou comtudo Manuel da Silva em renovar o expediente das vaccas, bom talvez contra um destacamento surprehendido, mas ridiculo contra um exercito. O marquez de Santa Cruz limitára-se a dar ordem aos soldados para que abrissem aos lados e deixassem passar o gado e isso bastaria para anniquilar o estratagema dos Portuguezes.

Cahiu a noite, e o commendador du Chaste, passando revista ás suas tropas, achou-se com os melhores officiaes mortos ou feridos, e viu que perdêra mais d'uma terça parte dos seus soldados. Ao mesmo tempo Manuel da Silva dizia-lhe que os Portuguezes, cortados de terror panico, se tinham dispersado nos bosques. Ainda era d'elle a culpa. Reprimira-os quando pediam que os levasse ao combate, agora via-se desamparado por essas turbas que só teem o primeiro impeto, desaproveitando-se o qual, nada mais se lhes póde pedir. Aconselhou então o conde de Torres Vedras ao Francez que se refugiasse nas fortes posições de Nossa Senhora de Guadalupe, no centro da ilha. Du Chaste quiz aproveitar o conselho, julgando que o conde entendia poder reunir n'esse ponto as suas milicias desordenadas, mas Manuel da Silva desconfiou sempre até ao fim da lealdade dos Francezes, escapou-se-lhe, procurando asylo nos mattos. Então du Chaste, mais uma vez illudido, e que já começára a sua marcha para Guadalupe, retrogradou para

Digitized by Google

se ir metter nas fortalezas d'Angra; mas os Hespanhoes tinham-se-lhe anticipado. Aproveitando o movimento retrogrado de Du Chaste, o marquez de Santa Cruz lançou rapidamente na cidade quinhentos arcabuzeiros, que se apoderaram sem a mais leve resistencia da terra e da fortaleza. Foi ainda D. Francisco de Bovadilla quem primeiro entrou em Angra.

Ou porque tivesse prometido aos seus soldados uma vantagem, que ainda admittiam infelizmente as leis da guerra no seculo XVI, ou porque desejasse seguir, sem a minima discrepancia, os habitos crueis de seu amo, D. Alvaro de Bazan (marquez de Santa Cruz) concedeu tres dias de saque ao seu exercito. A desgraçada cidade soffreu então todos os horrores que se derivam naturalmente d'esse habito infamissimo, que tornavam ainda mais execrandas as qualidades de muitas das tropas que compunham o exercito vencedor, lansquenetes allemães, para quem a guerra era simplesmente um officio, e em cuja alma ardiam as mais ferozes paixões. As casas incendiadas, os moradores roubados, as mulheres violentadas, os cidadãos pacificos assassinados, poderam dar testemunho do que seria o governo paternal, que se estreiava d'este modo. Para cumulo de horrores, os Castelhanos e Portuguezes, encarcerados por Manuel da Silva, sahiram em massa das prisões, e o seu desejo de vingança, associando-se ás paixões brutaes da soldadesca desenfreiada, ainda tornou mais negro o quadro sinistro da cidade que expiava o crime heroico de se ter conservado fiel á causa nacional, e de ter resistido durante tres annos ao monarcha omnipotente e sombrio, cujo espirito feroz parecia presidir a todas as scenas de desolação e de carnificina, de que os seus soldados se tornavam reus.

Quando acabou o saque, pensou o marquez de Santa Cruz immediatamente em sujeitar as outras ilhas dos Açores, o que se conseguiu sem grande custo. A 29 de julho, D. Pedro de Toledo partiu para realizar esse pensamento. Pico, S. Jorge, Corvo e Gràciosa renderam-se sem resistencia. No Fayal Carlos de Bordeus defendeu-se intrepidamente, e obteve para si e para os Francezes e Inglezes que commandava uma capitulação honrosa; mas a villa da Horta, capital da ilha, foi que pagou as custas, soffrendo como Angra um saque de tres dias.

D. JOÃO MANUEL

Restava apenas, para o marquez de Santa Cruz dar por completa a sua obra,

Digitized by Google

render as pequenas forças de mr. du Chaste, refugiadas nas alturas de Guadalupe, e castigar de um modo sanguinario os chefes da resistencia. O heroico official francez estava disposto a perder a vida na facção que emprehendêra sem vontade, mas que por brio não queria desamparar. Porém os soldados, impacientes e fatigados, insubordinaram-se, e obrigaram-n'o a pedir capitulação. Du Chaste[1], desgostoso, não quiz intervir officialmente n'um acto que lhe repugnava, e foi mr. d'Angarnagues quem discutiu com D. Francisco de Bovadilla as condições da capitulação, aliás muito honrosas para a situação em que estavam.

Mil e duzentos Francezes entregaram as armas a 4 de agosto de 1583, conservando apenas espadas, adagas e bagagens, e foram conduzidos para França a bordo de navios hespanhoes. Dois mezes d'attribulada navegação completaram as miserias d'esta pobre gente, que foi n'essa occasião prestante auxilio da causa portugueza e que soube sustentar a honra do nome francez. Assim os Portuguezes até ahi tão intrepidos, tivessem sabido manter a sua em circumstancias taes! A culpa não foi d'elles, devemos dizel-o, foi toda do chefe que D. Antonio, por uma incrivel aberração d'espirito, escolhêra para seu representante.

Os Francezes partiram a 14 d'agosto. Antes de embarcar, du Chaste pôde ter conhecimento do triste fim do homem que perdêra a causa que defendia, pela sua inepcia e desconfiança, como já antes principiára a arruinal-a pelas suas atrocidades e exacções. Manuel da Silva, capturado a 10 d'agosto, foi decapitado no dia 13. Manuel Serradas, valido de D. Antonio, e Amador de Vera, de quem já falámos, tiveram a mesma sorte; outros doze réus do crime de amarem a sua patria fôram enforcados, e a pena de prisão soffreram-n'a muitos frades, que tinham exaltado o povo.

Depois do saque e da carnificina, depois dos excessos da soldadesca infrene, vinha a matança regular no patibulo. O systema da politica hespanhola, que em Portugal primeiro se escondêra, revelava-se nos Açores em toda a franqueza da sua hediondez.

A 29 d'agosto o marquez de Santa Cruz partiu para Hespanha, tendo entregado o governo da ilha a João d'Urbian, cavalleiro de S. Thiago, á testa de uma guarnição de dois mil homens. No dia 15 de setemhro entrava o triumphador em Cadix.

Philippe II dominava finalmente em toda a extensão dos dominios portuguezes; mas teve a Terceira a honra de prolongar por traz da cortina das suas rochas batidas pelas ondas a existencia de Portugal agonizante. Com essa tentativa, infeliz mas heroica, preparava-se a Terceira para ser no seculo actual o baluarte onde se refugiasse a liberdade banida de Portugal e onde recuperasse forças para vir de novo, atravez do Oceano, aguia sahida dos alcantis, abrigar á sombra das suas azas um novo resurgido.

[1] O commendador du Chaste conservou sempre amigaveis relações com os Portuguezes exilados. Vimos que, sendo governador de Dieppe, auxiliou a expedição, intentada a suggestões de D. João de Castro, e destinada a ir esperar á Costa da Mina a phantastica volta do legendario D. Sebastião.

Digitized by Google

CAPITULO XLIII

Ainda D. Antonio.—A Invencivel Armada Expedição ingleza contra Lisboa.—As colonias de Portugal.—Morte de D. Filippe

ENDO regressado a França, voltou D. Antonio ao seu triste mister de pretendente importuno. Ainda então era tractado com certa deferencia, ainda lhe davam ouvidos, ainda organizavam, para sustentar os seus direitos, a expedição d'Aymar du Chaste, ainda em Rueil, aldeia proxima de Paris onde residia, os habitantes iam pedir-lhe humildemente que os honrasse, dignando-se pôr a primeira pedra da sua nova egreja, o que elle fez, acompanhado por seus dois filhos D. Manuel e D. Christovam, como o attesta uma inscripção destruida em 1793[1].

Mas depois do desastre final da ilha Terceira, quando o governo francez, desalentado, abandonou a idéa de se servir de D. Antonio para guerrear Philippe II, e quando principiou por conseguinte a cerrar os ouvidos ás supplicas do pretendente, quando este começou a ver tambem escassearem-lhe os recursos, porque tivera a imprudencia de presentear com muitos diamantes que trouxera de Lisboa todos os *mignons* de Henrique III, e não eram poucos, principiaram deveras para D. Antonio as amarguras do exilio. Chegou a passar as mais asperas privações, a alimentar-se dias e dias exclusivamente de pão e agua. Estava ainda tranquillo ao menos, mas não tardou que essa tranquillidade desapparecesse. Philippe, seguindo com o prior do Crato o mesmo systema que seguiu com Antonio Perez[1], tentou primeiro aproveitar a sua triste situação para lhe comprar a desistencia das suas pretenções, o que não conseguiu, depois fazel-o assassinar. Não lhe era isso difficil em França, onde as desgraçadas discordias da Liga tinham angariado ao rei hespanhol um grande numero de partidarios.

Quatro assassinos assalariados por Philippe II procuraram D. Antonio na sua casa de Rueil para o matar. Não o conseguiram, e D. Antonio, não se julgando em segurança nas proximidades de Paris, refugiou-se na Bretanha, n'um castello que Catharina de Medicis lhe déra para refugio. Escolhêra mal: o duque de Mercœur, governador da Bretanha, era ardente philippista, e o proprio governador do castello, Mortigny, teve D. Antonio quasi nas suas mãos para o entregar aos Hespanhoes. Mais uma vez escapou ás ciladas, e acceitou um modesto asylo, que lhe offerecia um fidalgo dos arredores d'Auray, chamado du Plessis du Guest. Afinal a duqueza de Loudunois, Francisca de Rohan, pediu-lhe para ser seu hospede no castello de Beauvoir no Poitou. Nem assim o abandonaram os seus perseguidores. O duque de Mercœur tecia todos os planos para conseguir prender D. Antonio, e um D. João

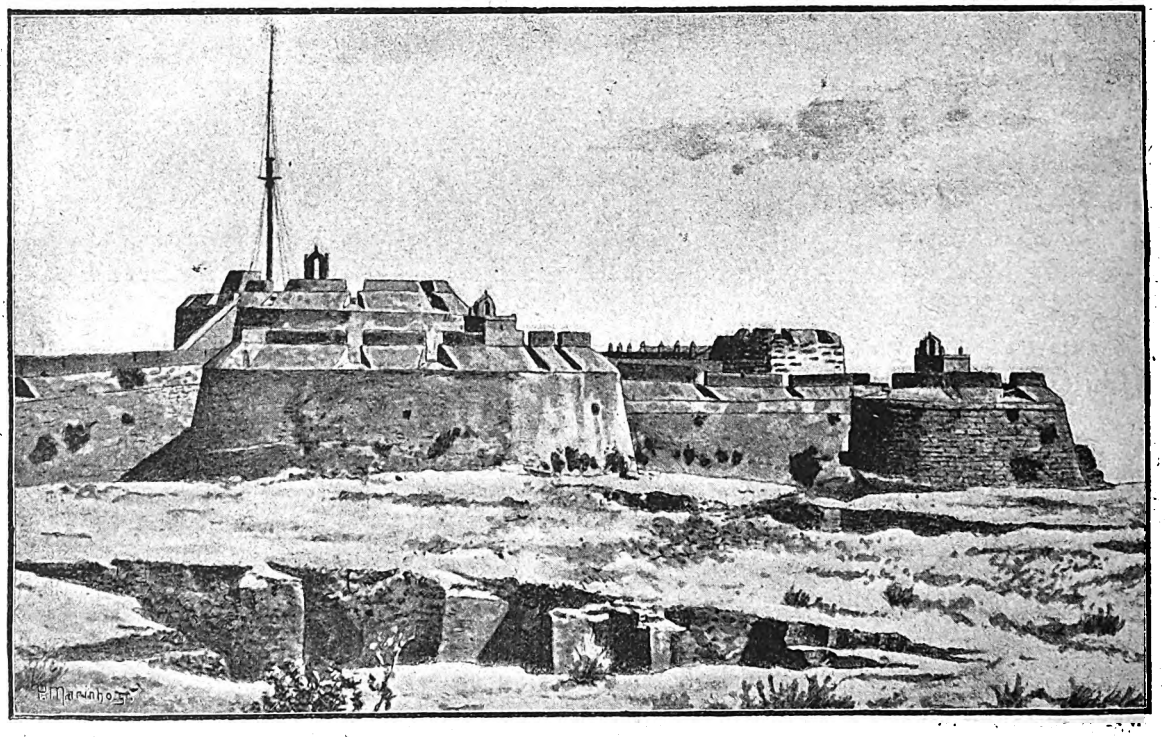
[1] Eduardo Fournier, *Un pretendant portugais au XVI siécle, lettre a Mr. d'Antas sécrétaire de la légation de S. M. F. F; á Paris sur Don Antoine prieur de Crato*, pag. 29 e 30 (Paris, 1852).

[1] A respeito das tentativas do assassinio dirigidas por agentes de Philippe II contra Antonio Perez, veja-se o bello livro de Mignet, *Antonio Peréz et Philippe II*, cap. VIII, p. 300 a 304 (Paris 1845).

Digitized by Google

de Heredia, sobrinho do marquez de Santa Cruz, acompanhava o duque francez para receber das suas mãos o preso; emfim, outro agente hespanhol, o commendador Marten, dirigia os conluios secretos e assalariava os assassinos.

Estava tudo combinado para elle ser preso em Beauvoir, quando a duqueza de Loudunois foi avisada e deu a D. Antonio, para elle se evadir, cavallos, es-



CASTELLO DE DIU (PRIMEIRA PARTE)

coltas e dinheiro. Os agentes de Mercœur já não encontraram o pretendente, mas vingaram-se no palacio de Beauvoir, que saquearam desapiedadamente. Ao mesmo tempo o tenente Beauchêne, immediato do capitão Escalin, confiscava ao prior do Crato dois patachos, cincoenta mosquetes e cem arcabuzes, e D. João de Heredia não hesitava em prender por sua conta e risco o padre portuguez Fructuoso Rodrigues, que voltava da Rochella. Para escapar a estas ciladas, o prior viu-se obrigado a refugiar-se na ilha de Socinio. Mas Henrique III, emfim, entendeu que devia tomar providencias, para que Philippe II não fosse mais rei em França do que elle mesmo. Expediu ordens energicas ao senescal, *maire* e justiças de Nantes, e ao duque de Mercœur para que D. Antonio, *rei eleito de Portugal*, encontrasse em França a protecção e a hospitalidade a que tinha direito. Nada lucrou com isso D. Antonio, porque já n'esse tempo quem governava menos em França era Henrique III, e D. Antonio, vendo que o duque de Mercœur não fazia caso das ordens do rei, teve de refugiar-se na cidade protestante da Rochella.

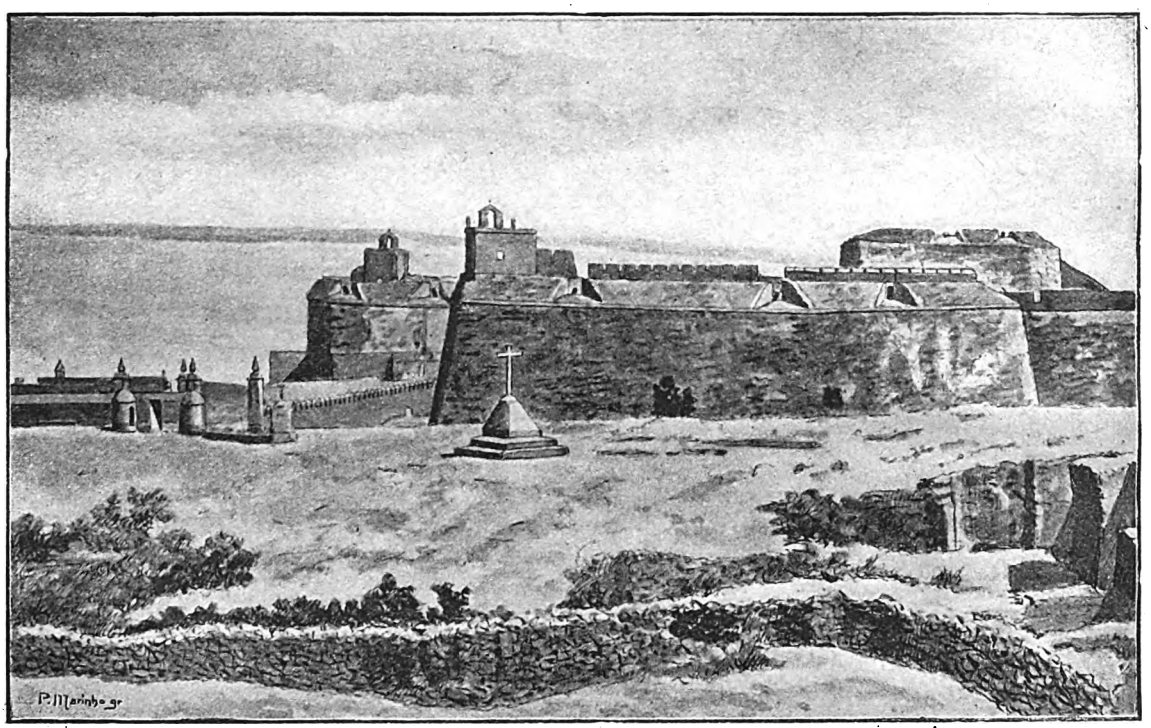
«Uma carta de D. Antonio a Catharina de Medicis, datada d'este ultimo asylo, diz Rebello, pinta com sombrias tintas o grau de miseria a que o desditoso principe havia baixado. Já lhe não pedia soccorro para conquistar o reino, invocava a sua compaixão para obter algumas sommas que o ajudassem a subsistir! Tanta era n'estes dias doloro-

Digitized by Google

sos a sua estreiteza de meios, apezar da serenidade altiva com que padecia, que d'Aubigné, lembrado da pobreza de Job, inventou para a descrever um neologismo, citado no *Barão de Foeneste*, a *Jobelinocracia* do desgraçado principe da Rochella.

A hospitalidade da cidade protestante foi generosa e tolerante. Seus muros e suas leis defenderam o proscripto entre as pedras estimadas da Europa[1].»

Desesperando pois de encontrar em França o auxilio que procurava, D. Antonio resolveu-se a passar a Inglaterra. As tentativas d'assassinio de que estivera para ser victima, e que o governo francez não podera punir, haviam-n'o indignado. Izabel d'Inglaterra, cujas relações com o gabinete do Louvre tinham esfriado bastante, principalmente desde



CASTELLO DE DIU (SEGUNDA PARTE)

dos punhaes traidores, e a mais plena liberdade de consciencia respeitou-lhe o culto e os escrupulos; mas a pobreza opprimia-o; se não fosse ella, teria corrido para elle quasi tranquillo este curto periodo d'existencia. Resolvido, porém, a tentar os derradeiros esforços, decidiu-se ao ultimo sacrificio, e empenhou o mais bello diamante dos que ainda lhe restavam; Harlay de Sancy, um dos banqueiros ricos da côrte, emprestou-lhe sobre elle quarenta mil libras francezas, e deu o seu nome á joia reputada a oitava que vira a desapprovação que o seu procedimento com Maria Stuart excitava na côrte de França, provocára o descontentamento do pretendente, e, quando elle chegou á Grã-Bertanha, recebeu-o com régias honras e tractou-o esplendidamente. Excitou-se com isto, por um lado, a rivalidade da França, instando debalde Catharina de Medicis com D.

[1] R. da Silva, *Hist. de Port.*, etc., t. 3.º, cap. 3.º, pag. 93. Segundo lêmos no *Courier de Paris*, na *Illustration* de 29 de janeiro de 1870 (n.º 1405, pag. 71), esta joia, que, depois de ter passado por muitas mãos, pertencêra ultimamente á princeza Demidoff, achava se n'esse anno á venda em Calcuttá.

Digitized by Google

Antonio para que fosse a Paris; por outro lado, a inquietação de Philippe II, que chegou a mandar a Londres um emissario com o fim expresso d'envenenar o pretendente. Pois o Prior do Crato já não estava sendo perigoso. Apezar das duas côrtes andarem jogando com elle, e disputando-o entre si como instrumento que ainda lhes podia servir, nem por isso D. Antonio obtinha mais do que promessas vãs. Em Portugal tambem o partido da independencia, esperando já pouco do principe exilado, começava a enlevar-se nas chimeras, que noticiámos, dos falsos D. Sebastião.

Apezar d'isso, Philippe II não se esquecia nunca do desgraçado exul, e no meio dos seus vastos planos, sempre exarava uma condição que assegurasse a perda de D. Antonio. Travando uma alliança com a Liga franceza, que ia ateiar em França a terrivel guerra civil, que Henrique IV teve a gloria d'extinguir, lá exigia a entrega do pretendente portuguez. O duque de Guise e o duque de Mayenne comprometteram-se a isso, com a simples condição de que D. Antonio seria tractado com doçura. Atando os laços d'uma conspiração na Inglaterra, com o fim de livrar Maria Stuart presa, e de derrubar o throno de Izabel, o embaixador hespanhol, aconselhando aos conjurados que apontassem os punhaes aos peitos da filha de Henrique VIII e dos seus ministros Burleigh e Walsingham, exigia ao mesmo tempo a prisão de D. Antonio.

E o homem que era objecto das preoccupações do poderoso soberano, o homem que lhe não sahia da mente suspeitosa, nem quando traçava os planos que deviam revolucionar duas das grandes potencias da Europa, estava tão misero então que, doente, nem dinheiro tinha para mandar chamar um medico!

A conspiração, inspirada por Maria Stuart e protegida por Philipe II, foi descoberta, e a hostilidade mal disfarçada que existia entre a Inglaterra e a Hespanha tornou-se mais patente e assumiu as proporções d'uma guerra aberta. O celebre almirante Drake, navegando até ahi sem auctorização official do seu governo, recebeu então claramente as ordens de Izabel, e dirigiu-se contra as colonias hespanholas com uma esquadra de vinte e tres navios, que levavam a bordo dois mil e trezentos homens. Martinho Frobisher, Christovam Carlisle e Francisco Knowles eram, abaixo de sir Francisco Drake, os chefes da expedição, que partiu de Plymouth no dia 15 de setembro de 1585.

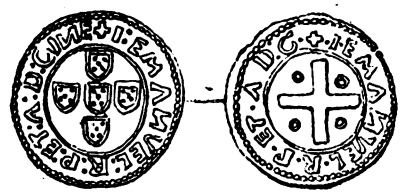
As primeiras victimas foram, como sempre tinha de succeder depois, as colonias portuguezas. A 16 de novembro aportou Drake á ilha de S. Thiago de Cabo Verde, encontrou-a quasi desguarnecida, emmudeceu os canhões dos fortes, desembarcou seiscentos homens, que levaram adeante de si os poucos soldados que ousaram oppôr-se-lhe, saqueou completamente a ilha na sua viagem para a America, onde deixou, depois d'um longo cruzeiro, a Florida e a Virginia completamente assoladas, não falando nos galeões que apresou. A 16 de julho de 1586 entrava Drake em Portsmouth, depois de dez mezes de viagem, tendo causado á Hespanha e Portugal perdas avaliadas em quinhentas mil libras esterlinas.

Em 1587 emprehendeu Drake nova expedição. A guerra estava declaradissima entre a Inglaterra e a Hespanha. O embaixador hespanhol, D. Bernardino de Mendoza, convencido de ter tomado parte na conspiração de Maria Stuart, fôra expulso de Londres, e em resposta o rei Catholico embargára todos os navios inglezes existentes nos seus portos, e começára os seus preparativos maritimos para uma guerra formidavel. Drake projecta interromper-lh'os. Sahe

Digitized by Google

de Plymouth com quatro navios da corôa, e vinte e seis navios d'armadores particulares; navega para Cadix, força a entrada do porto, destroçando seis galés que se lhe oppõem, e, debaixo do fogo das fortalezas, queima tranquillamente mais de cem navios de guerra carregados de petrechos militares, sahe tendo soffrido apenas leves perdas, dirige-se ás costas de Portugal, toma o castello do Cabo de S. Vicente, vae cruzar no mar dos Açores, toma um galeão da America, para que os seus armadores não fiquem descontentes, e volta a Plymouth depois de ter passado imponentemente por deante da barra de Lisboa. Estava ahi comtudo uma boa esquadra hespanhola e commandada por um general de mar, que não receiava medir-se com sir Francisco Drake. Esse general era o vencedor de Villa Franca, o marquez de Santa Cruz. Mas as ordens expressas de Philippe II impediram-n'o de sahir a barra, e Drake pôde gabar-se de ter practicado a salvamento uma acção tão estupenda.

A esta audaciosa expedição, que levára ao seu auge a ira do rei Catholico, juntou-se o crime practicado por Izabel, que encheu de horror a Europa, de indignação todos os soberanos, e principalmente Philippe II. Falâmos do assassinio judicial de Maria Stuart. A formosa rainha da Escocia, leviana de certo a extremos indisculpaveis, mas sympathica, apezar de tudo, expiou no cadafalso de Fotheringay, não tanto a conspiração contra Izabel, como os resentimentos implacaveis da sua rival, sempre vencida como mulher, ainda que sempre triumphante soberana. A impressão produzida nas differentes côrtes européas pela erecção d'este cadafalso, que preparava o de White-Hall para Carlos I, e o da praça da Revolução para Luiz XVI, vae Rebello da Silva dizer-nos qual foi. A inviolabilidade das testas coroadas era desfeita em pó por uma soberana. Izabel, para satisfazer odios pessoaes, arrancava do espirito do povo o dogma da inviolabilidade régia. Meio seculo depois, o povo mostrava não ter desaproveitado a licção. Izabel fôra a mestra de Cromwell, fôra ella quem



Moeda, de D. Manuel

mostrára aos Inglezes que o sangue dos Stuarts se derramava tão facilmente como o do mais desgraçado mendigo de Londres.

«O supplicio de Maria Stuart, diz pois Rebello da Silva, commovêra a Europa, sublevando as iras dos soberanos e os odios dos catholicos. O silencio terrivel, que se fez de repente em volta do seu throno, apenas cahiu a cabeça da rainha da Escocia, avisou Izabel, de que, assassinando juridicamente uma princeza que cingira a corôa, tinha offendido e irritado todos os monarchas. A hypocrisia do lucto, das lagrimas, e da colera simulada com que imaginou lavar as mãos do sangue real, longe de a justificar, ainda carregou mais a nodoa da acção cruel. Suppondo illudir o juizo do mundo, tornou mais cruel o juizo da posteridade. Os soberanos não lhe perdoaram o ultraje á magestade humana, e as almas generosas estranharam a iniquidade do seu procedimento durante o captiveiro e o processo de Maria. Henrique III arrancou-se por momentos á frouxidão e á insensibilidade natural, e, parecendo escutar os conselhos de Bellièvre e de Brulart, esteve a ponto de provar pelas armas á herdeira de Henrique VIII que os monarchas não se castigam impunemente como particulares. James VI, apezar de mau e desentranhado filho,

Digitized by Google

não pôde conter a dôr e a desesperação, sabendo de que morte tragica a rainha de Inglaterra ousára ferir sua mãe. Os brios escocezes levantaram-se, e os capitães das fronteiras, assolando a ferro e fogo as terras da raia, principiaram a ateiar incendios, que promettiam, se continuassem, os horrores d'uma guerra declarada. Em Paris, o povo e os prégadores; nas provincias, os fidalgos e as populações clamavam por vingança, em altos brados. A crise não podia ser mais violenta, mas o animo varonil de Izabel não desmaiou. Se Jamues VI, se Henrique de Valois, e se Philippe de Hespanha se ligassem, ella e a causa protestante succumbiriam forçosamente. Valeu-lhe, para o impedir, o conhecimento que tinha do caracter e dos interesses das duas côrtes, e, falando a cada um a linguagem que podia persuadil-o, asserenou o espirito de Henrique III, representando-lhe o perigo imminente que ameaçava os dois reinos se a ambição dos Guises e de Philippe II os colhesse desunidos, e moderou a magua e os resentimentos do rei da Escocia, observando que, desembainhando a espada n'essa occasião, riscaria todos os direitos á successão, trahindo sem desculpa a religião reformada que tinha jurado defender. Fracos e voluveis, James e Henrique accederam e aquietaram-se. Menos theatral, a colera de Philippe II devia incutir por isso mesmo maiores receios. Tudo concorria para o inflammar: o zêlo da propagação da fé, inseparavel, na sua mente, do principio da unidade monarchica, o desejo de possuir um reino poderoso, a impaciencia d'afogar no seu fóco mais ardente as seitas protestantes, e a gloria de punir Izabel do attentado recente e dos aggravos passados! O modo ha muito que fôra discutido e assentado[1].»

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, etc., tom. III, liv. 1, cap. III, pag. 112.

Esse meio era o de uma terrivel invasão, que devia ser executada por um exercito transportado da Hespanha á Inglaterra n'uma das mais formidaveis esquadras que teem sido equipadas no mundo, esquadra que na historia é conhecida pelo nome de Invencivel Armada. Os preparativos proseguiam com immensa actividade em todos os portos do colossal imperio. A Lisboa estava destinada a honra de ser na ampla enseada do Tejo que se reuniria a frota, e que d'aqui tambem desfraldaria as vélas para o seu destino. A formidavel armada constava de dez divisões; compunha-se de cento e quarenta e seis navios tripulados por oito mil marinheiros, artilhados com duas mil e quinhentas boccas de fogo, e levando a bordo dezezeis mil homens de desembarque. Não queremos falar nas embarcações menores que seguiam a esteira d'esta formidavel esquadra.

Reuniu-se toda em Lisboa, e a 27 de maio de 1588 os habitantes da nossa capital, consolados talvez um momento das humilhações da escravidão por este espectaculo pomposo, e pelo orgulho de serem subditos do poderoso monarcha, e de verem fluctuar nas aguas do seu Tejo os navios que iam assoberbar a Europa, os habitantes de Lisboa pois, apinhados nos cáes e nas collinas, viram levantar ferro a Invencivel Armada, onde havia baixeis de todas as proveniencias, e marinheiros quasi de todas as nações, pois que innumeras obedeciam ao mando de Philippe II.

Não podemos resistir ao desejo de transcrever para a nossa *Historia* a descripção que da Invencivel armada faz Victor Hugo, tanto mais que alli se encontra um verso que, sahido dos augustos labios do grande poeta, nos deve lisongear excessivamente, podendo nós consideral-o como um dos nossos maiores titulos de gloria.

Digitized by Google

La flotte se déploie en bon ordre de marche,
Et, les vaisseaux, gardant les espaces fixés,
Echiquier de tillacs, de ponts, de mâts dressés,
Ondule sur les eaux comme une immense claie.
Ces vaisseaux sont sacrés; les flots leur font la haie;
Les courants, pour aider les nefs á débarquer,
Ont leur besogne à faire et n'y sauraient manquer;
Autour d'elles la vague avec amour déferle,
L'écueil se change en port, l'écume tombe en perle.
Les voiles font un vaste et sourd battement d'ailes;
L'eau gronde, et tout ce groupe énorme vogue et fuit,
Et s'enfle et vogue avec un prodigieux bruit.
Et le lugubre roi sourit de voir groupées
Sur quatre cents navies quatre-vingt mille épées.[1]

A formidavel esquadra, que Victor Hugo nos descreve no seu verso magnifico e sonoro, ameaçava a Inglaterra com um terrivel desastre. Nunca um perigo maior lhe avultára no horisonte, e só d'ahi a dois seculos de novo póde tremer egualmente quando, nas praias fronteiras da França, o genio de Napoleão desenrolou o immenso acampamento de Bolonha, d'onde se devia precipitar so-

FRANCISCO SÁ DE MENEZES

Voici chaque galère avec son gastadour;
Voilà ceux de l'Escaut, voilà ceux de l'Adour;
Les cent mestres de camp et les deux connétables;
L'Allemagne a donné ses ourques redoutables,
Naples ses brigantins, Cadix ses galions,
Lisbonne ses marins, car il faut des lions.
Et Philippe se penche, et, qu'importe l'espace?
Non seulement il voit, mas il entend. On passe,
On court, on va. Voici le cri des porte-voix,
Le pas des matelots courant sur les pavois,
Les moços, l'amiral appuyé sur son page,
Les tambours, les siffledts des maîtres d'équipage,
Les signaux pour la mer, l'appel pour les combats,
Le fracas sépulcral et noir du branle-bas.
Sont-ce des cormorans? sont-ce des citadelles?

[1] V. Hugo, *Légende des Siécles*, tom. II. *La Rose de l'infante*, pag. 120.

Digitized by Google

bre as costas da Grã-Bretanha, n'um momento dado um exercito d'heroes. D'uma e d'outra vez a Providencia arredou da Inglaterra essa terrivel ameaça, e sempre se continuou a manter a especie d'inviolabilidade que protege a ilha britannica contra os assaltos continentaes.

D'esta vez, logo de principio houve contrariedades que agouraram a expedição. O marquez de Santa-Cruz, o melhor almirante das Hespanhas, e um dos mais habeis maritimos da Europa, morreu de repente, e não foi estranho a essa morte o desgosto de saber que Philippe II tivera a desastrada idéa de confiar o commando da Invencivel armada a um fidalgo da primeira nobreza, mas incapaz de poder com tamanha responsabilidade, e hospede completamente em commandos navaes, o duque de Medina-Sidonia, D. Alonzo Peres de Guzman. Iam debaixo das suas ordens tres homens technicos e officiaes predilectos do marquez de Santa-Cruz: Moncada, Oquendo e Recalde. As tropas da terra commandava-as Bovadilla, que estivéra na batalha naval de Villa-Franca dos Açores, e que alli muito se distinguira; mas a pericia dos subalternos não compensava a inepcia do general em chefe.

Quando a esquadra passasse por deante das costas de Flandres, o duque de Parma, o celebre Alexandre Farnesio, que commandava as tropas hespanholas dos Paizes-Baixos, devia embarcar na esquadra a flor do seu exercito, os solidos veteranos costumados á victoria, que decerto haviam d'abalar o throno de Izabel. Mas a esquadra, como veremos, nem a essas alturas chegou.

A rainha de Inglaterra não se descuidava, e, desenvolvendo uma actividade febril, mostrava-se digna da fama que soube conquistar. Fazia pegar em armas a todas as milicias validas dos condados inglezes, formára dois exercitos, um commandado pelo conde de Leicester, e que devia defender as costas da ilha, outro volante, commandado por Hunsdon, e que ella mesma acompanhava, e destinado a correr promptamente em auxilio do ponto onde os inimigos tentassem operar o desembarque. O primeiro exercito constava de trinta e dois mil homens d'infanteria, e dois mil e quatrocentos de cavallaria; o segundo era de trinta e quatro mil infantes, mil e novecentos cavalleiros, e trinta e seis canhões. Com immensa rapidez apromptou cento e noventa e um navios, pequenos sim mas veleiros, e commandados por Drake, o Nelson d'esse tempo, Howard, Effingham, Frobisher, Hawkins, lord Henry Seymour, e Winter. Estes dois ultimos officiaes deviam ir juntar-se ás esquadras hollandezas de Lonck e de Justino de Nassau, para bloqueiarem nos portos flamengos uma esquadrilha de barcos chatos que Alexandre Farnesio organizára.

Era este ultimo adversario ainda mais temivel para a Inglaterra do que a Invencivel Armada. General de primeira plana, apenas recebêra as ordens de Philippe II não descançára, e emquanto o conde d'Aremberg, Perrenot, Rickardot, Maers e Granier entretinham com fingidas negociações em Bourburg, junto de Calais, os diplomatas inglezes lord Henry Cobham, sir James Croft, conde Derby, Dale e Rogers, mandava Alexandre Farnesio cortar as arvores da floresta de Waez para construir a esquadrilha, que, debaixo da protecção da Invencivel Armada, devia lançar nas costas de Inglaterra trinta mil soldados aragonezes, castelhanos, napolitanos, lombardos, austriacos, wallões, e reitres, que constituiam o seu exercito, por elle aguerrido e disciplinado.

Todos estes bellos projectos se dissiparam em fumo. As hesitações do duque de Medina-Sidonia deixaram-n'o

Digitized by Google

perder a occasião de destruir em Plymouth a esquadra britannica; uma escaramuça naval, insignificante, mas vantajosa para os Inglezes, junto da ilha de Wight, encheu-os de orgulho. Comtudo a Invencivel Armada foi fundear em Calais. Drake não achava meio de a destruir parcialmente, não ousava atacal-a em globo, e, como ella estava tão proxima dos portos de Flandres, parecia ao almirante inglez já impossivel impedil-a de ir desbloqueiar a esquadrilha do duque de Parms, e de proteger o desembarque dos seus trinta mil homens nas costas britannicas. Um acaso providencial salvou a Inglaterra e a Europa, a quem a victoria da Invencivel Armada lançaria decerto aos pés do omnipotente e afortunado soberano.

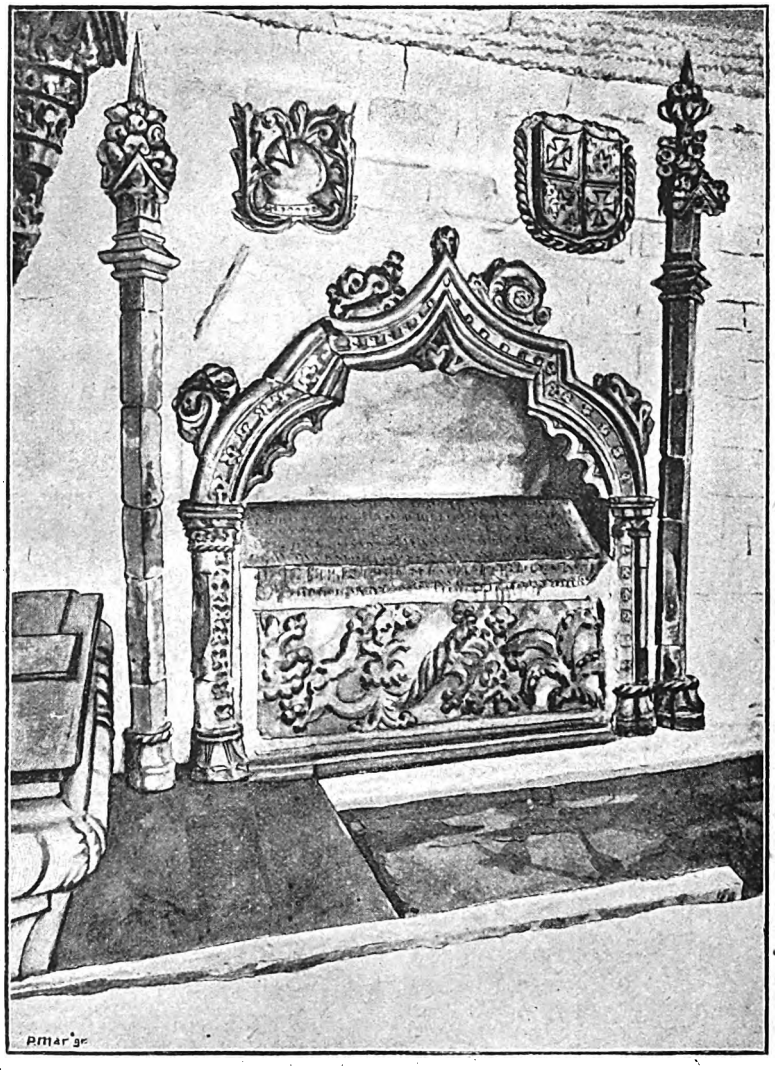
Na noite de 8 para 9 de junho uma forte cerração, prenuncio de tempestade, torna mais densas as sombras nocturnas e envolve com seu negro manto o mar e o céu. Aproveitando as trevas, Drake approxima-se de Calais, e arroja oito brulotes ao seio da esquadra fundeada. Os navios inflammados, fazendo brotar do seio das ondas uma aurora sanguinolenta, espalham o terror entre os Castelhanos, que, para fugirem ao abrasador contacto, picam precipitadamente as amarras e se arrojam ao mar alto. Mas o temporal, cumplice de Drake, desencadeia-se então, e, dispersando os navios de Philippe II, arroja-os d'encontro a esses innumeros baixios da Mancha, que os pilotos hespanhoes mal conheciam, e que Victor Hugo nos tem descripto admiravelmente nos seus romances *Les Travailleurs de la mer* e *L'Homme qui rit*. Os almirantes inglezes, pelo contrario, praticos do canal, fazendo correr os seus navios por entre os rochedos, collocando os galeões inimigos entre o naufragio e o combate, completavam a destruição que a tempestade começara. O duque de Medina-Sidonia, fugindo á perseguição implacavel de Drake, luctando com os ventos que o queriam arrojar ás costas da Zelandia, conseguiu emfim passar ao norte da Escocia, circum-navegar a Islandia, e aportar a Santander da Biscaia, depois de dois mezes de viagem, em que com repetidos naufragios tinha expiado a sua ignorancia d'essas paragens. Algumas naus, e pouquissimos galeões o acompanhavam. Outros navios, mas não muito numerosos, arribaram desgarrados a differentes portos da Hespanha. Um temporal e a audacia d'um marinheiro tinham bastado para anniquilar completamente a invencivel armada, sobrevivendo apenas ao formidavel desastre alguns navios, miserandas reliquias do immenso poder que assombrára e aterrára a Europa.

A noticia da derrota da Invencivel Armada foi acolhida com delirante enthusiasmo por Izabel de Inglaterra, com intima e profunda agonia por Philippe II, e tanto mais profunda quanto não a revelou no rosto, nem nas palavras, porque aquella mascara funebre nunca trahia as commoções da alma, se a alma as sentia. Recebeu a noticia triumphal da victoria de Lepanto com serenidade impassivel, com egual estoicismo recebeu dos labios de Christovam de Moura, seu confidente dos ultimos annos, a noticia fatal da perda da esquadra. Mas nunca mais tornou a ser o que era; a Invencivel Armada exhaurira a um tempo os recursos da Hespanha, porque absorvera cem milhões de ducados, e os recursos do genio de Philippe II, que nunca mais se levantou d'aquelle formidavel revez.

Quem tambem rejubilou com a noticia foi o prior do Crato. Sorria-lhe agora a esperança, e nem se lembrava de que eram portuguezas muitas das naus da invencivel armada. A opinião publica em Inglaterra favorecia-o, e Izabel resolveu auxilial-o. Em 1588 já Izabel obti-

Digitized by Google

vera do sultão de Marrocos que emprestasse 200:000 ducados ao prior do Crato, dando este em penhor seu filho D. Christovam. Mas Philippe II soubera do caso e cobrira o lanço, offerecendo Arzilla a Muley-Hamed, se não emprestasse o dinheiro, e conservasse preso D. Christovam. Era assim que o rei inquisidor comprehendia o christianismo. O rei catholico e o emir musulmano chegaram facilmente a um accordo baseado n'esta monstruosidade, e D. Christovam esteve captivo tres annos, sem D. Antonio receber mealha.



TUMULO DE JOÃO TEIXEIRA DE MACEDO, EM VILLA REAL

Foi necessaria, para se lhe restituir a liberdade, a intervenção pessoal do sultão de Constantinopla. De todos os que intervieram n'este negocio era o unico que Jesus Christo reconheceria como seu discipulo.

Preparou pois Izabel uma esquadra para auxiliar as pretenções de D. Antonio, dizendo e escrevendo este que, logo que a armada ingleza chegasse á vista de Lisboa, todo o reino se levantaria, e em menos de oito dias estaria restabelecido em toda a parte o rei nacional. Foi uma felicidade que a expedição se mallograsse. Senão vejam:

Izabel confiára o commando da esquadra ao celebre almirante Drake, e o commando das tropas de terra a sir John Norris. A fama de Drake attrahiu logo vinte mil voluntarios, mas Izabel só empregava seis navios, e só gastava sessenta mil libras. O resto dos navios foram equipados por particulares, que de certo não vinham a Lisboa com o desejo platonico de pôr no throno D. Antonio. Era uma expedição de corsarios, e a libertação dos nossos pôrtos pelos nossos amigos inglezes significaria simplesmente a ruina completa. Além d'isso D. Antonio prometteu pagar quantias avultadissimas, conceder á Inglaterra plena liberdade de commercio, auxiliar Izabel na guerra contra a Hespanha, etc. Sempre foi melhor esperarmos cincoenta annos.

Digitized by Google

EXECUÇÃO DE GABRIEL ESPINOSA

Digitized by Google

A expedição ingleza trazia a bordo dos seus navios, tripulados por quatro mil marinheiros, um exercito de onze mil soldados. A 15 d'abril de 1589 sahiu de Plymouth e chegou a 4 de maio deante da Corunha. Estava-se apparelhando n'este porto uma nova esquadra com que o obstinado Philippe II queria vingar a perda da Invencivel Armada. Drake entrou audaciosamente na enseada, queimou uns poucos de navios, e sir John Norris, desembarcando, levou ao assalto as tropas, commandadas debaixo das suas ordens por seus irmãos Edward e Andrew Norris, e pelo coronel Walter d'Evreux, irmão do conde d'Essex; tomou n'um impeto a cidade baixa e pôz cerco á cidade alta. O não ter munições de bocca, e as supplicas de D. Antonio, que viera na esquadra, esperando os Inglezes que a sua presença excitasse uma sublevação em Lisboa, demoveram o general do seu proposito, não sem ter perdido alguns dias n'essa empreza insignificante. Essa demora foi fatal á expedição. Os Hespanhoes tiveram tempo de se preparar.

Ao sahirem da Corunha, veiu encontrar-se com elles o conde d'Essex, favorito de Izabel, com uma esquadrilha armada á sua custa. A 16 de maio estavam os Inglezes deante de Peniche. Desembarcaram, apezar da resistencia que lhes oppozeram duzentos homens commandados por João Gonçalves d'Athayde e D. Pedro de Gusman, tomaram o castello, e D. Antonio entrou triumphalmente na villa como rei de Portugal. Os Inglezes caminharam depois vagarosamente por terra, esperando fazer com que o povo se pronunciasse por D. Antonio. Os sitios que percorriam eram os mesmos que, poucos annos antes, Matheus Alvares, o *rei da Ericeira*, sublevára. Em Torres Vedras e em outros logares dos arredores parecia que devia arder a chamma do patriotismo e o desejo da vingança. Effectivamente o povo não hostilizou os Inglezes, a fortaleza de Cascaes abriu-lhes as portas sem resistencia, mas não houve o mais leve symptoma de manifestação. Portugal cahira já então na atonia de que só em 1640 despertou; demais, a questão religiosa tambem não devia ser alheia a este caso. Os Inglezes eram hereges, e a catholica população dos campos da Extremadura não sentia por elles a minima sympathia.

Em Lisboa o cardeal-archiduque Alberto apressára-se a tomar todas as providencias necessarias, e desenvolvêra uma grande actividade. Entregou o commando militar da cidade ao conde de Fuentes, recolheu as tropas dentro dos muros, queimando os armazens dos arredores, prendeu os Portuguezes suspeitos de dedicação a D. Antonio, reparou as fortificações, cobriu de trincheiras os sitios mais expostos, proclamou a lei marcial, erigiu o patibulo em permanencia, e encheu de terror Lisboa. Os habitantes, a bem dizer, temiam tanto os senhores que os escravizavam como os alliados que vinham em seu auxilio e que iam pelo caminho commettendo os excessos a que as tropas inglezas sempre nos habituaram. O povo dos arredores de Lisboa fugia d'elles para dentro dos muros e as familias lisbonenses fugiam para as provincias, tanto da tyrannia exacerbada dos Hespanhoes, como dos horrores d'um assalto dado pelas tropas britannicas. Um dos que fugiram foi Soropita, o editor das poesias lyricas de Camões, tambem poeta, mas mediocre, e prosador humoristico, mas affectado. Descreveu elle n'uma carta, que foi publicada no volume das suas obras ineditas, dado á luz no Porto pelo sr. Camillo Castello Branco, o panico que se apoderou de Lisboa n'esta occasião, inspirado, como dissémos, pela apprehensão das crueldades dos Inglezes

Digitized by Google

e pelo terror que infundia o patibulo hespanhol, ao qual subiu logo como exemplo, D. Rodrigo Dias Lobo, tio do barão d'Alvito. Foi isto que atalhou a insurreição que se esperava e desanimou de todo os parciaes de D. Antonio, já poucos e pouco audaciosos.

Os Inglezes approximaram-se das portas de Santa Catharina, e por ahi tentaram dar assalto, investindo ao mesmo tempo o muro que corria ao longo do convento da Trindade, e chegando a arrombar as portas da egreja do Loreto; mas foram repellidos. Ao mesmo tempo Drake debalde tentava forçar o Tejo, defendido pelas dezoito galés de D. Affonso de Bazan. A sublevação promettida não rebentava, nem havia indicios d'isso; faltava artilheria de sitio ao exercito inglez, faltavam-lhe munições de bocca, e as tropas, desenroladas no bairro da Esperança, entre o mar e as portas de Santa Catharina, sem grande abundancia de viveres, dizimadas por uma molestia contagiosa que haviam contrahido na Corunha, não só não esperavam já que os Portuguezes se revoltassem, mas temiam até ser destroçadas por alguma sortida dos Hespanhoes. Norris e o conde d'Essex resolveram-se a levantar o cêrco. A pedido de D. Antonio tentaram ainda um simulacro de assalto, para vêr se os Portuguezes se decidiam. Mas a guarnição correu a postos, e o povo da capital preparou-se para assistir, indifferente, á lucta, ou desejoso talvez de que os Inglezes partissem o mais depressa possivel, afim de se livrarem do receio que os perseguia, e da lei marcial que os estava opprimindo.

Desanimados de todo, os Inglezes retiraram para Cascaes onde embarcaram. Iam consumidos pela fome e pelas doenças os que não tinham morrido em combate, e poucos chegariam a Inglaterra, se não encontrassem no mar a esquadra do conde de Cumberland, que os soccorreu.

Incrivel fatalidade perseguia D. Antonio, que até as armas inglezas, até alli sempre victoriosas na lucta com Philippe II, Drake sempre feliz nas suas tentativas ousadas, bastavam querer auxilial-o para vêrem a fortuna voltar-lhes as costas.

Foi a ultima tentativa do prior do Crato. Em 1590 sahiu de Inglaterra e passou para Dieppe, onde recomeçou a implorar o auxilio de Henrique III. Vinha em má occasião. A França estava dilacerada pela guerra civil. Quando Henrique IV triumphou e voltou as suas vistas com seriedade para D. Antonio, considerando-o um elemento importante a aproveitar na lucta contra a Hespanha, terminava o prior a sua amargurada existencia. Estava a expedição quasi organizada, estava designado para a commandar Clermont d'Amboise, quando D. Antonio falleceu, com 64 annos de edade, em Paris, a 26 de agosto de 1595. «Poucos dias antes, diz Rebello da Silva, escrevêra a Izabel e a Henrique IV, recommendando-lhe seus filhos, os amigos fieis, que nunca o tinham desamparado, e a restauração da independencia patria, pela qual luctára debalde tantos annos, e affrontára tantos perigos. O infortunio e o exilio são nobilissimas expiações. O culto de honra e do dever é brazão indelevel. Os grandes sacrificios exaltam e elevam o caracter. Perante a posteridade D. Antonio, optando pelas miserias do desterro e pelas tristezas inconsolaveis do proscripto, em nome de uma grande idéa e de uma generosa saudade, remiu os erros da mocidade, e purificado de culpas pela abnegação e pela firmeza, merece que a historia lembre a sua memoria com respeito, e aponte o seu exemplo como se apontam os exemplos dignos de louvor, rarissimos especialmente em epochas de corrupção e de decadencia».

Dos filhos de D. Antonio e da emigra-

Digitized by Google

ção portugueza em França tractaremos em capitulo especial.

Agora vamos a ver como é que se realizára a esperança que Philippe II déra aos Portuguezes de que, reunida a marinha das duas corôas, facilmente repelliriamos as tentativas que os povos do norte da Europa começavam a fazer para se aproveitarem tambem, e para se aproveitarem em nosso detrimento, do fructo dos nossos descobrimentos e das nossas conquistas.

Effectivamente, o que verdadeiramente nos admira é que por tanto tempo houvesse Portugal conservado, nação pequena como era, o monopolio do commercio do Oriente, da Africa e do Brazil. As nações que só o podiam disputar estavam completamente empenhadas nos seus negocios europeus, e, sendo quasi sempre rivaes de Hespanha, convinha-lhes conservarem a neutralidade d'este paiz pouco poderoso, mas que, alliando-se com o seu visinho, lhe seria muito util, tanto por causa dos fortes subsidios que lhe podia conceder, como das magnificas armadas com que o podia auxiliar; mas já desde muito os corsarios francezes e inglezes, importando-lhes pouco a politica dos seus governos, ameaçavam e prejudicavam o nosso commercio. Portugal umas vezes reclamava por vias diplomaticas, outras vezes tomava á sua conta a sua vingança e a desforra. Este segundo meio era o mais efficaz. Effectivamente, os gabinetes estrangeiros davam-nos todas as satisfações, e a França mostrava claramente, pelas repetidas leis que promulgava, pelas prohibições, que tinham por sancção a pena ultima, com que procurava cohibir as demasias dos seus corsarios, a sinceridade com que reconhecia o nosso direito, e quanto estava disposta a satisfazer as nossas reclamações; mas, attrahidos pelos bons lucros, os corsarios illudiam todas as medidas, e não deixavam em socego a nossa florescente marinha mercante. Em 1530 já se calculava em 500 mil cruzados a perda que a pirataria infligira ao nosso commercio, em trezentos o numero dos navios roubados. E comtudo em 1508 Duarte Pacheco infligira, na altura do cabo Finisterra, uma severissima licção ao corsario francez Mondragon; os governadores das fortalezas d'Africa e da America, os commandantes dos fortes da India tinham ordem para não pouparem os piratas, ordem que cumpriam á risca, sempre que lhes cahiam nas mãos. Como vimos, no Brazil os Francezes faziam mais do que piratear, e procuraram estabelecer-se no Rio de Janeiro, onde se mantiveram alguns annos e d'onde só Mena de Sá logrou expulsal-os.

E comtudo existiam na Europa as melhores relações entre o governo de Lisboa e o gabinete do Louvre, e Francisco I, Henrique II, Francisco II, Carlos XI e Henrique III, continuaram sempre a promulgar as leis mais severas para obstarem ás hostilidades dos seus subditos contra os Portuguezes.

O mesmo succedia com o governo de Inglaterra, e os corsarios britannicos não eram menos atrevidos do que os normandos, seus irmãos de raça. Se em 1566 o corsario Montluc, filho do celebre marechal de França do mesmo nome, lançou novecentos homens nas praias da Madeira e assolou o Funchal, morrendo na batalha travada com a guarnição da ilha, já em julho de 1553 o governador d'essa nossa formosa possessão, D. Christovam Tinoco, tivera de repellir tres naus inglezas, que, indo fazer contrabando ás costas de Guiné, lançaram de passagem trezentos homens nas praias madeirenses. Em 1555 encontraram-se na costa da Mina seis navios inglezes, que iam ao resgate do ouro. Era então rainha de Inglaterra Maria Tudor. O embaixador portuguez n'essa

Digitized by Google

côrte, Diogo Lopes de Sousa, reclamou energicamente contra estes actos, e, depois de muitas respostas evasivas do governo britannico, obteve emfim que se promulgassem decretos, prohibindo a navegação para as possessões portuguezas. Mas a pouca vontade que tinha o governo de dar a estas leis a sancção penal, que só as podia fazer respeitar, tornava-as completamente illusorias, e as depredações dos piratas inglezes continuaram, sendo necessario que em 1560 fosse Manuel de Araujo expôr á rainha Izabel, que já então governava, as queixas do governo portuguez. Déram-se-lhe todas as satisfacções officiaes possiveis, mas os piratas continuaram a sahir ao mar, sendo seus armadores os lords principaes da côrte de Inglaterra, e muitas vezes o proprio governo clandestinamente. O valor da perda, que a pirataria ingleza fazia soffrer ao nosso commercio, já então subia a seiscentos mil ducados, e o celebre Hawkins gabava-se de ter tomado só á sua parte mais de duzentas mil moedas d'ouro.

Vendo a inutilidade das negociações officiaes, o governo de D. Sebastião decidiu-se a rompêl-as, e encarregou o dr. Manuel Alvares de apresentar á rainha Izabel o seu *ultimatum*, exigindo a entrega de trezentos e sessenta e oito mil escudos, em que importavam as reclamações portuguezas. A rainha Izabel sempre se esquivou a attendel-as, sem desanimar o enviado portuguez; mas o nosso governo, sabendo que ao mesmo tempo Izabel não se envergonhava de expedir cartas de corso, como fez por exemplo, em 1569, aos Winter, decidiu-se a tomar medidas energicas, interrompendo as relações commerciaes com a Inglaterra, e mandando embargar todas as mercadorias britannicas, fortificando ao mesmo tempo os logares da costa de Portugal. Este golpe foi temivel aos ministros inglezes, que empregaram todos os esforços para renovarem a boa paz, e, aproveitando Wiliam Cecil a mediação officiosa do portuguez Antonio Fogaça, negociou-se em 21 d'outubro de 1576 um tractado que restabeleceu a harmonia.

D. LUIZ DE ATHAIDE, XXVII GOVERNADOR DA INDIA

Se, havendo apparentemente boas relações entre Portugal e as outras nações européas, os corsarios inglezes e francezes não cessavam de saltear os nossos navios, o que seria quando a união com a corôa de Castella, envolvendo-nos nas complicações da sua politica, nos daria por adversarios os adversarios da Hespanha, e lhes permittiria combater-nos abertamente! A cubiça dos armadores expunha-nos facilmente a sermos victimas dos corsarios invejosos. Os galeões vinham da India vergando ao pêso de cargas demasiadas, o que os expunha

Digitized by Google

não só a naufragios repetidos, mas os impedia tambem de combaterem, ou de escaparem aos leves e veleiros navios dos salteadores dos mares. Emquanto Drake, tomando-nos um dos nossos melhores navios, como já dissemos anteriormente, o levava para a Inglaterra afim de se conhecerem nos estaleiros d'esse paiz os segredos da nossa construcção, que ainda lá aperfeiçoavam, os nossos constructores, pelo contrario, parece que se iam estragando; porque os navios ronceiros da carreira da India juntavam os defeitos com que sahiam do estaleiro aos que eram provenientes da pessima distribuição da carga e do peso demasiado. Attestam-n'o os naufragios frequentes, que foram cada vez mais infamando, segundo a bellissima phrase de Vieira, todos os baixios da costa asiatica e africana.

Não precisamos de relembrar agora, ou de referir o naufragio de Sepulveda no galeão *S. João*, o da nau *S. Bento*, o do galeão *Santo Alberto*, o da *Barrileira*, de que nunca mais se soube, o do *Santiago*, que se perdeu entre Lisboa e os Açores, o da *Conceição*, o da *Framenga*, o da *Graça*, o da *Aguia* ou *Patifa*, o da *Santa Maria da Barca*, o da *Santa Paula*, altamente dramatico, o dos galeões *S. Luiz, Santiago, Salvador*, das naus *S. Lourenço, S. Thomé, Santo Antonio, S. Francisco dos Anjos, S. Christovão, Nazareth, Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosario*, que ardeu em Cochim, *S. Francisco, Nossa Senhora do Castello*, e as dos galeões *S. Lucas, Santo Antonio* e *S. Philippe*, e muitos outros que Francisco Maria Bordalo narrou no capitulo *Mil e um naufragios*, dos seus *Quadros maritimos*[1].

Já se vê por conseguinte que, por uma coincidencia fatal, quando o nosso poder diminuia, parecia que tambem os ventos e os mares contra nós se conjuravam, amiudando os naufragios e causando-nos as mais sensiveis perdas. Ao mesmo tempo a Inglaterra começava a revelar-se nação essencialmente maritima, e navegadores célebres, sahidos do seu seio, dominavam verdadeiramente o Oceano. Ainda que notaveis feitos maritimos assignalaram este periodo da nossa decadencia, devemos confessar comtudo que não tinhamos officiaes de mar, que podessemos oppôr a almirantes como Drake, Frobisher, Hawkins, e sir Walter Raleigh. A declinação do nosso poder tornou-se visivel, e Portugal deixou de ser o dominador dos mares.

Comtudo eram ainda os nossos pilotos os que conheciam a estrada das indias; nas Indias tambem eramos nós a unica nação que imperava e tinha estabelecimentos solidos, e por conseguinte do comercio do Oriente continuavamos a ser os exclusivos senhores. Os Inglezes limitavam-se a saltear os nossos navios á volta da India, mas não ousavam ir luctar comnosco á terra conquistada pelas nossas sobr'humanas façanhas.

Uma nação juvenil, que ia apparecer n'essa epocha na scena da historia é que o destino quiz que fosse a que nos viria arrancar das mãos o sceptro oriental.

Havia muito que os Paizes Baixos faziam comnosco um importante commercio, principalmente a praça de Antuerpia, onde houve até por muito tempo uma feitoria portugueza. Os navios d'esse industrioso paiz vinham buscar a Portugal as mercadorias do Oriente, e espalhavam-n'as depois por toda a Europa. Quando rebentou a sublevação flamenga e hollandeza contra a Hespanha, dominadora dos Paizes-Baixos, Antuerpia, collocada no foco da guerra, perdeu a sua importancia commercial, que Amsterdam herdou. Emquanto Portugal foi independente, proseguiu o trato que enriquecia a Hollanda; mas quando Phi-

[1] *Panorama*, vol. IX.

Digitized by Google

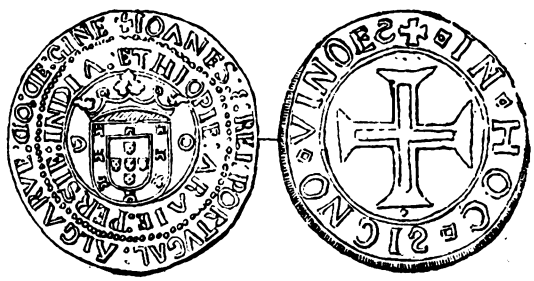
lippe II realizou a união das duas corôas, teve a triste inspiração d'atacar os seus subditos sublevados, ordenando em 1594 que fossem sequestrados cincoenta navios hollandezes que estavam fundeados no Tejo, e promulgando ao mesmo tempo um decreto que fechava á Hollanda os portos portuguezes.

O golpe foi terrivel, e podia ser mortal, se a inabalavel energia d'esses republicanos do Norte não se decidisse a não recuar deante das mais audazes tentativas para estabelecer o seu commercio. Não podendo vir buscar a Portugal as mercadorias do Oriente, determinaram ir buscal-as á propria India.

N'esse mesmo anno de 1594, uns negociantes da Zelandia, auxiliados por subsidios de Amsterdam e Eukuissen, armaram tres navios, confiaram-n'os a dois dos mais habeis maritimos que possuiam, Barenz e Heemskerk, e mandaram-n'os pelo Norte demandar uma nova passagem para os mares asiaticos. Já os Inglezes em 1556 tinham tentado a empreza, sem se sahirem bem d'ella. Não foi mais feliz a tentativa dos Hollandezes, e os armadores ficaram devéras aterrados, quando viram fugir-lhes a esperança que os animára.

Um acaso veiu favorecel-os. Um Hollandez chamado Cornelius Hautmann estivera longo tempo em Portugal, ou por que conseguira ir á India a bordo de navios nossos, ou mesmo cá tomara amplas informações ácerca da derrota maritima primeiro intentada por Vasco da Gama, o que é certo é que as suas indagações o tinham apontado como suspeito ás auctoridades hespanholas, que comtudo o condemnaram apenas a uma avultada multa. Não a pôde pagar, e por isso esteve preso; pôde comtudo escrever aos negociantes de Amsterdam, offerecendo-se para os iniciar nos mysterios cujo conhecimento tanto lhes importava, comtanto que pagassem por elle a multa a que fôra condemnado. Apresentaram-se a satisfazel-o os seus compatriotas, e Cornelius Hautmann voltou á sua patria. Em 1595 uma esquadra de quatro navios, dirigida por elle, ia demandar as terras admiraveis do Oriente.

Em agosto de 1597 regressava ao Te-



Portuguez, de D. João III

xel Cornelius Háutmann, apenas com dois navios, mas depois de ter mostrado aos espantados indigenas de Madagascar, Bantam, Java, Madura e Balli as côres d'um novo pavilhão europeu. Estava desfeito o encanto.

Enthusiasmados com o exito, em 1598 armaram os negociantes hollandezes uma esquadra de oito navios commandados por Jacques de Neker e Heemskerk, e enviaram-n'a ao Oriente. Tocaram estes na ilha a que haviamos chamado a ilha do Cirne, e que elles denominaram Mauricia, em honra do seu grande general Mauricio de Nassau, nome que ainda hoje conserva, apezar de ser mais conhecida pelo d'ilha de França, que Bernardim de Saint-Pierre immortalizou no seu tocante romance *Paulo e Virginia*. D'ahi foram a Bantam, onde carregaram quatro navios d'especiarias, que mandaram para a Europa. Os restantes visitaram as Molucas e em 1600 regressaram á Hollanda com uma opulentissima carregação.

Isto despertou uma verdadeira febre na Hollanda, onde se multiplicaram as companhias para a exploração d'este commercio, e já em 1601 mais de quarenta navios dos Paizes-Baixos navegavam nos mares de que nós foramos até

Digitized by Google

ahi os unicos senhores. Realizava-se a prophecia que Garrett põe na bocca de Camões moribundo:

Pendões barbaros
Varrem o Oceano, que pasmado busca
Em vão na pôpa descobrir as quinas.

FRENTE DA EGREJA MATRIZ DE SANTA MARIA DA VILLA DE OBIDOS

Estas numerosas companhias, que se tinham formado na Hollanda, prejudicavam-se porém umas ás outras, e tão dispendiosas emprezas arruinal-as-hiam decerto, se os Estados Geraes não interviessem, e fundindo-as todas n'uma só, que foi a famosa Companhia das Indias Orientaes, não lhes tivessem dado uma força tal, que esses negociantes e senhores de frotas e d'exercitos conseguiram, no decorrer do tempo, expulsar-nos de quasi toda a India.

As mesmas causas produziram na Inglaterra eguaes effeitos. O nosso negocio com esse paiz versava tambem em grande parte sobre as mercadorias do Oriente; mas em 1589 Philippe II fechou-lhes egualmente os nossos portos. Em 1591 emprehenderam os Inglezes uma expedição por terra para a India; não se sahiram bem, e começaram a desanimar, quando o exito da expedição hollandeza e a formação, depois, da Companhia das Indias Orientaes lhes ensinou o caminho a seguir. Fundou-se em Londres uma associação similhante, que, primeiro bem inferior á sua rival, veiu a superal-a, depois a substituil-a, e avassalou emfim quasi completamente a Asia meridional.

Não foram menos venturosas as expedições inglezas do que as dos Paizes Baixos. A primeira viagem foi emprehendida por Lancaster, que sahiu de Woolwich no dia 13 de fevereiro de 1601 com quatro naus: o *Dragão*, o *Heitor*, a *Suzanna* e um outro navio de maior lotação, denominado *Guest*.

Esta esquadrilha regressou no dia 11 de setembro de 1603, depois de ter

Digitized by Google

tocado em Sumatra e nas Molucas.

E os Portuguezes assistiam de braços cruzados a esta irrupção repentina das nações septemtrionaes no campo em que tinham, por espaço d'um seculo, dominado sem rival? Ah! a nossa decadencia era d'uma rapidez aterradora e demais as causas antigas, que sempre tinham tornado precario o nosso dominio na Asia, faziam-se agora sentir mais vivamente. Continuava a ser constante a nossa lucta com os indigenas, e nem os Portuguezes, absorvidos por esses cuidados, podiam accudir com todas as suas forças a repellir os intrusos, nem os naturaes se negavam a accolher os estrangeiros, antes pelo contrario os recebiam com alvoroço. Demais, a nossa marinha soffria cada vez golpes mais intensos; além das causas que já enumerámos, as tresloucadas emprezas de Philippe II tinham n'ella influido fatalmente, e o desastre da Invencivel Armada fôra-nos mais prejudicial do que a todos os outros Estados que reconheciam o poder do rei de Hespanha.

JERONYMO CORTE REAL

Os corsarios Inglezes não nos deixavam tranquillos. Não se limitavam a tomar os nossos navios, mas frequentemente salteavam tambem os portos da nossa costa, e as colonias mais proximas. Em 1589 uma esquadra commandada pelo conde de Cumberland cahiu sobre os Açores, occupou algum tempo a ilha de S. Jorge, saqueou a Graciosa, ameaçou Flôres, tomou as urcas e os galeões que andavam n'aquelles mares, e obrigou a esquadra hespanhola a refugiar-se em Angra. Os navios peninsulares, que intentavam assoberbar o Oceano, escondiam-se agora e fugiam deante do pavilhão britannico, insolente e ameaçador. Ainda Philippe II tentou uma nova invasão na Inglaterra, sem desanimar com a perda da formidavel esquadra, e, como possuia Calais, sitio favoravel para a realização d'esse projecto, mandou começar em todos os portos os armamentos indispensaveis, e pensou em aproveitar o descontentamento do povo irlandez para lançar um corpo de tropas na Irlanda. Souberam os Inglezes do plano, e tentaram mallogral-o. No dia 1 de julho de 1596 uma esquadra de cento e trinta vélas, commandada pelo almirante Effingham, e levando a bordo oito mil homens de tropas, dirigidas pelos mais brilhantes fidalgos da côrte de Izabel, o conde d'Essex, sir Walter Raleigh, etc., sahiu de Plymouth; reunindo-se com a esquadra hollandeza, dirigiu-se a Cadix, e no dia 20 de julho forçaram a entrada do por-

Digitized by Google

to, defendida por trinta naus e trinta galés, que com indesculpavel descuido se deixaram surprehender. Emquanto sir Walter Raleigh e Thomaz Haward apresavam e queimavam os navios hespanhoes, e saqueavam trinta naus carregadas para as Indias, o conde d'Essex desembarcava, entrava na cidade, que lhe abriu as portas sem resistencia, e punha-a tambem a saque. Avaliou-se em vinte milhões de ducados a perda dos Hespanhoes. N' esse mesmo dia, a esquadra ingleza levantou ferro, e no dia 22 de julho lançou ferro a duas leguas da cidade portugueza de Faro. Tres mil soldados inglezes marcharam sobre a capital do Algarve e deixaram-n'a abrazada e saqueada. D'ahi a esquadra foi sobre Lagos, mas felizmente, para que não ficasse de todo abatida a honra das armas peninsulares, Ruy Lourenço de Tavora, que alli governava, armou dezoito navios, e apparelhou-se para resistir, repulsando os Inglezes.

Apezar d'este desastre, Philippe II não desistiu da expedição á Irlanda, e enviou uma esquadra commandada por D. Martin Padilha com quatorze mil homens de desembarque. Mas os temporaes de novo se ergueram contra os projectos de Philippe II, e esta nova esquadra, dispersa e desorganizada, perdeu quarenta navios, e D. Martin Padilha a custo se pôde refugiar com os restantes no Ferrol. A Providencia despertava emfim, e opprimia com os mais severos castigos a criminosa ambição do sombrio monarcha.

Vimos que em 1589 o conde de Cumberland salteára e saqueára os Açores. O Brazil não estava tambem a abrigo dos assaltos dos Inglezes. Em 1591 Cavendish assaltou o porto de Santos, e queimou e saqueou a villa de S. Vicente. Em 1595 James Lancaster saqueou os armazens do Recife. Sobre o immenso cadaver d'este leão dos mares, prostrado aos pés de Philippe II, cahiam todos os abutres do Norte, e cevavam-se largamente nos nossos despojos.

Em julho de 1597 de novo o conde d'Essex sahiu de Plymouth com uma esquadra em que iam como seus immediatos Raleigh e Haward, para fazer uma nova tentativa sobre os Açores. Logrou apenas occupar algum tempo a ilha das Flôres, sem conquistar nem S. Miguel, que Gonçalo Vaz Coutinho defendia, nem a Terceira.

Eis os resultados propicios, que tiráramos da união com a Hespanha! E estas desgraças que successivamente nos opprimiam, provinham por acaso da decadencia do valor portuguez? Não: registaremos, agora que vamos tractar mais especialmente da historia das nossas possessões, desde o ponto em que as deixámos, actos de bravura não menos brilhantes do que outr'ora os nossos heroes practicaram. Mas o que podiamos fazer, dessangrados pelas luctas civis que se haviam seguido ao desastre d'Alcacer-Kibir; com a marinha arruinada pelas emprezas de Philippe II; sem boas tropas, em consequencia do ciume dos nossos dominadores, que não desejavam armar-nos de maneira que fossemos para elles perigosos; o que podiamos fazer contra duas intrepidas nações, que nos perseguiam constantemente?

Vamos pois vêr agora qual estava sendo a sorte das nossas possessões.

Começamos pela Africa oriental, que só no reinado de D. Sebastião principiára a attrahir a attenção dos Portuguezes.

Vimos que Francisco Barreto, o antigo governador da India, fôra encarregado de descobrir e conquistar as minas do Monomotapa. Infeliz na empreza, morrera em Moçambique, pungido pelas más noticias que lhe tinham vindo das tropas que deixára no interior, e quando se preparava para as ir soccorrer. Um dos desgostos que lhe encurtaram a exis-

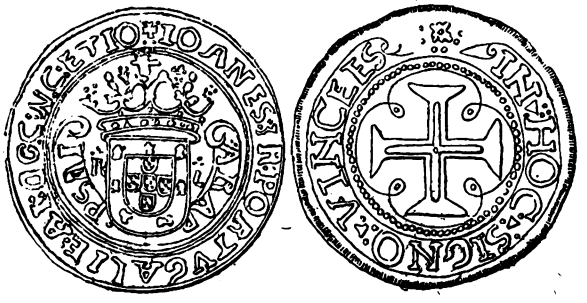
Digitized by Google

tencia, proveiu da opposição tenaz que a sua intentada expedição encontrou no Jesuita Francisco de Montes-Claros, omnipotente, como o estavam sendo então em toda a parte os padres d'essa ordem.

O successor de Francisco Barreto foi Vasco Fernandes Homem, que pôde realizar a expedição projectada pelo governador fallecido, e foi com quinhentos homens sobre Sofala. Internou-se no sertão, incendiou o zimbaoé de Quiteve, e conseguiu que o régulo de Chiconga lhe entregasse as minas, que não davam afinal proveito que recompensasse as despezas da exploração. E, emquanto os Portuguezes se empenhavam n'estas expedições infructiferas, a propria capital da provincia era cercada pelos negros, que derrotaram os nossos em 1585, derrota que foi vingada no anno seguinte por D. Jorge Tello.

Mas, se os Inglezes e os Hollandezes começavam a saltear-nos as colonias, novos e perigosos inimigos, os antigos adversarios, animados pela visivel decadencia do poder portuguez e por estes inesperados auxilios, levantavam cabeça e começavam tambem a insultar-nos, vingando as anteriores humilhações, não sem que uma subita investida dos nossos os não fizesse arrepender muitas vezes da sua audacia, mostrando-lhes que Portugal morreria sim, mas não inulto.

O que tornava comtudo mais terrivel esta reacção era a pouca solidez do nosso dominio. Os régulos, que tinhamos feito nossos tributarios, só anciavam por sacudir o jugo. Assim, em 1586 uma galé do sultão dos Turcos, commandada por Ali-Bey, appareceu na costa de Zanguebar, sugeitou ao dominio do vice-rei do Egypto os régulos que reconheciam a nossa auctoridade, aprisionou em Mombaça muitos Portuguezes, obrigou o capitão da costa, Ruy Lopes Salgado, a refugiar-se em Melinde, resoou em Mombaça uma fortaleza, e confederou contra nós todos os chefes visinhos. Comtudo o vice-rei da India, avisado, expediu a 9 de janeiro de 1587 uma esquadra commandada por Martim Affonso de Mello, que tirou dos ultimos successos uma vingança terrivel. Tomou Ampaza d'assalto e abrazou-a, matando o



Portuguez, de D. João III

scheick, fez tributario o soberano de Pate, desthronou o de Lamo, e reduziu a cinzas Mombaça. A confederação africana foi assim destruida n'um momento, e os audaciosos régulos poderam reconhecer que a desventura não tornara menos pesados os braços dos Portuguezes.

Comtudo, em 1589 os Turcos voltaram, e logo os Africanos os accolheram com enthusiasmo. Determinou a esquadra egypcia punir Melinde da fidelidade que por tradição sempre nos conservára. Estava a esquadra repartida em duas divisões e ameaçando a cidade, quando appareceu uma frota vinda de Gôa, e commandada por Thomé de Sousa Coutinho. Este investiu os Turcos immediatamente, e destroçou-os; depois abrazou Mombaça, puniu o régulo de Lamo, fazendo-o remar como escravo n'uma galé e mandando-o depois decapitar em Pate; ao scheick de Sio amarrou-o tambem a uma galé, e obrigou-o a presencear a destruição de Meandra. Entretanto Matheus Mendes de Vasconcellos, com trinta Portuguezes, defendia Melinde contra os Zimbos, os capitães de Tete e de Sena contra os Cafres, mas, passando depois esses chefes da defeza á aggressão,

Digitized by Google

foram desbaratados e mortos. Finalmente, em 1596, o conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, que invernou em Mombaça, fazendo viagem para a India, lançou n'aquelle ponto o risco d'uma optima fortaleza. Os atrevimentos dos indigenas e dos Turcos foram sempre cohibidos; mas, se este rigor repressivo suffocava por um momento as sublevações, inspirava odios, e cavava um abysmo cada vez mais largo entre os nossos e os naturaes. Ora, os Hollandezes não tardariam a apparecer nos mares da Africa Oriental, e o systema seguido pelos nossos capitães não fazia senão ir-lhes preparando alliados com antecipação.

Entretanto na Africa Occidental, por um estranho acaso n'uma epocha de decadencia, alargava-se o territorio portuguez com a annexação do vasto reino d'Angola, que está hoje sendo talvez a nossa mais promettedora colonia.

Vinha já de longe o plano d'essa conquista. Em 1555 o rei preto d'Angola enviou embaixadores á rainha D. Catharina, regente do reino, a pedir-lhe a sua protecção. Pouca attenção merecera a Africa aos nossos soberanos desde que os tinham começado a captivar os esplendores do Oriente; mas D. Catharina sempre enviou Paulo Dias de Novaes com tres caravellas, para entrar em relações com o principe negro, e examinar se seria vantajoso para os Portuguezes o commercio d'essa região. Paulo Dias foi e voltou enthusiasmado, de fórma que D. Sebastião, quando chegou á maioridade, nomeou-o capitão e *conquistador* d'Angola. Nunca abandonavamos o nosso velho systema da colonização pela espada.

No anno de 1576 chegou Paulo de Novaes á barra do Quanza, e alli se estabeleceu accolhido amigavelmente pelos régulos indigenas. Porém as tentativas dominadoras dos nossos começaram a revelar-se, excitando a desconfiança do rei d'Angola, que nos roubou dez navios, matando varios Portuguezes. Paulo de Novaes, com um punhado de homens, tirou crua vingança d'este acto; mas em que epocha se practicaram essas dispensaveis façanhas? No anno de 1578, no anno d'Alcacer-Kibir. Paulo Dias precisava de reforço, e o Cardeal-Rei, pouco depois de subir ao throno, enviou-lhe duas barcas e cento e cincoenta soldados. Este pequeno soccorro bastou a Paulo Dias para tomar a offensiva, e, practicando actos d'inaudito valor, derrotou em successivas pelejas nuvens de pretos, e em 1583 tinha reduzidos á nossa obediencia quasi todos os vassallos do rei d'Angola. Entretanto perdia o Prior do Crato a batalha d'Alcantara, fugia do reino, perdia depois nos Açores a batalha de Villa Franca, e via a Terceira cahir nas mãos dos Hespanhoes. Emquanto Philippe II conquistava aos Portuguezes Portugal, conquistavam os Portuguezes o reino d'Angola. Que brilhante compensação!

Paulo Dias de Novaes fundára a cidade de S. Paulo da Assumpção de Loanda, e uma outra povoação em Massangano, para onde teve de se retirar, quando, privado de soccorros do reino, se viu obrigado a ceder o campo aos inimigos; mas, apenas recebeu um leve auxilio, retomou a offensiva, extendeu o dominio portuguez até ás minas de Cambambe, e preparava-se para invadir o Dengo, afim de ir aprisionar na sua capital o rei de Angola, quando a morte o salteou em 1589. Succedeu-lhe Luiz Serrão, que tentou realizar o seu plano, mas que, salteado na marcha pelos régulos pretos, se viu obrigado a retirar com graves perdas para Massangano, onde falleceu. Tomou o governo André Ferreira Pereira, que se manteve simplesmente na defensiva, sem emprehender facção de vulto até 1593, em que veiu de Portugal substituil-o o capitão-mór D. Fran-

Digitized by Google

cisco de Almeida, que trazia comsigo quatrocentos soldados de pé, cincoenta de cavallo e muitos fidalgos voluntarios, mas que tambem não emprehendeu a minima expedição, não porque deixasse de o desejar, mas porque teve de soffrer uma opposição tenacissima dos Jesuitas.

Estes, effectivamente, que seguiam sempre os nossos exercitos, e exerciam uma verdadeira coacção sobre os chefes militares, nutriam a idéa de fazer em Angola o que fizeram no Paraguay. Com a rara habilidade que os fez os primeiros missionarios do mundo, já haviam logrado captivar a vontade dos sobas, e não lhes seria effectivamente difficil exercer sobre elles o imperio que exerceram sobre os Indios da America, se os governadores o consentissem.

Era uma civilização bastarda e rachitica a que os Jesuitas impunham ás populações que os accolhiam; mas, vendo-se o desleixo completo dos colonizadores, não se sentem desejos de pensar que mais valia comtudo essa mesma acanhada civilização do que o estado em que os negros ainda hoje se conservam nos nossos dominios?

Seja como fôr, o certo é que D. Francisco de Almeida, depois de luctar algum tempo com os Jesuitas, desanimou, e partiu para o Brazil, deixando o governo a seu irmão D. Jeronymo de Almeida, que applacou a disputa com a persuasão, e pôde voltar então as suas forças contra os sobas, que subjugou; mas, quando estava para emprehender a grande expedição do Dengo, as febres saltearam-n'o e morreu em Loanda, sendo substituido por Balthazar d'Almeida, que, inexperiente capitão, cahiu n'um laço armado pelos negros, e soffreu uma completa derrota. Em 1594 chegou de

VILLA REAL — CASA EM QUE VIVEU A FAMILIA DE DIOGO CÃO

Digitized by Google

Lisboa João Furtado de Mendonça com quatrocentos homens e trinta cavallos. As febres, as nossas eternas inimigas, tiveram-n'o á morte, quando elle ia vingar a derrota do seu predecessor. Entretanto o rei de Angola sitiava Massangano; mas, quando Furtado de Mendonça se restabeleceu, derrotou os sobas, e Balthazar Rebello d'Aragão, enviado por elle em soccorro de Massangano, destroçou completamente os sitiadores.

O governo de Furtado de Mendonça durou até 1602. A obra de Paulo Dias de Novaes não se completou, porque não se consolidou o nosso dominio, mas pôde-se ao menos prevêr que a conquista de Angola era definitiva: fossem quaes fossem as vacillações da sorte, os presidios de Massangano e Loanda conservavam-se sempre. Os Portuguezes tinham tomado raiz n'esse territorio, e notavel é que, perdendo tantas colonias grangeadas no tempo das prosperidades, fossemos conservando sempre essa filha da nossa decadencia.

Pois não era porque as outras nações não nol-a invejassem: prenuncio d'outras hostilidades posteriores mais sérias houve, durante o governo de Furtado de Mendonça, um salto dado por quatro corsarios francezes no porto de Pinda, onde tinhamos um estabelecimento que elles saquearam.

E' tempo agora que passêmos á India, onde deixámos o grande D. Luiz d'Athayde, conde d'Athouguia, governando pela segunda vez esse Estado que o seu valor salvára.

Vimos que D. Luiz d'Athayde partira para a India, não só porque se tornava necessario o prestigio do seu nome para restabelecer a paz n'essa peninsula de novo fremente e revoltada, mas tambem porque D. Sebastião, querendo assumir o commando supremo da expedição africana, e não ousando fazel-o emquanto estivesse em Portugal um general de tanta fama como era D. Luiz d'Athayde, se livrou assim de um homem que lhe fazia sombra.

A presença de D. Luiz d'Athayde bastou effectivamente para socegar a India, lembrada das suas anteriores façanhas, e o vice-rei entendeu até que podia convidar muitos dos fidalgos que militavam n'essas partes, a passarem a Portugal para combaterem ao lado do seu rei; mas logo chegou a noticia do desastre d'Alcacer-Kibir, depois a das alterações do reino, e finalmente a da invasão hespanhola, que produziu em toda a India uma dolorosissima impressão.

Não era dos menores cuidados que pungiam a Philippe II a idéa da resolução que o conde tomaria, e razão tinha para se inquietar, porque D. Luiz d'Athayde estava muito longe de se mostrar tão decidido como os outros governadores das nossas possessões a reconhecer a supremacia hespanhola. Diz-se até que formára o plano de embarcar n'uma esquadra a flor das suas tropas, de navegar para a Europa, de ir lançar ferro em França ou Inglaterra, e de vir depois a Portugal expulsar os Castelhanos. Era muito provavel que este projecto audacioso tivesse feliz exito; Portugal inteiro se sublevaria, e as tropas castelhanas haviam de encontrar mais difficuldade em resistir a um general como D. Luiz d'Athayde e aos nossos veteranos do Oriente, do que ao Prior do Crato e ás suas desordenadas milicias.

Mas a fortuna, que então protegia Philippe II, não consentiu que este plano se realizasse. A morte feriu D. Luiz d'Athayde no meio das suas combinações, e diz-se que, ao expirar, as ultimas palavras que o grande homem soltou foram as seguintes: Ora morra eu, e seja tudo contra Portugal!

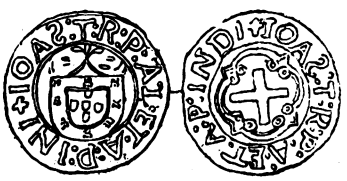
D'essa fórma o primeiro vice-rei nomeado por D. Philippe, que foi o conde de Santa Cruz, D. Francisco de Masca-

Digitized by Google

renhas, tomou sem opposição posse do governo, que teve até 1584. Durante a sua administração, não cessou a lucta constante que sempre fervia na India, mas as armas portuguezas continuaram a ser victoriosas. Piratas, sahidos de Coulete, assolavam o Malabar, Francisco Fernandes foi abrazar Coulete; os Mogoes vieram saltear Damão, foram repellidos com perda; o scheick de Dara tentou incommodar os Portuguezes em Ormuz, foi derrotado em Xamel; o sultão d'Achem voltou a sitiar Malaca, foi repellido. A victoria não nos desamparava; mas não se percebe facilmente quanto este estado de guerra, que durava, sem a mais leve intermittencia, desde o principio da conquista, tornava impossivel para nós o mallograrmos logo no principio as tentativas que os Hollandezes e Inglezes iam em breve começar?

De 1584 a 1588 governou como vice-rei D. Duarte de Menezes. Durante o seu governo o capitão que mais se illustrou foi D. Paulo de Lima, que teve a honra de ser biographado por Diogo de Couto. Foi elle que libertou Malaca do cêrco posto a essa cidade pelo sultão d'Ujatan. Malaca soffrêra algumas fomes: aproveitaram-se d'isso os indigenas das terras proximas para assolarem os arredores da cidade. Sahiu contra elles Diogo d'Azambuja com cem soldados, e destroçou-os. O sultão d'Achem quiz renovar as suas tentativas, sempre infructuosas e sempre repetidas, mas discordias interiores do seu reino lh'o não permittiram. Veiu então o sultão de Ujatan com cento e vinte vélas e seis mil soldados bloqueiar Malaca. Foi necessario que o vice-rei da India enviasse D. Paulo de Lima, que desbloqueiou a cidade e, tomando a offensiva, conquistou a fortificada Jor, que era defendida por uma numerosissima guarnição.

Entretanto, em Ceilão um chefe indigena, Raju, era derrotado pelos Portuguezes em Paliconda, e João Correia de Brito, capitão de Colombo, defendia briosamente a fortaleza, e repellia os assaltantes. A submissão do naik de Sanguiscer completa a lista das acções de guerra illustres practicadas durante o governo de D. Duarte de Menezes.



Cruzado, de D. João III

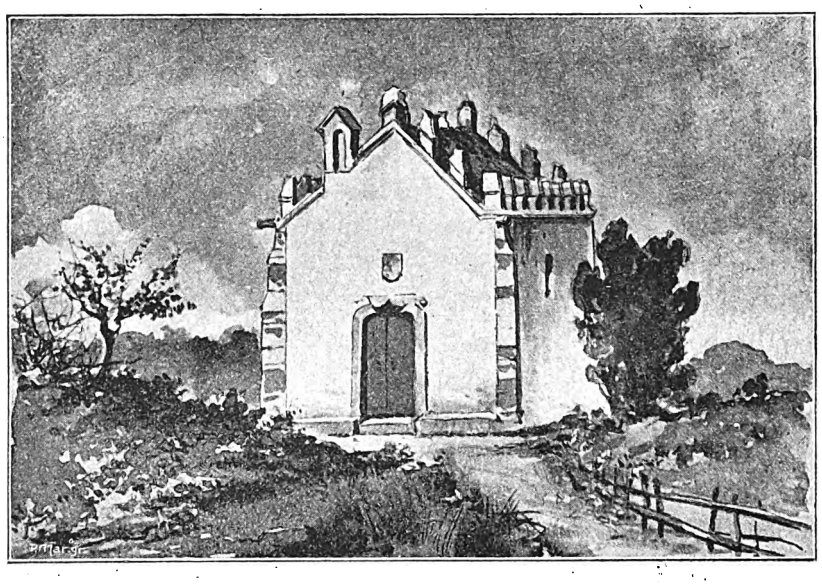
De 1588 a 1591 governou D. Manuel de Sousa Coutinho, sem coisa que lhe illustrasse a administração. Succedeu-lhe em 1591 Mathias d'Albuquerque, homem de alto merecimento, que teve tambem a boa fortuna de ser secundado nas suas emprezas militares por um capitão distincto e valoroso, uma das ultimas glorias guerreiras dos Portuguezes na India, André Furtado de Mendonça. A primeira façanha d'este heroe foi a derrota do rei de Jafnapatam, que se mostrava adversario decidido dos Portuguezes. Enviado contra elle por Mathias d'Albuquerque, no caminho destroçou o pirata Coti Muça, e, aportando a Manar, capital do inimigo, n'uma batalha tomou a esquadra que defendia o porto, destroçou o exercito que guarnecia as fortificações da ilha, e, tendo morto no combate o régulo indiano, obrigou o herdeiro a pedir humildemente a paz. Ao mesmo tempo D. Alvaro de Abranches assentava pazes com o rajah de Calicut; os piratas destroçados, a bandeira portugueza respeitada, mostraram qual era a pericia e a energia de Mathias de Albuquerque.

Em 1596 succedeu-lhe D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, cuja administração não foi tambem infeliz.

Quando dizemos isto, referimo-nos

Digitized by Google

unicamente aos feitos militares, porque é necessario que tenhâmos presente que emquanto se mantinha exteriormente forte o dominio portuguez, lavrava-lhe no intimo a corrupção mais profunda, que preparava a proxima dissolução d'esse vasto imperio. Os vicios dos Portuguezes, a venalidade dos empregos, os excessos da Inquisição, o cruel tractamento dos Indios sujeitos á preponderancia estupida dos padres, isso tudo



CAPELLA DO CASTELLO DE GOES

pinta-o Diogo do Couto com vivissimas tintas nos seus *Dialogos do soldado pratico*. Mathias d'Albuquerque, e principalmente o conde da Vidigueira tentaram reformar estes espantosos abusos; mas todos esses vicios estavam já profundamente radicados, e não havia cauterio que podesse suster a gangrena. Por felizes se deviam dar os governadores em terem ao menos ainda soldados briosos que não deshonravam nas batalhas o nome portuguez, e que sustinham no gume das espadas este imperio vacillante.

Durante o governo de D. Francisco da Gama, realizou-se uma annexação importantissima.

O ultimo rei legitimo de Ceylão, desthronizado pelo seu parente Rajú, e protegido pelos nossos, que, durante o governo de D. Duarte de Menezes, tinham, como vimos, destroçado o usurpador na batalha de Paliconda, reconhecido aos Portuguezes, legára-lhes a ilha; o usurpador fallecera tambem. D. Jeronymo de Azevedo, capitão de Colombo, pôde, por conseguinte, tomar posse indisputadamente d'esse riquissimo dominio.

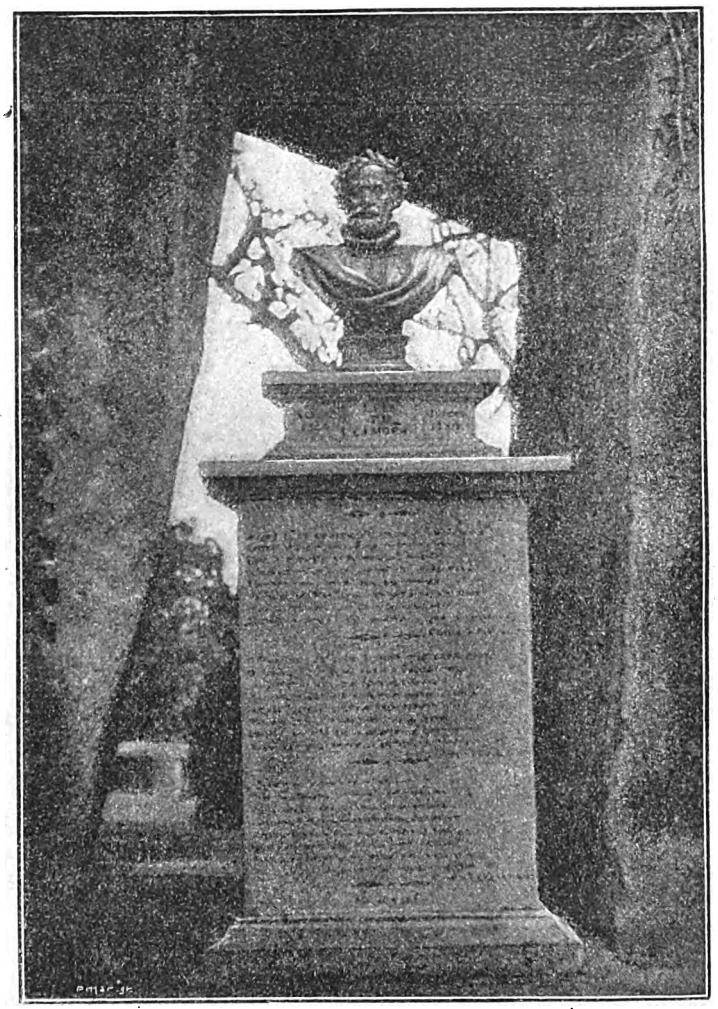
Eram os ultimos clarões da lampada que expira: prenuncio das proximas desgraças, appareciam no Oriente os navios hollandezes. Dos quatro navios de Cornelius Hautmann, só dois voltaram á patria, como vimos; dos outros dois, um perdeu-se nos baixos, o outro destruiram-n'o os Portuguezes; mas já na immediata viagem lograram escapar ás nossas pesquisas. Como não havia de succeder assim, se os naturaes os acolhiam como libertadores, e se os Portuguezes estavam sempre empenhados em guerras, que lhes não permittiam repellir abertamente estes novos rivaes! Na occasião, por exemplo, em que percorriam os Hollandezes as Molucas, André Furtado de Mendonça, que lhes poderia dar uma severa licção, occupava-se em destroçar o pirata Cunhale, e em sitiar e destruir uma fortaleza que elle erigira nas terras do Samorim de Calicut. Era em 1598, e, depois da victoria, o pirata foi suppliciado.

E' tempo agora de voltarmos á Europa, onde Philippe II expira. Pouco antes de morrer, Philippe II, percebendo afinal que não podia subjugar os Estados

Digitized by Google

de Flandres, revoltados, resignou-se a um sacrificio apparente, dando a Flandres a independencia debaixo do governo de sua filha Izabel Clara Eugenia, a quem deu por marido o archiduque Alberto, vice-rei de Portugal, que tinha ordens sacras, porque até vestia a purpura cardinalicia, mas que o Papa dispensou dos seus votos. Este supposto Estado independente não era por fim de contas mais do que uma vice-realeza disfarçada; mas com essa condição podéra Philippe II fazer a paz em Vervins no dia 2 de maio de 1598, com Henrique IV de França, e alimentava a doce esperança de ver os Paizes Baixos revolucionados accolherem com enthusiasmo os seus novos soberanos, a quem recommendava demais a mais uma certa brandura. Effectivamente, as Provincias Catholicas sujeitaram-se, e, desafogadas do jugo oppressor e immediato de Philippe II, celebraram até como uma epocha feliz o governo de Alberto e Izabel, ainda hoje commemorado com louvor por alguns escriptores, posto que outros, e entre esses Ch. Potvin[1], digam que um despotismo hypocrita, menos violento, mas mais enervador, foi o caracteristico do governo do archiduque. Porém as provincias septemtrionaes e protestantes continuaram a manter a sua independencia, e a guerra só parou doze annos depois, quando Philippe III lh'a reconheceu.

Com esta nova decisão de Philippe II, deixou o archiduque Alberto de governar Portugal, sendo substituido por um conselho de governo, composto do arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, do conde de Portalegre, D. João da Silva, do conde de Santa Cruz, D. Francisco de Mascarenhas, do conde de Sabugal, D. Duarte de Castello Branco, e do escrivão da puridade, Miguel de Moura.



CAMÕES NA GRUTA DE MACAU

Foi este o ultimo acto importante do

[1] *Le régne d'Albert et d'Isabelle*, diz elle, *est un des épisodes les plus défigurés de la domination austro-espagnole. Il est d'autant plus important cependant qu'il marque de la part de nos oppresseurs la transition entre le système de la violence et celui de l'énervement. L'Inquisition n'est pas désarmée, elle frappe encore: mais la ruse commence á être préférée pour dégrader un peuple qu'on n'aurait pu assujettir qu'en l'anéantissant.* Ch Potvin, *Albert et Isabelle*. Pag. 55. (Bruxellas, 1861).

Digitized by Google

governo de Phillipe II. Dilacerado por uma doença terrivel, que prolongou a sua agonia por largos mezes, coberto d'ulceras, devorado pelos vermes como Sylla, Philippe II expirou afinal no dia 13 de setembro de 1598, ás cinco horas da manhã. Foi até á ultima hora D. Christovam de Moura o seu confidente predilecto.

Este monarcha sombrio, intelligencia profunda, caracter negro e coração desapiedado, foi a mais terrivel personalização do duplo despotismo religioso e monarchico que assoberbou a Europa no seculo XVI. Quasi que logrou realizar o plano de Carlos V, fundando a monarchia universal, mas é certo que o despotismo nada funda solido, e, depois d'incriveis prosperidades, as desgraças do fim do seu reinado, a ruina da fazenda publica, poderam fazer-lhe sentir que o imperio colossal, que fundára á custa de traições, de atrocidades e d'infamias, não tardaria a dissolver-se. Nós, porém, nem por isso nos podiamos regozijar com a vingança proxima que o Destino nos offerecia.

Se Philippe II, o rei filicida, nos assassinára, amarrára ao mesmo tempo o nosso cadaver aos cabos da sua nau possante, e no naufragio, que arruinou a nave imperial, lá foram tambem submergidas para sempre as reliquias da nossa prosperidade.

FIM DO QUARTO VOLUME

Digitized by Google

EXPLICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

DAS

Gravuras comprehendidas no presente volume

Pag. 5 — **Tumulo de D. Vasco da Gama**

Existe no templo dos Jeronymos, em Belem, consagrado como pantheon dos heroes portuguezes, o tumulo do grande descobridor da India representado pela nossa gravura; o tumulo, que obedece á architectura manuelina, é de recente construcção e para elle foram transportados os ossos do heroico navegador por occasião do centenario camoniano, em 8 de junho de 1880. Como n'esta mesma *Historia* se diz, Vasco da Gama fallecêra em Cochim a 24 de dezembro de 1526, sendo sepultado no mosteiro de S. Francisco d'aquella cidade da India. D'ahi foram transportados os seus ossos para a villa da Vidigueira, por disposição testamentaria do proprio descobridor das Indias, sendo depositados na egreja de Nossa Senhora das Reliquias, do padroado de sua casa. Jazia o grande almirante na capella mór do lado da epistola, em uma sepultura, onde se lia a seguinte inscripção:

AQVI IAZ O GRAND ARGONAVTA DOM
VASCO DA GAMA PR. CONDE DA VI
DIGVEIRA ALMIRANTE DAS INDIAS
ORIÊTAIS E SEV FAMOSO DESCOBRID
OR

D'aqui é que elles foram trasladados, como acima dissémos, para o Pantheon dos Jeronymos e para o tumulo que a nossa gravura representa.

Pag. 8 — **Lopo Soares de Albergaria**

E' calcado sobre o retrato que vem nos *Retrato e Elogios de Varões e Donas*, o que aqui dâmos do terceiro governador da India. Acerca da sua authenticidade, leia-se o que se diz na biographia que acompanha esse retrato n'aquella collecção biographica: «Damos o seu retrato confórme o traz Manuel de Faria na sua Asia Portugueza, tom. I, e da mesma sorte nos Commentarios a Camões.»

Pag. 9 — **D. Francisco de Almeida recebendo a bordo a noticia da morte de seu filho**

Mostra esta gravura a dolorosa scena magistralmente descripta por Manuel Pinheiro Chagas, a pag. 242 do 3.º volume d'esta nossa edição da *Historia de Portugal*.

Pag. 13 — **Restos do Convento e egreja dos Capuchos em Caparica**

Fôra fundado em 1564 por D. Lourenço Pires de Tavora, quarto senhor de Caparica, o convento de capuchos arrabidos, cujas ruinas a nossa gravura reproduz. Na egreja d'este convento está o tumulo do seu fundador, que falleceu a 15 de fevereiro de 1573. D. Lourenço Pires de Tavora fôra embaixador de Portugal em Hespanha, sendo imperador Carlos V. Caparica é povoação situada em frente de Lisboa, na margem esquerda do Tejo. E' de fundação muito antiga, dando-se ao nome que ella tem, de Caparica, duas tradições muito curiosas, segundo refere Pinho Leal, no seu *Portugal antigo e moderno*. Uns dizem que morrendo aqui um velho, declarou no testamento que deixava a sua capa para ser vendida e com o producto da venda se fazer uma capella a Nossa Senhora do Monte. Fez isto rir bastante; mas, sabidas as contas, a boa da *capa* estava recheiada de pellos dobrões de ouro, que chegaram de sobra para a fundação da capella. A segunda versão é que, sendo a Senhora do Monte de muita devoção para estes povos e limitrophes, concorreram todos para se lhe fazer uma esplendida capa, pelo que a Senhora ficou d'ahi em deante sendo conhecida por Nossa Senhora da Capa Rica.

Pag. 16 — **Pia baptismal em S. João de Almedina**

E' a primeira vez, que nos conste, que apparece publicada a gravura d'esta formosissima peça esculptural, que, não obstante a sua belleza artistica, nenhum interesse tem despertado aos amadores de antigualhas e da arte portugueza. E tanto que o sr. Simões de Castro, no seu curioso livro, por nós tantas vezes consultado, *Guia historico do viajante em Coimbra*, embora se empenhasse em compilar n'elle o maior numero de noticias relativas á cidade e seus monumentos, não lhe fez a mais pequena referencia. Pelo contrario, referindo-se á egreja de S. João de Almedina, onde existe a pia em questão, diz que esta egreja «só offerece de notavel ao exame do observador curioso algumas pinturas de Paschoal Parente, que floresceu no meado do seculo XVIII.» Ora não é preciso ter muitos conhecimentos sobre arte para se reconhecer que essa pia baptismal é uma peça capital, a melhor coisa que possue aquelle templo, e muito superior, em concepção artistica, á pia baptismal da Sé Cathedral, mandada fazer pelo inclito prelado D. Jorge de Almeida aos irmãos Henriques, como se vê da inscripção: *P. Áriques e seu irmão a fez*. A pia baptismal de S. João de Almedina pertence ao estylo ogival que predominou no nosso paiz em Hespanha durante o seculo XV e primeiro quartel do seculo XVI, formando durante esta ultima epocha um typo de estylo gothico, que é bem nosso e se denominou *manuelino*. Esta pia baptismal devia ter sido executada por um dos melhores artistas da epocha em que o estylo ogival attingiu o maior esplendor e perfeição, attenta a sua elegancia e o bello acabamento das figuras e motivos ornamentaes. As figuras representando o baptismo de Christo são bem gothicas, assim como os anjos que sustentam as armas de D. Jorge de Almeida, que se divisam em volta da bacia da pia. A sua factura deve datar de tempo anterior á da pia da Sé Cathedral, muito antes da vinda para Coimbra de quatro artistas francezes que D. Manuel chamou para executar algumas das mais notaveis obras do paiz. Do que acabamos de dizer sobre a pia baptismal de S. João de Almedina, podemos concluir, como diz o grande archeologo dr. Philippe Simões: «que antes da vinda dos artistas francezes, já a arte da esculptura em pedra era cultivada em Coimbra com grande gosto e desenvolvimento, o que decerto se ha de attribuir em boa parte á preciosidade das pedreiras de Ançã e ás qualidades d'esta pedra, que a tornam muito propria para toda a sorte de lavores ainda os mais delicados.» Como o

Digitized by Google

indicam as armas que se vêem ao lado do grupo biblico, foi esta pia mandada fazer pelo bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, de cujas rarissimas *Constituições* existe um unico exemplar na Bibliotheca da Universidade. D. Jorge de Almeida foi um dos mais munificentes dos prelados que se sentaram na cadeira episcopal de Coimbra, sendo elle que mandou fazer o bello retabulo de talha da Sé Velha, attribuido a mestre Vliner e a João Dipri e a respeito do qual se póde lêr um artigo do sr. dr. Valle e Sousa publicado em a *Mala da Europa*. A gravura d'este retabulo, publicámol-a pags. 301 do 2.º volume da *Historia*, que o apresenta antes da restauração ha pouco realizada. D. Jorge de Almeida jaz na Sé Velha na capella absidal de S. Pedro, sob uma lapide com inscripção orlada d'uma deliciosa tarja em estylo Renascença. Ha annos, abrindo-se esta sepultura, recolheu-se o annel pontifical d'este eruditº prelado, que é adornado com uma graciosa cabeça de mulher. Finalmente foi D. Jorge de Almeida quem mandou fazer a celebre custodia (seculo XVI) que existe nos thesouros da Sé.

Pag. 17 — Cerco de Cananor

A pags. 283 e seguintes do 3.º volume d'esta edição encontrará o leitor a descripção pormenorizada do episodio guerreiro representado pela nossa gravura.

Pag. 21 — Leão X

Foi copiado de um grande mappa contendo os retratos de todos os prelados que se teem sentado no solio pontifical o que damos agora aqui, e que reproduzimos por ter este pontifice intervindo de algum modo nas questões de Portugal.

Pag. 24 — Seminario de Rachol e Praça de Rachol, na India

Existiu outr'ora na aldeia de Margão, que se elevou á categoria de villa por alvará de 12 de julho de 1779, um importante hospital denominado do padre Paulo Camerte, seu fundador. Em 17 de maio de 1574 a Companhia de Jesus construiu na referida aldeia um collegio, tomando para este fim posse dos *namoxins* e *deussunos*, ou terrenos dos pagodes, e uniu ao mesmo collegio o hospital dos pobres, ou do padre Camerte, o seminario das meninas pobres, a casa dos cathecumenos, uma eschola de instrucção primaria e de doutrina christã, uma de theologia moral, e outra de lingua concany. Annos depois, foram o collegio e o hospital incendiados pelos Mouros; porém os padres da companhia substituiram este collegio pelo seminario de Rachol, que construiram em 1580. Este collegio, em virtude da ordem do visitador Nicolau Pimenta, voltou de novo a Margão em 1597, e em 1606 foi novamente estabelecido em Rachol, e mais tarde convertido em seminario de estudos ecclesiasticos, titulo pelo qual ainda hoje é conhecido. A pequena distancia do seminario, está a antiga *Praça de Rachol*. Esta praça dos mouros, hoje reduzida em parte a um montão de ruinas, está situada na margem esquerda do rio Zuary, que banha a provincia de Salcete pelo lado oriental, e fronteira á provincia de Pondá. Foi cedida aos Portuguezes sendo vice-rei da India Diogo Lopes de Sequeira, pelos annos de 1518 a 1521, por Crisná Ráu, descendente do imperador Rama Rajah, que a tomou ao Hidal-Khan. Sobre a porta do antigo castello ainda se lê a seguinte inscripção:

SENDO O CONDE DE ALVØR VICE-REI DA
INDIA MANDOU REFORMAR ESTA FORTALEZA
DEPOIS DE SE DEFENDER DO CERCO DO
SAMBAGY, EM 22 DE ABRIL DE 1684.

O marquez de Alorna em 1745 tambem alli mandou fazer varias obras, entre as quaes muito avultava o fosso aquatico, e um açude, que inundava o terreno adjacente, quando a praça era atacada. Figura na historia da India como praça fortissima, que viu mais de uma vez ante as suas muralhas exercitos numerosos, que debalde a investiram. Dentro dos seus muros havia uma bella povoação, e nobres casas de fidalgos da provincia de Salcete, que alli residiam com o general da mesma provincia, para se acobertarem das incursões e rapinas dos inimigos que desciam dos Gattes, pela provincia de Pondá, e assolavam os nossos campos. Tornando-se insalubre pelo estado pantanoso e emanações mephiticas do fosso que se obstruíra, foram os habitantes obrigados a emigrar para a aldeia de Margão. Por portaria do governador geral, conde das Antas, de 30 de novembro de 1841, passou o presidio que n'ella havia para a fortaleza dos Reis Magos, dando-se então baixa a esta praça, hoje quasi toda reduzida a palmares e varzeas de arroz. A freguezia de Rachol conta actualmente 1419 habitantes. *A India Portugueza*, por A. Lopes Mendes, vol. 2.º, pag. 173 e seg

Pag. 25 — Fr. Bartholomeu dos Martyres

Não ha aqui que fazer a noticia biographica do varão illustre que a nossa gravura representa, e que é citado mais de uma vez no decurso da nossa *Historia;* lá está para o fazer o grande estylista Fr. Luiz de Sousa. Aqui apenas vamos justificando a authenticidade do seu retrato que é reproduzido do que vem nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, retrato que é acompanhado das seguintes palavras: «A muita devoção, com que era, e foi sempre, venerado por todos, fez com que o arcebispo D. Fr. Agostinho de Castro lhe mandasse tirar o retrato pouco antes da sua morte, como refere o mesmo Sousa, em imagem mui parecida em tudo ao natural, do qual se copiou um para o arcebispo de Evora, D. Theotonio de Bragança. Está entre os outros Prelados d'aquella Igreja em Braga no Palacio Arcebispal; no Convento de Santa Cruz da Villa de Vianna; no de Bemfica; e na Portaria do de S. Domingos de Lisboa; deste nos servimos para esta sua estampa, e que é o mesmo e mui semelhante ao que vem na sua vida impressa em Vianna pelo mesmo Sousa em 1619 em fol., e assim nas outras edições que a esta se seguiram. Alguns vimos tambem em nada similhantes, em que se deve desculpar serem tirados fóra do Reino, como o que acompanha a traducção de sua Vida em Francez, e em italiano; e o que traz na sua Collecção Franceza de Retratos o Advogado Dreux du Radier, e vem no tomo V da sua *Europa Illustrada*, etc.»

Pag. 29 — Egreja de Santa Cruz (S. Domingos) em Vianna do Castello

Esta egreja, que era a do convento de frades da Ordem de S. Domingos, foi mandada construir pelo arcebispo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, sendo a primeira pedra do mosteiro lançada em abril de 1563, e construido o edificio em 1576. Em uma cella d'este mosteiro passou os ultimos annos da sua vida o seu fundador, que alli falleceu em 16 de julho de 1590, e alli está sepultado na capella-mór. Os alicerces da egreja fôram abertos em 1566, lançando o santo arcebispo por sua propria mão a 1.ª pedra, em 22 de janeiro, festa que se realizou com grande pompa. Em 1872 foi transferida para esta egreja a parochia de Nossa Senhora de Monserrate, por se achar em mau estado a egreja matriz d'esta denominação. No edificio do mosteiro estão estabelecidos desde ha bastantes annos as repartições do governo civil do districto, administração do concelho, recebedoria, pagadoria, obras publicas, districtaes, fazenda e telegraphos.

Pag. 32 — Custodia da Sardoura

E' typica esta obra de arte da ourivesaria portu-

Digitized by Google

gueza, e mereceu as seguintes palavras do sr. Joaquim de Vasconcellos no texto que acompanha as phototypias que representam as reliquias de arte nacional apresentadas na exposição districtal de Aveiro, em 1882. E' lavrada no estylo chamado *manuelino*, mas soffreu uma recomposição porque a urna da haste é da segunda metade do seculo XVI; em seu logar estava decerto um *castello de maçonaria*, que foi substituido por um membro mais solido e mais conforme ás funcções a que elle é destinado nas peças d'este genero. As substituições são frequentes nas peças antigas, precisamente n'este logar, porque os novos artistas, preoccupados quasi sempre só com a idéa do effeito, poucas vezes reflectiam sobre as condições da existencia das suas obras, trocando elementos constructivos por decorativos e vice-versa. Ha ainda outras pequenas emendas, como o crucifixo que remata a custodia, etc. E' de prata dourada esta custodia, pertence, como dissémos, á Junta de Parochia de Sardoura, e mede 0,55 de alto por 0,19 de largura.

Pag. 33 — **A embaixada de D. Manuel ao papa**

Foi para dar uma idea do que seria essa magnificente festa tão bem descripta por Pinheiro Chagas a pag. 340 e seguintes do 3.º vol. d'esta *Historia*, que o artista esboçou esta composição.

Pag. 37 — **Affonso de Albuquerque, o Grande**

Mais uma vez recorremos aos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, etc. para a reproducção do retrato do mais heroico dos vice-reis da India, o grande Affonso de Albuquerque. Avalia-se da sua fidelidade pelas seguintes palavras com que fecha a biographia do extraordinario capitão, n'aquelle livro: «Para o seu retrato não buscámos os de pintura a oleo, que se vêem nos conventos de Thomar, e Alcobaça; preferimos-lhes os que vimos na Casa do Arcebispo de Gôa D. Fr. Francisco de Brito, tambem a oleo, por ser copiado fielmente, segundo elle nos affirmou, da Casa dos retratos dos Vice-reis em Gôa. O que traz o livro de Thevet é muito differente; os que modernamente tem sahido são tirados do que vem em Faria e Sousa.»

Pag. 40 — **Monumento a Affonso de Albuquerque em Belem**

E' á benemerencia do fallecido historiador Simão José da Luz Soriano que se deve a idéa e até a realização d'esse famoso padrão de nossas glorias. O denodado investigador deixára, ao morrer, consignado em seu testamento que da sua fortuna fossem tirados 35 contos de réis para com elles se levantar um monumento a Affonso de Albuquerque, o formidavel capitão das Indias, e que para isso se abrisse concurso. Aberto elle, foram apresentados oito projectos que o publico concorreu a visitar, e d'esses oito todos grandiosos, o que o jury escolheu por mais harmonico e mais bello foi o que tinha por divisa *Flor de la Mar*, do sr. Antonio da Costa Motta, que a gravura representa. O envasamento do pedestal é o que pode haver de mais bello, de mais opulento, de mais justo, de mais artistico e de mais puro em materia de architectura ornamental. A linha do seu perfil sobe facil e harmoniosa, a um tempo elegante e solida, sem demasias nem resaltos; as figuras pousam naturalmente; a decoração dos frisos é modelar, a concepção admiravel. Os baixos relevos, que ornamentam as quatro faces do monumento e que representam quatro episodios dos mais salientes da vida do illustre vice-rei da India, é o que de mais completo se pode imaginar no genero e nada melhor se fez ainda entre nós. Adeante damos a reproducção d'essas quatro maravilhosas creações. A estatua que deve encimar o monumento, e que ha de ser fundida em bronze, é de uma imponencia extraordinaria e representa o grande capitão no momento em que está respondendo aos embaixadores da Persia, apontando armas e pelouros: *Esta é a moeda com que el-rei de Portugal costuma pagar a quem exige tributos de seus vassallos.* Está por concluir o monumento, mas pelo aspecto do que ha já feito bem se póde avaliar do esplendido conjuncto de toda a obra.

Pag. 41 — **Rua Affonso de Albuquerque em Pangim**

Não porque se torne notavel pela sua belleza ou harmoniosa architectura de seus edificios, mas simplesmente porque recorda um grande nome, mandámos reproduzir a photographia que d'esta rua á mão nos veiu parar. Pangim, chamado tambem Nova Gôa, que é actualmente a capital da India Portugueza, era um bairro da aldeia de Taleigão, elevado á categoria de cidade por alvará de 22 de março de 1843. Situada na margem esquerda do rio Mandovy, tem edificios grandiosos, entre os quaes avultam o Palacio do Governo, que fôra nos primitivos tempos uma fortaleza de Hidalcão, e que D. Antonio de Noronha, sobrinho de Affonso de Albuquerque, conquistou pela primeira vez em 15 de fevereiro de 1510.

Pag. 45 — **Monumento a Affonso de Albuquerque em Pangim**

Foi este monumento mandado construir por solicitação do sr. Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda, para n'elle se collocar a estatua de Affonso de Albuquerque que, tendo sido transferida do Arco dos vice-reis para o frontispicio do recolhimento da Serra, e ficando envolvida nas ruinas, a que o tempo reduziu este edificio, foi depois transportada para Pangim. A solemnidade e o auto da abertura do alicerce do monumento realizou-se em 17 de fevereiro de 1843, sendo governador geral o conde das Antas, e a inauguração da estatua em 29 de outubro de 1847, governando então o estado o conselheiro José Ferreira Pestana. As columnas de granito e algumas traves de ferro empregadas na construcção do monumento pertenciam ao convento de S. Domingos da cidade de Goa. *India Portugueza*, de Lopes Mendes.

Pag. 48 — **Tumulo de Affonso de Albuquerque**

Fallecido na India em 1515, o grande capitão foi sepultado na egreja de Nossa Senhora da Serra, em Malaca, por elle mandada construir no anno antecedente, ficando os seus ossos depositados no tumulo que a nossa gravura representa até ao anno de 1566, em que foi trazido para Portugal e depositadas as suas reliquias na egreja do convento da Graça, em Lisboa. O seu tumulo, de pedra, foi ainda ha bem poucos annos trazido egualmente da India, e transportado para o Museu da Sociedade de Geographia em Lisboa, da qual constitue um dos melhores padrões.

Pag. 49 — **Fernão de Magalhães**

O retrato que do primeiro circumnavegador do mundo publicâmos é copiado do que Ferdinand Denis apresenta no seu *Portugal*, e cuja authenticidade elle justifica por estas palavras: «O curioso retrato que aqui dâmos é tirado da magnifica collecção conservada no Louvre; o desenho original apresenta, de resto, grande similhança com um retrato que se mostra em Toledo, mas que se nos afigura ter menos caracter.»

Pags. 53, 56, 57, 61 — **Baixos relêvos do Monumento a Affonso de Albuquerque em Lisboa**

Nada temos que dizer ácerca d'estes baixos relevos, trabalho do illustre esculptor Motta, depois do que ficou dito com respeito ao monumento em geral; apenas que elles representam, magistralmente tractados, quatro dos mais caracteristicos episodios da vida do grande heroe a cuja memoria o monumento

Digitized by Google

é levantado, e que todos vem descriptos no decorrer da nossa *Historia*. A titulo de curiosidade devêmos indicar, aos que o não sabem ainda, que Costa Motta quiz perpetuar a imagem do mais lyrico dos poetas do seculo XIX, João de Deus, na 1.ª figura á esquerda do primeiro dos baixos relêvos. Chamâmos para este facto a attenção dos nossos leitores.

Pag. 64 — Imagem de Nossa Senhora do Restello

Vamos tirar do precioso livro do sr. Filippe Nery Faria e Silva, *A egreja da Conceição Velha e varias noticias de Lisboa*, os apontamentos para esclarecer os leitores ácerca d'esta interessante imagem, actualmente existente na egreja da Conceição Velha: «A imagem de pedra de Nossa Senhora venerada com o titulo de Belem ou do Restello acompanhou os freires da Ordem de Christo desde a sua primeira capella até á extincção das ordens religiosas, conservando-se depois d'isso a ter culto na egreja aonde os mesmos freires se deixaram ficar. A imagem é muito mais vulgar que a data da descoberta do caminho da India, commemorada ha pouco no seu IV centenario. A ermida do Restello foi dada aos freires em 1460, ... e o infante D. Henrique mandou vir de Sagres, segundo resa a Historia quando fundou a ermida do Restello, tudo quanto guarnecia o sanctuario, que alli tinha mandado construir. Portanto, é de suppor que aquella preciosa reliquia tivesse vindo de Sagres, e mesmo que tivesse acompanhado o infante em alguma das suas viagens. Não deve ter, ao que se vê, menos de 450 annos. Para ter tanto tempo, ter passado, posto o seu grande pêso, para uns poucos de logares, ter ficado em 1755 debaixo das ruinas de um templo, d'onde foi tirada inteira, está, relativamente, bem conservada. Do lado que se encontra voltada para a parede e que não está pintada nem envernizada, é que se conhece bem a sua muita antiguidade. Basta raspar com a unha na pedra, para esta se desfazer no sitio da fricção como se fosse feita de argila, simplesmente amassada com agua! Tivémos em 1880 occasião de fazer esta experiencia, quando a imagem passou para o camarim onde hoje está. Deu esta por signal bastante trabalho, posto o serviço fosse levado a effeito por muitos operarios e a elevação effectuada por meio de um guincho e de cabos de grande grossura. Por vezes se julgou que a imagem se desfazia antes de chegar ao sitio onde devia ser collocada, tanta era a argila que de si lançava! Chegou ainda a despegar-se um pedaço d'um dos lados, o que foi logo reparado. Estava antigamente em cima do altar e era alli coberta por occasião da Semana Santa, pois ninguem se atrevia a pegar-lhe para a levar para outro ponto, mas a madeira do altar tinha vergado e portanto houve necessidade de mudança para se não dar o caso de algum desastre. O espaldar e os braços da cadeira são de madeira entalhada e dourada e é obra moderna comparativamente com a antiguidade da imagem. Tanto o espaldar como os braços são de pôr e tirar, e ha muitos annos que não estão no seu logar. A imagem tem de altura um metro e vinte centimetros, e com a peanha eleva-se a um metro e noventa e cinco centimetros; o espaldar da cadeira passa da cabeça da imagem noventa centimetros. Tem a mesma de frente, na sua maior largura, no sitio dos joelhos setenta e dois centimetros, e de espessura quarenta e cinco. A corôa é de prata e pesa 959 grammas. O manto é pintado de azul ferrete com cercaduras e florões dourados e o vestido de côr magenta egualmente com dourados. Na peanha encontra-se, logo na frente, a cruz da Ordem de Christo em obra de talha. O povo dá a esta imagem diversas denominações. Não é sómente conhecida por Senhora do Restello ou de Belem; tambem o é por Senhora do Parto, por ter o Menino nú sobre os joelhos; é tambem conhecida pela Senhora da Cadeira, por estar assentada.»

Pag. 65 — D. João III

O retrato que aqui dâmos é reproducção do authentico retrato contemporaneo d'aquelle monarcha, existente no côro da egreja da Madre de Deus, ao Beato.

Pag. 69 — Egreja dos Carmelitas em Gôa

Encontram-se estas ruinas para a parte oriental da cidade de Velha Gôa. Tanto a egreja como o convento eram de uma grandeza e magnificencia superiores como se póde inferir das ruinas que a nossa gravura representa. Em virtude da carta regia de 2 de abril de 1707, mandou-se entregar ao proposto da congregação do oratorio o convento denominado do Monte de Nossa Senhora do Carmo, que d'elle tomou posse em 21 de dezembro de 1709

Pag. 73 — Morte de D. Fernando Coutinho

A pags. 286 do 3.º volume da *Historia* encontra o leitor a narração da morte heroica d'este tão leviano como arrojado fidalgo portuguez, um dos muitos que lá ficaram pela India.

Pag. 77 — Fr. Luiz de Granada

E' bem cabido na *Historia*, nos parece, o retrato d'este varão, porque, apezar de haver nascido em Hespanha em 1504, passou muito novo a Portugal, por que entre nós viveu, ensinou e morreu, na phrase de João Baptista de Castro. Foi auctor de varios livros mysticos (Veja-se Innocencio vol. 5.º), e falleceu em Lisboa em 1588. O seu retrato que aqui dâmos é reproduzido do que vem nos *Retratos e Elogios dos Varões e Donas*, onde se lê o seguinte: «O seu retrato venerou-se por muito tempo, e se conservava na Portaria do mesmo convento de S. Domingos, onde, como traz o Agiol. Lus. Tom. 2, dia 3 de Abril, todas as vezes que n'ella entrava o grande servo de Deus e célebre pintor Luiz Alvares de Andrade, seu filho espiritual, o beijava devotamente, e como a Santo. Muitos vimos em varios logares de estampa, mas pareceu melhor entre todos o que acompanha a sua Vida escripta em Castelhano pelo licenciado Luiz Muños, e tal é o que damos nesta sua Memoria.»

Pag. 80 — Calice de D. Dulce

Esta preciosidade archeologica pertence hoje á irmandade das Almas da freguezia da Costa, concelho de Guimarães, que a recebeu dos frades Jeronymos em pagamento de uma divida. Foi offerecido na era de 1225, por el-rei Sancho e pela rainha D. Dulce, a Santa Marinha da Costa, conforme esta inscripção que tem gravada em toda a volta: E. M. CC.XX.V, REX SANCI. ET REGINA. DULCIA, OFFERUNT CALICEM ISTUM SCE MARINE DE COSTA.»

Pag. 81 — Assassinio de Bas-Ahmed

A descripção da scena aqui representada encontra-se na pag. 313 do vol 3.º d'esta nossa edição da *Historia de Portugal*.

Pag. 85 — D. Catharina, mulher de D. João III

E' desconhecido o auctor do quadro que se encontra no côro da egreja da Madre de Deus em Lisboa, e d'onde foi copiado o retrato que aqui damos de D. Catharina de Austria; o que se sabe é que é contemporaneo e, portanto, tanto quanto possivel authentico. Com este retrato se parece outro que se encontra na egreja de S. Roque, tambem em Lisboa, e bem assim outro no quarto n.º 7 da Casa Pia de Belem, do qual foi reproduzido o que se encontra no livro do sr. Benevides *Rainhas de Portugal*.

Digitized by Google

Pag. 88—**Andor das Candeias e um trecho do Claustro de S. Domingos de Guimarães**

A titulo de curiosidade damos a reproducção d'este andor, que é uma das cousas caracteristicas do norte de Portugal, não pelo lado artistico, mas sim pelo lado pittoresco. Quanto ao convento de S. Domingos, a que esse andor pertence, veja-se o que a seu respeito dizemos a pag. 628 do 3.º volume d'esta *Historia*.

Pag. 89—**Fr. Balthasar Limpo**

Foi dos prelados mais auctorizados por virtudes e lettras que viveu em Portugal no seculo XVI, tendo nascido na villa de Moura em 1478. Foi confessor de D. Catharina, mulher de D. João III e prégador d'este monarcha. Foi mais tarde nomeado arcebispo de Braga, onde falleceu em 31 de março de 1558. Dos *Retratos e Elogios de Varões e Donas* mandamos reproduzir o que o leitor tem á vista, e na *Memoria* que o acompanha é assim justificada a sua authenticidade: «Damos o seu retrato fielmente copiado de um quadro, que se conserva no Collegio do Carmo de Coimbra devido á generosidade do Reverendo Conego Luiz Duarte Villela da Silva, Thesoureiro-mór da insigne Collegiada de Alcaçova, em Santarem»

Pag. 93—**Ruinas de Santo Agostinho e capella de Santo Antonio em Velha Góa**

Remonta aos primeiros tempos da conquista a fundação do soberbo convento de Santo Agostinho, de cuja sumptuosidade se póde ainda avaliar pelas ruinas reproduzidas pela nossa gravura. A egreja de Santo Antonio, que se vê á direita, foi doada em 1606 aos religiosos de Santo Agostinho pelo arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes, sendo a doação confirmada por el-rei e pelo pontifice Paulo V. Em 9 de fevereiro de 1679 foi erecta n'esta egreja a irmandade de Santo Antonio, composta dos officiaes e soldados de mar e de terra, e confirmada pelo arcebispo primaz D. Fr. Antonio Brandão.

Pag. 96—**Recanto de abobada no convento dos Jeronymos em Belem**

Dâmos esta gravura como mais um specimen da architectura do seculo XVI em Portugal. Tão artistico é esse trabalho architectural, que lá o foi descobrir para o reproduzir no seu famoso livro *A Renascença em Portugal*, o estudioso e erudito escriptor allemão, Haupt.

Pag. 97—**Assassinio de Firme-Fé**

Illustra esta gravura a cruel mas justificada scena do assassinio d'esse renegado Henrique Nunes, que se encontra descripta a pag. 418 do 3.º volume d'esta edição da nossa *Historia*.

Pag. 101—**Diogo Lopes de Sequeira**

O retrato d'este insigne capitão, quarto governador da India, foi, como um grande numero dos que damos n'esta *Historia*, reproduzido do que vem nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, que já é copiado d'aquelles que Faria e Sousa publica em a sua *Asia Portugueza* e nos *Commentarios de Camões*.

Pag. 104—**Primitiva Capella de S. Fructuoso**

Nos suburbios da cidade de Braga e proximo da freguezia de Dume, existe a egreja e extincto convento de S Fructuoso, cuja construcção data do primeiro quartel do seculo XVIII. Ao lado direito de quem entra existe a preciosissima capella que a nossa gravura representa e que se suppõe ter sido um templo pagão que os Romanos dedicaram a Esculapio. A sua architectura é anterior ao seculo X.

Pag. 105—**Fr. Gaspar do Casal**

Foi sucessivamente bispo do Funchal, de Leiria e de Coimbra, e viu a luz do dia em Santarem, onde nasceu em 1510. Foi frade augustiniano, e no seu convento da Graça falleceu, com 74 annos de edade, em 1584. Da sua vida se encontra noticia desenvolvida na *Memoria* que acompanha o seu retrato na collecção dos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, d'onde foi copiado o que apresentamos, e de cuja authenticidade se póde avaliar pelas seguintes palavras que se lêem na sobredita *Memoria*: «Seu retrato copiou-se fielmente de um quadro antigo, que se guarda no claustro grande do Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa»

Pag. 109—**Altar da capella de Varziella, Cantanhede**

Fica a dois kilometros de Cantanhede a capella particular em que se admira o altar que a nossa gravura representa. Parece ser obra de algum artista d'essa admiravel eschola de esculptura, em Coimbra, nos meados do seculo XVI, e em que floresceram os Castilhos, que, segundo Raczynski, são quatro, Antonio, Diogo, João e Jeronymo, João de Ruão, Diogo Pires, *o Velho* e *Mestre Nicolau*, a quem um documento da epocha chama *imaginario*. Este retabulo é muito similhante ao que existia no convento de S. Thomaz, de Coimbra, e a respeito do qual já Ramalho Ortigão escreveu em tempo um artigo n'uma revista lisbonense.

Pag. 112—**Portico da Sacristia da Misericordia nas Caldas da Rainha**

Pela sua curiosidade e antiguidade mandamos reproduzir na nossa *Historia* o portico que a nossa gravura representa; é evidentemente contemporaneo da fundação do magnifico edificio das Caldas da Rainha e encontra-se em perfeito estado de conservação.

Pag. 113—**Morte de Fernão de Magalhães**

A pag. 514 do volume 3.º da *Historia* se lê a descripção do desastrado fim d'um dos mais audazes navegadores que deu esta boa terra de Portugal.

Pag. 117—**Lopo Vaz de Sampaio, Governador da India**

E' copiado do retrato que vem no tomo I da *Asia Portugueza* e nos *Commentarios a Camões*, de Manuel de Faria e Sousa, o que dâmos n'este logar da nossa *Historia*, e que foi o que serviu egualmente de modêlo para o que vém nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*.

Pag. 120—**Solar dos Bezerras e Couto de Paredes na Meadella (Vianna do Castello)**

Meadella é uma freguezia do Minho, no districto e concelho de Vianna do Castello, arcebispado de Braga. Foi até ao reinado de D. Diniz do padroado real; mas este monarcha trocou-a por outras com D. João Fernandes Sotto Maior, bispo de Tuy, a cuja diocese esta freguezia pertencia. E', pois, n'esta freguezia, a quinta e torre de Paredes, que a nossa gravura representa. O primeiro senhor d'esta casa, então coutada, foi D. Pedro Henriques de Paredes. Foi herdeiro d'esta casa seu filho Martim Cabeça, pae de Maria Martins, que casou com Lourenço Paes Guedes. Ou por extincção d'esta familia, ou por outras razões que hoje se ignoram, passou esta propriedade para a corôa, e D. João I a deu a um collateral de appellido Martins, em premio dos seus serviços na guerra contra Castella e sempre com privilegio de couto. Passou depois para os frades Bernardos, de *Oia*, na Galliza, com outros bens e a torre de Pérre. Fernão Gonçalves Bezêrra, fidalgo gallego, commettendo certos crimes na Galliza, fugiu com a sua familia para Portugal, e tomou conta da casa e rendas

Digitized by Google

de Paredes, que houve dos frades, dando-lhes em troca as suas propriedades de Galliza e fazendo aqui o seu solar. Este fidalgo era parente dos condes de *Altamira* e dos Moscosos, principes de sangue e grandes de Hespanha. As armas dos Bezerras são: Em campo verde duas bezerras de ouro; timbre, uma das bezerras das armas, sem pontas. *Portugal Antigo e Moderno.*

Pag. 121 — **Gregorio Lopes**

O Solitario das Indias, como o povo lhe chamava, nascêra em 1542. Foi um dos mais activos apostolos do Christianismo nas remotas regiões da India, e escreveu varias obras, algumas das quaes de definida utilidade practica, como foi a *Chronologia dos Tempos* e a *Medicina e propriedade das plantas.* «O seu retrato, lê-se nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas,* d'onde reproduzimos o que adorna a nossa edição da *Historia,* foi fielmente copiado d'aquelle que vem na vida do Santo, traduzida do Castelhano por Pedro Lobo Corrêa, aonde diz que era de boa estatura, proporcionado de membros, o temperamento delicado, cabello castanho, a barba um tanto grande, e sahida, sobrancelhas arqueadas, olhos negros, tirantes a verde, nariz pequeno, beiços delgados, dentes alvos, cara comprida, côr do rosto e mãos um tanto amarella, procedida das abstinencias, e perpetua maceração.»

Pag. 123 — **Nave central da Sé de Braga**

A'cerca do vetusto monumento christão de Braga já em notas de volumes precedentes dissémos alguma coisa. Agora dâmos a palavra a Ignacio de Vilhena Barbosa, um antiquario emerito, cuja memoria é ainda muito querida de quantos se dedicam a este improbo trabalho de vêr, estudar e apreciar antigualhas: «Quem atravessar pela primeira vez o gothico vestibulo e transpozer a porta do templo, formado por delgadas columnas com seus capiteis ornados de phantasiosos arabescos, e servindo de apoio a elegantes arcos ogivaes mal póde imaginar que vae entrar em uma egreja do seculo passado. Os desassisados reformadores por tal modo usaram das modernices, que não ficou parte alguma do corpo da egreja e do cruzeiro, que podesse dar testemunho da antiguidade do monumento. Rasgando os arcos, que dividem o templo em tres naves, trocaram-lhes a forma ogival pela de volta redonda. Rebocaram com estuque as columnas de pedra que as sustentam, despojando-as de suas bellas proporções. Empastaram e doiraram os capiteis, cobrindo-lhes os lavores, de variada invenção, com a folhagem e volutas da ordem corinthia... Emfim, abriram grandes janellas para que o templo ficasse mais alegre, e caiaram-lhe bem as paredes para que mais augmentassem os reflexos da luz. Não sei que bellezas perdeu o templo n'esta transformação, e em outras por que tem passado. Posso dizer, porém, affoitamente, que em taes reconstrucções não foi consultado o bom gosto, nem a arte tem n'ellas de que se honrar. O corpo da egreja tem oito capellas nas duas naves lateraes, e o cruzeiro conta seis, duas nas extremidades, e as outras collateraes da capella-mór. A capella-mór corresponde em capacidade á grandeza do templo, mas excede-o muito na elegancia e belleza da architectura, porque se tem conservado tal qual a reedificou desde os alicerces o arcebispo D. Diogo de Sousa... Aos lados do altar-mór acham-se os mausoléus do conde D. Henrique de Borgonha e de sua mulher a rainha D. Thereza.»

Pag 128 — **Cofre de prata com reliquias pertencente á collegiada de Guimarães**

Constitue este cofre tambem uma das grandes preciosidades em que é rico o thesouro da celebrada Collegiada. E' todo de prata macissa, guarnecido de lavores em relêvo, com o brazão de armas dos Cunhas. Foi offerecido a esta collegiada pelo seu dom prior Ruy da Cunha. E n'elle depositaram algumas reliquias de differentes santos, as quaes trouxe de Roma para esta egreja o arcipreste Fernando Gonçalves. Tem de peso 27 marcos e duas onças. E' costume ser conduzido em algumas procissões.

Pag. 129 — **Tomada de Calecut**

Vem a paginas 285 e seguintes do 3.º volume d'esta nossa edição da *Historia* a descripção d'este interessante episodio da nossa gloriosa epopéa da India.

Pag. 133 — **Padre José de Anchieta**

O retrato d'este famoso apostolo do christianismo no Brazil, é feito sobre o que nos dá a interessantissima collecção de *Retratos e Elogios de Varões e Donas,* por nós tantas vezes citado n'estas notas. O famoso padre nascêra em Teneriffe, em 7 de abril de 1534 e fallecera no Estado do Espirito Santo no Brazil em 9 de junho de 1597.

Pag. 137 — **Altar da egreja do Mosteiro de S. Marcos**

Tantas vezes nos temos referido ao convento de S. Marcos, juncto a Coimbra, de que se acha distante duas leguas, que não podemos deixar de lhe dedicar algumas linhas, ao publicarmos a gravura do seu famoso retabulo que não póde comparar-se a nenhum do paiz, sendo muito superior ao retabulo da Pena. O convento de S. Marcos foi edificado por ordem de D. Brites de Menezes, cujo retrato e tumulo já publicámos (pag. 121 e 128 do 3.º vol. da *Historia*), sobre uma ermida de S. Marcos, mandada construir no logar por seu sogro João Gomes da Silva, o *Rico-Homem*, começando as obras em 1452, sob a direcção do Mestre Gil de Sousa O convento de S. Marcos, tão ignorado de muitos criticos da nossa arte, é uma das mais assombrosas creações da Renascença nacional, d'essa admiravel eschola de Coimbra, em que floresceram João de Ruão, Diogo Pires, Diogo de Castilho, etc.—Além do seu esplendido retabulo, representado na gravura, encerra entre outras coisas de primeira ordem, sete tumulos com estatuas jacentes que são uma verdadeira maravilha, podendo equiparal-os aos seus congeneres. em Santa Clara de Coimbra, na Batalha e em Alcobaça — As melhores obras de arte são devidas ao camareiro-mór de D. João II, Ayres da Silva, neto da fundadora D. Brites de Menezes —Foi elle que mandou fazer os tumulos de D. Brites, de seu pae João da Silva (*O Galindo*), o seu e o retabulo.—A nossa *Historia* publicou já a pag. 73 e 141 do terceiro volume os retratos d'estes personagens desenhados sobre as suas estatuas tumulares pelo nosso collaborador artistico Dr. Antonio Julio do Valle e Sousa, de Coimbra. — O retabulo é, porém, obra mais importante. Vamos por isso dizer alguma coisa a seu respeito.—Consta que, a pedido de D. Manuel e de D. João III, viera a este reino o mestre Nicolau (francez ou italiano, o que não está bem averiguado) afim de retocar o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, formar o de Belem e fazer o retabulo do mosteiro da Pena. Ayres da Silva, regedor de Lisboa, e filho do fundador d'este convento, alcançando licença de El Rei, mandou mestre Nicolau fazer o retabulo d'este mosteiro. — O primeiro banco d'este retabulo consta só de varios brutescos, bem trabalhados e de grande effeito. — Tem o primeiro friso quatro nichos representando todos quatro scenas da vida e morte de S. Jeronymo. — O primeiro, da parte do Evangelho, figura o santo em oração e um leão arquejando junto d'elle, como a pedir-lhe remedio para esse mal, ao que a imagem do santo parece corresponder com caridade e compaixão. No segundo representa-se os mercadores que, obrigados da fereza do leão, vem ajoelhar-se aos pés do

Digitized by Google

santo substituindo o jumento que tinham roubado. O assumpto do terceiro é S. Jeronymo despido no deserto, fazendo penitencia. No quarto finalmente está representado o passamento e a morte do santo, ao que assistem seus filhos religiosos.—No meio d'estes quatro nichos está um sudario feito da mesma pedra de Ançã, em fórma de custodia sustentada por dois anjos.—O segundo friso compõe-se de tres tribunas, de notavel artificio, tanto no lavor como no bem executado das imagens que n'ellas estão collocadas. A tribuna do meio, a maior e sobranceira ao sacrario, representa o mysterio da paixão de Christo e descendimento da Cruz, havendo alli para admirar figuras muito perfeitas e expressivas da Virgem com seu filho nos braços, do discipulo amado, das Marias, prophetas, etc.—Na tribuna do lado do evangelho vê-se uma imagem de S. Jeronymo, em pé, nú da cinta para cima, com as roupas cahidas, voltado para a tribuna do meio, onde se vê o Salvador, a quem está offerecendo (ou talvez antes pedindo a protecção divina. O regedor Ayres da Silva que, como já ficou dicto, mandou fazer as principaes obras da capella-mór, está de joelhos e com as mãos erguidas.—Na tribuna do lado da Epistola representa-se S. Marcos, em pé, voltado tambem para a tribuna do meio. e á similhança da do outro lado, offerecendo D. Guiomar de Castro, mulher do dito regedor Ayres da Silva, a qual tambem está de joelhos e mãos erguidas.— Infelizmente esta obra preciosissima foi ha annos pintada (oh vandalismo!) a côres berrantes por um *pinta-mônos*, de Coimbra, o que produz uma cruel decepção em quem vae a S. Marcos, por lhe ouvir apregoar as suas bellezas artisticas.

Pag. 137 — Mem Cerveira

Este Mem Cerveira foi um nobre cavalleiro da creação dos reis D. Affonso V, D. João II e D. Manuel, que viveu no seculo XVI, e que mereceu d'aquelles monarchas grandes ovações e honras. Este retrato o mandámos reproduzir dos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, em cuja memoria se justifica pelas seguintes palavras a authenticidade: «O seu retrato houvemos do moimento, que existe na egreja de S. Domingos de Santarem, na capella de S. Bartholomeu, de obra mosaica, embebido na parede, em que está vestido de armas como cavalleiro em figura de relêvo em pedra conforme o costume d'aquelles tempos. Mas é de advertir o erro do auctor da *Historia de Santarem*, t. 2.º l. 1, cap. 6.º em que deu alli enterrado a Francisco de Faria. Mem Cerveira supposto haver mandado erigir alli o monumento, jaz na egreja de S. João de Riomaior, e deu occasião ao engano, vêr alli sepultado naquella mesma capella a Francisco de Faria, seu genro, como leu no epitaphio no pavimento em sepultura rasa, que morreu a 9 de junho de 1528».

Pag. 141 — Veneranda reliquia de S. Torquato nos suburbios de Guimarães

A uma legoa de distancia da cidade de Guimarães, venera-se o corpo incorrupto de S. Torquato, bispo de Braga, martyrizado a 26 de fevereiro de 719, na freguezia que d'elle tomou o nome, construindo-se uma pequena capella da sua invocação no local onde appareceu a veneranda reliquia, entre pedras e silvas. Os frades benedictinos que alli havia conduziram o santo para a egreja do seu convento, hoje séde da parochia, encerrando-o em tumulo de marmore. Actualmente é muito venerada na capella-mór da sua egreja para onde foi trasladado pelo cardeal arcebispo de Braga D. Pedro Paulo de Figueiredo da Costa e Mello, no dia 4 de julho de 1852 — Fazem-lhe annualmente duas romarias: uma (a pequena) a 5 de maio; a outra, a mais concorrida da provincia do Minho. no primeiro domingo de julho. —Em 1857 tiveram principio as obras do novo templo, ainda agora em construcção. E' um monumento architectonico de belleza rara, que não se concluirá nos mais proximos vinte annos, apezar de não pararem as obras.

Pag. 144—Primeiro tumulo de S. Torquato

O tumulo em que primeiro se encerrou o corpo incorrupto do bispo S. Torquato acha-se dentro do que a nossa gravura representa sendo assim reforçado, para maior segurança, com grades de ferro e novas paredes, no anno de 1637, como se lê na seguinte inscripção que tem na frente: *Hoc tumulo illesis conduntur carnibus ossa Torquati d. pignora chara.—Anno de 1637 se guarneceu esta sepultura e abriu-se e achou-se o corpo e carne inteiro, vestido de pontifical, com baculo.*»—Este tumulo ainda se conserva devoluto na antiga egreja da parochia.

Pag. 145—Affonso Mexia ferindo Pero de Mascarenhas

Illustra esta gravura a vergonhosa scena narrada por M. Pinheiro Chagas em paginas 555 e seguintes do 3.º volume da nossa edição da *Historia de Portugal*, em que Affonso Mexia aproveita o ensejo para cevar os seus odios, na sympathica figura do legitimo governador da India.

Pag. 149 — D. João de Castro

Reproduziu-se este retrato do que adorna a magnifica collecção de *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, e na memoria que o acompanha se lê o seguinte justificando a sua authenticidade: «Seu retrato tirou-se de um quadro de bom pincel, antigo, e em corpo inteiro, que possue João Maria Rafael de Saldanha, por se reputar o mais verdadeiro transumpto e condiz muito com o que acompanha a primeira edição da sua *Vida* por Jacintho Freire de Andrada.»

Pag. 152 — Fortaleza de Peniche

A primeira fortaleza de Peniche de que ha noticia é a cidadella que a nossa gravura representa, que é bastante forte e foi principiada por ordem de D. João III no começo do anno de 1557. Com a morte d'este monarcha, ficaram interrompidas as suas obras que só se concluiram no reinado de D. Sebastião, pelos annos de 1570. No tempo de Philippe III foram continuadas, concluindo-se no tempo de D. João IV, que a mandou artilhar. D. Affonso VI e D. Pedro II tambem para lá mandaram algumas peças de artilheria; mas a maior parte da artilheria de bronze foi construida por ordem do Marquez de Pombal. Junot mandou fazer alguns reparos ás fortificações de Peniche em 1808; o mesmo fez o marechal Beresford n'aquelle anno e no anno seguinte. Esta cidadella é, das fortificações portuguezas, a que se acha em melhor estado de conservação depois da de Elvas.

Pag. 153 — Fr. Thomé de Jesus

Foi este frade augustiniano um dos primeiros escriptores mysticos portuguezes, e floresceu nos seculos XVI e XVII. O seu livro, que lhe creou a reputação que tem de escriptor vernaculo e elegante, é o que se intitula *Trabalhos de Jesus*, do qual ha varias edições. O retrato que d'elle dâmos é a reproducção do que vem nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, de cuja memoria destacâmos as seguintes palavras que explicam a sua origem: «Os religiosos augustinianos descalços, instituto que elles reformaram, em lembrança e agradecimento a Fr. Thomé de Jesus mandaram pintar o seu retrato, e abrir por elle estampas. Enviando-se-nos uma d'estas para perpetuar a memoria d'este veneravel e illustre Portuguez, quizémos copial-a tão pontualmente, que até o damos com o habito da mesma reforma, que elle nunca vestiu; pois não tivemos outro, de que nos podessemos aproveitar.»

Digitized by Google

Pag. 157 — Portal da Egreja de Sant'Anna em Coimbra

O que de mais synthetico e, ao mesmo tempo com maior copia de noticia, em poucas palavras encontramos ácerca d'esta egreja e do seu mosteiro, é o que nos diz o sr. Augusto Mendes Simões de Castro no seu apreciabilissimo livrinho *Guia historico do viajante em Coimbra e arredores*: «O primitivo Mosteiro de Sant'Anna era situado na margem esquerda do Mondego, da parte de cima e proximo da ponte. Residia no mosteiro de S. João das Donas D. Joanna Paes, sobrinha do bispo D. Miguel, a qual, sendo muito devota de Sant'Anna, emprehendeu fundar um mosteiro dedicado a esta santa. Communicou D. Joanna este seu intento ao bispo, e elle não só o approvou, mas até tomou á sua conta a fundação do mosteiro, e no dia 26 de julho de 1174 inaugurou a sua fabrica benzendo e assentando a sua pedra. Fallecendo d'ahi a seis annos, o bispo D. Miguel deixou recommendada a conclusão da obra a um sobrinho seu, o qual se chamava Mestre Martinho, e era conego de Santa Cruz. Martinho proseguiu na edificação, e, concluido o edificio, havendo breve do papa Lucio III e licença do prior-mór de Santa Cruz, levou em 1183 do mosteiro de S. João das Donas para o de Sant'Anna D. Joanna Paes para prioreza e mais duas senhoras, uma para mestra, outra para vigaria. E' isto em resumo o que, ácerca da origem do mosteiro de Sant'Anna, refere D. Timotheo dos Martyres nas *Memorias de Santa Cruz*, e o que tambem refere com pouca differença D. Nicolau de Santa Maria na *Chronica dos Conegos Regrantes*. Ha, porém, quem tenha o referido por inexacto, seguindo como mais auctorizada a opinião de Fr. Antonio Brandão, que só attribue a fundação do mosteiro a Mestre Martinho. Miguel Ribeiro de Vasconcellos affirma que na doação que em 1561 fez D. João Soares, da quinta de S. Martinho ao convento de Sant'Anna, para n'ella se recolherem as freiras, por causa das ruinas do seu convento e das cheias do rio, que já então o alagavam, se diz que este mosteiro fôra fundado pelo bispo D. Martinho, que tinha sido conego regular de Santa Cruz, e o instituira e fundára pertencendo á mesma ordem de Santo Agostinho. D'aqui se infere que as religiosas não se mudaram, como affirma D. Thimoteo dos Martyres e D. Nicolau de Santa Maria, para a quinta da Varzea, não obstante a licença que para isso lhes passou em 1285 o bispo D. Aymerico. Na quinta de S. Martinho permanecêram as religiosas até que o bispo D. Affonso de Castello Branco lhes fundou o sumptuoso mosteiro de Sant'Anna que hoje existe proximo do Jardim Botanico. As freiras entraram no novo mosteiro no dia 13 de fevereiro de 1610. O bispo D. Affonso de Castello Branco tentou supprimir o mosteiro de Semede, mudando as suas religiosas para o de Sant'Anna; porém, por provisão do mesmo bispo, de 5 de abril de 1612, voltaram quasi todas para o seu berço. O mosteiro de Sant'Anna é magestoso e assenta em logar aprazivel. Na frente principal tem dois porticos grandiosos com columnas e ornatos elegantes trabalhados com delicadeza. Um d'elles dá entrada para um retiro e pateo, outro (que é o que a nossa gravura representa) para a egreja, que é bastante ampla e bem decorada. Na sua abobada, que é de cantaria, vêem-se as armas do bispo fundador, que constam de um leão rompante, e são rematadas pelo chapéu e cordões episcopaes. O côro é magnifico, e resplandecente com os dourados que em grande profusão o adornam. Realça muito a sua belleza grande copia de pinturas a oleo que o guarnecem. Por cima das grades do côro está o retrato do grande bispo D. Affonso Castello Branco e o seu tumulo acha-se na capella-mór do lado do Evangelho. E' formado por uma grande lapide sustentada por quatro leões, na qual se vê um gracioso silvado, o brazão e este lettreiro:

VT PARCÆ VITA RAPV
IT DIADEMA SEPVLCHRVM
IN AVLA SI DESIT CÆLICA
REGNA TENENS
GRANDÆ VI POST QVAM
COMPLEST NESTORIS ANNOS
DE MISERA IN CÆLVM
SEDE TRIVMPHVS ERIT.

Proximamente está embebida na parede uma pedra que tem gravada com muitas abbreviaturas a seguinte inscripção: «*Sepultura de D. Affonso de Castello Branco de boa memoria, que foi collegial do collegio real, esmoler-mór do cardeal rei Dom Henrique, bispo do Algarve, de Coimbra, conde de Arganil, viso-rei de Portugal, o qual entre muitas obras illustres com que honrou esta cidade fundou e dotou com grande magnificencia este mosteiro insigne. Esta obra se fez em 2 de junho de 1635 sendo prioresa a madre Dona Maria de Menezes sua sobrinha.*»

Pag. 160 — Entrada da fortaleza de Peniche

Com os seguintes dados completamos a noticia que publicâmos linhas acima ácerca da velha cidadella de Peniche. Os Francezes, apossando-se da praça de Peniche, no fim do anno de 1807, mandaram picar as armas portuguezas que estavam sobre a porta principal do castello. Depois da restauração, mandaram-se, sobre o escudo, embutir os sete castellos e os cinco escudêtes, postiços; mas parte d'elles, ficando mal seguros, cahiram. Esta porta está no baluarte da estrada da cidadella, ao qual, pela sua fórma, se dá o nome de *Redondo*. Por baixo das armas reaes estão duas inscripções, ou, para melhor dizer, uma inscripção dividida em duas partes. Principia do lado esquerdo de quem entra e diz:

ARCEM HANC JVSSV SE-
RENISSIMI REGIS JOANNIS
III AB INVICTISSIMO COMIT-
E LVDOVICO BIS INDIÆ
PRO REGE IN CHOATAM
ET GRASSANTE CASTEL-
LA TYRANNI DE PER LUS-
TRA XII INTERMISSAM.

Do lado direito continúa do modo seguinte:

SUB AVGVSTISSIMO
JOANNE IIII REGNI ASSER-
TORE A CONTE HIERONI-
MO PRONEPOTE AMPLE ET
MINACITER ABSOLUTAM
LAPIS HIC POSTERITATI
COMMENDAT. ANNO
DOMINI MDCXLV.

Na porta exterior do revelim lê-se gravada em uma pedra, esta inscripção:

J. IV
1645.

Pag. 161 — O feito do galeão de Sancho Henriques

Encontra-se a paginas 525 do 3.º volume, d'esta nossa edição da *Historia*, a descripção d'este notabilissimo episodio, em que relampeja ainda o genio heroico de sangue portuguez.

Pag. 165 — Santo Ignacio de Loyola

Anda tão ligado o nome do fundador da ordem dos Jesuitas á historia do nosso paiz, para cujo progredimento nos primeiros tempos, e para a sua decadencia mais tarde, tanto concorreu, que não podiamos deixar de reproduzir nas columnas d'esta nossa edição o retrato d'este vulto, copiado d'um dos melhores quadros existentes na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Digitized by Google

Pag. 168 — Tumulo de Fernão Gomes de Goes, em Oliveira do Conde

Apezar de todos os esforços empregados, não podémos apurar nem qual a data da fundação d'este tumulo, nem quem era o personagem n'elle sepultado. A gravura foi feita sobre uma bella photographia do sr. A. Sartoris, de Coimbra.

Pag. 169 — D. Fr. Sebastião de Menezes

O retrato d'este notavel arcebispo de Carthago e patriarcha de Africa, que nasceu em Santarem, e viveu no seculo XV, é copiado do que vem nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, de cuja memoria extrahimos as seguintes palavras justificativas da sua authenticidade: «O seu retrato é o mesmo que vimos na casa do *de profundis*, no convento de Santarem, d'onde o fizemos copiar. O painel era de pintura antiga, e n'elle se lia por titulo: *O V. D. Fr. Sebastião de Menezes, natural de Santarem, embaixador d'el-Rei D. João I ao Papa João XXIII, o qual o constituiu Patriarcha de Africa, morreu em Roma no anno de 1416.*» N'este titulo, o que não é verdadeiro é a data da morte do patriarcha em questão, pois que, segundo o epitaphio do seu tumulo em Roma, elle morreu mas foi em 1419.

Pag. 173 — Local e ruinas do arsenal de Velha Gôa

D'esse importante edificio, d'onde sahiram tantos navios de guerra que fizeram tremer de espanto os indigenas da velha India, só restam as tristes reliquias que a nossa gravura representa, apenas uns desbotados lanços de muralha, que já não poderão durar muito, e que hão de desapparecer, como desappareceu a nossa passada grandeza.

Pag. 176 — Convento de S. Bento de Castris

Pouco depois da tomada de Evora, por Geraldo Sem Pavor, fez-se da Torre da Atalaya, onde, segundo a lenda, elle degolára o mouro e a filha, uma casa forte para recolher em noites tempestuosas os *esculcas* do campo. A esta casa chamavam *Castris*, nome dado então a esta casta de edificios, derivado da palavra latina *castra* (arraial). Com a total expulsão dos Mouros, do Alemtejo, cessou a precisão de tal casa, que se foi desmoronando pelo abandono, e apenas servia de abrigo aos pastores, quando chovia. D. Payo, primeiro bispo de Evora, mandou limpar esta *crasta* e desentulhal-a, e no centro fundou uma capella, dedicada a S. Bento, na qual se fazia uma grande romaria todos os annos no dia do santo. D. Urraca Ximenes, nobre viuva d'um fidalgo da côrte de Affonso I, com uma sua irmã, duas filhas e tres sobrinhos, e com licença do bispo, aqui fizeram uma casa em que viveram conventualmente. Algumas senhoras de Evora se lhes reuniram, doando á casa quanto possuiam, e este exemplo foi seguido por outras senhoras do reino. Em 1169 tomaram estas reclusas o habito de *Cister*, sob a regra de S. Bento, sendo sua primeira abbadessa D. Urraca Ximenes, sua fundadora. Foi o primeiro convento de freiras benedictinas que houve no reino, fundado desde o tempo do conde D. Henrique. Principiou muito pobre, mas foi crescendo em riqueza, com as doações de varias pessoas, e com o que traziam para o convento as que n'elle professavam, de modo que chegou a ser uma casa rica. Fundaram então uma nova e mais ampla egreja no sitio da ermida, na era de 1366 (1328 de Jesus Christo). Em 1383 era abbadessa D. Joanna Peres Ferreirim, prima de D. Leonor Telles, mulher de D. Fernando. Quiz ella mudar o convento para dentro dos muros da cidade, para umas casas que eram do convento, emquanto duravam as guerras com Castella; mas o povo de Evora fazia-lhe muitos insultos, á abbadessa e aos seus creados, por a julgarem parcial de Castella. Estando ella um dia na Sé, e vendo tractar cruelmente um homem accusado de não seguir o partido do *Mestre de Aviz*, ralhou com os seus perseguidores que se soltaram tambem a ella. Os conegos a esconderam atraz d'umas reliquias, mas o povo lá foi encontral-a e a trouxe de rastos para a rua, onde a assassinou a pancadas, rasgando-lhe depois os vestidos e lançando-a nua sobre um monturo. Os frades franciscanos a foram buscar de noite, em segredo, e a enterraram na casa do capitulo do seu convento, onde jaz com fama de santa. O povo, não satisfeito com aquella atrocidade (diz Pinho Leal, d'onde estâmos extrahindo esta noticia) foi a casa onde estavam provisoriamente as outras freiras, para lhes fazer o mesmo; não achando, porém, mais do que duas, as despiram e amarraram com as mãos atraz das costas, para as violarem e assassinarem. Valeu-lhes, porém, Miguel Godinho, nobre cidadão de Evora, strenuo defensor do *Mestre*, e por isto muito querido do povo. Ellas, em premio d'esta protecção, quando regressaram ao seu convento extra-muros, lhe doaram a casa em que viveram na cidade, por doação de 1392. O edificio nada tem de notavel; mas é muito bem situado e tem dilatados horizontes. A egreja está ornada com magnificencia e as cadeiras do côro são construidas de ricas e custosas madeiras; estão na capella-mór ao lado do Evangelho. O sitio é ameno e pittoresco, pelo que é muito concorrido.

Pag. 177 — Atrocidades dos Portuguezes nas Molucas

Lê-se em paginas 522 e seguintes do 3.º volume a descripção d'estas scenas, que são das paginas mais vergonhosas da Historia do dominio portuguez em terras de alem-mar.

Pag. 181 — Casa de João Velho, em Vianna do Castello

Não conhecemos ao norte do Rio Douro exemplar mais completo que represente a nossa arte architectural civil da edade media. Ostenta sobre o arco de sarapanel o brazão dos Velhos de Vianna, que, por irem á descoberta do Congo, tiveram escudo especial, sendo sustentado por dois selvagens ou ethiopes. As janellas recruzetadas e os arcos ogivaes dos lados certificam que a obra ascende aos primeiros quarteis do seculo XV, sendo, portanto, contemporanea da egreja matriz que a defronta.

Pag. 184 — D. Luiz Infante de Portugal, filho de D. Manuel

Bastantes vezes e sempre com louvor, se refere a *Historia* a este benemerito cultor das sciencias e das lettras, cujo retrato reproduzimos do que vem no livro *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, em cuja *Memoria* se lê: «Era de estatura mediana, cabello louro, olhos vivos, de gentil e agradavel presença. O seu retrato verdadeiro conserva-se com grande veneração no convento dos religiosos da provincia da Arrabida, que fundou entre Benavente e Salvaterra, e d'elle se lembra Cardoso no seu *Diccionario Geographico*, t. 2.º, a pag. 159; o que aqui se offerece é o da sua *Vida*, pelo sobredito Marquez de Valença, no qual se lêem os tres disticos seguintes:

Pictorem videor, Princeps, æquare peritum,
Et tua, ni fallor, vivit imago duplex.
Scilicet effingit vultus pictura decoros;
Egregios mores exprimit historia.
Depingunt umbræ meglius, meliora libellus;
Hæc est effigies Principis, illa hominis.

Pag. 185 — Pia baptismal na Sé de Coimbra

E' trabalho de uma epocha posterior á da pia de S. João de Almedina, já publicada a pag. 16 d'este 4.º volume da *Historia*, sendo porém menos elegante

Digitized by Google

nas suas linhas fundamentaes. — Foi mandada fazer pelo insigne prelado D. Jorge de Almeida aos irmãos Henriques, que faziam parte d'essa pleiade de esculptores que no seculo xv. trabalhavam em Coimbra e seus arredores.—No pé que sustinha a bacia, onde se divisam as armas de D. Jorge de Almeida, lê-se em caracteres gothicos: *P.º Ariques e seu irmão a fez.*

Pag. 189—**Antigo convento de Nossa Senhora do Cabo**

Actualmente está transformado n'um palacio, onde os governadores geraes da India costumam passar a estação calmosa, e fica a uns 8 kilometros a O. de Pangim, entre a praça de Aguada e a de Mormugão. Tinha sido convento de franciscanos reformados e está situado no extremo occidental do promontorio de N. S. do Cabo, sobre grandes massas de rocha lateritica, n'um sitio aprazivel e fresco. Foi mandado edificar pelo vice-rei Mathias de Albuquerque no anno de 1594. O governador geral conde de Torres Novas é que transformou o convento em casa de campo, substituindo as cellas por amplas casas, etc. A egreja tambem foi concertada pela mesma epocha. A egreja, o palacio e a sua extensa cerca eram ainda ha poucos annos administradas por um frade do antigo convento, que fixára alli a sua residencia. Foi n'esta côrca que os Inglezes, em 1799 e 1808, sem requisição ou pedido do governo portuguez, a pretexto de nos auxiliarem contra os Francezes, occuparam os portos militares de Gôa e edificaram uns quarteis, dos quaes nem ruinas existem. Os Inglezes só depois do tractado de Amiens e de muitas instancias do governo portuguez, é que largaram as nossas fortalezas da India, no dia 2 de abril de 1813. *India Portugueza.*

Pag. 192—**D. Antonio Pinheiro, bispo de Miranda e de Leiria**

E' reproduzido da celebrada collecção *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, cujos directores tão escrupulosos eram na publicação dos retratos com que enriqueceram essa preciosa galeria, o retrato que aqui damos do famoso prelado, contemporaneo de D. Sebastião.

Pag. 193—**Primeiro cerco de Diu**

Veja-se em pag. 595 e seguintes do 3.º volume da nossa *Historia* a descripção d'este glorioso feito das armas portuguezas na India.

Pag. 197—**Chafariz de Vianna do Castello**

E' um bello modelo do celebre canteiro portuguez João Lopes este chafariz, que é o principal da velha cidade de Vianna, e que se levanta em frente do edificio da Camara. Na garganta inferior da arvore lê-se a data de 1554, que bem authentica a sua antiguidade.

Pag. 200—**A casa dos bicos**

E' esta uma das curiosidades de Lisboa, o que nos obriga a relatar tudo quanto ácêrca d'ella está apurado e que se encontra no *Portugal antigo e Moderno*. Segundo a tradição, esta casa foi mandada edificar por um homem rico, que tencionava cravar um diamante no vertice de cada uma das pedras bicudas que lhe erriçam a frontaria. Que estando a casa no primeiro andar, o governo embargara a obra, não querendo que em Lisboa houvesse uma casa particular mais rica e falada do que o paço real; mas que, apezar d'isso, se lhe ficou chamando *casa dos diamantes*, e que com este nome era conhecida no tempo dos Philippes. Dizem outros que no seculo xvi, reinando D. Manuel, estivera hospedado n'esta casa uma rainha preta, que trazia muitos diamantes, e que d'aqui lhe proveiu o nome e a fama de casa riquissima, que ficou em proverbio até a actualidade.—Ainda outros dizem que a casa foi construida segundo o risco do senhorio, sem impedimento algum por parte do governo, e que, do primeiro andar para cima, lhe mandou pôr em cada bico um diamante falso; mas que toda aquella pedraria brilhava muito com os raios do sol, que lhe dava de lado, porque antigamente esta casa deitava para a praia da Ribeira, e até nas aguas vivas chegavam os barcos mesmo á porta.—O terremoto de 1755 damnificou-lhe os andares superiores, deixando-a reduzida ao primeiro andar e sobreloja, tal como ainda existe. Até aqui a *lenda*.—Deixando a tradição popular, sempre propensa ao maravilhoso, sigamos as investigações dos nossos actuaes antiquarios.—Quasi a meio da antiga *Villa Nova de Gibraltar* ou *Judiaria Grande* (povoação ou bairro judaico, fóra do lanço do sul e sueste das muralhas que cercavam Lisboa antes do reinado de D. Fernando), foi edificada a *Casa dos Bicos. A' casa da esnóga* (synagoga dos Judeus) transformada por D. Manuel, em 1502, em templo christão, succedeu em celebridade a *casa dos bicos*, que lhe fica proxima, e ambas dentro dos limites da antiga judiaria.—Expulsos os Judeus e Mouros de Portugal (1497) e purificada a *Judiaria*, vieram estabelecer-se n'este bairro muitos fidalgos que regressavam da India, riquissimos com os roubos e extorsões que lá faziam, fundando aqui sumptuosos palacios; e os negociantes aqui edificavam grandes casas de commercio. Não foi, porém, o grande Affonso de Albuquerque o fundador da *casa dos bicos*, nem é verdade que n'ella residisse... Albuquerque morreu solteiro deixando um filho bastardo, Braz de Albuquerque, de quem D. Manuel tomou conta mandando-o educar, fazendo-o chrismar para que ficasse com o glorioso nome de seu pae, e casando-o com uma filha do primeiro conde de Linhares, dotando-o com 20:000 cruzados, fazendo-lhe mercê de 300$000 réis de juro e mandando lhe pagar os 80:000 cruzados de soldos que ficaram devendo a seu pae e as *quintaladas* de pimenta que lhe pertenciam, o que tudo montava a grandes cabedaes. Braz ou Affonso de Albuquerque seguiu a moda dos fidalgos do seu tempo, fazendo o seu palacio na Ribeira, no bairro da antiga judiaria em 1523; e como tinha muito dinheiro e para fazer desesperar os emulos de seu pae, que eram todos os fidalgos poltrões e intrigantes d'esse tempo, protestou que havia de fazer uma casa forrada de diamantes... Não consta de documento algum que a casa dos bicos fosse embargada quando andava em obras, e ha a certeza de que se concluiu segundo o risco.—Existe uma escriptura feita 69 annos depois da morte de Braz de Albuquerque, pela qual se vê que não moravam na casa dos bicos os Albuquerques, mas que a teriam arrendado por 464$ reis, o que prova que esta casa era então muito mais vasta e tinha mais andares do que a actual, e em 1745 tomou posse, por successão, da *casa dos bicos* Francisco Xavier de Mello Albuquerque de Brito Freire, e no auto se lhe chama casa nobre com loja por baixo, onde se vendem bebidas. — Segundo o tombo geral das propriedades de Lisboa, mandado fazer pelo marquez de Pombal, depois do terremoto, consta que a casa dos bicos tinha de frente 93 palmos e dois terços (20,m60) e de fundo até á rua do Albuquerque (hoje do Alnargem) 96 palmos (21,m12) com loja, sobreloja e dois andares. Suppõe-se, com boas razões, que a frente da casa dos bicos era para o lado do norte, não só porque deitava para a rua do Albuquerque, mas porque era d'esse lado que estavam as armas do fundador, e ainda alli se vê uma larga porta, no gosto das do lado do sul, que decerto era a entrada principal do edificio. Demais a mais, esta porta é muito maior do que a do sul, o que mais convence que estas eram das trazeiras, que deitavam para o Tejo, que chegava até ellas. Esta porta da rua do Albuquerque é a unica que ha d'este lado;

Digitized by Google

o resto é um muro d'uns tres metros de alto. — Não é ponto incontestavelmente resolvido se n'esta casa houve em algum tempo, diamantes a rematar os bicos. Parece mais provavel que se lhe désse o nome de *casa dos diamantes* (simultaneamente com o de *casa dos bicos*) em razão da configuração, em fórma de diamante faceado, que têem as pedras da sua parede. E' verdade que alguns dizem que, por morte do fundador, estando os diamantes em partilha, cada co-herdeiro levou os seus; mas o que tambem é certo é que em todos os documentos concernentes a esta casa singular, se lhe dá o nome de casa dos bicos e nunca dos diamantes.—Em 1827 foi posta em praça pela fazenda publica, por estar penhorada pela quantia de 14:800$000 réis, que o proprietario devia de decimas por este e outros predios seus Era inquilino o rico negociante de bacalhau, Caetano Lopes da Silva. Em 1838, Francisco Antonio Marques Geraldes Barba, tutor do menor Pedro Telles de Mello, successor do antigo senhor d'esta casa, citou o arrematante para lh'a restituir, com o fundamento de que, sendo vinculada, não podia ser vendida, embora com execução fiscal. Caetano Lopes, homem honrado e inimigo de demandas, reconhecendo por conselho de lettrados, que a casa fôra illegalmente posta em praça, confessou a acção, e fez ao senhorio um arrendamento a largo praso pelo aluguer annual de 500$000 réis. Podia demandar a fazenda nacional pelos 14:800$000 réis e sisa; mas sabendo o que são demandas com o estado, nem elle nem seus filhos se atreveram a tentar a acção, preferindo perder aquella quantia.—Era ha pouco tempo proprietario da casa Pedro de Mello, um dos descendentes de Affonso de Albuquerque.

Pag. 201 — Padre Simão Rodrigues

A meudo vem citado o nome d'este padre na nossa *Historia*, quando seu auctor tracta da introducção dos jesuitas em Portugal, sendo Simão Rodrigues um dos companheiros de Loyola; por isso bem cabido é n'esta obra o seu retrato, o qual é ampliado d'uma pequena gravura que ornamenta o portico d'um bom livro, bastante raro já, do padre Balthazar Telles: *Chronica da Companhia de Jesus na provincia de Portugal e do que fizeram nas conquistas d'este Reino os religiosos que na mesma provincia entraram nos annos em que viveu Santo Ignacio de Loyola*, Lisboa, 1645-1647, 2 vol. in f.º

Pag. 205 — Tympano da Porta Principal da Egreja da Conceição Velha

Por cima da porta principal da Conceição Velha, foi, em 1880, collocado um quadro de figuras esculpidas em pedra, que d'alli tinha sido tirado pelos Freires, em 1818, para dar mais claridade ao côro, sendo em seu logar posta uma grade de ferro, como se vê da gravura publicada no volume 3.º da nossa *Historia*.—O quadro representa a imagem de Nossa Senhora da Misericordia, de manto aberto sustido por dois anjos, e a seus pés, de um lado, el-rei D. Manoel, a rainha D. Leonor, sua irmã, viuva d'el-rei D. João II e principes d'aquelle tempo, todos de joelhos; e do outro lado o pontifice Leão X, o instituidor frei Miguel de Contreiras, cardeaes e bispos, que concederam a estes reinos e fundação de hospitaes, misericordias e albergarias. Tem 4m,40 de comprido por 9m,10 de largura, e é composta de sete pedras. Diz Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*, que aquelle grupo, como objecto historico e archeologico, é de alto valor e de interesse, pois que é a chronica em pedra da mais religiosa e caridosa instituição que os homens teem creado. E' um quadro authentico dos costumes da epocha.

Pag. 208 — Diogo Paiva d'Andrade

Este insigne theologo que viveu no seculo XVI, pois nasceu em 1528 e falleceu em 1575, foi um dos bons escriptores do seu tempo, pelo que merece que aqui lhe perpetuemos a memoria, publicando lhe o retrato que reproduzimos do que acompanha o que vem no tomo 1.º dos seus sermões, que vem egualmente nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, e que é muito parecido ao de uma medalha de bronze, que foi dos Padres Eremitas de Santo Agostinho do convento da Graça, e pertenceu mais tarde á casa do Marquez de Pombal.

Pag. 209 — Segundo cerco de Diu

Veja-se o que n'este volume, a pgs. 47, escreve Manuel Pinheiro Chagas acerca da façanha guerreira que a nossa gravura representa.

Pag. 213 — S. Francisco Xavier

Este retrato que aqui dâmos do famoso apostolo das Indias é reproducção do que se suppõe ser o verdadeiro retrato de S. Francisco; existe elle n'um quadro a oleo collocado por detraz da capella do mesmo santo na egreja do Bom Jesus, de Velha Gôa. A nossa photogravura é feita sobre uma photographia tirada d'esse quadro.

Pag. 216 — Tumulo de S. Francisco Xavier em Velha Gôa

O que ao mundo catholico mais attrahe a attenção dos visitantes da cidade velha de Gôa é o famoso tumulo de prata, que a nossa gravura representa, onde repousa o maior conquistador do Oriente, S. Francisco Xavier. Este esplendido mausoléu, de finissimos marmores de Italia, de differentes côres, é um trabalho artistico primoroso e uma magnifica offerta de um grão duque de Toscana, como refere o Padre Francisco de Sousa no seu *Oriente Conquistado*. Compõe-se de tres partes distinctas, além do caixão de prata que encerra o corpo mumificado do glorioso apostolo das Indias. Tem approximadamente 6 metros de altura desde a base ate á parte superior da cruz que remata o caixão, 5 metros de comprimento e 2,5 de largura. A primeira parte representa os quatro altares em fórma de urna, um em cada face do tumulo. Esta parte, que constitue actualmente a base do sarcophago, é de bellissimo marmore encarnado raiado de branco, com os resaltos de marmore branco, e raios alaranjados. Os ornatos em alto relevo, assim como os cherubins dos angulos, são de jaspe e alabastro purissimo. No centro do frontal de cada um dos altares tem differentes emblemas em alto relevo, representando no altar da face norte o sol com dois circulos concentricos radiosos; no altar que olha para o occidente, mostra um livro e differentes cruzes descendo sobre elle; no do sul um coração exhalando chammas entre dois circulos radiosos; e, finalmente, no da cabeceira, representa o céu nebuloso, despedindo raios que derribam uma mesquita coroada de meia lua. A segunda parte é um parallelipipedo de excellente marmore verde, salpicado de pintas brancas, pretas e cinzentas, com resaltos e frisos de marmore amarellado com veios brancos e côr de sepia. No centro de cada uma das quatro faces está uma grande lamina de bronze escuro de elevado merito artistico, representando em alto relevo, e em figuras quasi destacadas do fundo, as mais notaveis passagens da vida do Santo. Na lamina da face do tumulo que fica voltada ao norte está representado o glorioso apostolo doutrinando os povos da India. Superior a este quadro existe um medalhão de bronze, sustentado por dois anjos de grandes dimensões e de alvissimo alabastro, o qual representa o sol nascente, e é rematado por uma fita tambem de bronze, onde está escripta a seguinte legenda: *Nox inimica fugat*. A lamina da parte occidental representa S. Francisco Xavier baptisando. S. Francisco está descalço, com roupeta, sobrepeliz e estola, tendo na mão esquerda a imagem

Digitized by Google

do crucificado, e baptisando com a direita uma multidão de indigenas nas Molucas. Ao lado esquerdo do apostolo e entre a multidão vê-se um padre que a catechisa. Na parte superior d'este quadro está um medalhão, tambem de bronze, representando o sol no zenith, e na parte sustentada pelos anjos lê-se *Ut vitam habeam*. Na lamina da face meridional vê-se o defensor do Oriente procurando atravessar um rio sobre um madeiro, para fugir á perseguição dos jávaros da ilha de Móro. No medalhão sobreposto a este quadro vê-se um leão no meio de uma medonha tempestade, e lêem-se as seguintes palavras: *Nihil horum vereor*. Finalmente o quadro do lado oriental ou da cabeceira mostra o Santo na hora do passamento abraçado estreitamente a um crucifixo, na praia de Sanchoão. Está recostado sobre uma esteira na choupana do portuguez Jorge Alvares, entre os seus discipulos Antonio e Christovam, e assistido de anjos. Alli morre, exclamando: *In te Domine speravi*. O medalhão sobreposto ao quadro representa o sol no occaso e n'elle se lê o seguinte: *Maior in occasu*. Atraz dos medalhões está a balaustrada, que forma a terceira parte do tumulo. E' de marmore roxo com manchas brancas. Os frisos e resaltos das quatro columnas dos angulos são de marmore escuro raiado de branco, e de marmore amarello os plintos superiores e inferiores. Sobre esta balaustrada assenta o caixão, guarnecido exteriormente de prata rendilhada sobre velludo carmim e cravejada de differentes pedras preciosas. E' este caixão que conserva o precioso deposito do corpo de S. Francisco Xavier. Nas quatro faces do caixão existem trinta e dois quadros ou laminas de prata, que illustram a vida e representam em relevo os passos e milagres do astro brilhante que diffundiu por todo o Oriente os raios fecundos do Evangelho. Na parte superior do caixão ha dezeseis anjos de prata, e n'outras posições seis pinhas grandes e outros pequenas tambem de prata lavrada e com flores douradas guarnecidas de pedras preciosas. A peanha da cruz que remata o caixão apresenta, nos lados oriental e occidental, dois anjos com emblemas na mão. O anjo do lado oriental tem uma mão no coração em labaredas, e o do lado occidental ou dos pés este distico: *Satis est Domine, satis est*, palavras que S. Francisco Xavier costumava repetir, quando sentia aquelles extasis de amor divino, que o tornavam um verdadeiro inspirado. *India Portugueza*.

Pag. 217 — Coge-Çofar

É este retrato reproduzido do que illustra algumas das edições do celebrado livro de Jacintho Freire de Andrade, *Vida de D. João de Castro*, tantas vezes e tão aproposito citado na *Historia*, por M. Pinheiro Chagas.

Pags. 221 — Egreja matriz de Vianna do Castello

Tinha antigamente a egreja matriz de Vianna do Castello a invocação do Salvador, cujos passos principaes se acham representados no portal da fachada principal, no estylo do seculo XIV, mas construido no seculo XV. N'uma das torres que ladeiam o frontispicio, na da esquerda, como o leitor facilmente verá pela gravura que lhe apresentâmos, ostenta o brazão de D. Justo Balduino, bispo de Ceuta. O exterior apresenta ainda todo o seu magestoso e monumental aspecto de vetustez; mas o interior foi completamente deturpado na ultima reforma; apenas, do antigo, se conserva de notavel duas capellas gothicas, e algumas estatuas jacentes dos seculos XV e XVI.

Pag. 224 — Peça de Diu

Porque é uma curiosidade historica, digna de figurar na nossa edição, por isso a mandámos reproduzir. Como bem nos conta Pinheiro Chagas, é ella a celebre colubrina tomada pelos Portuguezes aos Turcos, quando da campanha de Diu, a famosa praça de guerra da India. Existe no Museu de Artilheria em Lisboa.

Pag. 225 — Explosão da fortaleza de Calicut

Enche de pavor a descripção d'esta scena, não sabemos bem se de cannibalismo, se motivada por descuido dos nossos, que M. Pinheiro Chagas nos dá com todas as minucias do horrivel n'este volume da nossa *Historia*.

Pag. 229 — Luiz de Camões

Reservamo-nos para justificarmos a apresentação d'este retrato, quando falarmos do que mais adeante publicâmos.

Pag. 232 — Porta dos curraes em Extremoz

As fortificações d'esta villa alemtejana datam do tempo de D. Affonso III, que as mandou levantar, em virtude de ter visto que a sua posição era importante para defender a fronteira do Alemtejo. Pouco depois da restauração de 1640, tractou D. João IV de augmentar as fortificações, e ainda que as primeiras obras de defeza, que então se fizeram, fossem frageis, passados poucos annos se construiram com solidez e segundo as regras da arte, ficando a villa cingida de muralhas, defendida por dois baluartes e um *reducto*, além dos revelins e mais obras exteriores. O antigo castello foi reparado, passando a ser a cidadella da praça. Os muros de circumvallação tinham nove portas. Uma d'ellas, em melhor estado de conservação, é a que a nossa gravura representa.

Pag. 233 — O retrato authentico de Vasco da Gama

Não se admire o leitor de publicarmos aqui um novo retrato de Vasco da Gama, depois de havermos dado outro a pag 281 do 3.º volume, e que se suppõe ainda authentico. Foi o apparecimento d'um novo retrato, reproduzido n'uma revista illustrada de Lisboa, *O Brazil Portugal*, que nos levou a reproduzil-o no nosso 4.º volume da *Historia*, e aqui o trecho da carta do sr. conde da Vidigueira que o acompanha n'aquella mesma revista: «Entre varios quadros sem moldura nem grades, encontrei em minha casa o retrato de D. Vasquo da Gama, em tela que, pela sua urdidura, se reconhecia ser do principio do seculo XV, rala e gasta. Submetti-a á apreciação de entendedores dos mais competentes e auctorizados; entre elles o meu amigo o sr. Zacharias d'Aça fez-me o favor de vêr e admirar o quadro, ficando enleado por não poder estabelecer comparação com o retrato que via e aquelle que existe no Museu de Bellas Artes, retrato que, como todos sabemos, foi pintado na Hollanda, por indicações fornecidas de Portugal. Dias depois o sr. Aça conversou com o sr. Gabriel Pereira, o erudito director da Bibliotheca Nacional de Lisboa, archeologo e critico insigne, a respeito do quadro que vira em minha casa, e antes do sr. Zacharias d'Aça ter dado a menor indicação, o sr. Gabriel Pereira, de pergunta em pergunta, de inducção em inducção, concluiu, não só pela tradição popular como pelas indicações que temos de retratos que existem na nossa India, que era aquelle sem duvida o authentico retrato de D. Vasquo da Gama. Em confirmação d'esta, outras opiniões auctorizadas vieram depois, não restando a menor duvida de que o authentico retrato do grande almirante era aquelle que a minha casa possuia, o mesmo que a Sociedade de Geographia apresenta hoje em uma das suas salas»

Pag. 237 — Porta d'Evora

Por lapso se não indicou em a epigraphe d'esta gravura que era em Extremoz que esta porta se encontrava, chamando-se entretanto porta d'Evora, talvez, porque seja por ahi o caminho para esta cidade; fica aqui reparado esse lapso. Era decerto esta uma das nove portas que se abriam nos muros da circum-

Digitized by Google

vallação que cingiam a villa de Extremoz. Para mais comprehensão e para nos não repetirmos, leia-se o que poucas linhas acima dizemos ácerca da *Porta dos Curraes*, na mesma villa.

Pag. 240 — **Armario na egreja do Seminario em Portalegre**

Como obra de talha, é um dos melhores trabalhos conhecidos d'aquelle seculo, em que o mobiliario artistico quasi só se encontrava nas egrejas. E' digno de lêr-se a tal respeito, os artigos do sr. Leite de Vasconcellos na *Exposição districtal de Aveiro, em 1882*, impresso em Aveiro.

Pag. 241— **Defeza de Malaca**

N'este mesmo volume se encontra a descripção de mais este feito heroico dos nossos antepassados na India.

Pag. 245 — **Martim Affonso de Sousa**

E' copia d'uma lithographia do chamado Livro dos Brancos, existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa, o retrato que aqui apresentamos d'este notavel governador da India e fundador da capitania de S. Vicente, no Brazil.

Pag. 248 — **Claustro de Lorvão**

Já nas notas com que fechámos o vol 3.º d'esta nossa edição da *Historia* démos as indicações sufficientes ácerca d'este notavel mosteiro, pelo que nos abstemos de nos alargarmos mais n'este ponto.

Pag. 249 — **Planta da cidade e fortaleza de Diu**

Vem na edição da Imprensa Nacional de 1804, da *Vida de D. João de Castro quarto viso-rei da India*, por Jacintho Freire de Andrade, a gravura que serviu de original á planta de Diu por nós aqui apresentada.

Pag. 253 — **Portal de S. Thiago**

A egreja de S. Thiago é uma das mais antigas de Coimbra, pois que, segundo testemunha Gasco, foi erigida depois de 1064 em louvor d'aquelle apostolo, a cujo soccorro D. Fernando Mayor attribuiu a conquista da cidade. O sr. R. de Gusmão, escrevendo d'esta egreja diz: «E' certo que no seculo XIV ainda a parochia de S. Thiago de Coimbra era sujeita ao Arcebispo de Compostella, que a visitava ou mandava visitar; não o é menos que sob o titulo de *basilica* se sagrara no principio do XIII a sua egreja. N'ella foi que o infante D. Pedro, Duque de Coimbra, e D. Alvaro Vaz de Almada, Conde de Abranches, juraram, pondo as mãos sobre uma hostia consagrada, não sobreviver um ao outro no esperado recontro com seus inimigos; e poucos dias depois d'este facto solemne e fatal

Ingrato e feio
Caso, digno das torres de Bysancio,
Viram de Alfarrobeira infames plainos
Roxos do sangue das civis discordias.

Tinha esta collegiada, em 1757, 300 fogos. Hoje está annexada á parochia de S. Bartholomeu. O prior tinha de rendimento 250$000 réis.

O frontispicio do templo, hoje arrebicado pelos caiadores, bem como o seu interior, apezar de muito alterados no seculo passado, apresentam ainda o cunho da sua vetustez. A porta principal e a lateral, formadas por varias columnas em que se apoiam arcos de cintro pleno, que diminuem progressivamente em altura e largura, com diversos lavores e folhagens em relevo, offerecem um bom specimen do estylo architectonico do XI seculo. O templo é de tres naves. Tem quatro capellas, uma das quaes é dedicada a Santo Eloy, patrono dos ourives, que tinham o privilegio de n'ella serem enterrados. Em uma das suas paredes vê-se uma pequena pedra com esta inscripção:

ESTA CAPELA
HE DOS OURI-
UES DESTA CID.º
TANTO DOS DE
OURO COMO
OS DE PRATA.

Na capella dedicada a Santo Ildefonso está um tumulo mettido na parede, sob um arco forrado de azulejo, no qual está gravado o seguinte:

EN HESTA SEPOLTURA JASEM OS HOSOS DAFFONS
O DOMIGEZ DAVEJRO PRIMEIRO IMSTITUJDOR
DESTA CAPELLA OS QUAES FORAM AQUJ P
OSTOS PER PERO DALLPOI SEU TRESNETO
QUE ORA HE ADMJNISTRADOR DA DITA CAPEL-
LA NO ANO DO NASCIMENTO DE NOSSO SEÑOR
JHU XPO DE MJLL E QUJNHENTOS E QUATORZE ANOS.

Quando para se alargar a antiga rua de Coruche se cortou um pedaço a esta egreja, tivemos occasião de ver a architectura da capella-mór (até então encoberta pelo retabulo de madeira), que denotava a sua muita antiguidade. *Guia historico do Viajante em Coimbra.*

Pag. 256 — **Milagre do padrão de Oliveira**

Esta esculptura em madeira representa el-rei D. João I ajoelhado a render graças á Virgem pelo vencimento da batalha de Aljubarrota, e o advogado Pedro de Oliva, inimigo dos privilegios do Cabido e dos seus caseiros, cahido por terra com a lingua fóra da bocca, aos pés dos conegos Luiz Gonçalves e Abbade de Freitas, na occasião em que o reprehendiam das ameaças contra os referidos privilegios do Cabido.

Pag. 257 — **Morte de S. Francisco Xavier**

Consagra-se esta aguarella a recordar o passamento d'um dos maiores vultos do christianismo no seculo XVI, o famigerado S. Francisco Xavier, o apostolo das Indias, onde morreu, e onde tem seu tumulo, que vem reproduzido a pag. 105 d'este mesmo volume da *Historia.*

Pag. 261 — **S. Francisco de Borja**

Porque tomou parte activa nos negocios politicos de Portugal, que por tres vezes visitou, aqui dâmos o retrato d'este vulto do agiologio catholico, copiado d'um retrato a oleo do fim do seculo XVI existente nos depositos do Museu Nacional de Bellas Artes, ás Janellas Verdes, em Lisboa.

Pag. 264 — **Portal da egreja de S. Salvador**

De bem modesta apparencia é o templo que se encontra na rua do Salvador em Coimbra. Não se faz recommendavel por elegancia, grandeza ou primores d'arte; todavia o seu aspecto de ancianidade e alguns interessantes monumentos que n'elle se encontram, o tornam muito digno da attenção dos que presam as antiguidades — Comquanto se não saiba ao certo a epocha da sua fundação, parece indical-a uma inscripção lapidar que no frontispicio do templo se encontra ao lado das columnas do portal, á direita de quem entra. No numero 7 do *Antiquario Conimbricense* vem o *fac-simile* d'esta inscripção de caracteres de exquisitas fórmas, e esta sua traducção: *Estevam Matos de sua livre vontade fez esta porta e frontispico. Era de 1207 (anno de 1169). Era Millessima.*— O interior do templo está dividido em tres naves por duas fileiras de columnas cylindricas de cantaria, muito delgadas relativamente á sua altura. Do lado direito encontra-se uma pequena capella, e debaixo de um arco aberto n'uma das suas paredes um grande tumulo com esta inscripção, cuja maxima parte é de caracteres gothicos:

Digitized by Google

ESTA CAPELLA E ESTA SEPULTURA MÃDOU FAZER GVIMAR DE SSAA PA DEITAR HO MUITO HONRADO A.º DE BARROS CAVALEIRO DA CASA DEL REY SEU MARIDO HO QVAL AQVI JAZ E ELLA MÃDA A SEV TESTAMETERO QUADO ELLA FALECER Q ALACE CÕ ELLE HO QLL FALECE AOS XVIII DE F.º DE MILL 515 ÂNOS AQVAL GVIOMAR DE SA IAS AQVI FALECEO A XI... DOVTVBRO DE I. S. XXXII.

No mesmo tumulo se vêem as armas das familias Barros e Sás; mas em ambos os seus escudos faltam os timbres: no d'aquelles a aspa com cinco estrellas e no d'estes o meio bufalo.—Na parede da capella de S. Marcos, na face exterior que olha para um pequeno quintal, está embutida uma pedra de palmo e meio de comprido e um palmo de largo em que se vê uma cruz da ordem dos templarios e uma inscripção que no nº 6 do *Antiquario do Conimbricense* vem interpretado da maneira seguinte:

EGO. VERMUDUS. VERMUDI. ACCEPI
ISTUM. MONUMENTUM.
X II. DIES. TRANSACTIS. DE. APRILIS
ERA. M. CC. XX. II.

Eu Vermudo Vermudez acceitei este monumento doze dias andados de Abril. Era de 1224 (anno de 1186).—O local que a lapide hoje occupa não parece ser o primitivo porque nem juncto da parede se encontra signal algum de alli ter havido monumento sepulchral, nem a sua pouca grossura o podia conter... Defronte da Inscripção, e a poucos passos d'ella, na base da torre dos sinos se descobre quasi entallado uma especie de carneiro de abobada. Era n'estas cavidades abertas nas paredes das egrejas, que n'aquelles tempos a Religião costumava dar eterno descanço aos despojos mortaes das pessoas illustres; até que a devoção, em tempos mais proximos de nós, os foi trazendo para dentro dos templos. Existe uma relação tão intima entre estes dois monumentos, e a rudeza da inscripção que não se pode duvidar, que o gosto do seculo doze ainda alli domina, e que a lapida por algum incidente deslocada do seu primitivo assento, seria transportada, mais tarde, para o logar que hoje occupa. *Guia historico do Viajante em Coimbra.*

Pag. 265—Lado Norte da Sé Velha

Dos dois porticos da fachada lateral do vetusto convento, que ambos se attribuem ao tempo do bispo D. Jorge de Almeida, torna-se muito apreciavel o maior, representado pela nossa gravura, que é de fabrica excellente e decorado com grande profusão de miudezas e lavores de notavel primor e elegancia. Fez este portico o grande architecto João de Castilho, que tão celebre se tornou pelo esmero e bom gosto das suas construcções. Assim o affirma o sr. Francisco Varnhagen, que, falando d'este insigne artista, no seu interessante opusculo *Noticia historica e descr ptiva do Mosteiro de Belem*, diz o seguinte: «Tambem esteve em Coimbra, pois sem duvida de seu tempo e suas são as portas excrescentes de pedra de Ançã da Sé Velha. Os bustos em medalhões, os arabescos ao divino, os nichos de concha, os balaustres, os vasos, as pilastras estriadas, a par de um arremedo das renascentes ordens dorica e corinthia, como tudo ahi se vê, não podem deixar de ser obra de Castilho, já meio convertido ás doutrinas de Vitruvio.»—A'cerca d'este velho monumento da antiguidade christã já em outros volumes antecedentes démos alguns dados interessantes e curiosos.

Pag. 269 — D. Jayme 5.º duque de Bragança

Existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa o retrato d'este personagem illustre. E' uma gravura em cobre da collecção dos retratos do duque de Bragança.

Pag. 272—Chafariz da Praça da Rainha em Vianna do Castello

É uma das tres magnificas obras de arte que, no genero, ornamentam as praças e largos da linda cidade de Vianna do Castello, rica em obras archeologicas e de reconhecido merito artistico. N'este mesmo volume dâmos em estampa os outros dois chafarizes monumentaes da encantadora povoação.

Pag. 273 — Rodrigo de Lima

É ampliado d'uma das figuras representando este personagem, que vem no grupo que adorna a portada do celebre *Livro de Alvares*, o retrato que aqui damos do famigerado D. Rodrigo de Lima.

Pag. 277 — Porta principal da Sé de Braga

Não podendo no espaço de que dispomos dar noticia desenvolvida de cada um dos monumentos representados pelas nossas gravuras, vamos limitar-nos a dar, apenas a largos traços, noticia d'este vetusto monumento, para o que nos soccorremos d'um velho artigo sobre o assumpto escripto por I. Vilhena Barboza: «Sendo *Braccara Augusta* uma cidade fortificada ao tempo que o apostolo S. Thiago n'ella prégou a lei de Christo, deve-se suppor com muita plausibilidade que a sua primitiva sé fôra fundada dentro dos seus muros O seu primeiro prelado, S. Pedro de Rates, foi martyrizado no anno 44 do nascimento de Christo. Por conseguinte baseia-se na mesma plausivel conjectura a supposição de que o actual edificio da cathedral de Braga foi edificado depois da mudança da cidade para o sitio em que se acha. Em que epocha se realizou esta mudança? quem foram os fundadores da nova cidade e da nova sé? São mysterios que se occultam na escuridão dos tempos. As opiniões emittidas pelos archeologos a esse respeito, não passam de simples conjecturas. Pondo de parte essas opiniões controversas e faltas de fundamento, direi que as noticias mais antigas que tenho achado relativamente ao edificio da Sé de Braga, são do seculo XI. Consta, de documentos authenticos, que esta cathedral fôra reedificada pelo conde D. Henrique de Borgonha e sua mulher, a Rainha D. Thereza, nos fins d'aquelle seculo. Não dizem, porém, os documentos se a reedificação foi geral ou parcial... Julgo todavia que não restam vestigios das obras do conde e da rainha D. Thereza, a não serem, talvez, as paredes exteriores do cruzeiro e as da capella da Annunciação ou S Thomaz, onde foram enterrados aquelles soberanos logo depois da sua morte. Se existem outros vestigios, serão lanços de parede sem feições caracteristicas... Não é preciso recorrer aos documentos que existem, para se saber a epocha da reconstrucção e o nome do reedificador d'estas partes importantes do templo. O seu estylo gothico florido revela com exactidão a epocha. Porém, ainda para maior clareza, o brazão d'armas que se vê sobre a porta principal da egreja, e ao lado exterior da capella-mór, dizem que o reedificador foi o arcebispo D. Diogo de Sousa, elevado da cadeira episcopal do Porto á metropolitana de Braga no principio do seculo XVI, e fallecido n'esta cidade em 1532. Na frontaria da egreja, na parte superior do retabulo está estampado o gosto pezado e triste que presidiu, em geral, á architectura portugueza no seculo XVIII. Reedificou-a o arcebispo primaz D. José de Bragança, filho legitimado de el-rei D. Pedro II. Como timbre da regia fundação, lá avulta sobre as duas janellas, resaltando muito da parede, um immenso escudo das armas reaes.» A frontaria, á qual pertence o portico que a nossa gravura representa, tem 37 metros de altura desde o pavimento da rua até á cruz episcopal das torres.

Pag. 280 — Convento da Cartuxa

A paginas 408 do 3.º volume d'esta nossa edição da *Historia* démos uma gravura representando o por-

Digitized by Google

tico do adro d'este magnifico edificio eborense. A gravura que ora apresentamos completa aquella. Quanto á descripção, leia-se o que a respeito do convento da Cartuxa dissemos a pag. 621 d'esse mesmo 3.º volume.

Pag. 281 — **Naufragio de Manuel de Sepulveda**

Quiz o nosso illustrador representar n'esta aguarella o epilogo da famosa e tragica historia do naufragio de Sepulveda, com tanta maestria descripta por M. Pinheiro Chagas, e immortalizada por Camões n'aquella celebrada prophecia posta na bocca do fero Adamastor e que começa pelos seguintes versos:

Outro tambem virá de honrada fama
Liberal, cavalleiro, enamorado...

Luziadas, canto V, est. 46 e segs.

Pag. 285 — **Castello d'Elvas**

Elvas é a primeira praça d'armas de Portugal, tanto pela sua posição como pela solidez e vastidão das suas fortificações. A parte mais alta é occupada por um castello antiquissimo (suppõe-se ser obra dos mouros) cercado de robustas muralhas, e flanqueado por torres ameiadas; nas collinas que lhe ficam sobranceiras e que a cercam, estão construidos differentes fortes, entre os quaes é considerado como principal o de Nossa Senhora da Graça ou Forte de Lippe, que é tido como modelo de architectura militar, e que tem este nome por ter sido principiado em julho de 1765, por ordem do conde inglez Guilherme de Schomburgo Lippe, commandante em chefe do exercito portuguez, sendo engenheiro constructor Luiz Antonio Valleré, francez, que foi depois general do Alemtejo.

Pag. 288 — **Manuel de Faria e Sousa**

E' copiado do notavel livro de que é auctor, *Commentarios a Camões*, o retrato que aqui damos d'este notavel critico e poeta do seculo XVI.

Pag. 289 — **Defeza de Mazagão**

A descripção da scena representada pela gravura mostra-se a pags. 195 e seguintes d'este 4.º volume da nossa edição da *Historia*.

Pag. 293 — **Antonio d'Abreu**

Illustra a decima Memoria da *Collecção de Memorias relativas ás façanhas dos Portuguezes na India*, de Antonio Patricio, o retrato d'este governador da India, que serviu de modêlo para o que aqui apresentamos.

Pag. 296 — **Tumulos e inscripções na egreja de S. Christovam**

Encontra-se na sacristia do vetusto templo de S. Christovam, em Lisboa, o arco onde se vêem os tumulos e inscripções representadas pela nossa gravura. O tumulo alli reproduzido é do seculo XII e foi fundação de um bispo, como se deduz de varios emblemas que n'elle se vêem; mas os caracteres do epitaphio estão de tal modo gastos, que se torna impossivel decifral-os. Ha, porém, duas inscripções, de tumulos evidentemente mais modernos, que facilmente se podem lêr e que dizem, o do lado da epistola: «Aqui jazem as ossos de Fernão Gonçalves de Miranda e de sua mulher D. Branca de Sousa, que se finaram em 1466»; o do lado do evangelho: «Aqui jazem os ossos de Mathias de Miranda e de sua mulher D. Genebra Pereira, que se finaram na era de 1463.»

Pag. 297 — **Vitraes da sala capitular, na Batalha**

São admiraveis de belleza, perfeição, arte e acabamento todos os vitraes que ornamentam as janellas do monumental edificio da Batalha, ao qual já nos referimos sufficientemente no volume 2.º d'esta nossa edição da *Historia*. O que a nossa gravura reproduz, e que representa o *Calvario*, é talvez o mais notavel e grandioso d'esses vitraes.

Pag. 301 — **André Furtado de Mendonça**

Bem como o retrato de Antonio de Abreu, o d'este novo governador da India é tambem copiado do que adorna as paginas da *Collecção de Memorias relativas ás façanhas dos Portuguezes na India*, por Antonio Patricio.

Pag. 304 — **Mumia de S. Francisco Xavier**

Como este grande missionario tenha sido um dos maiores fautores da civilização no Oriente, mal andariamos se não consagrassemos uma ou mais illustrações á sua gloriosa memoria. O desenho que aqui damos representa S. Francisco Xavier no estado em que se achou aos 12 de outubro de 1859, em que foi aberto o seu tumulo.

Pag. 305 — **A peste em Lisboa no anno de 1569**

Leiam-se os horrorosos episodios d'esta peste que assolou Lisboa, em paginas 218 do 4.º vol. da nossa *Historia*, para bem se comprehender toda a verdade representada pela gravura que aqui damos.

Pag. 309 — **Fr. Heitor Pinto**

O retrato d'este famoso escriptor, auctor do notavel livro mystico *Imagem da Vida Christã*, é copiado d'um quadro em tela em pessimo estado de conservação, existente na Bibliotheca Publica de Lisboa, onde o fomos encontrar por indicação achada em um pequeno opusculo de Gabriel Pereira, *Noticia dos Retratos em tela*, existentes n'aquella Bibliotheca.

Pag. 312 — **Claustro do Convento do Varatojo**

A' distancia proximamente de dois kilometros para oeste de Torres Vedras, subindo a encosta d'um monte, descobre-se, do lado opposto, entre as quebradas, o convento de Santo Antonio do Varatojo. Situado proximo da pequena aldeia do mesmo nome, este convento, de singela construcção, foi, no anno de 1470, fundado por D. Affonso V com a intenção de n'elle acabar os seus dias. Tornou-se celebre pelo grande numero de missionarios que, para todas as partes do mundo, enviava á prégação do evangelho. Conserva ainda algumas memorias historicas, que lhe attrahem o olhar do viajante, e entre ellas uma janella no angulo externo do côro, d'onde a tradição diz que D. Affonso V dava por vezes audiencia ao povo. No adro, na parede do lado esquerdo da porta principal da egreja, acha-se gravado n'uma pedra, o *rodizio* que fazia o timbre d'aquelle monarcha, e o mesmo serve de ornato á pintura dos paineis que formam o forro da varanda do claustro, que a nossa gravura representa, e tambem á dos que preenchem o mesmo fim no côro. N'outra lapide, que está do lado direito da porta da egreja, vêem-se abertas as armas portuguezas coroadas e seguras por dois anjos de joelhos. Por cima da mesma porta principal está escripta a palavra *Silencio*. A egreja é pequena e modesta, mas está bem conservada e fazem-lhe ornamento alguns bons quadros antigos. Quando fôram extinctas as ordens religiosas, foi o convento do Varatojo vendido ao visconde de Moncorvo, por morte do qual passou a novo possuidor, um egresso do mesmo convento, que, associando-se com alguns outros padres, alli foi viver em communidade. Como é sabido, ainda lá se conservam continuando a observancia da vida monastica, e sahindo a missionar em diversas partes do paiz.

Pag. 313 — **Altar de graphite imitando mosaico**

Constitue este altar uma das maravilhosas obras

Digitized by Google

de arte em que é rica egreja do real convento de Nossa Senhora da Conceição, em Beja, a que n'outro logar nos referimos mais minuciosamente.

Pag. 317 — Antonio da Silveira

Conservou-nos o retrato d'este denodado heroe da India, o poeta e critico Manuel de Faria e Sousa, nos seus *Commentarios a Camões*, onde o illustrador foi copiar o que o leitor tem em sua presença.

Pag. 320 — Torre da Roquéta e Castello de Santiago em Vianna do Castello

O castello de Santiago da Barra de Vianna do Castello deve se aos Philippes; desde el-rei D. Manuel guardava a foz do Rio-Lima uma torre, chamada *Roquêta*, augmentada em 1572 com um fortim. Nos reinados de D. João IV, D. Pedro II e D. Maria I recebeu importantes melhoramentos. Actualmente aquartella-se alli um grupo de baterias de artilheria de montanha.

Pag. 321 — D. Sebastião ante o cadaver de D. Pedro I, em Alcobaça

Encontra-se a pag. 219 d'este 4.º volume da nossa edição da *Historia* a descripção d'este episodio da vida do monarcha *desejado*.

Pag. 325 — Mestre Boutaca

D'este notabilissimo architecto do mosteiro dos Jeronymos foi copiado o retrato que aqui damos do que existe no tecto da Camara Municipal de Lisboa, retrato reproduzido, por sua vez, do busto em baixo-relevo em pedra, existente no claustro do convento, de que elle foi architecto.

Pag. 328 — Porta da Misericordia de Lousã

A Misericordia da Lousã foi uma das primeiras casas de beneficencia que houve, graças ao animo piedoso da bondosa D. Leonor de Lencastre, esposa do Principe Perfeito, D. João II. — Ha, porém, quem assevere que foi capella particular. — A porta é um interessante specimen da arte do seculo XVI, divisando-se ao lado uma escadaria de pedra com alpendre e campanario, accessorios que são do seculo XVII. A porta tem a data de 1568, isto é, 70 annos depois da creação das Misericordias em o nosso paiz, pela princeza a que acabamos de referir-nos.

Pag. 329 — Luiz da Camara

E' copiado este retrato do celebrado jesuita ministro de D. Sebastião, de um excellente quadro de Freire, que ornamenta uma das salas da Camara Municipal de Lisboa.

Pag. 333 — Casa onde habitou Vasco da Gama em Monte-Mór-o-Novo

E' uma das casas mais antigas da villa, e n'ella, segundo é tradição, habitou o grande almirante das Indias. Não nos consta que até agora esta casa tenha apparecido reproduzida em publicação alguma illustrada. Foi o director artistico d'esta publicação que, passando por aquella villa, se lembrou de d'ella tirar um *croquis*, que depois completou e aguarellou para com ella illustrar esta nossa edição da *Historia de Portugal*.

Pag. 336 — Antiga pia de pedra existente no museu do Carmo

Será a um bello trabalho do eximio escriptor e erudito antiquario, sr. Dr. Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos Portuguezes nos seculos XVI e XVII*, que iremos buscar os apontamentos ácerca d'esta elegante bacia: «Simão Correia é uma das figuras que merecem logar distincto na galeria dos fronteiros d'Africa. Foi governador de Azamor e d'alli mandou trazer ao reino uma grande e elegante pia de pedra, que hoje se conserva no Museu Archeologico do Carmo. No rebordo da face interna, em duas linhas e em caracteres gothicos, tem a seguinte inscripção, cujo começo é indicado por uma fivela e uma pequena cruz de hastes eguaes:

SYMÃO COREA SENDO CAPYTAM E GOVERNADOR
EM A CYDADE DAZAMOR
ESTA PYA QUE FOY ACHADA ANTRE OS MOUROS MANDOU
TRAZER A ESTE MOSTEYRO
QUE ELLE *fundou* A SUA PROPYA CUSTA

A palavra que vae em gripho está lascada, como que cortada a escopro, vendo-se só a primeira inicial e parte da segunda, mas por estas e pelo espaço que as outras lettras deviam occupar, verifica-se que não ha outra palavra que dê melhor sentido. O respectivo *Catalogo*, sob o n.º 3880, descreve assim, absurdamente, com varios anachronismos, este interessante objecto: «Grande bacia de pedra, estylo arabe, trazida de Azamor (Barbaria) em 1462, na conquista feita pelo general Simão Correia e que foi offerecida ao Infante D. Henrique do Algarve, o qual a deu á Sé de Faro para ter agua benta; passados muitos annos foi abandonada no cemiterio da egreja! Esta antiguidade é historica para Portugal; foi adquirida em 1869 pelo sr. Possidonio da Silva, para ser conservada no Museu.» Por esta indicação parece que a bacia viera do cemiterio da Sé de Faro, o que se nos affigura pouco verosimil, attendendo a que ella, como declara a inscripção, foi offertada a um mosteiro. Declarou-nos o nosso amigo e illustre confrade dr. Teixeira de Aragão, que a vira em tempos no convento de Santo Antonio em Faro. Na sua face externa é dividida em diversos gomos, cavados, obliquos, tendo na face mais larga e superior de cada cavidade um ornatosinho esculptural, alguns bem curiosos: brazões d'armas, cabeças, florões, a fivela, cruzes de Christo, etc. O convento, fundado por Simão Correia, era o de Nossa Senhora da Esperança em Portimão. Dizem os chronistas, Belem e Esperança, que o começára a edificar em 1530, depois de regressar de Saboya, onde acompanhára a infanta D. Beatriz, de quem era aio. Damião de Goes, enumerando as pessoas da comitiva diz que elle ia por *veador da casa da infanta*. Não encontramos a carta que nomeou Simão Correia capitão d'Azamor, mas sabe-se que exercera este cargo em 1516, pois em dezembro d'este anno passava D. Manuel uma carta auctorizando-o a construir casas dentro da fortaleza, de que os moradores lhe dariam aluguer ou fôro.»

Pag. 337 — Assalto á nau de Martim Lopes Carrasco

Veja-se, a paginas 227 d'este volume da nossa *Historia*, a descripção de mais este feito glorioso dos nossos nas regiões longinquas da India.

Pag. 341 — D. Fernando, 2.º duque de Bragança

É copiado da collecção dos retratos dos duques de Bragança, existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa, o que aqui dâmos d'este personagem historico. Apezar de vestido á romana, este retrato é considerado authentico, pois era vulgar inspirarem-se os pintores nos modelos gregos e romanos, e adornarem com as roupagens dos antigos heroes os personagens que retratavam.

Pag. 344 — Retabulo de S. Silvestre, junto a Coimbra

Este delicioso specimen de estylo Renascença existe em S. Silvestre (e não Silverio, como erradamente sahiu na epigraphe da gravura) na capella particular do proprietario actual do sumptuoso convento de S. Marcos, a que, por diversas vezes, temos alludido na nossa *Historia*. A capella, porém, possue condições de

Digitized by Google

luz taes, que é impossivel obter uma photographia, rasão esta que nos levou a fazer a presente aguarella para dar na Historia um bello documento da arte portugueza no seculo XVI, que até hoje tem passado despercebido a quantos se dedicam a estes estudos. O retabulo, em marmore de delicada esculptura, é o portico formosissimo do grandioso edificio de S Marcos, que os fanaticos pela arte vão admirar a S. Silvestre.

Pag. 345 — Palacio (aliás Praça) de Mormugão

A praça de Mormugão, cuja entrada a nossa gravura representa, começou a construir-se em abril de 1624, governando a India D. Francisco da Gama, 3.º conde da Vidigueira, conforme resa a lapide que se acha sobre o portico da entrada, á custa da camara geral ou agraria de Salcete, a quem Philippe III mandou agradecer por carta regia de 10 de Março de 1640. Actualmente acham-se bastante arruinados tanto a praça como o palacio e a maioria das construcções e edificios publicos de Mormugão.

Pag. 349 — D. Duarte de Menezes governador da India

Bem como outros retratos aqui reproduzidos, este é copiado dos retratos de todos os governadores da India, desenhados em um livro manuscripto, existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Pag. 352 — Convento da Conceição em Beja

Ao bello livro de Luciano Cordeiro, *Soror Marianna*, vamos emprestar os apontamentos para a historia e descripção d'este soberbo monumento da piedade christã do seculo XV. O convento da Conceição de Beja, ou mais propriamente o Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, da Ordem de Santa Clara e jurisdicção franciscana, foi fundado em 1467 pelos infantes D Fernando e D. Brites, paes do rei D. Manuel junto dos seus Paços, que n'elles vieram a encorporar se e com os quaes communicava por um passadiço coberto, que subsiste, sobre a estreita rua *dos Infantes*. Dá esse passadiço para o coro *de cima* do convento, e diz a tradição que de uma especie de tribuna ou janella saliente na sua juncção com elle, hoje emparedada, e mascarada pela implacavel caiadura alemtejana, apparecia e falava *(sic)* ao povo a piedosa princeza. Successivamente acariciado e favorecido pela devoção realenga e particular, chegou a ser uma das instituições mais grandiosas e ricas do seu genero entre nós. O edificio, muito arruinado, é vastissimo e bastante irregular, como quasi todos o são, por accrescentamentos successivos á primeira traça. A egreja, ampla e formosa, conserva na fachada o aspecto primitivo destacando-se, soberbo e triste, da estupida caiação moderna, n'uma porta ogival magestosa e elegante, no rendilhado friso e nas figuras e brazões da sua fidalga origem. A porta do convento fica ao lado da egreja, na rua da Conceição, que desce do largo de S. João e da velha rua do Forno, na proxima esquina da qual era o solar dos Alcoforados. E' uma velha porta manuelina, a que roubaram, apenas por emquanto, as espheras armillares, que, aliás, se multiplicam interna e externamente no enorme edificio, e accrescentaram, no seculo XVII, umas lapides de inscripção devota, muito em moda então e que egualmente se repete, de louvor ao Santissimo Sacramento e á Immaculada Conceição da Virgem «concebida sem peccado original».—Dá esta porta para uma pequena casa pouco menos que lobrega, de paredes e abobadas pintadas com varias figuras, entre ellas as dos fundadores, e ao fundo da qual ficam as pequenas grades e a roda de serviço commum. A' esquerda, duas escadas, das quaes uma relativamente moderna, conduzem aos locutorios de grades duplas, bastante largas, e á direita uma porta construida ou restaurada em 1742 abre para a pequena sala da porteira, tambem de restauração moderna (1803), que é hoje o verdadeiro locutorio e que dá immediatamente para o claustro. Este e o capitulo, que abre tambem para elle, são notavelmente originaes e pittorescos, de feição manuelina que se consorcia formosamente com a tradição arabe, architectural e decorativa, tão pronunciada em muitas construcções d'além Tejo. Como é natural, predomina o azulejo e o tijollo. Sob a arcada ha diversas capellas, algumas muito alindadas e ricas, e a abobada e os intervallos das paredes estão cobertos de arabescos e episodios em pintura graciosa e quente. Toda esta decoração que cobre alegremente muitos restos da architectura primitiva é do seculo XVII e tem um certo ar feminilmente elegante e artistico, que não é vulgar n'estes edificios. Uma das alas da arcada, ou mais exactamente a sua decoração é de 1657. A capella do Evangelista é de 1601. A do Baptista,—a do «grande Baptista», como diziam as freiras, é de 1614.—O Capitulo foi reconstruido em 1657 e renovado em 1727. Limpo e cuidado, com a sua Capella de Christo Crucificado ao fundo, cheio de sombras e scintillações phantasticas, parece aguardar teimosamente, n'uma tranquillidade mystica, as suas queridas religiosas. O antigo refeitorio, que começou por ser dormitorio tambem, segundo uma inscripção que diz tel-o mandado fazer D. Manuel, em 1506, foi, segundo outra, que alli existe, refeito «de abobada na era de 1629, sendo abbadeça Madre Dona Marianna Henriques». E' um vasto salão terreo, á entrada do convento, a um dos lados do claustro, que foi modernamente applicado a celleiro. A porta ogival é formosissima. Impressão analoga á do Capitulo, produzem os coros. São dois, como de ordinario, um ao nivel do pavimento da egreja, outro por cima, a meia altura d'ella.

Pag. 353 — D. Sebastião assistindo aos exercicios do exercito de Alcacer Kibir

Illustra esta composição a scena descripta por M. Pinheiro Chagas a paginas 267 d'este quarto volume da nossa edição da *Historia de Portugal*.

Pag. 357 — D. Henrique de Menezes, VII governador da India

Applique-se a este retrato o que ácerca do de D. Duarte de Menezes dizemos na columna precedente.

Pag. 360 — Uma casa manuelina, hoje demolida, em Leiria

Foi decalcada sobre uma gravura d'uma excellente publicação estrangeira pouco conhecida em Portugal, a aguarella que aqui damos d'uma bella casa que tinha todo o cunho seiscentista, existente em Leiria e demolida ha bem poucos annos ainda.

Pag. 361 — D. Constantino de Bragança, governador da India

Acerca d'este retrato leia-se o que dissémos ao tractar do de D. Duarte de Menezes, n'esta pagina.

Pag. 365 — Castello de Arrayollos

Apresentam ainda um pittoresco aspecto as vetustas ruinas d'este castello, um dos muitos que D. Diniz fundou. Este foi edificado por aquelle monarcha em 1310, e tinha seis torres. Tem duas portas, a da *Villa* e a de *Santarem*, e encerrava dentro em seus muros muitas casas que os Castelhanos incendiaram em 1386, durante aquellas luctas em que andavam empenhados com o Mestre de Aviz.

Pag. 368 — Exterior da capella de S. Martinho Obidos

A capella de S. Martinho, fronteira á egreja de S. Pedro, na villa de Obidos, era solar da antiga familia fidalga portugueza, Lafetá Aranha, oriunda de Castella. Foi fundada em 1320 por Pero Fernandes, natural de Obidos, que foi prior de S. Thiago, de

Digitized by Google

Torres Vedras, vigario da egreja da Lourinhã e beneficiado da Sé de Lisboa. A sua construcção é gothica, de abobada de pedra de fórma ogival, dividida por arcos assentes em seis columnatas com ornatos encravados nas paredes lateraes do interior da capella, onde tambem estão, em nichos, tres tumulos sem inscripções; apenas n'um d'elles está esculpida, em relevo, uma espada com cópos em cruz, mettida na bainha e esta entrelaçada de uma fita entremeada de estrellas. Sobre os dois primeiros tumulos, por cima do arco do nicho, está uma figura, de cerca de 8 centimetros, representando uma mulher lacrimosa. A capella recebe a luz por tres estreitas frestas verticaes, medindo cada uma 2 decimetros de largo e 1m,70 de alto; uma d'estas frestas fica por cima da porta de entrada, e as outras duas, uma de cada lado da porta. Esta, que é a unica que dá entrada para a capella, é formada em arcos de estylo gothico assentes sobre seis columnas com ornatos. Para a porta sobe-se por dois degraus, e aos lados d'ella vêem-se dois tumulos eguaes aos que se acham dentro da capella, estando n'um d'elles esculpidos quatro escudêtes. Por cima da porta ha uma lapide com uma inscripção em caracteres gothicos, que mal se percebem, devido á acção do tempo. A ultima representante da familia Lafetá Aranha era D. Casimira Maximiana de Lafetá Aranha, casada com José Maria Duarte, moradora no logar do Bombarral, concelho de Obidos, onde falleceu em janeiro de 1899, com 80 annos de edade.

Pag. 369 — D. Sebastião na batalha de Alcacer Kibir

A phantasiada composição artistica que o leitor ahi vê representa D. Sebastião no momento, em que, adeantando-se ou afastando-se dos seus leaes soldados se embrenhou nas fileiras do exercito inimigo, onde por completo desappareceu, situação brilhantemente descripta por M. Pinheiro Chagas, em paginas 291 e seguintes d'este 4.º vol. da nossa *Historia*.

Pag. 373—Logar em Penha Verde, onde se diz jazer o coração de D. João de Castro

Mui bem andámos, quando epigraphámos esta gravura, *onde se diz jazer o coração de D. João de Castro*, porque é isto o que geralmente se julga. Na realidade o que jaz sepultado debaixo d'aquella pedra é o coração de D. Antonio de Saldanha, fallecido em 1723, como se deduz da seguinte historia da capella etc, que se encontra no curioso livro do visconde de Jorumenha, *Cintra Pittoresca*: «Em frente da porta d'esta ermida (de N. S. do Monte, em Penha Verde, mandada fazer por D. João de Castro para sua sepultura) está uma lapide a prumo com as armas dos Castros e Saldanhas, e sobre o chão uma pedra raza, debaixo da qual está sepultado o coração de Antonio de Saldanha, a cuja memoria, por agradecimento, mandou gravar Antonio de Andrade este epitaphio que compoz Paulo de Carvalho:

Cor sublime capax et Olimpi montis ad instar
Amplius orbe ipso cor brevis urna tegit:
Cor consanguini concors comparque Joanni
Indiæ cui palmas subdita mille dedit:
Cor virtutis amans cor victima virginis almæ
Corque ex corde pium nobile forte valens
Non pars sed totus latet Saldanhæ sepulchro
In corde est totus; cor quia totus erat.
Obiit anno domini 1723.
Ætatis suæ 55
Die vero 12 Augusti.

Pag. 376—D. Fr. Aleixo de Menezes

Este venerando prelado recebeu o habito em 24 de fevereiro de 1574. A sua affabilidade, prudencia e zelo d'observancia religiosa o recommendaram para o elegerem prelado do convento da Graça, quando ainda contava poucos annos de professo. Acceitou com muita repugnancia o arcebispado de Gôa, que Philippe II lhe deu, fazendo-o vice-rei d'aquelle estado. Tendo obtido licença para renunciar, voltou a Lisboa, onde foi eleito pelo mesmo monarcha arcebispo de Braga, vice-rei de Portugal, presidente do conselho de Madrid, logares que sempre exerceu com summa proficiencia. Morreu em 3 de maio de 1617, em Madrid, d'onde foi trasladado o seu cadaver para o collegio augustiniano em Braga. O retrato que d'elle aqui dâmos é copiado d'um quadro a oleo, contemporaneo, que o representa, existente ainda hoje no convento da Graça em Lisboa.

Pag. 333—Portal do convento de S. Thomaz, em Coimbra, visto de frente

Já a paginas 117 do 3.º volume d'esta nossa edição da *Historia* demos uma gravura representativa d'este portal; mas como alcançámos uma photographia mais minuciosa, e como o monumento em questão é realmente digno do ser admirado, não pozemos duvida em reproduzir novamente um tão bello trabalho da Renascença.

Pag. 381—Francisco Sá de Miranda

E' o unico retrato authentico existente do remodelador da poesia portugueza, que se conhece. Appareceu na edição das suas *Satyras* de 1626, livrinho bastante raro, e d'alli foi reproduzido nos diversos logares onde depois appareceu. A senhora D. Carolina Michaelis não conseguiu vêr essa edição; nós vimol-a e até temos uma reproducção fac-similica do retrato que a acompanha, pelo qual se vê que foi elle o que serviu de modêlo para os outros que sob o seu nome apparecem. Apezar, porém, de não podermos dispor de grande espaço, achâmos tão curiosas e tão eruditas as observações de que aquella illustre escriptora cérca no seu livro — *Poesias de Francisco de Sá de Miranda* — a noticia d'esse retrato, que não resistimos á tentação de para aqui as transcrevermos: «*Foi homem grosso do corpo; de meã estatura, muito alvo de mãos e de rosto; com pouca côr nelle; o cabello preto e corredio; a barba muito povoada e de seu natural crecida; os olhos verdes, bem assombrados; o nariz comprido mas com cavallo; grave na pessoa, melancholico na apparencia, mas facil e humano na conversação, engraçado nella, com bom tom de falla, e menos parco em fallar que em rir.* Eis o retrato de Miranda como o delineou D. Gonçalo Coutinho (1634), o qual, comtudo, não conhecêra pessoalmente o eremita da Tapada. Fica-se, pois, em duvida, se nos descreveu a physionomia do poeta conforme a caracterisavam os seus informadores (Gomes Machado de Azevedo, e Jeronymo Pereira de Sá, seus sobrinhos; Henrique de Sousa, o Commendador de Rendufe; Diogo Bernardes e D. Manuel de Portugal, seus intimos amigos e discipulos, que lhe sobreviveram de meio seculo) ou se o esboçou deante de um retrato qualquer, conservado na quinta da Tapada. E' muito possivel, que se servisse de ambos os meios de informação isto é, que as conversas com os amigos illustrassem e reavivassem os traços de uma velha pintura, rejuvenescendo a physionomia. Em todo o caso a descripção que D. Gonçalo Coutinho esboçou, tem apparencias de fidedigna e não discorda muito de uma gravura, de mediocre valor, que Varnhagen mandou abrir em 1841, para o *Panorama*. Lá vêmos o cabello preto e crescido, as barbas muito bastas, o nariz aquilino, os olhos grandes, a apparencia melancholica! Mas o que não encontrámos é a indispensavel declaração sobre a origem e procedencia da gravura, que ficou sendo até hoje a unica conhecida e que teriamos reproduzido n'esta edição, se não encontrassemos outra mais antiga.—Estudámos a questão do retrato, e, felizmente não procu-

Digitized by Google

ramos debalde.—As notas bibliographicas de Innocencio da Silva, sobre as edições da Miranda, asseveram como o leitor sabe, que a rarissima edição das *Satyras* (1626) contém um retrato do poeta, grosseiramente gravado em chapa de metal, noticia que o sr. visconde de Juromenha nos confirmou. Mas as *Satyras* não appareciam! Restava-nos porém, a esperança de encontrarmos a gravura, avulsa, n'uma das grandes collecções iconographicas do paiz ou das bibliothecas estrangeiras.— Tres circumstancias fortaleciam esta supposição. Em primeiro logar sabiamos que o sr. Visconde vira em tempos um exemplar das comedias (de 1622), acompanhado do mesmo retrato. Em segundo logar presumimos que Varnhagen, *o qual nunca conheceu as Satyras*, encontrára a gravura solta. Em terceiro logar notámos que o poeta, que os contemporaneos diziam «grosso de corpo» apparecia na gravura do *Panorama* muito reduzido na sua estructura, magro e extremamente estreito de hombros—incongruencia que podia ter uma explicação nas dimensões apertadas do volume das *Satyras*. O editor mandaria accommodar o formato do retrato ao formato da edição, e um gravador menos perito executaria mal a reducção. Examinámos bastantes collecções iconographicas existentes no paiz, e o sr. Ferdinand Denis teve a fineza de percorrer as de Paris, na parte relativa a Portugal, sem resultado. Afinal lembrámo-nos da collecção Barbosa Machado, offerecida pelo proprietario a El-Rei D. José e conservada hoje na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Consultámos o artigo que Innocencio da Silva consagra aos 715 *Retratos de Varões Portuguezes insignes em Santidade, Litteratura, Sciencia militar e politica*», e logo no principio debaixo do n.º 1 demos com o retrato de Sá de Miranda. E' á complacencia do sr. dr. B. Franklin Ramos Galvão, antigo e dignissimo chefe da Bibliotheca do Rio de Janeiro, e hoje perceptor dos Principes Imperiaes que, Portugal deve o achado da velha gravura. N'uma carta particular recebemos uma descripção exacta do retrato, e mais tarde uma *fidelissima reproducção photographica que não discrepa senão pequena cousa do original emquanto ás dimensões*. Esta photographia, dadiva valiosa do feliz descobridor, foi entregue pelo nosso prestante editor á afamada casa Bruchmann, de Munich, que se imcumbiu da phototypia. A copia tirada no Brazil sobre uma gravura antiga e já gasta, não permittiu á celebre officina fornecer uma obra mais perfeita e apurada... Sobre a procedencia da gravura da collecção Barbosa Machado (cujo auctor ficou incognito porque não assignou) nada se sabe ao certo.»

Pag. 384—**Tumulo de D. J. de Albuquerque**

Existe no convento de Nossa Senhora da Misericordia, em Aveiro, onde existe tambem um tumulo que durante muito tempo passou por ser o da decantada Catharina de Athayde a amante de Camões, averiguando-se mais tarde ser de uma dama tambem chamada Catharina de Athayde, mas cujos paes eram D. Alvaro de Sousa e D. Philippa de Athayde, emquanto os paes de Nathercia eram D. Antonio de Lima e D. Maria Boca Negra. O tumulo da nossa gravura existe na capella do Senhor Jesus e contém os restos de João de Albuquerque, senhor de Angeja e Canellas, fidalgo de illustre estirpe, que legou grande parte de seus bens a este convento. As differentes remoções d'este tumulo tornaram completamente illegivel o epitaphio que n'elle está gravado em caracteres gothicos.

Pag. 385—**Epilogo da batalha de Alcacer Kibir**

N'esta composição quiz o auctor representar a scena de desolação e de morte, apresentada pelos campos de Alcacer Kibir depois da cruel derrota em que ficaram sepultadas as melhores reliquias da nobreza portugueza, e com ellas, e por largo tempo, a velha nacionalidade portugueza. A paginas 292 dá o auctor conta da terrivel derrota.

Pag. 389—**Torre do Relogio em Montemór-o-Novo**

E' uma das tres torres que ainda se conservam de pé das quatro que tinha a muralha que cercava o alto d'aquella importante villa do Alemtejo. Tinha essa muralha a fórma triangular, 1617 metros de circumferencia e 3m,30 de espessura. Tinha quatro torres, como dissémos, a eguaes distancias, um torreão, dezenove cubellos e quatro portas. Tudo isto está reduzido a ruinas; apenas se levanta esta torre chamada do Relogio, do N., a da *má hora*, carcomida pelo tempo e a de O., que é a *do Anjo*. Ainda no centro da cerca, em um alto, se vêem as ruinas dos paços dos alcaides-móres, junto da muralha. Do muro que ligava os paços com a torre do Anjo e do que o prendia com a torre da *má hora*, poucos vestigios restam.

Pag. 392—**D. João de Mascarenhas**

Reproduzimos este retrato d'um dos grandes heroes de Diu do que vem em uma pagina oval ao alto e ao centro da planta de Diu que illustra uma das antigas edições da *Vida de D. João de Castro*, por Jacintho Freire de Andrade.

Pag. 393—**Ponte junto da qual se deu a batalha de Alcacer Kibir**

Pertence á casa real portugueza e existe no seu paço real, em Lisboa, o quadro que serviu de modêlo á nossa photogravura. E' esse quadro uma magnifica aguarella, do natural, feita pelo sr. José Daniel Collaço.

Pag. 397—**Miguel do Valle**

Foi contemporaneo de Affonso de Albuquerque, e feitor da alfandega de Ormuz, o personagem que a nossa gravura representa; e o seu retrato foi copiado de um medalhão existente na capella por elle fundada na egreja de Santa Iria, em Thomar, onde está sepultado. Como já explicámos, quando reproduzimos o retrato do duque de Bragança D. Fernando, Miguel do Valle é assim representado em trajes gregos, por ser costume da epocha inspirarem-se os artistas, para a reproducção esculptural ou pictorica dos seus heroes, nas vidas dos *Homens Illustres* de Plutarcho.

Pag. 400—**Tumulo do bispo D. Egas Fafes na Sé Velha de Coimbra**

Esta Sé Velha é talvez um dos nossos primeiros monumentos para o estudo da arte nacional nos primeiros tempos da monarchia. Possue nada menos de cinco tumulos de figuras episcopaes e o de D. Bataça que é já um bello documento da arte do seculo XIV. Já em tempo publicámos, em o volume 2.º da da nossa *Historia*, a pgs. 437, o tumulo do bispo D. Tiburcio, que foi um dos prelados que foram a Paris contractar com D. Affonso III a deposição de D. Sancho II. A D. Tiburcio succedeu na cadeira episcopal de Coimbra D. Domingos, e, após a morte d'este, os conegos de Coimbra, tendo-se ausentado da cidade, por causa da guerra civil, tractaram de eleger por bispo a D. Egas Fafes, cujo tumulo aqui reproduzimos. D. Egas Fafes era filho de D. Fafes Godim, neto de D. Godinho Fafes, bisneto do bravo D. Fafes Luz. Tendo ido a Roma, foi elevado pelo papa a arcebispo de Compostella; mas, dirigindo-se para a Sé Metropolitana da Galliza, falleceu em Montpellier a 9 de março de 1268 (era de 1306), segundo consta do epitaphio, sendo o seu cadaver transportado para o tumulo que para si havia sido construido na Sé de Coimbra, juncto do altar de Santa Clara, erecto por elle logo depois da canonização d'esta Sancta. Sendo se-

Digitized by Google

pultado a 17 de abril do mesmo anno da sua morte, ainda hoje o seu tumulo lá se acha entre a porta de Santa Clara e o altar, com a estatua jacente do illustre prelado magestosamente revestido de pontifical, sobraçando o baculo e calcando aos pés o dragão, symbolo da heresia. É um documento interessantissimo que o desenhador reproduziu empenhando-se em apresentar a rudeza do cinzel do artista com a maior fidelidade.

Pag. 401 — **O jesuita Alexandre de Mattos erguendo o crucifixo, incitando ao combate na batalha de Alcacer Kibir**

E' na soberba descripção d'esta fatal derrota (pag. 286) que se encontra a peripecia, que bem lembra a do jesuita Bobadilha na batalha Muhlberg, em que Alexandre de Mattos incitava á batalha os nossos denodados batalhadores, que foram encontrar n'esses ardentes areaes da Africa, a mais horrorosa e tremenda derrota dos fastos guerreiros em Portugal.

Pag. 405 — **Santa Maria da Feira, Beja**

E' esta a mais antiga das egrejas matrizes de Beja. Segundo a tradição, foi mesquita de Mouros; acha-se memoria d'ella de 1282. E' de tres naves esta egreja. Em uma pedra que está servindo de degrau da escada da torre dos sinos existe uma inscripção que diz:

IN COCHLEA SUMI TEMPLI
A. ✠ O.
SEVERUS PRESBYT. FAMULUS
CHRISTI VIXIT AN. LV.
REQUIEVIT IN PACE DOMINI
XI KAL. NOVEMBRIS. ERA
DCXXII

O prior d'esta egreja era freire da Ordem de Aviz, e apresentado pelo rei, como grão-mestre da Ordem. Tinha de renda 250$000 réis. Este rendimento consistia em 180 alqueires de trigo, 180 de cevada, réis 15$000 em dinheiro, e o pé de altar.

Pag. 408 — **D. Estevam da Gama, XI governador da India**

Para nos não repetirmos enviamos o leitor que deseje saber a proveniencia d'este retrato, para o que ficou dito quando tractámos dos retratos de D. Constantino de Bragança, D. Henrique de Menezes, etc.

Pag. 409 — **Castello de Almada**

Da antiguidade da villa d'Almada, apenas se conservam as memorias escriptas e as tradições e nem um só monumento. Do castello mourisco, reedificado pelos Inglezes em 1148 já não ha vestigios. E' provavel que fosse demolido para se construir o actual que se julga ser obra de D. Manuel e foi reedificado no reinado de D. Affonso VI, pelo anno de 1666.

Pag. 413 — **Luiz de Camões, segundo Manuel Severim de Faria**

Para justificarmos o apparecimento de dois retratos de Camões n'esta *Historia*, um em que é representado como cego do olho direito, e outro como do olho esquerdo, para aqui reproduzimos o artigo do sr. dr. Sousa Viterbo, que, pelo mesmo motivo, precede a nossa monumental edição de *Os Luziadas:* «Com a primeira caderneta d'esta obra foi distribuido o retrato de Camões, executado em presença do que Faria e Sousa deu em 1639 nos seus *Luziadas* commentados. Este retrato parece ser transcripto do que annos antes sahira estampado na vida do poeta entre os *Discursos varios* de Manuel Severim de Faria, impresso em Evora em 1624. Ha, todavia, uma differença notavel e que se pretende attribuir a erro ou equivoco do gravador: no retrato de Faria e Sousa a cegueira do poeta é do olho esquerdo, ao passo que no de Severim de Faria, é do olho direito. A hypothese explicativa d'este engano é muito acceitavel, tendo a confirmal-a um documento da alta valia. N'um manuscripto autographo existente na real Bibliotheca da Ajuda e contendo os *Commentarios*, vê-se tambem, n'uma oval, o retrato do poeta feito á penna por Faria e Sousa e ahi apparece cego do olho direito.— O retrato de Manuel Severim de Faria tem todos os visos de ser mais convencional do que copia do natural, todavia é o que tem sido, á falta de outro mais authentico e melhor, considerado como verdadeiro. Até n'isto a sorte se obstinou em cercar de obscuridade e de incerteza a vida do poeta! Julgamos do nosso dever reproduzir o retrato de Severim...»

Pag. 414 — **Fachada do Lyceu de Evora com as tres portas da sala dos actos**

Está installado este lyceu no antigo edificio da universidade, e que foi primitivamente o collegio da Purificação, do Espirito Santo, fundado em 1551 pelo cardeal D. Henrique para o offerecer aos jesuitas. O lyceu occupa, como dissémos, as casas que serviram da universidade, sendo as mesmas aulas antigas aquellas em que hoje se ensina. O pateo da universidade é uma vasta quadra com 49 columnas de finissimo marmore com capiteis e bases do mesmo, sobre que assentam os arcos que sustentam o segundo corpo do edificio. O corpo que dá entrada para esta quadra é de custoso marmore. A sala dos actos é modelada pela de Coimbra, sómente mais pequena, mas muito mais rica pelos marmores de que é construida. Estão-lhe a desabar os tectos.

Pag. 417 — **Entrevista do cardeal D. Henrique com D. Catharina de Bragança**

A pag. 344 e segs d'este volume se encontra a descripção d'este interessante episodio da nossa *Historia*.

Pag 421 — **Pedro d'Alcaçova Carneiro**

Do tecto da Camara Municipal de Lisboa foi copiado este retrato do singular personagem que se chamou Pedro d'Alcaçova Carneiro.

Pag. 424 — **Portal do Convento de Santa Clara em Pinhel**

Foi fundador d'este convento de franciscanos Luiz de Figueiredo Falcão, que, casando e não tendo filhos, mandou edificar nas proprias casas em que habitava o grandioso mosteiro. As primeiras freiras entraram para elle em 1607. No *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal, artigo *Pinhel*, vem desenvolvida noticia ácerca da historia da fundação d'este mosteiro.

Pag. 425 — **Porta exterior da Capella Mór da egreja matriz de Caminha**

A egreja matriz da villa de Caminha é o mais bello templo de architectura gothica das provincias do norte; lançou-se-lhe a primeira pedra no dia 4 d'abril de 1488, reinando D. João II. Foi principiada á custa da camara e com esmolas do povo da villa; mas estando as obras muito atrazadas, quando D. Manuel subiu ao throno, este monarcha contribuiu muito para a sua conclusão que teve logar em 1504. E' este templo todo de robusta cantaria, descreve Pinto Leal e tendo a porta principal e travessa janellas, cimalha e torres coroadas de muitas esculpturas e arabescos. Tem uma platibanda formada por um primoroso rendilhado, com embornaes ou goteiras esculpidas, representando os dois do lado do norte que olham para a Galliza dois rapazes de cócoras, deitando a agua da chuva por um grande buraco que têem no recto. O tecto de toda a egreja, apainelado, é formado de madeira de muitas qualidades e côres naturaes. Tem uma primorosa imagem de Jesus Ecce Homo de primorosa esculptura, que se diz ter vindo de Inglater-

Digitized by Google

ra, quando Henrique VIII alli aboliu o catholicismo.

Pag. 429—**D. Antonio Prior do Crato**

D'uma excellente gravura antiga, que encontrámos reproduzida em *fac-simile*, n'um interessante livro de D. Antonio de Portugal e Faria intitulado *Portugal e Italia*, copiámos o retrato d'este pretendente á corôa portugueza.

Pag. 432 — **Porta do refeitorio do convento da Conceição, de Beja**

Ácerca d'este grandioso mosteiro, veja-se o que fica dito a pag. 627 d'este mesmo volume.

Pag. 433 — **As caçadas do cardeal-rei**

A ridicula scena que esta composição representa, encontra-se a pag. 330 d'este mesmo volume da nossa *Historia*.

Pag. 437 — **D. Sebastião**

E' copiado d'uma bella gravura que se acha na Bibliotheca Publica de Lisboa, o retrato que aqui dâmos do tão valente quanto infeliz monarcha.

Pag. 440 — **Claustro do convento da Conceição em Beja**

Veja-se ácerca d'este convento o que acima fica dito (pag. 627).

Pag 441 — **Francisco de Hollanda**

E' ainda de um retrato existente no tecto da Camara Municipal de Lisboa, que reproduzimos o d'este notavel illuminador portuguez.

Pag. 445 — **Exterior do castello de Beja**

E' obra de D. Diniz este castello, bem como a torre de menagem e a cerca de muralhas, que, com as suas 40 torres, rodeava a antiga villa do Alemtejo. D'essas 40 torres, apenas restam vestigios de 30, todas em ruinas, excepto a torre de menagem, que ainda lá se vê a grande altura. As fortificações do lado do N. ainda existem e são susceptiveis de reparação, mas as do sul teem sido a pouco e pouco demolidas, para abertura de novas ruas para o alargamento necessario da população. No tempo dos Romanos era Beja circumvallada de muros; D. Affonso III porém reedificou-os, e seu filho D. Diniz ampliou-os dando-lhes nova fórma.

Pag. 448 — **Palacio dos Viscondes da Carreira em Vianna do Castello**

O palacio dos Viscondes da Carreira, cujos primordios sobem ao reinado de D. João III, tal qual está, é obra de Luiz Alvares de Tavora, nos primeiros annos do seculo XVIII. Aqui nasceu o habil diplomata Luiz Antonio de Abreu e Lima, primeiro visconde e primeiro conde da Carreira, titulo que lhe proveiu d'esta casa estar localizada na carreira de Vianna do Castello.

Pag. 449 — **Assassinio de Fernão de Pina**

Em pag. 374 d'este volume da *Historia*, vem noticia do assassinio d'este traidor fidalgo portuguez por um creado do prior do Crato.

Pag. 453 — **O cardeal D. Henrique**

E' calcado sobre um excellente retrato existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa, o que na nossa *Historia* produzimos d'este monarcha portuguez.

Pag. 456 — **Vista da porta principal da egreja de Santa Maria, em Bragança**

Existe na parte mais antiga de Bragança, isto é, na villa, esta egreja, conhecida vulgarmente pela denominação de Santa Maria do Castello, por existir dentro do castello, que, ao que se diz, era obra do fim do seculo XIII. O prior de Santa Maria tinha réis 130$000 e quatro ecónomos, cada um com 40$000 réis.

Pag. 457 — **Portal da egreja do Seminario em Portalegre**

E' o edificio da Sé, no qual está installado o seminario episcopal de Portalegre, um templo magestoso, fundado pelo primeiro bispo d'esta diocese D. Julião de Alva, no sitio onde estava a egreja chamada de Santa Maria do Castello; a capella-mór, porém, é obra do prelado Dom Frei Amador Arraes. A egreja é de tres naves sustentadas por columnas gothicas. A fachada actual já não é a primitiva: tem duas torres e ornamentam a porta principal duas columnas de marmore.

Pag. 461 — **Christovam de Moura**

N'um bello livro ultimamente publicado em Madrid ácerca de D. Christovam de Moura, monographia notavel em que se estuda a vida d'este estadista, que, apezar dos odios justificados que Portugal lhe votou, foi muito illustre, vem a photographia d'um excellente busto em bronze d'esse notavel vulto da historia, pertencente á familia dos Marquezes de Castello Rodrigo, de que elle foi o fundador. E' d'essa excellente gravura que mandámos copiar o retrato que adorna a nossa publicação.

Pag. 464 — **Sé episcopal de Damão**

O templo que a nossa gravura representa era a mesquita que no dia 2 de fevereiro de 1559 o vice-rei D. Constantino de Bragança mandou consagrar sob a invocação das Onze mil virgens e em que disse missa n'esse dia o jesuita Gonçalo da Silveira. Não se lhe pode, pois, attribuir data de fundação, que deve ser talvez anterior á descoberta do novo caminho da India pelos Portuguezes.

Pag. 465 — **Insurreição dos monges de Belem**

Veja-se a pag. 375 d'este volume a descripção da ridicula scena qne a nossa gravura representa.

Pag. 469 — **Duque d'Alba**

Da celebrada *Iconographia* de Carderera, que tão excellentes subsidios tem dado para a illustração de esta nossa edição da *Historia*, copiámos o retrato d'este general hespanhol, ao qual Filippe I deveu em grande parte a conquista de Portugal e a sua annexação á corôa de Hespanha.

Pag. 472 — **Janella da Rua de S. Pedro em Vianna do Castello**

Como não nos chegassem a tempo as indicações ácerca d'esta lindissima janella, que é uma das curiosidades que se mostra ao viajante, em Vianna do Castello, reservâmo-nos para dar os apontamentos sobre ella no ultimo volume da nossa *Historia*, em que faremos mesmo algumas rectificações neccessarias ás notas que temos dado.

Pag. 473 — **Santo Antonio dos Olivaes**

Eis como se conta a origem d'este interessante convento. A rainha D. Urraca, mulher de D. Affonso II, tinha uma capella da invocação de Santo Antão, abbade, que em 1217 ou 1218 doou aos frades franciscanos, os quaes junto á capella fundaram um pobre hospicio e alli vieram pousar fr. Otho e seus quatro companheiros, vulgarmente conhecidos pela denominação dos *cinco martyres de Marrocos*.— Depois do supplicio dos religiosos, Santo Antonio de Lisboa, que era então cruzio de Coimbra, vendo chegar á cidade as reliquias dos referidos martyres, o quiz ser tambem, e, sahindo da ordem de Santa Cruz, se metteu franciscano n'este convento, para mais facilmente poder obter o que desejava. Foi em memoria d'este thaumaturgo que a invocação do convento se mudou

Digitized by Google

para o de Santo Antonio.—Em 1247 deixaram os frades o seu humilde convento dos Olivaes, assim chamado por estar situado entre olivêdos, e foram habitar o convento que haviam acabado de fundar junto á ponte, e que depois veiu a chamar-se *S. Francisco Velho.*— Em 1539 emprehendeu-se alli uma nova edificação. Ajudados por D. João III e por D. Alvaro da Costa, fundaram alli os frades franciscanos, da provincia da Piedade, um novo convento, que depois veiu a pertencer á da Soledade, que se separou d'aquella em 1679. Por occasião d'esta nova fundação, se reedificou a veneranda cella, que foi transformada em casa de capitulo.—Com a extincção das ordens religiosas foi, em 1835, este convento vendido ao padre Manuel Antonio Coelho da Rocha, doutor em leis, lente de prima e vice-reitor da universidade.—Na noite de 10 para 11 de novembro de 1851, ardeu quasi tudo, ficando apenas intactas a egreja, a sacristia e pouco mais.— Já então tinha morrido o doutor Coelho da Rocha e pertencia este convento a sua sobrinha e herdeira, a sr.ª D. Luiza Augusta Coelho da Rocha, que tendo-o segurado em 600$000 réis, preferiu receber esta quantia a exigir que a companhia lh'o reedificasse. Apezar d'este sinistro, ainda a egreja e cêrca dos Olivaes é digna de ser vista e admirada. A entrada, por uma larga escadaria que tem ao fundo tres arcos e um de cada lado, é guarnecida de capellinhas com os passos da Paixão.— Dá entrada para egreja, que foi logo concertada depois do incendio, um portico de architectura antiga, de volta ogival, que se suppõe ter pertencido ao primitivo convento. De um e outro lado d'este portico se lê um elegante elogio que compoz, e fez gravar, a Santo Antonio, o bispo de Cochim D. Frei Antonio de Serpa. A sacristia é pequena, mas tem vistosos pinturas a fresco representando passagens da vida do santo.— A cêrca tem varias capellinhas e do alto d'ella se disfructa um magnifico panorama.

Pag. 477 — Garcia de Sá governador da India

A' mesma fonte a que recorremos para os retratos de D. Henrique de Menezes e outros governadores da India cujos retratos aqui temos reproduzido, fomos mais uma vez pedir subsidio para a publicação do de D. Garcia de Sá.

Pag. 480 — Porta da egreja da Madre de Deus

Em 1508, intentou a rainha D. Leonor mulher de D. João II fundar um mosteiro de religiosas e escolheu para isso umas casas que possuia entre Santo Eloy e a freguezia de S. Bartholomeu, na costa do Castello. Mais tarde, porém, talvez porque o sitio não lhe pareceu accommodado, fez eleição de umas casas que, no sitio de Xabregas, edificára um Alvaro da Cunha, e onde vivia recolhida a sua viuva D. Ignez. Comprou a rainha as sobreditas casas, com as hortas adjacentes, a que chamavam da *Concha.* Obtidas as indispensaveis licenças de Roma para a fundação do seu mosteiro, e tão apressada andou na construcção que a 23 de junho de 1509, entraram as primeiras religiosas, e a 18 de julho seguinte o arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, benzeu a egreja. Era o mosteiro destinado para vinte religiosas, que deviam seguir a primeira regra de Santa Clara, a mais apertada. Em 8 de outubro de 1508, pôz a rainha fundadora o mosteiro na obediencia da ordem de S. Francisco. D. João III, uns trinta ou quarenta annos depois da fundação, augmentou o mosteiro, fez nova egreja e novo claustro com muitas capellas. E' tradição que a nova egreja se construiu porque as aguas do Tejo, nas grandes marés, chegavam até ás paredes do templo, ou as salpicavam, com grande incommodo dos fieis, e por isso se lhe fez uma elevada escadaria para lhe dar accesso da rua. A egreja antiga transformou-se em casa de capitulo; a porta que dava para a rua foi entaipada, e assim esteve talvez mais de tres seculos, até que, ahi por 1868, tractando-se de se fazer alli umas obras, para aproveitar as casas contiguas á egreja, e abrir nova porta de entrada para o edificio, visto que só tinha uma, como era de uso nos mosteiros franciscanos de mais apertada clausura, se descobriu o portal da primitiva egreja, no melhor estado de conservação, apenas com o fuste de uma das pilastras que sustentam o arco, mutilado, e mais alguns pequenos estragos. Como se tractava de restaurar a egreja, assim como as casas contiguas, o architecto sr. Nepomuceno resolveu aproveitar o primitivo portal, afim de o substituir ao portal que existia e cremos ser do tempo de D. João III, ou, porventura mais moderno, posto que não haja repugnancia em o attribuir á segunda metade do seculo XVI, visto o seu estylo. Cuidadosamente foi arrancado o portal, e posto no logar onde agora está, fazendo-se-lhe a necessaria restauração. — Como se vê pela photogravura que apresentâmos é de um estylo singelo, accommodado á humildade do edificio para que foi fabricado. Lá estão as divisas de D. João II e de sua esposa, a rainha fundadora, isto é o pelicano alimentando os filhos com o seu proprio sangue, e a rede de pescador, divisa da rainha, em memoria da catastrophe acontecida a seu filho, de que veiu a morrer na casa de um pescador na Ribeira de Santarem, como a seu tempo foi contado no texto da nossa *Historia.* Cumpre tambem dizer que a restauração do portal, não a fez ao acaso o architecto Napomuceno; na sacristia existe um quadro no qual está representada a procissão da vinda do corpo de Santa Auta, a 12 de setembro de 1512, no acto de chegar á egreja; ahi se vê a frontaria do templo como d'antes era, porque o quadro é contemporaneo. Para lastimar é que não tenha sido possivel fazer-se a restauração conforme em tudo ao que se vê no alludido quadro. O architecto Nepomuceno ainda se approximou quanto poude, nas janellas baixas, que são de ponto subido; mas nas altas teve de seguir outro risco, por falta de meios, e por isso são á moderna.

Pag. 481—Execução de Diogo de Menezes

Em pags. 395 d'este 4.º volume da *Historia* se allude á infame scena representada pela nossa gravura.

Pag. 485—Interior da Capella de S. Pedro em Arganil

E' de architectura gothica e é tradição que foi mesquita de mouros esta egreja, que fica um pouco antes de se entrar na villa, á esquerda e no sitio onde estão as ruinas de uma antiga povoação.

Pag. 488—Miguel Leitão de Andrade

Foi este Miguel Leitão de Andrade commendador da ordem de Christo, cursou na Universidade de Coimbra a faculdade de canones, não chegando, porém, a formar-se, porque partiu para a jornada de Africa com D. Sebastião, e lá ficou captivo dos Mouros, conseguindo evadir-se passado algum tempo. Seguiu depois o partido do prior do Crato, pelo que foi perseguido e esteve preso durante muitos annos por ordem de Philippe II. Nascera em Pedrogam em 1555, e ainda vivia em Lisboa em 1629. O seu retrato é copiado do que precede o seu livro *Miscellanea do sitio de Nossa Senhora,* etc., impresso em Lisboa n'aquelle anno de 1629.

Pag. 489—Torre de S. Julião na Barra de Lisboa

A esta fortaleza muito bem construida, situada na foz do Tejo lançou os alicerces D. João III pelos annos de 1556, e seu irmão o cardeal D. Henrique, depois rei, fez continuar as obras durante a sua gerencia, na menoridade do seu sobrinho D. Sebastião, de 1569 até 1568. Ainda lá se vê a porta chamada do Cardeal, que era então a principal da fortaleza. Tem

Digitized by Google

sobre o escudo das quinas as settas, de que usava D. Sebastião. Os Philippes tambem deram impulso ás obras de fortificação d'este castello por causa das guerras que traziam ao tempo com outras nações da Europa. D. João IV concluiu estas fortificações em 1650. Este monarcha ampliou o recinto da praça, para o lado meridional, e concluiu o revelim, como declara a seguinte lapide que está por baixo do escudo d'aquelle monarcha:

O Serenissimo Rei de Portugal D. João IV de gloriosa memoria, mandou fazer esta fortificação, á ordem do Conde de Cantanhede, D. Antonio Luiz de Menezes sendo dos seus conselhos do estado e da guerra, veador da fazenda e governador das armas de Cascaes, a cuja cargo está a fortificação da barra de Lisboa. Anno de 1650.

Estava muito descurada depois d'aquella epocha esta fortificação, até aos primeiros annos do seculo XIX em que o governador da praça o general Cabreira, restaurou a maior parte d'ella, reparando os baluartes, desentulhando os terrapleno e avivando as memorias e lapides antigas.

Pag. 493 — D. Jorge Cabral, XV governador da India

Tem a mesma origem que a maior parte dos retratos dos governadores da India, publicados n'este volume, o que ora aqui damos de D. Jorge Cabral.

Pag. 496 — Ruinas do Convento do Carmo

Foi fundado pelo magnanimo condestavel D. Nuno Alvares Pereira, em 1389, concluindo-se em 1422, em cumprimento do voto que fez pela victoria de Aljubarrota em 14 de agosto de 1385. A egreja foi sagrada em 1523. D'este famoso, vasto e magestoso edificio não restam senão ruinas. Era um dos mais bellos exemplares da architectura gothica de Portugal, e, sem contestação, o primeiro de Lisboa. Quasi tudo foi destruido pelo terremoto de 1755. A este templo deu o seu fundador a invocação de N. S.ª do Vencimento, e n'este mosteiro, depois de uma vida rude de combates, victorias e boas obras, se recolheu o grande condestavel, tomando o habito carmelita, e ahi falleceu com 70 annos de edade. Ahi estava o seu tumulo, de que já démos a estampa e a descripção no segundo volume d'esta nossa edição da *Historia*. O terremoto de 1755 arruinou o convento e deitou por terra a egreja, da qual apenas ficaram de pé as paredes exteriores. O frontispicio da egreja, que ainda existe, pertence á construcção primitiva; porém as columnas e arcos interiores, que dividem as naves, mostram que, depois do terremoto, tentaram os frades reedificar este bello e magestoso templo, conservando-lhe a ordem architectonica e elegancia primitiva. Era o templo de tres naves e muito claro, tendo oito capellas, quatro de cada lado. A capella-mór era allumiada por grandes janellas na ordem inferior, tendo mais onze na superior. Por cima dos altares lateraes, nas naves, mettida nas paredes, até ao cruzeiro, havia uma galeria com entrada pelo interior do convento e pelo côro, deitando para a egreja uma tribuna sobre cada um dos altares. O comprimento do templo, desde a porta principal da entrada, até ao altar-mór, é de 327 palmos (71m,94), e a largura das tres naves de 100 (22 metros). A sua altura é de 112 palmos (23m,64). O vão dos arcos que separam as naves tem 27 palmos (5m,94). Durante a construcção d'esta egreja, por duas vezes abateu a capella-mór, sendo preciso, da terceira vez, abriremse os caboucos para assentar os alicerces abaixo do nivel do valle onde está o Rocio. Pouco depois do terremoto, os religiosos reconstruiram o convento, e foram habitar n'elle, até 1833, anno em que foram extinctas as ordens religiosas. Quanto á egreja, tentou fr. José Pereira de Sant'Anna, que então era provincial, reedificar o convento, que poucos annos antes descrevera com tanta miudeza na sua *Chronica dos carmelitas calçados*. Mas isto era superior ás forças de um prelado e de uma communidade. Decidiu-se, pois, que se construisse uma nova egreja juncto á antiga, em harmonia com os escassos meios que havia para essa obra. No antigo templo arruinado, depois de muitos annos de completo abandono, durante os quaes serviu de deposito de lixo e estrume dos cavallos da guarda municipal, cujos quarteis foram estabelecidos no convento, installou-se em 1864 a Real Associação dos Architectos Civis e dos Archeologos portuguezes. Operara-se então, no venerando monumento do seculo XIV uma grande transformação, devida á intelligente, patriotica e incançavel actividade de Joaquim Possidonio Narcizo da Silva, architecto civil muito distincto, e fundador d'aquella esclarecida e benemerita Associação. Desobstruiu-se o templo do immenso entulho que lhe cobria o solo primitivo, elevando-se a oito mil as carradas de terra que d'alli se tiraram. Nas quatro amplas capellas collateraes da capella-mór, devidamente resguardadas, estabeleceram-se as salas das sessões da sociedade, do seu archivo, das suas collecções archeologicas, que demandam mais recato. No corpo da egreja, no cruzeiro e na capella-mór estão dispostos os objectos em pedra do museu archeologico: estatuas, tumulos, inscripções lapidares, pelourinhos, altos e baixos relevos, columnas, capiteis, fragmentos ornamentaes de edificios antigos, etc. Tambem foi desentulhado o adro do templo, ficando inteiramente descoberto o seu esbelto portal.

Pag. 497—Batalha de Alcantara

Em pag. 379 e seguintes d'este 3.º volume vem a narração d'esta tristissimo episodio da nossa historia, do qual dependeu a dominação philippina, que durante sessenta annos esmagou as aspirações e os heroismos do altivo povo portuguez.

Pag. 501—Phoebus Moniz

Do retrato que vem estampado na *Historia da Revolução de 1820*, do Dr. José de Arriaga mandámos copiar o que o leitor ahi vê, do benemerito defensor dos direitos do povo durante o angustioso periodo que vae da morte de D. Sebastião á dominação philippina.

Pag. 504—Capella de N. S. da Piedade e S. João da Louzã

A Louzã possue aspectos formosissimos, um dos quaes é o representado em a nossa gravura, que reproduz o que se chama penhasco das ermidas, cingido pela capellinha de Nossa Senhora da Piedade, como diadema sacrosanto.—Fica situado na encosta fronteira ao castello e é aformoseado por tres capellinhas cuja alvura destaca do verde-negro da serra.—A primeira capella que se encontra ao subir os degraus d'uma longa escadaria é a de S. João, de simples architectura, que podemos attribuir aos fins do seculo XV, o que é corroborado por uma licença de D. João III, que em 1537 permittiu que alli se fizesse o bodo do costume.—Esta capella, a maior de todas, tem alpendre e as portas são ogivaes. Não tem adornos, mas possúe algumas imagens antigas. — Subindo alguns lanços de escadas encontra-se a capellinha do Senhor da Agonia, vendo-se n'um dos parapeitos do pequeno alpendre, que lhe fica proximo, uma cruz de pedra, onde se lê: «*Estas obras mandou fazer o capitão Francisco Barbosa, natural d'esta villa. Era de 1624*».— Sobem-se mais 32 degrau e chega-se ao cume do rochedo que termina o penhasco, onde se encontra a capella de Nossa Senhora da Piedade, construida nos fins do seculo XVI e que logo e até hoje tem sido objecto de grande devoção para o

Digitized by Google

singelo povo daquelles arredores.—A tranquillidade magestosa d'aquelle ermo, o silencio augusto d'essa cathedral de verdura, onde a capellinha se ergue como sanctuario recondito, como tabernaculo mysterioso, como custodia de pedra onde habita a candida Maria, contribuiu de certo muito para inspirar ás populações campestres, cujos instinctos são tão naturalmente poeticos, seus devotos pensamentos.—Esta capella acha-se hoje reformada e ampliada, para o que contribuiu a sr. viscondessa do Espinhal. Em volta construiu-se um paredão, que prejudicou immenso a enorme belleza natural do logar.

Pag. 505—Porta lateral da Egreja de Caminha

E' um bello specimen da arte portugueza este do seculo xv. A descripção do edificio a que ella pertence, vem um pouco acima, quando tractâmos da egreja matriz de Caminha.

Pag. 509—Frei Antonio dos Santos (ou Netto)

Oriundo de uma familia muito illustre do Algarve, foi elle o primeiro prior do convento de S. Agostinho na villa de S. Miguel. D. Fr. Aleixo de Menezes, arcebispo de Braga, escolheu-o em 1616 para seu coadjutor, e foi confirmado com o titulo de bispo de Nicomedia. Falleceu no anno de 1641 e jaz sepultado na sacristia de N. S. do Populo em Braga. O seu retrato mandámol-o reproduzir de um quadro a oleo contemporaneo, existente no convento da Graça em Lisboa.

Pag. 512—Mausoleu, na egreja de Santo Antonio d'Obidos

Não podemos aqui accrescentar nota alguma ás indicações de que é acompanhada a gravura, isto é que o tumulo pertencia a D. João de Mello, pois que nos não chegaram a tempo os apontamentos que de Obidos solicitáramos para completar esta noticia.

Pag. 513—Castigo do rei de Penamacor

Veja-se em pags. 427 d'este volume a descripção da ridicula scena em que os Philippes quizeram castigar um dos filhos de D. Sebastião, que em Portugal appareceram logo em seguida á dominação philippina.

Pag. 517—Christovam da Silveira

Foi muitas vezes prelado nos conventos augustinianos da provincia de Portugal, e ultimamente no convento da Graça em Lisboa, onde existe o seu retrato a oleo, d'onde foi copiado o que aqui dâmos em photogravura. Foi arcebispo primeiro das Indias Orientaes, e falleceu em 1617.

Pag. 520—Memoria de Nossa Senhora da Piedade

Apezar de cuidadosamente havermos pedido para Obidos indicações para completarmos a noticia ácerca d'esta memoria levantada por D. Affonso Henriques, pela acção heroica da tomada de Castello de Vide, em janeiro de 1148, não nos mandaram sobre o assumpto os apontamentos solicitados, o que nos obriga a deixar em aberto mais esta lacuna, que tentaremos preencher, logo que se nos offereça ensejo

Pag. 521—Torre do convento de Sant'Anna, em Vianna do Castello

A torre dos sinos da egreja do extincto convento de Sant'Anna, de freiras benedictinas, remata por uma pyramide quadrangular com arestas crossadas ou baculadas, para pedaes: foi o que escapou da antiga capella octavada, de estylo gothico, cujo portal, ainda existente no mirante, tem esculpida n'uma fita a era de 1533. O mosteiro vae desapparecendo, levantando-se em seu logar o novo edificio do Hospital de Caridade, para velhos entrevados, mas conservam-se as reliquias da architectura patria.

Pag. 525—João Botto Pimentel

E' feito sobre a estatua jacente que se vê sobre o tumulo d'este personagem na egreja da Espessandeira, em Alemquer, e que reproduzimos completo a pags. 528, o retrato aqui reproduzido d'este fidalgo portuguez do seculo xvii, e que foi commendador de Malta.

Pag. 528—Tumulo de Fr. João Botto Pimentel

Existe na egreja na Espessandeira, proximo de Alemquer, este tumulo, do qual foi egualmente copiado o retrato de João Botto Pimentel por nós apresentado em pags. 525 d'este 4.º volume da *Historia*.

Pag. 529—O cardeal D. Henrique recebendo a noticia da morte de D. Sebastião

Descreve-se a pags. 296 d'este 4.º volume o episodio representado por esta composição d'um dos nossos collaboradores artisticos.

Pag. 533—D. Affonso de Noronha, vice-rei da India

E' da mesma origem da maior parte dos retratos de governadores da India publicados n'este quarto volume da *Historia*, o retrato que aqui dâmos de D. Affonso de Noronha.

Pag. 536 — Pelourinho d'Arrayolos

Constitue este pelourinho uma das curiosidades archeologicas que se mostra n'esta tão interessante quanto antiga villa do Alemtejo. Arrayollos, cuja data da fundação se ignora, arruinou-se muito com as frequentes guerras de arabes e romanos, e foi reedificada em 1310 por D. Diniz, que lhe deu foral e ennobreceu com um soberbo castello. D. Manuel deu-lhe novo foral em Lisboa. Tinha voto em côrtes, com assento no banco n.º 15.

Pag. 537 — Antiga casa da Torre de Lanhellas

Lanhellas é uma risonha freguezia do Minho, a uns 20 kilometros de Vianna do Castello, e esta casa constitue uma das suas mais curiosas antiqualhas. E' de pequenas dimensões, tem uma torre ameiada, d'onde lhe vem o nome da casa da Torre, e é toda de cantaria. Era o solar dos Abreus, de Merufe, mas passou depois á familia de Camillo de Sá Pinto Abreu de Sotto-Mayor, fidalgo já fallecido. A quinta é uma das mais bellas e mais bem situadas de todo o Alto Minho. D. Frei Bartholomeu dos Martyres ia lá passar alguns verões, e ainda lá se mostram duas larangeiras mandadas plantar pelo venerando prelado.

Pag. 541 — Francisco d'Andrada

O personagem cujo retrato aqui damos serviu em Arzilla, onde foi armado cavalleiro. Partindo para a India como capitão-tenente d'uma nau, combateu em prol da patria, sendo nomeado governador da praça de Salsete em substituição de D. Affonso de Castro. Este retrato é copia fiel d'uma miniatura em pergaminho do começo do seculo xvii, que se acha em poder dos actuaes representantes de Francisco d'Andrada.

Pag. 544—Cadeira de D. Affonso V existente no convento do Varatojo

Está lá mettida para um canto d'uma das casas do claustro do Varatojo, esta curiosa cadeira, em que costumava sentar-se o fundador do mosteiro, D. Affonso V, e é uma das curiosidades que os frades varatojanos costumam mostrar aos seus visitantes. Quanto á historia do convento veja-se o que ficou dito a pag. 625 d'este mesmo volume.

Digitized by Google

Pag 545—A volta do romeiro

Existe no Museu das Bellas-Artes este magnifico quadro de Lupi, representativo d'aquella scena final do immortal drama de Garrett, *Frei Luiz de Sousa*. Fizémol-o para aqui transportar, por alludir elle a um dos episodios d'aquella fatal jornada de Alcacer-Kibir, da qual dependeu toda a decadencia da velha patria portugueza.

Pag. 549—D. Fr. Agostinho de Castro

Sobrinho do conde de Monsanto. Foi prior do convento da Graça em Lisboa, onde existe o retrato a oleo d'onde mandámos copiar o que aqui apresentamos, e por duas vezes provincial. Vindo de Roma, de assistir ao Capitulo Geral, recebeu particulares estimações do imperador Rodolpho II de Allemanha que o fez seu prégador. Philippe II elegeu-o arcebispo de Braga, sendo sagrado ainda no convento da Graça em Lisboa por D. Miguel de Castro. Fundou o collegio do Populo em Braga, onde está sepultado e morreu em 25 de novembro de 1609.

Pag. 552—Egreja de S. Francisco em Guimarães

E' o mais vasto templo da cidade de Guimarães. A sua construcção data do ultimo quartel do seculo XIV. Conserva intacta a capella-mór, uma das melhores do reino, e a porta principal, estylo joannino muitissimo apreciavel. Alguns historiadores têem dito que a largura do corpo d'esta egreja não podia obedecer ao plano de uma nave, como ora tem; mas ao de tres, como a de S. Domingos, da mesma epocha. O côro é sustentado por um arco de pedra tão abatido que faz a admiração dos visitantes. O cruzeiro, que a nossa gravura representa, acaba de ser removido para junto da parede exterior norte. A cruz latina, que encima a fachada, foi ha dois annos substituida pela actual joannina, por indicação do nosso amigo Albano Bellino, um antiquario emerito, a quem devemos magnificos dados ácerca de diversos monumentos especialmente de Braga, Guimarães e Vianna do Castello, apresentados n'esta nossa edição da *Historia*.

Pag. 553—Chafariz de S. Domingos

No Largo de S. Domingos, em Vianna do Castello, existiu até 1867 um grande chafariz, que era o deposito d'onde se alimentava todo o bairro da Ribeira. A casa nobre que lhe fica ao norte, mandada construir para hospedar o arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles, pertence desde então á illustre familia Barbosa Teixeira Macieis.

Pag. 557— D. Garcia de Noronha

Afim de nos não repetirmos, diremos apenas que a origem d'este retrato é a mesma da maioria dos retratos de governadores da India que se encontram espalhados por todo o decurso d'este 4.º volume da *Historia de Portugal*.

Pag. 560—Antiga capella de S. Fructuoso vista do altar-mór

Nada temos a accrescentar, aqui, ao que já ficou dito a paginas 615 deste nosso volume, ácerca da capella de S. Fructuoso, em Braga.

Pag. 561—Os martyres de Conculim

A composição que aqui dâmos é reproducção do quadro de Salv. Nobili feito em Roma por occasião da beatificação dos cinco jesuitas mortos na India nos primeiros tempos das missões jesuiticas. Eram esses jesuitas os padres Rodolpho Aquaviva, Affonso Pacheco, Antonio Francisco, Pedro Berni e Francisco Aranha, tres dos quaes, Affonso Pacheco, Antonio Francisco e Francisco Aranha, eram portuguezes. Como complemento a esta ligeira noticia, devemos dizer que no condado de Conculim existe uma celebre capella dedicada a esses martyres, que foi construida para commemorar o facto de terem sido alli mortos esses cinco jesuitas e mais cinco seculares, em 10 de julho de 1593, sendo depois lançados n'um cabouco, sobre o qual, em memoria d'esse facto, se collocou uma cruz firmada em arcos cruzados.

Pag. 565—João da Silva, o dos Alcaides

Este retrato é feito sobre a sua estatua tumular existente no convento de S. Marcos, perto de Coimbra.—Era filho de Ayres da Silva e de D. Guiomar de Castro. De seu pae já publicámos o retrato a paginas 76 do tomo 3.º da *Historia*. Os seus feitos militares passaram-se todos em Africa, onde gastou o melhor da vida. Em 1510, esteve na defeza de Arzilla; em 1513 com o duque D. Jayme na tomada de Azamor, onde foi um dos primeiros no assalto. D João III distinguiu-o com o cargo de regedor das justiças em 1522 por renuncia de seu pae e n'elle continuou até 1557, em que falleceu, a 10 de junho com 75 annos de edade. Foi um magistrado exemplar, segundo o dizer dos contemporaneos.

Pag. 568 — Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães

Apezar de já nas primeiras paginas do primeiro volume d'esta nossa edição da *Historia* havermos dado uma gravura representativa d'este edificio, não resistimos ao prazer de dar esta nova gravura, por que ella representa a egreja vista por outro aspecto, podendo-se admirar á vontade o magnifico portico, do vetusto templo. E' a primeira vez que apparece em gravura esta vista da fachada do monumental edificio.

Pag. 569 — Egreja de Rachol — Parochia da Praça

A antiga praça de Rachol, onde existe a egreja que a nossa gravura representa, hoje reduzida em parte a um montão de ruinas, está situada na margem esquerda do rio Zuary, que banha a provincia de Salsete, pelo lado oriental e fronteira á provincia de Pondá. Foi cedida aos Portuguezes sendo vicerei da India Diogo Lopes de Sequeira, pelos annos de 1518 a 1521, por Crisná Ráu, descendente do imperador Rama Rajah, que a tomou ao Hidal-Khan. Figura na historia da India como praça fortissima. Dentro de seus muros havia uma bella povoação e nobres casas de fidalgos de Salsete, que alli residiam com o general da mesma provincia, para se acobertarem das incursões e rapinas dos inimigos, que desciam dos Gattes pela provincia de Pondá, e assolavam os campos. Como se tornasse insalubre esta praça, foi-lhe dada baixa em 1841, ficando quasi toda reduzida a palmares e varzeas de arroz.

Pag. 573 — Gil Vicente

No largo estudo sobre a litteratura portugueza explanado n'este quarto volume da *Historia*, encontrará o leitor noticia da vida e obras do remodelador do theatro portuguez, o grande Gil Vicente, cujo retrato é feito sobre a sua estatua que encima o frontão do theatro de D. Maria II, em Lisboa.

Pag. 576 — Cruz de S. Gonçalo

Data, sem duvida, do seculo XIII esta preciosa reliquia que se diz ter assistido ao baptismo de S. Gonçalo d'Amarante, natural da freguezia de Tagilde, onde ainda se conserva este objecto de arte sacra. Nas exposições de ourivesaria do Palacio de Crystal e de arte ornamental de Lisboa, sobresahiu aos demais objectos expostos.

Pag. 577 — Tortura de Fr. Miguel dos Santos

Veja-se a paginas 438 d'este volume a noticia dos tormentos pelos quaes o governo dos Philippes fez passar este cumplice de outro falso D. Sebastião, o

Digitized by Google

segundo dos quatro que appareceram depois da fatal derrota de Alcacer-Kibir.

Pag. 581 — D. João Manuel

O retrato d'este celebrado bispo de Vizeu e de Coimbra, descendente de D. Duarte, que viveu do seculo XVI para o XVII, pois que falleceu em 1633, foi copiado do que vem no por nós tantas vezes citado livro *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, etc., onde, na memoria que o acompanha, vem assim justificada a sua authenticidade: «O seu retrato está na casa do excellentissimo marquez de Tancos, d'onde com beneplacito seu foi copiado o que acompanha esta Memoria, em Marvilla na Quinta da Mitra, e na portaria do convento dos Religiosos de Jesus, d'esta cidade.»

Pags. 584 e 585 — Castello de Diu

A praça e cidade de Diu, outr'ora considerada inexpugnavel por estar rodeada de grandes fossos cheios de agua do mar, e se achar defendida com muitos baluartes, construidos sobre rochedos que se elevam até 26 metros acima do nivel do mar, e guarnecidos de peças de artilheria, é hoje de pouca importancia. Recolhidas no castello existiam, ha poucos annos, 34 peças de bronze e 33 de ferro de diversos calibres. No baluarte de S. Martinho ou de S. Jorge (no castello) está uma grande bombarda, de 2m,86 de comprido e 0m,66 de diametro de bocca, em cuja borda tem este lettreiro:

REGIS LUSITANI FAMULUS

No terço anterior tem as armas reaes portuguezas entre quatro espheras, e por baixo das ditas armas ao meio da peça:

NONNI DA CUNHA
PRESIDIS JUSSU
CONFLATUM ET
ABSOLUTUM AN
MD. XXXIII
REINOU
ME FECIT.

No terço posterior um tigre em relevo, rodeado d'este lettreiro:

EU SOU O TIGRE ESFORÇADO
QUE POR DO MEMORANDUM
PAN

No mesmo baluarte está outra bombarda de bronze com o lettreiro:

FERNANDO ANES ME FEZ
EU ETOR FORTE AMOR (?) OS DA
REI MORTE

Ainda existe no mesmo baluarte um grande pedreiro de bronze com tres inscripções turcas. Na couraça pequena sobre o mar está outra peça de bronze com a roda de Santa Catharina e o lettreiro:

FOI FUND'DO ESTE TIRO NA ERA
DE 1537 POR MANDADO
DO GOVERNADOR NUNO DA CUNHA.

A sua força publica em 1865 compunha-se do estado-maior da praça, de uma companhia de caçadores, um destacamento do regimento de artilheria de Gôa e de alguns officiaes da 4.ª secção empregados nos differentes commandos da ilhas. Segundo o recenseamento de 1881, tinha 109 militares e 187 marinheiros. Ha n'esta praça um grande material de guerra, cujo commando recáe no official do destacamento da mesma arma. Este material estava em pessimo estado de arranjo quando tomou conta do governo o general D. Jorge Augusto de Mello, que mandou separar o que estava em bom estado do que se julgou incapaz e tomou as necessarias providencias para evitar a deterioração do que podia ainda ser conservado. Grande parte das fortificações, quarteis e edificios publicos carecem de muitos e dispendiosos reparos. Devido á solicitude d'esse governador, reconstruiu-se no tempo do seu governo o grande edificio denominado casa de Luiz José, pertencente á fazenda nacional, que se achava em completa ruina. Construiram-se n'ella as accommodações precisas para o tribunal de justiça, que, até áquelle tempo, fazia as suas audiencias nos corredores do claustro do antigo convento de S. Paulo, e edificaram-se ainda os paços da camara municipal e a conservatoria. Concertou-se na mesma epocha um dos baluartes do castello, denominado o baluarte do *Chato*, e fabricou-se de novo uma parte da muralha da praça, que estava inteiramente arruinada, na margem do rio. Além d'estas obras procedeu-se aos reparos precisos na casa da residencia dos governadores em Malála, na couraça, no arsenal e no caes do castello, ao qual se deu nova fórma, collocando-se alli uma bateria de 21 boccas de fogo. Tem a praça e cidade de Diu um hospital militar estabelecido no antigo convento de S. Francisco, em muito bom estado, com excellentes condições hygienicas e sufficientes accommodações para os doentes. Todos estes apontamentos os extrahimos nós do tão excellente como curioso livro de Lopes Mendes, *A India Portugueza*.

Pag. 589 — Francisco de Sá de Menezes

Este retrato do inspirado auctor da *Malaca Conquistada* é feito sobre a estatua do mesmo poeta que ornamenta o monumento a Luiz de Camões em Lisboa. E' obra do insigne esculptor portuguez Victor Bastos.

Pag. 592 — Tumulo de João Teixeira de Macedo, em Villa Real

Existe este tumulo na capella de S. Braz, um dos mais antigos monumentos de Villa Real de Traz-os-Montes, e era ella o jazigo da nobre familia dos Teixeiras de Macedo, pela qual fôra fundada no tempo de D. Diniz. É ornado este jazigo por columnas triangulares com seus capiteis pyramidaes, frisos e folhas em relevo, tudo muito bem trabalhado em granito e tem na parte superior, de um lado um brazão de armas em quarteis: no 1.º a cruz de Christo vasia; no 2.º cinco flôres de liz; e assim os contrarios: do lado opposto um elmo com plumagens em alto relevo, e no cavallete a inscripção seguinte em lettra gothica:

AQUI JAZ JOÃO TEIXEIRA DE MACEDO, DO CONSELHO D'EL-REI; O QUAL, ENTRE OUTROS MUITOS ASSIGNALADOS SERVIÇOS QUE FEZ, TOMOU VILVESTRE POR COMBATE E O SUSTEVE TRES ANNOS, ESTANDO MUITO TEMPO CERCADO, PELEJANDO MUITAS VEZES, GANHANDO MUITA HONRA E GRANDE MEMORIA. FALLECEU AOS 6 DIAS DE JULHO DE 506 ANNOS.

Pag. 593 — Execução de Gabriel Espinosa

Em pags. 439 a descripção do apparecimento de este novo D. Sebastião, que teve por epilogo a execução do seu triste heroe, scena que a nossa estampa representa.

Pag. 597 — D. Luiz de Athayde

Ao livro existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa, d'onde foram copiados os retratos de D. Henrique de Menezes, de Garcia de Sá, e de outros governadores da India que apparecem no decurso d'este 4.º volume da *Historia*, mandámos copiar o de D. Luiz de Athayde, que o leitor tem presente.

Digitized by Google

Pag. 600—Frente da egreja matriz de Santa Maria da villa d'Obidos

E' um formoso templo de tres naves. Teve sempre priores, homens muito qualificados e alguns com caracter de bispos. Consta que esta egreja foi fundada por D. Affonso Henriques que a doou a S. Theotonio 1.º prior de S. Cruz de Coimbra. S. Cruz continuou de posse da egreja até D. João V, que restituiu o padroado a sua mulher D Catharina, ficando desde então na casa das rainhas até 1855. O primeiro prior feito por esta rainha foi Rodrigo Sanches, varão insigne em lettras e virtudes. Gastou grandes quantias em aformosear a sua egreja depois de a reedificar inteiramente em 1571. Em 4 de outubro de 1604 principiaram as beneficiadas a cantar dentro da egreja de manhã e á tarde a antiphona *Stella Cæli.*

Pag. 601--Jeronymo Corte-Real

Tambem da estatua feita por Victor Bastos, que ornamenta o monumento a Luiz de Camões em Lisboa, mandámos copiar este retrato do insigne cantor de *Cerco de Diu* e do *Naufragio de Sepulveda.*

Pag. 605—Casa em que viveu a familia de Diogo Cão

E' conhecida pela Casa do Arco, e tem sido sempre habitada por nobres familias, e, como diz a epigraphe, suppõe-se que viveu n'ella Diogo Cão que foi tambem appellido de uma das nobres familias de Villa Real de Traz os Montes. Mostra-se esta casa como uma das mais curiosas antigualhas da vetusta povoação transmontana.

Pag. 608—Capella do Castello de Goes

Não tem importancia militar o castello a que nos referimos e que fica collocado não mesmo na villa de Goes, que fica situada no fundo de um valle, mas n'um dos montes sobranceiros a esse valle. O merecimento da capella está unicamente na sua relativa ancianidade.

Pag 609—Camões na Gruta de Macau

Foi o primeiro monumento levantado á memoria do immortal cantor dos *Lusiadas.* A gruta de Macau é um dos sitios que se dizia predilecto do grande epico e parece que foi alli que elle compoz algumas das inspiradas estancias do seu poema; pelo menos é esta a tradição, que já inspirou mais de um pintor. Foi o proprietario da gruta quem, diz a tradição, pediu a Mr. de Chalae, vice-consul de França em Macau, que mandasse executar em bronze um busto, para mandar collocar sobre um pedestal de pedra que, para o mesmo fim, elle mandou erguer ao centro da gruta. Mr. de Chalaye encarregou Mr. Jules Droz de executar o busto, e foi Ferdinand Denis quem forneceu ao artista francez o retrato que lhe serviu de modelo para o busto -- Diz o visconde de Juromenha no seu soberbo estudo sobre Luiz de Camões (vol. 1.º, pag. 421): «Tenho um molde em gesso, que devo á obsequiosa amabilidade de Mr. Ferdinand Denis, que m'o remetteu de Paris. Tem uma pequena base quadrada onde se lêem as seguintes inscripções: Na frente, *1825, Camões, 1579* na parte opposta, *D'après un portrait du XVI siècle communiqué par Mr. Ferdinand Denis 1844. Jules Droz.*-Do lado esquerdo, *Os Lusiadas. Lisboa, 1572 Rythmas, 1555.*—Do direito. *Patria, ao menos morro com ella.* —A' amabilidade d'um distincto militar, Alvaro de Lemos, moço de grandes espiritos e com pronunciado gosto pelas nossas antiquallas e em geral por todas as glorias patrias, qualidades raras em pessoa de tão verdes annos, devemos a photographia, que mandamos aguarellar para figurar na nossa *Historia,* como era de direito.

Digitized by Google

Digitized by Google

INDICE

CAP.		PAG.
I	Morte de D. Garcia de Noronha	5
II	Os heroes da India — Heitor da Silveira — Antonio Galvão — Os successos das Molucas	7
III	Governo de D. Estevam da Gama — Relações de Portugal com a Abyssinia no seculo XVI — Expedição de D. Christovam da Gama	21
IV	Martim Affonso de Souza	31
V	Situação moral das Indias antes da chegada de D. João de Castro	35
VI	D. João de Castro, decimo quarto governador da India	41
VII	Segundo cerco de Diu	47
VIII	Indole de D. João de Castro — O seu triumpho — Anecdotas historicas	51
IX	A India até á morte de D. João III — Os successores de D. João de Castro	60
X	Gôa	80
XI	Primeiro estabelecimento dos Portuguezes na China — Fundação de Macau — As outras cidades da India	90
XII	Missão das Indias Portuguezas — S. Francisco Xavier	96
XIII	Os missionarios portuguezes e a sciencia — Importancia scientifica dos descobrimentos portuguezes	106
XIV	O Brazil — Os Jesuitas Portuguezes na America	127
XV	Viajantes — Homens do mar — Aventureiros celebres — João Ango	137
XVI	Guerra d'Africa	15
XVII	Naufragios e naufragos	155
XVIII	Politica interna e externa de D. João III — Acontecimentos da côrte — Morte de D. João III	165
XIX	Reinado de D. Sebastião — Sua menoridade — Reinado de D. Catharina	175
XX	Regencia do cardeal D. Henrique	201
XXI	Educação e indole d'el-rei D. Sebastião — Primeiros annos do seu governo pessoal — D. Luiz d'Athayde na India	207
XXII	Primeira expedição á Africa em 1574 — Morte de Luiz Gonçalves e desvalimento de Martim Gonçalves da Camara — Os novos favoritos — Preparativos para a nova expedição de 1578	243
XXIII	Batalha de Alcacer-Kibir	270
XXIV	Reinado de D. Henrique — Consternação do reino quando chega a noticia do desastre de Alcacer — Sorte dos prisioneiros — Coroação do Cardeal-Rei	294
XXV	A questão da successão da corôa — Intrigas de Filippe II — Casamento projectado do Cardeal-Rei — As côrtes de Lisboa	298
XXVI	O prior do Crato — Agitação anti-hespanhola do povo de Lisboa — Politica das nações estrangeiras — Politica philippista de D. Henrique	319
XXVII	As côrtes de Almeirim — Phebus Moniz — Morte do Cardeal-Rei	333
XXVIII	Estado dos partidos portuguezes depois da morte de D. Henrique — Politica das nações estrangeiras — Caracter de D. Philippe II	347
XXIX	Conquista de Portugal — Vergonhoso e covarde procedimento dos governadores — Anarchia — D. Antonio proclamado rei	361
XXX	Rapido progresso da invasão de Portugal pelos Hespanhoes — Ephemero governo de D. Antonio — Batalha de Alcantara	387

Digitized by Google

CAP.		PAG.
XXXI	Aventuras do Prior do Crato — Côrtes de Thomar — Philippe II de Hespanha é acclamado rei de Portugal com o titulo de Philippe I	410
XXXII	Os falsos D. Sebastião — O rei de Penamacor — O rei da Ericeira — O pastelleiro de Madrigal	420
XXXIII	Marco Tullio, o Calabrez — Os Sebastianistas	441
XXXIV	A litteratura portugueza no seculo XVI — Camões	466
XXXV	Lisboa na Renascença	488
XXXVI	Estabelecimentos de beneficencia — Quadro dos homens d'officio existentes em Lisboa de 1550 a 1551 — Os serviços publicos	501
XXXVII	Os embaixadores venezianos em Portugal	510
XXXVIII	A sociedade e familia portugueza no seculo XVI	516
XXXIX	Commercio, agricultura e industria de Portugal	522
XL	As casas opulentas de Portugal no seculo XV. — Estado da fazenda publica — Luxo e corrupção	535
XLI	Os estudos em Portugal no seculo XVI — A invasão do ensino pelos jesuitas	542
XLII	Os 60 annos de captiveiro — Governo de Philippe II de Hespanha e I de Portugal — Guerra nos Açores	559
XLIII	Ainda D. Antonio — A Invencivel Armada — Expedição ingleza contra Lisboa — As colonias de Portugal — Morte de D. Philippe	583
	Explicação e justificação das gravuras	611

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Folio
DP
538
.P6
1899
v.4

DATE DUE

DEMCO 38-297

3 2108 00784 1748

Digitized by Google